SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 16 de Julho de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3574

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO Nº 101/2026 QUE ENTRE FAZEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR E O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – PR. CONTRATO DE RATEIO Nº 101/2026 QUE ENTRE FAZEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSI

Contrato de Rateio nº 101/2026 que entre fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – PR. Aos 10 dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Voluntários da Pátria, nº .400 - Conj. 0402 - Cond. Wawel Ed. CEP nº. 80.020-000, Centro, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF/MF: 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo KM 05, Município de Nova Cantu, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 95.589.255/0001-48, com sede à AV. DEMETRIO PINZON, 016, CENTRO, CENTRO, BOA ESPERANCA DO IGUACU, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. GIVANILDO TRUMI, PREFEITO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, Servidor Público, brasileiro, Casado, RG: 6.76.643-8, CPF: 980.475.829-68, endereço na Rua das Caliandras, Nº.182, CENTRO, BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, autorizado pela Lei Municipal nº 492/2020 de 19 de março de 2020, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e finalidades do 1 CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social. II. III. DAS ESPECIFICAÇÕES – O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados da CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026; sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custo despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados. e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorciar adotado. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nas cláusulas 4ª e 5ª do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas 2 pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a

adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar e fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 23.996,15 (vinte e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), em parcela única ou dividido em 10 (dez) parcelas mensais, sendo 9(nove) parcelas de R$ 2.399,61 (dois mil trezentos e trinta e 3 nove reais e sessenta e um e um centavos) e 1(uma) parcela de R$ 2.399,66 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos) devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro. § 1. º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consórcio ou outro meios que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2020. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR Elemento de Despesa - Rateio pela Participação em Consórcio Público 23.996,15 Valor R$ Fonte TOTAL 23.996,15 VI. DO PRAZO 4 CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); §1º No caso de inadimplemento por prazo de 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação. §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e e-mail. Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o título será levado a protesto; §3º Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. §4º As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e comunicações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. §5º Durante a 25ª Assembleia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; §6º Durante a 16ª Assembleia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos 5 funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor. CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês e de honorários advocatícios. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, 03 de março de 2026. 6 _____ AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN Prefeito Municipal de Nova Cantu Presidente do Consórcio Intermunicipal de _____ GIVANILDO TRUMI Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:FD00140D

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO Nº 104/2026 QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR E O MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO.

Contrato de Rateio nº 104/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO. Aos 04 dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Voluntários da Pátria, Nº 400 - Conj. 0402 - Cond. Wawel Ed. CEP nº. 80.020-000, Centro, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF/MF: 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo KM 05, Município de Nova Cantu, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO., pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 01.619.104/0001-41, com sede à AV DR. HEMERSON SIQUEIRA E SILVA, 594 Centro, CEP: 87365-000, QUARTO CENTENÁRIO, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. WILSON AKIO ABE, agricultor, brasileiro, casado, RG: 3.971.307-1, CPF:539.996.65904 endereço na Av. Bandeirantes, 444, Centro QUARTO CENTENÁRIO autorizado pela Lei Municipal nº 855/2025 de 03 de dezembro de 2025, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. II. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos

termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social. DAS ESPECIFICAÇÕES – O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados da CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026; sendo que as demais 1 despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custo despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados. e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorciar adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nas cláusulas 4ª e 5ª do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; 2 g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar e fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 15.997,44 (quinze mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), em parcela única ou dividido em 8 (oito) parcelas mensais, de R$ 1.999,68 (um mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro. mediante § 1. º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outros meios que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. 3 §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu OrçamentoPrograma Anual 2020. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR Elemento de Despesa - Rateio pela Participação em Consórcio Público Valor R$ Fonte 15.997,44 TOTAL VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: 15.997,44 O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 04 de maio de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); 4 §1º No caso de inadimplemento por prazo de 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação. §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e e-mail. Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o título será levado a protesto; §3º Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. §4º As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e comunicações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. §5º Durante a 25ª Assembleia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; §6º Durante a 16ª Assembleia Geral foi aprovada a possibilidade de o Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor. CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as 5 informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento

e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês e de honorários advocatícios. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.
Curitiba, 04 de maio de 2026.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN Prefeito Municipal de Nova Cantu e Presidente do CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná. Testemunhas: 1. _____ _____ Jacir Bombonato Machado CPF: 061.684.699-15 : WILSON AKIO ABE Prefeito Municipal de Quarto Centená

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:9468D063

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO Nº 108/2026 QUE ENTRE FAZEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR E O MUNICÍPIO DE MARILENA - PR.

Contrato de Rateio nº 108/2026 que entre fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE MARILENA - PR. Aos 02 dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Voluntários da Pátria, nº .400 - Conj. 0402 - Cond. Wawel Ed. CEP nº. 80.020-000, Centro, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF/MF: 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo KM 05, Município de Nova Cantu, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE MARILENA., pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 75.971.010/0001-73, com sede à RUA DANTE PASQUALETO, 855, CEP: 87960-000, CENTRO MARILENA, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. CELIO LELIS DA MATA, bioquímico , brasileiro, casado, RG: 8.741.091-9, CPF: 040.621.419-06, endereço na Rua Ivaí nº 408, MARILENA autorizado pela Lei Municipal nº 2433/2026 de 09 de junho de 2026, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 27ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2026, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. II. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social. DAS ESPECIFICAÇÕES – O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes 1 consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados da CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026; sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custo despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados. e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorciar adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nas cláusulas 4ª e 5ª do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; 2 e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar e fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 13.997,76 (treze mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos), em parcela única ou dividido em 6 (seis) parcelas mensais, de R$ 2.332,96 (dois mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos) devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro. § 1. º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e 3 projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outros meios que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As

despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR Elemento de Despesa - Rateio pela Participação em Consórcio Público 13.997,76 Valor R$ Fonte TOTAL 13.997,76 VI. VII. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 02 de julho de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. DAS PENALIDADES: 4 CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); §1º No caso de inadimplemento por prazo de 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação. §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e e-mail. Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o título será levado a protesto; §3º Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. §4º As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e comunicações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. §5º Durante a 25ª Assembleia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; §6º Durante a 16ª Assembleia Geral foi aprovada a possibilidade de o Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor. CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de 5 restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês e de honorários advocatícios. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

6 AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantu e Presidente do CIEDEPAR
Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná.

Testemunhas:

1. _____
Jacir Bombonato Machado
CPF: 061.684.699-15
CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal de Marilena

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:A373B574

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 027.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
Processo Adm: Nº 046/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para aquisição de 1.000 (mil) kits de higiene bucal, contendo escova dental, creme dental e fio dental, destinados ao atendimento das ações de promoção, prevenção e educação em saúde bucal desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais): **PHC ASSESSORIA E COMERCIO LTDA** (63248183000189) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 15 de julho de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:7FF53839

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
Processo Adm: Nº 070/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas, tipo marmitex e buffet livre, destinadas ao atendimento das necessidades das Secretarias do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 37.727,00 (trinta e sete mil e setecentos e vinte e sete reais): **JAQUELINE RODRIGUES LTDA** (33560162000133) com o lote: 1 no valor total de R$ 21.924,50 (vinte e um mil e novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). **IRACI DE CAMPOS DE PRODOCIMO** (26371026000130) com o lote: 2 no valor total de R$ 15.802,50 (quinze mil e oitocentos e dois reais e cinquenta centavos).

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 15 de julho de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:B19E0F97

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3530, DE 14 DE JULHO DE 2026

Altera Membro da Comissão Organizadora de Concurso Público, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado Decreto n° 3446/2026 que compõe a **Comissão Organizadora de Concurso Público**, destinado ao provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Administração Pública do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, nos termos da Legislação pertinente as normas estabelecidas em Edital, desta forma a Comissão passará a ser composta a partir desta data com os seguintes membros e suas qualificações:

Nome:	CPF e RG	Representação:	Qualificação profissional:
Presidente: Gezieli Brites de Miranda	CPF: 041.286.621-86 RG: 12.832.900-5-SSP/PR	Secretaria de Recursos Humanos	Ensino Superior Completo em Ciências Biológicas
Membro: Taini Necker	CPF: 093.372.099-85 RG: 10.251.127-1-SSP-PR	Secretaria de Planejamento	Engenharia Civil com Especialização em Planejamento e Gerenciamento de Obras
Tanize Angonesi de Castro	CPF: 091.017.269-27 RG: 9.746.903-2-SSP/PR	Secretária de Agricultura	Bacharel em Medicina Veterinária com Especialização/Pós-Graduação em Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos/Residência Multiprofissional em Área da Saúde, com ênfase em Doenças e Zoonoses Parasitárias /Mestrado em Ciências Biológicas, com ênfase em Microbiologia e Parasitologia

Art. 2º. A Comissão Organizadora de Concurso deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes aos Concursos Públicos.
Art. 3º. Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância ao Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, porém sem ônus ao erário público.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto n° 3446/2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:E2CE575E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1861, DE 15 DE JULHO DE 2026

Concede férias regulares ao servidor público municipal Edson José Guizoni Necker, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares de 10 (dez) dias, no período de 15 de julho de 2026 a 24 de julho de 2026, ao servidor público abaixo relacionado:

Nome	CPF	Cargo	Período Aquisitivo
Edson José Guizoni Necker	802.152.709-91	Contador	2024/2025

Art. 2° - No que se refere ao restante das férias acima mencionadas, 10 (dez) dias estão sendo pagos em pecúnia e o restante, ou seja, 10 (dez) dias serão usufruídas pelo servidor em data oportuna.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 15 de julho de 2026.

Gabinete do executivo municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:5E59D7F7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
PORTARIA Nº 014, DE 15 DE JULHO DE 2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara,
Considerando o requerimento de exoneração formulado pelo servidor por meio do Memorando nº 3.817/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, com efeitos a partir de 16 de julho de 2026, o servidor Claudecir Gonçalves, matrícula funcional nº 909/1, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Chopinzinho.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Chopinzinho, 15 de julho de 2026.
Registre-se e publique-se.

LIDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Danilo Dos Santos Pinto
Código Identificador:298392B4

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 05, DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre procedimentos para deliberação, diligências, reuniões virtuais e participação remota no âmbito das comissões permanentes e especiais da Câmara Municipal de Chopinzinho.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial com fundamento no art. 41, incisos I e II, e no art. 187, da Resolução nº 05, de 06 de dezembro de 2023 (Regimento Interno), e

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar procedimentos internos aplicáveis às comissões permanentes e especiais, com vistas à padronização, rastreabilidade, eficiência administrativa, publicidade dos atos e segurança jurídica;

CONSIDERANDO o disposto no art. 187 do Regimento Interno, que atribui à Mesa Diretora, por Resolução de Mesa, a competência para disciplinar a observância e a aplicação de meios eletrônicos a procedimentos legislativos, administrativos e patrimoniais no âmbito do Poder Legislativo, inclusive quanto ao uso de assinatura digital pelos membros do Poder e seus servidores;

CONSIDERANDO os precedentes regimentais que admitem a participação remota no âmbito da Câmara Municipal, mediante

autorização da Mesa Diretora, nos termos dos arts. 4º, § 3º, e 17, §7º, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no art. 52, parágrafo único do Regimento Interno, quanto ao quórum e à forma de deliberação das comissões permanentes e comissões especiais;

CONSIDERANDO que diligências constituem atos institucionais de instrução do processo legislativo, capazes de produzir efeitos formais no trâmite das proposições;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução estabelece procedimentos internos para deliberação, diligências, reuniões virtuais e participação remota em reuniões das comissões permanentes e especiais.

CAPÍTULO II
DAS DELIBERAÇÕES E DAS DILIGÊNCIAS
Art. 2º As comissões permanentes somente poderão deliberar por maioria de votos, com a presença da maioria absoluta de seus membros, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Resolução nº 05, de 06 de dezembro de 2023 (Regimento Interno).

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se às diligências decididas pela comissão a fim de instruir a proposição.

§ 2º É vedada a prática de diligência sem deliberação válida da comissão competente, ressalvadas as comunicações meramente informais para esclarecimentos preliminares, que não substituem os registros formais exigidos.

Art. 3º A deliberação sobre diligência deverá constar na ata da reunião respectiva, com indicação expressa do prazo para resposta e da responsabilidade pela execução.

§ 1º A diligência será formalizada e encaminhada pela Assessoria Legislativa ou pela Secretaria.

§ 2º Nos casos que demandem conteúdo técnico ou jurídico, a comissão poderá deliberar que a redação caberá à Assessoria Jurídica, permanecendo a Assessoria Legislativa/Secretaria responsável pelo encaminhamento formal ao destinatário.

Art. 4º Quando a diligência consistir em convocação de autoridade governamental, na forma do art. 60, inciso III, do Regimento Interno, o expediente deverá ser assinado pela Presidência da Câmara, como requisito indispensável de validade.

CAPÍTULO III
DA DELIBERAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO
Art. 5º Considera-se válida, nos termos do art. 187 da Resolução nº 05, de 2023 (Regimento Interno), inclusive para fins do art. 61, § 7º, do Regimento Interno, a deliberação registrada no sistema eletrônico oficial de tramitação de documentos da Câmara, desde que contenha manifestação individual dos membros titulares ou dos suplentes eventualmente convocados em substituição, mediante assinatura eletrônica, com observância do quórum mínimo exigido art. 2º desta Resolução e identificação clara da decisão.

Parágrafo único. A deliberação eletrônica prevista no *caput* é admitida exclusivamente para manifestação dos vereadores da comissão e não substitui a efetiva participação nas reuniões.

CAPÍTULO IV
DA REUNIÃO VIRTUAL E DA PARTICIPAÇÃO REMOTA
Art. 6º A comissão poderá realizar reunião extraordinária virtual, mediante videoconferência ou outro meio eletrônico que assegure comunicação plena e simultânea entre todos os membros participantes, desde que:

I - haja convocação formal pelo Presidente da Comissão;
II - haja concordância da maioria absoluta de seus membros;
III - seja definida, na convocação, a plataforma de acesso e o horário de realização da reunião;
IV - sejam observados integralmente o quórum, a forma de votação e as demais exigências regimentais aplicáveis.

§ 1º A reunião extraordinária virtual pressupõe comunicação em tempo real entre os membros, não se confundindo com a deliberação eletrônica assíncrona disciplinada no art. 5º desta Resolução.

§ 2º Aplica-se à reunião extraordinária virtual, no que couber, o disposto no art. 7º, §§ 1º e 2º, quanto à viabilidade técnica e ao registro em ata.

Art. 7º As reuniões das comissões poderão, excepcionalmente, contar com participação remota por videoconferência de um ou mais de seus membros, desde que o interessado comunique previamente à Assessoria Legislativa ou Parlamentar para verificação de viabilidade técnica.

§ 1º A participação remota ficará condicionada à disponibilidade e à compatibilidade da estrutura tecnológica da Casa.

§ 2º A participação remota deverá assegurar comunicação plena em tempo real e será registrada em ata como presença válida para fins de quórum e deliberação.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Chopinzinho, digitalmente datado e assinado.

LÍDIA POSSO
Presidente

ROSANI CHECELSKI
1ª Secretária

Publicado por:
Danilo Dos Santos Pinto
Código Identificador:91B32585

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90024/2026 - AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

DATA: 15/07/2026

REFERÊNCIA: Concorrência Presencial nº 90024/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE VISANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Considerando a manifestação da Secretaria de Administração, via Memorando Eletrônico nº 6.231/2025, despacho 28, a bem do interesse público, fica temporariamente suspenso o presente edital pra que sejam realizadas as alterações pertinentes. Em breve será republicado.

ÁLVARO DÊNIS CENCI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:CE45C5C0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 289/2022

Espécie: Extrato do 4º Termo de Aditivo ao Contrato nº 289/2022. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Wellington Justino de Souza. CNPJ: 11.884.268/0001-50. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 12 (doze) meses. Novo Prazo: 27/07/2027. Origem: Pregão Eletrônico nº 82/2022. Fundamento Legal: Artigos 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 13/07/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Wellington Justino de Souza, pela Empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:D1CB3F4B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 290/2022

Espécie: Extrato do 5º Termo de Aditivo ao Contrato nº 290/2022. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Edson Piaia - Produções de Eventos. CNPJ: 04.855.106/0001-28. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência contratual por mais 6 (seis) meses. Novo prazo: 27/01/2027. Valor total do Contrato: R$ 25.341,63 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 82/2022. Fundamento Legal: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 13/07/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Edson Piaia, pela Empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:8EFC8D7A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 6° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 214/2023

Espécie: Extrato do 6° Termo de Aditivo ao Contrato nº 214/2023. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: CTR3 Prestadora de Serviços Ltda. CNPJ: 02.375.648/0001-78. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência contratual por mais 6 (seis) meses e reajuste de valores, conforme índice do IPCA. Novo prazo: 25/01/2027. Valor Total: R$ 680.647,20 (seiscentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 135/2022. Fundamento Legal: Artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 13/07/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Luiz Artur Manica, pela Contratada.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:3155D535

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 222-2025 - RETIFICAÇÃO ALTERAÇÃO DE CC DANIELA SOMAVILA

RETIFICAÇÃO DECRETO Nº 222/2026

Alteração de Cargo em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o despacho 14 do Memorando Eletrônico n.º 2.549/2025, do Gabinete do Prefeito,

DECRETA:

Art. 1º. A alteração do Cargo em Comissão exercido por Daniela Somavila, RG nº 12.***.*11-8 SESP/PR, deixando de exercer o cargo de Chefe da Divisão de Planejamentos e Projetos, e passando a exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Programas e Metas, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, mantendo-se o mesmo vencimento mensal - ~~CC-6~~ CC-3, a partir de 13 de julho de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0BDED5DE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 633-2026 - RETIFICAÇÃO FÉRIAS KELI CAROLINE DE CAMPOS

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 633/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.395/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 15 (quinze) dias à servidora Keli Caroline de Campos, matrícula funcional nº 3685-7, ocupante do Cargo de em Comissão de Chefe da Divisão de Proteção Social Básica, referente ao período aquisitivo de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, para fruição de ~~13 a 27~~ 16 a 30 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social,Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:DDBD2B0A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 760-2026 - FÉRIAS ADNILSON SCHWAMBACH

PORTARIA Nº 760/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 3.734/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Adnilson Schwambach, matrícula funcional nº 1797-2, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 10 de agosto de 2024 a 09 de agosto de 2025, para fruição de 27 de julho de 2026 a 05 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:4920FA16

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 761-2026 - FÉRIAS THAIS APARECIDA DALFOVO

PORTARIA Nº 761/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 3.244/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Thais Aparecida Dalfovo, matrícula funcional nº 2235-1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 20 de setembro de 2024 a 19 de setembro de 2025, para fruição de 08 a 17 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:44FB4B43

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 762-2026 - FÉRIAS SANDRA APARECIDA DOS SANTOS SCOPEL

PORTARIA Nº 762/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 3.382/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Sandra Aparecida dos Santos Scopel, matrícula funcional nº 740-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 20 de fevereiro de 2025 a 19 de fevereiro de 2026, para fruição de 13 a 22 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE JULHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:85C83819

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.232/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO; ALTERA AS METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 4.122 DE 16 DE JUNHO DE 2025 (PPA), ALTERA A LEI Nº 4.146 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025 (LDO).

LEI N° 4.232, DE 15 DE JULHO DE 2026.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO; ALTERA AS METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 4.122 DE 16 DE JUNHO DE 2025 (PPA), ALTERA A LEI Nº 4.146 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025 (LDO).

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 053/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º - Altera a Lei nº 4.122 de 16 de junho de 2025 (Plano Plurianual 2026–2029), a Lei 4.146 de 01 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2026, passando a vigorar as metas estabelecidas nos anexos I e II destas Leis.
Art. 2º - Fica incluído no Plano Plurianual 2026-2029 ANEXO V, CAPÍTULO 2 - EIXO ECONOMICO E INFRAESTRUTURA, 2.3 ÓRGÃOS/ENTIDADES ENVOLVIDOS: **Secretaria de Obras e Urbanismo.**
Art. 3º - Ficam incluídas no Plano Plurianual 2026-2029 ANEXO V, as ações discriminadas abaixo, nos seus respectivos programas, de acordo com o inciso III, do § 2º, do art. 125, da Lei Orgânica do Município:

0013 - AVANÇAR MAIS

AÇÃO ORÇAMENTARIA	DESCRIÇÃO	ORGAO EXECUTOR	PPA COMPATIBILIDADE
1.050	Execução de obras de ampliação, adequação, modernização e melhoria das redes de infraestrutura urbana e rural do Município.	SOU	PRIORIDADES INFRAESTRUTURA URBANA
1.048	Aquisição de áreas destinadas à implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura urbana, compreendendo abertura, prolongamento e alargamento de vias públicas, bem como demais obras de interesse público.	SOU	PRIORIDADES INFRAESTRUTURA URBANA

Art. 4º - Fica autorizado o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$450.635,57 (quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), na classificação funcional programática do Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187 de 17 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual-2026), que abaixo especifica:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**		
04.02	**Depto de Manut Patrimonio Pub e Serv Urb**		
1545100131.050	**Aquisição de Áreas para Obras de Infraestrutura Urbana**		
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS (2790)	580	33.800,00
2575200131.048	**Obras de Ampliação da Rede de Energia Elétrica**		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES (2241)	5507	416.835,57
TOTAL			**450.635,57**

Art. 5º - Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do Crédito Adicional Especial acima, ocorrerão por:

I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Operação de Crédito/BB/Programa Eficiência Municipal (183)	580	33.800,00
TOTAL		**33.800,00**

II – SUPERÁVIT FINANCEIRO - REC. VINCULADO:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Contribuição Iluminação Pública - Superávit	5507	416.835,57
TOTAL		**416.835,57**

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 15 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:6E84D467

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.233/2026 - INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, AUXÍLIO FINANCEIRO TRANSITÓRIO PRÓ MORADIA, CUSTEADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA PRÓ MORADIA

LEI N° 4.233, DE 15 DE JULHO DE 2026.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, AUXÍLIO FINANCEIRO TRANSITÓRIO PRÓ MORADIA, CUSTEADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA PRÓ MORADIA EM SITUAÇÃO DE ESPERA PELA ENTREGA DE UNIDADES HABITACIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 055/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, temporário e não permanente, o Auxílio Financeiro Transitório Pró Moradia, como medida de gestão administrativa e de proteção social, destinada a mitigar o impacto financeiro suportado por famílias beneficiárias do Programa Pró Moradia durante o período de espera pela conclusão e entrega das respectivas unidades habitacionais.
Parágrafo único. O auxílio de que trata esta Lei não se confunde com os benefícios eventuais disciplinados pela Lei nº 3.704/2018, não estando sujeito ao seu regime jurídico ou fonte de custeio, e será custeado com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, nos termos do art. 6º, I, da Lei nº 2.306/2008.
Art. 2º São elegíveis ao Auxílio Financeiro Transitório Pró Moradia as famílias regularmente cadastradas e aprovadas no Programa Pró Moradia, constantes da relação de beneficiárias das unidades habitacionais com entrega prevista para os próximos 60 (sessenta) dias, que se enquadrem em uma das seguintes situações:
I – famílias que comprovem, mediante contrato e comprovantes de pagamento, estarem arcando com despesa de locação de imóvel residencial durante o período de espera; ou
II – famílias beneficiárias do Aluguel Social (Lei nº 3.704/2018) cujo prazo de concessão se exaurir, nos termos do art. 17, §6º, daquela Lei, antes da efetiva entrega da unidade habitacional do Programa Pró Moradia, hipótese em que o auxílio ora instituído sucederá o Aluguel Social a partir do mês seguinte ao encerramento deste, sem prejuízo da regular cessação do benefício anterior.
§ 1º É vedada a cumulação simultânea do auxílio de que trata esta Lei com o Aluguel Social da Lei nº 3.704/2018, podendo ser estendido o benefício previsto neste parágrafo para até 60 (sessenta) dias, não incidindo o limite previsto no Art. 3º desta Lei.
§ 2º É vedada a cumulação, por uma mesma família, de mais de uma das hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo.
§ 3º O valor do auxílio que trata esta Lei não poderá ultrapassar o valor já concedido no caso de recebimento do Aluguel Social.
Art. 3º O Auxílio Financeiro Transitório Pró Moradia será destinado a até 31 (trinta e uma) famílias beneficiárias do Programa Pró Moradia, consistindo no custeio de até 2 (dois) meses de locação de imóvel residencial, correspondentes aos meses de julho e agosto de 2026, observado o limite de R$ 600,00 (seiscentos reais) por mês, por família.
§ 1º O auxílio será pago mensalmente, mediante transferência bancária ao responsável familiar cadastrado no Programa Pró Moradia.
§ 2º Caso a unidade habitacional seja entregue à família beneficiária antes do pagamento da parcela correspondente ao mês de agosto de 2026, o auxílio será automaticamente encerrado, não sendo devido o pagamento da parcela remanescente.
Art. 4º A aplicação de recursos do FHIS para os fins desta Lei fica condicionada à prévia deliberação do Conselho-Gestor do FHIS, nos termos do art. 7º, I e VIII, da Lei nº 2.306/2008, à qual competirá:
I – aprovar a destinação excepcional de recursos do FHIS para o auxílio instituído por esta Lei;
II – fixar o número máximo de famílias atendidas e o montante total comprometido, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, em articulação com o órgão gestor do Programa Pró Moradia:
I – verificar, para cada família constante da relação de beneficiárias, o enquadramento nas hipóteses do art. 2º;
II – realizar levantamento e conferência documental dos contratos de locação e comprovantes de pagamento apresentados por cada família, dispensado novo estudo socioeconômico completo, tendo em vista a vulnerabilidade já reconhecida no processo de seleção do Programa Pró Moradia;
III – instaurar processo administrativo simplificado para concessão do auxílio, com parecer técnico conclusivo;
IV – comunicar mensalmente ao Conselho-Gestor do FHIS e ao Poder Legislativo a relação de famílias atendidas e os valores despendidos, em atenção ao disposto no art. 7º, §2º, da Lei nº 2.306/2008.
Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica consignada no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, na forma do art. 3º, I, da Lei nº 2.306/2008.
Art. 7º O Auxílio Financeiro Transitório Pró Moradia extinguir-se-á automaticamente com a efetiva entrega da unidade habitacional à família beneficiária, ou, impreterivelmente, em 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, o que ocorrer primeiro.
Art. 8º A prestação de informação falsa, ou a constatação de que a família não se enquadrava nos requisitos desta Lei, sujeitará o

beneficiário à restituição integral dos valores recebidos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 15 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:734848A7

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE ACEC - PROTOCOLO 1557-2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente documento trata da Inexigibilidade de Chamamento Público para a formalização de Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CHOPINZINHO – ACEC**, inscrita no CNPJ nº **77.744.704/0001-01**, visando à celebração de Termo de Fomento com recursos do Programa Dinheiro na Comunidade, conforme Protocolo Administrativo nº 1557/2026.
O caput do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica.
Considerando a exposição de motivos apresentada pela entidade, o Plano de Trabalho aprovado e a análise técnica constante nos autos do processo administrativo, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, do art. 34 do Decreto Municipal nº 035/2017 e da legislação municipal vigente;
Considerando que o projeto será executado com recursos do **Programa Dinheiro na Comunidade**, destinado ao fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio do financiamento de projetos de interesse público;
Considerando que a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC é entidade declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 729/1981;
Considerando que a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC, fundada em 11 de janeiro de 1981, atua há mais de 45 anos promovendo o desenvolvimento econômico do Município, por meio do fortalecimento do comércio, da indústria, da prestação de serviços, do empreendedorismo, da realização de eventos, capacitações e ações institucionais de interesse coletivo, possuindo reconhecida experiência na execução de projetos voltados ao interesse público;
Considerando a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a celebração da parceria, conforme manifestação do Departamento de Finanças constante dos autos do Protocolo Administrativo nº 1557/2026;
Considerando que o projeto visa promover a adequação e melhoria da infraestrutura da sede da entidade, ampliando a capacidade de atendimento, realização de eventos, capacitações e ações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município;
RATIFICO a inexigibilidade de chamamento público para a formalização de Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CHOPINZINHO – ACEC**, referente ao exercício de 2026, no valor de **R$ 99.998,03 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e três centavos)**, destinado à execução do projeto de **melhoria da infraestrutura da sede da entidade**, compreendendo a realização de pintura interna, instalação de persianas, aquisição de mobiliário, equipamentos de climatização, comunicação visual, portas de vidro e demais melhorias previstas no Plano de Trabalho aprovado, visando ampliar a capacidade de atendimento da entidade, a realização de eventos, cursos, reuniões, capacitações e demais ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico do Município, com recursos do **Programa Dinheiro na Comunidade**.
Determino a publicação deste ato, conforme previsto no §1º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no §1º do art. 35 do Decreto Municipal nº 035/2017.
Após, remetam-se os autos para a formalização do Termo de Fomento e demais providências cabíveis.
Chopinzinho, 15 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:2F2A957C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROTOCOLO 1557-2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
A Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CHOPINZINHO – ACEC**, inscrita no CNPJ nº **77.744.704/0001-01**, é entidade declarada de Utilidade Pública Municipal, que atua na promoção do desenvolvimento econômico do Município de Chopinzinho/PR, por meio do fortalecimento do comércio, da indústria, da prestação de serviços, do empreendedorismo, da realização de eventos, capacitações e ações institucionais de interesse coletivo, conforme **Protocolo Administrativo nº 1557/2026**.
Para a formalização de parceria mediante **Termo de Fomento**, torna-se necessária a transferência de recursos financeiros no valor de **R$ 99.998,03 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e três centavos)**, com fundamento nas seguintes normas:
I – Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente o art. 31;
II – Decreto Municipal nº 035/2017;
III – Lei Municipal nº 729/1981, que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC;
IV – Deliberação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
V – Exposição de motivos apresentada pela entidade, Plano de Trabalho aprovado, parecer técnico favorável e anuência da Secretaria Municipal competente.
Considerando a inviabilidade de competição, tendo em vista que o objeto da parceria destina-se ao fortalecimento institucional da Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC, entidade específica que atua há mais de 45 anos na promoção do desenvolvimento econômico local, por meio de ações voltadas ao empreendedorismo, à qualificação empresarial e ao fortalecimento do comércio, da indústria e da prestação de serviços;
Considerando que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 729/1981;
Considerando que o projeto será executado com recursos do **Programa Dinheiro na Comunidade**, destinado ao fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio do financiamento de projetos de interesse público;
Considerando que a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC possui capacidade técnica, operacional e experiência para execução do projeto proposto, dispondo de estrutura administrativa adequada para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
Considerando que o projeto visa promover a adequação e melhoria da infraestrutura da sede da entidade, ampliando a capacidade de atendimento, realização de eventos, reuniões, cursos, capacitações e demais ações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município;
Dessa forma, declara-se inexigível a realização de Chamamento Público para celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CHOPINZINHO – ACEC, referente ao exercício de 2026, no valor de R$ 99.998,03 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e três centavos), destinado à execução do projeto de melhoria da infraestrutura da sede da entidade, contemplando a realização de pintura interna, instalação de persianas, aquisição de mobiliário, equipamentos de climatização,

comunicação visual, portas de vidro e demais melhorias previstas no Plano de Trabalho aprovado, com recursos do Programa Dinheiro na Comunidade.
Chopinzinho/PR, 15 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

JOSÉ FRANCISCO GREZZANA
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:61693C56

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 214-2026 - DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 214, DE 08 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, o uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa:
DECRETA:
Art. 1º Fica composto e nomeado o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa no âmbito municipal.
Art. 2º O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será integrado pelos seguintes membros, representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS

• Titular: Alexandra Kurpel
• Suplente: Jusara Kanigoski

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

• Titular: Lidia Posso
• Suplente: Ana Nodari Fortuna

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

• Titular: Jusseane de Oliveira Silverio
• Suplente: Maria Bernadete Wecher dos Santos

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

• Titular: José Francisco Grezzana
• Suplente: Angelita dos Reis de Oliveira

V – ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE IDOSOS - CLUBE DO VOVÔ

• Titular: Ivo de Oliveira
• Suplente: Paulo de Almeida

VI – ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA MÉDIA E TERCEIRA IDADE

• Titular: Noeli Klabund
• Suplente: Sebastião Alves de Ramos

VII – ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE IDOSOS - AMIGOS PARA SEMPRE

• Titular: Ana Maria Ferreira Tavares
• Suplente: Glória Três Dallagnol

VIII – CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

• Titular: Adelino Parizotto
• Suplente: Roberto De March

Art. 3º O mandato dos membros do Comitê Municipal coincidirá com o período de vigência e execução das etapas locais do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, sendo as funções consideradas de relevante interesse público, não remuneradas.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 08 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:95AB7F02

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 225-2026 - NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E DE INOVAÇÃO (CATI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 225, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Nomeia os membros do Comitê de Avaliação Técnica e de Inovação (CATI), e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 084, de 23 de março de 2026, que instituiu a Incubadora Tecnológica de Chopinzinho (ITC) e estabeleceu o Comitê de Avaliação Técnica e de Inovação (CATI) como órgão de assessoramento técnico vinculado à Invest Chopinzinho;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê de Avaliação Técnica e de Inovação (CATI), previsto no Decreto Municipal nº 084/2026, os seguintes membros:
José Francisco Grezzana;
Samara Pietrobom Dresch;
Matheus Vinícius de Freitas.
Art. 2º Compete aos membros do Comitê exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 084/2026 e demais normas aplicáveis.
Art. 3º A participação no Comitê de Avaliação Técnica e de Inovação (CATI) será considerada serviço público relevante, não ensejando o pagamento de qualquer remuneração, gratificação ou outra vantagem pecuniária por parte do Município.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 14 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:9DA7D1FD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 218/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O BIÊNIO 2026/2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 218, DE 13 DE JULHO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O BIÊNIO 2026/2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde do Município de Chopinzinho, para o mandato compreendido entre 26 de junho de 2026 e 25 de junho de 2028, conforme a seguinte composição:

I - REPRÈSENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS

a) Representante das entidades sindicais e cooperativas:

• Titular: José Inácio Steffen
• Suplente: Celso José Marafon

b) Representante das escolas de Ensino Regular e Rotary:

• Titular: Evanilda de Oliveira Silvério
• Suplente: Elisiane Barbosa

c) Representante de associações relacionadas à área de agropecuária:

• Titular: Luci Aparecida Comiran Baraldi
• Suplente: Evanir Acorsi

d) Representante das Associações de Idosos e ONG's:

• Titular: Beatriz Cozer Ferri
• Suplente: Nilce Poli Pereira

e) Representante de movimentos sociais de defesa de direitos:

• Titular: Maria Talia Zvetzch Cordeiro
• Suplente: Edilei Martins Ramos

f) Representante das igrejas:

• Titular: Mauricio Nelson Grando
• Suplente: Agustinho Eloi de Siqueira

II - REPRESENTANTES DO GOVERNO E DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

1º Representante:

• Titular: Vilmarize Buffon Fraron
• Suplente: Cassia Três

2º Representante:

• Titular: Caroline Pigosso Munaretto
• Suplente: Paula Graciela Koetz

3º Representante:

• Titular: Micheli Fernanda Alves
• Suplente: Emiliane Moreira Leopoldino

III - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

1º Representante:

• Titular: Giseli dos Santos Silva
• Suplente: Camila Carnieletto Winques

2º Representante:

• Titular: Consuelo de Fátima Ceni Riesemberg
• Suplente: Wesley dos Santos Conrado

3º Representante:

• Titular: Ana Nodari Fortuna
• Suplente: Glauciane Alves Afonso Yanagida

Art. 2º O exercício da função de Conselheiro Municipal de Saúde não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante para o Município.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e administrativos a 26 de junho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 13 DE JULHO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:EE7848A1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 713/2026

PORTARIA Nº 713/2026

O **EXMO. SR. PREFEITO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 204 da Lei Complementar nº 68/2012, e considerando o que consta no Processo de Sindicância Investigativa nº 01/2025,
RESOLVE:
Determinar o **ARQUIVAMENTO** do Processo de Sindicância Investigativa nº 01/2025, com fundamento no art. 182-B, inciso I, da Lei Complementar nº 68/2012, tendo em vista a inexistência de indícios da prática de infração disciplinar ou de falha na prestação do serviço público.

Chopinzinho/PR, 15 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:E5473FA1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Corumbataí do Sul - Pr, com fundamento no caput do Art. 74, inciso IV e Artigo 79, Inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009,

Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução/CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021 e RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026., conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Período e local para entrega dos envelopes ou envio:
De 16/07/2026 até a data limite do dia 10/08/2026, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul – Pr, ou via e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br.

Local e Data de Abertura dos envelopes:
A abertura do(s) envelope(s) e conferência dos documentos de habilitação do Chamamento Público será proferida em sessão pública a ser realizada no dia **11 de Agosto de 2026 às 08:30 (oito e trinta) horas**, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul – Pr.

Informações complementares do Edital encontra-se disponível no setor de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através do telefones: 44 99935-8828 – 99935-8839, e/ou e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br e ainda no site: www.corumbataidosul.pr.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de Julho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:E007989A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 072/2026

PORTARIA 072/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a adoção de escala de trabalho dos servidores da Câmara Municipal durante o período de recesso legislativo e dá outras providências.

JULIANO MORELLI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 28, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 28, inciso XII, do Regimento Interno, e:

CONSIDERANDO que o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal estabelecem o recesso das atividades legislativas a partir de 17 de julho;
CONSIDERANDO que, durante o período de recesso legislativo, não são realizadas sessões ordinárias, podendo ocorrer sessões extraordinárias, circunstância que acarreta significativa redução das atividades parlamentares e administrativas relacionadas ao processo legislativo;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços administrativos essenciais da Câmara Municipal, mantendo o atendimento ao público e o regular funcionamento dos setores administrativos;
CONSIDERANDO que a implantação da escala a partir de 15 de julho de 2026 visa possibilitar a organização administrativa dos setores, a redistribuição das atividades internas, a conclusão de procedimentos em andamento e a transição gradual para o período de recesso legislativo, garantindo a continuidade dos serviços e evitando descontinuidade no atendimento.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, o regime de escala de revezamento dos servidores, no período de 15 de julho de 2026 a 31 de julho de 2026, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços administrativos, o atendimento ao público e o regular funcionamento do Poder Legislativo.
Art. 2º Durante o período previsto no artigo anterior, o expediente da Câmara Municipal será mantido em seu horário normal de funcionamento, sendo a escala de revezamento elaborada e definida pela Presidência da Câmara Municipal, de forma a garantir a presença de servidores para o desempenho das atividades administrativas e institucionais.
Art. 3º Nos termos do art. 5º, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal, o Poder Legislativo reunir-se-á ordinariamente a cada ano no período de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, durante o qual não serão realizadas Sessões Ordinárias. Os trabalhos legislativos ordinários serão retomados com a realização da 21ª Sessão Ordinária do 12º Período da 9ª Legislatura, convocada para o dia 03 de agosto de 2026, às 18h.
Art. 4º O recesso legislativo não impede o exercício das atividades parlamentares pelos Vereadores, que poderão acessar as dependências da Câmara Municipal sempre que necessário ao desempenho de suas funções institucionais, tampouco obsta a convocação e a realização de Sessões Extraordinárias, na forma da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.
Parágrafo único. Na hipótese de convocação de Sessão Extraordinária, os servidores necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos legislativos deverão comparecer ao serviço, independentemente da escala de revezamento estabelecida, mediante convocação da Presidência.
Art. 5º A escala de revezamento prevista nesta Portaria constitui medida excepcional de organização administrativa, ficando os servidores dispensados do comparecimento ao serviço nos dias em que não estiverem escalados, sem prejuízo da remuneração e sem necessidade de compensação de jornada.
Parágrafo único. Nos dias em que estiverem escalados, os servidores deverão cumprir integralmente a jornada diária de trabalho, permanecendo à disposição da Presidência da Câmara Municipal durante todo o horário de expediente.
Art. 6º Todos os servidores deverão retornar ao regime normal de expediente no dia 03 de agosto de 2026, independentemente da escala de revezamento estabelecida por esta Portaria.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

JULIANO MORELLI
Presidente

Registre-se e Publique-se;

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:3DD6F9F2

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO

EXTRATO DE DISPENSA Nº 025/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 025/2026
	WANDERSON DOS SANTOS CARVALHO DA SILVA
OBJETO:	Aquisição de instrumentos musicais e equipamentos de sonorização (violões acústicos de nylon, caixas de som portáteis de alta potência e kits de microfones sem fio) para atender às demandas das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e das programações da Secretaria Municipal de Assistência Social (SCFV, Fundo do Idoso, Fundo da Mulher e atividades do CMDCA) do Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.
VALOR TOTAL:	R$ 17.771,00 (dezessete mil setecentos e setenta e um reais).

DOTAÇÃO:	4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente

Publicado por:
Sirlei da Rocha
Código Identificador:C2EFFE60

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO

EXTRATO DE DISPENSA Nº 026/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 026/2026
	Zarth Soluções em Piscicultura CNPJ: 12.523.894/0001-83
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) aerador tipo chafariz, com motor elétrico de 1,5 CV, alimentação bifásica e estrutura confeccionada em material resistente à corrosão, destinado à oxigenação e circulação da água do lago municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR, em substituição ao equipamento atualmente inoperante).
VALOR TOTAL:	R$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais).
DOTAÇÃO:	4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente

Publicado por:
Sirlei da Rocha
Código Identificador:2540AE54

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2279

DECRETO N.º 2279/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1596/2026 de 15/07/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 104.482,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	329	04.001.0010.0301.0045.2011 - CONSUD - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE.3337239000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	04962	104.482,00
			Total		**104.482,00**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4171399010200000000 Incremento MAC fonte 4962		04962	104.482,00
		Total		**104.482,00**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo		**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**	
4962		0,00	0,00	104.482,00	
Total		**0,00**	**0,00**	**104.482,00**	

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:69D12070

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1596

LEI ORDINÁRIA N.º 1596/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 104.482,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	329	04.001.0010.0301.0045.2011 - CONSUD - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE.3337239000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	04962	104.482,00
			Total		**104.482,00**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4171399010200000000 Incremento MAC fonte 4962		04962	104.482,00
		Total		**104.482,00**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo		**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**	
4962		0,00	0,00	104.482,00	
Total		**0,00**	**0,00**	**104.482,00**	

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:3B365103

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 28/2024

TERMO DE ADITIVO

3º Termo aditivo do contrato 28/2024 decorrente da Dispensa nº 12/2024 de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE E ENCAMINHAMENTO PARA TRATAMENTO E INCINERAÇÃO DOS RESÍDUOS DA SAÚDE, PERTENCENTES AOS GRUPOS A-INFECTANTES, B-QUÍMICOS, E-PERFUROCORTANTES.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86.950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA**, inscrita no

CNPJ sob nº. 08.680.158/0001-61, com sede no endereço Rua Abrão Nacles, 514, Parque Industrial e Comercial Abrão Nacles, Cianorte-Pr, neste ato representada por **CRISTIANO ANDRÉ RODRIGUES**, portador do CPF sob nº 007.412.599-07, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 15/07/2027, justifica-se o aditivo para assegurar a continuidade dos serviços essenciais de coleta, transporte, tratamento e incineração dos resíduos de saúde dos Grupos A, B e E. A prorrogação fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, permanecendo as condições e os preços para a Administração. A interrupção dos serviços poderá ocasionar riscos sanitários e ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 15 de julho de 2026.

Município De Fênix	Bio Resíduos Transportes LTDA
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***CRISTIANO ANDRÉ RODRIGUES***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:F7E6846B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 04/2023

TERMO DE ADITIVO

8º Termo aditivo do contrato 04/2023 decorrente da Dispensa nº 18/2023 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETROCARDIOGRAFIA - ECG.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.071.210/0001-21, com sede no endereço Rua Nestor Guimaraes, 111, Estrela, Ponta Grossa-Pr neste ato representada por **Marcelo Valladão Ferreira de Carvalho**, portador do RG nº 13.017.555-4, portador do CPF sob nº 002.066.727-21, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 1.200,00 mensais, com a finalidade de disponibilizar mais exames eletrocardiografia, pois nos últimos meses teve aumento significativa de solicitação, assim para atender aos pacientes assistidos no Pronto Atendimento houve a necessidade deste acréscimo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 15 de julho de 2026.

Município De Fênix	Call ECG Serviços De Telemedicina LTDA – EPP
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***MARCELO VALLADÃO FERREIRA DE CARVALHO***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:9C88998D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA - SRP Nº 21/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA - SRP Nº 21/2026

O MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Departamento de Licitações, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO - SRP**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "KIT PIROTÉCNICO" DE BAIXO RUÍDO, SEM ESTAMPIDO PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO.

VALOR: R$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 14/07/2026.
Até 20/07/2026 às 07:59

PERÍODO DE LANCES
De 20/07/2026 às 08:00
Até 20/07/2026 às 14:00

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

O Edital da Dispensa com detalhes da estará à disposição dos interessados, diretamente na PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do e-mail:licitacao@fenix.pr.gov.br ou pelo fone (44) 3272-8000.

Fênix, 14 de julho de 2026.

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:C5C19CDB

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
256/2026

PORTARIA Nº 256/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar na data de 13 de julho de 2026**, VITOR HUGO AMIM FONTOLLAN,** do cargo em comissão de **Chefe de Agendamento de Saúde.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 13 de julho de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 15 de julho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:6B4F0374

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
257/2026

PORTARIA Nº 257/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **FLAVIA SANTIAGO DE ANDRADE DE LUCENA,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 03/06/2025 a 02/04/2026 a ser usufruída de 15 de julho a 13 de agosto de 2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 15 de julho de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 15 de julho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:46C42D77

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
258/2026

PORTARIA Nº 258/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o (a) Servidor (a), **LEILA LUZIA PETERNELLI**, Licença para tratamento de saúde de 90 dias conforme atestado médico, a partir de 16 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 15 de julho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:4203AFFB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR.
CONTRATADA: M. A. BERTOLINI GONÇALVES, inscrita no CNPJ sob nº 05.156.182/0001-08.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 75/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 29/2026.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, demais bens permanentes correlatos e locação eventual de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR e da Câmara Municipal, por meio de contratação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.
VALOR GLOBAL: R$ 402.720,00 (quatrocentos e dois mil, setecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:6BC474FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2026

CONTRATANTE: Município de Nossa Senhora das Graças/PR.
CONTRATADA: E R NICOLAU INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ nº 01.603.903/0001-20.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 75/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 29/2026.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, demais bens permanentes correlatos e locação eventual de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR e da Câmara Municipal, por meio de contratação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.
VALOR GLOBAL: R$ 335.632,53 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos).
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:388DB509

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

CONTRATANTE: Município de Nossa Senhora das Graças/PR.
CONTRATADA: MARYLEIDE MATHEUS GONÇALEZ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.196.520/0001-01
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 75/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 29/2026.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, demais bens permanentes correlatos e locação eventual de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR e da Câmara Municipal, por meio de contratação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.
VALOR CONTRATADO: R$ 264.433,52 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:9D2A0FCB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR.
CONTRATADA: RUFATO & SOUZA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.275.444/0001-47.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 75/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 29/2026.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, demais bens permanentes correlatos e locação eventual de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR e da Câmara Municipal, por meio de contratação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.
VALOR GLOBAL: R$ 48.170,00 (quarenta e oito mil cento e setenta reais).
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:DB45AF1E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR.
CONTRATADA: 37.687.756 ALINE DE SOUZA, inscrita no CNPJ sob nº 37.687.756/0001-60.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 75/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 29/2026.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, demais bens permanentes correlatos e locação eventual de mesas e cadeiras, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR e da Câmara Municipal, por meio de contratação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.
VALOR GLOBAL: R$ 29.064,00 (vinte e nove mil e sessenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:65FFCC02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 60.599.605/0001-72

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
26	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO:C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS: TERMOSSELANTE, TAMANHO: CERCA DE 15CMX100M, COMPONENTES:C/ INDICADOR QUÍMICO.	100	R$ 61,9800	R$ 6.198,0000

Valor Total Homologado - R$ 6.198,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:E1D885C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ/CPF: 56.081.482/0001-06

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
02	AGULHA HIPODERMICA, 13 X 4,5 DESCARTAVEL, ESTERIL. ATIÇA, APIROGENICA, CANULA EM APOR INOX, CILÍNDRICAS, RETA, OCA. SILICONIZADA, COM BISEL TRIFACETADO. AFIADO, RÍGIDOS E CENTRALIZADO, CANHAO EM POLIPROPILENO E QUE PERMITA ENCAIXE PERFEITO, PROTETOR EM POLIPROPILENO, SEM RACHADURAS E BEM ACOPLADO AO CANHAO. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, ABERTURA EM PETALA. EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAQAO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICARÃO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO MINISTERIO DA SAÚDE. CAIXAS COM 100 UNIDADES	60	R$ 8,5000	R$ 510,0000

Valor Total Homologado - R$ 510,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A7DEFB70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO FLORIANOPOLIS COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: FLORIANOPOLIS COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ/CPF: 23.514.704/0001-88

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
87	BARRAS PARALELAS PARA FISIOTERAPIA • CORRIMÃOS EM TUBO DE AÇO PINTADO, COM REGULAGEM DE ALTURA (52 A 90 CM) E LARGURA (39 A 60 CM) • 3 BARRAS VERTICAIS DE CADA LADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E ACABAMENTO EM VERNIZ • TABLADO EM MADEIRA COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE EM PISO SINTÉTICO • DIMENSÕES DA BASE: 3 M (C) X 80 CM (L) • PESO APROXIMADO: 43 KG • DIMENSÕES EMBALADA: 20(A) X 3.06(C) X 85(L) • PRODUTO VENDIDO DESMONTADO MARCA SUGERIDA: CARCI	1	R$ 1.754,5200	R$ 1.754,5200
88	ESPALDAR EM MADEIRA (BARRA/ ESCADA DE LING) IMENSÕES: 48X93X238CM • MADEIRA NATURAL DE EUCALIPTO REVESTIDO COM PELÍCULA DE SELADOR. • O ESPALDAR É ENVIADO DESMONTADO. • ACOMPANHA MANUAL DE MONTAGEM. • SUPORTA ATÉ 140KG • ESPESSURA DAS BARRAS DE 3,2CM • 11 BARRAS NA HORIZONTAL MARCA SUGERIDA: ARKTUS	1	R$ 734,7100	R$ 734,7100

Valor Total Homologado - R$ 2.489,23

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:93D95F64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026

c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 34.223.536/0001-98

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
111	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO: 100ML	15.000	R$ 2,4200	R$ 36.300,0000

Valor Total Homologado - R$ 36.300,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:DD3FDCD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO RINAMED COM DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: RINAMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 03.583.301/0001-83

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
24	DISCO DE EQUILIBRIO INFLAVEL? BALANCE DISC MARCA REFERÊNCIA: CARCI PRODUTO DESENVOLVIDO PARA PROPRIOCEPÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE PESO E EQUILÍBRIO. PRODUTO VINÍLICO, ATÓXICO, INFLÁVEL. DIMENSÕES: DIÂMETRO: 40 CM. COR: AZUL	1	R$ 72,0000	R$ 72,0000
32	EXTENSOR ELÁSTICO PARA FORTALECIMENTO DOS DEDOS - MARCA REFERÊNCIA: LIVEUP - LEVE: RESISTÊNCIA DE 3KG/6.6LB COR: LARANJA	1	R$ 19,9900	R$ 19,9900
33	EXTENSOR ELÁSTICO PARA FORTALECIMENTO DOS DEDOS - MARCA REFERÊNCIA: LIVEUP - MÉDIO: RESISTÊNCIA DE 4KG/8.8LB COR: VERDE	1	R$ 21,5000	R$ 21,5000
34	EXTENSOR ELÁSTICO PARA FORTALECIMENTO DOS DEDOS - MARCA REFERÊNCIA: LIVEUP - FORTE: RESISTÊNCIA DE 5KG/11LB COR: AZUL.	1	R$ 22,5000	R$ 22,5000
45	KIT EXERCITADOR PARA DEDOS 1,36KG; 2,27KG; 3,18K; ESPECIFICAÇÕES 01 PROJETADO ERGONOMICAMENTE PARA MANTER A MÃO NA POSIÇÃO APROPRIADA DURANTE O EXERCÍCIO. APLICAÇÕES: O EXERCITADOR PARA DEDOS LIVEUP SPORTS É UMA ÓTIMA MANEIRA DE MELHORAR A MUSCULATURA DAS MÃOS E DEDOS E MANTER O CORPO ATIVO EM QUALQUER LUGAR. SEU TAMANHO COMPACTO É IDEAL PARA SER UTILIZADO NO CONFORTO DO LAR OU PARA LEVAR EM VIAGENS. BASTA APERTÁ-LO COM FORÇA PARA COMEÇAR A SENTIR A MUSCULATURA ENRIJECENDO. POR MEIO DAS RESISTENTES MOLAS DE AÇO É POSSÍVEL FORTALECER MÃOS, DEDOS, PUNHOS E ANTEBRAÇOSRESISTÊNCIA COM MOLAS FORTES. AJUDA NO FORTALECIMENTO DAS MÃOS, DEDOS, PUNHOS E ANTEBRAÇOS. INDICADO PARA USO EM ACADEMIAS, CLÍNICAS, ESCOLAS, CLUBES E RESIDÊNCIAS; AJUDA NA RECUPERAÇÃO DE PEQUENAS LESÕES E PROBLEMAS DE MÁ ARTICULAÇÃO ITENS INCLUSOS: - 1 EXERCITADOR PARA DEDOS 1,36KG; - 1 EXERCITADOR PARA DEDOS 2,27KG; - 1 EXERCITADOR PARA DEDOS 3,18KG.	1	R$ 165,0000	R$ 165,0000
68	SUPORTE PARA BOLA DE PILATES DE PAREDE - PEQUENO SUPORTE DE PAREDE 30 X 45CM (DIÂM. X PROF.) ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSO PARA INSTALAÇÃO	3	R$ 36,9900	R$ 110,9700
91	KIT DE VENTOSA 17 OU 19 COPOS EM ACRÍLICO COM PISTOLA BOMBA A VACUAO KIT DE VENTOSA 17 COPOS DONG YANG • ESPECIFICAÇÕES DO KIT VENTOSA COM 17 COPOS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO • DIÂMETRO INTERNO APROXIMADO COPO DIÂMETRO QUANTIDADE • NÚMERO 4,5CM 13 UNIDADES • NÚMERO 3,8CM 1 UNIDADES • NÚMERO 3,5CM 1 UNIDADES • NÚMERO 3,0CM 1 UNIDADES • NÚMERO 2,3CM 1 UNIDADES • MATERIAL DOS COPOS: ACRÍLICO MARCA ESPECIFICA: DONG YANG (NÃO ADQUIRIR DE OUTRA MARCA)	1	R$ 370,0000	R$ 370,0000

Valor Total Homologado - R$ 781,96

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:6733111A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 00.656.468/0001-39

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
77	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML	100	R$ 5,7900	R$ 579,0000
80	SALBUTAMOL, SULFATO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	100	R$ 14,0600	R$ 1.406,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.985,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A83097CC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4993 EXONERA ARTEMIO ANTUNES DO SACRAMENTO

DECRETO N.º 4993/2026

Declara a vacância de cargo público do servidor que menciona, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, benefício n.º 242.979.773-3

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 52, V da Lei Complementar 04/2025 e suas posteriores alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara a vacância, nos termos do art. 52, V da Lei Complementar 004/2025, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado junto ao Secretaria de Obras, Infra estrutura Rural e Serviços Urbanos, em razão da concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, benefício n.º 242.979.773-3, ocorrida em 25 de junho de 2026, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do servidor Sr. ARTEMIO ANTUNES DO SACRAMENTO, matrícula nº 13641, portador do CPF n.º 620.215.089-00.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, a partir do dia 31 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:21E8EADA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3226 CONCEDE GRAT A JOEL DE ANDRADE

Portaria n.º 3226/2026

Institui Horário especial de trabalho, e cria gratificação por atividade para motorista do da área de Saúde e dá outras providências.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a partir do dia 07 de julho de 2026, o Servidor Público Municipal o Sr. **JOEL DE ANDRADE,** matrícula 29343125, CPF. nº, 026.802.869-95, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, para prestar seus serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, na função de motorista de transporte da área da saúde, gratificação de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o valor base do vencimento do nível em que o Servidor (motorista) se encontra, com base na Lei Municipal, 837/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir do dia 07 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:4E8599AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 4994/2026 INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4994/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, nomeia seus membros e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos Paraná;
CONSIDERANDO a Estratégia Alfabetiza Juntos, instituída pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 1.232/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de São Jorge D'Oeste;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização**, instância permanente de governança responsável por acompanhar, monitorar, articular e fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com a Política de Alfabetização do Território Estadual e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar o cumprimento das metas e ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
III – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV – propor estratégias para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da gestão da alfabetização;
V – acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização;
VI – promover a articulação entre as políticas municipais, estaduais e nacionais voltadas à alfabetização;
VII – emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º Ficam nomeados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização os seguintes membros:
I – Presidente:
Neide Lorencena – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
II – Vice-Presidente:
Claudia Elaine Zgoda da Silva - Articuladora Municipal da Política Municipal de Alfabetização/Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
III – Membros:
Juliane Guarnieri Panasolo - Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
Dirlei Aparecida Zolet - Diretora representante das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
Luciane Aparecida Malacarne - Professora alfabetizadora, representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 4º O Comitê Estratégico reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Art. 5º A participação dos membros no Comitê Estratégico será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação prestará o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Estratégico.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da Lei Municipal da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:E7C3EDA6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 4995/2026 DESIGNA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4995/2026

Designa a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 1.232/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:

Art. 1º Designar a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, responsável pelo planejamento, coordenação, implementação, assessoramento pedagógico, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica será composta pelos seguintes servidores:
I – Coordenação Geral
Nome: Neide Lorencena
Cargo: Secretária Municipal de Educação
II – Coordenação Pedagógica
Nome: Juliane Guarnieri Panasolo
Cargo: Diretora do Departamento Pedagógico
III – Coordenação da Política Municipal de Alfabetização
Nome: Claudia Elaine Zgoda da Silva
Cargo: Articuladora Municipal da Política Municipal de Alfabetização / Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
V – Equipe Técnica Pedagógica
Nome: Alexsandra Miri
Cargo: Coordenadora Pedagógica da Equipe.

Art. 3º Compete à Estrutura Administrativa e Pedagógica:
I – coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – elaborar, acompanhar e avaliar as ações previstas no Plano de Trabalho Anual;
III – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV – promover o assessoramento pedagógico às unidades escolares;
V – acompanhar a execução das formações continuadas;
VI – apoiar a implementação das avaliações diagnósticas e das estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – elaborar relatórios técnicos, documentos e demais instrumentos necessários ao monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
VIII – prestar apoio técnico ao Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º Os servidores designados exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções inerentes aos respectivos cargos, observado o regime de trabalho estabelecido pela Administração Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:E92A6C4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 4996/2026 INSTITUI O RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E A DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, À ALFABETIZAÇÃO E À RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DECRETO Nº 4996/2026

Institui o reconhecimento institucional e a disseminação de boas práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil, à alfabetização e à recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de São Jorge D'Oeste.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Institui, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Jorge D'Oeste, o processo permanente de reconhecimento institucional e disseminação de boas práticas pedagógicas desenvolvidas por escolas, Centros Municipais de Educação Infantil, gestores, equipes pedagógicas e docentes, visando fortalecer a política municipal de alfabetização, promover a melhoria contínua da qualidade da educação e incentivar a recomposição das aprendizagens.

Art. 2º São objetivos deste Decreto:
I – Reconhecer experiências pedagógicas exitosas;
II – Valorizar escolas e profissionais da educação;
III – Incentivar a melhoria dos indicadores educacionais;
IV – Fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
V – Promover a recomposição das aprendizagens;
VI – Incentivar práticas inovadoras fundamentadas em evidências;
VII – Disseminar boas práticas entre as unidades escolares;
VIII – Fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
IX – Valorizar e reconhecer institucionalmente os profissionais da educação pela participação e conclusão das ações de formação continuada desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO II
DO PÚBLICO CONTEMPLADO

Art. 3º Poderão ser reconhecidos:
I – Escolas municipais;
II – Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;
III – Diretores escolares;
IV – Coordenadores pedagógicos;
V – Equipes pedagógicas;
VI – Docentes da Educação Infantil;
VII – Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 4º A avaliação será realizada considerando indicadores quantitativos e qualitativos.
Parágrafo único. Serão observados, dentre outros:
I – Evolução dos resultados das avaliações externas;
II – Evolução das avaliações internas da Rede Municipal;
III – Resultados das sondagens diagnósticas;
IV – Desempenho em avaliações de fluência leitora;
V – Desenvolvimento das habilidades essenciais de alfabetização;
VI – Evidências da recomposição das aprendizagens;
VII – Redução das defasagens de aprendizagem;
VIII – Utilização pedagógica dos resultados das avaliações;
IX – Planejamento pedagógico baseado em evidências;
X – Frequência escolar;
XI – Participação em ações de formação continuada;
XII – Desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura, escrita e letramento;
XIII – Inovação pedagógica;
XIV – Ações colaborativas entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XV – Evidências documentais das práticas desenvolvidas.

CAPÍTULO IV
DOS INDICADORES

Art. 5º Constituem indicadores para avaliação:
I – Resultados da Prova Paraná;
II – Resultados da Prova Paraná Mais;
III – Resultados das avaliações diagnósticas municipais;
IV – Resultados das avaliações de fluência leitora;
V – Indicadores municipais de aprendizagem;
VI – Acompanhamento pedagógico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
VII – Relatórios técnicos das equipes pedagógicas;
VIII – Demais instrumentos oficiais de avaliação utilizados pela Rede Municipal.
Parágrafo único. Os indicadores serão analisados considerando a evolução da aprendizagem, o contexto educacional de cada unidade escolar e as evidências pedagógicas apresentadas.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 6º A Comissão de Avaliação será composta por servidores ocupantes de cargos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, designados pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, observadas as atribuições e competências técnicas inerentes às áreas de atuação relacionadas à avaliação das boas práticas educacionais.
Parágrafo único. A Comissão será responsável pela análise, avaliação e emissão de parecer técnico acerca das práticas inscritas, observando os critérios estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 7º As boas práticas educacionais serão avaliadas pela Comissão de Avaliação, considerando sua relevância pedagógica, contribuição para a melhoria da aprendizagem, potencial de replicabilidade, alinhamento às políticas educacionais do Município e aos objetivos deste Decreto.
Parágrafo único. Para subsidiar a avaliação, a Comissão poderá utilizar registros pedagógicos, relatórios, indicadores educacionais, visitas às unidades escolares, reuniões técnicas e outros instrumentos que considerar pertinentes.

CAPÍTULO VII
DAS FORMAS DE RECONHECIMENTO

Art. 8º O reconhecimento institucional das boas práticas educacionais poderá ocorrer por meio de:
I – Certificado de Reconhecimento por Boas Práticas Educacionais;

II – Troféu Destaque Educação;
III – Placa de Reconhecimento Institucional;
IV – Selo Municipal de Boas Práticas Educacionais;
V – Menção Honrosa;
VI – Publicação das experiências exitosas em coletâneas, portais institucionais ou outros meios oficiais de divulgação;
VII – Apresentação das experiências em seminários, encontros pedagógicos, formações continuadas e demais eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
VIII – Inclusão das práticas no Banco Municipal de Boas Práticas Educacionais;
IX – Certificação institucional dos profissionais da educação pela participação e conclusão de formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação ou realizadas em regime de colaboração com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Parágrafo único. As formas de reconhecimento previstas neste Capítulo possuem natureza exclusivamente institucional, honorífica e pedagógica, destinando-se à valorização das boas práticas educacionais, não gerando direito à percepção de vantagem pecuniária, gratificação, prêmio em dinheiro ou qualquer outra espécie de benefício financeiro, nem se incorporando à remuneração dos servidores públicos ou produzindo efeitos remuneratórios de qualquer natureza.

CAPÍTULO VIII
DA DISSEMINAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS

Art. 9º Todas as práticas reconhecidas integrarão o Banco Municipal de Boas Práticas Educacionais e poderão subsidiar formações continuadas, encontros pedagógicos, publicações institucionais e ações de cooperação entre as unidades escolares.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:4328EC73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 4997/2026 ALTERA DO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.971/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4997/2026

Altera do Decreto Municipal nº 4.971/2026, e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, que as medidas de contenção de despesas instituídas pelo Decreto Municipal nº 4.971/2026 devem ser continuamente avaliadas pela Administração Municipal, de modo a compatibilizar a necessária responsabilidade fiscal com a manutenção regular, eficiente e ininterrupta dos serviços públicos;
CONSIDERANDO, que a aplicação prática do regime de compensação de horas extraordinárias exclusivamente por meio de Banco de Horas demonstrou dificuldades operacionais em determinados setores da Administração Municipal, especialmente em razão do reduzido número de servidores disponíveis para a execução de atividades específicas;
CONSIDERANDO, que, em determinadas unidades e serviços municipais, a concessão de folgas compensatórias para fruição das horas acumuladas em Banco de Horas pode ocasionar redução do quadro de servidores em atividade, comprometendo a organização das escalas de trabalho e a adequada continuidade dos serviços prestados à população;
CONSIDERANDO, que a prestação de serviço extraordinário pressupõe a disponibilidade de servidores para atuação além da jornada ordinária, tendo sido constatadas dificuldades práticas na composição das escalas necessárias quando a contraprestação ocorre exclusivamente mediante compensação futura em Banco de Horas;
CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar a continuidade e regularidade dos serviços de coleta de lixo urbano, atendimento no Pronto Atendimento Municipal, realização das atividades vinculadas ao Programa de Inseminação Artificial – PIA, instituído pela Lei Municipal nº 853/2018, e vigilância do Parque de Máquinas, atividades cuja natureza e dinâmica operacional demandam, em determinadas situações, a prestação de serviços além da jornada ordinária;
CONSIDERANDO, que a reduzida disponibilidade de servidores nos referidos setores dificulta ou, em determinadas circunstâncias, inviabiliza a concessão de folgas compensatórias sem prejuízo à continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos;
CONSIDERANDO, que a autorização excepcional para remuneração em pecúnia das horas extraordinárias efetivamente laboradas nos setores expressamente indicados não representa o afastamento das medidas gerais de contenção de despesas, mas medida pontual e devidamente justificada pelas necessidades concretas e operacionais da Administração Municipal;
CONSIDERANDO, por fim, que compete à Administração Municipal revisar e adequar suas medidas de gestão administrativa e financeira sempre que constatado que sua aplicação prática possa comprometer a eficiência, a continuidade ou a adequada prestação dos serviços públicos,
DECRETA:
Art. 1º. O parágrafo único do Art. 2º do Decreto Municipal nº 4.971/2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Parágrafo Único. Excetuam-se ao disposto no *caput* somente as **Técnicas de Enfermagem e Serventes de Limpeza lotadas no Pronto Atendimento Municipal,** os servidores lotados na **coleta de lixo urbano** e na realização de inseminações artificiais de que trata o Programa de Inseminação Artificial – PIA (Lei Municipal nº 853/2018), bem como os **Vigias** do Parque de Máquinas Municipal, os quais eventuais horas extras laboradas poderão ser remuneradas em pecúnia".
Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos desde 11 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:A6A1B934

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 116/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº. 116/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2026 – Transferência de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.646, de 17 de outubro de 2025, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 22.719,80 (vinte e dois mil, setecentos e dezenove reais e oitenta centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.040 – Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social
Fonte: 940 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cad Unico
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 1.850,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.03 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 6.001 – Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fonte: 2968 – Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 20.869,80

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 22.719,80.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transferência de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.646, de 17 de outubro de 2025 (LDO 2026), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.040 – Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social
Fonte: 940 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cad Unico
Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Valor em R$: 1.850,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.03 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 6.001 – Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fonte: 2968 – Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 20.869,80

TOTAL DE RECURSOS TRANSFERIDOS R$ 22.719,80.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:9C0215DF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 117/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº. 117/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 92.961,61 (noventa e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 813 – lazer
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.060 - Manutenção e Conservação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 26.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 813 – lazer
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.060 - Manutenção e Conservação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer
Fonte: 20504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 47.961,61

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 813 – lazer
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.060 - Manutenção e Conservação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 17.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 1.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social

Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 92.961,61.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Valor Excesso de Arrecadação R$: 17.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 17.000,00.

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 6.000,00

Fonte de Recurso: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Valor do Superávit Financeiro R$: 47.216,56

Fonte de Recurso: 20504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 745,05

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 53.961,61.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 813 – lazer
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.060 - Manutenção e Conservação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 813 – lazer
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.060 - Manutenção e Conservação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 2.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 22.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:04D7B88B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
Processo Adm: Nº 68/2026
Objeto: Serviços especializados de exames de diagnóstcos por imagens a serem executados nas dependências da contratada, atendendo as necessidades da secretaria municipal de saúde de Saudade do Iguaçu/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 293.955,15 (duzentos e noventa e três mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos): CHOPINZINHO IMAGENS E DIAGNOSTICOS LTDA (10860012000140) com os lotes: 1 no valor total de R$ 293.955,15 (duzentos e noventa e três mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), quarta-feira, 15 de julho de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:07D056EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO 47/2026

DECRETO N.º 047/2026, de 14 de Julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 968, de 29 de dezembro de 2025, especialmente em seu art. 8º, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Abatiá para o exercício de 2026, crédito adicional suplementar no valor de

R$ 281.280,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta reais), conforme especificação abaixo:

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	VALOR
06	Secretaria de Educação Cultura E Esportes	
002	Departamento de Cultura	
13.392.0607.2054	Incentivo a Realização de Eventos Culturais	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
10230	000 – Recursos Ordinários – Livres	23.564,00
10232	781 – Paraná Mais Eventos	257.716,00

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, serão indicados os seguintes recursos:
§ 1º - Excesso de arrecadação nas fontes de recursos e nas receitas abaixo discriminadas:

FONTE	RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
781	1.7.2.4.99.0.1.01.00	Paraná Mais Eventos - Festa do Agricultor	257.716,00

§ 2º - Superavit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nas seguintes fontes de recursos:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
000	Recursos Ordinários – Livres	23.564,00

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de Julho do ano de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:1C6C4E46

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA Nº 61/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 61/2026
Processo Adm: Nº 216/2026

Objeto: Aquisição de peças automotivas novas, originais e de primeira linha para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, específicas para o veículo VAN RENAULT MASTER, PLACA SED-3J75, ANO 2023.
Empresas vencedoras valor total: R$ 915,82 (novecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos): R BORDIGNON COMERCIO DE PEÇAS (23651325000130) com os lotes: 1, 2, 3 no valor total de R$ 915,82 (novecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), terça-feira, 14 de julho de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:1E7534AD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA Nº 63/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 63/2026
Processo Adm: Nº 195/2026

Objeto: Aquisição de Materiais Psicológicos e Psicopedagógicos para uso da equipe técnica multidisciplinar
Empresas vencedoras valor total: R$ 13.763,75 (treze mil e setecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos): CONCEITO PSI LTDA. (17653470000238) com os lotes: 2, 3, 4, 5, 6, 7 no valor total de R$ 9.763,75 (nove mil e setecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos). CASA DO NEUROPSICOPEDAGOGO LTDA (33776397000167) com os lotes: 1 no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quarta-feira, 15 de julho de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:673E9BEB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA Nº 65/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 65/2026
Processo Adm: Nº 186/2026 E 188/2026

Objeto: Aquisição de BOLSAS DE LONA, CAMISETAS TERMICAS, JAQUETAS, COLETES, BONÉS, PROTETOR SOLAR E REPELENTE DE INSETOS, a serem utilizados pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).
Empresas vencedoras valor total: R$ 11.385,20 (onze mil e trezentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos): A L DA SILVA CONFECCOES (36424884000159) com os lotes: 7 no valor total de R$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais). JOÃO HENRIQUE DE SOUZA CALÇADOS - EPP (00492065000100) com os lotes: 8 no valor total de R$ 3.637,20 (três mil e seiscentos e trinta e sete reais e vinte centavos). ALFATECH COMERCIAL LTDA (63607468000169) com os lotes: 1 no valor total de R$ 1.644,00 (um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais). COMERCIAL BEIRA RIO LTDA (40138949000177) com os lotes: 2 no valor total de R$ 1.344,00 (um mil e trezentos e quarenta e quatro reais). C D BACELAR - IBAITI (32761917000103) com os lotes: 5 no valor total de R$ 1.148,00 (um mil e cento e quarenta e oito reais). ALLINE HELLEN DE SOUSA (17377226000109) com os lotes: 3, 4, 6 no valor total de R$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quarta-feira, 15 de julho de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:F2A08247

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 125/2026 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 073/2025

RESOLUÇÃO Nº 125/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 073/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

CONTRATADA: JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA
VALOR TOTAL: R$ 18.739,68 (dezoito mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses.

Adrianópolis, 16 de Julho de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:C9706237

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
SETOR DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel celular mínimo 4G pelo sistema digital (PÓS-PAGO), com área de registro na cidade de Adrianópolis-PR, com cobertura para voz e transmissão de dados, roaming nacional, disponibilizando 20 (vinte) linhas e chips para utilização dos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR.

CONTRATO: Nº 004/2026

CONTRATADA: DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ/MF Nº: 22.366.517/0001-31

VALOR MENSAL: R$ 697,80 (seiscentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)

INÍCIO: 16 / 07 / 2026

PRAZO: 12 Meses

Adrianópolis-PR, 15 de julho de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis/PR

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:260EC031

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO **Nº 200/2026**
PARTES:**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA 55.772.301 NATALIA TRENTINI.**
OBJETO: "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E SOM PARA A REALIZAÇÃO DO 1º FESTIVAL DE MÚSICA CRISTÃ DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: **O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO SERÁ 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO OU RENOVADO MEDIANTE ACORDO ENTRE AS PARTES, DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS LEGAIS NA FORMA DO ART. 105 A 114 DA LEI N° 14.133/2021.**
VALOR: **R$ 30.207,00 (TRINTA MIL DUZENTOS E SETE REAIS).**
DATA DA ASSINATURA: **14/07/2026.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.39.00 - 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 534
3.3.90.39.00 - 1276	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 534

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:D0E0C202

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N 003/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 003/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 003/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONTEMPLANDO O LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB, SOB O MODELO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, PARA FINS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo máximo da instalação, é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato;

O prazo de execução desta contratação é de 12 (doze) meses após instalação e migração do sistema, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021;

O prazo de vigência do contrato desta licitação é de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 269.508,00 (duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oito reais).**

Data de Assinatura: 14.07.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
20.01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE ALM. TAMANDARÉ
3.3.90.40.00.00.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:37F5C421

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 005/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 005/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 005/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, A CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONTEMPLANDO O LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB, SOB O MODELO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, PARA FINS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo máximo da instalação, é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato;

O prazo de execução desta contratação é de 12 (doze) meses após instalação e migração do sistema, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021;

O prazo de vigência do contrato desta licitação é de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 171.107,00 (cento e setenta e um mil cento e sete reais).**

Data de Assinatura: 14.07.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
3.3.90.39.79.00 Serviço de Apoio Administrativo Técnico e Operacional

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:A341D943

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 199/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 199/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 199/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONTEMPLANDO O LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB, SOB O MODELO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, PARA FINS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**".

Prazo: O prazo máximo da instalação, é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato;

O prazo de execução desta contratação é de 12 (doze) meses após instalação e migração do sistema, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021;

O prazo de vigência do contrato desta licitação é de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes por até 10 anos, desde que preenchidos os requisitos legais na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 3.841.469,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais).**

Data de Assinatura: 14.07.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
04.125.0004.2.004 Controladoria Municipal
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 5
04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
02.062.0002.2.010 Manutenção da Secretaria de Assuntos Jurídicos
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 35
05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0004.2.008 Serviços de Recursos Humanos
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 50
06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
04.122.0004.2.013 Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 69
04.122.0004.2.014 Departamento de Licitação
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 77
15.452.0026.2.058 Serviços de Cemitérios e Funerárias
3.3.90.39.00 – 1511 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 89
07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
04.123.0003.2.021 Serviços de Administração Financeira
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 106
08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
04.122.0004.2.023 Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 120
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 176
3.3.90.39.00 – 1303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 176
10.01 SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOL. SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 225
11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.019 Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 307
15.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.0028.2.095 Serviços Habitacionais
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 433
21.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E OUVIDORIA
04.122.0004.2.012 Ouvidoria
3.3.90.39.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 501
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
3.3.90.39.79.00 Serviço de Apoio Administrativo Técnico e Operacional
20.01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE ALM. TAMANDARÉ
3.3.90.40.00.00.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:1D279430

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 358/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000007594/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA EMPRESERV LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO.
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) ao objeto e ao valor global do Contrato nº 358/2025, que visa à "CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE TURISMO".
1.2. O acréscimo corresponde à ampliação do serviço para mais 110 (cento e dez) pessoas, mantendo-se inalteradas todas as especificações técnicas, roteiro e condições de prestação de serviço originalmente pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO VALOR.
2.1. Em decorrência do acréscimo quantitativo disposto na Cláusula Primeira, o valor global do Contrato nº 358/2025 fica majorado em R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).
2.2. O novo valor consolidado do contrato passa a ser de R$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais), conforme demonstrado no quadro comparativo abaixo, extraído dos cálculos da Secretaria Municipal da Fazenda (Memorando nº 105/2026-SMF):

Descrição	Detalhes	Valor
Valor Original do Contrato	440 pessoas x R$ 170,00	R$ 74.800,00
Percentual de Acréscimo	25%	-
Valor do Acréscimo	110 pessoas x R$ 170,00	R$ 18.700,00
Valor Final Atualizado	550 pessoas x R$ 170,00	R$ 93.500,00

Data da Assinatura: 25/06/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:F5B22EC9

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 483/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000008122/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA PWB MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do Contrato Administrativo nº 483/2025, que visa à

"contratação de empresa especializada em construção, ampliação e recuperação de piscinas, com fornecimento de material e de mão de obra, para reforma da piscina - Centro da Juventude."

1.2. Fica alterada a Cláusula Quinta - Prazo de Execução dos Serviços do contrato original, para prorrogar o prazo por mais 90 (noventa) dias. O termo final da execução, originalmente previsto para 10 de junho de 2026, passa a ser 08 de setembro de 2026.

Data da Assinatura: 19/06/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:1A5057BC

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 132/2023

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000012546/2026.
OBEJTO: Contratação de empresa prestadora de serviços de higienização de ônibus escolar e frota municipal.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA JANAINA APARECIDA QUINOL.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.
As partes, de comum acordo, prorrogam o prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, com data de início em 08 de julho de 2026 e término em 07 de julho de 2027.

Data da Assinatura: 02/07/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:EABEDB43

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 198/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000012486/2026.
OBEJTO: Contratação de empresa especializada para higienização automotiva.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA BRUTTOS LAVA CAR LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO DE PRAZO.
As partes, de comum acordo, prorrogam o prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, com data de início em 02 de julho de 2026 e término em 02 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.
O valor correspondente ao período renovado, mencionado na cláusula primeira deste termo aditivo, será o de R$ 51.450,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 02/07/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5E907550

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 432/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR a servidora Sra. ELISANGELA DE OLIVEIRA FARIA, para exercer a função de COORDENADORA CONTÁBIL E FINANCEIRA da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:18F9CDCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 433/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR a servidora Sra. JESSICA JACIANE MACHADO, para exercer a função de COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:F38C595B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 434/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o servidor Sr. MATEUS ANTUNES DA COSTA BAPTISTA, para exercer a função de GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:9394346E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 435/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR a servidora Sra. ANA CAROLINA DUCAT, para exercer a função de COORDENADORA DO SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:6769E8F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 436/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o servidor Sr. LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA, para exercer a função de COORDENADOR DE FATURAMENTO da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:99E2D93A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 437/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o servidor Sr. WILLIAM CROPOLATO MATIAS, para exercer a função de COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:B1247A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 438/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o servidor Sr. CRISTIANO MARTINS DA SILVA, para exercer a função de ASSESSORIA JURÍDICA da Secretaria Municipal de Saúde.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:AE7AD7EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 439/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR o servidor Sr. JAIRO EMIR NICHELE, RG n° 55xxxxx8, para exercer a função de responsável pela Educação Continuada e Permanente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° REVOGAR a Portaria nº 674/2025 de 04 de abril de 2025.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:62C610E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 440/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem funções de coordenação e direção junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21 de maio de 2026:
I - SIMONE HENKES, Matrícula n° 4022 - Coordenadora Saúde da Mulher;
II - FERNANDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Matrícula n° 11015 - Coordenadora da Saúde da Mulher e da Criança;
III - EUNICE MOREIRA AQUINO, Matrícula n° 9362 - Coordenadora do Prgrama Nacional de Controle do Tabagismo;
IV - DENISE GOINSKI PRADO, Matrícula n° 9698 - Coordenadora do Consultório de Rua;
V - ERIKA LUIZA DA SILVA FELLER, Matrícula n° 9838 - Coordenadora da Saúde Bucal;
VI - FRANÇOA JOSÉ BOLSON, Matrícula n° 6218 - Coordenador da e-Multi;
VII - MARIANA FERNANDES BARBOSA CHAMI - Coordenadora da Saúde do Idoso e da pessoa com deficiência.
Art. 2º. REVOGAR a Portaria nº 356/2026 de 27 de maio de 2026.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:F54DEBF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 443/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Sr(a). FABIO HOFFMANN, RG nº 83XXXXX76/PR, do Cargo efetivo de AUDITOR FISCAL EM NUTRIÇÃO, a partir do dia 13 de julho de 2026, conforme solicitado através do protocolo de nº 0018.0000013575/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 13 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:F78AAB3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 444/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Sr(a). SILVIA DOLORES PUGIOLI, RG nº 69XXXXXPR, do Cargo efetivo de PROFESSOR ED BÁSICA - ANOS INICIAIS, a partir do dia 02 de julho de 2026, conforme solicitado através do protocolo de nº 0018.0000013364/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 15 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:E8C8159A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 445/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Sr(a). ELAINE INDJUKOV MARTINS, RG nº 63XXXXX0/PR, do Cargo efetivo de GESTOR DA INFORMAÇÃO, a partir do dia 07 de julho de 2026, conforme solicitado através do protocolo de nº 0018.0000013610/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 15 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:F256DC79

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 446/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Sr(a). TAIANA MAIARA DE OLIVEIRA, RG nº 1xxxxxx48-4/PR, Matrícula 9100, do Cargo efetivo de PROFESSOR ED BÁSICA - ANOS INICIAIS, a partir do

dia 03 de julho de 2026, conforme solicitado através do protocolo de nº 0018.0000013447/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 15 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:9FFA37BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026 - CONCURSO PÚBLICO 2022

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 110/2022 de 14 de dezembro de 2022, e o Edital nº 004/2022 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O **RESULTADO FINAL** da **AVALIAÇÃO MÉDICA** e **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** para o cargo de **ADVOGADO** contido no **Anexo I** deste Edital, conforme item 14.3 e 14.4 do Edital nº 004/2022.

CONVOCAR o candidato contido no **Anexo II** deste Edital, considerado **APTO** na Avaliação da Documentação, Avaliação Médica e Psicológica, para o cargo de **ADVOGADO,** a comparecer no dia **20 de julho de 2026 às 15:00 horas** na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, Avenida Emilio Johnson nº 360 - Centro – Almirante Tamandaré– PR para **ATO DE POSSE DE CARGO,** portando documento de identificação com foto.

Os candidatos convocados neste Edital deverão cumprir o contido do artigo 37 da Lei Complementar nº 19/2011.

O não cumprimento do **item 3** deste Edital tornará sem efeito o ato da nomeação, conforme artigo 38 da Lei Complementar nº 19/2011.

Em conformidade com o item 15.1 do Edital nº 004/2022, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 14 de julho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
RESULTADO FINAL da **AVALIAÇÃO MÉDICA** e **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA Cargo: ADVOGADO**

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	EXAME MÉDICO	EXAME PSICOLOGICO
12º	AGATHA PALMERIO VIEIRA	APTO	APTO

ANEXO II
CANDIDATO APTO PARA ATO DE POSSE DE CARGO
Cargo: ADVOGADO

Data: 20 de julho de 2026 às 15:00 horas

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré

CLASS	CANDIDATO	R.G	RESULTADO
12º	AGATHA PALMERIO VIEIRA	10.015.XXX-X/ PR	APTO

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:553CB2D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2026- CONCURSO PÚBLICO 2023

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 037/2024, e o Edital nº 003/2023 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:
:

TORNAR PÚBLICO

O **RESULTADO FINAL** da **AVALIAÇÃO MÉDICA** e **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** para o cargo de **AGRÔNOMO** contido no **Anexo I** deste Edital, conforme item 12 do Edital nº 003/2023.

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo II** deste Edital, considerados **APTOS** na Avaliação da Documentação, Avaliação Médica e Psicológica, para o cargo de **AGRÔNOMO,** a comparecer no dia **31 de julho de 2026 às 15:00 horas** no Centro de Convenções Edson Dalke, situado à Rua Rachel Cândido de Siqueira nº 533 - Centro – Almirante Tamandaré– PR para **ATO DE POSSE DE CARGO,** portando documento de identificação com foto.

Os candidatos convocados neste Edital deverão cumprir o contido do artigo 37 da Lei Complementar nº 19/2011.

O não cumprimento do **item 3** deste Edital tornará sem efeito o ato da nomeação, conforme artigo 38 da Lei Complementar nº 19/2011.

Em conformidade com o item 16.1 do Edital nº 004/2023, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
RESULTADO FINAL da **AVALIAÇÃO MÉDICA** e **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**
Cargo: AGRÔNOMO

CLASS	NOME	AVALIAÇÃO MÉDICA	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
4º	BERNARDO STUTZ	APTO	APTO

ANEXO II
CANDIDATOS APTOS PARA ATO DE POSSE DE CARGO
Cargo: AGRÔNOMO

Data: 31 de julho de 2026 às 15:00 horas

Local: Centro de Convenções Edson Dalke, situado à Rua Rachel Cândido de Siqueira nº 533 - Centro – Almirante Tamandaré– PR

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G.	RESULTADO
4º	BERNARDO STUTZ	3.512.908-1/PR	APTO

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:87D90849

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 049/2026 - CONCURSO PÚBLICO 2022

Secretaria Municipal de Recursos Humanos do Município de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA** a presente **RETIFICAÇÃO** do Edital de Convocação nº 047/2026, referente ao Concurso Público regido pelo Edital nº 004/2022, para alterar a data, horário e local do Ato de Posse, nos seguintes termos:

TORNAR PÚBLICO
Onde se lê:
CONVOCAR o candidato contido no Anexo II deste Edital, considerado APTO na Avaliação da Documentação, Avaliação Médica e Psicológica, para o cargo de **ADVOGADO**, a comparecer no dia **31 de julho de 2026 às 15h00**, no **Centro de Convenções Edson Dalke**, situado à Rua Rachel Cândido de Siqueira nº 533 – Centro – Almirante Tamandaré/PR, para **ATO DE POSSE DE CARGO**, portando documento de identificação com foto.
Leia-se:
CONVOCAR o candidato contido no Anexo II deste Edital, considerado APTO na Avaliação da Documentação, Avaliação Médica e Psicológica, para o cargo de **ADVOGADO**, a comparecer no dia **20 de julho de 2026 às 15h00**, na **Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (Sala de Reuniões)**, situada à **Rua Emílio Johnson nº 360 – Centro – Almirante Tamandaré/PR**, para **ATO DE POSSE DE CARGO**, portando documento de identificação com foto.

Almirante Tamandaré, 15 de julho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:D1B8C77C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
COMUNICADO

A Câmara Municipal de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.992.451/0001-15, com sede na Rua Cantu, nº 180, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Sergio Mesquita de Oliveira, em cumprimento ao disposto no art. 46, caput e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, bem como ao art. 31, § 3º, da Constituição Federal, COMUNICA a todos os contribuintes do Município de Altamira do Paraná que a Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2024, objeto do Processo nº 153340/25 e do Parecer Prévio nº 170/2026, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), encontra-se à disposição para exame e apreciação dos munícipes.

A documentação poderá ser consultada na sede da Câmara Municipal, situada no endereço acima indicado, no horário das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste Comunicado, período durante o qual qualquer contribuinte poderá examinar as contas e questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

Fundamentação Legal:
Constituição Federal – art. 31, § 3º
"As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei."

Altamira do Paraná, 15 de julho de 2026.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:C4325DC2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 055/2025

EXTRATO DO PRIMEIROTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 055/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa ALLEGRO MANUTENÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.314.434/0001-08, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, n° 3171, Sala 01, CEP nº 85811-080, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, neste ato representada por Sra. Gema Fontana.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO FUNDAMENTO
Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento nos **arts. 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021**, bem como na **Cláusula Décima Quinta do Contrato** n° 002/2026, em razão da necessidade de acréscimo quantitativo do objeto contratado, observado o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
2. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo, correspondente a 20 (vinte) horas técnicas para realização de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos, laboratoriais e de fisioterapia, incluso deslocamento e mão de obra para reposição de peças, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.
3.DO ACRÉSCIMO
Fica acrescido ao item 01 do Contrato Administrativo n° 002/2026 o quantitativo de 20 (vinte) horas técnicas, correspondente ao **25% (vinte e cinco por cento),** do quantitativo originalmente contratado para o referido item, mantido o valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), perfazendo acréscimo financeiro de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
Em decorrência do acréscimo, o item 01 passa de 80 (oitenta) para 100 (cem) horas técnicas e de R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) para R$ 14.000,00 (quatorze mil reais). O acréscimo financeiro corresponde a aproximadamente 6,33% do valor global inicial do contrato.
4. DO VALOR.
Em decorrência do acréscimo quantitativo, o valor global do Contrato Administrativo n° 002/2026 passa de R$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais) para R$ R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), representando acréscimo financeiro de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
5. DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 002/2026, que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo.
6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:

07.001.10.304.0021.2055 - AÇÕES VIG. SANITÁRIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
07.001.10.304.0021.2065 - EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA
07.002.10.301.0021.2053 – ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
07.002.10.301.0021.2056 – ASSISTÊNCIA E AMPLIAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA
07.002.10.301.0021.2059 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
07.001.10.302.0019.2057 – ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

7. DO FORO.

Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 15 de julho de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:085A7685

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 297/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 15 (quinze) de julho de 2026, 10 (dez) dias de FÉRIAS a servidora **MARCIELY AMARAL DA SILVA,** matrícula funcional nº **508902,** ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Unidade Básica de Saúde, referente ao período aquisitivo 08/07/2025 à 07/07/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:94FDE95F

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 298/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 15 (quinze) de julho de 2026, 15 (quinze) dias de FÉRIAS a servidora **MARCELO PENHA GOIS,** matrícula funcional nº **508472,** ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado no Paço Municipal, referente ao período aquisitivo 13/05/2025 à 13/05/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:E53BFF48

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 299/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 15 (quinze) de julho de 2026, 10 (dez) dias de FÉRIAS a servidora **JOSEANE RIBEIRO DOS SANTOS VAZ,** matrícula funcional nº **508508,** ocupante do cargo efetivo de ASSESSOR TÉCNICO, lotada no Paço Municipal, referente ao período aquisitivo 14/12/2023 à 13/12/2024, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:F9CA5BE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
ADENDO Nº 029 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – 2026

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 222/2023, e a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Contratações é instrumento que exterioriza ao mercado fornecedor a demanda planejada;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração no Plano Anual de Contratações – 2026, conforme solicitação constante da Secretaria Municipal De Educação, Esporte e Cultura.

Fica inserido ao PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – 2026, o objeto conforme solicitado acima, conforme segue:

Objeto: **CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.**

CRONOGRAMA ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: agosto/2026.

VALOR ESTIMADO**: R$ 230.573,00 (duzentos e trinta mil e quinhentos e setenta e três reais).**

Amaporã. 15 de julho de 2026

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:17C7B64D

LICITAÇÃO
EDITAL DE INTERESSADOS DO DIA 14/07/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 158/2025)

O agente de contratação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Chamamento Público nº 001/2026, que após o recebimento da carta de credenciamento da data de 14/07/2026, de acordo com o horário e meio de credenciamento, foram os seguintes interessados:

Nº	NOME	CNPJ	MEIO DE CREDENCIAMENTO	HORARIO
1	MARKAO-COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA.	04.219.607/0001-18	EMAIL	16H55

A comprovação dos e-mails e envelopes recebidos presencialmente consta em anexo a esse documento, e também na integra do processo.

Comunico, que dentro do prazo de 2 (*dois*) dias úteis contados da data deste edital, em 20/07/2026 as 09h00 a comissão de licitação realizará a abertura dos documentos de habilitação das credenciadas, conforme item 4. do edital do credenciamento/chamamento público nº 001/2026.

Amaporã, 15 de julho de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:59107948

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 0151/2024– ID 3185

Processo Administrativo nº 040/2024
Inexigibilidade nº 004/2024

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: CENTRO DE ESPORTES MERCURIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 13.342.129./0001-20.

DO OBJETO CONTRATO:

Credenciamento de Empresa Especializada para Ministrar Cursos e Oficinas, para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em atendimento as crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Justificativa: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço continuado da Proteção Social Básica, organizado em diferentes grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida afim de prevenir situações de vulnerabilidade, violência e risco social.
De caráter preventivo, a inserção de crianças e adolescentes nos SCFV é fundamental para redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade e prevenção da ocorrência de riscos sociais, agravamentos e reincidência no município, contribuindo para a diminuição dos índices de discriminação, violência, uso/abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce na população infanto-juvenil.
Afim de diminuir esse índice serão admitidos a participar do presente credenciamento os profissionais dos cursos e oficinas relacionados, desde que apresentem perfis compatíveis com o objetivo proposto e natureza das oficinas. São práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas como estratégia para alcançar os objetivos específicos do serviço. Consistem em atividades complementares aos grupos. Buscam estimular a criatividade, propiciar aos usuários acesso aos serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas e culturais, de esporte e lazer. As oficinas são estratégias para a integração e eixos do serviço com os temas abordados e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos usuários com o serviço. Por meio do acesso dos usuários à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer, busca-se ampliar as oportunidades para a inclusão social.
Em suma as oficinas possibilitam a ampliação do universo informacional, artístico e cultural as crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã

DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:

A Vigência do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **17/07/2026 a 16/07/2027**.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

Em razão da prorrogação da vigência contratual e da aplicação do reajuste anual previsto no Contrato Administrativo nº 151/2024, com base na variação acumulada de **3,16% (três inteiros e dezesseis centésimos por cento)** do **Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)**, o valor total do presente Termo Aditivo passa a ser de **R$ 32.836,92 (trinta e dois mil oitocentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos)**, a ser pago em **12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.736,41 (dois mil setecentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos)**.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026, através das dotações abaixo:

09001082430014611333390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014213933390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014212033390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

DA RATIFICAÇÃO:
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do **Contrato nº 151/2024 ID 3185**, não alterado pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições dos **arts.** 107 e 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas cláusulas do Contrato Administrativo nº 151/2024 e na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Amaporã/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:80092E15

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 0152/2024– ID 3186

Processo Administrativo nº 040/2024
Inexigibilidade nº 004/2024

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: ROSANGELA MARIA GALINDO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 19.718.615/0001-86.

DO OBJETO CONTRATO:

Credenciamento de Empresa Especializada para Ministrar Cursos e Oficinas, para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em atendimento as crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Justificativa: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço continuado da Proteção Social Básica, organizado em diferentes grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida afim de prevenir situações de vulnerabilidade, violência e risco social.
De caráter preventivo, a inserção de crianças e adolescentes nos SCFV é fundamental para redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade e prevenção da ocorrência de riscos sociais, agravamentos e reincidência no município, contribuindo para a diminuição dos índices de discriminação, violência, uso/abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce na população infanto-juvenil.
Afim de diminuir esse índice serão admitidos a participar do presente credenciamento os profissionais dos cursos e oficinas relacionados, desde que apresentem perfis compatíveis com o objetivo proposto e natureza das oficinas. São práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas como estratégia para alcançar os objetivos específicos do serviço. Consistem em atividades complementares aos grupos. Buscam estimular a criatividade, propiciar aos usuários acesso aos serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas e culturais, de esporte e lazer. As oficinas são estratégias para a integração e eixos do serviço com os temas abordados e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos usuários com o serviço. Por meio do acesso dos usuários à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer, busca-se ampliar as oportunidades para a inclusão social.
Em suma as oficinas possibilitam a ampliação do universo informacional, artístico e cultural as crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã

DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:

A Vigência do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **17/07/2026 a 16/07/2027**.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

Em razão da prorrogação da vigência contratual e da aplicação do reajuste anual previsto no Contrato Administrativo nº 152/2024, com base na variação acumulada de 3,16% (três inteiros e dezesseis centésimos por cento) do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), o valor total do presente Termo Aditivo passa a ser de R$ **18.751,08** (dezoito mil setecentos e cinquenta e um reais e oito centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais de R$ **1.562,59** (mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026, através das dotações abaixo:

09001082430014611333903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014213933903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014212033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

DA RATIFICAÇÃO:
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do **Contrato nº 152/2024 ID 3186**, não alterado pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições dos arts. 107 e 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas cláusulas do Contrato Administrativo nº 152/2024 e na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Amaporã/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:69AD7B3D

TESOURARIA
DECRETO Nº 144/2026

Decreto n° 144/2026 de 13/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.025,52 (quatro mil e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.
Suplementação 0
06 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
06.001 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
06.001.15.452.0007.2.034 Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos
196 - 4.4.90.52.00.00 43140001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.025,52
Total Suplementação: 4.025,52
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 43140001 4.025,52
Total da Receita: 4.025,52

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 13 de Julho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Neide Bilac Costa Sabatini
Código Identificador:35E1A589

TESOURARIA
DECRETO Nº 145/2026

Decreto n° 145/2026 de 13/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.131.415,61 (um milhão, cento e trinta e um mil e quatrocentos e quinze reais e sessenta e um centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
06.002 DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
06.002.26.606.0008.1.083 Programa Estradas da Integração de Pavimentação de Estradas Rurais Municipais
260 - 4.4.90.51.00.00 31802 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.087.415,61

07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA
07.002.13.392.0011.2.055 Manter as Atividades Culturais no Município
323 - 3.3.90.39.00.00 1063 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 44.000,00

Total Suplementação: 1.131.415,61
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita

Receita: 1.7.1.9.60.0.1 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei	44.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.02 Programa Estradas da Integração de Pavimentação de Estradas Rurais	1.087.415,61
Total da Receita:	1.131.415,61

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 13 de Julho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Neide Bilac Costa Sabatini
Código Identificador:2C57E986

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY
PORTARIA Nº 816, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Concede FÉRIAS ao servidor ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA da Câmara Municipal de Anahy (período aquisitivo de Janeiro/2025 à Dezembro/2025).

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com os arts. 62 e 64 da Lei Municipal nº 338/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais de Anahy),

R E S O L V E:

Art. 1º– CONCEDER ao servidor **CLEILTON FERREIRA PINTO,** Matrícula nº 28, nomeado pela Portaria nº 178/2013, portador do RG nº 9.664.450-7 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA**do quadro de pessoal da Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal, **FÉRIAS** pelo prazo de **10 (dez) dias**, no período de 15/07/2026 à 24/07/2026, referente ao período aquisitivo de Janeiro/2025 à Dezembro/2025.

Art. 2º– O servidor efetivo deverá retornar ao exercício de suas funções e atividades em **27 de julho de 2026.**

Art. 3o– A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Anahy/PR,
aos 14 dias do mês de julho de 2026.

SALEZIO BENJAMIN ROSA
Presidente

Publicado por:
Cleiton José Damasceno Braga
Código Identificador:71E3797B

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO N°. 001/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas (postos de combustíveis) localizadas às margens da rodovia BR-277, no trecho compreendido entre as cidades de Cascavel/PR e Curitiba/PR, para o fornecimento de combustíveis visando atender às demandas das diversas Secretarias Municipais.
INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir da publicação deste Edital.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 153.760,00 (cento e cinquenta e três mil setecentos e sessenta reais).
Nota: O valor estimado já considera o percentual de desconto de 1% (um por cento) aplicado sobre os valores de referência do levantamento semanal da ANP. Os valores unitários poderão sofrer oscilações por integrarem mercados fluidos, conforme as regras e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Instrumento Convocatório.
OBTENÇÃO DO EDITAL:
Internet: www.anahy.atende.net
E-mail: licitacaoanahy.pr@gmail.com
ENDEREÇO PARA ENTREGA/INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Anahy – Setor de Licitações Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, Anahy/PR. **Telefone/Contato:** (45) 98801-2302

Anahy – PR, 15 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:1BEB7E16

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026 VINCULADO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025

O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, Estado do Paraná, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna pública a presente **ERRATA** ao **Contrato Administrativo nº 057/2026**, celebrado com a empresa **INGÁ CAMINHÕES LTDA**, tendo em vista a constatação de erro material decorrente da omissão da cláusula que dispõe sobre o prazo de entrega do objeto.
I - Altera-se o título da Cláusula Oitava, que passa a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA
II - Fica acrescido à **Cláusula Oitava** o seguinte **Parágrafo Único**:
Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do objeto contratual no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento (ou Nota de Empenho), emitida pela Administração Pública Municipal.
III - Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 057/2026, não modificadas pela presente errata. Anahy/PR, 15 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:D2085CF2

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2026 VINCULADO A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY, situado na Rua Vereador Leonardo Dobicz, 591, Centro, Anahy, PR, CNPJ 95.594.800/0001-94, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, portador da cédula de identidade R.G. n. º 5.341.856-2, inscrito no CPF sob n. º 764.217.169-20, e,

CONTRATADA: A empresa **CONSTRUTORA TREVISAN LTDA, CNPJ 43.819.213/0001-52,** localizada na estrada Iguatu, SN, Zona Rural no município de Anahy Paraná, CEP: 85.425-000, representada por Vanderlei Antonio Trevisan, portador da cédula de identidade R.G. n. º 5.729.544-9, inscrito no CPF sob n. º 43.819.213/0001-52, residente na estrada Iguatu, SN, Zona Rural no município de Anahy Paraná, CEP: 85.425-000.

OBJETO: Construção de creche contendo espera coberta, secretaria, diretoria, sala dos professores, sala de amamentação, brinquedoteca, sanitário PcD adulto, instalação sanitária infantil, sala 01, sala 02, sala 03, refeitório, lactário, cozinha, despensa, sanitário PcD infantil, sanitário feminino infantil, sanitário masculino infantil, lavanderia/DML, vestiário feminino, vestiário masculino e DML, área de estacionamento e totem de identificação.

VALOR: R$ 1.575.000,00 (um milhão e quinhentos e setenta e cinco mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de julho de 2026.

FORO: Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Anahy, 15 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:C5BE5C32

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANAHY POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ANAHY.

O MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, com endereço na Rua Vereador Leonardo Dobicz, nº 591, Centro, CEP: 85425-206, Anahy/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 95.594.800/0001-94, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato legitimamente representada pelo PREFEITO MUNICIPAL, SR. ARILSON BATISTA DE SOUZA, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANAHY - APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA EMILIO MUDREY - EDUCAÇÃO BÁSICA (Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Ed. De Jovens e Adultos (EJA) MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 01.520.258/0001-81, com sede na Rua Guarani, no 230, Centro, CEP: 85425-000, Anahy/PR, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. ELIZETE CASADO IGLESIAS DALAGUA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº nº 5.235.918-0, inscrita no CPF sob o n º 747.686.979-68, residente e domiciliada na Avenida Brasil, Centro, CEP: 85425-000, Anahy/PR, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Municipal no 1.050/2023, consoante o Processo Administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 01/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 - O presente Termo de Fomento, decorrente do processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 001/2026, tem por objeto a concessão de apoio da Administração Pública Municipal para fomento de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, através de disponibilização de recursos financeiros para custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do município.
§ 1º Fica dispensado o chamamento público com base no art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.
§ 2º Serão beneficiados com o presente Termo de Fomento os estudantes do município com deficiência, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, atendidos pela Organização da Sociedade Civil, com substituto do atendimento educacional público e gratuito, independentemente da situação financeira dos beneficiários, devendo para tanto a Organização da Sociedade Civil estar devidamente credenciada e autorizada para a oferta da educação e do apoio especializado.
CLÁUSULA SEGUNDA- DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reis).
2.2 – A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reis), em repasse único, correndo a despesa à conta da dotação abaixo:
Órgão: 15 - Departamento de Ação Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2183 - Manutenção das Atividades da Educação Especial - Social
Funcional: 0008.0244.0120
Vínculo :158 - EMENDA PARLAMENTAR Nº 202620380014 - CUSTEIO - FLAVIO ARNS
Referência: 627 - Modalidade de Aplicação: 3335043000000000000 - Subvenções sociais 158.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
3.1 - A Administração Pública Municipal transferirá os recursos em favor da Organização da Sociedade Civil, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
3.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo;
3.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
3.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
3.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.
CLÁUSULA QUARTA - A EXECUÇÃO DAS DESPESAS
4.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
4.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:
5.1 - O presente Termo de Fomento vigerá por 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, a cargo da Administração Pública, e encerrará no último dia do 12º (décimo segundo) mês de sua vigência, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
5.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da Organização da Sociedade Civil devidamente justificada e formulada, no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a Administração Pública Municipal promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
5.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.
5.5 – O prazo máximo de vigência do Termo de Fomento, consideradas todas as prorrogações de prazo, inclusive quando a Administração der causa a liberação dos recursos financeiros, será de 05 (cinco) anos.
CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES
6.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
6.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
6.3 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
7.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.
CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
8.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.
CLÁUSULA NONA - DO FORO
9.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Juízo da Comarca de Corbélia/PR. Anahy, 15 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito do Município de Anahy/P

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:2FB16345

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.471/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126, de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora pública Josiane Reco Saturno Hort, motorista, portadora do RG. 8.589.577-0/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 12060-1, meia diária, para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	15 de julho de 2026.
Destino:	São Miguel do Iguaçu – PR.
Objetivo:	Transportar com o veículo SPRINTER, placa UBV2E28, pacientes para realização de exame de imagem (tomografia), no Hospital Madre de Dio.
Protocolo nº	290/2026.
Quant. de Diárias:	Meia diária.
Valor Total:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:6C48E83E

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE ANAHY - PR, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.800/0001-94, e **FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº. 00.483.195/0001-78,
SIGNATÁRIOS: Arilson Batista de Souza, Prefeito e Marco Aurélio Pavan, sócio administrador;
OBJETO: Termo Aditivo de Prorrogação De Prazo De Vigência e Inclusão de Cláusula ao Termo De Cooperação Técnica, não onerosa, objetivando a operacionalização da gestão e controle das consignações em folha de pagamento. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/21 e Lei nº 13.709/2018.
VALOR: SEM ÔNUS financeiro.
VIGÊNCIA: O presente termo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Anahy, 13 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:E0F3A03D

SECRETARIA GERAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICA

OBJETO: Concessão de apoio da Administração Pública Municipal para fomento de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, através de disponibilização de recursos financeiros para custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho, torna-se público o resultado do Processo de Dispensa de Chamamento Público, apresentando o vencedor pelo critério de aceitação e ADJUDICA E HOMOLOGA os itens conforme segue ao vencedor:

Itens	Proponente	Valor Total R$
1	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANAHY - APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA EMILIO MUDREY-EDUCAÇÃO BASICA (Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Ed. De Jovens e Adultos (EJA) MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL.	R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

O Prefeito Municipal de Anahy, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento a Legislação pertinente, resolve: Fica HOMOLOGADO E ADJUDICADO O PRESENTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO AO VENCEDOR do item acima.

Anahy-PR, 14 de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:2AD40E2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.283 DE 14 DE JULHO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA,** usando de suas atribuições legais, e

Considerando o art. 172, incisos, I, III, IV do Código Tributário Nacional;

Considerando o art. 620, do Código Tributário Municipal;

Considerando o art. 1°, inciso IV, Lei 2.638 de 28 de maio de 2015;

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, mediante requerimento do interessado e através do despacho fundamentado a conceder remissão total ou parcial dos débitos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e TSU – Taxa de Serviços Urbanos, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, mediante o comprimento de um dos seguintes requisitos:
IV – comprovação do direito da isenção fiscal na época do respectivo fato gerador do tributo, nos termos da Lei Municipal nº 1.631, de 07 de novembro de 2016, bastando tão somente o requerimento de remissão e a apresentação dos documentos comprobatórios do direito a isenção;

Considerando, ainda, que o presente decreto não fere o art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a remissão a Sra. **NEUSELI APARECIDA DE CARVALHO SABARÁ**, contribuinte cadastrada sob o nº 1-6604, referente à dívida de IMPOSTO TERRITORIAL E PREDIAL URBANO dos anos de 2023, 2024 e 2025.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026, 83º ano de Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E1B0BA6B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.284 DE 15 DE JULHO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de **MOTORISTA,** objeto do Edital nº 002/2026, homologado em 17 de MARÇO de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir do dia 16 de julho de 2026, o Sr. **MARCELO HENRIQUE IZIDORO LAUTON** para exercer o cargo de **MOTORISTA.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:0B6F63BE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.285/2026 DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 223.730,00 (duzentos e vinte e três mil setecentos e trinta reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA PREFEITA - SEC. DE ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manter o Gabinete da Prefeita	
1435 - 4.4.90.52.00.00	3000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	217.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
1329 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	6.730,00
		Total Suplementação:	**223.730,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:D717A145

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.286/2026 DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 14.400,00 (catorze mil quatrocentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.042.		Manter o SAMU	
435 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	2.400,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.04.122.0002.2.075.		Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social	
760 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.000,00
		Total Suplementação:	**14.400,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.042.		Manter o SAMU	
436 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.400,00
437 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.04.122.0002.2.075.		Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social	
757 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
		Total Redução:	**14.400,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:4357696B

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 014/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 20 de julho de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
26º	KELLEN CRISTINE ZENERATO MANFRIN

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 15 de julho de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:A937FDFB

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 198/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 15/07/2026

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO FEDERAL Nº 983686/2025, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

EMPRESAVENCEDORA:

JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA, inscrito no **CNPJ:63.384.391/0001-05** no valor total dos itens vencidos de **R$ 156.000,00** (cento e cinquenta e seis mil reais).

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:CDBD8DC2

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 248/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 15/07/2026

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET DEDICADOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ATIVAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ENDEREÇOS IP FIXOS, BEM COMO A IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CIRCUITO PRIVADO DE DADOS INTERLIGANDO AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, POR MEIO DE TECNOLOGIA MPLS OU SOLUÇÃO TECNICAMENTE EQUIVALENTE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA:

RODRIGO BORGHI DA SILVA & CIA LTDA EPP, inscrito no **CNPJ: 08.930.086/0001-63** no valor total dos itens vencidos de **R$ 195.066,48** (cento e noventa e cinco mil e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos);

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:9E781787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 098/2024

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente ao item nº 190, a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/vhp-tbic-evc).

Às Empresas:

- CRISTIANE DE MELLO TARDELI ME
- RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA
- CRISTIANE NIETO ARANTES LTDA

INÍCIO DA SESSÃO: às 09h:00min do dia 17/07/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/vhp-tbic-evc)

Andirá, 15 de julho de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BC22F2F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR PREGÃO N.º PMA 010/2024

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº. PMA 321/2024 ID. 3947
PREGÃO N.º PMA 010/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 26/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, **Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki.**
CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, situada na Rua Calçada Canopo, Nº 11 2º andar Sala3 – Bairro Alphaville, CEP 06.541-078, Santana de Parnaíba, (19) 3518-7021, : termosaditivosprime@primebeneficios.com.br, neste ato representado por sua Representante Legal a **Sra. Renata Nunes Ferreira**.
OBJETO: Prorrogação do contrato que tem como objeto a "*Contratação de empresa especializada no Gerenciamento de abastecimento de veículos por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustíveis atendendo a frota municipal de veículos em atendimento as Secretarias Municipais".*

PRAZO: O presente termo prorroga a vigência do contrato em 12 (doze) meses, contados a partir de 14/07/2026.

VALOR: Os valores dos itens permanecem inalterados, permanecendo o valor em R$ 5.084.238,00 (cinco milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais) para o período de vigência contratual**.**

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos financeiros e orçamentários sairão da seguinte dotação:

Secretarias Municipais				
	Cod Red	Rubrica	Elemento Despesa	Fonte
Assist. Social	Red 356 Red 363 Red 368 Red 404	10.001.08.122.0005.2059 10.001.084122.0005.2311 10.001.08.122.0005.2050 10.001.084122.0005.6109	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1000 Fonte: 1000 Fonte: 1000
Obras	Red 95	05.003.15.451.0007.2035	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Pesca	Red 469	15.001.18.541.0052.2318	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Mulher	Red 490	18.001.14.422.0003.2319	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Defesa Civil	Red 510	20.001.06.153.0005.1291	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Segurança	Red 475	16.001.06.182.0037.2320	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Ind. Comércio	Red 349	09.001.04.122.0003.2004	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Agricultura	Red 455	14.001.18.541.0052.2181	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000
Gabinete	Red 21 Red 56	02.001.04.122.0002.2003 04.001.04.123.0002.2010	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1000
Finanças	Red 70 Red 75 Red 82 Red 88	04.002.04.123.0003.2011 04.003.04.123.0003.2012 04.004.04.129.0003.2013 04.006.04.126.0014.2106	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1000 Fonte: 1000 Fonte: 1000
Saúde	Red 292 Red 293	07.001.10.301.0030.2015	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1303
Comunicação	Red 406 Red 411	11.001.04.131.0003.2048 11.001.04.131.0003.2065	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1000
Turismo	Red 418 Red 419 Red 423	12.001.23.695.0002.2056 12.002.04.131.0003.2068 12.002.13.122.0003.2022	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000 Fonte: 1000 Fonte: 1000
Educação	Red 196 Red 227 Red 248 Red 248	06.002.12.361.0021.2020 06.002.12.365.0020.2103 06.002.12.365.0020.2104 06.003.27.811.0034.2021	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1103 Fonte: 1103 Fonte: 1103 Fonte: 1103
Funrebom	Red 63	04.001.06.182.0045.2110	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1515
Meio Ambiente	Red 331	08.001.04.122.0051.2300	3.3.90.30.00.00	Fonte: 1000

Parágrafo único: *As despesas decorrentes deste instrumento aditivo que porventura recaiam sobre o exercício financeiro seguinte ficam condicionadas à existência de dotação orçamentária própria e suficiente na respectiva Lei Orçamentária Anual.*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e parágrafos do contrato original, as quais se aplicam ao presente termo aditivo.

Assinantes: Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita Municipal; Hallan Cordeiro Corrêa, Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo; e Renata Nunes Ferreira, representante da Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Antonina, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:7BB46B0E

SAMAE DE ANTONINA
EXTRATO CONTRATO 1 ADITIVO 004/2025 - ASAE SERVIÇÕES ELETRICOS LTDA

EXTRATO
1º ADITIVO DE PRAZO E VALOR
CONTRATO 004/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, inscrito no CNPJ sob o nº 75.247.098/0001-85

CONTRATADA: ASAE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.502.808/0001-05.

Cláusula Primeira: 1º Aditivo na Contratação de empresa especializada para locação de software/sistema de gerenciamento de ponto eletrônico para até 80 (oitenta) colaboradores, conforme descrito no Termo de Referência.
Cláusula Segunda: do PRAZO – o presente prorroga o vencimento para 08 de julho de 2027.

Cláusula Terceira – DO VALOR – o presente altera o valor do contrato original de R$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais) para **R$ 4.009,73 (quatro mil nove reais e setenta e três centavos)** com o aumento calculado pelo índice do INPC acumulado de junho/2025 a maio/2026 de 4,42%.

Cláusula Quarta –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
23.001.17.512.0008.2074.3.3.90.40 Fonte 76

Antonina, 07 de Julho de 2026.

Assinado pelo Diretor Geral do SAMAE e representante legal da Contratada

Publicado por:
Cleber de Araujo Cezarino
Código Identificador:EE6D1913

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 258/2026 - EXONERA SECRETÁRIO MUN DE GOVERNO E PLANEJAMENTO - RAFAEL DA VEIGA CAMARGO

DECRETO Nº 258/2026, de 14 de julho de 2026

EXONERA SECRETÁRIO MUN DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, **RAFAEL DA VEIGA CAMARGO,** RG n° 3.615.284-2 SSP/PR do cargo de **SECRETÁRIO MUN DE GOVERNO E PLANEJAMENTO - AP,** em **15/07/2026**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 14 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:249B6C2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 316/2026 - PRORROGA PRAZO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº 316/2026, 13 julho de 2026

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a solicitação da Comissão Sindicante;
CONSIDERANDO o despacho do Chefe do Poder Executivo;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das atividades, prazos e atos administrativos inicialmente estabelecidos pela Portaria nº 236/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por exatos 30 (trinta) dias**, o prazo de vigência e os efeitos da Portaria nº 236/2026**.
Art. 2º Esta prorrogação possui efeito retroativo, fixando seu início imediato no dia **23 de junho de 2026** e sua data final de vigência no dia **23 de julho de 2026**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura , retroagindo seus efeitos legais a 23 de junho de 2026.
Gabinete da Prefeita, 13 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2F16B0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 318/2026 - DESIGNA COMISSÃO DE POLITICA MUN DE ALFABETIZAÇÃO

PORTARIA Nº 318/2026, de 14 de julho de 2026

Designa a Comissão de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização do Município de Antonina e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ANTONINA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO o Referencial Curricular do Paraná;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO o Plano Estadual de Educação do Paraná;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação de Antonina;
CONSIDERANDO a Política de Alfabetização do Território Paranaense;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Governo Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir e implementar a Política Municipal de Alfabetização, assegurando o direito à alfabetização das crianças na idade adequada e fortalecendo as ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a **Comissão de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização do Município de Antonina**, com a finalidade de coordenar os trabalhos de diagnóstico, elaboração, validação e implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º Compete à Comissão:
I – realizar o diagnóstico da alfabetização da Rede Municipal de Ensino;
II – levantar dados referentes à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à Educação Especial;
III – analisar indicadores educacionais, resultados das avaliações diagnósticas, da Fluência Paraná (LIA) e demais avaliações educacionais;
IV – identificar potencialidades, desafios e necessidades da Rede Municipal de Ensino relacionadas à alfabetização;
V – elaborar a minuta da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com a Política de Alfabetização do Território Paranaense e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI – propor diretrizes, objetivos, estratégias, metas e mecanismos de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
VII – elaborar o Plano de Implementação da Política Municipal de Alfabetização;
VIII – acompanhar as etapas de validação, publicação e implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Presidente
Simone Medina Vicenço Chaves – Secretária Municipal de Educação e Esportes;
II – Membros
Edilaine Garcia Toledo Vieira – Coordenação Técnico-Pedagógica de Estrutura e Funcionamento;
Luciane Maria Alves da Silva – Coordenação Técnico-Pedagógica da Educação Infantil;
Sandro Rafael Martins – Coordenação Técnico-Pedagógica do Ensino Fundamental – 1º ao 3º Ano;
Fabiana das Graças Souza Cerqueira – Coordenação Técnico-Pedagógica do Ensino Fundamental – 4º e 5º Ano;
Meyriane Delfino de Souza Cardoso – Coordenação Técnico-Pedagógica da Educação Especial.
Art. 4º Compete à Presidência da Comissão:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – coordenar os trabalhos da Comissão;
III – deliberar sobre o cronograma de execução;
IV – encaminhar os documentos produzidos para apreciação da Secretaria Municipal de Educação;
V – acompanhar a execução das atividades previstas.
Art. 5º Compete aos membros da Comissão:
I – participar das reuniões convocadas;
II – realizar os levantamentos técnicos referentes à sua área de atuação;
III – elaborar relatórios e pareceres técnicos;
IV – apresentar propostas para a construção da Política Municipal de Alfabetização;
V – colaborar na elaboração do diagnóstico e dos demais documentos necessários.
Art. 6º A Comissão poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, sempre que necessário:
I – diretores escolares;
II – coordenadores pedagógicos;
III – professores alfabetizadores;
IV – representantes do Conselho Municipal de Educação;
V – outros profissionais da educação cuja participação seja considerada pertinente.
Art. 7º Caso um mesmo servidor exerça mais de uma função técnico-pedagógica na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, poderá representar todas as áreas sob sua responsabilidade na Comissão, sem prejuízo da validade de sua participação e das deliberações realizadas.

Art. 8º A Comissão deverá concluir os trabalhos de elaboração da Política Municipal de Alfabetização no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa.
Art. 9º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão serão considerados de relevante interesse público, não gerando remuneração adicional.
Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Antonina/PR, 14 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:BCD9E92D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 146/2026

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 146/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO", veiculado ao Edital 06/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 5842/2026, nos termos das Leis Municipais nº879/2015, sob regime de excepcional interesse público e dá outras providências.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei municipal nº 879/2015, e sob a coordenação, fiscalização e responsabilidade técnica da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº 308/2026 e demais disposições aplicáveis a espécie, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 5842/2026,

DECRETA:

Art. 1°. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado veiculado através do Edital nº. 06/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 5842/2026, para provimento do cargo de "**CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**" a serem contratados por tempo determinado e excepcional interesse público nos termos da Lei Municipal 879/2015, conforme ordem classificatória, publicada no Diário Oficial em 15/07/2026.

Art. 2º. O prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado - PSS é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 16 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:A90395F2

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 12/2026

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 12/2026

O Prefeito de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, resolve **TORNAR PÚBLICO** o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 12/2026**, visando à contratação de pessoal por prazo determinado, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, em regime especial de trabalho, para o cargo de **AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO**, nos termos da Lei Municipal nº 879/2015 e consoante as Portarias nº **397/2026** e **398/2026** que designou as Comissões Especiais para o Processo Seletivo Simplificado nº **12/2026**, em trâmite por meio do processo administrativo 10885/2026.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal (Lei nº 8.745/1993) e Lei Municipal nº 879/2015 de 11 de agosto de 2015.

1.2 O contrato terá a validade mínima de 12 (doze) meses para o cargo de **Auxiliar de obras e manutenção**, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, não excedendo o período de 2 (dois) anos, a critério da Administração Pública, em consonância com o art. 3º da Lei 879/2015, sendo que a devida prorrogação deve ser autorizada e protocolada pelo responsável da pasta no período correspondente à época.

1.3 A remuneração do pessoal contratado temporariamente será fixada em importância não superior ao valor do vencimento previsto para os servidores em início de carreira das mesmas categorias ou que desempenham funções semelhantes, nos respectivos Planos de Cargos e Vencimentos do órgão ou entidade contratante, obedecendo às disposições contidas na Lei Municipal nº 879/2015.

1.4 Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 24 horas, a partir do primeiro dia seguinte de sua publicação no Diário Oficial do Município de Balsa Nova. A impugnação deverá ser elaborada por escrito (conforme ANEXO I), devidamente fundamentada, e protocolada eletronicamente através do link: **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo**. Para casos em que não seja possível o acesso através do protocolo digital no link informado haverá a opção do protocolo presencial no prédio da Prefeitura das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

1.5 Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2 DOS CARGOS

Nº DE VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS	VENCIMENTOS
06 + CR*	AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO	40 horas	Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF, sendo nacionalidade brasileira ou equiparada Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição autorizada pela Secretaria de Estado de Educação e junto ao Ministério de Educação.	R$ 2.318,30

***Cadastro reserva**
2.1 O local de trabalho será designado pela Administração Pública, podendo sofrer alterações conforme sua necessidade.

3 CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

FASE	PERÍODO
Inscrições	**16/07/2026 a 10/08/2026**
Publicação da lista provisória de inscritos	**14/08/2026**
Recursos das inscrições indeferidas	**14/08/2026 a 17/08/2026**
Publicação da Lista Definitiva de Inscritos, Publicação da Lista com a Classificação Provisória	**25/08/2026**
Recurso da classificação provisória	**25/08/2026 a 26/08/2026**
Lista definitiva de classificação	**28/08/2026**
Decreto de Homologação	**31/08/2026**

3.1 Os documentos deverão ser apresentados pelos candidatos via Protocolo do Município de Balsa Nova online ou presencialmente. Esta municipalidade não receberá documentos sem Protocolo, certificando data e horário, bem como, não será responsável por falhas de autuação causadas pelos próprios candidatos. A inobservância desta advertência, implicará na desclassificação do candidato (a).

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas pela internet, conforme cronograma do item 3**,** através do site: **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno,** após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:

Tipo de Processo: "1-GERAL";
Assunto: 878 - "INSCRIÇÃO – PSS AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO";
Requerimento: Preencher apenas com o Nome Completo do Candidato
Anexar os "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS E DOCUMENTOS QUE DESEJA PONTUAR"

4.2 O comprovante de inscrição será o protocolo do Processo Administrativo.

4.3 O campo "Assunto" na inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchido com o código especificado no item 4.1. tendo a inscrição anulada em caso de utilização de outro código.

4.4 Os candidatos também podem optar por realizar a inscrição no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova e neste caso deverão estar cientes de que o horário de atendimento é **das 8h às 12h e das 13h às 17:00 hs.**

4.5 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

4.5.1 O candidato é responsável pelas informações prestadas na inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento.

4.6 Não podem se inscrever candidatos que foram servidores públicos e tenham sido dispensados por justa causa, exonerados por inaptidão ao cargo em Avaliação de Estágio Probatório e/ou demitidos após conclusão de Inquérito Administrativo.

4.7 O candidato poderá efetuar inscrição o cargo do Processo Seletivo Simplificado, desde que preencha os requisitos mínimos.

4.8 NÃO HAVERÁ COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO e é de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da inscrição, em caso de falsidade nas informações prestadas, o candidato será desclassificado e poderá responder criminalmente.

4.9 Para candidatar-se às vagas enunciadas neste Edital o candidato deverá anexar ao protocolo de inscrição os documentos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles implicará em desclassificação do candidato (exceto o documento de prova de títulos que é opcional):

a) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF, sendo nacionalidade brasileira ou equiparada;
b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos ou 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou contratação;
c) Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição autorizada pela Secretaria de Estado de Educação e junto ao Ministério de Educação;
d) Documento de prova de títulos e tempo de serviço (**opcional**);
e) ANEXO V ou ANEXO VII (Caso se enquadre).

4.10 Após efetivar a inscrição, o candidato poderá, durante o período de inscrição, incluir ou alterar informações, ou anexar documentos ou comprovantes. Após este período não será mais aceito qualquer tipo de alteração. Documentos inseridos após o último dia da inscrição serão desconsiderados**.**

4.11 Caso seja realizada mais de uma inscrição, será deferido/aceito somente o último número de protocolo.

4.12 São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações fornecidas no ato da inscrição, as quais serão verificadas no momento da comprovação dos requisitos para contratação, se aprovado, de modo que qualquer irregularidade ou incongruência nas informações implicará na anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

4.13 Ficará reservado aos candidatos afrodescendentes o percentual de 10% das convocações para contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo.

4.14 Considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar, expressamente, no ato da inscrição, conforme o disposto no artigo 4ª, da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.

4.15 Para fazer jus à reserva de vagas de afrodescendentes, o candidato deverá preencher e anexar, no ato da inscrição, a declaração étnico-racial (ANEXO VII).

4.16 O candidato afrodescendente participará do processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, conforme previsto da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.

4.17 Ficará assegurado à pessoa com deficiência o percentual de 5% das convocações para contratações temporárias, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a sua deficiência.

4.18 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis Estaduais n.18419/15, n. 16.945/11, combinado com a Lei Municipal 877/2015.

4.19 Para fazer jus à reserva de vagas de pessoa com deficiência, o candidato deverá preencher e anexar, no ato da inscrição, o **laudo médico para inscritos como pessoa com deficiência** (ANEXO V)

4.20 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

4.21 O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

4.22 Uma vez escolhida uma das opções de reserva de vagas como afrodescendente ou pessoa com deficiência, todas as demais inscrições para este Edital serão, obrigatoriamente, para a mesma opção.

4.23 A inscrição em qualquer uma das opções de reserva de vagas implicará em inscrição automática na mesma função na lista de ampla concorrência.

4.24 Não haverá reserva de vagas nas listas de classificação em que haja número de classificados insuficientes para a aplicação do percentual previsto em lei.

5 DA PROVA DE TÍTULOS

5.1 Os títulos anexados que não possuam instrumento que possibilitem sua comprovação junto a instituição deverão estar autenticados via cartório.

5.2 Os critérios para julgamento dos títulos e experiência profissional serão conforme **tabela abaixo.**

Títulos	Documentos Comprobatórios	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Cursos de aperfeiçoamento, capacitação, treinamento e reciclagem na modalidade de inscrição (facultativo)			

a) Curso de capacitação nas áreas correlatas às atribuições do Cargo	Certificado ou Declaração de conclusão de curso relacionado à construção civil, manutenção predial, serviços urbanos, alvenaria, hidráulica, elétrica básica, segurança no trabalho e áreas correlatas, realizados nos últimos 05 anos (junho de 2021 a junho de 2026), não se admitindo cômputo de carga horária de cursos não concluídos. Carga horária mínima: 4 horas.	0,5 por curso	4,0
Tempo de serviço (facultativo)			
b) Experiência profissional na área correlata ao cargo	Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) (preferencialmente digital); Contrato Social atualizado de empresa do ramo, no caso de sócio; Declaração ou Certidão emitida por Órgão Público contendo cargo e função exercida; Comprovação de exercício da profissão; ou documento equivalente que demonstre experiência em atividades correlatas ao cargo. Período junho de 2020 a junho de 2026.	0,5 por semestre completo	6,0
TOTAL			10,0

5.2.1 ESCOLARIDADE

5.2.1.1 O candidato que não comprovar a Escolaridade Mínima, **conforme item 4.9,** no ato da inscrição será eliminado do Processo Seletivo

5.2.1.2 A pontuação atribuída a Escolaridade consta na Tabela de Avaliação de Títulos – no item 5.2.

5.2.1.3 A Escolaridade será verificada pela comissão de avaliação.

5.2.1.4 Os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes.

5.2.2 DA PROVA DO TEMPO DE SERVIÇO

5.2.2.1 Será pontuado o tempo de serviço dos últimos 6 (seis) anos, aqui considerado o período entre **junho de 2020 a junho de 2026**, sendo 0,5 (meio ponto) para cada ano trabalhado, até o limite de 6,0 (seis) pontos, respeitadas as exigências da alínea "b)" da tabela.

5.2.2.2 O tempo trabalhado em mais de um emprego, no mesmo período, será considerado uma única vez.

5.2.2.3 O tempo de serviço em estágios de aprendizagem e em cargos comissionados não será aceito e não deverá ser informado.

6 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NO ATO DA INSCRIÇÃO

6.1 Somente dos candidatos classificados será realizada analise dos títulos e comprovações de tempo de trabalho.

6.2 A análise será feita somente através do sistema, por isso é importante o candidato se atentar ao descrito no item 5.1.

6.3 É de responsabilidade do candidato anexar toda a documentação, de maneira legível, em bom estado de conservação e no formato correto, observando o prazo descrito no Item 2.

6.4 Não serão aceitos documentos entregues por fac-símile, telegrama, correspondência, e-mail, ou outro meio que não seja o especificado neste edital.

6.5 Aos candidatos inscritos as vagas reservadas as Pessoas com Deficiência, torna-se obrigatório a apresentação do Laudo Médico com a devida indicação da espécie e do grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência e os esclarecimentos necessários, com data dos últimos 30 dias.

6.6 Os candidatos que não anexarem a entrega da documentação comprobatória por meio correto dentro do prazo serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo.

6.7 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, comprovada a sua culpa, será excluído do Processo Seletivo.

7 DOS RECURSOS

7.1 Será admitido recurso quanto ao indeferimento das inscrições e quanto ao resultado provisório dos aprovados, formulados por intermédio das fichas constantes no Anexo I deste edital.

7.1.1 Feito o protocolo do recurso pelo candidato, a comissão do processo seletivo providenciará a sua devida análise.

7.2 Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, dirigido a Comissão do Processo Seletivo através do site: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:

Tipo de Processo: "1-GERAL";
Assunto: 879 - "RECURSO – PSS AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO";
Requerimento: Preencher apenas com o Nome Completo do Candidato
Anexo: Formulário do anexo I.

7.3 Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo e formulados por intermédio da ficha constante no Anexo I deste edital.

7.4 Os candidatos podem optar por realizar o protocolo dos recursos no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova e neste caso deverão estar cientes de que o horário de atendimento é **das 8h às 12h e das 13h às 17:00h.**

7.5 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto nas hipóteses comprovadamente passíveis de causar prejuízos irreparáveis ao candidato, a critério da Comissão.

7.6 A comissão avaliadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8 DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação.

8.2 A avaliação da prova de títulos será feita na escala **de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.**

8.3 Em cumprimento à Lei Estadual n.º 14.274/2003, combinado com a Lei Municipal nº. 878/2015 ficam reservadas aos afrodescendentes 10% (dez por cento) das contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo:

a) A reserva de vagas será observada no momento da convocação.

b) Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

8.4 Detectada falsidade na declaração a que se refere o item 4.12, sujeitar-se-á o candidato à exclusão do Processo Seletivo e às penas da lei.

8.5 Em cumprimento ao art. 54 da Lei nº 18.419/2015, ficam reservadas aos candidatos inscritos como pessoa com deficiência, no mínimo 5% (cinco por cento) das contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo:

a) A reserva de vagas será observada no momento da convocação.

b) Caso a aplicação do percentual resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame.

8.6 Observados os percentuais reservados, as regras específicas de arredondamento, o limite máximo da reserva de vagas e as regras de preferência dos itens 4.13 e 4.17, será utilizada a orientação descrita na tabela de pontuação.

8.7 Quando houver candidato classificado como afrodescendente e candidato como pessoa com deficiência convocados simultaneamente, terá preferência o candidato com maior pontuação e, havendo empate, terá preferência o mais idoso, sendo o outro candidato, neste caso, convocado para a próxima vaga antes de nova convocação pela lista de ampla concorrência.

8.8 Na hipótese de não existirem candidatos inscritos para reserva de vagas como afrodescendente ou pessoa com deficiência, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos classificados na lista de ampla concorrência, observada a ordem de classificação final.

8.9 Os candidatos classificados além do número de vagas ofertadas integrarão lista de cadastro de reserva, podendo ser convocados, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, consoante necessidade da Administração Municipal.

8.10 Em caso de resultados iguais na prova de títulos e tempo de serviço serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) Maior idade, nos termos do artigo 27, § único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Persistindo o empate será considerado o tempo de serviço na função para desempate.

8.11 Os resultados do processo seletivo serão publicados no Diário Oficial do Município **(www.balsanova.pr.gov.br) ,** nas datas constantes do item 3 deste edital.

9 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

9.1 A convocação do Candidato aprovado ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste edital e da legislação vigente.

9.2 A convocação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória do presente Processo Seletivo Simplificado.

9.3 O candidato convocado que não quiser assumir a vaga de imediato, poderá solicitar remanejamento para final de lista apenas uma vez.

9.4 A contratação será realizada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

9.5 O candidato será convocado através do DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO para apresentar documentos conforme Anexo II, no prazo estabelecido na convocação.

9.6 O candidato após ser contratado não poderá solicitar afastamento de função, readaptação de função ou alegar incompatibilidade com as atribuições da função para a qual foi contratado.

9.7 O contrato terá **prazo mínimo de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, não excedendo o período de 2 (dois) anos. A extinção do vínculo em Regime Especial poderá ocorrer como disposto na Lei Municipal 879/2015.

9.8 Em caso de rescisão antecipada do contrato por parte do contratado, o mesmo terá que cumprir um aviso prévio de 30 dias contados da data do protocolo de pedido de exoneração, e, ou, terá uma multa no valor do salário base da categoria.

9.9 Não será permitido a contratação de servidor que foi contratado através de processo seletivo simplificado do Município de Balsa Nova e rescindir seu contrato vigente para assumir vaga do presente edital no mesmo ano.

10 EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO

10.1 Será excluído do processo seletivo o candidato:

a) Que não comprove a escolaridade mínima exigida constante do item 4.9.;
b) Que não apresente DECLARAÇÃO conforme ANEXO III deste edital no ato da contratação.
c) Que tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos públicos, excetuando-se os casos permitidos pelo artigo 37, XVI, da Constituição Federal;
d) Com contrato já encerrado a pedido, no mesmo ano letivo, e no qual houve atribuição de vagas, por meio de contrato em regime especial via PSS;
e) Que tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação, de acordo com a Emenda Constitucional n° 20, de 16/12/1998, e Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003;
f) Aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
g) Que tiver comprovada a ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata.

11 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

11.1 Obrigações gerais

a) Executar o serviço zelando pela qualidade do trabalho desenvolvido, sempre em busca da eficiência, efetividade e economicidade em suas ações.

b) Observar, na execução de suas atividades, todas as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde.

c) Registrar o ponto biométrico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimento de relatórios, referências, documentos, etc.), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde.

d) Executar suas funções conforme as atribuições específicas do cargo para o qual foi selecionado.

11.2 Obrigações específicas do cargo

AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO:

Requisitos mínimos:
a) Escolaridade exigida: ter concluído Ensino Fundamental em instituição autorizada pela Secretaria de Estado de Educação e junto ao Ministério de Educação;
b) Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais em conformidade com o horário de funcionamento das repartições municipais;
Eventuais fatores funcionais específicos: cumprir a jornada de trabalho, tendo ciência e concordando que o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite e aos sábados, domingos e feriados.

Obrigações específicas do cargo

Descrição das atribuições: Executar serviços de manutenção e pequenas edificações de alvenaria, concreto e outros materiais, assentando pisos cerâmicos, tijolos, azulejos, etc. revestindo paredes, tetos e lajes, bem como dando o acabamento final exigido ao trabalho; Verificar as características da obra, examinando a planta e especificações, para orientar na escolha de material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho; Edificar bases de concreto ou de outro material, baseando-se nas especificações, de forma a possibilitar a instalações de maquinas, postes de rede elétrica e para

outros fins; Efetuar o assentamento de batentes, portas e janelas, utilizando-se de instrumentos pertinentes ao oficio e de acordo com as especificações de plantas, desenhos e ordens de serviços; Preparar o material a ser utilizado nos trabalhos e reparos em geral; Executar quaisquer outras tarefas correlatas. Instalar e executar reparos e conservação em instalações hidráulicas, redes de tubulações, distribuição e coleta de água, vapor, gases, combustível, ar comprimido, esgotos, instrumentos de controle de pressão, válvulas etc.; de acordo com especificações de desenhos, esquemas e ordens de trabalho; executar os reparos necessários, utilizando ferramental e instrumentos adequados, cortando, dobrando, dilatando, vedando, rosqueando, soldando, regulando e outros; Testar os trabalhos realizados, procedendo aos ajustes necessários; Executar quaisquer outras atividades correlatas. Executar trabalhos rotineiros de eletricista, colocando, fixando e montando quadros elétricos, caixas de fusíveis ou disjuntores. Efetuar ligações de fios e fontes fornecedoras de energia, reparo e substituição de tomadas, alarmes, campainhas.
Executar manutenção corretiva e preventiva em motores e bombas do sistema de transporte de água e outros equipamentos elétricos. Realizar serviços de aterramento em diversos sistemas. Executar correção de queda de fusíveis em transformadores de alta tensão com recolocação de fusíveis e participa de plano de prevenção de consumo elétrico. Trabalhar seguindo normas de segurança do trabalho, higiene, qualidade e preservação ambiental; tratar o público com zelo e urbanidade e executar outras tarefas correlatas ao cargo.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Processo Seletivo Simplificado 12/2026 será supervisionado, coordenado e executado por duas Comissões constituídas por servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, devidamente designados para esta finalidade através das Portarias nº 397/2026 e 398/2026.

12.2 O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente anulação, pela autoridade competente, do ato de contratação para a função, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.3 O candidato que ao ser convocado recusar a admissão naquele momento deverá desistir definitivamente da vaga. O não comparecimento na data e horário estipulados também presumir-se-á a desistência do candidato.

12.4 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, através de publicidade prévia e ampla.

12.5 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização, supressões ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, garantida a publicidade de toda e qualquer modificação efetivada.

12.6 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 1 (um) ano renovável por igual período.

12.7 O contrato de trabalho previsto neste edital não gera a estabilidade funcional tratada no artigo 41 da Constituição Federal, nem os seus vencimentos geram qualquer equiparação com o funcionalismo público municipal.

12.8 Nos termos do que dispõe o artigo 2º da Lei Municipal nº 879/2015 incisos IV e VI, a extinção do contrato a que se refere o presente processo seletivo ocorrerá automaticamente pelo decurso do prazo de duração, sem que haja necessidade de qualquer outra formalidade.

12.9 É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Município (www.balsanova.pr.gov.br), a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.

12.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial para o Teste Seletivo do Processo Seletivo Simplificado 12/2026, pela Secretaria de Obras, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e pela Procuradoria Geral do Município de Balsa Nova, em conformidade com este edital e com a legislação vigente, em especial pelo contido no Artigo 2º, inciso VI, da Lei Municipal nº 879/2015.

Balsa Nova, 13 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito De Balsa Nova

ANEXO I - FICHA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
À Comissão Organizadora:

Candidato: _____

Inscrição Nº: _____

Requer reconsideração da decisão de indeferimento:

Quanto ao edital;

Quanto à inscrição;

Quanto ao Classificação Provisório;

Motivo do Recurso (Apresentar argumentação lógica e consistente):

_____

Documento(s) Anexado(s):
_____

Balsa Nova,_de_de 20___

Assinatura do Candidato(a)

Parecer da Comissão:

( )Deferido ( )Indeferido
Assinaturas:

ANEXO II – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO (APENAS PARA CANDIDATOS CONVOCADOS PARA ASSUMIR A VAGA)

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;

8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;

9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;

10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.

11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.

12) CPF dos dependentes.

13) Consulta Qualificação Cadastral – e-social (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml) . Tendo em vista a implantação do e Social, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o candidato deverá apresentar impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral, obtida através do site http://portal.esocial.gov.br/, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos". Caso a mensagem exibida seja diferente, deverão ser providenciadas as correções, conforme orientações constantes na consulta.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO OU EXONERADO DO SERVIÇO PÚBLICO

Eu,____, abaixo assinado(a), brasileiro(a),_____(estado civil), portador (a) de RG nº _____SSP/___ e CPF nº _____, declaro para o fim específico de contratação pelo Processo Seletivo Simplificado Nº _____ de _____, que não fui demitido (a) ou exonerado (a)do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado e a ser cumprida ou em cumprimento.
A não verdade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica sujeitando-me às penas da lei.

____- PR, _____ de _____ de 20_____
(Município)

Balsa Nova, _____

_____
(Assinatura)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUANTO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
Eu, ..., RG. ..... DECLARO, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que:
( ) não exerço outro cargo, emprego ou função pública.
( ) exerço outro cargo, emprego ou função pública.

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso do declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO
Unidade: ..... Fone: .....
Endereço:.....Bairro:.....Cidade:.....
Cargo/emprego/função: .....Regime Jurídico: .....
2 - HORÁRIO DE TRABALHO:
Carga horária semanal: .....
Horário de trabalho: .....
Remuneração: .....

Balsa Nova, _____.
_____
(Assinatura)

ANEXO V - LAUDO MÉDICO PARA INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nome: _____
RG:_____
UF: _____
CPF:_____
Data de Nascimento: ____/_____/_____ Sexo: _____
A - Tipo da Deficiência: _____
B – Código CID: _____
C – Limitações Funcionais: _____
D – Função pretendida: ____
E - PARECER DO MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA:

De acordo com a função pretendida, declaro que a deficiência do candidato é:
( ) COMPATÍVEL para exercer a função de _____.

( ) INCOMPATÍVEL para exercer a função de _____.

_____
Médico Examinador
_____
Assinatura do candidato

Assinatura e Carimbo/CRM

Local: _____ Data: _____/_____/202____

ANEXO VI -TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)

Eu,____,
RG _____, abaixo assinado (a), desisto, em caráter irrevogável, da minha classificação do Processo de Seletivo Simplificado – PSS regulamentado pelo Edital nº 12/2026 de ____ / _____ / _____.

____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA: ____
RG:_____

ANEXO VII - DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu,_____ ____,abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido em ____/___/_____,filho de _____ e de _____, estado civil _____, residente e domiciliado à ____ CEP nº_____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____e no RG nº _____, candidato do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº12/2026, declaro, sob as penas da lei, que sou:

( ) preto ( ) pardo ( ) indígena.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____,_____de_____202__.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO VIII – TERMO DE FINAL DE LISTA

_____, brasileiro(a), portador(a) da RG nº. _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº. ____, residente e domiciliado à ____, nº. _____, CEP: _____, em ____, inscrito como candidato ao cargo de _____, conforme, Edital nº12/2026, aprovado e classificado em _____ lugar, DECLARA, por este ato, por sua livre e espontânea vontade, que desiste provisoriamente de sua nomeação, solicitando, consequentemente que seja lançado seu nome no final da lista, por ser medida de direito.

Balsa Nova, ___/ ___/_____ (Assinatura)

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:C096E5AE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 151/2025

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 151/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: AUTO POSTO MIRANTE LTDA.
Objeto: Aditamento contratual correspondente ao reequilíbrio de preço dos itens:
Item 01, Lote 01, Diesel S 10, de R$ 7,79 para R$ 6,89. A partir de 01/07/2026;
Item 01, Lote 03, Diesel Comum, de R$ 7,53 para R$ 6,56. A partir de 01/07/2026.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 151/2025.
Balsa Nova, 08 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:03DE5E7F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 084/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 084/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 071/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: OPECAR VEÍCULOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de VEÍCULO DE PASSEIO, ZERO QUILÔMETRO, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 524/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 719/2024 realizado pelo Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Logística para Contratações Públicas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – DECON/SEAP.
VALOR: R$ 171.860,00 (cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
12.001.10.301.0016.1148 -4.4.90.52.00.00.1172
12.001.10.301.0016.1148 -4.4.90.52.00.00.2303
PRAZO DE VIGENCIA: Até 12 (doze) meses.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 14 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:F3A88330

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 502/2026

PORTARIA Nº. 502/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando o contido no processo administrativo n.º 16114/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias nº 500/2026 e nº 501/2026, que dispõem sobre a designação da Comissão Permanente Organizadora e Comissão Permanente Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:8ADDDCD4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 503/2026

PORTARIA Nº 503/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais n.º 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 27644/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear **REGINA MARIA IZE**, CPF nº 650.XXX.XXX-87, para o cargo de "**ARQUITETO E URBANISTA**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal n.º 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal n.º 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 27644/2025.**
Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos de **16/07/2026 a 15/07/2027.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C1960352

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 504/2026

PORTARIA Nº 504/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 856/2015 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2024**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **HALANYS SAMARA HALAT VIEIRA**, CPF nº 094.XXX.XXX-40 para o cargo de "**EDUCADOR**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CMEI CANTINHO DA SERRA** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 856/2015 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional

interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de **16/07/2026 a 15/07/2027.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C2D66276

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 505/2026

PORTARIA Nº 505/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 856/2015 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2024**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **GABRIELE DE OLIVEIRA NUNES**, CPF nº 122.XXX.XXX-80 para o cargo de "**EDUCADOR**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA RURAL MUNICIPAL HERCULANO SCHIMALESKI** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 856/2015 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de **16/07/2026 a 15/07/2027.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C92A4C68

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 506/2026

PORTARIA Nº 506/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 856/2015 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2024**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **MAIARA DE FATIMA DA CUNHA**, CPF nº 130.XXX.XXX-48 para o cargo de "**EDUCADOR**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MARIO FARACO** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 856/2015 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de **16/07/2026 a 15/07/2027.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:21CAC3E0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 507/2026

PORTARIA Nº 507/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS;

RESOLVE

Art. 1º Nomear **FLORISVALDO KRYGOSKI PIRES**, CPF: 597.XXX.XXX-68 para o cargo de "**OPERADOR DE MÁQUINAS**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** ", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos a partir de 16/07/2026 a 15/07/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:63DF62C5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 508/2026

PORTARIA Nº 508/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS;

RESOLVE

Art. 1º Nomear **CLAUDIO CAZRNIK**, CPF: 017.XXX.XXX-05 para o cargo de "**OPERADOR DE MÁQUINAS**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** ", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos a partir de 16/07/2026 a 15/07/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:746750EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BERBERT LTDA - ME, CNPJ: 04.608.480/0001-29.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 37/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO), CONTROLE DE CUPINS (DESCUPINIZAÇÃO) E LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, DE PRÉDIOS PUBLICOS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR .

VALOR: R$ 50.400,00 (cinquenta mil, quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 14 de Julho de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:60ED0C53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL Nº 046/2026

INTERESSADOS: Município de Barra do Jacaré – PR e Construtora Moraes Ltda.

ASSUNTO: Apuração de inexecução contratual – Concorrência Eletrônica nº 002/2025 – Contrato Administrativo nº 003/2026.

CONSIDERANDO que o presente Processo Administrativo Especial foi instaurado com a finalidade de apurar eventual inexecução contratual pela empresa Construtora Moraes Ltda., relativamente à Concorrência Eletrônica nº 002/2025, que originou o Contrato Administrativo nº 003/2026;
CONSIDERANDO que a Comissão de Inquérito Administrativo e Sindicância – CIAS promoveu regular instrução processual, assegurando à empresa o contraditório e a ampla defesa, mediante apresentação de defesa escrita e produção dos atos processuais pertinentes;
CONSIDERANDO que a fiscalização da obra constatou que, transcorrido mais de 70% (setenta por cento) do prazo contratual, a execução física da obra permanecia inferior a 1% (um por cento), circunstância que evidencia a completa frustração do interesse público e o descumprimento dos cronogramas pactuados;
CONSIDERANDO que o Relatório Final da Comissão concluiu pela robusta comprovação da inexecução contratual culposa, restando demonstrado que a contratada deixou de cumprir as obrigações assumidas sem apresentar justificativas aptas a afastar sua responsabilidade administrativa;
CONSIDERANDO que a Comissão concluiu pela aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, consistentes em multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da contratação, correspondente ao montante de R$ 100.871,06 (cem mil, oitocentos e setenta e um reais e seis centavos), calculada sobre o valor contratual de R$ 672.473,79 (seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos), bem como pela aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Barra do Jacaré pelo prazo de 03 (três) anos;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 187/2026, que acolheu integralmente as conclusões da Comissão de Inquérito Administrativo e Sindicância, opinando pela homologação do Relatório Final e pela aplicação das penalidades recomendadas, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO, por fim, que as conclusões da Comissão encontram-se devidamente fundamentadas nas provas produzidas durante a instrução processual, observando os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade, da razoabilidade, da motivação e da supremacia do interesse público, inexistindo elementos capazes de justificar decisão em sentido diverso;
DECIDO:
I – Homologar integralmente o Relatório Final da Comissão de Inquérito Administrativo e Sindicância – CIAS, acolhendo seus fundamentos e conclusões.
II – Aplicar à empresa Construtora Moraes Ltda. a penalidade de MULTA, correspondente a 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, equivalente a R$ 100.871,06 (cem mil, oitocentos e setenta e um reais e seis centavos), calculada sobre o valor contratual de R$ 672.473,79 (seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos), nos termos do § 3º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
III – Aplicar à empresa Construtora Moraes Ltda. a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, pelo prazo de 03 (três) anos, nos termos do § 4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da comprovada inexecução contratual culposa e da gravidade da conduta verificada.
IV – Determinar que se promovam os registros das penalidades aplicadas junto aos sistemas oficiais competentes, bem como adote as providências necessárias à cobrança administrativa da multa imposta.
V – Determinar o encaminhamento da presente decisão aos setores competentes para as providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à execução das penalidades ora impostas.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal José Galdino Pereira, 13 de julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:ABE05EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ/PR
AVISO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, por intermédio do Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais e em observância aos princípios da publicidade, transparência e participação popular, CONVOCA toda a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada à apresentação do projeto arquitetônico do novo Portal de Entrada do Município e à consulta pública para manifestação da preferência quanto à definição das cores que serão adotadas na execução da obra.

1. Data
23/07/2026
2. Horário
10:00 Horas
3. Local
Centro Cultural
4. OBJETIVO
I – Apresentar à população o projeto arquitetônico do novo Portal de Entrada do Município;
II – Expor as alternativas de cores previamente definidas pela Administração Municipal;
III – Oportunizar manifestações dos participantes;
IV – Realizar consulta pública para identificar a preferência da comunidade quanto à definição das cores do portal.
5. PARTICIPAÇÃO
Poderão participar todos os cidadãos interessados, mediante assinatura da lista de presença.
6. CONSULTA PÚBLICA
Ao final será realizada consulta pública por meio de manifestação de preferência.
O resultado terá caráter consultivo, servindo de subsídio à decisão administrativa do Poder Executivo, sem prejuízo das avaliações técnicas e legais pertinentes.

Barra do Jacaré/PR, 10 de julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:98347FCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0145/2026

PORTARIA N° 0145/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER

ART. 1° 10 dias de férias a partir de 15 de julho de 2026, a servidora **ROSELAYNE APARECIDA DONEDA DORNELES,** portadora do RG nº 9.xxx.xxx-2 SSP/PR e CPF 066.xxx.xxx-04, ocupante do Cargo em provimento Efetivo de Agente Comunitária de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 15 DE JULHO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:940CFA19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0146/2026

PORTARIA Nº 0146/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 10 dias de férias a partir de 15 de julho de 2026, a servidora **MARCIA LEANE RICHTER**, portadora do CPF 004.xxx.xxx-73, ocupante do Cargo em provimento efetivo de Assistente Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 15 DE JULHO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:65BBD7FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 105-2025

1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 105-2025

1ºTERMO ADITIVO À ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 105-2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE – EIRELI, PARA FINS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.626.812/0001-21, sita na AV. CENTRAL 784, 784, Centro, ENTRADA PELA RUA 801, Balneário Camboriú/ SC, CEP: 88330670 - Balneário Camboriú/SC, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA, portador (a) do CPF sob nº 559.554.600- 04 domiciliada na AV. CENTRAL, , Centro, ENTRADA PELA RUA 801, Balneário Camboriú/ SC, CEP: 88330666 - Balneário Camboriú/SC, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** da Ata de Registro de Preços nº 105/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 28/2025, Processo Administrativo nº 327/2026, em razão da comprovada elevação dos custos de aquisição dos produtos registrados, conforme documentação apresentada pela detentora da ata e análise técnica realizada pela Administração.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no parecer técnico favorável constante do Processo Administrativo nº 327/2026, que reconheceu a necessidade de recomposição dos preços para manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES REEQUILIBRADOS
Ficam alterados os valores unitários dos itens abaixo relacionados, passando a vigorar os seguintes preços:

Lote/Item	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Reequilibrado
Lote 6	R$ 1,79	R$ 2,25
Lote 30 – Item 1	R$ 1,18	R$ 1,44
Lote 30 – Item 2	R$ 1,06	R$ 1,29
Lote 30 – Item 3	R$ 1,01	R$ 1,24

Os novos valores passam a vigorar a partir da formalização deste Termo Aditivo, observadas as disposições legais e os quantitativos ainda remanescentes da Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes das futuras contratações realizadas com fundamento na presente Ata correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada órgão participante, quando da emissão das respectivas Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 105/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo por meio de assinatura eletrônica, para que produza todos os seus efeitos legais.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 10/07/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:8CA5EBBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°325/2026
CONSIDERANDO os elementos constantes no presente processo administrativo, devidamente instruído, no qual restou justificada a necessidade da contratação, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica do contratado para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
RATIFICO todos os atos praticados no âmbito do presente processo e conforme art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°28/2026**, nos termos abaixo:

Objeto a ser contratado:	FORNECIMENTO DE CARTILHAS EDUCATIVAS DESTINADAS ÀS AÇÕES DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO Nº 04/2024 – CEDM/PR.
Contratado:	**EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 04.096.738/0001-55.**
Prazo de Vigência:	12 (doze) meses.
Valor Total:	R$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais).
Fundamento Legal:	Art. 74, Inc. I, da Lei 14.133/2021

Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação e a publicação do respectivo ato.
Boa Ventura de São Roque, 15 de Julho de 2026

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:B74B63FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO Nº 006/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2026
EDITAL DE LOCAL DE PROVA
PUBLICAÇÃO Nº 006/2026

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal Nestor Kenear e do Diretor do Samae Dionefan Elisson Proença de Oliveira juntamente com a Comissão Organizadora do Concurso Público criada pelo Decreto nº 182/2026, torna público aos interessados o Edital de Local de Prova Objetiva do Concurso 001/2026.

Art. 1º A Prova Objetiva será aplicada no dia **26 DE JULHO DE 2026**, na cidade de **Boa Ventura de São Roque/PR**. É de responsabilidade do candidato a **leitura do Edital na íntegra**.

Art. 2º Os inscritos nos cargos: **Agente Operacional e Operador do Sistema de Água e Esgoto ,** irão realizar a Prova Objetiva no **período da manhã**, com duração de 3h30min, conforme abaixo (horário oficial de Brasília):
Abertura do Portão: 08h
Fechamento do Portão: 08h45min
Início da Prova: 09h

Art. 3º Os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica do SAMAE de Boa Ventura de São Roque, *link* **Área Restrita do Candidato** e digitar usuário **INSCRIÇÃO** e senha criada, imprimir o **Cartão de Informação do Local de Prova** onde constam as informações completas sobre o local de prova como o nome do Colégio, endereço, número da sala, e demais informações importantes. Caso seja primeiro acesso: será necessário criar senha, clicando em **Primeiro Acesso, clique aqui!**, digitar inscrição e data de nascimento corretamente, na sequência criar senha, conforme instruções o site. Obs.: O Cartão de Informação do Local de Prova só é possível **ser visualizado de um computador** e/ou na versão para *desktop* quando o acesso for de celular. Não é necessário apresenta-lo no Local de Prova.

Art. 4º Para realização das Provas é obrigatória a apresentação de **DOCUMENTO OFICIAL ORIGINAL COM FOTO**. São considerados os documentos de identidade, as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503, art. 159, de 23/09/1997. Em caso de perda ou roubo dos documentos, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência emitido nos últimos 30 (trinta) dias, que será retido pela coordenação. **NÃO SERÃO PERMITIDOS** outros documentos que não constam no Edital de Abertura ou protocolos, ainda que autenticados, e

documento de forma digital, nem documentos eletrônicos acessados por meio de aplicativos ou que necessitem do uso do celular (uma vez que não é permitido uso de celular no local de prova).

Art. 5º Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 45min (quarenta e cinco minutos) do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de prova, munidos de **caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente** e do DOCUMENTO ORIGINAL COM FOTO conforme descrito acima.

Art. 6º O Instituto UniFil aconselha aos candidatos que **NÃO** levem equipamentos eletrônicos e/ou quaisquer outros objetos não permitidos, conforme Edital de Abertura, estando sujeito a eliminação do Concurso Público.

Art. 7º Não será permitida, em hipótese alguma, a entrada de nenhum candidato após o fechamento dos portões, realização da Prova sem o documento de identificação oficial original com foto ou realizar a prova em outro local que não seja o informado no Cartão de Informação do Local de Prova. Também não serão permitidos acompanhantes dentro dos locais de prova (exceto no caso de lactantes).

Art. 8º Conforme Lei nº 10.014 de 1992 é proibido fumar nas dependências das Escolas, mesmo que no pátio. Não será permitido o uso de celular e quaisquer aparelhos de comunicação a partir da entrada do candidato nas dependências das Escolas, inclusive tirar fotos, mesmo que no pátio.

Art. 9º Não haverá segunda chamada para realização das provas, independentemente de qualquer situação alegada, nem tolerância para fechamento dos portões.

Art. 10º Recomendamos LEVAR GARRAFA DE ÁGUA transparente e sem rótulo, e em caso de sintomas gripais que o candidato faça o uso de MÁSCARA FACIAL dentro da sala. **NÃO** serão permitidas aglomerações nos pátios, ao entrar no local de prova os candidatos devem se direcionar diretamente para sua sala.

Art. 11º Em caso de dúvidas os candidatos poderão enviar e-mail para contato@institutounifil.com.br e/ou pelos telefones 43 3375 7313 ou 3375 7353 de segunda-feira a sexta-feira das 09h às 12h e das 13h30min às 17h.

Art. 12º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Ventura de São Roque, 16 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

DIONEFAN ELISSON PROENÇA DE OLIVEIRA
Diretor SAMAE

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:A6FFDAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°20/2026
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº20/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO. A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 02 de JULHO de 2026, às 08 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por item, as seguintes proponentes.
Adjudica-se e Homologa-se para as Proponentes conforme classificação:
PROPONENTE 01: NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA CNPJ: 09.492.811/0001-21 com o lote: 1 no valor total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Totalizando valor total de: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).
Encaminha-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Boa Ventura de São Roque, 15 de julho de 2026

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:443AEB6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°21/2026
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº21/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRA MOTORIZADA NOVA ATRAVÉS DO CONVENIO Nº 4103040/2023. A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 03 de JULHO de 2026, às 08 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por item, as seguintes proponentes.
Adjudica-se e Homologa-se para as Proponentes conforme classificação:
PROPONENTE 01: ERES CONSTRUTORA, ASSESSORIA EM EXPORTACAO, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA CNPJ:18.787.819/0001-06 com o lote: 1 no valor total de R$ 109.890,00 (cento e nove mil e oitocentos e noventa reais).
Totalizando valor total de: R$ 109.890,00 (cento e nove mil e oitocentos e noventa reais)
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).
Encaminha-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Boa Ventura de São Roque, 15 de julho de 2026

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:22D10A4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº716/2026

DECRETO Nº 716/2026

Súmula: Exonera Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de julho de 2026, Luiz Eduardo Scheraiber Santos, CPF Nº ***.212.089-**, ocupante do cargo em provimento em Comissão de Chefe de Divisão CC4, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 15 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:E09866EB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº15/2026

Eu Camille Maria Arcie Domingos, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.469.779-XX, nomeada pelo Decreto nº 685/2026 no Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Dispensa nº 15/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de LUSON VEICULOS LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 78.453.669/0004-79, no valor total de R$ 818,64(oitocentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE GARANTIA VEICULAR 10 MIM KM PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, de acordo com Parecer Jurídico e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 15 de julho de 2026.

CAMILLE MARIA ARCIE DOMINGOS
Secretária Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:84E6A6E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°143-2023

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato N°143/2023, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **VILMAR TEIXEIRA 00161610099**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.032.383/0001-90, com sede à Rua Industrial, n° 235, Galpão 02, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. VILMAR TEIXEIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.169.844-9 SSP/PR e do CPF nº 001.616.100-99, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: PRORROGAÇÃO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 22 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 15 de julho de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

VILMAR TEIXEIRA 00161610099
- Contratada-

CLARICE DILL PRETTO
- Secretária Municipal de Saúde-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:80A5CA6F

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 3 DO CONTRATO N°100-2024

TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo do Contrato N°100/2024, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HELIO JOSE SURDI**, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CLÍNICA MÉDICA DR. FELIPE AUGUSTO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.411.935/0001-39, com sede na Est. Linha São Paulo, N° 651, Zona Rural, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. FELIPE AUGUSTO LIMA MATTOS, portador da Cédula de Identidade Nº 14.009.536-2 SSP-PR e do CPF Nº 056.944.689-96, residente e domiciliado no município de Bom Jesus do Sul – PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE
Tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, fica por meio deste reajustado o valor do **item 1** passando o valor do mensal de **R$ 16.205,00 (dezesseis mil, duzentos e cinco reais)** para **R$ 16.906,20 (dezesseis mil, novecentos e seis reais e vinte centavos)**, totalizando um aumento do presente contrato no montante de **R$ 7.713,20 (sete mil, setecentos e treze reais e vinte centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 15 de julho de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
-Contratante-

CLÍNICA MÉDICA DR. FELIPE AUGUSTO LTDA
-Contratada-

CLARICE DILL PRETTO
Gestora Do Contrato

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A6E47FB4

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº39/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 29/07/2026, às 13h30min, que tem por objeto a aquisição de equipamentos, mobiliários e utensílios domésticos e industriais.
Recebimento das propostas: de 20/07/2026 às 08h00min até 29/07/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 29/07/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 29/07/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F489C089

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº40/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 30/07/2026, às 13h30min, que tem por objeto a aquisição de monitores de glicemia e tiras reagentes para teste de glicemia.
Recebimento das propostas: de 21/07/2026 às 08h00min até 30/07/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 30/07/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 30/07/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:465C1BD9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°132-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°132/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: MS CONFECÇÕES HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de Artigos de cama mesa e banho para a nova Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Bom Jesus do Sul/PR, compreendendo enxoval hospitalar, com produtos de cama mesa e banho.
VIGÊNCIA: 15/07/2026 à 14/01/2027.
VALOR: R$ 6.583,65 (seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°16/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:184E0462

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°133-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°133/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: PROSUL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de Artigos de cama mesa e banho para a nova Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Bom Jesus do Sul/PR, compreendendo enxoval hospitalar, com produtos de cama mesa e banho.
VIGÊNCIA: 15/07/2026 à 14/01/2027.
VALOR: R$ 2.666,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e trêscentavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°16/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FC212AED

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°134-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°134/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de Artigos de cama mesa e banho para a nova Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Bom Jesus do Sul/PR, compreendendo enxoval hospitalar, com produtos de cama mesa e banho.
VIGÊNCIA: 15/07/2026 à 14/01/2027.
VALOR: R$ 959,80 (novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°16/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:553FA614

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°135-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°135/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA.
OBJETO: Aquisição de sêmen bovino das raças Holandesa e Jersey (convencional), bem como, luvas especiais e bainhas universais para inseminação artificial.
VIGÊNCIA: 15/07/2026 à 14/07/2028.
VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°32/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:13348CF3

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°136-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°136/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO.
OBJETO: Aquisição de sêmen bovino das raças Holandesa e Jersey (convencional), bem como, luvas especiais e bainhas universais para inseminação artificial.
VIGÊNCIA: 15/07/2026 à 14/07/2028.
VALOR: R$ 31.880,00 (trinta e um mil, oitocentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°32/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:538E11D0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5962/2026

SÚMULA: Nomeia Secretária Executiva do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – CMHIS, de Bom Jesus do Sul/Pr.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com as Leis Municipais especificas de cada conselho;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomeia como Secretária Executiva do Conselho *do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – CMHIS, de Bom Jesus do Sul/Pr.*, vinculado à Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação a Sra. Neli Maria Sabbi, brasileira, portadora do RG nº 7.xxx.144-* SSP/PR e CPF nº 026.xxx.969-** funcionária pública, lotada nesta Secretaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul, Paraná, 10 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:981D9C39

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5963/2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado d…o Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Alcione Mazzocato	209	Técnico Administrativo em Extinção	7,00	15/02/2025 a 14/02/2026	12/08/2026 a 18/08/2026
Cleiton Puton	1054	Operador de Máquina	1,00	13/10/2025 a 12/10/2026	16/07/2026 a 16/07/2026
Marcio Machado de Souza	580	Advogado	5,00	13/10/2024 a 12/10/2025	16/07/2026 a 20/07/2026
Jucieli dal Pizzol de Mattos	847	Auxiliar Administrativo	3,00	02/04/2025 a 01/04/2026	20/07/2026 a 22/07/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 10 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6EA608A5

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO IL19/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nos artigos 74 e 86 da Lei nº 14.133/21,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da Empresa **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.104.422/0103-84, com sede na Rua Antonio Singer, n° 6751, Bairro Campo Largo da Roseira, São José dos Pinhais, Paraná, para que a mesma forneça 01 (um) veículo utilitário tipo Sedan, zero km, na cor branca ou prata.

E autorizo o empenho da despesa no valor de **R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais)**, em favor da Empresa **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES**,

cujo pagamento far-se-á 30 (trinta) dias após a aquisição do bem e a emissão de nota fiscal, de acordo com a proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 14 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:92EFC91A

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL 001/2026

EDITAL Nº 001/2026

LISTA DE ESPERA PARA MATRÍCULAS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR

A Direção do Centro de Educação Infantil Criança Feliz, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna pública a **LISTA DE ESPERA** para vagas na Educação Infantil, referente ao segundo semestre do ano de 2026.

1. FINALIDADE
O presente edital tem por finalidade organizar e divulgar a lista de espera das crianças que não foram contempladas com vaga imediata no processo de matrícula, garantindo transparência, equidade e prioridade no atendimento conforme os critérios definidos neste edital item 2.

2. CRITÉRIOS
2.1. A classificação na lista de espera seguirá os seguintes critérios de prioridade:

Crianças pertencentes a famílias cadastradas no CadÚnico (Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil);
Crianças afrodescendentes e indígenas, conforme a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e diretrizes de equidade no acesso à educação infantil;
Crianças em situação de vulnerabilidade social ou sob acompanhamento de programas sociais;
Crianças com responsáveis legais trabalhadores, cuja necessidade de vaga esteja devidamente comprovada;
Ordem cronológica de inscrição, respeitando as faixas etárias e a disponibilidade de turmas.
Parágrafo único: Em caso de empate entre candidatos com as mesmas condições, será priorizada a criança com menor renda familiar per capita.
3. ORGANIZAÇÃO DA LISTA DE ESPERA
3.1. A lista será organizada pela Direção do Centro de Educação Infantil, conforme os critérios deste edital, e atualizada sempre que houver desistência, transferência ou abertura de novas vagas no site oficial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul/PR.
3.2. A convocação seguirá rigorosamente a ordem de prioridade e disponibilidade de vagas por faixa etária e turma.

4. CONVOCAÇÃO
4.1. As famílias serão comunicadas sobre a convocação por meio de chamada telefônica, mensagem ou comunicado afixado na unidade.
4.2. O não comparecimento no prazo estipulado implicará na perda da vaga e reposicionamento na lista de espera.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1. Este edital estará disponível para consulta na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Centro de Educação Infantil Criança Feliz e no site oficial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul/PR;
5.2. Casos omissos serão analisados pela Direção do Centro Municipal Criança Feliz e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
5.3. A lista de espera passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Bom Jesus do Sul- (PR), 16 de julho de 2026.

MARZELI DUARTE FAHT
Diretora do CMEI Criança Feliz

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
Secretária Mun. de Educação e Cultura

ANEXO I – LISTA DE ESPERA
A presente lista de espera refere-se às crianças inscritas no processo de matrícula para o segundo semestre do ano de 2026, conforme critérios estabelecidos no Edital nº 02/2025 do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz de Bom Jesus do Sul – PR. A ordem de classificação segue a sequência de inscrição, respeitando as normas e critérios definidos no edital.

Nº	NOME DO ALUNO	DATA DE NASCIMENTO	TURMA	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTATO
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7759BB71

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - CMHIS, DE 07 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Dispõe sobre a instituição de Comissão de Análise e Seleção de famílias para atendimento ao Edital nº 01/2026 - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS – SUB 50, do município de Bom Jesus do Sul – Paraná.

O Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social - CMHIS, do município de Bom Jesus do Sul - Estado do Paraná, em reunião ordinária de número 02/2026, realizada no dia 07/07/2026, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1172/2025 de 24 de setembro de 2025;

RESOLVE:

Artigo 1º. Instituir Comissão de Análise e Seleção de famílias para atendimento ao Edital nº 01/2026 - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS – SUB 50, do município de Bom Jesus do Sul – Paraná composto pelos seguintes conselheiros:
Representantes governamentais:
Adenilson José Tiecher
Marcelo Weiss
Marilene Pinheiro Cabral Deola
Representantes não governamental
Lucia Ivonete de Oliveira
Marilete Puton
José Ferreira Soares

Artigo 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 08 de julho de 2026.

VILSON ROBERTO DOS SANTOS
Presidente do CMHIS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:55F2BA4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.871, 15 DE JULHO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de superávit financeiro fonte de recursos livre: 5000 o valor de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), e por anulação de dotação o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), totalizando o montante de R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.02	**Fundo Munic Dir Criança e Adoles**		
08.243.0009.2.028	**Ativid Op. do Conselho Tutelar**		
3.3.90.14	Diárias – P. Civil	5000	6.000,00
08.03	**Fundo Municipal de Assist. Social**		
08.244.0008.2.047	**Bloco da proteção Social Básica**		
3.3.90.30	Material de Consumo (288)	893	16.000,00
08.244.0008.2.066	**Gestão de Benefícios Eventuais**		
3.3.90.30	Material de Consumo (303)	893	4.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult. Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativ. Op. do Ensino Fundamental**		
3.3.90.30	Material de Consumo (357)	103	50.000,00
10.00	**Depto de Agr. Pec e Meio Amb**		
10.01	**Div. Fom. Agri. Pec Prot M. Amb**		
20.606.0013.2.037	**Desenvolvim. De Ações voltadas as Atividades de Agropecuária**		
3.3.90.39	Outros Serv de Terc. P. Jurídica	5000	100.000,00
TOTAL			**176.000,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, e por anulação de dotação orçamentária, conforme o previsto no parágrafo primeiro nos incisos I e III do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º inciso VII e no Art. 4º inciso III da Lei Municipal nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados/Restos a Receber do exercício de 2025 no valor de R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
5000	Fonte de recursos livres	106.000,00
TOTAL		**106.000,00**

I – Por anulação de dotações o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.03	**Fundo Municipal de Assist. Social**		
08.244.0008.2.047	**Bloco da proteção Social Básica**		
3.3.90.39	Outros Serv de Terc. P. Jurídica (291)	893	2.000,00
08.244.0008.2.066	**Gestão de Benefícios Eventuais**		
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (304)	893	4.000,00
3.3.90.39	Outros Serv de Terc – P. Jurídica (305)	893	6.000,00
3.3.90.48	Outros Auxílios Financ. P. Físicas (306)	893	8.000,00
09.00	**Depto Educação, Cultura e Esporte**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.1.008	**Construção, ampliação, reforma da estrutura física das Unidades Esc**		
4.4.90.51	Obras e instalações (346)	103	50.000,00
TOTAL			**70.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:9991A474

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.797, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Institui o Código Municipal de Justiça Desportiva do Município de Bom Sucesso do Sul, disciplina a organização, funcionamento, processos disciplinares, infrações, penalidades e julgamentos nas competições esportivas municipais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
LEI
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul, o Código Municipal de Justiça Desportiva, destinado a disciplinar a organização, o funcionamento, os processos disciplinares, as infrações, as penalidades e o julgamento dos fatos relacionados às competições esportivas promovidas pela Divisão Municipal de Esportes e pela Administração Pública Municipal.
Art. 2º. O Código Municipal de Justiça Desportiva possui fundamento no art. 217 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.615/1998, na Lei Federal nº 14.597/2023, no Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD, na Lei Orgânica Municipal e nas demais normas aplicáveis.
Art. 3º. Aplicam-se as disposições deste Código aos atletas, dirigentes, técnicos, auxiliares, árbitros, coordenadores, comissões técnicas, equipes, entidades participantes e demais pessoas vinculadas às competições municipais.
Parágrafo único. A inscrição do atleta, dirigente, membro de comissão técnica, equipe ou entidade participante implicará automática aceitação das normas previstas neste Código e no regulamento específico da respectiva competição.
Art. 4º. As normas deste Código possuem natureza desportiva e administrativa, restritas às competições e atividades esportivas municipais, sem prejuízo da aplicação das normas estaduais, nacionais ou específicas da modalidade quando cabíveis.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DESPORTIVA MUNICIPAL
Art. 5º. A Justiça Desportiva Municipal, para fins deste Código, será exercida pelo Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD, órgão colegiado de natureza administrativa e disciplinar vinculado às competições esportivas municipais.
Art. 6º. O Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD será composto por, no mínimo, 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, nomeados por ato do Poder Executivo Municipal.
§1º Os membros deverão possuir idoneidade moral e conhecimento compatível com as atividades esportivas, administrativas ou jurídicas relacionadas às competições municipais.

§2º O ato de nomeação indicará o Presidente, os membros titulares, os suplentes e, quando necessário, a secretaria de apoio do Conselho.
§3º A participação dos membros do Conselho será considerada serviço público relevante, sem remuneração, salvo disposição legal específica em sentido contrário.
Art. 7º. Compete ao Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD:
Receber denúncias, relatórios e súmulas;
Analisar fatos, documentos e provas;
Determinar citações e intimações;
Instaurar processos disciplinares;
Realizar diligências;
Promover sessões de julgamento;
Aplicar medidas preventivas;
Julgar infrações disciplinares;
Receber e julgar recursos;
Aplicar penalidades;
Interpretar regulamentos das competições municipais;
Resolver casos omissos, observadas as normas deste Código e, subsidiariamente, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD.

Art. 8º. O membro do Conselho não poderá participar do julgamento quando possuir vínculo direto com equipe, atleta, dirigente, entidade participante ou fato relacionado ao processo.
§1º O membro impedido será substituído por suplente.
§2º O membro que participar da análise preliminar dos fatos, da elaboração da denúncia ou de diligência que comprometa sua imparcialidade não poderá participar da decisão final do mesmo processo.
§3º As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO III
DOS PROCESSOS DISCIPLINARES
Art. 9º. O processo disciplinar será instaurado mediante:
Relatório de arbitragem;
Súmula;
Relatório da coordenação;
Denúncia formal;
Imagens, vídeos, fotografias ou documentos;
Atuação de ofício do Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD, quando houver elementos mínimos de materialidade e autoria.
Art. 10. O processo disciplinar observará o contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões e a proporcionalidade na aplicação das sanções.
§1º O denunciado poderá apresentar defesa escrita, juntar documentos, indicar testemunhas e requerer diligências pertinentes.
§2º O Conselho poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ou diligências manifestamente impertinentes, protelatórias ou desnecessárias ao julgamento.
Art. 11. A instauração do processo disciplinar dependerá de autuação mínima contendo a identificação do fato, a competição ou partida relacionada, os envolvidos, a descrição da conduta e os elementos de prova disponíveis.
CAPÍTULO IV
DAS SUSPENSÕES PREVENTIVAS E AUTOMÁTICAS
Art. 12. O atleta, dirigente, membro de comissão técnica ou participante citado em relatório, súmula, denúncia ou outro documento oficial poderá ser submetido à suspensão preventiva por até 30 (trinta) dias, quando a medida for necessária à preservação da ordem, da segurança, da instrução processual ou da regularidade da competição.
§1º A suspensão preventiva deverá ser fundamentada e não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.
§2º O período cumprido em suspensão preventiva será descontado da penalidade aplicada ao final do processo, quando houver condenação.
Art. 13. A suspensão automática poderá ocorrer nos casos de infrações graves e gravíssimas previstas neste Código ou no regulamento específico da competição, especialmente quando o fato envolver agressão física, ameaça, tumulto coletivo, fraude, falsidade documental, dano ao patrimônio ou conduta que comprometa a segurança da competição.
§1º O afastamento automático poderá perdurar por até 60 (sessenta) dias, até o julgamento do processo disciplinar.
§2º O período cumprido em suspensão automática será descontado da penalidade final aplicada.
Art. 14. Para fins deste Código, consideram-se infrações graves ou gravíssimas aquelas cuja conduta coloque em risco a integridade física de participantes, comprometa a ordem da competição, envolva fraude, falsidade, agressão, ameaça, dano ao patrimônio ou possua pena mínima igual ou superior a 90 (noventa) dias de suspensão.
CAPÍTULO V
DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES
Art. 15. As citações e intimações serão realizadas pela Divisão Municipal de Esportes, por dirigente esportivo municipal ou por servidor designado para apoio administrativo ao Conselho.
Art. 16. As comunicações serão encaminhadas ao dirigente responsável pela equipe, ao interessado diretamente envolvido ou ao representante indicado no ato de inscrição da equipe ou entidade participante.
Art. 17. Considera-se válida a comunicação realizada por meio físico, eletrônico, e-mail, aplicativo de mensagens, publicação em canal oficial da competição ou outro meio previamente informado aos participantes.
Parágrafo único. A parte comunicada deverá manter seus dados atualizados junto à organização da competição, sob pena de serem consideradas válidas as comunicações enviadas aos contatos informados no ato de inscrição.
CAPÍTULO VI
DAS PROVAS
Art. 18. Constituem meios de prova, dentre outros admitidos em direito:
Súmulas;
Relatórios;
Imagens;
Vídeos;
Fotografias;
Testemunhas;
Documentos;
Registros eletrônicos ou digitais relacionados ao fato apurado.
Art. 19. A súmula e o relatório de arbitragem possuem presunção relativa de veracidade, admitida prova em contrário.
CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS

Art. 20. Os árbitros deverão encaminhar relatório complementar à Divisão Municipal de Esportes até o primeiro dia útil subsequente à partida, sempre que houver fato disciplinar relevante não suficientemente descrito na súmula.
Art. 21. O denunciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da citação ou comunicação válida, para apresentar defesa.
Art. 22. Os recursos deverão ser apresentados em até 03 (três) dias úteis após a publicação ou comunicação da decisão recorrida.
Art. 23. Os prazos previstos neste Código serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, salvo disposição diversa no regulamento específico da competição.
CAPÍTULO VIII
DA SESSÃO E INSTRUÇÃO DO JULGAMENTO
Art. 24. A sessão de julgamento deverá ocorrer preferencialmente de forma presencial, admitida a utilização de meio eletrônico ou híbrido quando necessário à celeridade, à segurança ou à melhor instrução do processo, desde que preservados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 25. Durante a instrução poderão ser:
Ouvidas testemunhas;
Analisadas provas;
Determinadas diligências;
Colhidas informações complementares da arbitragem, da coordenação da competição ou das equipes envolvidas.
Art. 26. Encerrada a instrução, o Conselho proferirá decisão fundamentada, indicando os fatos apurados, as provas consideradas, a infração reconhecida, quando houver, e a penalidade aplicada.
CAPÍTULO IX
DOS REQUERIMENTOS
Art. 27. Toda parte interessada poderá formular requerimentos fundamentados ao Conselho Municipal de Decisões Desportivas –

CMDD, relacionados à produção de provas, esclarecimentos, diligências, revisão de erro material ou outras providências necessárias ao regular andamento do processo.

Parágrafo único. Os requerimentos deverão ser apreciados de forma fundamentada, podendo ser indeferidos quando impertinentes, protelatórios, desnecessários ou incompatíveis com este Código e com o regulamento da competição.

CAPÍTULO X

DOS RECURSOS

Art. 28. Das decisões proferidas nos processos disciplinares caberá recurso ao Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD, observados os impedimentos previstos neste Código.

Parágrafo único. O recurso não suspenderá automaticamente a decisão recorrida, salvo decisão fundamentada do Conselho em sentido contrário.

Art. 29. O recurso deverá ser protocolado dentro do prazo estabelecido neste Código e acompanhado dos documentos necessários à análise.

Art. 30. Quando previsto no Regulamento Oficial da competição, a interposição de recurso poderá depender do recolhimento de preparo recursal ou valor administrativo específico.

§1º O valor do preparo recursal será definido no Regulamento Oficial de cada competição promovida pela Divisão Municipal de Esportes, mediante divulgação prévia aos participantes.

§2º O comprovante de recolhimento deverá acompanhar o recurso apresentado, quando exigido pelo regulamento específico.

§3º A ausência de recolhimento do preparo recursal, quando exigido, poderá acarretar o não conhecimento do recurso.

§4º Os valores arrecadados com preparo recursal poderão ser destinados ao custeio administrativo das competições e atividades esportivas municipais, conforme regulamento específico e normas financeiras aplicáveis.

§5º Recursos manifestamente protelatórios ou apresentados com finalidade exclusiva de retardar o andamento processual poderão ser indeferidos mediante decisão fundamentada.

CAPÍTULO XI

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Art. 31. Constituem circunstâncias agravantes, dentre outras reconhecidas de forma fundamentada:

Reincidência;

Agressão contra árbitro, auxiliar de arbitragem, coordenador, organizador ou servidor público;

Uso de objetos ou instrumentos na prática da infração;

Participação em tumulto coletivo;

Tentativa de influenciar testemunhas, dificultar a apuração ou alterar a verdade dos fatos;

Prática da infração na presença de crianças, adolescentes ou público numeroso;

Conduta que gere grave repercussão à imagem da competição ou do Município.

Art. 32. Constituem circunstâncias atenuantes, dentre outras reconhecidas de forma fundamentada:

Bons antecedentes desportivos;

Confissão espontânea;

Participação reduzida na infração;

Pedido formal de desculpas;

Colaboração efetiva para o esclarecimento dos fatos;

Ter representado o Município em competições oficiais com conduta compatível com o espírito esportivo.

CAPÍTULO XII

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 33. Constituem medidas disciplinares aplicáveis, isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração:

Advertência;

Suspensão;

Multa administrativa, quando prevista no regulamento específico;

Perda de pontos;

Perda de mando de jogo;

Exclusão da competição;

Eliminação do campeonato;

Impedimento temporário de participação em competições ou eventos esportivos municipais;

Ressarcimento de danos, quando houver prejuízo ao patrimônio público, a equipamentos, materiais ou estruturas utilizadas na competição.

Art. 34. A aplicação das penalidades deverá observar a gravidade da conduta, os antecedentes do infrator, a reincidência, os danos causados, a repercussão do fato e as circunstâncias agravantes e atenuantes reconhecidas no processo.

CAPÍTULO XIII

DA RESPONSABILIDADE DAS EQUIPES

Art. 35. As equipes responderão, no âmbito desportivo e administrativo, pelos atos praticados por seus atletas, dirigentes, membros da comissão técnica, representantes e torcedores identificados, sem prejuízo da responsabilização individual dos envolvidos.

Art. 36. Poderão ser aplicadas às equipes, conforme a gravidade do fato:

Advertência;

Multa administrativa, quando prevista no regulamento específico;

Perda de pontos;

Perda de mando de jogo;

Exclusão da competição;

Eliminação do campeonato.

CAPÍTULO XIV

DO WO E DO ABANDONO DE PARTIDA

Art. 37. Configura WO, para fins deste Código:

Ausência da equipe no local, data e horário estabelecidos;

Apresentação de número insuficiente de atletas para início ou continuidade da partida;

Recusa injustificada em iniciar ou continuar a partida;

Abandono de partida sem motivo reconhecido pela organização da competição ou pelo Conselho.

Art. 38. A ocorrência de WO ou abandono de partida poderá acarretar:

Derrota automática;

Perda de pontos;

Multa administrativa, quando prevista no regulamento específico;

Exclusão da competição em caso de reincidência ou de grave prejuízo à regularidade do campeonato.

CAPÍTULO XV

DAS INFRAÇÕES

Seção I

Das Infrações Contra a Integridade Física

Art. 39. Constitui infração a prática de agressão física contra atleta, árbitro, auxiliar de arbitragem, dirigente, coordenador, organizador, membro de comissão técnica, servidor público ou qualquer participante das competições municipais.

§1º Agressão física simples: pena de suspensão de 360 (trezentos e sessenta) dias a 1.095 (mil e noventa e cinco) dias, podendo ocorrer eliminação definitiva em casos graves.

§2º Agressão física contra árbitro, auxiliar de arbitragem, coordenador, organizador, representante da Administração Pública ou servidor público: pena de suspensão de 720 (setecentos e vinte) dias a 1.825 (mil oitocentos e vinte e cinco) dias, podendo ocorrer eliminação.

§3º Agressão física qualificada, quando resultar em fratura, incapacidade temporária, internação hospitalar, afastamento das atividades normais, necessidade de procedimento cirúrgico ou outro dano físico relevante devidamente comprovado: pena de suspensão de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ocorrer eliminação definitiva das competições municipais.

§4º A tentativa de agressão poderá ser punida com redução de até 50% (cinquenta por cento) da pena prevista para a infração consumada.

Seção II

Das Infrações Contra a Honra, Moral e Dignidade

Art. 40. Constitui infração ofender moralmente, injuriar, ameaçar, discriminar, constranger, humilhar ou provocar qualquer participante da competição, equipe, árbitro, coordenador, organizador ou representante da Administração Pública.

Pena: suspensão de 90 (noventa) a 720 (setecentos e vinte) dias, sem prejuízo de outras medidas cabíveis conforme a gravidade do fato.

Seção III

Das Infrações Contra a Liberdade e a Ordem Desportiva

Art. 41. Constitui infração participar de rixa, tumulto, briga coletiva ou qualquer ato que comprometa a ordem, a segurança ou a regularidade da competição.
Pena: suspensão de 180 (cento e oitenta) a 1.095 (mil e noventa e cinco) dias.
Art. 42. Constitui infração invadir campo de jogo, quadra, área restrita, vestiários, local de arbitragem, local de organização ou outros espaços oficiais da competição sem autorização.
Pena: suspensão de 90 (noventa) a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Seção IV
Das Infrações Contra o Patrimônio e a Organização

Art. 43. Constitui infração causar dano ao patrimônio público ou privado, equipamentos esportivos, materiais, instalações, veículos, estruturas ou bens utilizados na competição.
Pena: suspensão de 180 (cento e oitenta) a 720 (setecentos e vinte) dias, além do ressarcimento integral dos danos comprovados.
Art. 44. Constitui infração descumprir regulamentos, prejudicar a organização, dificultar a realização de partidas ou comprometer o regular andamento da competição.
Pena: advertência ou suspensão de até 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme a gravidade da conduta.

Seção V
Das Infrações Relativas à Competição

Art. 45. Constitui infração relativa à competição:
Utilizar atleta irregular;
Fraudar resultado de partida;
Tentar manipular competição;
Abandonar partida sem justificativa;
Causar WO intencional;
Praticar conduta destinada a alterar, dificultar ou comprometer a normalidade da competição.

Pena: perda de pontos, eliminação da competição e suspensão de até 05 (cinco) anos, conforme a gravidade do fato e a participação do infrator.

Seção VI
Das Infrações por Falsidade e Má-Fé

Art. 46. Constitui infração prestar informação falsa, falsificar documento ou inscrição, utilizar dados adulterados, omitir informação relevante ou agir de má-fé em procedimento relacionado à competição.
Pena: suspensão de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, podendo haver eliminação definitiva das competições municipais.

Seção VII
Das Infrações Contra a Justiça Desportiva Municipal

Art. 47. Constitui infração dificultar investigações, fraudar procedimentos, prestar falso testemunho, descumprir determinações, desrespeitar decisões da Justiça Desportiva Municipal ou praticar ato que comprometa a regular apuração dos fatos.
Pena: suspensão de 180 (cento e oitenta) dias a 03 (três) anos.

Seção VIII
Das Infrações de Agentes Oficiais

Art. 48. Constitui infração de árbitros, auxiliares, coordenadores, organizadores ou demais agentes oficiais da competição:
Omissão relevante em súmula ou relatório;
Favorecimento indevido;
Conduta incompatível com a função;
Negligência grave na condução da partida ou atividade;
Descumprimento injustificado das normas da competição.
Pena: suspensão de 180 (cento e oitenta) dias a 02 (dois) anos, podendo haver afastamento definitivo das competições municipais, conforme a gravidade da conduta.

Seção IX
Das Infrações Contra Entidades e a Administração Esportiva

Art. 49. Constitui infração desrespeitar entidades organizadoras, dirigentes esportivos, equipes participantes ou a Administração Pública Municipal em razão da organização, condução ou fiscalização das competições.
Pena: suspensão de 90 (noventa) a 720 (setecentos e vinte) dias.

Seção X
Das Disposições Gerais das Infrações

Art. 50. A reincidência no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses implicará aumento de até 100% (cem por cento) da penalidade aplicada, observada a gravidade da nova infração.
Art. 51. As penalidades poderão ser agravadas ou atenuadas conforme as circunstâncias previstas neste Código, mediante decisão fundamentada.
Art. 52. A aplicação das sanções desportivas não exclui a responsabilidade civil, criminal ou administrativa do infrator, quando cabível.

CAPÍTULO XVI
DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO

Art. 53. As penalidades observarão:
A gravidade da infração;
Os antecedentes do infrator;
A reincidência;
Os danos causados;
A repercussão da infração;
A colaboração para esclarecimento dos fatos;
As circunstâncias agravantes e atenuantes reconhecidas no processo.
Art. 54. A reincidência no período de 24 (vinte e quatro) meses poderá aumentar a pena em até 100% (cem por cento), sem prejuízo de outras medidas disciplinares cabíveis.
Art. 55. Na fixação da penalidade, o Conselho deverá indicar, de forma fundamentada, as razões da escolha da sanção, sua dosimetria e eventual aplicação cumulativa de medidas.

CAPÍTULO XVII
DA EXECUÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 56. As penalidades iniciarão imediatamente após a publicação ou comunicação da decisão, salvo quando houver concessão expressa de efeito suspensivo em recurso.
Art. 57. Todo atleta, dirigente, membro de comissão técnica, equipe, entidade ou participante punido ficará impossibilitado de participar dos eventos esportivos promovidos pela Divisão Municipal de Esportes e pela Administração Pública Municipal, bem como de representar o Município em competições regionais, estaduais ou nacionais durante o período de cumprimento da pena, quando a sanção aplicada assim determinar.
Art. 58. A Divisão Municipal de Esportes manterá registro das penalidades aplicadas, para fins de controle de cumprimento, reincidência e organização das competições municipais.

CAPÍTULO XVIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 59. As penalidades aplicadas pela Justiça Desportiva Municipal possuem natureza exclusivamente desportiva e administrativa, não afastando eventual responsabilidade civil, penal ou administrativa prevista na legislação vigente.
Art. 60. Nos casos de agressão física grave, dano ao patrimônio público ou privado, ameaça, lesão corporal, falsidade documental, fraude ou qualquer conduta que possa configurar infração prevista em lei, a Divisão Municipal de Esportes e o Conselho Municipal de Decisões Desportivas poderão encaminhar cópia dos autos, relatórios e documentos às autoridades competentes para adoção das medidas cabíveis.
Art. 61. O encaminhamento às autoridades competentes não dependerá do encerramento do processo disciplinar desportivo, quando a urgência, a gravidade do fato ou o interesse público recomendar providência imediata.
Art. 62. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Decisões Desportivas – CMDD, observados os regulamentos específicos das competições e, subsidiariamente, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD.
Art. 63. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto ao funcionamento do Conselho, aos procedimentos administrativos, às comunicações, aos modelos de decisão e à execução das penalidades.
Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15(quinze) dias do mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:18B9696C

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.798, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Altera o Anexo VI da Lei Municipal nº 53, de 22 de dezembro de 1993, para atualizar o vencimento inicial dos cargos efetivos de Mecânico, Motorista e Operador de Máquina Rodoviária, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
LEI
Art. 1º Fica alterado o Anexo VI da Lei Municipal nº 53/1993, exclusivamente quanto ao vencimento inicial dos cargos de **Mecânico, Motorista e Operador de Máquina Rodoviária**, passando a vigorar com os seguintes valores:
ANEXO VI – GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Mecânico	40 horas	R$ 3.867,00
Motorista	40 horas	R$ 3.783,00
Operador de Máquina Rodoviária	40 horas	R$ 4.126,92

Parágrafo único. Permanecem inalteradas as demais disposições do Anexo VI da Lei Municipal nº 53/1993 e suas alterações posteriores.
Art. 2º A atualização dos vencimentos de que trata esta Lei observa:
a recomposição do poder aquisitivo das remunerações dos servidores públicos municipais;
a compatibilidade com os valores praticados por municípios da região;
a observância dos pisos remuneratórios nacionais aplicáveis;
os princípios da valorização do servidor público e da eficiência administrativa.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes do Anexo VI da Lei Municipal nº 53/1993 que fixem vencimentos em desacordo com esta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15(quinze) dias mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7F9A0B93

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 346, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Conceder meia diária de viagem ao servidor

Jucimar Girardello de Freitas.
O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 492-8/3, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **16 de julho de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do **mês de julho do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A0CF151F

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2026
Numero da contratação no comprasnet 04/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 35/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** destinado ao **registro de preços para eventuais aquisições de utensílios e equipamentos, de forma a atender às demandas da Administração, em conformidade com as condições, quantidades, exigências e especificações técnica estabelecidas no anexo I do edital. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 30/07/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 15 de julho de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:579881B7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº168/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº168/2026
CONTRATADA: MECÂNICA ITACOLOMI LTDA - ME
CNPJ: 29.254.899/0001-50
Cláusula Primeira – Objeto
Se faz necessário o aditivo do presente contrato em razão da aquisição por parte do município de uma **Chevrolet Spin, placa RCN-1J52, e uma Chevrolet Spin, placa UAX-6C70,** sendo que o **lote 08** passará a ter seis veículos, para os quais deve ser fornecido peças, componentes, acessórios e materiais originais, mantendo-se o valor total do lote 08 em **R$124.450,00** (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº dotação 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa:498; 33.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica despesa 591; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.030 – Transporte Escolar; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 563; 33.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa 651; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa:512; 33.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica Despesa 603; – Departamento de Administração e Planejamento;

03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:490; 33.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica Despesa:583; 08.00 Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 0824400082.025 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:1009; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa: 633.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta - Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 15 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:5D81E716

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 AO CONTRATO Nº148/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº02
AO CONTRATO Nº148/2025
CONTRATADA: RALSYS TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 23.848.606/0001-87

Cláusula Primeira – Reajuste

Pela execução do objeto ora contratado o Contratante pagará à Contratada o valor que fica reajustado em 4,33% (quatro virgula trinta e três por cento), com base na variação acumulada no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurada no período compreendido entre julho de 2025 a junho de 2026, passando a ser de **R$210.758,74** (duzentos e dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais, com setenta e quatro centavos).

Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 03.00- Departamento de Administração e Planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento; 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento; 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da informação e Comunicação; Despesa:677; 04.00 Departamento de Finanças; 04.01 Divisão de Finanças , Contabilidade e Tesouraria; 0412300042008 Atividades Operacionais de Natureza Financeira e Orçamentária 330.90.40 Serviço de Informação e Comunicação; Despesa: 1158.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 15 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:398B4013

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Exonera, a pedido Elisana Pillonetto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 15 de julho de 2026, *Elisana Pillonetto*, matricula nº 511-8/4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, símbolo CC-I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:846725EE

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o (a) candidato (a) relacionado (a) abaixo, aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025, à comparecer, **até o dia 22 de julho de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida nos itens 10.4 e 10.5, do Edital nº 001/2025, do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovado.

ENFERMEIRO

Classificação	Nome
09º	ANTÔNIO EDIVALDO SOUZA GALVÃO

Bom Sucesso do Sul, 15 de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:760862AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2° EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2024

2° EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: BERNARDI E XAVIER SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ sob nº 27.083.931/0001-57.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2024.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste anual do valor contratual, em conformidade com a cláusula de reajuste prevista no Contrato Administrativo n° 041/2024, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantendo-se as demais condições originalmente pactuadas.
VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 19.990,00
VALOR DO REAJUSTE: R$ 883,56
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 20.873,56.
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 21/06/2026 a 20/06/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Braganey/PR, 20 de junho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E064F8D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 037/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 037/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 037/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de internet banda larga em fibra óptica, com velocidade de 400 Mbps simétricos, garantia integral de banda e conexão de backup por rádio, destinada ao atendimento das secretarias e equipamentos públicos do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 55.067,04 (cinquenta e cinco mil, sessenta e sete reais e quatro centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 05/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 05/08/2026.

Braganey – PR, 15 de 07 de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1F5FEC31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 038/2026 AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 038/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 038/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 210.984,11 (duzentos e dez mil, novecentos e oitenta e quatro reais e onze centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 10/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 10/08/2026.

Braganey – PR, 15 de 07 de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0A0D7769

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 044/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 044/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 044/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de trator cortador de grama tipo rider, destinado à manutenção de áreas verdes, praças, jardins, campos e demais espaços públicos do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 20.362,50 (vinte mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 14/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 14/08/2026.

Braganey – PR, 15 de julho de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:725B7EB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 047/2026 AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 047/2026
AMPLA CONCORRêNCIA

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 047/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: aquisição de móveis e mobiliário corporativo, incluindo mesas, cadeiras, armários, arquivos, estantes e demais itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey/PR, mediante realização de Pregão Eletrônico com critério de julgamento pelo menor preço por item.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 421.980,46 (quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 12/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 12/08/2026.

Braganey – PR, 15 de julho de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E2E891E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 048/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 048/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 048/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para o recebimento, aferição de peso com balança aferida pelo IPEM, tratamento e disposição final em aterro específico e licenciado, dos resíduos domiciliares Classe II-A (não inerte), sendo eles os não recicláveis e orgânicos, produzidos no perímetro do município de Braganey/PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 30/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 30/07/2026.

Braganey – PR, 15 de Julho de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:6C549DDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 122/2026

Institui o Núcleo Municipal de Gestão da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher, no âmbito do Programa Mais Acesso a Especialistas, e designa seus membros.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar o acesso da população aos serviços especializados, promovendo a integração entre a Atenção Primária à Saúde e a Atenção Ambulatorial Especializada;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a implantação do Programa Mais Acesso a Especialistas, com vistas à organização das Linhas de Cuidado e à redução do tempo de espera para consultas, exames e procedimentos especializados;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o **Núcleo Municipal de Gestão da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Braganey, com a finalidade de coordenar, monitorar, organizar e qualificar o acesso das usuárias aos serviços especializados da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher, no âmbito do Programa Mais Acesso a Especialistas.
Art. 2º Compete ao Núcleo:
I – organizar os fluxos assistenciais da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher;
II – promover a integração entre a Atenção Primária à Saúde, a Regulação Municipal e os serviços especializados;
III – acompanhar os encaminhamentos para consultas, exames, procedimentos e cirurgias especializadas;
IV – monitorar os tempos de espera e os indicadores relacionados ao acesso e à resolutividade da assistência;
V – propor ações para qualificação dos processos de trabalho e melhoria do acesso aos serviços especializados;

VI – acompanhar a execução das ações previstas pelo Programa Mais Acesso a Especialistas;
VII – elaborar relatórios técnicos e gerenciais destinados ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas.
Art. 3º O Núcleo Municipal de Gestão da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher será composto pelos seguintes servidores:
I – Coordenadora Geral

• Daiane Trajano da Silva.

II – Coordenadora Técnica

• Ana Paula de Almeida Both – Enfermeira e Coordenadora da Atenção Primária à Saúde.

III – Equipe Técnica

• **Mônica Pavaneli Bessani** – Médica Ginecologista e Obstetra, responsável pelo apoio técnico especializado, definição de fluxos clínicos e acompanhamento da assistência especializada.

• **Milena Schmitz** – Médica Ginecologista e Obstetra, responsável pelo apoio técnico especializado, acompanhamento das pacientes e qualificação da linha de cuidado.

IV – Regulação

• **Caroline Ketlen Becke** – Responsável pela Regulação Municipal, gestão dos encaminhamentos especializados, monitoramento das filas e acompanhamento do acesso aos serviços.

V – Monitoramento e Informação

• **Wesley Rafael Sacht** – Responsável pelo apoio administrativo, monitoramento dos indicadores, alimentação dos sistemas de informação, consolidação de dados e elaboração de relatórios gerenciais.

VI – Apoio à Coordenação

• **Mariele Cristiane Manfé** – Responsável pelo apoio à Coordenação Geral e Técnica, acompanhamento das pacientes, organização dos fluxos assistenciais, busca ativa quando necessária e suporte administrativo às atividades do Núcleo.

Art. 4º Compete à Coordenadora Geral convocar e coordenar as reuniões do Núcleo, acompanhar a execução das ações, promover a articulação entre os setores envolvidos e representar o Núcleo perante a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos competentes.

Art. 5º Compete à Coordenadora Técnica coordenar as ações técnicas da Linha de Cuidado da Saúde da Mulher, orientar os fluxos assistenciais, acompanhar os indicadores de desempenho e subsidiar tecnicamente as atividades do Núcleo.

Art. 6º O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Coordenadora Geral.

Art. 7º As atividades desenvolvidas pelos integrantes do Núcleo serão exercidas sem prejuízo das atribuições inerentes aos respectivos cargos e não gerarão direito à percepção de gratificação ou remuneração adicional.

Art. 8º O Núcleo poderá solicitar a participação de outros profissionais da Secretaria Municipal de Saúde sempre que necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 15 de julho de 2026.

VALDIR ZIELISKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:BD6C34D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 123/2026

EMENTA: EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a **Sra. ELZA CRISTINA DE SOUZA**, inscrita no CPF: 040.***.249-60, do cargo de Diretor do Departamento de Programas e Projetos Sociais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 15 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:606F82D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 66/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 66/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de panificados, salgados e lanches prontos, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Braganey – PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 28/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CLAUDIA M. PICAGEVICZ LTDA	17.544.951/0001-24	R$ 59.212,50
JAV COMERCIO LTDA	50.656.871/0002-17	R$ 24.709,40
MARIA SONIA JACOBUSSI DANIELSKI	31.424.501/0001-29	R$ 83.557,95

Braganey, 15 de julho 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0136CCCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - EDITAL Nº 001/2026 - CADASTRAMENTO PARA FINS DE ATRIBUIÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR - 2° SEMESTRE DE 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL Nº 001/2026

CADASTRAMENTO PARA FINS DE ATRIBUIÇÃO DE JORNADA SUPLEMENTAR - 2° SEMESTRE DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento nos artigos 52, 53 e 54

da Lei Municipal n° 1.708/2020, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal**,**

TORNA PÚBLICO

O Presente Edital que estabelece normas e procedimentos para o cadastramento de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino interessados em assumir jornada suplementar durante o 2° semestre letivo de 2026.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A inscrição para fins de atribuição de jornada suplementar será regida por este Edital, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o objetivo de atender às necessidades de excepcional interesse público no âmbito do Município de Cafelândia.

1.2. Este edital e os demais documentos relacionados ao certame estarão disponíveis na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como nas secretarias das instituições de ensino da rede pública municipal.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Os professores interessados em assumir jornada suplementar no 2° semestre letivo de 2026, deverão realizar sua inscrição **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**, disponível no link: https://forms.gle/5GKgqWxp6W2XRFor9.

2.2. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os campos obrigatórios do formulário, sob pena de indeferimento da inscrição.

2.3. A participação no processo de cadastramento não implica obrigatoriedade de atribuição de aulas. A convocação dos inscritos será feita conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, durante a vigência deste processo.

2.4. Os professores já classificados no **Edital nº 02.002/2025** para atribuição de jornada suplementar **não deverão realizar nova inscrição**.

3. DO CRONOGRAMA

3.1. O cadastramento funcional para fins de Atribuição de Jornada Suplementar, disciplinado por meio do presente edital, seguirá o seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZO
INSCRIÇÃO	16 de julho de 2026 (até as 17h)
RESULTADO PROVISÓRIO	17 de julho de 2026
PRAZO PARA RECURSO	20 de julho de 2026 (até as 15h)
RESULTADO FINAL	de julho de 2026

3.2. Os candidatos que desejarem interpor recurso contra o resultado provisório deverão preencher o **Formulário de Recurso** (Anexo III deste Edital) e protocolá-lo pessoalmente na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, no prazo estipulado no cronograma (item 3.1), durante o horário de expediente.

3.3. Recursos protocolados fora do prazo, sem fundamentação clara, ou sem o uso do formulário específico (Anexo III), serão desconsiderados.

4. DA CONVOCAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. A atribuição da jornada suplementar será feita mediante convocação formal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme necessidade, respeitando a ordem de classificação dos inscritos.

4.2. O professor convocado que recusar a atribuição será reclassificado para o final da lista.

4.3. Após a convocação formal, o(a) professor(a) deverá apresentar, devidamente preenchida e assinada, a **Declaração de Interesse (Anexo I)** ou a **Declaração de Não Interesse (Anexo II)**, na **secretaria da instituição de ensino em que estiver lotado(a)**.

Parágrafo único: Caberá ao(à) secretário(a) da instituição de ensino o encaminhamento dos referidos documentos à Secretaria Municipal de Educação no prazo de 24h a contar da convocação formal dos inscritos.

4.4. Não poderão participar deste processo os professores que se enquadrarem em quaisquer das seguintes situações:

I. Estiverem cedidos ou à disposição de outro órgão (federal, estadual, municipal ou entidade privada);

II. Apresentarem uma ou mais faltas injustificadas nos 12 meses que antecedem o período de inscrição, em qualquer de suas funções;

III. Possuírem dois cargos efetivos de 20 horas semanais e/ou estiverem aposentados em um dos cargos;

IV. Estiverem afastados por licença de qualquer natureza;

V. Estiverem em gozo de Redução de Carga Horária;
VI. Tiverem afastamento por motivo de saúde por período igual ou superior a 30 dias (consecutivos ou não) no ano anterior;

VII. Tiverem restrições médicas que dificultem o desempenho da função ou que necessitem de adaptação;

VIII. Desistirem das aulas atribuídas no decorrer do ano letivo;

IX. Não manifestarem formalmente seu interesse no período de inscrições previsto neste edital.

4.5. A jornada suplementar poderá ser cancelada, a qualquer tempo, nas seguintes situações:

I. Existência de professor disponível para assumir a carga horária pelo cargo efetivo;

II. Junção ou fechamento de turma;

III. Afastamento definitivo do titular da vaga (licença de vencimentos, exoneração ou aposentadoria);

IV. Penalidade disciplinar de suspensão decorrente de processo administrativo;

V. Cumprimento de pena restritiva de liberdade;

VI. Três faltas injustificadas (consecutivas ou não) nas aulas atribuídas;

VII. Início de Redução de Carga Horária durante o período letivo.

5. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1. Em caso de empate, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

I. Maior tempo de serviço no cargo efetivo no Município de Cafelândia;

II. Maior idade;

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O presente cadastramento terá validade apenas para o segundo semestre do ano letivo de 2026.

6.2. A carga suplementar poderá ser atribuída em até 20 (vinte) horas semanais, conforme a necessidade.

6.3. O pagamento da jornada suplementar só será devido após o cumprimento integral da carga horária do cargo efetivo.

6.4. O professor que recusar a atribuição por incompatibilidade de horário terá sua classificação mantida e poderá ser convocado novamente, caso surja nova demanda compatível com sua carga efetiva.

6.5. Após a atribuição, a desistência da carga suplementar implicará impedimento de nova convocação no mesmo ano letivo.

6.6. As publicações oficiais referentes a este processo estarão disponíveis no site: www.cafelandia.pr.gov.br.

6.7. Integram este edital os seguintes anexos:
Anexo I – Declaração de Interesse
Anexo II – Declaração de Não Interesse
Anexo III – Formulário para Recurso

6.8. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6.9. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE JULHO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

ANEXO I
Edital n° 001/2026

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Eu, _____, declaro para os devidos fins que **tenho** interesse em assumir a jornada suplementar que me foi ofertada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura na data de ___/___/2026.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Cafelândia, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Professor

ANEXO II
Edital n° 001/2026

DECLARAÇÃO DE NÃO INTERESSE

Eu, _____, declaro para os devidos fins **não ter interesse** em assumir a jornada suplementar que me foi ofertada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura na data de ___/___/2026.
Pelo motivo:
(___) Não tenho interesse em assumir jornada suplementar;
(___) Incompatibilidade de horário, conforme edital irei aguardar surgir nova demanda em horário compatível com meu cargo efetivo.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Cafelândia, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Professor

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome do Professor: _____
Disciplina que atua: _____
RG.: _____ CPF.: _____ Data de nascimento: _____/____/_____.
Instituição em que está lotado: _____

Solicito revisão da Classificação Provisória.

Neste espaço, apresente as razões da solicitação do Recurso de forma sucinta, objetiva e consistente.

_____
_____

Cafelândia, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Professor

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:662B0295

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
MOÇÃO Nº 03/2026

MOÇÃO Nº 03/2026

EMENTA: Moção de Aplausos e Congratulações aos servidores do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná, Senhores Romeu Suzuki e Higor Henrique da Silva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, do meio ambiente e ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Califórnia – PR.

De conformidade legal, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Douto Plenário, a concessão de MOÇÃO DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES aos servidores do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná, Senhor Romeu Suzuki e Senhor Higor Henrique da Silva, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Município de Califórnia e, especialmente, pelo compromisso demonstrado com o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da preservação ambiental e do fortalecimento da agricultura familiar.
O trabalho desenvolvido pelos homenageados ao longo dos anos tem sido fundamental para o crescimento da atividade agropecuária em nosso Município, prestando assistência técnica contínua aos produtores rurais, promovendo orientação especializada, elaboração de projetos, acompanhamento técnico e incentivo à adoção de tecnologias e políticas públicas capazes de proporcionar desenvolvimento sustentável, aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida das famílias do campo.
O Engenheiro Agrônomo Romeu Suzuki atua no Município de Califórnia há aproximadamente 14 anos, período em que construiu uma trajetória marcada pela dedicação ao produtor rural, contribuindo significativamente para o fortalecimento da agricultura local, acompanhando projetos, prestando orientação técnica e participando ativamente das ações desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná.
O Senhor Higor Henrique da Silva, Técnico Especialista do IDR-Paraná, é Técnico em Agropecuária, Técnico em Meio Ambiente, Bacharel em Ciências Contábeis e Pós-Graduado em Gestão Contábil e Financeira. Atua no Município de Califórnia há oito anos, exercendo desde 2018 a função de responsável pela unidade local do IDR-Paraná.
Durante sua atuação, destaca-se pela elaboração de projetos de crédito rural, emissão de documentos como CAF e DAP, atendimento aos programas do PRONAF, elaboração de laudos agrícolas e pareceres técnicos, além do suporte às políticas públicas estaduais e federais destinadas aos produtores rurais.

Seu trabalho também contempla o desenvolvimento de projetos de estradas rurais, pavimentação poliédrica e em CBUQ, apoio às associações de produtores, implantação de abastecedouros comunitários, proteção de nascentes, fossas biodigestoras e evapotranspiradoras, projetos de calcário e fosfato, Trator Solidário, Família Paranaense, planos de trabalho para aquisição de equipamentos e diversas outras iniciativas voltadas ao fortalecimento do meio rural.
Os profissionais de extensão rural exercem papel indispensável no desenvolvimento do campo, atuando diariamente como elo entre o produtor rural e as políticas públicas dos governos estadual e federal. Seu trabalho vai muito além da assistência técnica, consistindo na orientação, planejamento, elaboração de projetos, solução de problemas e incentivo ao desenvolvimento sustentável das propriedades rurais.
Ao longo dos anos, os homenageados consolidaram-se como verdadeiras referências para os produtores rurais do Município de Califórnia, sempre atuando com disponibilidade, responsabilidade, competência técnica e espírito público. Por meio da extensão rural, prestaram apoio contínuo aos pequenos, médios e grandes produtores, auxiliando na obtenção de crédito rural, na regularização documental, na elaboração de projetos, na execução de políticas públicas e na solução dos mais diversos desafios enfrentados no campo. Seu trabalho contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da agricultura familiar, para o aumento da produtividade, para a geração de renda, para a permanência das famílias no meio rural e para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município de Califórnia.
É com grande satisfação que a Câmara Municipal de Califórnia presta esta justa homenagem aos servidores do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná, Senhores Romeu Suzuki e Higor Henrique da Silva, reconhecendo o profissionalismo, a dedicação e o compromisso demonstrados ao longo dos anos em benefício da agricultura e da população rural californiana. Que esta Moção de Aplausos e Congratulações represente o reconhecimento público desta Casa de Leis pelos relevantes serviços prestados ao Município, servindo também de incentivo para que continuem desempenhando essa importante missão em favor do desenvolvimento do nosso campo e da valorização daqueles que vivem e produzem em nossa terra.
Atendidas as formalidades regimentais, requeiro que desta manifestação seja dado conhecimento aos homenageados e à Direção do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná.
A presente homenagem deverá ser conferida em Sessão desta Casa de Leis, como forma de reconhecimento público pelos relevantes serviços prestados ao Município de Califórnia.
Edifício da Câmara do Município de Califórnia, 15 de julho de 2026.

NEUCI VENÂNCIO FERREIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:D7C680A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 108/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 05 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando o r**egistro de preços para eventual fornecimento de coffee break e coquetel, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, sem inclusão de serviços de organização, montagem ou execução de eventos.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 15 de julho de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:46AD188E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 100/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 100/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, o PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando o **Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição,** que realizar-se-ia às **09h00min do dia 27 de julho de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** foi SUSPENSO para retificação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital.

Obs.: Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.
Califórnia, 15 de julho de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:C173F441

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 173/2026

DECRETO 173/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 4.976,39 (quatro mil e novecentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.93.00.00 866 INDENIZACOES E RESTITUICOES 4.976,39

Total Suplementação: 4.976,39

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Fonte:
866 – CONVÊNIO KIT CHROMEBOOK E HEADSET N° 202402039

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:64C126C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 174/2026

DECRETO 174/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.155,20 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.93.00.00 866 INDENIZACOES E RESTITUICOES 1.155,20
Total Suplementação: 1.155,20

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Receita
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral 1.155,20
Total da Receita: 1.155,20

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:01B75590

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 175/2026

DECRETO 175/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 322,71 (trezentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.93.00.00 103 INDENIZACOES E RESTITUICOES 322,71

Total Suplementação: 322,71

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME 07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.31.00.00 103 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS 322,71

Total Redução: 322,71

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:B880E41E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 100/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 100/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.037.943 EDVAL BAENA MACIEL
CNPJ/CPF: 67.037.943/0001-60
REPRESENTANTE LEGAL: Edval Baena Maciel
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:40321C7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 101/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 101/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.084.286 ELIANE BENEDITA DE PAULA
CNPJ/CPF: 67.084.286/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: ELIANE BENEDITA DE PAULA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:052C1092

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.852.604 EMILY APARECIDA DIAS PEREIRA
CNPJ/CPF: 66.852.604/0001-74
REPRESENTANTE LEGAL: EMILY APARECIDA DIAS PEREIRA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:998979D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: FERREIRA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ/CPF: 48.368.638/0001-06
REPRESENTANTE LEGAL: ANDERSON EURIPEDES FERREIRA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C71021F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 104/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 104/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.903.697 FRANCISCO TIKERPE PEREIRA
CNPJ/CPF: 66.903.697/0001-19
REPRESENTANTE LEGAL: Francisco Tikerpe Pereira
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:3C0106E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.876.642 GABRIEL FONSECA DA MOTTA
CNPJ/CPF: 66.876.642/0001-67
REPRESENTANTE LEGAL: GABRIEL FONSECA DA MOTTA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:15286F45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.928.526 GILSON DE JESUS COSTA
CNPJ/CPF: 66.928.526/0001-44
REPRESENTANTE LEGAL: GILSON DE JESUS COSTA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:D97D9F95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.892.120 MARILENE LEITONAS
CNPJ/CPF: 66.892.120/0001-59
REPRESENTANTE LEGAL: Marilene Leitonas
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:8449A9AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.052.036 KAROLINA RODRIGUES MARTINS
CNPJ/CPF: 67.052.036/0001-90
REPRESENTANTE LEGAL: KAROLINA RODRIGUES MARTINS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:4D556B39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 20.741.811 LEANDRO GABRIEL DA SILVA
CNPJ/CPF: 20.741.811/0001-50
REPRESENTANTE LEGAL: LEANDRO GABRIEL DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:9153354C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.884.144 LUCAS ALMEIDA DE MACEDO
CNPJ/CPF: 66.884.144/0001-66
REPRESENTANTE LEGAL: Lucas Almeida De Macedo
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:FD23026B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.253.631 LUIZ FERNANDO ANGELO
CNPJ/CPF: 67.253.631/0001-93
REPRESENTANTE LEGAL: LUIZ FERNANDO ANGELO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:08333363

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.993.166 MARCILENE MOREIRA
CNPJ/CPF: 66.993.166/0001-64
REPRESENTANTE LEGAL: Marcilene Moreira
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:E0767E63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 89/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 89/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.864.233 CARLA INGRID RAIMUNDO
CNPJ/CPF: 66.864.233/0001-40
REPRESENTANTE LEGAL: CARLA INGRID RAIMUNDO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:A0648732

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 90/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 90/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.726.298 CLEBERSON DAMASIO CAMARGO
CNPJ/CPF: 67.726.298/0001-92
REPRESENTANTE LEGAL: Cleberson Damasio Camargo
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:5461BCA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 91/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 91/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.912.235 JOSE APARECIDO DA SILVA
CNPJ/CPF: 66.912.235/0001-68
REPRESENTANTE LEGAL: JOSE APARECIDO DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:2BFE64BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 92/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 92/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.837.544 LUCIANO VIANA
CNPJ/CPF: 66.837.544/0001-10
REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANO VIANA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:5F1E14E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 92/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 92/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.837.544 LUCIANO VIANA
CNPJ/CPF: 66.837.544/0001-10
REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANO VIANA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:40A59E22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 93/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 93/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.899.170 VINICIUS EDUARDO
CNPJ/CPF: 67.899.170/0001-20
REPRESENTANTE LEGAL: Vinicius Eduardo Ariza Veiga
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.102,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:7611C0F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 94/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 94/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.760.096 ADRIAN MATEUS MARTINS DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 66.760.096/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: ADRIAN MATEUS MARTINS DOS SANTOS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:D3EF6F33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 95/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 95/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.901.796 ANDRE HENRIQUE DE SOUZA
CNPJ/CPF: 66.901.796/0001-61
REPRESENTANTE LEGAL: ANDRE HENRIQUE DE SOUZA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:243A33C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 96/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 96/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 66.765.345 ANGELICA ALVES BAPTISTA
CNPJ/CPF: 66.765.345/0001-44
REPRESENTANTE LEGAL: ANGELICA ALVES BAPTISTA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:B5C3BC44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 97/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 97/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.924.637 ARIEL APARECIDO FORTUNATO
CNPJ/CPF: 67.924.637/0001-45
REPRESENTANTE LEGAL: ARIEL APARECIDO FORTUNATO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:E004EA92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 98/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 98/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.006.639 CLAY SABINO
CNPJ/CPF: 67.006.639/0001-55
REPRESENTANTE LEGAL: CLAY SABINO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:29F2B84F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 99/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 99/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/ 2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 8/ 2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: 67.016.664 DAYANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA LACERDA
CNPJ/CPF: 67.016.664/0001-10
REPRESENTANTE LEGAL: DAYANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA LACERDA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 275.040,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 14/07/2026

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:132B777F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari, e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.
RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE: A Contratação por credenciamento de mão-de-obra para a prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari, e vigia, para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia, é necessária para a manutenção de serviços essenciais à administração pública.
Considerando que os cargos de auxiliar de serviços gerais, gari e vigia, já se encontram previstos na Lei nº 1687/2017 (Lei de Plano de Cargos e Salários do Município) e atualmente sua demanda excepcional era suprida através do Processo Seletivo – PSS nº 001/2025, que teve sua vigência encerrada no presente mês e havendo no momento estudo preliminar para a realização de concurso público, destinado ao provimento efetivo dos cargos.
Considerando ainda que o concurso público requer uma série de etapas legais e administrativas complexas, tais como elaboração de edital, período de inscrições, aplicação de provas, eventuais recursos, homologação e convocação dos aprovados, devendo ainda ser assegurado que todas essas etapas sejam realizadas conforme normas e regulamentos vigentes, incluindo a apreciação do Tribunal de Contas do Paraná – TCE-PR, faz-se necessário a contratação por credenciamento, até que a necessidade possa ser suprida em quantidade suficiente e de maneira célere, sendo que, verifica-se que a finalização do concurso demandará prazo considerável, incompatível com a continuidade dos serviços públicos atualmente prestados.
Serão contratados 20 (vinte) auxiliares de serviços gerais, 6 (seis) garis, e 6 (seis) vigias, que serão disponibilizados principalmente nas Secretarias de Educação, Saúde e Infraestrutura e Mobilidade Urbana, sendo a última responsável pela coleta de lixo orgânico e reciclado, entre outras funções atribuídas aos cargos cujo sua paralisação traria prejuízos imensuráveis ao Município, podendo em caso de necessidade de demanda serem encaminhado às demais secretarias municipais.
A contratação terá prazo determinado de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, conforme previsão legal.
No caso em questão, se verifica o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 79, inciso I da Lei 14.133/2021, conforme segue:
[...]
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
Por oportuno, friso que deve ser elaborado o presente processo de Inexigibilidade de licitação, com os trâmites normais pelo setor competente.
Por fim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração realizar o procedimento sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 461.566,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 79, inciso I.

Califórnia, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C38DBB81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 2211/2026

LEI N° 2211 /2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI:
Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 80.922.347/0001-20, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 774, neste Município.

Parágrafo único. A entidade qualificada no *caput* deste artigo atua como mantenedora da Escola Joana Carreira Portelinha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial.
Art. 2º. O Termo de Fomento autorizado por esta Lei tem por finalidade o repasse de recursos financeiros oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Parágrafo único. Os recursos destinam-se exclusivamente ao atendimento educacional prestado pela instituição aos alunos nela matriculados, devendo ser executados em estrita observância ao respectivo Plano de Trabalho previamente aprovado pela Administração Pública Municipal e às normas legais aplicáveis.

Art. 3º. Para a consecução do objeto, o Município de Califórnia repassará à referida Associação o montante total de R$ 583.856,62 (quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

§ 1º O repasse financeiro de que trata o *caput* será dividido em 3 (três) parcelas, obedecendo ao cronograma de desembolso aprovado.

§ 2º Na hipótese de alteração oficial do valor *per capita*, atualização de matrículas computadas ou orientações supervenientes do FUNDEB que impactem o valor da parceria, fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo aditivo para promover a readequação do montante.

Art. 4º. Os recursos repassados deverão ser aplicados única e exclusivamente em despesas compatíveis com a manutenção e desenvolvimento do ensino, vinculadas ao atendimento educacional dos alunos, nos moldes do art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 5º. A entidade beneficiária ficará sujeita ao dever de prestar contas dos valores recebidos, de forma parcial e integral.

Parágrafo único. A prestação de contas parcial ocorrerá a cada bimestre e a integral será efetuada em até 90 (noventa) dias após o término da vigência do Termo de Fomento, observadas as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, vinculada ao repasse do FUNDEB, consignada no orçamento municipal vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia, 15 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:92E8ACC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 122/2026

PORTARIA Nº 122/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período de Gozo
LUIZ SOUZA DA SILVA	06/02/2026 a 05/02/2027	16/07/2026 a 25/07/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 15° dia do mês de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:54733C80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

DO OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari, e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.

FORNECEDOR: 66.864.233 CARLA INGRID RAIMUNDO
CNPJ: 66.864.233/0001-40

FORNECEDOR: 67.726.298 CLEBERSON DAMASIO CAMARGO
CNPJ: 67.726.298/0001-92

FORNECEDOR: 66.912.235 JOSE APARECIDO DA SILVA
CNPJ: 66.912.235/0001-68

FORNECEDOR: 66.837.544 LUCIANO VIANA
CNPJ: 66.837.544/0001-10

FORNECEDOR: 67.660.959 RICHARD RANOS DE LIMA
CNPJ: 67.660.959/0001-24

FORNECEDOR: 67.899.170 VINICIUS EDUARDO
CNPJ: 66.864.233/0001-40

FORNECEDOR: 66.760.096 ADRIAN MATEUS MARTINS DOS SANTOS
CNPJ: 66.760.096/0001-02

FORNECEDOR: 66.901.796 ANDRE HENRIQUE DE SOUZA
CNPJ: 66.901.796/0001-61

FORNECEDOR: 66.765.345 ANGELICA ALVES BAPTISTA
CNPJ: 66.765.345/0001-44

FORNECEDOR: 67.924.637 ARIEL APARECIDO FORTUNATO
CNPJ: 67.924.637/0001-45

FORNECEDOR: 67.006.639 CLAY SABINO
CNPJ: 67.006.639/0001-55

FORNECEDOR: 67.016.664 DAYANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA LACERDA
CNPJ: 67.016.664/0001-10

FORNECEDOR: 67.037.943 EDVAL BAENA MACIEL
CNPJ: 67.037.943/0001-60

FORNECEDOR: 67.084.286 ELIANE BENEDITA DE PAULA
CNPJ: 67.084.286/0001-01

FORNECEDOR: 66.852.604 EMILY APARECIDA DIAS PEREIRA
CNPJ: 66.852.604/0001-74

FORNECEDOR: FERREIRA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ: 48.368.638/0001-06

FORNECEDOR: 66.903.697 FRANCISCO TIKERPE PEREIRA
CNPJ: 66.903.697/0001-19

FORNECEDOR: 66.876.642 GABRIEL FONSECA DA MOTTA

CNPJ: 66.876.642/0001-67

FORNECEDOR: 66.928.526 GILSON DE JESUS COSTA
CNPJ: 66.928.526/0001-44

FORNECEDOR: 66.880.018 JORGE ANTONIO GONCALVES
CNPJ: 66.880.018/0001-33

FORNECEDOR: 67.052.036 KAROLINA RODRIGUES MARTINS
CNPJ: 67.052.036/0001-90

FORNECEDOR: 20.741.811 LEANDRO GABRIEL DA SILVA
CNPJ: 20.741.811/0001-50

FORNECEDOR: 66.884.144 LUCAS ALMEIDA DE MACEDO
CNPJ: 66.884.144/0001-66

FORNECEDOR: 67.253.631 LUIZ FERNANDO ANGELO
CNPJ: 67.253.631/0001-93

FORNECEDOR: 66.993.166 MARCILENE MOREIRA
CNPJ: 66.993.166/0001-64

FORNECEDOR: 66.892.120 MARILENE LEITONAS
CNPJ: 66.892.120/0001-59

VALOR: R$ 461.566,00

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 79, inciso I.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de Valor Total: R$ 461.566,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais).

Ratifico o Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari, e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:F47B1421

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026 INEXIGIBILIDADE 08/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 065/2026
Inexigibilidade 08/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 047/2026, TORNA PÚBLICO o resultado do sorteio das vagas referente a inexigibilidade, que tem por objeto descrição: Credenciamento de pessoa jurídica prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais e gari para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR.

VAGA DE GARI

EMPRESA	CNPJ
66.864.233 CARLA INGRID RAIMUNDO	66.864.233/0001-40
67.726.298 CLEBERSON DAMASIO CAMARGO	67.726.298/0001-92
66.912.235 JOSE APARECIDO DA SILVA	66.912.235/0001-68
66.837.544 LUCIANO VIANA	66.837.544/0001-10
67.660.959 RICHARD RANOS DE LIMA	67.660.959/0001-24
67.899.170 VINICIUS EDUARDO	67.899.170/0001-20

VAGA DE SERVIÇOS GERAIS

EMPRESA	CNPJ
66.760.096 ADRIAN MATEUS MARTINS DOS SANTOS	66.760.096/0001-02
66.901.796 ANDRE HENRIQUE DE SOUZA	66.901.796/0001-61
66.765.345 ANGELICA ALVES BAPTISTA	66.765.345/0001-44
67.924.637 ARIEL APARECIDO FORTUNATO	67.924.637/0001-45
67.006.639 CLAY SABINO	67.006.639/0001-55
67.016.664 DAYANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA LACERDA	67.016.664/0001-10
67.037.943 EDVAL BAENA MACIEL	67.037.943/0001-60
67.084.286 ELIANE BENEDITA DE PAULA	67.084.286/0001-01
66.852.604 EMILY APARECIDA DIAS PEREIRA	66.852.604/0001-74
FERREIRA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	48.368.638/0001-06
66.903.697 FRANCISCO TIKERPE PEREIRA	66.903.697/0001-19
66.876.642 GABRIEL FONSECA DA MOTTA	66.876.642/0001-67
66.928.526 GILSON DE JESUS COSTA	66.928.526/0001-44
66.880.018 JORGE ANTONIO GONCALVES	66.880.018/0001-33
67.052.036 KAROLINA RODRIGUES MARTINS	67.052.036/0001-90
20.741.811 LEANDRO GABRIEL DA SILVA	20.741.811/0001-50
66.884.144 LUCAS ALMEIDA DE MACEDO	66.884.144/0001-66
67.253.631 LUIZ FERNANDO ANGELO	67.253.631/0001-93
66.993.166 MARCILENE MOREIRA	66.993.166/0001-64
66.892.120 MARILENE LEITONAS	66.892.120/0001-59

Califórnia, 13 de julho de 2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:9D3133DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 65/2026
Nº Licitação: 08/2026
Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, gari, e vigia para atendimento às demandas das secretarias municipais de Califórnia/PR

VAGA DE GARI

EMPRESA	CNPJ
66.864.233 CARLA INGRID RAIMUNDO	66.864.233/0001-40
67.726.298 CLEBERSON DAMASIO CAMARGO	67.726.298/0001-92
66.912.235 JOSE APARECIDO DA SILVA	66.912.235/0001-68
66.837.544 LUCIANO VIANA	66.837.544/0001-10
67.660.959 RICHARD RANOS DE LIMA	67.660.959/0001-24
67.899.170 VINICIUS EDUARDO	67.899.170/0001-20

VAGA DE SERVIÇOS GERAIS

EMPRESA	CNPJ
66.760.096 ADRIAN MATEUS MARTINS DOS SANTOS	66.760.096/0001-02
66.901.796 ANDRE HENRIQUE DE SOUZA	66.901.796/0001-61
66.765.345 ANGELICA ALVES BAPTISTA	66.765.345/0001-44
67.924.637 ARIEL APARECIDO FORTUNATO	67.924.637/0001-45
67.006.639 CLAY SABINO	67.006.639/0001-55
67.016.664 DAYANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA LACERDA	67.016.664/0001-10
67.037.943 EDVAL BAENA MACIEL	67.037.943/0001-60
67.084.286 ELIANE BENEDITA DE PAULA	67.084.286/0001-01
66.852.604 EMILY APARECIDA DIAS PEREIRA	66.852.604/0001-74
FERREIRA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	48.368.638/0001-06
66.903.697 FRANCISCO TIKERPE PEREIRA	66.903.697/0001-19
66.876.642 GABRIEL FONSECA DA MOTTA	66.876.642/0001-67
66.928.526 GILSON DE JESUS COSTA	66.928.526/0001-44
66.880.018 JORGE ANTONIO GONCALVES	66.880.018/0001-33
67.052.036 KAROLINA RODRIGUES MARTINS	67.052.036/0001-90
20.741.811 LEANDRO GABRIEL DA SILVA	20.741.811/0001-50
66.884.144 LUCAS ALMEIDA DE MACEDO	66.884.144/0001-66
67.253.631 LUIZ FERNANDO ANGELO	67.253.631/0001-93
66.993.166 MARCILENE MOREIRA	66.993.166/0001-64
66.892.120 MARILENE LEITONAS	66.892.120/0001-59

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Manutenção da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento
03.004.04.122.0002.2005 – 3.3.90.34 Fonte 1000 - Red. 63

Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
04.001.15.452.0005.2014 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 128

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.34 Fonte 303 – Red. 190
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.34 Fonte 494 – Red. 190

Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Cidadania
06.001.08.122.0035.2031 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 246

Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS
06.001.08.244.0011.2032 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 264

Bloco Proteção Social Básica
06.002.08.245.0012.2040 – 3.3.90.34 Fonte 790 – Red. 311

Manutenção da Secretaria de Educação
07.001.12.122.0036.2044 – 3.3.90.34 Fonte 104 – Red. 352

Manutenção das Escolas Municipais
07.002.12.361.0017.2045 – 3.3.90.34 Fonte 104 – Red. 378

Valor Total: R$ 461.566,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais).

Califórnia, 15 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:AD3254E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PORTARIA Nº 006/2026

Dispõe sobre a nomeação da Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Campina do Simão e suas adjuntas.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente o disposto no Art. 2º da Resolução nº 01, de 28 de março de 2022, que criou a Procuradoria da Mulher no âmbito desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO que o Art. 2º da Resolução nº 01/2022 estabelece que a Procuradoria da Mulher será constituída de uma Procuradora da Mulher e duas Procuradoras Adjuntas, designadas pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da sessão legislativa;

CONSIDERANDO a competência do Presidente da Câmara para nomear e designar membros para os órgãos da Casa, nos termos do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Vereadora ADRIANA TOMEN (Matrícula nº 811), para exercer o cargo de PROCURADORA DA MULHER da Câmara Municipal de Campina do Simão, com mandato de 02 (dois) anos.

Art. 2º - NOMEAR a servidora LAURIANE DE CASSIA ALMEIDA AMADIU (Matrícula nº 751), para exercer o cargo de 1ª PROCURADORA ADJUNTA da Procuradoria da Mulher.

Art. 3º - NOMEAR a servidora ANDREIA KSIVNZKIWICZ (Matrícula nº 761), para exercer o cargo de 2ª PROCURADORA ADJUNTA da Procuradoria da Mulher.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Campina do Simão, 14 de julho de 2026**.**

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:289582AA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1373, DE 15 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 1373, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, no valor de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 920 de 17 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2026, no valor de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica - PSB
4.4.90.52.00.00 – Equipamento e material permanente
Valor: R$ 25.000,00
Conta Despesa: 2940
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica - PSB SUAS)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 – Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único
4.4.90.52.00.00 – Equipamento e material permanente
Valor: R$ 25.000,00
Conta Despesa: 1124
Fonte: 940 (Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único – Portaria 113/2015)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2044 – Incentivo vidas aquecidas - Deliberação 27/2024
3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
Valor: R$ 13.000,00
Conta Despesa: 2480
Fonte: 844 (Deliberação 27/2024 – Incentivo vidas aquecidas)

Art. 02º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro, será utilizado como recursos o cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2055 – Bloco de proteção Básica - PSB
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 25.000,00
Conta Despesa: 2900
Fonte: 823 (Bloco de proteção Básica - PSB SUAS)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2043 – Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 25.000,00
Conta Despesa: 1121
Fonte: 940 (Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único – Portaria 113/2015)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2044 – Incentivo vidas aquecidas - Deliberação 27/2024
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 10.000,00
Conta Despesa: 2470
Fonte: 844 (Deliberação 27/2024 – Incentivo vidas aquecidas)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2044 – Incentivo vidas aquecidas - Deliberação 27/2024
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: R$ 2.000,00
Conta Despesa: 2490
Fonte: 844 (Deliberação 27/2024 – Incentivo vidas aquecidas)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2044 – Incentivo vidas aquecidas - Deliberação 27/2024
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e restituições
Valor: R$ 1.000,00
Conta Despesa: 2500
Fonte: 844 (Deliberação 27/2024 – Incentivo vidas aquecidas)

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:B7AB5D69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna público aos interessados que fica **SUSPENSO** o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICOS E CIRÚRGICOS**.

A suspensão decorre da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, no âmbito do Plano Anual de Fiscalização, da qual resultaram os Achados nº 01, 02 e 03, cujas recomendações e apontamentos encontram-se em análise pela Administração Municipal.

A medida tem por finalidade possibilitar a avaliação dos achados e, se necessário, promover as adequações pertinentes aos documentos do procedimento licitatório.

O certame permanecerá suspenso até deliberação da Administração, sendo que eventual reabertura, retificação ou republicação do edital será oportunamente divulgada pelos mesmos meios de publicidade utilizados para a divulgação do edital.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações do Município.

Campina do Simão - Pr, 15 de julho de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:620463BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2706/2026 DE 15/07/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2706/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ASSUNTOS JURIDICOS	
02.001		GOVERNO MUNICIPAL E ASSUNTOS JURIDICOS - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
02.001.04.122.0002.2.002		Manutenção e desenvolvimento das atividades do Gabinete do Prefeito	
13 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
		Total Suplementação:	150.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:D06EFFE1

GABINETE
DECRETO N.º 2703, DE 13 DE JULHO DE 2026

Regulamenta a Lei n.º 1.119, de 25 de junho de 2026 e a Resolução 01/2023 do COMESP que dispõe sobre novas regras para o Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA, e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando a internalização das Resoluções do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIM/POA COMESP, e suas normas complementares,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a equivalência e harmonização dos atos regulamentares deste município, em conformidade com a regulamentação expedida pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIMPOA) vinculado ao Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP.

Art. 2º Ficam recepcionadas as regulamentações do Consórcio COMESP, que:
I – institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Consórcio COMESP e dá outras providências;
II – estabelece a gestão de documentos das atividades de inspeção de produtos de origem animal do Consórcio COMESP;
III – define o âmbito de comercialização de produtos de origem animal nos municípios integrantes do Consórcio COMESP, no Estado do Paraná;
IV – institui a vinculação dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal e a listagem de estabelecimentos registrados no SIM/POA;
V – institui o logotipo do Consórcio COMESP e dá outras providências;
VI – dispõe sobre a obrigatoriedade da descrição e implantação dos programas de autocontrole e dá outras providências;
VII – dispõe sobre o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) e normas para sua regulamentação complementar.

Art. 3º Os procedimentos descritos em normas complementares expedidas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP, serão adotados a partir da vigência deste Decreto.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos referentes ao Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA, em especial o Decreto n.º 2.572/2025.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 13 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:31BFB89A

GABINETE
DECRETO N.º 2.704, DE 15 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto Municipal n.º 2.386, de 25 de fevereiro de 2025, que nomeia os integrantes da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na Modalidade de Família Acolhedora no âmbito do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando a necessidade de substituição da psicóloga integrante da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na Modalidade de Família Acolhedora, em razão de alteração na composição da Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio do Memorando n.º 501/2026, protocolado sob o n.º 25509/2026,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto altera o Decreto Municipal n.º 2.386, de 25 de fevereiro de 2025, que nomeia os integrantes da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na Modalidade de Família Acolhedora no âmbito do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º O inciso II do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 2.386, de 25 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
(...)
II – Emanuela Pauline Berlesi Evangelista dos Santos – psicóloga;"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 15 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:AC479E5C

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PG 58/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 58/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBAS DE ÁGUA SUBMERSA E COMPONENTES ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Valor Máximo: R$ 380.636,32 (Trezentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos)
Data de abertura: 30/07/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:CD900FAE

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 100/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 100/2026
ID nº: 2026191
Pregão nº: 38/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS, CALÇADAS E VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: MARUMBY MATERIAL DE CONSTRUCAO - LTDA **CNPJ:** 36.766.110/0001-06
Valor total: R$ 900.000,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ABNER DE SOUZA CORDEIRO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 9 de Julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:723743F2

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 97/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 97/2026
ID nº: 2026185
Concorrência nº: 4/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CMEI TIMBU VELHO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: RMAX ENGENHARIA LTDA **CNPJ:** 10.960.309/0001-87
Valor total: R$ 4.579.170,55. **Vigência:** 16 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 7 de julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2E92AB89

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 98/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 98/2026
ID nº: 2026189
Concorrência nº: 5/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NA ENTRADA DO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DO EDITAL.
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: ENG SOLUTIONS LTDA **CNPJ:** 45.301.155/0001-04
Valor total: R$ 597.500,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 8 de Julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:6F33044F

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 99/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 99/2026
ID nº: 2026190
Pregão nº: 38/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS, CALÇADAS E VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: H. BERNARDI ARAUJO **CNPJ:** 37.935.641/0001-48
Valor total: R$ 1.000.000,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ABNER DE SOUZA CORDEIRO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 9 de Julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:003769AC

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°. 1 DA ATA Nº. 76/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo de aditivo n°. 1 da ATA nº. 76/2025, objetivando o AQUISIÇÃO DE MOTOSSERRAS, SOPRADORES E ROÇADEIRAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS decorrente do Pregão n° 33/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e empresa A**RRO COMERCIO REPRESENTAÇÕES LTDA ME,** inscrita no CNPJ/MF sob n.º **32.847.567/0001-94.** Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência da prestação do serviço da *ATA nº 76/2025 decorrente do Pregão nº. 33/2025, por* mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15/07/2026 até 14/07/2027, com fundamento no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Federal nº 11.462/2023. Os preços inicialmente registrados foram devidamente atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) compreendendo o período de 07/2025 a 05/2026, sendo o índice acumulado aplicado no percentual de 4,474170%, totalizando o valor de R$ 13.759,26 (treze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos). Campina Grande do Sul, 14 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:AF46E867

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°. 1 DA ATA Nº. 77/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo de aditivo n°. 1 da ATA nº. 77/2025, objetivando o AQUISIÇÃO DE MOTOSSERRAS, SOPRADORES E ROÇADEIRAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS decorrente do Pregão n° 33/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e empresa **QUATRO BARRAS COMERCIO DE MÁQUINAS PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob n.º **43.065.339/0001-89.** Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência da prestação do serviço da *ATA nº 77/2025 decorrente do Pregão nº. 33/2025, por* mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15/07/2026 até 14/07/2027, com fundamento no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Federal nº 11.462/2023. Os preços inicialmente registrados foram devidamente atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) compreendendo o período de 07/2025 a 05/2026, sendo o índice acumulado aplicado no percentual de 4,474170%, totalizando o valor de R$ 79.661,50 (setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Campina Grande do Sul, 14 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:AE9CFD5D

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 20 TERMO DO CONTRATO Nº.160/2023

Termo de aditivo n° 20 Termo do contrato nº.160/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E CONTRA TERCEIROS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 142/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02. Constitui objeto do presente termo aditivo, a Inclusão de Endosso de 02 (dois) veículos sendo: 01 (um) veículo tipo ônibus, VW/NEOBUS 8.180E, ano 2026 modelo 2026, Chassi 953AD5TF4VR001737 pertencente a Secretaria Municipal de Educação, e 01(um) veículo Renault Master Extra PRO L3H2, ano 2025/2026, Chassi nº 93YF62S01TJ331850 pertencente a Secretaria Municipal de Saúde totalizando o acréscimo de valor no importe de R$ 6.168,75 (seis mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) aproximadamente 1,58 % do valor atualizado, com fundamento no art. 65, I "b" c/c art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

Campina Grande do Sul, 08 de julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4BB43B02

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°2 DO CONTRATO Nº.106/2025

Termo de aditivo n°2 do contrato nº.106/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, POR ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, VISANDO À REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. decorrente de Dispensa n° 37/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.566.804/0001-76. Constitui objeto do presente termo aditivo o acréscimo de valor em mais R$ 103.565,00 (cento e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), ao contrato nº 106/2025, decorrente do número de candidatos inscritos acima do quantitativo inicialmente previsto para o concurso público, conforme previsão contida no item 10,5 do instrumento contratual e com fundamento nos art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CAMPINA GRANDE DO SUL, 08 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:B2E63990

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°. 2 DO CONTRATO Nº. 86/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo de aditivo n°. 2 do contrato nº. 86/2024, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, ENTRE A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO SITUADA NA RUA MARCOS NICOLAU STRAPASSONI, ÁREA INDUSTRIAL DESTE MUNICÍPIO, ATÉ O ATERRO SANITÁRIO SITUADO NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, decorrente do Pregão n° 43/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a J.F CAMARGO TERRAPLENAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob **nº**. 00.968.498/0001-80. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência da prestação do serviço do Contrato nº 86/2024 em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 11/07/2026 até 11/07/2027, com fundamento no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Federal nº 11.462/2023. Visa, ainda, o presente instrumento à formalização do **reajuste do valor** contratual, ***no percentual de 4,724910%***, conforme negociação entre as partes, com amparo na Cláusula Sétima do Contrato e autorização do representante legal do CONTRATANTE. Com a aplicação do percentual de reajuste acima citado, o valor unitário do item 1 *passa de R$ 987,49 (novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos)* **para R$ 1.034,15 (um mil, trinta e quatro reais e quinze centavos)**, alterando-se o valor contratual anual de R$ 1.421.983,48 (um milhão quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos) **para R$ 1.489.176,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e seis reais).** Campina Grande do Sul, 09 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:546331E3

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEX. 78/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 78/2026
Processo nº 167/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 78/2026, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) LICENÇAS DO SOFTWARE ZWCAD PROFESSIONAL,

FORNECIDAS PELA EMPRESA TOTALCAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA., FORNECEDORA EXCLUSIVA DO PRODUTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO GARANTIR A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE PELOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
TOTALCAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.	08.175.591/0001-40	R$ 22.265,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 15/07/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:FAECE77D

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 79/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 79/2026
Processo nº 183/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 79/2026, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS E/OU CLÍNICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA DOMICILIAR, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025., em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
MARY LETICIA SETTI MACEDO ROSA	37.631.979/0001-06	R$ 672.000,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 15/07/2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:E5E79ACB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°263/2026

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Ricardo de Freitas Oliveira, inscrito no CPF sob nº 133.XXX.439-XX, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 13 de Agosto de 2026.

Campo do Tenente – PR, 15 de Julho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:BCB68DE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

Objeto: Registro de preços destinado à aquisição de doces e chocolates, visando o fornecimento para eventos institucionais, ações comemorativas, atividades socioeducativas e demais iniciativas promovidas pelo município de Campo do Tenente PR. Data: 29/07/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 15 de julho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:D3837CA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0101/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: ALLSET TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 55.149.591/0002-36
OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de computadores, monitores, scanners e multifuncionais para as dependências públicas do Município de Campo Magro/PR, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 16.619,22 (Dezesseis mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e dois centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 10 de Setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:BB214BBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0102/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: DIGITALPAR INFORMATICA LTDA
CNPJ: 18.861.730/0001-42
OBJETO: O objeto da presente licitação é a Formação de registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 12.240,00 (Doze mil, duzentos e quarenta reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 10 de Setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:98248CC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0103/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: JA CAMPITELLI LTDA
CNPJ: 594.000.660.001-11
OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de computadores, monitores, scanners e multifuncionais para as dependências públicas do Município de Campo Magro/PR, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 42.559,02 (Quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e dois centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 10 de Setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:37308B4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 378/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **ROGER MAETSON BAYER,** brasileiro, inscrito no CPF nº 063.xxx.xxx-14, ocupante cargo efetivo de **TECNICO EM CONTABILIDADE,** matrícula: 4134-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Finanças, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **17/03/2025 a 17/03/2026**, como segue:

- 13/07/2026 a 22/07/2026
- 01/09/2026 a 10/09/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 13 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:6FC16229

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 379/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos relatados no **Memorando** n°1.634/2026.
Art. 2º Nomear Comissão de Processo Administrativo, a qual será composta pelos seguintes membros:
EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
TAWANE DE MORAIS – Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 3º A presente C.P.A. ficará sob a presidência da Sra. **EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:365BD5B6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 380/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos relatados no **Memorando** n°1.635/2026.

Art. 2º Nomear Comissão de Processo Administrativo, a qual será composta pelos seguintes membros:
ENEDIANA MENEGUEL – Diretor de Departamento
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
TAWANE DE MORAIS – Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 3º A presente C.P.A. ficará sob a presidência da Sra. **ENEDIANA MENEGUEL** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 13 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:25ABFE04

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 381/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art.1º Conceder a servidora **ANDREIA STAVNY DA SILVA**, brasileira, inscrita no CPF nº 073.xxx.xxx-47, ocupante do cargo efetivo de **FARMACEUTICO –** Nível 11, nomeada pela Portaria nº 428/2023, matrícula nº 3741-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **01/09/2024 a 01/09/2025**, como segue:

- 17/08/2026 a 26/08/2026
- 18/01/2027 a 27/01/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E1026D39

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 382/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo de Sindicância para apurar os fatos relatados no **Memorando**1.637/2026, a qual será composta pelos seguintes membros:

ROZANE HLUSKO – Assistente Social
ANGELA MARIA OLIVEIRA – Fiscal Fazendário
BRUNA ALVES – Psicologa

Art. 2º A presente C.P.S. ficará sob a presidência da Sra. **ROZANE HLUSKO** e reunir-se-á por convocação da mesma.
Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:37263979

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 383/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo de Sindicância para apurar os fatos relatados no **Memorando**1.571/2026, a qual será composta pelos seguintes membros:

ROZANE HLUSKO – Assistente Social
INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN – Agente Administrativo
PAOLLA MAIA MANDU – Enfermeira

Art. 2º A presente C.P.S. ficará sob a presidência da Sra. **INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN** e reunir-se-á por convocação da mesma.
Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:10767D86

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 384/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **LUIZ ORLANDO DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF nº 708.xxx.xxx-91, ocupante do cargo efetivo de **FISCAL FAZENDARIO**, nomeado pela Portaria nº 239/1994, matrícula: 670-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Finanças, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **02/06/2025 a 01/06/2026**, como segue:

- 12/08/2026 a 31/08/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:602F0040

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 385/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **VALDIR JOSÉ JAVORSKI,** brasileiro, inscrito no CPF nº 868.xxx.xxx-15, ocupante cargo efetivo

de - **ASSISTENTE SOCIAL 40H**, matrícula: 3551-1, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria de Assistência Social, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **11/07/2025 a 11/07/2026**, como segue:

- 20/07/2026 a 31/07/2026
- 18/01/2027 a 04/02/2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:09A4DA36

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 386/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Convocar a servidora **INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN**, brasileira, inscrita no CPF nº 088.xxx.xxx-70, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, nomeada pela Portaria nº 101/2016, matrícula: 2837-1 com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, para retornar ao trabalho no dia **15/07/2026 (13:00 ás 17:00)** e no dia **16/07/2026 (08:00 ás 12:00)**, suspendendo assim os seus dias de férias, ficando esses dias para usufruir posteriormente.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:23F19259

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROCESSO ADMINSITRATIVO I DOC 2.189/2026 - DECISÃO PROCESSO DE SINDICÂNCIA - PORTARIA 306/2026

DESPACHO

Data: 14 de julho de 2026.

Em síntese o presente Processo de Sindicância para apuração de acidente de trânsito envolvendo veículo oficial do Município, ônibus placas BSK-2363 o qual era conduzido no momento pelo servidor Sebastião Ferreira.

DECISÃO
Acato na integra a decisão da Comissão
Em razão de não ter ficado comprovado nos autos conduta típica por parte do Servidor Sebastião Ferreira, determino para que se promova o ARQUIVAMENTO do presente processo conforme previsto na lei complementar 32/2017 art 164 inciso I.

Publique – se

LICIÉLE ALBANIO
Secretária de Administração

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:85B284D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DIGITAL 444/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO
PROCESSO DIGITAL 444/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PORTARIA Nº 115/2026
Empresas:
BEST HYDRO COMERCIAL LTDA – CNPJ: 52.919.905/0001-63
CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 42.753.718/0001-07

Data: 14 de julho de 2026.

Despacho:
Trata-se de Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 115/2026, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no ato da assinatura das Atas de Registro de Preços nº 309/2026 e 311/2026, decorrente do Edital Pregão Eletrônico 075/2025.

Considerando ficar comprovado nos autos que não houve má fe por parte das supracitadas empresas na não assinatura das atas de registro de preço, nos limitamos ao entendimento, logo que foram notificadas da abertura do processo administrativo, se manifestaram, entende -se não ter havido prejuízos ao erário público.
Considerando ainda, possíveis problemas técnicos no recebimento dos e-mails.

DETERMINO:

Acato na integra a decisão da Comissão:
Diante do exposto determino:
O ARQUIVAMENTO do presente processo, conforme da 14133/2021 o Princípio da razoabilidade considerando que não haver má fé por partes das Empresas bem como não houve danos ao erário

Publique – se
Encaminhar ao Setor de Licitações para providências cabíveis.

LICIELI ALBANIO
Secretária de Administração

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FA81E49D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DIGITAL Nº 2.170/2026 PORTARIA Nº 305/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO
PROCESSO DIGITAL Nº 2.170/2026
PORTARIA Nº 305/2026

Data: 14 de julho de 2026.

Despacho:
Trata-se de Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 305/2026, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços nº 217/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.020/2026.
Considerando que a intercorrência na assinatura da ata de registro de preço foi devido ao preço do item 154 que ficou inexequível devido ao erro no preenchimento da proposta da Empresa SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARESLTDA o valor ficou abaixo do praticado no mercado, não configurando má fé por parte da mesma.

DETERMINO:

Acato na integra a decisão da Comissão:
Diante do exposto determino:
O ARQUIVAMENTO do presente processo, conforme previsto no art 5º da 14133/2021 o Princípio da razoabilidade e o art 11 inciso III

evitar contratações com sobre preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Publique – se
Encaminhar ao Setor de Licitações para providências cabíveis.

LICIELI ALBANIO
Secretária de Administração

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:487B9297

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DIGITAL Nº 483/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO
PROCESSO DIGITAL Nº 483/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PORTARIA Nº 129/2026

EMPRESA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS-HOSPITALARES S/A CNPJ: 07.752.236/0001-23

Data: 14 de julho de 2026.

Despacho:
Os fatos que motivaram a instauração do presente processo, referem-se ao Pregão Eletrônico nº 089/2025 e seus anexos, deve-se, ao fato da não assinatura da ata de registro de preço nº 20/2026 por parte da empresa Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares.

Considerando, o Edital de Pregão Eletrônico nº 089/2025 – Item: 8.9, Ata de Registro de Preços nº 020/2026 – Item: 15.3 e 15.4, a Lei 14.133/2021, art. 90, parágrafo 3º, a Proposta da empresa, há o entendimento de que foi indevido a solicitação de assinatura da Ata, pelo Setor de Contratos, pois já estava vencido o prazo da proposta comercial.

DETERMINO:

Acato na integra a decisão da Comissão:
Diante do exposto determino:
O ARQUIVAMENTO do presente processo, resta configurada a hipótese legal que desobriga o licitante de dar prosseguimento a contratação, nos termos do **artigo 90, parágrafo 3º, da Lei 14.133/2021**,

Publique – se
Encaminhar ao Setor de Licitações para providências cabíveis.

LICIELI ALBANIO
Secretária de Administração

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DC24C170

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E LOCALAR LTDA.

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 1955/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E LOCALAR LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada CONTRATANTE, **LOCALAR LTDA**, CNPJ 02.527.103/0001-30, localizada na Rua XV de Novembro, nº 2447, Centro, CEP: 85.301-050, Laranjeiras do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por ARNALDO CHRUSCINSKI, portador da cédula de identidade R.G. n. º 1.524.479-8, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, inscrito no CPF sob n. º 541.548.399-34, residente na Rua Ruy Luiz Faé, nº 613, Bairro Água Verde, CEP: 85.302-081, Laranjeiras do Sul – PR, endereço eletrônico arnaldocru@hotmail.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Prorrogação dos prazos de execução e vigência contrato nº 145/2025 da Concorrência Eletrônico nº 006/2025, Processo Licitatório n° 2.430/2025, que trata da Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 2.207,61 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trechos: • RUA VITÓRIO BRANDELEIRO, entre a Rua Manoel Lopes de Oliveira e o fim do trecho (a 35m da Rua Ondina Alves Krauss) • RUA ONDINA ALVES KRAUSS, entre a Rua Vitório Brandeleiro e a Avenida Padre Ponciano Mendes Araújo - lote 03.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Quarta, item 4.2, alínea "f", do Contrato nº 145/2025, que autorizam a prorrogação dos prazos de execução e vigência em decorrência da ocorrência de fatos supervenientes, condições climáticas adversas, fatos alheios à vontade das partes e demais circunstâncias que impactem o cronograma originalmente estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

A formalização do presente Termo Aditivo decorre da necessidade de prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato nº 145/2025, tendo em vista a ocorrência de fatos supervenientes que impactaram diretamente o cronograma inicialmente estabelecido para a execução da obra de pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ).
Conforme Parecer Técnico emitido pela fiscalização da obra, durante o período de execução contratual foram registrados elevados índices pluviométricos e períodos consecutivos de precipitação, circunstâncias que inviabilizaram tecnicamente a realização de serviços essenciais, tais como terraplenagem, drenagem, execução de base e sub-base, compactação e pavimentação asfáltica, comprometendo o regular andamento dos trabalhos.
Além das condições climáticas adversas, foram constatados impactos operacionais decorrentes de fatores supervenientes, incluindo dificuldades na mobilização e manutenção de mão de obra especializada, férias coletivas do setor da construção civil e reflexos relacionados à tramitação das medições, os quais contribuíram para a necessidade de readequação do cronograma físico da obra.
Ressalta-se que a fiscalização não constatou abandono da obra, paralisação injustificada ou qualquer conduta que caracterize inadimplemento por parte da contratada, verificando-se a manutenção das atividades sempre que as condições técnicas e climáticas permitiram sua execução.
Dessa forma, considerando o interesse público na conclusão adequada da obra, a necessidade de observância das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública, bem como

a vantajosidade da continuidade da contratação, justifica-se a prorrogação dos prazos de execução e vigência por mais 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Contrato nº 145/2025 por mais **90 (noventa) dias**, conforme solicitação da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e justificativas constantes nos autos do processo administrativo.
O prazo de execução, anteriormente previsto para encerrar em 06 de abril de 2026, fica prorrogado até **05 de julho de 2026**.
O prazo de vigência, anteriormente previsto para encerrar em 03 de outubro de 2026, fica prorrogado até **01 de janeiro de 2027**.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 145/2025 e em seus termos aditivos anteriores, que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA
PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.
Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:AB530079

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E SMZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 2.272/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E SMZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada CONTRATANTE, SMZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ 23.710.246/0001-52, localizada Rua Padre Anchieta, nº 4633, Bairro São Cristóvão, CEP 85560-000, Chopinzinho-PR, a seguir denominada CONTRATADA, representada por LEONARDO MOCCELLIN ZUFFO, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CREA nº PR- 148662/D, portador da cédula de identidade R.G. n. º 8.511.556-1 expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 059.046.049-80, residente na Rua Padre Anchieta, nº 4633, Bairro São Cristovão, CEP 85560-000, Chopinzinho-PR, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Prorrogação dos prazos de execução e vigência contrato nº 149/2025 da Concorrência Eletrônico nº 006/2025, Processo Licitatório n° 2.430/2025, o qual refere-se Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 3.159,01 m2, compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trecho: RUA NEWTON MARCONDES DE OLIVEIRA, entre a Rua Sebastião Mendes de Araújo e a Avenida Padre Ponciano Mendes Araújo - lote 01.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Quarta, item 4.2, alínea "f", do Contrato nº 149/2025, que autorizam a prorrogação dos prazos de execução e vigência em decorrência da ocorrência de fatos supervenientes, condições climáticas adversas, fatos alheios à vontade das partes e demais circunstâncias que impactem o cronograma originalmente estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

A formalização do presente Termo Aditivo decorre da necessidade de prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato nº 149/2025, tendo em vista a ocorrência de fatos supervenientes que impactaram diretamente o cronograma inicialmente estabelecido para a execução da obra de pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ).
Conforme Parecer Técnico emitido pela fiscalização da obra, durante o período de execução contratual foram registrados elevados índices pluviométricos e períodos consecutivos de precipitação, circunstâncias que inviabilizaram tecnicamente a realização de serviços essenciais, tais como terraplenagem, drenagem, execução de base e sub-base, compactação e pavimentação asfáltica, comprometendo o regular andamento dos trabalhos.
Além das condições climáticas adversas, foram constatados impactos operacionais decorrentes de fatores supervenientes, incluindo dificuldades na mobilização e manutenção de mão de obra especializada, férias coletivas do setor da construção civil e reflexos relacionados à tramitação das medições, os quais contribuíram para a necessidade de readequação do cronograma físico da obra.
Ressalta-se que a fiscalização não constatou abandono da obra, paralisação injustificada ou qualquer conduta que caracterize inadimplemento por parte da contratada, verificando-se a manutenção das atividades sempre que as condições técnicas e climáticas permitiram sua execução.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado o prazo de execução e de vigência do Contrato nº 149/2025 por mais 120 (cento e vinte) dias, em atendimento à solicitação da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, conforme justificativas constantes nos autos do Processo Administrativo.
O prazo de execução, anteriormente previsto para encerrar em 07 de abril de 2026, fica prorrogado até **05 de agosto de 2026**.
O prazo de vigência, anteriormente previsto para encerrar em 04 de outubro de 2026, fica prorrogado até **01 de fevereiro de 2027**.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 149/2025 e em seus termos aditivos anteriores, desde que não conflitantes com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA
PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:97BC226A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 078/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 078/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.044/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 2.061/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: REAVEL VEICULOS LTDA - CNPJ sob o nº 30.260.538/0001-04.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo novo tipo Van capacidade 21 lugares, destinados a Secretaria de Esportes e Lazer.
VALOR GLOBAL: R$ 439.000,00 (quatrocentos e trinta e nove mil reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 15/07/2026

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:424D6CC5

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 2.920/2026 DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

MODALIDADE: Credenciamento nº 007/2026 (Art. 79, I - Lei nº 14.133, de 2021).
OBJETO:
ÓRGÃO CREDENCIANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94.
UASG: 985499.
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL E ANEXOS: Site oficial do município http://candoi.pr.gov.br/licitacao.
PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO: 16/07/2026 até 30/07/2026**.**
ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO: através do protocolo digital acessível no sitio eletrônico https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=3761 ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br.
A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Datado e Assinado digitalmente por

RODRIGO MISS,
Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:AFA2020F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE FOMENTO 01/2026

Inexigibilidade de Chamamento Público n° 02/2026
Processo Administrativo nº 2.516/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CANDÓI** E **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE CANDOI - ACIERCAN**, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO CAMPANHA SHOW DE PRÊMIOS 2026, NA FORMA ABAIXO SELECIONADA:

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.xxx-xx, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149xxxx SESP/SC, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE CANDOI - ACIERCAN** doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** sem fins lucrativos, legalmente constituída e inscrita no CNPJ sob o nº. 00.395.512/0001-02, com sede na Rua Antônio Alfredo Budel, Centro, Candói – PR, CEP: 85140-000, neste ato representada por seu Presidente Sr. DEMETRIUS ONISCZUK, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 019.***.***-07 e RG 3.536.XXX-X, residente e domiciliado na AV. 27 de Agosto, nº 2563, bairro Pioneiros, município de Candói-PR, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante Inexigibilidade de Chamamento Público, com fundamento no art. 31, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do projeto **"CAMPANHA SHOW DE PRÊMIOS 2026"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, que passa a integrar este instrumento para todos os efeitos legais, visando fomentar o comércio local, reter o poder de compra no município e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS
2.1 São objetivos da parceria realizar:
- **Campanha Copa do Mundo:** Sorteio em 22/07/2026.
- **Campanha de Dia dos Pais:** Sorteio em 13/08/2026.
- **Campanha Independência do Brasil:** Sorteio em 13/08/2026.
- **Campanha de Dia das Crianças:** Sorteio em 15/10/2026.
- **Campanha Natal Premiado:** Sorteio em 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
3.1 - O valor global para a execução deste Termo de Fomento é de R$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais), distribuído da seguinte forma:

• **Aporte do Concedente (Município):** R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a serem integralmente aplicados na rubrica de "Outras Premiações" (Rubrica: 3.3.90.31.99), convertidos em vale-compras para os sorteios.
• **Contrapartida da OSC (Empresas Parceiras):** R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), integralizados por meio de 24 vales-compras de R$ 300,00 fornecidos pelas empresas locais participantes.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
4.1 A vigência da presente parceria será até a data de 31/01/2027, podendo ser prorrogada na forma da legislação vigente.
A execução será até a data de 31/01/2027.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REPASSES
5.1 - As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica da seguinte dotação Orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
0650	04.122.0002.2008	00	3350410000	E

5.2 Os recursos financeiros serão transferidos conforme Cronograma de Desembolso aprovado e disponibilidade financeira do Município.
Parágrafo único. Os recursos deverão ser movimentados em conta bancária específica aberta exclusivamente para a execução desta parceria.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

6.1 - Responsabilizar-se pela correta execução do objeto do termo de Fomento;

6.2 – Aplicar os recursos repassados pelo **MUNICIPIO** exclusivamente no Objeto constante na Clausula primeira e conforme detalhado no Anexo I do Plano de Trabalho;

6.3 - Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

6.4 - Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

6.5 - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

6.6 - Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

6.7 - Comprovar todos os gastos através de notas fiscais, recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do Termo de Fomento;

- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade **do MUNICÍPIO**;
- Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo **MUNICÍPIO**, sob pena de rescisão deste Termo;
- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo **MUNICÍPIO**, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da **MUNICÍPIO**;
- Prestar contas, perante a administração Municipal de Candói – PR ao final da execução do objeto;
- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- Movimentar os recursos recebidos através deste termo de Fomento em conta bancária especifica em banco oficial, sendo Banco Sicred: **Agência: 4390 Conta Corrente**: **69.369-3**

Manter-se em dia com a documentação pertinente ao presente termo (certidões, etc)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Transferir os recursos à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, em parcela única, assim que assinado o presente Termo;

7.2 - Fazer a gestão e a fiscalização da presente parceria, mediante a designação da gestora a Sra. Indianara Simeoni Vasselechen e da Nomeação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, os quais devem:

-Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

-Ao Gestor cabe apreciar a prestação de contas apresentada pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;

-Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades nas prestações das contas, e sobre as providências para sana-las;

-Emitir Parecer Técnico conclusivo de análise das contas fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

-A Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada pela Portaria Municipal nº 382/2025, deve realizar visitas ao local da prestação de serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros e realizar relatório técnico de Avalição e Monitoramento da *parceria;*

7.3 - Comunicar formalmente à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

7.4 - Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

8.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICÍPIO a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

8.2 - O responsável pela gestão do presente termo poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do Presente Termo ou o descumprimento do Edital enceja a sua rescisão, com as consequencias prevista na Lei nº 13.019/2014.

9.2 - O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

9.3 - A rescição pode dar-se por mediante acordo das partes;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal aplicável e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. A OSC apresentará relatórios técnicos e financeiros mensalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1 O presente Termo poderá ser alterado mediante termo aditivo, desde que mantido o objeto da parceria e observadas as disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

12.1 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.204/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14 e suas alterações e Decreto Municipal nº 05/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

14.1 - Os partícipes elegem o Foro da comarca de Guarapuava - PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Candói, 15 de julho de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

LICIELI ALBANIO
Secretária De Administração

DEMETRIUS ONISCZUK
Presidente da OSC

Publicado por:
Indianara Simeoni Vasselechen
Código Identificador:2A707C6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 06/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 06/2026, de 15 de julho de 2026.

Convoca a população e entidades civis e de classe de Capitão Leônidas Marques, para participar de Audiência Pública para discussão e avaliação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas especialmente na Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Federal n° 4.320/1964 e atendendo à solicitação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização desta Câmara Municipal, resolve:
C O N V O C AR
A população e as entidades civis e de classe de Capitão Leônidas Marques, para prestigiarem Audiência Pública, a ser realizada às 14h00min horas do dia 28 de julho de 2026, no Plenário da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, perante a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, oportunidade em que o Poder Executivo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, a população e as entidades civis e de classe discutirão e avaliarão a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício financeiro de 2027, em cumprimento à Lei Complementar 101 e a Lei Federal n° 4.320/1964.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, em 15 de julho de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:ACCCE77C

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 254/2026

DATA: 09.07.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
07.000 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
07.001 – DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER
07.001.27.812.1026.1117-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBR R$20.000,00
00507/00507.99.99(SF) - COSIP - Contrib Ilum Pub 20.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

00507 R$ 20.000,00

Total.....R$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 09 de Julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:5A8C02B2

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 255/2026

DATA: 09.07.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
09.000 - SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNIC SAUDE
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT $100.000,00
07494/00494.12.02Em Indiv - Saude - PAB 100.000,00
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTR$100.000,00
07494/00494.12.02Em Ind - Saude - PAB 100.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:
Receita: Fonte: Valor:
1713.50.11.09.00.00.00 07494 200.000,00

Total.....R$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 09 de Julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
Inciso II do Art. 43 da Lei nº 4320/64 de 17 de Março de 1964
A) Base de Tendência

Arrec prev Rec 1713.50.11.09.00.00.00 – Fonte 07494 Emenda Individual Saúde PAB....R$ 0,00

B) Demonstrativo do Provável Excesso

- Valor Arrecadado R$ 200.000,00

- Valor do Excesso de Arrecadação Verificado R$ 200.000,00

Capitao Leônidas Marques-Pr, em 09 de Julho de 2026.

CLODOALDO A. DALLAZEN
Contador CRC-PR 056.052/O-8
Esp Contab Pública e Resp Fiscal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:06D455BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 294/2026 DATA: 15-07-2026

atribuições legais e de acordo com os Artigos 107 a 110 da lei Municipal nº 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. lº - Conceder à Servidora Pública **Camila de Amaral Teixeira**, ocupante do cargo de Professor - LF 01, Licença Maternidade, por 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico, com início em 13-07-2026 e término em 08-01-2027.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:D92A716A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 097/2026 - EXTRATO CTO 310/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 097/2026.

Processo Adm. Nº 187/2026.
Solicitação Nº 228/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, e art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 12.880,43 (doze mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e três centavos), a favor de ***LUIZ CARLOS PIUCCO,*** residente na Linha Alto Caçula, zona rural, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CPF sob nº 524.510.119-04, para fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310/2026.

REF:
Termo de Inexigibilidade Nº 097/2026.
Processo Adm. Nº 087/2026.
Solicitação Nº 228/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: LUIZ CARLOS PIUCCO.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 12.880,43 (doze mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e três centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 578 – 06.010.12.367.1022.2139.3.3.90.32.00;**
*** 264 – 06.011.12.365.1047.2145.3.3.90.32.00;**
*** 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00;**
*** 262 – 06.011.12.306.1024.2143.3.3.90.32.00;**
*** 263 – 06.011.12.306.1047.2142.3.3.90.32.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:CC6D98A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 098/2026 - EXTRATO CTO 311/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 098/2026.

Processo Adm. Nº 188/2026.
Solicitação Nº 229/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, e art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 27.217,04 (vinte e sete mil, duzentos e dezessete reais e quatro centavos), a favor de ***MARCIA GERONDINA TEIXEIRA SCHMIDT,*** residente na Linha Princesa Izabel, zona rural, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CPF sob nº 031.787.539-66, para fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2026.

REF:
Termo de Inexigibilidade Nº 098/2026.
Processo Adm. Nº 188/2026.
Solicitação Nº 229/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: MARCIA GERONDINA TEIXEIRA SCHMIDT.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 27.217,04 (vinte e sete mil, duzentos e dezessete reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 578 – 06.010.12.367.1022.2139.3.3.90.32.00;**
*** 264 – 06.011.12.365.1047.2145.3.3.90.32.00;**
*** 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00;**
*** 262 – 06.011.12.306.1024.2143.3.3.90.32.00;**
*** 263 – 06.011.12.306.1047.2142.3.3.90.32.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:B41AC73A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 099/2026 - EXTRATO CTO 312/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 099/2026.

Processo Adm. Nº 198/2026.
Solicitação Nº 231/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, e art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 28.389,44 (vinte e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), a favor de ***MARIA MARLI TIBOLA LUCAS BAREA,*** residente na Linha Três Passos, zona rural, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CPF sob nº 014.881.169-89, para fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 312/2026.

Ref:
Termo de Inexigibilidade Nº 099/2026.
Processo Adm. Nº 198/2026.
Solicitação Nº 231/2026.

Contratante: Município de Capitão Leônidas Marques – Pr.

Contratada: Maria Marli Tibola Lucas Barea.

Objeto: Fornecimento de Gêneros Alimentícios Diretamente da Agricultura Familiar Para as Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, Conforme Art.14 da Lei 11.947/2009 e Suas Alterações Posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em Atendimento a Solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Conforme Especificações Constantes no Termo de Referência, Bem Como os Critérios Para Credenciamento.

Valor: R$ 28.389,44 (vinte e Oito Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Vigência: o Prazo de Vigência da Contratação Será de 12 (doze) Meses a Partir da Data do Contrato na Forma do Artigo 105 da Lei N° 14.133, de 2021.

Recursos: a Despesa do Presente Onerará da Seguinte Dotação Orçamentária:
* 578 – 06.010.12.367.1022.2139.3.3.90.32.00;
* 264 – 06.011.12.365.1047.2145.3.3.90.32.00;
* 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00;
* 262 – 06.011.12.306.1024.2143.3.3.90.32.00;
* 263 – 06.011.12.306.1047.2142.3.3.90.32.00.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de Julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:46E22B36

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 100/2026 - EXTRATO CTO 313/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2026.

Processo Adm. Nº 190/2026.
Solicitação Nº 230/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, e art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 20.863,11 (vinte mil, oitocentos e sessenta e três reais e onze centavos), a favor de ***MARLI LIDIA DE ARRUDA PESSATTO,*** residente na Linha Bom Jesus, zona rural, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CPF sob nº 048.970.379-80, para fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 313/2026.

REF:
Termo de Inexigibilidade Nº 100/2026.
Processo Adm. Nº 190/2026.
Solicitação Nº 230/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: MARLI LIDIA DE ARRUDA PESSATTO.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e conforme especificações constantes no Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 20.863,11 (vinte mil, oitocentos e sessenta e três reais e onze centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 578 – 06.010.12.367.1022.2139.3.3.90.32.00;**
*** 264 – 06.011.12.365.1047.2145.3.3.90.32.00;**
*** 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00;**
*** 262 – 06.011.12.306.1024.2143.3.3.90.32.00;**
*** 263 – 06.011.12.306.1047.2142.3.3.90.32.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:1F34AF74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2026 PROCESSO INTERNO Nº 70/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**JEFERSON P DA SILVA ACESSORIOS – CNPJ Nº 85.466.357/0001-12**
Objeto	Contratação de serviços de aferição de tacógrafo (serviço metrológico de selagem, serviço metrológico de ensaio, mão de obra aferição km tacógrafo FIP, mão de obra configuração tacógrafo BVDR) nos veículos da frota municipal
Vigência da Ata de Registro de Preços	15/07/2026 à 15/07/2027
Valor Contratual	**R$ 129.189,97 (cento e vinte e nove mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
JEFERSON P DA SILVA ACESSORIOS
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E46A786E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 260/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2026 PROCESSO INTERNO Nº 120/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**W F GALVÃO CAMARGO E CIA LTDA - CNPJ 14.320.183/0001-37**
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em modeladora de pães, incluindo o fornecimento e a substituição das peças necessárias ao pleno funcionamento do equipamento
Vigência do Contrato	15/07/2026 à 15/10/2026
Valor Contratual	**R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.306.0501.6.050.3.3.90.39.00.00. - 107 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

EUGÊNIO MALANOWSKI FALARZ
Secretario Municipal De Educação
Contratante
W F GALVÃO CAMARGO E CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:26A3D6EF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026 PROCESSO INTERNO Nº 66/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**LL VILAS EVENTOS LTDA - CNPJ 27.673.878/0001-44**
Objeto	Contratação apresentação musical do cantor Gospel Gabriel Guedes, para o dia 31 de outubro de 2026, em evento evangélico II Abala Carlópolis
Vigência do Contrato	15/07/2026 à 15/01/2027
Valor Contratual	**R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal De Turismo E Cultura
Contratante
LL VILAS EVENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:309FCE4D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026 PROCESSO INTERNO Nº 89/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**REINALDO APARECIDO DOS SANTOS - CNPJ 028.875.879-00**
Objeto	Credenciamento de operadores de máquinas, visando assegurar a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural do Município, em razão do término da vigência dos contratos oriundos de credenciamento anterior, mediante a realização de novo processo para suprir a necessidade existente
Vigência do Contrato	15/07/2026 à 15/07/2027
Valor Contratual	**R$ 53.616,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais)**

Dotação Orçamentária
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.36.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal De Administração E Comunicação
Contratante
REINALDO APARECIDO DOS SANTOS
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:5F24061F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 263/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCESSO INTERNO Nº 83/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**BENNI AUDIOVISUAL E EVENTOS LTDA, CNPJ 27.102.642/0001-58**
Objeto:	Contratação de empresa para prestação de serviços de Fotografia e Filmagem, para atender eventos e festividades do Município de Carlópolis
Vigência do Contrato:	15/07/2026 à 15/07/2027
Valor Contratual:	**R$ 75.870,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
BENNI AUDIOVISUAL E EVENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:B646E46B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 264/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCESSO INTERNO Nº 83/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 70.946.330/0001-50**
Objeto:	Contratação de empresa para prestação de serviços de Fotografia e Filmagem, para atender eventos e festividades do Município de Carlópolis
Vigência do Contrato:	15/07/2026 à 15/07/2027
Valor Contratual:	**R$ 4.999,00 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:49B5123B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 PROCESSO INTERNO Nº 120/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em modeladora de pães, incluindo o fornecimento e a substituição das peças necessárias ao pleno funcionamento do equipamento.
VALOR CONTRATADO: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: W F GALVÃO CAMARGO E CIA LTDA – CNPJ Nº 14.320.183/0001-37

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

EUGÊNIO MALANOWSKI FALARZ
Secretario Municipal de Educação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:04C86383

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026 PROCESSO INTERNO Nº 66/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
OBJETO: Contratação apresentação musical do cantor Gospel Gabriel Guedes, para o dia 31 de outubro de 2026, em evento evangélico II Abala Carlópolis.
VALOR CONTRATADO: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, Inciso II da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: LL VILAS EVENTOS LTDA – CNPJ Nº 27.673.878/0001-44

Fica ratificado o presente processo de **INEXIGIBILIDADE**, conforme dados acima.

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:BB27965F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Síntese do objeto: SELEÇÃO DE PESSOA (FÍSICA OU JURÍDICA) PARA OBTENÇÃO /EMISSÃO DE LICENCIAMENTO PARA OPERAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI, NOS TERMOS DA "LEI MUNICIPAL Nº 05/2016 (REVISADA, CONSOLIDADA E ATUALIZADA)".

A documentação deverá ser protocolada juntamente ao Município no Departamento de Licitações, a partir da publicação do edital, até a

data da sessão de julgamento, podendo ser entregues diretamente a equipe julgadora no ato da sessão de julgamento.

Os documentos serão analisados dia 10 de agosto de 2026 às 09:00 horas, em sessão pública.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Departamento de Licitações do Município de Catanduvas – PR, Avenida dos Pioneiros, 500 – Centro - Catanduvas – PR: Pelo Telefone 45 – 3234.8500, site do Município: www.catanduvas.pr.gov.br, e ainda solicitado pelo e-mail: licitacao@catanduvas.pr.gov.br

Catanduvas – PR, 15 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:3AEBDF17

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS – PR

RESOLUÇÃO N.º 08/2026

Súmula: Aprova o Relatório de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 3º bimestre de 2026.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n.º 96/2019 de 26/02/2019 e considerando a deliberação da Plenária realizada em 15/07/2026.

RESOLVE,

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 3º bimestre de 2026, do Município de Catanduvas/Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 15 de julho de 2026.

ANA CLAUDIA CASANOVA FINGER
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:5D2A912F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026– 3º BIMESTRE (MAIO - JUNHO)

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, foi instituído pela Lei Municipal n.º 154/92, com última alteração pela Lei Municipal n.º 96/2019, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 135/2014. De conformidade com as normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Instrução Normativa n.º 36/2009, a qual estabelece procedimento para atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais, apresenta através da Secretaria Municipal de Assistência Social o seguinte relatório:

I – DAS AÇÕES NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2026 – 3º BIMESTRE.

No 3º bimestre de 2026 a Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio e colaboração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA programaram e buscaram concretizar ações de assistência social voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes do Município, através das seguintes ações:
a) Casa de Passagem Bom Jesus – **A** entidade oferece acolhimento institucional a crianças e adolescentes encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, pelo Ministério Público e pelo Conselho Tutelar, em razão de situações de vulnerabilidade e risco social que demandam medida protetiva. No período correspondente ao bimestre, a instituição iniciou e encerrou com o acolhimento de cinco usuários, sendo quatro crianças e uma adolescente.
b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselho Tutelar – Estes Conselhos juntamente com o órgão gestor da área da Assistência Social e parcerias realizadas buscaram garantir as necessidades básicas das crianças e adolescentes do Município.
O Conselho Tutelar realizou neste bimestre 221 atendimentos sendo:
Das medidas pertinentes aos Pais ou Responsável, Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhamento a cursos e programas de orientação: 00
Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar: 29
Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente em tratamento especializado: 00
Advertência: 06

Das medidas específicas de proteção à Criança e ao Adolescente, Art. 101 da Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante ao termo de responsabilidade: 01
Orientação, apoio e acompanhamento temporários: 127
Frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino: 00
Inclusão em programas comunitários ou oficiais de auxílio a família, a criança e ao adolescente: 05
Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial: 02
Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos: 00
Abrigo em entidade: 00

Das atribuições do Conselho, Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infrações administrativas ou penal contra os direitos da criança ou adolescente: 02
Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101 de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional: 00
Expedir Notificações: 45
Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário: 01
Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violência dos direitos previstos no art. 220, 3º, inciso II da CF: 00
Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar: 00

Requisição de Escuta Especializada – Lei 13431/2017: 03

c) Eventos:
A Campanha 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes constitui uma importante iniciativa de mobilização e conscientização voltada à proteção integral de crianças e adolescentes. No Município, a campanha teve início em 22 de abril de 2026, com a apresentação do espetáculo teatral **"Chapeuzinho Laranja"**, desenvolvido de forma lúdica e educativa, proporcionando a sensibilização do público

infantojuvenil sobre a prevenção ao abuso e à exploração sexual. Como encerramento das ações, no dia 18 de maio de 2026 foi realizada uma programação especial destinada às crianças e adolescentes participantes, contemplando a entrega da premiação do concurso, lanche, atividades recreativas e momentos de integração, convivência e lazer. A campanha foi promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar. As ações desenvolvidas tiveram como objetivo sensibilizar a população quanto à importância da prevenção e do enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo a cultura da proteção, a garantia de direitos e o incentivo à denúncia de situações de violência, por meio da mobilização da comunidade e da participação ativa das crianças e adolescentes nas atividades realizadas.

Enfrentamento ao Trabalho Infantil – celebrado em 12 de junho - Dia Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, com o objetivo de enfatizar a importância da data, o CRAS realizou durante todo o mês discussão e debate com as crianças e adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

II – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em obediência as normas contidas na Instrução Normativa 36/2009, a execução orçamentária compreendendo o empenhamento, a liquidação e o pagamento das despesas, foi realizada da seguinte forma:

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os recursos.
Exercício de 2026 - Anexo 8, da Lei 4.320/64
Valores acumulados até o 3º bimestre
***3º BIMESTRE**

Classificação Orçamentária	Descrição	Valor aplicado
08.000.0000	Assistência Social	**1.974.155,64**
08.122.0000	Administração Geral	523.079,51
08.122.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.241.0000	Assistência à Pessoa Idosa	310.459,87
08.241.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.243.0000	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	**369.727,45**
08.243.1201	**Gestão dos Direitos da Criança e ao Adolescente**	
08.244.0000	Assistência Comunitária	611.019,52
08.244.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.245.0000	Serviços Socioassistenciais	159.869,29
08.245.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	

* Valor apurado empenhado no 3º bimestre: R$ 126.659,56 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
Fonte: Departamento de Contabilidade Municipal

Pelo demonstrado no presente relatório, observa-se que o Município de Catanduvas, Estado do Paraná, vem buscando cumprir com as obrigações contidas na Constituição Federal, bem como atendendo às normas gerais da Política de Assistência Social.
Assim sendo, este relatório será apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA de Catanduvas/PR, órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social para que o mesmo avalie e emita parecer a fim de aprovar este Relatório de Gestão do 3º bimestre de 2026, tendo em vista que o mesmo atende o estabelecido pela legislação em vigor.

Catanduvas/Paraná, 08 de julho de 2026.

SUELI ALVES GARCIA DE SOUZA
Secretária M. de Assistência Social
Decreto nº 10/2025

GEFFERSON PAVAN
Contador
CRC PR-058882/O-0

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:D79F5B31

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº 427/2026

EMENTA: Dispõe sobre a divulgação dos currículos acadêmicos e profissionais e das certidões negativas dos ocupantes de cargos em comissão e agentes políticos da Administração Pública Municipal Direta e do Poder Legislativo do Município de Catanduvas/PR, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Ademar Luiz Burckhardt, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. A Administração Pública Municipal Direta e a Câmara Municipal de Catanduvas/PR deverão disponibilizar, em seus sites eletrônicos oficiais, os currículos acadêmicos e profissionais, bem como as certidões negativas dos ocupantes de cargos de provimento em comissão e dos agentes políticos, observados os princípios da publicidade, da moralidade administrativa e da proteção de dados pessoais.

Art. 2º. As informações deverão ser disponibilizadas em formato digital aberto, acessível e de fácil localização, contendo exclusivamente:
I – Nome completo;
II – Cargo atualmente ocupado;
III – Formação acadêmica, com indicação da instituição de ensino e do curso concluído;
IV – Experiência profissional relacionada ao exercício da função pública;
V – Certidão da regularidade cível e criminal.
§1º É vedada a divulgação de dados pessoais sensíveis ou excessivos, especialmente:
I – Números de documentos pessoais;
II – Endereço residencial;
III – Telefone, e-mail ou quaisquer outros contatos pessoais;
IV – Filiação;
V – Estado civil;
VI – Quaisquer outras informações sem pertinência com o interesse público.
§2º A divulgação das informações observará integralmente o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente os princípios da:
I – Finalidade;
II – Adequação;
III – Necessidade;
IV – Transparência;
V – Segurança.

Art. 3º. As informações previstas nesta Lei deverão ser disponibilizadas no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da nomeação do agente público, permanecendo acessíveis enquanto perdurar o exercício da função.
Parágrafo único. Os ocupantes de cargos já nomeados na data de publicação desta Lei deverão ter suas informações disponibilizadas no mesmo prazo previsto no caput, contado da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º. A Administração Pública Municipal e a Câmara Municipal deverão adotar medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais divulgados, garantindo a segurança da informação e prevenindo acessos não autorizados, vazamentos ou utilização indevida dos dados.

Art. 5º. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal deverão manter, em local visível ao público em seus respectivos órgãos,

relação atualizada contendo o nome e o cargo dos servidores ocupantes de cargos em comissão vinculados ao respectivo setor.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, 14 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:B19DE67E

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº 428/2026

Ementa: Institui o "Programa de limpeza de fossas sépticas ou similares" e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná aprovou, e eu, Ademar Luiz Burckhardt, Prefeito, sanciono a seguinte
LEI
Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Catanduvas, o "Programa de limpeza de fossas sépticas ou similares", com o objetivo de realizar a limpeza de fossas sépticas em residências localizadas na zona urbana do município, nas condições e critérios previstos nesta lei, e outras regulamentadas por decreto.
Art. 2º. A prestação do serviço de "limpeza de fossas sépticas ou similares" será executada pela "Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente", que se dará diretamente pelo Município, por meio de caminhão e equipe próprios.
Parágrafo único. A forma de execução será definida pela Administração conforme critérios de economicidade, eficiência e interesse público, de acordo com decreto regulamentador.
Art. 3º. Os munícipes interessados poderão ser atendidos pelo Programa, mediante recolhimento do valor equivalente a 2 (duas) Unidades Fiscais do Município (UFM) por fossa atendida, a título de custo operacional, conforme valor da UFM vigente na data do requerimento.
Parágrafo Primeiro. O valor cravado no caput desse artigo poderá sofrer variação, por decreto do executivo, a partir da instalação do sistema de tratamento de efluentes de esgoto sanitário no Município.
Parágrafo Segundo. O atendimento previsto no caput dependerá da disponibilidade de equipamentos, pessoal e agenda de execução do serviço, sendo que tal situação será regulamentada por decreto.
Art. 4º. O atendimento ocorrerá mediante cadastro e agendamento prévios junto à Secretaria competente, respeitada a ordem de inscrição e a disponibilidade orçamentária, de equipamentos e pessoal.
Art. 5º. O serviço de limpeza de fossas sépticas ou similares poderá ser estendido a unidades comerciais localizadas no Município, desde que a limpeza das fossas se limite a dejetos provenientes ao esgoto sanitário, sendo vedada a limpeza de resíduos, dejetos e efluentes industriais.
Art. 6º. Os dejetos oriundos da limpeza das fossas sépticas deverão ser destinados exclusivamente a locais apropriados e devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, **sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal,** nos termos da legislação vigente.
Art. 7º. O serviço de limpeza de fossas sépticas deverá observar rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e ambientais aplicáveis, **cabendo à "Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente" a fiscalização quanto ao cumprimento dessas disposições.**
Parágrafo único. O proprietário ou responsável pelo imóvel deverá garantir acesso adequado ao local da fossa séptica, bem como responder pela veracidade das informações prestadas no momento do cadastro e agendamento do serviço.
Art. 8º. O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação municipal, estadual e federal**, sem prejuízo da responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal.**
Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.
Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/Paraná, em 14 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:262A9A85

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº 429/2026

Ementa: Altera o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Ademar Luiz Burckhardt, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
LEI

Art. 1º. Fica alterado o § 4º do art. 296 do Código Tributário Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 296. .....
.....
§ 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, de ofício ou a requerimento do interessado, a declarar administrativamente a prescrição e proceder ao cancelamento do crédito tributário, com a consequente baixa cadastral, relativamente aos créditos tributários inscritos ou não em Dívida Ativa, cujos lançamentos estejam integralmente alcançados pela prescrição, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).
I – O cancelamento de que trata este parágrafo dependerá de prévio parecer jurídico fundamentado da Procuradoria Jurídica do Município ou do departamento jurídico, atestando a ocorrência da prescrição e a inexistência de causas legais de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.
II – O reconhecimento administrativo da prescrição e o cancelamento do crédito tributário não configuram renúncia de receita, por decorrerem de causa legal de extinção da pretensão de cobrança.
III – Verificados indícios de ação ou omissão dolosa, culposa ou de grave negligência de agente público que tenha contribuído para a ocorrência da prescrição, a autoridade competente poderá determinar a instauração de procedimento administrativo para apuração de eventual responsabilidade funcional.
IV – O cancelamento do crédito, por ato do Poder Executivo, deverá ser obrigatoriamente instruído com o respectivo estudo de impacto financeiro emitido pelo setor de tributação.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 14 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:AED6388B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 48/2026

Súmula: Designa os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, com amparo nas normas que regem o Sistema Único de Saúde – SUS,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza o Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria GM/MS nº 3.916, de 30 de outubro de 1998;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 338, de 06 de maio de 2004;
CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos, a seleção baseada em evidências científicas, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a melhoria da assistência farmacêutica prestada à população;
CONSIDERANDO a necessidade de elaboração, implantação, atualização e acompanhamento da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR, a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e técnico-científico.
Art. 2º. A Comissão de Farmácia e Terapêutica tem por finalidade assessorar a Secretaria Municipal de Saúde nas decisões relacionadas à Assistência Farmacêutica, visando à promoção do uso seguro, eficaz, racional e econômico dos medicamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
Art. 3º. Compete à Comissão de Farmácia e Terapêutica:
I – Elaborar, revisar, atualizar e propor a aprovação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME;
II – Estabelecer critérios técnicos para inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos;
III – Avaliar solicitações de incorporação de medicamentos e tecnologias em saúde, observando critérios de eficácia, segurança, efetividade, custo-benefício e impacto orçamentário;
IV – Promover o uso racional de medicamentos no âmbito da rede municipal de saúde;
V – Elaborar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas para utilização de medicamentos;
VI – Propor ações de educação permanente relacionadas à farmacoterapia;
VII – Acompanhar indicadores de consumo, abastecimento e utilização de medicamentos;
VIII – Emitir pareceres técnicos quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
IX – Analisar eventos relacionados à farmacovigilância e propor medidas corretivas quando necessário;
X – Revisar periodicamente a REMUME, preferencialmente uma vez ao ano ou sempre que houver necessidade técnica.
Art. 4º. Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR:
I – Marineuza Fatima Pessoli – Secretária Municipal de Saúde;
II – Bruna Bernart – Farmacêutica;
III – Camila Bernart Rodrigues – Farmacêutica;
IV – Pedro Bonifacio Fernandes Junior – Médico;
V – Ana Claudia Casanova Finger – Enfermeira da Vigilância Epidemiológica;
VI – Luiz Gustavo Finger – Enfermeiro e Diretor do Pronto Atendimento Municipal;
VII – Edna Neres – Enfermeira da Atenção Primária à Saúde;
VIII – Simone Gregório Yonekura – Assistente Social;
IX – Lucimar Bernart Enokida – Nutricionista;
X – Paulo Roberto Ramos Machado – Cirurgião-Dentista;
XI – Adriana Ramina Gava – Fiscal da Vigilância Sanitária;
XII – Lilian Bernart – Fiscal da Vigilância Sanitária.
Parágrafo primeiro. A coordenação da Comissão será exercida pela Farmacêutica Bruna Bernart, tendo como Coordenadora Substituta a Farmacêutica Camila Bernart Rodrigues.
Parágrafo segundo. A participação dos membros na Comissão será considerada serviço público relevante, não gerando qualquer remuneração adicional.
Art. 5º. Compete ao Coordenador da Comissão:
I – Convocar e presidir as reuniões;
II – Organizar a pauta dos trabalhos;
III – Encaminhar as deliberações à Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Representar a Comissão perante os órgãos da Administração Pública.
Art. 6º. A Comissão reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador ou pela Secretária Municipal de Saúde.
Art. 7º. As decisões da Comissão serão registradas em atas e aprovadas pela maioria simples dos membros presentes.
Art. 8º. A Comissão poderá solicitar pareceres técnicos, convidar especialistas ou constituir grupos de trabalho para subsidiar suas decisões.
Art. 9º. A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.
Art. 10. A Comissão deverá elaborar e submeter à aprovação da Chefe do Executivo Municipal seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Portaria.
Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ouvido, quando necessário, o parecer da Comissão.
Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e expressamente a Portaria nº 113/2025.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 15 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:D216DECB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 9/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 76/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1742/2026 CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 9/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 76/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1742/2026
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa interessar, que realizará a contratação direta via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO Por lote**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 39/2024, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA CONTRATAÇÃO
1.1 OBJETO: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada na execução de serviço de reposição de mármore em túmulo, compreendendo a substituição da tampa superior e da tampa da gaveta, com fornecimento e instalação de mármore na cor ocre.

1.2 RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 17/07/2026 às 08h00min até 22/07/2026 às 08h59min.
1.3 DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/07/2026 às 09:00.
1.4 DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas
1.5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Por lote
1.6 MODO DE DISPUTA: Aberto
1.7 VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 4.138,33 (Quatro Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos).
1.8 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://bllcompras.com/.
1.9 REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
1.10 INFORMAÇÕES:
1.10.1 Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centenário do Sul - PR, **OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000 ou pelo e-mail: licitacao@centenariodosul.pr.gov.br.
1.10.2 Para acompanhar a presente contratação, o proponente deverá acessar o site **https://bllcompras.com/**.
1.11 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:
1.11.1 A Dispensa será realizada em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, por meio do **Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica BLL.**
1.11.2 Os trabalhos serão conduzidos por SERVIDOR RESPONSÁVEL da PREFEITURA DE CENTENÁRIIO DO SUL – designado pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **BLL**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
2.1 Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, **esta contratação é reservada à participação exclusiva de MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).**
2.1.1 Poderão participar desta contratação, exclusivamente, os interessados qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido, estabelecido pelas Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, cujo ramo de atividade previsto no Contrato Social da Empresa seja compatível com o objeto licitado e que atendam às condições estabelecidas neste edital.
2.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço https://bllcompras.com/, para acesso ao sistema e operacionalização;
2.2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA BLL A TEMPO DE PARTICIPAR DA CONTRATAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE *HARDWARE*, *SOFTWARE* OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO PROPONENTE. EM CASO DE DÚVIDA, O PROPONENTE DEVERÁ CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA **BLL**.
2.2.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgãoentidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
2.3.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);
2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.3.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que delesseja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.3.3.2 Aplica-se o disposto no item "c)" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
2.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº14.133/21.
2.4.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do processo.
3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.
3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que

corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

4. FASES DE LANCES
4.1 A partir da data e do horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.
4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é sem limites, podendo ser estipulado pelo servidor responsável, no ato do certame.
4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
4.5 Durante a sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do participante.
4.6 No caso de desconexão com o servidor responsável, no decorrer da etapa competitiva da Dispensa, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances.
4.7 Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismosimilar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá havera negociação de condições mais vantajosas.
5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordemde classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do processo de dispensa eletrônica.
5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.5.1 Contiver vícios insanáveis;
5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;
5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salariosde mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5.8 Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoraçãodo preço.
5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observando o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO
6.1 Habilitação imediata dos Arrematantes
6.1.1 Os participantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar ***upload*** **dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.5 deste aviso**, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.
6.1.2 Quando um item for arrematado, o Agente de Contratação realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso o participante não tenha realizado o procedimento exigido no item 6.1.1, este será considerada inabilitado.
6.1.2.1 Esses documentos só estarão disponíveis aos participantes, após o encerramento da disputa da Dispensa.
6.2 A documentação exigida esta devidamente relacionada no Termo de Referência.
6.3 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o **Agente de Contratação** poderá diligenciar a fim de solicitar

manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto às declarações contidas no referido termo;
6.3.1 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo **Agente de Contratação** na BLL;
6.3.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;
6.3.4 A diligência prevista no subitem 6.3 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.
6.4 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL.

7. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO
7.1 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do fornecedor, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.
7.1.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
7.1.2 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
7.2 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.
7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
7.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
7.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.
7.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá- los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
7.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
7.6 Será inabilitado o participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
7.6.1. Na hipótese de o participante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
7.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o participante será habilitado.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
8.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Aviso, o fornecedor será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da contratação pelo próprio Agente de Contratação, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.
8.2 O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Centenário do Sul/Pr e em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 19.
8.3 A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, bem como para sua retirada na Diretoria de Licitações e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

9. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO
9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
9.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou prestar aceite em instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
9.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou para o aceite em instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
9.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
9.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
9.3.2 O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
9.3.3 O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
9.4 O prazo de vigência da contratação será de **até 12 (doze) meses** ou até a finalização da entrega do objeto, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
9.5 Na assinatura do contrato ou do aceite em instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, as quais deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.
9.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul-Pr., à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.
9.6.1 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Contratado e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.
9.6.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.
9.6.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do Contratado.
9.7 Os custos das aquisições resultantes da presente contratação serão cobertos com recursos provenientes da (s) seguinte (s) Dotação (ões) Orçamentária (s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3170	09.001.15.451.0015.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

9.8 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
9.9 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA DE Centenário do Sul-PR., com CNPJ nº 75.845.503/0001-67, com as informações contidas na Nota de Empenho.
9.10 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
9.10.1 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado

pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamentejustificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12 deste Aviso, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 que justifiquem a imposiçãode penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

d.1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, atéo limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

d.2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,§7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamenteno prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para o Contratante;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dosórgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O processo será divulgado na **Plataforma BLL – https://bllcompras.com/.,** no Portal de Transparência da Prefeitura de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br) e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

11.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (processo fracassado), a Administração poderá:

11.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de baseao processo, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas;

11.2.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste processo;

11.2.4 Fixar prazo para adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3 As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (processo deserto).

11.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo servidor responsável designado pela Administração na respectiva notificação.

11.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
11.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste processo e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao processo.
11.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
11.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor daampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, oprincípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
11.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
11.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.
11.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
11.13 O foro de cidade de Centenário do Sul, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Dispensa de Licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
11.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
11.14.1 ANEXO I – Termo de Referência e Modelo de Proposta;
11.14.2 ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
11.14.3 ANEXO III – Declaração de Responsabilidade Unificada;
11.14.4 ANEXO IV – Minuta de Contrato.

17/06/2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:A6193A52

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025

NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

À
CANADÁ CALCÁRIOS LTDA.
CNPJ nº 49.426.318/0001-28

ASSUNTO: Ciência da instauração de Processo Administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de sanções administrativas.

Senhor Representante Legal,

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.845.503/0001-67, por intermédio do Secretário Municipal CLAUDIO ALEXANDRE TERRA PRADO- Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, vem, por meio do presente expediente administrativo, **DAR-LHE FORMAL CIÊNCIA da instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**, destinado à apuração das infrações administrativas decorrentes da execução do Contrato Administrativo nº 05/2025, celebrado em decorrência do Pregão Eletrônico nº 48/2024.

A instauração do presente procedimento decorre dos elementos probatórios constantes dos autos administrativos, especialmente dos relatórios emitidos pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato, do Memorando expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura, das notificações administrativas anteriormente encaminhadas e dos demais documentos que demonstram, em tese, a ocorrência de inadimplemento contratual consistente na entrega parcial do objeto contratado.

Conforme registrado pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual, o contrato tinha por objeto o fornecimento de **426 (quatrocentas e vinte e seis) toneladas de calcário dolomítico**, tendo sido efetivamente entregues **303,6 (trezentas e três vírgula seis) toneladas**, permanecendo sem fornecimento o quantitativo correspondente a **122,4 (cento e vinte e duas vírgula quatro) toneladas**, circunstância que representa descumprimento das obrigações assumidas pela empresa perante esta Administração.

Verifica-se, ainda, que durante toda a execução contratual a Administração Pública pautou sua atuação pelos princípios da cooperação, da boa-fé objetiva, da proporcionalidade e da busca da solução consensual, promovendo diversas tratativas administrativas, concedendo sucessivos prazos para regularização da execução contratual e expedindo notificações formais, sempre objetivando oportunizar o cumprimento espontâneo das obrigações assumidas.

Não obstante as oportunidades concedidas, as irregularidades permaneceram sem solução, sobrevindo, inclusive, o encerramento da vigência do Contrato Administrativo nº 05/2025, ocorrido em **14 de janeiro de 2026**, sem que houvesse a entrega integral do objeto contratado.

Cumpre consignar que a expiração da vigência contratual não afasta a responsabilidade administrativa da contratada pelas infrações eventualmente praticadas durante a execução do ajuste, permanecendo íntegro o poder-dever da Administração Pública de promover a apuração dos fatos, responsabilizar os eventuais infratores e aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas na legislação de regência.

Nesse contexto, com fundamento nos artigos **155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162 e 163 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas cláusulas contratuais relativas às infrações e sanções administrativas, foi determinada a instauração do competente Processo Administrativo Sancionador, cujo objeto consiste exclusivamente na apuração da responsabilidade administrativa dessa empresa pelos fatos acima descritos.

Importa destacar que a instauração do presente procedimento **não importa em prévio julgamento de culpabilidade**, tampouco representa decisão definitiva quanto à aplicação de qualquer penalidade.

Ao contrário, trata-se de providência indispensável para assegurar a observância do devido processo legal administrativo, garantindo à empresa o pleno exercício dos direitos constitucionais ao contraditório e à ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República.

Dessa forma, **fica essa empresa FORMALMENTE CIENTIFICADA da instauração do Processo Administrativo Sancionador**, sendo-lhe assegurado amplo acesso aos autos administrativos, facultando-se a extração de cópias, obtenção de documentos e acompanhamento integral do procedimento.

DA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

Nos termos do artigo 157 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a empresa **INTIMADA** para apresentar **DEFESA**

ADMINISTRATIVA ESCRITA, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento desta cientificação.
Na defesa poderão ser alegadas todas as matérias de fato e de direito que entender pertinentes, facultando-se, inclusive:

• juntada de documentos;
• apresentação de justificativas técnicas;
• indicação de provas;
• requerimento de diligências;
• apresentação de pareceres técnicos;
• indicação de testemunhas, quando cabíveis;
• demais meios de prova admitidos em direito.

Decorrido o prazo sem apresentação de manifestação, o processo prosseguirá regularmente, sendo os fatos apreciados com fundamento nas provas constantes dos autos, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades legalmente cabíveis.

Ao final da instrução processual, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade dos fatos eventualmente apurados, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Contrato Administrativo nº 05/2025, dentre elas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, motivação e individualização da sanção.

Por fim, esclarece-se que a presente cientificação possui natureza meramente processual, destinando-se exclusivamente à comunicação oficial da abertura do procedimento administrativo, inexistindo, até o presente momento, qualquer decisão definitiva acerca da responsabilização da empresa.

Publique-se nos autos.
Intime-se a empresa.
Cumpra-se.

Centenário do Sul/PR, 15 de julho de 2026.

CLAUDIO ALEXANDRE TERRA PRADO
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Município de Centenário do Sul – PR

Publicado por:
Antonio Dos Santos Filho
Código Identificador:E6943124

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1593/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1593/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

1. DO OBJETO
1.1. Realização de Repasse Financeiro proveniente de Recurso do Governo Federal, através de Emenda Parlamentar nº 202618670005, por meio de Celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul/PR e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.DA JUSTIFICATIVA
2.1. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Centenário do Sul/PR é uma Instituição não governamental, filantrópica e sem fins lucrativos, fundada no dia 15 de agosto de 1988 e tem como missão promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, apoiar às famílias e o atendimento especializado. Porém, tem como missão maior oportunizar a conquista da cidadania através do processo educacional que visa desenvolver as habilidades e competências da pessoa com necessidades especiais, proporcionando-lhes o alcance da autonomia intelectual, moral e social.
2.2. A APAE é a única Instituição no município de Centenário do Sul/PR, que atende pessoas com deficiência, buscando um atendimento de qualidade e dignidade, visando sempre o pleno desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência e de suas famílias.
2.3. Nossa instituição vem crescendo exponencialmente ao longo dos anos, justificando assim o aumento nos gastos para manutenção dela, desta forma, o recebimento deste recurso, irá auxiliar no pagamento de despesas de custeio, tais como: alimentação, salários, material de expediente, limpeza e higienização, uniformes, manutenção e conservação do imóvel, beneficiando os 144 alunos matriculados atualmente na Instituição, reduzindo assim, as necessidades específicas do público-alvo e objetivando:
- Aprimorar a oferta dos serviços ofertados;
- Contribuir na redução dos gastos mensais da instituição;
- Melhorar a organização de bens e serviços ofertados pela instituição.

3.DA BENEFICIÁRIA/TOMADORA
3.1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTENÁRIO DO SUL - APAE, inscrita no CNPJ nº. 78.973.021/0001-80, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua: Vereador Antônio Soares Pinto, n.º 401, em Centenário do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente, **Laercio dos Santos Antivere**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 666.814.649-04, residente e domiciliado na Rua: Maziadf Felicio, n.° 226 – nesta cidade.

4.DO VALOR
4.1.O valor total a ser repassado a entidade correspondente a R$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de recurso do GovernoFederal, através de Emenda Parlamentar nº 202618670005, conforme cronograma no Plano de Trabalho da entidade e Estudo Técnico Preliminar, para atendimento dos objetivos.

5.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1.As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2	07.003.08.242.0008.2064	1106	3.3.50.43.00.00	Do Exercício

6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
6.1O fundamento principal para a presente iniciativa, baseia-se do art. 31 da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n. 13.204/2015 - que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, onde será inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade especifica.

7.VIGÊNCIA
7.1. O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

8.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Constitui anexo do presente edital, dele fazendo parte integrante:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO I - A Documentos de Habilitação;
ANEXO II – Minuta de Termo de Fomento;

9.DA DELIBERAÇÃO
9.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade. Requer, assim, o devido Despacho para a continuidade da referida contratação, no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme art. 74, *"caput"*,inc. II, e §2°, da Lei nº 14.133/21.
9.2. Sendo desta maneira, assinado pelo responsável da **unidade requisitante** e pela **autoridade superior**, para que produzam seus efeitos legais.

Centenário do Sul, 07 de julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:97439590

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2026
Processo Administrativo nº 005/2026

Pelo presente **TERMO DE RATIFICAÇÃO**, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor da empresa **UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ** sob o nº **19.949.769/0001-89**, contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de capacitação e aperfeiçoamento de servidores, mediante o fornecimento de 02 (duas) inscrições no curso presencial **"Inteligência Artificial como Ferramenta nas Compras Governamentais (Estratégias e Operação)"**, a ser realizado nos dias **22, 23 e 24 de julho de 2026**, na cidade de Curitiba/PR, conforme a Dispensa de Licitação - Inexigibilidade nº 003/2026. Sendo o valor estimado de **R$ 5.480,00 (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 72 da lei nº 14.133/2021, a vista do **parecer conclusivo exarado pela Procuradoria Jurídica do Instituto de Previdência**, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

DETERMINO, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do *artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021*, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Publique-se.

Cerro Azul/PR, 15 de julho de 2026.

ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI
Superintendente
Cerro Azul PREV

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:2F0F5337

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
UASG 987501

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável, na modalidade pregão na forma eletrônica do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto:

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a montagem de estufas agrícolas destinadas à produção de mudas cítricas certificadas, no âmbito do Programa Rota do Progresso implantado no município de Cerro Azul/PR em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Início da sessão de disputa: **A partir das 09:00 horas do dia 31 de julho de 2026**.

Valor máximo estimado da licitação: **R$ 334.572,00 (trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e dois reais).**

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul, 15 de julho 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:A7615715

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 26.08/2025

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 08/2025

EDITAL Nº 26.08/2025

20º Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público.

RESOLVE

CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 08/2025 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação

Auxiliar de Enfermagem (AC)

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
05º	Maria Eduarda Martins Marques Cordeiro	25/09/2001
06º	Bruna Aparecida Barbosa	13/01/1999
07º	Wellington Felipe da Silva	16/11/2001
08º	Bruna Rosa da Silva	08/06/1997
10º	Danila dos Santos Braine	09/02/1993

Cerro Azul-Pr, 15 de julho de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:253BAF6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 002-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA: GAMA CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA - LTDA, – CNPJ: nº 36.466.626/0001-35.

OBJETO: A contratação de instituição especializada para o planejamento, organização, execução e realização de Concurso Público, destinado ao provimento de cargos efetivos de Professor da Rede Municipal de Ensino, conforme as especificações e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL: R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 22 de janeiro de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (Seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:9646F37A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 024-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: TELAFER COMERCIO DE ACO E TELAS LTDA –** CNPJ nº **34.498.141/0001-06**.

OBJETO: A aquisição de materiais metálicos, materiais de cobertura e insumos diversos, destinados à construção de cobertura na oficina mecânica da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
VALOR TOTAL: R$ 29.303,50 (vinte e nove mil, trezentos e três reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 31 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:4858572F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 026-2026

CONTRATADA**: COWBOY 2.0 PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA –** CNPJ nº **62.247.639/0001-23**.

OBJETO: Contratação da empresa COWBOY 2.0 PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 62.247.639/0001-23; especializada em produção musical, exclusiva na comercialização de show artístico da dupla sertaneja JOÃO NELORE & TEXANO, para realização de apresentação musical no dia 14 de junho de 2026, durante a programação oficial da 58ª Festa Nacional da Ponkan, promovida pelo Município de Cerro Azul/PR.
VALOR TOTAL: R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 22 de abril de 2026.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:EB746734

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 027-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA –** CNPJ nº **44.368.906/0001-39.**

OBJETO: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de topografia, compreendendo a execução de levantamentos topográficos, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Cerro Azul – PR, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.
VALOR TOTAL: R$ 20.314,26 (vinte mil, trezentos e quatorze reais e vinte e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29 de abril de 2026.

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:5B7B7CDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 052-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 005/2026
CONTRATADA**: W TRADING SOLUTIONS LTDA –** CNPJ nº **28.393.005/0001-40**.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na gestão e prestação de serviços contínuos, por meio de alocação de mão de obra, nas funções de: motorista – categorias: B, C e D, auxiliar de serviços gerais, merendeira, recepcionista, pedreiro, servente, coletor de lixo, gari, almoxarife, borracheiro, mecânico, soldador, eletricista, operador de balsa, operador de maquinas: rolo, escavadeira, motoniveladora, pá carregadeira e retroescavadeira, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, conforme prazos e demais obrigações e informações constantes no Termo de Referência do ANEXO I deste Edital, que dele faz parte integrante.
VALOR TOTAL**:** R$115.317,36 (cento e quinze mil, trezentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19 de junho de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:41A71B72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 053-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 005/2026
CONTRATADA**: FOCUS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA –** CNPJ nº **53.956.783/0001-48**.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na gestão e prestação de serviços contínuos, por meio de alocação de mão de obra, nas funções de: motorista – categorias: B, C e D, auxiliar de serviços gerais, merendeira, recepcionista, pedreiro, servente, coletor de lixo, gari, almoxarife,

borracheiro, mecânico, soldador, eletricista, operador de balsa, operador de maquinas: rolo, escavadeira, motoniveladora, pá carregadeira e retroescavadeira, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, conforme prazos e demais obrigações e informações constantes no Termo de Referência do ANEXO I deste Edital, que dele faz parte integrante.
VALOR TOTAL: R$ 2.173.849,68 (dois milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19 de junho de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:A0238AE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 054-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026
INEXIGIBILIDADE - Nº 017/2026

CONTRATADA**: SERRA VERDE EXPRESS LTDA –** CNPJ nº **04.005.507/0001-99**.

OBJETO: A contratação da empresa Serra Verde Express Ltda. para prestação de serviços turísticos integrados, por meio do Pacote Pôr do Sol Completo, destinado à participação de pessoas idosas atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito do Programa Viaja Mais 60, contemplando transporte, passeios, almoço e bebidas inclusos, conforme as condições e especificações previstas no pacote contratado.
VALOR TOTAL: R$ 24.336,00 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e três reais).

DATA DE ASSINATURA: 22 de junho de 2026.

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D4B571E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 055-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 028/2026

CONTRATADA**: TETRIS EMPRESA JUNIOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL –** CNPJ nº **11.207.855/0001-04**.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do projeto arquitetônico e paisagístico do Parque de Lazer e Eventos e da Rua da Cidadania do Município de Cerro Azul – PR, incluindo estudos preliminares, anteprojeto, projeto legal, projeto executivo, maquete eletrônica 3D, projetos de interiores, compatibilização interdisciplinar e emissão de ART/RRT, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.
VALOR TOTAL: R$ 101.005,00 (cento e um mil e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:7A85CA9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 056-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 005/2026
CONTRATADA**: DIRETRIZ SERVIÇOS MÉDICOS, CONSERVAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA –** CNPJ nº **15.352.600/0001-96**.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na gestão e prestação de serviços contínuos, por meio de alocação de mão de obra, nas funções de: motorista – categorias: B, C e D, auxiliar de serviços gerais, merendeira, recepcionista, pedreiro, servente, coletor de lixo, gari, almoxarife, borracheiro, mecânico, soldador, eletricista, operador de balsa, operador de maquinas: rolo, escavadeira, motoniveladora, pá carregadeira e retroescavadeira, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, conforme prazos e demais obrigações e informações constantes no Termo de Referência do ANEXO I deste Edital, que dele faz parte integrante.
VALOR TOTAL: R$ 568.749,80 (quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 24 de junho de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:A4A18FC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 057-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 029/2026

CONTRATADA**: CONTARTE EVENTOS CRIATIVOS LTDA –** CNPJ nº **13.144.831/0001-89**.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para apresentação de peça teatral educativa com a temática "Bullying", destinada aos alunos da rede municipal de ensino, visando promover ações de conscientização, prevenção e enfrentamento da intimidação sistemática no ambiente escolar, por meio de atividade cultural e pedagógica, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR TOTAL: R$ 24.300,00 (vinte e quatro mil, trezentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 de julho de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:7F838A7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 058-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 030/2026

CONTRATADA**: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE –** CNPJ nº **07.136.551/0001-26**.

OBJETO: A contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração, para operacionalização, coordenação, administração e intermediação do Programa de Estágio Supervisionado, visando atender às demandas de estudantes do ensino médio, técnico e superior junto às Secretarias e demais órgãos da Administração Pública do Município de Cerro Azul/PR.
VALOR TOTAL: R$ 352.908,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 08 de julho de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:7AECD0BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 966, DE 14 DE JULHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 966, DE 14 DE JULHO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°340/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 27 de junho e 01,02 de julho do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de julho do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B36AF3AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 173/2026

DECRETO: 173/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 58.563,19 (cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezenove centavos)

O(A) de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 58.563,19 (cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezenove centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

05 - Secretaria Municipal de Saúde

05.002 - Fundo Municipal de Saúde

05.002.0010.0302.0015.2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4490520000 - Equipamentos e material permanente
R$ 58.563,19
Total: R$ 58.563,19

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

918 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019)
R$ 58.563,19

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) de Clevelândia, 15 de julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:3832913E

GABINETE
DECRETO N°172/2026

DECRETO N°172/2026

Declara Vacância de cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO, em decorrência de falecimento de servidor.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 67, inciso V da Lei Municipal 1.240/1990,
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ocupado pelo servidor **ROBERTO UBIRAJARA MARCONDES PONCIO,** com a matricula N°14656-2, em razão de seu falecimento ocorrido em 04/07/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04/07/2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE JULHO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:0E5246C7

GABINETE
PORTARIA N° 10/2026

PORTARIA N° 10/2026

Niura Aparecida Kleinubing Pasin, Diretora Geral da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente, nomeada pelo Decreto n° 407/2025 do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o disposto do Edital nº 05/2026 - Processo Seletivo do Município de Clevelândia,

RESOLVE:
Artigo 1° - Designar os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Heteroidentificação (Complementar à Autodeclaração):
(01) Airam Aparecida Teixeira Fortunati
Formação: Bacharelado em Ciências Contábeis
RG nº 6.123.955-3 - SSP/PR
Vice Diretora - FAMA
(02) Ana Maria Lopes Conceição
Formação: Pedagogia
RG n° 5.890.526-7 - SSP/PR
Coordenadora Pedagógica e Coordenadora da CPA - FAMA
(03) Fabiane Carbonari Menegussi
Formação:Pedagogia
RG nº 7.616.528-9 - SSP/PR
Coordenadora do Curso de Pedagogia - FAMA
Formação: Pedagogia
RG nº - 5.004.370-3 SSP/PR
Coordenadora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Relações com a Comunidade - FAMA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Clevelândia - Paraná, 13 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

NIURA APARECIDA KLEINUBING PASIN
Diretora Geral

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:8E5664F5

GABINETE
PORTARIA N° 11/2026

PORTARIA N° 11/2026

Designa a Comissão Temporária de Aplicadores e Avaliadores de Prova e Fiscais de Corredor, para o Processo Seletivo Simplificado, Edital 05/2026, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Niura Aparecida Kleinubing Pasin, Diretora Geral da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA, nomeada pelo Decreto n° 407/2025 do Município de Clevelândia Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, considerando a composição da estrutura da Faculdade da Lei Municipal nº 2.542/2015, Credenciada pelo Decreto do Estado do Paraná nº 3.755/2016 e Recredenciada pela Resolução SETI 214 de 06 de dezembro de 2023, mantida pelo Poder Público do Município de Clevelândia, considerando o Artigo 13 do Estatuto da FAMA, considerando a Deliberação do Colegiado do Conselho da Faculdade FAMA - CONFAMA, de 01 de agosto de 2017,

RESOLVE:
Artigo 1° - Nomear os membros da Comissão Temporária de aplicadores e avaliadores de prova e fiscais de corredor para o Processo Seletivo Simplificado, Edital 05/2026, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
Aplicadores de Prova:
Adriana Teixeira - Diretora de Escola Municipal
Camila Prestes - Professora Municipal
Carla Cristina Fogolari - Diretora de Escola Municipal
Cleci Cancian - Diretora de Escola Municipal
Cristiane Lemes - Professora Municipal
Elisandra Martins - Diretora de Escola Municipal
Enedina Zeferino - Diretora de Escola Municipal
Fabiane Carbonari Menegussi - Professora FAMA
Fátima Antônia Senhor - Diretora de Escola Municipal
Gleismery C. Flores - Servidora Pública Municipal
Kelli Lima - Diretora de Escola Municipal
Luis Gustavo Soares Borba - Diretor de Escola Municipal
Márcia Forgiarini - Professora Municipal
Neirieli Duglos - Diretora de Escola Municipal
Odileia Soares - Diretora de Escola Municipal
Rafaela Batistella - Professora Municipal
Seres Pôncio - Diretora de Escola Municipal
Tais Zampieri - Professora Municipal
Vania Silva - Diretora de Escola Municipal
Avaliadores de Prova:
Adilson Jairo Argenta - Professor FAMA
Everson Heckler Goulart - Professor FAMA
Paulo de Tarso Mazalotti Berhorst - Professor FAMA
Tompson Hugo Schneider - Professor FAMA
Fiscais de Corredor:
Beatriz Santos - Servidora Municipal
Denise Poncio - Servidora Municipal
Evanuza Scheffer - Servidora Municipal
Imara Aires - Servidora Municipal
Janice Fortunati - Servidora Municipal
Jéssica Cardoso - Servidora Municipal
Jéssica Aparecida dos Santos - Servidora Municipal
Zozimara Scheffer - Servidora Municipal

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.
Clevelândia, Paraná, 14 de julho de 2026.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

NIURA APARECIDA KLEINUBING PASIN
Diretora Geral

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:C82FEDF8

GABINETE
SUMÚLA- SEMA

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, objeto das matrículas n.º 5.952 e 6.051 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de exploração de 2,60ha (dois hectares e sessenta ares), para fins de extração de cascalho, na Fazenda Morais, Assentamento Butiá, Zona Rural de Clevelândia-Pr.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:30FBCF8E

GABINETE
SUMÚLA- SEMA

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, objeto da matrícula n.º13.578 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de exploração de 5,0 ha (cinco hectares), para fins de extração de cascalho, na Fazenda Espírito Santo, Zona Rural de Clevelândia-Pr.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:B9EE4102

GABINETE
SUMÚLA- SEMA

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, objeto da matrícula n.º16.610 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de exploração de 0,55ha, para fins de extração de cascalho, na Fazenda São Francisco de Sales, Lote nº03 da Gleba nº02, Zona Rural de Clevelândia-Pr.

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, objeto da matrícula n.º5.118 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de exploração de 0,5ha, para fins de extração de cascalho, na Fazenda São Francisco de Sales, Lote nº14 da Gleba nº02, Zona Rural de Clevelândia-Pr.

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, objeto da matrícula n.º9.926 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de exploração de 1,0 ha, para fins de extração de cascalho, na Fazenda São Francisco de Sales, Lote nº 30 da Gleba nº 09, Zona Rural de Clevelândia-Pr.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:BB4C20C8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 42/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 – PROCESSO Nº. 35/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS DLUGOSS LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 42/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2026 – PROCESSO Nº. 35/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS DLUGOSS LTDA
1. DO OBJETO:
1.1 Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção elétrica, manutenção hidráulica; serviços de pequenos reparos de construção civil; serviços de carpintaria e marcenaria; serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixa d'água
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a realização da compra e empenho.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 1.108.500,00 (Um milhão, cento e oito mil e quinhentos reais).
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.

FORO: Clevelândia - PR.

Clevelândia, 15 de Julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:B90AD1D4

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 – PROCESSO Nº. 35/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E COMERCIAL AGROALBA LTDA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2026 – PROCESSO Nº. 35/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e COMERCIAL AGROALBA LTDA
1. DO OBJETO:
1.1 Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção elétrica, manutenção hidráulica; serviços de pequenos reparos de construção civil; serviços de carpintaria e marcenaria; serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixa d'água
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a realização da compra e empenho.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 13.604,40 (Treze mil seiscentos e quatro reais e quarenta centavos).
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.
Clevelândia, 15 de Julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:F346A217

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 659/2026

PORTARIA N.º 659/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por meio do art. 27, inciso XVII da Lei Municipal n.º 1.363/2014, com redação dada pela Lei Municipal n.º 1.811/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância Punitiva (procedimento sumário), nos termos dos artigos 190 e 205 da Lei Municipal n.º 1.348/2014, para apurar os fatos narrados no processo administrativo n.º 26633/2026.

Parágrafo único. Tendo em vista a necessidade de preservação da imagem dos acusados, seus nomes não constam na presente portaria, mas deverão ser expressamente mencionados pela comissão processante na ata de instalação e, especialmente, no termo de indiciamento que servirá de contrafé.

Art. 2º. Fica designada, para a condução da presente sindicância, a comissão permanente designada através da Portaria n.º 790/2025 (publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/09/2025, edição 3360) e respectiva errata publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/09/2025, edição 3372.

Art. 3º. A comissão terá a incumbência de apurar todos os fatos de maneira minuciosa, promovendo as medidas previstas em lei para tal fim, garantindo aos servidores indiciados o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, devendo concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do termo de instalação, prorrogáveis por igual período, a critério da autoridade que determinou a instauração, conforme art. 205, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.348/2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo, em 13 de julho de 2025.

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6E8D0572

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 660/2026

PORTARIA N.º 660/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por meio do art. 27, inciso XVII da Lei Municipal n.º 1.363/2014, com redação dada pela Lei Municipal n.º 1.811/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância Punitiva (procedimento sumário), nos termos dos artigos 190 e 205 da Lei Municipal n.º 1.348/2014, para apurar os fatos narrados no processo administrativo n.º 14469/2025.

Parágrafo único. Tendo em vista a necessidade de preservação da imagem dos acusados, seus nomes não constam na presente portaria, mas deverão ser expressamente mencionados pela comissão processante na ata de instalação e, especialmente, no termo de indiciamento que servirá de contrafé.

Art. 2º. Fica designada, para a condução da presente sindicância, a comissão permanente designada através da Portaria n.º 790/2025 (publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/09/2025, edição 3360) e respectiva errata publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/09/2025, edição 3372.

Art. 3º. A comissão terá a incumbência de apurar todos os fatos de maneira minuciosa, promovendo as medidas previstas em lei para tal fim, garantindo aos servidores indiciados o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, devendo concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do termo de instalação, prorrogáveis por igual período, a critério da autoridade que determinou a instauração, conforme art. 205, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.348/2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo, em 13 de julho de 2025.

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E6CAC9F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 663/2026

PORTARIA N.º 663/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1°- Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal **TAINARA PINHEIRO DE LIMA,** CPF n.º 614.xxx.xxx-32, do cargo de GUARDA MUNICIPAL, a partir de 07/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:78616C79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 664/2026

PORTARIA N.º 664/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento para a servidora pública municipal **ANDRESSA ALTEMIO SKROCK VITORIO**, portadora do CPF n.º 047.XXX.XXX-45, Matricula n.° 10473, do cargo de Professora - 20hrs, Lotado na Escola Municipal Jardim Guarujá, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de julho de 2026, pelo prazo de 02 anos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:BE5DB974

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 665/2026

PORTARIA N.º 665/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor **ERNESTO CHELI,** portadora do RG n.° 10.XXX.XXX-9, CPF n.° 074.XXX.XXX-30, do cargo de Coordenador Jurídico, vinculado à Procuradoria Geral do Município, a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Nomear o senhor **ERNESTO CHELI,** portadora do RG n.° 10.XXX.XXX-9, CPF n.° 074.XXX.XXX-30, para o cargo de Coordenador de Intimações e Prazos, vinculado à Procuradoria Geral do Município, a partir de 02 de Julho de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:C031ECCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 666/2026

PORTARIA N.º 666/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 236/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 059/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para realização de Processo Seletivo Simplificado destinado exclusivamente à contratação em caráter temporário e a formação de Cadastro de Reserva para atender aos programas e aos projetos das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Cintia Aparecida D' Agostin, matrícula: 10555,RG: 9.xxx.xxx-0 CPF: 075.xxx.xxx-266.

Fiscais de Contrato:
Daniele Amaral Ferreira da Silva Ribeiro, matrícula: 9865, RG: 7.xxx.xxx-6, CPF: 029.xxx.xxx-73.

Francieli Oliveira de Souza, matrícula: 14211, RG: 1x.xxx.xxx-1, CPF: 088.xxx.xxx-17.

Tathiane dos Santos da Silva, matrícula: 9464, RG: 8.xxx.xxx-4 CPF: 051.xxx.xxx-07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:7A98B8BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 667/2026

PORTARIA N.º 667/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do 1ª TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 214/2025, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 041/2025, com objeto de Contratação da empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação dos Atos Legais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Wesley Vieira dos Santos, matrícula n.° 15.212.

Fiscal de Contrato:
Adriane de Fátima Bazotti, matrícula n.º 16.932.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:210ABF31

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 668/2026

PORTARIA N.º 668/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 237/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade n.º 027/2026, com objeto de Credenciamento de instituições de ensino privadas e/ou comunitárias, conforme categorias administrativas enquadradas pela Lei Federal n.º 9.394/96 (LDBEN), interessadas em se habilitar para a prestação de serviços educacionais, regularmente constituídas e especializadas na área de ensino para a prestação de serviços "Bolsa Creche", visando ao atendimento temporário de vagas de Educação Infantil, conforme especificações descritas no anexo, que integra o edital, nas seguintes condições, conforme segue:

Gestora de Contrato:

Márcia Eluisa Contente Estevam, portadora d da matricula nº 12.157.

Fiscais Técnicos:
Adriana Rita de Oliveira, portadora da matricula nº 17.050,

Ariane Regina Gomes Guidolin, portadora da matricula nº 13.991.

Fiscal de Contrato:
Marcelo Vidolin, portador da matricula nº 4542.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:84D275A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 669/2026

PORTARIA N.º 669/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 238/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 043/2026, com objeto de Locação do imóvel (exceto subsolo) situado na Rua Vereador Miguel Costacurta, n.º 202 – Planta Adriana - Colombo/PR – CEP 83.408-460, com área de 378,13 m², destinado às novas instalações do Centro de Distribuição da Secretaria Municipal de Assistência Social (CDAS), conforme segue:

Gestor do Contrato:
Ezequiel Dutra, matrícula funcional n.º 19.013;

Fiscal do contrato:
Caroline Gonçalves Santana, matrícula funcional n.º 14.144.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 15 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:C689E50E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 015/2026 - REFORMA MUSEU CRISTÓFORO COLOMBO

Aviso de Licitação
Edital – Concorrência Eletrônica Nº 015/2026
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma do Museu Municipal Cristóforo Colombo localizada no Parque da Uva, Colombo-PR, conforme os projetos constantes em anexo.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 17 de JULHO de 2026 até às 13:00 HORAS do dia 31 de JULHO de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: às 14:00 HORAS do dia 31 de JULHO de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO “Empreitada por Preço Global”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 14 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:07F0E320

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026 - SERVIÇOS DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 045/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pinturas de paredes, muros, tetos, portas, grades, estruturas de madeira e metálicas, com fornecimento de materiais, nos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Colombo, com fornecimento de materiais
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 17 de julho de 2026 até às 13:00 HORAS do dia 31 de julho de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 31 de julho de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “por LOTE”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 14 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:E00746F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 03

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1603/2021, de 26 de outubro de 2021, e pela Lei Municipal nº 1577/2021, em assembleia ordinária realizada no dia 09 de julho de 2026, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho e Aplicação da Deliberação nº 005/2025 – COEDE/PR, destinado ao incentivo ao fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: sendo aplicado em investimento de material de consumo, serviços de terceiros e equipamentos, no valor de **R$ 53.604,65**.

Secretaria de Assistência Social		Departamento da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência
Item	**Especificação**	**Valor**
01	Material d Consumo	R$ 11.000,00
02	Serviços de Terceiros	R$ 39.604,65
03	Equipamentos	R$ 3.000,00
Total Geral		R$ 53.604,65

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ APARECIDO LEITE
Presidente do CMDPcD

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:ECD99158

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 04

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1603/2021, de 26 de outubro de 2021, e pela Lei Municipal nº 1577/2021, em assembleia ordinária realizada no dia 09 de julho de 2026, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Trabalho e Aplicação da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR, destinado ao incentivo ao fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo aplicado em investimento, no valor de **R$ 67.017,49**.

Secretaria de Assistência Social		**Departamento da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência**
Item	**Especificação**	**Valor**
01	Capital/Investimento	R$ 67.017,49
Total Geral		R$ 67.017,49

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ APARECIDO LEITE
Presidente do CMDPcD

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:E45C962E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 07/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 07/2026

Termo de Fomento	07/2026
Processo:	21.802/2026
Partes	Município de Colombo/PR - 76.105.634/0001-70 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – CNPJ 82.258.120/0001-58
Objeto:	Termo de Fomento com objetivo de repasse da Emenda Parlamentar nº 202520380002, com fins de execução do projeto "Investir em Inclusão é Transfor-mar Vidas", promovendo a estruturação da Rede de Serviço do Sistema Único de Assistência Social, es-pecializado e serviço de proteção especial de média complexidade às pessoas com deficiências.
Dotação orçamentária:	17.02.08.245.0016.2193.335043
Valor do Repasse:	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Data:	Colombo, 13 de julho de 2026.
Assinatura:	Elisângela Rena Beraldo Lazarotto - Secretária Municipal de Assistência Social; Virgínia Lane dos Santos Castro Briche Diretora Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Colombo

Colombo, 13 de julho de 2026

ELISÂNGELA RENA BERALDO LAZAROTTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Fone: 41 3656-8080 – Fax 41 3656-8130 CNPJ 76.105.634/0001-70
Rua XV de Novembro, 105 CEP 83.414-000 Colombo / PR.
www.colombo.pr.gov.br

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:62878E39

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS A BASE DE SUBSTÂNCIAS DA LISTA C2 – RETINÓIDES DE USO SISTÊMICO

A Coordenação de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Colombo, com base na análise de documentos apresentados se manifesta favorável à autorização do credenciamento do estabelecimento abaixo discriminado para a comercialização e dispensação de medicamentos a base de substâncias da Lista C2 - Retinóises de Uso Sistêmico, conforme estabelece o Art.124 da Portaria Federal SVS/MS n°.06, de 29 de janeiro de 1999, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n°.344, de 12 de maio de 1998.

CADASTRO N° 001/2026
RAZÃO SOCIAL: FARMÁCIA GUARAITUBA LTDA
NOME FANTASIA: FARMÁCIA GUARAITUBA LTDA
CNPJ/CPF: 77.681.377/0001-88
ENDEREÇO: ESTRADA DA RIBEIRA, BR 476, NUMERO 39, KM 6, GUARAITUBA,
COLOMBO, PARANÁ
RESPONSÁVEL LEGAL: ORIVAL RIBEIRO DA SILVA JUNIOR

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicado por:
Josiane Tiborski Cesar
Código Identificador:589F22B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 114/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 114/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, preferencialmente enquadradas como Microempreendedor Individual – MEI, para prestação de serviços de Pedreiro, Pintor e Jardineiro, sob demanda, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Contenda/PR

ENTREGA DOS ENVELOPES: Entrega de envelopes no período de 17/07/2026 a 17/07/2027 das 08h00min às 12h00minh e das 13h00min às 17h00min.

SESSÃO PÚBLICA: Sessão pública para abertura e análise no dia 07/08/2026, às 09h00min.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA, sito à Avenida João Franco, 400 Centro, Contenda/PR

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** ou no Departamento de Licitações das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 15 de julho de 2026.

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto nº 136/2026

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:295F9BA4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 113/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 113/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ESCOLAR ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA **VALOR:** R$ 28.080,00
CONTRATADA: JOISELE APARECIDA WONSOVICZ - CNPJ: 61.702.208/0001-47
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 15/07/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:31EC101D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2025 CONCORRENCIA N° 003/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2025
CONCORRENCIA N° 003/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2024.
OBJETO: Instalação de duas usinas fotovoltaicas no município de Contenda - PR, com geração estimada em 354 kWp: 1 - Telhado da unidade de saúde Planalto com 48 painéis solares e estimativa de geração de 26,4 KWp. 2 - Estacionamento do Ginásio municipal estrutura a ser instalada em carport, com 597 painéis solares e estimativa de geração de 328,3 KWp, excedente de energia será injetada na rede da concessionária. Área de Intervenção: 1.485,00 m². Potência de Geração de Energia 354,00 kWp. Colocação de placas de comunicação visual
PRAZO DE EXECUÇÃO de 21 de julho de 2026 a 19 de outubro de 2026.
PRAZO DE VIGENCIA de 19 outubro de 2026 a 17 de janeiro de 2027.
CONTRATADA: INCORP ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 55.689.476/0001-73.
DATA: 15/07/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:08258EF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256/2025

RESULTADO
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256/2025

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para fornecimento de Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, na forma, condições e cronograma estabelecidos no presente edital e seus anexos

Após recebimento e Analise final dos documentos relativos à Habilitatória juntamente ao Projeto de Venda referente à Chamada Pública em epígrafe, a Comissão Permanente de Licitação desta Municipalidade, publica o resultado conforme segue:

FORNECEDORES INDIVIDUAIS:
- Sra. Bernadete Lech Rega, CPF nº 039.174.409-70
- Sra. Denise Bojano, CPF nº 063.747.539-92
- Sr. Rogerio Kosinski, CPF nº 030.676.749-01
- Sr. Martim Boçon, CPF nº 754.767.469-00
- Sr. Reginaldo Rodrigues Bressan, CPF n°020.505.409-90
- Sra. Cleusa Mary Cavalim Leal Trzaskos, CPF n°854.848.909-00

Nada mais havendo ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata, que vai por todos assinada, em expressa aprovação de seu teor.
O presente resultado deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, no site da Prefeitura do Município de Contenda endereço **www.contenda.pr.gov.br**, encaminhado ao interessado através de correio eletrônico no endereço informado no envelope protocolado e afixado no Quadro de Avisos e Editais da Prefeitura do Município.

Contenda, 15 de julho de 2026

JAIME KFIATKOSKI

MAYNARA CORDEIRO

ALANA MAZUR DOS ANJOS

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:F687D54E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9069

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9069/2026, de 14 de julho de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3643/2026, de 14 de julho de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **634.801,44 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e um reais e quarenta e quatro centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	3972-SF	404.337,29
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	972-EA	230.464,15
TOTAL			634.801,44

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Superávit Financeiro por Fonte de Recursos, conforme constatado nas disponibilidades constantes do Plano de Contas do final do Exercício Financeiro de 2025 e discriminado no quadro a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO SALDO EM 31.12.2025
3972	SUPERAVIT FINANCEIRO-Proposta MCIDADES nº 049124/2023 – Pavimentação de Vias	404.337,29
TOTAL		404.337,29

II - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
Proposta MCIDADES nº 049124/2023 – Pavimentação de Vias	MCIDADES	972	230.464,15
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			230.464,15

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:AEC01508

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9070

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 9070/2026, DE 14 DE JULHO DE 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3644/2026, de 14 de julho de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 168.157,87 (cento e sessenta e oito mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
4.4.90.51	Obras e Instalações	992-EA	168.157,87
TOTAL			168.157,87

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Estadual, através da SECID – Secretaria de Estado das Cidades – Convênio nº 137/2025, nos termos do projeto aprovado pelo órgão repassador, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
CONVENIO 137/2025- SECID-RECAPEAMENTO	SECID	992	168.157,87
ASFALTICO EM VIAS URBANAS			
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			168.157,87

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:33D717F1

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3643-2026 - RESTITUIÇÃO MCIDADES VIAS MARGINAIS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 3643/2026, 14 de julho de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** – Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 634.801,44 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e um reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	3972- SF	404.337,29
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	972-EA	230.464,15
TOTAL			634.801,44

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Superávit Financeiro por Fonte de Recursos, conforme constatado nas disponibilidades constantes do Plano de Contas do final do Exercício Financeiro de 2025 e discriminado no quadro a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO SALDO EM 31.12.2025
3972	SUPERAVIT FINANCEIRO-Proposta MCIDADES nº 049124/2023 – Pavimentação de Vias	404.337,29
TOTAL		404.337,29

II - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
Proposta MCIDADES nº 049124/2023 – Pavimentação de Vias	MCIDADES	972	230.464,15
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			230.464,15

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:2800BB05

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3644-2026-ADITIVO CV 137-25-SECID

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 3644/2026, 14 de julho de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal
A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** – Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 210.120,35 (duzentos e dez mil cento e vinte reais e trinta e cinco centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.26.451.0029.1.052	Obras e Equipamentos de Circulação		
4.4.90.51	Obras e Instalações	992-EA	206.120,35
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	992-EA	2.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	3992-SF	2.000,00
TOTAL			210.120,35

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Superávit Financeiro por Fonte de Recursos, conforme constatado nas disponibilidades constantes do Plano de Contas do final do Exercício Financeiro de 2025 e discriminado no quadro a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO SALDO EM 31.12.2025
3992	CONVENIO 137/2025- SECID-RECAPEAMENTO ASFALTICO EM VIAS URBANAS	2.000,00
TOTAL		2.000,00

II - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Estadual, através da SECID – Secretaria de Estado das Cidades – Convênio nº 137/2025, nos termos do projeto aprovado pelo órgão repassador, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
CONVENIO 137/2025- SECID-RECAPEAMENTO ASFALTICO EM VIAS URBANAS	SECID	992	208.120,35
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			208.120,35

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:C35C7D6A

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3645-2026-ASFALTO ALTO CARAVAGGIO E SÃO PEDRO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

LEI N. º 3645/2026, de 14 de julho de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** - Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais)**, conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0802	Departamento de Mobilidade Rural		
0802.26.782.0032.1.140	ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
4.4.90.51	Obras e Instalações	2085-EA	7.000.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	2086-EA	6.000.000,00
TOTAL			13.000.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio nº 850/2026 e 851/2026, firmado com a SECID para pavimentação asfáltica em estradas vicinais, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SECID-CONVÊNIO 850/2026-ASFALTO ESTRADA RURAL ALTO CARAVAGGIO	SECID	2085	7.000.000,00
SECID-CONVENIO 851/2026-ASFALTO ESTRADA	SECID	2086	6.000.000,00

RURAL SÃO PEDRO DA LINHA CARON			
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			13.000.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:4E0FEF3C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E PARA A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 17/07/2026 até às 08h do dia 29/07/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 29/07/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 29/07/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 1.364.898,97. Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias úteis. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102.

Coronel Vivida, 15 de julho de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:34E1D7DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO EXTRATO DAS ATAS 197 A 201-2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 32/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS. Prazo: 12 meses, de 23 de julho de 2026 a 22 de julho de 2027. Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentoras:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO
197	DCP COMERCIO E RECAUCHUTGEM DE PNEUS LTDA	60.122.813/0001-86	120.260,00
198	DR PNEUS LTDA ME	44.216.474/0001-40	285.647,00
199	F. VACHILESKI & CIA LTDA – FILIAL 08	93.388.031/0009-08	285.749,92
200	J P BELEZE	54.054.937/0001-79	91.957,00
201	RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	52.300,00

Coronel Vivida, 13 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:4707FCAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2895/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 503.300,00 (quinhentos e três mil trezentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0006.2.013 Fortalecimento da Atenção Primária
399 - 3.3.90.39.00.00 406 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R$ 3.300,00.
09.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.18.542.0018.1.057 Equipamentos e Infraestrutura para Gestão Ambiental
400 - 4.4.90.51.00.00 836 OBRAS E INSTALAÇÕES ..... R$ 500.000,00.
Total Suplementação..... R$ 503.300,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.2.1.01.11.01.1200 Fonte 406 ..... R$ 3.300,00.
Receita 2.4.1.4.99.01.01.0000 Fonte 836 ..... R$ 500.000,00.
Total da Receita.....R$ 503.300,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:77044089

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR EDITAL 01/2026

PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR
EDITAL 01/2026
COMISSÃO CENTRAL DE ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO (A) GESTOR/DIRETOR (A) DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE.

TORNAR PÚBLICO:
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR (A) DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO

FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTE D'OESTE.

Art. 1º - A homologação das inscrições dos candidatos inscritos:

CMEI-Professora Neusa Cleci de Lima	Mary Lucia Vieira de Almeida Zanettin
Escola Municipal Presidente Kennedy	Loreci Lemes Rodrigues Andrade

Art.2°-Fica aberto o prazo de Recurso de Impugnação nos dias 16, 17 e 20 de julho, conforme Anexo I do Edital 01/2026.

Diamante D'Oeste 15 de julho de 2026.

LEILA BEATRIZ SILVEIRA AMARAL DA COSTA

JACINTA FRANCESCHINI

MARCOS AURELIO MOCELLIN

ADRIANA FRANCO DOS SANTOS

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:9DFA12E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026 EDITAL PSS 002/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026 EDITAL PSS 002/2026
Em cumprimento às determinações do Senhor AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D´Oeste - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Processo Seletivo nomeada pela Portaria nº 101/2026, de 12 de junho de 2026, resolve:
TORNAR PÚBLICO:
1º - A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado de Provas de Títulos, para provimento de cargos vagos, que vierem a vagar ou a serem criados durante o prazo de validade do Processo Seletivo, no quadro de servidores do Município de Diamante D'Oeste, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 002/2026.
PROFESSOR

INSC.	Nº insc.	Nome do candidato	DN
1º	01	Jocelma Andrade Pereira	14/12/1991
3º	03	Daniela Oliveira da Silva	27/08/1998
4º	04	Andreia Carolina Patcher Rodrigues	09/06/1994
5º	05	Claudinéia Teixeira de Souza	20/08/1979
6º	06	Hairon Gabriel Bessas S. Tomacheski	27/08/2005
7º	07	Cristiany Ziglioli Freitas	07/05/1992
8º	08	Gerlei Salete da Silva	05/10/1964
9º	09	Gabrieli Taoani Santos Costa	28/01/2000
10º	10	Jaqueline Silva Oliveira	27/07/1997
11º	11	Walquiria Baptista Ribeiro	28/10/1986
12º	12	Grazieli de Lima Schempp	11/03/1995
13º	13	Izabeli de Lima Schempp	25/09/2003
14º	14	Tatiane Roberta Bortolini	04/06/1982
15º	15	Alda Glória Carvalho	06/09/1959
16º	16	Shirley Diulhane Schleder	14/12/1982
17º	17	Elisangela Pereira Gomes	08/08/1994
19º	19	Andreia Luiza Birim da Silva	06/11/1985
20º	20	Nayara L. Weber	01/11/2007
21º	21	Nathalia Viana da Cruz	19/11/2003
22º	22	Vanessa de Oliveira Guassu	05/04/1988
23º	23	Vitória Pereira dos Santos Januário	31/01/2001
24º	24	Daiane Calistro de França	27/06/1993
25º	25	Karielly Cristina da Silva Polanczyk	06/04/2000
26º	26	Rosângela Mendes Dainez Gomes	10/03/2000
27º	27	Luana Gabrielly Silvino da Silva	31/10/2007
31º	31	Gabrieli de Lima Schempp	22/03/2000
32º	32	Rayssa Vitória da Silva Aquino	18/08/2007
33º	33	Luciana Aparecida Prodozzimo	10/10/1986

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC.	Nº insc.	Nome do candidato	DN
2º	02	Adionilda T. de Oliveira	27/01/1984
18º	18	Edivá Rodrigues de Oliveira	28/11/1976
28º	28	Adriano G. M. Hartmann	29/03/1987
29º	29	Nádia Cristina da Silva	03/11/1995
30º	30	Valdemir Lemes	19/07/1995

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:E8826183

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO 3556/2026

DECRETO 3556/2026
DATA:15/07/2026

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica composto o Conselho Municipal de Assistência Social de Diamante
o Sul, de acordo com a reunião realizada no dia 13 de julho de 2026:
Conselheiros Governamentais
Titular- Marines Moreira Andre Tirelli - Secretaria Municipal de Assistencia
Social
Suplente- Edina Campanholi de Souza- CRAS
Titular- Danielli Morais Borssi - Secretaria Municipal de Assistencia Social
Suplente- Andreia da Silva Prado- Secretaria Municipal de Assistencia Social
Titular- Geonice Liber Baratieri- Secretaria Municipal de Saude
Suplente- Rosana Pazetto da Silva Assoni- Secretaria Municipal de Assistencia
Social
Conselheiros Não Governamentais
Titular-Jandira da Luz de Souza Carpowiki- Associação Esperança Vida Nova
Suplente - Helena da Silva Quadros- Associação Esperança Vida Nova
Titular- Suzamar Gomes Ferreira- Trabalhadores do Setor
Suplente – Diann Michelly Rodrigues- Trabalhadores do Setor
Titular –Ana Katarina Bastos- Usuários do Serviço de Proteção e Atendimento
Integral à Família - PAIF
Suplente –Flavia Maciel Leal-Usuários do Serviço de Proteção e Atendimento
Integral à Família - PAIF

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o as
disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, 15 de julho de 2026

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:5A2B42CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
PORTARIA Nº 943/2026

Portaria Nº 943/2026
Data: 14/07/2026

SUMULA: Designa servidora para assinar documentos da Secretaria de Educação e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1º Designar a Senhora Debora Alves de
Melo, RG 12789562-7, que exerce o cargo de Chefe de Divisão de Assistência
Social e Atendimento ao Público, para assinar como Secretária nos documentos e outros atos referentes a documentação escolar das Escolas
Municipais.

Art. 2º Este Portaria entra em vigor na data de
sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 14 de julho de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:31718033

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 4/2026 DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES – PROCEDIMENTO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 1/2026

ATA nº 4/2026 da Comissão de Licitações – Procedimento de Pré-Qualificação nº 1/2026

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações do Município de Dois Vizinhos, nomeada pela Portaria nº 19/2026, nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, para realização da 3ª fase do procedimento de pré-qualificação vinculado ao futuro leilão de alienação de imóveis públicos no âmbito do Programa de Incentivo de Fomento à Produção, consistente na análise da habilitação da proposta da empresa anteriormente aprovada pelo Conselho de Fomento à Produção do Município de Dois Vizinhos e considerada conforme pela Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica do Programa de Incentivo de Fomento à Produção. Os membros abriram a sessão e fizeram a leitura da ATA nº 4/2026 da Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica do Programa de Incentivo de Fomento à Produção do Município de Dois Vizinhos. Na sequência, passou-se à apreciação do requerimento protocolado, aprovado para a terceira fase do procedimento de pré-qualificação e dos documentos apresentados. Somente uma empresa foi aprovada para terceira fase, sendo ela: a empresa MARIA FLOR MOVEIS LTDA inscrita pelo CNPJ: 24.407.309/0001-69já acompanhados do parecer do Conselho de Fomento à Produção e do relatório de conformidade emitido pela Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica.

1. EMPRESA 1

Razão social: MARIA FLOR MOVEIS LTDA
CNPJ: 24.407.309/0001-69
Lote/terreno pretendido: Lote de terras urbano n. 10 -B (dez -B), da quadra n. 12, do Loteamento Morada Nova, do Município e Comarca de Dois Vizinhos -PR, com a área de 2.445,45m2 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), Matrícula no 62.838.
Protocolo: **3.211/2026.**

Documento / requisito analisado	Situação
Ato constitutivo / contrato social consolidado	(x) Regular ( ) Irregular
Cartão do CNPJ	(x) Regular ( ) Irregular
Inscrição estadual, quando exigível	(x) Regular ( ) Irregular () Não se aplica
Certidão de regularidade fiscal federal	(x) Regular ( ) Irregular
Certidão de regularidade fiscal estadual	(x) Regular ( ) Irregular
Certidão de regularidade fiscal municipal	(x) Regular ( ) Irregular
Certificado de regularidade do FGTS	(x) Regular ( ) Irregular
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	(x) Regular ( ) Irregular
Documentação econômico-financeira	(x) Regular ( ) Irregular
Declarações exigidas no edital	(x) Regular ( ) Irregular
Demais documentos exigidos no edital	(x) Regular ( ) Irregular

Após a conferência da documentação, a Comissão deliberou pela:
(x) habilitação
( ) inabilitação

A Comissão consignou que somente a empresa habilitada nesta fase, já aprovada pelo Conselho de Fomento à Produção e considerada conforme pela Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica, será declarada efetivamente pré-qualificada para participação na 4ª fase do procedimento, correspondente ao leilão do respectivo item/lote.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 15h20min horas, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

Dois Vizinhos/PR, 14 de julho de 2026.

CESAR LOIS FELINI
Agente de Contratação
Portaria nº 19/2026

GEISEKELE LEÃO
Agente de Contratação
Portaria nº 19/2026

VOLMAR FERNANDO GIRARDI
Equipe de Apoio
Portaria nº 19/2026

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D8569D64

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 4/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PROGRAMA DE INCENTIVO DE FOMENTO À PRODUÇÃO– PROCEDIMENTO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 1/2026

ATA nº 4/2026 da Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica do Programa de Incentivo de Fomento à Produção– Procedimento de Pré-Qualificação nº 1/2026

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16:00h, reuniram-se os membros **da Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica do Programa de Incentivo de Fomento à Produção do** Município de Dois Vizinhos, nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, para análise dos requerimentos de pré-qualificação apresentados no âmbito do procedimento destinado à futura alienação de imóveis públicos vinculados ao Programa de Incentivo de Fomento à Produção, nos termos da Lei Municipal nº 2.562/2021 e alterações, do edital correspondente e dos demais documentos que instruem o processo. Os membros abriram a sessão e fizeram a leitura da ATA nº 4/2026 do Conselho de Fomento à Produção do Município de Dois Vizinhos. Na sequência, passou-se à

apreciação do requerimento protocolado, aprovado para a segunda fase do procedimento de pré-qualificação e dos documentos apresentados. Apenas uma empresa foi aprovada para segunda fase, conforme segue abaixo:

1. EMPRESA 11
Razão social: **MARIA FLOR MOVEIS LTDA**
CNPJ**: 24.407.309/0001-69**
Lote/terreno pretendido: Lote de terras urbano n. 10 -B (dez -B), da quadra n. 12, do Loteamento Morada Nova, do Município e Comarca de Dois Vizinhos -PR, com a área de 2.445,45m2 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), Matrícula no 62.838.
Protocolo: **3.211/2026.**
Após exame da documentação apresentada, a comissão procedeu a avaliação, conforme segue:

Critério de análise	Forma de avaliação	Parâmetro objetivo
Regularidade jurídica da empresa	Atende	Empresa legalmente constituída, com ato constitutivo compatível com a atividade pretendida
Regularidade fiscal, trabalhista e cadastral	Atende	Apresentação da documentação exigida no edital e ausência de impedimentos legais
Compatibilidade do ramo de atividade com o zoneamento do lote pretendido	Atende	Compatibilidade com a Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
Viabilidade técnica do empreendimento	Atende	Apresentação de plano de negócios ou memorial técnico compatível com a atividade, porte e imóvel pretendido
Viabilidade econômico-financeira	Atende	Demonstração mínima de capacidade econômico-financeira para implantação e operação do empreendimento
Regularidade ambiental e licenciamento, quando aplicável	Atende	Apresentação de licenciamento cabível ou comprovação de viabilidade ambiental, conforme a atividade
Cronograma de implantação	Atende	Cronograma compatível com os prazos máximos previstos no edital e na Lei de Fomento
Geração de empregos e uso de mão de obra local	Atende	Declaração e projeção de empregos compatíveis com a atividade, observadas as exigências do programa
Ausência de histórico impeditivo em programas públicos patrimoniais	Atende	Não ter sido penalizada ou não possuir irregularidade impeditiva em programas anteriores, conforme regras do edital

Após discussão, a Comissão deliberou pela:
(x) Classificação
( ) Desclassificação

A Comissão consignou que a empresa foi aprovada nesta etapa, devendo os autos ser encaminhado a empresa, para anexo das documentações da fase 3 e após à Comissão de Licitações para a conferência de conformidade documental e procedimental. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16h:20min, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

Dois Vizinhos/PR, 14 de julho de 2026.

CESAR LOIS FELINI
GEISEKELE LEÃO
VOLMAR FERNANDO GIRARDI

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2CF9692D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 5/2026 DO CONSELHO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PROCEDIMENTO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 1/2026

ATA nº 5/2026 DO CONSELHO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – Procedimento de Pré-Qualificação nº 1/2026

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, reuniram-se os membros do Conselho de Fomento à Produção do Município de Dois Vizinhos, nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, para análise dos requerimentos de pré-qualificação apresentados no âmbito do procedimento destinado à futura alienação de imóveis públicos vinculados ao Programa de Incentivo de Fomento à Produção, nos termos da Lei Municipal nº 2.562/2021 e alterações, do edital correspondente e dos demais documentos que instruem o processo. Assumiu a presidência dos trabalhos a senhora Cátia Bonin que declarou aberta a sessão e informou que a reunião tinha por finalidade proceder à análise das documentações apresentadas pelas empresas interessadas, com emissão de parecer prévio quanto à aprovação ou desaprovação das requerentes para prosseguimento na fase de pré-qualificação, observados os critérios objetivos definidos no edital. Na sequência, passou-se à apreciação individual dos requerimentos protocolados, documentos apresentados, compatibilidade dos empreendimentos com os lotes pretendidos e respectivos critérios de pontuação.

01. EMPRESA 10
Razão social: **DA COSTA MOVEIS PLANEJADOS LTDA**
CNPJ**: 37.136.063/0001-80**
Lote/terreno pretendido**: Lote de terras urbano n.º 03, Quadra n° 02, Loteamento Casa da Gente I, Dois Vizinhos/PR, área de 516,59m², Matrícula n° 42.777**
Protocolo: **3.218/2026**

O conselho analisou a documentação apresentada pela empresa **DA COSTA MÓVEIS PLANEJADOS LTDA**, verificando o atendimento aos documentos exigidos no edital. Porém, na avaliação dos critérios de pontuação, a empresa não atingiu a pontuação mínima exigida para aprovação.
No critério de Capacidade Econômico-Financeira, declarou investimento de R$ 850.000,00, mas comprovou R$ 66.515,79, equivalente a 7,83% desse valor, obtendo 0,0 ponto. No critério de Prazo para Entrada em Operação, apresentou cronograma de 24 meses, obtendo 1,0 ponto, conforme previsto no edital.
No Anexo III (Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa), especificamente na questão 12, referente a **Programas e Benefícios Sociais**, a empresa não apresentou informações ou ações relacionadas ao referido item. Ressalta-se ainda a necessidade de revisão da planilha, com atenção aos prazos assinalados.

Critério objetivo	Pontuação obtida
Geração de empregos diretos novos no Município	1,0
Percentual de mão de obra residente em Dois Vizinhos	1,0
Prazo para entrada em operação do empreendimento	1,0
Capacidade econômico-financeira para implantação	0,0
Aproveitamento produtivo do lote pretendido	1,5
Pontuação final	4,5

Após discussão, o Conselho deliberou pela:
( ) aprovação
(X) desaprovação
Justificativa resumida: Não atingiu a pontuação mínima exigida no edital.

02. EMPRESA 11
Razão social: **MARIA FLOR MOVEIS LTDA**
CNPJ**: 24.407.309/0001-69**
Lote/terreno pretendido: Lote de terras urbano n. 10 -B (dez -B), da quadra n. 12, do Loteamento Morada Nova, do Município e Comarca de Dois Vizinhos -PR, com a área de 2.445,45m2 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), Matrícula no 62.838.
Protocolo: **3.211/2026.**

Após exame da documentação apresentada, o Conselho registrou que a empresa apresentou os documentos para requerimento ao Programa de Fomento. A proponente apresentou a documentação exigida, que teve sua análise conforme tabela abaixo:

Critério objetivo	Pontuação obtida
Geração de empregos diretos novos no Município	1,0
Percentual de mão de obra residente em Dois Vizinhos	1,0
Prazo para entrada em operação do empreendimento	2,0
Capacidade econômico-financeira para implantação	2,0
Aproveitamento produtivo do lote pretendido	2,0
Pontuação final	8,0

Após discussão, o Conselho deliberou pela:
(x) aprovação

( ) desaprovação

03. EMPRESA 15
Razão social: **QUALITÊ PROJETOS TOPOGRAFIA E URBANISMO LTDA**
CNPJ**: 35.589.138/0001-52**
Lote/terreno pretendido: **Lote de terras urbano n.º 06 (seis), Quadra n.º 01 (um), Loteamento Industrial Ângelo Vitto, Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, área de 1.321,06 m², Matrícula n.º 36.084**.

Após a análise da documentação apresentada, registra-se que o proponente não pontua no critério de capacidade de investimento, considerando que o balanço patrimonial apresentado não atende ao requisito de análise, por se referir ao exercício de 2023.
Dessa forma, embora a proposta tenha atingido a pontuação mínima exigida para aprovação, o proponente permanece não habilitada, em razão da ausência de apresentação de documento obrigatório em conformidade com as exigências estabelecidas no procedimento.
Registra-se, ainda, que foi apresentada Certidão Negativa de Débitos Municipal referente ao item 7.16.8 do Termo de Referência com apontamento positivo, não comprovando a regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, conforme exigido no procedimento. Assim, o proponente deverá apresentar a respectiva Certidão Negativa de Débitos Municipal válida. Portanto, solicita-se a apresentação dos referidos documentos para complementação da documentação, a fim de possibilitar a conclusão da análise e eventual habilitação da empresa no procedimento de pré-qualificação. Ressalta-se que a empresa somente será declarada pré-qualificada após a apresentação e conferência da documentação obrigatória, observadas as disposições do Termo de Referência e do Edital.

Critério objetivo	**Pontuação obtida**
Geração de empregos diretos novos no Município	2,0
Percentual de mão de obra residente em Dois Vizinhos	1,0
Prazo para entrada em operação do empreendimento	2,0
Capacidade econômico-financeira para implantação	0,0
Aproveitamento produtivo do lote pretendido	2,0
Pontuação final	7,0

Após discussão, o Conselho deliberou pela:
( ) aprovação
(x) desaprovação
Justificativa resumida: Documentação em desconformidade com as exigências do edital, com ausência de comprovação documental obrigatória e irregularidade fiscal municipal.

O Conselho consignou que a empresa aprovada nesta etapa obteve pontuação igual ou superior ao mínimo exigido no edital e apresentou a documentação apta ao prosseguimento da pré-qualificação, devendo os autos ser encaminhados à Comissão Permanente de Pré-Qualificação e Avaliação Técnica do Programa de Incentivo de Fomento à Produção para a conferência de conformidade documental e procedimental. Quanto às empresas desaprovadas, ficam registrados os fundamentos constantes nesta ata e nos autos, sem prejuízo da possibilidade de novo requerimento, após saneamento das pendências apontadas, na forma do edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 15 horas, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

Dois Vizinhos/PR, 13 de julho de 2026.

CÁTIA BONIN	***DEONIR CALDATO***	***NILTON DE ALMEIDA***
CARLOS EDUARDO MANGINI	***MAURO MUGNOL***	***JILSON CONSTANTE***
CLODOALDO MARTINS FERREIRA	***JACKSON LUAN CHITOLINA***	***GILMAR JOSÉ PERIN***
SAULO MATTOS		

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F8C82491

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

Objeto: Aquisição de saneantes domissanitários, incluindo a disponibilização de equipamentos diluidores, bem como a capacitação e treinamento dos profissionais para o correto uso, manuseio e transporte dos produtos, destinados à limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos utilizados no transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 16/7/2026

Data fim de recebimento de propostas: 29/7/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 14 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A8462124

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23682/2026

DECRETO Nº 23682/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$4.202.000,00 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo III, da Lei 2919/2025 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$4.202.000,00 (quatro milhões e duzentos e dois mil reais) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2771	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	3.000.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

2792	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	500.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2811	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2882	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	200.000,00
12.365.0006.1032	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CRECHES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2662	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	300.000,00
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3014	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	200.000,00
	SUBTOTAL	4.202.000,00
	TOTAL	4.202.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2770	00101-FUNDEB 60%	3.700.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2790	00101-FUNDEB 60%	500.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2800	00101-FUNDEB 60%	2.000,00
	SUBTOTAL	4.202.000,00
	TOTAL	4.202.000,00

Art. 3º Revoga-se o Decreto n° 23627/2026.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 17 de junho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:41EA9730

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23682/2026

DECRETO Nº 23682/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$4.202.000,00 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo
III, da Lei 2919/2025 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$4.202.000,00 (quatro milhões e duzentos e dois mil reais) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2771	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	3.000.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2792	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	500.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2811	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2882	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	200.000,00
12.365.0006.1032	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CRECHES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2662	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	300.000,00
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3014	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	200.000,00
	SUBTOTAL	4.202.000,00
	TOTAL	4.202.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2770	00101-FUNDEB 60%	3.700.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2790	00101-FUNDEB 60%	500.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2800	00101-FUNDEB 60%	2.000,00
	SUBTOTAL	4.202.000,00
	TOTAL	4.202.000,00

Art. 3º Revoga-se o Decreto n° 23627/2026.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 17 de junho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A1E857DD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23686/2026

DECRETO Nº 23686/2026

Revoga o dispositivo do Decreto nº 22944/2026 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor Jean Felipe Bortot da Rosa.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a conclusão do Curso de Graduação em Gestão Pública, junto a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto nº 22944/2026 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor **JEAN FELIPE BORTOT DA ROSA,** matrícula funcional 20232-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Artístico I, lotado junto à Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, a partir de 01 de julho de 2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0112224D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23687/2026

DECRETO Nº 23687/2026

Revoga o dispositivo do Decreto nº 23000/2026 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor Sergio Alberton.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a conclusão do Curso de Graduação em Gestão Pública, junto a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera,

D E C R E T A:
Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto nº 23000/2026 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor **SERGIO ALBERTON,** matrícula funcional 19345-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado junto à Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 01 de julho de 2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4291111B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23688/2026

DECRETO Nº 23688/2026

Concede férias aos servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias aos servidores abaixo mencionados, com base no Artigo 90 da Lei 577/93 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
20392-1	Carlos Eduardo Mangini Silva	2025/2026	20/07/2026 a 29/07/2026
9640-1	Dilso Bachi	2024/2025	13/07/2026 a 01/08/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3F6FEF5C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23689/2026

DECRETO Nº 23689/2026

Declara de Utilidade Pública para fins de constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, á área abaixo especificada.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com o disposto no art. 73, inciso I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal, e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de servidão administrativa amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de terra abaixo descrita, destinadas como Acesso a Estação de Tratamento**,** com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E e "H" e 6º, do Decreto - Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

01 – OBJETO: FAIXA DE SERVIDÃO DE ACESSO A ETE - PINZON
Codificação: **001-SES-0091-9916-LEGA-MD-ETE01PINZONACESSO-R0**
Imóvel: **Lotes de Terras Rurais Nº 61 e 63, da Gleba 35-DV**
Proprietário: **Libra do Prado, Agenor Marcilio Toledo e Outros, ou a quem de direito pertencer**
Município: **Dois Vizinhos** Comarca: **Dois Vizinhos** UF: **PR**
Certidão de Registro: **Matrícula Nº 59.691, do 1° CRI de Dois Vizinhos**
Área de Atingimento: **325,56 m²** Perímetro: **121,72 m**
DESCRIÇÃO: Área de servidão destinada ao acesso da estação de tratamento de esgoto (ETE) Pinzon, do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Dois Vizinhos, com descrição iniciando no vértice M01, de coordenadas N 7.150.611,398 m e E 295.054,467 m, situado a 53,08 m do MRRN 01, segue confrontando com o Lotes de

Terras Rurais Nº 61-A, 63-A e 76 – Área da ETE Pinzon, com o seguinte azimute e distância: 206°1'45" e 7,64 m até o vértice M02, de coordenadas N 7.150.604,530 m e E 295.051,113 m, deste segue confrontando com os rio Pinzon com os seguintes azimutes e distâncias: 207°52'16" e 7,24 m até o vértice M03, de coordenadas N 7.150.598,132 m e E 295.047,729 m, 173°15'40" e 5,01 m até o vértice M04, de coordenadas N 7.150.593,161 m e E 295.048,317 m, 240°28'41" e 5,28 m até o vértice M05, de coordenadas N 7.150.590,561 m e E 295.043,725 m, deste segue confrontando com a Faixa de Servidão de Acesso – Área ETE Pinzon com os seguintes azimutes e distâncias: 237°56'31" e 26,61 m até o vértice M06, de coordenadas N 7.150.576,436 m e E 295.021,171 m, 251°24'31" e 10,54 m até o vértice M07, de coordenadas N 7.150.573,074 m e E 295.011,177 m, deste segue confrontando com a área dos Lotes de terras Rurais Nº 61 e 63 com os seguintes azimutes e distâncias: 48°41'51" e 32,64 m até o vértice M08, de coordenadas N 7.150.594,618 m e E 295.035,698 m, 357°28'36" e 3,81 m até o vértice M09, de coordenadas N 7.150.598,426 m e E 295.035,530 m, 55°35'15" e 22,95 m até novamente o vértice M01, ponto inicial da descrição do perímetro. Todos esses trechos perfazem um perímetro de 212,72 m, com área total de atingimento de 325,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área mencionada no artigo anterior será destinada à ampliação do sistema sanitário do município de Dois Vizinhos- PR.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR - a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da servidão administrativa, amigável ou judicial, na área objeto deste Decreto.

Art. 4º Fica reconhecida a servidão administrativa, amigável ou judicial, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, ficando-lhe assegurado o direito de acesso à área compreendida no artigo 1º deste decreto.

Art. 5º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º - O ônus decorrente da servidão administrativa, amigável ou judicial, da área a que se refere o artigo 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:63666A4E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23690/2026

DECRETO Nº 23690/2026

Nomeia o Conselho de Contribuintes.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Conselho de Contribuintes**,** com base na Lei Complementar Municipal nº 2912/2025, composto pelos membros a seguir relacionados:

PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
Titular	**Suplente**	**Órgão que representa**
Fábia Cristina Asolini	Douglas Debastiani	Poder Executivo/Procuradoria do Município
Jaqueline Martinez de Oliva	Sandra Maria Nicaretta	Poder Executivo/Departamento de Tributação e Receita
CONTRIBUINTES		
Gisele Miglioranza	**Renato Bagatini**	Núcleo de Contabilistas
Patricia Raquel Both	**Ellen Pinto Vieira Bratti**	OAB/PR - Subseção de Dois Vizinhos
Alexandre Defaveri	**Mauro Mugnol**	Núcleo Imobiliário

Art. 2º Revoga-se o Decreto n.º 22733/2025.

Art. 3º O presente entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:61FAA129

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23691/2026

DECRETO Nº 23691/2026

Declara a empresa LEPHARMA COMERCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS LTDA, impedida de participar de licitação e contratar com o Município de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso das atribuições legais, e

Considerandoo fato de que a empresa, no ato da disputa, teve ciência de todo o constante no processo licitatório; e

Considerando que a empresa, mesmo ciente das penalidades constantes no edital da Licitação, deixou de entregar os produtos solicitados.

D E C R E T A:

Art. 1°Declara a empresa LEPHARMA COMERCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.121.913/0001-76, impedida de participar de licitação e contratar com o Município de Dois Vizinhos, com fundamento no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 7º, inciso I, do Decreto Municipal nº 22.932/2025 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 90054/2025 e seus anexos.

Art. 2°O impedimento perdurará pelo prazo de 02 (dois) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sua pena.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5EA0D8DA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 3024/2026

LEI Nº 3024/2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Dois Vizinhos, estabelece seus fundamentos, princípios, objetivos e diretrizes, dispõe sobre sua implementação em regime de colaboração, cria mecanismos de governança e monitoramento, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte,

LEI:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Dois Vizinhos, como política pública permanente integrante do Sistema Municipal de Ensino, destinada à garantia do direito à alfabetização, ao fortalecimento da aprendizagem das crianças, à promoção da equidade educacional e à melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização constitui instrumento permanente de planejamento, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação das ações voltadas ao desenvolvimento das competências de leitura, escrita, oralidade, compreensão leitora e produção textual, assegurando às crianças o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e a continuidade de sua trajetória escolar.

§ 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada de forma articulada entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, reconhecendo a alfabetização como processo contínuo de desenvolvimento das competências linguísticas, cognitivas, socioemocionais e culturais da criança, respeitados seus direitos de aprendizagem, suas especificidades e seus diferentes ritmos de desenvolvimento.

§ 3º A Política Municipal de Alfabetização orientará a atuação da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares, das equipes gestoras, dos profissionais da educação e dos demais agentes envolvidos no processo educativo, observadas as competências legais de cada órgão e as normas complementares expedidas pelo Poder Executivo.

§ 4º A execução desta Política observará os princípios da continuidade administrativa, da gestão democrática, da eficiência, da transparência, da cooperação institucional, da valorização dos profissionais da educação, da equidade, da inclusão e da utilização de evidências científicas e indicadores educacionais para a tomada de decisão.

CAPÍTULO II
DOS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se no direito fundamental à educação e à aprendizagem, reconhecendo a alfabetização como condição indispensável para o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e para a continuidade do percurso escolar com qualidade e equidade.

§ 1º Constituem fundamentos jurídicos desta Política:
I – a Constituição da República Federativa do Brasil;
II – a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
III – a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
IV – a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação;
V – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI – a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
VII – a Resolução GS/SEED nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos;
VIII – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
IX – o Referencial Curricular do Paraná;
X – o Plano Municipal de Educação de Dois Vizinhos;
XI – a Política Municipal de Educação Integral;
XII – as demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à educação pública;
XIII - o Plano Nacional de Educação nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

§ 2º A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará as diretrizes do regime de colaboração entre União, Estado e Município, promovendo a integração entre políticas públicas, programas governamentais e ações locais voltadas à garantia da alfabetização das crianças.

§ 3º A Política será orientada pela utilização de evidências científicas, indicadores educacionais, avaliações diagnósticas e demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem, como subsídios permanentes ao planejamento pedagógico, à gestão educacional e ao aperfeiçoamento das políticas públicas.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização reger-se-á pelos seguintes princípios:
I – garantia do direito à alfabetização como direito fundamental da criança;
II – promoção da equidade educacional, respeitando as diferenças sociais, culturais, econômicas, territoriais, étnico-raciais e as especificidades dos estudantes;
III – valorização dos profissionais da educação como agentes essenciais à implementação da Política;
IV – respeito às singularidades das crianças, assegurando práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis;
V – fortalecimento da gestão democrática e da participação da comunidade escolar;
VI – cooperação entre União, Estado e Município, em regime de colaboração;
VII – utilização de evidências científicas e indicadores educacionais para subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;
VIII – integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental como estratégia para assegurar a continuidade do processo de alfabetização;
IX – fortalecimento da gestão pedagógica e da cultura de acompanhamento permanente das aprendizagens;

X – melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.

Parágrafo único. A aplicação dos princípios previstos neste artigo deverá orientar todas as ações, programas, projetos, formações, avaliações e estratégias desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IV
DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar a todas as crianças o direito à alfabetização com qualidade, equidade e inclusão, promovendo as condições necessárias para que desenvolvam as competências essenciais de leitura, escrita e letramento até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades, os diferentes ritmos de aprendizagem e as adaptações pedagógicas necessárias, em conformidade com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais;
II – fortalecer a aprendizagem desde a Educação Infantil, promovendo a continuidade do desenvolvimento das competências linguísticas e cognitivas ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III – reduzir desigualdades educacionais e promover a equidade na aprendizagem;
IV – fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
V – promover a formação continuada dos profissionais da educação;
VI – incentivar o uso de avaliações diagnósticas e formativas para subsidiar o planejamento pedagógico;
VII – consolidar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da Política;
VIII – promover a participação das famílias e da comunidade escolar no processo educativo;
IX – reconhecer e disseminar práticas exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares;
X – contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – centralidade da aprendizagem da criança nas ações pedagógicas e de gestão;
II – planejamento educacional baseado em evidências;
III – integração entre políticas públicas educacionais;
IV – fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares;
V – articulação permanente entre formação continuada, acompanhamento pedagógico e avaliação;
VI – utilização sistemática de indicadores educacionais para tomada de decisão;
VII – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VIII – incentivo à inovação pedagógica e ao uso de recursos educacionais adequados;
IX – promoção da cultura de cooperação entre profissionais da educação, equipes gestoras, famílias e comunidade;
X – monitoramento permanente dos resultados da Política Municipal de Alfabetização como instrumento de aperfeiçoamento da gestão pública.

TÍTULO II
DA IMPLEMENTAÇÃO E DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 6º A implementação da Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes desta Lei, da regulamentação expedida pelo Poder Executivo e das políticas públicas educacionais nacional, estadual e municipal.

§ 1º A implementação da Política compreenderá ações articuladas de planejamento, formação continuada, assessoramento pedagógico, acompanhamento das aprendizagens, monitoramento dos indicadores educacionais, avaliação permanente e fortalecimento da gestão escolar.

§ 2º As ações previstas nesta Lei deverão assegurar a integração entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovendo a continuidade do processo de alfabetização e prevenindo rupturas no percurso de aprendizagem das crianças.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação promoverá a articulação entre programas, projetos e ações voltados à alfabetização, garantindo sua integração às demais políticas educacionais desenvolvidas no Município.

CAPÍTULO II
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida mediante estrutura permanente de governança, destinada a assegurar o planejamento estratégico, a coordenação interinstitucional, o monitoramento das ações, a avaliação dos resultados e o aperfeiçoamento contínuo da política pública.

§ 1º A estrutura de governança observará os princípios da eficiência administrativa, da transparência, da participação, da cooperação institucional, da gestão baseada em evidências e da melhoria contínua da aprendizagem.

§ 2º A governança da Política Municipal de Alfabetização será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instituído por esta Lei.

CAPÍTULO III
DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Estrutura de Governança da Política Municipal de Alfabetização, responsável pelo planejamento, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação das ações decorrentes desta Lei.

§ 1º A Estrutura de Governança será composta pelo Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização e pelas unidades técnico-pedagógicas definidas em regulamento.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação designará os servidores responsáveis pela execução das ações da Política Municipal de Alfabetização, observadas as atribuições dos respectivos cargos e a necessidade de fortalecimento da capacidade institucional da rede municipal de ensino.

§ 3º A composição, organização, atribuições, regime de funcionamento e designação dos servidores integrantes da Estrutura de Governança serão regulamentadas por Decreto.

Art. 9º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar o cumprimento dos objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei;
III – acompanhar a evolução dos indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV – analisar os resultados das avaliações diagnósticas, internas e externas;
V – propor estratégias para o aperfeiçoamento das ações pedagógicas e de gestão;
VI – acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização;
VII – estimular a integração entre as diferentes etapas da Educação Básica, especialmente entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VIII – incentivar a disseminação de práticas pedagógicas exitosas;

IX – elaborar recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento permanente da Política Municipal de Alfabetização;
X – exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade.

Art. 10. A composição, a forma de designação dos membros, a organização, o funcionamento, a periodicidade das reuniões, o mandato dos representantes e as competências complementares do Comitê Estratégico Municipal serão definidos em regulamento próprio, por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Sempre que possível, a composição do Comitê observará a representação dos diferentes segmentos envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização, garantindo a participação de profissionais da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, equipes pedagógicas, professores e demais representantes definidos em regulamento.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, cabendo-lhe especialmente:
I – planejar e coordenar as ações decorrentes desta Lei;
II – promover a formação continuada dos profissionais da educação;
III – prestar assistência técnico-pedagógica às unidades escolares;
IV – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
V – promover estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI – incentivar a utilização de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
VII – elaborar estudos, diagnósticos e relatórios técnicos sobre os resultados da Política;
VIII – assegurar a integração entre programas municipais, estaduais e federais voltados à alfabetização;
IX – elaborar e executar o Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO V
DO PLANO DE TRABALHO ANUAL

Art. 12. O Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização constitui instrumento oficial de planejamento, gestão e monitoramento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para a implementação desta Lei.

§ 1º O Plano de Trabalho Anual deverá ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação antes do início de cada ano letivo, observando as diretrizes desta Lei, da regulamentação vigente e das políticas educacionais aplicáveis.

§ 2º O Plano de Trabalho Anual contemplará, no mínimo:
I – diagnóstico da realidade educacional;
II – objetivos e metas anuais;
III – ações estratégicas;
IV – cronograma de execução;
V – formação continuada dos profissionais da educação;
VI – estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – ações de monitoramento e avaliação;
VIII – indicadores de acompanhamento;
IX – definição de responsabilidades;
X – estratégias de comunicação e mobilização da comunidade escolar.

§ 3º O Plano de Trabalho Anual poderá ser atualizado durante sua execução, sempre que necessário ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, mediante justificativa técnica da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º O Comitê Estratégico Municipal acompanhará a execução do Plano de Trabalho Anual, emitindo recomendações técnicas destinadas ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

TÍTULO III
DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO, DO REGIME DE COLABORAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 13. O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização constituem processos permanentes e sistemáticos destinados a acompanhar a implementação das ações previstas nesta Lei, mensurar os resultados alcançados, identificar desafios, subsidiar a tomada de decisão e promover o aperfeiçoamento contínuo da política pública.
§ 1º O monitoramento da Política observará indicadores qualitativos e quantitativos relativos à aprendizagem, à gestão educacional, à formação dos profissionais da educação e à implementação das ações previstas nesta Lei.

§ 2º Constituem instrumentos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, dentre outros:
I – o Indicador Criança Alfabetizada;
II – as avaliações diagnósticas promovidas pela rede municipal de ensino;
III – as avaliações estaduais e nacionais aplicáveis;
IV – os instrumentos de acompanhamento da fluência leitora;
V – os indicadores de aprendizagem estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
VI – os relatórios técnicos produzidos no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.
§3º Os resultados obtidos deverão subsidiar o planejamento pedagógico, a formação continuada, a recomposição das aprendizagens, a revisão das estratégias de gestão e a definição das prioridades da política educacional do Município.

CAPÍTULO II
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 14. O Município promoverá ações permanentes destinadas à recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentarem defasagens no processo de alfabetização, observadas as avaliações diagnósticas e as necessidades identificadas pelas unidades escolares.

Parágrafo único. As estratégias de recomposição das aprendizagens deverão integrar o planejamento pedagógico das unidades escolares e observar as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 15. A formação continuada dos profissionais da educação constitui estratégia permanente da Política Municipal de Alfabetização e deverá contemplar ações sistemáticas voltadas ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, da gestão educacional e da utilização de evidências científicas para a promoção da aprendizagem.

Parágrafo único. As ações de formação deverão priorizar a alfabetização, o letramento, a avaliação da aprendizagem, a recomposição das aprendizagens, a fluência leitora, a educação inclusiva e demais temáticas relacionadas ao fortalecimento da qualidade da educação pública.

CAPÍTULO IV
DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 16. A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá em regime de colaboração entre o Município, o Estado do Paraná e a União, podendo ainda contar com a cooperação técnica de instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organismos de pesquisa e demais entidades parceiras, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. O Município buscará fortalecer a articulação com programas, políticas públicas e iniciativas voltadas à alfabetização,

visando ampliar as oportunidades de formação, assessoramento técnico, intercâmbio de experiências e melhoria dos resultados educacionais.

CAPÍTULO V
DO FINANCIAMENTO

Art. 17. As ações decorrentes desta Lei serão executadas mediante recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, sem prejuízo da captação de recursos provenientes de programas federais, estaduais, convênios, parcerias e outras fontes legalmente constituídas.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá estabelecer mecanismos de cooperação técnica e financeira destinados ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização, observadas as normas aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de Decreto, disciplinando os aspectos técnico-operacionais necessários à sua execução.

§ 1º A regulamentação prevista neste artigo compreenderá, entre outros aspectos:
I – a composição, organização, funcionamento e competências específicas do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização;
II – os procedimentos relativos ao Plano de Trabalho Anual da Política Municipal de Alfabetização;
III – os instrumentos de monitoramento, avaliação e acompanhamento da aprendizagem;
IV – os protocolos de assessoramento pedagógico e de recomposição das aprendizagens;
V – os mecanismos de acompanhamento da implementação da Política.

§ 2º A regulamentação não poderá restringir os direitos, princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 3º O Decreto regulamentador poderá ser atualizado sempre que necessário ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, preservada a finalidade desta Lei.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com o Plano Nacional e o Plano Municipal de Educação, com a Política Municipal de Educação Integral e com as demais políticas públicas educacionais do Município, assegurando a integração entre planejamento, gestão, formação, avaliação e aprendizagem.

Art. 20. O Decreto Municipal nº 23.480, de 14 de abril de 2026, constitui o regulamento da Política Municipal de Alfabetização, devendo ser adequado às disposições desta Lei quando necessário.

Parágrafo único. Permanecem válidos os atos administrativos, programas, projetos, instrumentos de gestão e procedimentos já instituídos pela Secretaria Municipal de Educação, desde que compatíveis com esta Lei.

Art. 21. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos - PR, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EA3FF4BE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 3025/2026

LEI Nº 3025/2026

Aprova o Loteamento Cidade Jardim e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento do lote de terras urbano nº 68-A, da Gleba nº 35-DV, Núcleo Dois Vizinhos, Colônia Missões, do Município e Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, com área de 202.635,00 m² (duzentos e dois mil, seiscentos e trinta e cinco metros), com limites e confrontações conforme Matrícula nº 61.387, do Livro nº 2, Ficha nº 1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos – PR, de propriedade de **CIDADE JARDIM EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 64.601.036/0001-03, com a denominação de ***"Loteamento Cidade Jardim"***, localizado na Rua Domingos Perin, município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, contendo 19 (dezenove) quadras, 227 (duzentos e vinte e sete) lotes, 14 (quatorze) ruas e 01 (um) ciclovia, assim distribuídos:

Quadro Resumo I – Parcelamento da área

Loteamento		
Área total dos lotes comercializáveis (incluindo área pública institucional)	**136.102,43**	**67,166%**
Área total do sistema de circulação viária	**55.159,80m²**	**27,221%**
Área de Verde	**11.372,77**	**5,612%**
Área total do loteamento	**202.635m²**	**100,00%**

Quadro Resumo II – Área destinada aos lotes comercializáveis

Quadra	**Área**
01	14.138,17m²
02	7.197,55m²
03	18.923,95m²
04	5.882,20m²
05	5.909,51m²
06	6.194,99m²
07	6.310,51m²
08	6.266,32m²
09	6.084,85m²
10	6.157,92m²
11	6.244,73m²
12	4.278,55m²
13	5.587,93m²
14	2.929,50m²
15	6.263,38m²
16	5.978,45m²
17	6.533,80m²
18	3.086,74m²
19	12.133,38m²
Área total dos lotes	**136.102.43m²**

Quadro Resumo III – Áreas destinadas ao sistema de circulação viário

Rua/Avenida	**Área**
Rua Itapuva	11.500,56m²
Rua Frederico Galvan	597,80m²
Rua José Luiz Gabriel Favetti	9.130,99m²
Rua Miguel Belloli	10.722,82m²
Rua Ladinir Novochadlo Pires	1.906,82m²
Rua da Carlinho Mezzomo	1.978,33m²
Rua das Domingos Percisi	2.055,36m²
Rua João Maria Agostinho	2.073,87m²
Rua Angelo Alberico Nespolo	2.426,83m²
Rua José Martins de Oliveira	1.994,87m²

Rua Neuza Maria Florentino	2.031,15m²
Rua Sibila Galvan	2.535,61m²
Rua Alvaro Leopoldino	1.866,41m²
Rua Mario Modena	2.045,31m²
Ciclovia	2.293,07m²
Área total do sistema de circulação viária	**55.159,80m²**

Quadro Resumo IV – Área pública institucional

Área pública para fins institucionais e espaços livres de uso público			
Quadra/Gleba n°	**Lote n°**	**Área m²**	**Percentual em relação à área comercializável**
Quadra 02	Lote de terras urbano n° 01	**1.920,73 m²**	1,411 %
Gleba 35-DV	Fração de terras do lote de terras rural n° 68-A-1	**11.689,51 m²**	8,5888%
TOTAL		**13.610,24**	10%

Quadro Resumo VI – Área Verde Pública

Área pública para fins de Área Verde		
Quadra/Gleba n°	**Lote n°**	**Área m²**
35-DV	Fração de terras do lote rural nº 68-A-1	6.582,00m²
TOTAL		**6.582,00m²**

Quadro Resumo VII – Área Verde

Área Verde		
Quadra/Gleba n°	**Lote n°**	**Área m²**
Quadra 01	Lote de terras urbano n° 08	11.372,77m²
TOTAL		**11.372,77m²**

Parágrafo primeiro. Para fins de atendimento às exigências previstas na Lei Municipal nº 2.568/2021, considera-se computada, como parte da área pública institucional exigida para o presente loteamento, a área já antecipadamente doada ao Município de Dois Vizinhos por força da Lei Municipal nº 2.675 de 2022, devendo ser abatida do percentual de área institucional exigido para a aprovação do empreendimento, na forma da legislação municipal aplicável.

Art. 2º Em conformidade com o Quadro Resumo IV constante do art. 1º desta Lei, ficam incorporadas ao patrimônio público do Município de Dois Vizinhos a área pública institucional constituída pelo Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 02, com área de 1.920,73 m² (mil novecentos e vinte metros e setenta e três decímetros quadrados), e pela Fração de Terras do Lote Rural nº 68-A-1, da Gleba nº 35-DV, com área de 11.689,51 m² (onze mil seiscentos e oitenta e nove metros e cinquenta e um decímetros quadrados), totalizando 13.610,24 m² (treze mil seiscentos e dez metros e vinte e quatro decímetros quadrados), destinadas a fins institucionais e espaços livres de uso público, em atendimento às disposições dos incisos V e XX do art. 4º, combinado com o art. 25 da Lei Municipal nº 2.568/2021, que disciplina as formas de parcelamento e remembramento do solo para fins urbanos.

Art. 3º Em conformidade ao "Quadro Resumo III" do Art. 1º da presente Lei, fica incorporada ao patrimônio público do Município de Dois Vizinhos a área de 55.159,81m² (cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e nove metros quadrados e oitenta e um decímetros quadrados) destinada ao sistema de circulação viário, que deverá prestar atendimento às disposições da Lei Municipal nº 2571/2021 que dispõe sobre a regulamentação do sistema viário do Município de Dois Vizinhos, bem como, às disposições do Art. 15 e seguintes da Seção III, Capítulo II da Lei Municipal nº 2568/2021, naquilo que aplicável.

Art. 4º Ficam caucionado o lote nº 01, da quadra nº 03, com a área de 18.923,95m² (dezoito mil, novecentos e vinte e três metros quadrados e noventa e cinco decímetros quadrados), até a conclusão das obras do loteamento. Através de garantia hipotecaria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos - PR, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E6E3F37E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 3027/2026

LEI Nº 3027/2026

Institui o "Dia da Mulher Tradicionalista da Cultura Gaúcha Paranaense" no Município de Dois Vizinhos e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou o Projeto de Lei do Legislativo 010/2026, de autoria da Vereadora **Silvana Dal Molin**, e eu, **Luis Carlos Turatto,** Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Dois Vizinhos, o Dia da Mulher Tradicionalista da Cultura Gaúcha-Paranaense, a ser celebrado anualmente no dia 30 de agosto.

Art. 2º O Dia da Mulher Tradicionalista da Cultura Gaúcha-Paranaense tem por finalidade:
I – promover o reconhecimento e a valorização do papel da mulher na manutenção e difusão das tradições culturais gaúchas e paranaenses;
II – incentivar a realização de encontros, ações culturais e rodas de conversa que evidenciem a liderança feminina no movimento tradicionalista;
III – destacar a importância da mulher na preservação de práticas culturais, como o uso de trajes típicos, danças folclóricas, gastronomia regional, celebrações populares e demais manifestações da cultura gaúcha-paranaense.

Art. 3º O Poder Público Municipal poderá, em parceria com entidades culturais, Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), grupos folclóricos e instituições educacionais, promover ações alusivas à data, incluindo apresentações artísticas, exposições e homenagens a mulheres que se destacam na preservação do tradicionalismo.

Art. 4º As ações relacionadas à data buscarão promover o reconhecimento e a valorização da mulher tradicionalista nas áreas da dança, culinária, literatura, música, artes e educação.

Art. 5º Poderão ser promovidas atividades comemorativas, como homenagens, jantares, festivais e apresentações culturais organizadas por grupos da cultura gaúcha já existentes no Município de Dois Vizinhos.

Art. 6º Poderão ser realizadas exposições de arte, poesia, música e gastronomia relacionadas à cultura gaúcha-paranaense.

Art. 7º Poderão ser promovidas palestras e debates sobre o papel da mulher na cultura gaúcha-paranaense e sua transmissão às novas gerações.

Art. 8º O Dia da Mulher Tradicionalista da Cultura Gaúcha-Paranaense passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Dois Vizinhos – PR.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:50719D67

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 072/2026

PORTARIA Nº 072/2026

Institui a Comissão Permanente de Acompanhamento (CPA) do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil – CONAQUEI, no âmbito do Município de Dois Vizinhos – PR, e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e considerando a adesão do Município ao Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil – Conaquei, instituído pela Portaria MEC nº 501, de 07 de julho de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1° Instituir a Comissão Permanente de Acompanhamento (CPA) do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil – Conaquei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Dois Vizinhos.

Art. 2º A Comissão Permanente de Acompanhamento (CPA) tem por finalidade acompanhar, monitorar e contribuir para a implementação das ações do Conaquei no município, visando à melhoria contínua da qualidade e da equidade da Educação Infantil.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Acompanhamento:
I – acompanhar e monitorar a execução do Plano de Ação do Conaquei no município;
II – analisar indicadores e resultados relacionados à qualidade e à equidade da Educação Infantil;
III – propor recomendações e estratégias para o aprimoramento das ações desenvolvidas;
IV – acompanhar a elaboração e a execução dos diagnósticos, planos e metas estabelecidos no âmbito do Conaquei;
V – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as instituições de Educação Infantil e demais segmentos envolvidos;
VI – colaborar com os processos de monitoramento, avaliação e prestação de informações solicitadas pelo Ministério da Educação;
VII – contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia do direito à Educação Infantil com qualidade e equidade.

Art. 4° A Comissão Permanente de Acompanhamento será composta pelos seguintes representantes:

Representação	Representação
Secretaria Municipal de Educação	Sirlene Pereira Rosa
Diretor de Educação Infantil	Tania Mara Mondardo Baggio
Professor de Educação Infantil	Aline Dresch Bonfanti
Conselho Municipal de Educação	Giovana Ronsani Zorzi
Conselho FUNDEB	Silvia Rubert

Art. 5° A coordenação da Comissão será exercida por:
Coordenador(a): Sirlene Pereira Rosa
Vice-Coordenador(a): Jailene Dal Bosco

Art. 6° A Comissão reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pela coordenação ou por solicitação da maioria de seus membros.

Art. 7º As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 8º A Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições ou entidades para colaborar com os trabalhos, sempre que necessário.

Art. 9º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BF6A77D0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 079/2026

PORTARIA Nº 079/2026

Nomeia Comissão de Seleção.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° NOMEAR a Comissão de Seleção em atendimento a Lei Federal 13.019/2014, regulamentada por Decreto Municipal, composta pelos seguintes membros:

Presidente	Iris Cristina Bertolini
Membros	Bianca Cristina Schreiber Claudinei Schreiber Helena Horbatei Leda Maria Ferrari Rudinei Curzel Suzane Cordeiro Ferreira

Art. 2° A Comissão deverá proceder a verificação do(s) Plano(s) de Trabalho(s) e documentos de habilitação solicitados no processo de Chamamento Público.

Art. 3° Revoga-se a Portaria nº 077/2025.

Art. 4° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C94CF759

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 080/2026

PORTARIA Nº 080/2026

Nomeia Comissão Técnica de Avaliação da Prova de Conceito (POC) decorrente do Processo Administrativo nº 1.872/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° NOMEAR a Comissão Técnica de Avaliação da Prova de Conceito (POC), composta pelos seguintes servidores:

MEMBRO	SEGMENTO
Marcus Glauco Faria de Sant Anna	Governança digital, inovação e estratégia tecnológica
Denis Borbas Ianhak	Departamento de Tecnologia
Diego Iaginski de Morais	Departamento de Tecnologia
Jaqueline Cordeiro dos Santos de Almeida	Atenção Primária
Fernanda Constantino Velasco	Atenção Primária
Karen Cardoso Ubiali	Farmácia
Luciano Schmeing	Atenção Especializada
Adriana Staziaki Kovaleski	Atenção Especializada
Amanda Cristina de Assis Rosa	Urgência/emergência
Raquel Cristina Pacci de Lima	Odontologia
Gabriela Daniel de Campos	Assistência Social
Helena Horbatei	Assistência Social

Art. 2° A Comissão ficará responsável por:
I – Acompanhar a realização da Prova de Conceito;
II – Verificar o atendimento de todos os requisitos técnicos e funcionais constantes do Termo de Referência e do roteiro de avaliação da POC;
III – Registrar as demonstrações realizadas pelo licitante, consignando as funcionalidades atendidas e as não atendidas;
IV – Elaborar relatório técnico contendo o resultado da avaliação, concluindo pela aprovação ou reprovação da solução apresentada;
V – Encaminhar o relatório à Comissão de Contratação/Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:829A0237

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 081/2026

PORTARIA Nº 081/2026

Nomeia a Equipe de Planejamento em contratações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Equipe de Planejamento em contratações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, composta pelos seguintes membros:

Gestora	Cátia Bonin
Agente de Contratação	Cesar Lois Felini
Agente de Contratação	Geisekele Leão
Agente de Contratação	Olisses de Lima Bueno

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 046/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de junho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos quatorze dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:152C182E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RERRATIFICAÇÃO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS E TERMOS ADITIVOS Nº 073/2026.

Rerratificação referente à Publicação do Extrato de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios e Termos Aditivos nº 073/2026.

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação da publicação referente ao **Extrato n° 073/2026,** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição nº 3571, páginas 105 e 106) em 13 de julho de 2026, em virtude de erro material, sendo que:

Onde se lê:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 408/2025 – Pregão Eletrônico nº 90067/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Licitech Consultoria & Solutions Em Licitacoes Publicas Ltda - CNPJ/MF nº 52.804.043/0001-23.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Qunta - Preço – Acresce-se ao contrato o valor de **R$ 60.720,00 (sessenta mil, setecentos e vinte reais).** Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação – Prorroga-se o prazo do Contrato até 4 de agosto de 2027.
Data de Assinatura	10 de julho de 2026.

Leia-se:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 408/2025 – Pregão Eletrônico nº 90067/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Licitech Consultoria & Solutions Em Licitacoes Publicas Ltda - CNPJ/MF nº 52.804.043/0001-23.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Qunta - Preço – Acresce-se ao contrato o valor de **R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).** Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação – Prorroga-se o prazo do Contrato até 4 de agosto de 2027.
Data de Assinatura	10 de julho de 2026.

Dois Vizinhos, 15 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ADB874D4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026.
OBJETO**: Aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90041/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**:**

• **MHOR ZAGO HOSPITALAR LTDA,** CNPJ Nº: 03.955.303/0001-56, **Itens 09 e 16 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 12.392,00 (doze mil, trezentos e noventa e dois reais)**;
• **PHARMA-LOG PRODUTOS PARA SAUDE LTDA,** CNPJ Nº: 51.240.420/0001-86, **Itens 01 e 10 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 19.670,00 (dezenove mil, seiscentos e setenta reais)**;
• **PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA,** CNPJ Nº: 22.437.236/0001-22, **Itens 07, 08, 13 e 14 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 24.195,00 (vinte e quatro mil, cento e noventa e cinco reais)**;
• **RE DA SILVA E SILVA LTDA,** CNPJ Nº: 29.765.537/0001-24, **Itens 04 e 05 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 52.802,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos e dois reais)**;
• **TESSARO MEDICA DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** CNPJ Nº: 16.988.798/0001-61, **Item 11 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**;
• **TM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA,** CNPJ Nº: 55.311.052/0001-70, **Itens 12 e 18 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 16.879,20 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos)**;
• **UNICENTER PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA,** CNPJ Nº: 16.741.684/0001-12, **Item 06 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 4.360,00 (quatro mil, trezentos e sessenta reais)**;

Pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.
Restaram **FRACASSADOS** os **Itens 02 e 03 Item 01** e **DESERTOS** os **Itens 15 e 17 Lote 01.**

Dois Vizinhos, 14 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D30A7E5F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2026.
OBJETO**: Contratação de empresa para prestação de serviços de chaveiro, incluindo a confecção de cópias de chaves de veículos e imóveis e destravamento de fechaduras para atender as demandas do Município de Dois Vizinhos-PR.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90042/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: 26.708.439 MOISES DA SILVA VERZA**, CNPJ: 26.708.439/0001-67, com proposta no valor total de **R$ 17.950,00 (dezessete mil, novecentos e cinquenta reais)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 15 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BCB9DF45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026

CONTRATO Nº 39/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: INGA PUBLICA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA
CNPJ: 10.540.117/0001-11

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem, manutenção, suporte técnico e treinamento relacionados ao website institucional da Prefeitura Municipal, desenvolvido em plataforma responsiva e personalizada. A contratação contempla a disponibilização de sistema administrativo destinado ao gerenciamento completo do conteúdo do portal, abrangendo a inserção, edição e atualização de textos, imagens, documentos anexos, áudios e vídeos. Inclui, ainda, suporte para até 200 contas de e-mail institucionais, com capacidade total de armazenamento de 150 GB, vinculadas ao domínio www.fernandespinheiro.pr.gov.br.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses

Valor: R$548,09 mensais, totalizando R$6.577,08.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 15 de julho de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:36D8A881

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL N° 33/2026 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026;

RESOLVE
Convocar, a candidata abaixo relacionada, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, PR, situado na Avenida Remis João Loss, n° 600, Centro, no dia 17/07/2026, das 9h às 11h, munida da documentação a que se refere o item 10.3 do edital de abertura n° 01/2026, descritos no anexo único do presente edital:
CARGO: PROFESSOR

Classificação	Nome	Pontuação
34º	Sandra Aparecida Costa	53

O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.

Fernandes Pinheiro, 15 de julho de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Anexo único- Edital n° 34/2026 PSS 01/2026
A candidata deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 1 foto 3x4(recente);
- RG (cópia simples)
- CPF(cópia simples);
- Título de Eleitor(cópia simples);
- Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo link <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral>.
- Certidão de Nascimento(cópia simples), OU;
- Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (cópia simples) e documentos do conjuguê(CPF e RG), OU;
- Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo(cópia simples), OU:
- Certidão de Casamento com averbação de divórcio se divorciado(cópia simples);
-Comprovante de Residência atual(cópia simples);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos que contenha o número do CPF e/ou RG e CPF(cópia simples);
- Cópia da CTPS (1° e 2° páginas, opcional caso tenha modelo físico)
- Comprovante inscrição do PIS/PASEP , o qual poderá ser obtido através de cópia da carteira de trabalho, ou site do INSS, ou ainda junto a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.
- Comprovante de Escolaridade(cópia simples), diploma acompanhado de histórico escolar.
- Carteira de Reservista ou Certidão de Quitação com o Serviço Militar(cópia simples);
- Certidão de antecedentes criminais da JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL, sendo a estadual emitida pelo link < https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac> e a federal < https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
OU, Certidão negativa de antecedentes criminais para fins cíveis emitida por cartórios distribuidores ou cartórios criminais e Varas de Execução Penal (se houver) das cidades nas quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
- Atestado de saúde ocupacional, emitido nos últimos 30 dias, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido, conforme anexo ,conforme edital de abertura é de responsabilidade do candidato a obtenção e entrega do mesmo (modelo em anexo).
- Declaração de Bens e Valores (declaração de Imposto de Renda), caso o convocado seja isento da entrega poderá apresentar declaração de bens autodeclaratória, conforme modelo em anexo.
- Declaração de não acúmulo de cargos (modelo em anexo).
- Declaração de não de proventos de inatividade (modelo em anexo);
O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.
Após a entrega da documentação, será entregue, pelo Departamento de Recursos Humanos, carta para abertura de conta salário, que deverá ser Caixa Econômica Federal, ag 0390, essa abertura deverá ser realizada posteriormente a entrega da documentação.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:63C32D96

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 48/2026

Súmula: Concede prorrogação de licença para tratamento de saúde a servidora Rosana Aparecida Valentin Bao

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com atestado médico e o laudo médico pericial, emitido em 01/04/2026;

RESOLVE:

Art. 1°- PRORROGAR até 23/03/2027 a LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, concedida a servidora Rosana Aparecida Valentin Bao, matrícula 736-1, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 08 de abril de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:0EF546A2

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 79/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a apresentação de atestado médico pela servidora **Michele Chagas**, indicando necessidade de afastamento de suas atividades laborais por prazo indeterminado;
CONSIDERANDO o disposto na legislação previdenciária aplicável aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, especialmente quanto à responsabilidade do empregador pelo pagamento dos primeiros 15 (quinze) dias consecutivos de afastamento por motivo de incapacidade para o trabalho, cabendo ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a concessão e o pagamento do benefício por incapacidade temporária a partir do 16º (décimo sexto) dia, quando preenchidos os requisitos legais;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder à servidora **Michele Chagas**, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Contabilidade e Tesouraria, licença para tratamento de saúde pelo período inicial de **15 (quinze) dias**, contados a partir de 24 de junho de 2026, conforme atestado médico apresentado.
Art. 2º- Findo o período previsto no artigo anterior, permanecendo a incapacidade laboral, a servidora deverá permanecer afastada mediante concessão de **benefício por incapacidade temporária (auxílio por incapacidade temporária)** pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ficando a responsabilidade pelo pagamento da remuneração correspondente a cargo da autarquia previdenciária, na forma da legislação vigente.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 24 de junho de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:E21A8DC9

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 80/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 473, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e considerando certidão de óbito apresentada,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à empregada pública JORACI DE ANDRADE, matrícula 500-1, ocupante do cargo de provimento emprego público de Agente Comunitário de Saúde, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, afastamento por motivo de luto pelo período de 3 (três) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, em razão do falecimento de familiar enquadrado na hipótese prevista no art. 473, inciso I, da CLT.
Art. 2º O período de afastamento será contado a partir da data do falecimento, compreendendo os dias 16/06/2026 a 18/06/2026.
Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 24 de junho de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:F3C6ABE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 01/2025

ESTADO DO PARANÁ
CÂMARA DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL
3ª PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 01/2025
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: THALIA ZAPPELLO DA SILVA
OBJETO/CARGO: ASSESSOR JURÍDICO
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme contrato
VIGÊNCIA: 20/07/2026 a 31/07/2026

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:25B7C0A0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA 013/2026

Concede Férias a Servidora Pública

JUNIOR BERNO, Presidente da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul – Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, para a Servidora Pública Municipal, **FRANCIANE DE SOUZA ANDREGHETTO PIMENTEL,** lotada do cargo efetivo de Assessor Jurídico da Câmara, Férias de 05 (cinco) dias a partir do dia 20 de julho de 2026 correspondente ao período aquisitivo 2025/2026, devendo retorna as atividades em 25 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul, 14 de julho de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:C8EE8DC4

JURIDICO
DECRETO 41

DECRETO N° 41/2026

INSTAURA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO CONHECIDO COMO TATETOS I NESTE MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR, no uso das atribuições legais, e, com base nos artigos 14 e 32 da Lei Federal nº 13.465/2017;

Considerando que o art. 14 da Lei Federal 13.465/2017 dispõe que: Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente [...]

Considerando que diversos beneficiários formal e informalmente procuraram esta municipalidade para que o núcleo em questão fosse regularizado;

Considerando a necessidade de regularização do núcleo urbano informal e consolidado Tatetos I para uma melhor qualidade de vida dos Munícipes de referido núcleo urbano informal;

E, considerando que o art. 32 da Lei supracitada dispõe que "A Reurb será instaurada por decisão do Município, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei" [...],

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada a REURB – Regularização Fundiária Urbana no núcleo urbano informal e consolidado conhecido como Tatetos I.

Art. 2º A classificação da modalidade dar-se-á após a análise individualizada da documentação apresentada por cada requerente, sendo que será beneficiário da REURB-S no Município de Flor da Serra do Sul/PR aquele que não for proprietário de outro imóvel e cuja renda mensal seja igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos vigentes no território nacional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Flor da Serra do Sul/PR, 15 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio de Lara Felipe
Código Identificador:EAD8AE9E

JURIDICO
DECRETO 42

DECRETO N° 42/2026

INSTAURA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO CONHECIDO COMO TATETOS II NESTE MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR, no uso das atribuições legais, e, com base nos artigos 14 e 32 da Lei Federal nº 13.465/2017;

Considerando que o art. 14 da Lei Federal 13.465/2017 dispõe que: Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente [...]

Considerando que diversos beneficiários formal e informalmente procuraram esta municipalidade para que o núcleo em questão fosse regularizado;

Considerando a necessidade de regularização do núcleo urbano informal e consolidado Tatetos II para uma melhor qualidade de vida dos Munícipes de referido núcleo urbano informal;

E, considerando que o art. 32 da Lei supracitada dispõe que "A Reurb será instaurada por decisão do Município, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei" [...],

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada a REURB – Regularização Fundiária Urbana no núcleo urbano informal e consolidado conhecido como Tatetos II.

Art. 2º A classificação da modalidade dar-se-á após a análise individualizada da documentação apresentada por cada requerente, sendo que será beneficiário da REURB-S no Município de Flor da Serra do Sul/PR aquele que não for proprietário de outro imóvel e cuja renda mensal seja igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos vigentes no território nacional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Flor da Serra do Sul/PR, 15 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio de Lara Felipe
Código Identificador:55B2F914

JURIDICO
DECRETO 43

DECRETO N° 43/2026

INSTAURA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO CONHECIDO COMO TATETOS III NESTE MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR, no uso das atribuições legais, e, com base nos artigos 14 e 32 da Lei Federal nº 13.465/2017;

Considerando que o art. 14 da Lei Federal 13.465/2017 dispõe que: Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente [...]

Considerando que diversos beneficiários formal e informalmente procuraram esta municipalidade para que o núcleo em questão fosse regularizado;

Considerando a necessidade de regularização do núcleo urbano informal e consolidado Tatetos III para uma melhor qualidade de vida dos Munícipes de referido núcleo urbano informal;

E, considerando que o art. 32 da Lei supracitada dispõe que "A Reurb será instaurada por decisão do Município, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei" [...],

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada a REURB – Regularização Fundiária Urbana no núcleo urbano informal e consolidado conhecido como Tatetos III.

Art. 2º A classificação da modalidade dar-se-á após a análise individualizada da documentação apresentada por cada requerente, sendo que será beneficiário da REURB-S no Município de Flor da Serra do Sul/PR aquele que não for proprietário de outro imóvel e cuja renda mensal seja igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos vigentes no território nacional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Flor da Serra do Sul/PR, 15 de julho de 2026.

VALMO FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio de Lara Felipe
Código Identificador:FD562883

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026.
A contratação será realizada na forma eletrônica, por meio do Sistema Compras.gov.br, cadastrada na plataforma como: Edital/Contratação nº 09/2026

O MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL torna público que fará realizar, às 09:00h horas do dia **03 de agosto** do ano de 2026, Local: compras.gov.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):
Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação poliédrica sobre pavimentação primária (calçamento) em acessos e trechos rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, no âmbito do Programa Municipal "Porteira a Dentro" (Lei Municipal n.º 900/2024, alterada pelas Leis n.º 919/2026 e n.º 962/2026; Decreto Municipal n.º 34/2026), nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sítio eletrônico da Prefeitura de Flor da Serra do Sul. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:CACB3D91

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO A PEDIDO DO CONTRATADO
CONTRATO Nº 010/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ALLANA FABIANA CAUS***
OBJETO/CARGO: MONITOR ED. INFANTIL 30 HORAS– PSS 03.2024
DATA RESCISÃO: 13/07/2026
Flor da Serra do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO A PEDIDO DO CONTRATADO
CONTRATO Nº 065/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***SIMONE AIAHIA DE ALMEIDA***
OBJETO/CARGO: MONITOR ED. INFANTIL 30 HORAS– PSS 03.2024
DATA RESCISÃO: 14/07/2026
Flor da Serra do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:A5D8420A

RH
PORTARIA 263/2026

PORTARIA Nº 263/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026.

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026, Processo Nº 70/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Contratação de Empresa para prestação de serviços de maestro e/ou instrutor da Banda Municipal, com a finalidade de ministrar instrução musical, realizar ensaios regulares, organizar repertórios e programação de toques, além de conduzir e reger a banda em apresentações cívicas, culturais e demais eventos promovidos pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR.	Silmar Pedro Magro
	Fiscal Titular
	Oldair Luckemeier

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 15 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:80E917E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2022-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira — O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual da Contratação de empresa especializada para o recebimento e destinação de resíduos sólidos urbanos, até o dia 25 de junho de 2027.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 57, *caput*, II da Lei Federal nº 8.666/1993, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade dos serviços prestados em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira - Fica ainda concedido no importe de 4,42 % (quatro inteiros e quarenta e dois centavos) do acumulado do INPC do período de junho de 2025 a maio de 2026, perfazendo os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR DO ÚLTIMO ADITIVO	VALOR RECOMPOSTO
01	Contratação de empresa especializada para o recebimento e destinação de resíduos sólidos urbanos classe 2, em local ambientalmente adequado e de acordo com a legislação vigente, com tratamento de chorume gerado, carta de anuência para recebimento de resíduos.	R$ 181,64	R$ 189,67

Cláusula Quarta - Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda e Quarta, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 130.398,13 (cento e trinta mil trezentos e noventa e oito reais e treze centavos)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 645.802,13 (seiscentos e quarenta e cinco mil oitocentos e dois reais e treze centavos).**
Parágrafo único. No exercício de 2026, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quinta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 08 de julho de 2026.

De acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:3F771244

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2025

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **REGIANE CALIXTO ALVES,** e (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente termo tem por seu objetivo aditar a avença original com fim de promover o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do item referente ao Contrato nº 70/2025.

Item	Descrição	Quantidade Originária	Acréscimo	Quantidade do acréscimo	Valor Unitário
2	Serviço de erradicação de Árvores	50	25%	12	R$ 200,00

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 125 da lei nº 14.133, de 2021 haja vista a vantagem administrativa consistente na vantajosidade da aquisição em razão da importância, oportunidade e conveniência para o contratante.

Cláusula Terceira – Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Primeira, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil e novecentos reais).**

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 13 de julho de 2026.

De Acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

REGIANE CALIXTO ALVES
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:F2DBC4F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 47/2024-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa DEL GROSSI & CIA LTDA, (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira — O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual da Contratação de pessoa jurídica para publicação de atos oficiais, normativos e de utilidade pública do poder executivo do município de Flórida com distribuição impressa gratuita de grande circulação regional e site de acesso livre, até o dia 12 de agosto de 2027.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade dos serviços prestados em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira - Fica ainda concedido no importe de 4,11 % (quatro inteiros e onze centésimos) do acumulado do INPC do período de agosto de 2025 a junho de 2026, perfazendo os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR 1º ADITIVO	VALOR RECOMPOSTO
01	Contratação de pessoa jurídica para publicação de atos oficiais, normativos e de utilidade pública do poder executivo do município de Flórida com distribuição impressa de grande circulação regional e site de acesso livre. Especificações técnicas mínimas: distribuição impressa; site de livre acesso; periodicidade mínima de três vezes na semana.	R$ 8,41	R$ 8,76

Cláusula Quarta - Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda e Quarta, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 17.520,00 (dezessete mil e quinhentos e vinte reais)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 54.545,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco reais).**
Parágrafo único. No exercício de 2026, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quinta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 15 de julho de 2026.

De acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

DEL GROSSI & CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:0F7409CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO DO CONTRATO 21/2026

EXTRATO DO CONTRATO 21/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **EXTINCEL EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.** CNPJ/MF sob Nº 03.309.386/0001-06, **CONTRATADA**, nos termos do processo de Dispensa de Licitação 013/2026, homologado em 14/07/2026.

DO OBJETO
A Presente contratação de empresa especializada para realizar a substituição dos extintores de incêndio do tipo ABC para a Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, Período de 12 meses. CNAE 43.22-3.03

DO PRAZO E GARANTIA
O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 12 (meses), a contar de 15 de Julho de 2026.

DO VALOR

O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R$ 650,00 (Seiscentos e Cinquenta Reais). Que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 15 de Julho de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:8FC8BD63

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 415/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 027/2026**, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a "**AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO UTILITÁRIO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS. A AQUISIÇÃO VISA APRIMORAR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE, GARANTINDO SUPORTE ADEQUADO ÀS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA E AO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA A EXECUÇÃO EFICAZ DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 17/07/2026 - 08h00min até 29/07/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 27/07/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 27/07/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 15 de julho 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:30302400

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGAO ELETRONICO RETIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 411/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 024/2026**, do tipo menor preço por lote/item, cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE ITENS DESERTOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Considerando que foi retificado o TERMO DE REFERÊNCIA, conforme pedido de impugnação, o qual foi acatado parcialmente para ajustes necessários e com nova data de abertura conforme segue:

Início de Recebimento das propostas: 17/07//2026 - 08h00min até 30/07/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 30/07/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 30/07/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 15 de julho 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:A8F24B6D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO SCD

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COMPRA DIRETA

Dispensa de Licitação: 016/2026
Processo Administrativo Nº: 418/2026

A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado.
Eu, Francisco Clei da Silva, Prefeito Municipal de Foz do Jordão PR, no uso das atribuições legais, tenho ciência e autorizo a realização da Solicitação de Compra Direta Dispensa de Licitação baixo valor para **"VEICULAR PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS NO JORNAL DIARIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U)"**, para assegurar maiores condições de visibilidade e publicidade dos atos dos quais estão sendo publicados o Gestor da pasta **Sr. Cristiano Schirmer.**

Foz do Jordao/PR, 15 de Julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:CBE5A850

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO SCD

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COMPRA DIRETA

Solicitação de Dispensa de Licitação: 17/2026
PROCESSO ADM N° 419/2026
A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado.
Eu, Francisco Clei da Silva, Prefeito Municipal de Foz do Jordão PR, no uso das atribuições legais, tenho ciência e autorizo a realização da Solicitação de Compra Direta Dispensa de Licitação baixo valor para **"ACIONAMENTO FRANQUIA TROCA DE LANTERNA DO LADO DIREITO DO VEÍCULO VW/SAVEIRO CS RB MPI PLACA: SEB7B27"**, para assegurar condições de Manutenção dos veículos em perfeito funcionamento conforme normas e regras de órgãos competentes sendo a Gestor da pasta **Sr. Cristiano Schirmer.**
Empresa Prestadora do Serviço JW COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS, inscrita no CNPJ n° 04.493.600/0003-51 **AVENIDA DOM AGOSTINHO JOSE SARTORI**, bairro SAO CRISTOVAO, N° 2870 CEP: **85.601-400**, FRANCISCO BELTRAO-PR com o valor de R$ 203,50 (Duzentos e três reais e cinquenta centavos).

Foz do Jordao/PR, 15 de julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:955018EF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 172/2026

PORTARIA Nº 172/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear o senhor "**MARCELO MIRANDA MUSOLINI JUNIOR"** portador do RG nº 14.602.381-9 e inscrito no CPF n° 117.379.839-07 para ocupar o cargo em comissão de "**CHEFE DE SERVIÇO"**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 13 de julho de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:46D97837

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE FOMENTO N° 01/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N° 01/2026
• Concedente: Município de Foz do Jordão/PR
• Parceira (OSC): Associação Rádio Comunitária Integração
• Objeto: Mútua cooperação para a execução do "Projeto de Difusão Cultural e Informativa Comunitária" voltado à comunidade local
• Valor Global: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
• Forma de Repasse: 12 parcelas mensais e sucessivas de R$ 3.000,00
• Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura
• Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019/2014, Resolução nº 28/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE-PR, e Lei Municipal nº 1.091/2025
• Data da Assinatura: 13 de julho de 2026
• Signatários: Francisco Clei da Silva (Prefeito Municipal) e Luiz Cesar Pires (Presidente da OSC)

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:21BFBC30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 512/2026

"Declara de utilidade pública, para fins de pavimentação, as áreas que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de General Carneiro, e considerando a exigência do Instituto Água e Terra (IAT) para fins de licenciamento ambiental,

Considerando que as obras de infraestrutura destinadas ao sistema viário são indispensáveis ao desenvolvimento municipal, de relevante interesse social e econômico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de pavimentação, a área correspondente ao trecho da estrada rural denominada Iratim, com as seguintes especificações:
Ponto inicial: Zona 22J – Longitude UTM 467734.70 m E – Latitude UTM 7073180.86 m S
Ponto final: Zona 22J – Longitude UTM 457185.00 m E – Latitude UTM 7071118.00 m S
Largura: 6,00 (seis) metros;
Extensão: 12.300,00 (doze mil e trezentos) metros lineares, equivalente a 12,3 km.

Art. 2º Fica declarada de utilidade pública, para fins de pavimentação, a área correspondente ao trecho da estrada rural denominada Marco Cinco, com as seguintes especificações:
Ponto inicial: Zona 22J – Longitude UTM 471869.00 m E – Latitude UTM 7080313.00 m S
Ponto final: Zona 22J – Longitude UTM 470865.00 m E – Latitude UTM 7079690.00 m S
Largura: 6,00 (seis) metros;
Extensão: 1.600,00 (um mil e seiscentos) metros lineares, equivalente a 1,6 km.

Art. 3° As áreas descritas nos arts. 1º e 2º destinam-se à execução de obras de infraestrutura integrantes do sistema viário municipal.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0103D9DC

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 295 DE 15 DE JULHO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **ANDERSON MARTENDAL,** Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **20/07/2026 A 24/07/2026** com retorno em **27/07/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9F3B4A8D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 296 DE 15 DE JULHO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **GILVANEI SANTOS ORTIZ** Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **14/07/2026 A 18/07/2026** com retorno em **19/07/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo em 14/07/2026.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1D2B64EF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 106 DE 10 DE JULHO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria "C" e "D" e "E", conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
14º	JARDEL RODRIGO HOLUB	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 10 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:A2342243

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°182/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 182/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 182/2025 o valor de R$ 11.173,76 (onze mil cento e setenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 145.258,88 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 014/2025;
Processo Licitatório nº 084/2025.
Objeto: Chamada Pública para Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Médico Clínico Geral, com a finalidade de atender às demandas

da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:8EA83A7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°181/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 181/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 181/2025 o valor de R$ 11.173,76 (onze mil cento e setenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 145.258,88 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 014/2025;
Processo Licitatório nº 084/2025.
Objeto: Chamada Pública para Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Médico Clínico Geral, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:AACD360F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°183/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 183/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 183/2025 o valor de R$ 11.173,76 (onze mil cento e setenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 145.258,88 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 014/2025;
Processo Licitatório nº 084/2025.
Objeto: Chamada Pública para Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Médico Clínico Geral, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:3F76438E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°180/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. *Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 180/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de*

continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 180/2025 o valor de R$ 11.173,76 (onze mil cento e setenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 145.258,88 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 014/2025;
Processo Licitatório nº 084/2025.
Objeto: Chamada Pública para Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Médico Clínico Geral, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 22 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:638D5828

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°170/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: TENILLE D C VENSÃO CONSULTORIO ODONTOLOGICO.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 170/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 170/2025 o valor de R$ 49.891,20 (quarenta e nove mil oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 99.782,40 (noventa e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 017/2025;
Processo Licitatório nº 089/2025.
Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Cirurgião-Dentista, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2D9F4177

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°169/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: PAOLA MAKSIMAVIC.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 169/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 169/2025 o valor de R$ 49.891,20 (quarenta e nove mil oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 99.782,40 (noventa e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 017/2025;
Processo Licitatório nº 089/2025.

Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Cirurgião-Dentista, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:D10E385D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°168/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: LETICIA RODRIGUES OLINQUEVICZ LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 168/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 168/2025 o valor de R$ 49.891,20 (quarenta e nove mil oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 99.782,40 (noventa e nove mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 017/2025;
Processo Licitatório nº 089/2025.
Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais na área de Cirurgião-Dentista, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:72280404

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°185/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: ISADORA BIANCA STEPTUK LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 185/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 185/2025 o valor de R$ 57.878,40 (cinqüenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 115.686,80 (cento e quinze mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 016/2025;
Processo Licitatório nº 087/2025.
Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais da área de Fisioterapia, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR..

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:46C38E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°184/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: JOVANA CRISTIANE CORREA LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 184/2025 pelo período de 12 (doze) meses,

em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 185/2025 o valor de R$ 57.878,40 (cinqüenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 115.756,80 (cento e quinze mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 016/2025;
Processo Licitatório nº 087/2025.
Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais da área de Fisioterapia, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR..

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:462635D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°186/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: MARIANA VICTORIA RICHARD LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 186/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 185/2025 o valor de R$ 57.878,40 (cinqüenta e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 115.756,80 (cento e quinze mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 016/2025;
Processo Licitatório nº 087/2025.
Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços profissionais da área de Fisioterapia, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de General Carneiro – PR..

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:90BFBB13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°203/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: DUDZIAK FILHOS & CIA LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. *Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 203/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.*

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão eletronico: Nº 038/2025;
Processo Licitatório nº 109/2025.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, na região de São Mateus do Sul, para atender à demanda das Secretarias das Municipais de Saúde e Administração deste Município de General Carneiro/PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 26 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:3084C630

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 002
Contrato n° 083/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: KELEN ALIVE ALVES.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: – DO PREÇO

1.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 14.284,80 (quarenta e sete mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte centavos.), totalizando o valor global de R$ 42.854,40 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 084/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula NONA do Contrato nº 085/2024, o qual teve vigência inicial de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 36 (trinta e seis) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA– PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Base Legal Lei n° 14.133;
Preção: Nº 015/2024;
Processo Licitatório nº 047/2024.
Objeto: Contratação de Empresas Prestadoras de Serviços para ministrar Oficinas de Informática Básica, Dança e Atividades Esportivas, Entalhe, Artesanato, Artes Marciais, Música e Panificação e Confeitaria.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de abril de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:777D716E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 002
Contrato n° 085/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA 04784416900.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 37.416,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais), totalizando o valor global de R$ 112.248,00 (cento e doze mil, duzentos e quarenta e oito reais), conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 085/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula NONA do Contrato nº 085/2024, o qual teve vigência inicial de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 36 (trinta e seis) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA– PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Base Legal Lei n° 14.133;
Preção: Nº 015/2024;
Processo Licitatório nº 047/2024.
Objeto: Contratação de Empresas Prestadoras de Serviços para ministrar Oficinas de Informática Básica, Dança e Atividades Esportivas, Entalhe, Artesanato, Artes Marciais, Música e Panificação e Confeitaria.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de abril de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:51245A93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 002
Contrato n° 086/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: DEYSE CRISTIANE WUNDERLICH.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 32.467,20 (trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), totalizando o valor global de R$ 97.401,60 (noventa e sete mil, quatrocentos e um reais e sessenta centavos), conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 086/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula NONA do Contrato nº 086/2024, o qual teve vigência inicial de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 36 (trinta e seis) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Base Legal Lei n° 14.133;
Preção: Nº 015/2024;
Processo Licitatório nº 047/2024.
Objeto: Contratação de Empresas Prestadoras de Serviços para ministrar Oficinas de Informática Básica, Dança e Atividades Esportivas, Entalhe, Artesanato, Artes Marciais, Música e Panificação e Confeitaria.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de abril de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C077A952

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO LDO 2027 - ANEXO VII VIII IX

ANEXO VII
PROJETOS EM ANDAMENTO
Ficam estabelecidos para o exercício de 2027 ações prioritárias da Administração Pública Municipal, quanto as diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, para as normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal e Lei n° 4.320/64.
Em conformidade com o parágrafo único do artigo 45 da Lei Complementar n° 101/00, a Prefeitura de General Carneiro não possui Projetos em andamento com prazo de execução superior a um ano até o presente momento.

ANEXO VIII
EXECUÇÕES FISCAIS AJUIZADAS
Informamos que no exercício de 2026, existem 60 (sessenta) execuções fiscais ajuizadas (ativas, suspensas e arquivadas provisoriamente), as quais somam o valor aproximado de R$. 600.000,00 (seiscentos mil reais).

ANEXO IX
EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA
ADMINISTRATIVA
A Divisão de Tributação, em atenção a Lei de Responsabilidade Fiscal e determinação do Tribunal de contas realizam os procedimentos para cobrança administrativa e judicial dos tributes municipais, conforme procedimentos legais necessários. Até a data de 31 de dezembro de 2025 total de Créditos Tributários Passivo de Cobrança Administrativa somam um montante de aproximadamente R$ 1.536.536,35 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos) conforme levantamento realizado na Divisão de Tributação.

General Carneiro, Estado do Paraná, em 12 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:F6C49C7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 089/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,75 diárias ao senhor **PATRIK PELOI FLÁVIO, MATRÍCULA Nº.** 209; **CARGO:** Vereador**,** correspondente a R$2.186,25 (dois mil cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de julho de 2026, para cumprimento de agenda junto ao DETRAN, Secretaria de Saúde, FUNDEPAR, SECID e ALEP, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de julho de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:DED0BF57

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 090/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,75 diárias ao senhor **PAULO FERNANDO SIENA, MATRÍCULA Nº.** 214; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$1.993,75 (um mil novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de julho de 2026, para assessorar o Vereador Patrik Peloi Flávio, no cumprimento de agenda junto ao DETRAN, Secretaria de Saúde, FUNDEPAR, SECID e ALEP, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de julho de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:3D76921E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.877/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata GEISIANE SOARES NUNES, CPF nº 056.341.849-40, para o cargo público de NUTRICIONISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 15 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:FEE7A492

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DE RECEBIMENTO, ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO

Sessão 2
INEXIGIBILIDADE Nº 37/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO de PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Goioerê-PR.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e cinquenta minutos, reuniram-se na sala de reunião do Paço Municipal de Goioerê a agente de contratação e equipe de apoio, designada através da Portaria nº 296/2026, para realização da segunda sessão pública destinada ao recebimento, abertura e julgamento dos envelopes protocolados após a primeira sessão, referente ao Chamamento Público nº 8/2026. Declarada aberta a sessão, a Agente de Contratação informou o encerramento do prazo para recebimento de novos envelopes destinados à presente sessão, nos termos do item 5.2 do edital, registrando que foram protocolados os seguintes requerimentos de credenciamento: Clínica Médica Santa Maria Diagnósticos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 07.506.838/0001-09, protocolado em 02/07/2026 às 13h41, Goiomed Serviços Médicos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 07.784.637/0001-65, protocolado em 03/07/2026 às 07h35 e Interclínica Serviços Médicos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 05.278.263/0001-80, protocolado em 03/07/2026 às 07h36. Registra-se que não houve comparecimento de representantes das empresas interessadas para acompanhar a presente sessão. Na sequência, procedeu-se à conferência da inviolabilidade dos envelopes, seguida de sua abertura, rubricando-se toda a documentação apresentada. Em atendimento ao disposto no item 5.2.1 do edital, foram realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas, disponibilizados no Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), não sendo constatada qualquer vedação à participação ou contratação das interessadas, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 156, § 5º, da mesma Lei. Durante a análise da documentação verificou-se que os Certificados de Regularidade do FGTS apresentados pelas empresas Clínica Médica Santa Maria Diagnósticos Ltda. e Interclínica Serviços Médicos Ltda. tiveram sua validade expirada após a data do protocolo dos respectivos envelopes. Assim, com fundamento no item 5.3.2 do edital e no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada diligência mediante consulta ao sítio oficial da Caixa Econômica Federal, sendo emitidas novas certidões válidas, permanecendo comprovada a regularidade fiscal das interessadas. Quanto aos demais documentos de habilitação, verificou-se que todas as empresas atenderam integralmente às exigências estabelecidas no item 4.3 do edital, razão pela qual foram declaradas habilitadas e credenciadas, observando-se, para fins de distribuição futura da demanda, a ordem cronológica de protocolo prevista no item 9.1.2 do edital, conforme segue:1º Clínica Médica Santa Maria Diagnósticos Ltda, 2º Goiomed Serviços Médicos Ltda e 3º Interclínica Serviços Médicos Ltda.
Nos termos do item 6.1 do Edital, a publicação da presente Ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná constitui a divulgação dos credenciados, iniciando-se, a partir de sua publicação, o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso. Havendo interposição de recurso, os credenciados ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente. A íntegra do processo permanecerá disponível para consulta no Portal da Transparência do Município de Goioerê-PR. Registra-se, ainda, que a presente sessão pública foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê na plataforma YouTube. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, Cristiane Marçal dos Santos de Oliveira, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio.

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Agente de Contratação

CRISTIANE MARÇAL DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

LUCIANA SCUDELER BARRADAS
Equipe de Apoio

PATRÍCIA DANIELE NERIS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:F8BAAD63

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2026
HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: CONTRATAÇÃO da empresa INTEGRACAO ASSESSORIA E TREINAMENTO EDUCACIONAL EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ: 46.339.580/0001-47, para realização de palestra aos Diretores, Coordenadores e Professores da Rede Pública Municipal, no dia 25/07/2026, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Goioerê-PR.
CONTRATADO: INTEGRACAO ASSESSORIA E TREINAMENTO EDUCACIONAL EM GESTAO PUBLICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 10.000,00
15/07/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:AA3D473B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.878/2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3.215/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.1219-3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$40.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.2291-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$40.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00

Art. 3º Autoriza a inclusão no PPA - Plano Plurianual de Investimentos - Lei nº 3.171/2025, datada de 09/12/2025; Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 3.145/2025, datada de 16/07/2025 e Lei Orçamentária Anual - Lei nº 3.173/2025, datada de 17/12/2025.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 15 de julho de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:904E62D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.879/2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3.219/2026, DE 15 DE JULHO DE 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 40.791,43 (quarenta mil e setecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.1219-3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$40.791,43
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.791,43

Art. 2º Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.1214-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$40.791,43
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.791,43

Art. 3º Autoriza a inclusão no PPA - Plano Plurianual de Investimentos - Lei nº 3.171/2025, datada de 09/12/2025; Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 3.145/2025, datada de 16/07/2025 e Lei Orçamentária Anual - Lei nº 3.173/2025, datada de 17/12/2025.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 15 de julho de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:0053F3C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.881/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 611.938,90 (seiscentos e onze mil e novecentos e trinta e oito reais e noventa centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2059-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
14.004.8.241.8.2063-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$125.000,00

00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	125.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.3.1003-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$322.938,90
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	322.938,90
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$35.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$104.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	104.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$284.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	284.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$322.938,90
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	322.938,90
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 15 de julho de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:85DA5868

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	15/07/2026	R$ 226.000,00
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL	15/07/2026	R$ 49.834,00
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	15/07/2026	R$ 5.221,53
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	15/07/2026	R$ 28.500,00
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	15/07/2026	R$ 116.712,00
FNS – FUNDO NACIONAO DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE DE PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI - ADPF 347	15/07/2026	R$ 4.000,00
SECRETARIA TESOURCO NACIONAL	CFM	15/07/2026	R$ 1.040,11
SECRETARIA TESOURCO NACIONAL	FUNDEB	15/07/2026	R$ 424.466,53
SECRETARIA TESOURCO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	15/07/2026	R$ 5.615,98

Goioerê, 15 de julho de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:33C7A3DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO CONTABIL Nº 11-2026 - LOA

DECRETO CONTÁBIL N.º 11/2026

Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 945/2025 de 05 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementarl por Anulação de Dotações no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
14.001.20.606.0014.2038	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01840	00000	100.000,00
13.002.20.606.0013.2035	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01700	00000	150.000,00

Art. 2 º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo 3º, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
14.001.20.606.0014.2038	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01830	00000	100.000,00
13.003.20.606.0013.2035	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01820	00000	150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 15 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:C68B781F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 084/2026

EXTRATO DE CONTRATO 084/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: 35.029.406 VITOR AUGUSTO SIMIAO, inscrita CNPJ sob nº 35.029.406/0001-81, situada na R RIBEIRAO DO TIGRE, 88 - CEP: 83420686 - BAIRRO: CENTRO Quatro Barras/PR; neste ato representada por VITOR AUGUSTO SIMIAO, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 031.192.439-57, residente e domiciliado à RUA RIBEIRAO DO

TIGRE, 88 - CEP: 83420686 - BAIRRO: CENTRO Quatro Barras/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Dispensa 024/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pacote de viagem/passeio turístico rodoviário, compreendendo transporte, alimentação, acompanhamento técnico/turístico, seguro de viagem/seguro de passageiros, ingressos, day use e/ou taxas de acesso quando aplicável, destinados aos idosos do Grupo Recordando o Passado, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, assistidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Goioxim/PR.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 41.833,44 (Quarenta e Um Mil, Oitocentos e Trinta e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13/07/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:7550A41E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 086/2026

EXTRATO DE CONTRATO 086/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: LFZ SEGURANÇA LTDA, inscrita CNPJ sob nº 48.597.216/0001-02, situada na Avenida Independência, 1154 casa 07 - CEP: 83704295 - BAIRRO: BOQUEIRAO Araucária/PR; neste ato representada por LUIZ FERNANDO ZBOROWSKI, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 044.051.659-55, residente e domiciliado à Rua Irineu Chempcek, 46 - CEP: 83705105 - BAIRRO: ESTAÇÃO Araucária/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Dispensa 027/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada e brigada de incêndio, compreendendo o fornecimento de segurança e brigadistas devidamente habilitados, uniformizados e equipados, para atuação durante a realização do evento Canta Cantú, nos dias 18 e 19 de julho de 2026, incluindo todos os custos necessários à execução dos serviços.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14/07/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:D86D8DD7

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 087/2026

EXTRATO DE CONTRATO 087/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: AGEBOX GOVTECH BR LTDA, inscrita CNPJ sob nº 05.763.587/0001-04, situada na Rua das Figueiras, 07 - CEP: 71906750 - BAIRRO: Águas Claras Norte Brasília/DF; neste ato representada por DIOGO SILVA ALCOBAÇA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 998.390.831-04, residente e domiciliado à QNG 14, 28 - CEP: 72130140 - BAIRRO: TAGUATINGA Brasília/DF,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Dispensa 026/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, ativação, gerenciamento inicial e suporte de 08 (oito) licenças oficiais, individuais e nominativas do ChatGPT Business, ou denominação comercial superveniente do mesmo plano corporativo do fabricante OpenAI, na modalidade de assinatura anual, pelo período de 12 (doze) meses, destinadas à otimização, modernização e qualificação dos trabalhos dos departamentos e Secretarias Municipais de Goioxim/PR. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 13.343,20 (Treze Mil, Trezentos e Quarenta e Três Reais e Vinte Centavos)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14/07/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:B78EBF7F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 971-2026 - DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 1.300.636,79

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.300.636,79 (Um Milhão e Trezentos mil seiscentos e trinta es seis reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 1.300.636,79 (Um Milhão e Trezentos mil seiscentos e trinta es seis reais e setenta e nove centavos) nas seguintes contas de despesas:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**Departamento de Educação**	
12.361.0008-2079	**EXECUÇÃO DO TERMO DE CONVENIO Nº - 637/2026 - VEÍCULO SECID**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
00927- 00133	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$:114.604,95
00928-00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$: 6.031,84

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2072	**CUSTEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- PAP PROPOSTA 63000732937202600**	
33.90.34.00.00	**OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DE. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇAO**	
01146- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 200.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2073	**CUSTEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- PAP PROPOSTA 63000735782202600**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01147- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 200.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**
10.002	**Departamento de Atenção Primária**
10.301.0010-2074	**CUSTEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- PAP PROPOSTA 63000735570202600**

33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01148- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 100.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2075	**INCREMENTO PAP - EMENDA PARLAMENTAR 60060001 PROP. 36000774750202600**	
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA**	
01149- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 300.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2076	**INCREMENTO PAP - EMENDA PARLAMENTAR 50410002 PROP. 36000798690202600**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01051- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 100.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2077	**INCREMENTO PAP - EMENDA PARLAMENTAR 50410002 PROP. 36000810812202600**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01052- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 150.000,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA**	
01053- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 100.000,00

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**	
11.002	**Departamento de Assistência Social Básica**	
08.243.0011-2078	**PROGRAMA ASSISTENCIA SOCIAL - AEPETI**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01458- 00933	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	R$: 30.000,00

Art. 2° Para dar cobertura ao credito aberto no art. 1º, serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação, **em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964**, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de Recursos	Valor Excesso
17.13.50.11.04.00.00.00.00	TRANSF. BLOCO MAN. ASPS - AT. PRIMARIA- OUTROS	00494	R$:1.150.000,00
17.16.50.01.05.00.00.00.00	PROGRAMA: ACOES ESTRATEGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	00933	R$: 30.000,00
24.22.51.01.01.00.00.00.00	TERMO DE CONVENIO ESTADUAL - 637 - AQUISIÇAO DE UM VEICULO SEDAN	00133	R$: 120.636,79

Art. 3° Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 936/2025.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 15 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:DB02DE92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A Nº 066/2026

P O R T A R I A Nº 066/2026
D a t a: 14 de Julho de 2026.

Ementa: Concede férias ao servidor Alailsom dos Santos Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática.

A Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com supedâneo no art. 89 e 217 da Lei Municipal n. 1.246/2003 e a pedido do servidor através do memorando nº 2026000510,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder férias ao servidor Alailsom dos Santos Silva, matrícula nº 1133, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática da Câmara Municipal, portador da Cédula de Identidade n. 8.326.XXX-51 SSP/BA e CPF n. 993.XXX.765-34, **no período compreendido entre 28 de julho à 11 de agosto de 2026**, relativo ao período aquisitivo de 21 de junho de 2024 a 20 junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 14 de Julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:FC94C8EF

CAMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A Nº 067/2026

P O R T A R I A Nº 067/2026
D a t a: 15 de junho de 2026.

Ementa: Concede ao servidor Alailsom dos Santos Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática, o acréscimo salarial de 2% sobre seu vencimento básico, a título de Progressão Funcional, e dá outras providências.

A Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 38, inciso VII, alínea “k”, do Regimento Interno,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor Alailsom dos Santos Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática da Câmara Municipal, portador da Cédula de Identidade n. 8.XXX.143-51 SSP/BA e CPF n. 993.XXX.765-34, o acréscimo salarial de 2% (dois por cento) sobre seu vencimento básico, a título de Progressão Funcional prevista no artigo 15 da Lei Municipal n°. 2.221/2022.

Art. 2º O referido acréscimo fica incorporado ao vencimento básico do servidor para os efeitos legais cabíveis.

Art. 3° Autorizo o pagamento retroativo do referido acréscimo, a contar de 1° (primeiro) de julho de 2026, considerado o período aquisitivo entre 21 (vinte e um) de junho de 2025 a 20 (vinte) de junho de 2026 e os cursos realizados pelo servidor, conforme Memorando n°. 2025000539.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:7666F4E7

COMPRAS E LICITAÇÕES
1° ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL N° 120/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 120/2026**, cujo objeto é a Aquisição de 03 (três) veículos tipo Van, destinados ao transporte de pacientes do Município de Guaíra-PR para a realização de consultas, exames e tratamentos de saúde fora do domicílio, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 (uma) van adquirida com recursos oriundos da Resolução SESA nº 1.399/2025 e 02 (duas) vans adquiridas com recursos oriundos da Resolução SESA nº 1.985/2025.

A Secretaria Municipal de Administração através da Diretoria de Compras e Licitações, **ALTERA**, por meio deste Adendo, o Edital e seus anexos, nos seguintes termos:
Fica alterado o subitem **4.6, alínea "f"**, do Termo de Referência (Anexo II), bem como em todos os demais locais em que conste a mesma redação.
ONDE SE LÊ:
"f) Peso Bruto Total compatível com a capacidade de passageiros, observados os limites legais para condução com CNH categoria "B"."
LEIA-SE:
"f) Peso Bruto Total compatível com a capacidade de passageiros, observados os limites legais para condução com CNH categoria "D"."
Em face das alterações fica estabelecida a nova data de abertura do Pregão Eletrônico n° 120/2026, para:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 29/07/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 29/07/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 29/07/2026

O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 120/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.

Observação: o edital na íntegra com todas as suas alterações será disponibilizado juntamente com este adendo, documentação técnica e demais anexos, os interessados poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.

Guaíra (PR), 15 de julho de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:91557674

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 195/2026

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 343/2023, do Pregão Eletrônico nº 094/2023

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA, CNPJ nº 06.065.324/0001-94**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de alarme, sistema monitorado (ASSEGURADO), monitoramento de segurança 24 (vinte e quatro) horas, em prédios públicos de propriedade e responsabilidade do Município de Guaíra - PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 343/2023.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **5 de julho de 2027**.

Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 127.969,20 (cento e vinte e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 3 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:23EF1D0A

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 196/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 377/2025, Contrato nº 532/2025, da Pregão Eletrônico nº 082/2025
Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **BC AGRO COMERCIO LTDA, CNPJ nº 29.220.447/0001-58**

Objeto do Contrato: Aquisição e instalação de materiais destinados à implantação e estruturação do viveiro municipal, com o fornecimento de estufa, tela sombrite e filme multicamada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 377/2025 - Contrato nº 532/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **08 de julho de 2027.**

Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 189.875,29 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Repasse / Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 08 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:B9867BAD

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 197/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 378/2025, Contrato nº 533/2025, da Pregão Eletrônico nº 082/2025
Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **CASA DAS LONAS LTDA, CNPJ nº 03.444.532/0001-06**

Objeto do Contrato: Aquisição e instalação de materiais destinados à implantação e estruturação do viveiro municipal, com o fornecimento de estufa, tela sombrite e filme multicamada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 378/2025 - Contrato nº 533/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **08 de julho de 2027.**

Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 50.410,05 (cinquenta mil, quatrocentos e dez reais e cinco centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Repasse / Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 08 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:55FD6256

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 198/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 524/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 053/2025, Chamamento Público nº 010/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **BORESKI CLÍNICA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 58.476.855/0001-73**

Objeto do Contrato: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos, para complementar o regime de plantão presencial semanal e finais de semana / feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento "UPA" (Sito a Rua Osvaldo Cruz, nº 2097, Jardim América, Guaíra/PR), conforme Lei Municipal nº 2019/2017 e nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como no Termo de Referência, anexo 01 do edital de Licitação **Chamamento Público nº 010/2025, Inexigibilidade n° 053/2025**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 524/2025.

Fundamentação: nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até **2 de julho de 2027.**

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada plantão**, os valores unitários definidos na cláusula quarta do presente aditivo, tendo como limite máximo anual para contratações as quantidades e valor total de **R$ 1.093.930,50 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e trinta reais e cinquenta centavos**, conforme item 2.2 do Edital, devendo estes serem distribuídos entre todos os credenciados nos itens, respeitando a distribuição e rodízio definidos na Cláusula Sexta do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 2 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:9D5E1C55

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 199/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 526/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 053/2025, Chamamento Público nº 010/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ACESSOMED GESTAO E SERVICOS S.A, CNPJ nº 50.306.377/0001-41**

Objeto do Contrato: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos, para complementar o regime de plantão presencial semanal e finais de semana / feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento "UPA" (Sito a Rua Osvaldo Cruz, nº 2097, Jardim América, Guaíra/PR), conforme Lei Municipal nº 2019/2017 e nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como no Termo de Referência, anexo 01 do edital de Licitação **Chamamento Público nº 010/2025, Inexigibilidade n° 053/2025**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 526/2025.

Fundamentação: nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até **2 de julho de 2027.**

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada plantão**, os valores unitários definidos na cláusula quarta do presente aditivo, tendo como limite máximo anual para contratações as quantidades e valor total de **R$ 1.093.930,50 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e trinta reais e cinquenta centavos**, conforme item 2.2 do Edital, devendo estes serem distribuídos entre todos os credenciados nos itens, respeitando a distribuição e rodízio definidos na Cláusula Sexta do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 2 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:D1BCEF2A

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 200/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 575/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 066/2025

Locatário: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Locador: **FENIX EMPREENDIMENTOS UMUARAMA LTDA, CNPJ nº 14.854.054/0001-29**

Objeto do Contrato: Locação do imóvel localizado na Rua Carlos Gomes, n° 470, Guaíra/PR (Antigo Prédio do SAJUG), sendo terreno com área de 600,00m² com construção total de 457,86m², para sediar as instalações da Diretoria de Educação Especial e o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), cujas características de instalações e de localização justificam sua escolha.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Locação de Imóvel n° 575/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de adesão por mais **12 (doze) meses**, ou seja, até **22 de julho de 2027.**

Do Valor Contratual: O Locatário pagará ao Locador, pelo período aditado conforme reajuste INCP (IBGE), o valor total máximo de **R$ 52. 601,88 (cinquenta e dois mil, seiscentos e um reais e oitenta e oito centavos),** correspondente a 12 (doze) mensalidades no valor de **R$ 4.383,49 (quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos)**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:F98D97D0

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 201/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 583/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 053/2025, Chamamento Público nº 010/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **T S SCHMIDT CLÍNICA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 58.014.126/0001-03**

Objeto do Contrato: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos, para complementar o regime de plantão presencial semanal e finais de semana / feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento "UPA" (Sito a Rua Osvaldo Cruz, nº 2097, Jardim América, Guaíra/PR), conforme Lei Municipal nº 2019/2017 e nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como no Termo de Referência, anexo 01 do edital de Licitação **Chamamento Público nº 010/2025, Inexigibilidade n° 053/2025**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 583/2025.

Fundamentação: nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até **21 de julho de 2027.**

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada plantão**, os valores unitários definidos na cláusula quarta do presente aditivo, tendo como limite máximo anual para contratações as quantidades e valor total de **R$ 1.093.930,50 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e trinta reais e cinquenta centavos**, conforme item 2.2 do Edital, devendo estes serem distribuídos entre todos os credenciados nos itens, respeitando a distribuição e rodízio definidos na Cláusula Sexta do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:A9F56B03

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 202/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 565/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 053/2025, Chamamento Público nº 010/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **FONSECA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 58.850.357/0001-49**

Objeto do Contrato: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos, para complementar o regime de plantão presencial semanal e finais de semana / feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento "UPA" (Sito a Rua Osvaldo Cruz, nº 2097, Jardim América, Guaíra/PR), conforme Lei Municipal nº 2019/2017 e nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como no Termo de Referência, anexo 01 do edital de Licitação **Chamamento Público nº 010/2025, Inexigibilidade n° 053/2025**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 565/2025.

Fundamentação: nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até **21 de julho de 2027.**

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **por cada plantão**, os valores unitários definidos na cláusula quarta do presente aditivo, tendo como limite máximo anual para contratações as quantidades e valor total de **R$ 1.093.930,50 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e trinta reais e cinquenta centavos**, conforme item 2.2 do Edital, devendo estes serem distribuídos entre todos os credenciados nos itens, respeitando a distribuição e rodízio definidos na Cláusula Sexta do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:36D31168

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 123/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos e de animais mortos (carcaças), para atender a demanda do Centro de Controle Animal, de responsabilidade da Diretoria de Meio Ambiente desse Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 31/07/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 31/07/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 31/07/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 15 de julho de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:85B321D3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2026

Pregão Eletrônico nº 111/2026
Processo Administrativo nº 181/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MISSAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 08.824.155/0001-54**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de equipamentos de informática, periféricos externos e internos, e materiais de consumo, que serão empregados em toda a estrutura municipal, para atender a demanda de todas Secretarias desse Município, alguns itens serão adquiridos com recursos da Resolução SESA nº 1106/2023 e Resolução SESA n° 1032/2025.

Valor Total: R$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **10 de janeiro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:9C6A0306

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 445/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 314/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MISSAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 08.824.155/0001-54**

Objeto do Contrato: Fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários para a manutenção de trator giro zero.

Valor Total: R$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contado da assinatura do presente instrumento, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:B97F57DF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 455/2026

Processo Administrativo nº 217/2026
Dispensa de Licitação nº 030/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **RIEDI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 77.310.928/0001-05**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, que serão utilizados na **revisão de 20.000 Km** e garantia do veículo, **frota 667,** SPIN / SPIN 1.8L AT LTZ**,** Placa TBR6B23**,** Renavam 01448485654,pertencente a frota da Secretaria Municipal de Educação.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 1.060,00 (mil e sessenta reais)..

Recursos Orçamentários:

750.08.01.2056.3339039199900000000.104
759.08.01.2056. 3339030399900000000.104

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **60 (sessenta) dias**, com início na data de assinatura e término em **15 de setembro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:AF0A74BD

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 67/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º A importância **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.16.00.00 – Outras despesas de variáveis- pessoal civil
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 10 de junho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:8F37C306

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº68/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 67/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 50.000,00

Parágrafo 2: Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 50.000,00

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 10 de junho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:DF50EB0A

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 69/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Especial na importância de **R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)** destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.002.10.302.0002.2.005 Manutenção Contratos de Programa- Hospital
Despesa: 3.3.90.93.00.00 – Indenizações e restituições
Fonte de Recurso: 3 – Manutenção Contratos de Programa
Valor: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

Art. 2º A importância de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Projeto/Atividade: 01.002.10.302.0002.2.005 Manutenção Contratos de Programa- Hospital
Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas-pessoa civil
Fonte de Recurso: 3- Manutenção Contratos de Programa
Valor: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 13 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:D64B72ED

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 70/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:
Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 69/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
3 – Manutenção Contratos de Programa- Hospital	3 Despesa Corrente	R$ 70.000,00

Parágrafo 2: Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
3 – Manutenção Contratos de Programa- Hospital	3 Despesa Corrente	R$ 70.000,00

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 13 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:B44B5684

CONSAMU
EXTRATO DE CONTRATOS DE PROGRAMA

Extrato do contrato de rateio, firmado entre o Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do PR – CONSAMU – CNPJ 17.420.047/0001-07 e o Município abaixo relacionado, o qual têm por objeto o repasse de verbas para prestação de serviços públicos na área da saúde sob regime de Gestão Associada.

MUNICÍPIO	CONTRATO Nº	CNPJ	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
GUAÍRA	03/127/2026	77.857.183/0001-90	GILEADE GABRIEL OSTI	57.508,68	01/07/2026 a 31/12/2026

Os contratos estão disponíveis na íntegra no site do CONSAMU: https://www.consamu.com.br/arquivos/20260715_092345_17.pdf

Cascavel, 15 de julho de 2026.

PATRÍCIA XAVIER SANTOS
Contadora/ Encarregada do Setor Financeiro e Contábil

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:43D94610

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 021/2025 – PREGÃO Nº 17/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: MAT- SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA EPP
OBJETO: Pelo presente termo renova-se a execução e vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir de 22 de julho de 2026. O valor total estimado da renovação será de R$ 443.989,92 (quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Conforme cláusula sétima do contrato originário, será concedido o reajuste contratual com base no índice IPCA-E IBGE, após decorridos 12 (doze) meses do último reajuste, sendo tal reajuste formalizado posteriormente por meio de Termo Aditivo com a atualização dos cálculos do índice ora mencionado.
FIRMADO EM: 13 de julho de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 373/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Willian Diorge Rigo

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:1D633363

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 027/2024 – DISPENSA Nº 18/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: FS PATRICIO LTDA
OBJETO: Renova-se o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar de 22 de julho de 2026. O valor total de renovação será de R$ 96.794,82 (noventa e seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos). Conforme cláusula Sexta do contrato originário, será concedido o reajuste contratual com base no índice IPCA/IBGE, após decorridos 12 (doze) meses do último reajuste, sendo tal reajuste formalizado posteriormente por meio de Termo Aditivo com a atualização dos cálculos do índice ora mencionado.

FIRMADO EM: 13 de julho de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 458/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Fernando Santana Patricio

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:7178743B

CONSAMU
PORTARIA Nº 140/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o Sr. Guilherme Augusto Palma Salvador, RG nº 11.082.116-6 SESP PR, do Cargo Comissionado de Coordenador do Núcleo de Educação Permanente - NEP, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 320/2025 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 15 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:DA0534D4

CONSAMU
PORTARIA Nº 141/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. Fernanda Gracieli Slomp Rocha, RG nº 7.279.708-6 SSP PR, para o Cargo Comissionado deCoordenador de Enfermagem da Unidade de Pronto Atendimento Edgar Netzel, Município de Marechal Cândido Rondon/PR, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU.
Art. 2º - O vínculo jurídico, a carga horária semanal e a remuneração da nomeada serão em conformidade com o Estatuto Social, Plano de

Cargos, Funções, Salários e Benefícios do Pessoal do CONSAMU e legislação aplicável à espécie.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 15 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:F5579B0A

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de serviço de sistema informatizado em formato SaaS para gerenciamento eletrônico de processos administrativos".

RESULTADO – Empresa: ANTONIETTI E BORTOLUZZI LTDA no lote único com valor total de R$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais).

Cascavel – PR, 15 de julho de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:C1D28490

PROJUR
DECRETO Nº 340/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "AQUECE GUAÍRA", NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTINADO À PROVISÃO DE ITENS DE PROTEÇÃO TÉRMICA PARA FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e,

Considerando a necessidade de garantir a proteção social básica em situações de vulnerabilidade temporária, especialmente em períodos de baixas temperaturas ou desastres naturais;

Considerando as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o dever do Município de prover respostas imediatas a situações que comprometam a sobrevivência e o bem-estar das famílias em vulnerabilidade social;

Considerando que os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, duração e área de atuação definidos para promover a qualificação, incentivar e melhorar os benefícios e serviços socioassistencias, conforme Lei Municipal nº 2.423/2025;

Considerando A realização de reunião extraordinária on-line do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 12 de junho de 2026;

Considerando o memorando online sob o n° 3.943/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Programa Municipal "Aquece Guaíra", destinado à provisão de itens de proteção térmica para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente de baixas temperaturas ou desastres naturais que comprometam a proteção e o bem-estar social.

Art. 2º O Programa tem como finalidade assegurar proteção social básica, por meio da provisão anual de mantas, cobertores, agasalhos e itens de abrigo térmico, conforme disponibilidade orçamentária e planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Parágrafo único: As ações do Programa poderão ser executadas de forma integrada aos Serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial desenvolvidos no CRAS e CREAS.

Art. 3º O Programa observará os seguintes critérios para provisão dos itens de proteção térmica:

I – ser família ou indivíduo residente e domiciliado no Município de Guaíra;
II – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar per capita de até meio salário mínimo nacional;
III – terão prioridade de atendimento as famílias e indivíduos acompanhados pelos serviços socioassistenciais do Município.

§ 1º A concessão do benefício será limitada ao período de maior vulnerabilidade climática, compreendido entre os meses de maio e agosto de cada ano, podendo ser ampliada mediante ato administrativo devidamente fundamentado em situações excepcionais.
§ 2º A quantidade de mantas a ser concedida observará a composição familiar cadastrada no CadÚnico, nos seguintes termos:

I – famílias compostas por até duas pessoas: concessão de 01 (uma) manta;
II – famílias compostas por três a cinco pessoas: concessão de 02 (duas) mantas;
III – famílias compostas por mais de cinco pessoas: concessão de 03 (três) mantas.

§ 3º As concessões dos itens serão limitadas à mesma família, vedada a duplicidade de entrega no mesmo período, salvo mediante avaliação técnica fundamentada.

§ 4º Não se aplica os critérios do caput, caso a família ou indivíduo encontrar-se em condição de rua ou desabrigo, podendo o benefício ser provido mediante avaliação técnica.

Art. 4º Em situações de emergência ou calamidade pública reconhecidas pelo Município, Estado ou União, os critérios previstos neste Decreto poderão ser flexibilizados mediante ato fundamentado da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Os itens concedidos no âmbito deste Programa deverão ser exclusivamente novos e sem uso, sendo vedado, em qualquer hipótese, o fornecimento de bens usados, recondicionados ou em condições inadequadas de utilização.

Parágrafo único: Compete ao órgão gestor da política de assistência social zelar pela qualidade, integridade e adequação dos itens distribuídos, assegurando sua conformidade com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção social.

Art. 6º O monitoramento do Programa "Aquece Guaíra" será realizado pela equipe técnica da SEMAS, com supervisão do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 1º A cada ciclo anual, deverá ser elaborado relatório técnico de execução, com registro dos atendimentos, quantidade de itens distribuídos e perfil das famílias beneficiadas;

§ 2º O relatório será apresentado ao CMAS, para fins de controle social e transparência da gestão pública.

Art. 7º Os recursos para execução do Programa "Aquece Guaíra" serão provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social

(FMAS), podendo ser complementados por parcerias, campanhas públicas e transferências intergovernamentais.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá editar portarias, instruções e/ou normativas para regulamentar procedimentos de cadastramento, priorização, registro e prestação de contas das ações do Programa.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FAD56B41

PROJUR
DECRETO Nº 341/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL "RECOMEÇAR", NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VOLTADO À PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, GERAÇÃO DE RENDA E PREPARAÇÃO PARA O M

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e,

Considerando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Considerando a necessidade de promover a inclusão produtiva, o fortalecimento da autonomia e a inserção no mundo do trabalho das famílias acompanhadas pelos serviços socioassistenciais;

Considerando as parcerias intersetoriais e a importância da qualificação profissional como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais;

Considerando a realização de reunião extraordinária on-line do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 12 de junho de 2026;

Considerando o memorando online sob o n° 3.943/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Qualificação Pessoal e Profissional "Recomeçar", sob gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), com a finalidade de oferecer oportunidades de capacitação, qualificação profissional e estímulo à autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social residentes no Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa "Recomeçar" tem como objetivos:

I – promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes;
II – estimular a autonomia, o protagonismo e a inserção no mercado de trabalho;
IV – fomentar a geração de renda e a inclusão produtiva de forma sustentável;
V – contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade e risco social.

Parágrafo único. O Programa Recomeçar possui natureza socioassistencial e de inclusão produtiva, destinando-se ao fortalecimento da autonomia, da capacidade de geração de renda e da superação das situações de vulnerabilidade social, não constituindo política pública de emprego, intermediação de mão de obra ou garantia de inserção no mercado de trabalho.

Art. 3º Terão prioridade de acesso às vagas do Programa "Recomeçar":

I – mulheres chefes de família;
II – jovens de 14 a 29 anos;
III – pessoas com deficiência;
IV – beneficiários de programas de transferência de renda;
V – usuários acompanhados pela rede socioassistencial.

Art. 4º A execução do programa contará com parcerias e cooperações com instituições públicas e privadas, especialmente:

I – SENAI, SENAC e SENAR, para oferta de cursos e capacitações técnicas;
II – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, para articulação com o setor produtivo e identificação de demandas de mercado;
III – Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Agricultura, conforme pertinência das áreas de capacitação;
IV – Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), responsável por acompanhar, monitorar e avaliar a execução e os resultados do programa.

Art. 5º O Programa observará as seguintes diretrizes:

I – articulação permanente com os serviços e ações do SUAS, especialmente o PAIF;
II – priorização de ações voltadas à promoção da autonomia e da inclusão produtiva;
III – integração com políticas públicas de trabalho, educação, agricultura e desenvolvimento econômico;
IV – incentivo à economia solidária e ao empreendedorismo social;
V – respeito às especificidades de gênero, faixa etária e território.

Art. 6º As ações do Programa "Recomeçar" poderão compreender:

I – cursos de qualificação e aperfeiçoamento pessoal e profissional;
II – oficinas temáticas e atividades de convivência social;
III – orientações sobre empreendedorismo, finanças pessoais e acesso a crédito;
IV – apoio técnico e acompanhamento pós-curso para inserção no mercado de trabalho;
V – estímulo à formação de grupos produtivos, cooperativas e iniciativas comunitárias.

Art. 7º O monitoramento do Programa será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com apoio do CMAS, por meio de:

I – relatórios periódicos de acompanhamento;
II – registros das ações e participantes no sistema de gestão da SEMAS;
III – avaliação de resultados e indicadores de impacto social.

Art. 8º Os recursos destinados à execução do Programa "Recomeçar" serão provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), podendo ser complementados com recursos oriundos de convênios, parcerias, doações, transferências voluntárias ou outras fontes públicas e privadas.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá expedir Portarias, Instruções e/ou normativas para regulamentar os critérios de seleção, participação, certificação e acompanhamento dos beneficiários.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:97094E3F

PROJUR
EDITAL DE CONVITE Nº 003/2026 REF. REUNIÃO CMSB E COMITÊ MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO REGISTRADO NO MEMORANDO ON-LINE SOB O Nº 618/2021

O Prefeito Municipal de Guaíra**,** Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Gileade Gabriel Osti, por intermédio deste, convida os membros nomeados do CMSB – Conselho Municipal de Saneamento Básico, conforme o Decreto Municipal nº 051/2026 de 22/01/2026 e membros do Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, nos termos do Decreto nº 050/2026 de 22/01/2026, para participar de reunião, conforme programado:

· **Data**: 17 de julho de 2026 (sexta-feira);
· **Horário**: 10h;
· **Local:** Sala de Reuniões do Paço Municipal Kurt Walter Hasper, sito a Av. Coronel Otávio Tosta, nº 126, 3º andar – Guaíra – Paraná.

Pauta da Reunião:

I - Posse dos novos membros governamentais nos termos dos Decretos Municipais nºs 050/2026 e 051/2026;
II - Prestação de Contas pela SANEPAR nos termos do Contrato de Concessão referente as receitas, despesas e investimentos executados nos exercícios 2024, 2025 e 2026, até a presente data;
III - Prestação de Contas pela SANEPAR do plano de investimentos 2024 e 2025 e cumprimento das metas do IARCE e IARDA;
IV - Prestação de Contas pela SANEPAR do planejamento das obras da Rede Coletora de Esgotos;
V - Prestação de contas pela SANEPAR dos pagamentos ao Fundo Municipal de Saneamento Básico nos exercícios 2024, 2025 e 2026;
VI - Prestação de contas pela SANEPAR da situação real da implantação das redes de abastecimento de água no Bairro Eletrosul;
VII – Planejamento técnico previsto para a coleta e tratamento de esgoto e expansão do sistema para atender os bairros Jardim Eduarda, Jardim Internacional, Vila são Francisco e região da Vila Velha, abrangendo o Exército, Marinas e localidades adjacentes;
VIII - Comunicação ao Conselho Municipal de Saneamento Básico acerca da habilitação do Município de Guaíra, Estado do Paraná, para o recebimento de repasses ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA), nos termos da Resolução AGEPAR nº 21/2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE/PR), Edição nº 12.110, de 20 de março de 2026;
IX - Deliberação acerca da possibilidade de destinação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental para custeio da ampliação da rede pública de abastecimento de água destinada ao atendimento do Hospital Municipal Graciele Possan, considerando a legislação vigente, as orientações da AGEPAR e a instrução do processo administrativo.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F00DB7DF

PROJUR
PORTARIA Nº 434/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 3.049/2022, 161/2025, 1.643/2025, 1.803/2025 e 2.377/2025,
RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Barbara da Silva Costa	29778-01	2024/2025	18/08/2026 a 04/09/2026
Cassia Cassiane de Oliveira Menezes	22381-05	2024/2025	09/07/2026 a 25/07/2026
Kevin William Moenster Balbino	30453-04	2025/2026	31/07/2026 a 14/08/2026
Paula de Matos Auler	30654-03	2025/2026	21/09/2026 a 09/10/2026
Quendra Ramos Silva	30157-03	2025/2026	27/07/2026 a 07/08/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:60D1BD37

PROJUR
PORTARIA Nº 435/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: INSTITUI O GRUPO GESTOR MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o art. 225 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999 - Institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

Considerando a Lei Estadual n° 17.505, de 11 de janeiro de 2013 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental;

Considerando a Lei das Políticas Setoriais n° **6.938/1981** institui a **Política Nacional Setoriais do Meio Ambiente (PNMA);**

Considerando o memorando online sob o n° 613/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar a minuta da Política Municipal de Educação Ambiental de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros, representantes dos respectivos órgãos e entidades:

Órgão Governamental	Representante	Suplente
Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente	Luis Carlos Lima X.X58.69X-X seSESP/PR	Luiz Vieira da Silva X.X75.15X-X SESP/PR
Diretoria de Meio Ambiente Coordenadoria de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental	Marlene R. Oliveira Dallacosta X.X08.50X-X SESP/PR	Renato Durães Ceolin XXX.909.189-XX
Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA.	Rosmari Aparecida Michels XX56XX SESP/MS	Ereninha Scherer XX8328XX SESP/PR
Secretaria Municipal de Educação	Edina Diniz Meira XX8687XX SESP/PR	Natachia Carolina de Oliveira Alves de Oliveira XX3440XX SESP/PR
CORIPA	Nayara Raposo Olivo XX2374XX SESP/PR	Lara da Silva Morato XX70296XX SESP/PR
ACIAG Associação Comercial de Guaíra	José Luiz Liczbinski XX70296XX SESP/PR	Sabrina Leandra de Souza Aquino XX4731XX SESP/PR

Secretaria Municipal de Saúde	Izabel Miranda X.X09.91X-X SESP/PR	Fabiano Melanias Raddatz X.X18.58X-X SESP/PR
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Fabiane Tavares da Silva X.X07.24X-X SESP/PR	Eliane de Oliveira Schuback Franciscatti X.X91.76X-X SESP/PR
Secretaria Municipal de Assistência Social	Angélica Cristina de Matos X.X95.85X-X SESP/ PR	Terezinha Augusta Beffa X.X76.51X-X SESP/PR
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Lucineia Raimunda de Souza XX8687XX SESP/PR	Kevin William Moenster Balbino XX.120.17X-X SESP/PR
ITAIPU BINACIONAL	Marcelo Bortoli Uliana XX0355XX SESP/PR	Marcos Vinicius Righes XXX.212.009-XX
Procuradoria Jurídica	Eduarda Van de Sand Zimmer XX.984.38X-X SESP/PR	João Fernando Pinto Grecillo XX4.862.01XX SSP/RS

Art. 3º A coordenação dos trabalhos caberá ao representante titular da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente.

Art. 4º Compete ao Grupo de Trabalho (GT), formalizado por meio desta Portaria, o desempenho das seguintes atribuições:

I - elaborar a agenda e o cronograma detalhado das atividades;
II - enviar ao GAEMA (MPPR) cópia deste ato normativo e do cronograma de trabalho estabelecido;
III - documentar todas as fases do processo de elaboração mediante lavratura de atas e registros fotográficos das reuniões;
IV - assegurar a integração, a articulação e o fortalecimento das ações, projetos e programas de educação ambiental no município;
V - mobilizar a participação de diversos segmentos que possam contribuir na no processo de elaboração da PMEA do município
VI - garantir a efetividade das contribuições recebidas e o respeito à integridade das proposições, apresentando justificativa formalizada na hipótese de impossibilidade técnica ou jurídica de seu acatamento.

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Portaria, para apresentar a versão final da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada da coordenação.

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C40D42E2

PROJUR
PORTARIA Nº 436/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 065/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial ao Servidor Público Municipal mencionado, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Cargo	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Celio Exposito de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	19607-01	**2021/2026**	13/07/2026 a 12/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 13 de julho de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:FA3233FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 801 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$74.840,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÃO		
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
05.001.10.301.0004.2.111	FUNCIONAMENTO, MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DESAUDE	
69 - 3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	40.939,51
70 - 3.3.90.39.00.00 4000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	74.840,00
Total Suplementação:		115.779,51

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, em 15 de Julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:CAA4B252

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 803 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$74.840,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÃO		
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001.04.122.0002.2.152	SERVICO DE LIMPEZA PUBLICA	
226 - 3.3.90.39.00.00 1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
Total Suplementação:		50.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

REDUÇÃO		
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
08.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	
08.001.28.846.0002.2.160	AMORTIZACAO DE PRECATORIOS	
325 - 3.3.90.91.00.00 1000	SENTENCAS JUDICIAIS	50.000,00
Total Redução:		50.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, em 15 de Julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:2B93F2BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 11/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: LAUREMIL MORAIS DOS SANTOS 02621239919
CNPJ: 28.710.290/0001-86
Objeto: Credenciar pessoas físicas e jurídicas, para realização dos serviços de transporte logístico fluvial (táxi náutico)

Valor global: R$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil, quinhentos reais)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
3.3.90.36.00.00 - Outros serviços de terceiros pessoa física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 18 de maio de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AD3B626B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 11/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: MARCIO DIAS GONCALVES 98484087972
CNPJ 37.405.210/0001-70
Objeto: Credenciar pessoas físicas e jurídicas, para realização dos serviços de transporte logístico fluvial (táxi náutico)

Valor global: R$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil, quinhentos reais)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
3.3.90.36.00.00 - Outros serviços de terceiros pessoa física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 18 de maio de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:78FDBB1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2026 REVOGA A NORMATIVA Nº 03/2026

Secretaria Municipal de Educação – SMED

Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação Escolar Quilombola (EEQ) no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando:
A **Constituição Federal de 1988**, que assegura a igualdade de direitos e o combate a todas as formas de discriminação;
A Lei **nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, especialmente o **art. 26-A**, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
A **Lei nº 10.639/2003**, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira;
A Lei **nº 11.645/2008**, que amplia a Lei nº 10.639/2003 ao incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar;
As **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**;
As **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**;
O **Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)**;
A **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)** instituída pelo Ministério da Educação;
A necessidade de promover políticas educacionais voltadas à superação das desigualdades raciais e à valorização da diversidade cultural brasileira; e considerando que a Política Nacional estabelece metas estruturadas em eixos estratégicos voltados à governança, formação docente, diagnóstico, materiais pedagógicos e protocolos de enfrentamento ao racismo nas instituições educacionais.

RESOLVE:
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a implementação da **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação Escolar Quilombola (EEQ)** no âmbito da rede municipal de ensino.
Art. 2º A política municipal de equidade étnico-racial tem como finalidade:
I – Combater o racismo estrutural e institucional no ambiente escolar;
II – promover a educação antirracista e a valorização da diversidade cultural;
III – assegurar a implementação das legislações referentes à educação das relações étnico-raciais;
IV – garantir o reconhecimento, valorização e fortalecimento das identidades negras, afro-brasileiras, indígenase quilombolas;

V - promover condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem de estudantes negros, afro-brasileiros, indígenas e quilombolas;
VI – reconhecer, valorizar e fortalecer as identidades, os saberes e os modos de vida das comunidades caiçaras e dos agricultores familiares camponeses do município, como povos e comunidades tradicionais reconhecidos pelo Decreto Federal nº 6.040/2007;
VII – assegurar que as políticas educacionais municipais considerem a diversidade étnico-racial e cultural de todo o território de Guaraqueçaba, incluindo suas comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e camponesas.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Art. 3º A implementação da política municipal observará os seguintes princípios:
I – Igualdade de direitos e oportunidades educacionais;
II – respeito à diversidade étnico-racial e cultural;
III – valorização das identidades e trajetórias negras e quilombolas;
IV – promoção da justiça social e da equidade educacional;
V – fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas.
Art. 4º As ações da política municipal deverão integrar os seguintes eixos estruturantes:
I – Governança e gestão da política;
II – Diagnóstico e monitoramento da equidade étnico-racial;
III – Formação de gestores e professores;
IV – Material didático e práticas pedagógicas antirracistas;
V – Protocolos de prevenção e enfrentamento ao racismo;
VI – Valorização das trajetórias negras, indígenas e quilombolas;
VII – Difusão de saberes e práticas educacionais antirracistas.
Esses eixos estão alinhados à Política Nacional de Equidade, que prevê ações estruturadas para superar desigualdades raciais na educação e fortalecer a educação escolar quilombola.

CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DA POLÍTICA
Art. 5º- Fica instituído, no âmbito da SEMED, o **Comitê Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais**, responsável pela coordenação e acompanhamento das ações previstas nesta Instrução Normativa.
Art. 6º Compete ao Comitê:
I – Planejar e coordenar as ações da política de equidade;
II – orientar as unidades escolares na implementação das diretrizes curriculares;
III – acompanhar indicadores educacionais relacionados à equidade racial;
IV – articular parcerias com universidades, movimentos sociais e instituições culturais;
V – monitorar a execução das ações pedagógicas e administrativas;
Art. 6º-A — Instituição obrigatória
Determina a constituição da EMERER - Equipe Multidisciplinar Educação para as Relações Étnico-Raciais em todas as unidades escolares da rede, com base na Resolução 2.084/2025 – GS/Seed, na Deliberação 04/2006 – CEE/PR e na PNEERQ. Parágrafo único: a EMERER é instituída por portaria da direção, com mandato anual renovável, e deve ser registrada no PPP.
Art. 6º-B — Composição
Cinco membros mínimos: gestora (coordenação), professores de diferentes componentes, funcionário(a), estudante (quando possível) e representante das famílias.
§1.º — nas escolas que atendem indígenas, quilombolas, caiçaras ou camponeses, a SMED buscará garantir representação dessas comunidades na EMERER.
§2.º — prioridade para profissionais negros, indígenas e de comunidades tradicionais de Guaraqueçaba.
Art. 6º-C — Atribuições e funcionamento
I - plano anual integrado ao PPP;
II - reuniões quando necessário e registro em ata;
III - apoio aos professores;
IV - formação continuada nos Dias de Estudo e Planejamento;
V - parcerias com comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e camponesas;
VI - transversalidade em todos os componentes (não só em datas comemorativas);
VII - acolhimento e encaminhamento de situações de discriminação racial (articulado aos Arts. 16 e 17 já existentes);
VIII - relatório anual para a SMED e o PPP.

Parágrafo único
Vincula explicitamente o Comitê Municipal (Art. 5) ao apoio das EMERER escolares.

CAPÍTULO IV DO DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação realizará diagnóstico periódico sobre a implementação da educação para as relações étnico-raciais nas unidades escolares.
Art. 8º O diagnóstico deverá contemplar:
I – Análise da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;
II – levantamento de práticas pedagógicas relacionadas à temática;
III – formação dos profissionais da educação;
IV – identificação de situações de discriminação racial no ambiente escolar;
V – indicadores de acesso, permanência e desempenho escolar.
Art. 9º Os dados coletados deverão subsidiar o planejamento de políticas educacionais e ações formativas.

CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Art. 10. A SMED promoverá programas de **formação continuada para gestores, pedagogos e professores** em educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola.
Art. 11. As formações deverão contemplar:
I – Fundamentos históricos e socioculturais das relações étnico-raciais;
II – práticas pedagógicas antirracistas;
III – ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
IV – valorização dos saberes tradicionais quilombolas;
V – metodologias inclusivas e interculturais.
Art. 12. A SMED poderá estabelecer parcerias com universidades e programas federais de formação docente.

CAPÍTULO VI DO CURRÍCULO E DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS
Art. 13. As unidades escolares deverão garantir a inserção transversal da temática étnico-racial no currículo escolar, abrangendo de forma integrada e não hierarquizada, a história e a cultura afro-brasileira, africana, indígena, caiçara e camponesa presentes no território de Guaraqueçaba.
Art. 14. As práticas pedagógicas deverão contemplar:
I - Valorização da cultura afro-brasileira, africana e indígena;
II – reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra e indígena;
III – utilização de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial;
IV – projetos pedagógicos voltados à educação antirracista.
V incorporar saberes e práticas culturais como conteúdo pedagógico legítimo (Decreto 6.040/2007)
VI valorizar o fandango caiçara (IPHAN, 2012) e os saberes ecológicos, agroecológicos e marítimos no currículo
VII Promover a participação de mestres e lideranças comunitárias em atividades pedagógicas
VII valorização e integração ao currículo escolar do fandango caiçara e demais expressões do patrimônio cultural imaterial das comunidades tradicionais do município, em especial aquelas reconhecidas pelo IPHAN;

Parágrafo Único
Para os efeitos desta Instrução Normativa, o patrimônio cultural imaterial compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidas entre gerações pelos povos e comunidades tradicionais, conforme o Art. 216 da CF/1988, o Decreto n.º 6.040/2007 e a Convenção UNESCO ratificada pelo Brasil em 2006. Incluem-se, de forma não exaustiva: o fandango caiçara, os saberes Guarani Mbya sobre a Mata Atlântica, as práticas medicinais quilombolas, a pesca artesanal, caiçara e os saberes agrários das famílias camponesas de Guaraqueçaba.

Art. 15. A SMED incentivará a utilização de materiais pedagógicos e literários voltados à temática da diversidade cultural e racial.

CAPÍTULO VII DOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO
Art. 16. Todas as unidades escolares deverão adotar medidas institucionais para **prevenção e enfrentamento de práticas racistas no ambiente escolar**.
Art. 17. Os protocolos deverão prever:
I – Canais institucionais de denúncia;
II – registro formal das ocorrências;
III – encaminhamento pedagógico e administrativo das situações;
IV – ações educativas de conscientização;
V – acompanhamento das vítimas e mediação institucional.

CAPÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES
Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - Coordenar a implementação da política;
II - promover formações continuadas;
III - monitorar indicadores de equidade educacional;
IV - apoiar pedagogicamente as unidades escolares.
Art. 19. Compete às equipes gestoras das escolas:
I - Garantir a implementação das diretrizes curriculares;
II - promover ações pedagógicas antirracistas;
III - registrar e encaminhar situações de discriminação racial.
Art. 20. Compete aos professores:
I - Desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas;
II - inserir a temática étnico-racial no planejamento pedagógico;
III - contribuir para a construção de um ambiente escolar respeitoso e plural.

CAPÍTULO IX DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 21. A SMED realizará avaliação anual das ações relacionadas à política de equidade étnico-racial.
Art. 22. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar:
I – Planejamento pedagógico da rede municipal;
II – definição de programas de formação continuada;
III – melhoria das políticas educacionais voltadas à equidade.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 23. As unidades escolares deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos às diretrizes desta Instrução Normativa.
Art. 24. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 26. Fica revogada a Normativa 03, publicada no dia 01 de junho de 2026.

Guaraqueçaba, 01 de Julho de 2026

ALESSANDRA MORAIS DA COSTA
Secretaria Municipal de Educação – SMED
Portaria nº10/2026

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:6CA886B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE INSCRITOS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 COMISSÃO DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade, transparência e isonomia, torna pública a relação atualizada dos inscritos no Chamamento Público nº 001/2026, destinado à composição da Comissão de Publicidade e Comunicação.
A presente publicação tem por finalidade dar ampla divulgação aos interessados e garantir a transparência dos atos administrativos relacionados ao referido chamamento.
Considerando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento e divulgação de dados pessoais, informa-se que os dados de identificação pessoal que não são essenciais à publicidade do procedimento foram parcialmente ocultados, sendo disponibilizados nesta publicação apenas os dados necessários para garantir a transparência administrativa.
Segue a relação dos inscritos:
Nº| Nome| E-mail| Profissão| Município| Telefone| CPF| Data de Envio
01| Juliana Wagner Leandro| julianawlfoografia@gmail.com| Publicitária| Paranaguá/PR| () -2866| 059..-*| 10/07/2026
02| Isaac Miranda| fazzagenciafull@gmail.com| Designer Gráfico| São José do Pinhais/PR| () -7207| 044..-*| 10/07/2026
03| Victor Miranda Correira| Victor.mirand15@gmail.com| Publicitário| Paranaguá/PR| () -4647| 116..-*| 10/07/2026
04| Caio Tavares Dos Santos| Caiotg.santos@gmail.com| Diretor de Marketing e Publicidade| Paranaguá/PR| () -0420| 111..-*| 10/07/2026
05| Emanuel Ivo de Andrade| Emanuelandradejornalismo@gmail.com| Jornalista| Paranaguá/PR| () -0084| 112..-*| 10/07/2026
06| Ruan Pablo Cordeiro Vidurrizaga| ruanvidurrizaga@gmail.com| Publicitário| Paranaguá/PR| () -6173| 089..-*| 10/07/2026
07| Maisy Alexandre Pires França| maisypires@gmail.com| Jornalista| Paranaguá/PR| () -6543| 078..-*| 13/07/2026
08| Leonardo Alves Cavalcanti| leonardoalvescavalcanti@outlook.com| Publicitário| Paranaguá| () -5285| 109..-*| 13/07/2026
09| Nicolas Mendes Galdino| ngaldino89@gmail.com| Diretor de Comunicação| Guaraqueçaba/PR| () -7913| 104..-*| 13/07/2026
10| Claudia Sibele Lima de Andrade| _claudiaandradevizik@gmail.com| Jornalista| Fazenda Ria Grande / PR| () – 2860| 093..-*| 13/07/2026

A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba informa ainda que os inscritos relacionados permanecerão vinculados às etapas previstas no Chamamento Público nº 001/2026, observadas as regras estabelecidas no respectivo instrumento convocatório e demais normas aplicáveis.
Guaraqueçaba/PR, 14 de julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:6689CF24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 295/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA PCO SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELLI.

CONTRANTE<u>MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,</u>pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA<u>EMPRESA PCO SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELLI.</u>,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 28.126.352/0001-07, com sede à Rua Antonio José Pereira n.º 567 – Bairro Jardim América – Pinhais/PR, representada por**BRUNABELINSKI MERLO**, inscrita na Carteira de Identidade RG n.º 9.303.868-1 SESPPR, portadora do CPF n.º 058.443.019-19.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA PCO SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELLI., doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 7644/2025, no disposto no art. 95, § 3º da Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 295/2024 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2024,**<u>cujo objeto é o fornecimento, futuro e parcelado,de serviços de limpeza</u>**

e conservação em geral, incluindo roçada, podas e varrição e outras atividades, paramanutenção das áreas urbanizadas, ajardinadas, vias e espaços públicos do Município de Guaraqueçaba,conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 295/2024, pelo prazo de 02 (dois) meses, iniciando-se em 20.06.2026 e findando-se em 19.08.2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do aumento quantitativo previsto na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.39.00.0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços n.º 295/2024 – pregão presencial n.º 26/2024 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 19 de junho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

PCO Soluções Ambientais EIRELLI
CNPJ n.º 28.126.352/0001-07
BRUNA BELINSKI MERLO
CPF n.º 058.443.019-19

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:78775379

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 148/2026 DE 15 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 148/2026 DE 15 DE JULHO DE 2026

SÚMULA:Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Honório Serpa - Paraná, em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada.

O**Prefeito municipal de Honório Serpa**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do município especialmente no art. 46, inciso VI , considerando o disposto na Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, na Resolução nº 5158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos e na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Parágrafo Único: A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2º Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:
I- regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II - garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnicoraciais e de gênero;
III - valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
IV - formação continuada dos profissionais da educação;
V - uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
VI - garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3ºSão objetivos da Política Municipal de Alfabetização
I- elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
I - assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
III - fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
IV - promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
V - socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VI - reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
IV - garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I- priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
III - assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
IV - fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V - acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI - implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII - incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII - promoção da participação das famílias no processo educativo;
IX - apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5º A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I - crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
II - estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6º Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização:
I - gestores municipais;
II - equipes pedagógicas;
III - gestores escolares;
IV - professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V - comunidade escolar.

Art. 7º A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I - definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;

II - adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III - utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
IV - desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V - adesão às avaliações formativas e externas;
VI - monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII - recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8 º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento política Municipal de Alfabetização:
I - acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II - definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III - sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV - avaliação da efetividade das ações implementadas;
V - uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;

Art. 9º Compete ao Departamento Municipal de Educação de Honório Serpa a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Educação.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:27F151F3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 07-E, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - EDITAL Nº 07-A/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, referente ao Edital de Abertura nº 07-A/2026.

O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, por meio da **Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora Especial**, designada pela Portaria nº 16, de 08 de junho de 2026, e **CONSIDERANDO** o disposto no item **4. DO CRONOGRAMA**, do Edital nº 07-A/2026, **TORNA PÚBLICO** o que segue:
Art. 1º A Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora Especial torna pública a **homologação das inscrições** no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, referente ao Edital de Abertura nº 07-A/2026, conforme relação abaixo:

Nome Completo	Cargo	CPF
Bruno Levis Andrade	Psicólogo	010.xxx.xxx - 89
Leonardo Torroni da Silva	Psicólogo	036. xxx.xxx -36
Thaís Aparecida Barbosa	Psicólogo	117. xxx.xxx -13
Mariza Cândido da Silva Queiros	Psicólogo	835. xxx.xxx -87
Ana Eliza Lonien	Psicólogo	076. xxx.xxx -52
Jessica Kahuana Inglez de Lara	Psicólogo	050. xxx.xxx -46
Weverton Luiz Lamonato	Operador de Máquina Rodoviária	094. xxx.xxx -67
Pablo Juan de Mello	Operador de Máquina Rodoviária	094. xxx.xxx -60
Thiago Felipe da Silva	Operador de Máquina Rodoviária	116. xxx.xxx -21
Sidinei de Oliveira Camargo	Operador de Máquina Rodoviária	086. xxx.xxx -88

Art. 2º Ficam homologadas exclusivamente as inscrições relacionadas no art. 1º, permanecendo inalteradas as decisões de indeferimento publicadas nos editais anteriores.
Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Honório Serpa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

DEISIMARA VIVIAN TUBIN
Presidente Da Comissão Organizadora, Avaliadora E Julgadora Especial
Portaria Nº 16, De 08 De Junho De 2026

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:CA116D0B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 07-F - DE 15 DE JULHO DE 2026.

EDITAL Nº 07-F, DE 15 DE JULHO DE 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – EDITAL Nº 07-A/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a divulgação da pontuação e classificação provisória do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, referente ao Edital de Abertura nº 07-A/2026.

O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, por meio da **Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora Especial**, designada pela Portaria nº 16, de 08 de junho de 2026, e **CONSIDERANDO** o disposto no item 4. DO CRONOGRAMA do Edital nº 07-A/2026, **TORNA PÚBLICO** o que segue:
Art. 1º A Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora Especial torna pública a **PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** dos candidatos com inscrições homologadas no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme os critérios previstos no item 9.8 do Edital nº 07-A/2026 e os quadros constantes do Anexo I deste Edital.
Art. 2º Os candidatos interessados poderão interpor recurso quanto à pontuação e à classificação provisória no período das **8h30 do dia 16 de julho de 2026 às 23h59 do dia 19 de julho de 2026**, mediante o preenchimento e assinatura do Anexo I do Edital de Abertura e seu envio, em arquivo PDF legível, com tamanho máximo de 10 MB, por meio do formulário eletrônico:
https://forms.gle/uebJBWfhv33fd1uKA
§ 1º O recurso deverá ser devidamente fundamentado, observar o item 11 do Edital nº 07-A/2026 e conter um único questionamento por requerimento.
§ 2º Não será admitida, em sede recursal, a inclusão, substituição ou alteração de títulos, comprovantes de experiência ou demais documentos não apresentados no ato da inscrição, nos termos do item 6.3 do Edital de Abertura.
Art. 3º As inscrições não homologadas não integram a classificação provisória, constando do Anexo II apenas para fins de transparência e identificação da situação administrativa.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Honório Serpa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

DEISIMARA VIVIAN TUBIN
Presidente Da Comissão Organizadora, Avaliadora E Julgadora Especial
Portaria Nº 16, De 08 De Junho De 2026

ANEXO I
PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

CARGO: PSICÓLOGO(A) – NÍVEL SUPERIOR				
Class.	**Nome do candidato**	**Data de nascimento**	**Pontuação total**	**OBSERVAÇÃO**
1º	Mariza Cândido da Silva Queiros	13/09/1971	70	---
2º	Leonardo Torroni da Silva	22/04/1977	57	---
3º	Jessica Kahuana Inglez de Lara	25/01/1998	54	Empate resolvido pelo critério de maior idade.
4º	Thaís Aparecida Barbosa	02/10/1999	54	Empate resolvido pelo critério de maior idade.
5º	Ana Eliza Lonien	15/05/2002	43	---
6º	Bruno Levis Andrade	15/12/1997	36	---
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA - NIVEL FUNDAMENTAL				
Class.	**Nome do candidato**	**Data de nascimento**	**Pontuação total**	**Cotas**
1º	Pablo Juan de Mello	27/06/2003	16	AFRO*
2º	Sidinei de Oliveira Camargo	11/02/1995	4	AFRO*
3º	Weverton Luiz Lamonato	16/05/1999	0	Empate resolvido pelo critério de maior idade

4º	Thiago Felipe da Silva	26/04/2005	0	Empate resolvido pelo critério de maior idade

*** AFRO:** indicação baseada na opção declarada no ato da inscrição, condicionada à homologação da autodeclaração pela Comissão de Heteroidentificação, conforme item 8.3 do Edital nº 07-A/2026.

ANEXO II
INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS – NÃO INTEGRAM A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Nome	Cargo	Situação	Fundamentação/observação
Ederson Ribeiro	Operador de Máquina Rodoviária	Inscrição não homologada	Inscrição realizada antes do período previsto no Edital e, por isso, não considerada para classificação.
Vilson Luiz Sieben	Operador de Máquina Rodoviária	Inscrição não homologada	Item 9.6, alínea "c": não anexou diploma ou certificado comprobatório da escolaridade mínima exigida.
Gelson Pedrozo da Silva	Operador de Máquina Rodoviária	Inscrição não homologada	Item 9.6, alínea "c": ausência de comprovante da escolaridade mínima; e item 3: CNH categoria B, inferior à categoria C ou superior exigida.
Ademir Cechet	Operador de Máquina Rodoviária	Inscrição não homologada	Item 9.6, alínea "e": ausência do Formulário de Inscrição – Anexo II; e item 3: CNH categoria B, inferior à categoria C ou superior exigida.

Observação: as situações acima já foram objeto dos editais relativos à relação provisória, ao resultado dos recursos e à homologação das inscrições, não compondo a classificação dos candidatos com inscrição homo

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:7E5DA943

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.110, DE 15 DE JULHO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.110, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, Crédito Especial no valor de **R$ 21.905,00 (Vinte e um mil, novecentos e cinco reais e nove centavos)**, para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS SOCIAIS			
Ação: 2073 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			**Funcional: 0008.0243.0018**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
508	339093000000000000 – Indenizações e Restituições	11017	21.905,00
Total Ação			**21.905,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos a serem aberto será utilizado recursos oriundos do excesso de arrecadação de Recursos Vinculados para o exercício vigente, mediante detalhamentos na sequência:

I - Superávit do exercício anterior junto a **Fonte de Recursos 11017 – Emendas de Bancada**, **Conta Bancária 31807-8,** no valor de **R$ 21.064,67 (Vinte e um mil, sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos),** acrescido de excesso de arrecadação, oriundo dos rendimentos específicos dessa mesma Conta e Fonte de Recursos no valor de **R$ 840,33 (Oitocentos e quarenta reais e trinta e três centavos).**

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/PR, em 15 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:762E6CE7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.111, DE 15 DE JULHO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.111, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Especial e Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Ficam abertos no Orçamento do Município para o exercício de 2026, Crédito Especial de **R$ 1.740.000,00 (Um milhão setecentos e quarenta mil reais)**, bem como, Crédito Suplementar no valor de **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais),** para as dotações consignadas no orçamento vigente

Órgão: 14 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Unidade: 2 – DIVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE			
Ação: 2046 – MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS			Funcional: 0010.0302.0007
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
184	337170000000000000 – Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	4941	400.000,00
514	337170000000000000 – Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	49413	500.000,00
Total Ação			**900.000,00**
Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 2 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS			
Ação: 2073 – MANUTENÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			Funcional: 0008.0243.0018
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
510	449051000000000000 – Obras e Instalações	93412	1.200.000,00
Total Ação			**1.200.000,00**
Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação: 2107 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES			Funcional: 0008.0244.0023
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
511	339030000000000000 – Material de Consumo	9365	10.000,00
512	339039000000000000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	9365	30.000,00
Total Ação			**40.000,00**
Total			**2.140.000,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos a serem abertos serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação de Recursos Vinculados para o exercício vigente, mediante detalhamentos na sequência:

I - Excesso de arrecadação na **Fonte 4941 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas individuais**. Referente as **Portarias do Ministério da Saúde, 10781** com valor correspondente a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e 10479** com valor de **R$ 100.000,00 (Cem mil reais),** ambas tratam de **"Incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde".**

II - Excesso de arrecadação na **Fonte 49413 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas de Bancada e Comissão.** Referente as **Portarias do Ministério da Saúde, 11327** com valor correspondente a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e 11488 com valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais),** ambas tratam de **"Incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde".**

III - Excesso de arrecadação na **Fonte 93412 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica Estadual.** Referente a **Deliberação 007/2026, do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná CEAS/PR,** que trata do **"Incentivo Financeiro para Construção de CRAS e CREAS"** no valor de **R$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais).**

IV - Excesso de arrecadação na **Fonte 9365 – Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) Estadual.** Referente a **Deliberação 07/2026, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná CEDM/PR,** que trata da **"Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CUSTEIO"** e totaliza **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).**

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/PR, em 15 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:E0A9E9EF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 149/2026

DECRETO nº 149/2026

SÚMULA: Abertura de Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1081 de 11/12/2025;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar no valor de **R$ 37.000,00** (Trinta e sete mil reais) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

	Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	Unidade: 1 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA SAÚDE			
	Ação: 2034 – MANUT. DAS ATIVIDADES ADM. E FINANCEIRAS DA SAÚDE			**Funcional: 0010.0301.0005**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	145	33903000000000000 – Material de Consumo	1303	30.000,00
	Total Ação			**30.000,00**
	Órgão: 16 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
	Unidade: 3 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
	Ação: 2105 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			**Funcional: 0012.0365.0021**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	247	33903000000000000 – Material de Consumo	1107	7.000,00
	Total Ação			**7.000,00**
TOTAL GERAL				**37.000,00**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de Anulação de dotação vigente detalhado na sequência.

	Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	Unidade: 1 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA SAÚDE			
	Ação: 1005 – AMPLIAÇÃO E REFORMAS DAS UNIDADES DE SAÚDE			**Funcional: 0010.0301.0005**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	140	44905100000000000 – Obras e Instalações	1303	30.000,00
	Total Ação			**30.000,00**
	Órgão: 16 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
	Unidade: 6 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			
	Ação: 2058 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			**Funcional: 0012.0361.0021**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	294	33903000000000000 – Material de Consumo	1107	7.000,00
	Total Ação			**7.000,00**
TOTAL GERAL				**37.000,00**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 15 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:2112277A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO CONTRATUAL Nº 077/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA**,** CNPJ: 37.092.326/0001-04, situada na Av. Duque de Caxias, nº 1726, Sala 705, Edifício Duque Hall, cidade de Londrina/PR, CEP: 86010-190.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de saúde, compreendendo a disponibilização de profissionais médicos (clínica geral) e enfermeiros, para atuação nas unidades da rede pública municipal de saúde do Município de Iguaraçu/PR, em especial no Pronto Atendimento Municipal com funcionamento ininterrupto (24 horas) e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).
VALOR: R$ 1.309.000,00 (um milhão trezentos e nove mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/07/2026 a 30/07/2027
EXECUÇÃO: 30/07/2026 a 30/07/2027.

Iguaraçu/PR, 15 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6D794464

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E HABILITADA CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026

Objeto: Chamamento Público para o credenciamento de Fornecedores para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender as demandas das Secretarias Municipais, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ORDEM	CREDENCIADO	CPF/CNPJ	HABILITADO
01	MARIA VALDETE BRITO DA SILVA	733.xxx.xxx-72	SIM
02	MARINALVA PEREIRA DE JESUS GOULART	040. xxx.xxx -19	SIM
03	NELSON DE OLIVEIRA	474. xxx.xxx -53	SIM
04	ELIZABETY APARECIDA GONÇALVES ROSA	027. xxx.xxx -37	SIM
05	COOPERATIVA DE PRODUTORES E ARTESÃO DE ASTORGA-PR (COOPAST)	29.580.026/0001-38	NÃO MOTIVO: Deixou de apresentar: Ata/estatuto da fundação; certidão de falência; certidão estadual
06	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE IGUARAÇU	06.140.801/0001-39	SIM
07	JOÃO TORRENHO FERNANDES	797.xxx.xxx-04	SIM
08	WESLEY FERNANDO BRAZ	049. xxx.xxx-90	SIM
09	DOMINGOS CESARIO DEBRINO	463.xxx.xxx -20	SIM
10	ROGERIO HEBER DE	049.xxx.xxx-81	SIM

	OLIVEIRA FERNANDES		
11	ADEMIR BATISTA BRAZ	329. xxx.xxx-44	SIM

Iguaraçu, 15 de julho de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CB6D2F05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 327/2026

PORTARIA Nº 327/2026

Concede redução de jornada de trabalho a servidora Suely Dziurkowski de Lima.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e, especialmente, das que lhe são conferidas por Lei,

Considerando: que a Lei Municipal nº 1038 de 19 de dezembro de 2022, dispõe,

Art. 1.º - Será concedido horário especial de trabalho ao servidor público efetivo que tenha cônjuge, filho ou outro dependente portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

Considerando: O requerimento da servidora Suely Dziurkowski de Lima que, solicita a redução de sua carga horária para atendimento a necessidade de acompanhamento menor E.D.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária semanal da servidora **SUELY DZIURKOWSKI DE LIMA** - Matrícula 868-1, conforme requerimento a partir do dia 08/07/2026 pelo período de 01 (um) ano, conforme laudo pericial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:A31CCB8F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 328/2026

PORTARIA Nº 328/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com da Lei Municipal,

RESOLVE
Art. 1º Conceder Complementação de Férias ao servidor **ANTONIO KORELO – MATRICULA 190-1,** ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II lotado no Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, no período de **13/07/2026 a 06/08/2026 - (25 dias),** referente período de aquisição **2024/2025,** conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:C4B38600

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 329/2026

PORTARIA Nº 329/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **EDISON DOS SANTOS PEPE – MATRICULA 1030-1,** ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Departamento de Administração, no período de **13/07/2026 a 17/07/2026 – (05 dias),** referente ao período de aquisição **2024/2025,** conforme requerimento e os **15 dias restantes** serão gozados posteriormente, conforme determinação.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:A6170D84

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 330/2026

PORTARIA Nº 330/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **NIVALDO LEAL DOS SANTOS – MATRICULA 293-1,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado no Pronto Atendimento Municipal, no período de **14/07/2026 a 12/08/2026 – (30 dias)**, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:A5DBA3FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 331/2026

PORTARIA Nº 331/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Complementar férias ao servidor **MARCOS ROBERTO GARCIA JUNIOR – MATRICULA 683-1,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Administração VII, lotado no Departamento de Tesouraria, nos seguintes períodos:

I. 14/07/2026 a 15/07/2026 – 02 (dois) dias, referente ao período aquisitivo 2016/2017;

II. 16/07/2026 a 17/07/2026 – 02 (dois) dias, referente ao período aquisitivo 2018/2019, e os **09 dias restantes** serão gozados posteriormente, conforme determinação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:17AFBEDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 332/2026

PORTARIA Nº 332/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias referente aos 15 (quinze) dias após o término do 1º semestre a servidora **DANIELI ELIETE FELD WROBLESVSKI – MATRICULA 488-1,** ocupante do cargo efetivo de Professor III, lotada na Escola Luiz Scheleder, nos seguintes períodos:

I. 15/07/2026 a 20/07/2026 – 06 (seis) dias, referente ao período aquisitivo 2024;

II. 21/07/2026 a 04/08/2026 – 15 (quinze) dias, referentes ao período aquisitivo 2025;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de junho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:232CDC04

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 333/2026

PORTARIA Nº 333/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder Complementação férias ao servidor **SIDNEI LOPES – MATRICULA 353-1,** ocupante do cargo efetivo de Fiscal I, lotado no Departamento de Administração, no período de **16/07/2026 a 17/07/2026 – (02 dias)**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme requerimento e os **05 dias restantes** serão gozados posteriormente conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:ED2C3F99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 334/2026

PORTARIA Nº 334/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias a servidora **ANA PAULA KLOSOVSKI – MATRICULA 883-1,** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada no Departamento de Educação e Vigilância Sanitária, no período de **20/07/2026 a 30/07/2026 – (10 dias)**, referente ao período aquisitivo de **2025/2026**, conforme requerimento e os **20 dias restantes** serão gozados posteriormente conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:7C98B164

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 335/2026

PORTARIA Nº 335/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve,

RESOLVE

Art. 1° Revogar a partir de 01/07/2026 a gratificação de 16,45% sobre seu salário base, a Título de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva concedida através da portaria nº 385/2025, a servidora Rosimery de Lima - matricula 80000128, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:161FA05D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 336/2026

PORTARIA Nº 336/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Majorar a gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva concedida à servidora INES MARIA BERGER, matrícula n.º 709-1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, que passa a ser 28,67% (vinte e oito virgula sessenta e sete por cento) do seu salário base, acrescidos 12,92% (doze vírgula noventa e dois por cento) ao percentual anterior de 15,75% (quinze vírgula setenta e cinco por cento).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/07/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:D9E577AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 110/2026
Processo nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Iporã - CNPJ 75.738.484/0001-70
Contratada: SASU – SERVIÇO DE APOIO A SAUDE DE UMUARAMA LTDA inscrita no CNPJ nº **32.397.883/0001-01**
Objeto: credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos especializados em cirurgia geral, anestesiologia, radiologia, ginecologia e obstetrícia, bem como serviços de direção clínica e direção técnica do Hospital Municipal e Maternidade Cyro Silveira, localizado no Município de Iporã/PR.

Valor total: R$ 1.346,580,96 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).
Vigência: 15/07/2026 a 15/07/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4C765846

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

Objeto: Formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em prol dos entes consorciados.

Fundamento Legal: artigo 241 da Constituição Federal e Lei Federal nº. 11.107/2005. Data de aprovação: 24/06/2025.
Vigência: prazo indeterminado.

Link de acesso ao protocolo de intenções:
https://www.consorcioparanasaude.com.br/?page_id=16519

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:770A32CD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 024/2026
PROCESSO: 095/2026
OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DESTINADO À OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, PARQUE DE DIVERSÃO, ESTACIONAMENTO E CAMAROTES, QUANDO DA REALIZAÇÃO DA "EXPO IPORÃ 2026" QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 09, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2026

A Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, torna público que a sessão do referido Processo 095/2026, Concorrência Eletrônica nº 024/2026, que ocorreu no dia 09/06/2026, às 09h00min, na plataforma BLL Compras, foi declarada fracassada por não atender as exigências do Edital.

Iporã-PR, 15 de Junho de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:503B376A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2023
Procedimento Administrativo nº 059/2023 – Pregão Eletrônico nº 040/2023
Contratante: Município de Itambaracá – PR, CNPJ nº 76.235.738/0001-08.
Contratada: Medicseg Segurança e Medicina do Trabalho Ltda., CNPJ nº 13.179.318/0001-23.
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração, implementação, atualização e coordenação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), realização de exames médicos ocupacionais periódicos, admissionais e demissionais, assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho, gestão de SST, envio e monitoramento dos eventos obrigatórios do eSocial e realização de exames, quando necessário.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 030/2023 por mais 12 (doze) meses, passando a vigência de 02 de agosto de 2026 para 02 de agosto de 2027, bem como acréscimo ao valor contratual de R$ 29.928,00 (vinte e nove mil, novecentos e vinte e oito reais), em razão da prorrogação.
Valor do Aditivo: R$ 29.928,00 (vinte e nove mil, novecentos e vinte e oito reais).
Valor Global Atualizado do Contrato: R$ 119.712,00 (cento e dezenove mil, setecentos e doze reais).
Data da Assinatura: 15 de julho de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:62850C4A

LICITAÇÃO
RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITAMBARACA-ITAMBARACÁ-PR, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2026, Processo Administrativo nº 20/2026 finalizado quarta-feira, 15 de julho de 2026 às 10:01, objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa para Aquisição de Material Gráfico, para um período de 12 (doze) meses.. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: PROJ ART COMUNICACAO VISUAL LTDA (65900716000190) com o lote 10 no valor de R$ 3.022,65 (três mil e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos) e INFOPRINT COM SERV LTDA (01721082000126) com o lote 8 no valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) e lote 11 no valor de R$ 2.929,50 (dois mil e novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) e BRASTOLDO COBERTURAS LTDA (26525437000132) com o lote 18 no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) e MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA (34382012000140) com o lote 2 no valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) e lote 3 no valor de R$ 1.536,40 (um mil e quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) e LIRA LICITAÇÃO LTDA (63047858000121) com o lote 9 no valor de R$ 70,00 (setenta reais), lote 12 no valor de R$ 1.737,60 (um mil e setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), lote 13 no valor de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), lote 14 no valor de R$ 172,00 (cento e setenta e dois reais), lote 15 no valor de R$ 98,00 (noventa e oito reais), lote 16 no valor de R$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais), lote 17 no valor de R$ 1.938,00 (um mil e novecentos e trinta e oito reais), lote 19 no valor de R$ 83,00 (oitenta e três reais), lote 22 no valor de R$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos), lote 23 no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) e lote 24 no valor de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) e PRINTER ART LTDA (34498900000122) com o lote 20 no valor de R$ 1.008,00 (um mil e oito reais) e lote 21 no valor de R$ 1.222,50 (um mil e duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) e STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA (47305688000181) com o lote 4 no valor de R$ 1.914,00 (um mil e novecentos e quatorze reais), lote 5 no valor de R$ 900,00 (novecentos reais), lote 6 no valor de R$ 1.020,00 (um mil e vinte reais) e lote 7 no valor de R$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais) e PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA. (13615650000193) com o lote 1 no valor de R$ 1.887,00 (um mil e oitocentos e oitenta e sete reais),

ITAMBARACÁ (PR), quarta-feira, 15 de julho de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:772A13ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.497/2026

SÚMULA: Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Itambaracá/Paraná referente ao decênio 2026 - 2036 e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do **PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;

CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026 - 2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a Política Educacional Brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;

CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;

CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;

CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Itambaracá, referente ao decênio 20262- 2036, composta pelas seguintes instâncias:
I. Comissão Gestora;
II. Equipe Técnica;
III. Grupos de Trabalho (GTs).

Parágrafo único: As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I. Diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
II. Identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III. Definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 20262 - 2036 e com as especificidades locais;
IV. Consulta e validação social;
V. Elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI. Encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º - A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Compete à Comissão Gestora:
I. Coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II. Definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III. Instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV. Garantir a participação social e a transparência do processo;
V. Validar o diagnóstico educacional do Município;
VI. Deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII. Aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;

VIII. Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX. Articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X. Assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI. Designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII. Definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026 - 2036;
XIII. Deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º - A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I. 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II. 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III. 01 (um) representante do Conselho Municipal do CACS FUNDEB
IV. 01 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;
V. 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
VI. 01 (um) representante da Rede Municipal de Ensino;
VII. 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino;
VIII. 01 (um) representante do Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio;
IX. 01 (um) representante da APP Sindicato.

§ 1º - Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente.

§ 2º - Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 10 dias contados da publicação deste Decreto.

§ 3º - A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.

§ 4º - A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.

§ 5º - As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.

§ 6º - A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º - A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º - Compete à Equipe Técnica:
I. Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II. Elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III. Analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV. Apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V. Orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI. Sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII. Garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII. Elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX. Padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X. Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI. Subsidiar decisões com base em evidências;
XII. Articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.

Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 8º - A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, 6 membros titulares, designados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação por meio de Portaria específica.

Art. 9º - A Equipe Técnica será composta por representantes:
I. Representante da Equipe de Assessoria da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II. Representante com atuação na área curricular pratica pedagógica.
III. Representante da Educação Infantil
IV. Representante do Ensino Fundamental, anos iniciais;
V. Representante do Ensino Fundamental, anos finais;
VI. Representante do Ensino Médio;
VII. Representante da Escola em Período Integral;
VIII. Representante de Agente Administrativo.

§ 1º - A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I. Estatísticas e indicadores educacionais;
II. Planejamento e gestão pública;
III. Orçamento público e financiamento da educação;
IV. Elaboração de documentos técnicos e normativos;
V. Currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.

§ 2º - Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.

§ 3º - A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 10 - Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026 - 2036.

Art. 11 - Compete aos Grupos de Trabalho:
I. Analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II. Identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III. Contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV. Propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V. Participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI. Submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 12. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026 - 2036, podendo contemplar, entre outros:
I. Educação Infantil;
II. Alfabetização e Ensino fundamental;
III. Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV. Educação Integral e em tempo integral;
V. Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI. Valorização dos Profissionais da Educação;

VII. Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII. Financiamento da Educação;
IX. Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias educacionais;
X. Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.

Parágrafo único: Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art. 12 - Cada Grupo de Trabalho contará com:
I. 01 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II. 01 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.

§ 1º - Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.

§ 2º - Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art. 13 - A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.

§ 1º - A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.

§ 3º - Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.

§ 4º - Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.

§ 5º - A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º - A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14 - A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I. A Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II. Os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III. A Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV. A Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V. O texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI. O documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 15 - Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026 - 2036.

Art. 17 - Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE JULHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
Secretária Municipal de Educação

NATÁLIA LETÍCIA RODRIGUES
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:35968282

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 056/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.282.698/0001-47, com sede em Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, em Itambé, Estado do Paraná, neste ato representado por Seu Prefeito, Sr. **Ananias Soares Vieira**, portador do RG nº 5.049.568-0 SESP/PR e do CPF nº 794.109.799-00.

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.541.088/0016-23, com sede em Avenida Colombo, 6225, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP Nº 87.020-000.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: Inclusão de dotação orçamentária para cobertura de despesas decorrentes do Contrato Administrativo nº 056/2026.

GISELE PEREIRA BATISTA, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO:

1. A celebração do Contrato Administrativo nº 056/2026, em 30/04/2026, cujo objeto é Contratação do Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial – SENAC/PR, para oferta de cursos de qualificação profissional destinados a mulheres;

2. A necessidade de dar continuidade à execução financeira do referido contrato, realizando os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços/bens já entregues ou a serem executados;

3. A insuficiência ou o esgotamento do saldo na dotação orçamentária originalmente prevista na Cláusula sexta do contrato primitivo;

4. A existência de recursos orçamentários disponíveis em outra dotação para suportar as despesas contratuais, conforme Nota de Empenho (ou documento equivalente) anexa;

5. O que dispõe o **art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, que autoriza a formalização por simples termo de apostilamento das alterações de crédito orçamentário, desde que não haja alteração do valor do contrato.

RESOLVE:

APOSTILAR o Contrato Administrativo nº 056/2026, para que passe a constar o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO APOSTILAMENTO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração da cláusula de dotação orçamentária do contrato original, para fins de adequação da fonte de recursos que custeará as despesas remanescentes, sem que isso implique em alteração do valor global ou do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NOVA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. As despesas decorrentes da execução do Contrato Administrativo nº 056/2026, a partir desta data, será acrescentada a seguinte dotação orçamentaria:
746 - 10.002.08.243.0014.2033.3.3.90.39.00.00 – 351011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
3.1. Ficam integralmente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 056/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.

Este Termo de Apostilamento independe de aceitação pela CONTRATADA, nos termos do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021, e seus efeitos se produzem a partir da data de sua publicação.

Dê-se ciência à CONTRATADA e publique-se na forma da lei.

Itambé, 14 de julho de 2026.

GISELE PEREIRA BATISTA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria Nº 05/2025

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:4AFE2928

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 113/26 DE 15 DE JULHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 80.000,00 (oitentamil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
02.001.04.122.0009.2.002. MANUTENÇÃO DO GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
738 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 70.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
708 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
Total Suplementação: 80.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:EDBB25F2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 112, DE 14 DE JULHO DE 2026 REPUBLICADO

SÚMULA: Cria no âmbito das Unidades Básicas de Saúde de Itambé, o Núcleo de Segurança do Paciente e Nomeia os membros para compor o Núcleo de Segurança do Paciente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ, Estado do Paraná, ANANIAS SOARES VIEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 36 da ANVISA de 25/07/2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, dentre elas a constituição de um Núcleo Municipal de Segurança do Paciente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado no âmbito das Unidades Básicas de Saúde de Itambé, o Núcleo de Segurança do Paciente.

Art. 2º. O Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes de trabalho, a fim de promover ações voltadas para a segurança dos pacientes, através do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação de programas, que visem garantir a qualidade dos processos nas Unidades de Saúde.

Art. 3º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Núcleo de Segurança do Paciente(NSP):
I. Elizabeth Adriana Santander Araya - Médica Clínica
II. Érica Bianchessi Pereira Saibert - Coordenadora da UBS Ester Mateus Pinto de Melo
III. Francielly Honda Custódio de Oliveira - Enfermeira UBS Ester Mateus Pinto de Melo
IV. Rita de Cassia Pires de Araújo - Diretora Clínica da UBS 24 horas

V. Fernanda Cristina Nascimento – Enfermeira da UBS 24 horas
VI. Sandra Hozumi Komagome - Enfermeira Epidemiologia
VII. Clodoaldo Penha Antoniassi – Odontólogo
VIII. Paula Tavares Constantino – Farmacêutica
IX. Valdirene Aparecida Scodro Peixoto - Assistente Social (Equipe Multiprofissional)
X. Leonice Alves Fernandes - Técnica de Enfermagem
XI Luzineide do Carmo Paixão - Auxiliar de Enfermagem
XII. Jessica Caroline Dourado - Chefe da Divisão de Saúde (Atenção Primária)
XIII. Dion Luciano da Rocha - Vigilância Sanitária

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:7C327907

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90037/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna pública a retificação do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90037/2026, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização/confecção de uniformes escolares, destinados aos alunos matriculados nas instituições de ensino da Rede Municipal de Educação do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances que estava prevista para o dia 16 (dezesseis) de Julho de 2026 a partir das 09h00min (nove) horas será realizada no dia 31 (trinta e um) de Julho de 2026 a partir das 09h00mn (nove) horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
A retificação se deve a necessidade da inclusão da tabela de tamanhos e das figuras.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90037/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 - 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 15 (quinze) de Julho de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação
Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:759C49E6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 164/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 164/2026
DATA: 14.07.2026

SÚMULA: Dispõe sobre férias de servidores públicos Municipais, e da outras providencias.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
Considerando a existência de períodos de férias vencidas não usufruídos pelos servidores;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos os seguintes períodos de férias aos servidores públicos municipais:
I - Maria Rosane da Anunciação Henkes, pelo período de **30 (trinta) dias**, compreendido entre 17/07/2026 a 15/08/2026.
II - Ivanir Anziliero, pelo período de **10 (dez) dias**, compreendido entre 23/07/2026 a 01/08/2026.
III - Maria Aparecida Dosorets Ferrari, pelo período de **30 (trinta) dias**, compreendido entre 03/08/2026 a 01/09/2026.
IV - Marli Carneiro Pereira, pelo período de **30 (trinta) dias**, compreendido entre 10/08/2026 a 08/09/2026.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:00524FD9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 165/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 165/2026
DATA: 14.07.2026

SÚMULA: Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor Vilmar Schmoller, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o Decreto 292 de 18 de dezembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:632DA3A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2026

CONTRATO Nº 137/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: METEORO FESTAS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 51.549.810/0001-32.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ORNAMENTAÇÃO E DECORAÇÃO, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
DO VALOR: R$ 17.154,00 (DEZESSETE MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS
DATA DA ASSINATURA: 30 DE JUNHO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:1C9BA009

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2026

CONTRATO Nº 163/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA.
CNPJ: 58.892.523/0001-70.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS E TECNOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.
DO VALOR: R$ 74.999,00 (SETENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE JULHO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:93D37B73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2026

CONTRATO Nº 164/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: 63.106.245 63.106.245 JENIFFER GODOY WILL LOPES.
CNPJ: 63.106.245/0001- 18.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS E TECNOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.
DO VALOR: R$ 11.500,00 (ONZE MIL E QUINHENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 09 DE JULHO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:20CFFFFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2026

CONTRATO Nº 166/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: UNYFLEX UNYGOV GOVERNANCE CAPACITACAO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA.
CNPJ: 55.930.096/0001-89.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, POR MEIO DE CURSO PRESENCIAL SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS IMPACTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DESTINADO A 04 (QUATRO) SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, CONFORME PROGRAMAÇÃO CONSTANTE NESTE CONTRATO.
DO VALOR: R$ 10.240,00 (DEZ MIL DUZENTOS E QUARENTA REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 10 DE JULHO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 3 (TRÊS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:4F908C98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 184/2025 - ACRÉSCIMO

CONTRATO: Nº 184/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: JULIE DOS SANTOS PIRES – ME.
CNPJ: 13.172.250/0001-50.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, PARA TODOS OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E TAMBÉM PARA ALUNOS INTOLERANTES A GLÚTEN, LACTOSE E DIABÉTICOS"
DO VALOR: R$ 62.465,50 (SESSENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 08 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BB952021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026**, que tem como objeto a *"*Contratação de empresa especializada para prestação de serviços destinados à realização da Corrida Agosto Lilás*"*, cujos vencedores foram as seguintes empresas: LOTES: 01 – 02 – 04 – 05 – 06, Empresa: METEORO FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: Nº 51.549.810/0001-32, no Valor de R$ 13.670,41 (treze mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e um centavos); LOTE: 03, Empresa: MULTI TROFÉUS - TROFÉUS E MEDALHAS LTDA ME, CNPJ: Nº 09.498.341/0001-03, no valor de R$10.740,15 (dez mil, setecentos e quarenta reais e quinze centavos). Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 15 de julho de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5054873F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

LICITAÇÃO COM LOTE PARA MICRO EMPRESA E EPP E LOTE PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 30/07/2026 às 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 30/07/2026 às 09h00min.
Objeto: *"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia (conserto, montagem, rodizio de pneus,*

vulcanizações e troca de bicos), com fornecimento de mão de obra e materiais, para veículos leves, pesados e máquinas"
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 561.857,70 (quinhentos e sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos)
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 15 de julho de 2026.

LETICIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 398/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:E98A1D03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

LICITAÇÃO PARA EMPRESA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 28/07/2026 às 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 28/07/2026 às 09h00min.
Objeto: Aquisição de materiais para execução de obras de implantação, manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água, para atender as demandas dos munícipes do município de Itaperuçu- PR, pelo critério de menor preço global por um período de 12(doze) meses.
VALOR MÁXIMO: R$ 100.512,15 (cem mil quinhentos e doze reais e quinze centavos)
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 15 de julho de 2026.

LETICIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria Nº 398/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:D6F57038

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 78/2026

DECRETO N° 078/2026
De 15 de julho de 2026

SÚMULA:- Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.677/2025 de 18 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03005:- DIRETORIA EXECULTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
03005:041220002.008– Gestão das Atividades com Festividades Municipais
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 807)
R$ 50.000,00
TOTAL..... R$ 50.000,00
FONTE: 858 – Conv. SETU 379/2026 - Realização de Evento Cultural
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 50.000,00

Art. 2º - Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

17.24.99.01.01.00.00.00 CONV. SETU 379/2026 - REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL TRADICIONALISTA - F. 858	50.000,00
TOTAL GERAL DE TENDENCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	***50.000,00***

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.677/2025, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.676/2025 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2026 a 2029, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.651/2025 com vigência para o exercício de 2026.

Art. 4º - Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis. (15/07/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:87626505

ADMINISTRAÇÃO RH
EDITAL N°003/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2024

EDITAL N°003/2026

CONVOCAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024

SÚMULA: CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024 PARA REALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a realização do Processo Seletivo simplificado n° 001/2024, **RESOLVE**:

Art. 1º - Convocar o seguinte Candidato, para realização de Contrato de Trabalho:

CARGO 02: ENFERMEIRO – 40 HORAS

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
GUIOMAR RODRIGUES DE SOUZA	722.7**.***-53	6º

Art. 2º - O candidato convocado deverá comparecer até 22/07/2026 no Departamento de Pessoal com xerox autenticado **ou** original de toda documentação exigida no edital do Processo Seletivo Simplificado nº001/2024, inclusive os já enviados no ato da inscrição, para contratação.
Parágrafo único: O candidato que não apresentar toda documentação exigida no prazo estabelecido fica automaticamente eliminado.

Art. 3º - Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE JULHO DE 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:D5EB3748

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 281/2026

PORTARIA Nº 281/2026

SÚMULA: Dispõe sobre desclassificação de Candidata Aprovada no PSS nº 001/2024 e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Em razão do termo de desistência de vaga apresentado após a convocação, fica desclassificada a candidata Deborah Fernandes Gomes, CPF nº 077.8**.***-27, aprovada para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024, para o cargo de Enfermeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:05261B21

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 03/2026

Referência: P**rocedimento Administrativo nº 03/2026 - Dispensa de Licitação nº 03/2026.**
Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Medicina e Segurança do Trabalho - SST, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL/PR**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando o Procedimento Administrativo nº 03/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 03/2026;
Considerando a divulgação do Aviso de Contratação Direta nº 03/2026, para recebimento de propostas adicionais e documentos de habilitação, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando que foram recebidas propostas comerciais dentro do prazo previsto no Aviso de Contratação Direta nº 03/2026;
Considerando que as propostas comerciais foram classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, conforme registro constante dos autos;
Considerando que a empresa **CILLA SEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **28.257.751/0001-07**, apresentou a proposta mais vantajosa, no valor global de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**;
Considerando que a empresa **CILLA SEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, comprovou o atendimento às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas no Aviso de Contratação Direta nº 03/2026, no Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando que, por ter sido habilitada a empresa primeira colocada, não houve necessidade de análise da documentação de habilitação dos fornecedores subsequentes;
Considerando a Ata da Sessão Pública de Julgamento e Habilitação, o Resultado de Julgamento e Habilitação, a Razão da Escolha do Contratado e a Justificativa de Preço, bem como o encaminhamento realizado pelo Agente de Contratação;
Considerando que o preço ofertado é inferior ao valor máximo estimado de R$ **11.866,92 (onze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos)** e compatível com a vantajosidade pretendida pela Administração;

RESOLVE:

1. ADJUDICAR o objeto da Dispensa de Licitação nº 03/2026 à empresa **CILLA SEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **28.257.751/0001-07**, pelo valor global de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, para prestação dos serviços pelo período de 12 meses.
2. HOMOLOGAR o Procedimento Administrativo nº 03/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 03/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, reconhecendo a regularidade dos atos praticados, conforme documentos constantes dos autos.
3. AUTORIZAR a contratação da empresa **CILLA SEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, observadas as condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta nº 03/2026, no Termo de Referência, na minuta contratual, na proposta apresentada e nos demais documentos integrantes do processo.
4. DETERMINAR a adoção das providências necessárias à formalização do contrato, à emissão do respectivo empenho, à publicação dos atos cabíveis e aos demais registros legais e administrativos aplicáveis.

Itaúna do Sul/PR, 14 de julho de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente
Câmara Municipal de Itaúna do Sul
Estado do Paraná

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:D468BA9C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
ANALISE DE DOCUMENTOS - EXTRATO PUBLICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

ANALISE DE DOCUMENTOS - EXTRATO PUBLICAÇÃO – **CREDENCIAMENTO Nº 010/2026. Processo Administrativo 090.2026.** Credenciamento, de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva. O Município de Itaúna do Sul torna público o credenciamento da empresa **AUTO ELETRICA MR LTDA, estabelecida na Avenida Paraná, 357, Diamante do Norte – Pr, inscrita no CNPJ sob nº 22.893.780/0001-89** A empresa encontra-se credenciada para todos os itens do Termo de Referência e apta à prestação de serviços conforme demanda da Administração e disponibilidade orçamentária, após celebração da inexigibilidade de licitação. Novas empresas interessadas poderão se credenciar durante o prazo de vigência, desde que atendam integralmente aos requisitos do Edital. PRAZO RECURSAL: 03 (três) dias úteis a contar desta publicação, conforme Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021. Itaúna do Sul, 15 de julho de 2026.

RELATORIO ATUALIZADO
EMPRESAS CREDENCIADAS

DATA: 15/07/2026.
CREDENCIAMENTO Nº 010/2026. Processo Administrativo 090.2026. Objeto: Credenciamento, de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de mecânica em geral para (maquinários, tratores e implementos agrícolas) e auto elétrica (frota municipal), com fornecimento de peças, destinados à manutenção corretiva e preventiva

SERVIÇOS DE BORRACHARIA

Ordem	Empresa	CNPJ	Localidade
1ª	AUTO ELETRICA MR LTDA	22.893.780/0001-89	Diamante do Norte-PR

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:FBDF65BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
ANALISE DE DOCUMENTOS - EXTRATO PUBLICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 09/2026 –

ANALISE DE DOCUMENTOS - EXTRATO PUBLICAÇÃO – **Credenciamento nº 09/2026 –** Credenciamento de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços comuns de borracharia e vulcanização para suprir as necessidades da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de Itaúna do Sul – PR. O Município de Itaúna do Sul torna público o credenciamento da empresa **60.249.110 SILVIO RODRIGO GONCALVES BIZERRA - CNPJ: 60.249.110/0001-13.** A empresa encontra-se credenciada para todos os itens do Termo de Referência e apta à prestação de serviços conforme demanda da Administração e disponibilidade orçamentária, após celebração da inexigibilidade de licitação. Novas empresas interessadas poderão se credenciar durante o prazo de vigência, desde que atendam integralmente aos requisitos do Edital. PRAZO RECURSAL: 03 (três) dias úteis a contar desta publicação, conforme Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itaúna do Sul, 15 de julho de 2026.

RELATORIO ATUALIZADO
EMPRESAS CREDENCIADAS

DATA: 15/07/2026.
Credenciamento 09.2026

Objeto: Credenciamento de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços comuns de borracharia e vulcanização para suprir as necessidades da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de Itaúna do Sul – PR

SERVIÇOS DE BORRACHARIA

Ordem	Empresa	CNPJ	Localidade
1ª	SILVIO RODRIGO GONCALVES BIZERRA	60.249.110/0001-13	Itaúna do Sul

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:2882259D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO REF: PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026.

EXTRATO CONTRATO
REF:**PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026.** Processo Administrativo 080.2026
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 15/07/2026.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, mediante disponibilização de micro-ônibus rodoviário e ônibus rodoviário, para atendimento do transporte universitário e demais necessidades do Município de Itaúna do Sul/PR
ESPÉCIE:CONTRATO nº 044/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: COSTA TRANSPORTES LTDA, E-mail: rubenscosta597@gmail.com, Telefone: (44) 9109-9329, Whatsapp (44) 99109-9329CNPJ/CPF: 13.730.880/0001-01, Cep: 87990-000, Endereço: AV MASATOSHI YAGURA N°: 1165, Cidade: Diamante do Norte, Estado: Paraná.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:C4CE7F14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO CONTRATO Nº. 044/2025, REFERENTE A LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO Nº 031/2025,

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Termo aditivo nº 01/2026 ao contrato nº. 044/2025, referente a licitação DISPENSA DE LICITACAO Nº 031/2025, : **Contratação de empresa para prestação de serviços de montagem de pneus (leves e pesados) e troca de bico**. CONTRATADA: CASA DABORRACHA DE NOVA LONDRINA LTDA-ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº00.984.084/0001-45 sediado(a) na Rua Massao Morimatsu, 58, térreo, centro, Nova Londrina-PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Jorge Bezerra Guedes, CPF: 350.075.409-00. OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, com vencimento em 09/07/2027, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, mantidas as demais condições contratuais não alteradas por este instrumento. A execução do objeto no período prorrogado observará o saldo contratual remanescente existente na data da formalização deste Termo Aditivo, sem prejuízo do controle administrativo, da fiscalização contratual e da estrita observância aos quantitativos e condições definidos no ajuste originário. Local, Itaúna do Sul-PR, 09 de julho de 2026.

Autoridade Competente:
GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:701DE0BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026
Processo Administrativo 080.2026
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, mediante disponibilização de micro-ônibus rodoviário e ônibus rodoviário, para atendimento do transporte universitário e demais necessidades do Município de Itaúna do Sul/PR;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: COSTA TRANSPORTES LTDA, E-mail: rubenscosta597@gmail.com, Telefone: (44) 9109-9329, Whatsapp (44) 99109-9329CNPJ/CPF: 13.730.880/0001-01, Cep: 87990-000, Endereço: AV MASATOSHI YAGURA N°: 1165, Cidade: Diamante do Norte, Estado: Paraná.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO (TOTALGERAL): R$570.000,00
VIGÊNCIA ATA-RP/CONTRATO: 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 15 de julho de 2026.

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo. **Responsável pela Pesquisa de Preços:** Bruno Vianna da Silva – Diretor Executivo de Viação, Obras, Serviços e Desenvolvimento Econômico. **Publicação:** Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:1EB52769

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 139/2026 LICITAÇÃO N° 023/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2026

OBJETO: Aquisição de Fórmulas Infantis e Suplementos Nutricionais.
CONTRATADA: ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 53.702,48
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: ANA LUCIA DE MATOS

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:97B5E00C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 140/2026 LICITAÇÃO N° 023/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2026

OBJETO: Aquisição de Fórmulas Infantis e Suplementos Nutricionais.
CONTRATADA: ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 53.702,48
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: ANA LUCIA DE MATOS

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:A7CB19FF

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 142/2026 LICITAÇÃO N° 032/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026

OBJETO: objeto é a Serviço de manutenção especializada ao combate a incêndio.
CONTRATADA: NVH MONTEIRO LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 52.961,66
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 13/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: NATHAN VICTOR HENRIQUE MONTEIRO

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:04FC5CA9

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 144/2026 LICITAÇÃO N° 041/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2026

OBJETO: objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de lanches, alimentos e bebidas para ações, palestras e campanhas no âmbito da vigilância sanitária, epidemiológica e atenção básica da Secretaria Municipal de Saúde, lote –1 e 3.
CONTRATADA: HOTEL E CHURRASCARIA BRIZOLLA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 53.702,48
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: Sydney Brizolla

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:855502CE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 145/2026 LICITAÇÃO N° 041/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2026

OBJETO: objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de lanches, alimentos e bebidas para ações, palestras e campanhas no âmbito da vigilância sanitária, epidemiológica e atenção básica da Secretaria Municipal de Saúde, lote –2 e 4.
CONTRATADA: LUIZ RICARDO BUENO ME
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 8.598,60
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO:
Prefeito Municipal

LUIZ RICARDO BUENO
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:4D91A50F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: SUPERMERCADO MANFRON LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para compor a alimentação para atender ás necessidades do V Jei´s – Jogos Escolares de Ivaí.
Dotação orçamentária:
07.001.27.812.2701.1029.3.3.90.30.00.00
VALOR R$ 56.279,34 (Cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 14/07/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:E77D9657

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: 64.601.697 ALESSANDRO JOSE DESCHK
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, coordenação, estrutura, logística e execução da competição de corrida de rua a pé "1º Ivaí Run 6k".
Dotação orçamentária:
07.001.27.812.2701.1029.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 22.940,00 (Vinte e dois mil e novecentos e quarenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 14/07/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:363483A5

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 146/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°053/2026

OBJETO: objeto 5 bombas dosadoras de cloro galão de cloro 25 litros.
CONTRATADA: 59.794.920 FRANCISCO DE SALES FILHO
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 17.500,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

FRANCISCO DE SALES FILHO –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:F7025AE3

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 147/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°054/2026

OBJETO: Aquisição de Playground, brinquedos recreativos e bancos para a implementação e melhoria de espaços de lazer infantil.
CONTRATADA: FELEMI COMERCIAL LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 65.400,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

FERNANDO LERIN MILKIEVICZ –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:5EEE389A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 148/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 026/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

OBJETO: para aquisição de rouparia hospitalar destinada ao atendimento das demandas do Hospital Municipal de Ivaí, LOTE 1.
CONTRATADA: JUTEX LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 41.000,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ANDRE HUBMAIER DA SILVA BITTENCOURT –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:5B2D780A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 197/2026

PORTARIA Nº 197/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,E Nº 460/95,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr **JANIO RODRIGUES**, INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, no período de 13 de julho de 2026 a 26 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 15 de julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:D4B1A618

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 198/2026

PORTARIA Nº 198/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr **JOSÉ ORIVAL PALHANO,** AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período concessivo de 16 de julho de 2026 a 14 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 15 de julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:B4D2E418

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2026

PORTARIA Nº 196/2026

Atribui responsabilidade funcional solidária aos Técnicos Operadores do Sistema de Informação Municipais (SIM-AM) do TCE-PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Agenda de Obrigações do Sistema de Informação Municipais (SIM-AM) do E. Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Resolve:
Art. 1º Atribuir responsabilidade funcional solidária aos Técnicos, encarregados da operacionalização dos módulos do Sistema de Informação Municipais (SIM-AM) do TCE-PR, pela inserção de dados cadastrais, fiscais, orçamentais, financeiros e contábeis, e veracidade das informações prestadas, cumprimento de prazos previstos na Agenda de Obrigações, e manutenção da regularidade exigida para obtenção da certidão liberatória pelo TCE-PR, documento indispensável para concessão de recursos, convênios e empréstimos ao Município, na seguinte ordem:

I – Módulo Tabela Cadastrais

Nome: FABIO JOSE GRANISKA	CPF: xxx.154.xxx-xx	Matrícula: 6491

II – Módulo Planejamento e Orçamento

Nome: FABIO JOSE GRANISKA	CPF: xxx.154.xxx-xx	Matrícula: 6491

III – Módulo Contábil

Nome: FABIO JOSE GRANISKA	CPF: xxx.154.xxx-xx	Matrícula: 6491

IV – Módulo Tesouraria

Nome: FABIO JOSE GRANISKA	CPF: xxx.154.xxx-xx	Matrícula: 6491

V- Módulo Contratos

Nome: KEILA STORER BUENO	CPF:xxx.518.xxx-xx	Matrícula: 1328101

VI- Módulo Frotas

Nome: AMANDA GUERECZ DERKASCZ	CPF: xxx.152.xxx-xx	Matrícula: 1327974

VII- Módulo Folha de Pagamento

Nome: LETICIA RIBEIRO SILVESTRIN	CPF: xxx.703.xxx-xx	Matrícula: 1328176

VIII - Módulo Licitações

Nome: KEILA STORER BUENO	CPF: xxx.518.xxx-xx	Matrícula: 1328101

IX - Módulo Patrimonio

Nome: JHONATA SILVA CAVALCANTE	CPF: xxx.294.xxx-xx	Matrícula: 1327976

X - Módulo Tributário

Nome: CELSO KOBELNIK JUNIOR	CPF: xxx.030.xxx-xx	Matrícula: 1327812

XI - Módulo Obras Públicas

Nome: WILLIAN SAUTER DE CRISTO	CPF: xxx.301.xxx-xx	Matrícula: 1327944

Art. 2º A ocorrência de eventual responsabilidade funcional prevista pelo artigo 1° será apurada e julgada de acordo com a conduta funcional, fundamentada na legislação em vigor.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ivaí, 15 de julho de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:00D42002

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026-PMI

CONTRATO Nº. 083/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **CAMARGO MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 58.513.322/0001-14.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de materiais de construção, insumos, equipamentos, materiais permanentes e demais itens correlatos constantes na Tabela SINAPI, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Aland Nehring Wunderlch, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação	Valor máximo estimado da contratação	Percentual de desconto ofertado (%)
1.1	Undd	01	**Percentual de Desconto para produtos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominada TABELA SINAPI (%).** Percentual de Desconto para produtos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Indices da Construção Civil, denominada TABELA SINAPI (%): MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS: Materiais para manutenção geral (HIDRÁULICA). Materiais para manutenção geral (PINTURA). Materiais para manutenção geral (ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO). Materiais para manutenção geral (FERRAMENTAS). Materiais para manutenção geral (MADEIRAS). Materiais para manutenção geral (FERRAGEM). Materiais para manutenção geral (COBERTURA). Materiais para manutenção geral (ARTEFATOS DE CONCRETO). Materiais para manutenção geral (METALURGIA E FUNILARIA). Materiais para manutenção geral (BRUTOS) e DEMAIS ITENS CORELATOS E CONSTANTES NA TABELA, INCLUINDO INSUMOS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES EM GERAL.	R$ 200.000,00	40%

VALOR: **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **15 de julho de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **15 de julho de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 15 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:072388A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 026/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de materiais de construção, insumos, equipamentos, materiais permanentes e demais itens correlatos constantes na Tabela SINAPI, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa CAMARGO MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 58.513.322/0001-14, no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 15 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:8A77548A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 069/2026

Decreta Luto Oficial em virtude do falecimento do Sr. SERGIO ANTONIO MARIOTTO, ocorrido nesta terça-feira, dia 14/07/2026, e dá outras providências

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas em lei, e considerando o falecimento do Sr. **SERGIO ANTONIO MARIOTTO**,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por 2 (dois) dias, contados a partir desta data, no Município de Jaguapitã, em sinal de profundo pesar que acomete os familiares, amigos e a comunidade, pelo falecimento do Sr. **SERGIO ANTONIO MARIOTTO**, irmão da vereadora THANYA REGINA MARIOTO CRUZ, e irmão do ex-vice-prefeito CLAUDIO MARIOTTO, ocorrido nesta terça-feira, dia 14/07/2026.

Art. 2º Nas repartições públicas o expediente se encerrará às 12h do dia 15/07/2026, pelos motivos expostos no art. 1º deste Decreto, mantendo-se os serviços essenciais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,

Em 15 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:4B2F00EB

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DAS FARMÁCIAS DA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DE JAGUAPITÃ/PR, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA À POPULAÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **16 de julho de 2026** até às 08h20m do dia **29 de julho de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **29 de julho de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 15 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:D4F7E78A

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as):
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO /40 HRS
TALISSA CAVALHEIRO KURITA
RUBENS APARECIDO CARNEIRO

Os (As) convocados (as) acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 16/07/2026 a 22/07/2026, munidos (as) dos seguintes documentos original e 01(uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal/DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 15 de julho de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C964953F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 458/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

AUTORIZAR a professora **Sra**. **HERCILIA DA SILVA OLIVEIRA E SILVA,** portadora do CPF ***.636.729-** desta municipalidade, a assumir 20 (vinte) horas semanais remuneradas em **regime de jornada suplementar,** para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, na função de Diretora da Escola Municipal Paulo Freire, a partir de 08 de julho/2026, em conformidade com a Lei nº 032/2022 de 13/09/2022.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ-PR, Em 15 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:28281B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR

I – A Presidente da Comissão Especial de Concurso, usando das atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 02/2026, conforme segue:

INSCRIÇÃO	VAGA	CANDIDATO
99271	FONOAUDIÓLOGO	ANA CLAUDIA LOPES
99266	FONOAUDIÓLOGO	ARIANY MARGARIZO ALMEIDA
99273	FONOAUDIÓLOGO	THAMIRIS HELOISA BERTONI BARBOSA

II – Informamos aos candidatos homologados que as provas serão realizadas no dia **02 DE AGOSTO DE 2026**, com início às **09H00MIN**, na **ESCOLA MUNICIPAL LUIZ TRIBURTINO DA SILVA,** sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 110 - Centro, em Jardim Olinda – PR

III – Informamos ainda que após o horário de início não será permitida a entrada de candidatos no local de provas.

IV – Para realizar as provas o candidato deverá apresentar documento original conforme disposto no item 10.8. do Edital de Abertura.

Jardim Olinda - PR, em 15 de julho de 2026.

MARIA ALTANIRA DE OLIVEIRA REIS
Presidente da Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:F0DFD30E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias a servidora, **LUCIANA ESPINDULA DO AMARAL LAGE**,

correspondente ao período aquisitivo de 20 de junho de 2025 a 20 de junho de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 14 de julho de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:19365EBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°233/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 233/2026 - De 03/07/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Felipe Francisco Leite	Motorista	Cornélio Procópio	03/07/2026	Em viagem para levar a bomba do caminhão de limpeza de fossa para revisão.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 10 de julho de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:DE22F7B4

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°234/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 234/2026 - De 13/07/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Juliano Aparecido Brandão	Motorista	Londrina	13/07/2026	Em viagem para Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00
Carlos Rodolfo da Silva	Motorista	Londrina	13/07/2026	Em viagem para Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00
Helder Moraes Oliveira	Motorista	Londrina	13/07/2026	Em viagem para Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00
Norton Pablo Franco	Motorista	Londrina	13/07/2026	Em viagem para Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00
Gilberto Leite da Silva	Motorista	Londrina	13/07/2026	Em viagem para Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00
Ademar Marcílio Bernardes	Motorista	Londrina	13/07/2026	Buscar Motoristas que foram Levar ônibus para revisão.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 13 de julho de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:7E0BF718

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°235/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº235/2026 – De 03/07/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Wellington Pinheiro Viana	Auxiliar de Serviços Gerais	Cornélio Procópio	03/07/2026	Em viagem para auxiliar no transporte da bomba do caminhão de limpeza de fossa para revisão.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 14 de julho de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:5349AC3E

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°236/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 236/2026 – De 09/07/2026 à 11/07/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Donizete Aparecido de Carvalho	Diretor do Dp. Habitação,Urbanismo e Obras Publicas.	Curitiba	09/07/2026	Em viagem para levar motorista buscar caminhão da Associação de hortifrutas	R$ 130,00
Claudinei Aparecido Fernandes	Motorista	Ribeirão Claro	09/07/2026,10/07/2026 e 11/07/2026	Em viagens para Buscar Pedras Poliédricas para execução de serviços de pavimentação e manutenção de vias públicas.	R$ 120,00
Felipe Francisco Leite	Motorista	Ribeirão Claro	10/07/2026 e 11/07/2026	Em viagens para Buscar Pedras Poliédricas para execução de serviços de pavimentação e manutenção de vias públicas.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 14 de julho de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:28FAA7BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO Nº 29830, DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: Altera o Decreto nº 29017, de 28 de agosto de 2025, que institui o Comitê de Gestão Eficiente no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos incisos II, XI e XII do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, e com fulcro no Art. 18, III a V, da Lei Municipal n. 4.337, de 04 de fevereiro de 2025 e,

• Considerando a necessidade de otimizar a aplicação dos recursos públicos e aprimorar o controle estratégico das despesas;

• Considerando o contido no Processo Digital nº 21025/2025, do Gabinete do Prefeito,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 2º do Decreto nº 29017, de 28 de agosto de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O CGE será composto pelos seguintes membros:

I - Prefeito Municipal, Presidente do Comitê
II - Chefe da Casa Civil.
III - Secretário Municipal de Administração.
IV - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
V - Secretário Municipal da Fazenda. "

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 15 de julho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:47193416

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Aprovo o Parecer Jurídico n. 623/2025, anexado ao Processo Digital n.13548/2024, emitido pela Procuradoria Geral do Município (PGM), passando a adotá-lo como fundamento para a presente Decisão Administrativa, nos termos do parágrafo único do art. 215, do Regulamento de Compras, Licitações e Contratos do Município da Lapa-PR, anexo ao Decreto Municipal n° 24.319/2019, por meio da qual aplico a penalidade de multa à empresa ALAN DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ: 41.638.596/0001-37, cujo valor corresponde a R$ 28.914,00 (Vinte e oito mil, novecentos e quatorze reais), relativo à Ata de Registro de Preços n. 058/2024.
Providencie-se a devida notificação à empresa sobre a penalidade imposta, com cópia da presente Decisão e do Parecer Jurídico, para que, se for de sua vontade, apresente Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 216, I do mencionado Regulamento.

Lapa-PR, 01 de julho de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER M. SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:D6F73175

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 177/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 (PD Nº 21532/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: PIUNATURE COMERCIO DE COSMÉTICOS E ALIMENTOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 26.686.422/0001-56, REPRESENTADO(A) POR SUA SÓCIA, SRA. LIGIA MARA MOCELIN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE ÍNTIMA, INCLUINDO SABONETE LÍQUIDO ÍNTIMO, SABONETE EM BARRA, LENÇOS UMEDECIDOS ÍNTIMOS, ABSORVENTES HIGIÊNICOS DESCARTÁVEIS (NORMAIS E NOTURNOS), VISANDO ATENDER A DELIBERAÇÃO ESTADUAL 78/2022, DO CEDCA/PR QUE INSTITUI O INCENTIVO "APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR MEIO DO ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA, ITEM 03, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).
VALOR CONTRATUAL: R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 961
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2424 - EXECUÇÃO DE DELIBERAÇÕES ESTADUAIS PARA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
ELEMENTO: 3339032030000000000 - MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL
VÍNCULO: 737 - ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA - DELIBERAÇÃO Nº 78/2022 E 13/2023- CEDCA/PR
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 21532/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 09/07/2026
DATA ASSINATURA: 14/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:7436E1C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 180/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 (PD Nº 21532/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 12.811.487/0001-71, REPRESENTADO(A) POR SUA SÓCIA SRA. FRANCIELE ROVER BIANCHI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE ÍNTIMA, INCLUINDO SABONETE LÍQUIDO ÍNTIMO, SABONETE EM BARRA, LENÇOS UMEDECIDOS ÍNTIMOS, ABSORVENTES HIGIÊNICOS DESCARTÁVEIS (NORMAIS E NOTURNOS), VISANDO ATENDER A DELIBERAÇÃO ESTADUAL 78/2022, DO CEDCA/PR QUE INSTITUI O INCENTIVO "APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR MEIO DO ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA, ITEM 04, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).
VALOR CONTRATUAL: R$ 2.727,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 961
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2424 - EXECUÇÃO DE DELIBERAÇÕES ESTADUAIS PARA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
ELEMENTO: 3339032030000000000 - MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL

VÍNCULO: 737 - ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA - DELIBERAÇÃO Nº 78/2022 E 13/2023- CEDCA/PR
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 21532/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 09/07/2026
DATA ASSINATURA: 14/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:2E3CE5C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 50 DE 13 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a anulação da Portaria nº 42 de 21 de maio de 2026.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos atos administrativos às orientações técnicas e jurídicas expedidas pelo Município;
CONSIDERANDO a orientação de readequação imediata do caso concreto, mediante a expedição de ato normativo para anular a designação eivada de vícios, assegurando a continuidade do atendimento educacional;

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulada a Portaria nº 42, de 21 de maio de 2026, que designou, em caráter excepcional e temporário, o servidor Odinir Santos Tenório, matrícula nº 6632, ocupante do cargo de Educador Infantil, para exercer Função Gratificada de Direção junto ao Centro Municipal de Educação Infantil Dirceu Batista da Luz – Tiziu.

Art. 2º A presente anulação decorre da necessidade de adequação do ato administrativo às normas vigentes e às orientações jurídicas expedidas pelo Município, sem prejuízo da continuidade do atendimento educacional da unidade escolar.

Art. 3º A direção da unidade será exercida provisoriamente por designação específica, em conformidade com a legislação municipal e demais atos administrativos pertinentes, até a regularização definitiva da situação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa, 14 de julho de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:2948CD3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 51 DE 13 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a designação provisória para direção do Centro Municipal de Educação infantil Dirceu Batista da Luz - Tiziu.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade do atendimento educacional no Centro Municipal de Educação Infantil Dirceu Batista da Luz – Tiziu;
CONSIDERANDO a orientação jurídica que determina a designação provisória e interina do Coordenador Pedagógico ou do Secretário Escolar para responder pela direção da unidade escolar, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, até a regularização da designação da função;
RESOLVE:
Art. 1º Designar, em caráter provisório e interino, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, a servidora abaixo mencionada para responder pela Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Dirceu Batista da Luz – Tiziu, até a regularização da designação da função de Diretor Escolar, conforme legislação municipal vigente.
Servidora: Ely Maria Kais
Cargo: Coordenadora Pedagógica Educação Infantil
Período: Até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, ou até a regularização da designação definitiva, o que ocorrer primeiro.

Art. 2º A presente designação possui caráter exclusivamente provisório e não gera direito à efetivação na função, destinando-se unicamente a assegurar a continuidade administrativa e pedagógica da unidade escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lapa, 14 de julho de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:61CABC89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

Considerando o que consta no processo administrativo 84/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA REVISAO DE 20.000 KM DO VEICULO VIRTUS TSI PLACA UAY6C69 E REVISAO DE 40.000 KM DO VEICULO POLO PLACA UAV 6F35 PERTECENTES AO MUNICIIO DE LARANJAL PR,** tendo em vista o valor total da contratação de R$ 4.614,77 (Quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.

Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa COMERCIAL OESTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 77.882.587/0001-34, com sede na **Rua Azevedo Portugal nº 777, Centro, Na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.010-200**, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srª. CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD, brasileira, inscrito no CPF sob o nº. 021.027.829-30, residente e
domiciliado à Rua Capitão Frederico Virmond, nº 2939, Bairro Santa Cruz, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.015-260**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 15 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:AE087FBD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DECISÃO ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 08/2026

DECISÃO
GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 66/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 08/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS – FNHIS SUB 50, CONFORME TC Nº 996224/2025/MCIDADES/CAIXA.
Considerando a decisão do Agente de Contratação, de 03/07/2026, que, diante de falha sistêmica comprovada por auditoria técnica junto à plataforma Licitar Digital, recomendou a anulação total do procedimento licitatório em epígrafe, com preservação dos atos de planejamento da contratação para fins de republicação;
Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que examinou os autos e ratificou, em todos os seus termos, os fundamentos e a conclusão da referida decisão;
Considerando o poder-dever de autotutela da Administração Pública, na forma da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e do art. 71 da Lei nº 14.133/2021;
DECIDO:
I – ACOLHER, em todos os seus termos, a decisão do Agente de Contratação e o Parecer Jurídico que a ratificou;
II – DECLARAR A NULIDADE TOTAL do procedimento licitatório referente à Concorrência Eletrônica nº 08/2026, abrangendo o edital, o recebimento e a classificação das propostas, a sessão de lances, a negociação, a habilitação e a declaração de vencedor, preservando-se unicamente os elementos de planejamento da contratação, que poderão instruir a republicação;
III – DETERMINAR a republicação do certame em momento oportuno, mediante novo instrumento convocatório, com aproveitamento dos atos de preparação já praticados;
IV – ENCAMINHAR o processo ao Setor de Engenharia do Município para análise e, se necessário, atualização do projeto básico, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos, previamente à republicação;
V – DETERMINAR a comunicação desta decisão ao órgão repassador dos recursos do Convênio nº 996224/2025 (TC MCidades/CAIXA);
VI – DAR CIÊNCIA desta decisão às licitantes participantes do certame e aos setores competentes, para as providências cabíveis.
Publique-se. Cumpra-se.

Laranjal/PR, 14 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:F2ACE42D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 39/ 2026

AVISO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 39/ 2026
Procedimento Licitatório nº. 85/2026
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MANTAS DE CASAL EM MICROFIBRA SOFT DESTINADAS AOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIs) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA USO NOS LEITOS DE EMERGÊNCIA E ATENDIMENTOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL DE LARANJAL-PR.**
DATA DE ABERTURA: 09h00m do dia 21/07/2026 (Horário de Brasília).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global
VALOR GLOBAL R$ 7.485,00 **(Sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).**
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.
Laranjal-PR, 15 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:FD7D599D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 88 / 2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88 / 2026

Procedimento Licitatório nº 84/2026
Dispensa de Licitação nº 38/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: COMERCIAL OESTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 77.882.587/0001-34, com sede na **Rua Azevedo Portugal nº 777, Centro, Na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.010-200**, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srª. CAMILLE BAGGIO SCHEIDT BRUNSFELD, brasileira, inscrito no CPF sob o nº. 021.027.829-30, residente e domiciliado à Rua Capitão Frederico Virmond, nº 2939, Bairro Santa Cruz, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.015-260.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA REVISAO DE 20.000 KM DO VEICULO VIRTUS TSI PLACA UAY6C69 E REVISAO DE 40.000 KM DO VEICULO POLO PLACA UAV 6F35 PERTECENTES AO MUNICIIO DE LARANJAL PR**.

DATA DO CONTRATO: 15/07/2026

VIGÊNCIA: 3 Meses

VALOR TOTAL R$ 4.614,77 (Quatro mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e sete centavos).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:A3EF994E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2026
Procedimento Licitatório nº 86/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 14/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: TCHE GAROTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.400.312/0001-55, com sede na Rua Mazico Ransdorf, nº 17, Fundos, Centro, Município de Ilhota,

Estado de Santa Catarina, CEP 88.320-434, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por seu representante legal MARCO ANTONIO DE LIMA ULIAN, portador do CPF nº 897.595.750-00, na qualidade de detentora dos direitos de representação exclusiva da Banda Tchê Garotos.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL AO VIVO DA BANDA TCHÊ GAROTOS, COM VISTAS À APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA VIRADA DE ANO (RÉVEILLON 2026/2027) DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR**.

DATA DO CONTRATO: 15 de julho de 2026.

VIGÊNCIA: 240 dias

VALOR TOTAL: R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:3CAA10A0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 / 2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 / 2026

Considerando o que consta no processo administrativo 86/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL AO VIVO DA BANDA TCHÊ GAROTOS, COM VISTAS À APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA VIRADA DE ANO (RÉVEILLON 2026/2027) DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR**. Reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa, empresa TCHE GAROTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.400.312/0001-55, situada na Rua Mazico Ransdorf, nº 17, Fundos, Centro, Ilhota, Santa Catarina, CEP: 88.320-000, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 15 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:FB07B24F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 320/2026

Portaria Nº 320/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido 10 (dez) dias de Férias legais a servidora JULIANA SILVEIRA, Ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Tesouraria, Matricula nº 1331 período aquisitivo 2024/2025, no Período de gozo de 15 de Julho de 2026 à 24 julho de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de Julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 15 dias do mês de Julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:DBEB80C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 321/2026

Portaria Nº 321/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias legais ao servidor JOÃO MARIA DE MIRANDA , Ocupante do Cargo Efetivo de Vigia , Matricula nº 941 período aquisitivo 2025/2026, no Período de gozo de 15 de Julho de 2026 à 13 agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de Julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 15 dias do mês de Julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:DAD6BE2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2026 - EDITAL N.º 05.01/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Presidente da Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das Inscrições** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Diante da ausência de recursos administrativos interpostos em face do Deferimento das Inscrições, ficam **MANTIDOS** os **ANEXOS** integrantes do Edital n.º 04.01/2026, divulgado na data de 08 de julho de 2026.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Loanda, 15 de julho de 2026

GABRIEL FEITOZA NORTE
Presidente

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:91132E26

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 488/2026

PORTARIA Nº. 488/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora JANETE ANTONIA ZWIRTES, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matrícula n° 101381, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 11/07/2026 a 08/01/2027, devendo realizar nova perícia em 09/01/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:A22DA587

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 489/2026

PORTARIA Nº.489/2026

Súmula – Declara vacância de cargo público por morte de servidor.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o inciso V, do artigo 35, da Lei Municipal nº. 003/92;

Considerando a certidão de óbito da ex-servidora CLAUDINÉIA DA SILVA FREITAS;

RESOLVE:

Declarar vacância do cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, pela morte da servidora CLAUDINÉIA DA SILVA FREITAS, RG. nº. 6.994.579-1 SSP/PR, CPF/MF nº. 02*.***.***-36, matrícula nº. 947731, falecida na data de 13 de julho de 2026, conforme Certidão de Óbito sob matrícula nº. 083725 01 55 2026 4 00028 145 0006571 46 lavrado pelo Cartório de Registro Civil e Anexos – Município e Comarca de Loanda – Estado do Paraná, expedido em 15 de julho de 2026.

Gabinete Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B9820A9F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 138, DE 15 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº. 138, de 15 de julho de 2026.

Súmula: *"Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 075, de 07 de julho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados os lotes de terras números 01 e 02, da quadra 02 à empresa KAKALU ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, e dá outras providências."*

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente conferidas pelo Art. 66 e 90 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando os procedimentos elencados na Lei Municipal n° 108, de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o procedimento a ser adotado para se proceder à doação dos imóveis prometidos em doação pelo Município de Loanda-PR com base na Lei nº 28, de 25 de novembro de 2003;
Considerando a Lei Municipal n° 075, de 07 de julho de 2026, que autoriza especificamente o Poder Executivo Municipal a doar definitivamente, escriturar, bem como, liberar definitivamente, com a exclusão de encargos averbados;

D E C R E T A:
Art. 1º - Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 075, de 07 de julho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva, bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, os lotes de terras números 01 e 02, da quadra 02, do Loteamento "PARQUE INDUSTRIAL IV", imóveis respectivamente matriculados no Cartório de registro de Imóveis de Loanda sob os n°s 32556 e 32.557, doado por meio da Lei Municipal nº 28, de 25 de novembro de 2003, à empresa *KAKALU ADMINISTRADORA DE BENS LTDA*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.137.071/0001-24, estabelecida nesta cidade, cuja apuração dos cumprimentos dos requisitos deu-se através do processo administrativo nº 019/2022-SICA.
Art. 2º - Fica determinado a expedição do Termo de Autorização em nome da donatária, o qual se constituirá em documento hábil para que seja efetuada a consequente lavratura da respectiva escritura pública bem como, liberar definitivamente os imóveis com a exclusão de todos os encargos averbados, nos termos da Lei Municipal n° 075, de 07 de julho de 2026.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Loanda-Pr, 15 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:836E888E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 007/2026-L

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 007/2026-L
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação de Pequeno Valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO – CNPJ nº 86.877.743/0001-60.
CONTRATADA: DANI RODRIGUES DECOR E BUFFE – CNPJ nº 37.053.828/0001-18.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração de ambiente destinada à realização da Sessão Solene em comemoração à Emancipação Política do Município de Lobato, compreendendo o fornecimento, montagem e instalação de arranjos florais, itens decorativos temáticos e demais elementos de

ambientação necessários à realização do evento, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL: R$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.01.031.0022.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da contratação será até 31 de julho de 2026, contada da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, período necessário para a execução dos serviços de decoração da Sessão Solene.

Lobato – PR, 06 de julho de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:41E0C17A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 9/2026

O **MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público aos interessados que realizará procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, visando à seleção e posterior **Contratação de pessoas jurídicas especializadas no preparo, fornecimento e disponibilização de refeições prontas, compreendendo café da manhã, refeições tipo almoço no sistema self-service, refeições tipo "marmitex", nos tamanhos pequena e média, e refeições comerciais, destinadas aos servidores, colaboradores e demais usuários autorizados pela administração das diversas secretarias municipais,** nos termos e condições estabelecidos no respectivo Edital e seus anexos.

Os interessados poderão requerer o credenciamento a partir da data de publicação deste Aviso, mediante protocolo do requerimento de credenciamento e da documentação de habilitação exigida no Edital, em envelope único e lacrado, diretamente junto à Comissão de Contratação, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lobato, situada na Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP 86790-000, Lobato/PR, exclusivamente durante o horário de expediente do órgão.

Os documentos deverão ser apresentados em um único envelope fechado, contendo toda a documentação exigida no Edital.

Não serão aceitos documentos protocolados em Secretarias, Departamentos ou setores diversos da Comissão de Contratação.

O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso de novos interessados a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos e condições nele estabelecidos.

O procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, pelos Decretos Municipais nº 133/2023 e nº 12/2024, bem como pelas demais normas aplicáveis à matéria.

O Edital de Chamamento Público nº 04/2026 e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Lobato, situada na Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, Lobato/PR, durante o horário de expediente, bem como no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formalizados por escrito e encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do endereço eletrônico: lobatocompras@gmail.com

Lobato/PR, 15 de julho de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto Municipal Nº102/2025 de 16 de Abril de 2025

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:AD0CEC91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 - PML

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, VISANDO ATENDER AS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE LOBATO/PR.

PROCESSO ADMISTRATIVO: 57/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 18/2026.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: 04 de agosto de 2026 às 09h00min.
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia XX de julho de 2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
LOCAL: www.bnccompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022; Decreto Municipal Nº 116/2023, de 12 de julho de 2023, Decreto Municipal n.º 102/2025 de 16 de abril de 2025, Decreto Estadual nº 10.086/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie.
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.
***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**
O valor máximo estimado para esta licitação é **de R$ 213.637,12 (duzentos e treze mil, seiscentos e trinta e sete reais e doze centavos), sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (anexo 01).**
O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico **https://www.lobato.pr.gov.br/** - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bnc.org.br.**

Lobato/PR, 15 de julho de 2026.

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Agente de Contratação
Decreto Nº. 102/2025 De 16 De Abril De 2025

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:E902F269

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 50/2025. INEXIGIBILIDADE N.º003/2025.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa à Rua Antônio Coletto, nº 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.
LOCADOR: IVONE ALVES LUCIO, pessoa física, portadora do Cadastro de Pessoa Física nº 723.749.269-15 e da Cédula de Identidade nº 4.678.449-9 SESP/PR.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedecer às normas fixadas no processo licitatório Inexigibilidade n. º 003/2025, c/c com os ditames do art. 37, da Lei Municipal 1.512/2022-E.
Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no art. 37, da Lei Municipal 1.512/2022-E, prorrogados os prazos de execução e de vigência da avença, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos. Os prazos findar-se-ão:
PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: 18/07/2026 até 18/07/2027
Por força da prorrogação dos prazos de execução e vigência, fica acrescido o valor financeiro de R$ 50.832,00 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e dois reais), para fins de custeio da execução dos serviços ora aditados (12 meses), perfazendo um valor atualizado do contrato no total de R$ 101.664,00 (cento e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.
Lobato/PR., aos 15 de julho de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:D1DE1D2B

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2026 - DECORRENTE DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026 – CISPAR - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026 – CISPAR - PROCESSO Nº 107/2026 – CISPAR**

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE LOBATO, Autarquia Municipal, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 80.910.201/0001-65 com sede à Rua Antônio Coletto nº 1228, CEP 86790-000, no Município de Lobato, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor, o Senhor **AILTON GOMES DOS SANTOS.**
Contratada: ELITE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **59.248.333/0001-87**, com sede na Rua Quinze de Novembro, nº 212, Centro, São Paulo/SP, Cep.01013-915.

Objeto da Contratação: aquisição de 01 (uma) picape compacta dupla, nova, zero quilômetro, marca FIAT, modelo STRADA FREEDOM CD, destinada ao atendimento das demandas operacionais do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Lobato/PR, decorrente da licitação compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.
As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
32	14.002.	14.002 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA	Desp. 32 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMA DE ÁGUA - 14.002.17.512.0021.2072.4.4.90.52.00 / 00076.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos SAMAE

VALOR TOTAL: R$ 130.100,00 (cento e trinta mil e cem reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 15/07/2026 ATÉ 15/07/2027.
Lobato/PR, 15 de julho de 2026.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor Do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, De 05 De Maio De 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:87FA3DE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
DETENTORA DA ATA: F & N Produtos de Limpeza e Higiene Ltda., inscrita no CNPJ nº 58.354.399/0001-99.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de leite UHT (Longa Vida) tipo integral, destinado ao abastecimento dos diversos setores da Administração Pública Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 154.500,00 (cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 14/07/2026 a 13/07/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

Lupionópolis, 14 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:939B3055

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025

Processo Licitatório nº 98/2025 – Pregão Eletrônico nº 45/2025
Contratante: Município de Lupionópolis/PR.
Contratada: LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.958.011/0001-57.
Objeto: Inclusão do item referente ao Lote 038 – Cabo HDMI, na Ata de Registro de Preços nº 236/2025, em decorrência da rescisão da Ata de Registro de Preços nº 198/2025, firmada com outro fornecedor, e da convocação da empresa classificada no certame, mantendo-se as demais condições originalmente pactuadas.
Valor: Em razão da inclusão do item, o valor total da Ata de Registro de Preços passa de **R$ 1.611,50 (um mil, seiscentos e onze reais e cinquenta centavos)** para **R$ 2.456,50 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)**.
Vigência: Permanece inalterada, de **05/12/2025 a 04/12/2026**.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 14 de julho de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:B715457B

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026

Contratante: Município de Lupionópolis/PR.
Contratada: PRIME AMBIENTAL RESÍDUOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 15.271.913/0001-10.
Processo Administrativo: nº 60/2026.
Dispensa de Licitação: nº 18/2026, fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, com fornecimento de transbordo em comodato, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Urbanos do Município de Lupionópolis/PR.
Valor Global Estimado: R$ 33.750,00 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais).
Vigência: 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, ou até a execução total da quantidade estimada, podendo ser prorrogado na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 14 de julho de 2026.

Lupionópolis/PR, 14 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:EAB1B98D

GABINETE/SECRETARIA
PORTARIA Nº 73/2026

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES – PAAR
CONTRATO Nº 15/2026 – SANINUTRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, JOSÉ CARLOS TIBÉRIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69 da Lei Orgânica Municipal, pelo art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base nos elementos constantes do Memorando/Ofício nº 80/2026 do Departamento de Fiscalização de Contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar em face da empresa **SANINUTRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 38.330.923/0001-84, com sede na Rua Nei De Andrade, nº 723, Centro, Itambaracá/PR, CEP 86375-000, contratada por meio do Contrato nº 15/2026, oriundo do Pregão Eletrônico nº 03/2026, para fornecimento de carnes, embutidos e laticínios para atendimento às Secretarias Municipais, para apuração das seguintes irregularidades:

I – Entrega de produto com qualidade em desacordo com as especificações contratuais (Cláusulas 2.14 e 6.1), consubstanciada nos seguintes vícios constatados: (a) odor forte e impróprio; (b) excesso de sebo e gordura em proporção desproporcional à carne efetiva; (c) embalagens sem vedação a vácuo, em desacordo com a RDC nº 275/2002 – ANVISA; (d) coloração escura e acinzentada típica de produto deteriorado; (e) presença de material esverdeado não identificado;
II – Entrega de produto com marca diversa da adjudicada no certame licitatório, sem prévia autorização da Administração, em afronta à Cláusula 3ª do Contrato e ao art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021 – verificada a entrega sob a marca MAGIP ALIMENTOS, quando a proposta vencedora consignava a marca RIBEIRO CARNES;
III – Entrega de quantidades inferiores às requisitadas e às constantes nas notas fiscais (embalagens de 1 kg apresentando peso recorrentemente inferior a 900 g), configurando entrega a menor e faturamento indevido;
IV – Descumprimento das normas sanitárias de transporte (Cláusula 2.15 do Contrato e RDC nº 275/2002 – ANVISA), com o transporte dos produtos em veículo tipo caminhonete com carroceria aberta, sem baú refrigerado, quebrando a cadeia de frio dos produtos perecíveis.
Art. 2º Designar para conduzir o presente processo a Gestora de Contratos
ARIADNY MICHELLY PELEGRINO DE CAMPOS, , investida na função por força da Portaria nº 17/2025, a quem incumbe organizar os autos, intimar a empresa interessada para apresentação de defesa prévia e elaborar relatório conclusivo com proposta de decisão.
Art. 3º A empresa contratada fica intimada, na forma do art. 157 da Lei nº 14.133/2021, a apresentar
defesa prévia escrita no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado do recebimento da notificação de instauração deste processo, junto ao Departamento de Gestão de Contratos da Prefeitura Municipal de Lupionópolis, sito à Praça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, Lupionópolis/PR, ou por meio eletrônico para o endereço pml.econtratos@gmail.com
Art. 4º O prazo para julgamento e aplicação das sanções cabíveis observará o disposto nos arts. 158 e 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Art. 5º As sanções eventualmente aplicadas poderão incluir, cumulativamente, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade, conforme a gravidade das infrações apuradas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Sétima do Contrato nº 15/2026.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Lupionópolis/PR, 15 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal
Município de Lupionópolis/PR

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:AAA684A4

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 072/2026

SÚMULA: dispõe sobre a designação de Agente de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal n° 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS- – ESTADO DO PARANÁ, Senhor Jose Carlos Tiberio, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art.8°. da Lei Federal n° 14.133/2021, resolve,

DESIGNAR:

Art. 1° - Ficam designados os servidores a exercer a função de Agente de Contratação, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

Agente de Contratação: RAFAELA DE SOUZA MENEZES – CPF nº 083.410.669-80
Agente de Contratação (suplente): HENRIQUE ALVES CONSTANTE- CPF nº 088.471.529-92
Parágrafo Único – Somente em licitações na modalidade Pregão, o agente de contratação fica designado como pregoeiro, sendo responsável pela condução do certame.

Art.2° - Ficam designados os servidores para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal n° 14.133/2021, sendo:
Agente de Contratação: RAFAELA DE SOUZA MENEZES – CPF nº 083.410.669-80
Equipe de Apoio: KAUAN ROMAO GONCALVES- CPF nº 125.426.349-71
Equipe de Apoio: MARINA MORAIS DE OLIVEIRA - CPF nº 027.608.539-69
Equipe de Apoio: HENRIQUE ALVES CONSTANTE - CPF nº 088.471.529-92
Equipe de Apoio (suplente): HELOÍSE REGGIANI GALBARDI – CPF nº 062.533.559-70
Parágrafo Único - Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art.3° - Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução

de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.
ART. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 08/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Lupionópolis, 15 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:CE8B68C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 309/2026-A

DECRETO Nº 309/2026-A
***Republicação para correção de cargo e matrícula da Secretária da Comissão**

Nomeia a comissão organizadora e examinadora do processo seletivo simplificado para o cargo de professor.

O Prefeito Municipal de Mallet, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições legais com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, do art. 65, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mallet, e nas disposições das Leis Municipais nº 1.330/2017;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público desse Município de Mallet, no tocante a contratação, por tempo determinado, de profissional para ocupar o cargo de Professor, conforme fundamentos expostos no processo nº 0001661/2026;

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Professor 20 horas, responsável pelo edital, exame e demais fases do certame, composta pelos seguintes membros:
I) Presidente:
a) DANIELI BACHTCHEN – Pedagoga - matrícula funcional nº 5.098;
II) Secretária:
a) LUANA APARECIDA PEDROZO – Professora, matrícula funcional nº 60.384;
III) Membros:
a) VANESSA RACHWAL – Auxiliar Administrativa – matrícula funcional nº 60.430;

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Mallet, segunda-feira, 13 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:6CF51E05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026 com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos de 7 (sete) lugares para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 15 de julho de 2026 até às 09h00min do dia 31 de julho de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 31 de julho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 31 de julho de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 16/07/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/07/2026.

FELIPE ZOLONDEK

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:59E1A0AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 026/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 026/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de implantação de rede de iluminação pública para a Avenida dos Ferroviários e Praça dos Idealizadores em Mallet – PR, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de julho de 2026 até às 09h00min do dia 03 de agosto de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 03 de agosto de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 03 de agosto de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 16/07/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/07/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D1830C2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 2/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 2/2026 E ALTERAÇÕES
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais

EXTRATO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A **FAFIMAN**, por intermédio de seu Diretor, no uso de suas atribuições e em estrito cumprimento ao Art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Súmula n.º 473 do STF, torna pública a **ANULAÇÃO INTEGRAL** do certame em epígrafe, amparada no **Parecer Favorável e Conclusivo da Procuradoria Jurídica da FAFIMAN**. A medida decorre da identificação de cláusulas restritivas no edital originário que afetavam a ampla competitividade. Declara-se prejudicado o mérito da impugnação por perda do objeto. Fica formalmente autorizada a instauração de novo processo administrativo escoado na estrita legalidade. **DA PROTEÇÃO AOS INTERESSADOS:** Em respeito aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica, comunica-se que os leiloeiros oficiais que já haviam protocolado seus documentos de habilitação antes desta decisão **não serão prejudicados**, restando autorizado o pleno aproveitamento e a respectiva migração de suas peças documentais válidas para o novo certame a ser publicado. Autos franqueados na secretaria.

Mandaguari - PR, 15 de julho de 2026.

JOSÉ NATAL DE OLIVEIRA
Diretor da FAFIMAN

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:DF93EBF5

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE VISTORIA E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE VISTORIA E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO

CONTRATANTE: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN
CNPJ n.º 78.959.145/0001-01

CONTRATADA: F. Yoshiteru Taguchi – ACG Soluções em Manutenção Elétrica LTDA
CNPJ n.º 33.204.142/0001-20

OBJETO: Prestação de serviços técnicos de vistoria e acompanhamento da execução da obra de instalação do sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica da Contratante

VALOR TOTAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

FORMA DE PAGAMENTO: Dividido em 4 (quatro) parcelas iguais de R$ 1.125,00, via boleto bancário

VIGÊNCIA: Inicia na data de assinatura e permanece válido durante o período de execução da obra

DATA DE ASSINATURA: 14 de julho de 2026

FORO: Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná

Mandaguari - PR, 15 de julho de 2026.

JOSÉ NATAL DE OLIVEIRA
Diretor da FAFIMAN

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:DD3CFAB3

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 4/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6/2023
PREGÃO PRESENCIAL N.º 1/2023
5º TERMO ADITIVO – REAJUSTE/REPACTUAÇÃO DE VALOR E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 4/2023

CONTRATANTE: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari — FAFIMAN
CNPJ n.º 78.959.145/0001-01

CONTRATADA: Rocha Prestação de Serviços Ltda
CNPJ n.º 39.821.883/0001-36

OBJETO DO CONTRATO PRINCIPAL: Contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de limpeza predial e conservação em geral no campus da FAFIMAN.

OBJETO DO 5º TERMO ADITIVO: Alteração contratual consensual para fins de reajuste/repactuação de valor decorrente da implantação do Programa de Gestão de Equipamentos de Limpeza em regime de comodato ativo.

VALOR MENSAL ATUALIZADO: R$ 11.879,96 (onze mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos), composto por R$ 11.279,96 da parcela da mão de obra e R$ 600,00 relativos ao programa de gestão de ativos.

VALOR NOMINAL ADITADO NESTA ETAPA: R$ 476,67 mensais, totalizando o aporte líquido complementar de R$ 3.813,33 (três mil, oitocentos e treze reais e trinta e três centavos) para o período residual de 8 meses.

VALOR GLOBAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 529.280,68 (quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos), considerando o histórico acumulado de readequações.

VIGÊNCIA: Mantida a vigência estabelecida para o período de 27/02/2026 a 26/02/2027.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65, inciso II, alínea “d” e § 1º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.104.04.122.0043.2.207 – Conservação Patrimonial | Natureza: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | Fonte de Recurso: 1080 – Recursos Livres.

DATA DE ASSINATURA: 15/07/2026

VIGÊNCIA: 16/07/2026 a 26/02/2027

Mandaguari, 15 de julho de 2026.

JOSÉ NATAL DE OLIVEIRA
Diretor da FAFIMAN

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:B9C27ACD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 342/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO TRANSPOSIÇÃO NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº. 342/2026

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Transposição no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovará e eu Ivonéia de Andrade Ap. Furtado, Prefeita Municipal, sancionarei a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Transposição para o exercício de 2026(Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Transposição no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	
06.004.23.695.0012.2.108		FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUMTUR	
590 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.500,00
Total Suplementação:			22.500,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Anulação de dotações, no valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.002		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
06.002.11.334.0009.2.093		CAPACITA MANDAGUARI - PRODEMAN	
525 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.500,00
Total Redução:			22.500,00

Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (15/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8512CB71

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 343/2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 343/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.001		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.001.04.122.0008.2.086		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
495 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	2.500,00
Total Suplementação:			2.500,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.001		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MEIO AMBIENTE E	
06.001.04.122.0008.2.086		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,	
491 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
Total Redução:			2.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (15/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:73EF9FDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 344/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 344/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoa aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	**DATA DA NOMEAÇÃO**	**CARGO - PSS**
Beatriz Henrique Franco da Rocha	16/07/2026	Facilitador De Oficinas Por Meio De Inclusao Digital

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (15/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:A548C15F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 246/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO–PSS CARGO: TÉCNICOS EM SEGURANÇA DO TRABALHO. CLASSIFICAÇÃO FINAL: A PREFEITA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

EDITAL Nº 246/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO–PSS
CARGO: TÉCNICOS EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

CLASSIFICAÇÃO FINAL:
A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO: CLASSIFICAÇÃO FINAL:
CARGO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO FINAL
1°	SILVANA CRISTINA EUGÊNIO	60
2°	MANUELLA FERREIRA DUARTE	40
3°	ANGÉLICA SILVA ANTONIO	10
4°	ELIAQUIM ERCULANO DA SILVA	10

Mandaguari, 15 de julho de 2026

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8A3CC4E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 116/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AMANDA CRISTINA FERREIRA VERONEZI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 116/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal AMANDA CRISTINA FERREIRA VERONEZI, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **10 de julho de 2026 à 10 de julho de 2026**, à servidora pública municipal 95162 – ***AMANDA CRISTINA FERREIRA VERONEZI***, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (15/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:185D7CF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 117/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELI REGINA RIBEIRO MANCHINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 117/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal KELI REGINA RIBEIRO MANCHINI, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **07 de julho de 2026 à 07 de julho de 2026**, à servidora pública municipal 97234 – ***KELI REGINA RIBEIRO MANCHINI***, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (15/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:4496E3B7

LICITAÇÃO
AVISO APLICAÇÃO DE SANÇÕES

PREGÃO, ELETRÔNICO Nº 93/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 579/2025
EMPRESA: BOA VISTA ACABAMENTOS LTDA - CNPJ: 51.126.280/0001-59

O Município de Mandaguari – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, após solicitação da Secretaria de Planejamento, Finanças e Gestão e demais documentos que instruem o processo, resolve aplicar as seguintes penalidades:

8.1. d). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa a ser aplicada corresponde ao montante de R$ 37.138,00.
8.2. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa. A penalidade a ser aplicada consiste no impedimento de licitar e contratar com a administração municipal pelo prazo de 03 (três) anos.

Dessa forma, com base no art. 157 da Lei Federal 14.133/21, fica aberto o prazo recursal.

Mandaguari, 15 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:AED5FC27

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO, COM INSTALAÇÃO, DE CORTINAS TIPO BLACKOUT, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 31/07/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 31/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 31/07/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Compras.Gov

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 15 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:BFC5220A

LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2026-PMM

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KITS HIGIENE INFANTIS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 03/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 03/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 03/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 15 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:DA996106

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: GTMED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.707.683/0001-57, com endereço na RUA ASA-BRANCA, 56, WALDEMAR HAUER, CEP: 86030-470, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **GUILHERME THOMAZ GUIMARÃES RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 009.748.109-24.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E DE FISIOTERAPIA, PARA UTILIZAÇÃO PELO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS, SAMU, LABORATÓRIO, CLÍNICA DE ESPECIALIDADES E OUTROS SETORES LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 9.450,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 25 de Junho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:77F1FD95

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 38/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.028.316/4587-11, com endereço na RUA MANOEL ANTUNES PEREIRA, 281, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **PAULO CEZER KREMER DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 699.467.449-53.

OBJETO: Contratação de Empresa de Serviços Postais para atendimento a diversas áreas vinculadas a esta municipalidade referente ao envio e recebimento de correspondência, objetos e produtos diversos passíveis de serem atendidos pelo serviço proposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

VALOR: 120.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C6FBD212

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

DISPENSA Nº 22/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SERV. DE APOIO AS MICRO E AS PEQ. EMPR. DO ESTADO DO PARANA - SEBRAE PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.110.585/0001-00, com endereço na CAETÉ, 150, PRADO VELHO, CEP: 80.220-300, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LUIZ CARLOS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.985.947-3 SESP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 681.052.589-00.

OBJETO: Contratação de empresa jurídica especializada para: Acompanhamento dos cafeicultores; realização do evento dos cafeicultores; realização do evento de inovação para consolidação e visibilidade do ecossistema de inovação de Mandaguari/PR; realização do II Ideathon de Mandaguari; 3 participações de secretários no Programa Rede de Secretários, um espaço estratégico para troca de conhecimento e boas práticas entre gestores públicos para impulsionar a criação e o desenvolvimento de um ambiente favorável ao crescimento dos pequenos negócios..

VALOR: 137.150,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 30 de Junho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8B18FE6B

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 459/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2025
PROCESSO Nº 217/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.111.717/0001-28, com endereço na AVENIDA DAS TORRES, 2310, BAIRRO TRÊS LAGOAS, CEP: 87075-857, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LEANDRO DA SILVA SERRA**, inscrito no CPF sob o nº. 034.900.352-16, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de Reajuste do Preço para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 459/2025**, nos termos do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2025**, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 124, II, "d" da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica reajustado os itens abaixo relacionados, de acordo com o requerimento protocolado, juntamente com notas fiscais parte integrante do presente.

Lote	Descrição	Unid.	Valor Unit. homologado	Valor Unit. reequilibrado
133	LUVA PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LÁTEX (EP) CAIXA COM 100 UNIDADES AMBIDESTRASPARA USO MEDICO (CATMAT – BR0269891)	Caixa	18,50	22,53
134	LUVA PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LÁTEX (G) CAIXA COM 100 UNIDADES AMBIDESTRAS PARA USO MÉDICO(CATMAT – BR0269892)	Caixa	17,65	21,49
135	LUVA PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LÁTEX (M) CAIXA COM 100 UNIDADES AMBIDESTRAS PARA USO MEDICO (CATMAT – BR0269893)	Caixa	17,65	21,49
136	LUVA PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL EM LÁTEX (P) CAIXA COM 100 UNIDADES AMBIDESTRAS PARA USO MEDICO(CATMAT – BR0269894)	Caixa	17,65	21,49

CLÁUSULA SEGUNDA
As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias prevista no orçamento do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 13 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C75C8258

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE - CDP

PORTARIA Nº 05/2026
De 15 de julho de 2026

Súmula :"Dispõe sobre a reabertura do prazo para a conclusão do Processo de Sindicância Administrativa Disciplinar nº03/2026 de 27 de maio de 2026, com publicação em Diário Oficial do dia 28 de maio de 2026

A Comissão Disciplinar Permanente deste Município, por intermédio de sua Presidente, a servidora, Márcia Maria da Cruz de Lima, matrícula n.° 2671, Secretária – Kathiuscia Cruz Voznhaki, matrícula n.° 3663 e Membro - Rafael Camargo, matrícula n.°2593, emitimos o termo de instalação de Processo Administrativo Disciplinar, todos designados pela Portaria n.º278/2025, de 06 de março de 2025, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n.º 02/1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná,

Resolve
Art1º - Reabrir o prazo de conclusão do Processo de Sindicância Administrativa Disciplinar descrita, conforme preceitua o art.145, parágrafo único da Lei Municipal nº 02/1991- Estatuto dos Servidores do Município de Mandirituba-PR.
Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 15 de julho de 2026.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR
02/2026

Mandirituba, 15 de julho de 2026

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Marcia Maria da Cruz de Lima
Código Identificador:C4CE5176

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL Nº 07/2026 – CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2027

EDITAL Nº 07/2026 – CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento aos princípios da transparência e da participação popular na Administração Pública, e em estrito cumprimento ao disposto no § 1º, inciso I, do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como no art. 44 da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade),

TORNA PÚBLICO:

A toda a população mandiritubense, representantes de conselhos municipais, associações de moradores, entidades de classe e demais organizações da sociedade civil, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade de promover a elaboração, apresentação, avaliação e os esclarecimentos necessários referentes ao Projeto da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2027**.

A referida Audiência Pública será realizada de acordo com as seguintes informações:
Data: 04 de agosto de 2026
Horário: 15h00
Local: Plenário da Câmara Municipal de Mandirituba
Endereço: Travessa Padre Francisco Bierman, nº 10, Centro, Mandirituba – PR
A participação da comunidade é essencial para a construção democrática do planejamento municipal. Para garantir a ampla participação popular, sugestões e propostas poderão ser apresentadas presencialmente durante a sessão ou enviadas pelos seguintes canais institucionais:
E-mail: Planejamento@mandirituba.pr.gov.br
Formulários: Em formato físico e eletrônico, disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal;
Aplicativo: "Conecta Mandirituba", disponível para dispositivos móveis.

Publique-se para que produza os efeitos legais.

Gabinete do Prefeito do Município de Mandirituba, Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:E48BF6CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 267 DE 14 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Designa comissão conforme especifica."

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

RESOLVE

Art. 1° Designar a comissão para elaboração de todos os Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência para contratação de empresa de engenharia para as obras de construção, reforma, reabilitação, ampliação, readequação de creches, escolas, CMEIs, e congêneres conforme projetos específicos.

Art. 2.º A comissão será formada pelos seguintes servidores:

I - Eduardo de Souza Ransolim, Matrícula 4364, Arquiteto e Urbanista;

II - Mayara Cristofoli, Matricula 4508;

III - Maria Chivek Siedeliski Picussa, Matrícula 4448.

Art. 3.ºA Comissão será coordenada pelo profissional com prerrogativa legal na área de arquitetura, elencado no inciso I do Art. 2.º desta Portaria, de acordo com regulamentação federal das referidas profissões e Art. 409 do Decreto Municipal n.º 1.216, de 13 de abril de 2023.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Mandirituba, 14 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:5CE53BF1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 56-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: BELINKI E SOUZA LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 28.141,10(Vinte e Oito Mil, Cento e Quarenta e Um Reais e Dez Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **14/07/2027**, conforme Pregão -Uso até 30/04/26 nº 29/2025 e Contrato original nº 56/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 15/07/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:B7474051

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 57-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: EDINAMAR MACHADO PEGORARO LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 36.497,72(Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Sete Reais e Setenta e Dois Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **14/07/2027**, conforme Pregão -Uso até 30/04/26 nº 29/2025 e Contrato original nº 57/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 14/07/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:2E949F0E

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0202/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0202/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0202/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA			**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT TORO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97 SDU-9J52
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
08/07/2026	10/07/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
DOMINGOS CARBONERA (DIA 08/07/2026)			
ELIZABETE CARMEN DE ALMEIDA (DIA 10/07/2026) .			

Manfrinópolis – PR,09 de julho de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:77B49453

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0201/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0201/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0201/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	ISMAEL JOSÉ KOCH			**MATR.**	**9131**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA DE VÉCULOS PESADOS	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
05/07/2026	05/07/2026	PATO BRANCO	PR	PARA ; TRANSPORTE DE USUÁRIO	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	X

Manfrinópolis – Pr, em 09 de julho de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:B911F8D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2026

DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2026

Acolhe o veto integral aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 045/2026 e ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha, Vereador **DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL**, com fundamento no artigo 21, inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal Mangueirinha, **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica acolhido o veto integral aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 045/2026 e ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 15 de julho de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:890DDC82

CONTABILIDADE
EDITAL CONVOCAÇÃO CACS FUNDEB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CACS – FUNDEB
A Presidente do Conselho de Acompanhamento e ControleSocial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento daEducação Básica e de Valorização dos Profissionais daEducação – CACS – FUNDEB, Sra. Jaquisceli Lessi, no uso desuas atribuições legais, convoca os membros titulares esuplentes para reunião a realizar-se conforme especificadoabaixo, para apreciação da Prestação de Contas do FUNDEBreferente ao 2º Bimestre de 2026, além de outras deliberaçõesde interesse do Conselho:
Data da 1ª Convocação: Quarta-feira, 29 de julho de 2026
Horário: 08h00
Local: Secretaria Municipal de Educação
Não havendo quórum na primeira convocação, fica desde jáconvocada a 2ª reunião para:
Data da 2ª Convocação: Quinta-feira, 30 de julho de 2026
Horário: 08h00
Local: Secretaria Municipal de Educação
A segunda convocação será realizada no mesmo local, com onúmero de membros presentes, conforme dispõe o regimentodo Conselho.
Sem mais para o momento,
JAQUISCELI LESSI
Presidente do CACS – FUNDEB

Mangueirinha, 15 de julho.

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:F0B9BD7F

LICITAÇÃO
ERRATA AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, **LEANDRO DORINI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna pública a presente **ERRATA** ao Termo de Homologação do **Pregão Eletrônico n.º 011/2026 – PMM**, publicado em 13 de abril de 2026, em razão da constatação de **erro material** na indicação do valor total homologado.
Onde se lê:
TOYOPABRA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA foi vencedora do item 01. Valor total R$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais).
Leia-se:
TOYOPABRA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA foi vencedora do item 01. Valor total R$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis mil reais).
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes do Termo de Homologação do **Pregão Eletrônico n.º 011/2026 – PMM.**

Mangueirinha – PR, 15 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:87B8A898

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº060/2026
O Município de Marilena, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o **Chamamento Público para Credenciamento nº 014/2026**, destinado ao credenciamento de empresas para **O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Os interessados poderão apresentar o requerimento de credenciamento, acompanhado da documentação de habilitação exigida no Edital, por prazo indeterminado, a partir da data de publicação deste aviso, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, de segunda a sexta-feira, das **08h00 às 11h30** e das **13h00 às 17h00**.
O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso permanente de novos interessados, nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. As contratações serão realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas no Edital.
O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, podendo também ser solicitados pelo telefone **(44) 3900-3910 e**pelo e-mail **marilenalicita@gmail.com**.
.
MARILENA/PR, em 15 de julho de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:7A632ECF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 209/2026

De 15 de Julho 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Sabrina Aparecida da Silva Romachela , matricula 594, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a partir do dia 15/07/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 15 DE JULHO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:7D3C6848

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 210/2026

De 15 de Julho 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 15 (quinze) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Silvana da Fonseca Detomini, matricula 477, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir do dia 15/07/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 15 DE JULHO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:646505E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026 (Inquérito Civil nº MPPR-0038.26.000156-5) O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por meio de seu órgão de execução, no exercício de suas atribuições na Promotoria de Justiça da Comarca de Clevelândia/PR (com abrangência sobre o Município de Mariópolis/PR), com fundamento nos artigos 127, caput, 129, incisos III e IX, da Constituição da República de 1988; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, e artigo 80, ambos da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, expede a presente Recomendação Administrativa, diante dos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos: CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se destaca a proteção integral e prioritária à infância e à educação; CONSIDERANDO que a educação é direito público fundamental, dever do Estado e da família, e deve ser prestada com base nos princípios da legalidade, qualidade, eficiência e garantia de padrão pedagógico adequado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (arts. 6º, 37, caput, e 205 da CF); CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece ser dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em ensino fundamental e creches, pautando-se pelo princípio do superior interesse do menor, colocando-o a salvo de toda forma de negligência e precarização educacional; CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 – LDB) determina que a regência de classe e a condução das atividades pedagógicas são atribuições exclusivas de profissionais da educação habilitados (professores graduados ou normalistas), sendo vedada a entrega de turmas a pessoas sem a devida formação técnica e vínculo funcional de docência; _____ E-mail:

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:C2C6410D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5110, DE 14 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício n° 179/2026-Secretaria de Saúde, decreta a:

EXONERAÇÃO
Art.1º De **LIZIANE EVELIS DA SILVA,** inscrito(a) no CPF sob o nº 959.xxx.659-87 e portador(a) da Carteira de Identidade RG nº 5.944.xxx-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR GERAL DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA),** simbologia DAS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 11 de julho de 2026, revogando o decreto 4894/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:86732DFA

GABINETE
DECRETO Nº 5111, DE 14 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício n° 180/2026-SMS, decreta a:

Art.1º EXONERAÇÃO de **CARLA REGINA DA COSTA GRUBA,** inscrita no CPF/RG sob o nº 864.xxx.319-91 do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR GERAL,** simbologia DAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art.2º NOMEAÇÃO de **CARLA REGINA DA COSTA GRUBA,** inscrita no CPF/RG sob o nº 864.xxx.319-91 no cargo de provimento em comissão de**DIRETOR GERAL DA UNIDADE DE PRONTO**

ATENDIMENTO (UPA), simbologia DAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 12 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:FF06898F

GABINETE
DECRETO Nº 5112, DE 14 DE JULHO DE 2026.

"ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis, mediante ao Ofício nº 130/2026-SMS, resolve:

ALTERAR:

Art. 1º - Os membros da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Matinhos, como segue:

Presidência:

Presidente: Eduardo Antônio Dalmora - Prefeito Municipal;
Adjunto: Ligia Bernadete Mesquita Duarte - Vice-Prefeita
Coordenador Municipal: Lauana Sentone
4. **Secretário:** Nilson Bueno Lopes da Silva Filho - Agente de Defesa Civil

Subcomissões e seus respectivos integrantes:
1. Subcomissão de Abrigos:
a. Célia Amaral - Secretária Municipal de Educação;
b. Simone Cordeiro;
c. Rosane Francisco Alves;
d. Marlize Freire Viana Feliciano.

2. Subcomissão de Saúde
a. Eduarda Cristina Poletto Goncalves - Secretária Municipal de Saúde;
b. Angélica dos Santos Correa – Diretora da Secretaria de Saúde.
c. Denise Cavenaghi Molina;
d. Karla Gonçalves Hurmann.

3. Subcomissão de Serviços Essenciais:
a. Ângelo Lemos Júnior - Diretor do Departamento de Iluminação Pública;
b. Michele Ramos Pereira – Coordenadora Comercial Litoral Sanepar;
c. Adriano Nunes Motter - Gerente Local da Copel.

4. Subcomissão de Comunicações e Relações Públicas:
a. Diretor do Departamento de Comunicação - Gabinete do Prefeito;
b. Cristiano Costa - Guarda Municipal.

5. Subcomissão de Trânsito e Transporte:
a. Cláudio Amarante - Secretário Municipal de Obras;
b. Denis Spaler - Gerente da Viação Graciosa.

6. Subcomissão de Segurança:
a. Thyago Giamberardino – Comandante 1ª SB/2º SGB/8º GB do Corpo de Bombeiros;
b. André Felipe Satel - Comandante da 2ª Companhia do 9º BPM de Matinhos;
c. Claudinei Nepomuceno – Guarda Civil Municipal.

7. Subcomissão de Vistoria:
a. Pedro Leonardo Ramos Tavares - Engenheiro Civil do Urbanismo;
b. Cezar Augusto Coraiola- Engenheiro Civil da Prefeitura;
c. Leandro Martins - Mestre de Obras da Prefeitura.

8. Subcomissão de Depósito:
a. Adriano Geraldo Cruz Ribeiro - Secretário Municipal de Meio Ambiente;
b. Sérgio Luiz Cioli - Diretor Geral da Secretaria de Meio Ambiente;
c. Admir Barbosa de Oliveira.

9. Subcomissão de Donativos:
a. Eunice Viganó Dalmora - Secretária Municipal de Assistência Social;
b. Sandra Aparecida Rodrigues Oliveira - Diretora Geral da Secretaria Municipal de Assistência Social;
c. Rosilene Leite Corrêa;
d. Crislaine Honorato dos Santos.

Subcomissão de Apoio Operacional:
a. Marcelo Ramos - Guarda Civil Municipal;
b. André Henrique Novakovich - Guarda Civil Municipal;
c. David Alan de Freitas - Guarda Civil Municipal;
d. André Luiz Benassi - Guarda Civil Municipal.

Art. 2º - A COMPDEC atuará de forma integrada, respeitando as competências e responsabilidades de cada Subcomissão, com o objetivo de garantir a organização e a eficiência nas ações de Defesa Civil no Município de Matinhos.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2026, revogando o decreto 5046/2026 e as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:B9598DF4

GABINETE
DECRETO Nº 5113, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a alteração dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI do Município de Matinhos e dá outras exceções.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso das atribuições que confere o art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.319/2022, que dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito - DETRAMAT e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, e em conformidade com o Ofício 039/2026 DG SMST,
DECRETA:
Art. 1º Ficam alterados os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI) do Município de Matinhos, conforme disposto no art. 13 da Lei nº 2.319/2022, sendo:
I - **CLEBER ALVES ZANOTTO,** inscrito no CPF nº 021.xxx.789-97, na qualidade de representante do Órgão que impõe a pena, titular;
II - **RENATO GABRIEL VIANA STRAUBE**, inscrito no CPF nº 113.xxx.019-16, na qualidade de representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito, titular;
III - **EVERSON GONÇALVES**, inscrito no CPF nº 033.xxx.519-77, na qualidade de representação com conhecimento na área de trânsito.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 3.464/2025.

Matinhos, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:205E31D9

GABINETE
EXTRATO 064-2026 CIBELLE MAÇANEIRO VIANA - ATENDENTE INFANTIL

Extrato de Contrato 064/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Matinhos
Contratado: CIBELLE MAÇANEIRO VIANA
Objeto: Contratação no Emprego Público de **Atendente Infantil PSS** Decorrente do PSS Público Edital nº. 130/2025
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais
Remuneração: R$ 1.621,00 **(Um mil, seiscentos e vinte e um reais**) mensais
Disposições Gerais: fundamentado na Lei Municipal nº 1.190/2009, n° 1.277/2009, n° 1.522/2011, n° 1.656/2013, n°1.657/2013.

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:3AAE63C9

GABINETE
EXTRATO 065-2026 KETTY CRISTINA DE ALMEIDA E SILVA - ATENDENTE INFANTIL

Extrato de Contrato 065/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Matinhos
Contratado: KETTY CRISTINA DE ALMEIDA E SILVA
Objeto: Contratação no Emprego Público de **Atendente Infantil PSS** Decorrente do PSS Público Edital nº. 130/2025
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais
Remuneração: R$ 1.621,00 **(Um mil, seiscentos e vinte e um reais**) mensais
Disposições Gerais: fundamentado na Lei Municipal nº 1.190/2009, n° 1.277/2009, n° 1.522/2011, n° 1.656/2013, n°1.657/2013.

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:C5B8C460

GABINETE
PORTARIA Nº 744/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
81744/1	Katiane Simplicio da Silva	Professor	26/06/2026 A 25/07/2026 (30) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 26 de junho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:A53C692B

GABINETE
PORTARIA Nº 769/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante processo 23642/2026, resolve:
RETIFICAR
A Portaria nº 696 do dia 26 de junho de 2026, referente a conceção de férias do servidor abaixo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 16 de julho a 14 de agosto de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100533/1	Joacir Savitraz	Motorista D	2025/2026

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 13 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:3955E9AE

GABINETE
PORTARIA Nº 770/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante processo n° 23554/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 05 de agosto a 03 de setembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
100682/1	Henrique Buck Zella	Técnico Administrativo	2023/2024	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 05 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 13 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:89825E0E

GABINETE
PORTARIA Nº 771/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o aviso de férias da Secretaria de Educação, resolve:

CONCEDER

A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 03 de agosto a 01 de setembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
57924/1	Eliane Guimaraes Rocha Prates	Educador Infantil	2023/2024-15 dias 2024/2025- 15 dias	
57924/2	Eliane Guimaraes Rocha Prates	Professor	2023/2024- 15 dias 2024/2025-15 dias	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 13 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:C0AE17B9

GABINETE
PORTARIA Nº 772/2026 (AUTOS Nº 2112/2024)

EMENTA: Altera a composição da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 241/2024 (Processo nº 2112/2024), designa novos membros para o prosseguimento do feito e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo art. 232 da Lei Municipal nº 1.165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos);
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo de Sindicância nº 2112/2024, formalizada por meio da Portaria nº 241/2024, a fim de apurar suposta prática de infração funcional cometida pela servidora A.F.;
CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico PGM nº 188/2024, o qual atestou a regularidade formal da instauração da referida sindicância;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos membros da comissão apuradora e do respectivo apoio jurídico para a retomada e o regular prosseguimento da instrução processual;
RESOLVE:
Art. 1º – DESIGNAR os novos membros para compor a Comissão de Sindicância responsável pela condução e prosseguimento do Processo Administrativo nº 2112/2024, instaurado para apurar supostas infrações aos arts. 202 e 203 da Lei Municipal nº 1165/2008. A comissão será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro listado:

CARGO NA COMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
PRESIDENTE	Henrique Buck Zella	100682/1
MEMBRO	Luciana Rocha Dos Santos	53295/2
MEMBRO	Ernesto Cordeiro Junior	82600/1
SUPLENTE	Edicleia Espinel Santos	101226
SUPLENTE	Tatiani Ribeiro	77330/2
APOIO JURÍDICO	Jeferson Almar Borges	72486/1

Art. 2º – Para bem cumprir as suas atribuições e dar prosseguimento ao feito, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, devendo retomar a instrução processual, colher depoimentos e demais provas que entender pertinentes, observando as diretrizes já fixadas no Parecer Jurídico PGM nº 188/2024. Os membros da comissão têm poder de se reportar diretamente aos órgãos e entidades da Administração Pública em diligências necessárias à instrução.
Art. 3º – A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior. Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a composição anteriormente designada no art. 2º da Portaria nº 241/2024. Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Matinhos, 13 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:0D63129C

GABINETE
PORTARIA Nº 773/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Conceder a readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, da servidora municipal **ROSENILDA MESQUITA,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 14842/1, por 365 (**trezentos e sessenta e cinco**) dias a contar **de 08/07/2026 até 07/07/2027**, devendo se manter afastada de atividades que requeiram esforço físico, rotação dos ombros e caminhadas longas, conforme atestado médico e laudo pericial.
Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1430/2011, a mesmo pode, verificar se há peças puídas, descoloridas, manchadas ou rasgadas, separando-as para entrega à chefia para providências; realizar pequenos consertos nas roupas como cerzidos, costuras simples, recolocação de botões ou alças e outros, definidos pela chefia; apresentar, diariamente, relatório das peças recebidas para lavagem e passagem e das peças entregues, limpas e passadas; fazer serviços de costura em geral; reformar roupas em geral; fazer modelagem de roupas de cama, banho e de vestuário; efetuar o controle de materiais de trabalho; traçar moldes para confecção de roupas e uniformes em geral; talhar e costurar roupas, uniformes, toalhas, lençóis e fronhas; Confeccionar moldes e roupas para uso de pacientes, bem como roupas de cama, mesa e banho, cortinas e outras peças de utilização da Unidade de prestação de serviço. realizar consertos, ajustes e reparos em geral de roupas e demais peças: pregar botões, zíperes e executar demais operações de acabamento nas roupas. plastificar colchões, travesseiros, almofadas sanitárias, coxins, etc., bem como operar máquina de soldar plásticos. identificar as roupas por meio de carimbo. proceder à classificação das peças que serão consertadas ou inutilizadas. receber e conferir tecidos e aviamentos adquiridos. comunicar à chefia imediata a ocorrência de defeitos nos equipamentos e máquinas, bem como solicitar a reposição dos produtos utilizados na execução das tarefas; verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de
reposição, quando for o caso; manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho; participar de encontros de formação continuada quando convocado; zelar pela limpeza do local de trabalho e executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo previstas na lei n°1430/2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:AA33E77F

GABINETE
PORTARIA Nº 775/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101202/1	Welliton Cordeiro Pires	Técnico Administrativo	06/07/2026 A 25/07/2026 (20) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 06 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:738AAFDF

GABINETE
PORTARIA Nº 776/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
53180/2	Joceline Bertogna Juglair	Professor	01/07/2026 A 28/09/2026 (90) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:6B67EA64

GABINETE
PORTARIA Nº 777/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
72575/1	Janete Karine da Silva Gonsalves Cardoso	Cozinheiro/Merendeira	27/06/2026 A 24/09/2026 (90) dias	Não

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 27 de junho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:B63ECC04

GABINETE
PORTARIA Nº 778/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
80136/1	Marli Cabral Ribeiro da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	05/07/2026 A 02/09/2026 (60) dias	Não

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 06 de maio de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de junho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:C27A9FC4

GABINETE
PORTARIA Nº 779/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com protocolo 23358/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 03 de agosto a 01 de setembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
18112/1	Sandro da Silva Laurentino	Auxiliar de Serviços Gerais	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:C67C5502

GABINETE
PORTARIA Nº 780/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, formalizada por meio do Ofício nº 446/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de atendimento às exigências do Programa Agente da Cidadania, visando assegurar a regular execução, acompanhamento e fortalecimento das ações desenvolvidas junto aos adolescentes participantes do programa;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **ANDRÉIA PONTES DO CARMO**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula nº 102022-1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de **Técnica do Programa Agente da Cidadania**, sem prejuízo das atribuições inerentes ao seu cargo efetivo.
Art. 2º Compete à servidora designada desenvolver as atividades técnicas, administrativas e de acompanhamento previstas nas diretrizes do Programa Agente da Cidadania, bem como exercer as demais atribuições correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 3º A presente designação não implica provimento em cargo em comissão ou função gratificada, nem gera direito à percepção de vantagem remuneratória específica, salvo se houver previsão legal em contrário.
Art. 4º A designação vigorará enquanto perdurar a necessidade administrativa ou até ulterior ato de revogação.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Matinhos, PR, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:D3751F8D

GABINETE
PORTARIA Nº 781/2026

(Portaria de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar)

O Prefeito Municipal de Matinhos, no uso da competência que lhe confere o artigo 240, da Lei n° 1.165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos):

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar suposto abandono de cargo e inassiduidade habitual cometidos pela Servidora Pública P. F. da S., que, em tese, teria acumulado, no período entre 01/07/2025 e 30/06/2026, 116 (cento e dezesseis) faltas injustificadas, nos moldes dos artigos 220 e 240 da Lei Municipal n.º 1.165/2008.

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, ficam designados os servidores nomeados no **Decreto Municipal n° 4.187/2025**, para compor a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, quais sejam:

Presidente:
Alessandro Koiti Ymai - Matrícula: 76.406/1
Membros:
Elias Gomes da Silva - Matrícula: 63.428/2
Juliana Schuindt Kaminski - Matrícula: 100.686/1
Suplentes:
Denise Cavenaghi Molina - Matrícula: 83.372/1
Jose Augusto Giraldello - Matrícula: 50.563/2
Apoio Jurídico:
Vinicius Teixeira Bressan - Matrícula: 10.0910/1

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes. Os membros da comissão têm poder de reportar-se diretamente aos órgãos e entidades da Administração Pública em diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de **60 (sessenta) dias úteis**, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Matinhos, 15 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:DC84A400

GABINETE
PORTARIA Nº 782/2026

(Portaria de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar)

O Prefeito Municipal de Matinhos, no uso da competência que lhe confere o artigo 240, da Lei n° 1.165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos):

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar suposto abandono de cargo e inassiduidade habitual cometidos pela Servidora Pública M. L. do C., que, em tese, teria acumulado, no período entre 01/07/2025 e 30/06/2026, 113 (cento e treze) faltas injustificadas, nos moldes dos artigos 220 e 240 da Lei Municipal n.º 1.165/2008.

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, ficam designados os servidores nomeados no **Decreto Municipal n° 4.187/2025**, para compor a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, quais sejam:

Presidente:
Alessandro Koiti Ymai - Matrícula: 76.406/1
Membros:
Elias Gomes da Silva - Matrícula: 63.428/2
Juliana Schuindt Kaminski - Matrícula: 100.686/1
Suplentes:
Denise Cavenaghi Molina - Matrícula: 83.372/1
Jose Augusto Giraldello - Matrícula: 50.563/2
Apoio Jurídico:
Vinicius Teixeira Bressan - Matrícula: 10.0910/1

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes. Os membros da comissão têm poder de reportar-se diretamente aos órgãos e entidades da Administração Pública em diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de **60 (sessenta) dias úteis**, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Matinhos, 15 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:788CA736

GABINETE
PORTARIA Nº 783/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art.1º LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Artigo n° 108, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
73237/2	Keila Yukie Taguchi	Psicologo	17/06/2026 a 13/12/2026 (180 dias)	Sim

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 17 de junho de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Telma Lucia Freire
Código Identificador:36AA843A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 077/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL E DESCARTÁVEIS
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$3.613.063,10 (três milhões, seiscentos e treze mil, sessenta e três reais e dez centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 31/07/2026 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS, COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br
CONTATOS
Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:89E02E54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR N° 001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR n° 001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR

O Agente de Contratação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 do Município de Matinhos, Estado do Paraná, designado pelo Prefeito Municipal,através do Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e no uso de suas atribuições legais, torna público por meio desta informação complementar:
Onde se exclui os itens constantes no TERMO DE REFERÊNCIA:
10.2.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) obtidos por meio da aplicação das fórmulas contidas no Edital.
10.2.4.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
10.2.4.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
10.2.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
10.2.4.7. Deverão os licitante apresentar demonstrativos de formação de preços juntamente com a proposta

•
Tal informação complementar encontra-se devidamente fundamentada no artigo 55, §1º, da Lei 14.133/2021, in verbis:

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
As demais cláusulas permanecem inalteradas, conforme edital publicado, mantendo a data de abertura para o dia 17/07/2026, às 09h00min

Matinhos, 15 de julho de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação
Decreto nº 5054/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:0BC46296

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - 1° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

1° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES , para as seguintes empresas: AUTOMEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.152.280/0001-45 com os lotes: 577, 578 no valor total de R$ 3.633,00 (três mil e seiscentos e trinta e três reais). OPEN FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.130.979/0001-79 com os lotes: 615 no valor total de R$ 61.377,75 (sessenta e um mil e trezentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos). LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.223.536/0001-98 com os lotes: 4, 20, 154, 155, 217, 237, 238, 239, 240, 241, 244, 273, 274, 275, 276, 309, 310, 429, 608, 631, 634, 639 no valor total de R$ 293.886,93 (duzentos e noventa e três mil e oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos). ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 com os lotes: 617, 620 no valor total de R$ 133.278,75 (cento e trinta e três mil e duzentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos). LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 57.111.717/0001-28 com os lotes: 236, 277 no valor total de R$ 5.920,00 (cinco mil e novecentos e vinte reais). ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.362.195/0001-85 com os lotes: 32, 33, 34, 36, 39, 117, 195, 242, 267, 289, 290, 291, 396, 606, 607, 642, 643, 644, 645, 648, 649, 650, 651, 652, 653 no valor total de R$495.927,25 (quatrocentos e noventa e cinco mil e novecentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos). PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 22.437.236/0001-22 com os lotes: 50, 103, 104, 292, 366, 367, 368 no valor total de R$16.551,60 (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos). NEW REGLY LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.448.836/0001-41 com os lotes: 295 no valor total de R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). IX MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.131.363/0001-09 com os lotes: 378, 379, 382, 384, 385, 529, 530, 532, 533 no valor total de R$ 6.331,00 (seis mil e trezentos e trinta e um reais). MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA TIPO, inscrita no CNPJ nº 22.847.311/0001-23 com os lotes: 394 no valor total de R$ 907,20 (novecentos e sete reais e vinte centavos). ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.118.004/0001-37 com os lotes: 629 no valor total de R$ 16.880,40 (dezesseis mil e oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos). ENDOIMPORTS MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.204.144/0001-09 com os lotes: 206, 474, 497 no valor total de R$ 6.407,16 (seis mil e quatrocentos e sete reais e dezesseis centavos). PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.888.187/0001-72 com os lotes: 609, 611, 618 no valor total de R$ 166.862,25 (cento e sessenta e seis mil e oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos). CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.586.988/0001-80 com os lotes: 8, 13, 21, 29, 40, 88, 89, 202 no valor total de R$ 14.160,50 (quatorze mil e cento e sessenta reais e cinquenta centavos). BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.238.875/0001-15 com os lotes: 234, 428 no valor total de R$45.243,21 (quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos). MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT MÉDICO LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.757.380/0001-50 com os lotes: 6, 9, 12, 14, 51, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 196, 246, 247, 248, 282, 283, 284, 301, 302, 303, 304, 336, 610 no valor total de R$ 167.886,00 (cento e sessenta e sete mil e oitocentos e oitenta e seis reais). DONNA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.983.601/0001-00 com os lotes: 226, 280 no valor total de R$ 54.120,00 (cinquenta e quatro mil e cento e vinte reais). CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.599.605/0001-72 com os lotes: 142, 160, 198, 199, 200, 630, 632 no valor total de R$ 96.843,00 (noventa e seis mil e oitocentos e quarenta e três reais). YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.740.794/0001-60 com os lotes: 54, 111, 159, 215, 228, 230, 281, 349, 383, 386, 448, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 467, 468, 484, 485, 486, 487, 498, 526, 527, 528, 531, 539, 570, 571, 589, 592, 603, 604, 605 no valor total de R$91.045,39 (noventa e um mil e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos). EDHMED EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.955.443/0001-46 com os lotes: 47, 227 no valor total de R$ 998,40 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos). ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 02.607.956/0001-81 com os lotes: 52 no valor total de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais). ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.393.363/0001-99 com os lotes: 110, 624 no valor total de R$ 118.804,00 (cento e dezoito mil e oitocentos e quatro reais). TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 05.247.406/0001-97 com os lotes: 64, 102, 169, 225, 311, 355, 361, 387, 392, 574, 575 no valor total de R$62.616,99 (sessenta e dois mil seiscentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos). UTILIDADES MÉDICAS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.917.380/0001-27 com os lotes: 11, 359, 362 no valor total de R$ 15.512,00 (quinze mil e quinhentos e doze reais). DONADI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.647.847/0001-66 com os lotes: 53 no valor total de R$630,00 (seiscentos e trinta reais). CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 32.743.242/0001-61 com os lotes: 211, 300 no valor total de R$20.950,00 (vinte mil novecentos e cinquenta reais). MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, inscrita no CNPJ nº 07.752.236/0008-08 com os lotes: 616 no valor total de R$ 29.250,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinquenta reais). ELEVENN MATERIAIS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.717.724/0001-82 com os lotes: 1, 2, 18, 23, 26, 41, 42, 61, 65, 66, 108, 112, 115, 131, 148, 156, 210, 233, 265, 271, 285, 287, 293, 381, 395, 425, 623, 640, 646 no valor total de R$290.053,22 (duzentos e noventa mil cinquenta e três reais e vinte e dois centavos).

A.D. DAMINELLI LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.749.758/0001-80 com os lotes: 37, 308, 621, 654 no valor total de R$ 128.340,50 (cento e vinte e oito mil e trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos). L FORASTIERI MACHADO LTDA, inscrita no CNPJ nº 4.712.3165/0001-14 com os lotes: 116 no valor total de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais). CIRURGICA PRIME LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.116.717/0001-02 com os lotes: 38, 146, 317, 325 no valor total de R$ 10.290,20 (dez mil e duzentos e noventa reais e vinte centavos). HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.861.961/0001-06 com os lotes: 7, 63, 119, 132, 144, 145, 161, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 194, 213, 235, 250, 253, 258, 259, 261, 269, 270, 318, 319, 320, 321, 322, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 337, 338, 339, 340, 343, 344, 345, 346, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 358, 360, 363, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 402, 488, 499, 534, 535, 536, 543, 595 no valor total de R$ 316.998,30 (trezentos e dezesseis mil e novecentos e noventa e oito reais e trinta centavos). INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02 com os lotes: 619 no valor total de R$ 31.395,44 (trinta e um mil e trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos). ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.336.532/0001-22 com os lotes: 5, 10, 19, 24, 25, 109, 197, 214, 249, 286, 307, 335, 357, 628, 637 no valor total de R$229.795,00 (duzentos e vinte e nove mil setecentos e noventa e cinco reais). AMG HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.833.053/0001-29 com os lotes: 128, 130 no valor total de R$ 378,80 (trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos). TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.831.246/0001-85 com os lotes: 257 no valor total de R$ 2.245,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais). LIGHT BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.557.733/0001-98 com os lotes: 46, 105, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 262 no valor total de R$ 55.699,60 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). ESSENCIA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.124.269/0001-58 com os lotes: 43, 114, 222 no valor total de R$74.633,00 (setenta e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais). L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.875.336/0001-97 com os lotes: 27, 48, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 106, 120, 121,

122, 123, 133, 141, 143, 168, 173, 174, 175, 176, 185, 203, 204, 207, 208, 216, 219, 229, 231, 243, 245, 254, 255, 263, 264, 268, 272, 294, 296, 380, 391, 397, 401, 403, 405, 406, 407, 408, 409, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 426, 427, 441, 443, 444, 470, 471, 473, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 489, 495, 496, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 513, 514, 515, 516, 517, 520, 524, 540, 541, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 590, 591, 597, 598, 599, 600, 601, 602 no valor total de R$ R$171.627,92 (cento e setenta e um mil seiscentos e vinte sete reais e noventa e dois centavos). BRAZMIX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.972.948/0001-62 com os lotes: 627 no valor total de R$81.000,00 (oitenta e um mil reais). VERO MEDICAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.328.371/0001-72 com os lotes: 612, 613, 614 no valor total de R$ 240.262,50 (duzentos e quarenta mil e duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Município de Matinhos, em 01 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CA4621FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026

Aos 13 dias do mês de julho de 2026, reuniu-se a Comissão de Credenciamento e Avaliação Cultural, vinculada à Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura do Município de Matinhos/PR, para proceder à análise da documentação apresentada pelos interessados no Chamamento Público nº 003/2026, destinado ao credenciamento de artistas, músicos, bandas, DJs, grupos artístico-culturais, manifestações tradicionais, grupos vinculados à cultura popular e à cultura caiçara, oficineiros, arte-educadores e demais profissionais da cultura, pessoas físicas e jurídicas.
Após análise da documentação apresentada e verificação do atendimento às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, a Comissão deliberou pelo DEFERIMENTO das seguintes inscrições:
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
1 . Angélica Tavares de Souza
CPF: 076.787.359-95
Categoria: Cultura Popular, Manifestações Tradicionais e Cultura Caiçara.
Situação: DEFERIDA.
2. 19.430.471 ANAMARIA RIBEIRO
CNPJ: 19.430.471/0001-68
Categoria: Apresentação Musical – Banda Mínimo 6 Pessoas (Grande Porte).
Situação: DEFERIDA.
3. 59.827.306 OILSON ANTONIO FERREIRA
CNPJ: 59.827.306/0001-69
Categoria: Apresentação Musical – Mínimo 3 Pessoas (Pequeno Porte).
Situação: DEFERIDA.
4. Josias dos Santos
CPF: 075.052.299-23
Categoria: Apresentação Musical – Mínimo Uma Pessoa (Solo).
Situação: DEFERIDA.
5. Miguel Sales Silva
CPF: 113.944.899-43
Categoria: Apresentação Musical – Banda Mínimo 5 Pessoas (Médio Porte).
Situação: DEFERIDA.
6. MARY LUCY GOLIM
CNPJ: 30.904.539/0001-36
Categoria: Apresentação Musical – Mínimo 3 Pessoas (Pequeno Porte).
Situação: DEFERIDA.
7. Flavia Ferreira de Liz
CPF: 047.403.159-47
Categoria: Apresentação Musical – Mínimo 3 Pessoas (Pequeno Porte).
Situação: DEFERIDA.
8. Flavia Ferreira de Liz
CPF: 047.403.159-47
Categoria: Apresentação DJ (Solo).
Situação: DEFERIDA.
Considerando que os proponentes acima relacionados atenderam integralmente às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, suas inscrições ficam DEFERIDAS, passando a integrar o Cadastro de Credenciados da Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura, observando-se que o credenciamento não gera direito à contratação imediata, a qual ocorrerá conforme a necessidade da Administração Pública, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Credenciamento e Avaliação Cultural.
Matinhos/PR, 13 de julho de 2026.

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR

TAINARA CRISTINA BASÁGLIA GOES
Presidente
Decreto 101973/2026

CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTEL
Membro da Comissão
Decreto 101804/2025

LUCAS APARECIDO VIEIRA
Membro da Comissão
Decreto 79758/2025

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E784EFF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: 59.827.306 OILSON ANTONIO FERREIRA
CNPJ/CPF: 59.827.306/0001-69
ENDEREÇO: RUA CABO FRIO, 1546 - BALNEÁRIO SHANGRILÁ - PONTAL DO PARANÁ
REPRESENTANTE LEGAL: OILSON ANTONIO FERREIRA
CPF: 793.099.929-72
TELEFONE: (41) 99966-3020
E-MAIL: oilsonferreira71@gmail.com
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): BANDA DE PEQUENO PORTE (MÍNIMO 03 INTEGRANTES)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.

7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

59.827.306 Oilson Antonio Ferreira
OILSON ANTONIO FERREIRA
CPF nº 793.099.929-72
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:58292779

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: MARY LUCY GOLIM 04338892927
CNPJ/CPF: 30.904.539/0001-36
ENDEREÇO: AVENIDA PARANAGUÁ, 577 - BOM RETIRO - MATINHOS
REPRESENTANTE LEGAL: MARY LUCY GOLIM
CPF: 043.388.929-27
TELEFONE: (41) 3453-0083
E-MAIL: mary100lucy@hotmail.com
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): BANDA DE PEQUENO PORTE (MÍNIMO 03 INTEGRANTES)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.

3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

Mary Lucy Golim 04338892927
MARY LUCY GOLIM
CPF nº 043.388.929-27
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CD0E9CD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIARIA Nº 27/2026

Autorização de Diária Nº 27/2026

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: Danilo Miranda
CARGO: Vereador
DESTINO: Águas de Chapecó/SC
OBJETIVO: Capacitação Técnica: Emendas impositivas: os impactos da ADPF 854 do STF na execução, fiscalização e acompanhamento da emendas parlamentares; ETP, gestão e mapa de riscos nas contratações públicas e nova lei de improbidade administrativa: responsabilidade, riscos e boas práticas para vereadores, assessores e servidores

DATA - SAIDA: 14/07/2026 RETORNO: 17/07/2026

TOTAL DE DIÁRIAS: 3,5 VALOR: R$ 3.150,00(três mil cento e cinquenta reais)

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:7FC07548

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIARIA Nº 28/2026

Autorização de Diária Nº 28/2026

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: Elton Jakubik
CARGO: Vereador
DESTINO: Águas de Chapecó/SC
OBJETIVO: Capacitação Técnica: Emendas impositivas: os impactos da ADPF 854 do STF na execução, fiscalização e acompanhamento da emendas parlamentares; ETP, gestão e mapa de riscos nas contratações públicas e nova lei de improbidade administrativa: responsabilidade, riscos e boas práticas para vereadores, assessores e servidores

DATA - SAIDA: 14/07/2026 RETORNO: 17/07/2026

TOTAL DE DIÁRIAS: 3,5 VALOR: R$ 3.150,00(três mil cento e cinquenta reais)

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:C2A00493

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIARIA Nº 29/2026

Autorização de Diária Nº 29/2026

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: João Michael Ortiz
CARGO: Vereador
DESTINO: Águas de Chapecó/SC
OBJETIVO: Capacitação Técnica: Emendas impositivas: os impactos da ADPF 854 do STF na execução, fiscalização e acompanhamento da emendas parlamentares; ETP, gestão e mapa de riscos nas contratações públicas e nova lei de improbidade administrativa: responsabilidade, riscos e boas práticas para vereadores, assessores e servidores

DATA - SAIDA: 14/07/2026 RETORNO: 17/07/2026

TOTAL DE DIÁRIAS: 3,5 VALOR: R$ 3.150,00(três mil cento e cinquenta reais)

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:3E280D39

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIARIA Nº 30/2026

Autorização de Diária Nº 30/2026

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: Marcelo Rak
CARGO: Vereador
DESTINO: Águas de Chapecó/SC
OBJETIVO: Capacitação Técnica: Emendas impositivas: os impactos da ADPF 854 do STF na execução, fiscalização e acompanhamento da emendas parlamentares; ETP, gestão e mapa de riscos nas contratações públicas e nova lei de improbidade administrativa: responsabilidade, riscos e boas práticas para vereadores, assessores e servidores

DATA - SAIDA: 14/07/2026 RETORNO: 17/07/2026

TOTAL DE DIÁRIAS: 3,5 VALOR: R$ 3.150,00(três mil cento e cinquenta reais)

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:E32B7C00

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 09/2026

Portaria Nº 9/2026

SÚMULA: Concede férias.

Marcelo Rak, Presidente da Câmara Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei:

RESOLVE

Artigo 1º - Férias de 15 (quinze) dias a servidora Tamiris Siminoski ocupante do cargo Assessora Técnico legislativo, relativo ao período de aquisição entre 03/03/2025 a 02/03/2026, período de gozo compreendido entre 20/07//2026 a 03/08/2026
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Edifício da Câmara Municipal de Mato Rico/Pr.
Em, 15 de julho de 2026

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:13BFFBC9

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 10/2026

Portaria Nº 10/2026

SÚMULA: Nomeia cargo em comissão.

Marcelo Rak, Presidente da Câmara Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei:

RESOLVE

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. Suelen Karpinski, portadora da cédula de identidade RG nº 13.815.271-5 SESP/PR e CPF nº 107.673.799-42 para o cargo em comissão de Assessor Jurídico, simbologia CCL-1 a partir do dia 20/07/2026.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Edifício da Câmara Municipal de Mato Rico/Pr.
Em, 15 de julho de 2026

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:84BE5A12

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 014 SUPERAVIT FINANCEIRO - DC

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 14/2026 de 23/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$70.233,00 (setenta mil e duzentos e trinta e três reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	14945	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	55.233,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
11.002.23.695.2301.2.043		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
446 - 3.3.90.39.00.00	31817	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
		Total Suplementação:	70.233,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita		
Receita: 1.7.2.4.99.0.1.10	CONVENIO SETU - FESTA DO PADROEIRO SANTO ANTONIO -	15.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.02	FES/PARANA - BLMAC - Fonte: 14945	55.233,00
Total da Receita:		70.233,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 23 de Junho de 2026.

_____

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:2B142D66

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 014/2026 EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - DC

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 14/2026 de 23/06/2026

Ementa**:** Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$70.233,00 (setenta mil e duzentos e trinta e três reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	14945	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	55.233,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
11.002.23.695.2301.2.043		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
446 - 3.3.90.39.00.00	31817	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
		Total Suplementação:	70.233,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.4.99.0.1.10 CONVENIO SETU - FESTA DO PADROEIRO SANTO ANTONIO -	15.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.02 FES/PARANA - BLMAC - Fonte: 14945	55.233,00
Total da Receita:	70.233,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 23 de Junho de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:C2F0C566

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO COMPRA DIRETA Nº17/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Mato Rico através do Prefeito Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no art. 95, §2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, decreto municipal 01/2025 e 05/2025 e conforme o que consta do Processo de Compra Direta nº 17/2026 processos Administrativo nº 88/2026, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade compra direta para contratação de empresa para o fornecimento curso de capacitação técnica para utilização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), destinada aos Conselheiros Tutelares do Município de Mato Rico - PR, anexo ao procedimento licitatório constante no processo e ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto licitado em favor da BIT CONTROL INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.947/0001-43, com sede na Rua Araruna, 671 - Centro - Campo Mourão - CEP: 87.301-120, pela proposta conforme as necessidades do SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL no valor de R$ **1.990,00 (mil novecentos e noventa reais).**

Mato Rico PR, 15 de julho de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:F57D3A5E

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO COMPRA DIRETA Nº18/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Mato Rico através do Prefeito Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no art. 95, §2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, decreto municipal 01/2025 e 05/2025 e conforme o que consta do Processo de Compra Direta nº 18/2026 processos Administrativo nº 89/2026, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade compra direta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinstalação, transporte, instalação, montagem, testes e colocação em funcionamento de cadeira odontológica, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários, para atender à Unidade de Saúde da Localidade de Bela Vista, no Município de Mato Rico/PR, anexo ao procedimento licitatório constante no processo e ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto licitado em favor da V R M FROIS, CNPJ: 50.979.979/0001-60 com sede no endereço rua União da Vitoria, 256, centro, Goioerê – PR, CEP 87.360-000, pela proposta conforme as necessidades do SECRETARIA DE SAÚDE no valor de R$ 7.696,00 (sete mil seiscentos e noventa e seis reais).

Mato Rico PR, 15 de julho de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:326D74BC

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 254 2026 NOMEAR ASSESSOR DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS DAVID RAFAELORTIZ

PORTARIA Nº 254/2026

SÚMULA – Nomeia Cargo em Comissão "ASSESSORA DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **DAVID RAFAEL ORTIZ**, portador da cédula de identidade civil nº 14.130.511-5 e inscrição no CPF nº 113.548.059-17, para o Cargo em Comissão de "**ASSESSORA DE DIVISÃO DE EXPOSIÇÃO E FEIRAS",** a partir de 13/07/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 13/07/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,

Mato Rico – PR, 15 de JULHO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:7A886E59

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 SÚMULA: DEFINE O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – FMSBA, PARA FINS DE ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO AGEPAR Nº 010/2022.

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA
Município de Mato Rico – Paraná

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

SÚMULA: Define o órgão responsável pela gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, para fins de atendimento às disposições da Resolução AGEPAR nº 010/2022.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 707/2024, que institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, e a Lei Municipal nº 708/2024, que cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA,
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;
CONSIDERANDO a necessidade de atendimento às exigências da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, para fins de habilitação do Município ao recebimento dos repasses previstos no Termo de Atualização do Contrato de Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
RESOLVE:
Art. 1º Fica definido o Departamento Municipal de Tributação como o órgão responsável pela gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, competindo-lhe:
I – coordenar os procedimentos administrativos relacionados ao Fundo;
II – manter organizados e atualizados os documentos, cadastros, processos e demais registros administrativos relativos ao FMSBA;
III – prestar apoio administrativo ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA e ao Executor do Fundo;
IV – acompanhar os procedimentos necessários ao recebimento dos repasses destinados ao Fundo;
V – adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das exigências dos órgãos de controle e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR.
Parágrafo único. A presente definição refere-se exclusivamente à gestão administrativa do Fundo, permanecendo inalteradas as competências do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, do Executor do Fundo e do Secretário Municipal de Finanças previstas na Lei Municipal nº 708/2024.
Art. 2º Esta Resolução complementa a regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, exclusivamente para fins de definição do órgão responsável pela sua gestão administrativa.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mato Rico – PR, ___ de julho de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:856D1A62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 50/2026 DISPENSA N. 34/2026

Adjudica e **homologa** a contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 028/2025, para Aquisição de **01 (uma) Impressora Multifuncional Laser Colorida**, contemplando as funções de impressão, cópia, digitalização, destinada ao atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas da Escola Municipal Monteiro Lobato.

DO FAVORECIDO: FELIPE GERMANO COMERCIO DE ELETRÔNICOS LTDA - ME – CNPJ Nº. 12.011.181/0001-30

OBJETO: Aquisição de **01 (uma) Impressora Multifuncional Laser Colorida**, contemplando as funções de impressão, cópia, digitalização, destinada ao atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas da Escola Municipal Monteiro Lobato.

VALOR: R$ 5.966,10 (cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos)

BASE LEGAL: viabilidade de aplicação do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 047/2023, com redação dada pelo Decreto nº 028/2025, diante da justificativa técnica e do valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

DA JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR: Menor proposta dentre aquelas prevista na pesquisa de preços.

Miraselva, 15 de julho de 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:22D8C070

LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 50/2026 DISPENSA N.: 34/2026 FUNDAMENTAÇÃO: §2º DO ART. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2023

Autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, Aquisição de 01 (uma) Impressora Multifuncional Laser Colorida, contemplando as funções de impressão, cópia, digitalização, destinada ao atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas da Escola Municipal Monteiro Lobato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 028/2025.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com aLei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e oDecreto Municipal nº 047/2023,

CONSIDERANDOque o Município de Miraselva necessita realizar a Aquisição de **01 (uma) Impressora Multifuncional Laser Colorida**, destinada ao atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas da Escola Municipal Monteiro Lobato;
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços e a empresa FELIPE GERMANO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA – 12.011.181/0001-30, apresentou a proposta mais vantajosa, com valor

compatível ao praticado no mercado e dentro do limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que há regularidade fiscal e jurídica da empresa, estando apta a contratar com o Poder Público;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa FELIPE GERMANO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA – 12.011.181/0001-30, para Aquisição de **01 (uma) Impressora Multifuncional Laser Colorida**, contemplando as funções de impressão, cópia, digitalização, destinada ao atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas da Escola Municipal Monteiro Lobato, pelo valor total de R$ 5.966,10 (cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos).

Art. 2º – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho e demais providências administrativas cabíveis, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos autos.

Art. 3º – Publique-se e encaminhem-se os autos à unidade competente para execução contratual.

Miraselva/PR, 15 de julho de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:8BCF4F06

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

O Município de Miraselva/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **30/07/2026 às 10h,** abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº 05/2026**.

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas, equipamentos, serviços técnicos, operacionais e de apoio necessários à realização da 1ª EXPOMIRA 2026, a ser realizada entre os dias 05 e 08 de novembro de 2026, no Município de Miraselva/PR, em conformidade com o planejamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência", em atendimento à **Secretaria de Cultura e Turismo** do município de **Miraselva/PR"**, conforme especificações constantes no termo de referência.

Valor Estimado: R$ 306.499,98 (trezentos e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.miraselva.pr.gov.br/ e no site BLL: www.bll.org.br

Miraselva/PR, 15 de julho de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:A3138696

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, órgão da Administração Pública Indireta com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.402.912/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes/PR.

CONTRATADO	Nº MATRÍCULA	EMPREGO PÚBLICO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
ANGELICA MAIOKY RODRIGUES	88	TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM	11/07/2026	Encerramento de Contrato

Rescisão do contrato de trabalho temporário em razão do término da vigência contratual decorrente do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, com encerramento do vínculo empregatício em **11/07/2026.**

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:46831F3B

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA FASMO N.º 22/2026

PORTARIA FASMO N.º 22/2026

Nomeia e recompõe os membros do Conselho Fiscal da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO e dá outras providências.

A Diretora-Geral da Fundação de Atenção à Saúde do Município de Morretes - FASMO, EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regulamentares, especialmente as que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 2322 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Complementar Municipal nº 050, de 26 de maio de 2022, que "Institui a Fundação de Atenção à Saúde de Morretes, alterou a Lei Complementar 44/2021 e deu outras providências;

CONSIDERANDO o início dos trabalhos para implementação da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes;

CONSIDERANDO que o Conselho Fiscal integra a estrutura da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, com atribuição de fiscalização das contas e atos de gestão relativos ao exercício financeiro, nos termos da legislação municipal e do regramento interno da Fundação;

CONSIDERANDO que o Estatuto Social da FASMO disciplina a composição do Conselho Fiscal, com membros titulares e respectivos suplentes, observadas as indicações do Conselho Curador e da Direção-Geral, conforme a categoria de representação;

CONSIDERANDO que o Estatuto Social da FASMO prevê mandato de 2 (dois) anos aos Conselheiros Fiscais, facultada a recondução, bem como o exercício gratuito da função, sem pagamento de auxílio, indenização, ajuda de custo ou qualquer outra natureza remuneratória;

CONSIDERANDO que o Art. 6º da Lei 50/2023 indica o Conselho Fiscal como um dos órgãos de direção superior e de administração da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes;

CONSIDERANDO que o Art. 21 da Lei 50/2023 denota que a Fundação de Atenção à Saúde de Morretes deverá submeter suas contas relativas a cada exercício fiscal à apreciação do Conselho Fiscal;

CONSIDERANDO que o Art. 22 da Lei 50/2023 aduz sobre a composição do Conselho Fiscal da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes;

CONSIDERANDO que o Art. 23 da Lei 50/2023 define as competências do Conselho Fiscal da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes;

CONSIDERANDO as alterações anteriormente promovidas na composição do Conselho Fiscal por meio da Portaria nº 03, de 28 de novembro de 2023, da Resolução nº 03, de 24 de julho de 2024, e da Resolução nº 07, de 21 de novembro de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição e regularização da composição do Conselho Fiscal da FASMO, especialmente em razão da substituição dos membros anteriormente indicados pelo Conselho Curador dentre os empregados públicos da Fundação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e reconduzir, a partir da data de publicação desta Portaria, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO:

I – JULIO SOUZA DE LIMA NEVES, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.163.XXX-48, membro titular, indicado(a) pelo Conselho Curador dentre os empregados públicos da Fundação;

II - LUCIANA KARLA FERREIRA XAVIER, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.423.XXX-90, membro suplente, indicado(a) pelo Conselho Curador dentre os empregados públicos da Fundação;

III - ANGELA SANTOS MACEDO, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.010.XXX-46, como membro titular, indicado(a) pela Direção Geral dentre os servidores públicos do Município de Morretes;

IV - WILIAMARA SAVIAN BORBA, inscrito(a) no CPF sob o nºXXX.605.XXX-75, membro suplente, indicado(a) pela Direção Geral dentre os servidores públicos do Município de Morretes;

V - ELIZANGELA SILVEIRA DA CUNHA , membro titular, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.964.XXX-01, indicado(a) pela Direção Geral dentre cidadãos com conhecimento na área de atuação da saúde complementar;

VI - LARISSA CARDOSO DE LIMA, inscrito (a) no CPF sob o nº XXX.384.XX9-XX, membro suplente, indicado(a) pela Direção Geral dentre cidadãos com conhecimento na área de atuação da saúde complementar.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal ora nomeados será de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Portaria, facultada a recondução, nos termos do Estatuto Social da FASMO.

Art. 3º O exercício da função de Conselheiro Fiscal será gratuito, sem pagamento de auxílio, indenização, ajuda de custo ou qualquer outra verba de natureza remuneratória, nos termos do Estatuto Social da FASMO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente os atos anteriores de nomeação ou composição do Conselho Fiscal que conflitarem com a presente Portaria.

Morretes/PR, 15 de julho de 2026.

EVERLLIN D. C. GUIGUER
Diretora- Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:852A58D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 12/2026
Pregão Eletrônico n.º 05/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Morretes/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO, Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

CONTRATADA(S):

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 79/2025 – ID 166/2025
MULTIPLUS TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ n.º19.657.644/0001-85.
lote único.
Valor total de R$ 1.488.999,96 (um milhão e quatrocentos e oitenta e oito mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
Assinatura: Fábio Israel Da Silva, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato fica estipulado em 06 (seis) meses contados da assinatura desse termo contratual, podendo ser prorrogado nos termos e na forma estipulada pela Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MORRETES PR.	MÊS	6	R$ 248.166,66	R$1.488.999,96

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:A902144B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°01/2026 - PAD 8934

PORTARIA N.º 01/2026
Relativo ao PAD Portaria nº 8934-2026

Súmula: Enquadramento de servidor para fins de processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025.

A comissão de processo administrativo disciplinar, designada através da Portaria n.º 8934 de 26 de junho de 2026, devidamente publicada junto ao Diário Oficial do Município de Morretes, em data de 29/06/2026, edição n.º 3561, em atenção ao contido no art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025, emite a presente portaria, nos seguintes termos:
Art. 1º Em atendimento ao contigo no art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025, a Presidente da Comissão designada, emite a presente Portaria, a qual prevê o enquadramento de servidores em relação ao dispositivo legal infringido, em abstrato, infrações detalhadas no art. 2º desta, para fins de processo administrativo disciplinar Portaria n.º 8934/2026
Art. 2º Consoante os fatos e documentos constantes dos autos, os elementos de autoria e materialidade até então conhecidos apontam para o fundamento legal contido nos **artigos 190, inciso IV, e 195,**

inciso VII, da Lei Municipal n.º 68/2025, cujos dispositivos e condutas correspondentes são detalhados a seguir:
Art. 190, IV – Demissão - Diante da robusta materialidade, do dolo na ocultação dos fatos, do impedimento ativo ao socorro emergencial e do constrangimento à família e às professoras, conclui que nenhuma outra penalidade (como advertência ou suspensão) é proporcional ou suficiente para reprimir a gravidade dos atos praticados.
Art. 195, VII - Ofensa física, dolosa ou culposa, em serviço, a superior hierárquico, servidor ou a particular, salvo em legítima defesa, própria ou de outrem; - A conduta das Servidoras do CMEI agrediu a integridade física da menor, vulnerou o exercício funcional das professoras subordinadas e violou de forma abusiva e ilegal os direitos da mãe da aluna. A gravidade da transgressão demonstra que as servidoras investigadas romperam o dever ético e de civilidade exigido pelo Município, tornando suas permanências intoleráveis no serviço público.
Art. 3º Ademais, esta Comissão entende que a condução e instrução dos trabalhos encontram-se devidamente amparadas pelo artigo 215 do mesmo diploma legal, o qual dita as diretrizes do rito processual.
Diante da gravidade e da complexidade dos fatos narrados, esta Comissão informa e delibera que o procedimento seguirá estritamente o rito estabelecido no Capítulo IV, Seção II (Rito Ordinário) da referida lei, assegurando-se às investigadas o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa**.**

Art. 4º Para fins de instrução do processo citado, a comissão entende pertinente a produção das seguintes provas:
I – Prontuário de Atendimento Médico / Ficha de Internação (Hospital ou Posto de Saúde:
Requisitar (com autorização da mãe ou via ofício legal) o relatório médico do atendimento que a aluna recebeu no dia seguinte ao ocorrido para comprovar as lesões físicas (petéquias, marcas de sufocamento) e o estado clínico em que a criança chegou ao hospital após o engasgo**;**
II – Cópia do Livro de Atas e do Livro de Ocorrências do CMEI:
Apreensão ou requisição de cópia integral das páginas do dia 19 de junho de 2026 e dias subsequentes, para verificar se a gestão tentou registrar ou alterar oficialmente os fatos em livro físico da escola;
III–Cópia do "Termo de Ciência" assinado pela mãe:
Exigir a apresentação do documento original, ou de cópia, que a direção obrigou a mãe a assinar, a fim de analisar o teor do texto e comprovar a tentativa de isenção de culpa da instituição;
IV- Ata Notarial ou Print Autenticado das Mensagens de WhatsApp/Aplicativo Escolar: Preservação e juntada das mensagens exatas enviadas pelas servidoras à mãe da aluna, a fim de comprovar documentalmente o dolo em atenuar a gravidade do fato (a alegação de "engasgo leve");
V- Oitiva da Mãe da Aluna:
Para relatar como foi a abordagem referente à situação de sua filha, o recebimento da mensagem em seu celular e o constrangimento para assinar o documento;
VI – Outros Servidores do CMEI (Auxiliares de Limpeza, Merendeiras, Professores, atendentes ou Secretária Escolar):
Para testemunharem em relação ao dia do fato se presenciaram o ocorrido referente à aluna, qual foi a movimentação da equipe gestora, quais providências foram tomadas e como era o ambiente de trabalho antes do episódio e após o ocorrido com a aluna;
VII- Mídias Digitais / Imagens do Sistema de Videomonitoramento Interno e Externo: Requisitar a cópia integral, sem cortes ou edições, das gravações das câmeras de segurança do CMEI referentes ao dia 19 de junho de 2026, compreendendo todo o período de funcionamento da unidade — ou o intervalo de tempo estimado do ocorrido —, com o objetivo de elucidar a dinâmica exata dos fatos, o tempo de reação da equipe, os procedimentos de socorro adotados e a movimentação interna dos envolvidos.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser juntada aos autos e publicada no Diário Oficial do Município para ampla e pública ciência.
Morretes, 13 de julho de 2026

DANIELE DO ROCIO MEDUNA
Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
Portaria n.º 8934/2026

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:6529A79A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9004 DE 14 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9004 DE 14 DE JULHO DE 2026

Súmula: *Determina o ressarcimento a requerente do protocolo administrativo nº 3073/2026, e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto nas Leis Municipais 68/2025, em especial no art. 13, *parágrafo único*, consideradas as alterações ocorridas pela Lei nº 538/2018 e Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a Secretaria de Infraestrutura promova o ressarcimento aos danos causados conforme Processo Administrativo Disciplinar - Portaria nº 8933/2026, instaurado para apurar conduta praticada por empregado terceirizado vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 14 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:A597EDEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9070 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9070 de 15 de JULHO DE 2026

Súmula: Relotação do servidor público municipal Sr. Nathan Marques Nichak, cargo Assistente Administrativo, para Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 15/07/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea “b”, ambos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção se constitui em instrumento inerente à prerrogativa de auto-organização do Poder, garantindo a eficiência do serviço público;

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção é um ato discricionário da Administração Pública e, assim sendo atrelado à conveniência e à oportunidade;

CONSIDERANDO que em prol do interesse do serviço público, a Administração Pública poderá movimentar seus servidores de uma unidade para outra, dentro do órgão ou entidade a que pertença, sempre sobrepondo o interesse da coletividade à conveniência do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR, a partir de 15 de julho de 2026, o servidor Nathan Marques Nichak – matrícula funcional nº 115705, cargo

Assistente Administrativo, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações e providências administrativas pertinentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:60D40AA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9071 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9071 DE 15 DE JULHO DE 2026

Súmula: *Determina a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) conforme conclusão de Processo Administrativo de Sindicância – Protocolo nº3670/2026*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto nas Leis Municipais 68/2025, em especial no art. 13, *parágrafo único,* consideradas as alterações ocorridas pela Lei nº 538/2018 e Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a Secretaria Municipal de Educação solicite a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), seguindo a conclusão da Comissão do Processo Administrativo de Sindicância – Portaria nº8518 de 15 de abril de 2026/Protocolo nº3670, entregue na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:45AEDC89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9073 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9073 DE 15 DE JULHO DE 2026

"Institui a Comissão Técnica Interinstitucional para acompanhamento, análise e elaboração de propostas relativas ao processo de Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária – Trecho Morretes/PR, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor**SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, parágrafo único, alínea "a", e 87, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a relevância estratégica da Malha Sul Ferroviária para o desenvolvimento econômico, turístico, social, ambiental e da infraestrutura do Município de Morretes;
CONSIDERANDO o processo de estruturação da Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária conduzido pelo Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e do Ministério dos Transportes;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento técnico e institucional do referido processo, visando à defesa dos interesses do Município de Morretes e da coletividade;
CONSIDERANDO a importância da atuação integrada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo na formulação de estudos, propostas e manifestações técnicas relacionadas à futura concessão ferroviária;

RESOLVE:

Art. 1º
Fica instituída a Comissão Técnica Interinstitucional para Acompanhamento da Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária – Trecho Morretes/PR, de caráter consultivo, técnico e propositivo.

Art. 2º - Compete à Comissão:
I – Acompanhar todas as etapas do processo de estruturação da Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária;
II – Analisar estudos técnicos, editais, minutas, audiências públicas, consultas públicas e demais documentos relacionados ao processo de concessão;
III – Identificar os impactos da futura concessão sobre a infraestrutura, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico, turismo, meio ambiente, patrimônio histórico-cultural, segurança e qualidade de vida da população;
IV – Elaborar estudos, pareceres, relatórios técnicos e propostas visando à defesa dos interesses do Município;
V – Subsidiar a Administração Municipal na elaboração de manifestações técnicas, memoriais, ofícios, requerimentos e demais documentos destinados aos órgãos competentes;
VI – Acompanhar e participar, quando designada, de audiências públicas, reuniões técnicas, seminários e demais eventos relacionados ao processo de concessão;
VII – promover a integração entre os órgãos municipais e o Poder Legislativo para construção de propostas conjuntas voltadas ao interesse público.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes representantes:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo;
II 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas;
IV – 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;
V – 02 (dois) representantes indicados pela Câmara Municipal de Vereadores de Morretes.

Art. 4º - Os membros da Comissão serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação dos respectivos órgãos e entidades.

Art. 5º - A Comissão poderá convidar representantes de órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, especialistas, concessionárias, órgãos de controle e demais profissionais com conhecimento técnico sobre a matéria para colaborar com os trabalhos, sem direito a voto.

Art. 6º - A coordenação da Comissão será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Governo, designado pelo Prefeito Municipal, competindo-lhe convocar reuniões, organizar os trabalhos e encaminhar os relatórios produzidos.

Art. 7º - A Comissão elaborará relatórios técnicos e pareceres sempre que necessário, bem como documento consolidado contendo propostas, recomendações e apontamentos referentes à Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária, a ser submetido ao Chefe do Poder Executivo para as providências cabíveis.

Art. 8º - A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 9º - A Comissão terá vigência até a conclusão do processo de estruturação da Nova Concessão da Malha Sul Ferroviária, podendo ser prorrogada ou extinta por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:F84F27A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 68/2026

RESULTADO FINAL
Processo Administrativo: nº 68/2026

• **Chamada Pública / Credenciamento:** nº 13/2026
• **Objeto:** CREDENCIAMENTO de empresas especializadas na prestação de serviços de captura, processamento, transmissão e liquidação financeira de transações eletrônicas por meio de cartões de débito, crédito e demais meios de pagamento eletrônicos, incluindo o fornecimento e disponibilização de equipamentos POS (máquinas de cartão), destinados à arrecadação de receitas em feiras, eventos e demais ações promovidas pela Administração Municipal de Nova América da Colina/PR, mediante cobrança das taxas de operação, MDR e demais encargos aplicáveis às transações realizadas, conforme especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I).
• **Empresa Credenciada:** COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PARANAPANEMA SERRANA PR/SP/RJ – CNPJ 79.086.997/0001-02
• **Situação:** Habilitada.

Considerando o encerramento da fase recursal sem manifestações, a referida empresa encontra-se apta para a formalização do Termo de Credenciamento, conforme estabelecido pelas normas do edital e pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Nova América da Colina, 15 de julho de 2026

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:80D96194

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 46/2026

DECRETO Nº 46/2026

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO, PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, ESTADO DO PARANÁ**,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 084/2007; **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo composto pelos seguintes membros:
Presidente:
Rosiney Ferreira
Vice-Presidente:
Kassio Alexandre da Silva Basso
Secretária Executiva:
Ingrid de Oliveira Araújo

Representantes Governamentais;

Centro de Referência de Assistência Social
Ingrid Oliveira Araújo - RG: 13.***.***-8 e CPF: 109.***.***-25

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação;
Titular: Silvia Cristina de Oliveira Carvalho – CPF:675. ***.***-00 e RG:4. ***.***-8
Suplente: Sirlene Pio – RG: 8. ***.***– 5, CPF: 047. ***.***-30

Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Maria Leonice Ferreira – RG: 7. ***.***-3 e CPF: 037. ***.***-06
Suplente: Rosilene Costa – RG: 6. ***.***-0 e CPF: 035. ***.***-04

Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Rosiney Ferreira - RG: 6. ***.***-5 e CPF: 024. ***.***-16
Suplente: Elisangele Adriana Soares Neves - RG: 6. ***.***-2 e CPF: 018. ***.***-22

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Titular: Kassio Alexandre da Silva Basso – RG: 12. ***.***- 5 e CPF: 079. ***.***-94 Suplente: Josiane Luiz – RG: 8. ***.***– 6 e CPF: 044. ***.***– 89.

Representante da Sociedade Civil;
APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
Titular: Marcia Cristina de Campo Nakashima – CPF: 026. ***.***-01 e RG: 6. ***.***-9
Suplente: Rosana Ferreira – RG: 4. ***.***-0 e CPF: 547. ***.***-49

APMF – Colégio Estadual Papa Paulo VI
Titular: Magna Regina Pedrosa – CPF: 547. ***.***-49 e RG: 4. ***.***-0
Suplente: Junior Gomes Cardoso – RG: 6. ***.***-5 e CPF:028. ***.***-05

Igreja Presbiteriana
Titular: Maria Costa Izumi – RG: 1. ***.***-4 e CPF: 438. ***.***-10
Suplente: Angélica de Oliveira – RG: 9. ***.***-7 e CPF: 060. ***.***-20

Igreja Católica
Titular: Aline Gomes Leandro Basso - RG: 10. ***.***-0 e CPF: 067. ***.***-93
Suplente: Erika Ataíde Porfírio Barros – RG: 7. ***.***-5 e CPF: 058. ***.***-07

Art. 2° Este Decreto entra em vigor após sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 92/2025.

Nova América da Colina, 14 de julho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:F2460E41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 47/2026

DECRETO Nº 47/2026

Súmula: Transfere a data do feriado municipal do dia 25 de julho de 2026, em comemoração ao 66°

Aniversário de Emancipação Política do Município de Nova América da Colina, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina-Pr, Tania Cristina da Silva Basso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º – Fica transferido a data do feriado municipal em comemoração ao 66° Aniversário de Emancipação Política do Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná, do **dia 25 de julho de 2026 (sábado), para o dia 27 de julho de 2026 (segunda-feira).**
Art. 2º – O disposto no artigo anterior não se aplica aos Departamentos cujas atividades são consideradas essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal, tais como: finanças, compras e licitações, saúde, coleta de lixo, limpeza pública, abastecimento de água e cemitério, ficando sob a responsabilidade de cada Secretário (a) a adoção de escala de trabalho, de modo a evitar prejuízos à população.
Art. 3º – A alteração constante no presente Decreto é válida apenas para o ano de 2026.
Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Nova América da Colina, 15 de julho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:78B7A216

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 003/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 034/2036
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Luis Venera LTDA – CNPJ N° 53.243.229/0001-13 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, com disponibilização de veículo, motorista e monitor, para atender estudantes do Município de Nova Prata do Iguaçu - PR. – Linha 01.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 01 – Linha 01 (Período Matutino e Vespertino) – Quantitativo restante = 17.560,4 km - Passando o valor unitário de R$ 8,01 (oito reais e um centavos), para R$ 7,85 (sete reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR SUPRIMIDO – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 2.809,67 (dois mil oitocentos e nove reais e sessenta e sete centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 006/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 036/2035
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: M. A. Vidraçaria e Transporte LTDA – CNPJ N° 24.107.726/0001-96 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, com disponibilização de veículo, motorista e monitor, para atender estudantes do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR – Linha 04.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 04 – Linha 04 (Reassentamento São Francisco Período Matutino e Vespertino) – Quantitativo restante = 14.840,6 km - Passando o valor unitário de R$ 6,99 (seis reais e noventa e nove centavos), para R$ 6,89 (seis reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR SUPRIMIDO – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 1.484,06 (um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e seis centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 004/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 037/2036
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Transportes Solar LTDA – CNPJ N° 44.297.119/0001-43 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, com disponibilização de veículo, motorista e monitor, para atender estudantes do Município de Nova Prata do Iguaçu - PR, conforme item 03.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 03 – Linha 03 (Colônia Nova e 1º de Maio Período Matutino e Vespertino) – Quantitativo restante = 13.974,26 km - Passando o

valor unitário de R$ 9,87 (nove reais e oitenta e sete centavos), para R$ 9,75 (nove reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR SUPRIMIDO – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 1.676,90 (um mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 002/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 039/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: M. A. Vidraçaria e Transporte LTDA – CNPJ N° 24.107.726/0001-96 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transporte de acadêmicos, do município de Nova Prata do Iguaçu, conforme Lei Municipal nº 1585/2020.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:
Item 01 – Quantitativo restante = 6.148 km - Passando o valor unitário de R$ 7,52 (sete reais e cinquenta e dois centavos) para R$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos).
CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR SUPRIMIDO – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 1.229,60 (um mil duzentos e vinte a nove reais e sessenta centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 016/2026 - SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 398/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Adriano Theis 25131982049- CNPJ nº 32.382.918/0001-39 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, conforme descrição do item 01.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços do combustível óleo diesel no município, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal, apurou-se o valor médio de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:
Item 01 – Linha 01 (Final da tarde) – Quantitativo restante = 3.861 km - Passando o valor unitário de R$ 7,80 (sete seria e oitenta centavos), para R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 269,10 (duzentos e sessenta e nove reais e dez centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 021/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 399/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Gabriel Gomes Transportes e Serviços Ltda - CNPJ nº 44.815.845/0001-00 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, conforme descrição do item 02.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços do combustível óleo diesel no município, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal, apurou-se o valor médio de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 02 – Linha 02 (Final da tarde) – Quantitativo restante = 5.445 km - Passando o valor unitário de R$ 7,76 (sete reais e setenta e seis centavos), para R$ 7,61 (sete reais e sessenta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 816,75 (oitocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos),** para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 019/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 007/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Transporte Teles de Souza LTDA - CNPJ nº 44.325.468/0001-21 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, conforme descrição do item 04.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.**CLÁUSULA TERCEIRA**

– DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 04 – Linha 04 (Manhã) – Quantitativo restante = 12.771 km - Passando o valor unitário de R$ 7,56 (sete reais e cinquenta e seis centavos), para R$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR SUPRIMIDO – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 1.915,65 (um mil, novecentos e quinze reais sessenta e cinco centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 017/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 008/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Pack Transportes Ltda - CNPJ nº 44.657.532/0001-71 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, conforme descrição dos itens 03 e 07.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços dos combustíveis no município, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal, apurou-se o valor médio de **R$ 6,83 (cinco reais e cinquenta e cinco centavos)** por litro do diesel.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 03 – Linha 03 (Manhã e Tarde) – Quantitativo restante = 13.958 km - Passando o valor unitário de R$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos), para R$ 7,66 (sete reais e sessenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 1.954,12 (um mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dose centavos),** para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 022/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 009/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Transportes Iguaçu LTDA - CNPJ nº 43.938.874/0001-05
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, conforme descrição dos itens 01, 02 e 05**.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços do combustível óleo diesel no município, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal, apurou-se o valor médio de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 01 – Linha 01 (Manhã e Tarde) – Quantitativo restante = 15.523,20 km - Passando o valor unitário de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos).
Item 02 – Linha 02 (Manhã) – Quantitativo restante = 10.295,999 km - Passando o valor unitário de R$ 7,84 (sete reais e oitenta e quatro centavos), para R$ 7,60 (sete reais e sessenta centavos).
Item 05 – Linha 05 (Manhã) – Quantitativo restante = 12.325,5 km - Passando o valor unitário de R$ 7,92 (sete reais e noventa e dois centavos), para R$ 7,69 (sete reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 8.410,28 (oito mil quatrocentos e dez reais e vinte e oito centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 019/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 011/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Trans M.A Ltda - CNPJ nº 21.542.563/0001-81 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de acadêmicos, do município de Nova Prata do Iguaçu, onde o município auxiliará com 50% (cinquenta por cento) das despesas de transporte e os alunos com os demais 50% (cinquenta por cento), conforme Lei Municipal nº 1585/2020, conforme descrição do item 02.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e trinta e sete centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 03 – Cascavel – Quantitativo restante = 12.375 km - Passando o valor unitário de R$ 7,73 (sete reais e setenta e três centavos) para R$ 7,63 (sete reais e sessenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ACRESCIDO – Fica suprimido ao contrato original o valor de **R$ 1.237,50 (um mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 014/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 012/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.

CONTRATADA: Rocker Transporte Ltda - CNPJ nº 37.794.879/0001-09 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de acadêmicos, do município de Nova Prata do Iguaçu, onde o município auxiliará com 50% (cinquenta por cento) das despesas de transporte e os alunos com os demais 50% (cinquenta por cento), conforme Lei Municipal nº 1585/2020, conforme descrição do item 02.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e trinta e sete centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 02 – Dois Vizinhos – Quantitativo restante = 7.250 km - Passando o valor unitário de R$ 7,23 (sete reais e vinte e três centavos), para R$ 7,12 (sete reais e dose centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ACRESCIDO – Fica suprimido ao contrato original o valor de **R$ 797,50 (setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 012/2026 – SUPRESSÃO DE VALORES
CONTRATO Nº 013/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: TH Turismo - CNPJ nº 39.681.123/0001-70 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de acadêmicos, do município de Nova Prata do Iguaçu, onde o município auxiliará com 50% (cinquenta por cento) das despesas de transporte e os alunos com os demais 50% (cinquenta por cento), conforme Lei Municipal nº 1585/2020, conforme descrição dos itens 04 e 05.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – Em consulta dos preços médios do combustível diesel, efetuada pelo fiscal de contratos do transporte escolar municipal e faculdades, apurou-se o valor de **R$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos)** por litro.
Portanto, se faz necessário a efetivação do referido termo aditivo de supressão de valores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 04 – Francisco Beltrão – Quantitativo restante = 7.920,5 km - Passando o valor unitário de R$ 9,87 (nove reais e oitenta e sete centavos), para R$ 9,54 (nove reais e cinquenta e quatro centavos).
Item 05 – Francisco Beltrão – Quantitativo restante = 7.920,5 km - Passando o valor unitário de R$ 9,39 (nove reais e trinta e nove centavos), para R$ 9,06 (nove reais e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ACRESCIDO – Fica acrescido ao contrato original o valor de **R$ 5.226,81 (cinco mil duzentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 14 de julho de 2026.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:83311FD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Ata nº 001/2026

Aos nove dias do mês de julho de 2026, reuniram-se os membros da Comissão Municipal de Habitação do Município de Nova Prata do Iguaçu, composta por **Clair Mascarello, Niqueli Duarte, André Faust, Bruno da Silva Kanieski e Maurício Antonio Pereira**, para análise e deliberação sobre os pedidos de desistência de mutuários vinculados ao Programa Habitacional Municipal, PRO Moradia. Inicialmente, foram apresentados à Comissão os **Termos de Desistência** protocolados pelos mutuários:
Micheli Metz, que formalizou sua desistência por motivo de **desinteresse em permanecer no programa**;
Lucimara Alves e Douglas Lunardi, que formalizaram sua desistência em razão de **não residirem mais no Município de Nova Prata do Iguaçu**.
Após análise da documentação apresentada, a Comissão deliberou pela **homologação e aceitação dos respectivos termos de desistência**, declarando as vagas correspondentes como disponíveis para preenchimento.
Na sequência, foi apresentada a relação dos candidatos aptos para substituição das vagas abertas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos suplentes constantes no **Edital de Publicação nº 001/2026**, sendo:
1º lugar: Silvana Nonato;
2º lugar: Vitória Emanuele Allebrandt e seu companheiro Sidiclei José Poncio da Silva.
A Comissão deliberou pela convocação dos candidatos acima relacionados, respeitando a ordem classificatória estabelecida no referido edital, para ocupação das vagas decorrentes das desistências homologadas.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Municipal de Habitação, segue sendo elaborado o edital de publicação

Nova Prata do Iguaçu, 09 de Julho de 2026.

CLAIR MASCARELLO
_____
NIQUELI DUARTE
_____
ANDRÉ FAUST
_____
BRUNO DA SILVA KANIESKI
_____
MAURÍCIO ANTONIO PEREIRA
_____

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:42F21106

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4091/2026

DECRETO Nº 4091/2026

DATA: 15/07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a declaração de inservibilidade de bens móveis (veículos) e sucata de veiculo para desenvolver as atividades do Municipio, e da outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para desenvolver as atividades do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, os bens móveis (veículos) e sucata de veiculo, a seguir relacionados:

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	VOLKSWAGEN VIRTUS MF, ano/modelo 2018/2019, Placa BCU-7A93, Álcool/Gasolina, cor Vermelha, Chassi 9BWDL5BZ8KP563976, RENAVAM 01179178979, Patrimônio 5296.
01	VOLKSWAGEN VIRTUS MF, ano/modelo 2018/2019, Placa BCU -7A91, Álcool/Gasolina, cor Branca, Chassi 9BWDL5BZ4KP563215, RENAVAM 01179177662, Patrimônio 5295.
01	RENAULT SANDERO EXPR 16, ano/modelo 2015/2016, Placa BAD-9512, Álcool/Gasolina, cor Vermelha, Chassi 93Y5SRD64GJ198071, RENAVAM 01072070364, Patrimônio 3698.
01	RENAULT SANDERO EXPR 16, ano/modelo 2015/2016, Placa BAD-9519, Álcool/Gasolina, cor Branca, Chassi 93Y5SRD64GJ213481, RENAVAM 01072078721, Patrimônio 3697.
01	FIAT FIORINO FLEX, ano/modelo 2011/2012, Placa Final 5 (SP), Álcool/Gasolina, cor Branca, em estado de sucata, doado pela Receita Federal, Patrimônio 5990.
01	SUCATA DE VEÍCULO VOLKSWAGEN PARATI CL 1.8, ano/modelo 1994/1994, Gasolina, cor Branca.
01	ÔNIBUS URBANO VOLKSWAGEN MASCA GRANMINI, ano/modelo 2009/2010, Placa ASA-5384, Diesel, cor Amarela, Chassi 9532452R6AR002463, RENAVAM 00181457040, Patrimônio 2653.
01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX 140LC, ano 2011, Diesel, Série DHKCEBAAPBAAA5929, Patrimônio 2426.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:A9E48231

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA N°430/2026

De 06 de julho de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, prefeito municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo,

RESOLVE

1- CONSTITUIR membros da Comissão de Recebimento de Materiais da Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelos membros:

Ana Rafaela Araujo Marquis – CPF: 120.***.***-30
Ivani de Fatima Bosa - CPF: 884.***.***-91
Nathyele Nayara Pertile – CPF: 078.***.***-50
Maria Inês da Silva Todon - CPF: 755.***.***-04
Ana Alice dos Santos - CPF: 048.***.***-36
Tatiane Alves dos Santos – CPF: 062.***.***-05
Osiel de Rezende Junior – CPF: 121.456.189-61
Maiara Souza Alves -CPF:063. ***.***-36
Sonia Guedes Viana – CPF:929.***.***-49
Paulo Henrique da Silva -CPF:084.***.***-62
Marcos Roberto Rigon -CPF:038.***.***-61

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 036/2026.

Registre-se, Publique e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de julho do ano de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:BC19E7E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 78

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 21/2026, homologado em 13/07/2026, integrante do Processo Administrativo nº 54/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 49.641.888/0001-30, com endereço RUA GERMANO DE SOUZA, CEP 86455000, representada por DIOGO DIAS FURTADO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 083.832.449-59, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preço para eventual aquisição de CADEIRAS E MESAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade denão participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condiçõesestabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmentepactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de

preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. CONDIÇÕES GERAIS
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 15 de julho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 2	Quant.: 1	Num: 605	315,00	**Total: 9.450,00**
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: Geflex	Modelo: Msa 01	

Descrição: MESA SLIM - MESA SLIM fabricada em MDP 15mm, tampo com cantos arredondados e acabamento com perfil Ergosft 180° em toda a extensão da mesa. Pés em aço modelo canoa com sapatas niveladora, pintura eletrostática epóxi a pó de alta qualidade e durabilidade, com pre tratamento de superfície a base de nanotecnologia que promove uma melhor resistência contra ferrugem e melhor fixação de tinta, são isentos de metais pesados tornando o tratamento ambientalmente correto. Medidas: Altura: 740mm, Largura: 1.500mm, Profundidade: 600mm. Cor: Cinza (Cristal). Com gaveteiro 2 gavetas com chave.

Quantidade: 30 **Valor Unit.: 315,00** Total Item: 9.450,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 9.450,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:73C2269F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 280/2026

DECRETO N° 208/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Municipal de Transporte Escolar de Paiçandu.

O prefeito do município de Paiçandu, Ismael Batista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros do **Comitê Municipal de Transporte Escolar de Paiçandu**, para comporem o colegiado no mandato correspondente ao período de **julho/2026** a **julho/2028**, conforme representatividade abaixo:
I – Representantes da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Rosilene Bazo de Oliveira, CPF nº 021. ***.549-67;
Suplente: Claudimar Jean dos Santos, CPF nº 084. ***.979-86;
II – Representantes da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Ana Fernandes Silva Fontoura, CPF nº 004. ***.639-08;
Suplente: Magaly Adelina Gouveia, CPF nº 774. ***.799-04;
III – Representantes da Câmara Municipal:
Titular:Thiago Borges dos Santos, CPF nº 090. ***.079-09;
Suplente: Joel da Silva, CPF nº 695. ***.609-97;
IV – Representantes da Fundação de Educação:
Titular: Thaíse Caroline Pinha, CPF nº 070. ***.619-08;
Suplente: Angela Hiromi Ohta Pereira Sacchi, CPF nº 054. ***.779-48;
V – Representantes da Comunidade Escolar:
Titular: Bruna Henrique da Silva Pereira, CPF nº 075. ***.019-27;
Suplente: Deise do Carmo Martins Lopes, CPF nº 065. ***.899-78.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos dias 03 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:ED3A2796

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 603/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, resolve homologar o Pregão Eletrônico n°. 08/2026, e adjudicar o objeto desta contratação nos termos que seguem:
Objeto: Aquisição de veículo, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Empresa Contratada: ALMAJ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 64.076.816/0001-81, com o valor total de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

Publique-se.

14 de julho de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:C3C90979

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
NOTÍCIA DE FATO Nº 02/2026 - ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIOS DOS TRABALHOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

NOTÍCIA DE FATO Nº 02/2026.
Recebida pela Comissão de Fiscalização em 25/06/2026.
Noticiante: Guilherme Antonio da Rosa.

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIOS DOS TRABALHOS
Nesta data de 15/07/2026, a Comissão Permanente de Fiscalização, por entender haver indícios iniciais, decide por instaurar o procedimento Simplificado de Fiscalização – PSF, com base no art. 4º da Resolução nº 187, publicada em 09/06/2026.
O Procedimento Simplificado de Fiscalização – PSF deverá ser encerrado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

Palmeira, 15 de julho de 2026.

SARGENTO GAIO
Presidente

ROBERTO MARQUES
Secretário Membro

FABIOLA MERELES
Membro

Publicado por:
Ivano Cherobim
Código Identificador:A629A03C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.424 DE 15/07/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$250.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.397/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Projetos e Programas
07.001.20.606.0012.2.030. Manutenção das atividades do Departamento de Projeto e Programas
184 – 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$250.000,00

Total Suplementação: R$250.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Projetos e Programas
07.001.20.606.0012.1.032. Fortalecimento da Agricultura Familiar
178 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$100.000,00
179 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$150.000,00

Total Redução: R$250.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:681B2996

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.425 DE 15/07/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$986.613,60

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.398/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$986.613,60 (novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e treze reais e sessenta centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.361.0024.6.075. Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação e pagamento dos serviços terceirizados do
1032 – 3.3.90.30.00.00 – 000 – MATERIAL DE CONSUMO R$286.613,60
494 – 3.3.90.33.00.00 – 000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$80.000,00
495 - 3.3.90.33.00.00 – 103 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$270.000,00
1038 - 3.3.90.33.00.00 – 000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$350.000,00

Total Suplementação: R$986.613,60

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.361.0023.5.072. Ampliação da estrutura de ensino
837 - 4.4.90.61.00.00 - 000 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS R$20.000,00

10.001.12.361.0023.6.066. Pagamento de salários e encargos sociais
473 – 3.3.90.34.00.00 – 000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO R$60.000,00
477 – 3.3.90.39.00.00 – 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$250.000,00

10.001.12.361.0023.6.068. Distribuição de uniforme, kit escolar e material didático - Ensino Fundamental, Educação Infantil, E
864 – 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$99.373,60

10.001.12.361.0023.6.069. Escola de Cara Nova - Ensino Fundamental
484 – 3.3.50.43.00.00 – 103 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$20.000,00

10.001.12.361.0025.6.076. Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA e Educação Especial
890 - 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$400.000,00

10.001.12.367.0023.6.074. Subvenções Sociais – CEAD
889 – 3.3.50.43.00.00 – 000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$137.240,00

Total Redução: R$986.613,60

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:FA833E9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.397 DE 15/07/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$250.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Projetos e Programas
07.001.20.606.0012.2.030. Manutenção das atividades do Departamento de Projeto e Programas
184 – 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$250.000,00

Total Suplementação: R$250.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Projetos e Programas
07.001.20.606.0012.1.032. Fortalecimento da Agricultura Familiar
178 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$100.000,00
179 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$150.000,00

Total Redução: R$250.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:3642B325

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.398 DE 15/07/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$986.613,60

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a abertura do Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$986.613,60 (novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e treze reais e sessenta centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.361.0024.6.075. Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação e pagamento dos serviços terceirizados do
1032 – 3.3.90.30.00.00 – 000 – MATERIAL DE CONSUMO R$286.613,60
494 – 3.3.90.33.00.00 – 000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$80.000,00
495 - 3.3.90.33.00.00 – 103 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$270.000,00
1038 - 3.3.90.33.00.00 – 000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$350.000,00

Total Suplementação: R$986.613,60

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.361.0023.5.072. Ampliação da estrutura de ensino
837 - 4.4.90.61.00.00 - 000 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS R$20.000,00

10.001.12.361.0023.6.066. Pagamento de salários e encargos sociais
473 – 3.3.90.34.00.00 – 000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO R$60.000,00
477 – 3.3.90.39.00.00 – 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$250.000,00

10.001.12.361.0023.6.068. Distribuição de uniforme, kit escolar e material didático - Ensino Fundamental, Educação Infantil, E
864 – 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$99.373,60

10.001.12.361.0023.6.069. Escola de Cara Nova - Ensino Fundamental
484 – 3.3.50.43.00.00 – 103 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$20.000,00

10.001.12.361.0025.6.076. Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA e Educação Especial
890 - 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$400.000,00

10.001.12.367.0023.6.074. Subvenções Sociais – CEAD
889 – 3.3.50.43.00.00 – 000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$137.240,00

Total Redução: R$986.613,60

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:10536776

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 30/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR - PSS – CAROLINE APARECIDA LEVANDOSKI SCHON.

Processo nº: 1886/2026
ADITIVO Nº. 30/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: CAROLINE APARECIDA LEVANDOSKI SCHON – PROFESSOR
Matrícula: 601014
Cargo: PROFESSOR PSS
Regime: CLT
Vencimento R$ 2.339,33 (Dois mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos)
Vigência: 14/04/2026 à 05/08/2026
Prorrogação 1: 06/08/2026 à 17/11/2026

Data: 15/07/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:75FC3C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO 19.428 DE 15/07/2026 - DESIGNA A SERVIDORA ELENICE CAMILO, MATRÍCULA 601029 PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE UNIDADE EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 2489/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Municipal **ELENICE CAMILO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, matrícula funcional nº 601029, para exercer a função deSecretário junto a Unidade Educacional – Escola Municipal do Campo Ida Albach no período da manhã, com efeitos a partir de 10/07/2026 e Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson no período da tarde, com efeitos a partir de 10/07/2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8221A263

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.422 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR ANTIGUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NATALI ANTONIETE GONCALVES LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento legal no artigo 10°, Parágrafo 1º da Lei 4.133 de 17/05/2016, e conforme processo nº 13822/2026,

Decreta:

Art. 1º Conceder a partir de 01/07/2026, 3% (três por cento) de Adicional por Antiguidade, a servidora pública municipal lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** abaixo relacionada:

MATRÍCULA	NOME	CARGO EFETIVO
204061	NATALI ANTONIETE GONCALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:269A0C64

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.423 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR ANTIGUIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento legal no artigo 10°, Parágrafo 1º da Lei 4.133 de 17/05/2016, e conforme processo nº 13876/2026,

Decreta:

Art. 1º Conceder a partir de 01/07/2026, 3% (três por cento) de Adicional por Antiguidade, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO
203557	ADILSON CORDEIRO DOS SANTOS	MÉDICO GINECO-OBSTETRA
203883	DAIANA SANTANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
203558	FABIANO CANDIDO DE PAULA	MÉDICO ORTOPEDISTA
203560	FERNANDO LEMOS MARTINEZ	MÉDICO ORTOPEDISTA
204112	REGINALDO COSTA	MOTORISTA II
203554	WALTER GUILHERME TABORDA	MÉDICO NEUROLOGISTA

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C126F590

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.426 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA TATIANA SATIE MAYER KUREK, DO CARGO DE PROFESSOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 2380/2026:
DECRETA

Artigo 1º: Fica exonerada a pedido, a servidora **TATIANA SATIE MAYER KUREK**, inscrita no CPF sob nº. 905.xxx.xxx-04, do cargo de **PROFESSOR**, matrícula 203714, lotada na Secretaria Municipal de Educação, último dia trabalhado 02/07/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FEBE9FF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.427 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA TATIANA SATIE MAYER KUREK, DO CARGO DE PROFESSOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 2380/2026:
DECRETA

Artigo 1º: Fica exonerada a pedido, a servidora **TATIANA SATIE MAYER KUREK**, inscrita no CPF sob nº. 905.xxx.xxx-04, do cargo de **PROFESSOR**, matrícula 203894, lotada na Secretaria Municipal de Educação, último dia trabalhado 02/07/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:3F9D7813

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.324 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ANGELA NADIA DA ROCHA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 13501/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 26/06/2026 a 22/09/2026, a servidora pública municipal **ANGELA NADIA DA ROCHA,** matrícula 203294, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CEB6337B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.325 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, LISIANE CORREIA PASSONI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9344/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 24/06/2026 a 29/08/2026, a servidora pública municipal **LISIANE CORREIA PASSONI,** matrícula 203430, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:49BB831F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.326 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, FABIANA DE FATIMA HEGLER DOS ANJOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 2337/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 27/06/2026 à 26/07/2026, a servidora pública municipal **FABIANA DE FATIMA HEGLER DOS ANJOS,** matrícula 203657, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:70F33EA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.327 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DAIANA BACH, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 2319/2026, e conforme Lei 1700/1994 Art. 127 e Lei 2860/2009, e Art. 71 da Lei 8861/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, à servidora pública **DAIANA BACH,** matrículas 203839 e 203895, a partir de 29/06/2026 até 25/12/2026, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C22F3362

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.330 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ VALDIR GONÇALVES NUNES, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira**,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo no 2232/2026;

RESOLVE:

ART. 1º Conceder férias ao servidor **JOSÉ VALDIR GONÇALVES NUNES**, matrícula 201527**,** cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/07/2025 à 30/06/2026, em conformidade com o parágrafo único, do art. 103, da Lei nº. 1.700/94.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:B9CE9AFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.331 DE 15/07/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AGADIR MARQUES, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 2425/2026,

RESOLVE:

ART. 1º: Conceder 30 dias de férias no período de 03/08/2026 à 01/09/2026 referente ao período aquisitivo de 03/07/2025 à 02/07/2026, ao servidor **AGADIR MARQUES,** matrícula 201530, ocupante do cargo de **TRABALHADOR BRAÇAL**, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:E87053C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.328, DE 15/07/2026 - ADIANTAMENTO ALDEMAR VIANTE

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2789/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 16.001.04.127.0046.2.115.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Aldemar Viante	*441.xxx.xxx-68*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3DEFDC5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 26.329, DE 15/07/2026 - ADIANTAMENTO FABIANO BISHOP CASSANTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2788/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de

entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 16.001.04.127.0046.2.115.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Fabiano Bishop Cassanta	*029.xxx.xxx-28*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:55E32DA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TERMO DE CANCELAMENTO AMIGÁVEL TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 88/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026 GRUPO BERGAMINI COMUNICAÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo **Secretario Municipal de Planejamento e Urbanismo, Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob n.º 029.XXX.XXX-28,** portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob nº 7.XXX.XXX-4,** o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto nº 17.961/2025**, e a Empresa **GRUPO BERGAMINI COMUNICAÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 37.578.662/0001-53**, neste ato representada por sua representante legal Sra. **CAMILA HERMENEGILDO DA SILVA**, inscrita no **CPF/MF sob o nº 460.XXX.XXX-54**.

CONSIDERANDO o contido na Ata de Registro de Preços n.º 88/2026, na qual foram registrados os preços do licitante vencedor GRUPO BERGAMINI COMUNICAÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP, para eventual Contratação sob demanda de empresa especializada no fornecimento e instalação de adesivos;

CONSIDERANDO o pedido de desistência formulado pela própria Empresa, bem como a concordância da Secretaria competente em cancelar totalmente a Ata de Registro de Preços, conforme informações acostadas no Processo Administrativo n.º 1804/2026;

CONSIDERANDO que a empresa detentora da Ata de Registro de Preços n.º 88/2026 requereu o cancelamento do registro, alegando a superveniência de circunstâncias que inviabilizaram o cumprimento das obrigações assumidas, em razão de dificuldades logísticas para a execução do objeto;

CONSIDERANDO, por fim, as disposições legais constantes Lei nº 14.133/2021 e também no Decreto nº 11.462/2023, capítulo VI mais precisamente no artigo 29, as quais possibilitam o cancelamento dos preços registrados, *in verbis:*

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I – por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

DECIDEM, DE FORMA AMIGÁVEL, CANCELAR TOTALMENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 88/2026, cuja empresa detentora dos preços registrados trata-se de **GRUPO BERGAMINI COMUNICAÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP** e a todos os termos dela decorrentes.

É assegurado à **DETENTORA DA ATA** o direito de percepção dos valores referentes a possíveis entregas do objeto licitado até a data da publicação do presente ato, ou seja, desde que comprovada adimplência de todos os termos contratados, não tendo nada a reclamar ou exigir da contratante a partir desta data, no que tange à totalidade da Ata.

Palmeira/PR, data da assinatura

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
FABIANO BISHOP CASSANTA
CPF/MF n.° 029.XXX.XXX-28
Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo
Contratante

Testemunhas:

_____
Marcela Bianca da Silva
Fiscal de Contrato

Grupo Bergamini Comunicação, Engenharia e Serviços LTDA - EPP
CNPJ/MF sob o nº: 37.578.662/0001-53
CAMILA HERMENEGILDO DA SILVA
CPF/MF sob o nº 460.XXX.XXX-54
Contratada

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:BB1991C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 113/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 32.593.430/0001-50,** pessoa jurídica de direito privado, representada pelo **Sr. JOSÉ MARCIO CARREGA,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 109.523.298-32,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Digital n.º 190/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 113/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 13/08/2026 até a data de 13/08/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 113/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:23DDE8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **URSA COMERCIAL LTDA,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 26.628.908/0001-38,** pessoa jurídica de direito privado, representada pelo **Sr. RAIMUNDO MILEO GOMES,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 252.XXX.XXX-01**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Digital n.º 1334/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 13/08/2026 até a data de 13/08/2027, dos lotes: 13, 15, 43, 44 e 45.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 115/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

ISABELY DE ARAUJO
Fiscal da Ata

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:541E0AEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1128/2026**

O Prefeito Municipal do município de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF N. º 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE GUARAPUAVA-PR, PARA PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO COM O TEMA: CONTRATUALIZAÇÃO INSTITUTO VIRMOND.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA:29/06/2026
DATA DE RETORNO:29/06/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO:GUARAPUAVA-PR**Código do IBGE:**4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:**( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

PALMITAL,29 DE JUNHO, DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:19419467

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1141/2026

O Secretário Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR:EDUARDO ORESTE TOMEN
MATRÍCULA n.º51266
CARGO:ENGENHEIRO CIVIL
CPF N.032.940.689-21
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DE TREINAMENTO DA NOVAS NORMATIVAS DE PROTOCOLOS DE PROJETOS JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS NO 12° BATALHÃO DE GUARAPUAVA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/06/2026
Data de Retorno: 30/06/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR:99 – Outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 30 de Junho de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:8085483B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1142/2026

A Secretaria Municipal de Obras e urbanismo do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR:DARLAN AURELIO DUTRA
MATRÍCULA n.º 54007
CARGO:ARQUITETO/URBANISTA
CPF N.073.977.999-06
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DE TREINAMENTO DA NOVAS NORMATIVAS DE PROTOCOLOS DE PROJETOS JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS NO 12° BATALHÃO DE GUARAPUAVA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/06/2026
Data de Retorno: 30/06/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO:GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 5 - EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 30 de junho de 2026

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:47076D4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1143/2026

A Secretária Municipal de Esporte e Cultura do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ELOISE GABRIELE SCHOMA MENDES
MATRÍCULA Nº 54587
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO CONTÁBIL
CPF N. 090.896.949-00
OBJETIVO DA VIAGEM: CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE BIBLIOTECA E CURSOS DE FORMAÇÃO SOBRE MUSEUS DE POLO CENTRO SUL DE CULTURA NOS DIAS 02 E 03 DE JULHO DURANTE O DIA, INAUGURAÇÃO DO MUSEU SATÉLITE/ MIS-PR GUARAPUAVA, COM PARTICIPAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO LUCIANA CASAGRANDE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 01/07/2026
Data de Retorno: 03/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99- OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 **PERNOITE:**(X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: 600,00 (SEISCENTOS REAIS)

Palmital/PR, 01 de Julho de 2026

MARLY KETES ROSSI
Secretária de Cultura

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:2D4FE2A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1168/2026

O Prefeito Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ADRIANA NADOLNY FRANCO DE SOUZA
MATRÍCULA Nº 54302
CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE
CPF N° 836.722.309-87
OBJETIVO DA VIAGEM: TREINAMENTO RELACIONADO AO SELO DIAMANTE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 05/07/2026
Data de Retorno: 08/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE**: 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – Outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 3 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS)

Palmital/PR ,03 de Julho de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:0DAF3957

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1183/2026

O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR:DANIEL CUCEREVOI
MATRÍCULA n.º49611
CARGO:ENGENHEIROAGRÔNOMO
CPF N.925.118.729-00
OBJETIVO DA VIAGEM: CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PARA PARTICIPAR DE RECICLAGEM NO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL SNCR-INCRA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 07/07/2026
Data de Retorno: 11/07/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: PONTA GROSSA-PR **Código do IBGE**: 4119905
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 4 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:500,00 (QUINHENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

Palmital/PR, 07 de Julho de 2026

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:751E71DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1184/2026

O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: HERIK FERNANDO DA LUZ ZANELLA
MATRÍCULA n.º 54856
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO AGRICULTURA FAMILIAR
CPF N. 800.302.699.700
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE MULHERES PARA EVENTO DE LIDERANÇA RURAL CULTIVANDO CONEXÕES.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 07/07/2026
Data de Retorno: 07/07/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 07 de Julho de 2026

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:A8EDAD1A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1186/2026
O Prefeito Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ARACELI DAIANA AGUIAR BONASSOLI
CARGO: PROCURADORA GERAL
CPF N° 033.908.119-82
MATRÍCULA Nº 54795
OBJETIVO DA VIAGEM: MINISTRAR TREINAMENTO MÉDICOS VETERINÁRIOS CONSORCIO CIDCENTRO
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 08/07/2026
Data de Retorno: 08/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: NOVA TEBAS-PR **Código do IBGE**: 4117271
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 08 de Julho 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:84B2DB5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1187/2026**

O Prefeito Municipal do município de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF N. º 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE GUARAPUAVA-PR, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO DE SAÚDE DO PARANÁ – CIS 5ªRS – REPRESENTANDO O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL ROBERTO CARLOS ROSSI.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAIDA:09/07/2026
DATA DE RETORNO:09/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO:GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:**4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:**( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

PALMITAL,08 DE JULHO DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:7FE6F917

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1157/2026**
Secretária Municipal de Saúde de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir
NOME DO SERVIDOR: ALINE DE SOUZA PINTO
MATRÍCULA: Nº 286866
CARGO:ENFERMEIRA(COORDENADORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL)
CPF N. º082.672.889-88
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE CURITIBA-PR, PARA PARTICIPAR DE UMA CAPACITAÇÃO SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DO TESTE DNA-HPV – 1ª FASE RASTREAMENTO DO CÂNCER COLO DO ÚTERO DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME OFÍCIO CIRCULAR Nº30/2026 - DAV/SESA/PR.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA: 07/07/2026
DATA DE RETORNO: 08/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:**4106902

TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE: (** X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS**)**
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: **750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)**

PALMITAL,03 DE JULHO DE2026.

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:DC38D7DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1156/2026**

O Prefeito Municipal do município de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF N. º 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE PITANGA-PR,para participar da reunião cis paraná centro (CONSÓRCIO intermunicipal de saúde paraná CENTRO) Representando o prefeito municipal roberto Carlos Rossi.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA: 02/07/2026
DATA DE RETORNO: 02/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO:PITANGA-PR **Código do IBGE:**4.119.608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:**( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

PALMITAL,02 DE JULHO DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:503F4389

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO - ELETRÔNICO NORMAL Nº 25/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 70/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: VIEIRA E RETECHESKI LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA OSORIO BRASILEIRO, 11, INFOBIT - CEP: 85270000 - BAIRRO: VILA VERDE ,Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.902.446/0001-65, neste ato por seu representante Legal, Senhor RONALDO RETECHESKI, portador do RG nº 7.***.***.2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-50 denominada **CONTRATADA.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE PROVIMENTO DE ACESSO À INTERNET, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

DATA DO CONTRATO: 15/07/2026 (quinze dias de julho de 2026)
VIGÊNCIA: 14/07/2027 (quatorze dias de julho de 2027).
VALOR TOTAL: R$ 27.995,78 (Vinte e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Oito Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Gestor

EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:CC15C6F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 457/2026

PORTARIA N.º 457/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER

Art. 1º- Dois (02) dias de férias a servidora **MARLY KETES ROSSI,** referente ao período aquisitivo **2025/2026** para serem usufruídas nos dias **15/07/2026 e 16/07/2026**, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 15 de julho de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:F88FD064

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 458/2026

PORTARIA Nº 458/2026

SÚMULA: Retorna Servidor Público Municipal do período de fruição de férias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

RETORNAR

Art. 1º - A partir do dia 15/07/2026 a servidora **CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS** do período de férias concedido pela Portaria 416/2026.
Art. 2º - Tendo usufruído 02 dias de férias do período 2023/2024.
Art. 3º- Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 15 de julho de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:A2EEB733

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 459/2026

PORTARIA Nº 459/2026

SÚMULA: Nomeia Comissão e Subcomissão para comporem o COMPDEC - Coordenadoria Municipal de Proteção de Defesa Civil e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve,

NOMEAR

Art. 1º - Os membros para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção de Defesa Civil do Município de Palmital-Paraná para o período de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2028, conforme abaixo:

Presidente: **ROBERTO CARLOS ROSSI**
Adjunto: **JOÃO ROBERTO SARTÓRI ADÃO**
Diretor de Operações: **VIDAL CAMILO DE OLIVEIRA**
Secretário: **SANDRA MARA DOS SANTOS FERRAZ**

SUBCOMISSÕES:
Subcomissão de Relações Públicas: **JULIANA VICENTIN SCHOMA**
Subcomissão de Segurança: **DANILO AMORIM SCHREINER**
Subcomissão de Depósito: **EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ**
Subcomissão de Abrigo: **ROSILDA MARIA VARELA**
Subcomissão de Saúde: **CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS**
Subcomissão de Vistoria: **JULIO CEZAR DE LIMA**
Subcomissão de Transporte: **VANDERLEI RETECHESKI**

Subcomissão de Arrecadação e Donativos: **CLEVENICE BATISTA CABRAL**
Subcomissão de Prevenção: **JOÃO MARIA DE ANDRADE**
Subcomissão de Obras: **EDUARDO ORESTES TOMEN**
Subcomissão de Assistência Social: **DANIELI FERNANDA AURELIO**
Subcomissão de Finanças: **EDLAINE DA SILVA GAZOLA**
Subcomissão de Meio Ambiente: **ROSILDA GOMES DA SILVA**
Subcomissão de Educação: **EVA APARECIDA DE SOUZA FERREIRA**

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 014/2025.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 15 de julho de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:40BDC287

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 692/2026

"Concede título de Honra ao Mérito Empresarial à empresa Canudinhos Caseiros Dona Rosa ."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art.1º - Fica concedido o Título de HONRA AO MÉRITO EMPRESARIAL à empresa Canudinhos Caseiros Dona Rosa.
Art.2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.
PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 15 de julho de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:F05F10B0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA RETORNO AO TRABALHO

PORTARIA N° 45/2026

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA RETORNO AO TRABALHO

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições e de acordo com a Estrutura Organizacional Interna,

Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora pública **DANIELE CRISTINA DOS SANTOS**, Matrícula: 383, para retornar ao trabalho na data de 17 de julho de 2026, com a jornada de trabalho 12x36, realizados no período DIURNO, para função de TARM-TECNICO AUX REG MEDICA/TEC ENFERMAGEM CONCOMITANTE.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá 15 de julho de 2026

ADRIANO RAMOS
Presidente Do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:FF4CF8B3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 28/2026

PORTARIA N.º 28/2026

"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de veículo utilitário tipo UTV (Utility Task Vehicle), novo (zero quilômetro.".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 92/2026, Pregão Eletrônico 03/2026, resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **THAYNNÁ CRISTINE XAVIER DE CARVALHO- ASSESSORA DE DEPARTAMENTO** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 02/2026
Contratada: **LEGU TECNOLOGIA INDUSTRIA COMERCIO & LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA**
CNPJ: 42.562.072/0001-72
Objeto: "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de veículo utilitário tipo UTV (Utility Task Vehicle), novo (zero quilômetro."
Valor total do Contrato: R$ 615.000,00 (Seiscentos e Quinze Mil Reais)

Artigo 2º. A Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Dispensa, em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 07 de Maio de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:BEA84DAC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 44/2026

PORTARIA N.º 44/2026

"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, visando a cobertura da Unidade Odontológica Móvel do Município de Morretes e da ambulância cedida ao Município de Paranaguá para utilização exclusiva junto ao SAMU, incluindo cobertura securitária contra danos materiais, pessoais, assistência 24 horas e demais coberturas necessárias para garantia da proteção patrimonial e operacional dos veículos.".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 125/2026, Pregão Eletrônico 02/2026, resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **RENATA DE ANDRADE BRITTO BARBOZA - CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E FROTAS como** fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADO DO CONTRATO

CONTRATO N°: 04/2026
Contratada: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO GERAIS**
CNPJ: 61.198.164/0001-60
Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, visando a cobertura da Unidade Odontológica Móvel do Município de Morretes e da ambulância cedida ao Município de Paranaguá para utilização exclusiva junto ao SAMU, incluindo cobertura securitária contra danos materiais, pessoais, assistência 24 horas e demais coberturas necessárias para garantia da proteção patrimonial e operacional dos veículos."
Valor total do Contrato: R$ 15.280,03 (Quinze Mil, Duzentos e Oitenta Reais e Três Centavos)

Artigo 2º. A Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Dispensa, em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 3º. A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:BC3800AE

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 135/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE Conceder o benefício: **PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DE INATIVO**
NOME DO SEGURADO: **LIANE MARIA AMORIM LUIZ**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.192.441-7	711.213.669-53	00183	LEI 886/1972

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/2011 e 142/2012, Decreto 2944/2012, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02 e CF/1988 em seu Artigo 40, parágrafo 7º, inciso I com redação dada pela EC nº 41/2003.

FORMA DE CÁLCULO: Valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

VALOR DO PROVENTO: R$ 6.524,45 (Seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE-PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº REQUIRIDO EM INÍCIO

46542/2026 26/06/2026 01/07/2026

O beneficiário abaixo especificado, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 053/2006 e alterações:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	COTA PARTE	VIGÊNCIA BENEF.
ANANIAS ELIAS	CÔNJUGE	100%	INDETERMINADO

ÓRGÃO DE ORIGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 15 de julho de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:4FC8ED7D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº: 010/2026
Processo Administrativo nº: 42.099/2026
Fundamentação Legal: Art. 75, Inciso II, combinado com o § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção na cobertura da sede da Paranaguá Previdência.

CONTRATADA: ANDRE JULIANO VIEIRA LTDA - FUNELARIA FUNEMON

CNPJ: 17.576.389/0001-10

TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 11.984,26 (Onze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

RATIFICO todos os atos praticados no presente procedimento administrativo – modalidade Dispensa de Licitação por Valor, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando o êxito obtido na fase de negociação direta, que readequou o preço ao limite orçamentário estipulado pela Administração Pública, alcançando a proposta mais vantajosa para o erário, **HOMOLOGO** o presente procedimento e **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa contratada acima qualificada.

Paranaguá/PR, 15 de julho de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:A96F465C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº: 012/2026
Processo Administrativo nº: 35.840/2026
Fundamentação Legal: Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021

OBJETO: Contratação de empresa de Seguro Predial em atendimento às demandas da Autarquia, considerando ainda a necessidade de prevenção a eventuais sinistros que possam ocorrer no Edifício da Paranaguá Previdência e a fim de garantir e resguardar a segurança do Patrimônio Público.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

TOTAL DA AQUISIÇÃO: R$ 990,00 (Novecentos e noventa reais)

RATIFICO todos os atos praticados no presente procedimento administrativo – modalidade Dispensa de Licitação nº 012/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

Em consequência, **HOMOLOGO** o presente procedimento e **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa contratada acima qualificada.

Paranaguá, 14 de julho de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:4FA4EAEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.960

DECRETO Nº 1.960

"Autoriza, em caráter excepcional e precário, a comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes devidamente licenciados durante a FEJUPA 2026 - Festa Julina de Paranaguá, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 144, parágrafo único, da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022, Código de Posturas do Município, com a redação dada pela Lei Complementar nº 342/2026;

CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo para regulamentar a referida lei, conforme estabelecido no Decreto nº 1.487, de 05 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, de modo excepcional e temporário, a comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes devidamente licenciados durante a realização da FEJUPA 2026 - Festa Julina de Paranaguá;

CONSIDERANDO a realização da FEJUPA 2026 - Festa Julina de Paranaguá, de 16 a 19 de julho de 2026, na Praça de Eventos, evento tradicional que promove cultura, lazer e gastronomia, fomenta a economia local e valoriza o comércio ambulante regularmente licenciado;

CONSIDERANDO o dever do Poder Público de compatibilizar o exercício de atividades econômicas em espaços públicos ou de acesso coletivo com a preservação da ordem urbana, da segurança, da saúde pública, da defesa do consumidor, da proteção à criança e ao adolescente e do bem-estar coletivo.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, precário, pessoal e temporário, a comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes devidamente licenciados nos termos do Decreto nº 1.487/2026, durante a FEJUPA 2026 - Festa Julina de Paranaguá, nos limites do espaço público destinado ao evento, no Município de Paranaguá.

Parágrafo único. A autorização de que trata este Decreto não dispensa o atendimento das demais exigências legais, regulamentares, sanitárias, urbanísticas, de segurança pública, defesa do consumidor e proteção à criança e ao adolescente.

Art. 2º A autorização de que trata este Decreto produzirá efeitos no período de 16 a 19 de julho de 2026 e ficará restrita aos limites do espaço destinado à FEJUPA 2026.

Parágrafo único. A atuação dos comerciantes ambulantes deverá observar a programação oficial, as delimitações e as determinações dos órgãos responsáveis pela organização e pela fiscalização, bem como as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 3º A comercialização de bebidas alcoólicas pelos ambulantes autorizados deverá observar estritamente as seguintes condições:

I - ser titular de Licença Especial e Temporária, expedida pelo órgão municipal competente para o evento, nos termos dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 1.487/2026;
II - cumprir integralmente as normas sanitárias, de segurança pública, de ordem urbana e de defesa do consumidor, conforme o art. 5º do Decreto nº 1.487/2026;
III - proibir expressamente a venda, o fornecimento ou a entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos, mantendo aviso ostensivo sobre a proibição, sob pena das sanções previstas no art. 6º do Decreto nº 1.487/2026.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida de forma integrada pela Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial, pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, e pela Guarda Civil Municipal, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de segurança pública.

Art. 5º O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 8º do Decreto nº 1.487/2026, apuradas mediante regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial, em conjunto com os demais órgãos municipais competentes.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos exclusivamente no período e nos limites territoriais previstos no art. 2º deste Decreto.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59F8002D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.961

DECRETO Nº 1.961

"Torna sem efeito o Decreto nº 1.955, de 14 de julho de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, para os fins legais, o Decreto nº 1.955, de 14 de julho de 2026, referente a nomeação de Bruno Duarte Valesco.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:89E423E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.962

DECRETO Nº 1.962

"Exonera Bruno Duarte Valesco do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido nas Leis Municipais Complementares nº 192/2016 e 349/2026 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

BRUNO DUARTE VALESCO, do cargo de provimento em comissão de Supervisor Especial de Combustíveis, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5951EC94

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.963

DECRETO Nº 1.963

"Nomeia Bruno Duarte Valesco para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), BRUNO DUARTE VALESCO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Diretor, Símbolo DAS-2, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AA560F48

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.964

DECRETO Nº 1.964

"Nomeia Gabrielle Leão Pereira para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), GABRIELLE LEÃO PEREIRA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Inclusão.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E26E68C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.966

DECRETO Nº 1.966

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 7.077.692,32 (sete milhões, setenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 7.077.692,32 (sete milhões, setenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
Secretaria Municipal de Urbanismo

Unidade Orçamentária: 14.002	Superintendência de Planejamento Urbano	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.002.0004.0127.0059.2126	Esta ação garante a manutenção e o pleno funcionamento da Superintendência de Planejamento Urbano. Seu foco é desenvolver e coordenar ações integradas com a comunidade e outras secretarias, a fim de garantir que as diretrizes de desenvolvimento urbano sejam aplicadas de maneira eficiente e, principalmente, que atendam às necessidades reais dos moradores de Paranaguá. É por meio dessa integração que a cidade planeja seu futuro de forma participativa, garantindo o crescimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490610000 - Aquisição de imóveis	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 7.077.692,32
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 7.077.692,32		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 2221010101 - Alienação de bens imóveis - principal (F-501) da fonte 1501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:742A284B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 072/2026 LUNETTA TECNOLOGIA E MARKETING LTDA CNPJ: 65.266.668/0001-20

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 072/2026
LUNETTA TECNOLOGIA E MARKETING LTDA
CNPJ: 65.266.668/0001-20

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LUNETTA TECNOLOGIA E MARKETING LTDA

Data: 16/07/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 072/2026.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) ao Contrato n° 072/2026:

Ref. 1828 – Fonte 1045 – Ação 2021 – Sub elemento 33390398401

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Inexigibilidade de Licitação n°: 051/2026
Processo Administrativo n°: 39833/2026

Assinaturas:
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:578660AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 078/2026 NESCAU PRODUÇÕES LTDA CNPJ: 09.911.270/0001-29

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 078/2026
NESCAU PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 09.911.270/0001-29

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
NESCAU PRODUÇÕES LTDA

Data: 16/07/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 078/2026.** " O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) ao Contrato n° 078/2026:

Ref. 1828 – Fonte 1045 – Ação 2021 – Sub elemento 33390398401

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Inexigibilidade de Licitação n°: 053/2026
Processo Administrativo n°: 39818/2026

Assinaturas:
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:E6F8DC27

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 079/2026 BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 51.094.491/0001-18

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 079/2026
BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 51.094.491/0001-18

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Data: 16/07/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 079/2026.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) ao Contrato n° 079/2026:

Ref. 1828 – Fonte 1045 – Ação 2021 – Sub elemento 33390398401

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Inexigibilidade de Licitação n°: 055/2026
Processo Administrativo n°: 39827/2026

Assinaturas:
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:62A69E49

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 082/2026 PFEFFER & MACHADO SEGURANÇA PRIVADA LTDA CNPJ: 25.043.876/0001-46

EXTRATO DE CONTRATO N° 082/2026
PFEFFER & MACHADO SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ: 25.043.876/0001-46

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PFEFFER & MACHADO SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Data: 16/07/2026

Objeto: Contrato nº **082/2026**. "O objeto do presente contrato é a "Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de Segurança não Armada e Brigadista Profissional,. O presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 015/2025."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico nº: 015/2025
Registro de Preços n°: 011/2025
Processo Administrativo n°: 13774/2026

Valor: R$ 603.730,32 (seiscentos e três mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
PATRIZIA PFEFFER MACHADO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:CACA5F88

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 084/2026 GERMAN FINANCIAL CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA CNPJ: 22.565.561/0001-70

EXTRATO DE CONTRATO N° 084/2026
GERMAN FINANCIAL CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
CNPJ: 22.565.561/0001-70

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
GERMAN FINANCIAL CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA

Data: 16/07/2026

Objeto: Contrato nº **084/2026**. "Constitui objeto do presente contrato para contratação de empresa para fornecimento de Seguro de Vida, destinados aos estagiários contratados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Administração, face a obrigatoriedade da contratação por parte do Município, conforme disposto sobre o estágio de estudante, no item IV do artigo 9º da Lei Federal nº 11.788/2008. Dispensa de Licitação por valor, formalizada com fulcro no artigo 75, inciso lI, da Lei Federal nº 14133/2021."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação nº: 036/2025
Processo Administrativo n°: 72052/2025

Valor: R$ 4.956,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
LUIZ HENRIQUE ARDIGO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D315E215

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
CONTAGOV CAPACITAÇÃO EM CONTABILIDADE PARA GOVERNO LTDA– CNPJ: 52.281.385/0001-06

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento, modo presencial, no Município de Foz do Iguaçú-Pr, para Capacitação de servidores públicos municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "MASTERCLASS GESTÃO ORÇAMENTÁRIA", destinados às áreas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade, Controle Interno e Auditoria, contribuindo para o fortalecimento das competências e conhecimentos técnicos, contribuindo para melhoria da qualidade dos gastos públicos, bem como, para implementação eficaz das políticas públicas com observância da transparência e da responsabilidade fiscal". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº 45.986/2026, em atendimento das Secretarias Municipais.

Processo Administrativo nº: 45.986/2026

Valor da Contratação por participantes: R$ 4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais)

Dotação orçamentária: - ref. 93 – 04.01.2015.3339039.4800.1000
ref. 299 – 09.01.2050.3339039.4800.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 15/07/2026

RAUL DA GAMA E SILVA LUCK
Controlador Geral do Município

VERÔNICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:C8D176C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PE Nº 039/2026 – SRP Nº 030/2026 PROCESSO Nº 17.995/2026

OBJETO: Contratação de serviços de roçada, limpeza e conservação de áreas verdes, coleta, transporte, manejo e destinação final dos resíduos gerados, em atendimento às escolas da rede municipal de ensino e demais departamentos da Secretaria Municipal de Educação.
TIPO: Menor preço.
DATA DA ABERTURA: 03/08/2026 – HORÁRIO: 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 267.949,35 (Duzentos e sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos).
ENDEREÇOS:
https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo, https://bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: pedro.costa@paranagua.pr.gov.br cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 15 de julho de 2026.

PEDRO LUÍS CÂNDIDO DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:1E67247F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
PROCESSO Nº 29.502/2026

OBJETO: Aquisição de veículo utilitário tipo furgão compacto, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2026, cor branca, linha de montagem padrão, atendendo aos requisitos de fabricação nacional e com os principais itens de série obrigatórios, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
TIPO: Menor preço global.
DATA DA ABERTURA: 30/07/2026 – HORÁRIO: 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 166.687,50 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
ENDEREÇOS:
https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo, https://bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O procedimento licitatório será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como pelas demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e pedro.costa@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 15 de julho de 2026.

PEDRO LUIS CÂNDIDO DA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:401FB43C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 027/2026 – Registro de preços Nº 019/2026,** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Ficam Adjudicados e homologados os julgamentos dos lotes do referido processo licitatório às licitantes vencedoras: **Lote:** 01 – **Empresa:** COMERCIAL BELEM LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 26.354.230/0001-42; **Lote:** 02 – **Empresa:** UP MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 33.629.425/0001-13. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 027/2026 – Registro de preços Nº 019/2026**, que tem por objeto: **"Aquisição de 800 (oitocentas) caminhas infantis empilháveis e 60 (sessenta) armários escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal"**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 93.315/2025.
III. O presente Termo de Adjudicação e Homologação entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 14 de julho de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:E2590A8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL - POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

PORTARIA Nº 86/2026

O Conselho de Prefeitos, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no estatuto APROVOU e eu Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/Amunpar, baixo o seguinte ato:

ARTIGO 1º - Fica a Contadora do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR na importância de R$ 741.382,86 (setecentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte de Recurso	Valor
01.001.0008.0243.2010.1000.3.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	d	20017	

Total do Crédito Suplementar R$ 741.382,86

ARTIGO 2º – O crédito aberto pelo art. 1º terá sua cobertura através do provável excesso de arrecadação na seguinte receita.

4.1.7.3.9.50.0.1.3.00.00.00.00.00 – Repasse Contrato de Programa – Casa Lar - Polo Paraíso do Norte.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogada as disposições contrarias.

Paranavaí, 15 julho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente /CIS-AMUNPAR

Publicado por:
Katia Simone Soares
Código Identificador:80A94505

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO (ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Diretor

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR), Sr. Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas especialmente pelo Artigo 18, alínea "b", e Artigo 29 do Estatuto Social Consolidado,**CONVOCA**todos os Senhores Prefeitos Municipais dos entes federativos consorciados, representantes legais do Conselho Diretor, para reunirem-se emAssembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma presencial no dia17 de julho de 2026 (sexta-feira), na nova sede do CIS/AMUNPAR, situada naRua São Paulo, nº 150, Centro, Paranavaí/PR, observando os horários e critérios regimentais abaixo estabelecidos:

1. **Do Horário e Instalação (Quórum Estatutário)**

Em **Primeira Convocação**:Às**09:00 horas**, com a presença exigida da**maioria absoluta**dos prefeitos associados (Artigo 28, § 1º do Estatuto);
Em **Segunda Convocação**:Às**09:30 horas**, com a presença de, no mínimo,**1/3 (um terço)dos prefeitos associados** (Artigo 28, § 1º do Estatuto).

2. Da Pauta Deliberativa
A Assembleia Geral Extraordinária terá como ordem do dia a deliberação e votação das seguintes matérias de interesse comum dos entes consorciados:

Alteração Estatutária de Endereço da Sede Administrativa: Proposta de alteração do Artigo 2º do Estatuto Social Consolidado para adequação da sede administrativa para a Rua São Paulo, nº 150, Jardim Nakamura, Paranavaí/PR, Cep: 87.701-030;

Alteração Estatutária de Nomenclatura de Cargo: Proposta de alteração dos seguintes artigos: art. 17, alínea p; art. 17, §1º; art. 17, §2º; art. 18, alínea a; art. 18, alínea i; art. 24, caput e art. 35, Parágrafo Único, todos da 4º Estatuto Social Consolidado, para fins de modificação da nomenclatura técnica do cargo de "Coordenador-Geral" para "Diretor-Geral".
3. Das Disposições Gerais e Regras de Votação

Quórum de Aprovação (Art. 28, § 1º): Por versar sobre alteração do Estatuto Social, os itens da pauta somente serão considerados aprovados mediante o voto concorde de**2/3 (dois terços) dos prefeitos presentes**à Assembleia.
Direito de Voto (Art. 9º, inciso I): Somente poderão tomar parte, discutir e votar os prefeitos dos Municípios que estiverem quites com suas obrigações pecuniárias e com o contrato de rateio perante a Tesouraria do CIS/AMUNPAR.
Unicidade e Vedação a Procurações (Art. 55, § 1º): Os votos de cada membro do Conselho Diretor serão singulares (um voto por município), não sendo admitido, para fins de votação nesta Assembleia de alteração estatutária, o voto por correspondência ou mediante procuração de terceiros.

Publique-se na forma do Artigo 28, § 2º do Estatuto do CIS/AMUNPAR, cumprindo rigorosamente os seguintes requisitos de forma e prazo:

Publicação por **3 (três) vezes consecutivas em jornal impresso** de maior circulação nos municípios associados, devendo a última publicação ocorrer com a antecedência mínima de 3 (três) dias da data designada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária; ou,

A convocação será publicada, **3 (três) vezes consecutivas**, de forma integral, no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios pertencentes ao Cis/Amunpar**, com antecedência mínima de **3 (três) dias** da data designada para a Assembleia Geral Extraordinária.
Paranavaí/PR, 13 de julho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR
Prefefeito Municipal de Nova Aliança do Ivaí/PR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:AB6D8D4B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 12/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: CIRURGICA ITAMBE EIRELI ME CNPJ: 26.847.096/0001-11
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES
Dotação Orçamentária: [2025]
6 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030360000000000.2001
22 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.20013
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052040000000000.2001
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052080000000000.2001
[2026]
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030360000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.20013
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052040000000000.2001
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052080000000000.2001
Prazo de Vigência: 13/07/2026 a 13/07/2027.
Valor: R$1.537,44 (um mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 12/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 13 de julho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:D0E33ABC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 10/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES CNPJ: 10.675.016/0001-58
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES
Dotação Orçamentária: [2025]
6 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030360000000000.2001
22 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.20013
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052040000000000.2001
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052080000000000.2001
[2026]
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030360000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.20013
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052040000000000.2001
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3449052080000000000.2001
Prazo de Vigência: 13/07/2026 a 13/07/2027.
Valor: R$22.608,66 (vinte e dois mil, seiscentos e oito reais e sessenta e seis centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 10/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 13 de julho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:A1A82C75

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 11/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.196.745/0001-42
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES
Dotação Orçamentária: [2025]
6 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.2001
22 - 01.001.0010.0302.2009.2001.333903036000000000000.20013
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.34490520400000000000.2001
17 - 01.001.0010.0302.2009.2001.34490520800000000000.2001
[2026]
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390303600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.333903036000000000000.20013
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.34490520400000000000.2001
21 - 01.001.0010.0302.2009.2001.34490520800000000000.2001
Prazo de Vigência: 13/07/2026 a 13/07/2027.
Valor: R$2.445,90 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 11/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 13 de julho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:3067FFEE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 83/2026

PORTARIA Nº 83/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestora e Fiscais das contratações originadas a partir da **CHAMADA PÚBLICA 01/2026 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E TERAPIAS NAS UBS DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS, EXERCÍCIO 2026**, visando atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
NATÁLIA DA COSTA	FISCAL	Nº 478-1

TERMOS DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS COMO SEGUE:
SAGA CELULAR LTDA
VICTOR SIMAO CORAL SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Paranavaí, 14 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:FD2BF8F3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 84-2026

PORTARIA Nº 84/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Processo de Inexigibilidade de Licitação referente à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA, COM NOTORIEDADE EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS INSTITUCIONAIS E LICITATÓRIAS DO CIS/AMUNPAR, INCLUINDO CAPACITAÇÃO DE PESSOAL E ASSESSORAMENTO TÉCNICO COM ENFOQUE NA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL ADMINISTRATIVA,** nos termos da Resolução nº25/2023 do **CIS/AMUNPAR.**

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
FABIO TORREZAN DE SOUZA	FISCAL	Nº 427-3
LEILA MOREIRA FERRAZ ZIOLI	SUPLENTE	Nº 98-2

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 15 de Julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Direção Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:AEDD787E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 85-2026

PORTARIA Nº 85/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Processo de Pregão Eletrônico referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO E REDE DE POSTOS CREDENCIADOS, MEDIANTE CARTÃO MAGNÉTICO OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DESTINADA AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO CIS/AMUNPAR,** nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
DOUGLAS RICARDO FERREIRA GOBETTI	FISCAL	Nº484-1
VINICIUS AUGUSTO FELIZARDO	SUPLENTE	Nº473-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data. Paranavaí, 15 de Julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Direção Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:81B20831

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 86/2026

PORTARIA Nº 86/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para integrar a Comissão Técnica de Avaliação da Prova de Conceito referente ao processo Licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO E REDE DE POSTOS CREDENCIADOS, MEDIANTE CARTÃO MAGNÉTICO OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DESTINADA AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO CIS/AMUNPAR**.

MEMBROS	FUNÇÃO	MATRÍCULA FUNCIONAL
Fábio Torrezan de Souza	Diretor de Planejamento	427-3
Leila Moreira Ferraz Zioli	Diretora Administrativa	98-2
Douglas Ricardo Ferreira Gobetti	Gerente de Frotas	484-1
Sidineia Travain	Gerente Administrativa	430-2
Vinicius Augusto Felizardo	Divisão Administrativa - Apoio	473-1

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação

Paranavaí, 15 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:4B8EDDCB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 15-2026

RESOLUÇÃO Nº 15/2026

Altera o parágrafo primeiro do artigo 122 da Resolução nº 25/2023), que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amunpar – CIS/AMUNPAR, com o escopo de readequar o limite financeiro das contratações de baixíssimo valor, repercutindo diretamente na operacionalização das despesas pelo regime de adiantamento e uso do Cartão de Pagamento Eletrônico instituído pela Resolução nº 01/2026, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO NOROESTE DO PARANÁ – CIS/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso das atribuições legais, contratuais e estatutárias que lhe são conferidas pelo artigo 18, alíneas "a" e "c", do Estatuto Social Consolidado, e em estrito cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público Consolidado, e

CONSIDERANDO que os consórcios públicos constituem importantes instrumentos de cooperação e gestão intergovernamental destinados a fortalecer os entes federados com reduzida capacidade administrativa, visando à prestação de serviços públicos céleres e de qualidade na área da saúde e assistência social;

CONSIDERANDO que a **Resolução nº 25/2023**, de 02 de outubro de 2023, promoveu a regulamentação geral da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, no âmbito do **CIS/AMUNPAR**, definindo as diretrizes procedimentais a serem observadas nas licitações e contratações diretas realizadas pela administração consorcial;

CONSIDERANDO que o artigo 122 da mencionada **Resolução nº 25/2023** dispõe sobre o regime facilitado para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, com fundamento no artigo 95, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133/2021, autorizando a dispensa total de documentos de habilitação, de instrumento formal de contrato e de manifestação jurídica prévia;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 122 da mesma resolução estipulava que as contratações de "baixíssimo valor" seriam aquelas cujo custo fosse inferior a **1/4 (um quarto)** do limite do pronto pagamento, permitindo para tais hipóteses a dispensa da dispensa eletrônica mediante pesquisa simplificada de preços;

CONSIDERANDO, entretanto, que a aplicação prática desse limite de um quarto revelou-se excessivamente restritiva e incompatível com a celeridade exigida para a manutenção das atividades cotidianas e emergenciais do **CIS/AMUNPAR**, impondo um pesado ônus burocrático e operacional para a realização de aquisições de valor insignificante;

CONSIDERANDO a superveniência da **Resolução nº 01/2026**, de 08 de janeiro de 2026, a qual instituiu o regime de adiantamento de despesas realizado por meio de **Cartão de Pagamento Eletrônico** destinado ao **Abrigo Institucional de Paraíso do Norte – Renascer**, estabelecendo em seu artigo primeiro como limite de adiantamento e de despesa o valor disposto no parágrafo primeiro do artigo 122 da Resolução nº 25/2023;

CONSIDERANDO as peculiaridades fáticas do caso concreto, notadamente a gestão do Abrigo Institucional Renascer (Resolução nº 01/2026), que acolhe crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social e risco pessoal, cuja rotina exige o pronto fornecimento de insumos básicos como alimentação perecível, medicamentos controlados, vestuário de uso imediato, asseio pessoal e pequenos reparos estruturais urgentes (fls. 2 a 3 da Resolução nº 01/2026);

CONSIDERANDO que a limitação anterior de um quarto forçava a administração do abrigo a submeter compras de baixíssimo vulto a demorados e dispendiosos procedimentos de dispensa de licitação eletrônica, gerando custos administrativos de processamento superiores ao próprio valor das aquisições, além de colocar em risco a continuidade dos serviços essenciais e o bem-estar dos abrigados;

CONSIDERANDO que a elevação do limite de "baixíssimo valor" para **3/4 (três quartos)** do limite atualizado estabelecido no **artigo 95, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133/2021**, passando ao patamar de **R$ 9.823,80 (nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos)**, representa medida proporcional, razoável e de estrito interesse público, apta a assegurar a agilidade necessária sem comprometer o controle financeiro e a transparência;

CONSIDERANDO que essa readequação normativa atende ao **princípio da eficiência** administrativa consagrado na Constituição Federal e no artigo quarto da Resolução nº 25/2023, promovendo a desburocratização, a economicidade e a continuidade ininterrupta do atendimento humanitário no abrigo institucional;

CONSIDERANDO, por conseguinte, a necessidade premente de alterar a redação do parágrafo primeiro do artigo 122 da Resolução nº 25/2023, ajustando de forma reflexa os limites de despesas por adiantamento disciplinados pela Resolução nº 01/2026, com o escopo de viabilizar a adequada gestão de recursos e o pleno funcionamento das atividades do consórcio público;

RESOLVE:

Art. 1º - O parágrafo primeiro do artigo 122 da Resolução nº 25, de 02 de outubro de 2023, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amunpar – CIS/AMUNPAR, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 122.** [...]

§1º Em caso de contratações de baixíssimo valor, nos termos do caput, assim consideradas aquelas cujo custo seja inferior a **3/4 (três quartos)** do limite estabelecido no artigo 95, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133/2021, passando ao valor correspondente de **R$ 9.823,80 (nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos)**, poderá ser dispensada a adoção da modalidade de dispensa eletrônica, por meio de pesquisa simplificada de preços, conforme formulário padronizado a ser expedido pela Procuradoria Jurídica."

Art. 2º - O limite de despesa e de adiantamento estabelecido no artigo primeiro da Resolução nº 01/2026, de 08 de janeiro de 2026, passa a ser regido pelo novo patamar financeiro fixado no parágrafo primeiro do artigo 122 da Resolução nº 25/2023, com a redação dada por esta Resolução.

Art. 3º - É vedada a utilização do regime de adiantamento ou suprimento de fundos para fracionar despesas com o objetivo de afastar ou reduzir a incidência das normas que disciplinam a

realização de processo licitatório ou de contratação direta, constituindo irregularidade administrativa a divisão artificial de despesas de mesma natureza.
§1º Caracteriza fracionamento de despesa a realização de aquisições de bens ou contratações de serviços referentes ao mesmo objeto ou à mesma natureza de despesa, mediante sucessivas compras ou contratações no mesmo exercício financeiro, quando o somatório dos valores ultrapassar os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§2º Para os fins desta Resolução, considera-se de mesma natureza a despesa relativa a bens ou serviços que possuam identidade ou similaridade de finalidade, características técnicas, destinação funcional ou possam ser planejados e contratados conjuntamente, independentemente da quantidade de notas fiscais, ordens de compra, requisições ou documentos equivalentes emitidos.
§3º Na aferição dos limites estabelecidos no § 1º, deverão ser somados todos os gastos realizados, no mesmo exercício financeiro, com bens ou serviços de mesma natureza, ainda que efetuados por meio de suprimentos de fundos distintos, por diferentes servidores supridos ou em momentos diversos, observando-se os limites de dispensa de licitação previstos no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
§4º Constatado o fracionamento indevido de despesa, a autoridade competente deverá adotar as providências destinadas à apuração da responsabilidade administrativa do agente responsável, sem prejuízo da eventual responsabilização civil e penal, quando cabível.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, 15 de julho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:94ABBE89

PROCURADORIA
DECRETO Nº 27.922, DE 14 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins exclusivos de dispensa de licenciamento ambiental e execução de obras de recapeamento asfáltico, o empreendimento viário de recuperação do pavimento das ruas Bahia e Antônio Felippe, localizado no Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de recuperação do pavimento asfáltico com revestimento do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) nas ruas Bahia e Antônio Felippe, segmento viário consolidado no perímetro urbano do Município de Paranavaí, abrangendo área de pavimentação de **24.641,17 m²**, de modo a garantir a trafegabilidade, a segurança viária e a qualidade de vida dos munícipes;

Considerando que o referido trecho constitui via pública em área já consolidada do Município, necessitando de recuperação do pavimento existente para adequação às condições de tráfego e mobilidade urbana;

Considerando as exigências contidas na **Resolução SEMA nº 046, de 17 de junho de 2015**, especificamente no seu **artigo 4º, inciso IV**, que condiciona a emissão da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) para empreendimentos públicos à apresentação do correspondente Decreto de Utilidade Pública;

Considerando, de igual modo, a essencialidade do presente ato para a viabilização de repasses financeiros federais, por meio do **FINISA**, vinculados à execução do empreendimento;

Considerando as especificações técnicas, o croqui de localização e as coordenadas geográficas dos trechos definidas por pontos georreferenciados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **utilidade pública**, para fins exclusivos de dispensa de licenciamento ambiental estadual e consequente execução das obras de **recapeamento asfáltico**, o empreendimento viário a ser realizado nas ruas Bahia e Antônio Felippe, neste Município, abrangendo uma área de pavimentação de aproximadamente **24.641,17 m²**.

Art. 2º As áreas objeto da declaração de utilidade pública a que se refere o **artigo 1º** deste Decreto são delimitadas pelas coordenadas geográficas em sistema UTM, definidas por pontos georreferenciados, conforme a seguir:
Rua Bahia: Início **351061,00 m E / 7447565,00 m S**
Final: **350152,00 m E / 7447040,00 m S**
Rua Antônio Felippe: Início **350210,00 m E / 7446936,00 m S**
Final: **351315,00 m E / 7447575,00 m S**

Art. 3º As obras de recapeamento asfáltico do empreendimento consistirão na aplicação de revestimento do tipo **Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)**, devendo ser complementadas por sinalização viária e demais elementos necessários à consolidação da infraestrutura urbana local.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua **publicação**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo de Paranavaí

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:B1463528

PROCURADORIA
LEI Nº 5.600/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo do Município de Paranavaí a doar bem imóvel em favor da empresa INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Nos termos do artigo 69, I, "a", da Lei Orgânica do Município, e artigo 76. § 6º da Lei Federal 14.133/2021, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, em favor da empresa INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A, CNPJ 85.778.595/0009-10, com sede na Rua Cassava, nº 200, Vila Operária, na cidade de Paranavaí – PR, o seguinte imóvel público: lote 19-R-16-0-Rem-2, subdivisão do lote 19-R-16-0/Rem, subdivisão do lote 19-R-16-0, este da subdivisão do lote 16-R, por sua vez destacado do lote 19 da Gleba 1-Ivaí, Colônia Paranavaí, parte do lote 60 alqueires, deste Município e Comarca, com área de 64.888,14 metros quadrados, objeto da matrícula 9745, do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí, avaliado em R$ 2.259.491,53 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos), conforme Relatório de Avaliação 24/2025, da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis Municipais.

Art. 2º Como encargo da doação, deverá a Donatária destinar os imóveis doados exclusivamente em suas atividades empresariais, quais sejam: fabricação de amidos e féculas vegetais, fabricação de óleo de milho em bruto, exploração da indústria e comércio de amidos e derivados, inclusive importação e exportação, e outras atividades correlatas.

Parágrafo único: Não importará em desvio de finalidade a execução de outras atividades empresariais não descritas no caput deste artigo, desde que correlatas ao objeto social da empresa.

Art. 3º Os encargos descritos no artigo 2º desta Lei vigorarão de forma permanente, e somente serão baixados em caso de revogação da doação.

Art. 4º Nos termos dos artigos 555 e 562 do Código Civil, a doação autorizada por esta Lei poderá ser revogada, amigável ou judicialmente, nas seguintes hipóteses:
I- paralisação das atividades empresariais da Donatária no imóvel doado, salvo na hipótese de força maior, devidamente comprovada em processo administrativo;
II- encerramento das atividades empresariais da Donatária;
III- decretação de falência da Donatária;
IV- desvio de finalidade na utilização do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei;
V- alteração do objeto social da Donatária, para ramo de atividade que não gere quantidade significativa de empregos;
VI- redução, de 50% (cinquenta por cento), da quantidade de empregos diretos da Donatária.
Parágrafo único. Para efeitos do percentual descrito no inciso VI deste artigo, deverá ser considerada a quantidade de empregos existentes na data da assinatura da escritura pública de doação, comprovada por informações oficiais.

Art. 5º Nos termos do § 7º do artigo 76 da Lei Federal 14.133/2021, os encargos de doação e a cláusula de reversão serão registradas em hipoteca de segundo grau em favor do doador, na hipótese de a Donatária necessitar oferecer os imóveis em garantia de financiamento.
§ 1º Somente se admitirá que financiamento descrito no caput deste artigo seja registrado como hipoteca de primeiro grau, quando os recursos financiados sejam destinados exclusivamente na ampliação das atividades empresariais.
§ 2º Para fins de registro da hipoteca de primeiro grau, deverá o Município conceder anuência prévia e expressa para a assinatura do contrato de financiamento.
Art. 6º A Donatária não poderá alienar os imóveis doados em favor de terceiros.
Parágrafo único. A vedação contida no caput deste artigo não impede a alteração do quadro societário da Donatária.
Art. 7º Na hipótese de revogação da doação, por descumprimento dos encargos, na forma do artigo 4º desta Lei, o imóvel doado reverterá ao patrimônio do Município, não cabendo à Donatária direito de indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel, sejam elas úteis ou necessárias.
Art. 8º Nos termos do artigo 76, § 6º, da Lei Federal 14.133/2021, fica dispensada a licitação para a formalização da doação, tendo em vista a existência de interesse público devidamente justificado (geração de emprego e receita tributária), conforme decisão administrativa proferida no processo de dispensa de licitação para doação de imóvel 03/2025 (processo digital IPM 63.174/2021).

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:5657B4D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 145/2024 (REAJUSTE DE VALOR) PROCESSO DIGITAL: 38181/2026 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024

1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 145/2024
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 38181/2026

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr.**ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9291427-5SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92, doravante denominado **contratante**e a empresa REALIZA – LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.417.270/0001-20, estabelecida à RUA CAPITÃO TELMO RIBEIRO, 1176 – JD. SÃO JORGE, na cidade de Paranavaí – Paraná, CEP 87.710-480, E-mail: mendes.realiza@hotmail.com,neste ato representada pelo Sr. ADEVANIR APARECIDO MENDES, brasileiro, maior, Empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, residente e domiciliado na Rua Guerino Pomin, no 1485, Condomínio Royal Park Rua B N13, Jardim Iguaçu, CEP. 87.705-390 - Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de identidade Civil RG. nº 3.984.570-9 SESP/PR e do CPF/MF. no 534.555.689-04, doravante denominado contratado.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O objeto do presente contrato é a Fornecimento de Caçambas abertas destinadas ao Cemitério Central e Cemitério Parque Recanto da Saudade, com retirada e transporte para a destinação correta e adequada dos entulhos, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,109608%**referente variação do INPC no período de MAIO/2025a MAIO/2026, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 145/2024e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de Atualização Monetária.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor do Contrato nº 145/2024passará a ser de**R$ 74.821,44(setentae quatro mil, oitocentos e vinte e umreais e quarentae quatro centavos).**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do ContratoOriginal (CONTRATONº 145/2024), datado de 18de Outubrode 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:177F5C44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE ANULAÇÃO DE EDITAL - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.333/2026

Dispõe sobre a anulação da Dispensa Eletrônica nº 08/2026.

FABIANA HILLMANN MILITÃO, Diretora Especial de Compras Interina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o art. 23 do Decreto Municipal nº 24.731/2023 estabelece que todos os processos de contratação do Município de Paranavaí devem ser publicados no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

Considerando que, no caso da Dispensa Eletrônica nº 08/2026, verificou-se que o aviso de contratação foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, porém deixou de ser publicado no Diário Oficial do Município, em desconformidade com a regulamentação municipal;

Considerando que a ausência da publicação obrigatória configura vício procedimental relacionado à publicidade do procedimento, comprometendo a observância das formalidades previstas no Decreto Municipal nº 24.731/2023 e dos princípios da legalidade, publicidade, isonomia, competitividade, transparência e segurança jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **ANULADA O EDITAL** da Dispensa Eletrônica nº 08/2026, preservando-se os atos regularmente praticados na fase preparatória do procedimento;

Art. 2º - **DETERMINAR** a publicação de novo edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 24.731/2023;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 15 de julho de 2026.

FABIANA HILLMANN MILITAO
Diretora Especial de Compras Interina
Portaria Municipal nº 1.324/2026

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:9A9CAA3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026

AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" e da seguinte forma:
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para execução de pavimentação, drenagem e reperfilamento asfáltico em C.B.U.Q em diversas ruas do Município de Paranavaí, através do Contrato nº 0649356-49 – FINISA V, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h59 do dia 30/07/2026.
INÍCIO DA SESSÃO: às 09h do dia 30/07/2026.
LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br
INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, pelo telefone: (44) 3421-2323, e-mail compras@paranavai.pr.gov.br ou pelos sites www.paranavai.atende.net e www.comprasnet.gov.br

Paranavaí - Paraná, em 15 de julho de 2026.

FABIANA HILLMANN MILITÃO
Diretora Especial Interina de Compras

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna Bianco
Código Identificador:AB49619A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, **Rafael Lucas Torrente**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante** e a empresa **NOSSA ESSENCIA PRODUCOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.989.515/0001-88, estabelecida à Avenida Ruy Frazao Soares, nº 81, Sala 211, Barra da Tijuca, na cidade de Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.793-074, neste ato representada pela Sra. **Debora Maria Moreira Figueira**, inscrita no CPF 091.559.247-94, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.
OBJETO: O objeto do presente contrato é a "Contratação da empresa Nossa Essencia Produções Ltda para apresentação de show do Grupo Revelação para o Festival de Comemoração de 74 anos do Município de Paranavaí, que ocorrerá no dia 12 de dezembro de 2026, ofertado a população de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí. Incluídas as despesas com cachê artístico, cachê de músicos/equipe, transporte (aéreo e terrestre), hospedagem, alimentação, abastecimento de camarim, carregadores, efeitos pirotécnicos e imposto. Com o tempo de duração da apresentação de show de 90 (noventa) minutos.".
VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses , contados a partir da assinatura do contrato administrativo.
FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural
Contratante

Nossa Essencia Producoes LTDA
Representado Por
DEBORA MARIA MOREIRA FIGUEIRA
Contratado

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:22EABEE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Procuradora Geral do Municipio de Paranavaí, Dra. Célia Aparecida Zanatta Jorge Elias , inscrita no CPF 628.560.499-15, doravante denominado **contratante** e a empresa **LEIS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 02 Leis, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, e-mail diego@leis.org portadora dos direitos do domínio Leis.org, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **CARLITO MELLO DE LIZ**, brasileiro, maior,

casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.
OBJETO: O objeto do presente contrato é a "Prestação de Serviços Especializados de gerenciamento, formatação, publicação, consolidação, compilação, versionamento e atualização dos atos oficiais do CONTRATANTE (Lei Orgânica e Emendas, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos do Executivo(Decretos do ano de 2014 em diante sendo os arquivos em formato word)), com sua disponibilização em sistema de pesquisa jurídica on-line integrado ao Portal Leis.org, que permite busca integrada em mais de 11 (onze) milhões de leis publicadas, por meio de plataforma tecnológica própria, de titularidade da CONTRATADA, devidamente registrada como programa de computador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, conferindo maior segurança, credibilidade e exclusividade à solução contratada, abrangendo a legislação municipal, estadual e federal correlata, assistido pelo módulo "Leis IA", recurso de inteligência artificial aplicada aos atos legais que aprimora a análise, interpretação, correlação e busca normativa, bem como o apoio para a adequada utilização das referidas ferramentas pelos usuários indicados pelo CONTRATANTE.".
VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 95.385,60 (noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) para o período de 05 (cinco) anos, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 05 (cinco) anos , contados a partir da assinatura do contrato administrativo.
FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS
Procuradora- Geral do Municipio de Paranavaí
Contratante

Leis LTDA
Representada Por
CARLITO MELLO DE LIZ
Contratado

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:40F5A5CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 046/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 046/2026

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer, **Jane Nunes de Lima**, inscrita no CPF n.º 852.920.019-53, doravante denominado **contratante** e a empresa **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.659.572/0001-49, estabelecida à Rua Maria Trevisan Tortato, 965, Jardim Novo Mundo, Curitiba/PR, CEP 81.020-000, e-mail: fprm@fprm.com.br, neste ato representada pelo Sr. **Gilberto Rosa**, inscrito no CPF 621.568.619-00, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.
OBJETO: O objeto do presente contrato é a "contratação direta da Federação Paranaense de Motociclismo (FPRM) para a organização e execução da Etapa Paranavaí do Campeonato Sul Brasileiro de Motocross 2026, a ser realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, no Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, em Paranavaí/PR.".
VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 142.340,00 (Cento e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta reais), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato administrativo.
FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Contratante

GILBERTO ROSA
Federação Paranaense de Motociclismo
Contratada

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:335401EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2023
(Alteração de Dotação Orçamentária – Processo Digital nº 39233/2026)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais descritos no contrato administrativo nº 98/2023. Por outro lado, encontra-se o(a) CONTRATADO(A) **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA – EPP**, estabelecida à Rua São Paulo Nº: 909 - Bairro Centro - sala 601, 6º Andar, Ed. Com. Espelho das Águas - CEP: 85960-142 na cidade de Marechal Cândido Rondon (PR) FONE: (45) 3254-0570 / (45) 99970-7295 – e-mail: contratos@binartech.com.br, inscrita no C.N.P.J. sob nº 10.786.517/0001-01, neste ato devidamente representada por seu sócio Administrador Sr. CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO, residente e domiciliado na Cidade de Marechal Candido Rondon/Pr, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 7500065-0 Órgão Expedidor: SESP-PR, e inscrito no C.P.F. sob nº 045.143.419-67.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO de empresa para prestação de serviço de **LOCAÇÃO DE REGISTRADORES ELETRÔNICOS DE PONTO COM LEITORES BIOMÉTRICOS FACIAL**, com cessões de uso de sistema de controle de frequência de entrada e saída de servidores públicos municipais, contemplando fornecimento dos softwares para gestão: monitoramento de conectividade, comunicador, service desk e chat, aplicativo para registro via celular e tablet, portal de consulta do Espelho Ponto e capacitação de servidores, fornecimento de equipamentos de backup, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, importação do banco de dados atual, garantia de funcionamento, suporte técnico e visitas mensais in loco em atendimento às necessidades da Administração Municipal; conforme descritos e especificados a seguir, nos termos e condições do edital de Pregão Eletrônico nº 048/2023 e seus Anexos.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Em conformidade com o disposto no **art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 98/2023**, passa a ser alterada **sem modificação do**

objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 258/2026/SESAU, conforme dotação(ões) abaixo:

Dotação Orçamentária a ser incluída:
• Referência: 228
• Ação: 2242- MAC - Média e Alta Complexidade
• Sub elemento: (333903912 – Locação de máquinas e equipamento

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2023), datada de 10 de novembro de 2023.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:9FD20D45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE CREDENCIADOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2025

TERMO DE CREDENCIADOSINEXIGIBILIDADEDELICITAÇÃONº38/2025

As Secretarias Municipais deAdministraçãoPública,Agricultura,AssistênciaSocial,Infraestruturae Serviços Públicos, Meio Ambiente, Proteção à Vida, Patrimônio PúblicoeTrânsitoeSaúde,nouso das atribuições que lhe são conferidas , disponibiliza a relação de empresas credenciadas, conformedivulgação do resultado por meio daAta 04referente a 2026de análise dos documentos de habilitação, disponibilizada pela Comissão Permanente de Contratação Direta, referente ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, parafornecimentoderefeições(tipo Marmitex) e Lanches, destinados às Secretarias Municipais de Administração Pública, Agricultura, Assistência Social, Infraestrutura e Serviços Públicos, Meio Ambiente, Proteção à Vida,Patrimônio Público e Trânsito e Saúde Asempresacredenciadaseaptasaforneceremasrefeiçõeselanches:

-JANGADA RESTAURANTE E PETISCARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº
02.628.581/0001-36, interessada no credenciamento para fornecimento de Lanche e
Bebida Individual e Fornecimento Noturno de Marmitex- - Embalagem tam G - Nº 09
com capacidade até 1100 kg.(1.100 ML, correspondendo no mínimo a 1.000g de
comida).

As atas edocumentos de habilitação estão disponíveis no site da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.

PaçoMunicipaldeParanavaí,EstadodoParaná,15 de julho de 2026.

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:6C8DACD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2026
REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609-77, doravante denominado **CREDENCIADOR** e a empresa **INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.472.806/0001-04, estabelecida à AVENIDA dos Estudantes, nº 245, SALA 04;, Centro, Ibiporã - PR, CEP: 86200055, e-mail inacio.servicosmedicos@gmail.com , neste ato representado (a) pelo(a) Sr(a). THIAGO DOS SANTOS INACIO, inscrito(a) no CPF 062.472.193-00, doravante denominado **CREDENCIADO** resolvem celebrar TERMO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO
O objeto do presente Termo de Credenciamento é relacionado a prestadora de serviços de consultas médicas nas especialidades de PEDIATRIA, GINECOLOGIA, PSIQUIATRIA e CLÍNICA GERAL na Unidade de Pronto Atendimento UPA, nas Unidades Básicas de Saúde e Programas do Sistema Único de Saúde de Paranavaí – PR nos termos do Edital de Credenciamento nº 18/2026.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste termo de credenciamento vigorará enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento nº 18/2026, ou conforme critério da administração, caso a demanda seja suprida.

CLÁUSULA 3ª: DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO E VALORES
Conforme disponível em edital, a CREDENCIADA deverá prestar os seguintes serviços e seus respectivos valores, conforme abaixo:

ITEM	Descrição	Und	Qtdade	Valor Unitario
04	CONSULTA CLÍNICO GERAL – UPA	HORA	17.040	R$ 125,84
05	CONSULTA CLÍNICO GERAL ATENÇÃO BÁSICA	HORA	36.000	R$ 104,87

CLÁUSULA 4ª: LOCAL DE EXECUÇÃO

O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA 5ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O pagamento ocorrerá até o dia 20 do mês seguinte a execução do serviço, sendo que este prazo é similar com a iniciativa privada.
O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação exigidos neste termo de credenciamento.
Nos casos de descumprimento parcial da obrigação será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.
Caso o credenciado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o credenciador aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao credenciado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
Nos casos de multas aplicadas ao credenciado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
O fiscal da execução comunicará previamente ao credenciado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
Em caso de atraso no pagamento pelo credenciador, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.
Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 6ª: CABERÁ AO CREDENCIADO

CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.6. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 7ª: CABERÁ AO CREDENCIADOR

CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.7. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 8ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações praticadas pelo credenciado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no item 5.7. do Termo de Referência.

CLÁUSULA 9ª: CANCELAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.
O credenciado que deixar de cumprir às exigências do edital ou descumprir contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA 10ª: FORO

O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paço municipal, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal De Saúde
Credenciador

INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA
Credenciado

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:09A00207

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 156/2026

Dispõe sobre a convocação do candidato nomeado no Concurso Público nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2025, nomeado nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1331/2026**, a comparecer junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 04 DE AGOSTO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

ANALISTA ADMINISTRATIVO

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
33º	PATRICIA FALASZ BERTATE CABRAL	XXX.646.069-XX	AMPLA
35º	AMANDA CAROLINA PEIXOTO CHAGAS	XXX.860.099-XX	AMPLA
36º	GUILHERME AGUIAR GARCIA	XXX.011.139-XX	AMPLA
37º	FERNANDO DA CONCEICAO HAWERROTH	XXX.969.379-XX	AMPLA
38º	ANDERSON DOS SANTOS FERRAZ	XXX.143.119-XX	AMPLA

ARQUITETO

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
7º	ANDRÉ APARECIDO DA SILVA ARAUJO	XXX.919.908-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:

a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;

c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme item 23.3 do Edital de Abertura – cópia e original ou cópia autenticada:

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Ficha de cadastro (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

m) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

n) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do

órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

o) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

r) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

s) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Declaração que não tem sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar ou de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou de entidade de esfera Federal, Estadual ou Municipal.

u) Declaração Negativa de Cargo ou Emprego Público (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos)

v) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

w) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

x) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

y) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

II – Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.**

III – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

V – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VI – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

***Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VII – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

IX – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

X – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.

a) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
b) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
c) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
d) Hemograma;
e) Glicose de Jejum;
f) Hemoglobina Glicada;
g) Provas de função hepática (TGO, TGP, Gama GT, Fosfatase Alcalina, Bilirrubina Total e Frações, Eletroforese de Proteínas);
h) Tipagem sanguínea;
i) Creatinina;
j) Sorologia para doença de chagas (detecção por 2 métodos distintos: IgG Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta);
k) VDRL;
l) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
m) PSA (para homens acima de 45 anos);
n) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
o) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
p) Ficha de exame admissional (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.

a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.

b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.

c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):

•
Arquiteto: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico e Dermatológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Analista Administrativo: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A Avaliação Médica Admissional será realizada pela Medicina do Trabalho da Prefeitura, após a entrega de todos os documentos e exames;

II - Os documentos e exames listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga;

III - O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

IV - O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:B874D944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº 155/2026

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila da candidata nomeada para o cargo de Arquiteto.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 001/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DA CANDIDATA PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

CLASS	NOME	CPF	MODALIDADE
6º	ISABELA YATSUDA BERNARDO	XXX.399.419-XX	AMPLA

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:803CBF19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1310/2026

PORTARIA Nº 1310/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal(is) e Gestor(es) do Contrato nº 157/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026, celebrado entre O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Procuradora-Geral do Município e LEIS LTDA, cujo objeto é a "Prestação de Serviços Especializados de gerenciamento, formatação, publicação, consolidação, compilação, versionamento e atualização dos atos oficiais do CONTRATANTE (Lei Orgânica e Emendas, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos do Executivo(Decretos do ano de 2014 em diante sendo os arquivos em formato word)), com sua disponibilização em sistema de pesquisa jurídica on-line integrado ao Portal Leis.org, que permite busca integrada em mais de 11 (onze) milhões de leis publicadas, por meio de plataforma tecnológica própria, de titularidade da CONTRATADA, devidamente registrada como programa de computador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, conferindo maior segurança, credibilidade e exclusividade à solução contratada, abrangendo a legislação municipal, estadual e federal correlata, assistido pelo módulo "Leis IA", recurso de inteligência artificial aplicada aos atos legais que aprimora a análise, interpretação, correlação e busca normativa, bem como o apoio para a adequada utilização das referidas ferramentas pelos usuários indicados pelo CONTRATANTE.", oriundo da INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026, Processo Administrativo nº 89/2026:

I – **Fiscal:** Barbara Evangelista Damasceno Siqueira;
II – **Fiscal Suplente:** Thais Roberta Tokuzumi;
III – Gestor: Leonardo Fratini X. de Souza.

Art. 2º A designação formal dos fiscais e gestores do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante no DFD/ETP, via Processo Administrativo n° 89/2026 e o processo digital IPM n.º 29249/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:05179C50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1311/2026

PORTARIA Nº 1311/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal(is) e Gestor(es) do Contrato nº 165/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026, celebrado entre O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO, cujo objeto é a "contratação direta da Federação Paranaense de Motociclismo (FPRM) para a organização e execução da Etapa Paranavaí do Campeonato Sul Brasileiro de Motocross 2026, a ser realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, no Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, em Paranavaí/PR.", oriundo da INEXIGIBILIDADE Nº 046/2026, Processo Administrativo nº 100/2026:

I – **Fiscal:** Felipe Aparecido de Oliveira;
II – **Fiscal Suplente:** Fabrício Henrique Machado dos Santos;
III – Gestor(a): Fernanda dos Santos Guimarães Arrabaça.

Art. 2º A designação formal dos fiscais e gestores do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante no DFD/ETP, via Processo Administrativo n° 100/2026 e o processo digital IPM n.º 28697/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 13 de julho de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:BE93C285

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1325/2026

PORTARIA Nº 1325/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal(is) e Gestor(es) do Contrato nº 152/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026, celebrado entre O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Fundação Cultural e NOSSA ESSENCIA PRODUCOES LTDA, cujo objeto é a "Contratação da empresa Nossa Essencia Produções Ltda para apresentação de show do Grupo Revelação para o Festival de Comemoração de 74 anos do Município de Paranavaí, que ocorrerá no dia 12 de dezembro de 2026, ofertado a população de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí. Incluídas as despesas com cachê artístico, cachê de músicos/equipe, transporte (aéreo e terrestre), hospedagem, alimentação, abastecimento de camarim, carregadores, efeitos pirotécnicos e imposto. Com o tempo de duração da apresentação de show de 90 (noventa) minutos.", oriundo da INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026, Processo Administrativo nº 86/2026:

I – **Fiscal:** William Moreira da Silva;
II – **Fiscal Suplente:** Jesus Rodrigues Soares;
III – Gestora: Ana Paula Máximo da Silva.

Art. 2º A designação formal dos fiscais e gestores do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante no DFD/ETP, via Processo Administrativo n° 86/2026 e o processo digital IPM n.º 27540/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 14 de julho de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:28393E5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.327/2026

Dispõe sobre a nomeação no cargo em comissão de Diretor de Jornalismo – CC1, junto a Secretaria Municipal de Comunicação.

Considerando o processo digital sob nº 39445/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Comunicação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **RODRIGO DA SILVA LUCAS, C.P.F: 086.XXX.XXX-84**, no cargo em comissão de **DIRETOR DE JORNALISMO – CC1,** junto a Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 16 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:1FFC9910

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.330/2026

Fica sem efeito a nomeação da candidata aprovada em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata abaixo relacionada**,** nomeada pela Portaria Municipal nº 1.204/2026, no cargo de provimento efetivo de **ARQUITETO**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
6º	ISABELA YATSUDA BERNARDO	XXX.399.419-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:B741880C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1331/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2025.

Considerando *a Lei Municipal nº 5.585/2026, que dispõe sobre a ampliação de vagas na Administração Pública;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 001/2025**, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

ANALISTA ADMINISTRATIVO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
33º	PATRICIA FALASZ BERTATE CABRAL	XXX.646.069-XX	AMPLA
35º	AMANDA CAROLINA PEIXOTO CHAGAS	XXX.860.099-XX	AMPLA
36º	GUILHERME AGUIAR GARCIA	XXX.011.139-XX	AMPLA
37º	FERNANDO DA CONCEICAO HAWERROTH	XXX.969.379-XX	AMPLA
38º	ANDERSON DOS SANTOS FERRAZ	XXX.143.119-XX	AMPLA

ARQUITETO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
7º	ANDRÉ APARECIDO DA SILVA ARAUJO	XXX.919.908-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:3E963C0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.329/2.026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Considerando que Igreen Energia Comércio e Serviços S.A, realizará um **"Mutirão de Cadastro"**, com a finalidade de proporcionar à população o acesso à modalidade de energia compartilhada, por meio do sistema de geração distribuída de energia, promovendo o cadastramento e a orientação dos cidadãos interessados.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o espaço localizado no calçadão do Centro, esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, com fundamento no artigo 73-A, parágrafo 5º da Lei Orgânica de Paranavaí;

Art. 2º Fica cedido, precariamente, o espaço no período compreendido das 08h00min às 18h00min, dos dias 16 e 17 de julho de 2026.

Art. 3º Dado o caráter precário, esta liberação poderá ser cassada unilateralmente, desde que motivada, por este órgão ou um de seus setores, ficando assim impedido a utilização do espaço cedido, mesmo que parcialmente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2.026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:EAD0E66E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 50/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 49/2026 – PROCESSO Nº 51/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 18/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação Capoeira Patobranquense - ACAPB,** inscrita no CNPJ nº 55.015.990/0001-23. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, fomento do esporte e da inclusão social em nosso município, por meio do apoio a um projeto de capoeira que atendera 80 pessoas, incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos. **VALOR TOTAL: *R$ 150.000,00*** (cento e cinquenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26914-43204. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 14 de Julho de 2026.

AGNALDO LUIZ RAMPANELLI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:B1B50B1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 51/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026 – PROCESSO Nº 52/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 75/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação De Voleibol De Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 19.810.579/0001-86. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, a execução de projeto esportivo destinado à realização de treinamentos regulares de voleibol, para o ano de 2026, atendendo até 30 atletas com idade entre 18 e 45anos, por meio de sessões de treinamento de no mínimo três vezes por semana, com carga mínima de duas horas por sessão, visando à manutenção da prática esportiva, desenvolvimento técnico, treinamento e participação de competições adultas estaduais e nacionais. **VALOR TOTAL:** R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais**). PRAZO DE VIGÊNCIA:** 6 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

RODRIGO MARCHESI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:48E96B6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE BANCADA 121/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 52/2026 – PROCESSO N.º 54/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva de Bancada 121/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação De Handebol De Pato Branco - AHPB,** inscrita no CNPJ nº 33.009.791/0001-70, Rua Venâncio de Andrade nº 15, Bairro Bonatto, CEP: 85.505-120, em Pato Branco,Telefone: (46) 99125-6960, endereço eletrônico: handebolpatobranco@gmail.com. Para promover a consolidação do handebol adulto masculino e feminino em Pato Branco, garantindo condições técnicas, estruturais e operacionais para treinamentos e participação em competições oficiais, fortalecendo o esporte como instrumento de inclusão social, formação cidadã e representação esportiva do município.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:8B336885

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE BANCADA 66/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 51/2026 – PROCESSO N.º 53/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva de Bancada 66/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação De Handebol De Pato Branco - AHPB,** inscrita no CNPJ nº 33.009.791/0001-70, Rua Venâncio de Andrade nº 15, Bairro Bonatto, CEP: 85.505-120, em Pato Branco,Telefone: (46) 99125-6960, endereço eletrônico: handebolpatobranco@gmail.com. Para manter e desenvolver as equipes adultas masculina e feminina da Associação de Handebol de Pato Branco – AHPB, por meio de treinamentos sistemáticos, participação em competições oficiais estaduais e nacionais, fornecimento de materiais esportivos, uniformes, transporte, hospedagem, equipe técnica especializada e pagamento de taxas federativas, promovendo o esporte, a inclusão social e a representação do município de Pato Branco.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:986F6903

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE BANCADA 75/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 50/2026 – PROCESSO N.º 52/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda de Bancada 75/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação De Voleibol De Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 19.810.579/0001-86, R Prefeito Graeff n°134, Bairro La Salle, CEP: 85.505-120, em Pato Branco,Telefones: (46) 99125-6960, endereço eletrônico: associacaovpb@outlook.com. Para execução de projeto esportivo destinado à realização de treinamentos regulares de voleibol, para o ano de 2026, atendendo até 30 atletas com idade entre 18 e 45 anos, por meio de sessões de treinamento de no mínimo três vezes por semana, com carga mínima de duas horas por sessão, visando à manutenção da prática esportiva, desenvolvimento técnico, treinamento e participação de competições adultas estaduais e nacionais.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:6BA8250E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA INDIVIDUAL 18/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 49/2026 – PROCESSO N.º 51/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Individual 18/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação Capoeira Patobranquense- ACAPB,** inscrita no CNPJ nº 55.015.990/0001-23, Rua Marechal Deodoro n°408 B, Bairro Cristo Rei, CEP: 85.507-520, em Pato Branco,Telefones: (46) 9926-9520, endereço eletrônico: pequenoaccc1@hotmail.com. Para o fomento do esporte e da inclusão social em nosso município, por meio do apoio a um projeto de capoeira que atendera 80 pessoas, incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 14 de Julho de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:1FC8C804

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 – PROCESSO Nº 109/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de desmonte de rocha com escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico na área de implantação da nova célula de aterro sanitário, em atendimento à Secretaria de Municipal de Meio Ambiente.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 28.910,00.
DATA DE ABERTURA: 03 de agosto de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:84B77D8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 87/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026 - PROCESSO Nº 101/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Jairo Alvino Fernandes 46950990049, CNPJ **nº:** 15.738.467/0001–00. **OBJETO**: Contratação de pessoa jurídica detentora dos direitos de exclusividade do show do cantor Jairo Lambari Fernandes, para prestação de serviço de apresentação artística a ser realizada na Semana Farroupilha no Município de Pato Branco, cuja programação ocorrerá no dia 19 de setembro de 2026, no Município de Pato Branco/PR. **VALOR**: 21.000,00 (vinte e um mil reais). **VIGÊNCIA**: 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 25621-44052. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 15 de julho de 2026.

JAIRO ALVINO FERNANDES –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:E8685AE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2025 - PROCESSO N° 44/2025

PARTES: Município de Pato Branco e Unesul de Transportes Ltda.
OBJETO: Outorga de concessão remunerada de uso de bem público, de parte do bem Imóvel de propriedade do Município e parte de suas benfeitorias, consistentes nas instalações, situado nesta cidade, no Terminal Rodoviário José Cattani, localizado no Lote 01 da Quadra 791, Rua Farrapos, 700 – Trevo Guarani, Pato Branco-PR.
ADITAMENTO: Da Sucessão Contratual, com fundamento no art. 136, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e considerando as justificativas apresentadas no Protocolo nº 17.518/2026, em decorrência da cisão societária, fica formalizada a sucessão contratual pela empresa Viação Ouro e Prata S.A., a qual passa a assumir todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, permanecendo obrigada a manter o atendimento às condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão nº 27/2025. Em razão da sucessão contratual ora formalizada, o preâmbulo do contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "Viação Ouro e Prata S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 92.954.106/0001-42, Inscrição Estadual nº 0962042935, estabelecida na Rua Frederico Mentz, nº 1419, CEP 90.240-111, em Porto Alegre/RS, telefone (51) 99965-9069, endereço eletrônico carlos.bernaud@ouroeprata.com, neste ato representada por Carlos Augusto Berigo Bernaud, inscrito no CPF nº 412.951.960-34, portador do RG nº 3003128141 SJS/II RS, residente e domiciliado em R. Artur Rocha , 389 , Apartamento 00402, CEP 90450-171, Auxiliadora - Porto Alegre – RS"
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

CARLOS AUGUSTO BERIGO BERNAUD –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:64578E2E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026 - PROCESSO Nº 100/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.458/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 32.110.624/0001-58 e UILSON ARAUJO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA. CNPJ: 15.738.467/0001-00. **OBJETO:** Prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria, com capacitação e supervisão técnica presencial (in company), visando qualificar a Gestão da Política de Assistência Social, a execução das ofertas socioassistenciais, com ênfase na Proteção Social Básica e nas ações dos CRAS, bem como o exercício do Controle Social, em conformidade com a LOAS, PNAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS e PNEP/SUAS, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social. **VALOR TOTAL:** 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)**. DOTAÇÃO:** 26250-32565, 26252-32567. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, III, "c" e "f" da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 13 de julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:2E24C895

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026 - PROCESSO Nº 101/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.512/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Jairo Alvino Fernandes 46950990049. CNPJ: 15.738.467/0001-00. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica detentora dos direitos de exclusividade do show do cantor Jairo Lambari Fernandes, para prestação de serviço de apresentação artística a ser realizada na Semana Farroupilha no Município de Pato Branco, cuja programação ocorrerá no dia 19 de setembro de 2026, no Município de Pato Branco/PR. **VALOR TOTAL:** 21.000,00 (vinte e um mil reais)**. DOTAÇÃO:** 25621-44052. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, II, da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 06 de julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:E06D8D6B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2025

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.
OBJETO: A futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas de ambos os sexos, com idades entre 18 a 59 anos e para idosos, com Grau I, II ou III de dependência, em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição, atendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social

RESCISÃO: Conforme justificativa levada a termo no processo administrativo n° 9.139/2026, com fundamento no art. 138, II da Lei n° 14.133/21, as partes por comum acordo resolvem cancelar integralmente a Ata de Registro de Preços n° 60/2025, oriunda do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 64/2024 – Processo Nº 124/2024, a partir desta data. As Partes declaram que nada mais têm a reclamar ou a exigir uma da outra, seja a que título for, abrangendo toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, outorgando mútua e total liberação de quaisquer responsabilidades.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:36A3251C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2025/GP

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.
OBJETO: A prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição.
RESCISÃO: Com fundamento legal no art. 138, inciso II da Lei 14.133/21, mediante justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, levada a termo mediante Processo Administrativo n° 5.620/2026, fica rescindido por acordo entre as partes o Contrato 05/2025/GP, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 64/2024 - Processo n° 124/2024, a partir de sua publicação. Certifica-se que o contrato objeto deste instrumento encontra-se integralmente quitado e irretratável.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:19DCC410

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2025/GP

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.
OBJETO: A prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição.
RESCISÃO: Com fundamento legal no art. 138, inciso II da Lei 14.133/21, mediante justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, levada a termo mediante Processo Administrativo n° 5.632/2026, fica rescindido por acordo entre as partes o Contrato 11/2025/GP, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 64/2024 - Processo n° 124/2024, a partir de sua publicação. Certifica-se que o contrato objeto deste instrumento encontra-se integralmente quitado e irretratável.
Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:28634A57

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 73/2025/GP

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.
OBJETO: A prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição.
RESCISÃO: Com fundamento legal no art. 138, inciso II da Lei 14.133/21, mediante justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, levada a termo mediante Processo Administrativo n° 5.643/2026, fica rescindido por acordo entre as partes o Contrato 73/2025/GP, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 64/2024 - Processo n° 124/2024, a partir de sua publicação. Certifica-se que o contrato objeto deste instrumento encontra-se integralmente quitado e irretratável.

Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:4D5101C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 75/2025/GP

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.
OBJETO: A prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição.
RESCISÃO: Com fundamento legal no art. 138, inciso II da Lei 14.133/21, mediante justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, levada a termo mediante Processo Administrativo n° 5.634/2026, fica rescindido por acordo entre as partes o Contrato 75/2025/GP, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 64/2024 - Processo n° 124/2024, a partir de sua publicação. Certifica-se que o contrato objeto deste instrumento encontra-se integralmente quitado e irretratável.

Pato Branco, 15 de Julho de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:DF2643C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 04 CONTRATO N.º 76/2022
INEXIGIBILIDADE N.º 20/2022 – PROCESSO N.º 108/2022

DAS PARTES: Município de Pato Branco e Clinimed Clínica de Pediatria Especializada Ltda

OBJETO: prestação de serviços de Média e Alta Complexidades Ambulatorial nos grupos: Grupo 02 - Finalidade Diagnóstica: Procedimentos de Coleta de Material, Endoscopias e Métodos de Diagnóstico em Especialidades e Procedimentos Municipais – Diagnose; Grupo 03 – Finalidade Clínica: Procedimentos de Consultas/Acompanhamentos/Atendimentos, Fisioterapias e Outras Especialidades – Tratamento de Pele e Tecidos Subcutâneos e Procedimentos Municipais – Clínicos; Grupo 04 – Finalidade Cirúrgica: Procedimentos de Pequenas Cirurgias e Cirurgias de Pele, Tecidos Cutâneos e Mucosas, Aparelho da Visão, Aparelho Geniturinário, Anestesias e Procedimentos Municipais – Cirúrgicos, pelos valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Pato Branco, bem como aos usuários referenciados por meio de pactuações firmadas com a Secretaria Municipal da Saúde de Pato Branco
DO PRAZO: Prorrogação de 30 dias, até 05 de agosto de 2026.
DO VALOR: Permanece inalterado.
DA DOTAÇÃO: 25793-33354 / 35796-33357

Pato Branco, 06 de julho de 2026

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

THAIS MASCARENHAS GIUBLIN -
Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:2BAED99F

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO						
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 31/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.						
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação		
SEP3G08	116100T003371441	29/04/2026	56650			

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:73A3F3AA

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 31/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
GZQ6091	116100T003371440	29/04/2026	55411	R$ 195.23
MLU6536	277510NIC0029515	17/04/2026	50020	R$ 390.46
SED7B38	116100T003371439	29/04/2026	55411	R$ 195.23
SUN1D77	116100T003224824	29/04/2026	55417	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:E2A6A407

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.952, DE 15 DE JULHO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 186.038,10 (cento e oitenta e seis mil, trinta e oito reais e dez centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025 e considerando o Memorando nº 20.539, de 3 de julho de 2026, da Secretaria Municipal Educação e Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ R$ 186.038,10 (cento e oitenta e seis mil, trinta e oito reais e dez centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão Cultural**	
13.392.0040	**Fomento a Difusão Cultural**	
2.108	**Manutenção do Departamento de Cultura**	
4.4.90.52 – 8045 (46082)	Equipamentos e Material permanente	171.227,10
2.392	Gestão do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.30 – 8045 (46080)	Material de Consumo	13.311,00
3.3.90.39 – 8045 (46081)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.500,00
Total		**186.038,10**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada ao orçamento do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
8045	Projeto Cine MIS Pato Branco Sala de Projeção Audiovisual - Termo de Adesão nº 045/2026 - Fundo a Fundo	186.038,10
Total		**186.038,10**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:6154BCA5

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.953, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Altera dispositivos do Decreto nº 10.186, de 21 de fevereiro de 2025, que nomeou os membros do Conselho do Plano Diretor de Pato Branco – COPLAN.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos II e XXIII, na forma do art. 62, inciso I, alínea "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Decreto Municipal n° 5.410, de 18 de março de 2009; e considerando o contido no Memorando nº 21.601, de 13 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

DECRETA:

Art. 1º Os incisos II, alínea "h", e III alínea "l" do art.1º do Decreto nº 10.186, de 21 de fevereiro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º .....

I - .....
.....
II - .....
h) suplente: Matheus Eduardo Heberle Nichetti - Conselho Municipal do Meio Ambiente;
.....
III - .....
l) suplente: Adriano Luis Scarabelot - Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos – AREA;
....." (NR);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:FF0222D9

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 01/2026

PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**
OBJETO:	A cooperação institucional entre o SENAI Pato Branco, e a Sala do MEI para promover a divulgação dos cursos gratuitos oferecidos pelo SENAI, com vistas à capacitação, desenvolvimento e fortalecimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs) do Município de Pato Branco.
VIGÊNCIA:	12 meses

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:E6F7CD31

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 02/2026

PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC/PR, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**
OBJETO:	A cooperação institucional entre o SENAC/PR, por meio de sua Unidade de Educação Profissional e Tecnológica em Pato Branco, e a Sala do MEI para promover a divulgação dos cursos gratuitos oferecidos pelo SENAC/UEPT em Pato Branco, com vistas à capacitação, desenvolvimento e fortalecimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs) do Município de Pato Branco.
VIGÊNCIA	12 meses

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:19602A86

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.633, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política Pública de Assistência Social do Município de Pato Branco tem por objetivos:
I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
b) o amparo às crianças e aos adolescentes;
c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, riscos, vitimizações e danos;
III - a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
IV - a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;
V - a primazia da responsabilidade do ente público na condução da política de assistência social;
VI - a centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.
Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Seção I
Dos Princípios

Art. 3º A Política Pública de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:
I - universalidade: todas as pessoas têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer natureza e vedada qualquer comprovação vexatória de sua condição;
II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa;
III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;
V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II
Das Diretrizes

Art. 4º A organização da Política Pública de Assistência Social no Município de Pato Branco observará as seguintes diretrizes:
I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III - cofinanciamento partilhado entre os entes federados;
IV - matricialidade sociofamiliar, com centralidade na família como núcleo de referência para a organização dos serviços, programas, projetos e benefícios;
V - territorialização, com organização da oferta a partir das especificidades dos territórios e das necessidades da população;
VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil, com reconhecimento do papel das organizações sociais na execução e no controle da política;
VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Seção I
Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social organiza-se sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.
Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela legislação federal.

Art. 6º O Município atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social no Município de Pato Branco é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II
Da Organização

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito do Município de Pato Branco, organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
II - Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que visa contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento de situações de violação de direitos.

Art. 9º A Proteção Social Básica compõe-se, prioritariamente, dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:
I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
§ 1º O PAIF será ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
§ 2º Os serviços de Proteção Social Básica poderão ser executados por equipes volantes, conforme as necessidades territoriais.

Art. 10. A Proteção Social Especial ofertará, prioritariamente, os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:
I - Proteção Social Especial de Média Complexidade:
a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
II - Proteção Social Especial de Alta Complexidade:
a) Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;
b) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes;
c) Serviço de acolhimento Institucional, na modalidade de Casa de Passagem;
d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.
Parágrafo único. O PAEFI será ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelo Poder Público ou por entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto.
§ 1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, articulados entre si no âmbito do SUAS.
§ 2º A vinculação ao SUAS corresponde ao reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade ou organização integra a rede socioassistencial.

Art. 12. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Pato Branco, sendo:
I - Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;
II - Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
III - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
IV - Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS;
V - Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;
VI - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes;
VII - Serviço de acolhimento Institucional, na modalidade de Casa de Passagem.
Parágrafo único. As instalações das unidades públicas devem ser compatíveis com os serviços ofertados, observadas as normas gerais do SUAS.

Art. 13. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.
§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.
§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Assistência Social.
§ 3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14. A implantação das unidades de CRAS e CREAS observará as seguintes diretrizes:
I - territorialização, oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes,com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o

município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;
II - universalização, a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população.

Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência, conforme normativas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.
Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16. O SUAS afiança as seguintes seguranças socioassistenciais:
I - acolhida;
II - renda;
III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
IV - desenvolvimento da autonomia;
V - apoio e auxílio.

Seção III
Das Responsabilidades

Art. 17. Compete ao Município de Pato Branco, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:
I - destinar recursos financeiros para o custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
II - efetuar o pagamento dos benefícios eventuais por nascimento e por morte, nos termos da legislação federal, desta Lei e de sua regulamentação;
III - executar projetos de enfrentamento da pobreza, inclusive em parceria com organizações da sociedade civil;
IV - atender às ações socioassistenciais de caráter emergencial;
V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
VI - implantar a Vigilância Socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
VII - implantar sistemas de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, com vistas ao aprimoramento, qualificação e integração contínua dos serviços da rede socioassistencial;
VIII - regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, com a Política Estadual de Assistência Social, com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social e com as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;
IX - regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;
X - cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais no âmbito municipal;
XI - cofinanciar, em conjunto com as esferas estadual e federal, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito, de acordo com o Plano Municipal de Educação Permanente;
XII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
XIII - realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada – BPC, assegurando o acesso de seus beneficiários à rede socioassistencial;
XIV - realizar, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as Conferências de Assistência Social;
XV - gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas de transferência de renda;
XVI - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
XVII - gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família;
XVIII - organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
XIX - organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;
XX - organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União;
XXI - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, assegurando recursos do tesouro municipal;
XXII - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
XXIII - elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
XXIV - elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal;
XXV - elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;
XXVI - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
XXVII - elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;
XXVIII - elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
XXIX - manter atualizado o CadSUAS;
XXX - manter o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS;
XXXI - manter atualizados os sistemas de informação da Rede SUAS;
XXXII - garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
XXXIII - garantir a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
XXXIV - garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
XXXV - garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;
XXXVI - garantir o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;
XXXVII - definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
XXXVIII - definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;
XXXIX - implementar os protocolos pactuados nas instâncias do SUAS;
XL - implementar e manter a gestão do trabalho e a educação permanente;
XLI - promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
XLII - promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XLIII - promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;
XLIV - assegurar a oferta, coordenação e execução dos serviços da proteção social básica, de forma territorializada, conforme as normativas do SUAS;
XLV - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
XLVI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
XLVII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange à prestação de contas;
XLVIII - assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de acordo com as normativas federais;
XLIX - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre o município e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;
L - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;
LI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;
LII - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;
LIII - compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
LIV - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;
LV - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;
LVI - dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;
LVII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;
LVIII - submeter quadrimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

Seção IV
Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é instrumento de planejamento estratégico que orienta a execução, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do Município de Pato Branco.
§ 1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á a cada 4 (quatro) anos, em consonância com o Plano Plurianual, e contemplará:
I - diagnóstico socioterritorial;
II - objetivos gerais e específicos;
III - diretrizes e prioridades deliberadas;
IV - ações estratégicas para sua implementação;
V - metas estabelecidas;
VI - resultados e impactos esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
IX - indicadores de monitoramento e avaliação;
X - cronograma de execução.
§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social deverá observar, além do disposto no parágrafo anterior:
I - as deliberações das Conferências de Assistência Social;
II - as metas nacionais e estaduais pactuadas para o aprimoramento do SUAS;
III - a articulação intersetorial das ações;
IV - as estratégias de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I
Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Pato Branco, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, serão nomeados pelo Prefeito.
§ 1º Os membros do CMAS, nomeados pelo Prefeito Municipal, terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
§ 2º O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:
I - 9 (nove) representantes da sociedade civil, eleitos em foro próprio, oriundos dos seguintes segmentos, respeitada a paridade entre eles:
a) 3 (três) representantes dos usuários ou de organizações de usuários da assistência social;
b) 3 (três) entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no CMAS;
c) 3 (três) organizações de trabalhadores do setor;
II - 9 (nove) representantes governamentais, indicados pelo Poder Executivo Municipal, sendo:
a) 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo:
1 (um) do órgão gestor da assistência social;
1 (um) da Proteção Social Básica;
1 (um) da Proteção Social Especial;
b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
e) 1 (um) representante do Governo Municipal;
f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres;
g) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
§ 3º A eleição dos representantes da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, conforme normativas do Conselho Nacional de Assistência Social.
§ 4º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:
I - de usuários: àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;
II - de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;
III - de trabalhadores: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social.
§ 5º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.
§ 6º O CMAS será presidido por um de seus membros, eleito dentre seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.
§ 7º Deverá ser assegurada a alternância entre governo e sociedade civil na presidência e vice-presidência do Conselho.
§ 8º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal

de Assistência Social, através de seus recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para o funcionamento regular do Conselho.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.
Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. A participação no CMAS é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por meio do CMAS, das Conferências Municipais de Assistência Social e de outros espaços de participação.

Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social, de acordo com as orientações do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
III - apreciar e deliberar a Política Municipal de Assistência Social;
IV - apreciar e deliberar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
V - apreciar e deliberar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
VI - apreciar e deliberar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
X - apreciar e deliberar as informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
XI - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
XII - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
XIII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;
XIV - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
XV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
XVI - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
XVII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
XVIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
XIX - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
XX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;
XXI - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;
XXII - apreciar e deliberar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
XXIII - orientar e fiscalizar o FMAS;
XXIV - divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.
XXV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
XXVI - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.
XXVII - realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;
XXVIII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;
XXIX - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
XXX - emitir resolução quanto às suas deliberações;
XXXI - registrar em ata as reuniões;
XXXII - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;
XXXIII - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.
Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II
Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 25. A Conferência Municipal de Assistência Social constitui instância máxima de debate, formulação, avaliação e deliberação da Política Pública de Assistência Social, com a finalidade de definir diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurada a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes:
I - ampla e prévia divulgação do documento convocatório, contendo objetivos, prazos, responsabilidades, fonte de recursos e composição da comissão organizadora;
II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a eleição dos delegados da sociedade civil;
IV - publicidade de suas deliberações e resultados;
V - definição de mecanismos de acompanhamento e monitoramento das deliberações;
VI - articulação com as Conferências Estadual e Nacional de Assistência Social.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, observadas as orientações dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social.
Parágrafo único. A convocação da Conferência será formalizada por meio de ato do Poder Executivo, mediante solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção III
Da Participação dos Usuários

Art. 28. Constitui condição fundamental para o exercício do controle social e para a garantia dos direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho Municipal

de Assistência Social e nas Conferências Municipais de Assistência Social.
Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social, sendo que os representantes de organizações de usuários configuram-se como sujeitos coletivos, expressos nas diversas formas de participação, nas quais se caracteriza o seu protagonismo direto enquanto usuários.

Art. 29. O estímulo à participação dos usuários dar-se-á por meio da articulação com movimentos sociais e populares, bem como do apoio à organização de espaços coletivos, tais como:
I - fóruns de debate;
II - audiências públicas;
III - comissões de bairro;
IV - coletivos de usuários vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Parágrafo único. Constituem estratégias para assegurar a participação dos usuários, dentre outras:
I - o planejamento das ações do Conselho Municipal de Assistência Social e do órgão gestor;
II - a ampla divulgação dos processos participativos nas unidades da rede socioassistencial;
III - a descentralização do controle social, por meio da criação de comissões territoriais, regionais ou locais.

CAPÍTULO V

Seção I
Dos Benefícios Eventuais

Art. 30. Ficam instituídos os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Pato Branco, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e demais normativas aplicáveis, cuja concessão observará os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 31. Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da política pública da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e são prestados a indivíduos e famílias, em caráter temporário e não contributivo, que se encontram em insegurança e desproteção social decorrentes de vulnerabilidade temporária.
Parágrafo único. Os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades:
I - benefício eventual por nascimento;
II - benefício eventual por morte;
III - benefício eventual por vulnerabilidade temporária;
IV - benefício eventual em situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 32. Os benefícios eventuais destinam-se aos indivíduos e às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social temporária e que apresentem impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos, perdas ou danos à integridade pessoal e familiar, comprometendo a sobrevivência, a autonomia e a convivência familiar e comunitária.
Parágrafo único. Os benefícios eventuais serão ofertados às pessoas que se encontrem no território do Município, inclusive migrantes, imigrantes, refugiados e apátridas, desde que atendidos os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 33. A concessão dos benefícios eventuais ocorrerá no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, enquanto persistirem as situações de vulnerabilidade temporária que motivaram a sua concessão.
Parágrafo único. A rede de serviços socioassistenciais do Município deverá estar articulada com o processo de informação, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos que acessarem os benefícios eventuais, visando à garantia da proteção social e à superação das situações de vulnerabilidade identificadas.

Seção II
Das Definições

Art. 34. Para fins de concessão dos benefícios eventuais previstos nesta Lei, entende-se por:
I - família: conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento de renda, recursos ou dependência econômica, conforme as diferentes configurações familiares reconhecidas pela política de assistência social;
II - vulnerabilidade temporária: situação circunstancial caracterizada pela presença de riscos, perdas ou danos à integridade pessoal e familiar, decorrentes de contingências sociais que comprometam temporariamente a sobrevivência, a autonomia ou a convivência familiar e comunitária dos indivíduos e das famílias;
III - emergência: ocorrência decorrente de evento adverso, natural ou provocado por ação humana, que cause danos humanos, materiais ou sociais, exigindo resposta imediata do poder público para proteção da população atingida;
IV - calamidade pública: situação anormal decorrente de desastre que provoca danos e prejuízos que comprometem substancialmente a capacidade de resposta do Município, demandando mobilização extraordinária de recursos e ações das diferentes esferas de governo para o restabelecimento da normalidade.

Seção III
Dos Requisitos e Formas de Acesso aos Benefícios Eventuais

Art. 35. Os benefícios eventuais serão concedidos aos indivíduos e às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social temporária, mediante avaliação técnica realizada por profissional de nível superior integrante das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
§ 1º A análise para concessão do benefício eventual poderá considerar, entre outros aspectos, a renda familiar, a composição familiar, a presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como outras situações que indiquem risco social ou fragilidade da capacidade de enfrentamento das contingências sociais.
§ 2º A renda familiar per capita poderá ser utilizada como referência para análise da situação socioeconômica, sem constituir critério exclusivo ou impeditivo para a concessão do benefício eventual.
§ 3º Em situações excepcionais, indivíduos ou famílias que não se enquadrem nos parâmetros de referência poderão ser atendidos mediante avaliação técnica fundamentada que identifique a situação de vulnerabilidade ou risco social.

Art. 36. Compete aos profissionais de nível superior das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS realizar a análise e a concessão dos benefícios eventuais, assegurando que sua oferta ocorra, sempre que possível, de forma articulada com os serviços socioassistenciais, visando à superação das situações de vulnerabilidade e ao fortalecimento da autonomia dos usuários.
§ 1º A concessão ou o indeferimento do benefício deverá ser devidamente registrado, contendo a justificativa técnica que fundamentou a decisão.
§ 2º Havendo concessão, será emitido formulário ou registro eletrônico de autorização do benefício eventual, a ser assinado ou validado pelo beneficiário e pelo profissional responsável pela avaliação.
§ 3º Nos casos de indisponibilidade de acesso ao sistema eletrônico, poderá ser utilizado formulário físico, devendo as informações ser posteriormente inseridas no sistema oficial.
§ 4º Na análise das solicitações para concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer exigências ou procedimentos que exponham o indivíduo ou a família a situações constrangedoras ou vexatórias.
§ 5º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária, a parente de até segundo grau ou a pessoa autorizada pelo beneficiário, observadas as normas administrativas estabelecidas pelo órgão gestor da assistência social.

Art. 37. Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, o Centro de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e os demais equipamentos públicos da rede socioassistencial do Município constituem unidades de referência para o acesso aos benefícios eventuais.
Parágrafo único. O acesso aos benefícios eventuais deverá ocorrer de forma articulada com os serviços socioassistenciais, públicos e privados, visando o acompanhamento das famílias e indivíduos e à superação das situações de vulnerabilidade identificadas.

Seção VI
Das Modalidades e Critérios de Concessão

Subseção I
Do Benefício Eventual por Nascimento

Art. 38. O benefício eventual por nascimento constitui provisão socioassistencial destinada à redução das vulnerabilidades decorrentes da gestação e do nascimento de membro da família, conforme previsto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
§ 1º O benefício tem por finalidade atender às necessidades sociais da pessoa gestante, da puérpera, da nutriz, dos familiares, da criança ou das crianças que irão nascer e das recém-nascidas, contribuindo para a proteção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e a garantia das condições básicas de cuidado.
§ 2º A concessão do benefício poderá ocorrer durante a gestação, a partir do sétimo mês de gestação ou até quarenta dias após o nascimento da criança, conforme avaliação técnica realizada por profissional de nível superior das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 39. O benefício eventual por nascimento será destinado, preferencialmente, à pessoa gestante, à puérpera, à nutriz ou à família responsável pelo cuidado da criança, considerando a situação de vulnerabilidade social identificada por meio de avaliação técnica realizada por profissional de nível superior das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, preferencialmente, a:
I - famílias ou pessoas responsáveis pelo cuidado da criança recém-nascida que apresentem documentação que comprove o vínculo e a responsabilidade pela criança, tais como certidão de nascimento, termo de guarda, termo de responsabilidade ou decisão judicial;
II - famílias que necessitem da provisão socioassistencial, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero;
III - casais que não possuam união formalizada;
IV - famílias monoparentais;
V - famílias adotantes de crianças;
VI - adolescentes grávidas ou mães adolescentes;
VII - mulheres que realizaram interrupção da gestação nas hipóteses previstas em lei;
VIII - famílias em caso de morte do recém-nascido;
IX - Famílias em caso de morte da mãe.

Art. 40. O benefício eventual por nascimento será concedido preferencialmente por meio de cartão eletrônico, cartão magnético ou outra modalidade tecnológica similar, destinado à aquisição de itens necessários aos cuidados da pessoa gestante, da puérpera, da nutriz e da criança recém-nascida.
§ 1º O valor do benefício, bem como sua forma de concessão e operacionalização, serão definidos em regulamento próprio, observadas as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
§ 2º O benefício será concedido uma única vez por nascimento ocorrido, podendo ser concedido em número correspondente aos nascimentos em caso de parto múltiplo.
§ 3º A concessão do benefício poderá ocorrer durante a gestação ou após o nascimento da criança, mediante avaliação técnica realizada por profissional de nível superior das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
§ 4º Excepcionalmente, o benefício poderá ser concedido por meio de bens ou serviços.
§ 5º A solicitação e a concessão do benefício deverão ser registradas no sistema de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Subseção II
Do Benefício da Situação de Morte

Art. 41. O benefício eventual por morte destina-se a apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade social no enfrentamento das despesas decorrentes do falecimento de membro familiar.
§ 1º A operacionalização do benefício observará as disposições do Decreto Municipal nº 8.064, de 19 de dezembro de 2016, que regulamentou a Lei Municipal nº 3.981, de 26 de dezembro de 2012, a qual autorizou o Poder Executivo Municipal a outorgar concessões remuneradas para exploração do Sistema do Serviço Funerário Municipal.
§ 2º As solicitações do benefício eventual por morte poderão ser realizadas junto à Central de Óbitos do Município, que irá solicitar o atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 3º Quando o óbito ocorrer durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social, o atendimento deverá ser encaminhado às unidades de referência da família para avaliação técnica do benefício eventual.
§ 4º Nos casos em que o óbito ocorrer fora do horário de expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Central de Óbitos solicitará a Secretaria Municipal de Assistência Social, a indicação de profissional para realizar o atendimento.
§ 5º O cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico poderá ser utilizado como referência para identificação da situação socioeconômica da família, não constituindo requisito obrigatório para a concessão do benefício.

Art. 42. O benefício eventual por morte poderá ser concedido na forma de prestação de serviços funerários, observadas as normas municipais que regulamentam o serviço funerário.

Art. 43. Os benefícios eventuais por nascimento e por morte serão concedidos às famílias em número correspondente às ocorrências desses eventos.

Subseção III
Do Benefício Eventual por Vulnerabilidade Temporária

Art. 44. O benefício eventual por vulnerabilidade temporária destina-se ao atendimento de indivíduos e famílias que enfrentem situações circunstanciais que comprometam a sobrevivência, a autonomia ou a convivência familiar e comunitária.
§ 1º Poderão ser ofertados, no âmbito desta modalidade, os seguintes benefícios:
I - auxílio alimentação;
II - apoio para obtenção de documentação civil básica;
III - concessão de passagens terrestres.
§ 2º A concessão dos benefícios de que trata este artigo tem por finalidade reduzir vulnerabilidades decorrentes do advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim compreendidos:
I - riscos: situações que ameaçam a integridade física, emocional ou social do indivíduo ou da família;
II - perdas: privação ou ausência de bens, recursos ou condições necessárias à sobrevivência;
III - danos: agravos sociais ou pessoais que comprometam a autonomia e a convivência familiar e comunitária.
§ 3º As situações de riscos, perdas ou danos podem decorrer, entre outras, de:
I - falta de documentação civil ou dificuldade de acesso a serviços e direitos básicos;
II - ausência ou insuficiência de renda para garantir a subsistência familiar;
III - vínculos familiares ou comunitários rompidos;
IV - vivência de situações de violência ou violação de direitos;
V - situações de abandono ou fragilidade das condições de cuidado e proteção familiar;
VI -ocorrência de desastres, situações de emergência ou calamidade pública;
VII - outras situações sociais que comprometam temporariamente a sobrevivência ou a dignidade do indivíduo ou da família.

Art. 45. Os benefícios eventuais por nascimento e por morte poderão ser concedidos de forma complementar ao benefício eventual por vulnerabilidade temporária, sempre que necessário para garantir a proteção social, o restabelecimento das seguranças socioassistenciais e a autonomia dos indivíduos e das famílias afetadas pelo evento.

Art. 46. O auxílio alimentação constitui benefício eventual por vulnerabilidade temporária destinado a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de contribuir para o acesso à alimentação e à garantia das necessidades básicas.
§ 1º O benefício será concedido preferencialmente por meio de cartão eletrônico, cartão magnético ou outra tecnologia similar, podendo, excepcionalmente, ser ofertado mediante fornecimento de bens, conforme avaliação técnica.
§ 2º A concessão do benefício deverá estar articulada com os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, visando ao acompanhamento das famílias e à superação das situações de vulnerabilidade identificadas.
§ 3º Para a definição da modalidade e da necessidade de concessão do benefício poderão ser considerados, entre outros, os seguintes elementos de vulnerabilidade temporária social:
I - insuficiência ou ausência de renda para suprimento das necessidades básicas;
II - perda ou redução temporária da renda familiar;
III - presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência na composição familiar;
IV - situação de violência ou violação de direitos;
V - rompimento de vínculos familiares e/ou comunitários;
VI - situação de rua ou trânsito no território;
VII - família monoparental com dependentes.
§ 4º A renda poderá ser utilizada como elemento indicativo de vulnerabilidade social, não constituindo critério exclusivo para concessão do benefício.

Art. 47. O auxílio alimentação poderá ser concedido em modalidades diferenciadas, conforme avaliação técnica da situação de vulnerabilidade social temporária, considerando, entre outros critérios, o número de integrantes da família e as condições socioeconômicas identificadas.
§ 1º As modalidades, valores, critérios de concessão e forma de operacionalização do benefício serão definidos em regulamento próprio, observadas as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
§ 2º A definição da modalidade do benefício considerará o conjunto das vulnerabilidades identificadas pela equipe técnica, não se restringindo exclusivamente à renda.

Art. 48. Para definição da modalidade do benefício poderão ser considerados, entre outros fatores:
I – renda familiar per capita;
II – ausência total de renda;
III – número de integrantes da família;
IV – presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência;
V – dificuldade de acesso à alimentação em razão de situação de vulnerabilidade social;
VI – outras situações de vulnerabilidade social temporárias identificadas pela equipe técnica.
Parágrafo único. A concessão do benefício deverá ser precedida de avaliação técnica realizada por profissional de nível superior integrante das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 49. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, o beneficiário que, dolosamente, prestar informações falsas ou utilizar qualquer meio ilícito com a finalidade de obter ou manter indevidamente o benefício eventual deverá ressarcir ao Município os valores recebidos de forma irregular.
§ 1º O valor apurado para fins de ressarcimento será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
§ 2º A apuração do valor a ser ressarcido ocorrerá mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 3º Não havendo o ressarcimento voluntário após a conclusão do processo administrativo, poderão ser adotadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a cobrança dos créditos do Município.

Art. 50. O benefício eventual destinado à obtenção de documentação civil básica visa garantir o acesso dos indivíduos e das famílias à regularização documental necessária ao exercício da cidadania e ao acesso a direitos e políticas públicas.
§ 1º Serão ofertadas isenções das despesas relacionadas à emissão de documentos civis básicos, tais como:
I - carteira de identidade;
II - certidão de nascimento;
III - certidão de casamento;
IV - certidão de óbito;
V - averbações e segundas vias de registros civis.
§ 2º A concessão do benefício ocorrerá mediante avaliação técnica realizada por profissional de nível superior integrante das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, considerando a situação de vulnerabilidade social do solicitante.
§ 3º Quando necessário, poderão ser solicitados documentos ou informações que comprovem a necessidade da emissão do documento civil.
§ 4º Nos casos de perda, extravio ou furto de documentos, poderá ser apresentado Boletim de Ocorrência ou declaração do interessado, conforme avaliação da equipe técnica.

Art. 51. O benefício eventual na forma de passagens terrestres destina-se ao atendimento de indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade temporária, que necessitem de deslocamento para garantia de proteção social, acesso a direitos ou restabelecimento de vínculos familiares e comunitários.
§ 1º A concessão do benefício poderá ocorrer, entre outras situações de vulnerabilidade temporária decorrentes de riscos, perdas ou danos à integridade pessoal ou familiar, tais como:
I - necessidade de retorno do indivíduo ou da família à cidade de origem ou local onde possuam rede de apoio familiar;
II - deslocamento para afastamento de situação de violência ou violação de direitos;
III - atendimento a pessoas em situação de rua ou em trânsito no território do Município;
IV - situações de ruptura de vínculos familiares ou comunitários;
§ 2º A concessão do benefício observará limite territorial de até 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) de distância do Município de Pato Branco.
§ 3º Nos casos em que o deslocamento necessário ultrapasse o limite estabelecido no parágrafo anterior, a concessão poderá ocorrer mediante parecer técnico fundamentado emitido por profissional de nível superior das equipes de referência do SUAS, justificando a excepcionalidade da situação.
§ 4º O benefício eventual de passagens terrestres poderá ser concedido até duas vezes por indivíduo ou família no período de 12 (doze) meses, salvo situações excepcionais devidamente justificadas por parecer técnico.
§ 5º É vedada a utilização do benefício eventual para acesso a passagens e transporte com a finalidade de promover práticas higienistas, aporofóbicas, ações involuntárias ou compulsórias, ou quaisquer outras ações que coloquem os beneficiários em situação vexatória, especialmente no atendimento à população em situação de rua.
§ 6º A concessão do benefício deverá ser registrada no sistema de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, contendo a justificativa técnica que fundamentou a decisão.

Seção VII
Do Benefício Eventual em Situações de Emergência ou Calamidade Pública

Art. 52. O benefício eventual em situações de emergência ou calamidade pública destina-se ao atendimento de indivíduos e famílias atingidos por eventos adversos que provoquem danos humanos,

materiais ou sociais, comprometendo a sobrevivência, a autonomia ou a convivência familiar e comunitária.
§ 1º O benefício poderá ser concedido na forma de bens, serviços ou apoio financeiro, conforme avaliação técnica e as necessidades identificadas.
§ 2º A concessão do benefício tem por finalidade reduzir vulnerabilidades temporárias decorrentes do advento de riscos, perdas ou danos à integridade pessoal e familiar.
§ 3º O benefício eventual concedido em situações de emergência ou calamidade pública, quando efetivado em pecúnia, destina-se ao atendimento de despesas emergenciais das famílias, não eximindo a responsabilidade de atuação das demais políticas públicas do Município.

Art. 53. Nas situações de emergência ou calamidade pública será assegurada a articulação intersetorial entre a política de assistência social, a Defesa Civil e as demais políticas públicas, com mobilização da rede socioassistencial de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, visando à proteção e ao atendimento da população atingida.
Parágrafo único. Poderão ser adotadas medidas de acolhimento provisório, apoio social e provisões materiais, conforme as necessidades identificadas no território.

Art. 54. O benefício eventual em situações de emergência ou calamidade pública poderá ser concedido, entre outras formas, por meio de:
I - auxílio alimentação;
II - fornecimento de artigos de higiene pessoal e limpeza;
III - apoio para obtenção de documentação civil básica;
IV - concessão de passagens terrestres;
V - fornecimento de cobertores e artigos de vestuário;
VI - fornecimento de materiais destinados à recuperação emergencial de moradias atingidas;
VII - apoio para acesso ao aluguel social, conforme legislação específica.
Parágrafo único. A concessão dos benefícios previstos neste artigo deverá observar avaliação técnica da situação de vulnerabilidade e das necessidades da população atingida, bem como a articulação com os demais serviços e políticas públicas.

Seção VIII
Das competências e recursos para a oferta de Benefícios Eventuais

Art. 55. Os benefícios eventuais previstos nesta Lei integram a política pública de assistência social e são ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, não se confundindo com benefícios ou auxílios vinculados a outras políticas públicas.
Parágrafo único. Benefícios, auxílios ou programas instituídos por outras políticas públicas não serão caracterizados como benefícios eventuais da assistência social.

Art. 56. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:
I - coordenar, gerir e operacionalizar a concessão dos benefícios eventuais;
II - acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos benefícios eventuais concedidos;
III - realizar estudos e diagnósticos territoriais para identificação das demandas e aperfeiçoamento da política de benefícios eventuais;
IV - expedir orientações técnicas, instruções normativas e instituir formulários e instrumentos necessários à operacionalização dos benefícios;
V - garantir a transparência na concessão dos benefícios e a ampla divulgação das modalidades, critérios e formas de acesso;
VI - assegurar o registro das concessões nos sistemas de gestão da política de assistência social;
VII - gerir os recursos financeiros destinados aos benefícios eventuais, observadas as normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 57. O financiamento dos benefícios eventuais ocorrerá por meio de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, podendo contar com cofinanciamento das esferas estadual e federal, conforme as normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 58. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I - exercer o controle social sobre a oferta e a execução dos benefícios eventuais;
II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais;
III - deliberar sobre diretrizes e acompanhar a implementação da política municipal de benefícios eventuais;
IV - comunicar aos órgãos competentes eventuais irregularidades identificadas na concessão ou na execução dos benefícios.

Art. 59. Os benefícios eventuais possuem caráter temporário, suplementar e emergencial, não substituindo políticas públicas estruturantes de transferência de renda, segurança alimentar, habitação, saúde, trabalho ou previdência social.
Parágrafo único. A concessão do benefício eventual não gera direito adquirido à sua continuidade.

Art. 60. O Poder Executivo regulamentará, por meio de decreto, as normas complementares para a operacionalização dos benefícios eventuais, incluindo procedimentos administrativos, instrumentos de avaliação técnica, formulários, critérios operacionais, valores e modalidades de concessão, observadas as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social -SUAS e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, observadas as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
§ 1º A concessão dos benefícios eventuais ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, observadas as prioridades definidas no Plano Municipal de Assistência Social.
§ 2º A definição dos valores e modalidades dos benefícios deverá considerar a capacidade de financiamento do Município, o cofinanciamento das demais esferas de governo e as demandas identificadas por meio da Vigilância Socioassistencial.

Art. 61. A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá realizar o monitoramento, a produção e a análise de dados relativos à concessão dos benefícios eventuais, por meio da Vigilância Socioassistencial, visando subsidiar o planejamento, a avaliação e o aprimoramento da política de assistência social.

CAPÍTULO VI
DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA
Seção I
Dos Serviços Socioassistenciais

Art. 62. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam à melhoria das condições de vida da população, organizadas por níveis de proteção social básica e especial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, devendo garantir as seguranças socioassistenciais, proteção social e a defesa de direitos.

Seção II
Dos Programas de Assistência Social

Art. 63. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, destinados a qualificar, incentivar e aprimorar os serviços e benefícios socioassistenciais, não substituindo a oferta continuada dos serviços tipificados.
§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com prioridade para a inclusão social e profissional dos usuários.
§ 2º Os programas voltados à pessoa idosa e à pessoa com deficiência deverão articular-se com o Benefício de Prestação Continuada – BPC, conforme previsto na legislação federal.

Seção III
Dos Projetos de Enfrentamento a Pobreza

Art. 64. Os projetos de enfrentamento à pobreza compreendem a instituição de investimentos econômico-sociais direcionados a grupos

em situação de vulnerabilidade, visando subsidiar, técnica e financeiramente, iniciativas que promovam:
I - a melhoria das condições de subsistência;
II - o fortalecimento da capacidade produtiva e de gestão;
III - a elevação da qualidade de vida;
IV - a preservação do meio ambiente;
V - a organização social e comunitária.

CAPÍTULO VII
DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 65. São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 66. As entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por elas executados, deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, como condição para sua integração à rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, observado o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 1993, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nas normativas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 67. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:
I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e da garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - assegurar a existência de processos participativos dos usuários na avaliação e no aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 68. As entidades e organizações de assistência social, no ato da inscrição, deverão demonstrar:
I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - elaborar plano de ação anual;
IV - apresentar relatório de atividades contendo, no mínimo:
a) finalidades estatutárias;
b) objetivos;
c) origem dos recursos;
d) infraestrutura;
e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.
Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:
I - análise documental;
II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
III - elaboração de parecer pela comissão competente;
IV - inclusão em pauta, discussão e deliberação em reunião plenária do Conselho;
V - publicação da decisão plenária;
VI - emissão do comprovante de inscrição;
VII - notificação à entidade ou organização de assistência social.

Art. 69. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social regulamentar, por meio de resolução, os procedimentos, critérios complementares e instrumentos necessários à inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Parágrafo único. A inscrição no CMAS não implica, por si só, na celebração de parcerias ou no repasse de recursos públicos.

CAPÍTULO VIII
DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 70. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social será realizado de forma descentralizada e participativa, por meio dos instrumentos de planejamento orçamentário do Município, compreendendo o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá assegurar recursos suficientes para a manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, sendo executado por meio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 71. O Município de Pato Branco aplicará, anualmente, no mínimo 3,5% (três vírgula cinco por cento) das receitas previstas de recursos livres no financiamento da Política Municipal de Assistência Social, assegurando o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, em conformidade com as normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deverão ser alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e destinados exclusivamente à execução, manutenção, ampliação e qualificação das ações socioassistenciais.
§ 2º O percentual mínimo estabelecido neste artigo não exclui a possibilidade de ampliação dos investimentos na política de assistência social, conforme a demanda e as prioridades definidas no Plano Municipal de Assistência Social.
§ 3º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS acompanhará, fiscalizará e deliberará sobre a aplicação dos recursos destinados à assistência social, assegurando sua conformidade com as diretrizes da política pública e com o Plano Municipal de Assistência Social.

Art. 72. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social observará o modelo de cofinanciamento do SUAS, com a participação das três esferas de governo, por meio de transferências regulares e automáticas dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, bem como por recursos próprios do Município.
§ 1º O Município deverá assegurar a alocação de recursos próprios no FMAS, garantindo a continuidade e a qualidade da oferta socioassistencial.
§ 2º Os recursos transferidos pelas demais esferas deverão ser aplicados conforme as normativas específicas e pactuações interfederativas.

Art. 73. Compete ao órgão gestor da assistência social a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, cabendo-lhe planejar, executar, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos destinados à política de assistência social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.
Parágrafo único. Os órgãos de controle interno e externo poderão acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, podendo requisitar informações a qualquer tempo.

Seção I
Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 74. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS é instrumento de gestão orçamentária, financeira e contábil, de natureza pública, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado ao financiamento das ações da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 75. Constituem receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:
I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições e subvenções de organizações nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;
IV - receitas de aplicações financeiras dos recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;
V - parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo tiver direito a receber por força da lei e de convênios;
VI - recursos provenientes de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.
§ 1º A dotação orçamentária prevista para o FMAS será automaticamente transferida à sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.
§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta específica denominada Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.
§ 3º As contas destinadas ao recebimento de recursos do cofinanciamento federal serão abertas conforme normativas do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 76. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão movimentados conforme as normas de execução orçamentária e financeira da administração pública, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas da política de assistência social.

Art. 77. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.
Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 78. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão aplicados em:
I - financiamento total ou parcial de serviços, programas e projetos de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por entidades conveniadas;
II - parcerias entre o poder público e entidades ou organizações de assistência social para execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais;
III - aquisição de material permanente, de consumo e outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;
IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis destinados à prestação de serviços socioassistenciais;
V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
VI - pagamento dos benefícios eventuais, nos termos dos arts. 15, I, e 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
VII - pagamento de profissionais das equipes de referência do SUAS, conforme normativas vigentes.
Parágrafo único. A aplicação dos recursos prevista neste artigo observará a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a legislação de pessoal, as regras da respectiva fonte de recurso e as normativas federais e estaduais de cofinanciamento.

Art. 79. O repasse de recursos públicos para entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, será realizado por meio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, observados os critérios estabelecidos pelo CMAS e as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
Parágrafo único. As parcerias deverão ser formalizadas mediante instrumentos jurídicos próprios, garantindo a transparência, o controle social e a execução das ações em conformidade com as normativas do SUAS.

Art. 80. A execução dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS deverá estar vinculada ao Plano Municipal de Assistência Social, ao Relatório Anual de Gestão e aos instrumentos de monitoramento e avaliação da política de assistência social.

Art. 81. A Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Vigilância Socioassistencial, deverá monitorar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, subsidiando o planejamento, a transparência e o aprimoramento da gestão da política de assistência social.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, por meio de decreto, podendo estabelecer normas complementares necessárias à sua execução, observadas as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 83. Ficam revogadas as seguintes Leis:
I - Lei Municipal nº 1.384, de 2 de outubro de 1995;
II - Lei Municipal nº 4.166, de 10 de outubro de 2013;
III - Lei Municipal nº 4.770, de 5 de abril de 2016;
IV - Lei Municipal nº 6.012, de 24 de outubro de 2022.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:DF5D93F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026

O Prefeito Municipal, SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após analisado o resultado da Inexigibilidade nº 10/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026
MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de apresentação teatral com temática voltada à prevenção, conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher, contemplando elenco, figurinos, cenários, sonorização, iluminação, equipamentos e todos os demais recursos necessários para a execução do espetáculo durante a Campanha Agosto Lilás.

FORNECEDOR: R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.330.069/0001-53 localizada na Rua Sindicalista Antonio Elizeu Deganutti, 1018, Bairro: Bom Jardim, CEP: 87047-711, Maringá – PR.

ITENS GANHOS:
ITEM 1:

VALOR TOTAL: R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).

Paula Freitas-PR, 15 de julho de 2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

_____

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026
FORNECEDOR: **R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.330.069/0001-53**

VALOR TOTAL : R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para a realização de apresentação teatral com temática voltada à prevenção, conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher, contemplando elenco, figurinos, cenários, sonorização, iluminação, equipamentos e todos os demais recursos necessários para a execução do espetáculo durante a Campanha Agosto Lilás.*

DATA: 15/07/2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:E98C28C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2026
PREGAO ELETRONICO Nº 23/2026
OBJETO: *Registro de Preço para futura e eventual aquisição de extintores de incêndio (recarregáveis) e futura e eventual prestação de serviço de recarga em extintores, em atendimento às Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.* **Entrega das propostas: até 29/07/2026 às 08h14min. Abertura das Propostas: 29/07/2026 às 08h15min.** O edital encontra-se disponível no endereço Av. Agostinho de Souza, n.º 646, Paula Freitas/PR, das 08h00min às 17h00min ou no site: www.paulafreitas.pr.gov.br
E-mail: licita.paulafreitas@yahoo.com
15/07/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:187F6941

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.444/2026

DECRETO Nº 3.444/2026

Nomeia os membros da Comissão de Processo Administrativo destinada à apuração dos fatos relacionados ao Processo Administrativo instaurado pela Decisão Administrativa de 12 de junho de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa que determinou a instauração de Processo Administrativo destinado à apuração dos fatos relacionados à inconsistência remuneratória da servidora Dirlene Klabunde;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão Processante para condução dos trabalhos, assegurando a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes servidores para comporem a Comissão de Processo Administrativo destinada à apuração dos fatos descritos na Decisão Administrativa de 12 de junho de 2026:

I – LEANDRO FELIPE BATISTA EBEL, Advogado, que exercerá a função de Presidente da Comissão;

II – GISLAINE APARECIDA SOARES GALLE, Secretária Municipal de Educação, que exercerá a função de Membro;

III – BRYAN WELLS HLADKYI, Assessor Jurídico, que exercerá a função de Membro.

Art. 2º - Compete à Comissão promover a instrução do Processo Administrativo, realizando todos os atos necessários à completa elucidação dos fatos, assegurando à interessada o exercício do contraditório e da ampla defesa, observadas as normas legais e os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 3º - Concluída a instrução, a Comissão elaborará relatório circunstanciado, contendo a exposição dos fatos apurados, a análise das provas produzidas e a conclusão fundamentada, encaminhando os autos ao Chefe do Poder Executivo para decisão final.

Art. 4º - A Comissão poderá requisitar documentos, informações, diligências e o auxílio de outros órgãos e servidores da Administração Municipal, sempre que necessário ao esclarecimento dos fatos.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas/PR, 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:23D8DCC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DA APRESENTAÇÃO

A presente contratação encontra respaldo no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

CARACTERISTICA DA SITUAÇÃO

2.1 A presente justificativa tem por objetivo atender à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paula Freitas/PR para a contratação de empresa especializada na realização de apresentação teatral educativa alusiva à Campanha Agosto Lilás, destinada à conscientização, prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.
2.2 A Campanha Agosto Lilás, instituída pela Lei Federal nº 14.448/2022, constitui importante ação de mobilização social voltada à divulgação dos direitos das mulheres, à prevenção da violência doméstica e familiar e ao fortalecimento da rede de proteção.

2.3 A contratação da apresentação teatral visa desenvolver uma atividade cultural e educativa, utilizando linguagem artística acessível para sensibilizar a população sobre a importância do respeito aos direitos das mulheres, da prevenção da violência, da denúncia e do fortalecimento da rede de apoio às vítimas.
2.4 Dessa forma, justifica-se a contratação da apresentação teatral para integrar a programação oficial da Campanha Agosto Lilás, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Paula Freitas/PR.

DESCRIÇÃO DO OBEJTO
3.1 Contratação de empresa especializada para a realização de apresentação teatral com temática voltada à prevenção, conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher, contemplando elenco, figurinos, cenários, sonorização, iluminação, equipamentos e todos os demais recursos necessários para a execução do espetáculo durante a Campanha Agosto Lilás.
A apresentação tem como objetivo promover a conscientização da população sobre a importância do combate à violência contra a mulher, fortalecendo a divulgação dos direitos das mulheres e incentivando a reflexão sobre a igualdade, o respeito e a valorização da mulher na sociedade. Além disso, busca inspirar as mulheres do município, renovando suas energias, fortalecendo sua autoestima, coragem e confiança para enfrentar os desafios do cotidiano, conquistar seus objetivos e exercer plenamente sua cidadania.
DA RAZÃO DA ESCOLHA

4.1 A contratação recaiu sobre a empresa R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.330.069/0001-53 localizada na Rua Sindicalista Antonio Elizeu Deganutti, 1018, Bairro: Bom Jardim, CEP: 87047-711, Maringá – PR ,pelo fato de que, conforme demonstrado a pesquisa de preço realizada, a empresa é um fornecedor exclusivo para aquisição desse tipo de produto necessitado, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas/PR, supracitado e por cumprir com os requisitos de Regularidade Fiscal e econômico-financeira, sendo, portanto, a melhor classificada.

DO PREÇO E DA JUSTIFICATIVA

5.1 O valor global de R$ **R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais),** é o preço praticado no mercado para este objeto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O pagamento decorrente da contratação prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:
Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CUSTEIO - Del. 007/2026

DO FORO

7.1 Fica eleito o Foro da Comarca de União da Vitória/PR, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

8. DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO
8.1. O item constante do objeto da presente Inexigibilidade a Prestação de Serviço deverá ser realizado no Centro Comunitário Paulo Almeida situada na Rua Gustavo Schwartz, nº 31, Centro, Paula Freitas/PR, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
8.2. Todas as despesas relacionadas ao transporte do Palestrante serão de responsabilidade da contratado.

MARLENE DOS SANTOS DALPRA
Secretaria Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:F4B75572

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.725/2026 – DE 15 DE JULHO DE 2026.

LEI Nº 1.725/2026 – de 15 de Julho de 2026.

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 1.580/2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Empregados Públicos Municipais de Paula Freitas/PR; cria os empregos públicos de Atendente Administrativo, Auxiliar de Escola, Assistente Social 20h e Psicopedagogo Clínico; declara em extinção o emprego público de Assistente Social 40h; promove o desmembramento e criação de cargos em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário APROVOU a seguinte LEI:
Art. 1º - Fica criado o emprego público de Atendente Administrativo 40H, Símbolo AA, no Anexo II, Quadro I dos cargos de provimento efetivo, Grupo Operacional Serviços Gerais – SG, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	NÍVEL SALARIAL
10	Atendente Administrativo 40H	AA	Ensino Médio Completo	06

Art. 2º - Fica criado o emprego público de Auxiliar de Escola 30H, Símbolo AE, no Anexo II, Quadro I dos cargos de provimento efetivo, Grupo Operacional Serviços Gerais – SG, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	NÍVEL SALARIAL
04	Auxiliar de Escola 30H	AUE	Ensino Fundamental Completo	01

Art. 3º - Fica criado o emprego público de Assistente Social 20H, Símbolo AS, no Anexo II, Quadro IV dos cargos de Provimento Efetivo, mantendo-se as mesmas atribuições já existentes da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	NÍVEL SALARIAL
04	Assistente Social 20H	ASS	Curso superior em Assistência Social e registro ativo no Conselho de Classe do Paraná	14

Art. 4º Fica declarado em extinção o emprego público de Assistente Social 40h, símbolo ASS, constante do Anexo II da Lei Municipal nº 1.580/2022, permanecendo o cargo apenas para fins de vacância.
Parágrafo único. Fica vedada a realização de concurso público, contratação ou qualquer forma de provimento para o emprego público declarado em extinção por esta Lei.
Art. 5º - Fica criado o emprego público de Psicopedagogo Clínico 20H, no Anexo II, Quadro IV dos cargos de provimento efetivo, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	NÍVEL SALARIAL
01	Psicopedagogo Clínico 20H	PSP	Curso superior em Psicopedagogia ou Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica, conforme legislação aplicável	14

Art. 6º - Inclui-se no Anexo V, atribuições de Cargos Efetivos, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, as atribuições do cargo de Atendente Administrativo:
ATENDENTE ADMINISTRATIVO
DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar atividades administrativas de atendimento ao público, recepção, protocolo, cadastro, controle documental, digitação, alimentação de sistemas informatizados,

organização de arquivos, tramitação de processos e apoio administrativo às Secretarias Municipais.
DESCRIÇÃO DETALHADA: 1. Recepcionar e atender munícipes, fornecedores, visitantes e demais usuários dos serviços públicos municipais; 2. Prestar informações e encaminhar os usuários aos setores competentes; 3. Realizar atendimento presencial, telefônico e eletrônico; 4. Efetuar recebimento, protocolo, registro, conferência, distribuição e arquivamento de documentos; 5. Executar trabalhos de digitação, digitalização e reprodução de documentos; 6. Operar computadores, impressoras, scanners, copiadoras e demais equipamentos de escritório; 7. Alimentar sistemas informatizados utilizados pela Administração Municipal; 8. Organizar e manter atualizados arquivos físicos e digitais; 9. Receber, registrar, controlar e encaminhar correspondências e documentos oficiais; 10. Auxiliar na elaboração de ofícios, memorandos, declarações, relatórios, formulários e demais documentos administrativos; 11. Efetuar lançamentos e atualizações de informações em sistemas administrativos; 12. Auxiliar no controle de agendas, compromissos e reuniões; 13. Organizar documentos e processos administrativos; 14. Auxiliar no controle de materiais de expediente e patrimônio público; 15. Auxiliar no atendimento das demandas administrativas das Secretarias Municipais; 16. Conferir documentos e informações para instrução de processos administrativos; 17. Auxiliar na coleta e organização de dados para elaboração de relatórios e demonstrativos; 18. Zelar pela guarda, conservação e sigilo dos documentos sob sua responsabilidade; 19. Cumprir normas internas, regulamentos e orientações superiores; 20. Executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo.
Área de Atuação: O ocupante do cargo poderá exercer suas atividades em qualquer órgão ou unidade da Administração Municipal.
Art. 7º - Inclui-se no Anexo V, atribuições de Cargos Efetivos, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, as atribuições do cargo de Auxiliar de Escola:
AUXILIAR DE ESCOLA
DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar atividades de apoio às unidades escolares e centros de educação infantil, auxiliando no acompanhamento de alunos, organização escolar, monitoramento do transporte escolar e apoio às atividades educacionais.
DESCRIÇÃO DETALHADA: 1. Auxiliar professores e equipe pedagógica nas atividades desenvolvidas nas unidades escolares; 2. Acompanhar alunos em atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas; 3. Auxiliar na organização e manutenção da disciplina dos alunos nos ambientes escolares; 4. Atuar como monitor do transporte escolar, acompanhando embarque, desembarque, transporte e segurança dos estudantes; 5. Zelar pela integridade física e bem-estar dos alunos durante o transporte escolar; 6. Auxiliar alunos com dificuldades de locomoção, alimentação ou necessidades específicas; 7. Orientar os estudantes quanto às normas de convivência e segurança; 8. Auxiliar na organização de materiais pedagógicos e espaços escolares; 9. Comunicar à direção escolar situações de risco, indisciplina ou necessidades observadas; 10. Auxiliar no controle de entrada e saída de alunos; 11. Participar de atividades, reuniões e treinamentos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação; 12. Executar demais atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.
Área de Atuação: O ocupante do cargo poderá executar suas funções em qualquer área da Administração.
Art. 8º - Inclui-se no Anexo V, atribuições de Cargos Efetivos, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, as atribuições do cargo de Psicopedagogo:
PSICOPEDAGOGO
DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Atuar na prevenção, avaliação, diagnóstico e intervenção dos processos de aprendizagem, promovendo acompanhamento psicopedagógico de alunos da rede municipal de ensino.
DESCRIÇÃO DETALHADA: 1. Realizar avaliação psicopedagógica institucional e individual dos alunos da rede municipal; 2. Identificar dificuldades e transtornos relacionados à aprendizagem; 3. Desenvolver estratégias de intervenção psicopedagógica visando à melhoria do desempenho escolar; 4. Elaborar pareceres, relatórios e planos de acompanhamento psicopedagógico; 5. Orientar professores, equipes pedagógicas e familiares acerca das dificuldades de aprendizagem dos alunos; 6. Desenvolver ações preventivas voltadas à inclusão e ao fortalecimento do processo ensino-aprendizagem; 7. Atuar em conjunto com equipes multidisciplinares da educação, saúde e assistência social; 8. Promover atividades e projetos voltados ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes; 9. Participar da elaboração e execução de políticas públicas educacionais relacionadas à aprendizagem; 10. Realizar encaminhamentos e acompanhar alunos junto aos serviços especializados quando necessário; 11. Participar de reuniões pedagógicas, conselhos escolares e formações continuadas; 12. Zelar pelo sigilo profissional e pela ética no exercício das funções; 13. Executar demais atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.
Área de Atuação: O ocupante do cargo poderá executar suas funções em qualquer área da Administração.
Art. 9º As atribuições do emprego público de Assistente Social 20h serão as mesmas previstas para o cargo de Assistente Social constantes do Anexo V da Lei Municipal nº 1.580/2022.
Art. 10 - Fica criado o cargo em comissão de Diretor da Casa Lar, pertencente à Secretaria de Assistência Social, Símbolo CC-4, que integrará o Anexo I, Quadro I, Diretores Municipais, dos cargos em provimento em comissão, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Vagas	Diretores	Símbolo	Remuneração
01	Diretor da Casa Lar	CC - 4	R$ 4.434,98

Art. 11 - Fica incluído o item 51) no Anexo VI da Lei Municipal nº 1.580/2022 as atribuições do cargo de Diretor da Casa Lar:
51) DIRETOR DA CASA LAR
I - Dirigir, coordenar, supervisionar e organizar os serviços administrativos, operacionais e institucionais da Casa Lar Municipal;
II - Planejar, acompanhar e fiscalizar todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Casa Lar, garantindo o adequado funcionamento da unidade de acolhimento institucional;
III - Coordenar a execução das políticas públicas de proteção social especial de alta complexidade voltadas às crianças e adolescentes acolhidos;
IV - Garantir o cumprimento das disposições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, orientações do Ministério Público, Poder Judiciário, Conselhos Tutelares e demais órgãos de controle;
V - Responder administrativamente pela unidade perante a Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI - Organizar escalas de trabalho, acompanhar frequência e supervisionar os servidores lotados na Casa Lar;
VII - Coordenar e supervisionar os serviços de cuidadores, monitores, equipe técnica, limpeza, alimentação, transporte e demais atividades necessárias ao funcionamento da unidade;
VIII - Zelar pela integridade física, psicológica e emocional das crianças e adolescentes acolhidos;
IX - Coordenar o acolhimento institucional, observando os princípios da proteção integral e prioridade absoluta;
X - Promover ambiente adequado ao desenvolvimento físico, emocional, social e educacional dos acolhidos;
XI - Acompanhar e supervisionar o fornecimento de alimentação, vestuário, medicamentos, materiais escolares, higiene e demais necessidades dos acolhidos;
XII - Coordenar a elaboração de relatórios, pareceres, estudos sociais e documentos administrativos relacionados à Casa Lar;
XIII - Responder e encaminhar ofícios, requisições, recomendações e solicitações expedidas pelo Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e demais órgãos públicos;
XIV - Participar de audiências, reuniões técnicas, capacitações e atos institucionais relacionados à proteção da criança e do adolescente;
XV - Coordenar o controle patrimonial, almoxarifado e estoque de materiais da Casa Lar;
XVI - Solicitar e acompanhar compras, contratações, fornecimentos e prestação de serviços necessários ao funcionamento da unidade;
XVII - Auxiliar na elaboração de termos de referência, estudos técnicos preliminares, pesquisas de preços e demais documentos necessários à realização de processos licitatórios relacionados à Casa Lar, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
XVIII - Fiscalizar a execução de contratos administrativos relacionados à Casa Lar, comunicando irregularidades e propondo medidas administrativas necessárias;

XIX - Coordenar a elaboração de planos de trabalho, fluxos internos, rotinas administrativas e protocolos institucionais da unidade;
XX - Promover articulação entre a Casa Lar e os serviços da rede municipal de assistência social, educação, saúde e segurança pública;
XXI - Desenvolver ações integradas com o Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Ministério Público e Poder Judiciário;
XXII - Zelar pelo sigilo das informações relativas às crianças e adolescentes acolhidos;
XXIII - Elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas e encaminhá-los à Secretaria Municipal competente;
XXIV - Exercer controle administrativo e orçamentário dos recursos destinados à Casa Lar;
XXV - Coordenar ações de capacitação e orientação dos servidores vinculados à unidade;
XXVI - Zelar pelo patrimônio público alocado na Casa Lar;
XXVII - Executar atividades administrativas no âmbito da unidade;
XXVIII - Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 12 - Fica extinto o cargo em comissão de Diretor de Contratos e Licitações, excluindo-se o respectivo cargo e atribuições dos Anexos da Lei Municipal nº 1.580/2022.
Art. 13 – Fica criado o cargo em comissão de Diretor de Licitações, Pertencente a Secretaria de Administração, Símbolo CC-4, que integrará o Anexo I, Quadro I, Diretores Municipais, dos cargos em provimento em comissão, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Vagas	Diretores	Símbolo	Remuneração
01	Diretor de Licitações	CC - 4	R$ 4.434,98

Art. 14 - Inclui-se o item 18 no Anexo VI, Atribuições dos Cargos Comissionados:
18) DIRETOR DE LICITAÇÕES
I - Dirigir e coordenar a fase preparatória das licitações, garantindo a conformidade dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termos de Referência (TR);
II - Assessorar o Secretário de Administração no planejamento anual de compras e na consolidação do Plano de Contratações Anual (PCA);
III - Supervisionar a elaboração de editais, avisos e atos convocatórios, observando as modalidades e critérios de julgamento da Lei 14.133/2021;
IV - Dirigir a instrução dos processos de contratação direta (dispensas e inexigibilidades);
V - Coordenar a atuação dos Agentes de Contratação, Equipes de Apoio e Comissões de Contratação;
VI - Supervisionar o acompanhamento das publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios oficiais;
VII - Analisar e encaminhar para resposta impugnações e pedidos de esclarecimento relativos aos editais;
VIII - Fornecer subsídios e indicadores de desempenho sobre a celeridade e economicidade dos processos licitatórios;
IX - Verificar a necessidade de capacitação contínua dos servidores em temas de compras públicas e novas tecnologias;
X - Garantir a observância do princípio da segregação de funções dentro do fluxo de licitação.
Art. 15 – Fica criado o cargo em comissão de Diretor de Contratos, Pertencente a Secretaria de Administração, Símbolo CC-4, que integrará o Anexo I, Quadro I, Diretores Municipais, dos cargos em provimento em comissão, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Vagas	Diretores	Símbolo	Remuneração
01	Diretor de Contratos	CC - 4	R$ 4.434,98

Art. 16 - Fica incluído o item 52) no Anexo VI da Lei Municipal nº 1.580/2022 as atribuições do cargo de Diretor de Contratos:
52) DIRETOR DE CONTRATOS
I - Dirigir e coordenar a elaboração de contratos, termos aditivos, apostilamentos, convênios e termos de cooperação;
II - Supervisionar o gerenciamento das Atas de Registro de Preços e o controle dos saldos remanescentes;
III - Coordenar e orientar os Fiscais e Gestores de Contratos designados, assegurando que a execução contratual siga fielmente o pactuado;
IV - Dirigir o processamento de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes, acréscimos e supressões;
V - Supervisionar a instrução de processos administrativos para aplicação de sanções contratuais em caso de inadimplemento;
VI - Orientar a recepção e análise de garantias contratuais e apólices de seguro-garantia;
VII - Dirigir os procedimentos de recebimento provisório e definitivo de objetos, obras ou serviços;
VIII - Monitorar a regularidade fiscal dos contratados durante toda a vigência dos instrumentos;
IX - Analisar as recomendações dos pareceres jurídicos e do controle interno relativos à execução contratual;
X - Gerenciar o encerramento e a prestação de contas dos contratos, convênios e parcerias.

Art. 17 - Fica extinto o cargo em comissão de Coordenador de Cultura e Desporto, excluindo-se o respectivo cargo e atribuições dos Anexos da Lei Municipal nº 1.580/2022.
Art. 18 – Fica criado o cargo em comissão de Coordenador de Cultura, Pertencente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Símbolo CC-5, que integrará o Anexo I, Quadro I, Coordenadores Municipais, dos cargos em provimento em comissão, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Vagas	Coordenadores	Símbolo	Remuneração
01	Coordenador de Cultura	CC - 5	R$ 2.423,42

Art. 19 - Fica incluído o item 41) no Anexo VI da Lei Municipal nº 1.580/2022 as atribuições do cargo de Coordenador de Cultura:
41) COORDENADOR DE CULTURA
I - Coordenar, controlar e dirigir programas e atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural e à economia criativa local;
II - Coordenar a execução de políticas de preservação, conservação e restauro do patrimônio histórico, artístico, documental e paisagístico do Município;
III - Formular e implementar editais de fomento e apoio a entidades culturais e artistas locais, gerindo a aplicação de leis de incentivo (como a Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc);
IV - Gerir a política municipal de arquivos, bibliotecas e museus, garantindo a digitalização e o pleno acesso do público ao acervo;
V - Organizar o calendário oficial de eventos culturais, festivais e celebrações tradicionais do centro urbano e da zona rural;
VI - Promover a integração da cultura com a rede de ensino municipal, incentivando a formação de novos talentos e a educação patrimonial;
VII - Supervisionar a manutenção e a ocupação dos espaços culturais públicos (teatros, centros culturais e praças);
VIII - Assessorar o Conselho Municipal de Cultura e apoiar a elaboração e execução do Plano Municipal de Cultura.
Art. 20 - Cria-se o cargo em comissão de Coordenador de Desporto, Pertencente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Símbolo CC-5, que integrará o Anexo I, Quadro I, Coordenadores Municipais, dos cargos em provimento em comissão, da Lei Municipal nº 1.580 de 06 de julho de 2022, que passará a ter a seguinte redação:

Vagas	Coordenadores	Símbolo	Remuneração
01	Coordenador de Desporto	CC - 5	R$ 2.423,42

Art. 21 - Fica incluído o item 53) no Anexo VI da Lei Municipal nº 1.580/2022 as atribuições do cargo de Coordenador de Desporto:
53) COORDENADOR DE DESPORTO
I - Coordenar e dirigir programas de práticas esportivas, recreativas e de lazer, com foco na promoção da saúde e integração social;
II - Planejar e supervisionar a execução de competições esportivas amadoras, escolares e de alto rendimento no Município;
III - Coordenar a implantação, reforma e manutenção de equipamentos esportivos (ginásios, quadras, campos, pistas de caminhada e academias ao ar livre);
IV - Implementar políticas de incentivo ao esporte para grupos específicos, incluindo crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência (Paradesporto);
V - Formular parcerias com clubes, ligas esportivas e associações de bairro para a descentralização das atividades de lazer;

VI - Gerir a concessão de bolsas ou auxílios para atletas que representam o município em competições externas;
VII - Promover eventos de lazer itinerante nas comunidades rurais e bairros periféricos, garantindo o acesso democrático ao esporte;
VIII - Coordenar a utilização das praças esportivas por entidades terceiras, zelando pelo cumprimento de normas de segurança e conservação.
Art. 22 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal/PR, 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:B78145E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.445/2026 – DE 15 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigo 9, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1.° Inciso II, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**	
UNIDADE	**07.02**	**FUNDO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**	
ATIVIDADE	12.361.0006.2.015	*Remuneração de Profissionais de Ensino Fundamental - FUNDEB*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.1101	Contratação por tempo determinado	50.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.1101	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	280.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.13.00.1101	Contribuições Patronais	70.000,00
ÓRGÃO	**08.00**	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
UNIDADE	**08.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
ATIVIDADE	10.301.0009.2.025	*Manutenção das Ações de Saúde Pública*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.12026	Material de consumo	250.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.22026	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o excesso de arrecadação da fonte 12026 no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), fonte 22026 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) e fonte 1101 no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:3F06B556

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026

Contrato nº 04/2026
Dispensa de Licitação nº 05/2026
Processo Administrativo nº 06/2026
Contratante: Câmara Municipal de Paulo Frontin
Contratada: Serralheria RD Ltda
CNPJ: 63.070.187/0001-10
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de portas em vidro temperado, porta automática com acionamento eletrônico, fechaduras eletrônicas, sistema de trava eletromagnética, ferragens e demais acessórios necessários à modernização das dependências da Câmara Municipal de Paulo Frontin.
Valor total: R$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)
Dotação: 4.4.90.52.00.00.00.00
Prazo: 45 (quarenta e cinco) dias
Foro: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin (PR), 13 de julho de 2026.

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:F8EC5CA6

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

Contrato nº 05/2026
Dispensa de Licitação nº 06/2026
Processo Administrativo nº 08/2026
Contratante: Câmara Municipal de Paulo Frontin
Contratada: Mario Krestski
CNPJ: 18.825.296/0001-45
Objeto: Contratação de empresa para a fabricação, fornecimento e instalação de móveis planejados destinados à cozinha da Câmara Municipal de Paulo Frontin.
Valor total: R$ 18.140,00 (dezoito mil, cento e quarenta reais)
Dotação: 4.4.90.52.00.00.00.00
Prazo: 45 (quarenta e cinco) dias
Foro: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin (PR), 14 de julho de 2026.

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:6540C8FA

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026.

VALOR TOTAL: R$ 81.000,00 (OITENTA E UM MIL REAIS).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA COM APOIO TÉCNICO ÀS FUNÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, ABRANGENDO A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, MANUAIS DE PROCEDIMENTOS, FLUXOGRAMAS, MATRIZES DE RISCOS, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E AUDITORIA NAS FOLHAS DE PAGAMENTO, CONFORME DEMANDA ORIGINADA NO PARECER JURÍDICO Nº 079/2026.

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo se encontra devidamente instruído com a Documentação de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Preços e demais peças técnicas, em conformidade com o Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a justificativa técnica que demonstra a necessidade urgente de correção de inconsistências na folha de pagamento e estruturação de controles internos, suprindo a lacuna de quadro técnico especializado no Município;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria do Município (06/07/2026), favorável à legalidade do procedimento, reconhecendo a**Inexigibilidade**com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei 14.133/2021, em razão da notória especialização da empresa TIHARA SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA e da singularidade do objeto;
CONSIDERANDO a compatibilidade do preço ofertado (R$ 13.500,00 / mês, total de R$ 81.000,00) com os valores praticados pela própria contratada em contratações semelhantes, justificado na forma do art. 23, § 4º, da Lei 14.133/2021;
CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária (02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.39 e 02.008.20.606.0008.2033.3.3.90.39), conforme Parecer Contábil.
RESOLVO, com fulcro no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZAR**a realização da despesa e a contratação direta, por meio de**Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei 14.133/2021, determinando a contratação da empresa**TIHARA SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA**(CNPJ nº 14.450.661/0001-23), observando-se a vedação à subcontratação e a manutenção das certidões de regularidade.

Paulo Frontin-PR, 06 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:1EA8F9FD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 35/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 35/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 16/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin/PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:CENTRO SUL ARBITRAGEM LTDA, CNPJ 40.725.803/0001-28, com sede na Rua Agenor Soares Bomfim, nº 80, Bairro Lagoa, Irati/PR, CEP 84.504-745, representada por seu Sócio-Administrador, Sr. ELCIO DE JESUS FERNANDES, CPF nº030.xxx.xxx-52.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin/PR, nas modalidades de Futsal, Voleibol, Futebol de Campo, Futebol Suíço/Sete e Bocha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços Ajustada, que integram o contrato.
VALOR TOTAL: R$ 95.500,00 (noventa e cinco mil e quinhentos reais), com pagamento proporcional aos jogos efetivamente realizados, conforme preços unitários constantes no contrato.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Parcelado e sob demanda, durante o prazo de vigência, conforme cronograma de eventos fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:14 de julho de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I. Organograma: 02.004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETÁRIO DE CULTURA E DESPORTOS; Máscara: 02.004.12.361.0012.2036.3.3.90.39.00;
II. Organograma: 02.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS; Máscara: 02.004.12.392.0012.2019.3.3.90.39.00.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:FEA7F0F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2026

PORTARIA Nº 161/2026

O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea “A”, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE
Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais lotados nas Secretarias do Poder Executivo, dispostos nos itens a seguir:

WELINTON LUIZ GIOVANONI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 1104, referente ao período aquisitivo de **15/05/2025 a 14/05/2026**, com **15 (quinze) dias de gozo** compreendidos entre os dias **20/07/2026 a 03/08/2026**, devendo retornar às suas atividades laborais regulares no dia **04 de agosto de 2026** (terça-feira).
PATRICIA SZNICER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 975, referente ao período aquisitivo de **05/02/2025 a 04/02/2026**, com **05 (cinco) dias de gozo** compreendidos entre os dias **20/07/2026 a 24/07/2026**, devendo retornar às suas atividades laborais regulares no dia **27 de julho de 2026** (segunda-feira).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada servidor.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 14 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:0340BBF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162/2026

PORTARIA Nº 162/2026

Sumula: Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares ao servidor JULIO CESAR TROJAN e dá outras providências

O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei 1.375 de 31 de maio de 2023, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea ”a”, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 1.375/2023, que prevê a concessão de licença para tratar de assuntos

particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração;
CONSIDERANDO o requerimento regularmente apresentado pelo servidor JULIO CESAR TROJAN, devidamente instruído e com a concordância do setor competente;
CONSIDERANDO a conveniência, a oportunidade e o interesse da Administração Pública Municipal, devidamente autorizada pelo Chefe do Poder Executivo;
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares ao servidor **JULIO CESAR TROJAN**, Matrícula nº **636**, inscrito no CPF sob nº **xxx.xxx.189-15**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**.
Art. 2º. A referida licença dar-se-á pelo período de **01 (um) ano**, iniciando-se em **16/07/2026** e com término previsto para **15/07/2027**, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia **16/07/2027**, em conformidade com o que estabelece a legislação municipal em vigor.
Art. 3º. Durante o prazo da licença, o contrato de trabalho permanecerá suspenso, não havendo a prestação de serviços nem o pagamento de qualquer remuneração ao servidor por parte da municipalidade.
Art. 4º. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço público devidamente justificado pela Administração, nos termos do § 1º do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.375/2023.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de julho de 2026.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:93BFBB43

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164/2026

PORTARIA Nº 164/2026

DEFERE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 84/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Ofício nº 019/2026 – CPSPAD, de 29 de junho de 2026, por meio do qual a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, instituída pelo Decreto Municipal nº 538/2026, requereu a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 84/2026;
CONSIDERANDO que ainda remanescem diligências indispensáveis ao completo esclarecimento dos fatos investigados, especialmente a apreciação de elementos probatórios, a realização e conclusão das oitivas ainda pendentes e a adoção de diligências complementares necessárias ao pleno convencimento da Comissão;
CONSIDERANDO que a prorrogação requerida é imprescindível para assegurar a adequada instrução do procedimento, em observância aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da busca da verdade material, da eficiência e do interesse público;
CONSIDERANDO que a Comissão registrou permanecer pendente de apreciação requerimento anterior, relativo à revisão da Portaria instauradora, com a finalidade de adequar o prazo do procedimento aos parâmetros estabelecidos na legislação municipal, sem prejuízo da validade dos atos já praticados;
CONSIDERANDO que a Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que *"o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa"*;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública e a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para deliberar sobre o pedido,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica DEFERIDO o pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD e, por consequência, PRORROGADO por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 84/2026.
Art. 2º. O prazo de que trata o art. 1º será contado a partir do término do prazo anteriormente fixado, sem prejuízo da validade dos atos até então praticados, que ficam integralmente ratificados.
Art. 3º. Caberá à Comissão concluir a instrução processual e elaborar o respectivo relatório final dentro do prazo ora prorrogado.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito do Município de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:37BF7B0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165/2026

PORTARIA Nº 165/2026

DEFERE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 78/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Ofício nº 020/2026 – CPSPAD, de 29 de junho de 2026 (Processo Fly nº 0697.002.042.0000002/2026), por meio do qual a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, instituída pelo Decreto Municipal nº 538/2026, requereu a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 78/2026, a fim de possibilitar o encerramento da instrução processual e a elaboração do respectivo relatório conclusivo;
CONSIDERANDO que, no decorrer dos trabalhos, constatou-se imprescindível a solicitação de documentação complementar e a apreciação de elementos probatórios adicionais indispensáveis ao completo esclarecimento dos fatos investigados, bem como a realização de diligências complementares necessárias à formação do convencimento da Comissão e à adequada instrução do feito;
CONSIDERANDO que a prorrogação requerida é indispensável para assegurar a regular, completa e efetiva apuração dos fatos, em observância aos princípios da legalidade, da busca da verdade material, da eficiência, do devido processo legal e do interesse público;
CONSIDERANDO que a Comissão já protocolou pedido anterior de prorrogação, o qual permanece pendente de apreciação, requerendo-se a análise conjunta dos pleitos, de modo a garantir a continuidade regular dos trabalhos e a segurança jurídica do procedimento;
CONSIDERANDO que a Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que *"o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa"*;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública e a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para deliberar sobre o pedido,
RESOLVE:

Art. 1º. Fica DEFERIDO o pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD e, por consequência, PRORROGADO por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 78/2026.
Art. 2º. O prazo de que trata o art. 1º será contado a partir do término do prazo anteriormente fixado, sem prejuízo da validade dos atos até então praticados, que ficam integralmente ratificados.
Art. 3º. Caberá à Comissão encerrar a instrução processual e elaborar o respectivo relatório conclusivo dentro do prazo ora prorrogado.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito do Município de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C77D0BC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 166/2026

PORTARIA Nº 166/2026

DEFERE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 76/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Ofício nº 018/2026 – CPSPAD, de 29 de junho de 2026 (Processo Fly nº 0697.002.042.0000001/2026), por meio do qual a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, instituída pelo Decreto Municipal nº 538/2026, requereu a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 76/2026;
CONSIDERANDO que, conforme exposto pela Comissão, ainda remanescem diligências indispensáveis ao completo esclarecimento dos fatos investigados, especialmente a expedição de ofícios para obtenção de informações e documentos complementares, a análise da documentação ainda pendente, a apreciação de elementos probatórios, a realização e conclusão das oitivas e a adoção de diligências complementares;
CONSIDERANDO que a prorrogação requerida se mostra imprescindível para assegurar a adequada instrução do procedimento, em observância aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da busca da verdade material, da eficiência e do interesse público, evitando-se a conclusão prematura da apuração sem o esgotamento das medidas instrutórias pertinentes;
CONSIDERANDO que a Comissão registrou permanecer pendente de apreciação requerimento anterior, relativo à revisão da Portaria instauradora, com a finalidade de adequar o prazo do procedimento aos parâmetros estabelecidos na legislação municipal, sem prejuízo da validade dos atos já praticados;
CONSIDERANDO que a Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que *"o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa"*;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública e a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para deliberar sobre o pedido,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica DEFERIDO o pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD e, por consequência, PRORROGADO por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de Sindicância nº 76/2026.
Art. 2º. O prazo de que trata o art. 1º será contado a partir do término do prazo anteriormente fixado, sem prejuízo da validade dos atos até então praticados, que ficam integralmente ratificados.
Art. 3º. Caberá à Comissão concluir a instrução processual e elaborar o respectivo relatório final dentro do prazo ora prorrogado.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito do Município de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:ED2ED538

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2026

PORTARIA Nº 167/2026

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR A NÃO LOCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, DESIGNA A COMISSÃO RESPONSÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Memorando nº 012/2026, de 15 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, por meio do qual foi noticiada a não localização da documentação contábil referente ao exercício de 2017;
CONSIDERANDO que, durante os trabalhos de organização e conferência dos arquivos contábeis (empenhos, liquidações, ordens de pagamento, notas fiscais, comprovantes de pagamento e documentos correlatos), não foram localizadas as pastas com a documentação do exercício de 2017, inexistindo, ainda, qualquer registro no sistema contábil e no Portal da Transparência do Município quanto ao referido exercício;
CONSIDERANDO que a ausência de documentação contábil de exercício financeiro constitui fato que reclama apuração, para o esclarecimento das circunstâncias, a localização dos documentos e a identificação de eventual responsabilidade funcional;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 29 da Lei Municipal nº 928, de 21 de agosto de 2013 (Regime Disciplinar dos Servidores Públicos Municipais), a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa;
CONSIDERANDO que os arts. 31, 35, 37 e 38 da Lei Municipal nº 928/2013 disciplinam a sindicância, a composição da comissão apuratória e os prazos de apuração;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público, bem como o poder-dever de autotutela da Administração,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica INSTAURADA Sindicância Administrativa destinada a apurar a não localização da documentação contábil referente ao exercício de 2017 do Município de Paulo Frontin, abrangendo empenhos, liquidações, ordens de pagamento, notas fiscais, comprovantes de pagamento e demais documentos correlatos, bem como as circunstâncias do fato e eventual responsabilidade funcional, na forma noticiada pelo Memorando nº 012/2026.
Art. 2º. A apuração ficará a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, instituída pelo Decreto Municipal nº 538/2026, à qual competirá conduzir os trabalhos com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos.

Art. 3º. A Comissão terá amplos poderes instrutórios, podendo promover diligências, requisitar documentos e informações a órgãos e servidores municipais, ouvir testemunhas e eventuais envolvidos e adotar as demais providências necessárias ao esclarecimento dos fatos.
Art. 4º. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Portaria, admitida a prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do art. 38 da Lei Municipal nº 928/2013.
Art. 5º. Concluída a instrução, a Comissão elaborará relatório conclusivo, opinando pelo arquivamento, pela aplicação da penalidade cabível ou pela instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 31 da Lei Municipal nº 928/2013, submetendo-o à apreciação desta autoridade.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:48F31541

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 67/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 12/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE 12/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 67/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 12/2026

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA COM APOIO TÉCNICO ÀS FUNÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, ABRANGENDO ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, MANUAIS DE PROCEDIMENTOS, FLUXOGRAMAS, MATRIZES DE RISCOS E AUDITORIA NA FOLHA DE PAGAMENTO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO apresentam a justificativa para a contratação direta por inexigibilidade, diante da necessidade premente de corrigir inconsistências graves na folha de pagamento (duplicidades e retenções incorretas – Parecer Jurídico nº 079/2026) e estruturar controles internos para atender às exigências do TCE/PR e da Lei 14.133/2021. A ausência de quadro técnico próprio inviabiliza a execução direta, expondo o erário a riscos. A solução recai sobre a empresa TIHARA SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA, cuja notória especialização restou comprovada por atestados de diversos entes públicos (Peabiru, Marialva, Cambira, Presidente Castelo Branco e Ivaí) e pela qualificação do responsável técnico (Bacharel em Direito, Pós-graduado em Licitações e Direito Constitucional e CRC/PR). O preço ofertado (R$ 13.500,00 / mês, total de R$ 81.000,00) é compatível com a média praticada pela própria contratada em contratos semelhantes (Pinhão, Ivaí, Jussara e São Pedro do Paraná), nos termos do art. 23, § 4º, da Lei 14.133/2021. Diante da manifestação favorável da Procuradoria Jurídica (06/07/2026), resta justificada a contratação por inexigibilidade, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "c", c/c §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude da singularidade do objeto e da notória especialização do contratado, sendo inviável a competição.

Paulo Frontin-PR, 15 de julho de 2026.

ASSUNTO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA COM APOIO TÉCNICO ÀS FUNÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, ABRANGENDO ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, MANUAIS DE PROCEDIMENTOS, FLUXOGRAMAS, MATRIZES DE RISCOS E AUDITORIA NA FOLHA DE PAGAMENTO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO apresentam a justificativa para a contratação direta por inexigibilidade, diante da necessidade premente de corrigir inconsistências graves na folha de pagamento (duplicidades e retenções incorretas – Parecer Jurídico nº 079/2026) e estruturar controles internos para atender às exigências do TCE/PR e da Lei 14.133/2021. A ausência de quadro técnico próprio inviabiliza a execução direta, expondo o erário a riscos. A solução recai sobre a empresa TIHARA SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA, cuja notória especialização restou comprovada por atestados de diversos entes públicos (Peabiru, Marialva, Cambira, Presidente Castelo Branco e Ivaí) e pela qualificação do responsável técnico (Bacharel em Direito, Pós-graduado em Licitações e Direito Constitucional e CRC/PR). O preço ofertado (R$ 13.500,00 / mês, total de R$ 81.000,00) é compatível com a média praticada pela própria contratada em contratos semelhantes (Pinhão, Ivaí, Jussara e São Pedro do Paraná), nos termos do art. 23, § 4º, da Lei 14.133/2021. Diante da manifestação favorável da Procuradoria Jurídica (06/07/2026), resta justificada a contratação por inexigibilidade, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "c", c/c §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude da singularidade do objeto e da notória especialização do contratado, sendo inviável a competição.

Paulo Frontin-PR, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:150A4AE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CAUTELAR DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CAUTELAR DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo nº 24/2026
Credenciamento nº 007/2026
Contrato Administrativo nº 45/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE/PR torna público que foi **REVOGADA** a decisão administrativa que determinou a suspensão cautelar da execução do Contrato Administrativo nº 45/2026, celebrado com a empresa **ENGEMATSU PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES LTDA.**, CNPJ nº 23.144.005/0001-93.
A revogação decorre da decisão proferida nos Autos nº **0000458-02.2026.8.16.0061**, da Vara Criminal da Comarca de Capanema/PR, que revogou a medida cautelar de suspensão de contratação com o Poder Público exclusivamente em relação às pessoas jurídicas **Engematsu Peças e Serviços para Tratores Ltda.** e **Westractor Peças e Serviços para Tratores Ltda.**, determinando o levantamento das restrições anteriormente impostas e a exclusão das empresas do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
Em razão da revogação da medida cautelar judicial que motivou a suspensão administrativa, fica **restabelecida a execução do Contrato Administrativo nº 45/2026**, observadas as condições originalmente pactuadas.
Pérola D'Oeste/PR, 15 de julho de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Aparecida Oliveira de Souza
Código Identificador:DC3AA0CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRETO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2026
UASG: 929553

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas da Câmara Municipal de Piên, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Modalidade de Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço.
Homologação: 07 de julho de 2026,
Local: Plataforma eletrônica: www.gov.br/compras/pt-br
Empresa vencedora: MEP PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 14.240.056/0001-28
Câmara Municipal de Piên/PR, 14 de julho de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:863753D4

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 09/2026

Súmula: "Concede Avanço horizontal ao servidor Gilson Hilgenstieler".

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal ao servidor Gilson Hilgenstieler, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, inscrito no RG. nº 23XXXXX-SC, referente ao período de julho de 2024 a julho de 2026, conforme art. 18 da Lei 1341/2018 e Resolução 04/2018.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2026, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Câmara Municipal de Piên, 14 de julho de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:C943936D

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 10/2026

Súmula: "Define o período de férias dos servidores que especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Define o período de férias dos servidores abaixo nominados:

Servidores	Data inicial	Data final
Gizele De Fatima Santos Casagrande	20/07/2026	29/07/2026
Mauricio da Cruz	20/07/2026	29/07/2026
Soeli Wendrechovski	20/07/2026	29/07/2026

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Câmara Municipal de Piên, Paraná, em 14 de julho de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:C736E6BC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Ementa: Institui o Programa "Cine Câmara" no âmbito da Câmara Municipal de Piên e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais **APROVOU**, e eu, PRESIDENTE promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Piên, o Programa **"Cine Câmara"**.
Parágrafo único. O programa a que se refere o caput deste artigo será executado no Plenário da Câmara Municipal de Piên.
Art. 2º O Programa "Cine Câmara" terá como objetivo oferecer ao Município de Piên um espaço gratuito e público para a exibição de filmes de curta e longa duração, bem como a apresentação de documentários.
§ 1º Para atender ao disposto no caput deste artigo, a Câmara Municipal disponibilizará materiais audiovisuais e projetores de imagens.
§ 2º Os audiovisuais a serem exibidos deverão voltar-se para as seguintes temáticas:
I – cidadania;
II – ciência;
III – cultura;
IV – educação;
V – geografia; e
VI – história.
§ 3º É expressamente vedada a apresentação de qualquer material que não seja permitido para menores de 18 (dezoito) anos.
Art. 3º O Programa "Cine Câmara" dividir-se-á em **"Cinema Escola"** e **"Cinema Popular"**.
Art. 4º O **"Cinema Escola"** consistirá em sessões voltadas para alunos das instituições de ensino público e privado do Município.
§ 1º Para ter acesso ao programa, as instituições de ensino mencionadas no caput deste artigo deverão inscrever-se junto à Câmara Municipal.
§ 2º O material audiovisual a ser exibido será escolhido pela Câmara Municipal, com o auxílio das instituições, observando conteúdo que

atenda às propostas pedagógicas e curriculares das escolas e aos objetivos desta Resolução.
§ 3º As sessões de que trata este artigo acontecerão em data e horário previamente agendados pelas escolas ou instituições interessadas junto à Câmara Municipal.
§ 4º As escolas ou instituições deverão designar, no mínimo, dois profissionais da educação para acompanhar seus educandos durante as sessões.
§ 5º Ao final de cada exibição, sempre que possível, deverá ocorrer um momento de reflexão e discussão sobre o conteúdo do material apresentado.
Art. 5º O **"Cinema Popular"** consistirá em sessões abertas ao público, voltadas para qualquer cidadão.
§ 1º A Câmara Municipal poderá, se necessário, disponibilizar aos cidadãos vale-entrada gratuito para possibilitar o acesso às sessões, podendo, ainda, limitar o número de vales-entrada conforme a capacidade de lotação e para garantia da ordem no recinto.
§ 2º O vale-entrada será retirado na Câmara Municipal, com antecedência, mediante cadastro individual, sempre gratuitamente.
§ 3º O material audiovisual a ser exibido deverá ser proposto pela própria Câmara Municipal, observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Resolução.
§ 4º As sessões de que trata este artigo acontecerão em data e horário previamente agendados e divulgados, não podendo ultrapassar as 22h (vinte e duas horas).
Art. 6º Todas as sessões do Programa "Cine Câmara" deverão respeitar o limite máximo de lotação do Plenário da Câmara Municipal de Piên.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

ALDO RUI ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:DD61E5CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°230 DE 15 DE JULHO DE 2026

DECRETO N.º 230 DE 15 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 81.587,07.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 81.587,07, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2351	0102 Fundeb 40%	31.838,30
12.365.9.2.22	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2531	1039 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	32.784,06
	SUBTOTAL	64.622,36
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.001	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.12.2.28	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
3182	0830 Repasse Estadual - FEDIM - Rede Prot Del 04.2024	5.364,71
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3212	0830 Repasse Estadual - FEDIM - Rede Prot Del 04.2024	600,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3262	0830 Repasse Estadual - FEDIM - Rede Prot Del 04.2024	11.000,00
	SUBTOTAL	16.964,71
	TOTAL	81.587,07

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....81.587,07

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	Fonte 102 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	31.838,30
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	Fonte 1039 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	32.784,06
	TOTAL	64.622,36

2. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
830	Repasse Estadual - FEDIM - Rede Prot Del 04.2024	16.964,71
	TOTAL	16.964,71

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....81.587,07
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:0CCDB20A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 229, DE 15 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 229, DE 15 DE JULHO DE 2026.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de motorista, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên ao servidor público Vilson Genésio Ziemmer, inscrito no CPF sob nº 601.xxx.xxx-72 e matrícula 114871.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:07E6BE13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 231, DE 15 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 231, DE 15 DE JULHO DE 2026.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso VI da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de Técnico em Enfermagem, em razão do falecimento da servidora Elizabete Olinek dos Santos, inscrita no CPF sob nº 858.xxx.xxx-53, e matrícula 4766152, a contar de 09 de julho de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:33BB724E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 032/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

TESTE SELETIVO Nº 01/2025
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 032/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 - Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:
Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **16 de julho de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Médico temporário

Classificação	Nome do Candidato
23º	HELOIZE SCHULTZ MACHADO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:E29A3ECA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 033/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 033/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **16 de julho de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação	Nome do Candidato
21º	ROBERTA ELOUIZA LACERDA BAIL

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:2606D4CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 900, DE 14 JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 900, DE 14 JULHO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 13 de julho a 27 de julho de 2026, à servidora pública **CLEIA MARIA MACHADO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF 034.***.***-** e matrícula funcional 384581, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado de acompanhamento apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 14 de julho de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:BDAC15AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 902, DE 14 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 902, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **MAICON GROSSKOPF**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Conhecer o processo de destinação final de resíduos	20/07 e 21/07/2026	Chapecó/SC	2(duas)	R$ 287,00	7003/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 14 de julho de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:800D6E5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 903, DE 14 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 903, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para Servidor(a) Público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora pública **SABRINA DE FATIMA RECK DOS SANTOS BINECK**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-14 matrícula funcional 4766175, ocupante do cargo público de agente político de **Secretária de Governo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Conhecer o processo de destinação final de resíduos	20/07 e 21/07/2026	Chapecó/SC	2(duas)	R$ 287,00	7002/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:48382EF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 904, DE 14 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 904, DE 14 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **GRAZIELE GROSSKOPF,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-** matrícula funcional 4766375, ocupante do cargo público de agente político de **Secretária de Desenvolvimento Econômico,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Conhecer o processo de destinação final de resíduos	20/07 e 21/07/2026	Chapecó/SC	2(duas)	R$ 287,00	7009/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data,

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 14 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DC1596FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 906, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 906, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 10 de julho a 24 de julho de 2026, à servidora pública **BIANCA ADELITA DE LIMA DA COSTA** portadora da cédula de

identidade civil com RG nº 9.***.***.*/PR e matrículas funcionais 11631/ 11632, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado de acompanhamento apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C2C485B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 907, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 907, DE 15 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 11 de agosto a 20 de agosto de 2026, a servidora **ANA CAROLINA PIRES ROCKENBACH** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9*******/PR matrícula funcional nº 4766271, ocupante do cargo Público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Vigilância em Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 15 de julho de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F97AB58C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais elétricos destinados para manutenção da rede de iluminação pública do Município. **Entrega das propostas**: a partir 17/07/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 29/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 15 de julho de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:381107F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kits de lanches destinados aos pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e seus acompanhantes, quando necessário, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. **Entrega das propostas**: a partir 17/07/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 30/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 15 de julho de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:3D837950

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **30/07/2026, às 09:00 horas**, na Sala de Licitações, abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação social, divulgação institucional ao Município de Pinhal de São Bento/PR.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, localizada na Avenida São Roque, 178, Centro.

PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO DO(A) REPRESENTANTE DA LICITANTE: Até às 09h00min (horário de Brasília) do dia 30/07/2026.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA: Dia 30/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 15/07/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:82CC6D82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)
COMPRASGOV 985495 - 4/2026

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **03/08/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Aquisição de produtos e equipamentos de limpeza hospitalar para uso da Secretaria Municipal de Saúde".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/08/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 15/07/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:5961B5E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 128/2026

DECRETO 128/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 14 de Julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2A219751

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 129/2026

DECRETO 129/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial da Lei nº 1.152/2026 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$808.000,00 (Oitocentos e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE CULTURA E TURISMO			
002	DEPARTAMENTO DE ENSINO			
13.392.1301.11.45	RESOLUÇÃO Nºº09/2026 SEEC-PROGRAMA APOIO AOS MUNICIPÍOS CRIATIVOS DO PARANA 2ªEDIÇÃO.			
04521	44.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	452	808.000,00
	Total.....			808.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos por excesso da receita 2.4.2.9.99.0.1.06.00.00.00.00.
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 14 de Julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7EDD6A00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1.292/2026

DECRETO Nº 1.292/2026

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Regime de Adiantamento destinado à realização de despesas emergenciais com abastecimento de combustível e pequenos reparos em veículos oficiais durante viagens a serviço, nos termos da Lei Municipal nº 1.139, de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente o art. 68 e 69, e normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º – Da instituição do regime

Fica instituído, no âmbito da Administração Pública do Município de Pinhal de São Bento, o Regime de Adiantamento destinado, exclusivamente, à cobertura de despesas emergenciais e de pronto pagamento decorrentes de viagens oficiais realizadas por servidores públicos efetivos, ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos, membros de conselhos municipais e empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, quando em atividade de interesse da Administração Pública.
Parágrafo único. O Regime de Adiantamento também poderá ser utilizado para atender despesas emergenciais e de pronto pagamento indispensáveis ao regular funcionamento das Secretarias Municipais, desde que devidamente justificadas pelo respectivo Secretário Municipal, demonstrada a impossibilidade de adoção do procedimento ordinário de contratação ou pagamento e observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.139/2026 e deste Decreto.

Art. 2º-A – Das Despesas Autorizadas
O Regime de Adiantamento destina-se exclusivamente ao atendimento de despesas emergenciais e de pronto pagamento durante viagens oficiais, compreendendo:
I – abastecimento emergencial de veículos oficiais, quando comprovadamente inviável a utilização de contrato administrativo ou sistema de abastecimento vigente;
II – serviços emergenciais de borracharia e pequenos reparos indispensáveis à continuidade da viagem;
III – outras despesas excepcionais e imprevisíveis, desde que indispensáveis à continuidade da missão oficial e previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Finanças.
Parágrafo único. As despesas deverão ser devidamente comprovadas mediante documento fiscal idôneo emitido em nome do Município de Pinhal de São Bento, contendo o respectivo CNPJ 95.590.832/0001-11.

Art. 3º – Da vedação
É expressamente vedado o uso do regime de adiantamento para:
I – despesas cobertas por diárias;
II – despesas ordinárias de manutenção preventiva;
III – despesas de caráter continuado ou previsível;
IV – qualquer despesa sem vínculo direto com a viagem autorizada.

Art. 4º – Da conta bancária
I – Os recursos do regime de adiantamento serão movimentados exclusivamente em conta bancária de titularidade do Município de Pinhal de São Bento – PR, vinculada ao CNPJ 95.590.832/0001-11 da entidade;
II – A conta será utilizada exclusivamente para movimentação dos valores destinados a adiantamentos;
III – A movimentação financeira será realizada exclusivamente pelo Secretário Municipal de Finanças, prefeito municipal.

Art. 5º – Da Dotação Orçamentária e do Empenho
As despesas decorrentes da concessão do Regime de Adiantamento correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada Secretaria Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 1º A concessão do adiantamento será empenhada, preferencialmente, na natureza de despesa 3.3.90.36.96.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física – Pagamento Antecipado, destinada à transferência de recursos ao servidor suprido responsável pela aplicação e posterior prestação de contas.
§ 2º A classificação da natureza de despesa prevista no § 1º refere-se exclusivamente ao procedimento de concessão do adiantamento, não alterando a natureza econômica das despesas efetivamente realizadas, que deverão guardar estrita observância às hipóteses autorizadas neste Decreto.
§ 3º O adiantamento somente poderá ser concedido mediante prévio empenho, liquidação e autorização da autoridade competente, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais disposições legais aplicáveis, mediante Anexo I deste decreto o modelo de requisição de adiantamento para despesas de viagem.
§ 4º É vedada a utilização do adiantamento para despesas que possam ser previamente contratadas, para aquelas cobertas por diárias ou para quaisquer despesas estranhas às hipóteses previstas neste Decreto.

Art. 6º – Do responsável pelo adiantamento
I – O servidor designado como o responsável por cada departamento deverá encaminhar a Requisição de Adiantamento para Despesas de Viagem, conforme modelo no anexo I deste decreto;
II – O valor será transferido diretamente para a conta bancária pessoal do servidor que irá usar o recurso do adiantamento;
III – O servidor responderá integralmente pela guarda, aplicação e prestação de contas dos recursos, conforme modelo Anexo II deste decreto.

Art. 7º – Da movimentação dos recursos

I – A liberação dos valores será autorizada pelo Secretário Municipal de Finanças, prefeito municipal;
II – O pagamento será realizado por transferência bancária (TED ou equivalente) diretamente ao servidor indicado;
III – É vedado o repasse de valores a terceiros sem justificativa documental e sem comprovação de despesa.

Art. 8º – Da prestação de contas
O servidor indicado deverá prestar contas no prazo máximo de 01 dias após retornar da viagem para a secretaria responsável e deve ser realizado um relatório de prestação de contas conforme anexo II deste decreto, e deve ser anexado documentos fiscais legíveis e devidamente assinado, mediante apresentação de:
I – notas fiscais ou cupons fiscais;
II – comprovantes de pagamento;
III – relatório detalhado da viagem;

Art. 9º – Da responsabilidade
O servidor indicado responderá pela correta aplicação dos recursos, estando sujeito à devolução de valores não comprovados, sem prejuízo de responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 10 – Da regulamentação complementar

Para operacionalização do regime no sistema contábil utilizado pelo Município de Pinhal de São Bento, deve ser realizado o seguinte procedimento as notas fiscais originais emitidas em viagem e paga devem ser entregues no departamento de contabilidade para ser efetuado o fluxo destes documentos sendo empenho, liquidação, pagamento e lançamento no sistema frotas em caso de abastecida na viagem.
Art. 11 – Vigência
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento – PR, 15 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Processo Adm.: _____ Data: _____

REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DE VIAGEM

Cobrir despesas de viagem com combustível, serviços emergenciais de borracharia e outras despesas excepcionais Secretaria Municipal / Setor: _____

Nome Ordenador de Despesa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

Nome do Servidor Responsável: _____
Cargo:_____ CPF: _____
Telefone:_____

2. INFORMAÇÕES SOBRE A VIAGEM (justificativa do deslocamento, indicando todos seus participantes)

3. SAÍDA PREVISTA

Data	Hora

4. RETORNO PREVISTO

Data	Hora

5. MEIO DE TRANSPORTE

TRANSPORTE	PLACA
Veículo oficial	. . . . .
Rodoviário	. . . . .
* Veículo particular	. . . . .
Aéreo	. . . . .

* NO CASO DE USO DE VEÍCULO PARTICULAR:

PREENCHER AUTORIZAÇÃO PARA USO DO VEÍCULO ATESTANDO QUE O MESMO ESTÁ EM BOAS CONDIÇOES DE USO E COM TODA A DOCUMENTAÇÃO REGULAR, E ANEXAR JUNTO DESSA REQUISIÇÃO.

6. CIDADE / UF DESTINO DA VIAGEM: _____
7. CONDIÇÕES GERAIS DO ADIANTAMENTO
Valor requerido em Adiantamento: _____

Dotação orçamentária:

Atenção: Prazo Limite para Prestação de Contas é fixado em 01 (um) dia corrido contado a partir do dia seguinte da data de retorno da viagem.

8. INFORMAÇÕES PARA DEPÓSITO EM CONTA ESPECÍFICA DO REQUISITANTE
Nome do Banco: _____ Agência: _____ Conta nº : _____

9. DECLARAÇÃO DO SERVIDOR RESPONSÁVEL E AUTORIZAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro para os devidos fins estar ciente da legislação que dispõe sobre o regime de adiantamento, em especial a Lei Municipal nº1.139de 2026 regulamentada pelo Decreto nº 1.292 de 2026, comprometendo me à correta aplicação dos recursos, à observância aos limites de gastos, e posterior prestação de contas com apresentação de todos os comprovantes de despesa em nome e CNPJ 95.590.832/0001-11, do ente público da Administração municipal, sob as penalidades cabíveis. Declaro ainda que não estarei de licença, em férias, afastado ou que, por qualquer razão, não esteja em efetivo exercício no período de aplicação e prestação de contas.

_____
NOME:
SERVIDOR RESPONSÁVEL
_____
NOME:
SECRETÁRIO DA PASTA

11. AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA

Autorizo a despesa.

____/___/____

ANEXO II

Prestação de Contas da Processo Adm.:_____Data da Prestação: _____

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO DESPESAS DE VIAGEM
Secretaria Municipal / Setor: _____

Nome Ordenador de Despesa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

Nome do Servidor Responsável:_____
Telefone: _____

2. DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS (combustível, serviços emergenciais de borracharia e outras despesas excepcionais)

ITEM	DATA	NOTA FISCAL	NOME OU RAZÃO SOCIAL	GRUPO DE DESPESA	VALOR
1					R$
2					R$
3					R$
4					R$
5					R$
6					R$
7					R$
8					R$
9					R$
10					R$
TOTAL					

3. SAÍDA DA SEDE

Data	Hora

4. CHEGADA À SEDE

Data	Hora

5. DISPONIBILIZADO EM CONTA CORRENTE? _____

6. ENCONTRO DE CONTAS

TOTAL ADIANTADO (R$):	R$
TOTAL DE DESPESAS (R$):	R$
SALDO A DEVOLVER * (R$):	R$

* OBS: Saldo a devolver em espécie será recebido mediante transferência eletrônica, TED após confirmação, via e-mail, do Setor de Contabilidade e financeiro.

7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS NA VIAGEM, ANEXAR AS NOTAS:

8. ASSINATURAS DO SERVIDOR RESPONSÁVEL E DO ORDENADOR DE DESPESA CORRESPONSÁVEL

Declaro para os devidos fins que as despesas discriminadas acima estão regulares, em conformidade com legislação que dispõe sobre o regime de adiantamento, em especial a Lei Municipal nº1.139 de 2026, regulamentada pelo Decreto nº 1.292 de 2026, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade, moralidade e interesse público.

_____
NOME:
SERVIDOR RESPONSÁVEL
_____
NOME:
SECRETÁRIO DA PASTA

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C70994F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 024/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2556/2025, de 13 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARLOS ALEXANDRE VATRIM, portador do RG n.º 8.331.XXX-0 PR e inscrito no CPF sob n.º 044.511.XXX-93, nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – CC4, através da Portaria n° 065/2025 de 31 de março de 2025 e publicada em 01 de abril de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na sua edição 3247.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:12467709

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 025/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2556/2025, de 13 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LARISSA GRAZIELA DE SOUZA, portadora do RG n.º 10.764.XXX-5 PR e inscrito no CPF sob n.º 069.238.XXX-03, nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Assessora Parlamentar – CC4, através da Portaria n° 003/2026 de 28 de janeiro de 2026 e publicada em 29 de janeiro de 2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na sua edição 3458.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 15 de julho de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:1340A0AD

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 698/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 023/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora **MARINIZE DE JESUS MICOS**, ocupante do cargo efetivo de Professora III – Especialização, matrícula funcional nº 788591, RG nº 875.420.XXX-X6, CPF nº 875.420.XXX-X6, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento nos arts. 13 e 14 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, e § 5º da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Os proventos mensais da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 2.348,55** (dois mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:4770C2B4

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 699/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 024/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora **MARIA DO CARMO DE SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº 703511, RG nº 4.286.XXX-9, CPF nº 023.055.XXX-X3, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento no art. 13 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º. Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 1.254,16** (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos).
§ 1º Em observância à garantia constitucional de percepção de benefício não inferior ao salário mínimo, o valor inicial de pagamento do benefício corresponderá a **R$ 1.621,00** (um mil seiscentos e vinte e um reais).
Art. 3º. Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:28718EAD

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 700/2026

Concede aposentadoria Voluntaria Por Idade e Tempo de Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº **025/2026**, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição** ao servidor **WILSON FERREIRA**, ocupante do cargo efetivo de **Agente de Manutenção**, matrícula funcional nº **529571**, RG nº **3.896.XXX-6,** CPF nº **741.011.XXX-X4**, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, **com**

fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 3.385,65** (três mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **16 de julho de 2026.**
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:F81C03EE

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 701/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 026/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora **ANADELIA MICHAILICHEN ANTONIO,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Operacional, matrícula funcional nº 493281, CIN nº 617.211.XXX-X1, CPF nº 617.211.XXX-X1, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento no art. 13 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º. Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 2.226,42** (dois mil e duzentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos).
Art. 3º. Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:904703DA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 702/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor público municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 027/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor **FRANCISCO MARQUARDT DA SILVEIRA,** ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, matrícula funcional nº 826511, RG nº 12.908.XXX-0, CPF nº 010.698.XXX.X2 pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento no art. 13 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º. Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 775,90** (setecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos).
§ 1º Em observância à garantia constitucional de percepção de benefício não inferior ao salário mínimo, o valor inicial de pagamento do benefício corresponderá a **R$ 1.621,00** (um mil seiscentos e vinte e um reais).
Art. 3º. Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:CBD3A4E2

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 703/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 028/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora **LINDAMARA DO ROCIO WEBER COELHO**, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Magistério, matrícula funcional nº 446521, RG nº 3.618.XXX-9, CPF nº 515.495.XXX-X3, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento nos arts. 12 e 14 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 3.167,83** (três mil e cento e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos).
Art. 3º Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:A47524AA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 704/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora pública municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Aposentadoria nº 029/2026, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora **LINDAMARA DO ROCIO WEBER COELHO,** ocupante do cargo efetivo de Professor I - Magistério, matrícula funcional nº 788161, RG nº 3.618.XXX-9, CPF nº 515.495.XXX-X3, pertencente ao quadro permanente de servidores do Município de Piraquara, com fundamento no art. 13 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. Os proventos da aposentadoria ficam fixados no valor bruto mensal de **R$ 1.995,01** (um mil novecentos e noventa e cinco reais e um centavo).

Art. 3º. Os proventos do benefício concedido por esta Portaria serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:CEAF27E3

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 705/2026

Concede Pensão por Morte ao dependente de segurado municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Pensão por Morte nº **007/2026-P**, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Pensão por Morte** ao senhor **JOÃO BATISTA NASCIMENTO, CIN nº 322.386.XXX-X5, CPF nº 322.386.XXX-X5,** na condição de **companheiro**, em decorrência do falecimento da servidora inativa **ISABEL PAULINA CAMARGO FERREIRA**, matrícula funcional nº 495651, aposentada no cargo efetivo de Agente Operacional**, CIN nº 745.553.XXX-X2, CPF nº 745.553.XXX-X2, com fundamento no art. 18, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal nº 862/2006.**

Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor mensal de **R$ 1.217,25** (um mil duzentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

§ 1º Em observância à garantia constitucional de percepção de benefício não inferior ao salário mínimo, o valor inicial de pagamento do benefício corresponderá a **R$ 1.621,00** (um mil seiscentos e vinte e um reais).

Art. 3º O benefício concedido por esta Portaria será reajustado de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de **19 de junho de 2026.**

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:FD22A5F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.861/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.166.361,00 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e um reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dos artigos 8º, 10 e 11 da Lei Municipal nº 2.635, de 1º de dezembro de 2025, a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral vigente, no valor de R$ 2.166.361,00 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e um reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.302.0007.2024 – Ações de Média e Alta Complexidade

Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.72.39.00.00	31493	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.166.361,00
Total			**2.166.361,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:BB4626D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.863/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 365.548,01 (trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e um centavo).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 365.548,01 (trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e um centavo) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social

13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	425	33797	Material de consumo	37.000,00
Total				**37.000,00**

13.003.08.244.0006.2056 – Bloco da Proteção Social Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	437	934	Outros serviços de terceiros - pessoa física	100.000,00
Total				**100.000,00**

13.003.08.244.0006.2060 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	443	940	Material de consumo	13.900,00
Total				**13.900,00**

13.003.08.244.0006.2067 – Bloco de Unificação da Proteção Social Especial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	449	33941	Material de consumo	114.648,01
3.3.90.36.00.00	450	941	Outros serviços de terceiros - pessoa física	100.000,00
Total				**214.648,01**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social

13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	434	33797	Equipamentos e material permanente	37.000,00
Total				**37.000,00**

13.003.08.244.0006.2056 – Bloco da Proteção Social Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	438	934	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00
Total				**100.000,00**

13.003.08.244.0006.2060 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	445	940	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00
3.3.90.48.00.00	447	940	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	5.000,00
4.4.90.52.00.00	448	940	Equipamentos e material permanente	3.900,00
Total				**13.900,00**

13.003.08.244.0006.2067 – Bloco de Unificação da Proteção Social Especial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	451	941	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.000,00
4.4.90.52.00.00	664	33941	Equipamentos e material permanente	194.648,01
Total				**214.648,01**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634 de 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C39BCEEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.854/2026 "REPUBLICADO POR INCORREÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado no cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, em caráter Interino, sem efeitos pecuniários, o senhor **Caiê Pacheco Paupério Moralles Alonso**,no período de 17/07/2026 a 31/07/2026, em virtude das férias do Secretário titular.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 17/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A0E510F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.859/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, realizado através do Edital nº 018/2026 e com homologação através do Edital nº 042/2026, cumprindo as exigências legais.

CARGO: ENFERMEIRO

Nome	Admissão
ANNELISE STROBEL	15/07/2026

CARGO: FARMACÊUTICO

Nome	Admissão
DIOGO CAMPESTRINI	15/07/2026
*PEDRO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES	15/07/2026
GABRIEL LOURENÇO DA SILVA FORTES	15/07/2026

CARGO: MÉDICO GENERALISTA 40 HORAS

Nome	Admissão
LUIZA MARIN	15/07/2026
LEONARDO ANDRIGHETTI	15/07/2026
*TAYONARA PIAGETTE PRAZERES	15/07/2026
ARTHUR ANGELO DE SOUZA MASUTTI	15/07/2026

CARGO: MÉDICO INFECTOLOGISTA

Nome	Admissão
ALEXANDRE WESTEPHAL LOSSO	15/07/2026

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nome	Admissão
*KELLY ANNE BEZERRA PALMEIRA	15/07/2026

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Nome	Admissão
DENISE ANTUNES MENDES	15/07/2026

***Candidato pertencente à reserva de vagas para afro.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 15/07/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B4E0AA8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.860/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Agentes de Fiscalização Ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, como fulcro nos artigos 55 e 59 da Lei Municipal n° 907/2007,

DECRETA:

Art. 1° Ficam nomeados os servidores abaixo nominados, para os exercícios da função de Agentes de Fiscalização Ambiental:

I – ANA CAROLINE GIORDANI – Matrícula 645131
II – ELIEL PEREIRA DO NSCIMENTO – Matrícula 526981;
III – FRANCIELLE CORDEIRO WANDEMBRUCK – Matrícula 789641;
IV – JOSE CARLOS DE ALMEIDA – Matrícula 578861;
V - LENISE CRISTINA DE OLIVEIRA LAPCHENSKI – Matrícula N° 827241;
VI – RAFAEL SENTER DE ARRUDA – Matrícula 819811;
VII – YUZEN MARIN KUNISAWA CARVALHO – Matrícula 9582921424.

Art. 2° Aos Agentes de Fiscalização Ambiental fica delegado o poder de polícia da Administração Pública Municipal, com o fim de fiscalizar o cumprimento de legislação ambiental, podendo para tanto, conforme o caso, expedirem notificações embargos, interdições, autorizações, licenças, aprenderem e/ou lacrarem equipamentos, bem como aplicarem autos de infração aos infratores de qualquer tipo de legislação, inclusive Estadual e Federal, aplicando o procedimento que dispuser a norma violada

Art. 3° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal n° 14.581/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:ADB04A49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.862/2026

Altera dispositivos ao Decreto Municipal nº 13.873/2025, que regulamenta a Lei Federal 13.460/2017 no âmbito da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1° Altera a redação do caput do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.873/2025, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 31 A escolha dos representantes dos usuários dos serviços públicos no Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos será realizada por meio de chamamento público, garantindo ampla publicidade e participação, devendo ser iniciado até o mês de setembro que antecede o término do mandato dos conselheiros."

Art. 2° Altera a redação do inciso III do art. 33 do Decreto Municipal nº 13.873/2025, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"**Art. 33** (...)
III - Os requisitos necessários para a inscrição, que inclui a apresentação de comprovante de residência no município pelos últimos 12 (doze) meses e domicílio eleitoral situado em Piraquara."

Art. 3° Altera a redação do caput do art. 34 do Decreto Municipal nº 13.873/2025, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"**Art. 34** Poderão se inscrever no chamamento público todos os usuários de serviços públicos do município que comprovarem residência no município pelo período mínimo de 12 (doze) meses e domicílio eleitoral situado em Piraquara, mediante apresentação de documentos pertinentes.

Art. 4° Altera a redação do caput e do § 3° do art. 58 do Decreto Municipal nº 13.873/2025, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 58 Os primeiros membros do Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos serão escolhidos até o fim de outubro de 2026, por meio de chamamento público, respeitando-se o disposto nos arts. 31 a 36 deste Decreto.
(...)
§ 3º Os novos representantes eleitos, nos termos do caput deste artigo, iniciarão o mandato regular em janeiro de 2027, cumprindo integralmente o prazo de 04 (quatro) anos previsto no art. 37 deste Decreto."

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de junho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:449A4602

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 10.114/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 10.114/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026,** que tem por objeto a aquisição de brocas e limas odontológicas, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face das empresas: **E.C.S. TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.706.397/0001-16, vencedora dos **itens 09, 16, 22 a 34, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 57 a 59, 64, 65, 68 a 75, 77, 78, 84 e 86,** pelo valor total de **R$ 12.914,55** (doze mil novecentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos); **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.322.844/0001-88, vencedora

dos **itens 87 a 91** pelo valor total de **R$ 6.422,00** (seis mil quatrocentos e vinte e dois reais); **KLAS SUPRIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.804.203/0001-05, vencedora dos **itens 18, 82, 83 e 85** pelo valor total de **R$ 2.824,50** (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos); **SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.820.255/0001-10, vencedora dos **itens 01 a 08, 10 a 12, 14, 15, 17, 19 a 21, 35 a 37, 40, 43, 45, 56, 60 a 62, 66, 76, 79 a 81,** pelo valor total de **R$ 7.467,11** (sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e onze centavos); **Itens Fracassados: 13, 47 a 55, 63 e 67.** Valor total adjudicado e homologado: **R$ 29.628,16** (vinte e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais, e dezesseis centavos); Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 14 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:12110368

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre: A divulgação do resultado eleitoral para conselheiros municipais de saúde (Titulares e Suplentes), transcorrido na XV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara para o triênio da Gestão 2026-2029.

A Comissão Organizadora Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal nº 1.004 de 05/05/2009 e pelo seu Regimento Interno; e
Considerando a deliberação regular entre os segmentos presentes na XV Conferência Municipal de Saúde que pleitearam vagas na condição de conselheiro(a) no Conselho Municipal de Saúde de Piraquara - COMUSP;
Considerando, as Resoluções 15,16,17 de 2026;
Considerando a homologação das inscrições deferidas das entidades habilitadas a participar do Processo Eleitoral, publicada por meio da Resolução nº 18/2026;
Considerando o estrito cumprimento ao disposto no **Artigo 8º do Regimento Interno do COMUSP**;
Considerando a deliberação e aprovação unânime da Plenária em realizar a escolha dos representantes por meio de aclamação;
Considerando que todas as decisões envolvendo o setor público devem ser pautadas pela transparência e legalidade,;
Considerando os prazos dos Recursos e pós recursos até a data de **10 de julho de 2026 as 17h00.**
RESOLVE:
Art. 1º Tornar público o resultado eleitoral por ocasião da votação e consenso transcorridos entre os segmentos representativos (Usuários, Trabalhadores e Prestadores de Serviços), elegendo a nova composição de conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara para a Gestão 2026-2029 sido **aprovada por aclamação pela Plenária**:

I - SEGMENTO REPRESENTATIVO: USUÁRIO

Entidade / Instituição	Titular	Suplente
APAMEP- Aliança de Pastores e Ministros Evangélicos de Piraquara	Osmar de Souza Leite	Osnei Fernandes Machado
ATERNE- Associação Teatecendo Redes Neurodiversidade	Priscila dos Santos Madeira	Vanessa Costa Marcondes
HESED- Transformando Vidas	Vitória França da Silva	Rucela Addy Guevara Ibara
Instituto Agroecológico em Movimento	Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque	Marcelo Silverio
Instituto Bom Pastor	Paula Cunha de Andrade	Cicero de Carvalho
MORHAN- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase	Francisca Barros da Silva	Jozeliane Barbosa Rezende
Pastoral Carcerária	Nicolau Ranchuka	Ederlei Antunes Pereira
UPAM- União Piraquarense das Associações de Moradores	Élio moreira santos	Eliseu salgueiro meira

II - SEGMENTO REPRESENTATIVO: TRABALHADOR DA SAÚDE

Entidade / Sindicato / Conselho	Titular	Suplente
Conselho Regional de Enfermagem- COREN	Emanuel José Teixeira Gottlich	Wellington Fernando da Silva Ferreira
Conselho Regional de Farmácia- CRF	Rafaela Gomes Martins	Wladimir Cassiano de Barros Junior
Conselho Regional de Medicina- CRM	Caroline Haninec Iackusch Vieira	Viviane de Souza Betoni
SINDISEMUP- Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Piraquara	Thiago Pereira da Silva	Gerson Andrade dos Santos

III – SEGMENTO REPRESENTATIVO: PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Entidade / Prestador	Titular	Suplente
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais De Piraquara.	Lauryane Karla Silva Gutten Almeida	Debora Ellen Leite da Tosa
Associação San Julian Amigos e Colaboradores (Hospital San Julian)	Alessandra Cordeiro Stabach	Jane de Castro Andrade Gonçalves

IV- **SEGMENTO REPRESENTATIVO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Entidade / Prestador	Titular	Suplente
GESTÃO	Sacha Testoni Lange	Marcia Torquato
GESTÃO	José Roberto Jacomel Junior	Marilia Saubier

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 15 de Julho de 2026.

MARLECI DE OLIVEIRA PONTES
Presidente do COMUSP
Resolução 015/2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:39CB0A86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA (ELETRÔNICA) Nº3/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
Objeto: proposta mais vantajosa, por meio de registro de preços, visando a aquisição de uniformes institucionais para os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Pitanga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
Tipo: menor preço.
Data da sessão: 27/07/2026
Horário da fase de lances: 9h às 15h.
Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras - UASG 928160
Íntegra do aviso de contratação direta disponível em: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Pitanga PR - www.pitanga.pr.leg.br
Estimativa do custo: **R$** R$ 6.737,76 (um mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta três centavos).
Local para informações
Departamento de Administração – Câmara Municipal de Pitanga
Rua Visconde de Guarapuava, 311 – Centro Administrativo 28 de Janeiro
Pitanga – PR - CEP – 85.200-075
Fone : (42) 3646-3443 e-mail: camara@pitanga.pr.leg.br

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:24761987

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
CONCEDER FÉRIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora Marilda Kulik Campos, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, referente ao período aquisitivo de 23 de janeiro de 2025 a 22 de janeiro de 2026, conforme requerimento nº 51/2026, protocolado sob nº 861/2026 e deferido em 15 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 15 de julho de 2026

AMADEUS PENGA
Presidente

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:C880C34C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO A FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA, inscrita no CNPJ n.º 05.566.804/0001-76, por intermédio de seu Administrador Responsável Técnico, DECLARA para os devidos fins, em especial para atendimento ao contido na Instrução Normativa 142/2018-TCE/PR, que os responsável pela condução administrativa e os membros que compõe a banca/comissões examinadora/julgadora do Concurso Público da Câmara Legislativa do Município de Pitangueiras, sob regime Estatutário, Edital de Abertura N.º 001/2026 não participaram do processo de seleção como candidato, nem seus cônjuges, companheiros(as), ou parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau. Por ser a pura expressão da verdade, firmamos a mesma em 02 (duas) vias de igual teor. Paranavaí, 15 de julho de 2026.

FABIO RIBEIRO DE PROENÇA
Administrador Responsável Técnico
CRA/PR – 19.574

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:7CABA349

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
EDITAL N.º 17.001/2026 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

A Presidente da Câmara Legislativa do Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.
Art. 1° Diante da ausência de recursos administrativos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, ficam **MANTIDOS** os **ANEXOS** divulgados através do Edital n.º 16.001/2026, em 08 de julho de 2026.
Art. 2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Concurso Público em comento, conforme os **ANEXOS I, II e III** deste edital.
Art. 3° Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 19 do Edital de Abertura.
Art. 4° Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial da Câmara Municipal de Pitangueiras - PR e no endereço eletrônico http://www.camarapitangueiras.pr.gov.br/, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.
Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pitangueiras (PR), 15 de julho de 2026.

ELIANE CRISTINA LENHARO COELHO	*MARIA ROSANGELA GOULARTE RODELLA*
Presidente da Comissão Organizadora	Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:F8E8FCAA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 743/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidora aprovada em concurso público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica nomeada, em virtude de aprovação em Concurso Público, a **Srtª. Júlia Nathaly Santos Ferreira**, portadora da RG/CPF n° ***.724.889-**, para ocupar o cargo de **Assistente Social 20h**, Nível 9, do Plano de Cargos, Carreira e Salários deste Município, a partir desta data, conforme Memorando 1Doc n° 1.210/2026.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 15 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:F1C1AA0A

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026

O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Aviso de Licitação Concorrência Eletrônica Nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/06/2026, Edição 3542, Código Identificador: FE125BCC, como segue:

Onde se lê:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 16/07/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 16/07/2026, às 09h30min.

Passa-se a ler:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 24/08/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 24/08/2026, às 09h30min.

Pitangueiras, 15 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:385E1CEF

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026

OBJETO: Contratação de empresa para construção de 10 (dez) unidades habitacionais, em área regularizada e devidamente disponibilizada pelo Município, mediante aporte financeiro da COHAPAR (Companhia Habitacional do Paraná).

A Prefeito Municipal de Pitangueiras, no uso de suas atribuições legais, decide por SUSPENDER a abertura da Concorrência Eletrônica nº 02/2026, por motivos de conveniência, de modo que, será publicada nova data para a sua abertura, bem como poderá haver retificação editalícia.

Pitangueiras, 15 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F0DBEFB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 415 - 2026 NOMEAÇÃO DELMAR IGNACIO

PORTARIA Nº 415 DE 13 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação do Senhor, Delmar Ignacio para assumir cargo em provimento comissionado.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1º - Nomear o Sr. *Delmar Ignacio*, documento de identificação nº 934.260.549-49 para assumir o cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Infraestrutura, limpeza e embelezamento.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos treze dias do mês de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:ED1817D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2026
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – CNPJ Nº 01.609.843/0001-52.
54.810.273 CAROLINY VITORIA MOTA FERREIRA inscrita no CNPJ sob no nº **54.810.273/0001-20**
DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo (prorrogação de prazo vigência), conforme Protocolo 31.090/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA– DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 107 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, passando a vencer em 01/02/2027.

Pontal do Paraná, 10 de julho de 2026.

RENATO TRAMUJAS
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:FAA9F96E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2026
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – CNPJ Nº 01.609.843/0001-52.
63.523.296 DIRCEU DAS NEVES AGOSTINHO, inscrito no **CNPJ n.º 63.523.296/0001-45**.
DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo (prorrogação de prazo vigência), conforme Protocolo 30.090/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA– DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 107 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, passando a vencer em 08/01/2027.

Pontal do Paraná, 15 de julho de 2026.

RENATO TRAMUJAS
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:BADA310F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, convoca os (as) Conselheiros Municipais de Assistência Social, para REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 16 de julho de 2026, às 13h30min, na Sala de reuniões da Prefeitura, com as seguintes pautas:

1. Apresentação do Novo Regimento Interno;
2. Assuntos Gerais.

Pontal do Paraná, 14 de julho de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9919B47B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13555/2026 DE 14/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13555/2026 de 14/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$700.000,00 (setecentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.301.0053.2.129		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENCAO BASICA	
541 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	500.000,00
542 - 3.3.90.33.00.00	494	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.000,00
545 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	180.000,00
		Total Suplementação:	700.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.01.46 REPASSE FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - GIACOBO -	500.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.01.45 REPASSE FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - BANCADA DO	200.000,00
Total da Receita:	700.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FA441A7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13558/2026 DE 15/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13558/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$132.954,11 (cento e trinta e dois mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.304.0057.2.141		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL	
645 - 3.3.90.30.00.00	971	MATERIAL DE CONSUMO	15.077,26
649 - 4.4.90.52.00.00	940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	117.876,85
		Total Suplementação:	132.954,11

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.63	REPASSE SECRETARIA DO ESTADO DA SAUDE - RESOLUÇÃO	117.876,85
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.62	REPASSE SECRETARIA DO ESTADO DA SAUDE - RESOLUÇÃO	15.077,26
	Total da Receita:	132.954,11

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FEA7F7CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.556 DE 14 DE JULHO DE 2026.

Súmula: "Nomeia membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas obrigações legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 9° da Lei Municipal n°47 de 03 de novembro de 1997, Decreto n°068 de 18 de dezembro de 1997 e demais disposições aplicáveis à espécie e conforme solicitado no **Memorando nº 18.234/2026.**

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam nomeados os membros da **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC** do Município de Pontal do Paraná, ficando assim constituída:
Presidente: Rudisney Gimenes Filho (Prefeito)
Vice - Presidente adjunto: Patricia Millo Marcomini (Vice-Prefeita)

Coordenador de Defesa Civil: **Giovane Rafael do Rosário** – CPF: 069.260.199-67
Diretor Operacional: Vitor Hugo Aparecido Santana – CPF: 040.037.559-10
Secretaria: **Josiane Ale – CPF: 006.280.659-90 e** Luan Vitor Batista – CPF: 091.381.239-08

Subcomissão de Relações Públicas:
Marcelo Elisio Santin Ribeiro

Subcomissão de Segurança:
Tenente Lucas dos Santos
1°Sgt Sami Martins Cardoso
Luan Vitor Batista

Subcomissão de Depósito:
Marcio Sant Ana da Veiga
Luiz Eduardo Santos
Fabio Augusto Souza Lima

Subcomissão de Abrigos:
Cintia Mendes da Silva
Luciane da Costa Tavares
Osli Antonio Ferreira de Lara
Ederson Pich

Subcomissão de Saúde:
Gislaine Alves de Almeida Vaz
Lilian da Veiga Gabardo

Subcomissão de Vistoria:
Fabiano Boese Cecon

Rivalcir Rosa Sans
Heitor Gonçalves Kayamori

Subcomissão de Transporte:
Jemima Aliano
Jose Antônio Geara
Vitor Hugo Aparecido Santana

Subcomissão de Donativos:
Leotenir Aparecida de Aguiar Silva
Indianara Grassi Garcia
Kathia Salomão de Souza Cordeiro

Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF:
Kathia Salomão de Souza Cordeiro
Loisleyne Bastos da Rocha

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o **Decreto nº 13.124, de 12 de novembro de 2025.**

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 14 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1F1096BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. º 13.557 DE 14 DE JULHO DE 2026.

Súmula: "Altera membro da composição do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências."

RUDISNEY GIMENES FILHO, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e conforme solicitado no **Memorando n.º 18.336/2026**.

DECRETA:

Artigo 1°. Altera a composição dos membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE** de Pontal do Paraná, ficando assim constituído:

SEGMENTO USUÁRIOS

NOME	ENTIDADE	TITULAR/SUPLENTE
Alaides Regina Flores	Fórum Popular de Saúde	Titular
Fábio Vieira Peixoto	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	Titular
Onirio Oliveira Acosta	Aldeia Shangrila	Titular
Maria Christina Ulbrich	União Brasileira de Mulheres	Titular
Maria Helena Leviski	Central Única dos Trabalhadores	Titular
Katia Simões de França	Associação de Pescadores do Olho D´água	Titular
Conceição Vieira Ramos	ASS. Guaraguaçu	Suplente
Silvana Maria Simões De Pontes	Associação de promoção a Vida - Projeto Vida	Suplente
Alyne Souza Paz	Associação Municipal dos Coletores de Resíduos Sólidos de Pontal do Paraná	Suplente
Junior Bratti	Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Pontal do Paraná- AMPEC	Suplente
Fátima Siqueira	Passo a Passo	Suplente
Paulo Roberto Gonzales Aguilera	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagens Industriais de Paranaguá e Litoral	Suplente

SEGMENTO TRABALHADORES DA SAÚDE

NOME	ENTIDADE	TITULAR/SUPLENTE
Silvia Eufenia Albertini	Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Estado do Paraná	Titular
Maria do Carmo Genero	Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Estado do Paraná	Suplente
Simone Aparecida De Paula Zambotto Chabowski	Conselho Regional de Enfermagem	Titular
Jacirleide de Melo Silva	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	Suplente
Fábio Henrique de Lima	Conselho Regional de Medicina Veterinária	Titular
Marcio Henrique Gross Dginkel	Conselho Regional de Medicina	Suplente

SEGMENTO GESTORES

NOME	ENTIDADE	TITULAR/SUPLENTE
Gislaine Alves de Almeida Vaz	Secretaria Municipal de Saúde	TITULAR
Lilian da Veiga Gabardo	Secretaria Municipal de Saúde	SUPLENTE
Alex Sandra Bento Picinin	Secretaria Municipal de Saúde	TITULAR
Leticia Fernandes Andres	Secretaria Municipal de Saúde	SUPLENTE
Patricia Pinheiro da Silva	Secretaria Municipal de Saúde	TITULAR
Joelise PereiraRocha	Secretaria Municipal de Saúde	SUPLENTE

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor desta data , revogando o **DECRETO N. º 13.520 DE 22 DE JUNHO DE 2026.**

Artigo 3º – Publique-se.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 14 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B594D2F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 110/2026 NÃO COMPARECIMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 110/2026
NÃO COMPARECIMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023
O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 1.133/2026,
resolve:
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º - A lista de candidatos convocados que **NÃO COMPARECERAM**, conforme convocação constante no edital nº.106/2026, e estão eliminados do Concurso Público nº. 001/2023 e suas alterações;
1– LISTA DOS CANDIDATOS QUE NÃO COMPARECERAM
1.1 - CARGO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
39738	GERUSA DOMINGUES GUIMARÃES	18/01/1979	61	94	Classificado
42876	ANDRE FILIPE ZANAO	05/01/1988	61	95	Classificado
43097	LAÍS CARLIN MOURA	16/11/1995	61	96	Classificado

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
43144	AMANDA BOUVAKIADES DOS SANTOS	23/07/1994	58	232	Classificado

2. PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
O candidato que não atendeu a convocação no prazo estabelecido, foi eliminado do CONCURSO PÚBLICO, decaindo do direito à respectiva vaga.

Pontal do Paraná, 09 de julho de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DCB4EC37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 479 DE 13 DE JULHO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, no uso de suas atribuições legais e o contido no **Protocolo n.º 17.722/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Rescisão referente à **aposentadoria por tempo de serviço,** da servidora **MARILENE MATIAS – MATRÍCULA 23991**, ocupante do cargo público de **Agente Operacional**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão da servidora a partir de 07 de julho de 2026.

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:39CE13F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 480 DE 14 DE JULHO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 5.010/2026 .**

RESOLVE:
Artigo 1º – Conceder ao servidor **ANDRÉ PEREIRA SOARES- MATRÍCULA: 170781** , ocupante do cargo de **AGENTE OPERACIONAL ,** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE *ESPORTE, CULTURA, LASER E JUVENTUDE.*** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo** de **10/03/2018 a 09/03/2023, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **18 (dezoito)** dias, com remuneração integral.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data**.**

Artigo 3º - Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 14 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:ACC4CDBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°006/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº825/2026

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Construção de uma unidade funcional composta por lavanderia institucional integrada a depósito e varanda, a ser edificada nas dependências do Lar Vovó Luiza. Os serviços deverão contemplar todas as etapas construtivas, incluindo: serviços preliminares, fundação / infraestrutura, pisos/revestimento, superestrutura, vedações (alvenaria / parede / revestimento), cobertura, forro, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, esquadrias, acessórios, pintura e serviços finais, com entrega final em condições operacionais, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 03 de agosto de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 03 de agosto de 2026.

LOCAL: www.bllcompras.org.br acesso "Sistema Silverlight"

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 78.491,86 (setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos).

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 15 de julho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:027E6D19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°26/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CNPJ: 04.823.494/0001-65.

CONTRATADA: EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S.A. - CNPJ: 76.568.708/0001-05.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação para a contratação de empresa especializada em serviços de publicação de avisos legais e institucionais, com destaque para avisos de licitação, especialmente pregões eletrônicos e presenciais, em jornal de grande circulação regional ou nacional, em diário oficial, bem como em outros meios de comunicação oficiais ou exigidos por lei, visando dar publicidade e transparência aos atos administrativos, conforme especificações estabelecidas neste termo de referência., mantendo as mesmas condições pactuados dos serviços contratados de

06 de agosto de 2026 até 06 de agosto de 2027, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

VALOR TOTAL: R$ 17.400,00 (dezessete mil, quatrocentos reais).

Maringá-Pr, 02 de julho de 2026.

VALER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo - CISAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:C8AC8C51

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 031/2026

Individualiza e denomina imóvel urbano destinado à implantação do Parque Industrial Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 642, de 16 de outubro de 2025, que redefiniu o perímetro urbano do Município de Prado Ferreira;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 062/2025, que declarou de utilidade pública a área destinada à implantação do Parque Industrial;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 651, de 18 de dezembro de 2025, que autorizou a aquisição da área de 181.984,00 m² destinada à implantação do Parque Industrial Municipal;
CONSIDERANDO a Diligência Registral nº 560/2026 expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu;

DECRETA:
Art. 1º Fica individualizado e denominado PARQUE INDUSTRIAL MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA o imóvel urbano pertencente ao Município de Prado Ferreira, destinado à implantação do Parque Industrial Municipal.

Art. 2º O imóvel de que trata este Decreto possui as seguintes características:
I – Denominação: Parque Industrial Municipal de Prado Ferreira;
II – Quadra: 01;
III – Lote: 01;
IV – Cadastro Imobiliário: 9029249;
V – Localização: Rodovia PR-170, Município de Prado Ferreira – Paraná;
VI – Área: 181.984,00 m² (cento e oitenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro metros quadrados);
VII – Origem: área desmembrada da Matrícula nº 16.674 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu;
VIII – Confrontações:
Frente: confronta com a Rodovia PR-170 por 1.207,43 metros, seguindo ainda pela mesma rodovia por mais 62,19 metros;
Lado direito: confronta com a Matrícula nº 8.439 (Fazenda Nova Maragogipe) por 162,73 metros;
Lado esquerdo: confronta com a Matrícula nº 16.674 (Fazenda Água do Fuga) por 160,22 metros;
Fundos: confronta com a Matrícula nº 16.674 (Fazenda Água do Fuga) por 1.158,24 metros.
Art. 3º O imóvel integra o patrimônio imobiliário do Município de Prado Ferreira e destina-se exclusivamente à implantação do Parque Industrial Municipal, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 651/2025.

Art. 4º A descrição técnica constante do Memorial Descritivo e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART integra o processo administrativo que originou a aquisição do imóvel e servirá de base para todos os atos registrais pertinentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 14 de julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:F62323F2

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 59/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 59/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024
Pregão Nº 1/2024

O Município de PRADO FERREIRA, com sede na Rua São Paulo, 191 , inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO** e a **KURICA AMBIENTAL S/A**, com endereço a ROD CELSO GARCIA CID , 12633 KM367 - CEP: 86044290 - BAIRRO: GLEBA CAFEZAL, neste ato representada pelo **Sr. MARCELLO ALMEIDA DE OLIVEIRA,** a seguir denominada CONTRATADA, nos termos do que dispõe da Lei 14.133/21, em face do resultado obtido no Pregão nº 1/2024, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 59/2024, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, tendo seu prazo de vigência estendido até o dia 15/07/2027, e ficam reajustados os valores de acordo com o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O valor unitário da tonelada de R$ 262,32 (duzentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos) passa a ser de R$ 274,06 (duzentos e setenta e quatro reais e seis centavos), conforme o parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata de registro de preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 15 de julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Kurica Ambiental S/A
MARCELLO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:29490B83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
AVISO DE DISPENSA Nº 15/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará REALIZAR dispensa de licitação, sob modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços gráficos para eventual aquisição de crachás de plástico ou material similar, com tecnologia RFID, personalizados e de convites para os eventos efetuados por essa casa de leis.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 12h00 do dia 15/07/2026 as 12:00hs do dia 20/07/2027.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário oficial de Brasília.
O edital completo poderá ser solicitado via e-mail compras.camara@quatrobarras.br.leg.br o envio de proposta pode ser encaminhado neste próprio e-mail ou protocolado diretamente na CMQB .Informações poderão ser obtidas pelo e-mail ou telefone (041)3671-3006, das 8h:00 às 12h00 e das 13:h00 as 17h:00.

Câmara Municipal de Quatro Barras,15 de julho de 2026

TALITA CORDEIRO DE LIMA RODRIGUES
Pregoeira

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:36B7D286

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11808/2026 DE 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias,** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0005.2.224.	Ações para Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
910 - 4.4.90.52.00.00	3937 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
912 - 4.4.90.52.00.00	3955 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
25.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.007.00.000.0000.0.000.	Departamento de Esporte e Lazer	
25.007.27.812.0015.2.033.	Ações de Promoção ao Esporte Amador	
974 - 3.3.90.30.00.00	03511 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
973 - 3.3.90.36.00.00	03511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	8.000,00
	Total Suplementação:	**188.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:82682A0D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11809/2026 DE 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 113.033,05 (cento e treze mil e trinta e três reais e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.003 .00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0034.2.190.	Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
153 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.500,00
15.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.002.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
15.002.15.452.0022.2.011.	Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
376 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	100.533,05
25 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
25.001.12.122.0022.2.029.	Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
535 - 3.3.90.33.00.00	01104 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.000,00
	Total Suplementação:	**113.033,05**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
04.001.08.243.0005.6.009.	Ações para Atendimento a Criança e ao Adolescente - Proteção Básica	
69 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00

04.003 .00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0005 .2.193.	Ações para Manutenção dos Serviços da Proteção Social Básica	
107 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
04.003.08.244.0005.2.224.	Ações para Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social CRAS	
126 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
04.003.08.244.0037.2.199.	Ações para Manutenção do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS	
168 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
04.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
04.004.08.241.0005.2.087.	Ações para Assistência do Idoso	
174 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.001.00.000.0000.0.000.	Departamento de Infraestrutura	
15.001.15.451.0032.1.062.	Ações para Revitalização e Execução de Serviços em Calçadas	
340 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	14.830,76
341 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	12.055,28
15.001.15.451.0032.2.063.	Ações para Manutenção Conservação de Parques e Praças Municipais	
345 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	33.440,80
347 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.060,00
15.001.15.451.0032.2.175	Ações para Manutenção e Conservação Viária	
363 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.720,01
15.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Logística e Frotas	
15.002.15.452.0022.1.004.	Ações para Renovação da Frota	

365 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.426,20
25 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Juventude	
25.001.12.122.0022.2.029.	Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Educação	
532 - 3.3.90.30.00.00	01104 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
Total Redução:		**113.033,05**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:34D2226D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.810/2026

Convoca a II Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, e designa os membros da comissão de organização e acompanhamento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando a Lei Municipal 1623/2023 que instituiu o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial;
Considerando o Decreto nº 11590/2026, que dispõe sobre a Nomeação da Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial;
Considerando os termos do Ofício nº 007/2026 - COMPIR - Presidência do COMPIR, constante no Processo Administrativo nº 10352/2026, DECRETA:
Art. 1º Fica convocada a II Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR a ser realizada no dia 30 de julho de 2026, às 14 horas, no Auditório da Educação, situado na rua Nilo Fávaro n° 100. A referida Assembleia ocorrerá com o tema: "Caminhos para o combate ao Racismo Estrutural e Promoção do Diálogo Inter Religioso como Ferramenta da Paz".
Art. 2º A Comissão de Organização e Acompanhamento será composta dos seguintes membros:
I - Juliana Viechinieski Rodrigues - SMMDH;
II - Claudineia Maria Antonio - SMEELJ;
III - Roseli Lacerda Medeiros Lopes - SMMDH;
IV - Daniel Minoru Kogima - IEQ.
Art. 3º As despesas decorrentes da realização da II Assembleia Municipal de Promoção da Igualdade Racial, correrão por conta de dotação do orçamento da Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:17F7C154

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Altera a Lei Complementar nº 43/2023, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera os anexos V a VIII da Lei Complementar nº 43/2023, compatibilizando-os com o previsto nos Decretos Estaduais nº 1612/1999 e 2200/2000, passando a vigorar com a redação estabelecida nos anexos desta lei.

Art. 2º Revoga o Título II - DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL, e seus respectivos arts. 5º a 8º da Lei Complementar nº 43/2023.

Art. 3º Altera o caput do art. 11 e a alínea a do inciso I do Parágrafo Único da Lei Complementar nº 43/2023 para que passem a vigorar com a seguinte redação:
Art. 11 Os fatores urbanísticos e ambientais que implicam em fragilidade ambiental e na inaptidão do território à ocupação são regulados por legislação federal e estadual, somente sendo admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
Parágrafo único. ....
I - ...
a) áreas com declividade acentuada, igual ou superior a 30% (trinta por cento), e com propensão ao desenvolvimento de processos erosivos;
....

Art. 4º Insere os incisos IV a VII ao art. 14 da Lei Complementar nº 43/2023:
Art. 14 ...
...

IV - a implantação de matadouros e curtumes;
V- a implantação e ampliação de cemitérios.
VI - o descarte de resíduos sólidos no entorno do lago, bem como no espelho d'água estando o infrator sujeito às sanções legais cabíveis.
VII - a edificação na faixa de 15 m (quinze metros) ao longo de ambos os lados da faixa de domínio da Rodovia do Contorno Leste.
Parágrafo único. Somente serão licenciados os postos de gasolina, lava-rápidos e postos de serviço quando utilizarem tecnologia adequada que garanta a não poluição ambiental, conforme normatização do Instituto Água e Terra - IAT.

Art. 5º Altera o ANEXO I - MAPA DO ZONEAMENTO DA ÁREA NÃO ABRANGIDA PELA APA DO IRAÍ OU UTP DE QUATRO BARRAS da Lei Complementar nº 43/2023 para que passe a vigorar nos termos do Anexo da presente lei.

Art. 6º Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 43/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:
Art. 25. O Eixo Turístico da Estrada da Graciosa incide nos lotes de frente para a estrada, ao longo de toda a sua extensão no município, com ocupação de até 200m (duzentos metros) de profundidade para cada um dos lados desta via, desde a interseção com a Avenida Nossa Senhora da Luz (limite da UTP de Quatro Barras) até a divisa municipal com Morretes.

Art. 7º Revoga o art. 27 e os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei Complementar nº 43/2023.

Art. 8º Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 43/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação, revogando seu Parágrafo Único:
Art. 28. Os acessos às atividades lindeiras da Estrada da Graciosa e das demais vias rurais principais deverão ocorrer exclusivamente por meio destas vias.

Art. 9º Altera o inciso I do § 1º do art. 29 **da Lei Complementar nº 43/2023** para que passe a vigorar com a seguinte redação:
Art. 29 ...
§ 1º ...
I. PERMITIDOS: atividades compatíveis com as finalidades urbanísticas da zona ou eixo correspondente, sem restrições, que dependem apenas dos alvarás de construção e de funcionamento, e demais aprovações e licenças necessárias.

Art. 10 Revoga o § 5º do art. 29 da Lei Complementar nº 43/2023.

Art. 11 Altera o art. 32 da Lei Complementar nº 43/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:
Art. 32 A categoria de uso habitacional compreende:
I - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR: edificação isolada destinada à moradia, com apenas 01 (uma) unidade habitacional por lote;
II - HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR: destinada à moradia coletiva, incluindo-se edificações conjugadas ou assobradadas, e ainda subdivididas em:
III - HABITAÇÃO COLETIVA: destinada à moradia coletiva, incluindo-se edificações conjugadas ou assobradadas, e ainda subdivididas em:
a) CONDOMÍNIO EDILÍCIO HORIZONTAL: corresponde aos conjuntos de unidades habitacionais autônomas dispostas em série, paralelas ou transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, com acesso comum dentro de um único imóvel ou acesso individualizado para cada unidade, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas a matrícula original do imóvel, com ou sem áreas internas comuns;
b) CONDOMÍNIO EDILÍCIO VERTICAL: edificações que comportam 02 (duas) ou mais unidades residenciais autônomas, dispostas verticalmente, com áreas de acesso e de circulação interna comuns, instaladas em uma ou mais torres, dentro de um único imóvel, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas à matrícula original do imóvel;
IV - HABITAÇÃO TRANSITÓRIA: destinada a receber hóspedes mediante remuneração, subdividida em:
a) HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 1: apart-hotel, hotel, hostel, pousada, motel e similares;
b) HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 2: hotel-fazenda, pousada rural e similares;
V - HABITAÇÃO INSTITUCIONAL: destinada à assistência social, que abriguem estudantes, crianças, idosos e necessitados, como albergue, alojamento estudantil, asilo, orfanato, convento, seminário, internato, casa de repouso e similares;
VI - HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL: quando nelas existirem habitações unifamiliares ou multifamiliares que atendam famílias com renda não superior a 3,5 (três e meio) salários mínimos para Habitação de Interesse Social e renda não superior a 6 (seis) salários mínimos para Habitação Popular.
VII - HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES: construções isoladas, num mesmo lote, destinadas a servirem de moradia a uma família por construção.

Art. 12 Altera a alínea a do inciso II do art. 255 do Código de Obras - Lei Complementar nº 40/2023 -, compatibilizando-a com a Lei Complementar nº 43/2023, passando a vigorar com a seguinte redação:
Art. 255...
II...
a) CONDOMÍNIO EDILÍCIO HORIZONTAL: corresponde aos conjuntos de unidades habitacionais autônomas dispostas em série, paralelas ou transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, com acesso comum dentro de um único imóvel ou com acesso individualizado para cada unidade, que determinam o surgimento de matrículas individualizadas, vinculadas a matrícula original do imóvel, com ou sem áreas internas comuns;

Art. 13 Altera os incisos I a IV do caput do art. 40 e os § 2º e 4º do art. 40 da Lei Complementar nº 43/2023 para que passem a vigorar com a seguinte redação:
Art. 40. ...
I - INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 1: atividades industriais de pequeno porte compatíveis com o uso habitacional, não incômodas ao entorno, sem potencial de geração de repercussões negativas e que não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem, bem como atividades manufatureiras, de caráter semiartesanal, com baixa mobilização de recursos e escala;
II - INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 2: atividades industriais, de pequeno e médio porte, compatíveis com o seu entorno e aos parâmetros da zona ou eixo, com potencial de geração de baixo impacto sobre o meio ambiente e de incomodidade sobre a vizinhança;
III - INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 3: atividades industriais, de qualquer porte, compatíveis com o seu entorno e com os parâmetros da zona ou eixo, com potencial de geração de médio impacto sobre o meio ambiente e de incomodidade sobre a vizinhança;
IV - INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 4: atividades industriais, de qualquer porte, com alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde e/ou ao conforto da população ou que não são compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais, e que impliquem na necessidade de fixação de padrões específicos, quanto às características de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados;
...
§ 2º O USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 1 que se enquadrar na classificação de médio porte, será automaticamente enquadrado como USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 2; os USOS INDUSTRIAIS DE TRANSFORMAÇÃO 1 e 2 que se enquadrarem na classificação de grande porte ou de porte especial, serão automaticamente enquadrados como USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 3; e o USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 3 que se enquadrar na classificação de porte especial, será automaticamente enquadrado como USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 4.
...
§ 4º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) dos USOS INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 3 e 4, de qualquer porte, conforme a legislação municipal específica que regulamenta este instrumento.
....

Art. 14 Acrescenta o art. 65-A à Lei Complementar nº 43/2023 com a seguinte redação:
Art. 65-A Os parâmetros urbanísticos especiais serão regulamentados por lei municipal, e, se necessário, com aprovação pelos órgãos estaduais.

Art. 15 Altera o § 4º do art. 34 da Lei Complementar nº 43/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:
Art. 34 ...
...
§ 4º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) dos CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS HORIZONTAIS E VERTICAIS, de médio e de grande porte, conforme a legislação municipal específica que regulamenta este instrumento.

Art. 16 Altera o inciso I do ANEXO I - ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS COM EXIGÊNCIA DE EIV CONFORME TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES DE USOS, da Lei nº 1571/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO I ...

I - CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS HORIZONTAIS E VERTICAIS, quando enquadrados nos seguintes portes:
...

Art. 17 Revoga o Art. 89 da Lei Complementar nº 43/2023.

Art. 18 Revoga o Anexo IX da Lei Complementar nº 43/2023.

Art. 19 Revoga o Anexo III da Lei Complementar nº 39/2023 para fins de compatibilização com os Decretos Estaduais nº 1612/1999 e 2200/2000.

Art. 20 A presente lei aplica-se aos processos em trâmite e/ou com alvará expedido a partir da vigência da Lei Complementar nº 43/2023, de 06 de abril de 2023.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

O ANEXO da Lei complementar nº 56, de 15 de julho de 2026, estará disponível no site: https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2531_Plano-Diretor-.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:07B4D919

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 088/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor DESIGNA a Servidora Municipal Senhora MILENA SUSIN, CPF nº. ***.292.589.-** cargo comissionado de "CHEFE DE DEPARTAMENTO", para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, a partir de 16 de Julho de 2026.

Quatro Barras, 15 de Julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:41962C56

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 16/2026

Súmula: Aprovação da Contratação de Empresa para Elaboração e Desenvolvimento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2027/2036 no Município de Quatro Barras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Quatro Barras – CMDCA, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal n°1363/2020, reunido extraordinariamente em 10 de julho de 2026, e considerando:

1. A Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, "que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente";
2. O Caderno Orientativo para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
3. A Resolução nº 161 DE 04 de dezembro de 2013, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.
4. A Resolução nº 171 DE 04 de dezembro de 2014, que Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013;
5. A Resolução nº 270 DE 14 de agosto de 2025, que institui o Grupo Temático para tratar do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.
6. Nota CONJUNTA da Coordenação da Política da Criança e do Adolescente da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (CPCA/SEDEF) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (CEDCA) sobre: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais Municipais;
7. O DECRETO nº 5048/2016, que designa membros para comporem a Comissão Interinstitucional do Plano Decenal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA de Quatro Barras, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 009/97, as Deliberações do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
8. O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quatro Barras - 2017/2026;
9. Ata 08/2026/CMDCA
10. A deliberação da Plenária.

RESOLVE:

Artigo 1º. Pela natureza complexa do trabalho a ser desenvolvido o colegiado delibera pela aprovação total e unânime pela contratação de serviços especializados para a elaboração e desenvolvimento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2027/2036 no Município de Quatro Barras. que definirá as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes.

Artigo 2º. Resolução entra em vigor com data da sua publicação.

Quatro Barras, 10 de julho de 2026.

ERNANI LORIVAL RODRIGUES
Presidente do CMDCA Gestão 2025/2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F536EF15

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 17/2026

Súmula: Aprovação da Contratação de Empresa para elaboração e realização da 13ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Quatro Barras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Quatro Barras – CMDCA, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal n°1363/2020, reunido extraordinariamente em 10 de julho de 2026, e considerando:

1. A Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, "que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente";
2. O Documento orientador da 13ª Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente;
3. O Documento Base da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente;
4. A Resolução nº 276 DE 12 de novembro de 2025, que dispõe sobre a convocação da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA) e dá outras providências.
5. A Resolução Conjunta 01/2026 CEDCA/SEDEF, que convoca a 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
6. A Ata 08/2026/CMDCA
7. A deliberação da Plenária.

RESOLVE:

Artigo 1º. O Colegiado delibera pela aprovação total e unânime pela contratação de serviços especializados para a elaboração e realização da 13ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Quatro Barras.

Artigo 2º. Resolução entra em vigor com data da sua publicação.

Quatro Barras, 10 de julho de 2026.

ERNANI LORIVAL RODRIGUES
Presidente do CMDCA Gestão 2025/2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:5199EFCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DESERTA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda e com fornecimento integral de peças, componentes e insumos inclusos, para 01 (uma) empilhadeira elétrica patolada, marca heli, modelo CDD15, número de série 8015JEP842, pertencente ao Almoxarifado Central do Município de Quatro Barras/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Aviso de Dispensa Eletrônica.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através do Agente de Dispensa, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal n.º 10.627/2025, torna público para conhecimento dos interessados que a Dispensa Eletrônica nº 14/2026 com reabertura agendada para o dia 14 de julho de 2026, às 08h00 com o objeto de contratação em epígrafe, foi declarada **DESERTA**. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, situado à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras, PR, no horário das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, pelo telefone (41) 3671-8800, pelo site da Prefeitura www.quatrobarras.pr.gov.br ou pelo e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br.
Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

MARCELO OLEGÁRIO DA SILVA FILHO
Agente de Dispensa

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:CF88E8BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTO DE DIÁRIA N° 5077/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 5077/2026
GILSON SYDOR - CPF. XXX.386.799-XX
I)Processo Administrativo n° 11332/2026
II) Cargo do servidor: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SMDU
III)Período de afastamento: 15/07/2026(15h) a 17/07/2026(17h)
IV) Número de diárias: duas diárias integrais e uma meia diária.
V) valor unitário da meia diária: 445,14 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos)
VI) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.225,70 (dois mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).
VIII) objetivo e destino da viagem: Diária para pendências documentais Leilão 01/2026, em Capinzal/SC.

Quatro Barras, 15 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:1F5C040C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
DECRETO 106/2026

DECRETO N° 106 DE 15 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 2.063/2025 de 08 de outubro de 2025 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 43.203,37 (Quarenta e três mil, duzentos e três reais e trinta e sete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.004.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
06.004.10.305.0008.2.079. Gestão das Atividades do PROVIGIA
748 - 3.3.90.30.00.00 33494 MATERIAL DE CONSUMO 4.976,70
749 - 4.4.90.52.00.00 3518 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 38.226,67

Total Suplementação: 43.203,37

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelson Ziani Coito
Código Identificador:27F5D43D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº. 03/2026

TESTE SELETIVO Nº 02/2026

EDITAL Nº. 03/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA APÓS A ANÁLISE DE TÍTULOS

O Município de Quitandinha e a respectiva Comissão de Avaliação e Julgamento, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital contendo a classificação provisória dos candidatos no Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2026, conforme Anexo I ao edital.

1 . Nos termos do item ‘6.2.’ do Edital nº 02/2026, o critério de desempate utilizado foi o de maior idade entre os candidatos.

Os interessados poderão interpor recurso, no prazo de 2 (dois) úteis, conforme item ‘7.2’ do Edital n° 02/2026.

Quitandinha, 15 de julho de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EF1A8392

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 01/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 01/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Joemir Cesar Dos Santos
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 14/07/2026 a 13/07/2027
Data da assinatura: 14/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:70D16C41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 02/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 02/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Luiz Carlos Kwiatkoski
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 14/07/2026 a 13/07/2027
Data da assinatura: 14/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:C5D87635

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 03/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 03/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Juarez Angelo Kais Dubiela
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 14/07/2026 a 13/07/2027
Data da assinatura: 14/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:73C3D3DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 04/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 04/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Vinicius Smikiuver De Lima
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 14/07/2026 a 13/07/2027
Data da assinatura: 14/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:5C1F4B2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 05/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 05/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Aureo Aranha Antunes
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 14/07/2026 a 13/07/2027
Data da assinatura: 14/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EA405C68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 07/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 07/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Vinicius Smokouver De Lima
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 13/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:6726D244

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 10/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 10/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Aureo Aranha Antunes
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 13/07/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:D58708B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 223/2026

PORTARIA N° 223/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 3547/2026,

RESOLVE

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde de 24/06/2026 a 08/07/2026, para JUSSARA WISNIEWSKI, portadora do RG nº. 7.947.827-0/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com exercício de suas funções no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 24/06/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 07 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

VALTENCIR SANTANA
Secretário Municipal Interino de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:22E5EB82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 224/2026

PORTARIA N° 224/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo n° 3548/2026,

RESOLVE

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde de 19/06/2026 a 23/06/2026, para MARILENE CRISTINA DA CRUZ, RG nº. 4.544.972-6/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional Geral, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 19/06/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 07 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

VALTENCIR SANTANA
Secretário Municipal Interino de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F4181DB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 225/2026

PORTARIA N° 225/2026

O Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica revogada partir desta data a Portaria nº 203, de 22 de junho de 2026.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná 10 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:8A1DA63B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 1956/09/2026

Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio 2025-2027 e revoga o Decreto nº 1.866/09/2025.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor Everton Cássio Zanuto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, decreta:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o biênio 2025-2027, composto por 03 (três) representantes governamentais e 03 (três) representantes não governamentais, com seus respectivos suplentes, conforme dispõe a Lei Municipal nº 421/2009, passando a vigorar com a seguinte composição:

Representantes Governamentais

Conselheiro	Representação
Titular: Paulo dos Santos Massa Azevedo Suplente: Alzira Aparecida Ferreira Dias	Saúde
Titular: Silvana Cristina de Gois Suplente: Erica Luzia dos Santos Ferreira	Educação
Titular: Janaina Nayara Silva Mariano Suplente: Vanessa Rayane M. da Cruz Ferreira	Assistência Social

Representantes Não Governamentais

Conselheiro	Representação
Titular: Valdirene Teixeira da Silva Suplente: Kátia Ribas	Representantes dos Usuários
Titular: Jocelene Teresinha da Luz Suplente: Edileuza Augusto Barbosa	Representantes dos Usuários
Titular: Joseana Gomes de Souza Suplente: Neucilene Conceição Felix de Souza	Representantes Entidades

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 1.866/09/2025.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rancho Alegre D'Oeste, 15 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:474E1B45

ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 1957/09/2026

Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o biênio 2025-2027 e revoga o Decreto nº 1.878/09/2025.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor Everton Cássio Zanuto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, decreta:

Art. 1º - Fica alterada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI do Município de Rancho Alegre D'Oeste, composto por 03 representantes governamentais e 03 representantes não governamentais e respectivos suplentes, conforme preconiza a Lei Municipal 654/07/2017 de 28 de março de 2017, passando a vigorar com a seguinte composição:

Representantes Governamentais

Conselheiro	Representação
Titular: Paulo dos Santos Massa Azevedo Suplente: Alzira Aparecida Ferreira Dias	Saúde
Titular: Silvana Cristina de Gois Suplente: Erica Luzia dos Santos Ferreira	Educação
Titular: Maria Cristina da Silva Suplente: Janaina Nayara Silva Mariano	Assistência Social

Representantes Não Governamentais

Conselheiro	Representação
Titular: Neucilene Conceição Felix de Souza Suplente: Marilene Severina Aguilar	Representantes do Grupo de Convivência
Titular: Domingos Merciel Suplente: Milton de Farias Simão	Associação de Convivência da Terceira Idade
Titular: Disnei Ivo Frasson Suplente: Amanda Cristina Tarcizio	Representantes das Igrejas

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 1.878/09/2025.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Rancho Alegre D'Oeste, 15 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:9ECAD1DF

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA 011/2026

SÚMULA: Estabelece critérios e procedimentos para a inscrição dos programas/serviços de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes das entidades governamentais e não-governamentais, bem como, estabelece critérios e procedimentos para o registro das entidades não-governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Rancho Alegre d'Oeste/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 597/06/2015 e a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a alteração e Resolução do CONANDA Nº170/2014,
CONSIDERANDO a adequação no Município do Art. 90 e Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO, a deliberação plenária do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA realizada em 28 de maio de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para a **inscrição** dos programas/serviços de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes das **entidades governamentais e não-governamentais** que atuam nos regimes de:
I – Orientação e apoio sociofamiliar;
II– Apoio socioeducativo em meio aberto;
III - Colocação familiar;
IV – Acolhimento institucional;
V – Prestação de serviços à comunidade;
VI – Liberdade assistida;
VII – Semi-liberdade;
VIII - Internação;
§1º. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas/serviços, especificando os regimes de atendimento, conforme o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Rancho Alegre d'Oeste/PR;
§2º. Os programas/serviços em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, no prazo máximo, a cada 02 (dois) anos, constituindo-se como critérios para renovação de funcionamento:
I - O efetivo respeito às regras e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
II - A qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;
III - Se tratando de programas/serviços de acolhimento institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, conforme o caso.
Art. 2º Para proceder ao pedido das inscrições, as entidades governamentais e não-governamentais deverão protocolar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, os seguintes documentos:
a) Requerimento de inscrição (devidamente preenchido e assinado) conforme **ANEXO I** desta Resolução;
b) Formulário de inscrição (devidamente preenchido e assinado) conforme **ANEXO II** desta Resolução;
c) Atestado de qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, fornecido pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Vara da Infância e da Juventude;
d) Tratando-se de entidade não-governamental, deverá anexar aos documentos acima solicitados, cópia do Estatuto Social e ata de posse da atual diretoria (registrados em cartório);
Art. 3º Para proceder à avaliação dos pedidos das inscrições dos Programas/Serviços, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, deverá formar Comissão de Avaliação, a qual terá o prazo máximo de 30 dias, contados a partir do protocolo dos documentos entregues pelas entidades, para fornecer Relatório/Parecer para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA.
Parágrafo Único. A Comissão de Avaliação poderá solicitar às entidades, a correção/adequação de itens que não ficaram claros nos documentos entregues, dando prazo para que as mesmas possam fazer as correções/adequações necessárias.
Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, deverá submeter os Relatórios/Pareceres em reunião deliberativa deste Órgão, no máximo em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos Relatórios/Pareceres.
Art. 5º Para conceder a inscrição dos Programas/Serviços, conforme os princípios e normas do ECA e desta Resolução, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, deverá fornecer comprovante de inscrição às respectivas entidades.
§ 1º Os números das inscrições seguirão a ordem dos protocolos, devendo iniciar pelo nº. 01, sem prejuízo das inscrições ou registros anteriormente efetuados.
§ 2º Após a inscrição dos Programas/Serviços, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, deverá comunicar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e à Vara da Infância e da Juventude, a relação das inscrições efetuadas, com cópia do comprovante da inscrição.
Art. 6º Estabelecer critérios e procedimentos para o registro das entidades não-governamentais de atendimento destinados às crianças e adolescentes.
Art. 7º Poderão solicitar registro as entidades não-governamentais que realizem atividades conforme o Art. 4º do ECA, (efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária).
§1º. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
§2º. Será negado o registro à entidade que:
I - Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
II - Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

III - Esteja irregularmente constituída;
IV - Tenha em seus quadros pessoas inidôneas.
§3º. O registro terá validade máxima de 04 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação.
Art. 8º. Para proceder ao pedido de registro, as entidades não-governamentais deverão protocolar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, os seguintes documentos:
a) Requerimento de registro (devidamente preenchido e assinado) conforme ANEXO III desta Resolução;
b) Formulário de registro (devidamente preenchido e assinado) conforme ANEXO IV desta Resolução;
c) Atestado de qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, fornecido pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Vara da Infância e da Juventude;
d) Cópia do Estatuto Social (registrado em cartório);
e) Cópia da ata de posse da atual diretoria (registrada em cartório);
f) Cópia do comprovante do CNPJ;
g) Cópia do RG e CPF do representante legal e Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Fórum de Justiça da Comarca onde o mesmo reside, fornecida há no máximo 06 meses;
h) Cópia de laudo fornecido pela Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros.
Art. 9º. Para proceder à avaliação dos pedidos dos registrados das entidades não- governamentais, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR - CMDCA, deverá formar Comissão de Avaliação, a qual terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do protocolo dos documentos entregues pelas entidades, para fornecer Relatório/Parecer para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA.
Parágrafo Único. A Comissão de Avaliação poderá solicitar às entidades, a correção/adequação de itens que não ficaram claros nos documentos entregues, dando prazo para que as mesmas possam fazer as correções/adequações necessárias.
Art. 10. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, deverá submeter os Relatórios/Pareceres em reunião deliberativa deste Órgão, no máximo em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos Relatórios/Pareceres.
Art. 11. Para conceder o registro das entidades não-governamentais, conforme os princípios e normas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e desta Resolução, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR, deverá fornecer comprovante de registro às respectivas entidades.
§ 1º. Os números dos registros seguirão a ordem dos protocolos, devendo iniciar pelo nº 01, sem prejuízo das inscrições ou registros anteriormente efetuados.
Art.12. A manutenção do registro da Entidade e da Inscrição de Programas/Serviços em execução dependerá de comprovação da continuidade, assiduidade e qualidade do atendimento, devendo ser bienalmente encaminhado ao CMDCA pedido para renovação do Atestado de Funcionamento 60 (sessenta) dias antes do vencimento, constituindo-se como critérios para renovação de funcionamento:
I - O efetivo respeito às regras e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
II - A qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;
III - Se tratando de programas/serviços de acolhimento institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, conforme o caso.
IV - Manter os programas e serviços inscritos com atendimento qualificado e quantificado;
V - Atender as orientações do CMDCA quando o Colegiado deliberar pela necessidade de aperfeiçoamento de suas ações;
VI - Comunicar formalmente ao CMDCA todas as alterações que ocorrerem na entidade e nos programas por ela mantidos para que sejam submetidas à avaliação;
VII - Apresentar devidamente atualizados os dados cadastrais, informando o CMDCA das alterações ocorridas;
VIII - Apresentar outras informações e/ou documentos, quando solicitados pelo CMDCA;
IX - No prazo estabelecido no *caput* deste artigo as Entidades deverão protocolar no CMDCA, solicitando a renovação do Atestado de Funcionamento, acompanhado dos seguintes documentos atualizados, sem prejuízo do disposto nos incisos I a V desse artigo, sendo que para manutenção das **inscrições**:
a) Requerimento de inscrição e/ou renovação (devidamente preenchido e assinado) conforme **ANEXO I** desta Resolução;
b) Formulário de inscrição e/ou renovação (devidamente preenchido e assinado) conforme **ANEXO II** desta Resolução;
c) Atestado de qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, fornecido pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Vara da Infância e da Juventude;
d) Tratando-se de entidade não-governamental, e ocorrendo a alterações na Diretoria, juntar cópia da ata da Assembleia Eletiva diretoria (registrada em cartório), bem como a relação dos novos diretores devidamente qualificados e, cópias da Carteira de Identidade, CPF e do representante legal e Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Fórum de Justiça da Comarca onde o mesmo reside, fornecida há no máximo 06 meses;
Art. 13 Sendo que para manutenção do **registro,** as entidades não-governamentais deverão apresentar os seguintes documentos:
a) Requerimento de registro e/ou renovação (devidamente preenchido e
assinado) conforme **ANEXO III** desta Resolução;
b) Formulário de registro e/ou renovação (devidamente preenchido e assinado) conforme **ANEXO IV** desta Resolução;
c) Atestado de qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, fornecido pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Vara da Infância e da Juventude;
d) Cópia do Estatuto Social (registrado em cartório);
f) Se houve alterações na Diretoria, juntar cópia da ata da Assembleia Eletiva diretoria (registrada em cartório), bem como a relação dos novos diretores devidamente qualificados e cópias da Carteira de Identidade, CPF e do representante legal e Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Fórum de Justiça da Comarca onde o mesmo reside, fornecida há no máximo 06 meses;
g) Cópia do comprovante do CNPJ;
h) Relatório das ações realizadas no exercício do ano anterior que descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas de acordo com o Plano de Trabalho;
i) Cópia de laudo fornecido pela Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros, atualizados
Art. 14. A inscrição dos Programas/Serviços, bem como, os registros das entidades não-governamentais, poderão ser cancelados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, a qualquer tempo, em caso de descumprimento ou infração de qualquer dispositivo desta Resolução, dos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório.
Art. 15. O prazo recursal será de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da decisão, mediante oficialização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA.
Art. 16. A Comissão de Avaliação deverá avaliar tanto, os pedidos das inscrições e/ou renovação, quanto os pedidos de registro e/ou renovação das entidades não-governamentais.
Parágrafo Único. Para a composição da Comissão de Avaliação será composta por 04 membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR – CMDCA, com representação paritária, sendo 02 (dois) representantes governamentais e 02 (dois) representantes da Sociedade Civil.
Art. 17. Casos omissos ou não previstos nesta Resolução deverão ser avaliados pela Comissão de Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR
Art. 18. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rancho Alegre d'Oeste, 15 de julho de 2026.

JANAÍNA LETÍCIA DA SILVA
Presidente do CMDCA

ANEXO I (Resolução nº 011/2026 do CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste/PR)
REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO E/OU RENOVAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DE PROTEÇÃOOU SOCIEDUCATIVOS NO CMDCA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR.

A Entidade _____
Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: _____
Endereço: _____ nº _____
Bairro:_____ CEP: _____
Município:_____Estado:_____
Telefone: ( ) _____
E-mail: _____ vem, por meio deste, requerer a concessão de Inscrição e/ou renovação do Programa/Serviço: _____
_____
(preencher conforme Art. 90 do ECA) desta Entidade neste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Nestes termos pede-se o deferimento.

Rancho Alegre d'Oeste, Paraná, _____ de _____ de _____.
_____
Responsável legal

ANEXO II (Resolução nº 0112026 do CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste – PR)

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO E/OU RENOVAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DE PROTEÇÃO OU SOCIOEDUCATIVOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS NO CMDCA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR

Nome da Entidade:
_____

Natureza: ( ) governamental ( ) não-governamental

Funcionamento deste Programa/Serviço desde: _____

Nome do(a) responsável legal:
_____
_____
Descrição do regime de atendimento:
( ) Orientação e apoio sociofamiliar;
( ) Apoio socioeducativo em meio aberto;
( ) Colocação familiar;
( ) Acolhimento institucional;
( ) Prestação de serviços à comunidade;
( ) Liberdade assistida;
Objetivos do Programa/Serviço: _____
_____
_____
Capacidade de atendimento: _____
Frequência do atendimento: ( ) diário ( ) semanal ( ) mensal
Faixa etária: _____
Horário de funcionamento: _____
Caracterização do público atendido: _____
Profissionais responsáveis pelo Programa/Serviço (Nome e formação):
_____
Observação: tratando-se de **programas/serviços de acolhimento institucional ou familiar, descreva sobre os índices de sucesso de reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, deverá descrever sobre o cumprimento dos incisos I a IX do art. 92 do ECA.**

Rancho Alegre d'Oeste – Paraná, ____ de _____ de _____.

Nome do responsável legal: _____

Assinatura do responsável legal: _____

ANEXO III (Resolução nº 0112026 do CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste – PR)

REQUERIMENTO PARA REGISTRO DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS NO CMDCA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rancho Alegre d'Oeste/PR.

A Entidade _____
Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: _____
Endereço: _____ nº _____
Bairro:_____ CEP: _____
Município:_____Estado:_____
Telefone: ( ) _____
E-mail: _____ vem, por meio deste, requerer a concessão de REGISTRO desta Entidade de _____
_____
(preencher conforme Art. 90 do ECA) desta Entidade neste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Nestes termos pede-se o deferimento.

Rancho Alegre d'Oeste, Paraná, _____ de _____ de ____.
_____
Responsável legal

ANEXO IV (Resolução nº 0112026 do CMDCA de Rancho Alegre d'Oeste – PR)

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO E/OU RENOVAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DE PROTEÇÃO OU SOCIOEDUCATIVOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS NO CMDCA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR

Nome da Entidade:
_____
Nome do(a) responsável legal:
_____
_____
Descrição da entidade (preencher conforme Art. 90 do ECA)**:**
_____
Atividades desenvolvidas: _____
_____
Objetivos: _____**Metodologia aplicada:**
_____
Capacidade de atendimento: _____
Frequência do atendimento: ( ) diário ( ) semanal ( ) mensal ( ) outro _____
Faixa etária: _____
Horário de funcionamento: _____
Caracterização do público atendido: _____
Profissionais responsáveis pelo Programa/Serviço (Nome e formação):
_____

Rancho Alegre d'Oeste – Paraná, ____ de _____ de _____.

Nome do responsável legal: _____

Assinatura do responsável legal: _____

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:3CB2FF53

EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR

CONTRATADA: AP ORGANIZAÇÃO PAULISTA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.602.302/0001-04

OBJETO: PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA CAPACITAÇÃO DO SIOPE (SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO), EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR TOTAL: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).
HOMOLOGADO: 15 de julho de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.1333/2021.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR**,** 15 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:45E89DC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2025 EDITAL Nº 19 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2025, conforme Edital de Homologação Nº 08, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h30min) e no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de cinco (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação (16 a 22 de julho de 2026), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
1957	TAINARA CARVALHO DO PORTO	AC	31°
1735	FABIO GUILHERME SALVI	AC	32°
2058	MARIA EDUARDA MATTER CAMARGO	AC	33°

Realeza, 15 de julho de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2026.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____ PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº _____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 07/2025, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 07/2025, para o cargo de _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 07/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:705C2C71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - DISP. 19

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 200/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: COLLORITTI IMOVEIS LTDA
OBJETO: Locação de espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades do Conselho Tutelar de Realeza, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
REFERENTE: LICITAÇÃO Dispensa Nº 19/2026
VALOR TOTAL: R$19.800,00 (Dezenove Mil e Oitocentos Reais)
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:75C9E47A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - PE 21

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 75/2026

ABERTURA: DIA 24/06/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de equipamentos tecnológicos e insumos, compreendendo dispositivos de realidade virtual, impressora 3D e materiais de consumo, destinados a ações de inovação, educação tecnológica e fomento ao empreendedorismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): LEAL EQUIPAMENTOS LTDA, ITEM 1, COM VALOR TOTAL DE **R$ 1.188,00** (UM MIL CENTO E OITENTA E OITO REAIS). **KRODS TECNOLOGIA LTDA** ITEM 2, COM VALOR TOTAL DE **R$ 5.999,00** (CINCO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS**). V M DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA,** ITEM 3, COM VALOR TOTAL DE **R$ 7.920,00** (SETE MIL NOVECENTOS E VINTE REAIS), VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 15.107,00 (Quinze Mil, Cento e Sete Reais)**.

REALEZA, AOS vinte e quatro dias de junho de 2026

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:E92E4AED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 21

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo PREGÃO ELETRÔNICO nº 21/2026, cujo objeto da presente licitação éAquisição de equipamentos tecnológicos e insumos, compreendendo dispositivos de realidade virtual, impressora 3D e materiais de consumo, destinados a ações de inovação, educação tecnológica e fomento ao empreendedorismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS quinzes dias de julho de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:434DE3EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2014, DE 15 DE JULHO DE 2026

Autoriza a Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Médico (40 horas) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, FABIELI MANFREDI**,** Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte,
LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 236, inciso III, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015 a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de médico (40 horas), para substituição temporária de profissional vinculada ao Programa Mais Médicos, do Governo Federal, visando atender a necessidade de excepcional interesse público.
Parágrafo único. O vencimento, carga horária, direitos, deveres e atribuições são as mesmas previstas para o cargo efetivo de Médico (40 horas).

Art. 2º A contratação de que trata o art. 1º desta Lei terá a duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual ou inferior período.

Art. 3º O contrato será de natureza administrativa e especial, ficando o contratado vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:22ACB335

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2015, DE 15 DE JULHO DE 2026

Autoriza a Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Educador Físico e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, FABIELI MANFREDI**,** Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte,
LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 236, inciso IV, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015 a realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Educador Físico, em decorrência da vacância do cargo efetivo, visando atender a necessidade de excepcional interesse público.

Parágrafo único. O vencimento, carga horária, direitos, deveres e atribuições são as mesmas previstas para o cargo efetivo de Educador Físico.

Art. 2º A contratação de que trata o art. 1º desta Lei terá a duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual ou inferior período.

Art. 3º O contrato será de natureza administrativa e especial, ficando o contratado vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:2BF89572

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
ERRATA DA PORTARIA Nº 037/2026

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, torna pública a seguinte ERRATA:
Na Portaria Municipal nº 37/2026 que DESIGNA GESTOR E FISCAL DO CONVÊNIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS – SEAB – JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO:
ONDE SE LÊ:
Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 13 de Julho de 2025.
LEIA-SE:
Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 13 de Julho de 2026.

***

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 15 de Julho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:1EBF1CDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 173/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 9006/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2026

CONTRATANTE: Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, com sede à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR, inscrito no CGC/MF nº 01.612.911/0001-32, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Vitório Antunes de Paula, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.605.170-6 e do CPF/MF nº 855.281.889-20, e

CONTRATADA: A empresa G VENITES EMPREENDIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 43.885.766/0001-03, localizada na Rua das Araucárias, n.º 125, Bairro Calgaro, cidade de Mangueirinha/PR.

OBJETO: "CONCLUSÃO DA OBRA DO ESPAÇO CIDADÃO CONTENDO: CIRCULAÇÃO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS FEMININAS, NSTALAÇÕES SANITÁRIAS MASCULINAS, INSTALAÇÕES ADAPTADAS À PCD, DEPÓSITO, COPA, 9 SALAS DE ATENDIMENTOS E SALA DE REUNIÕES. "

VALOR: R$ 825.000,00 (Oitocentos e vinte e cinco mil) reais.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 (Duzentos e quarenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 (Quatrocentos e oitenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de julho de 2026.

FORO: Comarca de Pinhão, Estado do Paraná.

Reserva do Iguaçu, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:E4872FC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
EMENDA A LOM Nº 11/2026

Emenda à Lei Orgânica

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga a seguinte

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 11
Altera o artigo 8º do Título VI – Das Disposições Gerais e Transitórias, e o artigo 125 da Lei Orgânica do Município de Rio Azul.

Art. 1º O artigo 8º, do Título VI – Das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de Rio Azul passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º Os Projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos Orçamentos Anuais (LOA) serão encaminhados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, observados os seguintes prazos:
I – o projeto do Plano Plurianual (PPA), para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado até 30 de setembro do primeiro exercício financeiro do mandato e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;
II – o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será encaminhado até 15 de maio de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;
III – o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) será encaminhado até 30 de setembro de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa."

Art. 2º O artigo 125, da Lei Orgânica do Município de Rio Azul passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 125. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária anual, observados os limites e condições estabelecidos na Constituição Federal e na legislação aplicável.
§ 1º A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo até 15 de setembro de cada exercício financeiro para consolidação na Lei Orçamentária Anual.
§ 2º Na hipótese de não encaminhamento da proposta no prazo previsto no § 1º, o Poder Executivo utilizará, para fins de consolidação da Lei Orçamentária Anual, os valores constantes do orçamento vigente, observados os limites constitucionais e a estimativa de receita do Município para o exercício seguinte."

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal,
Em Rio Azul, 15 de julho de 2026.

assinaram:
JUSSARA MARTINS
Presidente

ALEIXO PRINCIVAL
Vice-Presidente

EDSON PAULO KLEMBA
1º Secretário

PAULO CEZAR POPOVICZ
2º Secretário

Publicado por:
José Augusto Gueltes
Código Identificador:C6239B9A

CÂMARA MUNICIPAL
EMENDA A LOM Nº 12/2026

Emenda à Lei Orgânica

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 12
Insere o Art. 105-A à Lei Orgânica do Município de Rio Azul

Art. 1º A Lei Orgânica do Município de Rio Azul passa a vigorar acrescida do Art. 105-A, com a seguinte redação:

*"**Art. 105-A** Para o servidor público que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda à Lei Orgânica nº 08, de 16 de julho de 2020, as idades mínimas para aposentadoria voluntária, observados os demais requisitos previstos em lei complementar, serão as seguintes:*
I - Para a regra de transição que combina tempo de contribuição e pontuação, a idade mínima será de:
a) 56 (cinquenta e seis) anos de idade para mulher e 61 (sessenta e um) anos de idade para homem, sendo elevada para 57 (cinquenta e sete) anos de idade, para mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, para homem, a partir de 1º de janeiro de 2022;
b) Para os servidores ocupantes do cargo de Professor, as idades mínimas serão de 51 (cinquenta e um) anos para mulher e 56 (cinquenta e seis) anos para homem, sendo elevadas para 52 (cinquenta e dois) e 57 (cinquenta e sete) anos, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022;
II - Para a regra de transição que estabelece um pedágio de 100% (cem por cento) sobre o tempo de contribuição faltante, a idade mínima será de:
a) 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
b) Para os servidores ocupantes do cargo de Professor, 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem."

Art. 2º Ficam convalidados e ratificados todos os atos administrativos de concessão de aposentadoria que, desde 16 de julho de 2020, observaram as idades mínimas previstas no Art. 105-A desta Emenda, assegurando-se o ato jurídico perfeito.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal,
Em Rio Azul, 15 de julho de 2026.

assinaram:
JUSSARA MARTINS
Presidente

ALEIXO PRINCIVAL
Vice-Presidente

EDSON PAULO KLEMBA
1º Secretário

PAULO CEZAR POPOVICZ
2º Secretário

Publicado por:
José Augusto Gueltes
Código Identificador:18291973

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL – CNPJ nº 77.774.552/0001-81
CONTRATADA: DEMBINSKI & MIKOSKI LTDA - ME - CNPJ nº 28.453.476/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material de expediente (escritório e papelaria) para a Câmara Municipal de Rio Azul
VALOR: R$ 6343,46(seis mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos)

PRAZO DE FORNECIMENTO: 15/07/2026 à 14/07/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

Rio Azul, 15 de julho de 2026.

JUSSARA MARTINS
Presidente da Camara

INÊS MIKOSKI DEMBINSKI
Contratada

Publicado por:
Rosa Veridiana Duda
Código Identificador:1527C756

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL – CNPJ nº 77.774.552/0001-81
CONTRATADA: GIOVANI BENINCA RELOGIOS ME- CNPJ nº 04.590.952/0001-63
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de atualização do sistema ponto para o relógio ponto BIO/PROX Id CLASS - CONTROLiD para atender as necessidades da Câmara Municipal.
VALOR: R$590,00 (quinhentos e noventa reais)

PRAZO DE FORNECIMENTO: 15/07/2026 à 14/07/2027

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

Rio Azul, 15 de julho de 2026.

JUSSARA MARTINS
Presidente da Camara

GIOVANI BENINCA
Representante da Contratada

Publicado por:
Rosa Veridiana Duda
Código Identificador:86E1D2E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 60/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei no 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA E EXECUÇÃO contratual, pelo período de 12 (doze) meses, passando a vencer em 21 de julho de 2027.
ASSINATURA: 10/07/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:C37A97A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
06º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
06º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 44/2024
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **RIO AZUL TELECOM LTDA - ME**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Com fundamento no Art. 125, da Lei Federal 14.133/2021, fica aditivado o valor de R$ 4.469,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), contido na Cláusula sétima do Contrato nº 44/2024, para quatro novos pontos de internet.
ASSINATURA: 10/07/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) ROLANDO THOMAZ -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:1ABEFB14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 59/2026, do tipo Menor Preço por Lote, modo de disputa aberto, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO, PÚBLICO OU PRIVADO, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES REMUNERADOS POR ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EM CURSOS DE EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.788/2008, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 114/2022 e nº 07/2024 e demais exigências constantes no Edital. Em razão da retificação promovida no instrumento convocatório, fica mantida a sessão pública para o dia 20 de julho de 2026, às 08h30min, por meio da plataforma eletrônica Bolsa de Licitações do Brasil – BLL. O recebimento das propostas permanecerá aberto até às 08h29min do dia 20 de julho de 2026, iniciando-se a fase de lances às 08h30min da mesma data. O Edital Retificado e seus anexos encontram-se disponíveis no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Azul, situado na Rua Guilherme Pereira, nº 482, Centro, Rio Azul/PR, no horário das 08h00 às 11h45 e das 13h00 às 17h00, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal da Transparência do Município e na plataforma eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

Rio Azul, 15 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:D3A6D4E6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 150/2026

DECRETO Nº 150/2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto no art. 230 da Constituição Federal, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741. de 01º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e estabelece diretrizes para a política de atendimento;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no âmbito do Estado do Paraná;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituído o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, órgão colegiado de caráter consultivo e de articulação, com a finalidade de coordenar, acompanhar e fomentar as políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e à proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e de seus cuidadores.

Art. 2.º - Compete ao Comitê Municipal:
I- Promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II- Utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa, podendo criar instrumentos complementares quando couber;
III- Acompanhar a implantação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV- Acompanhar a implantação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI – e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;

V- Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI- Contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável, assegurando atenção integral à pessoa idosa;
VII- Acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado;
VIII- Participar de capacitações, reuniões e outros eventos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual, observando as orientações e diretrizes expedidas.

Art. 3.º - Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I- Identificar, em suas áreas de atuação, as possibilidades de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população;
II- Apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas;
III- Informar ao Comitê sobre a criação, o aprimoramento ou a alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.

Art. 4.º - O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa terá a seguinte composição:
I- 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II- 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III- 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;
IV- 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Saúde;
V- 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Urbanismo;
VI- 01 (um) representante, e respectivo suplente, do Lar dos Velhinhos de Rio Azul;
VII- 01 (um) representante, e respectivo suplente, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Idosos -;
VIII- 03 (três) representantes de usuários, e respectivos suplentes, indicados por associações da sociedade civil organizada, com atuação na área.
§1º.- Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das respectivas Pastas, e os da sociedade civil, pelos dirigentes de suas entidades.
§2º.- A designação dos membros, titulares e suplentes, será formalizada por meio de Portaria do Prefeito Municipal.
§3º.- O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório saber, para participação eventual e contributiva em suas reuniões, sem direito a voto.
§4º.- A participação no Comitê é considerada serviço público de relevante interesse, não sendo remunerada.

Art. 5.º - O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou pela maioria de seus membros.

Art. 6.º - O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI – o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.

Art. 7.º - O suporte administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê, incluindo o registro de atas e a publicação de seus atos, serão de responsabilidade da Secretaria Executiva dos Conselhos.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio Azul-PR, aos 15 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:A8E41129

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO - CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL COM RESPECTIVAS PREMIAÇÕES - 1º CANTA RIO – FESTIVAL NACIONAL DE MÚSICA SERTANEJA DE RIO AZUL/PR

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a **Classificação e o Resultado Final** com as respectivas premiações do **1º Canta Rio – Festival Nacional de Música Sertaneja de Rio Azul/PR**, realizado no dia **11 de julho de 2026**, em conformidade com o Regulamento aprovado pelo **Decreto Municipal nº 128/2026**.
Classificação Final:
1º Lugar: Zé Paulo e Elias – **R$ 1.500,00**
2º Lugar: Cristian Ritter – **R$ 1.500,00**
3º Lugar: Robson e Renan – **R$ 1.300,00**
4º Lugar: Gilson Rocha – **R$ 1.000,00**
5º Lugar: João Vitor e Bahuan – **R$ 800,00**
6º Lugar: Matias e Izaias – **R$ 200,00**
7º Lugar: Grazi Viante – **R$ 200,00**
8º Lugar: Josieli Padilha – **R$ 200,00**
9º Lugar: Bruno Alves – **R$ 200,00**
10º Lugar: Jamil e Gabriele – **R$ 200,00**
O pagamento das premiações será realizado conforme as disposições constantes no **Item 10 do Regulamento** do Festival.

Rio Azul/PR, 15 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:6F419BC3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO - CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL COM RESPECTIVAS PREMIAÇÕES - 1º CONCURSO MUNICIPAL DE FOTOGRAFIA AMADORA – REVELANDO RIO AZUL

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a Classificação e o Resultado Final do 1º Concurso Municipal de Fotografia Amadora – REVELANDO RIO AZUL, realizado em conformidade com o Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 133/2026.

Classificação Final

Categoria Agricultura
1º Lugar: Edirlei Kovalik – **R$ 200,00**
Categoria Belezas Naturais
1º Lugar: Crislaine de Oliveira – **R$ 200,00**
Categoria Cultura
1º Lugar: Maria Paula Bihuna – **R$ 200,00**
Categoria Fé e Religiosidade
1º Lugar: Gilvano Gulbinski – **R$ 200,00**
Categoria Gastronomia
1º Lugar: Sophia Vieira Pacheco – **R$ 200,00**
Categoria Meio Ambiente
1º Lugar: Bianca Zorek – **R$ 200,00**
Categoria Orgulho de Rio Azul
1º Lugar: Heloísa Buco Moretto – **R$ 200,00**
Categoria Pessoas
1º Lugar: Iago Michel Zielinski – **R$ 200,00**
Categoria Turismo
1º Lugar: Andressa Dusanoski – **R$ 200,00**
Categoria Vida no Campo

1º Lugar: Pedro Ramon Moretto – **R$ 200,00**

O pagamento das premiações será realizado conforme as disposições constantes no Regulamento do 1º Concurso Municipal de Fotografia Amadora – REVELANDO RIO AZUL, aprovado pelo Decreto Municipal nº 133/2026.

Rio Azul/PR, 15 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:A2BB7D31

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 133/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do que preconiza o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 4º, §2º, do Decreto nº 150/2026, que instituiu o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar os seguintes membros para compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa:
Representantes do **Poder Público Municipal:**
Secretaria Municipal de Assistência Social: *Terezinha Aparecida Markovicz Gueltes*, na qualidade de titular e *Josuane Chruscinski Bueno*, na qualidade de suplente;
Secretaria Municipal de Educação e Cultura: *Patrícia Martins Budziak*, na qualidade de titular e *Salete Aparecida Cararo*, na qualidade de suplente;
Secretaria Municipal de Esportes e Recreação: *Fabiana Aparecida Chalus*, na qualidade de titular e *Cristiano Fiori*, na qualidade de suplente;
Secretaria Municipal de Saúde: *Douglas Ariel Vianna*, na qualidade de titular e *Keiti Rosa Banardeli*, na qualidade de suplente;
Secretaria Municipal de Urbanismo: *Jesse Loch Santos*, na qualidade de titular e *Valdir Siqueira*, na qualidade de suplente.
Representantes da **Sociedade Civil:**
Lar dos Velhinhos: *Ivana Camilio Teixeira Camargo*, na qualidade de titular e *Alini Maria Camilio Fucilini*, na qualidade de suplente;
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Idosos: *Elvira de Brito Camargo*, na qualidade de titular e *Maria Marlene Kullka Cordeiro*, na qualidade de suplente;
Associação Sagrado Coração de Maria (Representante de Usuários): *Noeli Bueno Corosque*, na qualidade de titular e *Luzia Fronczak*, na qualidade de suplente;
Associação Unidos pela Paz (Representante de Usuários): *Rosane Linhares*, na qualidade de titular e *Lurdes Teresinha dos Santos*, na qualidade de suplente;
Associação Conviver Novo Amanhã (Representante de Usuários): *Sebastiana Bianco*, na qualidade de titular e *Maria Salete da Silva*, na qualidade de suplente.

Art. 2º - A participação no Comitê é considerada função pública de relevante interesse social e não será remunerada.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, em Rio Azul, 15 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:5661529F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 32/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JOSÉ ABEL DOS SANTOS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 02 janeiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JOSÉ ABEL DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:5E12C979

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 33/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: VALDIR JOSÉ MOSSON
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 02 janeiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
VALDIR JOSÉ MOSSON
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3B0AEE8C

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 34/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: RODRIGO PRESTES
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 02 janeiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
RODRIGO PRESTES
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:5F78B63D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 38/2025
EDITAL PSS Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ELAINE RUVIENSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 04 janeiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:

Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ELAINE RUVIENSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:244CD241

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 70/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: AMANDA ALINE DA SILVA
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Pedido de rescisão do contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 06 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:958036B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 56/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Decreto nº 56/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026 no valor de até R$33.493,21 (trinta e três mil quatrocentos e noventa e três reais e vinte e um centavos).

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as concedidas pelo art. 9° da Lei Municipal n° 767/2025 – LOA e seus incisos, decreta:
DECRETO
Artigo 1º - Abre-se no PPA/LDO e Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$33.493,21 (trinta e três mil quatrocentos e noventa e três reais e vinte e um centavos).

Suplementação		
04	SECRETARIA DA FAZENDA	
04.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA	
04.001.28.843.2005.2.015.	RESGATE DAS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS OU NÃO E APORTE SUPLEMENTAR RPPS	
791 - 3.3.91.97.00.00 5501	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	5.320,65
10	SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA	
10.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA	
10.001.27.812.2016.2.051.	INCENTIVO AO DESPORTO COMUNITÁRIO	
792 - 4.4.90.52.00.00 30169	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.172,56
	Total Suplementação:	33.493,21

Artigo 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Superavit Financeiro, no valor de R$ 33.493,21 (trinta e três mil quatrocentos e noventa e três reais e vinte e um centavos), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, e seus Incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Superavit Financeiro nas Fonte(s):			
5501	Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	501	5.320,65
30169	Emendas Individuais Impositivas - Transf. Especial	1016	28.172,56
	Total:		33.493,21

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 09 de julho de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:839EF094

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 195/2026 - RH

PORTARIA Nº. 195/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE
Art. 1º - Designar a servidora, Sra. **CLAUDINEIA ROSA HASS**, do quadro efetivo desta municipalidade, para responder pela Chefia do **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**, vinculado à Secretaria Municipal desta municipalidade.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a **Portaria nº. 063/2021** e demais disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:FF06EF23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.635/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0368.0010.2083	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 745.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 745.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0361.0010.2086	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 250.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0361.0010.2086	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 145.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0365.0010.2085	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0365.0010.2085	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 250.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 745.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 15 de julho de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:CC6F7AFF

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
2º ADITAMENTO PROCESSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2024

Contrato: 052/2025. **Modalidade:** Concorrência Pública nº 014/2024. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para realizar a Requalificação da Avenida Manoel Muller de Siqueira, em Rio Branco do Sul/PR. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Florenza Serviços De Urbanização LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Aditivo de Prazo. **Prazo de Execução:** Prazo final 01/11/2026. **Vigência:** Prazo Final 28/12/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Fiscal de Contrato**: Cleverson Fernando Kvas. **Data da ratificação:** 15/07/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:992514C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 3521/2026

Autoriza o Poder Executivo a aportar recursos ao Hospital Bom Jesus, no âmbito da requisição administrativa de serviços, conforme decreto municipal nº 099, de 1º de julho de 2026.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, em caráter excepcional e, por força da requisição administrativa de serviços, conforme decreto municipal nº 099, de 01 de julho de 2026, a celebrar termo de aporte de recursos com o Hospital Bom Jesus, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.860.273/0001-45, pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de associação de fins beneficentes e filantrópicos, situado na Rua Capitão João Bley, nº 604, Centro, neste Município.

Art. 2º O termo ora autorizado, visa o aporte financeiro, de até R$2.862.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil reais) a título de suplementação dos recursos necessários à garantia da continuidade da prestação de serviços de assistência à saúde da população Rio-Negrense.

Art. 3º O Termo de Aporte de Recursos somente poderá ser celebrado após a vigência desta Lei e deverá observar, obrigatoriamente, as condições, limites, finalidades, regras de execução, monitoramento, acompanhamento, transparência e prestação de contas nela previstas.
§ 1º O Termo de Aporte de Recursos deverá conter, no mínimo:

I – identificação das partes;
II – objeto do aporte;
III – valor autorizado e forma de liberação dos recursos;
IV – prazo de execução e prazo de vigência;
V – plano de aplicação dos recursos;
VI – cronograma de execução e desembolso, quando houver;
VII – obrigações da entidade e do interventor;
VIII – regras de movimentação financeira e comprovação das despesas;
IX – forma e prazo de apresentação da prestação de contas;
X – previsão de acompanhamento pela Comissão de Monitoramento, Acompanhamento e Prestação de Contas;
XI – obrigação de publicação dos documentos no Portal da Transparência do Município;
XII – hipóteses de suspensão de repasses, glosa, restituição de valores e apuração de responsabilidades.
Art. 4º A aplicação dos recursos autorizados por esta Lei ficará vinculada exclusivamente à manutenção dos serviços hospitalares e ambulatoriais prestados à população durante o período de intervenção municipal, observadas as despesas previstas no processo administrativo, no plano de aplicação e no Termo de Aporte de Recursos a ser celebrado entre o Município e a Sociedade Hospital Bom Jesus.
§ 1º Os recursos poderão ser utilizados exclusivamente para despesas indispensáveis à continuidade dos serviços de saúde durante o período de intervenção, especialmente:
I – pagamento de folha líquida de pessoal vinculado à manutenção dos serviços hospitalares e ambulatoriais;
II – pagamento de férias, quando vinculadas ao período de execução e devidamente justificadas;
III – recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento custeada com os recursos do aporte;
IV – pagamento de vale-alimentação ou benefício equivalente aos trabalhadores vinculados à prestação dos serviços;
V – pagamento de serviços médicos necessários à manutenção do atendimento hospitalar e ambulatorial;
VI – pagamento de serviços de terceiros essenciais ao funcionamento da unidade hospitalar;
VII – outras despesas indispensáveis à continuidade dos serviços, desde que previamente justificadas no processo administrativo, compatíveis com o objeto do aporte e autorizadas pela Administração Municipal.
§ 2º É vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa da prevista nesta Lei, especialmente para:
I – pagamento de despesas não relacionadas ao período de intervenção;
II – quitação de obrigações pretéritas sem vinculação direta com a continuidade dos serviços durante a intervenção, salvo se expressamente justificadas no processo administrativo e autorizadas pela Administração Municipal;

III – pagamento de multas, juros, encargos moratórios ou penalidades decorrentes de inadimplemento anterior, salvo justificativa técnica e autorização expressa da Administração Municipal, quando indispensável à manutenção dos serviços essenciais;
IV – realização de despesas estranhas ao atendimento hospitalar e ambulatorial;
V – pagamento de despesas sem documentação comprobatória idônea;
VI – transferência dos recursos a terceiros sem a correspondente contraprestação de serviço, fornecimento ou obrigação regularmente comprovada.

Art. 5º Fica instituída a Comissão de Monitoramento, Acompanhamento e Prestação de Contas dos recursos autorizados por esta Lei, a ser designada por ato do Chefe do Poder Executivo, composta por servidores públicos municipais, preferencialmente com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda/Contabilidade, Administração, Procuradoria Jurídica, Controle Interno e demais áreas técnicas necessárias.

§ 1º A Comissão deverá ser designada antes da liberação dos recursos ou, justificadamente, em prazo compatível com o início da execução do Termo de Aporte, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo da aplicação dos valores.

§ 2º Compete à Comissão de Monitoramento, Acompanhamento e Prestação de Contas:
I – acompanhar a execução física e financeira do Termo de Aporte de Recursos;
II – verificar a compatibilidade das despesas realizadas com o objeto desta Lei, com o plano de aplicação, cronograma de execução e justificativas constantes do processo administrativo;
III – acompanhar a manutenção dos serviços hospitalares e ambulatoriais durante o período de intervenção;
IV – verificar se os recursos foram utilizados exclusivamente nas finalidades autorizadas;
V – analisar os documentos comprobatórios apresentados pela entidade ou pelo interventor;
VI – solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou saneamento de inconsistências;
VII – emitir relatórios de acompanhamento, quando necessário;
VIII – emitir relatório conclusivo sobre a prestação de contas, opinando pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da aplicação dos recursos;
IX – comunicar à autoridade competente, ao Controle Interno e aos demais órgãos responsáveis eventuais indícios de irregularidade, desvio de finalidade, dano ao erário ou ausência de comprovação das despesas;
X – encaminhar os relatórios de acompanhamento e o relatório conclusivo da prestação de contas ao setor responsável pela transparência pública, para publicação no Portal da Transparência do Município, observadas as restrições legais relativas a dados pessoais, dados sensíveis e informações protegidas por sigilo legal.

§ 3º A atuação da Comissão não substitui as competências legais do interventor, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Fazenda/Contabilidade, da Procuradoria Jurídica, do Controle Interno e dos demais órgãos de fiscalização, constituindo mecanismo adicional de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos públicos.

Art. 6º A liberação dos recursos autorizados por esta Lei somente poderá ocorrer após a assinatura do Termo de Aporte de Recursos, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º A liberação poderá ocorrer em parcela única ou em parcelas mensais, conforme previsto no Termo de Aporte de Recursos, no plano de aplicação e no cronograma aprovado pela Administração Municipal.

§ 2º Quando a liberação ocorrer de forma parcelada, a transferência de nova parcela poderá ser condicionada à apresentação de demonstrativo de aplicação dos recursos anteriormente recebidos, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais de saúde.

§ 3º Em razão da natureza essencial dos serviços hospitalares e ambulatoriais, a Administração Municipal poderá autorizar a liberação dos recursos necessários à manutenção imediata dos serviços após a assinatura do Termo de Aporte, desde que devidamente justificada no processo administrativo e mantida a obrigação de posterior comprovação integral da despesa.

§ 4º A movimentação dos recursos deverá ocorrer, preferencialmente, em conta bancária específica ou mediante controle contábil-financeiro individualizado, que permita identificar a origem, a aplicação e o saldo dos valores transferidos.

Art. 7º A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada pela entidade ou pelo interventor no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da execução do Termo de Aporte de Recursos, sem prejuízo da apresentação de documentos parciais sempre que solicitado pela Administração Municipal, pela Comissão de Monitoramento, Acompanhamento e Prestação de Contas ou pelo Controle Interno.

§ 1º A prestação de contas deverá conter, no mínimo:
I – relatório circunstanciado da execução do objeto, demonstrando a aplicação dos recursos e a manutenção dos serviços hospitalares e ambulatoriais;
II – demonstrativo financeiro das receitas recebidas, despesas realizadas e eventual saldo remanescente;
III – relação nominal dos pagamentos efetuados, com identificação dos beneficiários, fornecedores ou prestadores de serviços;
IV – cópia dos documentos fiscais, recibos, notas, faturas, folhas de pagamento, guias de encargos, comprovantes de transferências bancárias e demais documentos comprobatórios das despesas;
V – extratos bancários da conta específica ou demonstrativos contábeis equivalentes que permitam a conferência da movimentação dos recursos;
VI – comprovantes de recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, quando incidentes;
VII – demonstrativo da folha de pagamento custeada com os recursos do aporte, com identificação dos empregados, cargos/funções, valores pagos e período de referência;
VIII – demonstrativo dos serviços médicos e de terceiros pagos com recursos do aporte, contendo identificação do prestador, objeto, período de execução, valor e comprovação da efetiva prestação dos serviços;
IX – declaração do interventor de que os recursos foram aplicados exclusivamente nas finalidades autorizadas por esta Lei e pelo Termo de Aporte;
X – declaração quanto à existência ou inexistência de saldo financeiro remanescente;
XI – outros documentos que venham a ser solicitados pela Comissão, pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Secretaria Municipal de Fazenda, Procuradoria Jurídica ou pelo Controle Interno.

§ 2º As despesas somente serão consideradas regulares quando comprovadas por documentação idônea, compatíveis com o objeto do aporte, vinculadas ao período de execução, devidamente pagas e demonstradas nos registros financeiros e contábeis correspondentes.

§ 3º A ausência de documentos, a existência de inconsistências, a identificação de despesa incompatível ou a insuficiência de comprovação ensejará a notificação da entidade ou do interventor para saneamento, no prazo a ser fixado pela Comissão.

§ 4º Não sanadas as inconsistências ou constatada a aplicação irregular dos recursos, a Comissão deverá recomendar a rejeição total ou parcial da prestação de contas, sem prejuízo da restituição dos valores, da apuração de responsabilidades e da adoção das demais medidas administrativas, civis e legais cabíveis.

Art. 8º O Termo de Aporte de Recursos, o plano de aplicação, o cronograma de execução e desembolso, os valores transferidos, os relatórios de acompanhamento e o relatório conclusivo da Comissão de Monitoramento, Acompanhamento e Prestação de Contas deverão ser publicados no Portal da Transparência do Município, em campo próprio ou em local de fácil acesso ao cidadão.

§ 1º A publicação dos documentos deverá ocorrer no prazo de até 30(trinta) dias úteis após sua assinatura, emissão, aprovação ou transferência, conforme o caso.

§ 2º A publicação deverá observar a legislação de acesso à informação, proteção de dados pessoais e sigilo legal, devendo ser resguardados dados pessoais sensíveis, informações médicas, bancárias, fiscais, trabalhistas ou outras protegidas por legislação específica.

§ 3º A ausência de publicação dos documentos previstos neste artigo deverá ser justificada formalmente no processo administrativo, sem prejuízo da adoção das providências necessárias para saneamento da omissão.

Art. 9º Eventual saldo financeiro não utilizado até o encerramento da execução do Termo de Aporte de Recursos deverá ser restituído ao Município no prazo definido no instrumento, salvo se houver

autorização expressa para reprogramação, devidamente justificada e limitada ao objeto autorizado por esta Lei.
Parágrafo único. Os valores aplicados em desacordo com esta Lei, com o Termo de Aporte, com o plano de aplicação ou com o cronograma aprovado deverão ser restituídos ao Município, devidamente atualizados, sem prejuízo da responsabilização de quem der causa à irregularidade.
Art. 10 As despesas com a execução dessa lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias, classificadas como execução direta, suplementadas, se necessário, nos termos da lei orçamentária vigente, sem prejuízo da abertura de créditos especiais ou extraordinários, também nos termos da legislação vigente.
Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1F4FBC53

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 771/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 3 de agosto à 1º de setembro de 2026, referente ao seu 3º (terceiro) quinquênio de função pública, para o servidor ***Cassiano Custódio de Oliveira,*** com matrícula de nº 1980-1/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:514A4ED8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 772/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 13 de julho de 2026 à 1º de agosto de 2026 e de 9 de novembro de 2026 à 18 de novembro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Katia Schroth Grosskopf,*** com matrícula nº 1023-5/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:31D38E93

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 773/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 15 agosto de 2026 à 13 de setembro de 2026, referente ao seu 4º (quarto) quinquênio de função pública, para a servidora ***Ana Lucia do Livramento,*** com matrícula nº 1351-0/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 agosto de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:32AAF166

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 774/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 5 outubro de 2026 à 3 de novembro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Lucimara Kwiatkowski,*** com matrícula nº 1912-7/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 outubro de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FBB513BD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 775/2026

Dispõe sobre alterações na Portaria nº 575, de 13 de maio de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 575, de 13 de maio de 2026, que concede licença prêmio para a servidora municipal Maria Isabel Leite Bastos, com matrícula de nº 0439-1/2, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 21 de setembro de 2026 à 5 de outubro de 2026 e de 4 de janeiro de 2027 à 18 de janeiro de 2027, ..." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:98A695D3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 776/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder 01 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 10 de agosto de 2026 à 8 de setembro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora municipal ***Marise Fuchs Rodrigues de Bastos,*** com matrícula nº 2601-8/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:23F9DF78

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 777/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 2 (dois) meses de licença prêmio, a ser usufruído no período de 31 de agosto de 2026 à 29 de outubro de 2026, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para o servidor ***Alberto Tadamitsu Namazu,*** com matrícula de nº 2267-5/2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:DCC6A93B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 094 – PROCESSO N°191/2026

Objeto: Aquisição emergencial de telhas para atendimento de moradores em situação de vulnerabilidade do Município de Rio Negro/PR. PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) dias. Em conformidade com o inciso VIII, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:4252F5A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 095 – PROCESSO N° 198/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS FARMACÊUTICOS MANIPULADOS PARA AS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E UROLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 15 de julho de 2026.

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9903E728

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 70/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal em Exercício Senhor MARCELO WOTROBA, e a CONTRATADA: RODO SERVICE LTDA - CNPJ/MF sob n.º 00.688.075/0002-98, neste ato representada por LUIZ FOGAÇA DE SOUZA, em decorrência do processo de licitação Pregão Eletrônico n.º 16/2026. OBJETO: Aquisição de 03 (três) Ambulâncias tipo A, 01 (uma) Van e 01 (um) Micro-ônibus, todos 0 km e com plotagem..Vigência: 10/07/2026 até 06/01/2027. Preço: R$ 596.100,00 (quinhentos e noventa e seis mil e cem reais).
Recursos:
11.004.0010.0301.0008.1159.3449052520000000000-1276 Fonte 10054
11.004.0010.0301.0008.1159.3449052520000000000-1277 Fonte 00303
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 10/07/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:5C55D87F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 199/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 93/2026

OBJETO: Revisão de 250 horas da Motoniveladora LiuGong CLG 4180 D em garantia.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	FILTRO SEPARADOR - FILTRO SEPARADOR DE AGUA	628,16	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
2	1,00	UN	FILTRO DE DIESEL - FILTRO DIESEL SECUNDARIO	707,36	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
3	1,00	UN	FILTRO COMBUSTÍVEL	392,14	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
4	1,00	UN	ELEMENTO FILTRO OLEO	119,41	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
5	1,00	UN	FILTRO DE AR - CONJUNTO FILTRO AR	356,81	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
6	20,00	L	ÓLEO MOTOR 15W40 - ÓLEO DO MOTOR 15W 40 BALDE 20 LT	31,22	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
7	1,00	UN	SERVIÇO TÉCNICO	1.722,00	MPM COMÉRCIO DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Rio Negro, 15 de julho de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:825F7FB7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 327/2025 PROCESSO N° 251/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2025

Aos oito dias do mês de julho de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, **MARCELO WOTROBA,** brasileiro, portador do CPF/MF sob o número 907.979.739-15 e **BENEFICIÁRIA: RAVI E-COMMERCE LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **52.954.144/0001-80**, sediada na Rua ATUM, nº 466, Santa Luzia, município de Tijucas - SC, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **NEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES**, Portador(a) da Carteira de Identidade nº **172331602** e do CPF/MF nº **058.405.838-12**, devidamente qualificado(a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal. **RESOLVEM REEQUILIBRAR PREÇOS, conforme segue: 1 – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA FROTA MUNICIPAL**

Item	Un.	Especificação	Preço Atual	Preço Reequilibrado
2	UN	BATERIA 12V, 50 AH - LD	245,00	307,46
8	UN	L200 BATERIA 90 AMPERES 12 VOLTS	462,00	675,30

2 – As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas**.** E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente TERMO, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6185B0E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 001 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 091/2026 PROCESSO N° 083/2026 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 RESCISÃO AMIGÁVEL

Aos quinze dias do mês de julho de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Sr. **MARCELO WOTROBA,** CPF/MF sob o número 907.979.739-15 e BENEFICIÁRIO(A): **ZAIDAN AGRICOLA LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **63.339.855/0001-61**, sediada na Rua MANOEL DINIZ, nº 208, SANTA QUITERIA, município de Curitiba - PR, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **LUIZ FELIPE ZAIDAN DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF nº **017.577.019-07**, devidamente qualificado (a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal, acordam e ajustam firmar o presente termo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E FUNDAMENTAÇÃO** O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR resolve extinguir, de forma amigável, a presente Ata de Registro de Preços por solicitação do BENEFICIÁRIO. Em razão do indeferimento do pedido de reequilíbrio de preços, diante da ausência de comprovação da variação dos custos que fundamentasse o pedido de reequilíbrio e da impossibilidade de manutenção das condições originalmente pactuadas, impõe-se a rescisão da Ata de Registro de Preços. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUITAÇÃO** As partes declaram que, até a presente data, não existem valores pendentes de pagamento decorrentes da Ata de Registro de Preços, não havendo qualquer obrigação financeira remanescente entre o MUNICÍPIO e o BENEFICIÁRIO. Em razão da presente rescisão amigável, as partes dão plena quitação das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, declarando que não haverá cobrança de valores, aplicação de multas ou qualquer outra exigência relacionada à presente Ata após a assinatura deste Termo de Rescisão. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente termo, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D2F40AB3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 15 AO CONTRATO N.º 028/2024 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor **MARCELO WOTROBA** portador do CPF/MF sob nº 907.979.739-15, e **CONTRATADA** a Empresa **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Chile, nº 1107, LOJA 02 ANDAR TR COND CLAIRE MARIA ED, PRADO VELHO, na cidade de Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.283.065/0003-03, neste ato representado por seu representante legal Sr. **RONALDO BENKENDORF**, inscrito no CPF/MF sob n.º 751.256.849-5, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 028/2024, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelas cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 028/2024, por parte da Administração, visando o ajuste da despesa, devido alterações orçamentárias. Dotação Orçamentária: 1340 – 11.004.10.302.0008.2.130.3.3.90.37.01 – Fonte 10249 - SUPERÁVIT. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Rio Negro PR, 13 de julho de 2026

MARCELO WOTROBA
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1313F866

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO III REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 025/2026 CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 005/2026 do processo de Inexigibilidade nº 025/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
3º	CM DE CARVALHO CASA DE REPOUSO	21.674.573/0001-70	29/04/2026

Registre-se que o credenciamento nº 005/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A5CA6E28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO 342, 14 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO o constante no Ofício nº 06/2026 – Comissão de Processo Administrativo Decreto nº 274/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Decreto nº 274, de 29 de maio de 2026, a contar de 29 de julho de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 14 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:21E954B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
4º ADITIVO DO CONTRATO 134/2023

4º ADITIVO DO CONTRATO Nº 134/2023

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 027/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **LABORMED SOCIEDADE SIMPLES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 76.125.558/0001-65, com sede a Rua Estilac Leal, nº 165, centro, na cidade do ROLÂNDIA - PR, CEP 86600-107, e-mail: **mariafenanda@labormedonline.com.br**, neste ato legalmente representada pela Sra. MARIA FERNANDA CASADO SERPELONI, brasileira, empresária, residente e domiciliada na cidade do ROLÂNDIA - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, subsidiado pela Lei Estadual nº 15.608, e de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula quinta do contrato prorrogando por mais 12 (doze) meses os prazos de execução e vigência, com início em **27/07/2026** e término em **26/07/2027**, desde que cumpridas às condições estabelecidas no contrato original.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, para seus efeitos jurídicos e legais, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas. E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*LABORMED SOCIEDADE SIMPLES LTDA*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio(Interino)

_____
FABIO MARTINS
Secretária Municipal de Saúde (Interino)

_____
JORGE AUGUSTO CAMPANER
Fiscal do Objeto do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:7B2A311A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
APOSTILAMENTO DO CONTRATO 026/2024

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 026/2024

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 012/2023

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, situado na Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, CNPJ 76.288.760/0001-08, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da cédula de identidade/RG n. º 865.371-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 152.150.919-00 e a empresa **ROCHAPAVI LTDA**, CNPJ 15.712.958/0001-82, localizada na Rodovia BR 376, nº 4.670, Parque Industrial Zona Oeste II, CEP 86.800-762, na cidade de APUCARANA - PR, e-mail: **rocha.pavi@outlook.com**, telefone (43) 9 96966195, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por **ADELMAR CARRILHO ROCHA**, portador da cédula de identidade/RG n. º 31.922-79 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 169.270.871-68, residente na cidade de **APUCARANA - PR**, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal n. º 8.666/1993, na proposta da CONTRATADA datada de 16/01/2024, protocolo n. º 9.865/2023, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA NOMEAÇÃO DE FISCAL

Por este Termo de Apostilamento ao Contrato nº 024/2024 fica nomeado para fiscal o servidor **CLAUDIO ALBERTO METZGER** substituindo a Servidora **ADRIANA TAKAOKA LINHARES,** servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO FINAL
Este Termo de Apostilamento objetiva, tão somente, a formalização do registro administrativo do ajuste contratual acima delineado, mantendo-se íntegras e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas neste contrato.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:32C21B68

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO APOSTILAMENTO DO CONTRATO 070/2024

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 070/2024

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, situado na Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, CNPJ 76.288.760/0001-08, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da cédula de identidade/RG n. º 865.371-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 152.150.919-00 e a empresa **ROCHAPAVI LTDA**, CNPJ 15.712.958/0001-82, localizada na Rodovia BR 376, nº 4.670, Parque Industrial Zona Oeste II, CEP 86.800-762, na cidade de APUCARANA - PR, e-mail: **rocha.pavi@outlook.com**, telefone (43) 9 96966195, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por **ADELMAR CARRILHO ROCHA**, portador da cédula de identidade/RG n. º 31.922-79 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 169.270.871-68, residente na cidade de **APUCARANA - PR**, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal n. º 8.666/1993, na proposta da CONTRATADA datada de 16/01/2024, protocolo n. º 9.865/2023, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA NOMEAÇÃO DE FISCAL
Por este Termo de Apostilamento ao Contrato nº **070/2024** fica nomeado para fiscal o servidor **CLAUDIO ALBERTO METZGER** substituindo a Servidora **ADRIANA TAKAOKA LINHARES,** servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO FINAL
Este Termo de Apostilamento objetiva, tão somente, a formalização do registro administrativo do ajuste contratual acima delineado, mantendo-se íntegras e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas neste contrato.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	
Contratante	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:879CD5D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO EXTRATO CONTRATO 018/2025

EXTRATO DO 4º ADITIVO DE CONTRATO Nº 018/2025
REF.: INEXIGIBILIDADE 014/2025

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE.**

TRANSPORTE COLETIVO DE ROLÂNDIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.814.029/0001-05, estabelecida na Rua Antonio Mano, nº 1055, no Município de Londrina, Pacaembu, CEP 86079-230, telefone (11) 3375 3890, e-mail: contabilidade@passaromarron.com.br, neste ato, legalmente representada pelo Sr. **FLAVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 4.XXX.XXX-X SESP-PR do CPF/MF nº 730.XXX.XXX-XX residente e domiciliado na cidade de Londrina- PR, doravante designada **CONTRATADA**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplica-se o seguinte aditivo:

VALOR: Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato, do valor, com a aplicação do índice tarifário da praça de pedágio na linha operada pela empresa contratada, com início em 15 de junho de 2026 conforme tabela abaixo:, segue

LINHA METROPOLITANA	DE:	PARA:
Cambé x Ibiporã	**R$ 6,20**	**R$ 6,50**
Cambé x Londrina	**R$ 6,20**	**R$ 6,50**
Londrina x Ibiporã	**R$ 6,20**	**R$ 6,50**

DO FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de julho de 2025.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:274469FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 13º ADITIVO DO CONTRATO N.º 143/2022

EXTRATO DO 13º ADITIVO DO CONTRATO N.º 143/2022

CONTRATO N.º: 143/2022.

ADITIVO DE N.º: 013.

PROCESSO N.º: Pregão n.º 111/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF sob n.º 85.431.161/0001-92, localizada na Rua Almirante Tamandaré, nº 861, CEP 85901-210, centro, na cidade de TOLEDO - PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplica-se o seguinte aditivo:

PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica aditivada a cláusula quinta, do prazo de vigência, prorrogando por mais 12 (doze) meses com início em **28/07/2026** e término em **27/07/2027**, finalizando assim o período máximo de 60 (sessenta) meses de prestação de serviços.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de julho de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:0C5F4D9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 113/2022

EXTRATO DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 113/2022

CONTRATO N.º: 113/2022.

ADITIVO DE N.º: 04.

PROCESSO N.º: Inexigibilidade n.º 014/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: FELIPE CASIMIRO CLINICA MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.852.862/0001-03, estabelecida na Rua Goiás, n.º 601, apto 24, centro, CEP 86010-460, na cidade LONDRINA - PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplica-se o seguinte aditivo:

PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica aditivada a cláusula quarta do contrato, prorrogando os prazos de execução e vigência por mais 12 (doze) meses, com início em **15/07/2026** e término em **14/07/2027**, finalizando assim o período máximo de 60 (sessenta) meses de prestação de serviços.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 03 de julho de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:B38103A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 215, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº. 215, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde, de Conselheira Tutelar do município de Salgado Filho-Pr, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando que nesta data, o município recebeu o Comunicado de Decisão expedido pelo INSS referente ao Benefício por Incapacidade Temporária protocolado pela Conselheira Tutelar;

RESOLVE:
Artigo 1º- **PRORROGAR** até 15 de julho de 2026, a **Licença para Tratamento de Saúde** concedida pela Portaria de nº 179 de 03 de junho de 2026, para a Sra. **CLEONISE ANA KLEIN (1595)** membro do Conselho Tutelar desta municipalidade.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 189 de 16 junho de 2026.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao décimo quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

NILMAR FRANCISCO RECH
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:1ED30A5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
PROCESSO Nº 115/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 33/2026

O **MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.707/0001-04, com sede na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná, torna público que fará realizar as **14:00 horas do dia 17 de agosto de 2026,** e ainda em qualquer tempo, pelo período de 365 dias, CHAMAMENTO PUBLICO, para fins de Credenciamento de profissionais Psicólogos(as) e Assistentes Sociais, pessoas jurídicas, para prestação de serviços especializados na rede pública municipal de saúde, em regime ambulatorial e hospitalar, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com os critérios e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II, por um período de 12 meses**,** Informações complementares sobre o Edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, Salto do Lontra, Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07:h30min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h00min, ou informações pelo Fone/Fax: (46) 35381177 ou no site www.saltodolontra.pr.gov.br.

Salto do Lontra, Paraná, em 15 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:0E00F48D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 73/2025

DA MOTIVAÇÃO:	Considerando o contido na solicitação encaminhada pelo Centro De Referência De Assistência Social- CRAS e com base na Cláusula Oitava do contrato celebrado em 12 de junho de 2025, e conforme as disposições da Inexigibilidade nº. 18/2025 objeto do processo administrativo n.º 79/2025, informamos que: Fica rescindido, a partir de 15 de julho de 2026, o contrato mencionado, de forma unilateral e sem ônus para as partes
CPF:	518.637.909-34
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - PR

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 15 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:8A4AC523

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 149/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALTO DO LONTRA-PR

CONTRATADO:	MULTINEGOCIOS JMC LTDA

REEQUILIBRIO FINANCEIRO:	Lote nº 01 R$ 6,43 Lote nº 09 R$ 7,67 Lote nº 24 R$ 4,94 Lote nº 30 R$ 12,46 Lote nº 71 R$ 11,37
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, quarta-feira, 15 de julho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:D9B1CEC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa Nº 17/2026
Processo: 44/2026
Objeto: aquisição de lixeiras tipo tambor
Valor estimado: 7.400,00 (Sete Mil e Quatrocentos Reais>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 22/07/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 22/07/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 22/07/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,01/06/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:18B7E373

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 52/2023, REFERENTE AO PREGÃO N° 13/2023

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 52/2023, REFERENTE AO PREGÃO N° 13/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E A EMPRESA ALINE MAYARA BEGO ALVES INFORMÁTICA EIRELI ME.

O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, com sede na Rua Alcides Prudente Pavan, nº 130, Centro, CEP: 86370-250, Santa Amélia-PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, matrícula nº 37.461 e a empresa ALINE MAYARA BEGO ALVES INFORMÁTICA EIRELI ME, CNPJ nº 18.482.292/0001-01, representada pela Sra. ALINE MAYARA BEGO ALVES, tendo em vista o que consta no edital do pregão em epígrafe e em observância às disposições da Lei nº 86.666/93, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de alteração contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente termo aditivo tem como objeto a alteração do prazo contratual.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO PRAZO – O prazo do contrato em epígrafe fica prorrogado até 20 de agosto de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Sr. Prefeito Municipal e encontra amparo legal no Art. 57, inciso II e Art. 65 **§** 1° da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

Santa Amélia/PR, 15 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

ALINE MAYARA BEGO ALVES
Representante Legal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:4A205E49

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Teste Seletivo nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Teste Seletivo Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Teste Seletivo Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste edital ou de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da correspondência de convocação pelo correio eletrônico (e-mail) whatsApp, deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 16 de julho de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento.

Cédula de identidade;
PIS/PASEP;
CTPS;
Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Comprovante de endereço atualizado;
Número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
Certidão de nascimento ou casamento;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
Título de eleitor e comprovante de votação das últimas 3 (três) eleições ou certidão emitida pelo Cartório Eleitoral (para os maiores de 18 anos);
Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
Certificado de reservista (sexo masculino) .
Diploma ou certificado de conclusão de curso emitido por instituição reconhecida pelo MEC, na escolaridade exigida para o cargo (fotocópia autenticada ou acompanhada do original), além de especialização e demais requisitos exigidos no edital de concurso público.
Certificado de escolaridade e habilitação legal para o exercício da função, conforme previsto no edital n. 001/2023);
02 (duas) fotos 3x4;
Declaração de não ocupar cargo público remunerado, exceto os acúmulos permitidos por lei (documento a ser preenchido no local da posse fornecido pela Prefeitura).
Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca do último domicílio (para maiores de 18 anos);
Avaliação médica realizado por médico especialista do trabalho, atestando aptidão física e mental para o exercício do cargo (REALIZADA PELO MÉDICO DO TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA)

Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.

CARGO: Estagio de Professor	CPF
Amanda Martins da Silva	107.***.7*9-84

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 15 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:80C5C968

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 471/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor (a) público (a) municipal **RAFAEL ABNER SEVERINO,** matrícula n° 36121, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS**, Dia 20/08/2026 a 29/08/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 30 de agosto de 2026
Art. 2º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 14 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:D7398AA2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 472/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **GIOVANA VIANA DA SILVA ,** matrícula n° 35461 ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO II** , Dia 20/07/2026 a 24/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 25 de julho de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 14 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:E89C798C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 473/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	André Vilalva Leal	HEMODIÁLISE	RHP0B83	225,00	20 a 24/07/2026
B	Douglas Ricardo Vasconcelos	Cornélio Procópio	RHP0B84	225,00	20 a 24/07/2026
C	José Marcelo Galdino	Cornélio Procópio /Posto	SES4E21	225,00	20 a 24/07/2026
D	José Roberto Vilalva	Londrina	RHT7F51	225,00	20 a 24/07/2026
E	Luiz Paulo Bratz	Londrina/ Posto	BAL-1747	225,00	20 a 24/07/2026
F	Paulo Edson Pereira	Jacarezinho	TBW6A27	225,00	20 a 24/07/2026
G	Rafael Abner severino	Jacarezinho posto	BEP8A06	225,00	20 a 24/07/2026
H	Luiz Walter Brazilino	Bandeirantes	RTW7H10	225,00	20 a 24/07/2026
I	Manoel Marquito	Bandeirantes/Posto	SES4E20	225,00	20 a 24/07/2026
J	Luiz Antonio Camilo	Rib. Do Pinhal	BBZ9571	225,00	20 a 24/07/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Julho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:163A6986

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 474/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	Luan Vilalva Leal	Cornélio Procópio	BEP8A06	45,00	16/07/2026
B	Benedito Nicodemo Amaro	Cornélio Procópio	BEP8A06	45,00	16/07/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Julho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:6F2041A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO DE PRAZO DISPENSA 17/2025

ADITIVO DE PRAZO
DISPENSA 17/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: FORTICO SEGURANCA LTDA CPF/CNPJ: 54.389.715/0001-07
FICA ADITIVADO O PRAZO CONTRATUAL: Validade da ata:
de 16/07/2026 até 16/07/2027
FICA ADITIVADO O VALOR DE R$ 38.150,00 (trinta e oito mil cento e cinquenta reais)
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA E BRIGADISTA DESARMADA
REPRESENTANTES: CLAUDIO COVRE.
DATA: 15/07/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:EEF5419C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025 PREGÃO PRESENCIAL 19/2025.
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº **76.290.691/0001-77**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53, residente e domiciliado nesta cidade **CONTRATADA: AMILTON LUIZ DA SILVA & CIA LTDA** CPF/CNPJ: 04.541.890/0001-08 estabelecido(a) à Rua DEPUTADO NILSON RIBAS CENTRO - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO-PR representado(a) neste ato por MARCELO APARECIDO DOMINGUES, portador(a) do CPF nº 042.558.469-01, **CREATIVE GRAFICA RAPIDA LTDA.** CPF/CNPJ: 42.585.735/0001-74 estabelecido(a) à Rua JOSE PIAI 268 JARDIM VICTOR DANTAS - CORNÉLIO PROCÓPIO-PR representado(a) neste ato por BRENO JORDAO, portador(a) do CPF nº 809.561.309-68, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA"
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de MATERIAIS GRÁFICOS.

Fica Alterado aditivado o prazo por 12 meses contados a partir de 16/07/2026 até 16/07/2027.

DATA: 15/07/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:8D291556

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
REPUBLICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2026

REPUBLICADO, por erro material no expediente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná em 15 de julho de 2026, edição nº: 3573, com o código identificador nº: 3F4E7212.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua das Guianas, n.° 735, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.096.060/0001-85.

CONTRATADA: VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA, com sede na RUA RICALDE MARQUES, JARDIM SÃO PEDRO, PORTO ALEGRE-RS, inscrita no CNPJ sob Nº 36.999.842/0001-46.

OBJETO: Aquisição de aparelhos eletrônicos destinados à modernização e operacionalização do sistema de votação da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, bem como de outros equipamentos eletrônicos diversos, visando ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Poder Legislativo.

VALOR: A importância GLOBAL de R$ 21.460,00 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta reais).

PRAZO DE DURAÇÃO: 31/12/2026

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: sim

DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no contrato n° 04/2026

Santa Cruz de Monte Castelo-Estado do Paraná, 13 de julho de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:4A490FE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1° ADITIVO DO CONTRATO N° 102/2026.

1° ADITIVO DO CONTRATO N° 102/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, com Sede à Avenida Paulo Libânio, 700, Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.462.820/0001-02.
Contratado: FORTMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA-EPP, com cadastro no CNPJ sob o n.o 06.313.733/0001-62, com sito na Rua Projetada C, SN, Lote 04, quadra 513, Parque Industrial, CEP: 85.770-000, na cidade de Realeza, Estado do Paraná;
Fundamentação Legal: Ficam alteradas a cláusula primeira e quinta, do valor contratual, para que seja suprimida a importância de R$ 10.498,00 (Dez mil, quatrocentos e noventa e oito reais), ficando o

valor contratual em R$ 20.996,00 (Vinte mil, novecentos e noventa e seis reais).
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, concorrência N.º 27/2024.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR., aos 14 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:338469FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação nº **029/2026**

AUTORIZO a contratação direta por *Dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADOS	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: **R. ALVARENGA** **CNPJ nº:** 11.885.973/0001-71
OBJETO	**Contratação de empresa especializada ou profissional legalmente habilitado para prestação de serviços em Medicina e Segurança do Trabalho, compreendendo a realização de visitas técnicas e a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, conforme especificações constantes no Termo de Referência.**	
VALOR TOTAL	**R$ 11.950,00 (onze mil, novecentos e cinquenta reais).**	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.002.04.122.0006.2008 - Manutenção das atividades Administrativas 06.001.12.361.0023.2026 - Administração geral da secretaria de Educação 06.001.12.361.0024.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 06.001.12.361.0024.2029 - Manutenção do ensino fundamental - MDE 06.001.12.365.0025.2032 - Manutenção das Atividades da educação infantil 06.001.12.365.0025.2090 - Manutenção da educação infantil - fundeb 07.001.10.122.0030.2038 - Manutenção da Secretaria de Saúde 07.001.10.301.0030.2039 - Manutenção do programa saúde da família 07.001.10.301.0030.2040 - Manutenção do programa agentes comunitárias de saúde 07.001.10.301.0034.2049 - Programa Assistência Odontológica 07.001.10.301.0030.2044 - PAB - Programa de atenção básica 07.001.10.304.0035.2050 - Manutenção das atividades da vigilância sanitária 07.001.10.305.0035.2051 - Manutenção das atividades de vigilância epidemiológica 07.001.10.302.0030.2045 - PAB - Unidade Pronto Atendimento 08.001.08.122.0040.2120 -gestao admisnitrativa do FMAS 08.001.08.244.0040.2123 - bloco da proteção social basica 09.001.20.608.0045.2067 - atvidades de incentivo ao fomento agropecuario e apoio aos pequenos produtores 11.001.04.122.0018.2091 - Administração geral da secretaria de habitação 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica Fontes: 1001 - Recursos Ordinários livres - exercício corrente 1039 - Saúde - Rec. vinc. c/c 10655-0 1028 - Demais impostos vinc. educação c/c 8956-7 1024 - fundef/fundeb 40% 1026 - 5% sobre transf. const. 31500 - Atenção Básica	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:213C76A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 030/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 030/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR FAZ **SABER**:

Na minuta do edital da Dispensa em epígrafe:

Onde se lê:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
"Moratória de 25% (vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias**;"**

"Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:"

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
"Fica eleito o Foro da comarca de Faxinal/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21."

Leia-se:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
"Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**"**

"Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:"

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
"Fica eleito o Foro da comarca de Loanda/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21."

Santa Cruz de Monte Castelo / PR, 15 de julho de 2026.

WALDYRENE ALVES LILIOSO HENNIG
Setor de Licitações e Contratos

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:27416C70

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: EL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
RESUMO DO OBJETO: pavimentação com Concreto Betuminoso Usinado à Quente. Local: Estrada Itambaracá, Extensão: 1200 metros – Largura da Pista: 7,00 metros, Área de pavimentação: 8400 metros quadrados.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a REDUÇÃO DE META FÍSICA – SUPRESSÃO DE 2,87458% sobre o valor contratado.

VALOR DO ADITIVO: R$ 35.328,58 (trinta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos.
DATA DA ASSINATURA: 13 de julho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:06C84923

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO COM A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2025 – PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: RPG COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA.
RESUMO DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (produtos não perecíveis), destinados ao atendimento das necessidades alimentícias das diversas secretarias do Município de Santa Fé – Paraná.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 16 de julho de 2026 até 16 de julho de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 52.359,19 (cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos), ao valor contratual.
DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:FE1D1C98

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 197/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.994,77 (cinco mil e novecentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
21		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	
21.003		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	
21.003.08.244.0017.2.217		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
631 - 3.3.90.32.00.00	31862	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.992,00
633 - 3.3.90.39.00.00	31862	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.002,77
Total Suplementação:			5.994,77

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.01 Outras Transferências dos Estados e DF - Principal - Fonte: 31862	5.994,77
Total da Receita:	5.994,77

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos quinze dias do mês de Julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:7598D6AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 198/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$35.460,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
18		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE (SMS)	
18.004		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIRETORIA DE APOIO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
18.004.10.302.0016.2.284		URGENCIA E EMERGENCIA	
380 - 4.4.90.52.00.00	33818	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.400,00
22		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO (DFOE)	
22.003		DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS (DSU)	
22.003.15.452.0006.2.231		MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	
722 - 3.1.71.70.00.00	3510	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.918,00
727 - 3.3.71.70.00.00	3510	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	23.142,00
Total Suplementação:			35.460,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos quinze dias do mês de Julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE SANTA FE
15/07/2026 - 10:56:04

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:2690FCD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 3.951, DE 15 DE JULHO DE 2026. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, PARA O BIÊNIO 2026/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3.951, DE 15 de julho de 2026.

Dispõe sobre a nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, para o biênio 2026/2028, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 2.020, de 20 de novembro de 2017,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.020, de 20 de novembro de 2017, que disciplinam a renovação dos representantes da sociedade civil e sua nomeação por decreto do Poder Executivo;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a efetiva participação da sociedade na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas voltadas à pessoa idosa;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);

CONSIDERANDO a importância de garantir a representatividade paritária entre o Poder Público e a sociedade civil no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a realização da Assembleia Geral Ordinária do CMDPI, realizada em 13 de julho de 2026, na qual foram eleitos os representantes da sociedade civil para o biênio 2026/2028;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o biênio 2026/2028;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, para o biênio 2026/2028, os seguintes membros:

Representantes do Poder Público:

I – Representando a Secretaria Municipal de Educação como titular Carla Cristina Pizzato e como suplente Ivone Terezinha Morawski Possoli.

II – Representando a Secretaria Municipal de Saúde como titular Guilherme Felipe Lopes e como suplente Marcio de Mattos.

III – Representando a Secretaria Municipal da Fazenda como titular Fabricio Dal Molin e como suplente Elis Patrícia Schneider da Silva.

IV – Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social como titular Claudinete Fatima Luquini e como suplente Ramaeli Leceux.

Representantes da Sociedade Civil:

V – Representando a Pastoral da Pessoa Idosa como titular Mareli Amaral Martins e como suplente Erna Werle Henz.

VI – Representando a APAE como titular Neli Tereza Pomagerski Pivatto e como suplente Marlene Cichocki.

VII – Representando os usuários do interior como titular Adacir Muneron e como suplente Maria S. Brandelero.

VIII – Representando os usuários da cidade como titular Pedro Lisecki e como suplente Valtemir A.de Almeida.

Art. 2º Os membros nomeados exercerão suas atribuições em conformidade com a legislação aplicável, competindo-lhes participar da formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, observadas as disposições da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

Art. 3º A função de membro do Conselho não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público, justificando-se as ausências ao trabalho quando motivadas pela participação em atividades do Conselho, na forma da legislação aplicável.

Art. 4º Os membros nomeados por este Decreto ficam empossados a partir da data de sua publicação, na forma do art. 20 da Lei Municipal nº 2.020, de 20 de novembro de 2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.801, de 19 de maio de 2025, e as demais disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:9021E9F2

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°177/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Nicareta Serviços Médicos LTDA.
OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de plantões médicos, na especialidade de clínico geral para atuar junto ao hospital municipal, na realização de atendimentos médicos, internamento, urgência, emergência entre outros procedimentos médicos de acordo com o regimento interno do hospital, atendendo as necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel do município de Santa Izabel do Oeste, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais, para um período de 24 (vinte e quatro) meses.
VIGÊNCIA: 16/07/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.951.310,00 (dois milhões novecentos e cinquenta e um mil trezentos e dez reais).
DATA: 09/07/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:2A07424B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°179/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Inga Caminhoes.
OBJETO: Aquisição de veículo ônibus rodoviário completo, 0 km, carroceria integrada, destinado ao transporte de passageiros, conforme especificações do termo de referência, para atender as necessidades da secretaria da saúde do Município de Santa Izabel Do Oeste - PR com recursos da resolução SESA nº 1815/2025, recursos estaduais, federais e próprios.
VIGÊNCIA: 10/07/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.419.900,00 (um milhão quatrocentos e dezenove mil e novecentos reais).
DATA: 10/07/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:2CBE9280

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°180/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2026
CREDENCIAMENTO N° 07/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Adriano Jacuboski Minski 04283242900.
OBJETO: Credenciamento de pessoa Jurídica para prestação de diversos serviços de mão de obra para construção civil, conforme termo de referência para atender as necessidades do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, para um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.
VIGÊNCIA: 29/05/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.420.050,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil e cinquenta reais).
DATA: 13/07/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:DBD34B62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 256/2022 REF. LICITAÇÃO PREGÃO Nº65/2022 CONTRATAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS COMPONENTES DA FROTA MUNICIPAL. E X T R A T O

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 256/2022
Ref. Licitação Pregão Nº65/2022
Contratação de Cobertura de Seguro para os Veículos componentes da Frota Municipal.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** GENTE SEGURADORA S A
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 2.143,75 (Dois mil cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), tendo em vista o redimensionamento do objeto, inclusão de endosso Van 2026 Renault Master Furgão L3H2, conforme cláusula do contrato em epígrafe e termos do Art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93 e Lei n.º 8.883/94 de 08/06/94, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 16/10/2026.
Prazo de Vigência: 16/10/2026.
Data da Assinatura: 15/07/2026

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:0E99B4A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO CONTRATO Nº 16/2024
CONTRATANTE: Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Pozzebon Engenharia Eireli – EPP.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas – SAM/Lote 34/01.
ASSUNTO: Suspensão cautelar da execução da obra e adoção de providências técnicas para apuração e regularização de inconformidades.
DECISÃO: Fica determinada a suspensão cautelar imediata da execução da obra objeto do Contrato nº 16/2024, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, para apuração, esclarecimento e regularização das inconformidades técnicas apontadas pela fiscalização municipal e pelo Relatório de Supervisão nº 02 – Medição nº 13, do PARANACIDADE.
Determina-se, ainda, a formalização de Termo de Suspensão/Paralisação da Obra; a notificação da empresa contratada e do responsável técnico pelo projeto; a reavaliação do dimensionamento estrutural do pavimento; a realização de ensaios de contraprova por empresa ou laboratório independente; a definição de metodologia objetiva de amostragem e aferição; a elaboração de nota técnica ou relatório conclusivo pela fiscalização contratual; e a comunicação das providências adotadas ao PARANACIDADE.
DATA DO DESPACHO: 15 de julho de 2026.

Santa Lúcia/PR, 15 de julho de 2026.

SILVANO

Assinado de forma

SILVANO TORTELLI

digital por SILVANO
TORTELLI:020 TORTELLI:02093272946

Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:5DFC26B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO CONTRATO Nº 16/2024 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ. CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS – SAM/LOTE 34/01.

EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 16/2024
CONTRATANTE: Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Pozzebon Engenharia Eireli – EPP.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas – SAM/Lote 34/01.
ASSUNTO: Suspensão cautelar da execução da obra e adoção de providências técnicas para apuração e regularização de inconformidades.
DECISÃO: Fica determinada a suspensão cautelar imediata da execução da obra objeto do Contrato nº 16/2024, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, para apuração, esclarecimento e regularização das inconformidades técnicas apontadas pela fiscalização municipal e pelo Relatório de Supervisão nº 02 – Medição nº 13, do PARANACIDADE.
Determina-se, ainda, a formalização de Termo de Suspensão/Paralisação da Obra; a notificação da empresa contratada e do responsável técnico pelo projeto; a reavaliação do dimensionamento estrutural do pavimento; a realização de ensaios de contraprova por empresa ou laboratório independente; a definição de metodologia objetiva de amostragem e aferição; a elaboração de nota técnica ou relatório conclusivo pela fiscalização contratual; e a comunicação das providências adotadas ao PARANACIDADE.
DATA DO DESPACHO: 15 de julho de 2026.

Santa Lúcia/PR, 15 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:94C4951D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO/PARALISAÇÃO CAUTELAR DE OBRA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ. CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP. CONTRATO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2024. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIA

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO/PARALISAÇÃO CAUTELAR DE OBRA
CONTRATANTE: Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.
CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP.
CONTRATO: Contrato Administrativo nº 16/2024.
OBJETO: Execução de obra de pavimentação de vias urbanas — SAM/Lote 34/01.
OBJETO DO TERMO: Suspensão cautelar da execução dos serviços remanescentes do Contrato nº 16/2024, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contado da ciência formal da Contratada, ou até ulterior deliberação administrativa devidamente motivada.
MOTIVAÇÃO: Necessidade de apuração, esclarecimento e regularização das inconformidades técnicas apontadas pela Fiscalização Municipal e nos Relatórios de Supervisão nº 01 e nº 02 — Medição nº 13, especialmente quanto às patologias verificadas no pavimento, falhas de execução e acabamento, problemas em meios-fios, calçadas e elementos de drenagem, necessidade de realização de ensaios de contraprova e reavaliação da compatibilidade entre o memorial de cálculo, os projetos executivos, a planilha orçamentária e as condições reais de tráfego.
Durante a suspensão, fica vedada a execução de novos serviços, intervenções ou reparos sem prévia autorização escrita da Administração Municipal, ressalvadas as inspeções, coletas, ensaios tecnológicos e medidas emergenciais de segurança expressamente autorizadas. A suspensão possui natureza cautelar e não implica atribuição definitiva de responsabilidade às partes ou aos agentes envolvidos.
FUNDAMENTO: Despacho Administrativo de 15 de julho de 2026, disposições do Contrato nº 16/2024 e Lei Federal nº 8.666/1993.
DATA DA FORMALIZAÇÃO: 15 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Silvano Tortelli, Prefeito Municipal de Santa Lúcia/PR, e representante legal da POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP.
Santa Lúcia/PR, 15 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:E422041A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 119/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES ECOLÓGICOS DE SANTA MARIA DO OESTE**, inscrita no CNPJ 14.760.381/0001-11, localizada na Rua João Kulicz, 53, Centro, Município de Santa Maria do Oeste-PR, neste ato representada pela Sra. **DANUZE DE LURDES GONÇALVES,** portadora do CPF n.º 082.541.319-29, que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 105, 106 e 124 Inciso II da Lei 14.133/2021 mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 119/2025.
PARAGRAFO PRIMEIRO: De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 119/2025 por 12 (doze) meses, permanecendo o valor mensal de R$ 18.017,00 (Dezoito Mil E Dezessete Reais), perfazendo o valor total de R$ 216.204,00 (Duzentos E Dezesseis Mil Duzentos E Quatro Reais).
PARAGRAFO SEGUNDO:
O valor total do Contrato Administrativo nº 119/2025 passa de 216.204,00 (Duzentos E Dezesseis Mil Duzentos E Quatro Reais) para **R$432.408,00 (quatrocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oito reais).** Alterando as quantidades dos itens contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 5ª, fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando a vigorar no período iniciando no dia 01 de julho de 2026 e finalizando dia 30 de junho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 30 de junho de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES ECOLÓGICOS DE SANTA MARIA DO OESTE***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:55BE03C8

LICITAÇÃO
7º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA-PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. **DIENARO PIETROBELLI DELLAI**, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 709.212.789-8 SESP-RS, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, Inciso II, Letra b, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e de execução do contrato, referente aos serviços de pavimentação em TST (Tratamento Superficial Triplo) na estrada que dá acesso à Comunidade Lagoa, conforme previsto no Convênio nº 958233/2024 e em consonância com o disposto na Cláusula Sexta e Sétima do Contrato Administrativo nº 17/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 90 (noventa) dias, com início em **12 de julho de 2026** e término em **11 de outubro 2026**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 7ª, fica prorrogado por 90 (noventa) dias, com início em **02 de junho de 2026** e término em **01 de setembro 2026**.
CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 13 de janeiro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 02 de junho de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:EE719627

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0377/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 039/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0377/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 039/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 13/07/2027.
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MAICON HENRIQUE ALBANO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:76325107

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0379/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 039/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0379/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 039/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 13/07/2027.
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MARCOS MIRANDA DE PAULA JUNIOR - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9B5B418B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 05 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0287/2025 CONCORRÊNCIA -USO ATÉ 30/04/26 Nº 05/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 05 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0287/2025
Concorrência -Uso até 30/04/26 Nº 05/2025

OBJETO: Pavimentação Poliédrica de Estradas Rurais com Pedras Irregulares em trechos do interior de Santo Antonio do Sudoeste, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ERI ANTUNES E CIA LTDA.
EXECUÇÃO ATUAL: 19/08/2026.
DATA DA ASSINATURA: 15/07/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ERI ANTUNES - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B39B285F

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2025 CONCORRÊNCIA -USO ATÉ 30/04/26 Nº 5/2025

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2025
Concorrência -Uso até 30/04/26 Nº 5/2025

OBJETO: Pavimentação Poliédrica de Estradas Rurais com Pedras Irregulares em trechos do interior de Santo Antonio do Sudoeste, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas, convênio SEAB.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ERI ANTUNES E CIA LTDA;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 149.808,03 (Cento e Quarenta e Nove Mil e Oitocentos e Oito Reais e Três Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 15/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ERI ANTUNES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:59ABB3C0

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 39/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 39/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: KOWASKI E CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 13/07/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 4.250,00 (Quatro Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: VERONICA CHOMEN KOWASKI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B87BE403

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 376/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 39/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 376/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 39/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA.
VIGÊNCIA: 13/07/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 74.241,41(Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos)**.**
VALOR REAJUSTADO: R$ 7.564,00 (Sete Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B953AFFC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 39/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 39/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.
VIGÊNCIA: 13/07/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 6.879,95 (Seis Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: RENATO AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RIBEIRO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3C4B9406

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 380/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 39/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 380/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 39/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: VTPRINT OUTDOOR E GRAFICA LTDA.
VIGÊNCIA: 13/07/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 1.818,70(Um Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Setenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1AAF7289

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 381/2025 DISPENSA Nº 76/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 381/2025
Dispensa Nº 76/2025

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de ensaios de laboratório e controle tecnológicos da qualidade de pavimentação (Ensaio de CBR) para suprir as demandas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CMM ENGENHARIA E CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA.
VIGÊNCIA: 14/07/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 11.850,00(Onze Mil, Oitocentos e Cinqüenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 15/07/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: CRISTOPHER MENEGUETTI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0A1967D4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2026
Inexigibilidade nº 069/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA
CNPJ Nº 26.354.244/0001-66
Representante: DANIELA ERIKA SCHNEIDER SIGOLIN
CPF nº 042.129.349-73
OBJETO: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção
preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos
pesados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do município de Santo Antônio do Sudoeste
PR.
VALOR TOTAL: R$ 947.594,00 (Novecentos e Quarenta e Sete Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro Reais)

VIGÊNCIA: 14/07/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 15/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:958C6F44

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 070/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2026
Inexigibilidade nº 070/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: JACIR LUIZ SZCZEPANIK
Representante: JACIR LUIZ SZCZEPANIK
CPF nº 955.236.699-20
OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste.
VALOR TOTAL: R$ 34.920,00 (Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte Reais)
VIGÊNCIA: 14/07/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 15/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D4B08E6D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 070/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 070/2026

OBJETO: Contratação de profissional habilitado como corretor de imóveis, ou dos ramos de engenharia e arquitetura para a elaboração de avaliações imobiliárias para fins de instruir processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso para suprir as necessidades do município de Santo Antônio do Sudoeste.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	1	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de cessão de aluguel, na área urbana do município.	10,00	457,00
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	2	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de cessão de aluguel, na área rural do município.	10,00	507,00
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	3	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de compra, venda e desapropriação, na área urbana do município.	10,00	657,00
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	4	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de compra, venda e desapropriação, na área rural do município.	10,00	707,00
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	5	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de permuta, na área urbana do município.	10,00	557,00
JACIR LUIZ SZCZEPANIK	1	6	Avaliação de terrenos com ou sem imóveis, para fins de permuta, na área rural do município.	10,00	607,00

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 15/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5F120265

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei 2.984/2022 – "*Dispõe sobre a instituição do Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade, e dá outras providências*.

Considerando o disposto no art. 6º da referida Lei, que assim dispõe: *"Art. 6º A servidora que encontrar-se em gozo da Licença-Maternidade, na data da publicação desta lei, ou no período de 02 (dois) meses do final, poderá solicitar a prorrogação da Licença, desde que requerida até 30(trinta) dias após a data de publicação da presente Lei".*
Considerando a recomendação médica, que ficará fazendo parte integrante e inseparável desta portaria. (Anexo I).
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER**, a servidora **EDIANI HEINZEN**, ocupante do cargo efetivo de zeladora, com carga horaria de 40 horas semanais lotada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, 120 dias de Licença Maternidade a partir de 09 de julho de 2026.
Art. 2º **CONCEDER**, prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias para gozo de licença maternidade a servidora citada acima, com data de retorno em **04/01/2027.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor com devida publicação da data de hoje.

Publique – se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 DE JULHO DE 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:45B4A307

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SAMAE
DECRETO SUPLEMENTAR SAMAE 120/2026

ESTADO DO PARANÁ
SAMAE-SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E
C.N.P.J.: 02.460.512/0001-66
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO Nº 120/2026, de 3 de Julho de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA e autorização contida na Lei Municipal nº 414/2025, de 12 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 107.644,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	
13.001 - COORDENAÇÃO DO SAMAE	
13.001.17.512.15.2079-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$107.644,58
00076-01006.03.01.01.02.1.570.0000 RECURSOS PROPRIOS DE EXERCICO	107.644,58

CORRENTE	

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$107.644,58
00076-01006.03.01.01.02.1.570.0000 RECURSOS PROPRIOS DE EXERCICIO CORRENTE	107.644,58

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 3 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
..189-**
Prefeito

GUSTAVO GOBBO CATHARINO
..359-**
Contador

Publicado por:
Gustavo Gobbo Catharino
Código Identificador:12CB9F94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 08/2025

1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 08/2025

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ- CODENOP, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº. 08.146.697/0001-15, com sede junto ao Centro Administrativo localizado na Praça Coronel Deolindo, s/n -, Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, aqui representado pelo seu Presidente, Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra - PR. Sr. **VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 8.241.196-8 e do CPF nº 036.270.189-07, residente na cidade de São Jeronimo da Serra - Pr, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e processo Licitatório sob a modalidade **Pregão Eletrônico n.º 08/2025**, neste ato denominado CONTRATANTE.

COMPROMITENTE: G2 EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio, Av. XV de Novembro nº517 centro - cep: 86.300-000, fone 43 3523-5321/43 99612-6606 e-mail:administração@g2empreendimentos.com.br/g2empreendimentos @hotmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.744.458/0001-60, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Guidorizzi da Silva Junior, brasileiro, maior, portador do CPF Nº 443.528.0889-20, RG nº 1.957.456/SSP-PR, residente na rua Pedro Monfernatti, nº 138, Conjunto Vitor Dantas, Cep: 86.300-000 cidade de Cornélio Procópio-Pr**,** nos termos da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo de DECRETO REGULAMETAR Nº 056/2023 – DE 19 DE MAIO DE 2023, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n° 08/2025 RESOLVE, de conformidade com o seguinte:

CLÁUSULA 1ª: Na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, fica prorrogado a vigência do Contrato nº 11/2025 de até 17 de julho de 2027.

CLAÚSULA 2ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

CLAÚSULA 3ª - As partes elegem o Foro da Comarca de São Jerônimo da Serra -Pr sem exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São Jeronimo da Serra -Pr, 15 de julho de 2026.

Contratante
VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente

G2 EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA
Contratado

Testemunhas:-

CPF:

CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:E5C6538B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 008/2026 CONTRATO Nº 056/2026

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 008/2026
CONTRATO Nº 056/2026
OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 12/2025 - REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS AS ENTIDADES CONSORCIADOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP - AQUISIÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS.**
CONTRATADA: **MORUMBI INDUSTRIAL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Comendador Francisco Alves Quintas nº142, CEP: 32450-000 - Sarzedo-MG, Tel: (22) 27377350, e-mail: vendas.gov@morumbi.ind.br, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.284.459/0002-07, neste ato representado pela Sr.ª **LIDIANE LIMA BORGES D. DE MENEZES**, brasileira, portadora do RG n º 1.343.272 -SPTC-ES e CPF 075.204.977-12. Com o valor de **R$ 57.570,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta reais)**

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR.

VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 08 de maio de 2026.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
MORUMBI INDUSTRIAL LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:273C353A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2025 1º TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº23/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA FL EVENTOS LTDA

TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2025

1º TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº23/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a empresa FL EVENTOS LTDA

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **FL EVENTOS LTDA**, CNPJ nº 49.680.843/0001-75, Rua Osório Ribas de Paula, n°94- Centro, Edifício Comercial Miilenium na cidade Apucarana-PR CEP 86.800-140, Telefone: (43) 3423-4040 / (43) 99974-5519, E-mail: luzzishows@uol.com.br representante **MARLENE DE SOUZA GROSSI LUZZI**,CPF nº 363.940.689-34 e RG n°3.162.682-0, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, FECHAMENTOS E GRADIL, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a anuência e justificativa da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a permissão legal contida no art. 84 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na prorrogação e reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;

Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo para prorrogação de prazo e saldo ata de registro de preço nº 23/2025 Pregão Eletrônico n°29/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses de **15/07/2026 até 15/07/2027** e o saldo original de **R$ 162.230,00 (cento e sessenta e dois mil e duzentos e trinta reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de preço nº 23/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 15 de julho de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

FL EVENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B8815516

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 176/2026 - ERRATA

Na Publicação da Portaria 176/2026, ocorrida em 15/07/2026, no Diário Oficial do Municípios do Paraná, Ano XV, nº 3573, página 972 e 973.

ONDE SE LÊ:

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Titulo IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
4951	Vera Lucia de Oliveira Costa	Enfermeiro	02/07/2012	02/07/2017 à 02/07/2022	06/04/2026 à 15/04/2026

LEIA-SE:

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Titulo IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
4951	Vera Lucia de Oliveira Costa	Enfermeiro	02/07/2012	02/07/2017 à 02/07/2022	15/07/2026 à 03/08/2026

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:D5C06534

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o encerramento do contrato temporário.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura, a partir da data de 20/07/2026 o servidor JOSE ODAIR DE OLIVEIRA, Motorista, em razão de término do seu contrato temporário.

Artigo 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:CF09CFAC

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PAE 372/2026 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 372/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO ÁGUA E LUZ nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 372/2026
Beneficiária: FERNANDA ANDRONHUC DE LIMA
Objeto: Concessão de auxílio água e luz
Valor: R$ 45,00 (água) e R$ 140,77 (luz) – Total: R$ 185,77
Vigência: parcela única
Fundamento legal: Lei nº 799/2013
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Data da concessão: 15/07/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:E3114A71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 65.921,33 (sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e três centavos)até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:9FC1C6D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: DIMEBRAS – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDAVALOR: R$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:FCDF9E0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA
VALOR: R$ 9.661,00 (nove mil, seiscentos e sessenta e um reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:BA92CCBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
VALOR: R$ 26.260,40 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais e quarenta centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:33A6E450

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068//2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068//2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
VALOR: R$ 29.803,895 (vinte e nove mil, oitocentos e três reais, oitocentos noventa e cinco reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:95C433DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: A.D. DAMINELLI - LTDA
VALOR: R$ 1.972,10 (um mil, novecentos e setenta e dois reais e dez centavos).até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6998109C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR: R$ 31.694,90 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:B9228157

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
VALOR: R$ 17.459,00 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:33C25938

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PRCONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR: R$ 20.110,0 (vinte mil, cento e dez reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:004BDD87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 4.011,40 (quatro mil e onze reais e quarenta centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 15 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 15 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:58E30F9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 7.100,80 (sete mil, cem reais e oitenta centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:634BB1A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: META FARMACEUTICA LTDA
VALOR: R$ 10.266,00 (dez mil, duzentos e sessenta e seis reais). até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:B26FC89A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
VALOR: R$ 7.913,00 (sete mil, novecentos e treze reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 15 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 15 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:63E2FD91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULAÇÃO LTDA
VALOR: R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:B5E9B906

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,
VALOR: R$ 5.780,00 (cinco mil, setecentos e oitenta reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:43759665

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 10.531,00 (dez mil, quinhentos e trinta e um reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 13 de julho de 2027.

São José das Palmeiras, em 14 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:E0E3BE81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 019/2026, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR
As empresas vencedoras foram: As empresas vencedoras foram: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com o valor de **R$ 65.921,33** (sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e três centavos); **DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, com o valor de **R$ 7.913,00** (sete mil, novecentos e treze reais); **SANTINI MEDICAMENTOS LTDA**, com o valor de **R$ 9.661,00** (nove mil, seiscentos e sessenta e um reais); **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA**, com o valor de **R$ 26.260,40** (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais e quarenta centavos);**PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, com o valor de **R$ 29.803,895 (vinte e nove mil, oitocentos e três reais, oitocentos e noventa e cinco centavos)**; **A.D. DAMINELLI LTDA**, com o valor de **R$ 1.972,10** (um mil, novecentos e setenta e dois reais e dez centavos); **SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, com o valor de **R$ 31.694,90** (trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa centavos); **MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, com o valor de **R$ 55.203,305**; **MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A**, com o valor de **R$ 17.459,00** (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais); **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, com o valor de **R$ 20.110,00** (vinte mil, cento e dez reais); **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com o valor de **R$ 1.635,00** (um mil, seiscentos e trinta e cinco reais); **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com o valor de **R$ 4.011,40** (quatro mil e onze reais e quarenta centavos); **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA**, com o valor de **R$ 7.100,80** (sete mil e cem reais e oitenta centavos); **SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com o valor de **R$ 69.312,75** (sessenta e nove mil, trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos); **METTA FARMACÊUTICA LTDA**, com o valor de **R$ 10.266,00** (dez mil, duzentos e sessenta e seis reais); **DIMEBRAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA**, com o valor de **R$ 3.960,00** (três mil, novecentos e sessenta reais); **AQ PHARMA LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO LTDA**, com o valor de **R$ 2.900,00** (dois mil e novecentos reais); **CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL SC**, com o valor de **R$ 5.780,00** (cinco mil, setecentos e oitenta reais); **MEGA MED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, com o valor de **R$ 10.531,00** (dez mil, quinhentos e trinta e um reais);
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.
São José das Palmeiras, 09 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C1B6685D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 133/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA AO SERVIDOR NELSON PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA N° 133 de 15 de julho de 2026

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: NELSON PEREIRA DOS SANTOS	
Cargo: Motorista	
CPF: 03X.XXX.X79-16	**RG:** 7.XXX.XX5-1
Destino: São José das Palmeiras/PR a Campo Largo/PR.	
Justificativa: Levar paciente **Gustavo Martins Franca** para consulta no Hospital Infantil Doutor Waldemar Monastier em Campo Largo/PR.	
Veículo: Spin	**Placa:** UBN-4C24
Saída: 15 de julho de 2026	**Retorno:** 16 de julho de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00	**Quantidade de Diária:** 01 (uma)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 400,00 (Quatrocentos reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:2EB9CCE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 132/2026 - DESIGNA FUNCIONÁRIO MUNICIPAL COMO GESTOR E FISCAL DO CONVÊNIO

PORTARIA Nº 132/2026
DATA: 15 de julho de 2026

SÚMULA: Designa funcionário municipal como gestor e fiscal do convênio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em especial o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E

Art. 1º- Designar o funcionário Jhonny Ricardo De Castro, RG. N°8.500.130-2, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Contador, email: contabilidadesj123@gmail.com Telefone (45) 3259-1150 para responder como Gestor de Convênio e como fiscal fica designada a funcionária Leidislaine Stefani Hoffmann, RG 10.547.235-8, brasileira, servidora desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretária de Administração, email: administracao@sjpalmeiras.pr.gov.br Telefone (45) 3259-1150 para atuar e auxiliar na fiscalização do DETRAN – Departamento de Trânsito do Paraná.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 15 de julho de 2026.

Atenciosamente,

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D3BE5727

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

CONTROLADORIA INTERNA
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
MARIA ANTONIA REZENDE SILVA, CPF/MF nº 023.652.799-10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRO "PLANTÃO" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 46/2026 – 13 de julho de 2026.
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

ITEM	PROFISSIONAL	UNIDADE	VALOR UNIT.
01	ENFERMEIRO (A)- Finais de semana e feriado	PLANTÃO	R$ 300,00
02	ENFERMEIRO (A) - Dias de semana das 17: as 22:00	PLANTÃO	R$ 125,83
03	ENFERMEIRO (A) - Dias de semana das 8:00 as 17:00	PLANTÃO	R$ 304,46

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 15 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:2B65B54D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 267/2026

DECRETO Nº 267/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 040 DE 2026 DE 14 DE JULHO DE 2026:

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar, na importância total de R$ 1.346.727,31 (um milhão e trezentos e quarenta e seis mil setecentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos), destinado para e execução dos Convênios nº 724/2026 SECID – Construção de Barracão Industrial, Resoluções SESA nº 1898; 1945/2025 – Aquisição de Veiculos Transporte Sanitário, Resolução Sesa nº 746/2026 – Custeio de procedimentos de Média Complexidade – MCA, cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.092	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SAÚDE – AMBULÂNCIAS E DEMAIS VEÍCULOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 32071 Código Local 32071 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - TRANSPORTE SANITÁRIO - RESOLUÇÃO Nº 1898/2025	100.000,00
Fonte 32072 Código Local 32072 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - TRANSPORTE SANITÁRIO - RESOLUÇÃO Nº 1945/2025	140.000,00
07.001.10.302.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
07.001.10.302.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.302.0022.2.088.	Participação No Cis – Consorcio Intermunicipal De Saúde	
3.	DESPESASCORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.72.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
3.3.72.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte 32074 Código Local 32074 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - CUSTEIO MCA - RESOLUÇÃO Nº 746/2026	46.342,00
09.	DIRETORIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E FOMENTO AGROPECUARIO	
09.001.	DIRETORIA GERAL DA D.I.C.F.A.	
09.001.22.	INDÚSTRIA	
09.001.22.661.	PROMOÇÃO INDÚSTRIAL	
09.001.22.661.0012.	INCENTIVO A INDUSTRIA E AO COMÉRCIO	
09.001.22.661.0012.1.079.	Construção de Barracões Industriais	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 32073 Código Local 32073 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 724-2026 SECID - CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL	1.000.000,00
Fonte TCE 991 Código Local 33991 Fonte Padrão 1016.12.99.00.00	Emendas Parlamentares - Transferência Especial - Exercícios Anteriores	60.385,31
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**1.346.727,31**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a utilização do superavit financeiro de fonte do exercício anterior e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a seguir discriminado:

SUPERAVIT FINANCEIRO		
FONTE	DENOMINAÇÃODA FONTE	VALOR
Fonte TCE 991 Código Local 33991 Fonte Padrão 1016.12.99.00.00	Emendas Parlamentares - Transferência Especial - Exercícios Anteriores	60.385,31
Total Do Superávit		60.385,31

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA**	**VALOR**
Fonte 32071 Código Local 32071 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	RECEITA 2.4.2.1.50.0.1.09.00.00.00.00. SESA - TRANSPORTE SANITÁRIO - RESOLUÇÃO Nº 1898/2025	100.000,00
Fonte 32072 Código Local 32072 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	RECEITA 2.4.2.1.50.0.1.10.00.00.00.00. SESA - TRANSPORTE SANITÁRIO - RESOLUÇÃO Nº 1945/2025	140.000,00
Fonte 32073 Código Local 32073 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.39.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 724-2026 SECID - CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL	1.000.000,00
Fonte 32074 Código Local 32074 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - CUSTEIO MCA - RESOLUÇÃO Nº 746/2026	46.342,00
	TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	1.286.342.00
TOTAL GERAL DESTE DECRETO		**1.346.727,31**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam o presente Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os

instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:3303F8BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 19/2026

Ementa: *"Concede Adicional por Tempo de Serviço (Anuênio) à servidora pública do Legislativo Municipal".*

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e demais disposições aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no art. 32 da Lei Municipal nº 1.214/2013;

CONSIDERANDO o tempo de serviço efetivamente prestado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SIRLEY DE OLIVEIRA MACHADO, matrícula nº 22, ocupante do cargo de ZELADORA, nomeado em 01/07/2008, o adicional por tempo de serviço, na forma de anuênio, nos termos do art. 32 da Lei Municipal nº 1.214/2013.

Art. 2º O adicional ora concedido será incorporado aos vencimentos da servidora, observando-se o percentual previsto na legislação vigente, a partir de 07/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data indicada no artigo anterior.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
São Sebastião da Amoreira-PR, 15 de julho 2026.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:463DCBC9

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 183 DE 15 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 276,81 (duzentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.222/2025, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de *R$ 276,81 (duzentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos)* para reforço de dotação específica ao atendimento das despesas referente a devolução de saldos remanescente do convênio nº 199/2024 formalizado com a Secretaria das Cidades – SECID:

03 – Secretaria de Adm., Planejamento e Desenvolvimento Local
03.001 – Adm. Geral, Gestão e Planejamento
04.122.0002.2005 Manutenção das Atividades Administrativas
27 - 3.3.90.93.00.00.00.00 768 Indenizações e Restituições.....R$ 276,81

Art. 2º - Para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o superávit financeiro, conforme segue:

-SUPERÁVIT FINANCEIRO:
Fonte 768 – Convênio SEDU (Convênio 199/2024 – SECID) .....R$ 276,81

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 15 de julho de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

WANDERLEY FERREIRA FIGUEIREDO
Chefe de Gabinete

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:B6422359

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 184/2026

Súmula: Dispõe sobre a exoneração de servidor em razão de aposentadoria e declara a vacância do cargo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

CONSIDERANDO o que dispões o art.50, inciso IV da Lei 599/2001, Estatuto dos Servidores Municipais, que prevê a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO o disposto no art.37 § 14, da Constituição Federal, que determina a extinção do vínculo funcional;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 19 de julho de 2026, o servidor LUIZ CARLOS DA SILVA matrícula nº371, portador do CPF nº 514.0**.**9-53, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.
Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica declarado vago o respectivo cargo.
Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 15 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto Nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:71159E57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 184 DE 15 DE JULHO DE 2026

EMENTA: Designa servidor público municipal para atuar como Fiscal do Convênio nº 725/2026-SECID e do contrato administrativo decorrente do processo licitatório correspondente, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a celebração do Convênio nº 725/2026-SECID (Protocolo nº 24.868.033-4), firmado entre o Estado do Paraná (por intermédio da SECID), o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e o Município de São Sebastião da Amoreira;

CONSIDERANDO que o objeto do referido convênio consiste na Pavimentação de Estrada Vicinal, com valor total de R$ 865.935,20 (oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e as obrigações pactuadas na Cláusula Sexta, Inciso III, alínea "l" do termo de convênio;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) público(a) abaixo qualificado(a) para atuar como **Fiscal do Convênio nº 725/2026-SECID** e do respectivo Contrato Administrativo a ser firmado em decorrência do processo licitatório para execução da obra de pavimentação de estrada vicinal:
Nome:Izabela Cristine Viana Silva
Cargo/Função: Engenheira Civil
Matrícula: 1882
Registro Profissional (CREA/CAU): 216875-D

Art. 2º Competirá ao fiscal designado, sem prejuízo de outras atribuições legais e regulamentares:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do convênio e do contrato decorrente, garantindo que sejam realizados em estrita consonância com os projetos aprovados, cronograma físico-financeiro e boas práticas de engenharia;
II - Elaborar e assinar os Boletins de Medição dos serviços executados, bem como providenciar as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de fiscalização;
III - Exigir da empresa contratada o cumprimento das normas técnicas da ABNT, licenças ambientais e demais legislações incidentes;
IV - Submeter ao órgão interveniente (PARANACIDADE) os relatórios, termos de recebimento provisório e demais documentos técnicos necessários para a liberação das parcelas de recursos pelo Concedente;
V - Reportar imediatamente à administração superior qualquer irregularidade, desvio ou atraso injustificado na execução física do objeto contratado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 15 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:7C77750F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 112/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: Projetta Schorr Engenharia & Consultoria LTDA

Objeto: Registro de Preço para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de laudo de avaliação de imóveis urbanos e rurais para fins de alienação, em conformidade com as normas técnicas abnt nbr 14653-1 e 14653-2, a metodologia a ser empregada deverá ser por inferência estatística, conforme a característica do imóvel e conforme a abnt, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas, para suprir as necessidades do município de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 4.776,00 (quatro mil setecentos e setenta e seis reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 15/07/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:67973C64

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 113/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N° 113/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: SILVA EDIFICAÇÕES LTDA

Objeto: Registro de Preço para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de laudo de avaliação de imóveis urbanos e rurais para fins de alienação, em conformidade com as normas técnicas abnt nbr 14653-1 e 14653-2, a metodologia a ser empregada deverá ser por inferência estatística, conforme a característica do imóvel e conforme a abnt, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas, para suprir as necessidades do município de São Sebastião da Amoreira.

Valor: R$ 49.116,78(quarenta e nove mil cento e dezesseis reais e setenta e oito centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 15/07/2026.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:CD765572

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 10/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 10/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026

Expirado o prazo recursal, o Prefeito de Sapopema, sr. Paulo Maximiano de Souza Junior, torna pública a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe a empresa **CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA.**, CNPJ sob nº 27.016.837/0001-85, no valor de R$ 1.093.950,00 (um milhão, noventa e três mil e novecentos e cinquenta reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS DO CONJUNTO RENASCER II, REFERENTE AO PROGRAMA CASA FÁCIL CONV. 196/2026 COHAPAR

Sapopema, 15 de julho de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:72CF9EC0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026 - PROCESSO Nº 72/2026. O Município de Sapopema/PR, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria de Esportes, realizará Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento **Menor Valor Global,** nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal e demais normas aplicáveis, torna público, que se encontra a disposição dos interessados e a partir da data de publicação deste, o Edital visando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA INSTALAÇÃO DE CERCAMENTO TIPO ALAMBRADO COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO E MURETA EM ALVENARIA NO GINÁSIO E ESTÁDIO MUNICIPAL - CONFORME DELIBERAÇÃO 01/2025 DO CONSELHO ESTADUAL DO ESPORTE.** Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 16/07/2026 as 08:00 h à 04/08/2026 às 08:55 h. Abertura será dia 04/08/2026 às 09:00h. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br e https://comprasbr.com.br. Dúvidas e esclarecimentos através do E-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br. Tel: 0800 090 4201.

Sapopema, 15 de julho de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:AEBA43B9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026

AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026 - PROCESSO Nº 67/2026
O Município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria municipal de Administração e Cultura, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Valor Por Lote, *nos* termos da Lei nº 14.133/2021, decretos Municipal e demais normas aplicáveis, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data de publicação deste, o Edital visando **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços para a realização dos eventos que ocorrerão no Município.** Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 16/07/2026 as 09:00h à 03/08/2026 às 08h55m. Abertura será dia 03/08/2026 as 09:00h. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br www.sapopema.pr.gov.br , https://comprasbr.com.br , dúvidas e esclarecimentos através do e-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel: 0800 090 4201.

Sapopema, 15 de julho de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:98C96896

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2026 – DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2026 – DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

PARTES:
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA – PR.
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 84.788.256/0001-03.

OBJETO: O presente **Convênio** tem por objeto a concessão subvenção para a manutenção da entidade, no atendimento 68,50 alunos de ambos os sexos, sem restrição de raça, cor ou religião (sendo 29 matricula do Ensino Infantil e 39,50 matricula do Ensino Fundamental, do Município de Sapopema, com recursos especifico para a entidade oriunda do FUNDEB, fonte 102, SENSO 2025, conforme Portaria Interministerial nº 14 de 29/12/2025.

VALOR: Para execução do objeto deste Convênio, no montante de **R$ 753.988,41 (Setecentos e cinquenta e três mil e novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos),** os quais serão liberados em duas parcela, sendo uma parcela no valor de **R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)** até o decimo dia útil após a publicação do convênio e o restante no valor de **R$ 153.988,41 (Cento e cinquenta e três mil e novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos)** em até sessenta dias após o repasse da primeira parcela, para serem utilizados de acordo com o plano de aplicação constante do Plano de Trabalho vinculado ao presente Instrumento.

Vigência: O presente Convênio terá a vigência pelo período de 16 de julho de 2026 á 31 de dezembro de 2027, para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

Data da Assinatura: 15 de julho de 2025.

Prefeitura Municipal de Sapopema – PR

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2C4939E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 189/2026/SMSA

Torna público o Termo de Posse da servidora nomeada através da Portaria nº 162/2026.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO, o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO, o Edital de Convocação n° 08/2026 publicado no dia 12 de junho de 2026;

CONSIDERANDO, a Portaria n° 162/2026 publicada no dia 18 de junho de 2026;

CONSIDERANDO, o art. 17, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 397/2022;

RESOLVE:
Art. 1° Tornar público o Termo de Posse da servidora abaixo, devidamente aprovada no Concurso Público Municipal **nº 01/2023**.

TERMO DE POSSE
Ao décimo quinto dia do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), na Divisão de Recursos Humanos desta Autarquia Municipal, tomou posse no Cargo de **ATENDENTE** a servidora **MARIA LUZIA DE SOUZA KUMANO**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1.xxx813 e CPF n° 526.XXX.XXX-87, aprovada em Concurso Público sob o regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi, convocada pelo Edital nº 08/2026, de 11 de junho de 2026, do Concurso aberto pelo Edital nº 01/2023 de 10 de julho de 2023 e por este termo, comprometeu-se a cumprir fielmente com os deveres do cargo conforme contido na Lei Complementar nº 397/2022, Anexo II no qual é investida, bem como a observar as leis, normas e regulamentos.
E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, **CESAR AUGUSTO FOSS, Diretor-Geral** e pela Empossada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi (PR), 15 de julho de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:D714937D

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 190/2026/SMSA

Nomeia servidora pública para realizar atividades que caracterizam Gratificação por Produtividade e Desempenho (GPD) da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 2787/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **MARIA LUZIA DE SOUZA KUMANO**, CPF n° 526.XXX.XXX-87, Matrícula nº 2965, ocupante do cargo de **ATENDENTE**, lotada no Departamento de Controle, Medição e Arrecadação, para realizar atividades tipificadas na **GPD-04**, conforme a Portaria n° 79/2024, desta Autarquia, que caracterizam a Gratificação por Produtividade e Desempenho.

Art. 2º A servidora ora nomeada deverá observar o disposto na Lei n° 2787/2022, e Portaria n° 79/2024/SMSA, que tratam do estabelecimento e regulamentação das atividades e do sistema de aferimento e mensuração da Gratificação por Produtividade e Desempenho (GPD).

Art. 3º Pelo exercício da Gratificação por produtividade e desempenho a servidora passará a receber conforme o Anexo II da Lei nº 2787/2022, de 12 de janeiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de julho de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:FDCDA9D4

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026-CMS
REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº 022/2026-CMS
DFD Nº 014/2025-CMS

Participação exclusiva para micro e pequenas empresas.
Legislação aplicável: Lei 14.133, de 2021, Lei Complementar 123, de 2006, Lei Municipal 3.008, de 2024 e demais legislações pertinentes.

Por meio deste, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas de eventuais interessados em relação à Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, para o objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em elevador de passageiros instalado no prédio da Câmara Municipal de Sarandi, compreendendo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais ou compatíveis de primeira linha, mão de obra técnica especializada, atendimento emergencial, suporte técnico e demais serviços necessários à conservação, operação, segurança, confiabilidade e pleno funcionamento do equipamento, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes**,** conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
INFORMAÇÕES, EDITAIS OU OUTROS DOCUMENTOS PERTINENTES: https://transparencia.cms.pr.gov.br/licitacao-aberta
LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no e-mail: compras@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 16/07/2026; **Término**: às 18h de 22/07/2026.
ESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO PODERÁ SER PRORROGADO POR PEDIDO OU PELA DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO.
Sarandi, 15 de julho de 2026.

ALEX FRANCISCO DE SOUZA
Agente de Contratação - Portaria Nº 019/2025-CMS

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:60A84C7E

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2024

Processo Administrativo: nº 20/2024
Dispensa: nº 10/2024
Contrato: nº 10/2024

Contratante: Câmara Municipal de Sarandi
Contratada: Dangio & Barroso Serviços Ltda., CNPJ nº 27.565.242/0001-89

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos condicionadores de ar da Câmara Municipal de Sarandi, mediante a elaboração, implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC.

Fundamento Legal: Art. 106 e 107, da Lei 14.133/2021.
Valor: 20.945,24 (vinte mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)
Vigência: 12 (doze) meses, de 15/07/2026 a 15/07/2027
Assinatura: 15 de julho de 2026

Câmara Municipal de Sarandi, 15 dias do mês de julho de 2026.

DIONÍZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:17430B3B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2025 ID: 10483 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0037/2025 - PMS

ORIGEM	Pregão Eletrônico N° 9-0037/2025
CONTRATANTE	Município De Sarandi – PR
CONTRATADA	*MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA*
CNPJ/CPF	22.077.561/0001-21
OBJETO	Registro de preços para aquisições de Gêneros Alimentícios, para atender à demanda do Município de Sarandi/PR.
ASSINATURA	09 de julho de 2026.

Desse modo, será alterado o valor do item:
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. licitado	Valor Unit. reequilibrado
17	76782	Biscoito de arroz	PACOTE	R$ 8,69	R$ 9,13

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:B73E3158

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2025 ID: 10530 PREGÃO ELETRÔNICO N° 9-0036/2025

Fornecedor: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI
CNPJ: 30.759.356/0001-74

Desse modo, será alterado a marca de:

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Marca/Espec.
71	76686	SKATE completo para iniciantes	UNID	IPTOYS

Para a marca:

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Marca/Espec.
71	76686	SKATE completo para iniciantes	UNID	MOR

Sarandi, 02 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:2AB984EC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO CONTRATUAL INEXIGIBILIDADE N°37/2026 CONTRATO N° 239/2026 – ID: 10871 PMS CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025- PMS

ORIGEM:	**Chamamento Público 02/2025 - PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	*INTEGRAMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA*- 961168275
CNPJ/CPF:	**52.182.720/0001-19**
OBJETO:	**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Apostilamento do **Contrato nº 239/2026** oriundo da Inexigibilidade nº 37/2026, incluindo profissional ao corpo clínico da empresa, a serem empregados na prestação de serviços de médicos, a Sra. **Lígia Maria Yumi Sato,** médica, inscrita no CRM/PR n. 63257, a Sra. **Taisa Fernandes Celestino,** médica, inscrita no CRM/PR n. 63588, para que médicas a executem a prestação de serviços de acordo com o Chamamento Público n. 02/2025, a fim de substituir a Sra. **Mariane Consoni do Nascimento,** e a Sra. **Mariana da Silva Galeriani Nascimento**.
ASSINATURA:	**09 de julho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:B40A8F33

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 55/2026 CONTRATO N° 378/2026 ID: 11010

ORIGEM:	**InexigibilidadeN° 55/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**FAZ CHOVER PRODUCOES ARTISTICAS E MUSICAIS LTDA - ME**
CNPJ/CPF:	**39.702.550/0001-98**
OBJETO:	**Contratação de empresa para agenciamento do show artístico musical do cantor FERNANDINHO, a ser realizado na EXPORANDI 2026, no dia 21 de outubro de 2026, como parte das festividades em comemoração ao 45º aniversário da cidade de Sarandi-PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)..**
VIGÊNCIA:	**15 de julho de 2026 a 10 de janeiro de 2027.**
ASSINATURA:	**15 de julho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:04A1C84B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 – PMS UASG 988461 (CONTRATAÇÃO: 988461-9/2026)

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços com emissão de laudos para posterior poda ou remoção de árvores, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **30 de julho de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/ (Contratação: 988461-9/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600. ramal 2038
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 15 de julho de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:D7C5D402

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES PORTARIA Nº 2364/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Locação de Imóvel Comercial, situado na Rua Espanha, Nº 130, Lotes 01 a 13 (unificados), Quadra "Q", Jardim Europa, CEP 87111-080, Sarandi/PR, para atender às necessidades da Clínica Municipal de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista (CATEA), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
BRUNO HENRIQUE DAVI BARBOZA MARTINI	FISCAL	SAÚDE

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de julho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:40A83BDE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 56/2026 - EXTRATO PUBLICACAO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 56/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 56/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**GRUPO FOCO COMPLEXO DE CUIDADO, BEM-ESTAR, APRIMORAMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL LTDA**
OBJETO:	**"Contratação de empresa especializada para execução de programa de alfabetização com formação de profissionais e fornecimento de materiais didáticos, para atendimento da jornada ampliada da Rede Municipal de Ensino de Sarandi-PR"**
VALOR TOTAL:	**R$ 94.350,00 (noventa e quatro mil e trezentos e cinquenta reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso III, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 14 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:831A6554

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 56/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **56/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 14 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:4BE3B2CD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 58/2026 - EXTRATO PUBLICACAO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 58/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 58/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
LOCADOR:	**JOSÉ APARECIDO JACOVÓS** **SANDRA REGINA JORDÃO JACOVÓS**
OBJETO:	**"Locação de imóvel comercial, situado na Rua Espanha, nº 130, Lotes 01 a 13 (unificados), Quadra "Q", Jardim Europa, CEP 87111-080, Sarandi/PR, para atender às necessidades da Clínica Municipal de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses".**
VALOR TOTAL:	**R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**
VALOR MENSAL:	**R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21

Sarandi, 15 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:12017BE9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 58/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **58/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 15 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:FADA33AF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1189/2026

SÚMULA: EXONERA PAULO ROBERTO BAU, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **PAULO ROBERTO BAU,** portador do C.P.F. n.º XXX.638.XXX-53, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 70/2025 de 21 de janeiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 07 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:4954DDF1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 1190/2026

SÚMULA: Nomeia PAULO ROBERTO BAU para o cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE CHEFE DE GABINETE, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **PAULO ROBERTO BAU**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºXX.076.XXX-8 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.767.XXX-38, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE CHEFE DE GABINETE, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 08 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:E4DE7A23

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º1191/2026

SÚMULA: Nomeia VALDEMIR AMARO para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **VALDEMIR AMARO**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.403.XXXX-6 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.770.XXX-87, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de Julho de 2026.

***CARLOS ALBERTO DE PAULA* JUNIOR**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:F7CA5D2F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2284/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidor publico municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

1º - Para fins de regularização da situação funcional junto à Divisão de Recursos Humanos, desta Municipalidade, tornar público que foram exonerados a pedido os servidores efetivos abaixo relacionados:

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*A partir de*
7685	CAMILA GASPARETI BALTAZAR	COORDENADOR PEDAGOGICO	18/06/2026
10099	DENISE KARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01/06/2026
9712	LAUDICEIA DOS SANTOS DINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)	25/06/2026
10692	LUANA MACHADO FLORINDO DA SILVA	PROFESSOR - 20 HORAS	12/06/2026
10696	MARIA CAROLINA MIESSE	PROFESSOR - 20 HORAS	22/06/2026
10644	THAINA FERNANDES ROCHA	PROFESSOR - 40 HORAS	15/06/2026

Sarandi, 01 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:783DEB02

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260708_185132

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 24/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ATM5175	284610NIC0033369	16/06/2026	50020
AXV7A09	284610NIC0033370	16/06/2026	50020
AXV7A09	284610NIC0033371	16/06/2026	50020
AZK1758	284610NIC0033367	16/06/2026	50020
FXI7E61	284610NIC0033368	16/06/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:B1F2C2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260709_185254

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 27/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AXV7A09	284610NIC0033372	16/06/2026	50020
AYO2B45	284610NIC0033373	16/06/2026	50020
CTZ2984	284610NIC0033376	16/06/2026	50020
QNV9B81	284610NIC0033374	16/06/2026	50020
SJN3C95	284610NIC0033375	16/06/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:D07F7C60

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20260708_185210

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 27/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ABW4B47	116100T000604783	25/04/2026	55500	
ARV2I14	284610M000355794	19/04/2026	56732	
AVI1I16	284610M000355841	20/04/2026	56732	05896246707
AYK7856	284610M000355618	17/04/2026	56732	00817627751
BAA9969	284610T000008953	30/04/2026	73400	04364608508
DPN7G31	284610T000009507	24/04/2026	52311	04169810348
DXZ0D85	284610M000355545	16/04/2026	56732	
GGJ3A47	284610M000355570	16/04/2026	56732	02316637547
RHY8H49	284610T000010054	25/04/2026	76842	09119291138

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:C5D02B76

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260707_185087

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 24/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ALP7631	284610T000008010	21/02/2026	73400	R$ 130,16
OJV8C65	284610M000351942	16/02/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:09BB48FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260710_185362

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 31/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
GGI8438	284610M000354133	23/03/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:BC81D316

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260711_185463

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 31/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AZT5367	116100T000781078	29/04/2026	54521	R$ 195,23
CGX7163	284610CND0000912	04/03/2026	50292	R$ 880,41
SFL0J42	284610CND0000913	04/04/2026	50371	R$ 586,94

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:0388DD31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 3.566/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 150 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),*

C O N C E D E

Aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, férias regulamentares, a partir desta data, de acordo com o período aquisitivo abaixo especificado:

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	Quantidade de Dias
6931	Alessandra Rodrigues	22/08/2025 a 21/08/2026	15 dias
18621	Luis Rogério Garcia Fante	20/06/2024 a 19/06/2025	15 dias
20241	Nelson Antonio Ciola Junior	20/09/2024 a 19/09/2025	15 dias
18661	Beatriz Carolina Resende	20/06/2024 a 19/06/2025	10 dias
7281	Adriana Vivian Perin Koteski	02/08/2024 a 01/08/2025	15 dias

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:312A5841

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.123/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA E COMÉRCIO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
14651	*Adriane Benatto Ferraz Fernandes*	*Escriturário*	*20% descolamento fora dos limites do Município e 20 % trabalho fora do Município, totalizando 40%*
13871	*Antonio Marcos Perin*	*Operador de Máquinas I*	*Trabalho fora do horário habitual da Unidade Administrativa (50%)*

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8CF645A3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.124/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	Nome	Cargo	Percentual sobre o Salário Base
15851	Anderson Jose Willmbrink	Agrônomo	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)
972838	Denilson Ferreira de Mello	Operador de Máquinas I	Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
14981	Denilson Pinheiro dos Santos	Executor de Serviços Gerais	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%
13841	Sandro Bueno da Silva	Operador de Máquinas I	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%
10861	Sandro Lemes	Operador de Maquinas II	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:038F50E5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.126/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AO SERVIDORA ERICA RODRIGUES BALBINO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo conforme seu respectivo cargo e porcentagem.

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
4511	*Erica Rodrigues Balbino*	*Escriturário II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado.
Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:58CB6CDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.127/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	Nome	Cargo	Percentual sobre o Salário Base
13891	Franco Andrei de Lara	Fiscal de Posturas	Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
14671	Regiane Ribeiro da Silva	Escriturário	50% Trabalho fora do horário habitual da unidade administrativa
15721	Thiago Paulino dos Santos	Contador II	Trabalho sob regime de plantão = 20%

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8D6C0042

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.128/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
972803	*Julio Aparecido Leite Da Rosa Melo*	*Nutricionista*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
972815	*Gerson Benedito Sales*	*Executor de Servicos Gerais*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:655E7DB0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.129/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AO SERVIDOR AUGUSTO LUIS DA SILVA

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Saneamento, conforme seu respectivo cargo e porcentagem.

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
972850	*AUGUSTO LUIS SILVA*	*Engenheiro Civil*	*Trabalho sob regime de plantão = 20%*

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1.º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.
Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:FB0E57E1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.130/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AO SERVIDOR ANDERSON ALVES DA SILVA

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente conforme seu respectivo cargo e porcentagem.

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
10321	*Anderson Alves da Silva*	*Executor de Servicos Gerais*	*Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%)*

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado.
Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:F3216621

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.131/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assitência Social, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	Nome	Cargo	Percentual sobre o Salário Base
15491	Ana Carolina Pinheiro de Melo	Zelador	20 % trabalho fora da Sede do Municipio
11521	Cidália Ribeiro dos Santos	Instrutor de Artes e Ofícios	20 % trabalho fora da Sede do Municipio
972825	Leandro Aparecido Brito	Motorista	Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
14691	Paola Fernanda Ferreira	Escriturário	50% trabalho fora do horário habitual da unidade administrativa
16601	Rayza de Proença Brito	Instrutor de Artes e Oficios	Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
14911	Sérgio Ferreira	Motorista de Caminhão	50% trabalho fora do horário habitual da unidade administrativa

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8616F178

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026
(Processo Licitatório n.º 153/2026)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos Médico-Hospitalares, Odontológicos, divididos e da Vigilância Sanitária,

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 188.181,20 (Cento e oitenta e oito mil e cento e oitenta e um reais e vinte centavos.).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO DA LICITAÇÃO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h00min do dia 31 de julho de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 31 de julho de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do 31 de julho de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

15/07/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:8F3C03DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 044/2026

OBJETO: fornecimento de telhas trapezoidais em aço galvanizado, cumeeiras
Metálicas e parafusos para fixação, destinados à substituição da cobertura do depósito da merenda escolar e do almoxarifado geral da Secretaria Municipal de Educação.

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

FERTELA INDÚSTRIA E COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS EIRELI inscrita no CNPJ sob o N 17.405.757/0001-68, no lote 01 com valor R$ 24.780,90 e lote 02 com valor R$ 1.457,70 do objeto desta Dispensa de eletrônica com o valor global de **R$ 26.238,60 (vinte e seis mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).**

R. C. ISOLAMENTOS ACUSTICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o N 15.017.493/0001-40, no lote 03 do objeto desta Dispensa de eletrônica com o valor global de **R$ 490,00, (quatrocentos e noventa reais).**

Sengés, 15 de Julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:0E38C617

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 129-2026

EXTRATO DA ATA Nº 129/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 129/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: FABIO AUGUSTO MOREIRA PRINCIPE LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COM TAMPA A SEREM INSTALADAS NAS RUAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 15 DE JULHO DE 2026.
TÉRMINO: 15 DE JULHO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 143/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026, ID. 85146.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 15 DE JULHO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:8F0734BF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA Nº 182-2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 182/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: JEFFERSON GALEAZI DE OLIVEIRA.

OBJETO: SERVIÇO DE SONDAGEM, COLETA DE AMOSTRAS E ENSAIOS GEOTÉCNICOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DE PAVIMENTO.

VALOR: R$ 19.574,00 (DEZENOVE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, I da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de julho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:819AB31B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA Nº 183-2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 183/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: FJP SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS ADESIVAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

VALOR: 510,00(QUINHENTOS E DEZ REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de julho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:459FE37A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 51/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: CONSTRUTORA ORCA OBRAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 3(TRÊS) INFRAESTRUTURA URBANA DE LAZER, SENDO: AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS PARA PLAYGROUNDS COM IMPLANTAÇÃO E PAISAGISMO, CONTENDO CADA UMA: PLAYGROUNDS (API-03), CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, PISO PODOTÁTIL, COLOCAÇÃO DE BANCOS, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E PAISAGISMO, SOMANDO UMA ÁREA DE 310.89M², A SEREM IMPLANTADOS NO RESIDENCIAL BENEDITO BIASI ZANIN, RESIDENCIAL DAS PALMEIRAS E LAGO TABOCÓ. A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA EM CONFORMIDADE COM O PROJETO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, MEMORIAIS E DEMAIS DOCUMENTOS CONSTANTES NO PROCESSO LICITATÓRIO, CONTRATO DE REPASSE N° 2043/2025 - SECID, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE ATENDEM A COMPLETA EXECUÇÃO.
VIGÊNCIA: 540 (QUINHENTOS E QUARENTA) DIAS.
INÍCIO: 14 DE JULHO DE 2026.
TÉRMINO: 5 DE JANEIRO DE 2028.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 140/2026 – CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026 - ID Nº 85121
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14 DE JULHO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 355.948,25 (TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:EEB29DF9

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 52/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), INSTITUÍDA PELA LEI 14.399/2022
VIGÊNCIA: 169 (CENTO E SESSENTA E NOVE) DIAS.
INÍCIO: 15 DE JULHO DE 2026.
TÉRMINO: 31 DE DEZEMBRO DE 2026.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 223/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026 - ID Nº 85122
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE JULHO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 6.775,55 (SEIS MIL, SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:424553CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2026

O Município de Sulina/PR, informa aos interessados a retificação do edital da Pregão Eletrônico n.º 40/2026, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR",** após recebimento de pedido de esclarecimento.

A alteração do edital refere-se à **data de início da sessão/disputa de lances**, que passa a ser **31 de julho de 2026, às 09h** (Brasília/DF).

E ficam incluídos no TERMO DE REFERÊNCIA:
2. DA JUSTIFICATIVA
[...]
Considerando que os serviços de recapagem e vulcanização de pneus envolvem processos industriais com utilização de insumos específicos e geração de resíduos, a Administração entende necessária a contratação de empresa ambientalmente regularizada, garantindo que a execução do objeto observe a legislação ambiental vigente e promova a destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da atividade, em consonância com os princípios da sustentabilidade, eficiência e prevenção previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Federal nº 12.305/2010.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
[...]
a.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, a Licença Ambiental válida ou documento equivalente expedido pelo órgão ambiental competente, quando exigível para o exercício da atividade.
a.11. Executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente, responsabilizando-se integralmente pela correta segregação, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.
a.12. Sempre que solicitado pela fiscalização, apresentar documentos que comprovem a destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da recapagem e vulcanização, tais como Certificado de Destinação Final (CDF), Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), contrato com empresa licenciada, Plano de Gerenciamento de Resíduos ou documento equivalente, conforme aplicável.

10. DO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO
[...]
10.1 – Qualificação Técnica
Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação, demonstrando aptidão para prestação dos serviços de recapagem e/ou vulcanização de pneus.
10.2 – Regularidade Ambiental
A licitante deverá apresentar Licença Ambiental de Operação, Licença Ambiental Simplificada, dispensa formal ou outro documento equivalente expedido pelo órgão ambiental competente, compatível com a atividade exercida, quando exigido pela legislação ambiental aplicável.
10.3 – Gestão de Resíduos
A licitante deverá comprovar possuir sistema de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em sua atividade, mediante apresentação de documento idôneo, tais como:
• Certificado de Destinação Final (CDF);
• Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), quando aplicável;
• Contrato com empresa licenciada para coleta e destinação;
• Plano de Gerenciamento de Resíduos; • ou outro documento equivalente aceito pelo órgão ambiental competente.

15. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO
[...]
a.15) Compete ao fiscal verificar a manutenção da regularidade ambiental da contratada durante toda a execução contratual, podendo solicitar, sempre que entender necessário, a apresentação da licença ambiental vigente e dos documentos que comprovem a destinação

ambientalmente adequada dos resíduos produzidos na execução dos serviços.

As demais cláusulas e condições presentes no instrumento convocatório e seus anexos permanecem inalteradas. O Edital completo poderá ser obtido na internet, nos sítios http://www.sulina.pr.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Seção de Licitação. Sulina/PR, 15 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:98CC58CF

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2022

referente ao Pregão Presencial nº 40/2022. Contratada: **ATITUDE AMBIENTAL LTDA** CNPJ n 07.075.504/0001-10**. Objeto do aditivo: DE PRAZO:** Fica acrescido ao contrato original mais 12 meses, passando o novo prazo de vigência vigorar até a data de 29 de julho de 2027. **DO REAJUSTE:** Fica acrescido ao contrato original R$ 30.368,28 (trinta mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), elevando o valor mensal de R$ 2.453,17 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezessete reais) para R$ 2.530,69 (Dois mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) conforme índice IGP-M de 3,16% (quatro vírgula trinta e nove por cento), acumulado no período de julho de 2025 a junho de 2026. **DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** O valor global do contrato original a ser R$ 144.406,32 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e trinta e dois centavos), presentemente adicionado. **Fundamento:** O presente aditivo é fundamentado no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.Sulina/PR, 15 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:8B5D8FCB

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2024

Referente ao Pregão Eletrônico nº 15/2024. **Contratada: CTR3 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.375.648/0001-78. OBJETOS DO ADITIVO: **DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado ao prazo do contrato mais 12 (doze) meses, prorrogando a vigência do contrato até a data de **02 de setembro de 2027**. **DO VALOR GLOBAL:** Fica aditado R$ 668.863,20 (Seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte centavos), passando o valor global do contrato original a ser R$ 1.821.312,64 (Um milhão, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais e sessenta e quatro centavos), elevando o valor unitário em 4,33% (quatro virgula trinta e três por cento), conforme índice INPC acumulado nos últimos 12 meses. **Fundamento:** O presente aditivo é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021. Sulina/PR, 15 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:354B6050

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 109/2025

Referente ao Pregão Eletrônico n.º 35/2025, celebrado entre o Município de Sulina/PR e a **IDEALAB PROJETOS DE ARTE LTDA**, inscrita sob o CNPJ n.º 35.928.264/0001-94. **Objeto do aditivo: DE PRAZO:** Fica acrescido ao contrato original mais 12 meses, passando o novo prazo de vigência vigorar até a data de 12 de agosto de 2027. **DO REAJUSTE DE VALORES:** Fica reajustado o valor unitário baseado no índice do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses que corresponde a 3,16%, conforme solicitação da Secretaria. **DO VALOR GLOBAL:** Fica aditado R$ 86.240,00 (Oitenta e seis mil, duzentos e quarenta reais), onde o valor global do contrato passa a ser R$ 169.840,00 (Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais). **Fundamento:** O presente aditivo é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021. Sulina/PR, 15 de julho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:9D6303C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO N.º 4.385/2026

Regulamenta o Programa Municipal de Empréstimo em Comodato de Equipamentos de Apoio à Saúde e Assistência Social no âmbito do Município de Terra Boa e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica regulamentado, no âmbito do Município de Terra Boa, o Programa Municipal de Empréstimo em Comodato de Equipamentos de Apoio à Saúde e Assistência Social, destinado ao fornecimento, em regime de comodato, de cadeiras de rodas motorizadas e camas hospitalares, pelo período em que se fizer necessário ao usuário/paciente.
Parágrafo único. Os equipamentos a que se refere o *caput* poderão ser ampliados, por ato do Poder Executivo, para abranger outros equipamentos de apoio à saúde e à mobilidade, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 2º. O Programa instituído por esta Lei tem por objetivos:
I – garantir dignidade e qualidade de vida às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
II – ampliar o acesso a equipamentos essenciais para a recuperação da saúde e da mobilidade;
III – promover a reutilização e o aproveitamento de equipamentos em boas condições de uso;
IV – reduzir as despesas das famílias de baixa renda; e
V – proporcionar conforto e qualidade de vida aos usuários/pacientes dos equipamentos.

CAPÍTULO II
DA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DO BANCO MUNICIPAL

Art. 3º. Os equipamentos destinados ao Programa poderão ser adquiridos mediante:
I – recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde;
II – recursos provenientes de emendas parlamentares;
III – convênios celebrados com os Governos Estadual e Federal;
IV – doações de pessoas físicas e jurídicas; e
V – parcerias com entidades filantrópicas, hospitais e organizações da sociedade civil.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Saúde poderá criar e administrar um Banco Municipal de Equipamentos, responsável pelo cadastro, controle, manutenção e empréstimo dos equipamentos integrantes do Programa.

CAPÍTULO III

DOS BENEFICIÁRIOS, DA PRIORIDADE E DOS REQUISITOS

Art. 5º. Terão prioridade no atendimento do Programa:
I – os idosos em situação de vulnerabilidade social;
II – as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social; e
III – os pacientes em recuperação pós-cirúrgica em situação de vulnerabilidade social.

Art. 6º. A concessão dos equipamentos dependerá da apresentação dos seguintes documentos e da observância dos seguintes requisitos:
I – documento de identificação do usuário e, quando necessário, de seus representantes legais;
II – comprovação de residência no Município de Terra Boa há mais de 3 (três) anos;
III – laudo ou prescrição médica, quando necessário; e
IV – parecer social.

CAPÍTULO IV
DO COMODATO, DA MANUTENÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

Art. 7º. Os equipamentos poderão ser concedidos por meio de empréstimo em comodato, pelo período que se fizer necessário ao usuário/paciente, mediante a assinatura de Termo de Entrega e Responsabilidade.

Art. 8º. A manutenção dos equipamentos será de responsabilidade do Município tão somente no período de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da entrega do equipamento, constante no Termo de Entrega e Responsabilidade.
Parágrafo único. Decorrido o período previsto no caput, a responsabilidade pela manutenção e pela substituição das peças necessárias passará a ser do usuário/paciente e/ou de seu responsável legal.

Art. 9º. Quando o usuário/paciente não mais utilizar os equipamentos cedidos, em razão de recuperação, reabilitação, falecimento ou de outras situações, os equipamentos deverão ser devolvidos à Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de responsabilização civil e penal.

Art. 10. Fica o usuário/paciente e/ou o seu responsável legal obrigado a autorizar a vistoria do equipamento, a ser realizada por servidor responsável da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de verificar se o equipamento está sendo adequadamente utilizado e conservado.
Parágrafo único. Constatada a má utilização, a conservação inadequada ou o desvio de finalidade do equipamento, a Secretaria Municipal de Saúde poderá proceder à sua retomada, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Terra Boa - Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

republicado por erro material

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:87A9B781

GABINETE
DECRETO N.º 4.386/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, área de terras destacada do Lote n.º 217, da Gleba do Patrimônio de Terra Boa, destinada ao prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, interligando as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis, mediante transposição do Córrego Guatambú, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA BOA, Estado do Paraná**, o Senhor Valter Peres, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso V, da Lei n.º 001/2012, de 18 de dezembro de 2012 (Lei Orgânica do Município), e considerando o disposto no art. 2º, art. 5º, alínea "e", e art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei Geral das Desapropriações), bem como no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, e
CONSIDERANDO que compete ao Município, no exercício de sua competência constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial (art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal), planejar e executar a abertura, o prolongamento e a conservação de vias públicas urbanas;
CONSIDERANDO que se encontra projetado o prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, de modo a interligar, por meio de ponte a ser edificada sobre o Córrego Guatambú, a Zona 1 (um) do perímetro urbano do Município, unindo as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis;
CONSIDERANDO que a referida obra de prolongamento viário é de inequívoco interesse público e de significativa relevância social, na medida em que: (i) proporcionará acesso direto e facilitado ao Hospital Municipal Dr. Valdomiro Peres, encurtando o trajeto de pacientes, ambulâncias e demais veículos de urgência e emergência; (ii) facilitará a circulação viária entre os bairros Jardim Sena e Jardim Oásis, e destes com os demais bairros e o Centro da cidade; e (iii) promoverá a integração e a valorização urbana de toda a região beneficiada, atendendo a centenas de famílias residentes nas localidades mencionadas;
CONSIDERANDO que, para a execução da referida obra, faz-se necessária a incorporação, ao patrimônio público municipal, da área de terras a seguir descrita, destacada do imóvel matriculado sob o n.º 298 no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa/PR;
CONSIDERANDO que os proprietários do imóvel manifestaram expressa anuência à alienação amigável da área necessária à obra, mediante justa indenização, restando dispensável, por conseguinte, a instauração de processo judicial de desapropriação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 3.365/1941;
CONSIDERANDO que o valor da indenização foi apurado com base nos parâmetros técnicos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 4.227, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atualização da pauta de valores venais por hectare (VTN/Ha) para fins de cálculo do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI-Rural) para o exercício fiscal de 2026;
CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária própria e específica para fazer frente à despesa decorrente da presente desapropriação amigável;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, nos termos do art. 5º, alínea "e", combinado com o art. 10, parágrafo único, ambos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, a área de terras abaixo descrita e caracterizada, necessária à execução da obra de prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, interligando a Zona 1 (um) do perímetro urbano do Município, entre as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis, mediante transposição do Córrego Guatambú.
§1º. A área a que se refere o *caput* possui 16.058,28 m² (dezesseis mil, cinquenta e oito metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados), a ser destacada do Lote n.º 217, da Gleba do Patrimônio de Terra Boa, imóvel de área total de 5,00 (cinco) alqueires paulistas, equivalente a 121.000,00 m² (cento e vinte e um mil metros quadrados), situado neste Município e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula n.º 298 do Serviço de Registro de Imóveis local, com as divisas e confrontações ali descritas.
§2º. O imóvel de que trata o §1º é de propriedade de Albino Preto Junior, brasileiro, casado com Marta Regina do Lago Preto sob o regime da comunhão parcial de bens, ele engenheiro agrônomo e ela

empresária, inscritos no CPF/MF sob os n.ºs 780.123.509-63 e 497.154.029-68, respectivamente, portadores das Cédulas de Identidade RG n.ºs 1.606.379 SSP/PR e 3.909.429-0 SSP/PR, respectivamente, residentes e domiciliados na Rua Teruo Sakuno, n.º 415, nesta cidade e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Art. 2º. A área a ser desapropriada amigavelmente, objeto do art. 1º deste Decreto, possui a seguinte descrição perimétrica:

"Partindo de um marco cravado na margem esquerda do Córrego Guatambú, segue no rumo NE 25° 15' 12", na distância de 25,78 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 42° 05' 20", na distância de 38,79 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 58° 55' 28", na distância de 38,79 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 67° 20' 32", na distância de 35,28 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 58° 04' 58", na distância de 18,50 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 48° 56' 48", na distância de 19,25 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 21° 04' 25", na distância de 19,87 metros, até o próximo marco; deste segue no rumo NE 13° 14' 01", na distância de 25,34 metros, até o próximo marco; no rumo NO 06° 44' 00", na distância de 392,50 metros, confrontando, desde o marco inicial com o Lote n.º 217-A, até o próximo marco, colocado na lateral da extremidade de uma estrada; daí mede-se pela extremidade da dita estrada, no rumo NE 83° 16' 00", com 4,99 metros, até um marco cravado na outra lateral da referida estrada; deste segue, confrontando com o Lote n.º 208, no rumo SE 06° 44' 00", com 560,00 metros, até o Córrego Guatambú; deste deflete à direita e, finalmente, seguindo córrego acima até o ponto de partida, fechando-se assim o perímetro do polígono acima descrito, com área superficial de 16.058,28 m² (dezesseis mil, cinquenta e oito metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados)."

Parágrafo único. Integra o presente Decreto, para todos os fins, o memorial descritivo e a planta de levantamento planialtimétrico da área desapropriada, elaborados por profissional habilitado e devidamente aprovados pelo setor técnico competente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. A indenização pela área objeto da desapropriação amigável de que trata este Decreto será paga pelo Município de Terra Boa aos proprietários no valor certo e ajustado de R$ 30.560,00 (trinta mil, quinhentos e sessenta reais).

§1º. O valor da indenização foi apurado com base nos parâmetros técnicos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 4.227, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atualização da pauta de valores venais por hectare (VTN/Ha) para fins de cálculo do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI-Rural), ambos para o exercício fiscal de 2026.

§2º. O pagamento da indenização será efetuado à vista, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta bancária de titularidade dos proprietários ou por outra forma por eles indicada, correndo a despesa por conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente do Município.

§3º. Efetuado o pagamento de que trata este artigo, os proprietários outorgarão ao Município ampla, geral e irrevogável quitação quanto ao valor pago, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, em razão da transferência da área desapropriada amigavelmente.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – celebrar com os proprietários da área o respectivo instrumento de escritura pública de desapropriação amigável, ou instrumento particular equivalente, com força de escritura pública, contendo a descrição da área, o valor da indenização e a quitação recíproca;

II – praticar todos os atos administrativos, judiciais ou extrajudiciais necessários à efetivação da desapropriação amigável ora declarada, inclusive requerer, perante o Serviço de Registro de Imóveis competente, o desmembramento da área objeto deste Decreto da Matrícula n.º 298 e a abertura de matrícula própria em nome do Município de Terra Boa;

III – promover, se necessário, a retificação de área, georreferenciamento e demais providências técnicas e cartorárias indispensáveis à regularização registral da área desapropriada;

IV – adotar as medidas administrativas necessárias ao pagamento da indenização de que trata o art. 3º deste Decreto.

Art. 5º. Concluída a transferência da área ao patrimônio público municipal, a mesma passará a integrar o Sistema Viário Municipal, ficando desde já afetada à execução da obra de prolongamento da Rua Vale do Rio Preto e à implantação dos equipamentos urbanos dela decorrentes.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente do Município de Terra Boa, suplementada se necessário.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Terra Boa, Estado do Paraná, em 14 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Os documentos técnicos que integram o presente Decreto, compreendendo o **Memorial Descritivo** e a **Planta de Levantamento Planialtimétrico da Área Desapropriada**, permanecerão disponíveis para consulta no **acervo físico da Prefeitura Municipal de Terra Boa**, junto ao setor competente, assegurado o acesso aos interessados, nos termos da legislação aplicável.

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:9DA62ECD

GABINETE
LEI Nº 1.875/2026

Autoriza crédito especial na importância de até 77.735,00 (setenta e sete mil setecentos e trinta e cinco reais).

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 77.735,00 (setenta e sete mil setecentos e trinta e cinco reais)

Suplementação
11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria de Assistência Social
11.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Assistência Social
11.002.08.245.0003.1.079. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
1687 - 4.4.90.52.00.00 3829 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 77.735,00
Total Suplementação: 77.735,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superavit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:12CEA014

GABINETE
LEI Nº 1.876/2026

Autoriza crédito especial na importância de até 53.265,24 (cinqüenta e três mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 53.265,24 (cinqüenta e três mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)
Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Assistência Social
11.007.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
11.007.08.242.0003.1.087.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1688 - 4.4.90.52.00.00	2935 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 53.265,24

Total Suplementação: 53.265,24

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita
Receita:1.3.2.1.01.11.69.00000000 Fonte:
Receita:2.4.2.9.99.01.08.00000000 Fonte:

2935 64,60
2935 53.200,64

Total da Receita: 53.265,24

Artigo 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:F4E7A526

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 64-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 64/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, GLOBAL.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Ônibus Rodoviário 0 Km bem como para auxiliar as Unidades Básicas de Saúde, com o transporte sanitário de pacientes no Município de Terra Boa e para os que necessitam de locomoção até os municípios de referências para realização de consultas, exames e tratamentos de doenças crônicas, de acordo com Incentivo de Investimento para o Transporte Sanitário, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 1898/2025.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 15.07.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 04.08.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 15 de julho 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:64438E53

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 65-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 65/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial privada, desarmada, com fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, visando garantir a segurança patrimonial, a integridade física dos acolhidos, servidores, visitantes e colaboradores da Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Pequeno Príncipe de Terra Boa, para atendimento da solicitação do Poder Judiciário Autos Nº 0001897-29.2023.8.16.0166.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 15.07.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 05.08.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 15 de julho 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:E0A298DF

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 257/2026
REF: PREGÃO N° 54/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: R F V ROMERO - DECORAÇÕES E BUFFET - ME., CNPJ nº 01.861.792/0001-51, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). GUSTAVO VIANNA GALHARDO, CPF: 071.674.189-00, carteira de Identidade nº .

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para locação de peças de decoração, aquisição de flores naturais e fornecimento de Buffet, em atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **285.467,62 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta**

e sete reais e sessenta e dois centavos), valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 09 de julho de 2026, com vencimento até 09 de julho de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 09 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:EB083F4A

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 262/2026
REF: PREGÃO N° 55/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CARNELÓS LICITACOES LTDA, CNPJ nº 52.964.893/0001-99, com sede Campo Mourão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). DANIELA FAGUNDES CARNELÓS NUNES, CPF: 076.417.859-80, carteira de Identidade nº 101102866.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais de expediente, em atendimento a esta Prefeitura Municipal..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **4.881,30 (quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de julho de 2026, com vencimento até 14 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:EF118FDC

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 263/2026
REF: PREGÃO N° 55/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: D A SEMPREBOM COLONELLO - LIVRARIA - EIRELI, CNPJ nº 01.919.321/0001-57, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). DOZOLANGELA AP. SEMPREBOM COLONELLO, CPF: 735.914.679-87, carteira de Identidade nº 3.134.583-5.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais de expediente, em atendimento a esta Prefeitura Municipal..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **454.604,22 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quatro reais e vinte e dois centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de julho de 2026, com vencimento até 14 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D033E7E1

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 265/2026
REF: PREGÃO N° 50/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: PC SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 59.979.802/0001-38, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CLAUDIO ANDRE ALVES, CPF: 056.774.359-45, carteira de Identidade nº 9.915.261-3.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Aquisição de Materiais Elétricos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **725.235,00 (setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de julho de 2026, com vencimento até 15 de julho de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:95467BA1

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 266/2026
REF: PREGÃO N° 50/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito

Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: VALMIR F. GAVIOLI - MATERIAIS ELETRICOS - EPP, CNPJ nº 11.200.977/0001-79, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). VALMIR FRANCISCO GAVIOLI, CPF: 702.877.249-72, carteira de Identidade nº 4.156.893-3.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Aquisição de Materiais Elétricos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **242.863,91 (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de julho de 2026, com vencimento até 15 de julho de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C4A77157

LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2026 CONTRATO Nº 261/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026

Termo de Colaboração nº	11/2026
Data	14 de julho de 2026
Concedente	Município de Terra Boa
Convenente	**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA BOA**, inscrita pelo CNPJ/MF nº 79.867.412/0001-83, sediada na Rua Jaime Mantovan, 127.
Objeto	Termo de Colaboração, por meio de mútua cooperação de ações visa garantir a oferta do Serviço para Pessoas com Deficiência do Municipio, para aquisição de Equipamentos de Informática, cujo recursos é proveniente de repasse do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Programa Gerador de Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (2025), para repasse valor do valor de R$ 5.000,00 (Cinco Mil, Reais) conforme Projeto e Plano de Aplicação apresentado em Plenária desse CMDCA, destinada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Boa que executa serviços de Média Complexidade, – para despesa de **INVESTIMENTO GND 4**, conforme detalhado no Plano de Trabalho
Vigência	Até 14 de julho de 2027
Modalidade	Inexigibilidade de Licitação nº 27/2026

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0CC8299C

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 28-2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2026.

Em atendimento ao art. 72, § único da Lei 14.133/2021, ficam pelo presente *Termo de Colaboração, por meio de mútua cooperação de ações visa garantir a oferta do Serviço de Acolhimento institucional para Pessoa Idosa no Município de Terra Boa, "cujo recursos é proveniente de repasse da Emenda Parlamentar (Flavio Arns) nº 202620380014 do Ministério do Desenvolvimento Social de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - EMENDAS INDIVIDUAIS 2026, destinada a Unidade de Acolhimento ILPI Asilo São Vicente de Paulo de Terra Boa que executa serviços de Alta Complexidade, para despesa de custeio GND 3 a aquisição de materiais de consumo (Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza e Higiene) via EstruturaSUAS (Sistema de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS) – no Valor R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), - Programação Nº 412720520260001, conforme detalhado no Plano de Trabalo., destinada a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Boa***, com Inexigibilidade de Licitação, conforme previsto no art.74, da Lei Federal 14.133/2021, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil Reais**).

Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:6E01B17D

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 50/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 50/2026**

Registro de Preço para uma eventual Aquisição de Materiais Elétricos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) PC SERVIÇOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 59.979.802/0001-38 no valor total dos itens vencidos de R$ 725.235,00 (setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais).

2) VALMIR F. GAVIOLI - MATERIAIS ELETRICOS - EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.200.977/0001-79 no valor total dos itens vencidos de R$ 242.863,91 (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos).

3) OSMAR LEANDRO - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 12.250.647/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 121.128,14 (cento e vinte e um mil, cento e vinte e oito reais e quatorze centavos).

Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F74CC535

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 663/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 22/07/2026, a servidora **NATALIA DA SILVA**, portadora do CPF 325.906.908-94 do cargo efetivo que ocupa, de **AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:9258A786

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 664/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **CASSIANA VERONICA DA SILVA SANTANA** servidor (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **21/07/2026** a **30/07/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5DE4A0DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 59/2026.
Processo nº 102/2026

OBJETO: Registro de preço para compra de ração animal para gatos**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 28/07/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 15/07/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:5CDBBEFA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 51/2026.
Processo nº 87/2026

OBJETO: Contratação de empresa para executar oficina de artesanato, balé, capoeira, coral, dança, fanfarra, violão e xadrez para execução de projetos junto a Secretaria de Assistência Social.**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 30/06/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 15/07/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:9610EF0C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 242/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **58.354.399/0001-99**.

DOMICÍLIO: AV DR. GASTAO VIDIGAL, 98 - CEP: 87650000 - BAIRRO: ECO PARK, Cruzeiro do Sul/PR.

OBJETO: Registro de preço para material de acondicionamento e embalagem, Pregão - Eletrônico N° 50/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 14/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **219.691,80 (Duzentos e Dezenove Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Oitenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, quatorze dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

F & N Produtos de Limpeza e Higiene LTDA
JOSE FARIA DO NASCIMENTO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:260309E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 240/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: LAPIS DE COR LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **33.974.587/0001-99**.

DOMICÍLIO: RUA MANOEL RIBAS, 858 - CEP: 87701000 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de materiais de expediente e material de consumo para atender as necessidades do setor de educação e cultura do Município., Pregão - Eletrônico N° 52/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 14/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **41.309,20 (Quarenta e Um Mil, Trezentos e Nove Reais e Vinte Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, quatorze dias de julho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Lapis de Cor Livraria e Papelaria LTDA
RODOLFO JORGE GONÇALVES BAZANI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:73E01D80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDAMATRIZ, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **08.389.661/0001-62**.

DOMICÍLIO: RODOVIA BR-135, S/N - CEP: 99709780 - BAIRRO: FRINAPE, Erechim/RS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transformação veicular de dois veículos tipo van da Atenção Primária à Saúde, do Pregão 29/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 14/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **111.000,00 (Cento e Onze Mil Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 14/07/2026(quatorze dias de julho de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

TCA Transformações Veiculares LTDA Matriz
CLAUDIONOR ANTONIO TASCA
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:630EB647

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 317/2022

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **CLARO SA, CNPJ 40.432.544/0001-47** com endereço na RUA HENRI DUNANT, 780 TORRE A TORRE B - CEP: 04709110 - BAIRRO: SANTO AMARO, neste ato representada por VINICIUS GONTIJO CAMPOS ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 003.500.261-14, com domicilio na RUA HENRIQUE DUNANT, 780 - CEP: 04709110 - BAIRRO: , a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 8.666/93, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 83/2022, objetivando a **Contratação de empresa para fornecimento de planos de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos em comodato.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 (doze) meses**, ou seja, até o dia 28/07/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, aditivado em R$ 39.924,00 (Trinta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 317/2022 de 02/08/2022.

Terra Rica-Pr, 13/07/2026.

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Claro SA
VINICIUS GONTIJO CAMPOS
Contratado

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:10C00EBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 302/2026

Decreto nº 302/2026

SÚMULA: EXONERA O SERVIDOR SR. LEONARDO SOARES DOLME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADO** de suas funções o servidor Sr. **LEONARDO SOARES DOLME**, Matrícula nº **20202202,** ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DE DIVISÃO DE TURISMO**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, a partir de 14 de julho de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/07/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:8996E75E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 303/2026

Decreto nº 303/2026

SÚMULA: EXONERA O SERVIDOR SR. ANDERSON CLEITON GARCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADO** de suas funções o servidor Sr. **ANDERSON CLEITON GARCIA**, Matrícula nº **20202206,** ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DE DIVISÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, a partir de 14 de julho de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/07/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:D8FC68B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 304/2026

DECRETO Nº 304/2026

SÚMULA: NOMEIA O SENHOR LEONARDO SOARES DOLME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **NOMEADO** o Sr. **LEONARDO SOARES DOLME**, para ocupar o cargo de **DIRETOR DE DIVISÃO DE ESPORTES (SEDE)**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, conforme Anexo I, da Lei Municipal n.º 117/2005, a partir de 15/07/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:513A6D1A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 305/2026

DECRETO Nº 305/2026

SÚMULA: NOMEIA O SENHOR ANDERSON CLEITON GARCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **NOMEADO** o Sr. **ANDERSON CLEITON GARCIA**, para ocupar o cargo de **DIRETOR DE DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, conforme Anexo I, da Lei Municipal n.º 117/2005, a partir de 15/07/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:31443A01

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 306/2026

SÚMULA: NOMEIA O SENHOR FABIO PEREIRA CREPALDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **NOMEADO** o Sr. **FABIO PEREIRA CREPALDI**, para ocupar o cargo de **DIRETOR DE DIVISÃO DE TURISMO**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, conforme Anexo I, da Lei Municipal n.º 117/2005, a partir de 15/07/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:22A44D69

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
ERRATA À RESOLUÇÃO N° 16/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Rica, por intermédio de sua Presidente, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, representada por sua Secretária Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA** à Resolução nº 16/2026, publicada em 13 de julho de 2026, com a finalidade de corrigir erro material, nos termos abaixo:

ONDE SE LÊ:
"R$ 6000.000,00 (seiscentos mil reais)".
LEIA-SE:
"R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)".

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições constantes da respectiva Resolução.

DENISE PINESE CONEGERO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

VANESSA PÉRICO TEIXEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joao Vitor Pinto Rando
Código Identificador:E4AE47AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 039/2026

Lei Nº 039/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, À SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **DOAR** 03 (três) veículos de sua propriedade, abaixo relacionados, à **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ MF sob o nº 73.897.589/0001-46:

Veículo	*Placa*	*Ano*	*Patrim. Plaqueta*	*Código Sim/Am*
Veículo marca/modelo FIAT/STRADA FREEDOM CS13, chassi: 9BD281AKHSYF66753				
Veículo marca/modelo FIAT/STRADA ENDURAN CS13, chassi: 9BD281AJHSYF69516	TAJ-7H28	2024/2025	20.445	20.445
Veículo marca/modelo I/FIAT CRONOS DRIVE1.3AT, chassi: 8AP359AFXPU307794	SFG-5A20	2023	20.336	20.336

Parágrafo Único: Fica declarado inservíveis e desnecessários, para fins de doação, os bens móveis do município de Terra Rica acima discriminados:

Artigo 2º. Os bens descritos no artigo 1º, será incorporado ao patrimônio do **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA,** sem ônus e/ou encargos ao donatário, salvo eventuais despesas decorrentes da transferência de propriedade.

Artigo 3º. A conservação/manutenção dos bens doados será de única e exclusiva responsabilidade do donatário.

Artigo 4º.A presente Lei tem por fim específico proporcionar melhor atendimento à população atendida pelo **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA.**

Artigo 5º. - A doação será concretizada através da assinatura do Termo de Doação que passa a fazer parte integrante desta Lei *(Anexo I)*.

Artigo 6º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE DOAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS E DESNECESSÁRIOS EM FAVOR DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DAS PARTES

São partes no presente Termo:

DOADOR: MUNICÍPIO DE TERRA RICA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede a Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120 nesta cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Liberdade, nº 929, cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, portador da CI/RG nº 5.994.543-2-SESP/PR, e do CPF nº 919.243.329-49, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**.

DONATÁRIO: SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede nesta cidade de Terra Rica – PR, à Av. James Patrick Clark, nº 233, neste ato representado por seu presidente Sr. **ADRIANO SERGIO NUNES**, brasileiro, portador do CPF nº. 795.547.339-68, doravante denominado simplesmente **SAMAE.**

As partes acima qualificadas celebram o presente Termo de Doação, nos termos da Lei nº 039/2026, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO
O presente Termo visa a **DOAÇÃO** definitiva de propriedade, do **MUNICÍPIO** para o **SAMAE**, dos seguintes bens móveis:

Veículo	*Placa*	*Ano*	*Patrim. Plaqueta*	*Código Sim/Am*
Veículo marca/modelo FIAT/STRADA FREEDOM CS13, chassi: 9BD281AKHSYF66753	TAI-4H11	2024/2025	20.443	20.443
Veículo marca/modelo FIAT/STRADA ENDURAN CS13, chassi: 9BD281AJHSYF69516	TAJ-7H28	2024/2025	20.445	20.445
Veículo marca/modelo I/FIAT CRONOS DRIVE1.3AT, chassi: 8AP359AFXPU307794	SFG-5A20	2023	20.336	20.336

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

O **SAMAE** compromete-se a efetuar a transferência dos veículos junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento, sob pena de revogação da doação.

Parágrafo Único: O **SAMAE** é responsável por todas as despesas decorrentes da transferência do veículo, inclusive impostos, taxas e multas pendentes, ainda que decorrentes de fatos anteriores à doação.

CLÁUSULA QUARTA
DA FINALIDADE DOS BENS

Os bens objeto desta Doação deverão ser utilizados pelo **SAMAE** no atendimento das atividades desenvolvidas pelo mesmo.

CLÁUSULA QUINTA
DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

As questões que porventura advirem em decorrência deste instrumento, serão dirimidas pelas partes, administrativamente e, na impossibilidade de fazê-lo desta forma, serão resolvidas no Foro da Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo de Doação, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam.

Terra Rica/Pr, XX de xxxxxxxx de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ADRIANO SERGIO NUNES
Presidente do SAMAE

Testemunhas:

_____
Nome:
C.P.F.:

_____
Nome:
C.P.F.:

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:92F4C2BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 040/2026

Lei Nº 040/2026

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A CASA SANTO EDUARDO – OBRAS UNIDAS SÃO VICENTE DE PAULO – ASILO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Casa Santo Eduardo – Obras Unidas São Vicente de Paulo – ASILO, entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 75.500.470/0001-13, no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser repassado em parcela única.

Artigo 2º. – A duração do fomento será durante todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:F6046C1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 314/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LEANDRO ARAUJO SOBRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LEANDRO ARAUJO SOBRAL,** matrícula Nº 20202356, ocupante do cargo temporário de **VIGIA (PSS),** referente ao período aquisitivo de 01/07/2025 a 30/06/2026, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **16/07/2026 a 14/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:F2C2693D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 315/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JOAO PAULO CERCATE TAZINAZO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **JOAO PAULO CERCATE TAZINAZO,** matrícula Nº 12703, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 16/11/2024 a 15/11/2025, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **15/07/2026 a 29/07/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:48C04638

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado .

CONTRATADA: MARCIO JOSE PACHECO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **27.045.313/0001-12**.

DOMICÍLIO: RUA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, 609 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e transporte de amostras de água para análises laboratoriais entre a sede do SAMAE de Terra Rica/PR e a sede da CISPAR, em Maringá/PR, incluindo a devolução da caixa térmica ao local de origem., do Dispensa 11/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 15/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **6.240,00 (Seis Mil, Duzentos e Quarenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 15/07/2026

SAMAE De Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

MARCIO JOSE PACHECO
Marcio Jose Pacheco

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:3983ED71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
Processo Administrativo nº 16/2026

O Poder Legislativo do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em conformidade com o § 3 do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Legislativo nº 11/2023 torna público que pretende realizar a **Contratação de empresa para realização de revisão periódica de 70.000 Km (setenta mil quilômetros), do veículo oficial CHEVROLET TRACKER PREMIER 1.2 Turbo 12V Flex Aut. Ano de fabricação/modelo: 2021/2022 pertencente a Câmara Municipal de Terra Roxa,** com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de itens e respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de **R$ 1.902,83 (um mil novecentos e dois reais e oitenta e três centavos).**

Interessados em apresentar propostas de preços para fornecimento do objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação, poderão encaminhar até às 15h00min do dia 21/07/2026, conforme modelo de Proposta de Preços (Anexo II) para o e-mail licitacoes@cmtr.pr.gov.br ou mediante protocolo na Câmara Municipal, situada na Rua Governador Parigot de Souza, nº 78, Centro, CEP 85.990-000, Terra Roxa – Paraná, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 07:30: às 12:00 horas, e das 13:30 às 17:00 horas.

A contratação somente se dará ao fornecedor que apresentar a melhor proposta de preços e estiver em condições de Habilitação, cujos documentos a serem apresentados constam no Termo de Referência (Anexo I) e serão requisitados somente do fornecedor que apresentar melhor proposta de preços.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou com a Secretaria do Legislativo diretamente na sede da Câmara Municipal de Terra Roxa, localizada na Rua Governador Parigot de Souza, nº 78, Centro, CEP 85.990-000, Terra Roxa – Paraná, pelo fone (44) 3645-1131, e-mail licitacoes@cmtr.pr.gov.br.

Integram o presente os seguintes anexos:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo Proposta de Preços.

Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo ou obtidos no site www.cmtr.pr.gov.br menu Licitações - Dispensa de Licitação nº 07/2026.

Terra Roxa, 15 de julho de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:36949E6D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, III e IX da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 4529/2025 de 09/10/2025.

TORNA PÚBLICO

A convocação do(s) candidato(s), aprovado no Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, homologado pelo Edital de Resultado Final nº 53/2026 de 27 de maio de 2026.

CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
2°	JESSICA BOINA

CARGO: CONTADOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	TAINARA CRISTINA MARCELINO

***Considerando o não comparecimento de 2° classificado.**

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
15°	GABRIELA NUNES DA SILVA

***Considerando o não comparecimento de 14° classificado.**

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	PAULO ROBERTO DE BARROS

***Considerando o pedido de fim de lista do 2° classificado.**

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
2°	ANDRÉA APARECIDA FERREIRA

***Considerando o pedido de fim de lista do 1° classificado.**

CARGO: RECEPCIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	BRUNA CAROLINE TONETO
4°	ÁGATHA ALVES DALA RIVA

***Considerando o pedido de fim de lista do 2° classificado.**

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS/PATROLA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
4°	CARLOS EDUARDO VILAS BOAS

***Considerando o pedido de fim de lista do 2° classificado.**

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
2°	GUILHERME HENRIQUE TESSER DE CERQUEIRA

***Considerando o não comparecimento do 1° classificado.**

CARGO: MOTORISTA II

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
4°	ANTONIO VILSON ALMEIRON BUENO

***Considerando o não comparecimento do 3° classificado.**

CARGO: MÉDICO GENERALISTA I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	ARTHUR DUARTE FERNANDES

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	GIAN GABRIEL VITAL DE OLIVEIRA

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação desse Edital, juntamente com todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 18 do Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026.

Após a entrega dos documentos previstos no item II, o candidato será submetido, antes da nomeação, ao exame médico admissional e avaliação psicológica, conforme Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital de convocação para ser empossado.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no item II, desse edital, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, de acordo com subitem 18.2 do Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:3297B205

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17371/2026

PORTARIA N° 17371/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a) ALINE GONÇALVES DIAS, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ALINE GONÇALVES DIAS, portador(a) do CPF ***.***.769-**, no cargo de Auxiliar de Dentista, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 16 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:B32701F1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17373/2026

PORTARIA N.º 17373/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 12257/2026 em 14/07/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora, Clarice Ribeiro Zavadzki, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 101214-04, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 3 (três) meses de licença especial no período de 20/07/2026 a 17/10/2026, conforme o artigo 128 da Lei Municipal n.º 2274/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:3204F5E4

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N°4673/2026

DECRETO Nº 4673/2026

SUMULA: Designar os membros para comporem o COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município de Terra Roxa – PR.

O Prefeito do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei 979/2012.

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os representantes Governamentais e não Governamentais para comporem o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, passando a ter os seguintes membros:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
TITULAR: Júlio Simões de Lima - CPF: 036.xxx.xxxx-12;
SUPLENTE: Tatiele de Jesus Fernandes - CPF: 104.xxx.xxx-33.

02) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
TITULAR: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS - CPF: 032.xxx.xxx-27;
SUPLENTE: SIMONE FRANCISCO DOS SANTOS - CPF: 024.xxx.xxx-31.

03) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: TAILINE ADRIELE FERNANDES DE SOUZA - CPF: 093.xxx.xxx-80;
SUPLENTE: SILVANA MACARINI DE SOUZA - CPF 997.xxx.xxx-82.

04) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: TALLITA VALOTTO - CPF: 049.xxx.xxx-76;
SUPLENTE: MARIANE BIASON SANTOS – CPF: 010.xxx.xxx-88.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

01) REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL (ACIATRA)
TITULAR: ANA MARIA BERGAMO - CPF: 027.xxx.xxx-16;
TITULAR: JEFERSON HENRIQUE LIMA DE CARVALHO - CPF: 062.xxx.xxx-11.

02) REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE TERRA ROXA
TITULAR: OSVAIR MAURO FRASSON - CPF: 557.xxx.xxx-68;
SUPLENTE: VAGNER JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - CPF:688.xxx.xxx-15.

03) PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: VALENTINA CARDUCCI HOFFMANN - CPF 018.xxx.xxx-70;
SUPLENTE: SONIA MARIA BRUNASSI - CPF 137.xxx.xxx-70.

04) REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA ROXA
TITULAR: MARIA MADALENA SOUZA - CPF: 026.xxx.xxx-08;
SUPLENTE: APARECIDO SOARES DA SILVA - CPF: 896.xxx.xxx-49.

05) REPRESENTANTE DA ESCOLA ESPECIAL
TITULAR: MARIA MARTA PINAFFI FONTES - CPF: 724.xxx.xxx-15;
SUPLENTE: CLAUDIA APARECIDA LAGUNA MARCHETTI - CPF:018.xxx.xxx-00.

06) REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO APOATRA- Associação dos Produtores ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS DE TERRA ROXA
TITULAR: DELMA GERALDA RESENDE CELLA - CPF: 038.xxx.xxx-00;
SUPLENTE: SILVIA REGINA CADETTE - CPF: 022.xxx.xxx-35.

07) APITERRA - ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE TERRA ROXA
TITULAR:JAIR BALTAZAR RODRIGUES - CPF:524.xxx.xxx-68;
SUPLENTE IVANIA LIGIA ZANON - CPF: 847.xxx.xxx-00.

08) REPRESENTANTES DOS PCT (POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - INDIGENAS)
TITULAR: IZAIAS BENITES - CPF: 034.xxx.xxx-32;
SUPLENTE: DELIA BENITES - CPF: 018.xxx.xxx-78.

ART 2º - O mandato do Presente Conselho será por 02 (dois) anos.

ART 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto 4102/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 15 do mês de julho de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:4F3F41D8

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4674

DECRETO Nº.4674/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2295 de 15 de Julho de 2026.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	152	Fundo Municipal de Assistência Social	6.2.8.244.1450.2015 - Manutenção das Atividades do CRAS 319113 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Suplementar	2	Gabinete do Prefeito	2.1.4.122.1050.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	280	Fundo Municipal de Saúde	7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	326	Fundo Municipal de Saúde	7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	300.000,00
Suplementar	391	Fundo Municipal de Saúde	7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	489	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Suplementar	64	Secretaria Municipal de Administração	4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.	100.000,00

			Corrente	
Suplementar	65	Secretaria Municipal de Administração	4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração 319113 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	658	Departamento de Cultura	8.2.13.392.1150.2040 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura 319113 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	688	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	10.1.18.122.1350.2042 - Manutenção da Secretaria do meio Meio Ambiente 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	35.000,00
Suplementar	782	Secretária Municipal de Desenvolvimento Viário	13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário 319013 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	3	Gabinete do Prefeito	2.1.4.122.1050.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 319113 - Contribuições patronais Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	442	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	74	Secretaria Municipal de Administração	4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração 339040 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	625.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 15 de Julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:58F1C649

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N. 19 DE 15 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 19 DE 14 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Concede férias à servidora efetiva Andreia de Fátima Silveira do Vale.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias à servidora Andreia de Fátima Silveira do Vale, titular do cargo efetivo de Contador, matrícula nº 555, pelo período de 5 (cinco) dias, iniciando em 22 de julho de 2026, referente ao saldo do período aquisitivo de 01/07/2026 a 30/07/2026, constante do Requerimento 03/2025.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:92ABBC6F

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 21/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 05/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, declara inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, **RATIFICA, ADJUDICA e HOMOLOGA** o seguinte objeto, em favor da seguinte empresa abaixo descrita:
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de inscrições destinadas à participação de servidores da Câmara Municipal de Tijucas do Sul em curso de capacitação sobre Lei de Acesso à Informação (LAI), Transparência Pública e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com abordagem teórica e prática voltada à aplicação da legislação no âmbito da Administração Pública.
Contratada: INSTITUTO DE EDUCACAO E PESQUISAS INOVA CIDADES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.318.065/0001-05, com endereço na Rua Av da Saudade, nº 910, Sala Co-Working, Bairro Cidade Universitária, Presidente Prudente, SP.

Valor global: R$ 1.260,00 (Um mil, duzentos e sessenta reais), para inscrição e capacitação de servidores da Câmara Municipal de Tijucas do Sul.

Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.48.00 – Serviços de Seleção e Treinamento.

Tijucas do Sul, 15 de julho de 2026.

JULIANO DO SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:191BC832

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.305, DE 15 DE JULHO DE 2026

Nomeia membros da Comissão de Regularização Fundiária - REURB

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 13, da Lei nº 748, de 25 de maio de 2021
DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Regularização Fundiária do Município de Tijucas do Sul, composta pelos seguintes integrantes:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

ALEKSANDER VERSALLI PEREIRA, RG: 5.415.093-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil;

AMANDA VALENGA, RG: 11.036.553-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil;

JANETE KATZMANN FOGIATO, R.G. nº 13.538.258-2/SSP/PR, ocupante do cargo de Coordenador II;

EDUARDA GUERREIRO ROCHA, R.G. nº 15.485.657-9/SSP/PR**,** ocupante do cargo de Coordenador I.

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

ANGENITA MARIANO DE BOMFIM, R.G. nº 10.532.641-6/SSP/PR, ocupante do cargo de Coordenador II.

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA:

ARIADNE CAROLINE NASCIMENTO SARAIVA, RG: nº 10.324.847-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Social.

IV – REPRESENTANTE DA PROCURADORIA JURÍDICA:

MATHEUS PASSARINHO SMITH DA SILVA, R.G. sob nº 11.097.951-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Procurador Municipal.

Art. 2º Todas as decisões da comissão poderão ser tomadas por um mínimo de 02 (dois) membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o representante da Procuradoria Jurídica.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ratificando eventuais despachos e decisões proferidas por integrantes da nova comissão a partir de 01/07/2026 e revogando o Decreto nº 4.785, de 16 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:E7D08C0A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6306, DE 15 DE JULHO DE 2026

Exonera Alexandre Hindi Baracat *do cargo de Assistente Administrativo*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **ALEXANDRE HINDI BARACAT**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 10.870.034-3/SSP/PR, do cargo de Assistente administrativo, nomeado por meio do Decreto nº 5024, de 07 de maio de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:E2711A79

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 32, DE 15 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA N° 32, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Concede aposentaria a Lidia Borszcz

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria da servidora Lidia Borszcz,
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora Lidia Borszcz, brasileira, servidora pública municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível salarial A 2, portadora do RG nº 4.856.025-3/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 042.862.989-06, **aposentadoria por Incapacidade Permanente,** com proventos mensais e integrais, com fundamento no art. 40, §1°, inciso I, da Constituição Federal e no art. 31 da Lei Municipal nº 289/2012.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 502,21 (quinhentos e dois reais e vinte e um centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3º Para efeito de recebimento, por força do § 3º, do artigo 39, c/c artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a 01 (um) salário-mínimo.
Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.
TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:06DCF54C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - P.E. Nº 18/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO DEPROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

Despacho de revogaçãode Pregão Eletrônico.
O Prefeito do Município de Tijucas do Sul/PR, JOSÉ ALTAIR MOREIRA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o memorando nº 154/2026, da Secretaria Municipal de Agricultura, o qual solicita a revogação do processo.

CONSIDERANDO o parecer jurídico;

RESOLVE:
REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público, Pregão eletrônico n° 18/2026, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 202639820009, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR**.
Publique-se esta decisão e arquive-se o presente processo.

Tijucas do Sul/PR, em 15 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:54FA8BC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 24/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PACOTE DE EVENTO CORPORATIVO (DAY USE), DESTINADO Á REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIJUCAS DO SUL/PR, COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA TREINAMENTO, ALIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE APOIO, ESTACIONAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS.**

Contratado:
VP HOSPITALITY LTDA – CNPJ: 60.118.893/0001-04.
Valor: R$ 39.960,00 (trinta e nove mil, e novecentos e sessenta reais).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 24/2026.

Dotação Orçamentária:
09 Secretaria Municipal de Saúde
001 Diretoria de Saúde: Atenção Primária e Hospitalar
10.301.0007.2024 Manutenção da Diretoria e do Fundo Municipal de Saúde
4475 (0000) 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 15 de julho de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:5D72EF17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 321/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Conceder, ao(a) servidor(a) abaixo identificado(a), adicional de insalubridade, de acordo com o item "a", parágrafo 2º, Artigo 88 da Lei Municipal nº 12/97 – Estatuto dos Servidores Municipais de Tomazina, pelo exercício de suas funções em áreas insalubres do Município de Tomazina.

NOME	MATRÍCULA
VANDERLEI SEBASTIAO TEIXEIRA JUNIOR	1812

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 15 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:6E6EAAE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADITIVO DE PRAZO CREDENCIAMENTO Nº 09/2025

Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2025
Processo Administrativo Nº 040/2025
Objeto: Credenciamento para a contratação de leiloeiros oficiais para a realização de Leilões Públicos de bens públicos declarados inservíveis ou desnecessários pela Administração Pública Municipal, por leilão virtual, presencial ou virtual e presencial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 56/2025
Contratado: PEDRO LERNER KRONBERG, CPF Nº 005.142.199-20.
Valor: 5% sobre o valor dos bens leiloados.
Vigência: 12 meses.
Publique-se;
Tomazina, 11 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 57/2025
Contratado: LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, CPF Nº 014.721.886-16.
Valor: 5% sobre o valor dos bens leiloados.
Vigência: 12 meses.
Publique-se;
Tomazina, 11 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 58/2025
Contratado: ALEX SANDRO VIEIRA FELIX, CPF Nº 026.187.549-30.
Valor: 5% sobre o valor dos bens leiloados.
Vigência: 12 meses.
Publique-se;
Tomazina, 11 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 59/2025
Contratado: FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, CPF Nº 039.167.186-30.
Valor: 5% sobre o valor dos bens leiloados.
Vigência: 12 meses.
Publique-se;
Tomazina, 11 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 60/2025

Contratado: ANDRE LUIZ WUITSCHIK, CPF Nº 028.240.179-29.
Valor: 5% sobre o valor dos bens leiloados.
Vigência: 12 meses.
Publique-se;
Tomazina, 11 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:5F1D90CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura e serviços de engenharia, para implantação do Parque Industrial de Tomazina, a serem executadas sob o regime de empreitada global, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor de Referência: R$ 6.140.068,85 (seis milhões, cento e quarenta mil, sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).
Habilitação: até às 08h30min do dia 30/07/2026
Abertura da Licitação: prevista para às 09:00 horas do dia 04/08/2026.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e no portal: (www.bll.org.br). Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e pelo e-mail: licitacaotmz@outlook.com.com.
Tomazina, 14 de julho de 2026.

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação
Portaria nº 003/2026

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:41CAE3AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2026

Sistema de Registro de Preços
Licitação com itens para Ampla Participação e itens exclusivos para ME, EPP ou MEI.
Objeto: Registro de preços para aquisição de Tubos, Paver, lajotas e Meio Fio de Concreto para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços de Tomazina – PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 23/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$1.654.946,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e quarenta e seis reais).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **29/07/2026**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo whatsapp(43)99615-7043 e pelo email:marcieletmz@gmail.com

Tomazina, 15 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:B4B004D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO N°7207/2026

DECRETO N°7207/2026
Data 15.07.2026

Prorroga Licença Maternidade a Servidora Temporária Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 63, § 1° da Lei Municipal 2626/2024 e considerando requerimento da interessada,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para servidora conforme abaixo descrita:

Matricula	Nome	Cargo	Período da Licença
1463-0/1 e 1870-8/1	Francieli Aparecida Bordim	Professora Temporária	15/07/2026 a 12/09/2026

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:2EE95938

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR

1. APRESENTAÇÃO
O presente Diagnóstico Socioterritorial tem por finalidade identificar as características sociais, econômicas e territoriais da população de Três Barras do Paraná, subsidiando o planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social.
A construção deste diagnóstico fundamenta-se nos princípios da Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, embora não formalizada e instituída no Município, utilizando dados do Cadastro Único, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Relatórios Mensais de Atendimento do CRAS e CREAS, IBGE, CadSUAS, Relatórios de Gestão, Plano Municipal de Assistência Social e registros técnicos da rede Socioassistencial (Dados extraídos no período de janeiro/2025 a maio/2026).

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
O município de Três Barras do Paraná, localizado na região Oeste do Estado do Paraná, possui características predominantemente rurais, embora apresente processo gradual de urbanização e diversificação econômica. Com população estimada em aproximadamente 12 mil habitantes, enquadra-se como município de Pequeno Porte I para fins da Política de Assistência Social, possuindo uma dinâmica territorial marcada pela coexistência de áreas urbanas, distritos e diversas comunidades rurais.

A economia municipal está fortemente vinculada ao setor agropecuário, destacando-se a produção de grãos, especialmente soja, milho e trigo, além da pecuária de corte e leiteira, atividades que representam importante fonte de renda para as famílias rurais e contribuem significativamente para a arrecadação municipal. O município também conta com agricultura familiar expressiva, responsável pela produção de alimentos destinados ao consumo local e aos programas governamentais de aquisição de alimentos e alimentação escolar.

O setor agroindustrial e o comércio local constituem importantes geradores de emprego e renda, complementando a base econômica do município. Pequenas empresas, prestadores de serviços, cooperativas agrícolas e estabelecimentos comerciais exercem papel relevante na movimentação econômica local, contribuindo para a manutenção dos postos de trabalho e para a circulação de recursos financeiros no território.

A localização estratégica do município, próxima a importantes centros regionais, favorece o acesso a mercados consumidores, serviços especializados e oportunidades de desenvolvimento econômico. Além disso, a presença de recursos naturais, áreas produtivas e forte tradição agrícola representa potencial significativo para expansão de atividades relacionadas ao agronegócio, agroindústria, turismo rural e empreendedorismo local.

Entre as principais potencialidades identificadas destacam-se:

Forte vocação agrícola e pecuária;

Expressiva participação da agricultura familiar;

Disponibilidade de áreas produtivas rurais;

Presença de cooperativas e organizações comunitárias;

Facção de costura de jeans;

Rede socioassistencial estruturada para o porte do município;

Ampla cobertura do Cadastro Único e dos programas de transferência de renda;

Participação ativa da população em grupos comunitários e atividades coletivas;

Existência de equipamentos públicos de assistência social, saúde, educação e proteção especial;

Capacidade de captação de recursos estaduais e federais para desenvolvimento de políticas públicas;

Potencial para ampliação de iniciativas de qualificação profissional e inclusão produtiva.

A área urbana concentra a maior parte dos equipamentos públicos, serviços de saúde, educação, assistência social, comércio e oportunidades de trabalho formal. Já a área rural apresenta forte vínculo comunitário, importante produção agrícola e relações de solidariedade entre as famílias, constituindo elementos de proteção social relevantes.

Entretanto, a dispersão geográfica das comunidades rurais impõe desafios para o acesso regular aos serviços públicos, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade, idosos, pessoas com deficiência e famílias sem meios próprios de transporte.

Apesar das potencialidades existentes, o município enfrenta desafios sociais importantes que impactam diretamente a Política de Assistência Social:

Dependência significativa de programas de transferência de renda por parte de parcela da população;

Presença de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade econômica;

Dificuldade de acesso aos serviços públicos pelas populações residentes em áreas rurais mais distantes;

Crescimento das situações de violência intrafamiliar, negligência e violação de direitos;

Fragilização dos vínculos familiares em alguns núcleos familiares;

Baixa participação de adolescentes em atividades de convivência e fortalecimento de vínculos;

Aumento das demandas relacionadas à saúde mental e ao uso abusivo de álcool e outras drogas;

Processo gradual de envelhecimento populacional, ampliando a necessidade de cuidados e proteção social;

Crescente judicialização das demandas sociais e aumento das requisições oriundas do Sistema de Justiça;

Sobrecarga dos serviços socioassistenciais diante do aumento da complexidade das demandas atendidas.

De modo geral, Três Barras do Paraná apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento social e econômico, sustentadas principalmente pela força do setor agropecuário, pela atuação da agricultura familiar, pela organização comunitária e pela existência de uma rede pública de proteção social consolidada. Entretanto, os desafios relacionados à vulnerabilidade econômica, às violações de direitos, ao envelhecimento populacional e às desigualdades territoriais exigem ações permanentes de planejamento, vigilância socioassistencial e articulação intersetorial, visando garantir proteção social, inclusão, autonomia e melhoria da qualidade de vida da população.

3. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

População e Famílias

Foram identificadas:

2.645 famílias inscritas no Cadastro Único;

5.735 pessoas cadastradas;

cobertura superior a 113% da estimativa de famílias de baixa renda.

A elevada cobertura cadastral demonstra boa capacidade de identificação das situações de vulnerabilidade social existentes no município.

Perfil Econômico

Observa-se:

686 famílias em situação de pobreza;

703 famílias em situação de baixa renda;

791 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Estes dados demonstram que significativa parcela da população depende de mecanismos de proteção de renda para garantia das necessidades básicas.

4. TERRITÓRIO E VULNERABILIDADES SOCIAIS

Território de Abrangência do CRAS

O CRAS é responsável pela Proteção Social Básica em todo o território municipal. A análise dos atendimentos indica maior incidência de demandas relacionadas a:

Vulnerabilidade Econômica

Caracterizada por:

insuficiência de renda;

dependência de programas sociais;

insegurança alimentar;

necessidade de benefícios eventuais.

Evidências:

1.967 benefícios eventuais concedidos;

791 famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Vulnerabilidade Familiar

Identificada por:

fragilização dos vínculos familiares;

dificuldades no exercício das funções protetivas;

situações de conflito familiar;

necessidade de acompanhamento sistemático.

Evidências:

879 famílias acompanhadas pelo PAIF;

18.499 atendimentos individualizados.

Vulnerabilidade Territorial Rural

Observa-se:

dificuldade de acesso aos serviços;

distância geográfica;

dependência de transporte público;

menor acesso às oportunidades de inclusão social.

Torna-se necessária a manutenção de ações de busca ativa e atendimento descentralizado.

5. DIAGNÓSTICO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF

O PAIF configura-se como principal serviço de proteção preventiva. Foram acompanhadas 879 famílias entre janeiro de 2025 e maio de 2026.

Principais demandas observadas:

pobreza;

desemprego;

acesso à documentação;

benefícios socioassistenciais;

conflitos familiares;

acompanhamento de famílias beneficiárias do Bolsa Família e BPC.

Benefícios Eventuais

A concessão de benefícios demonstra permanência de situações de vulnerabilidade:

20 auxílios natalidade;

69 auxílios funeral;
1.967 benefícios eventuais diversos, sendo o maior percentual, 80% em cestas básicas de alimentos.
Esses dados indicam que parte expressiva das famílias ainda enfrenta dificuldades para suprir necessidades básicas.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Destaca-se elevada participação de:
crianças;
idosos;
pessoas com deficiência.
Contudo, verifica-se baixa adesão dos adolescentes de 15 a 17 anos, configurando importante público prioritário para intervenção preventiva.

6. DIAGNÓSTICO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS

Entre janeiro de 2025 e abril de 2026 foram acompanhados:
475 casos pelo PAEFI;
84 novos casos inseridos.
Foram realizados:
3.653 atendimentos individualizados;
637 visitas domiciliares.
O volume de atendimentos demonstra crescimento da complexidade das demandas sociais no município.

7. MAPEAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Crianças e Adolescentes
Foram identificados:
56 casos de violência intrafamiliar;
47 casos de negligência ou abandono;
19 casos de abuso sexual.
Esses indicadores apontam que crianças e adolescentes constituem o principal público em situação de violação de direitos no município.
Mulheres
Foram registrados:
18 casos de violência intrafamiliar contra mulheres adultas.
O dado evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.
Pessoas Idosas
Foram identificados:
8 casos de negligência;
1 caso de violência intrafamiliar.
Além disso, o município possui 147 idosos beneficiários do BPC. O envelhecimento populacional tende a ampliar a demanda por serviços de proteção e cuidado.
Pessoas com Deficiência
Foram identificados:
8 casos de violência intrafamiliar;
3 casos de negligência.
O município possui 218 beneficiários do BPC Pessoa com Deficiência.

8. FATORES DE RISCO IDENTIFICADOS

Risco Social Alto
violência intrafamiliar;
abuso sexual;
negligência familiar;
judicialização crescente das demandas;
uso abusivo de álcool e drogas associado às violações.
Risco Social Médio
isolamento territorial;
desemprego;
dependência de benefícios;
evasão de adolescentes dos espaços de convivência.
Risco Social Emergente
sobrecarga da equipe técnica;
aumento da demanda especializada;
envelhecimento populacional.

9. POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO

O município apresenta importantes potencialidades:
ampla cobertura do Cadastro Único;
rede socioassistencial estruturada;
CRAS e CREAS implantados;
Serviço de Convivência consolidado (CEACA);
família Acolhedora para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;
acolhimento institucional (Casa Lar);
acolhimento familiar temporário para mulheres vítimas de violência;
boa capacidade de captação de recursos estaduais e federais;
participação ativa dos conselhos municipais.

10. PRIORIDADES PARA A GESTÃO MUNICIPAL

Proteção Social Básica
ampliar busca ativa;
fortalecer o PAIF;
ampliar ações com adolescentes;
aperfeiçoar a gestão dos benefícios eventuais.
Proteção Social Especial
fortalecer o PAEFI;
ampliar ações de prevenção à violência;
qualificar o atendimento às mulheres;
fortalecer o acompanhamento de idosos e pessoas com deficiência.
Vigilância Socioassistencial (em processo de implantação)
instituir sistema permanente de monitoramento territorial;
produzir boletins semestrais;
georreferenciar vulnerabilidades e demandas.

11. CONCLUSÃO DIAGNÓSTICA

A análise evidencia que Três Barras do Paraná possui uma rede socioassistencial estruturada e com elevada capacidade de identificação das vulnerabilidades sociais. Entretanto, persistem desafios relacionados à pobreza, dependência de transferência de renda, violência intrafamiliar, negligência contra crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, bem como ao crescimento das demandas especializadas direcionadas ao CREAS.
O diagnóstico aponta como prioridades estratégicas para os próximos anos o fortalecimento da proteção familiar, a prevenção das violências, a ampliação das ações voltadas à adolescência, o enfrentamento das vulnerabilidades territoriais da área rural e a qualificação da Vigilância Socioassistencial como instrumento permanente de planejamento e gestão do SUAS.

12. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DISGNOSTICO

Maria Cristina Gusso – Secretária Municipal de Assistência Social
Sandra Franceschini Pizzato – Assistente Social da SMAS
Fernando Cezimbra Guimarães – Assistente Social e Coordenador do CRAS
Suzane Ludwichak Cesari – Psicóloga do CRAS
Tania Elvira da Rosa – Assistente Social do CRAS
Reinaldo Rodrigues Moreira – Coordenador e Operador do Cadastro Único
Debora Lucia de Abreu – Psicóloga do Creas
Juliana Langer do Amaral – Assistente Social do CREAS
Edneia Pizzolito Rubio- Pedagoga Creas
Daiara Aparecida Brand Guimarães – Pedagoga e Coordenadora do Ceaca

13. Aprovado pelo CMAS

Resolução:
Ata:
Publicação:
Validade deste diagnóstico: junho/2026 a junho/2028
Monitoramento do Diagnostico: semestral

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Brasília, DF, 1993.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, 2006.
BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.
BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Brasília, 2012.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações Técnicas sobre Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS, 2013.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS, edições vigentes.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas Populacionais dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Relatórios de Informações Sociais (RI). Brasília: MDS, 2025-2026.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatórios do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2025-2026.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatórios do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Brasília: MDS, 2025-2026.
Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Registro Mensal de Atendimentos do CRAS – RMA/CRAS. Brasília: MDS, 2025-2026.
Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Registro Mensal de Atendimentos do CREAS – RMA/CREAS. Brasília: MDS, 2025-2026.
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná. Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. Três Barras do Paraná, edição vigente.
Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná. Relatório de Gestão da Política Municipal de Assistência Social – Exercício 2025. Três Barras do Paraná, 2026.
Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná. Relatórios Técnicos do CRAS. Três Barras do Paraná, 2025-2026.
Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná. Relatórios Técnicos do CREAS. Três Barras do Paraná, 2025-2026.
Conselho Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná. Resoluções, atas e documentos deliberativos. Três Barras do Paraná, 2025-2026.

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:63179B30

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 152/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO ESPORTIVO NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE DESCOBRIR E DESENVOLVER NOVOS TALENTOS ATRAVÉS DE TREINAMENTO ESPORTIVO DE ALTA QUALIDADE.

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e FABRICA CASCAVELENSE DE CIDADÃO – CNPJ N° 42.272.319/0001-16

FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Inexigibilidade nº 015/2026

VALOR: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pagamento nos termos e condições estabelecidas no Termo de Inexigibilidade n° 15/2026

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 14 de julho de 2026

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:BA02130E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Município de Três Barras do Paraná – PR
Vigência: 2026 – 2029

1. APRESENTAÇÃO
A Política de Assistência Social exige trabalhadores qualificados para assegurar a proteção social, a garantia de direitos e a oferta de serviços públicos de qualidade. Nesse contexto, a Educação Permanente constitui estratégia de fortalecimento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
O presente Plano Municipal de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações de formação continuada dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, buscando integrar teoria e prática, fortalecer competências técnicas e promover a melhoria contínua da gestão e da execução da política pública.
Sua elaboração fundamenta-se na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei nº 12.435/2011, na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e nas diretrizes da Vigilância Socioassistencial.
A Educação Permanente do SUAS não se limita à realização de cursos ou treinamentos. Conforme a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS nº 4/2013), espera-se que ela promova mudanças efetivas na forma como os trabalhadores atuam, qualificando a gestão, os serviços e o atendimento à população.
Os principais resultados esperados são:
Qualificação técnica dos trabalhadores: Atualização permanente sobre a legislação e normativas do SUAS; Aprimoramento dos conhecimentos técnicos e metodológicos; Desenvolvimento de competências para o trabalho interdisciplinar; Maior segurança na tomada de decisões e na execução das atribuições profissionais.
Melhoria da qualidade dos serviços socioassistenciais: Atendimento mais qualificado, ético e humanizado; Maior efetividade na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios; Fortalecimento do trabalho social com famílias; Padronização dos procedimentos técnicos e administrativos.
Fortalecimento da gestão do SUAS: Planejamento baseado em evidências e indicadores; Melhoria na gestão do trabalho; Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação; e Maior capacidade de utilização dos sistemas de informação do SUAS.

2. DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO
A realidade do município evidencia a necessidade permanente de atualização técnica das equipes em razão: das constantes alterações na legislação federal; da atualização dos sistemas informatizados do SUAS; da ampliação das demandas sociais identificadas pela Vigilância Socioassistencial, que ainda não está implantada no Município; da necessidade de qualificar os registros técnicos; da rotatividade de profissionais; da implantação de novos programas e benefícios; do fortalecimento do trabalho intersetorial; da necessidade de aperfeiçoamento do planejamento, monitoramento e avaliação das ações.
O diagnóstico será atualizado anualmente utilizando informações provenientes da Vigilância Socioassistencial, dos relatórios de gestão, das supervisões técnicas, das avaliações internas e das demandas apresentadas pelas equipes.

3. OBJETIVO GERAL

Promover a educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, qualificando conhecimentos, habilidades e atitudes para fortalecer a gestão, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados no município.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
fortalecer a capacidade técnica das equipes;
atualizar permanentemente os trabalhadores quanto à legislação do SUAS;
aprimorar a atuação interdisciplinar;
fortalecer a Vigilância Socioassistencial como instrumento de planejamento;
aperfeiçoar a utilização dos sistemas de informação;
qualificar o atendimento aos usuários;
fortalecer a gestão do trabalho;
desenvolver metodologias participativas de aprendizagem;
incentivar a produção de conhecimentos a partir da prática profissional;
promover a integração entre os serviços da Proteção Social Básica e Especial.

5. DIRETRIZES
São diretrizes deste Plano: educação permanente como processo contínuo; aprendizagem baseada na prática cotidiana; integração entre gestão e execução dos serviços; valorização dos trabalhadores; interdisciplinaridade; territorialização; participação dos trabalhadores no planejamento das capacitações; utilização das informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial; articulação intersetorial; e fortalecimento do controle social.

6. PÚBLICO-ALVO
Participam deste Plano: gestores municipais; coordenadores Cras, Creas, Cadastro Único, Ceaca (SCFV); assistentes sociais; psicólogos; pedagogos; educadores sociais; trabalhadores do Cadastro Único; equipe administrativa; conselheiros tutelares (quando pertinente); conselheiros municipais da Assistência Social e demais conselheiros de direitos; profissionais dos serviços conveniados; e Rede de Atendimento Intersetorial no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes.

7. EIXOS ESTRATÉGICOS
Eixo 1 – Gestão do SUAS e Legislação
Resultado esperado: Equipes atualizadas quanto à legislação e às normativas.
Principais conteúdos
LOAS;
Lei nº 12.435/2011;
PNAS;
NOB/SUAS;
NOB-RH/SUAS;
Tipificação Nacional dos Serviços;
Gestão do Trabalho.

Eixo 2 – Proteção Social Básica
Resultado esperado: Qualificação das ações desenvolvidas no CRAS, PAIF e SCFV.
Conteúdos
Trabalho Social com Famílias;
PAIF;
SCFV;
Benefícios Eventuais;
Busca Ativa;
Cadastro Único;
Primeira Infância.

Eixo 3 – Proteção Social Especial
Resultado esperado: Fortalecimento das ações de média complexidade.
Conteúdos
PAEFI;
Violação de direitos;
Atendimento interdisciplinar;
Escuta qualificada;
Trabalho em rede;
Fluxos de encaminhamento;
Estudos de caso.

Eixo 4 – Vigilância Socioassistencial
Resultado esperado: Implantação e planejamento baseado em evidências e dados concretos.
Conteúdos
Diagnóstico Socioterritorial;
Indicadores sociais;
Territorialização;
Produção de dados;
Sistemas de informação;
Monitoramento;
Avaliação.

Eixo 5 – Gestão, Planejamento e Controle Social
Resultado esperado: Melhoria dos instrumentos de gestão.
Conteúdos
Plano Municipal - PMAS;
Relatório de Gestão;
Prestação de Contas;
Indicadores;
Planejamento estratégico;
Controle Social.

8. METODOLOGIAS
As capacitações poderão ocorrer mediante: cursos presenciais; cursos EAD; oficinas; seminários; grupos de estudo; supervisão técnica; estudo de caso; rodas de conversa; intercâmbio entre municípios; e participação em eventos promovidos pelo Estado e União.

9. PLANO DE AÇÃO

Ação	Meta	Responsável	Periodicidade
Levantamento das necessidades	1 diagnóstico anual	Gestão do SUAS	Anual
Capacitação sobre legislação	2 capacitações/ano	Coordenação	Semestral
Formação sobre Vigilância Socioassistencial	1 formação anual	Vigilância	Anual
Atualização do Cadastro Único	Conforme alterações normativas	Coordenação	Contínua
Capacitação do PAIF e SCFV	2 encontros anuais	Coordenação da PSB	Semestral
Capacitação da Proteção Especial	2 encontros anuais	Coordenação PSE	Semestral
Formação sobre planejamento	1 oficina anual	Gestão	Anual

10. MATRIZ DE MONITORAMENTO

Objetivo	Indicador	Meta	Meio de Verificação
Capacitar trabalhadores	Número de capacitações	6 por ano	Certificados e listas de presença
Atualizar equipes	Participação dos servidores	90%	Frequência
Implantar a Vigilância	Diagnóstico atualizado	1 por ano	Relatório Técnico
Melhorar registros	Redução de inconsistências	Avaliação anual	Supervisão Técnica
Fortalecer planejamento	Instrumentos revisados	100%	PMAS, Relatórios, IDS

11. CRONOGRAMA PLURIANUAL (2026–2029)
Janeiro - Planejamento anual e férias de parte da Equipe;
Fevereiro - Planejamento anual (campanhas preventivas e ações da SMAS) e diagnóstico das necessidades dos trabalhadores do SUAS;
Abril - Atualização da legislação do SUAS (Leis, Decretos, Portarias e demais legislação que for necessária);
Junho - Vigilância Socioassistencial e indicadores; Programa de Acolhimento Institucional e Familiar;
Agosto - Cadastro Único, Benefícios Eventuais e Busca Ativa;
Outubro - PAIF, SCFV, atendimento familiar e estudos de caso;
Novembro - Planejamento, monitoramento, avaliação e elaboração do Plano Anual de Capacitação do ano seguinte;
Dezembro - Férias de parte da Equipe.

12. AVALIAÇÃO
A avaliação será realizada continuamente por meio de: frequência dos participantes; avaliação de satisfação; aplicação prática dos conhecimentos; supervisão técnica; melhoria dos indicadores de gestão; análise dos registros técnicos; revisão anual do Plano.
Os resultados subsidiarão a atualização anual do planejamento de capacitações.

13. RESULTADOS ESPERADOS
equipes continuamente qualificadas;
melhoria dos serviços socioassistenciais;
fortalecimento da Vigilância Socioassistencial;

padronização dos procedimentos técnicos;
fortalecimento da gestão do trabalho;
melhoria da qualidade dos registros;
ampliação da capacidade de planejamento;
fortalecimento da proteção social às famílias e indivíduos.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).
BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.
BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.
BRASIL. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.
BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.
BRASIL. Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013 – Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.
BRASIL. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
BRASIL. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.
BRASIL. Cadernos de Orientações Técnicas do CRAS, CREAS, PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Três Barras do Paraná, 06 de julho de 2026.

MARIA CRISTINA GUSSO,
Secretária Municipal de assistência Social

SANDRA FRANCESCHINI PIZZATO
Técnica do Órgão Gestor da SMAS

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:3A481B07

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESOLUÇÃO CMAS Nº007/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ
RESOLUÇÃO CMAS Nº007/2026

Dispõe sobre a aprovação de documentos técnicos e normativos da Política Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei Municipal de criação do Conselho e demais normas aplicáveis,

Considerando a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
Considerando a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;
Considerando a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS;
Considerando a necessidade de aperfeiçoamento da gestão, da organização dos serviços socioassistenciais e da qualificação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Três Barras do Paraná;
Considerando a deliberação da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em 13 de julho de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar os seguintes documentos da Política Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná:
I – Plano Municipal de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
II – Diagnóstico Socioterritorial da Política Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná – PR;
III – Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
IV – Regimento Interno do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Três Barras do Paraná – PR;
V – Instrução Normativa nº 001/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Os documentos aprovados passam a constituir instrumentos orientadores da gestão, da organização, da execução, do monitoramento e da avaliação da Política Municipal de Assistência Social, observadas as competências legais de cada órgão e unidade administrativa.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras do Paraná – PR, 15 de julho de 2026.

FERNANDO CEZIMBRA GUIMARÃES,
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:97A1A54B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **MASMED – GESTÃO EM SAUDE E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **25.043.405/0001-38**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:E989EAE5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **CLINICA MÉDICA PELISER & SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.538.339/0001-07**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de

semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:5C45D774

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **LITOMEDIC SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **46.461.363/0001-25**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:672D747E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **GR SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **18.990.522/0001-43**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:93CD4799

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

TERMO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **HC MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **63.293.834/0001-52**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:DC88945F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **MF PELOSO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **50.656.151/0001-70**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.

O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:56CB830F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **MEDECIN GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA**, inscrita no CNPJ nº **54.658.840/0001-75**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:50C31656

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **46.695.791/0001-12**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:B4D03BC6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **K.J.R., GESTÃO, VIDA E SAUDE SA**, inscrita no CNPJ nº **35.157.507/0001-38**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.
O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.

Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:FE153DDD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE CREDENCIAMENTO - PLANTÕES MÉDICOS

Credenciamento Eletrônico nº 01/2026
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.936/0001-68, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 245, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que:
Fica credenciada a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **33.458.003/0001-22**, para a prestação de serviços médicos mediante realização de plantões de 12 (doze) horas no Hospital Municipal de Três Barras do Paraná, abrangendo plantões diurnos, noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Eletrônico nº 01/2026.

O presente credenciamento não gera direito à contratação imediata, estando a execução dos serviços condicionada às necessidades da Administração, observados os critérios de distribuição, convocação e organização de escalas previstos no edital.
A empresa credenciada obriga-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como a cumprir integralmente as normas estabelecidas no edital, no termo de referência e na legislação vigente.
O prazo de vigência do credenciamento observará o período estabelecido no edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
Três Barras do Paraná, 15 de julho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:F37670CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 221 DE 14 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 221 DE 14 DE JULHO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 103.000,00 (cento e três mil reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.131.0010.2.003. - Comunicação Social e Publicidade
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 3.000,00
06.002.10.302.0014.2.044 Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade
3.3.90.39.00.00 682 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior nas fontes:

- 000 – Recursos Ordinários (livres)..... R$ 3.000,00
- 682 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Governo Estadual..... R$ 100.000,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 14 de julho de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:165F4A2C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 222 DE 14 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 222 DE 14 DE JULHO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Munícipio de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento geral do município de Tunas do Paraná, para o corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.3.90.30.00.00 962 Material de Consumo..... R$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso consoante pelo inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação na fonte 962 - Emenda 50410002 Comissão de Saúde: Aliel Machado - Custeio APSUS.

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 14 de julho de 2026.

MARCO ANTONIO BALDAO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:6858BAFC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 26/2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 26/2024

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº **68.703.834.0001-05**, e de outro lado à empresa **T PARANÁ SOLUÇOES LTDA, CNPJ Nº 44.595.522/0001-59**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente a prorrogação do prazo de vigência e execução contratual para 30 de agosto de 2026, referente a Pavimentação Asfáltica em CBUQ em Vias Urbanas no Município, conforme parecer técnico da Secretaria demandante anexo ao processo.
CLÁUSULA SEGUNDA –Alteração contratual, em revisão dos preços, para reequilíbrio econômico financeiro, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Obras, parecer técnico, e planilha de itens e serviços anexos, estabelecendo acréscimo de Valor de R$ 24.758,37 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), e em acréscimo quantitativo conforme aprovado, e planilha anexa pela secretaria demandante no montante de R$ 10.154,32 (Dez mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta e dois

centavos), configurando o valor global do contrato original para R$ 1.063.975,71 (Um milhão sessenta e três mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 19 de setembro de 2024, e seus aditivos, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunas do Paraná/PR, 13 de julho de 2026

ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal – T PARANÁ SOLUÇOES LTDA**
por: BEATRIZ VALENTE DOS SANTOS COSTA

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:965CD9E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA SUPRESSAO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 11/2025 CONCORRENCIA ELETRÔNICO N° 02/2024

Supressão – Contrato Administrativo nº 11/2025 – Concorrência Eletrônica N° 02/2024 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: NM CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 38.194.872/0001-00, com sede localizada na Rua Pioneiro Rovedo Ziegmann, 890, Centro, CEP 85.200-000, Pitanga-PR, neste ato representada por Nathan Lucas de Souza, portador da cédula de identidade Nº 14.122.696-7 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 095.013.149-01 - **Objeto: CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL DE 300 MT²** – **Do valor:** Supressão no valor de R$ 6.722,92 (seis mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos) – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:72FDFDFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 130/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 62/2026

Contrato Administrativo nº 130/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 62/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: ALAN DIEGO SOMMER 06338327903** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 36.142.798/0001-53 com sede localizada na Rua Pedro Parigot de Souza, nº 393, no Município de Goioerê/PR, CEP 87.360-000 neste ato representada por Alan Diego Sommer, portador do CPF/MF sob o nº 063.383.279-03**Objeto:** REALIZAÇÃO DO SHOW COM A BANDA KINGS NO DIA 31 DE JULHO DE 2026, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 9º INVERNO GASTRONÔMICO, SEDIADO PELO MUNICÍPIO DE TURVO E REALIZADO NOS DIAS 31 DE JULHO, 1º E 2 DE AGOSTO DE 2026– **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do dia 14/07/2026 até 13/07/2027 - **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 8.000,00 (oito mil reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:D56086A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 131/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2026

Contrato Administrativo nº 131/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 63/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: RAFAEL OCHOA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 26.529.632/0001-30 com sede localizada na Rua Manoel de Macedo, nº 226, no Município de Maringá/PR, CEP 87.020-240. neste ato representada por Rafael Ochoa, portador da cédula de identidade Nº 8.378.938-7 SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 072.711.039-02 **Objeto:** Contratação direta de empresa especializada para realização de apresentações teatrais com temática ambiental, visando à educação e conscientização ambiental no município de Turvo/PR – **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados a partir do dia 15/07/2026 até 14/01/2027 - **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:8D47636A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2021 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 03/2021

Quarto Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 197/2021 – Concorrência Pública N° 03/2021 - Locador/Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Locatário/Contratada: EXPRESSO NORDESTE LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.533.777/0001-83, com sede localizada na Av. Afonso Botelho, Nº 708, no Município de Campo Mourão - PR, CEP 87.301-040, neste ato representada por Teófilo Boiko, portador da cédula de identidade Nº 368.816-0 - SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 028.745.479-72 - **Objeto:** Contratação de empresa comercial para utilizar o seguinte espaço: SALA/BOX denominada Lanchonete/box – REFERENTE AO ITEM/AMBIENTE ao item BOX 04 da Estação Rodoviária do Município de Turvo/PR, com 11,40 m². Tudo em conformidade com o processo Concorrência Pública n° 03/2021 - **Vigência:** fica prorrogado o prazo de sua vigência que findaria em 17/07/2026, prorrogado para mais 12(doze) meses, encerrando em 16/07/202**7- Valor do Aditivo:** Fica aditivado o valor de R$ 5.395,08 (cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e oito centavos), correspondente ao reajuste de 3,16% IGP-M – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B3D84AB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2025

Segundo Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 03/2025 – Dispensa de Licitação N° 02/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o

nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: G M SILVESTRE ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 57.696.552/0001-01, com sede localizada na Rua Francisco Rocha, Nº 198, no Município de Curitiba/PR, CEP 80.420-130, neste ato representada por George Maximiano Silvestre, portador do CPF/MF sob o nº 055.353.759-85 - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA NAVAL – **Prazo de Vigência:** Fica prorrogado o período de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 03/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **26 de julho de 2027 - Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:9827DCB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/2025

CONTRATANTE: Município de Turvo-PR, Estado do Paraná, com sede à Av. 12 de Maio, inscrito no CNPJ nº 78.279.973/0001-07, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Antonio Marcos Seguro, portador da cédula de identidade R.G. n. º 50733521, inscrito no CPF sob n. º 731.737.469-53, e

CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA, CNPJ 82.570.342/0001-01, localizada GLB BANCO DE AREIA - PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, a seguir denominada CONTRATADA, representada por DIENARO PIETROBELLI DELLAI portador da cédula de identidade R.G. n. º 709.212.789-8 SESP-RS, inscrito no CPF sob n. º 064.839.239-29, residente na GLB Banco de Areia – Pedreira Fazenda Cristalina S/N, Bairro Rural.

OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 20.459,71 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico - lote 1.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 14/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **24 de agosto de 2026.**

FORO: Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.

Turvo, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:22EB5D7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 515-2026

O SENHOR CARLOS SCHNEIDER, PREFEITO INTERINO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Gislaine de Fátima Rodrigues,** Cozinheira, lotada na UBS Faxinal da Boa Vista, Secretaria Municipal de Saúde, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 2.711/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-2.711/2026. No período de 08 de julho de 2026 a 27 de julho de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 08 de julho de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 15 de julho de 2026.

CARLOS SCHNEIDER
Prefeito Interino

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:ADD792AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 517-2026

O SENHOR CARLOS SCHNEIDER, PREFEITO INTERINO DO TURVO, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas,
CONSIDERANDO, o artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023– Estatuto dos Servidores, que trata do processo de estabilidade;
CONSIDERANDO a avaliação de desempenho satisfatória do servidor;
CONSIDERANDO o relatório apresentado pela chefia imediata, conforme protocolo nº 2.728/2026;
CONSIDERANDO o conteúdo do Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município, da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar no estágio probatório e, portanto, tornar ESTÁVEL, o servidor abaixo identificado:

Matrícula	Servidor	Cargo	Posse	Estável a partir do dia
100014	Ricardo André Kloster Karpinski	Engenheiro Agrônomo	24/07/2023	24/07/2026

Art. 2° Concede promoção funcional ao servidor **Ricardo André Kloster Karpinski**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, promovendo-o para a Classe C, Nível 01, em razão da conclusão do curso de Mestrado em Agronomia, nos termos do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração. O certificado de Doutorado em Agronomia será registrado em sua ficha funcional, não gerando efeitos financeiros ou funcionais, em razão da inexistência de previsão legal no Plano de Cargos vigente para promoção decorrente dessa titulação.

Art. 3° Para fins de instrução do processo administrativo:
I – fica reconhecido o certificado de **Mestre em Agronomia**, expedido pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, como título apto à concessão da promoção funcional prevista nesta Portaria;
II – o certificado de **Doutor em Agronomia**, expedido pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, será apenas registrado na ficha funcional do servidor, não ensejando promoção funcional, por ausência de previsão no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração vigente.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 15 de julho de 2026.

CARLOS SCHNEIDER
Prefeito Interino

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F53B1F68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 518-2026

O SENHOR CARLOS SCHNEIDER, PREFEITO INTERINO DO TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove o servidor efetivo **Ricardo André Kloster Karpinski**, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, para a Classe C, Nível 01, conforme Anexo III – Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Complementar Municipal nº 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, em virtude da conclusão do curso de Mestrado em Agronomia. O certificado de Doutorado em Agronomia será apenas registrado em sua ficha funcional, não gerando promoção funcional ou efeitos financeiros, em razão da inexistência de previsão no Plano de Cargos vigente para essa titulação.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 15 de julho de 2026.

CARLOS SCHNEIDER
Prefeito Interino

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F473C016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 519-2026

O SENHOR CARLOS SCHNEIDER, PREFEITO INTERINO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 15 (quinze) dias de férias para a servidora efetiva, **Alcioneide Picolo Vian**a, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 27 de julho de 2026 a 10 de agosto de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 15 de julho de 2026.

CARLOS SCHNEIDER
Prefeito Interino

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:7AF44274

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 63/2026, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa**RAFAEL OCHOA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA (26.529.632/0001-30) para** Contratação direta de empresa especializada para realização de apresentações teatrais com temática ambiental, visando à educação e conscientização ambiental no município de Turvo/PR**, pelo valor de** R$31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), considerando:
A regularidade do procedimento executado;
A justificativa para escolha da contratada;
Os documentos relativos à habilitação da contratada em face das exigências previstas pelo art. art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 15 de julho de 2026.

CARLOS SCHNEIDER
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:E3D37188

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pelo Decreto nº 17/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 63/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, Processo Administrativo n° 4.089/2026 - 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 15/07/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: RAFAEL OCHOA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA (26.529.632/0001-30)
Objeto: Contratação direta de empresa especializada para realização de apresentações teatrais com temática ambiental, visando à educação e conscientização ambiental no município de Turvo/PR.
Valor total: R$31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais).
Fundamento legal: art. 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa:

O público-alvo da presente contratação compreende, prioritariamente, estudantes do ensino fundamental da rede municipal, bem como, de forma complementar, professores e comunidade escolar envolvida nas atividades pedagógicas.
A Administração Municipal, por meio do Departamento de Meio Ambiente, tem como objetivo promover a conscientização da população acerca da preservação ambiental, da correta gestão de resíduos sólidos, da reciclagem e da adoção de práticas sustentáveis. Como resultados esperados, pretende-se ampliar o nível de conhecimento dos alunos sobre temas ambientais, incentivar mudanças de comportamento no cotidiano e levando conhecimento aos seus responsáveis, fortalecer a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. Nesse contexto, a realização de apresentações teatrais, com abordagem lúdica, educativa e interativa, mostra-se uma ferramenta eficaz para a transmissão de conhecimento de forma acessível, dinâmica e adequada ao ambiente escolar, favorecendo o engajamento dos alunos e potencializando a assimilação dos conteúdos abordados.
A escolha da empresa Circo Teatro Sem Lona, sediada no município de Maringá/PR, justifica-se por sua comprovada experiência na realização de apresentações teatrais com temática ambiental, possuindo metodologia própria, equipe qualificada e histórico de atuação em projetos semelhantes em diversos municípios, o que evidencia sua notória especialização e capacidade técnica para execução do objeto.
Ademais, o formato proposto, apresentações itinerantes, sem necessidade de estrutura física complexa, revela-se o mais adequado ao interesse público, pois permite maior alcance nas unidades escolares, otimização de custos operacionais, flexibilidade logística e adaptação aos diferentes espaços disponíveis, garantindo eficiência na execução das atividades.
Dessa forma, a contratação por inexigibilidade de licitação encontra respaldo no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, considerando a natureza singular do serviço a ser prestado e a especialização da empresa contratada.
As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 63/2026 poderão ser obtidas através dosseguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura

Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-016 – Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br .

Turvo (PR), 15 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Comissão Permanente de Licitações
(Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:C02DDF39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 4.120/2026 (1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 66/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de brigadistas profissionais, para atuação preventiva e atendimento inicial de emergências durante shows, apresentações musicais, festividades e demais eventos promovidos pelo Município de Turvo/PR, em favor da empresa **HELPLIFFE LTDA (CNPJ N° 52.226.364/0001-98)** pelo valor de R$ 33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 17/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 15 de julho de 2026.

CARLOS SHNEIDER
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:69130E77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 041/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 038/2026

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 041/2026 referente à contratação do Instituto Nojuris LTDA – CNPJ 66.284.337/0001-86 para o curso de capacitação com o tema " Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS – TCE/PR, para participação das servidoras Cássia Ungaro, Chefe de Redação e Comunicação e Agente de Contratação e Syvia Karine Deltel Ferras Yuguwama, Chefe de Gabinete da Presidência no curso "Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática de PROLEGIS -", nos dias 14 a 17 de julho de 2026.

Umuarama/PR, 10 de julho de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA M.P. UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pela Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 41/2026 – Inexigibilidade n° 38/2026, referente a contratação do Instituto Nojuris LTDA – CNPJ 66.284.337/0001-86 para o curso de capacitação com o tema " Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS – TCE/PR, para participação das servidoras Cássia Ungaro, Chefe de Redação e Comunicação e Agente de Contratação e Syvia Karine Deltel Ferras Yuguwama, Chefe de Gabinete da Presidência no curso "Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática de PROLEGIS -", nos dias 14 a 17 de julho de 2026, nos dias 14 a 17 de julho de 2026, no valor de R$ R$ 5.980,00 (cinco mil, novecentos e oitenta reais).

Umuarama/PR, 10 de julho de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:B2CBECDE

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 42/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 039/2026

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 042/2026 referente à contratação da Empresa Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA, CNPJ sob n° 58.511.090/0001-65, para o curso de capacitação com o tema " Planejamento e Execução Orçamentária, para participação dos servidores Rodrigo Almeida Mossurunga de Moraes, Chefe do Departamento de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos e Rogério Siqueira Pinheiro, Assistente de Contabilidade, no curso de Planejamento e Execução Orçamentária nos dias 14 a 17 de julho de 2026.

Umuarama/PR, 10 de julho de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA M.P. UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pela Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 042/2026 – Inexigibilidade n° 039/2026, referente à contratação da Empresa

Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ 58.511.090/0001-65, para o curso de capacitação com o tema " Planejamento e Execução Orçamentária, para participação dos servidores Rodrigo Almeida Mossurunga de Moraes, Chefe do Departamento de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos e Rogério Siqueira Pinheiro, Assistente de Contabilidade, no curso de Planejamento e Execução Orçamentária nos dias 14 a 17 de julho de 2026, no valor de R$ 5.380,00 (cinco mim trezentos e oitenta reais).

Umuarama/PR, 10 de julho de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:8CC8547D

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

Pelo presente Termo Aditivo, as partes, de um lado **Câmara Municipal de Umuarama**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 77.646.438/0001-76, com sede nesta cidade de Umuarama/PR, na Avenida Rio Branco, 3580, Centro Cívico, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada por seu Presidente **Luiz Antonio Caviquioli**, brasileiro, Agente Político, e do outro lado, **LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S/A (LIGGA TELECOM),** pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.368.865/0001-66, com sede na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Batel, CEP: 80.420-011, cidade de Curitiba – PR, denominada simplesmente **CONTRATADA CEDENTE,** e, **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. (LIGGA SERVIÇOS),** pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 65.649.511/0001-84, com sede Avenida Vicente Machado, nº 1001, Batel, cidade de Curitiba – PR, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, realizada em 04 de março de 2026 e Instrumento Particular de reconhecimento, Transferência e Vinculação de Acervo Técnico-Operacional, de 01 de junho de 2026, ambas representada por **Paulo Celso Weigert Lobo,** brasileiro, divorciado, portador do R.G. 3.463.018-6 SSP/PR e do CPF 597.890.349-20, residente e domiciliado na cidade de Curitiba/PR, de comum acordo e pautado no interesse público consoante Parágrafo Décimo Segundo da Cláusula Oitava — Das Obrigações Da Contratada, e ainda considerando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica autorizada a **modificação subjetiva decorrente de reestruturação societária,** no Contrato Administrativo 01/2025, aditivado conforme Termo Aditivo 01, de 25 de maio de 2026, da empresa **LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S/A (LIGGA TELECOM),** pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.368.865/0001-66, com sede na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Batel, CEP: 80.420-011, cidade de Curitiba – PR, para a empresa **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. (LIGGA SERVIÇOS),** pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 65.649.511/0001-84, com sede Avenida Vicente Machado, nº 1001, Batel, cidade de Curitiba – PR, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, realizada em 04 de março de 2026 e Instrumento Particular de reconhecimento, Transferência e Vinculação de Acervo Técnico-Operacional, de 01 de junho de 2026, representada por **Paulo Celso Weigert Lobo,** brasileiro, divorciado, portador do R.G. 3.463.018-6 SSP/PR e do CPF 597.890.349-20, residente e domiciliado na cidade de Curitiba/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – A empresa **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. (LIGGA SERVIÇOS),** pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 65.649.511/0001-84, com sede Avenida Vicente Machado, nº 1001, Batel, cidade de Curitiba – PR, sub-roga-se em todos os termos, direitos e deveres, passando a responder integralmente pela fiel execução do objeto remanescente do contrato administrativo 01/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – O custeamento das despesas para a execução do objeto do contrato originário continuará a correr por conta da dotação orçamentária 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica, com desdobramento para a dotação específica 3.3.90.40.97.00 – Despesas de Teleprocessamento, não resultando este Termo Aditivo em qualquer acréscimo de valor ou despesa extraordinária para a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas do contrato e aditivos permanecem inalteradas.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo.

Umuarama-PR, 13 de julho de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Contratante

LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S/A (LIGGA TELECOM)
CNPJ 04.368.865/0001-66
Cedente

LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. (LIGGA SERVIÇOS)
CNPJ/MF sob n.º 65.649.511/0001-84
Cessionária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:637C8AE6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 273/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: D. M. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de janeiro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 33.420,00 (Trinta e três mil quatrocentos e vinte reais) perfazendo o valor total deste termo em até R$ 200.520,00 (duzentos mil e quinhentos e vinte reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:207 F:001 - Livres
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:208 F:303 – 15%
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 29/06/2026

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 252/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: FRANCO & ZAGO CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de junho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica alterado o valor do contrato para até R$ 735.627,68 (setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), perfazendo o valor total deste termo em R$ 735.627,68 (setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:183 F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:184 F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:185 F:494 – Rec. Federal

70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:187 F:360218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:313 F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:316 F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: Altera-se a gestão do contrato para **CAROLINA MENDONÇA FELIX**, Assistente administrativo estatutária da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF sob nº ***.459.929-** e fiscalização do contrato para **ELAINE CRISTINA FLORIAN**, Psicóloga, inscrita no CPF sob nº ***.033.829-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 16/06/2026

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:0F42F6CF

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 294/2024
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: JB MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Cláusula Primeira: Prorrogasse o prazo de vigência do contrato para 15 de janeiro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica adicionada as seguintes dotações orçamentárias:
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.30.00.00. D:249 - F:1000
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.30.00.00. D:248 - F:85
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.39.00.00. D:251 - F:100
08.002.12.361.0015.1095.3.3.90.30.00.00. D:213 - F:104
08.002.12.361.0015.1095.3.3.90.39.00.00. D:215 - F:104
08.002.12.365.0015.1096.3.3.90.30.00.00. D:217 - F:104
08.002.12.365.0015.1096.3.3.90.39.00.00. D:219 - F:104
08.002.13.392.0022.1022.3.3.90.30.00.00. D:222 - F:1000
08.002.13.392.0022.1022.3.3.90.39.00.00. D:224 - F:1000
08.002.18.543.0005.1134.3.3.90.30.00.00. D:282 - F:1000
08.002.18.543.0005.1134.3.3.90.39.00.00. D:284 - F:1000
08.002.27.812.0019.1097.3.3.90.30.00.00. D:335 - F:1000
08.002.27.812.0019.1097.3.3.90.39.00.00. D:337 - F:1000
08.002.27.813.0005.1085.3.3.90.30.00.00. D:341 - F:1000
08.002.27.813.0005.1085.3.3.90.39.00.00. D:343 - F:1000
08.002.27.813.0019.1339.3.3.90.30.00.00. D:347 - F:1000
08.002.27.813.0019.1339.3.3.90.39.00.00. D:349 - F:1000
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 09/07/2026.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 290/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 065/2024
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: CONSTRUTORA E DEPÓSITO CENTRAL LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 15 de janeiro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica adicionado as seguintes dotações orçamentárias:
08.002.15.451.0005.2.026. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:248 – F:85
08.002.15.451.0005.2.026. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:249 – F:1000
08.002.15.451.0005.2.026. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:251 – F:1000
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:213 – F:104
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:215 – F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:217 – F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:219 – F:104
08.002.13.392.0022.1.022. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:222 – F:1000
08.002.13.392.0022.1.022. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:224 – F:1000
08.002.18.543.0005.1.134. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:282 – F:1000
08.002.18.543.0005.1.134. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:284 – F:1000
08.002.27.812.0019.1.097. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:335 – F:1000
08.002.27.812.0019.1.097. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:337 – F:1000
08.002.27.813.0005.1.085. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:341 – F:1000
08.002.27.813.0005.1.085. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:343 – F:1000
08.002.27.813.0019.1.339. - ED:3.3.90.30.00.00 – D:347 – F:1000
08.002.27.813.0019.1.339. - ED:3.3.90.39.00.00 – D:349 – F:1000
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 13/07/2026.

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:4D608DAD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO Nº 001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 038/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: CONSÓRCIO TC.
Objeto: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação, instalação, ativação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e disponibilização de solução integrada de processamento de imagens e dados para fiscalização eletrônica de trânsito, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, do **TERMO DE REFERÊNCIA**, da proposta vencedora e demais Anexos, observadas as quantidades estimadas e as condições de futura contratação previstas, visando o monitoramento das infrações de excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres nas vias públicas do **MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,** conforme especificações técnicas do **CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito** e normas do **INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia**.
Vigência: 13/07/2026 a 13/07/2027.
Valor: R$ 3.599.999,16 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no **Processo Administrativo n.º 2026/03/178** e no **Pregão Eletrônico n° 038/2026 - PMU,** homologado pela **Portaria n° 871/2026**, em 06 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 08 de julho de 2026, edição nº. 3568, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e do Decreto Municipal nº 067/2023, Decreto Municipal nº 040/2026 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:14037C88

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 338.710,00 (trezentos e trinta e oito mil e setecentos e dez reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 002/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: A. G. KIENEN & CIA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 7.590,00 (sete mil e quinhentos e noventa reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 003/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 22.324,745 (vinte e dois mil e trezentos e vinte e quatro reais e setecentos e quarenta e cinco milésimos de real).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 004/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 005/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: BAMED FARMACEUTICA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 18.210,00 (dezoito mil e duzentos e dez reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 006/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 305.035,08 (trezentos e cinco mil e trinta e cinco reais e oito centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 007/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 112.307,00 (cento e doze mil e trezentos e sete reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 008/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: DROGAFONTE LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 53.872,00 (cinquenta e três mil e oitocentos e setenta e dois reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 009/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: INOVAMED HOSPITALAR LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 210.494,802 (duzentos e dez mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e oitocentos e dois milésimos de real).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 010/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 720.662,43 (setecentos e vinte mil e seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 011/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 108.772,42 (cento e oito mil e setecentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 012/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 347.990,00 (trezentos e quarenta e sete mil e novecentos e noventa reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 013/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 513.921,81 (quinhentos e treze mil e novecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 014/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 721.688,50 (setecentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 015/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 58.619,189 (cinquenta e oito mil e seiscentos e dezenove reais e cento e oitenta e nove milésimos de real).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 016/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026 - PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde.
Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027.
Valor: R$ 293.516,00 (duzentos e noventa e três mil e quinhentos e dezesseis reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/249 e no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n° 008/2026 – FMS, homologado pela Portaria n° 026/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:E715AC4A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 171/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: CONSOLOTEC CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acompanhamento de controle tecnológico de materiais de pavimentação, incluindo solos, asfalto e concreto aplicados nas obras de estradas municipais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.
Vigência: 09/07/2026 a 09/07/2027.
Valor: R$ 266.184,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cento e oitenta e quatro reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/156, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 024/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 846/2026, em 03 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 06 de julho de 2026, edição nº. 3566, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023, Decreto Municipal nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:A9994A16

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE COMPRA Nº 134/2026 – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: LIMPMED DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza para Unidades de Saúde**.**
Valor: R$ 49.838,80 (quarenta e nove mil e oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)
Vigência: 14/05/2026 a 14/05/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/11/984, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 126/2025 - PMU, homologado pela Portaria n°. 634/2026, em 07 de maio de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 08 de maio de 2026, edição n° 3525, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, do Decreto Municipal nº 049/2025 e demaislegislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:08D93B92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026
TIPO MENOR VALOR GLOBAL

Exclusivo para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)
Este procedimento de Pregão Eletrônico – PE, obedece integralmente à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu a Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Resolução nº 2/2023 da Câmara Municipal de União da Vitória.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte para o fornecimento de 14 (quatorze) cadeiras de escritório tipo Presidente, sendo 13 (treze) destinadas à substituição das cadeiras do Plenário e 01 (uma) destinada à substituição da cadeira do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de União da Vitória – PR, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência deste edital.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Valor Global

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 17/07/2026 até as 13h00min do dia 03/08/2026.

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/08/2026 às 13h30min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 27.270,32 (vinte e sete mil, duzentos e setenta reais e trinta e dois centavos).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

LOCAL DA DISPUTA: https://bllcompras.com/ (Bolsa de Licitações e Leilões).
O Edital e seus Anexos podem ser obtidos, no site oficial da Câmara - https://www.uniaodavitoria.pr.leg.br, nos links Licitações e Portal da Transparência, bem como no endereço eletrônico: www.bll.org.br, para ciência de todos os interessados.
União da Vitória/PR, 09 de julho de 2026

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO
Presidente da Câmara Municipal União da Vitória

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:CC4A68E5

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
3º TERMO ADITIVO DE 2026 AO CONTRATO Nº 19/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 18/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do prazo de Vigencia e do valor
CONTRATANTE: Instituto Municipal de Assistencia ao Servidor Publico de União da Vitoria -PR
CONTRATADO: SIPRODATA INFORMATICA LTDA- ME – CNPJ nº 09.462.248/0001-49
OBJETO DO CONTRATO: *Constitui objeto desta licitação a escolha da proposta mais vantajosa para Locação e manutenção de software destinado a emissão de guias para consultas e exames médicos, controle e cadastramento de segurados e credenciados, faturamento das despesas da área de saúde do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória, de acordo com o termo de referência.*
DA VIGENCIA E ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO e: Fica alterada a vigencia do contrato 19/2023 a partir da data da assinatura deste aditivo para mais 12(doze) meses a iniciar 17/07/2026 e a terminar em 17/07/2027 e acrescido ao contrato principal, o valor total de R$29.372,52 (Vinte e nove mil e trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 15 de julho de 2026.

MARLISE CERETTA KUYAVA
Presidente

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:394CA188

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória – PR, Sra.MARLISE CERETTA KUYAVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, referente ao Edital de Chamamento Público 001/2025, resolve:

HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NO ATENDIMENTO ELETIVO E URGENCIA NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2025 - IMAS PARA ATENDIMENTO AOS SEGURADOS DO INSTITUTO.
CONTRATO Nº15/2026– SEQUENCIAL Nº 964
CONTRATADO(A)**: HOSPITAL DE OLHOS DO PARANÁ LTDA**
VALOR GLOBAL**:R$100.000,00(Cem mil reais)**

DATA DE HOMOLOGAÇÃO:**15 /07/2026**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:**15/07/2026**
PRAZO DE VIGÊNCIA: **03 (três) meses**
FORO: **Comarca de União da Vitória**.
União da Vitória, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:6CB9DC94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 39/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – PROCESSO Nº 47/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Supressão do Quantitativo (Glosa).
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: BFC OBRAS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA – CNPJ nº 51.274.708/0001-71.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para execução de obras de revitalização e reforma da Praça dos Expedicionários, no município de União da Vitória, com área de 4.336m², conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Contrato de Repasse nº 971141/2024/MTUR/CAIXA.*
DA SUPRESSÃO DO QUANTITATIVO: Fica suprimido do contrato principal, conforme Solicitação e Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexos ao processo, o valor de R$ 6.616,89 (Seis mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao percentual de -1,34% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124º, Inciso I, alíneas "a" e "b" e Artigo 125º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 15 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:EBE418BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 39/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – PROCESSO Nº 47/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: BFC OBRAS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA – CNPJ nº 51.274.708/0001-71.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para execução de obras de revitalização e reforma da Praça dos Expedicionários, no município de União da Vitória, com área de 4.336m², conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Contrato de Repasse nº 971141/2024/MTUR/CAIXA.*
DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Solicitação e Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexos ao processo, o valor de R$ 115.552,81 (Cento e quinze mil quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos), correspondente ao percentual de 23,44% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124º, Inciso I, alíneas "a" e "b" e Artigo 125º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 15 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:A4B8BFCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
3º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO Nº 49/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2024 – PROCESSO Nº 53/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Executar os Serviços de Ampliação e Revitalização da Ciclovia no Distrito de São Cristóvão, com a pavimentação e recape em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) de 7.073,82 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base, revestimento, paisagismo, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos.*
CONTRATADO: EPG ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ nº 34.605.142/0001-02.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento (Memorando nº 239/2026), o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 49/2024 fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a iniciar 16/07/2026 e a terminar em 13/10/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 111º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 14 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:7FFF2386

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO DE FAMILIARES E RESPONSÁVEIS POR SEPULTURAS TEMPORÁRIAS COM PRAZO DE CONCESSÃO VENCIDO

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as diretrizes do Código de Posturas Municipal e demais normas de gestão dos cemitérios municipais:
FAZ SABER a todos os interessados, parentes, cônjuges ou responsáveis legais, que as concessões de uso temporário das sepulturas abaixo relacionadas, situadas no **Cemitério Municipal Bom Jesus**, encontram-se com os seus **prazos de vigência expirados** (vencidos), necessitando de imediata regularização, para ser realizada a exumação e translado de ossada.

Ficam os responsáveis legalmente notificados a comparecerem no prazo impreterível de **30 (trinta) dias**, a contar da data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Município, perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Local de Atendimento: Praça Cel. Amazonas, 46 - Centro, União da Vitória - PR, 84600-000.
Horário de Atendimento: Dias úteis, das 07h30 às 12H e das 13h às 16h30.

Para dar início ao processo de exumação, o responsável deverá apresentar:

Documento de identidade oficial com foto (RG) e CPF do requerente;
Comprovante de residência atualizado;

Título de Concessão de Uso Temporário original ou comprovante do sepultamento inicial (se houver).
O não comparecimento dos interessados ou a falta de manifestação formal no prazo estabelecido neste Edital ensejará as seguintes medidas administrativas automáticas, independentemente de nova notificação:
a) A extinção imediata do direito de uso temporário sobre o espaço;
b) A realização da **exumação administrativa** dos restos mortais, com a devida transferência e depósito destes no ossuário coletivo municipal;
c) A demolição de eventuais construções ou revestimentos funerários existentes sobre a sepultura;
d) A reversão e retomada do espaço ao patrimônio do Município para a realização de novos sepultamentos.

ANEXO I – RELAÇÃO DE JAZIGOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Quadra	Lote/Sepultura	Nome do Concessionário	Data do Sepultamento/ Vencimento
Quadra M	Lote M-142	ELENA SZYMKOWIAK	27/06/2020 - 27/06/2026

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:AFA33FA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 378/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera o Senhor **ROBSON BONIFACIO FERNANDES NUNES**, portador do CPF nº 088.745.469-04 e RG nº 5.996.362 SSP/SC, do cargo de **COORDENADOR DE ESTRADAS URBANAS**, da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, retroativo a **08 de julho de 2026.**

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C2B771DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 379/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido o Senhor **JOSE CARLOS DE RAMOS**, da função de **SERVENTE**, da Secretaria Municipal de Esportes, a partir de 15 de julho de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 15 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:FD70B878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 380/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
26º	LUCIANE APARECIDA ZAPORO	20/07/2026	Secretaria Municipal de Obras

Cargo: MÉDICO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
26º	BRENDA DE LIMA BUNHAK	20/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Cargo: VIGIA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
12º	JOSÉ CARLOS DE RAMOS	16/07/2026	Secretaria Municipal de Esportes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
União da Vitória, 15 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F3D9F5F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) na Rua Maria Lúcia Golanowski, em uma área de 759,79 m². O serviço inclui: preparação do terreno, drenagem, terraplenagem, construção de base e sub-base, aplicação do asfalto, instalação de meio-fio, urbanização e sinalização viária. A obra será realizada com recursos do Contrato de Repasse nº 924998/2021/MDR/CAIXA, conforme as condições e exigências deste Edital e seus anexos.

O Município de União da Vitória - PR, por intermédio de seu Prefeito, Dr. Ary Carneiro Junior, através do Departamento de Licitação, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a rescisão contratual com a empresa originalmente declarada vencedora do certame em epígrafe, por fato superveniente que impossibilitou a execução do contrato;

CONSIDERANDO o interesse público na continuidade do objeto licitado e a necessidade de dar prosseguimento à contratação;

CONSIDERANDO o disposto no art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que faculta à Administração a convocação dos licitantes remanescentes para a celebração do contrato,

RESOLVE:

1. CONVOCAR os licitantes remanescentes, em estrita observância à ordem de classificação na Concorrência Eletrônica nº 08/2025, para participarem da sessão pública de retomada do certame.

2. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO: O objetivo da sessão é a manifestação de interesse em assumir o contrato nas exatas condições e pelo mesmo preço proposto pelo licitante vencedor, conforme registrado na ata da sessão pública original.

3. DATA E LOCAL DA SESSÃO DE CONVOCAÇÃO: A sessão pública para a convocação dos licitantes remanescentes e manifestação de interesse será iniciada no dia **22 de julho de 2026, às 09h00min (horário de Brasília)**, e será conduzida exclusivamente através da plataforma eletrônica oficial, no seguinte endereço: https://www.compras.gov.br/.

4. PROCEDIMENTO: Os licitantes deverão estar presentes na sala virtual do certame no horário aprazado para manifestar seu aceite ou recusa. O não comparecimento ou o silêncio do licitante no momento da convocação durante a sessão será interpretado como recusa tácita.

5. FASES SUBSEQUENTES: Em caso de recusa de todos os licitantes em aceitar as condições do vencedor, a Administração poderá, a seu critério e com base no art. 90, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, dar início, na mesma sessão, à fase de negociação de valores.

Este extrato será publicado nos meios oficiais para garantir a publicidade dos atos administrativos.

União da Vitória - PR, 15 de julho de 2026.

MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE
Agente de Contratação

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:AAF5BDA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
PORTARIA Nº 19/2026

Designa servidor para exercer a função de encargo especial de Gestor Digital da Câmara Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 4º da Lei Municipal n° 1.945 de 20 de abril de 2022, com redação dada pela Lei Municipal n° 2.213 de 28 de maio de 2026:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado a servidora efetiva Keli Roberta Zocche Cesa, para desempenhar a função de encargo especial de Gestor Digital da Câmara Municipal de Vitorino.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

VALCIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:0B049BE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 311, DE 15 DE JULHO DE 2026

Portaria 311, de 15 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 02 (duas) diárias ao Prefeito Municipal Marciano Vottri, para participar de reuniões e tratativas de assuntos de interesse do Município junto a Secretaria de Estado das Cidades - SEICID, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, a Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP e a Casa Civil do Estado, em Curitiba/PR, nos dias 16 e 17 de julho de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 15 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:62672FE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 312, DE 15 DE JULHO DE 2026

Portaria 312, de 15 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 213/2026, protocolo 5862/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 15 e 16 de julho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY - 7J43;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:30FE592B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RELATÓRIO SINTÉTICO DE CONCESSÃO E PAGAMENTO DE DIÁRIAS – 1ª QUINZENA DE JULHO DE 2026

Beneficiário	Cargo	Destino	Período de afastamento	Atividade desenvolvida	Qtde de Diárias	Valor R$	Ato Administrativo
Vilmarize Buffon Fraron	Secretária de Saúde	Porto Alegre - RS	11/07/2026 a 16/07/2026	Participar do XXXIX CONGRESSO CONASEMS	04	2.240,00	Portaria nº 716/2026
Marcelli Cristina Cervo	Enfermeira	Porto Alegre - RS	11/07/2026 a 16/07/2026	Participar do XXXIX CONGRESSO CONASEMS	04	2.240,00	Portaria nº 717/2026
Samara Pietrobom Dresch	Diretora de tecnologia e Inovação	Curitiba - PR	23/07/2026 a 25/07/2026	Participar do Caravana Conecta – Evento de Startups	02	720,00	Portaria nº 718/2026
Álvaro Dênis Ceni Scolaro	Prefeito	Curitiba - PR	12/07/2026 a 13/07/2026	Cumprimento de agenda na Copel e na Defesa Civil	01	360,00	Portaria nº 759/2026

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:87B2213E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO DE INEXI

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº - 039/2026

DATA – 15/07/2026
OBJETO Prestação de serviços integrados de organização,coordenação, condução e fornecimento de infraestrutura completa para a realização de 01 (um) evento unificado e integrado alusivo à campanha "Agosto Lilás" – Mês de Combate à Violência Contra a Mulher, compreendendo recepção musical, abertura oficial, gincana feminina interativa, coquetel e a palestra lúdico-informativa sob o tema "A vida começa quando a violência acaba", conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

Item	Características do objeto/Especificações técnicas	Qtd	Unidade	Valor unitario	Valor total
1	Evento de combate a violência contra a Mulher Descrição: Evento com duração mínima de 4horas sendo assim sua programação: 18h30min - Recepção as participantes com músicas ao vivo 19h – Abertura oficial com pronunciamentos e apresentações culturais 19h30min – Gincana Feminina (- Caça aos Objetos na Bolsa; - Corrida do Desafio a mulher que estiver usando a roupa com o maior número de 01 und 12.990,00botões; - Alfabeto Temático; - Quiz Rápido: com perguntas de múltipla escolha sobre curiosidades e interesses das mulheres; - Qual é a música;. 20h30min – Coquetel 21h – Palestra lúdica e informativa com músicas ao vivo com o tema: “A vida começa quando a violência acaba”. A Palestra é de caráter informativa e motivacional consiste em: palestra baseada em estudos teóricos e científicos por profissional com formação em Serviço Social e História com especializações nas áreas de humanas e COACH falas pontuais e reflexões, dados estatísticos, projeções, histórias, contos, atividades experimentais, dinâmicas de interação, uso de recursos áudio visuais como: vídeos, clips, musicas, entre outros, e músicas ao vivo. As informações são baseadas em autores renomados de cada tema trabalhado. 22h30 - Encerramento Obs: Todo o evento será conduzido pela empresa contratada. Profissionais envolvidos Palestrante: Assistente Social com experiência em trabalho de grupos de mulheres, idosos e crianças, professor historiador e Coach. Possui especializações em diversas áreas de humanas, palestrante com formação na área de palestras e treinamentos e mestre em gestão de políticas públicas. Músicos 02: - 01 cantor profissional, ex-radialista, ganhadorde diversos festivais de interpretação de músicas e professor de violão e teclado. - 01 cantor e instrumentista – acordeon Equipamentos profissionais de Som, Luzes, painel de LED e efeitos Projeção - 1 painel de LED p3.91 de 6x3m com Com armação em treliça em alumínio e processadora 4k Equipamentos de som - 02 QSN de 12 1000 wats - 02 QSN de 15 1000 wats - 04 RCF de 12 2000 wats - 02 grave 2 18 1200 wats cada falante -2 sub graves de 1000 rms cada; - 2 line medio 1000 rms cada; - Microfones com fio e sem fio necessário; - Violão, Viola e teclado; Luzes para efeitos especiais – 8 beam 9R 250wats; - 2 beam 260 - 8 Srobo Led; - 4 mini moving; - 10 canhao de led – 02 mesa de iluminação Efeitos especiais - 02 Máquina de fumaça; - 04 bombas de efeitos papel picado - 12 jerbs . Descrição do produto/serviço 01 Palestra lúdica de caráter informativa e motivacional com músicas ao vivo TEMA: “A vida começa quando a violência acaba”. Maria da Penha Duração: 1h30m Sub-temas: - A mulher, suas conquistas e seu espaço; - Mulher sinônimo de lutas; - O que é violência e os tipos de violência; - Cuidado: o silêncio mata; - Lei Maria da Penha; - Dados estatísticos; - Onde denunciar.Objetivo: Informar e esclarecer as mulheres e a sociedade em geral quanto aos tipos de violência e os meios em que podem ser praticados no dia a dia OBS: Estão contidos no valor despesas com: deslocamento, hospedagem, alimentação, encargos e outras	1	UN	**12.990,00**	**12.990,00**

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta inexigibilidade correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	12 – Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa
Unidade Orçamentária	005 – Depto. Cadastro e Programas Assistenciais
Projeto/Atividade	08.244.0016.6058 – Fundo Municipal da Mulher
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Fonte de Recursos	FONTE 1923

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 74, §1º da Lei Federal 14.133/2021.

CONTRATADA: MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN LTDA inscrita no CNPJ: 40.998.617/0001-62, Cruzeiro do Iguaçu-PR.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias após emissão de nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 039/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 039/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei Federal 14.133/2021, artigo Artigo 74, §1º.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 15/07/2027.
VALOR R$:12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais)
OBJETO: Prestação de serviços integrados de organização,coordenação, condução e fornecimento de infraestrutura completa para a realização de 01 (um) evento unificado e integrado alusivo à campanha "Agosto Lilás" – Mês de Combate à Violência Contra a Mulher, compreendendo recepção musical, abertura oficial, gincana feminina interativa, coquetel e a palestra lúdico-informativa sob o tema "A vida começa quando a violência acaba",
CONTRATADA: MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN LTDA inscrita no CNPJ: 40.998.617/0001-62, Cruzeiro do Iguaçu-PR.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

Cruzeiro do Iguaçu, 15 de julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 039/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR
	CONTRATADA: MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN LTDA inscrita no CNPJ: 40.998.617/0001-62 , Cruzeiro do Iguaçu-PR.
OBJETO:	**Prestação de serviços integrados de organização,coordenação, condução e fornecimento de infraestrutura completa para a realização de 01 (um) evento unificado e integrado alusivo à campanha "Agosto Lilás" – Mês de Combate à Violência Contra a Mulher, compreendendo recepção musical, abertura oficial, gincana feminina interativa, coquetel e a palestra lúdico-informativa sob o tema "A vida começa quando a violência acaba",**
VALOR TOTAL:	R$:12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais)
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 74, §1º da Lei Federal 14.133/2021..
DOTAÇÃO:	3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Cruzeiro do Iguaçu, 15 de julho de 2026.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 039/2026, em favor MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN LTDA inscrita no CNPJ: 40.998.617/0001-62, Cruzeiro do Iguaçu-PR, com o valor de R$:12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais).

Cruzeiro do Iguaçu, 15 de julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Sirlei da Rocha
Código Identificador:E586F55E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2280

DECRETO N.º 2280/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1597/2026 de 15/07/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 497.420,78 (quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e oito centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	17	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339030000000000000 - Material de consumo	00004	1.174,43
1	Suplementar	194	07.002.0026.0782.0126.1012 - INFRAESTRUTURA RURAL.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	356.679,77
1	Suplementar	179	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00504	19.167,12
1	Suplementar	188	07.001.0025.0751.0048.2023 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA.3339030000000000000 - Material de consumo	00507	88.212,76
1	Suplementar	180	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00510	7.446,85
1	Suplementar	181	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00511	23.528,70
1	Suplementar	182	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00512	1.211,15
			Total		**497.420,78**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Superávit		Cide (lei 10866/04, Art. 1ºb)	00512	1.211,15
Superávit		Taxas - Prestação de Serviços	00511	23.528,70
Superávit		Taxas - Exercício Poder de Polícia	00510	7.446,85
Superávit		COSIP - Contribuição de Iluminação Publica	00507	88.212,76
Superávit		Outros Royalties/comp. Fin./patr.n.prev.	00504	19.167,12
Superávit		Receitas de Alienações Ativos	00501	356.679,77
Superávit		DEMTRAN	00004	1.174,43
		Total	**497.420,78**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
4	0,00	1.174,43	0,00
501	0,00	356.679,77	0,00
504	0,00	19.167,12	0,00
507	0,00	88.212,76	0,00
510	0,00	7.446,85	0,00
511	0,00	23.528,70	0,00
512	0,00	1.211,15	0,00
Total	**0,00**	**497.420,78**	**0,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:C25EBED4

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2281

DECRETO N.º 2281/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1598/2026 de 15/07/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Especial	331	04.001.0010.0301.0045.2010.3337230000000000000 CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE - Material de consumo	00303	60.000,00
			Total		**60.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	64	04.001.0010.0301.0045.2011.3337239000000000000 CONSUD - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00303	60.000,00
		Total	**60.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
303	60.000,00	0,00	0,00
Total	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR

Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:12FE20DA

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1597

LEI ORDINÁRIA N.º 1597/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 497.420,78 (quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e oito centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional

Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor
1	Suplementar	17	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339030000000000000 - Material de consumo	00004	1.174,43
1	Suplementar	194	07.002.0026.0782.0126.1012 - INFRAESTRUTURA RURAL.4449051000000000000 - Obras e instalações	00501	356.679,77
1	Suplementar	179	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00504	19.167,12
1	Suplementar	188	07.001.0025.0751.0048.2023 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA.3339030000000000000 - Material de consumo	00507	88.212,76
1	Suplementar	180	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00510	7.446,85
1	Suplementar	181	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00511	23.528,70
1	Suplementar	182	07.001.0015.0452.0048.2022 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00512	1.211,15
			Total		**497.420,78**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Superávit		Cide (lei 10866/04, Art. 1ºb)	00512	1.211,15
Superávit		Taxas - Prestação de Serviços	00511	23.528,70
Superávit		Taxas - Exercício Poder de Polícia	00510	7.446,85
Superávit		COSIP - Contribuição de Iluminação Publica	00507	88.212,76
Superávit		Outros Royalties/comp. Fin./patr.n.prev.	00504	19.167,12
Superávit		Receitas de Alienações Ativos	00501	356.679,77
Superávit		DEMTRAN	00004	1.174,43
		Total	**497.420,78**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso
4	0,00	1.174,43	0,00
501	0,00	356.679,77	0,00
504	0,00	19.167,12	0,00
507	0,00	88.212,76	0,00
510	0,00	7.446,85	0,00
511	0,00	23.528,70	0,00
512	0,00	1.211,15	0,00
Total	**0,00**	**497.420,78**	**0,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:24C26AF8

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1598

LEI ORDINÁRIA N.º 1598/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Especial	331	04.001.0010.0301.0045.2010.3337230000000000000 CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE - Material de consumo	00303	60.000,00
			Total		**60.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	64	04.001.0010.0301.0045.2011.3337239000000000000 CONSUD - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00303	60.000,00
		Total	**60.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
303	60.000,00	0,00	0,00
Total	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:FF4A541B

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 110/2026

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 110/2026
1. A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificação de expressão contida na Ata de Registro de Preço N°110/2026, modalidade de Pregão Eletrônico 11/2026, celebrado com a empresa AUTO SOCORRO PAPA LÉGUAS LTDA, corrigindo somente a unidade de medida, tornando-se público para conhecimento e esclarecimento dos interessados, cabendo a seguinte correção:
2. Onde lê-se:

Relação de Itens da Licitação						
Item	**Qtde**	**Unidade**	**Preço Unit.**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
3	4000	HORAS	R$ 13,58	R$ 54.320,00	SERVICO	SERVIÇO DE CAMINHÃO COM CARRETA PRANCHA PARA TRANSPORTE DE VEÍCULOS PESADOS E MAQUINAS DO MUNICÍPIO, DEVERÁ POSSUI COMPRIMENTO DE PRANCHA DE NO MÍNIMO 19 M, LARGURA DE NO MÍNIMO 3,10 M CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 25 TONELADAS CONTENDO NO MÍNIMO 3 EIXOS NA CARRETA. INCLUSO MOTORISTA DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO, UTILIZANDO EPI´S OBRIGATÓRIOS, COM TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS.

Leia-se:

Relação de Itens da Licitação						
Item	**Qtde**	**Unidade**	**Preço Unit.**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
3	4000	QUILÔMETROS	R$ 13,58	R$ 54.320,00	SERVICO	SERVIÇO DE CAMINHÃO COM CARRETA PRANCHA PARA TRANSPORTE DE VEÍCULOS PESADOS E MAQUINAS DO MUNICÍPIO, DEVERÁ POSSUI COMPRIMENTO DE PRANCHA DE NO MÍNIMO 19 M, LARGURA DE NO MÍNIMO 3,10 M CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 25 TONELADAS CONTENDO NO MÍNIMO 3 EIXOS NA CARRETA. INCLUSO MOTORISTA DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO, UTILIZANDO EPI´S OBRIGATÓRIOS, COM TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS.

Enéas Marques/PR, 15 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:49B5D9B4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 28/2024

TERMO DE ADITIVO

4º Termo aditivo do contrato 28/2024 decorrente da Dispensa nº 12/2024 de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE E ENCAMINHAMENTO PARA TRATAMENTO E INCINERAÇÃO DOS RESÍDUOS DA SAÚDE, PERTENCENTES AOS GRUPOS A-INFECTANTES, B-QUÍMICOS, E-PERFUROCORTANTES.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 08.680.158/0001-61, com sede no endereço Rua Abrão Nacles, 514, Parque Industrial e Comercial Abrão Nacles, Cianorte-Pr, neste ato representada por **CRISTIANO ANDRÉ RODRIGUES**, portador do CPF sob nº 007.412.599-07, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de R$27,526.80. justifica-se o aditivo para assegurar a continuidade dos serviços essenciais de coleta, transporte, tratamento e incineração dos resíduos de saúde dos Grupos A, B e E. A prorrogação fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, permanecendo as condições e os preços para a Administração. A interrupção dos serviços poderá ocasionar riscos sanitários e ambientais.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	COLETA, TRANSPORTE E ENCAMINHAMENTO PARA TRATAMENTO E INCINERAÇÃO DOS RESÍDUOS DA SAÚDE, PERTENCENTES AOS GRUPOS A – INFECTANTES, B- QUÍMICOS, E- PERFUROCORTANTES	MÊS	12	2.293,90	27.526,80

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 15 de julho de 2026.

Município De Fênix	Bio Resíduos Transportes LTDA
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***CRISTIANO ANDRÉ RODRIGUES***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:824D7F7F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ALF COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.581.380/0001-84

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
99	MACA CLÍNICA: MESA DE EXAMES FIXA E COM RODAS • ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO	13	R$ 2.800,0000	R$ 36.400,0000

	CARBONO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À CORROSÃO. • LEITO COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO, CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO, MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESTOFAMENTO REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL COM ACABAMENTO SEM COSTURAS APARENTE, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; NA COR CLARA (PREFERENCIALMENTE AZUL OU VERDE). • GRADES LATERAIS DE PROTEÇÃO, REBATÍVEIS OU REMOVÍVEIS, EM MATERIAL RESISTENTE; • CABECEIRA RECLINÁVEL COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO POR MEIO DE CREMALHEIRA OU SISTEMA SIMILAR DE FÁCIL MANUSEIO, COM NO MÍNIMO 03 POSIÇÕES; • DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,80 M, LARGURA DE 60 A 0,80 M E ALTURA ENTRE 0,75 M E 0,85 M. • CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA: 150 KG. • PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE O USO. • ESTRUTURA COM CANTOS ARREDONDADOS, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA AO PACIENTE E AO PROFISSIONAL. • POSSUIR SUPORTE PARA LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL INTEGRADO. • PORTA-OBJETOS OU PRATELEIRA INFERIOR PARA ACOMODAÇÃO DE MATERIAIS. • ESTOFAMENTO COM ACABAMENTO SEM COSTURAS APARENTES, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO. • RODÍZIOS COM TRAVAS (PARA MODELOS MÓVEIS). SENDO O RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE NO MÍNIMO 4 POLEGADAS, SENDO PELO MENOS 2 COM SISTEMA DE FREIO • PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS VIGENTES DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (QUANDO APLICÁVEL). • DEVE POSSUIR REGISTRO OU CADASTRO NA ANVISA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. • GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. • PRODUTO NOVO, SEM USO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. • ENTREGUE MONTADO OU COM MANUAL DE MONTAGEM. • ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.; • CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 150 KG; • DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO ENTRE 1,80 M E 2,00 M, LARGURA ENTRE 0,60 M E 0,70 M, ALTURA ENTRE 0,70 M E 0,90 M; • SUPORTE PARA SORO (REMOVÍVEL OU ACOPLADO); • PARA-CHOQUES EMBORRACHADOS NOS QUATRO CANTOS • SISTEMA DE ELEVAÇÃO MECÂNICO; • ACABAMENTO SEM ARESTAS CORTANTES, GARANTINDO SEGURANÇA AO PACIENTE E AO PROFISSIONAL. UND 13			

Valor Total Homologado - R$ 36.400,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:5E045B7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
04	AGULHA SISTÊMICA PARA ACUPUNTURA 0,25X40MM	1.000	R$ 0,2100	R$ 210,0000
54	MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO:UMIDIFICADOR, SAÍDA:P/ OXIGÊNIO, TIPO FRASCO:FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C/ TAMPA, VOLUME:CERCA DE 250 ML, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:CONECTOR METAL C/ROSCA, ESTERILIDADE :ESTERILIZÁVEL.	10	R$ 15,1500	R$ 151,5000
58	PINÇA ARTICULADA CORTANTE, MODELO:BLAKESLEY, TIPO PONTA:BOCA RETA, ADICIONAL:CONCHA C/ FENESTRA, HASTE:HASTE ANGULADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	5	R$ 640,9800	R$ 3.204,9000
69	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ (HCG.). TESTE QUALITATIVO PARA DETERMINAÇÃO DA GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (H.C.) DA URINA. CAIXA COM 50 UNIDADES.	5	R$ 30,9500	R$ 154,7500
84	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	200	R$ 1,9000	R$ 380,0000
93	ESCADA DIGITAL EM MADEIRA PARA REABILITAÇÃO ESTRUTURA EM MADEIRA NATURAL EM EUCALIPTO • POSSUI 33 DEGRAUS • DIMENSÕES: 137X25X80CM • ACOMPANHA ITENS PARA FIXAÇÃO. MARCA SUGERIDA: ARKTUS	1	R$ 175,7200	R$ 175,7200

Valor Total Homologado - R$ 4.276,87

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:8CA3707C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ANGELIQUE ORLANDINA CORREA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: ANGELIQUE ORLANDINA CORREA
CNPJ/CPF: 15.508.827/0001-88

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
09	BROCA DE AÇO INOXIDÁVEL CARBIDE, DE BAIXA ROTAÇÃO PARA USO EM PEÇA DEMÃO(PM), N°1558, COMPRIMENTO 44MM.	2	R$ 9,0000	R$ 18,0000
11	CAIXA PLÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA, CAPACIDADE 100 L	6	R$ 134,0000	R$ 804,0000
13	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COMPRIMENTO 450 MM, LARGURA 320 MM, ALTURA 280 MM, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA E TRAVAS, TIPO CAIXA ORGANIZADORA, CAPACIDADE 29 L.	50	R$ 24,0000	R$ 1.200,0000
14	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 487 MM, LARGURA 331 MM, ALTURA 196 MM, COR BRANCA, TIPO ORGANIZADOR COM TAMPA, CAPACIDADE 20L.	40	R$ 44,0000	R$ 1.760,0000
17	CERA PLANO ROLETE MACIA COM 20 UNIDADES	5	R$ 27,1000	R$ 135,5000
18	CREME DE MASSAGEM - MARCA REFERÊNCIA: ORTO CREAM? FISIOLINE OU VITTA RELAX - EXTRATOS DA TERRA. O ORTO CREAM DE 1 KG DA FISIOLINE É UM CREME PARA SER UTILIZADO EM MASSAGENS CORPORAIS EM CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA PARA PROMOVER O RELAXAMENTO MUSCULAR, REDUZIR O ESTRESSE CAUSADO NO DIA-A-DIA E TENSÕES ORIGINADAS DE EXERCÍCIOS FÍSICOS. SUA FÓRMULA CONTA COM EXTRATOS DE ARNICA, CALÊNDULA, ALOE VERA E BÉTULA, QUE JUNTOS TERÃO AÇÃO CALMANTE, HIDRATANTE E REFRESCANTE. ATIVOS: - EXTRATOS DE ARNICA; - EXTRATO DE CALÊNDULA; - EXTRATO DE ALOE VERA; - EXTRATO DE BÉTULA; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1KG;	1	R$ 88,1000	R$ 88,1000
19	CUNHA DE POSICIONAMENTO EM ESPUMA PARA FISIOTERAPIA DADOS TÉCNICOS MODELO: CUNHA DE POSICIONAMENTO; TAMANHO: MÉDIO; DIMENSÕES: 50X50X30CM (AXLXC	1	R$ 135,0000	R$ 135,0000
25	EBULIDOR ELÉTRICO AQUECEDOR, FERVE DOR DE ÁGUA 2500W 220V; EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA FERVER OU AQUECER ÁGUA. CARACTERÍSTICAS: TUBO: INOX; POTÊNCIA: 2500W; VOLTAGEM: 220V; LARGURA: 170MM (17 CM); COMPRIMENTO TOTAL: 520MM (52 CM); COMPRIMENTO DO TUBO: 430MM (43 CM)	3	R$ 156,0000	R$ 468,0000
35	FITA PARA SELADORA MEDIDAS: FITA TEFLON PARA SELADORA COM ADESIVO 15 MM DE ESPESSURA	15	R$ 48,6000	R$ 729,0000
50	LIXEIRA RETANGULAR CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, DOTADA DE TAMPA COM ACIONAMENTO POR PEDAL ATRAVÉS DE HASTE METÁLICA COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS. PERMITIR A ABERTURA DA TAMPA MESMO QUANDO ESTIVER ENCOSTADA NA PAREDE. POSSUIR ARO SUPERIOR DESTINADO AO TRAVAMENTO DA BOCA DO SACO DE LIXO. APRESENTAR ACABAMENTO PERFEITO, ISENTO DE REBARBAS E DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM O SEU USO. COR: VERDE OU BRANCA. MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS: A=71,0; L=45,0; P=37,0 CM. MEDIDAS INTERNAS APROXIMADAS: A=60; L=40,0; P=24,0 CM.	30	R$ 112,0000	R$ 3.360,0000
51	MACACÃO COM CAPUZ (TAMANHO G): MACACÃO COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) DE POLIPROPILENO COM FILME DE POLIETILENO MICRO POROSO, COM CAPUZ COM ELÁSTICO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER BIDIRECIONAL SEM ABA PROTETORA, ELÁSTICO NA CINTURA, PUNHOS E TORNOZELOS; RESISTÊNCIA QUÍMICA: TIPO 6 ? ISSO 16602:2007; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; USO: DESCARTÁVEL; - FORMATO: MACACÃO COM CAPUZ; - GRAMATURA: 50 G/M²; - COSTURA: SIMPLES; - MATERIAL: MATERIAL LAMINADO MICRO POROSO; - BRANCO. (PREVISÃO DE USO EM 6 MESES)	10	R$ 9,5000	R$ 95,0000
52	MACACÃO COM CAPUZ (TAMANHO M): MACACÃO COM CAPUZ, CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) DE POLIPROPILENO COM FILME DE POLIETILENO MICRO POROSO, COM CAPUZ COM ELÁSTICO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER BIDIRECIONAL SEM ABA PROTETORA, ELÁSTICO NA CINTURA, PUNHOS E TORNOZELOS; RESISTÊNCIA QUÍMICA: TIPO 6 ? ISSO 16602:2007; ESPECIFICAÇÕES	10	R$ 9,6900	R$ 96,9000

	TÉCNICAS; USO: DESCARTÁVEL; - FORMATO: MACACÃO COM CAPUZ; - RAMATURA: 50 G/M²; - COSTURA: SIMPLES; - MATERIAL: MATERIAL LAMINADO MICRO POROSO; - BRANCO. (PREVISÃO DE USO EM 6 MESES)			
56	ÓCULOS DE PROTEÇÃO PARA LASER E LED CARACTERÍSTICAS: - BLOQUEIA ATÉ 99,99% DE RAIOS UVA, UVB, VIOLETA, AZUL, VERDE, ÂMBAR, VERMELHO E INFRAVERMELHO; - MATERIAL: ARMAÇÃO EM NYLON E LENTE ÚNICA CONFECCIONADA EM POLICARBONATO; - COR DA LENTE: VERDE ESCURO; - COR DA ARMAÇÃO: PRETO; - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) N.°: 10346; - ACOMPANHA 01 ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO. - GARANTIA PELO FABRICANTE: 90 DIAS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	2	R$ 64,0000	R$ 128,0000
57	ÓLEO DE MASSAGEM ? MARCA REFERÊNCIA: ORTO OIL FISIOLINE OU D'AGUA NATURAL ? 1 LITRO ATIVOS: ARNICA: EQUILIBRA O SISTEMA LINFÁTICO E VENOSO, TONIFICANTE, ESTIMULANTE, DRENANTE E DESCONGESTIONANTE. NORMALIZA MICROCIRCULAÇÃO SUPERFICIAL ATIVANDO A REABSORÇÃO EDEMA. CALÊNDULA: EMOLIENTE, TONIFICANTE, CICATRIZANTE, SUAVIZANTE, ANTI-INFLAMATÓRIO, PROTETOR E RESTAURADOR DE TECIDOS E ANTISSÉPTICO. ÓLEO DE MELALEUCA: POSSUI AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA, ANTIMICROBIANA E ANTIFÚNGICA COMPROVADA. SUA AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA HIPEREMIA, DOR E EDEMA. ÓLEO DE GIRASSOL: TEM AÇÃO HIDRATANTE E UMECTANTE, APRESENTANDO COMO ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS O ÁCIDO LINOLÉICO E OLÉICO. PESO 1 LITRO	2	R$ 87,0000	R$ 174,0000
67	SUPORTE PARA BOLA DE PILATES DE PAREDE - GRANDE APOIO PARA BOLA SUIÇA. SUPORTE DE PAREDE 35CM X 63CM (DIÂM. X PROF.) ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSO PARA INSTALAÇÃO.	3	R$ 44,5000	R$ 133,5000
86	AUTOCLAVE HORIZONTAL, ALIMENTACAO PRINCIPAL: ELETRICA, DE BANCADA, 21 LITROS DE CAPACIDADE, CICLO 7 CICLOS AUTOMATICO, DIMENSOES INTERNAS C/ APROXIMADAMENTE (A X L X P) DIAMETRO DE 25CM X39CM, DIMENSOES EXTERNAS C/ APROXIMADAMENTE (A X L X P) 40.5CM ALT X 42CM LARG. X 62CM PROFUNDIDADE, REMOCAO DO AR ALTO VACUO PULSANTE, CAMARA EM ACO INOX, PORTA SIMPLES, COM VALVULA DE SEGURANÇA C/ IMPEDIMENTO DE ABERTURA, P/PRESSAO C/MAIOR QUE 0,1 KGF/CM2, COM TIMER, TERMOMETRO, MANOMETRO, MANOVACUOMETRO, ALIMENTACAO: 110/220 VOLTS 60HZ, INCLUI: MANUAL DE MANUTENCAO,E OPERACAO,TREINAMENTO.	2	R$ 3.634,5000	R$ 7.269,0000
92	ESCADA DE 03 DEGRAUS CONSTRUÍDA EM TUBO DE AÇO INOX, ALTURA DO 1º DEGRAU AO PISO: 18 CM. ALTURA DO 1º DEGRAU EM RELAÇÃO AO 2º DEGRAU: 22 CM 2º DEGRAU EM RELAÇÃO AO 3º DEGRAU 22 CM. ESPESSURA DA CHAPA DO PISO: 0,91 MM BITOLA 20". OS PISOS SÃO DE CHAPA DE AÇO INOX REVESTIDOS COM MATERIAL SINTÉTICO ANTIDERRAPANTE PÉS COM PONTEIRAS DE PVC. DIMENSÕES APROXIMADAS DO DEGRAU(PISO): COMPR. 34 CM X LARG. 15 CM DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: COMP. 52 CM X LARG. 38 CM X ALT. 54 CM. ESCADA C/3 DEGRAUS ANTIDERRAP. INOX PRIME	1	R$ 510,2000	R$ 510,2000
102	AVENTAL DESCARTÁVEL - MANGA LONGA COM PUNHO MALHA, GOLA PADRE E BOTÕES, MATERIAL TNT 100% POLIPROPILENO ATÓXICO E HIPOALÉRGICO, COR BRANCO, TAMANHO G E GG, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	5.000	R$ 15,7000	R$ 78.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 95.604,20

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:EDA8A75B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO BH DENTAL COMERCIAL EIRELI EPP

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: BH DENTAL COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 29.312.896/0001-26

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA CONJUNTO ODONTOLÓGICO COMPLETO - FORMADO POR CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (UMA CADEIRA ODONTOLÓGICA, UM EQUIPO ODONTOLÓGICO, UMA UNIDADE AUXILIAR ODONTOLÓGICA, UM REFLETOR ODONTOLÓGICO DE LED E UM MOCHO). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPLETO. CADEIRA: ARTICULAÇÃO	1	R$ 12.389,0000	R$ 12.389,0000

	BILATERAL COM ACIONAMENTO CENTRAL, PROPORCIONANDO MAIS CONFORTO, EVITANDO O REPOSICIONAMENTO DO PACIENTE. BRAÇOS DIREITO E ESQUERDO, REVESTIDOS NO MESMO MATERIAL DA CADEIRA. ENCOSTO COM MOVIMENTAÇÃO A -5°, PROPORCIONANDO MAIOR FACILIDADE EM ALGUNS MOVIMENTOS, PERMITINDO A RECUPERAÇÃO DE PACIENTES COM LIPOTIMIA. PINTURA ELETROSTÁTICA COM BACTERICIDA, BASE REVESTIDA COM CARENAGENS EM ABS OU INTEGRAL SKYN A FIM DE EVITAR OXIDAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVE TER INTEGRAÇÃO DA CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DO CONJUNTO AO CAPÔ DA CADEIRA PARA FACILITAR O ESPAÇO. PEDAL DE COMANDO SEPARADO DA BASSE DA CADEIRA AFIM DE POSSIBILITAR O USO DA CADEIRA DE DIVERSAS POSIÇÕES EM QUE O DENTISTA ESTEJA REALIZANDO O PROCEDIMENTO. PLACAS DE COMANDO SOB O ASSENTO DA CADEIRA, A FIM DE EVITAR OXIDAÇÃO OU DANOS EM CASO DE VAZAMENTO DE ÁGUA. ESTOFAMENTO REVESTIDO EM PVC E SEM COSTURAS, FACILITANDO A DESINFECÇÃO. CABECEIRA MULTIARTICULADA. DEVE POSSUIR 4 COMANDOS INDIVIDUAIS (SOBE E DESCE ASSENTO E ENCOSTO), 3 MOVIMENTOS AUTOMÁTICOS SINCRONIZADOS (3 POSIÇÕES DE TRABALHO PROGRAMÁVEIS PELO CD E VOLTA A ZERO AUTOMÁTICA). ON/OFF DO REFLETOR NO PEDAL DA CADEIRA COM INTENSIDADE VARIÁVEL. CARENAGENS SUPERIORES EM ABS COM BACTERICIDA. EQUIPO: BRAÇO ACOPLADO, DEVE POSSUIR 1 TERMINAL PARA ALTA ROTAÇÃO BORDEN, 1 TERMINAL PARA BAIXA ROTAÇÃO BORDEN COM SPRAY, 1 SERINGA TRÍPLICE, TODOS DEVEM SER ACIONADOS PELO PEDAL DE COMANDO DA CADEIRA. BANDEJA EM INOX; PEDAL PROGRESSIVO PARA O ACIONAMENTO DAS PEÇAS DE MÃO. SUPORTE DAS PONTAS COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO INDIVIDUAL. VÁLVULAS INDIVIDUAIS COM SISTEMA ANTIREFLUXO, A FIM DE EVITAR CONTAMINAÇÃO CRUZADA. RESERVATÓRIO DE ÁGUA TIPO PET COM FILTRO, EVITANDO ENTUPIMENTOS DOS INSTRUMENTOS, COM VÁLVULA DE ALIVIO DE PRESSÃO DO RESERVATÓRIO. PUXADOR ERGONÔMICO. REFLETOR: REFLETOR DE LED COM INTENSIDADE VARIÁVEL, CABEÇOTE EM MATERIAL RESISTENTE, ESTRUTURA EM POLÍMERO INJETADO, ESPELHO MULTIFACETADO, POSSUI ALTA DURABILIDADE E PERMITE AMPLA MOBILIDADE EM DIVERSAS POSIÇÕES. PROTETOR FRONTAL REMOVÍVEL, CONSTRUÍDO EM POLICARBONATO TRANSPARENTE. PUXADOR BILATERAL. BRAÇO BALANCEADO COM MOLA E ARTICULAÇÕES METÁLICAS. UNIDADE DE ÁGUA: COM ABERTURA EM 90º GRAUS, PARA PROCEDIMENTOS A QUATRO MÃOS. COMPÕE 02 SUGADORES SENDO UM TIPO VENTURI E OUTRO PARA USO DE BOMBA DE VÁCUO PARA USO CÂNULA DESCARTÁVEL, COM SEPARADOR DE DETRITOS NAS MANGUEIRAS. ESTRUTURA EM AÇO REVESTIDA EM ABS COM BACTERICIDA. CUBA SÓLIDA REMOVÍVEL, NA COR DO ESTOFAMENTO. ACOMPANHAR 2 MOCHOS AUXILIAR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: BASE COM CINCO RODÍZIOS, ALTURA DO ASSENTO E RECLINAÇÃO DO ENCOSTO REGULÁVEL, ATRAVÉS DE ALAVANCAS INDIVIDUAIS, ACIONAMENTO A GÁS. ESTOFAMENTO PVC SEM COSTURAS E DEVERÁ ACOMPANHA BANDEJA AUXILIAR ACOPLADA A ESTRUTURA DO REFLETOR PARA O USO DE APARELHO DE JATO DE BICARBONATO E ULTRASSOM FEITA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA SUPORTANDO NO MÍNIMO ATÉ 5KG COM ROTAÇÃO MÍNIMA DE 270° . GARANTIA DE UM ANO PELO FORNECEDOR. . A INSTALAÇÃO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR OU REDE CREDENCIADA ASSIM COMO O TREINAMENTO DE USO E OPERAÇÃO. . DEVE SER APRESENTADO FOLDER E/OU CATÁLAGO DO PRODUTO CONTENDO FOTOS E CARACTERÍSTICAS DO ITEM, NO DIA DA LICITAÇÃO.			

Valor Total Homologado - R$ 12.389,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:73F5A981

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME
CNPJ/CPF: 07.654.231/0001-68

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
12	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COMPRIMENTO 450 MM, LARGURA 320 MM, ALTURA 280 MM, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA E TRAVAS, TIPO	50	R$ 69,9300	R$ 3.496,5000

	CAIXA ORGANIZADORA, CAPACIDADE 29 L.			

Valor Total Homologado - R$ 3.496,50

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:BCC28FAA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO LTDA
CNPJ/CPF: 29.426.310/0001-54

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
63	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COR A3, RADIOPACA. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADE E (ESMALTE), B (CORPO), E D (DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO.OPACIDADE T(TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA, COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRASLÚCIDAS. AS CORES DE DENTINA ESMALTE E CORPO TEM PARTÍCULAS INORGÂNICAS COMBINADAS EM AGREGADOS E AGLOMERADOS, PARA USO DE RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES. ÓTIMA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. EMBALAGEM COM 1 SERINGA 4G. REGISTRO NA ANVISA COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	30	R$ 103,5300	R$ 3.105,9000
64	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COR A3-5, RADIOPACA. MATRIZ ORGÂNICA DE BISGMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADE E(ESMALTE), B(CORPO), E D(DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO.OPACIDADE T(TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA, COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRASLÚCIDAS. AS CORES DE DENTINA ESMALTE E CORPO TEM PARTÍCULAS INORGÂNICAS COMBINADAS EM AGREGADOS E AGLOMERADOS, PARA USO DE RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES. ÓTIMA RESISTÊNCIA AO DESGASTE. EMBALAGEM COM 1 SERINGA 4G. REGISTRO NA ANVISA COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	20	R$ 103,5300	R$ 2.070,6000

Valor Total Homologado - R$ 5.176,50

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A9CEAD57

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 55.909.512/0001-67

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
41	HAND GRIP EXERCITADOR DE MÃOS E PUNHOS AJUSTAVEL - MARCA REFERÊNCIA: LIVE UP ESPECIFICAÇÕES: ALTURA: 15CM; LARGURA: 10CM; PROFUNDIDADE: 2CM; PESO: 204 GRAMAS. 1 UNIDADE POSSUI 4 NÍVEIS DE RESISTÊNCIA, AJUSTE DE FORÇA ENTRE 10 KG A 40KG.	2	R$ 64,9900	R$ 129,9800
90	CAMA ELÁSTICAESTRUTURA TUBULAR EM AÇO PINTADO APÓS PRÉVIO TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO • PARTE SUPERIOR EM NYLON REFORÇADO COM MOLAS PARA MOVIMENTO DE BALANÇO • 06 PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA ANTI-DERRAPANTE • PÉS REMOVÍVEIS ATRAVÉS DE ROSCA • TOTAL: Ø 95CM • TELA EM NYLON: Ø 69CM • ALTURA DOS PÉS: 19CM • PESO: 9 KG MARCA SUGERIDA: CARCI OU • PESO MÁXIMO SUPORTADO: 150KG. • TIPO DE AMORTECIMENTO: MOLAS. • NÚMERO DE MOLAS: 32. • MATERIAL DAS MOLAS: AÇO GALVANIZADO. • SEU PESO É DE: 6KG. • MATERIAL DA ESTRUTURA: ESTRUTURA DE AÇO. MARCA SUGERIDA: ARKTUS	1	R$ 344,9900	R$ 344,9900
98	COMPRESSOR 50 A 69 L COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO, COM POTÊNCIA 2,0 HP. CAPACIDADE DE 50 A 69 L PARA ATENDER NO MÍNIMO 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA VÁCUO. VOLTAGEM: 220V, FREQUÊNCIA: 60HZ, POTÊNCIA: 2,0HP; 1 MOTOR E 2 PISTÕES (CABEÇOTES), CONTENDO COXIM NOS MOTORES PARA REDUÇÃO DAS VIBRAÇÕES; VOLUME DO RESERVATÓRIO: 50 A 69 L COM PINTURA ANTIBACTERIANA E COXIM NOS PÉS DOS RESERVATÓRIO; RUÍDO MÁXIMO: 70DB; DESLOCAMENTO TEÓRICO DE AR MAIOR QUE 283 L/MIN; 10 PCM; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DE 120PSI PESO BRUTO APROXIMADO: DEVERÁ VIR COM CABO ELÉTRICO COM PLUGUE 10A OU 20A, FILTRO DE AR, REGULADOR DE PRESSÃO DE AR ,DRENO, REGISTRO DE SAÍDA DE AR, MANÔMETRO, PRESSOSTATO , VÁLVULA DE SEGURANÇA E PÉS DE BORRACHA. CONTER MANUAL DE INSTRUÇÕES, CERTIFICADO DE GARANTIA E INMETRO.	1	R$ 4.189,5900	R$ 4.189,5900

Valor Total Homologado - R$ 4.664,56

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:44353DBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ/CPF: 07.626.776/0001-60

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
70	MONITOR DE SINAIS VITAIS, PARA TRIAGEM DE PRONTO ATENDIMENTO. DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO: MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA USO NA MONITORAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA (ECG), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA, PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI) E OXIMETRIA (SPO2), PARA USO EM PACIENTES ADULTO/PEDIÁTRICO E NEONATAL. PARÂMETROS/TIPO E TAMANHO DO MONITOR/SUPORTE PARA MONITOR: ECG, RESP, SPO2, PNI, TEMP/PRÉ-CONFIGURADO DE 13' A 20' COM SUPORTE DE PAREDE E CARRINHO DE TRANSPORTE PEDESTAL. DEVE CONTER ALARMES VISUAIS E SONOROS PARA OS PARÂMETROS MEDIDOS (LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS) PROGRAMÁVEIS PELO OPERADOR; ALARMES FUNCIONAIS (SENSOR, BATERIA, FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, ENTRE OUTROS). ; BATERIA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO, 2 H; ALIMENTAÇÃO 110/220 VAC - 60HZ; ;DEVE POSSUIR MENUS PARA CONFIGURAÇÃO E AJUSTE DE SEUS DIVERSOS PARÂMETROS, NAVEGÁVEIS ATRAVÉS DE UM SELETOR GIRATÓRIO E TELA TOUCH SCREEN; NDICAÇÃO VISUAL NO DISPLAY DO EQUIPAMENTO QUE INDIQUE O ESTADO DA BATERIA, BEM COMO SE O EQUIPAMENTO ESTÁ FUNCIONANDO PELA REDE ELÉTRICA OU BATERIA; SOFTWARE DE INTERFACE NA LÍNGUA PORTUGUESA. PARÂMETROS QUE DEVEM ACOMPANHAR O MONITOR: 1. ECG B; COMPATIBILIDADE COM CABOS DE 3 E 5 VIAS; ;NÚMERO DE DERIVAÇÕES: 7 DERIVAÇÕES; FAIXA DE FREQUÊNCIA CARDÍACA: 30 A 300 BPM ;RESOLUÇÃO DA MEDIDA DE FC: 1 BPM; ;DEVE PERMITIR A DETECÇÃO DE PULSOS DE MARCAPASSO; ;DEVE POSSUIR MONITORIZAÇÃO DE SEGMENTO ST EM TODAS AS DERIVAÇÕES; ;DEVE MONITORAR NO MÍNIMO 18 ARRITMIAS DISTINTAS; ;DEVE MONITORAR O INTERVALO QT/QTC; ;ANÁLISE DE ARRITMIA SIMULTÂNEA EM NO MÍNIMO EM DOIS CANAIS; 2. RESPIRAÇÃO; MÉTODO BIOIMPEDÂNCIA (OU IMPEDÂNCIA) TORÁCICA; FAIXA DE FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA 4 A 120 RPM PARA ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL. COM VISUALIZAÇÃO DA ONDA DE RESPIRAÇÃO, INDICAÇÃO DA FR COM DETECÇÃO E ALARME DE APNÉIA, EM PACIENTESADULTOS/PEDIÁTRICOS/NEONATAIS. ALARMES VISUAIS E SONOROS PARA OS PARÂMETROS DE FR (LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS) PROGRAMÁVEIS PELO USUÁRIO. 3. TEMPERATURA CUTÂNEA: DEVE POSSUIR 02 (DOIS) CANAIS DE TEMPERATURA; COM FAIXA DE MEDIDA DE 10º A 45ºC; DEVE PERMITIR A MEDIDA DA TEMPERATURA POR SENSOR ADERIDO NA PELE DO PACIENTE, OU ATRAVÉS DE CAVIDADES; ALARMES VISUAIS E SONOROS PARA OS PARÂMETROS PROGRAMÁVEIS PELO OPERADOR (LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS) 4. PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI): DEVE APRESENTAR OS VALORES DE PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA (PAS), PRESSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA (PAD) E PRESSÃO ARTERIAL MÉDIA (PAM); MODOS DE MEDIDA: MANUAL, AUTOMÁTICA E STAT; FAI CARRINHO DE TRANSPORTE: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO OU ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA RODÍZIOS GIRATÓRIOS COM SISTEMA DE FREIO (MÍNIMO 2 COM TRAVA) BASE ESTÁVEL COM SUPORTE ESPECÍFICO PARA O MONITOR POSSUIR NO MÍNIMO: • 01 PRATELEIRA • 01 CESTO OU GAVETA PARA ACESSÓRIOS SUPORTE PARA CABO DE ENERGIA E ORGANIZAÇÃO DE FIOS ACABAMENTO RESISTENTE À CORROSÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO	1	R$ 10.640,0000	R$ 10.640,0000

Valor Total Homologado - R$ 10.640,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:23A83E40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO F&N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: F&N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA
CNPJ/CPF: 58.354.399/0001-99

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
15	CAIXA TÉRMICA - CAIXA TÉRMICA CONFECCIONADA COM PAREDES DUPLAS DE POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ISOLAMENTO INTERNO EM POLIURETANO, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E ATÓXICAS, CAPACIDADE DE 5 LITROS. COM ALÇA CENTRAL FIXA. COM TERMÔMETRO DIGITAL DE TEMPERATURA ATUAL, MÁXIMA E MÍNIMA À PROVA D´ÁGUA QUE POSSUA SENSOR INTERNO E VISUALIZAÇÃO EXTERNA. COM SUPORTE PARA LACRE OU CADEADO.	4	R$ 190,0000	R$ 760,0000
16	CARRINHO DE TRANSPORTE DE CARGAS, CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE NO MINIMO 150 KG, ESTRUTURA METÁLICA PINTADA E COM ABA PROLONGADA, 2 RODAS, TIPO DA RODA: PNEU COM CÂMARA DE AR, MATERIAL DO ARO: METÁLICO, COMPRIMENTO X LARGURA APROXIMADO DA BASE FIXA: 26 X 41 CM, COMPRIMENTO X LARGURA APROXIMADO DA BASE PROLONGADA: 58 X 34 CM, MATERIAL DA ESTRUTURA: METÁLICA	2	R$ 290,0000	R$ 580,0000
49	LIXEIRA CILINDRICA OU OVAL (OU DE CANTOS ARREDONDADOS), EM AÇO INOX, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, COM CAPACIDADE PARA 50 (CINQUENTA) LITROS, COM BALDE INTERNO REMOVÍVEL 50 L, OU SEM BALDE MAS COM ANEL INTERNO EM INOX PARA PRENDER BEM O SACO DE LIXO. TAMPA EM INOX COM AMORTECEDOR. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 35 CM (DIÂMETRO) X 65 CM (ALTURA), VARIAÇÃO MÁXIMA +/-10%. PEDAL DE ACIONAMENTO DA TAMPA COM BASE EMBORRACHADA. BASE DA LIXEIRA COM ESTRUTURA ANTIDERRAPANTE	6	R$ 379,0000	R$ 2.274,0000
53	MALETA ORGANIZADORA PARA MEDICAMENTOS COM 06 BANDEJAS ARTICULADAS, COR BRANCO ? CONDECCIONADA EM POLIPROPILENO SUPER-RESISTENTE, COM FECHO DUPLO, FÁCIL DE ORGANIZAR E TRANSPORTAR, COM 06 BANDEJAS E 36 DIVISÕES.	3	R$ 239,0000	R$ 717,0000

Valor Total Homologado - R$ 4.331,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:78008552

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 66.057.130/0001-79

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
100	ESTEIRA ERGOMÉTRICA ESTEIRA ERGOMÉTRICA • TIPO: ESTEIRA ELÉTRICA RESIDENCIAL DOBRÁVEL • CAPACIDADE MÁXIMA: 110 KG • VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V – 220V) • PAINEL DIGITAL: EXIBE TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, BATIMENTOS CARDÍACOS E VELOCIDADE • AJUSTE DE VELOCIDADE: PERSONALIZÁVEL PARA DIFERENTES INTENSIDADES • DOBRÁVEL: SIM, COM DESIGN COMPACTO PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO MARCA SUGERIDA: ACTE ESTEIRA ERGOMÉTRICA • TIPO: ESTEIRA ELÉTRICA RESIDENCIAL DOBRÁVEL • CAPACIDADE MÁXIMA: 110 KG • VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V – 220V) • PAINEL DIGITAL: EXIBE TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, BATIMENTOS CARDÍACOS E VELOCIDADE • AJUSTE DE VELOCIDADE: PERSONALIZÁVEL PARA DIFERENTES INTENSIDADES • DOBRÁVEL: SIM, COM DESIGN COMPACTO PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO MARCA SUGERIDA: ACTE ESTEIRA ERGOMÉTRICA • TIPO: ESTEIRA ELÉTRICA RESIDENCIAL DOBRÁVEL • CAPACIDADE MÁXIMA: 110 KG • VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V – 220V) • PAINEL DIGITAL: EXIBE TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, BATIMENTOS CARDÍACOS E VELOCIDADE • AJUSTE DE VELOCIDADE: PERSONALIZÁVEL PARA DIFERENTES INTENSIDADES • DOBRÁVEL: SIM, COM DESIGN COMPACTO PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO MARCA SUGERIDA: ACTE ESTEIRA ERGOMÉTRICA • TIPO: ESTEIRA ELÉTRICA RESIDENCIAL DOBRÁVEL • CAPACIDADE MÁXIMA: 110 KG • VOLTAGEM: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V – 220V) • PAINEL DIGITAL: EXIBE TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, BATIMENTOS CARDÍACOS E VELOCIDADE • AJUSTE DE VELOCIDADE: PERSONALIZÁVEL PARA DIFERENTES INTENSIDADES • DOBRÁVEL: SIM, COM DESIGN COMPACTO PARA FÁCIL ARMAZENAMENTO MARCA SUGERIDA: ACTE	1	R$ 1.649,9900	R$ 1.649,9900

Valor Total Homologado - R$ 1.649,99

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:F78E461A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 10.675.016/0001-58

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
82	SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL SUSPENSÃO ORAL 100 ML USO PEDIÁTRICO A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE (VITAMINAS: A, B1, B2, B3, B5, B6, B9 (ÁCIDO FÓLICO), B12, C, D, K E MINERAIS QUELATADOS: CÁLCIO (BISGLICINATO), FERRO (BISGLICINATO), ZINCO (BISGLICINATO), COBRE (BISGLICINATO), MAGNÉSIO (GLICONATO) E OMEGA 3)	1.000	R$ 60,3600	R$ 60.360,0000
107	FORMULA INFANTIL, ANTI REGUGITAÇÃO, FORMULA PARA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTRESOFÁGICO. CONTÉM AGENTE ESPESSANTE GOMA JATAI OU AMIDO, QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE DA FÓRMULA, NÃO ALTERANDO DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA.EMBALAGEM DE 800 GRAMAS. REFERÊNCIA: NAN AR; APITAMIL AR; ENFAMIL AR. NAN ESPESSAR	250	R$ 59,8100	R$ 14.952,5000
108	FORMULA LIQUIDA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA NUTRIÇÃO ENTRAL OU ORAL, APRESENTANDO DE 1,0 A 1,5 KCAL/ML, NORMOPROTÉICA À HIPERPROTEICA, COM PEDROMINÂNCIA DE PROTEINAS DE ORINGEM ANIMAL. EMBALAGEM MODELO TETR PAK 1000 ML, SISTEMA ABERTO. REFERENCIA: NUTRI FIBER 1,2 – NUTRIMED; TRPHIC FIBER – PRODIET; NUTRISON ENERGY MULT FIBER DANONE ISOSOURCE 1.5	380	R$ 23,0000	R$ 8.740,0000
109	MODULO DE PROTEINA PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL, SENDO 100% DE PROTEINAS LÁCTEAS, SABOR NEUTRO. EMBALAGEM DE 200 A 400 GRAMAS. REFERENCIA: FRESUBIN PROTEIN – FRENESIUS KABI; RESURCE PROTEIN NESTLE; NUTRI HWHEY – NUTRIMED; NUTREN JUST PROTEIN	360	R$ 79,6900	R$ 28.688,4000

Valor Total Homologado - R$ 112.740,90

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:4894AE37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 04.470.877/0001-05

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
74	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7.000	R$ 1,1200	R$ 7.840,0000

Valor Total Homologado - R$ 7.840,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:0B9EF50D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MEDINGA COMERCIAL LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MEDINGA COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 57.742.953/0001-42

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	REAGENTE DPD PARA CLORO LIVRE, PARA 10 ML DE AMOSTRA, EMBALADOS EM PILLOWS SELADOS, PACOTE COM 100 UNIDADES. REAGENTE EM PÓ EMBALADO EM SACHÊS NA QUANTIDADE ADEQUADA PARA 10ML DE AMOSTRA. REAGENTE DPD PARA CLORO TOTAL, 10 ML DE AMOSTRA, EMBALADOS EM PILLOWS SELADOS, PACOTE COM 100 UNIDADES. REAGENTE EM PÓ EMBALADO EM SACHÊS NA QUANTIDADE ADEQUADA PARA 10ML DE AMOSTRA	2	R$ 194,0100	R$ 388,0200

Valor Total Homologado - R$ 388,02

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A662C271

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas

10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ/CPF: 25.341.162/0001-14

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	ANTISSÉPTICO BUCAL DIGLICONATO DE CLOREXIDINE A,12%, SABOR HORTELÃ. VÁLVULA TIPO PUMP. SEM ÁLCOOL. FRASCO 1000 ML	10	R$ 24,3400	R$ 243,4000
7	BANDEJA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: LISA, DIMENSÕES: CERCA DE 25 X 10 X 1 CM,ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	30	R$ 24,7500	R$ 742,5000
8	BROCA DE AÇO INOXIDÁVEL CARBIDE, DE BAIXA ROTAÇÃO PARA USO EM PEÇA DEMÃO(PM), N°702, COMPRIMENTO 44MM.	2	R$ 17,3500	R$ 34,7000
10	BROCA DE TUNGSTÊNIO DE CORTE CRUZADO PARA PRÓTESE DENTÁRIA, USO EM PEÇA DE MÃO, DIÂMETRO DE 6 MM, PONTA ATIVA 045 DE DIÂMTERO, COR DO ANEL AZUL	5	R$ 74,6500	R$ 373,2500
20	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MCCALL, MODELO:11-12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO OCO, TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	5	R$ 17,7400	R$ 88,7000
21	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MCCALL, MODELO:13-14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO OCO	5	R$ 17,9700	R$ 89,8500
22	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: MCCALL, MODELO:17-18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO OCO	5	R$ 22,5800	R$ 112,9000
27	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM CABO DE MADEIRA, TIPO USO: MANIPULAÇÃO DE HIDROCOLÓIDES E GESSOS	2	R$ 23,8400	R$ 47,6800
28	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS EN TITÂNIO, MODELO: Nº 06, TIPO USO:P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL	5	R$ 78,6600	R$ 393,3000
29	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS EN TITÂNIO, MODELO: Nº 01, TIPO USO:P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL	5	R$ 79,9200	R$ 399,6000
30	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS EN TITÂNIO, MODELO: Nº 12, TIPO USO:P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL	5	R$ 108,6600	R$ 543,3000
31	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL COM PONTAS UM TITÂNIO, MODELO: Nº 03, TIPO USO:P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINA COMPOSTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO, CABO C/ SILICONE, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL	5	R$ 71,6000	R$ 358,0000
37	FLUORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:1,23%, FORMA FARMACÊUTICA:GEL TIXOTRÓPICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ACIDULADOFRASCO 200 ML	5	R$ 11,1100	R$ 55,5500
38	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:COMUM, TIPO II, COR BRANCA, EMBALAGEM 1 KG	5	R$ 9,1900	R$ 45,9500
39	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:PEDRA, TIPO III, COR BRANC AMARELO, EMBALAGEM 1 KG	10	R$ 17,4400	R$ 174,4000
40	GRAU DE BORRACHA GRANDE. PRODUZIDO DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO E PIGMENTO. NÃO AUTOCLAVÁVEL. TAMANHO: GRANDE. CAPACIDADE: 380ML	6	R$ 19,2800	R$ 115,6800
42	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, FRASCO 10 G	3	R$ 15,9900	R$ 47,9700
46	LIMA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL, COMPRIMENTO: 25 MM, APLICAÇÃO: DIGITAL, TAMANHO: Nº 10, COMPONENTES: C/ CURSOR, KIT COM 6 UNIDADES.	10	R$ 26,7500	R$ 267,5000
55	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO:POLIPROPILENO, MATERIAL LENTE:POLICARBONATO, TIPO LENTE:ANTI-EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES:SOBREPOSIÇÃO (P/SER USADO SOBRE ÓCULOS GRADUADOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INCOLOR/	80	R$ 4,4500	R$ 356,0000
60	RESINA ACRÍLICA USO ODONTOLÓGICO, TIPO:AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, FRASCO 500 ML	2	R$ 108,1100	R$ 216,2200
65	RESINA MACIA AUTOPOLIMERIZÁVEL PARA REEMBASAMENTO, RESINA AUTOPOLIMERIZÁVEL (PÓ E LÍQUIDO) DESENVOLVIDA PARA REEMBASAMENTO DE PRÓTESES. APLICÁVEL DIRETAMENTE NA BOCA DO PACIENTE, POIS SUA POLIMERIZAÇÃO OCORRE EM TEMPERATURA APROXIMADA DE 37°C, NÃO AGREDINDO A MUCOSA ORAL. EMBALAGEM COM 30G DE PÓ+ 30ML DE LÍQUIDO + 8ML DE GLAZE + 2 COPOS DE MEDIDORES. PÓ ROSA.	3	R$ 141,3500	R$ 424,0500
66	SOLUÇÃO ANTISSÉPTICA BUCAL DIGLUCONATO DE CLOREXIDINE 0,12 %- SABOR MENTA, FRASCO 1000 ML	30	R$ 20,1900	R$ 605,7000

Valor Total Homologado - R$ 5.736,20

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:8AB02BB0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 03.612.312/0004-97

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	FÓRMULA INFANTIL SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA, INDICADA PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS, COMO ALERGIA AO LEITE DE VACA E DISTÚRBIOS DE ABSORÇÃO. ELA É LIVRE DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN, E É UMA FONTE DE NUTRIENTES ESSENCIAIS COO ARA E DHA24. A FÓRMULA É IDEAL PARA BEBÊS E CRIANÇAS QUE NECESSITAM DE UMA TERAPIA NUTRICIONAL ADEQUADA.. REFERENCIA: PREGOMIN PEPTI/DANONE	250	R$ 136,8000	R$ 34.200,0000
1	FORMULA INFANTIL INSENTA DE LACTOSA, PARA CRIANÇA MENORES DE UM ANO, COM COMBINAÇÃO DE DHA E ARA. EMBALAGEM 800 GR. REFERENCIA: APTAMIL. ; SL/. DANONE	150	R$ 109,3000	R$ 16.395,0000
1	FORMULA INFANTIL INSENTA DE LACTOSE, PARA CRIANÇA MENORES DE UM ANO, COM COMBINAÇÃO DE DHA E ARA. EMBALAGEM 400 GR. REFERENCIA: APTAMIL ;SL ; DANONE ; NAN SL	120	R$ 51,0000	R$ 6.120,0000
1	PÓ PARA O PREPARO DE BEBIDA COM SOJA. RICO EM VITAMINA S E MINERAIS. SEM ADIÇÃO DE PROTEINAS LACTES E LACTOSE. EMBALAGEM DE 800 GRSMAS. REFERENCIA: MILNUTRI SOJA DANONE	120	R$ 70,4000	R$ 8.448,0000

Valor Total Homologado - R$ 65.163,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:1EC47266

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 81.706.251/0001-98

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
72	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	10.000	R$ 0,2200	R$ 2.200,0000
79	RIFAMICINA 10 MG/ML SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY 20 ML	100	R$ 6,3900	R$ 639,0000

Valor Total Homologado - R$ 2.839,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:C83A3F1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ROBERTO DE CONTO E CIA LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: ROBERTO DE CONTO E CIA LTDA
CNPJ/CPF: 18.449.927/0001-79

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
47	LIXEIRA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LIXEIRA PLÁSTICA, REDONDA OU RETANGULAR, CAPACIDADE 15 LITROS, COM TAMPA E ACIONAMENTO DE PEDAL. DATA DE VALIDADE: INDETERMINADO. CORES VARIADAS.	50	R$ 24,0000	R$ 1.200,0000
48	LIXEIRA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LIXEIRA PLÁSTICA, REDONDA, CAPACIDADE 72 LITROS, COM TAMPA E ACIONAMENTO DE PEDAL. DATA DE VALIDADE: INDETERMINADO. CORES VARIADAS	50	R$ 155,0000	R$ 7.750,0000

Valor Total Homologado - R$ 8.950,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:32300469

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SC COMERCIAL EIRELI

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	14/07/2026

e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: SC COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 20.758.465/0001-13

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
05	ÁLCOOL PROPÍLICO - ISOPROPÍLICO OU ISOPROPANOL, FÓRMULA QUÍMICA (CH3)2CHOH, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, LÍMPIDO, INCOLOR, PESO MOLECULAR 60,10 G/MOL, PUREZA MÍNIMA DE 99,7%, REAGENTE P.A. ACS, CAS 67-63-0. VALIDADE MÍNIMA 2 ANOS. FRASCO DE 1 LITRO.	20	R$ 35,0000	R$ 700,0000
89	BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTALMEDIDAS DO EQUIPAMENTO: 135 X 60 X 100 CM (CXLXA) • ÁREA OCUPADA: 0,79 M² • PESO DO EQUIPAMENTO: 26 KG • DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 93 X 35 X 54 CM • PESO EMBALADO: 30 KG • PAINEL LCD 3,5" MULTIFUNCIONAL (TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, PULSO, SCAN ETC.) • PORTA SQUEEZE/OBJETOS • PEDAIS COM CINTA DE FIXAÇÃO • RODAS PARA TRANSPORTE • PAINEL ALIMENTADO POR 2 PILHAS AAA (NÃO INCLUSAS) • SISTEMA DE RESISTÊNCIA: MAGNÉTICO COM 8 NÍVEIS • ESTRUTURA: AÇO CARBONO 1020 • CARENAGEM: POLIETILENO TERMOFORMADO • BANCO: ANATÔMICO COM REVESTIMENTO EM COURVIN SINTÉTICO • CAPACIDADE MÁXIMA DE USO: 120 KG • ALTURA MÁXIMA RECOMENDADA DO USUÁRIO: 1,90 MMEDIDAS DO EQUIPAMENTO: 135 X 60 X 100 CM (CXLXA) • ÁREA OCUPADA: 0,79 M² • PESO DO EQUIPAMENTO: 26 KG • DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 93 X 35 X 54 CM • PESO EMBALADO: 30 KG • PAINEL LCD 3,5" MULTIFUNCIONAL (TEMPO, DISTÂNCIA, CALORIAS, PULSO, SCAN ETC.) • PORTA SQUEEZE/OBJETOS • PEDAIS COM CINTA DE FIXAÇÃO • RODAS PARA TRANSPORTE • PAINEL ALIMENTADO POR 2 PILHAS AAA (NÃO INCLUSAS) • SISTEMA DE RESISTÊNCIA: MAGNÉTICO COM 8 NÍVEIS • ESTRUTURA: AÇO CARBONO 1020 • CARENAGEM: POLIETILENO TERMOFORMADO • BANCO: ANATÔMICO COM REVESTIMENTO EM COURVIN SINTÉTICO • CAPACIDADE MÁXIMA DE USO: 120 KG • ALTURA MÁXIMA RECOMENDADA DO USUÁRIO: 1,90 M • VERIFICAÇÃO CARDÍACA: POR SENSORES NAS MÃOS (HANDGRIP) • IDIOMA DO PAINEL: PORTUGUÊS (BRASIL) • GARANTIA: 90 DIAS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MARCA SUGERIDA ARKTUS OU • TIPO: HORIZONTAL • SISTEMA DE RESISTÊNCIA: MAGNÉTICO COM 8 NÍVEIS • SISTEMA DE TRANSMISSÃO: CORREIA • RODA DE INÉRCIA: 2 KG • MONITOR: LCD COM FUNÇÕES DE TEMPO, VELOCIDADE, DISTÂNCIA E CALORIAS • SENSOR CARDÍACO: SIM, NO GUIDÃO • ASSENTO: AJUSTÁVEL HORIZONTALMENTE COM ENCOSTO • PEDAIS: ANTIDERRAPANTES COM ALÇAS AJUSTÁVEIS • ESTABILIZADORES: TRÊS (FRONTAL, CENTRAL E TRASEIRO) • MATERIAL DA ESTRUTURA: TUBO DE AÇO, ABS PLÁSTICO, PLACA DE FERRO E PEDAL PP • ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ • ALTURA RECOMENDADA DO USUÁRIO: ENTRE 1,50 M E 1,90 M • PESO MÁXIMO SUPORTADO: 100 KG • USO: RESIDENCIAL • GARANTIA DO FABRICANTE: 6 MESES • DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO (C X L X A): 138 X 55 X 107 CM • PESO DO PRODUTO: 29,6 KG PESO E DIMENSÕES DA EMBALAGEM • MEDIDAS: 115 X 55 X 25 (EM CM) • PESO: 27,100KG CONTEÚDO DA EMBALAGEM: • 1 BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTAL E29 (SEMIMONTADA) • 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES • 1 KIT DE MONTAGEM. MARCA SUGERIDA: ACTE SPORTS	1	R$ 1.450,0000	R$ 1.450,0000

Valor Total Homologado - R$ 2.150,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 14 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:ED6BFCE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SZ HOSPITALAR LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	28/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	15/07/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, materiais e equipamentos destinados aos serviços de fisioterapia, bem como equipamentos médico-hospitalares, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. A presente contratação contempla itens que restaram desertos ou fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 47/2025 e nº 51/2025, cuja aquisição permanece necessária para garantir a continuidade dos serviços de assistência à saúde, atendimento odontológico, reabilitação fisioterapêutica e demais atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: SZ HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 57.977.634/0001-16

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CANETA PROBE 4 DE LASER 808NM PARA LASER FONTE GERADORA: LASER INFRAVERMELHO • COMPRIMENTO DE ONDA: 808 NM • POTÊNCIA DE SAÍDA: 40 MW A 260 MW (±20%) • ÁREA DE CONTATO: 0,07 CM² • ENERGIA AJUSTÁVEL: 1 A 15 J • DENSIDADE DE ENERGIA: 14,3 A 214,3 J/CM² • MODOS DE EMISSÃO: CONTÍNUO OU PULSADO • FREQUÊNCIA DE PULSO: 1 A 25 HZ (INCREMENTO DE 1 HZ), 100, 250, 1000, 2500, 5000, 6000, 7000, 8000, 9000, 10000, 15000 E 20000 HZ • REGISTRO ANVISA: 10360310041 • COMPATIBILIDADE: EXCLUSIVO PARA O EQUIPAMENTO LASERPULSE PORTABLE – IBRAMED • VENDA: UNITÁRIA MARCA ESPECIFICA: IBRAMED	1	R$ 818,6500	R$ 818,6500

Valor Total Homologado - R$ 818,65

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 15 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:4A31CA95

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF DEMONSTRATIVO DA DCL 1º SEM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.528.694,14	6.138.610,92	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.528.694,14	6.138.610,92	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	6.528.694,14	6.138.610,92	0,00
Internos	6.528.694,14	6.138.610,92	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	20.691.467,56	25.802.457,57	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	20.691.467,56	25.802.457,57	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.994.076,16	26.421.615,08	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.111.003,03	423.183,50	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.605,57	195.974,01	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-14.162.773,42	-19.663.846,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	61.852.029,28	62.416.621,80	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.050.000,00	1.249.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	60.802.029,28	61.167.621,80	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	10,74	10,04	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(23,29)	(32,15)	0,00

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120,00%>	72.962.435,14	73.401.146,16	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108,00%>	65.666.191,63	66.061.031,54	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000² (Não incluídos na DCL)	839.816,83	839.816,83	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	2.410.227,75	512.655,69	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".			
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***		
Contador CRC-PR 045431/O-1	Prefeito Municipal		
EDILAINE SANDRIN	***LINDOMAR R. DOS SANTOS***		
Controle Interno	Diretor do Dpto de Finanças		

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:F9AD8F5C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 1º SEM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU - PR - PODER EXECUTIVO								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL								
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JULHO/2025 A JUNHO/2026								
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")								R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**							
	LIQUIDADAS							**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	Julho/2025 Janeiro/2026	**Agosto/2025 Fevereiro/2026**	**Setembro/2025 Março/2026**	**Outubro/2025 Abril/2026**	**Novembro/2025 Maio/2026**	**Dezembro/2025 Junho/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.201.541,99	2.212.744,19	2.108.079,34	2.138.375,44	2.176.921,32	4.514.702,77	28.986.228,61	314.723,42
	2.301.659,27	2.195.015,92	2.220.260,11	2.264.780,93	2.362.469,08	2.289.678,25		
Pessoal Ativo	2.188.125,42	2.208.247,46	2.105.062,54	2.138.375,44	2.144.202,37	4.488.107,36	28.852.478,99	56.175,02
	2.293.531,60	2.186.888,25	2.211.859,35	2.256.940,22	2.354.613,53	2.276.525,45		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.925.450,05	1.946.301,83	1.849.486,73	1.882.385,77	1.883.384,73	3.973.735,76	24.931.924,39	56.175,02
	1.908.745,09	1.856.833,14	1.872.878,27	1.908.091,27	2.003.496,81	1.921.134,94		
Obrigações Patronais	262.675,37	261.945,63	255.575,81	255.989,67	260.817,64	514.371,60	3.920.554,60	-
	384.786,51	330.055,11	338.981,08	348.848,95	351.116,72	355.390,51		
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	13.416,57	4.496,73	3.016,80	-	32.718,95	26.595,41	133.749,62	258.548,40
	8.127,67	8.127,67	8.400,76	7.840,71	7.855,55	13.152,80		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	127.042,14	142.843,46	78.358,00	73.248,69	82.829,41	97.376,95	1.092.530,44	-
	64.366,00	121.825,52	51.872,00	108.510,53	116.467,78	27.789,96		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	58.474,77	44.550,87	-	-	34.253,41	-	283.957,02	-
	12.494,00	28.420,10	-	39.891,56	44.566,35	21.305,96		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	19.749,65	49.474,87	29.540,28	24.430,97	-	-	246.893,59	-
	-	41.533,42	-	16.746,97	65.417,43	-		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	97.152,00	560.488,00	-
	51.872,00	51.872,00	51.872,00	51.872,00	6.484,00	6.484,00		
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	241,72	241,72	241,72	241,72	-	224,95	1.191,83	-
	-	-	-	-	-	-		
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.074.499,85	2.069.900,73	2.029.721,34	2.065.126,75	2.094.091,91	4.417.325,82	27.893.698,17	314.723,42
	2.237.293,27	2.073.190,40	2.168.388,11	2.156.270,40	2.246.001,30	2.261.888,29		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					62.416.621,80		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)					1.249.000,00		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)					-		-	

(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	560.488,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	60.607.133,80	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	28.208.421,59	46,54
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	32.727.852,25	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	31.091.459,64	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	29.455.067,03	48,60

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Nota:

GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***	***EDILAINE SANDRIN***	***LINDOMAR R. DOS SANTOS***
Contador CRC-PR 045431/O-1	Prefeito Municipal	Controle Interno	Diretor do Dpto de Finanças

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:34FD72BA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO 1º SEM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	62.416.621,80	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)	1.249.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	61.167.621,80	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	9.786.819,49	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	8.808.137,54	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.281.733,53	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***	
Contador CRC-PR 045431/O-1	Prefeito Municipal	
EDILAINE SANDRIN	***LINDOMAR R. DOS SANTOS***	
Controle Interno	Diretor do Dpto de Finanças	

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:5159A08C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF 1º SEM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU - PR - PODER EXECUTIVO	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
1º SEMESTRE DE 2026	
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**

Receita Corrente líquida		62.416.621,80
Receita Corrente Líquida Ajustada		
para Cálculo dos Limites de Endividamento		61.167.621,80
Receita Corrente Líquida Ajustada		
para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		60.607.133,80
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	28.208.421,59	46,54
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	32.727.852,25	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	31.091.459,64	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	29.455.067,03	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-19.663.846,65	-32,15
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	73.401.146,16	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.456.876,80	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito Externas e Internas	9.786.819,49	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito por Antecipação da Receita	4.281.733,53	7,00
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***	
Contador CRC-PR 045431/O-1	Prefeito Municipal	
EDILAINE SANDRIN	***LINDOMAR R. DOS SANTOS***	
Controle Interno	Diretor do Dpto de Finanças	

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:542C5493

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF DEMONSTR DAS GARANTIAS E CONTRAGAR DE VALORES 1º SEM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)	R$ 1,00		
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	61.852.029,28	62.416.621,80	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as	1.050.000,00	1.249.000,00	-
emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	60.802.029,28	61.167.621,80	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	13.376.446,44	13.456.876,80	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	12.038.801,80	12.111.189,12	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+X+XI+XII)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***		
Contador CRC-PR 045431/O-1	Prefeito Municipal		
EDILAINE SANDRIN	***LINDOMAR R. DOS SANTOS***		
Controle Interno	Diretor do Dpto de Finanças		

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:719D5B05

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
8º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2025 - PMSI

OITAVO TERMO ADITIVO – REDUÇÃO DE VALORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2025-PMSI
ID Nº: 6
PROCESSO Nº: 003/2025 PREGÃO SRP Nº: 001/2025
1.DOC Nº: 513/2025

Oitavo termo aditivo à Ata de Registro de Preços nº 2/2025-PMSI, firmada em 11/04/2025, referente aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas da Administração Municipal de Saudade do Iguaçu, conforme expresso no Pregão Eletrônico nº 1/2025-PMSI, firmado entre o MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Frei Vito Berscheid, 708 - Centro – Saudade do Iguaçu-PR, inscrita no CGC/MF nº 95.585.477/0001-92, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções Sr. ROGERIO GALLINA, ora denominado CONTRATANTE e a empresa AUTO POSTO PIONEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Iguaçu, nº 1053, bairro Pioneiro, Saudade do Iguaçu/PR, e-mail, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.122.335/0001-04, inscrição Estadual nº 90286433-46, neste ato representada pelo Sr. LUIS FERNANDO FEREIRA CARDIAS, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica suprimido da ata de registro de preços o valor de **R$ 287.289,00** (duzentos e oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e nove reais), conforme tabela abaixo.
O valor total contratado passa a ser de **R$ 3.291.891,00** (três milhões, duzentos e noventa e um mil e oitocentos e noventa e um reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	SALDO DA ATA	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. R$	VALOR AJUSTADO	VALOR REDUÇÃO
1	COMBUSTIVEL ÓLEO DIESEL COMUM	154.500	LITRO	IPIRANGA	7,14	6,36	R$ 120.510,00
2	COMBUSTIVEL ÓLEO DIESEL S-10	170.500	LITRO	IPIRANGA	7,41	6,70	R$ 121.055,00
3	COMBUSTIVEL GASOLINA ADITIVADA	55.900	LITRO	IPIRANGA	R$ 6,79	R$ 6,43	R$ 20.124,00
4	COMBUSTÍVEL ETANOL	40.000	LITRO	IPIRANGA	R$ 4,79	R$ 4,15	R$ 25.600,00
							Valor total da redução R$ 287.289,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Dotações orçamentárias:
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da administração geral
Despesa: 3.3.90.30.01.01 – Etanol
Principal: 61 Despesa: 5904
Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da administração geral
Despesa: 3.3.90.30.01.02 – Gasolina
Principal: 61 Despesa: 5371
Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Ação: 04.364.0009.2.068 – Incentivos ao Ensino Superior Despesa: 3.3.90.30.01.03 – Diesel
Principal: 160 Despesa: 5098
Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 02 – Secretaria Municipal de Saúde
Ação: 10.301.0011.2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde Despesa: 3.3.90.30.01.02 – Gasolina
Principal: 422 Despesa: 5899
Fonte de Recurso: 303 – Saúde receitas vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Ação: 28.782.0020.2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
principal: 752 Despesa: 5905
Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas e de acordo com a ata de registro de preços original.
E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Saudade do Iguaçu, 15 de julho de 2026.

Contratante:
ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Contratada:
AUTO POSTO PIONEIRO LTDA
CNPJ Nº 05.122.335/0001-04

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:5569F3E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 70/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 31/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses

1.DO OBJETO
Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços especializados de exames de diagnósticos por imagens a serem realizados no local da contratada, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu/PR.
2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026 – PMSI CHOPINZINHO IMAGENS E DIAGNOSTICOS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 10.860.012/0001-40						
LOTE	**ITEM**	**PRODUTO/ SERVIÇO**	**UN**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO MÁXIMO**	**VALOR TOTAL MÁXIMO**
1	1	Clister Opaco C Duplo Contraste/Urografia/Colangiografia.	UN	25	391,76	9.794,00
1	2	Contraste.	UN	50	171,20	8.560,00
1	3	Ecodoppler Carótidas Bilateral (Venoso Ou Arterial) MM (1).	UN	30	307,31	9.219,30
1	4	Endoscopia Digestiva Alta.	UN	25	545,91	13.647,75
1	5	Raio X - Abdome Agudo (Mínimo de 3).	UN	40	94,25	3.770,00
1	6	Raio X —articulações membros Superiores/Inferiores.	UN	250	61,33	15.332,50
1	7	Raio X - Abdome Simples /Tórax.	UN	80	64,93	5.194,40
1	8	Raio X - Coluna Cervical/Dorsal/Lombo sacra/Toracica/.	UN	80	63,44	5.075,20
1	9	Raio X - Costelas Por Hemotórax/Sacro-cóccix/Bacia.	UN	80	64,31	5.144,80
1	10	Raio X - Orbitas AP + P (Cada Lado) /Ossos da face / Seios da face Sela Tursica.	UN	60	61,10	3.666,00
1	11	Raio X - Crânio ap+p.	UN	60	61,36	3.681,60
1	12	Raio X — Laringe/Esterno.	UN	25	59,47	1.486,75
1	13	Tomografia Computadorizada Articulações Membro Superior/inferior/Pelve.	UN	80	306,27	24.501,60
1	14	Tomografia Computadorizada Coluna Cervical /DorsaI/Lombo-sacra.	UN	70	297,05	20.793,50
1	15	Tomografia Computadorizada De Abdome Inferior/ Superior.	UN	200	303,00	60.600,00
1	16	Tomografia Computadorizada De Crânio /Mastoides/Ossos da face/Pescoço.	UN	80	300,92	24.073,60
1	17	Tomografia Computadorizada De Tórax.	UN	50	306,76	15.338,00
1	18	Ultrassonografia De Abdome Superior/Inferior/Articulação/Bolsa escrotal/Partes moles/Mamas/Parede/ Próstata abdominal/Testículos/Tireoide/Vias Urinarias.	UN	100	161,26	16.126,00
1	19	Ultrassonografia De Próstata Via Transretal.	UN	25	168,59	4.214,75
1	20	Ultrassonografia Doppler Obstétrico/Translucencia nucal/Morfológico fetal.	UN	50	339,22	16.961,00
1	21	Ultrassonografia obstétrica/transvaginal.	UN	60	160,41	9.624,60
1	22	Colonoscopia.	UN	20	857,49	17.149,80
VALOR TOTAL R$ 293.955,15						

Saudade do Iguaçu – PR 15 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:BF83C5A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL 010/2026

EDITAL 010/2026
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O Sr. **Sérgio Mesquita de Oliveira, presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ** – **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **Edital 001/2026**, **RESOLVE** publicar o Edital **de Divulgação do Resultado Preliminar por Cargo e Ordem, conforme segue:**

1º. Relação Geral dos Cargos:

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	37208	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	07/03/2004	01 - Auxiliar Administrativo	100,00	**100,00**
2	37640	Maria Cândida da Silva	12/11/2008	01 - Auxiliar Administrativo	93,33	**93,33**
3	37222	Ávila Mayara de Ramos	28/04/1999	01 - Auxiliar Administrativo	83,33	**83,33**
4	37138	Dirceu Vaz dos Santos	07/01/1979	01 - Auxiliar Administrativo	80,00	**80,00**
5	37656	Cesar Santos de Souza	22/11/1984	01 - Auxiliar Administrativo	80,00	**80,00**
6	36667	Fabio Henrique Amaral de Melo	06/02/1996	01 - Auxiliar Administrativo	80,00	**80,00**
7	37724	Janaina Borges Correa	15/05/1997	01 - Auxiliar Administrativo	80,00	**80,00**

8	37875	Alice Barbosa de Oliveira	20/12/2008	01 - Auxiliar Administrativo	80,00	**80,00**
9	37769	Sidiclei de Almeida Souza	04/08/1974	01 - Auxiliar Administrativo	76,67	**76,67**
10	37788	Gilson Ferreira dos Santos	03/04/1984	01 - Auxiliar Administrativo	76,67	**76,67**
11	37667	Mayara Pio dos Santos	13/02/2002	01 - Auxiliar Administrativo	76,67	**76,67**
12	37238	Leandra Aparecida dos Santos	10/01/2008	01 - Auxiliar Administrativo	76,67	**76,67**
13	37262	Matheus Eszidio da Silva	23/05/2008	01 - Auxiliar Administrativo	76,67	**76,67**
14	37430	Janete Aparecida Iasuniki	16/02/1972	01 - Auxiliar Administrativo	73,33	**73,33**
15	37725	Marta Aparecida Andre	26/03/1980	01 - Auxiliar Administrativo	73,33	**73,33**
16	37223	Amanda Aparecida da Cruz	10/04/2001	01 - Auxiliar Administrativo	73,33	**73,33**
17	36796	Gabriela Aparecida Coelho de Araujo	23/02/2005	01 - Auxiliar Administrativo	73,33	**73,33**
18	37684	Priscila Buzzo Marques	15/07/1982	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
19	36716	Aparecida Cunha Carvalho	18/02/1984	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
20	36926	Marciel de Almeida de Andrade	22/09/1991	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
21	36688	Isabelle Mendes de Jesus	28/07/2004	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
22	36765	Fabio André Pires Ledo	26/06/2005	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
23	36799	Victor Guilherme Ribeiro Ferreira	03/09/2005	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
24	36829	Hellen Vitoria Barbosa Schroeder	08/04/2007	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
25	37897	Éricles Ricardo Rodrigues de Oliveira	10/10/2007	01 - Auxiliar Administrativo	70,00	**70,00**
26	37355	Vanessa Bottega Pereira	14/03/1989	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
27	36944	Kethely Magna Scherbai Ferreira	28/08/1992	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
28	37455	Thiago Bruno Ramos	23/05/1993	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
29	37737	Hully Fernanda de Andrade de Almeida	06/08/1993	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
30	37732	Herculis Adriano Marques da Silva	17/10/1997	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
31	37096	Jamille Gabriely da Silva	09/07/2000	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**
32	37317	Seleny Aiko da Silva Fukuda	06/12/1969	01 - Auxiliar Administrativo	63,33	**63,33**
33	36879	Luana Cabreira dos Santos	28/06/1994	01 - Auxiliar Administrativo	63,33	**63,33**
34	37644	Matheus Henrique da Silva	28/06/2001	01 - Auxiliar Administrativo	63,33	**63,33**
35	36805	Joyce Aparecida Cordeiro de Oliveira	28/12/2004	01 - Auxiliar Administrativo	63,33	**63,33**
36	36839	Naiane da Silva Barbosa	20/08/2008	01 - Auxiliar Administrativo	63,33	**63,33**
37	37242	Fabio Carard Maieski	31/08/1983	01 - Auxiliar Administrativo	60,00	**60,00**
38	37734	Geigiele Lopes da Silva	30/08/1993	01 - Auxiliar Administrativo	60,00	**60,00**
39	36923	Simone da Silva Vaz Dias	05/12/1993	01 - Auxiliar Administrativo	60,00	**60,00**
40	36981	Lilian Neves Marques	23/08/1993	01 - Auxiliar Administrativo	56,67	**56,67**
41	36941	Leandra Brandao da Silva	01/12/2000	01 - Auxiliar Administrativo	56,67	**56,67**
42	36662	Carla Beatriz da Silva Barbosa	17/04/2002	01 - Auxiliar Administrativo	56,67	**56,67**
43	36817	Adriana Aparecida da Silva	09/06/2004	01 - Auxiliar Administrativo	56,67	**56,67**
44	37892	Maria Eduarda Lima Oliveira	21/04/2007	01 - Auxiliar Administrativo	56,67	**56,67**
45	36668	Hellen Mariane Barbosa Andrade	21/05/2001	01 - Auxiliar Administrativo	53,33	**53,33**
46	37225	Cleonice Santana	24/10/1987	01 - Auxiliar Administrativo	50,00	**50,00**
47	37720	Alex Sebastiao Soares	20/01/1994	01 - Auxiliar Administrativo	50,00	**50,00**

02 – Contador

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	37717	Nelinho de Jesus Vieira	01/07/1978	02 - Contador	86,67	**86,67**
2	37509	Elton Otto Back	14/01/1995	02 - Contador	83,33	**83,33**
3	36849	Djana Djola Lacorte Schmitz	10/04/1999	02 - Contador	83,33	**83,33**
4	37715	Elonia Kezia da Silva Souza	28/11/1990	02 - Contador	76,67	**76,67**
5	36670	Gabrielle de Lima Souza Silva	04/10/1998	02 - Contador	76,67	**76,67**
6	37647	Alexandre Kehl Pereira	25/02/1982	02 - Contador	73,33	**73,33**
7	37722	Debora Kleinibing	18/07/1993	02 - Contador	73,33	**73,33**
8	37742	Lucas Horita Epaminondas de Lima	26/06/2000	02 - Contador	66,67	**66,67**
9	37727	Joseane Ribeiro dos Santos Vaz	09/05/1983	02 - Contador	56,67	**56,67**

03- Procurador Jurídico

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	36991	Matheus Vinicios Antério	21/06/1998	03- Procurador Jurídico	93,33	**93,33**
2	37859	Erik de Melo Orlandine	05/03/2001	03- Procurador Jurídico	93,33	**93,33**
3	37708	Leila Daiane Pelosi da Silva	05/02/1986	03- Procurador Jurídico	90,00	**90,00**
4	37807	Ejhone Aparecido Munhoz	24/04/1992	03- Procurador Jurídico	86,67	**86,67**
5	36648	Lais Karoline Silva Rodrigues	10/08/1995	03- Procurador Jurídico	86,67	**86,67**
6	37792	Ricardo Viotto	11/11/1975	03- Procurador Jurídico	83,33	**83,33**
7	37354	Átila da Silveira Strapasson	22/04/1993	03- Procurador Jurídico	83,33	**83,33**
8	37469	Karina Aparecida Lima Costa	15/09/2001	03- Procurador Jurídico	80,00	**80,00**
9	36958	Karina Wentland Dias	17/08/1994	03- Procurador Jurídico	76,67	**76,67**
10	37348	Rafael Lopes Barbosa	08/12/1994	03- Procurador Jurídico	76,67	**76,67**
11	37630	Matheus Gabriel Teixeira Paes	13/02/1998	03- Procurador Jurídico	76,67	**76,67**
12	37697	Mateus de Oliveira Martins	20/07/1998	03- Procurador Jurídico	76,67	**76,67**
13	36984	Laryssa Amanda Barbosa Carneiro	10/12/1998	03- Procurador Jurídico	76,67	**76,67**
14	36678	Ana Belly Pacheco Coimbra	26/03/2001	03- Procurador Jurídico	73,33	**73,33**
15	37658	Marcio Bonfim	08/03/1985	03- Procurador Jurídico	70,00	**70,00**
16	37527	Everton William da Silva Goncalves	14/08/1989	03- Procurador Jurídico	70,00	**70,00**
17	37726	Joao Ricardo Sabatovicz Regiani Martins	16/09/1994	03- Procurador Jurídico	70,00	**70,00**
18	37750	Joao Victor Nogueira Horn	15/07/1996	03- Procurador Jurídico	70,00	**70,00**
19	36845	Lucas Henrique Fontana	14/04/1998	03- Procurador Jurídico	70,00	**70,00**
20	37744	Rafaela de Souza Vaz	07/04/2003	03- Procurador Jurídico	63,33	**63,33**
21	37850	Sayla Gabrielle de Castilho Ribeiro	02/06/1999	03- Procurador Jurídico	56,67	**56,67**

04 - Serviços Gerais

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	36783	Marcio Ferreira da Silva	02/03/1988	04 - Serviços Gerais	80,00	**80,00**
2	37638	Magali de Oliveira	26/03/1992	04 - Serviços Gerais	76,67	**76,67**
3	37334	Jose Henrique Crispim Coutinho	23/04/2004	04 - Serviços Gerais	76,67	**76,67**

4	37109	Elen Izadora	20/11/2005	04 - Serviços Gerais	76,67	**76,67**
5	36932	Rafaela Pereira Amaral	09/03/2006	04 - Serviços Gerais	70,00	**70,00**
6	36954	Clemires Cordeiro dos Santos	22/06/1988	04 - Serviços Gerais	66,67	**66,67**
7	37730	Dina da Luz Moreira Antonio	22/07/1989	04 - Serviços Gerais	66,67	**66,67**
8	37702	Gisele Braz de Toledo Nunes	01/06/1988	04 - Serviços Gerais	63,33	**63,33**
9	36734	Elaine Almeida Fonseca da Rosa	21/04/2005	04 - Serviços Gerais	63,33	**63,33**
10	37657	Elisangela Ferreira Maia	30/11/1989	04 - Serviços Gerais	60,00	**60,00**
11	37728	Marta Ferreira de Jesus	17/04/1982	04 - Serviços Gerais	56,67	**56,67**
12	37729	Arlete Terezinha Antunes	07/01/1986	04 - Serviços Gerais	56,67	**56,67**
13	37642	Keila Dias da Cruz	04/06/1988	04 - Serviços Gerais	56,67	**56,67**
14	37383	Vilma Van Hanndel	02/12/1993	04 - Serviços Gerais	53,33	**53,33**

05 - Técnico Legislativo

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	37707	Vitoria Isabella Ventlando	02/09/1996	05 - Técnico Legislativo	86,67	**86,67**
2	37682	Carlos Henrique Cordeiro	26/03/1990	05 - Técnico Legislativo	80,00	**80,00**
3	37704	Mauro Albrecht	16/07/1990	05 - Técnico Legislativo	80,00	**80,00**
4	37373	Gabriel Loures Caetano	13/03/2003	05 - Técnico Legislativo	80,00	**80,00**
5	37735	Daniel de Oliveira Moreira	28/10/2002	05 - Técnico Legislativo	73,33	**73,33**
6	37385	Rodrigo Wendland de Oliveira	11/05/1979	05 - Técnico Legislativo	70,00	**70,00**
7	37861	Juliana Lichman Afonso	23/11/1990	05 - Técnico Legislativo	70,00	**70,00**
8	36645	Douglas Rodrigo Toflinski	19/05/1995	05 - Técnico Legislativo	70,00	**70,00**
9	37679	Marcio Rafael Farias	01/10/1999	05 - Técnico Legislativo	70,00	**70,00**
10	36795	Everton Ledo da Rocha	15/02/1990	05 - Técnico Legislativo	66,67	**66,67**
11	37626	Cristiney Gonzaga	11/01/1978	05 - Técnico Legislativo	63,33	**63,33**
12	37285	Helio Enrique Colman Fal	23/06/1985	05 - Técnico Legislativo	63,33	**63,33**
13	37326	Joice Machado dos Santos	19/12/1996	05 - Técnico Legislativo	63,33	**63,33**
14	36830	Deborah Caroline Tholken Deimling	16/05/2000	05 - Técnico Legislativo	63,33	**63,33**
15	37745	Silvano da Silva Vaz	08/05/1979	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
16	37739	Elisangela Moraes de Oliveira	27/08/1979	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
17	37740	Mauricio Alexandre Campaner Bachixta	10/05/1981	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
18	37842	Jaqueline Andreia Zarth	26/03/1989	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
19	37699	Wendel Junior Rodrigues Souza	27/06/1989	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
20	37228	Flavio Augusto Galvao	10/05/2007	05 - Técnico Legislativo	60,00	**60,00**
21	36882	Vanderleia Santana	06/07/1977	05 - Técnico Legislativo	56,67	**56,67**
22	37838	Daiane Ribeiro dos Santos	06/12/1985	05 - Técnico Legislativo	56,67	**56,67**
23	37082	Evellen Beatriz Santos Oliveira	26/08/2001	05 - Técnico Legislativo	56,67	**56,67**
24	37282	Elza Cecilia de Souza Roque	27/06/1985	05 - Técnico Legislativo	53,33	**53,33**
25	37648	Simone Mesquita de Oliveira	31/08/1987	05 - Técnico Legislativo	53,33	**53,33**
26	37036	Joao Carlos Cardoso Bessani	14/07/1995	05 - Técnico Legislativo	50,00	**50,00**
27	37472	Rafaela da Cruz Azevedo	17/06/1997	05 - Técnico Legislativo	50,00	**50,00**

2º. Relação dos Candidatos que se Auto Declararam AFRODESCENDENTES

Classificação Afro	Classificação Geral	Inscrição	Nome	Nascimento	Cargo	Prova Objetiva	Nota Final
1	**1**	37208	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	07/03/2004	01 - Auxiliar Administrativo	100,00	**100,00**
2	**27**	36944	Kethely Magna Scherbai Ferreira	28/08/1992	01 - Auxiliar Administrativo	66,67	**66,67**

Item 16 – CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS
16.1 Será onsiderado aprovado o candidato com nota Igual ou superior a 50 pontos

Obs: Na Relação Geral dos Candidatos, consta somente a nota final daqueles que auferiram 50 ou mais pontos.
Na Relação do Candidatos Cotistas, constam somente os candidatos que obtiveram 50 ou mais pontos

Para o Edital acima e para os próximos Editais, foram extraídos da Listagem geral os candidatos que não realizaram a Prova Objetiva

Altamira do Paraná/PR, 15 de julho de 2026

SÉRGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal
Altamira do Paraná/Paraná

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:9D202DA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2026 ID 3782 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026 SRP Nº 025/2026

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2026 ID 3782

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
SRP Nº 025/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: 40.593.647 ALINE ROSA DA SILVA BONI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.593.647/0001-99.

DO OBJETO:
Registro de Preços para futuras e parceladas **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Serralheria e Solda**, para atender necessidades dos Departamentos e Secretarias do Município de Amaporã**.**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	300	Horas	Hora de serviço com solda mig, incluso serviço de oxicorte e corte plasma e lixadeira.	Própria	94,00	28.200,00
02	100	Horas	Hora de serviço com solda tig, incluso serviço de oxicorte e corte plasma e lixadeira.	Própria	103,00	10.300,00
03	300	Horas	Hora de serviço com solda elétrica, incluso serviço de oxicorte e corte plasma e lixadeira.	Própria	91,90	27.570,00
04	100	Horas	Hora de serviço com solda acetileno, incluso serviço de oxicorte e corte plasma e lixadeira.	Própria	88,80	8.880,00

DO VALOR:
O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 74.950,00 (Setenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026, e superávit do ano de 2025, através das dotações abaixo:

05001041220003201033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06001267820006203133903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06001154510006203233903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06001154520007203433903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
07001041220003204533903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
07001123610013204933903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001101220003205933903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001103010010206033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001103020010206133903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001103040010210233903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001103050010209733903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06002206080008203733903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06002175120007201933903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
06002185420008203833903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001081220003210733903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014212033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082440014214033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082430014611333903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001082430014611433903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o **pagamento** em **até 30 (trinta) dias** após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma. O pagamento será efetuado em parcela única.

DA VALIDADE:
Prazo de vigência: A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 08 de julho de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:CC02CAF9

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO - PSS Nº 01/2026 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO EDITAL N° 033/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO - PSS Nº 01/2026 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

EDITAL N° 033/2026

Dispõe sobre o regulamento geral do PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado a contratação temporária, por excepcional interesse público, de interessados habilitados para o exercício de cargo no âmbito do Poder Executivo do Município de Amaporã, Estado do Paraná.

O MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ através da Comissão Especial de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n° **206/2026** de 14 de julho de 2026, e, com amparo nos ditames da Lei Municipal n.º 306, de 25 de março de 2010, que trata da contratação temporária, por excepcional interesse público, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições ao presente PSS – Processo Seletivo Simplificado, para preenchimento e cadastro de reserva visando contratação por tempo determinado para suprir temporariamente vacâncias, bem como, desfalque de servidores nos casos de licenças legalmente concedidas, que se regerá pelas seguintes normas:

– DA INSCRIÇÃO
- A inscrição será efetivada com início no dia **20/07/2026** e término no dia **27/07/2026**, no horário de expediente, na Secretaria de Educação (08:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), com endereço Rua Ceará, nº02, Centro, Municipio de Amaporã.
- No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar, além da ficha de inscrição devidamente preenchida, os documentos que comprovem o grau de escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço declarados, obedecido os critérios previstos no anexo II do presente Edital.
– não haverá cobrança de taxa de inscrição.
– A inscrição deve ser feita pelo candidato ou mediante procuração com firma reconhecida em cartório.

– DOS EMPREGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIAS, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO MENSAL

O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento de vagas e de contrato de trabalho por tempo determinado, conforme segue:

Cargo/Emprego	Vagas	C.H Semanal	Requisitos Mínimos	Vencimento
Vigia	01 + CR*	40 hs	Ensino Fundamental Completo	R$ 1.850,90
Orientador Social	01	40 hs	Ensino Médio Completo	R$ 2.811,78
Técnico em Enfermagem	1 + CR*	40 hs	Médio e Curso especifico em Técnico em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem	R$ 1.891,70
Enfermeiro	01 + CR*	40 hs	Curso Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem	R$ 4.249,03
Assistente Social	01	30 hs	Curso Superior em Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.	R$ 3.853,72

CR*; Cadastro de Reserva

2.1.1 - Pelo efetivo exercício da função temporária, o(a) contratado(a) fará jus ao vencimento **mensal acima com a sua respectiva atualização de acordo com a Lei Municipal aprovada, acrescido do pagamento de auxílio-alimentação no valor de R$ 165,12(cento e cinquenta e cinco reais e doze centavos), também com sua respectiva atualização de acordo com a Lei Municipal aprovada, e demais adicionais (insalubridade e adicional noturno) de acordo com a legislação aplicada.**

2.1.2 - O vencimento dos cargos de Técnico em Enfermagem e Enfermeiro(a) serão complementados na forma de repasse até atingir o piso nacional,conforme Lei Federal 14.434/2022, sempre que a União realizar os respectivos repasses e previsão na Lei Municipal n° 1.021, de 21 de setembro de 2023.

– DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO
– O prazo do futuro contrato, será de 01(um) ano podendo prorrogar por igual período, nos seguintes casos:
– ao prazo equivalente às licenças legalmente concedidas aos Servidores Públicos.
– ao prazo necessário à elaboração e homologação de futuro certame concursal para suprimento, em caráter efetivo, dos cargos públicos em desfalque.
- As prorrogações serão formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial.

– DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/EMPREGOS
– As atribuições dos cargos/empregos são as previstas no anexo, I do presente Edital.

- DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO
– Para habilitar-se no presente Processo seletivo, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:
- Preencher a ficha de inscrição através de formulário fornecido pelo Município;
- Apresentar os documentos que comprovem o grau de escolaridade, aperfeiçoamento profissional e/ou tempo de serviço, obedecido os critérios previstos no anexo II do presente Edital, os quais serão objeto de avaliação pela Comissão Especial de Processo Seletivo, para fins de habilitação e classificação no presente Processo Seletivo Simplificado;
– Não ser beneficiário de proventos de aposentadoria advindas de cargo e/ou empregos públicos, ressalvados os casos disciplinados pela Constituição Federal, ressaltando que, não será habilitado o interessado aposentado em que, o cargo e/ou emprego ensejador da aposentadoria não seja acumulável se na ativa estivesse.
– O candidato que queira se inscrever, poderá realizar a inscrição somente para um cargo dos apresentados neste edital.
- O valor máximo de pontuação será de 150 pontos.

- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
– O julgamento será realizado considerando o aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, obedecidos os critérios previstos no anexo II do presente Edital.
- O tempo de serviço deverá ser comprovado através de:
cópia autenticada da carteira de trabalho;
cópia autenticada de contrato de trabalho, devidamente formalizado;
cópia autenticada de ato de nomeação em cargo público ou declaração de tempo de serviço.
- Para fins de comprovação de tempo de serviço, a fração igual à 06 (seis) meses e inferior a 12 (doze) meses completo ,será pontuado com 0,5 (meio) décimo de pontos.
- Não serão considerados como Títulos outros documentos apresentados, que não os expressamente descritos no anexo II deste edital.
- Os documentos deverão ser apresentados através de original ou cópia autenticada, podendo a autenticação ser realizada por Servidor público, mediante a comparação da cópia com o original, no ato da apresentação.

– DA AVALIAÇÃO

– A avaliação será realizada pela Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS), designada pela Chefe do Poder Executivo.

– DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO, RESULTADOS E RECURSOS
– Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da pontuação final obtida através do total de pontos.
- Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:
- Para todos os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade.
- Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade, considerando ano, mês, e dia de nascimento, ainda:
maior comprovação de aperfeiçoamento profissional;
tempo de experiência profissional.
– O resultado contendo a pontuação dos interessados será divulgado no Diário Oficial do Município e em Edital afixado no átrio do Paço Municipal, após concluída a fase de classificação, que ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da homologação das inscrições.
– O resultado da classificação final será divulgado na imprensa Oficial do Município e em Edital afixado na Prefeitura no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da eficácia do ato descrito no subitem "6.3.".
– O Candidato poderá recorrer da Classificação final do prazo de 02 (dois) dias úteis;

– DA CONTRATAÇÃO
– Quando convocado para contratação, o Candidato deverá apresentar documentos que comprove:
Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;
Estar em dia com as obrigações eleitorais e com as obrigações militares, neste último caso para os candidatos do sexo masculino, na data da contratação;
Comprovar o nível de escolaridade e habilitação exigidos(as).
Ter disponibilidade de horário para exercer suas atividades;
Declaração que não possui antecedentes criminais, até a data da contratação;
Ter aptidão física e mental para a realização da função;
Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital.
– Para fins de contratação, poderá ser exigido do Candidato, atestado de saúde, considerando-o apto para o exercício da função, expedido por médico designado pelo Município.
– O Candidato convocado que não comparecer para contratação ou não apresentar toda a documentação solicitada será desclassificado do certame.
– A remuneração mensal atribuída neste edital é correspondente ao valor inicial do cargo efetivo, proporcional à carga horária que se pretende contratar e obedecerá às disposições legais pertinentes.
– Havendo Candidatos inscritos na reserva especial para portadores de deficiência, no momento da contratação, será assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas como reserva especial, ressalvado os demais requisitos deste Edital, que se aplica em igualdade de condição aos portadores deste benefício (pontuação mínima para classificação, requisitos mínimos para contratação, etc.) e desde que a Deficiência do Candidato não importe em prejuízo do desempenho do contrato.
- Antes da contratação, o Candidato portador de deficiência física será submetido a perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades do cargo.
- A perícia médica será realizada pela Junta Médica oficial do Município ou Médico do Trabalho, devendo o laudo ser emitido no prazo de até 05 dias úteis, contados da data do respectivo exame.
- Caso a Junta Médica ou Médico do Trabalho conclua pela inaptidão do candidato, será constituída de ofício, no prazo de até 15 (quinze) dias, equipe médica para nova perícia, da qual participará um médico especialista na deficiência de que é portador o candidato e um Médico indicado pelo candidato.
- A equipe médica deverá apresentar conclusão da avaliação no prazo de 05 dias úteis contados da realização do exame.
– Nos termos da Lei Municipal n.º 173/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), o pessoal contratado não poderá receber atribuições funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- A inobservância das disposições do caput importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
– O preenchimento da ficha de inscrição será formalizada pelo candidato, sendo de sua inteira responsabilidade as informações prestadas, bem como a juntada tempestiva da documentação declarada.
– A inscrição no processo seletivo implica na aceitação, por parte do candidato, das normas contidas neste Edital.
– O candidato que tenha sido afastado por cometimento de falta grave, mediante processo administrativo, ou demitido com justa causa pelo Município ou por qualquer outro órgão público será eliminado da lista de classificação.
– No chamamento dos Candidatos, será respeitada rigorosamente a ordem de classificação, sendo que o candidato que não estiver presente, ou não puder atender ao ato de convocação, perderá sua classificação, passando para o final da lista.
– O candidato classificado que não aceitar o contrato será considerado desistente,tendo seu nome eliminado da lista de classificação, e assinará Termo de Desistência, ou conforme o caso, poderá ser aplicada a disposição do subitem "8.4".
– É de responsabilidade do candidato, informar cadastro (endereço e telefone) atualizado no Setor de Recursos Humanos.
– O Processo de Seleção Simplificado disciplinado por este **Edital tem validade de 12 (doze) meses**, podendo, em caso de excepcional interesse público, ser prorrogado por igual período.
- O prazo de vigência do presente edital não se confunde com as contratações dele decorrentes, que obedecerão aos prazos previstos neste edital.
- O candidato poderá impugnar o presente edital ou apresentar recurso em relação ao julgamento, observadas as seguintes regras:
– Somente serão aceitas as impugnações e os recursos formulados por escrito devidamente justificados e fundamentados, protocolados no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da publicação do ato.
- Recursos ou pedidos de revisões fora do prazo serão desconsiderados.
- O resultado do julgamento dos recursos será publicado em extrato.
- O pessoal contratado nos termos deste Edital fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.
- Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste Edital os seguintes direitos:
remuneração não inferior ao salário mínimo;

irredutibilidade dos vencimentos, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
décimo terceiro vencimento, nos termos da Lei, tendo por base de cálculo a remuneração integral, proporcional ao período contratual;
remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
duração da jornada normal do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário e redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
repouso semanal remunerado;
remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
Direitos previdenciários, previstos na legislação específica.
afastamentos decorrentes de casamento por até 5 (cinco) dias e em razão de luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por até 5 (cinco) dias.
- São deveres dos contratados, na forma da Lei, os previstos para os Servidores efetivos do Município.
- São vedados aos contratados, na forma da Lei, as condutas vedadas aos Servidores efetivos do Município.
- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Edital serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- O pessoal contratado não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.
- O contratado na forma da presente Lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- Os contratados na forma deste Edital sujeitam-se às seguintes penalidades:
advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;
suspensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;
rescisão da contratação, nos termos deste Edital, no caso de incidência de qualquer das hipóteses de infração administrativa, prevista em Lei, ainda:
É motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis, consecutivos ou alternados, sem motivo justificado.
É também motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.
- Em caso de afastamentos a que se refere o item 8.11 – "i", os contratados deverão apresentar justificativa e documentação comprobatória dos fatos ensejadores da licença à unidade de recursos humanos para fins de registro:
no caso de casamento, a documentação deverá ser entregue ao órgão de pessoal com antecedência mínima de 24 horas, sob pena de rescisão contratual;
nos demais casos previstos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados do fato gerador do afastamento, sob pena de rescisão contratual.
- O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional:
pelo término do prazo contratual;
por iniciativa do contratado;
por iniciativa do Município;
pelo provimento do cargo em concurso público;
pelo retorno do Servidor efetivo detentor do Cargo que deu origem e/ou motivou o presente certame público.
- A extinção do contrato, nos casos da letra "b" supra, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- É proibida a contratação, através deste processo, de servidores Municipais, exceto nos casos de cumulação lícita de cargos, prevista na Constituição Federal, havendo compatibilidade de horário.
– Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS).

Amaporã/PR.,15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da CEPS

ANEXO I DAS ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Vigia	Exercer a vigilância em logradouros públicos e controlar a entrada de pessoas, veículos e materiais em repartições municipais. Exercer a vigilância em locais previamente determinados, percorrendo e inspecionando suas dependências para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; Executar a ronda diurna ou noturna nas dependências, verificando se as portas, janelas, portões e outras viam de acesso estão fechadas corretamente e constatando irregularidade, tomar as providências necessárias no sentido de evitar roubos e outros danos; Controlar a entrada e saída de pessoas, veículos e materiais pelos portões de acesso sob sua vigilância, efetuando os devidos registros, verificando quando necessário, a autorização de ingresso; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Responder as chamadas telefônicas ocorridas fora do horário de expediente do órgão, anotando recados; Comunicar ao chefe imediato qualquer irregularidade verificada; Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções, fora do expediente normal de trabalho; Zelar pelo prédio e suas instalações (pátios, jardins, cercas, muros, portões, sistema de iluminação, etc.); Atender o público, fornecendo informações e encaminhando aos órgãos competentes; Recolher e guardar objetos deixados pelos usuários; Efetuar quando designado, a fiscalização dos vigias em seus postos de serviços, efetuando também a ronda eletrônica; Executar outras tarefas correlatas.
Orientador Social	Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; Apoiar e participar no planejamento das ações; Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;

	Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Técnico em Enfermagem	Compreende os cargos que se destinam a orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade e auxiliar Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas. * Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes; * Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; * Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica; * Orientar à população em assuntos de sua competência; * Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; Auxiliar o Médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; * Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos; Auxiliar na coleta e análise de dados socio sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; * Proceder a visitas domiciliares, a fim de efetuar testes de imunidade, vacinação, investigações, bem como auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários; * Participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade (crianças, gestantes e outros); * Participar de campanhas de vacinação; * Controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando nível de estoque para, quando for o caso, solicitar ressuprimento; * Supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza; * Executar outras tarefas correlatas.
Enfermeiro	Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar serviço de assistência de enfermagem na unidade; * Participar no planejamento, execução e supervisão das ações de saúde; * Efetuar pesquisas; assistir ao indivíduo, família e comunidade; * Executar as atividades de enfermagem do trabalho; * Participar na formulação, supervisão, avaliação e execução de programas da saúde pública, materno-infantil, imunização e outros; * Participar de inquéritos epidemiológicos e em programas epidemiológicos e em programas de educação sanitária, interpretando e avaliando resultados; * Participar na elaboração, acompanhamento e avaliação de programas de treinamento para pessoal de enfermagem, estabelecido de normas e organização de serviços operacionais de enfermagem; * Elaboração de projetos, pesquisas e estudos na área de enfermagem; * Opinar na compra de materiais de enfermagem, fornecendo as especificações técnicas necessárias; * Orientar, coordenar e/ou executar trabalhos de assistência a pacientes e familiares, quando da internação ou alta, verificando e orientando o exato cumprimento de prescrições médicas quando há tratamento, medicamentos e dietas; * Supervisor equipes de enfermagem na aplicação de terapia especializada sob controle médico, preparação de campo operatório e esterilização do material de enfermagem; * Prestar assistência aos médicos em intervenções cirúrgicas; * Coordenar atividades dos auxiliares de enfermagem, delegando tarefas e procedimentos; * Manter vigilância constante na prescrição médica; * Proceder à fiscalização dos serviços de higienização dos doentes e unidade onde estiver lotado; * Entrosar-se com o Serviço de Assistência Social do respectivo setor, no sentido de garantir a continuidade do tratamento e a prestação de assistência global ao doente; * Prestar assistência a mulher nas diversas fases do parto, zelando pela segurança das gestantes e parturientes; * Programar os cuidados de enfermagem necessários a cada caso e registrar dados e ocorrências relativas às atividades de enfermagem; * Participar da elaboração e implantação de normas de avaliação de programas específicos de saúde e do serviço de enfermagem em geral; * Colaborar em programas de saúde e de medicina preventiva, auxiliando na educação sanitária do indivíduo, da família e de grupos sociais, no sentido da conservação e recuperação da saúde; * Realizar procedimento de enfermagem como: vacina, curativo, esterilização, nebulização, pré consulta, pós consulta, administração de medicamentos conforme prescrição médica, prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, visita domiciliar, coleta de material para exame de sangue, consulta de enfermagem, sondagem nasogástrica, sondagem vesical; * Manter cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; * Participar na execução e avaliação da programação de saúde e planos assistenciais de saúde, compondo equipe de planejamento a nível centrai e local; * Participar da prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial inclusive como membro de comissões; * Participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, nos programas de vigilância epidemiológica; * Participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; * Participar em programas e atividades de educação sanitária visando e melhoria de saúde do indivíduo, família e comunidade; * Participar em programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; * Participar na operacionalização do sistema de referência e contrarreferência no paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; * Realizar supervisão e, eventualmente, treinamento de pessoal de enfermagem; * Participar na elaboração de rotinas e normas técnicas de enfermagem em consonância com as demais áreas; * Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causadas aos pacientes durante a assistência de enfermagem; * Efetuar pesquisas relacionadas à área de enfermagem, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; * Prever, prover e controlar o material da unidade de saúde; * Planejar e executar ações de vigilância epidemiológica, em conjunto com a seção de epidemiologia, visando o controle de doenças de notificação obrigatória, morbi-mortalidade, natalidade por área de abrangência da UBS; * Coordenar e supervisionar as ações relacionadas a imunobiológicos, em consonância com as normas estabelecida, pelo PNI ministério da saúde; * Participar da equipe de controle e avaliação das ações e serviços de saúde, efetuando auditoria de enfermagem * Implantar, executar e acompanhar a imunização dos servidores; * Inspecionar locais de trabalho no que se relaciona com a saúde e segurança do trabalho, delimitando áreas de insalubridade e periculosidade; * Analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos; * Participar no programa de acidente profissional com material biológico; * Elaborar material didático, ministrar palestras e treinamentos relacionados à saúde, para os diversos setores do município; * Coordenar a equipe multiprofissional nas ações de controle de infecção hospitalar; * Identificar os principais problemas veiculados por produtos e serviços de interesse a saúde; * Executar ações de controle higiênico-sanitário em hospitais, consultórios médicos e odontológicos, ambulatoriais, centros de saúde, clínicas de terapia renal substitutiva, quimioterapia e de radiações ionizantes; * Realizar inspeções para credenciamento de serviços médicos e odontológicos para atendimento ao sus; * Orientar hospitais na adequação das normas e padrões higiênico-sanitários vigentes, no que tange ao controle de infecção hospitalar; * Executar ações de orientação para prevenção de infecções nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde; * Validar e/ou conceder licença sanitária para hospitais, ambulatórios, consultórios e clínicas médicas e odontológicas, centros de saúde, clínicas de terapia renal substitutiva, quimioterapia e de radiações ionizantes; Dar orientação de educação sanitária para profissionais de creches, escolas, hospitais, salões de beleza, clinicas médicas e odontológicas, casas de massagem, clínicas de fisioterapia, e outros prestadores de serviço de saúde; * Orientar os profissionais de saúde em relação ao cumprimento de normas e legislação sanitária;

	* Realizar vistorias nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, para atendimento a reclamações e denúncias de deficiências das condições higiênico-sanitárias do local, tomando as providências cabíveis; * Auxiliar na execução de rotinas de serviços da seção de vigilância sanitária de medicamentos e produtos; * Executar outras tarefas correlatas.
Assistente Social	Elaborar, executar e avaliar programas de assistências e apoio a grupos específicos de pessoas, visando seu desenvolvimento e integração na comunidade. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, inclusive àquelas voltadas a proteção da criança e do adolescente; Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da Sociedade Civil Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; Planejar, organizar e administrar Benefícios e Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social Prestar serviços no âmbito social, individualmente e/ou em grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social; Organizar a participação dos indivíduos em grupo, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual; Programar a ação básica de uma comunidade nos campos sociais, médicos e outros, através da análise dos recursos e das carências socioeconômicas dos indivíduos e da comunidade, de forma a orientá-los e promover seu desenvolvimento Prestar assistência no âmbito social a indivíduos e famílias carentes, identificando suas necessidades, efetuando estudos de casos, preparando-os e encaminhando-os às entidades competentes para atendimento; Planejar, executar e analisar as condições socioeconômicas, educacionais e outras, utilizando técnicas específicas para identificar necessidades e subsidiar programas educacionais, habitacionais, de saúde e formação de mão-de-obra Elaborar e executar programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração no mercado de trabalho; Efetuar a triagem nas solicitações de assistência do município em remédios, gêneros alimentícios, recursos financeiros e outros, prestando atendimento na medida do possível; Acompanhar casos especiais como problemas de saúde, relacionamento familiar, drogas, alcoolismo e outros, sugerindo o encaminhamento aos órgãos competentes de assistência, para possibilitar atendimento dos mesmos; Coordenar seminários. encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social Realizar estudo socioeconômico dos servidores para fins de benefícios e serviços sociais da Administração Pública direta e indireta, encaminhando-os aos recursos que se fizerem necessários; Realizar vistorias, laudos técnicos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social relacionados aos servidores; e elaborar, executar e avaliar projetos de readaptação e reabilitação profissional e social de servidores, junto ao setor de pessoal; Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município Elaborar e executar programas de assistência e de apoio a família, visando seu desenvolvimento e integração na comunidade; Efetuar levantamento de dados para identificar problemas sociais relacionados a família; Realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o conhecimento das características de cada comunidade, para que os programas de ações das unidades do CRAS correspondam às reais necessidades da população Elaborar ou participar na elaboração e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene e saneamento; Organizar atividades ocupacionais de crianças, idosos e desamparados; Orientar comportamento de grupos específicos de pessoas, face a problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outros; Aconselhar e orientar a população nos postos de saúde, escolas e centros de educação infantil municipal Prestar assistência no âmbito social a indivíduos e famílias carentes, identificando suas necessidades, efetuando estudos de casos, preparando-os e encaminhando-os às entidades competentes para atendimento; Manter contato com entidades e órgãos comunitários, com a finalidade de obter recursos para a população, encaminhando para atendimento; Assessorar tecnicamente entidades assistências, orientando-as através de treinamentos específicos, técnicas comunitárias e noções básicas de alimentação, higiene e saúde; Participar de equipe multiprofissional na área instrumental e programática da instituição, de planejamento, implantação e acompanhamento de programas e projetos para a sistematização da saúde e do bem estar social; Elaborar e organizar dados para o sistema de informação, emitindo relatórios de atividades, promovendo análise das situações verificadas e sugerindo procedimentos que visem a maximização da saúde e do bem estar social; Garantir o atendimento integral do SUS nos serviços de saúde que o município não oferece, através de liberação de passagens e ambulância pelo processo de tratamento fora de domicílio; Viabilizar assistência plena ao usuário do sistema único de saúde Prestar atendimento e assistência a servidores municipais; Executar outras tarefas correlatas ao cargo.

ANEXO II
DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Para o cargo de **Vigia**, serão consideradas as seguintes pontuações, de acordo com a formação acadêmica/titulação apresentada:

Formação acadêmica/titulação	**Pontuação para cada formação acadêmica /titulação**
Ensino Fundamental (completo)	50 (cinquenta) pontos – pontuação mínima
Ensino Médio (completo)	04 (quatro) pontos
Curso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (completo) em qualquer área do conhecimento. Limitado em até 02 (dois) cursos técnicos.	05 (cinco) pontos
Graduação (completa) em qualquer área do conhecimento. Limitada em até 02 (duas) graduações	08 (oito) pontos
Pós-graduação "lato sensu" (completa) em qualquer área do conhecimento – em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 02 (duas) pós-graduações.	10 (dez) pontos
Documento comprobatório de tempo de serviço na área de atuação ao cargo pretendido, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pelo órgão/empresa, atribuindo-se 1 (um)ponto para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 10 (dez)pontos. CTPS e Extrato da CTPS Digital, Contratos de Prestação de Serviços para Órgão Público/empresas, Certidões de Tempo de Serviço e/ou declaração de Órgão Público.	10 (dez) pontos

Para o cargo de **orientador social** serão consideradas as seguintes pontuações, de acordo com a formação acadêmica/titulação apresentada:

Formação acadêmica/titulação	**Pontuação para cada formação acadêmica /titulação**
Ensino Médio (completo)	50 (cinquenta) pontos – pontuação mínima
Certificado ou declaração de Curso de Capacitação, Técnico ou Profissionalizante na área específica do cargo escolhido ou relacionado a Política de Assistência Social com carga horária mínima de 30 (trinta) horas por curso. Limitado em até 02 (dois) cursos técnicos.	05 (cinco) pontos
Graduação (completa) em área de Políticas Públicas. Limitada em até 02 (duas) graduações	08 (oito) pontos
Pós-graduação "lato sensu" (completa) em área de Políticas Públicas – em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 02 (duas) pós-graduações.	10 (dez) pontos
Documento comprobatório de tempo de serviço na área de atuação ao cargo pretendido, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pelo órgão/empresa, atribuindo-se 1 (um)ponto para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 10 (dez)pontos. CTPS e Extrato da CTPS Digital, Contratos de Prestação de Serviços para Órgão Público/empresas, Certidões de Tempo de Serviço e/ou declaração de Órgão Público.	10 (dez) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados à área da Política de Assistência Social com, no mínimo, 8 (oito) horas. atribuindo-se 5 (cinco)pontos para cada certificado. Limitados até 03(três) comprovações.	5(cinco) pontos

Para o cargo de **Técnico em Enfermagem**, serão consideradas as seguintes pontuações, de acordo com a formação acadêmica/titulação apresentada:

Formação acadêmica/titulação	**Pontuação para cada formação acadêmica /titulação**
Curso médio completo e habilitação técnica específica na área de conhecimento em que o candidato se inscreveu.	50 (cinquenta) pontos – pontuação mínima
Graduação (completa) nas áreas de saúde. Limitada em até 02 (duas) graduações	08 (oito) pontos
Certificado de Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em nível de Especialização nas áreas da saúde, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 03 (três) pós-graduações.	10 (dez) pontos
Documento comprobatório de tempo de serviço na área de atuação ao cargo pretendido, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pelo órgão/empresa, atribuindo-se 1 (um)ponto para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 10 (dez)pontos. CTPS e Extrato da CTPS Digital, Contratos de Prestação de Serviços para Órgão Público/empresas, Certidões de Tempo de Serviço e/ou declaração de Órgão Público.	10 (dez) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de saúde com, no mínimo, 8 (oito) horas. atribuindo-se 2 (dois)pontos para cada certificado. Limitado a 3(três) comprovações.	2 (dois) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de saúde com, no mínimo, 30 (trinta) horas. atribuindo-se 10 (dez)pontos para cada certificado. Limitado a 3 (três) comprovações.	10 (dez) pontos

Para o cargo de **Enfermeiro**, serão consideradas as seguintes pontuações, de acordo com a formação acadêmica/titulação apresentada:

Formação acadêmica/titulação	**Pontuação para cada formação acadêmica /titulação**
Graduação na área de conhecimento em que o candidato se inscreveu.	50 (cinquenta) pontos – pontuação mínima
Certificado de Curso de Pós-Graduação (lato sensu) na área de conhecimento em que o candidato se inscreveu, em nível de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 03 (três) pós-graduações.	10 (dez) pontos
Certificado de Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em nível de Especialização nas áreas da saúde, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 03 (três) pós-graduações.	08 (oito) pontos
Documento comprobatório de tempo de serviço na área de atuação ao cargo pretendido, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pelo órgão/empresa, atribuindo-se 1 (um)ponto para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 10 (dez)pontos. CTPS e Extrato da CTPS Digital, Contratos de Prestação de Serviços para Órgão Público/empresas, Certidões de Tempo de Serviço e/ou declaração de Órgão Público.	10 (dez) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de saúde com, no mínimo, 8(oito) horas. atribuindo-se 2 (dois)pontos para cada certificado. Limitado a 3(três) comprovações.	2 (dois) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de saúde com, no mínimo, 30 (trinta) horas. atribuindo-se 10 (dez)pontos para cada certificado. Limitado a 3(três) comprovações.	10 (dez) pontos

Para o cargo de **Assistente Social**, serão consideradas as seguintes pontuações, de acordo com a formação acadêmica/titulação apresentada:

Formação acadêmica/titulação	**Pontuação para cada formação acadêmica /titulação**
Graduação na área de conhecimento em que o candidato se inscreveu.	50 (cinquenta) pontos – pontuação mínima
Certificado de Curso de Pós-Graduação (lato sensu) na área de conhecimento em que o candidato se inscreveu, em nível de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 03 (três) pós-graduações.	10 (dez) pontos
Certificado de Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em nível de Especialização nas áreas da Politicas Públicas, com carga horária mínima de 360 horas. Limitada em até 03 (três) pós-graduações.	08 (oito) pontos
Documento comprobatório de tempo de serviço na área de atuação ao cargo pretendido, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pelo órgão/empresa, atribuindo-se 1 (um)ponto para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 10 (dez)pontos. CTPS e Extrato da CTPS Digital, Contratos de Prestação de Serviços para Órgão Público/empresas, Certidões de Tempo de Serviço e/ou declaração de Órgão Público.	10 (dez) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de Políticas Públicas com, no mínimo, 08(oito) horas. atribuindo-se 2 (dois)pontos para cada certificado. Limitado a 3(três) comprovações.	02 (dois) pontos
Certificado ou declaração de participação em eventos, oficinas e simpósios voltados às áreas de Políticas Públicas com, no mínimo, 30 (trinta) horas. atribuindo-se 10 (dez)pontos para cada certificado. Limitado a 3(três) comprovações.	10 (dez) pontos

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO 01/2026

Edital de Lançamento	**17/07/2026**
Período de Inscrição	**20/07/2026 a 27/07/2026**
Resultado Parcial	**29/07/2026**
Prazo de Recurso	**30/07/2026 a 31/07/2026**
Resultado Final	**01/08/2026**

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
NOME		
RG		
CPF		
DATA NASCIMENTO		
ENDEREÇO		
N.º		
BAIRRO		
TELEFONE		
CARGO		
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TIPO DE DEFICIÊNCIA	
AFRODESCENDENTE	COR	

Assinatura do Candidato

Reservado à Comissão Organizadora				
Requisitos avaliados				Pontos
Graduação - Títulos	Doutorado ( )	Mestrado ( )	Especialização ( )	
Tempo de Serviço				
Formação em Serviço (Cursos)	30 Hs ( )			
Total				

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
NOME		
RG		
CPF		
DATA NASCIMENTO		
ENDEREÇO		
N.º		
BAIRRO		
TELEFONE		
CARGO		
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TIPO DE DEFICIÊNCIA	
AFRODESCENDENTE	COR	

Amaporã/Pr., ____, de _____de 2026

_____
Assinatura do Recebedor

RECURSO – ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2026 - PSS DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR

Nome.....,Nacionalidade.....,Naturalidade..... Estado Civil.....,Profissão.....domiciliado e residente na Rua..... nº.....Bairro.....portador do RG....., expedida pela....., e CPF....., comparece à presença de Vossa Senhoria, respeitosamente, para impetrar recurso ao **EDITAL DO PSS Nº xxx/2026**, o que faz em face dos seguintes fatos e fundamentos: (Expor os fundamentos fáticos e jurídicos do recurso)

Ante ao exposto, e considerando o que ainda pode ser suprido por essa Comissão Organizadora, peço e espero pela procedência do recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

Amaporã/PR, _____ de_____ de_____.

_____
Assinatura do Requerente:

_____
Assinatura do recebedor do requerimento

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:15B64E80

TESOURARIA
DECRETO Nº 143/2026

Decreto n° 143/2026 de 13/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$80.861,33 (oitenta mil e oitocentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

06 06.001		SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA		
06.001.15.452.0007.2.034		Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos		
196 - 4.4.90.52.00.00	343140	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		26.314,86
196 - 4.4.90.52.00.00	31501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.459,62
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001.08.122.0003.2.107		Gestão da Secretaria de Assistência Social		
449 - 3.3.90.14.00.00	33750	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL		5.000,00
450 - 3.3.90.30.00.00	33750	MATERIAL DE CONSUMO		22.786,85
453 - 3.3.90.39.00.00	33750	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		22.600,00
459 - 4.4.90.52.00.00	31501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		700,00
	Art	**Total Suplementação:** **2º** - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á	os	80.861,33

recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua assinatua, revogadas as disposições

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 13 de Julho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Neide Bilac Costa Sabatini
Código Identificador:11455BD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 2.535/2026

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Anahy, relativo ao exercício de 2026, dando outras providências.

ARILSON BATISTA DE SOUZA, Prefeito do Município de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida nos Incisos I e IV, do Artigo 7º da Lei Municipal n.º 1.127/2025, datada de 18 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Anahy, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 486.842,28 (quatrocentos e oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos) que obedecerá às seguintes classificações:

04 -	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR
03 -	DIVISÃO DE MATERIAL	
004.003.0004.0122.0040.2090	Manutenção das Atividades da Divisão de Material	
3.3.90.36.00 -	Outros serviços de terceiros - pessoa física	11.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
05 -	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
04 -	DIVISÃO DE TESOURARIA	
005.004.0004.0129.0070.2150	Manutenção das Atividades da Divisão de Tesouraria	
3.3.90.93.00 -	Indenizações e Restituições	184.842,28
Fonte – 633	OP. Crédito FINISA - Ações Infraestrutura Urbana / Rural	
07 -	DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	
03 -	DIVISÃO DE URBANISMO	
007.003.0015.0452.0270.2380	Manutenção das Atividades da Divisão de Urbanismo	
3.3.90.39.00 -	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
08 -	DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
02 -	DIVISÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
008.002.0026.0782.0280.2400	Manutenção das Atividades da divisão de Maq. e Equipamentos	
3.3.90.36.00 -	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
12 -	DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
02 -	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
12.002.00206.0606.0330.2430	Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	80.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
14 -	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMERCIO E SERVIÇOS	
02 -	DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
14.002.0022.0661.0340.2450	Manutenção das Atividades da Div. De Indústria e Comercio	
3.3.90.36.00 -	Outros serviços de terceiros - pessoa física	21.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
15 -	DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	
05 -	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
15.005.0008.0244.0131.1702	Projeto Programa Morar Melhor	
4.4.90.51.00 -	Obras e Instalações	135.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
TOTAL	.....	486.842,28

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:

I – Na importância de R$ 319.842,28 (Trezentos e dezenove mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), proveniente de excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação

Código da Fonte	Descrição da Fonte/Receita	Valor
633	OP. Crédito FINISA - Ações Infraestrutura Urbana / Rural	184.842,28
000	Recursos Ordinários (Livres)	135.000,00

	TOTAL	319.842,28

II - Na importância de R$ 167.000,00 (Cento e sessenta e mil reais) proveniente de anulação de dotação orçamentária nas seguintes estruturas orçamentárias como segue abaixo:

03 -	SECRETARIA E COORDENAÇÃO GERAL	VALOR
01 -	GABINETE DO SECRETARIO	
003.001.0004.0122.0030.2060	Manutenção do Gabinete da Secretaria Geral	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	3.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
04 -	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
03 -	DIVISÃO DE MATERIAL	
004.003.0004.0122.0040.2090	Manutenção das Atividades da Divisão de Material	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	11.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
03 -	DIVISÃO DE MATERIAL	
004.003.0004.0122.0040.1010	Construção, Ampliação e Reforma de Próprios Municipais	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	12.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
07 -	DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	
03 -	DIVISÃO DE URBANISMO	
007.003.0015.0452.0270.2380	Manutenção das Atividades da Divisão de Urbanismo	
3.3.90.36.00 -	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.32.00 -	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	20.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
08 -	DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO	
02 -	DIVISÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
008.002.0026.0782.0280.2400	Manutenção das Atividades da divisão de Maq. e Equipamentos	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	105.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
14 -	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMERCIO E SERVIÇOS	
02 -	DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
14.002.0022.0661.0340.2450	Manutenção das Atividades da Div. De Indústria e Comercio	
3.3.90.30.00 -	Material de Consumo	6.000,00
Fonte – 000	Recursos Ordinários (Livres)	
TOTAL	.....	167.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de julho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C2DB843E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO Nº 001/2026

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO Nº 001/2026

O Município de Barbosa Ferraz, nos termos do disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 2739/2025. torna público, a abertura de processo seletivo visando à contratação de estagiários em **NÍVEL SUPERIOR** para atuar nas Secretarias e órgãos de lotação do Município de Barbosa Ferraz.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1 O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas e cadastro de reserva de estagiários em **nível superior**, para realização de estágio **não obrigatório**, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos e inseridos em Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal nº 2739/2025, nas seguintes áreas:
Tabela 1 – CURSOS PERMITIDOS

Curso – Área de Graduação	**Nível**	**Número de Vagas**
Administração	**Superior**	
Agronomia	**Superior**	CR
Arquitetura e Urbanismo	**Superior**	CR
Biomedicina	**Superior**	CR
Ciências Contábeis	**Superior**	CR
Ciências Econômicas	**Superior**	CR
Direito	**Superior**	CR
Enfermagem	**Superior**	CR
Engenharia Civil	**Superior**	CR

Engenharia de Software	**Superior**	CR
Farmácia	**Superior**	CR
Licenciatura em Educação Física	**Superior**	CR
Licenciatura em Letras - Espanhol	**Superior**	CR
Licenciatura em Letras – Inglês	**Superior**	CR
Licenciatura em Matemática	**Superior**	CR
Medicina Veterinária	**Superior**	CR
Pedagogia	**Superior**	**05 + CR** CR
Psicologia	**Superior**	CR
Tecnologia da Informação	**Técnico**	CR
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	**Técnico**	CR
Técnico em Enfermagem	**Técnico**	CR
Técnico em Recursos Humanos	**Técnico**	CR

*** C.R.: Cadastro de Reserva**

1.2 A participação dos candidatos no presente Processo Seletivo **não implica na obrigatoriedade de contratação**, **além das vagas especificadas na "Tabela 1", ocorrendo apenas a expectativa de convocação**, que acontecerá na necessidade e conveniência da Administração Municipal, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

1.3 O estágio realizado a partir do presente Processo Seletivo não gera vínculo empregatício entre o estagiário e o Município de Telêmaco Borba.

1.4 A jornada de trabalho do estágio será definida pela Administração Municipal, observado o horário de atendimento do órgão de lotação, devendo o horário de trabalho constar no Termo de Compromisso de Estágio, sendo compatível com as atividades escolares, observada a carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

2. DOS REQUISITOS

2.1 Somente poderão participar do processo seletivo os acadêmicos regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior presencial ou a distância credenciada pelo órgão competente, que atenderem aos seguintes requisitos, **no momento da inscrição** e no ato da contratação:

a) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro com visto de permanência no país;

c) Estar cursando do **primeiro ao penúltimo semestre** das áreas solicitadas;

d) Estar regularmente matriculado e frequentando as aulas nos cursos indicados na Tabela 1, pelo menos no primeiro semestre do respectivo curso, sendo vedada, no ato de convocação, a contratação de candidato com matrícula trancada.

e) Não ter estagiado por um período equivalente a 2 (dois) anos nas Secretarias do Município de Barbosa Ferraz;

f) Ter cadastro ativo e atualizado no CIEE/PR – Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, no momento da inscrição no processo seletivo.

g) O curso deve estar liberado, pela Instituição de Ensino, para desenvolver atividades de estágio não obrigatório, de acordo com sua regulamentação interna e Plano Pedagógico do Curso.

h) O candidato deverá estar devidamente matriculado em uma das Instituições de Ensino conveniadas com o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE/PR.

i) Ter disponibilidade de horário (manhã e/ou tarde) para cumprir o estágio.

j) O horário de estágio não deverá coincidir com o horário de aula.

k) Os períodos permitidos **para estágio** ficarão restringidos, quando for o caso, a regulamentação do Conselho Federal da Profissão (exemplo: COFFITO, COFEN, CREFI, entre outros.)

2.2 Os candidatos que já tiveram contrato de estágio junto ao Município de Barbosa Ferraz, se aprovados neste processo seletivo, poderão ser convocados dentro da ordem classificatória para cumprir o período de estágio que falta para completar 24 (vinte e quatro) meses.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 Para novos cadastros, acessar o site do CIEE/PR (www.cieepr.org.br) e entrar em Quero Cadastrar/Logar – Sou estudante e preencher todos os dados.

3.2 O candidato deverá verificar se todas as informações de seu cadastro estão corretas, antes de iniciar a inscrição no processo seletivo. Caso precise atualizá-lo deverá fazer pelo portal do Estudante no site do CIEE/PR, entrando com seu login e senha.

3.3 Possuir cadastro ativo e atualizado no sistema do CIEE/PR, não gera automaticamente a inscrição neste processo seletivo.

3.4 O candidato deverá realizar sua inscrição, exclusivamente, via Internet, por meio do endereço eletrônico_www.cieepr.org.br, na aba "ESTUDANTES", "PROCESSO SELETIVO ESPECIAL – ESTÁGIO", "PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ", conforme a data indicada no cronograma do processo (**ANEXO I**)

3.5 Somente serão aceitas inscrições de candidatos que atendam ao contido no item 2 e que possuam cadastro junto ao CIEE/PR – Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná.

3.6 No momento da inscrição, caso apareça a informação de "incompatibilidade no cadastro" ou algum outro problema que impossibilite a continuação desta etapa, o estudante deverá se reportar ao setor de Seleção Especial do CIEE/PR, através do e-mail processos.especiais@cieepr.org.br, **até às 16 horas do último dia de inscrição (ANEXO I).**

3.7 Qualquer interrupção no processo de inscrição impossibilita que ela seja efetivada. É de fundamental importância a verificação do COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO, pelo estudante. Este documento não será encaminhado por e-mail.

3.8 Para fazer o download e conferir as informações em seu COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO o candidato deverá acessar o portal do estudante com seu login e senha, na área "PROCESSOS ESPECIAIS" e localizar "**MEUS PROCESSOS**".

3.9 O candidato deverá salvar ou imprimir o comprovante de inscrição, podendo o documento ser solicitado pela organização do processo, em caso de dúvida. A não apresentação do documento indicará que o estudante não está inscrito no processo.

3.10 Será enviado, pelo Setor de Seleção Especial do CIEE/PR, para o endereço eletrônico cadastrado na inscrição um e-mail de confirmação. Caso não receba este e-mail (não o localize na caixa de entrada, spam ou lixo eletrônico), deverá conferir o e-mail cadastrado no processo e que consta no comprovante, se houver necessidade de corrigi-lo, deverá entrar em contato com o setor de Seleção Especial do CIEE/PR através do e-mail (processos.especiais@cieepr.org.br). Neste contato, o candidato deverá anexar a foto do seu documento de identificação pessoal (frente e verso) para conferência e informar os dados que devem ser corrigidos.

3.11 Correções nas informações da inscrição deverão ser solicitadas durante o período de inscrição e até a data e horário informados no **ANEXO I**, através do e-mail: processos.especiais@cieepr.org.br. É dever do candidato passar as informações necessárias para localização de sua inscrição (processo, nº de inscrição, nome completo, dado a ser corrigido, etc.).

3.12 As correções na inscrição serão aceitas somente através do e-mail e no período informado no item anterior. Não serão aceitas solicitações por telefone, fax, via postal, pessoalmente ou qualquer outro meio.
3.13 Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a alteração de dados fora das datas e horários informados neste documento, sendo dever do candidato a leitura e compreensão deste Edital, bem como a conferência das informações inseridas na inscrição.
3.14 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
3.15 As informações prestadas na inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, através de sua comissão, o direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como informar dados inverídicos ou falsos.
3.16 A Prefeitura do Municipal de Barbosa Ferraz e o CIEE/PR, não se responsabilizam por inscrições com dados faltantes ou preenchidos incorretamente, **sendo o preenchimento e a conferência das informações de total responsabilidade do estudante**.
3.17 Correções que causem divergência dos requisitos solicitados pelo Edital acarretarão na impossibilidade de o candidato permanecer no processo seletivo, mesmo que detectadas a qualquer tempo da validade deste Edital.
3.18 A realização da inscrição pressupõe que o candidato tem ciência e aceita que, no caso de aprovação, deverá apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o estágio por ocasião da contratação.
3.19 Será permitida apenas uma inscrição por CPF.
3.20 A inscrição para o Processo Seletivo para estagiários, regida pelo presente edital, não terá nenhum custo para o candidato.

3.21 O candidato **TRANS** (travesti ou transexual) que desejar atendimento pelo **NOME SOCIAL** e ainda não possui os documentos oficiais retificados com o seu nome, poderá preencher esta informação **no campo específico do cadastro e/ou da ficha de inscrição**.
3.22 Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax.
3.23 O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição informando seu nome civil no campo nome completo, ficando ciente de que o nome social preenchido no cadastro e/ou na inscrição será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo.
3.24 Eventuais dúvidas sobre o processo seletivo, deverão ser direcionadas ao Setor de Seleção Especial do CIEE/PR, através do e-mail: processos.especiais@cieepr.org.br. Não serão fornecidas, informações suplementares além das constantes neste Edital.
3.25 A homologação das inscrições, será divulgada no Órgão Oficial do Município (www.barbosaferraz.pr.gov.br) e no site do CIEE/PR (www.cieepr.org.br), conforme consta no cronograma (**ANEXO I**).

4. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
4.1 À pessoa com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo desde que as atribuições do estágio pretendido sejam compatíveis com a sua deficiência, sendo reservado 10% (dez por cento) do total das vagas a serem preenchidas em cada curso, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008.
4.2 A pessoa com deficiência que não declarar essa condição no ato da inscrição, não poderá posteriormente apresentar recurso em favor de sua situação.
4.3 Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação.
4.4 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifestará ciência e concordância quanto a divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, por ser pessoa com deficiência, dentre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos pertinentes ao Processo Seletivo de Estágio. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.
4.5 A primeira pessoa com deficiência classificada no processo seletivo será convocada para ocupar a 10ª (décima) vaga aberta, enquanto as demais classificadas serão convocadas para ocupar a 20ª (vigésima), a 30ª (trigésima) vaga, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.
4.6 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico www.cieepr.org.br, na ocasião da homologação das inscrições.
4.7 A pessoa com deficiência participará do PSE em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a prova e aos critérios de aprovação, às notas mínimas exigidas e demais regramentos de acordo com o previsto no presente Edital.
4.8 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, supletivamente pelo Decreto nº 11.063/2022 e, ainda, pelas demais normativas aplicáveis.
4.9 São consideradas pessoas com deficiência ainda, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 11.063/2022, as que se enquadram nas categorias a seguir:
a) Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo ou membros com deformidade congênita ou adquirida.
1. Não se incluem no rol das deficiências físicas as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções locomotoras da pessoa;
2. Considerando a Lei 22.278 de 17 de dezembro de 2024 é assegurado aos candidatos portadores de Fibromialgia os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiência no Estado do Paraná.
3. Aos candidatos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PCD), em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme previsto na Lei Federal nº 12.764/2012.
b) Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz);
c) Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
1. O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes, conforme Súmula nº. 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
2. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passível de correção, a exemplo de miopia, astigmatismo, dentre outros
d) Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

4.10 O candidato deverá apresentar, às suas expensas, laudo médico com as informações e exigências descritas neste Edital, de forma legível, **no ato da contratação**, sob pena de ser considerado inapto.
4.11 No ato de contratação ou a qualquer tempo posterior à contratação do candidato, o Município poderá realizar perícia médica a fim de avaliar as condições físicas e de saúde do candidato deficiente, bem como, os documentos e laudos médicos apresentados pelo candidato.
4.12 O laudo deverá constar, quando for o caso, a necessidade de uso de órteses, próteses ou adaptações.
4.13 O candidato convocado deve apresentar laudo médico comprovando a deficiência. O laudo médico deverá ser emitido por Médico Especialista da área de deficiência do candidato, ser legível e conter a descrição da espécie e do grau ou nível da deficiência do candidato, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como sua provável causa, além do nome, assinatura, carimbo e CRM do médico que forneceu o laudo.
4.14 Não haverá devolução do laudo médico apresentado.
4.15 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação vigente, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, o candidato será excluído do certame.
4.16 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não atender aos dispositivos mencionados neste edital ou não tiver confirmada essa condição, perderá o direito de contratação ao cargo.
4.17 O candidato com deficiência que, no decorrer do desempenho das funções, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, não identificada após realização de perícia médica, terá seu contrato de estágio rescindido, nos termos da legislação e decretos vigentes.

4.18 Em caso de desistência de candidato com deficiência convocado, será convocado o próximo candidato classificado com deficiência.
4.19 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência, será divulgada na Internet na ocasião da homologação das inscrições, conforme consta no **ANEXO I**.

5. DAS PROVAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS
5.1 A prova objetiva para todos os candidatos será composta por 20 (vinte) questões, sendo 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de Informática e 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais.
Tabela 2 – PROVA CANDIDATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
PROVA	**N.° QUESTÕES**	**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
Língua Portuguesa	05	Leitura e Interpretação de textos; Ortografia e Gramática (Divisão silábica, encontro vocálico, Tonicidade, Acentuação e Pontuação); Sintaxe (Período Simples e Período Composto).
Matemática	05	Matemática financeira; Juros simples e composto; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Estatística.
Informática	05	Conceitos básicos de informática; Windows (versões atualizadas): configuração de sistemas operacionais, operacionalização, conceito, características e funcionamento, hardware, software, periféricos de entrada e de saída, atalhos, configurações, armazenamento de dados, ícones, segurança do computador, organização e gerenciamento de pastas, arquivos e programas, impressão, compartilhamentos, extensão de arquivos; Conceitos e conhecimentos na utilização das ferramentas e recursos dos pacotes de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel e Power Point); Internet: tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet, conceitos, navegadores, ferramentas de busca, transferências de arquivos (download), correio eletrônico e pesquisas de rede, noções de proteção e segurança da informação: conceitos de vírus, spam, certificados de segurança, acesso a sites seguros, ética na utilização da internet em ambiente corporativo, cuidados e prevenção, noções de backup.
Conhecimentos Gerais	05	Cultura popular brasileira; A geografia do Brasil; História do Brasil; Atualidades políticas brasileiras.

5.2 As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha e cada questão conterá 04 (quatro) alternativas, sendo somente 01 (uma) correta.
5.3 Todas as questões terão o valor equivalente **a 5 (cinco) pontos cada**, perfazendo o total de 100 (cem) pontos.
5.4 LÍNGUA PORTUGUESA
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
5.5 MATEMÁTICA
BONGIOVANNI, V; LEITE, O. R. V; LAUREANO, J. L.T. Matemática. Vol. único. 2º Grau.
S.Paulo: Ática, 1994.
FACCHINI. Walter. Matemática 2º Grau. São Paulo: Saraiva, 2000.
SOUZA M. H. S. de.; Spinelli, W. Matemática 2º Grau. São Paulo: Scipione, 1997. Vol.
1 ao 3.
VERAS, L. L. Matemática financeira. São Paulo: Editora Atlas, 2005. WASHINGTON, F. M. Matemática financeira. São Paulo: Editora Atlas, 2009. ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2012.
5.6 INFORMÁTICA
Conceitos Básicos (Noção de hardware e software, processamento de informação: componentes de um sistema);
Componentes Básicos de um computador (hardware básico);
Sistema Operacional Windows 7 (Componentes do ambiente de trabalho, ícones, barra de tarefa e menu iniciar; características das janelas e seu manuseio;
Pastas - cópia, renomear e remoção; Técnicas de seleção de objetos; Utilização do botão direito do mouse;

Cartilha de Segurança para internet – <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>
Google Chrome. Ajuda do Google Chrome (Ajuda integrada e on-line). Mozilla Firefox. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).
Microsoft. Ajuda do Windows 11 Microsoft. Ajuda do Windows 10. Microsoft. Ajuda do Excel 2019. Microsoft. Ajuda do PowerPoint 2019. Microsoft. Ajuda do Word 2019.
Microsoft. Ajuda do Excel 365 Microsoft. Ajuda do PowerPoint 365 Microsoft. Ajuda do Word 365

5.7 CONHECIMENTOS GERAIS
https://g1.globo.com/
https://cidades.ibge.gov.br/ https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama https://guiadoestudante.abril.com.br/
https://www.historiadobrasil.net/ https://brasilescola.uol.com.br
https://brasil.un.org/pt-br https://www.todamateria.com.br/

6. DA SELEÇÃO

6.1 A seleção será realizada por meio de **Prova Objetiva on-line,** contendo 20 (vinte) questões de múltipla escolha, **que será aplicada na data indicada no cronograma (ANEXO I),** com duração de 120 (cento e vinte) minutos.
6.2 O estudante inscrito no processo receberá no endereço que consta em seu COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO, as seguintes informações, nas datas definidas no **ANEXO I**.
a. No dia útil que antecede a prova, entre 14h00 e 16h00, as ORIENTAÇÕES;
b) Na manhã do dia da prova, entre 09h00 e 10h00, o LINK, LOGIN E SENHA;
c) O envio de e-mail citado nos subitens "a" e "b", acontecerão exclusivamente através da plataforma de aplicação de provas. Não havendo possibilidade de envio fora deste ambiente.
6.3 É de responsabilidade do estudante verificar em seu e-mail: a caixa de entrada, spam ou lixo eletrônico.
6.4 Envio de link e **acesso à prov**a são situações diferentes. O acesso estará liberado apenas como descrito no item **6.8 e ANEXO I.**
6.5 É de total responsabilidade do candidato registrar corretamente o e-mail ou fazer a correção conforme os itens 3.1 e 3.12 do Edital, sob pena de não conseguir acesso a prova.
6.6 O estudante **deverá ter seu próprio e-mail** sendo vedado o uso de e-mails de terceiros. O contato de e-mail deverá ser individual e intransferível, sob pena de não conseguir acesso à prova.
6.7 O estudante terá direito a apenas 1 (um) acesso à área da prova;
6.8 O acesso ao ambiente de prova estará disponível apenas na data indicada no cronograma (**ANEXO I**), no horário das **14h30 às 14h59min**, não sendo dado sob nenhum aspecto tempo adicional para este acesso.
6.9 O sistema bloqueará automaticamente o ingresso ao ambiente de prova a partir das 15h00.
6.10 O período de 120 (cento e vinte) minutos de prova começará a contar a partir do acesso do candidato no ambiente de prova. Não será dado, sob qualquer aspecto, tempo adicional à prova.
6.11 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
6.12 Orienta-se que o acesso ao ambiente de prova ocorra no início do horário permitido. Caso o estudante encontre dificuldade no acesso, deverá seguir o seguinte passo a passo:
a) Atualizar a página;
b) Reiniciar o computador;
c) Enviar um print da tela, relatando o problema, para o e-mail: processos.especiais@cieepr.org.br, até às **14h49,** para verificação antes do período final de acesso. Os e-mails recebidos pelo setor após este horário estarão sujeitos ao tempo de verificação da falha e ao horário limite de acesso à prova (14h59), podendo, portanto, não serem atendidos.
6.13 Não serão aceitos questionamentos de qualquer espécie com relação às questões da prova durante sua aplicação, sendo a interpretação da questão parte da avaliação.
6.14 Não haverá segunda chamada ou acesso extra além do previsto no item 6.8, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
6.15 Recomendações para a realização da prova:
a) O candidato deverá escolher um local calmo, que lhe permita fazer a prova sem interrupções e distrações e com boa conexão de internet.
b) Acesse a prova utilizando Notebooks ou Desktops.
c) **Não é permitido** realizar a prova por meios eletrônicos como tablet's e celulares.
d) Garanta que seu computador esteja conectado a uma fonte de energia, a fim de que não tenha a prova interrompida por algum problema de bateria baixa.
e) Não é de responsabilidade do Município de Barbosa Ferraz ou do CIEE/PR, eventual instabilidade de acesso devido a alguma falha de conexão do candidato com a internet, bem como falta de energia elétrica, problemas com o servidor de e-mails do candidato ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
f) Não é permitido sair do ambiente da prova após o início desta. Ao iniciar a prova, o candidato deverá concluí-la em um único acesso.
g) É proibido qualquer meio de consulta durante a realização da prova.
h) Se necessário, é permitido o uso de calculadora, desde que não seja a calculadora do computador, sendo permitido ao candidato reservar uma calculadora avulsa para o uso.
i) Ao candidato será permitida a realização da prova somente na data e horário constante nos itens 6.8 deste Edital, não sendo concedido, sob nenhuma alegação, tempo extra ou ofertada nova data de prova.
j) O candidato que desejar anotar o gabarito de sua prova poderá fazê-lo em folha à parte durante a prova.
k) Pop-ups e outras janelas são entendidos pelo sistema como saída de prova, deixe-os bloqueados.
l) Haverá monitoramento do sistema, podendo o candidato ser reprovado automaticamente, caso haja suspeita de comportamento inadequado ao processo.

6.15 Todas as ações do candidato no ambiente de prova serão gravadas automaticamente pelo sistema, no período em que o candidato estiver logado.
6.16 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:
a) Não acessar a prova, seja qual for o motivo alegado;
b) Descumprir as instruções contidas neste Edital;
c) Utilizar ou tentar usar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros no Processo Seletivo; e
d) Utilizar-se de meios ilícitos para a execução da prova.

7. DOS GABARITOS E RECURSOS
7.1 O gabarito provisório será divulgado no site do CIEE/PR, conforme consta no cronograma do processo (**ANEXO I**).
7.2 O candidato interessado poderá interpor recurso quanto ao mérito das questões apenas na data indicada no cronograma (**ANEXO I**).
7.3 O recurso deverá ser feito em formulário próprio, que estará disponível na área do processo seletivo. O requerimento deverá ser fundamentado e direcionado à Comissão de Elaboração, Aplicação e Correção do Processo Seletivo do CIEE/PR, através do e-mail: processos.especiais@cieepr.org.br, que após análise das justificativas deliberará a respeito. Não serão aceitos recursos encaminhados por via postal, fax etc.
7.4 Havendo interposição de recurso para mais de uma questão; cada questão deverá estar em um formulário próprio. Mais de uma questão por formulário inviabilizará a aceitação e análise do recurso. O estudante deverá enviar em um único e-mail as interposições e justificativas.
7.5 As orientações para o envio e preenchimento do formulário estarão disponíveis no site do CIEE/PR, no momento em que estiver liberada a interposição de recursos. **O candidato deverá seguir estas orientações**.
7.6 Avaliados os recursos, e caso haja necessidade de alteração do gabarito, ele será divulgado no site do CIEE/PR na área do processo seletivo, como gabarito definitivo, verificar cronograma (**ANEXO I**)
7.7 Se do exame dos recursos resultar a anulação de questão(ões), esta(s) será(ão) considerada(s) válida(s) para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.8 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pela Comissão de Elaboração, Aplicação e Correção do Processo Seletivo do CIEE/PR e a devolutiva será disponibilizada somente aos candidatos recorrentes.

7.9 Não serão aceitas novas análises de recursos ou reconsiderações das análises feitas após o prazo estipulado. Válido para os recursos informados nos itens 7.2 e 8.6.

8. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
8.1 A avaliação dos candidatos, feita por meio de prova objetiva *on-line*, será de caráter eliminatório e classificatório.
8.2 Será eliminado do processo seletivo o candidato que não atingir pelo menos um acerto em cada uma das áreas de conhecimento contidas no item 5.1.
8.3 Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos serão aplicados os seguintes critérios de desempate, tendo preferência o candidato que:
a) Obtiver maior nota em língua portuguesa;
b) Possuir maior idade.
8.4 A classificação será publicada no Órgão Oficial do Município em ordem decrescente da nota total da prova objetiva, já considerados os critérios de desempate.
8.5 Elaborada a planilha de Classificação Provisória, esta será publicada no Órgão Oficial do Município e no site do CIEE/PR, na data informada no cronograma (**ANEXO I**).
8.6 O interessado em interpor recurso quanto à eventuais erros na classificação provisória da prova, poderá fazê-lo na data na data informada no cronograma (**ANEXO I),** através do e-mail processos.especiais@cieepr.org.br.

9. DO RESULTADO FINAL, CONVOCAÇÃO, CARGA HORÁRIA E BOLSA AUXÍLIO
9.1 O ato de homologação do resultado final deste Processo Seletivo para Estagiários será publicado no Órgão Oficial do Município de Barbosa Ferraz (www.barbosaferraz.pr.gov.br) e no site do CIEE/PR (www.cieepr.org.br), **na data** informada no cronograma (**ANEXO I**).
9.2 A convocação dos candidatos após a homologação do resultado final depende da necessidade funcional das Secretarias do Município e da disponibilidade financeira e orçamentária, após deliberação da Secretaria Municipal de Administração.
9.3 Os candidatos serão convocados por meio do Órgão Oficial do Município, através de edital de convocação, respeitando-se a ordem de classificação.

9.4 O candidato convocado terá 03 (três) dias úteis a contar da convocação para se manifestar acerca do interesse em assumir a vaga.
9.5 O candidato convocado que deixar de comparecer no prazo estipulado será tido como desistente e substituído, na sequência, pelo candidato com classificação imediatamente posterior.
9.6 É facultado ao estudante, quando convocado para assumir a vaga, solicitar seu deslocamento para o final da ordem de classificação, mediante requerimento protocolado junto a Gerência de Recursos Humanos, dentro do prazo de convocação.
9.7 É de responsabilidade exclusiva do estudante o preenchimento dos dados no ato da inscrição, devendo o acadêmico manter atualizado o número de telefone e endereço de e-mail, para eventual contato pela Gerência de Recursos Humanos do Município e/ou Agente de Integração CIEE/PR - Centro de Integração Empresa-Escola, do Paraná**.**
9.8 O estagiário deverá desenvolver as atividades do estágio de segunda a sexta-feira, com carga horária máxima de 06 (seis) horas diárias, em horário determinado pelo respectivo setor de lotação, mediante acompanhamento da Gerência de Recursos Humanos.
9.9 É assegurado ao estagiário uma bolsa-auxílio mensal de acordo com a carga horária estipulada no contrato, sendo:

Modalidade	Valor bolsa-auxílio	Valor do Auxilio Transporte	Total
Ensino Técnico - 30 horas	R$ 759,00	R$ 50,00	R$ 809,00
Ensino Superior - 30 horas	R$ 870,55	R$ 50,00	R$ 920,55

10. DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1 Este Processo Seletivo obedecerá às seguintes etapas e datas prováveis estipuladas no **ANEXO I**, cronograma:
10.2 As datas constantes no item 10.1 poderão sofrer alterações, as quais serão comunicadas por meio do endereço eletrônico www.cieepr.org.br e publicadas no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Barbosa Ferraz (www.barbosaferraz.pr.gov.br).
10.3 O processo seletivo disciplinado por este Edital tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.
10.4 O estágio terá duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 02 (dois) anos.

10.5 O contrato de estágio deverá observar o contido na Lei Federal n.º 11.788/2008 e Lei Municipal n.º 2739/2025, que dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à contratação de estagiários e dá outras providências.
10.6 Para a emissão do contrato de estágio, o candidato aprovado e convocado para assumir a vaga terá o pré-contrato gerado pelo CIEE/PR, onde deverá anexar a declaração de matrícula atualizada e aceitar a candidatura à vaga de estágio, pelo portal do estudante no site do CIEE/PR (www.cieepr.org.br), na opção Contratos
> Pré-Contratos.
10.7 O contrato de estágio poderá ser rescindido, antes do prazo de vencimento, por conveniência da Administração municipal ou por iniciativa do Estagiário, sem qualquer direito de indenização pelas partes por eventual período restante de contrato.
10.8 O estagiário terá direito a recesso remunerado de 30 (trinta) dias a cada ano estagiado.
10.9 Ao se inscrever no processo seletivo, o estudante concorda com os termos deste Edital, aos quais não poderá alegar desconhecimento.
10.10 Ao concordar com os termos deste Edital, os candidatos aprovados cedem automaticamente ao CIEE/PR e à Prefeitura de Barbosa Ferraz a permissão para publicar a sua classificação nos seus respectivos sites, a qualquer momento.
10.11 O edital encontra-se a disposição para consulta na Gerência de Recursos Humanos, localizado no paço da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz e no site CIEE/PR - Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, na área do processo.
10.12 Os casos omissos, não abordados no presente Edital, serão resolvidos pelo CIEE/PR - Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, em conjunto com a Comissão de Processo Seletivo designada pelo Município de Barbosa Ferraz.
10.13 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os Editais Complementares, Comunicados e demais publicações referentes ao processo Seletivo para Estagiários que sejam publicados nos sites da Prefeitura de Barbosa Ferraz e do CIEE/PR.

Barbosa Ferraz, 15 de julho de 2026.

JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Assinado de forma digital por JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Dados: 2026.07.14 14:49:06 -03'00'

JULIANA PINHEIRO DA SILVA
Secretária de Recursos Humanos

ANEXO I – EDITAL Nº 001/2026

CRONOGRAMA

ITEM	EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
-	Divulgação do Edital	15/07/2026	A partir das 17h00	Sites: Prefeitura e do CIEE/PR
3.5	Período de Inscrição	15/07/2026 a 31/07/2026	24h por dia	Site do CIEE/PR
3.6	Relatar problemas com a inscrição	31/07/2026	Até às 16h00	processos.especiais@cieepr.org.br
3.10	Envio do e-mail de confirmação do endereço eletrônico	03/08/2026	Até às 10h	Pelo Setor de Seleção Especial
3.11	Solicitação de correção de dados	03/08/2026	Até às 14h	processos.especiais@cieepr.org.br
3.25 / 4.19	Edital de Homologação das Inscrições	06/08/2026	Até às 17h30	Sites: Prefeitura e do CIEE/PR
6.2 a	Envio das Orientações	07/08/2026	Entre 14h00 e 16h00	Sistema de Aplicação de Provas
6.2 b	Envio do Link, Login e Senha	10/08/2026	Entre 09h00 e 10h00	Sistema de Aplicação de Provas
6.8	Liberação do acesso à Prova	10/08/2026	14h30	Sistema de Aplicação de Provas
6.12 c	Limite para envio de e-mails relatando problemas de acesso à prova	10/08/2026	Até às 14h49	processos.especiais@cieepr.org.br
6.8	Limite para acesso à Prova	10/08/2026	14h59	Sistema de Aplicação de Provas
6.9	Bloqueio Automático do Acesso	10/08/2026	15h00	Sistema de Aplicação de Provas
7.1	Divulgação Gabarito Provisório e Orientações para interposição de recursos	11/08/2026	Até às 17h30	Site CIEE/PR
7.2	Liberada a interposição de recursos às questões da Prova	11/08/2026	Até às 23h59	processos.especiais@cieepr.org.br
7.6	Divulgação do Gabarito Definitivo	18/08/2026	Até às 17h30	Site CIEE/PR
8.5	Divulgação do Resultado Preliminar	21/08/2026	Até às 17h30	Sites: Prefeitura e CIEE/PR
8.6	Interposição ao Resultado Preliminar	24/08/2026	Até às 23h59	processos.especiais@cieepr.org.br
9.1	Publicação do Resultado Final	27/08/2026	Até às 17h30	Sites: Prefeitura e CIEE/PR
10.3	Validade do Processo	26/08/2027	-	-

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:FC333F7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
ANEXO III DEMONSTRATIVO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

CÂMARA MUNICIPAL BOA VENTURA SÃO ROQUE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 03/11/2022		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	10,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	10,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	**0,00**	**0,00**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:4A37B8EF

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
ANEXO IV DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CREDITO

CÂMARA MUNICIPAL BOA VENTURA SÃO ROQUE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	0,00%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00%
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	0,00	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	0,00	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	0,00	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:6AE99418

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
ANEXO VI DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RGF

CÂMARA MUNICIPAL BOA VENTURA SÃO ROQUE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	60.497.003,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	59.417.003,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	58.400.111,00	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	1.888.449,10	3,23
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.504.006,66	6,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	3.328.806,33	5,70
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.153.605,99	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-377.223,11	-0,63
Limite definido por resolução do senado federal	71.300.403,60	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:A11C1B42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 7-2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 7-2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 7-2024, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA CC ASSESSORIA & INFORMATICA LTDA

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa CC ASSESSORIA & INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 50.026.753/0001-44, sita na R SANTOS DUMONT, 2341, 0 APT 203 - CEP: 87013050 - BAIRRO: ZONA 01 - Maringá/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ HUMBERTO CESTARI, portador (a) do CPF sob nº705.082.089-04, domiciliada na RUA SANTOS DUMONT, 2341 APT203 - CEP: 87013050 - BAIRRO: ZONA 01 - Maringá/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 16/07/2024, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual**, renovando o valor de 598,97 (Quinhentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos.), com o reajuste da correção monetária, previsto na Cláusula Nona do contrato, sendo este o valor total de R$ 7.187,64 (Sete mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos.) ao lote referente à autarquia de Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência** - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 15/07/2027.
Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	22912	SERVIÇO SUPORTE TÉCNICO PARA O SAMAE, COM AMPARO TÉCNICO REFERENTE AO PROGRAMA “SAE CONTAS” E OUTROS, ORIENTAÇÃO E CONTROLE NO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DE LEITURA DE FATURAS, BAIXAS EM RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS. ANÁLISE E DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, DO MERCADO POTENCIAL E A ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA QUANTO À DEFINIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES E CAMPO DE APLICAÇÃO, SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA AUXILIO NA DEFINIÇÃO DE UM SISTEMA QUANTO AOS TIPOS E CONFIGURAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (HARDWARE), ASSIM COMO OS PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARE) CORRESPONDENTES E SUAS APLICAÇÕES. CONSULTORIA PARA INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E SOLUÇÕES. ATIVIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO FINAL FUNCIONAL, A PARTIR DA UNIÃO DE DIFERENTES SISTEMAS, MANTENDO SUAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS, ATIVIDADES DE ATUALIZAÇÃO DO WEBSITE, INSERÇÃO E RETIRADA DE INFORMAÇÕES, ATUALIZAÇÃO DE ARQUIVOS, BANCO DE DADOS, INSERÇÃO DE BANNERS E LINKS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE SUPORTE TÉCNICO NA ÁREA DE INFORMÁTICA (BACKUPS, FORMATAÇÃO, RESTAURAÇÃO DE BACKUPS, CONFIGURAÇÃO DE REDES, ANTIVÍRUS, CONFIGURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ROTINAS DE BACKUPS). SUPORTE A SISTEMAS INFORMATIZADOS UTILIZADOS PELA AUTARQUIA NA ÁREA DE EMISSÃO/ARRECADAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS SOFTWARES CONTRATADOS PELA AUTARQUIA. SUPORTE PARA ELABORAÇÃO DE DESCRITIVOS TÉCNICOS DE SOFTWARES A SEREM CONTRATADOS PELA AUTARQUIA. ORIENTAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SUPORTE PARA ELABORAÇÃO DOS DESCRITIVOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS. TREINAMENTO NA ÁREA DE INFORMÁTICA.	UN	12,00	598,97	7.187,64
TOTAL							7.187,64

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
130	01.001.17.512.1701.2011	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 15/07/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUIZ HUMBERTO CESTARI***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:3CDC6A55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº69-2024

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº69-2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 69-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87,

residente e domiciliado neste Município e a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.233.240/0001-24, sita na AZEVEDO PORTUGAL, 1369, 0, Centro, EDIFICIO, Guarapuava/ PR, CEP: 85010200 - Guarapuava/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) SIBELLE REHBEN BOLZANI DE OLIVEIRA, portador (a) do CPF sob nº, domiciliada na RUA DEPUTADO FRANCISCO COSTA, 670, Centro, Pitanga/ PR, CEP: 85200000 - Pitanga/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Segunda – Valor Contratual, do Contrato firmado em 16/07/2025. Acrescendo-se o valor de R$ 564.535,08 (Quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oito centavos), referente aos lotes vinculados à Secretaria de Administração.
Fica alterada também a **Cláusula Décima Terceira – Vigência**, prorrogando-se o prazo de vigência contratual até a data de 14/07/2027.

Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	/Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	26713	BOLSA ESTAGIÁRIO + TAXA ADMINISTRAÇÃO 20 E 30 HORAS SEMANAIS / BOLSAS ESTAGIÁRIOS 20 E 30 HORAS SEMANAIS MAIS VALE TRANSPORTE E TAXA ADMINISTRAÇÃO. Valor das bolsas de estágios que abrange a contratação de estagiários de nível técnico e superior, com carga horaria de 20 e 30 horas semanais.	TAXA	1,00	564.535,08	564.535,08
TOTAL							564.535,08

CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

• As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de publicação.

• As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 14/07/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIBELLE REHBEN BOLZANI DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:C0D37DC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO Nº 005/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2026
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
PUBLICAÇÃO Nº 005/2026

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal Nestor Kenear e do Diretor do Samae Dionefan Elisson Proença de Oliveira juntamente com a Comissão Organizadora do Concurso Público criada pelo Decreto nº 182/2026, torna público aos interessados o Edital de Homologação das Inscrições do Concurso 001/2026.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital as inscrições **HOMOLOGADAS** na Ampla Concorrência.

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital as inscrições **HOMOLOGADAS** na condição de Negro (Preto/Pardo).

Art. 3º Não houve protocolo de recurso contra o Edital de Deferimento das Inscrições.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Ventura de São Roque, 16 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

DIONEFAN ELISSON PROENÇA DE OLIVEIRA
Diretor SAMAE

ANEXO I – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**
Agente Operacional	ALEXANDRO PORTES	01930429109
Agente Operacional	ALEX GABRIEL MEDLO	01930435549
Agente Operacional	ANTONIO EDENILSON DO NASCIMENTO	01930430832
Agente Operacional	CLAUDEMIR DE OLIVEIRA	01930435545
Agente Operacional	CLERILDO ANDRADE	01930435542

Agente Operacional	DIONE CAVALHEIRO DAS CHAGAS	01930435556
Agente Operacional	GEOVALDO BERNARDES DE SOUZA	01930435551
Agente Operacional	JHONATAN JÚNIOR DA SILVA BAHLS	01930435548
Agente Operacional	JOÃO DIVONZIR DOS SANTOS	01930430991
Agente Operacional	JOILSON ATANAZILDO MARIA DE JESUS	01930435552
Agente Operacional	JOSÉ AUGUSTO BUENO DE OLIVEIRA	01930430442
Agente Operacional	JOSE VALDINEI DOS SANTOS	01930435541
Agente Operacional	KAROLINE PROBST	01930439385
Agente Operacional	LEANDRO BECHER FURLANETTO	01930440766
Agente Operacional	LUCAS MORAES	01930433007
Agente Operacional	PAULO EDUARDO KRUGER DALZOTTO	01930431493
Agente Operacional	RAIANA DE BARROS	01930435550
Agente Operacional	SIDNEI ANTONIO MOREIRA DA LUZ	01930435543
Agente Operacional	SIDNEI DAS DORES	01930435559
Agente Operacional	VALDIR DE PAULA	01930429588
Agente Operacional	WALTER PONTES DE JESUS	01930429235
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ADEMAR MUNHOZ	01930435553
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ANA CAROLINA RODRIGUES	01930430799
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ANDERSON FOGAÇA	01930429259
Operador do Sistema de Água e Esgoto	CASIANO DOS SANTOS	01930429628
Operador do Sistema de Água e Esgoto	CLEVERSON DOS SANTOS	01930436944
Operador do Sistema de Água e Esgoto	EDUARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA FARIA	01930435557
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ILUIDES DA SILVA PIRES	01930429185
Operador do Sistema de Água e Esgoto	LEONEL RICHE DE OLIVEIRA	01930435560
Operador do Sistema de Água e Esgoto	LINDOMAR FARIAS	01930435558
Operador do Sistema de Água e Esgoto	LUCIANO RODRIGUES CARVALHO	01930431843
Operador do Sistema de Água e Esgoto	MARIANE PONTES DOS SANTOS	01930430903
Operador do Sistema de Água e Esgoto	RONE DE JESUS KRUGER	01930435555
Operador do Sistema de Água e Esgoto	TANATÃ ROSENDO DE ALMEIDA	01930428754
Operador do Sistema de Água e Esgoto	TIAGO DE GODOIS	01930430641
Operador do Sistema de Água e Esgoto	VALDINEI DE SOUZA	01930435544
Operador do Sistema de Água e Esgoto	VALERIA SZOREK OLNEGUE MATIAZZO	01930435547
Operador do Sistema de Água e Esgoto	WAGNER CORREIA	01930431293
Operador do Sistema de Água e Esgoto	WAGNER LUCAS DA SILVA	01930431113
Operador do Sistema de Água e Esgoto	WELSON MATHEUS MACEDO	01930429873

ANEXO II – COTAS RACIAIS NEGROS

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	NEGROS
Agente Operacional	ANTONIO EDENILSON DO NASCIMENTO	01930430832	SIM
Agente Operacional	CLAUDEMIR DE OLIVEIRA	01930435545	SIM
Agente Operacional	JHONATAN JÚNIOR DA SILVA BAHLS	01930435548	SIM
Agente Operacional	JOILSON ATANAZILDO MARIA DE JESUS	01930435552	SIM
Agente Operacional	SIDNEI DAS DORES	01930435559	SIM
Agente Operacional	VALDIR DE PAULA	01930429588	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ADEMAR MUNHOZ	01930435553	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ANDERSON FOGAÇA	01930429259	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	CASIANO DOS SANTOS	01930429628	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	CLEVERSON DOS SANTOS	01930436944	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	DIONEFAN ELISSON PROENÇA DE OLIVEIRA	01930428771	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	ILUIDES DA SILVA PIRES	01930429185	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	TIAGO DE GODOIS	01930430641	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	VALDINEI DE SOUZA	01930435544	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	WAGNER LUCAS DA SILVA	01930431113	SIM
Operador do Sistema de Água e Esgoto	WELSON MATHEUS MACEDO	01930429873	SIM

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:BFB18210

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
(LEI FEDERAL N. 14.133/2021)

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
MODALIDADE DE COMPRA: DISPENSA
AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021 Art. 75, II; RESOLUÇÃO Nº 03/2023 E DEMAIS ALTERAÇÕES;
TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
REGISTRO DE PREÇOS: SIM
DATA DA PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO: 16/07/2026
DATA FINAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/07/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

FORMA DE EXECUÇÃO: O ITEM DEVERÁ SER ENTREGUE DE FORMA PARCELADA.
(E DEMAIS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.)

Item	Descrição	Unid	Quant
1	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO, MOAGEM FINA E UNIFORME, EMBALAGEM ALTO VÁCUO, TIPO DO CAFÉ: TRADICIONAL, PONTO DE TORRAÇÃO: MÉDIA, SEM GLÚTEN E SEM GORDURA SATURADA. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM (TIPO TIJOLINHO) PACOTE DE 5OOG. VALIDADE MÍNIMA 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCA DE REFERÊNCIA DE QUALIDADE: MELITTA, TRÊS CORAÇÕES, PILÃO, DAMASCO, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE, CONF O SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC) OU NA AUSÊNCIA DESTE, LAUDO DE ANÁLISE DO PRODUTO OFERTADO EMITIDO POR LABORATÓRIO HABILITADO PELA REBLAS/ANVISA COMPROVANDO A QUALIDADE DO PRODUTO. EMBALADO NO PRAZO MÁXIMO DE 90 DIAS NA DATA DA ENTREGA.	UN	60
2	CHÁ MATE GRANEL, CAIXA COM 250 GRAMAS	CX	30
3	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº. 103, CAIXA C/ 30 UN. COMPOSIÇÃO: 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS	UN	40
4	AÇÚCAR REFINADO 1KG. ORIGEM VEGETAL: SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR	PCT	8
5	ADOÇANTE LIQUIDO 100ML	UN	4
6	RECARGA DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS ACONDICIONADA EM GARRAFÃO POLICARBONATO OU PET TRANSPARENTE, GALÃO DE 20 LITROS	UN	40
7	LEITE UHT, PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL (VACA), LÍQUIDO FLUIDO, HOMOGÊNEO, DE COR BRANCA OPACA, ESTERILIZADO, NÃO DEVE APRESENTAR MICRORGANISMOS PATOGÊNICOS E CAUSADORES DE ALTERAÇÕES FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS AO PRODUTO. EM CONDIÇÕES NORMAIS DE ARMAZENAMENTO. EMBALAGEM PRIMÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. EMBALAGEM TETRA PAK DE 1 LITRO	UN	48

OBS: As propostas e habilitação devem ser enviadas no e-mail: comprascmbs@hotmail.com

Bocaiúva do Sul, 15 de julho de 2026.

GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA
Agente de Contratação
Portaria 019/2026

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:0716EC78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 19/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL19/2026
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data de homologação: 14/07/2026
d) Objeto da licitação: Aquisição de 1 (uma) unidade de veículo automotor de passeio, tipo sedan, zero quilômetro, ano/modelo 2026, motorização flex (etanol/gasolina) 1.0 TSI, transmissão automática de 6 velocidades, com itens de série e equipamentos de segurança conforme Resolução CONTRAN nº 960/2022 e PROCONVE L7 (Resolução CONAMA nº 492/2018), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Sul/PR.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7754 - VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA (59.104.422/0103-84)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	33633 - VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO (ZERO QUILÔMETRO); CARROCERIA TIPO SEDÃ; CAPACIDADE PARA 05 OCUPANTES; MOTOR TURBO FLEX DE NO MÍNIMO 1.4 LITRO; POTÊNCIA MÍNIMA DE 145 CV QUANDO ABASTECIDO COM ETANOL; TORQUE MÍNIMO DE 25 KGFM; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES; DIREÇÃO ELÉTRICA; AR-CONDICIONADO DIGITAL AUTOMÁTICO; PAINEL DE INSTRUMENTOS DIGITAL CONFIGURÁVEL; CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA MÍNIMA DE 10 POLEGADAS; COMPATIBILIDADE COM ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY SEM FIO OU POR CABO; SISTEMA DE CARREGAMENTO USB PARA PASSAGEIROS DIANTEIROS E TRASEIROS; FARÓIS E LANTERNAS EM LED; RODAS DE LIGA LEVE MÍNIMO ARO 17"; CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESC); CONTROLE DE TRAÇÃO (TCS); ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SISTEMA DE MONITORAMENTO DA PRESSÃO DOS PNEUS; AIRBAGS FRONTAIS, LATERAIS E DE CORTINA; SISTEMA ISOFIX; CÂMERA DE RÉ; SENSORES DE ESTACIONAMENTO DIANTEIROS E TRASEIROS; PILOTO AUTOMÁTICO; VOLANTE MULTIFUNCIONAL REVESTIDO; BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA; PORTA-MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 LITROS; COR BRANCA SÓLIDA; GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE	UN		1	152.700,00	152.700,00
Total (R$):						152.700,00

Bom Jesus do Sul-PR, 14/07/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3A605DA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.870, DE 15 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Especial na LOA para o exercício de 2026, cria Fontes de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.799 de 15 de julho de 2026.
DECRETA
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei 1.749/2025, de 15 de setembro de 2025, referente ao Plano Plurianual para o Exercícios de 2026.
Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei 1.752/2025, de 25 de setembro de 2025, referente Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026.
Art. 3º Fica o Poder executivo Municipal Autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Lei nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025, sendo o valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), por excesso de arrecadação, e por superávit o valor de R$ 55.029,11 (cinquenta e cinco mil, vinte e nove reais e onze centavos), totalizando o montante de R$ 111.029,11 (cento e onze mil, vinte e nove reais e onze centavos), nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	7.000,00
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0007.2.063	**Manutenção da Unidade de Saúde**		
3.3.72.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica	365	56.000,00
3.3.72.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica	5354	41.029,11
08.00	**Departamento de Assistência Social**		
08.03	**Fundo Municip de Assistência Social**		
08.244.0008.2.025	**Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	5.000,00
11.00	**Depto de Ind.Com e Turismo**		
11.01	**Divisão de Indústria, Com e Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Ativid. Op. e Apoio a Ind. Com e Tur**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	2.000,00
TOTAL			111.029,11

Art. 4º Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em decorrência da autorização constante deste decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação a serem apurados no corrente exercício, e por superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64 em seu art. 43, § 1º incisos I e II, na alínea da receita a seguir especificada:
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1723.50.01.16 (218)	Transf de Recursos - Resolução SESA 746/2026 - MCA	365	56.000,00
	TOTAL		**56.000,00**

II – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados/Restos a Receber do exercício de 2025 no valor de R$ 55.029,11 (cinquenta e cinco mil, vinte e nove reais e onze centavos).

FONTE	NOMENCLATURA	VALOR
5354	FAF – Incremento Temp. Saúde de Média Complexidade MCA – Resolução 7758/2022	41.029,11
5000	Recursos Livres	14.000,00
	TOTAL	**55.029,11**

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:93F9D976

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.799, DE 15 DE JULHO DE 2026.

o exercício de 2026, cria Fontes de Recursos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei 1.749/2025, de 15 de setembro de 2025, referente ao Plano Plurianual para o Exercícios de 2026.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a alterar a Lei 1.752/2025, de 25 de setembro de 2025, referente Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026.

Art. 3º Fica o Poder executivo Municipal Autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Lei nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025, sendo o valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), por excesso de arrecadação, e por superávit o valor de R$ 55.029,11 (cinquenta e cinco mil, vinte e nove reais e onze centavos), totalizando o montante de R$ 111.029,11 (cento e onze mil, vinte e nove reais e onze centavos), nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	7.000,00
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0007.2.063	**Manutenção da Unidade de Saúde**		
3.3.72.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica	365	56.000,00
3.3.72.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica	5354	41.029,11
08.00	**Departamento de Assistência Social**		
08.03	**Fundo Municip de Assistência Social**		
08.244.0008.2.025	**Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	5.000,00
11.00	**Depto de Ind.Com e Turismo**		
11.01	**Divisão de Indústria, Com e Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Atívid. Op. e Apoio a Ind. Com e Tur**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil	5000	2.000,00
TOTAL			111.029,11

Art. 4º Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em decorrência da autorização constante dessa lei, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação a serem apurados no corrente exercício, e por superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64 em seu art. 43, § 1º incisos I e II, na alínea da receita a seguir especificada:

I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1723.50.01.16 (218)	Transf de Recursos - Resolução SESA 746/2026 - MCA	365	56.000,00
	TOTAL		**56.000,00**

II – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados/Restos a Receber do exercício de 2025 no valor de R$ 55.029,11 (cinquenta e cinco mil, vinte e nove reais e onze centavos).

FONTE	NOMENCLATURA	VALOR
5354	FAF – Incremento Temp. Saúde de Média Complexidade MCA – Resolução 7758/2022	41.029,11
5000	Recursos Livres	14.000,00
	TOTAL	**55.029,11**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15(quinze) dias mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:3941820B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2026 - INEXIGIBILIDADE 11/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2026

INEXIGIBILIDADE 11/2026 – (Processo Licitatório 77/2026). DATA DO AVISO: 19/06/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: MABELE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA – CNPJ: 35.457.127/0001-19.

OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de veículos novos 2026/2027 **do** Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o desenvolvimento ambiental sustentável do norte de Minas - CODANORTE**, conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital**, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT	VL. TOTAL
09	**VEÍCULO TIPO FURGÃO COM CARROCERIA EM AÇO E ORIGINAL DE FÁBRICA, DE TETO ALTO, ZERO KM, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA PADRÃO SAMU 192, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 10 (DEZ) METROS CÚBICOS NO TOTAL, COM PORTA LATERAL** Deslizante e portas traseiras. motorização mínima: motordianteiro; 4 cilindros; turbo com intercooler; combustível diesel; ano de fabricação não inferior a 2024, potência de pelo menos 135 cv; torque mínimo de 24 kgfm³; cilindrada mínima = 2.000 cm³; sistema de alimentação = injeção eletrônica; capacidade mínima = 70 litros. freios e suspensão: conforme linha de produção. Transmissão: mínimo de 5 marchas à frente e 1 marcha à ré. demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, código de trânsito brasileiro e em conformidade com o PROCONVE. Estrutura: cabine e carroceria serão as originais do veículo, construídas em aço. Altura interna mínima de 1.800 mm no salão de atendimento (compartimento de carga) com capacidade volumétrica não inferior a 10 (dez) metros cúbicos no total, servido com duas portas traseiras com abertura horizontal mínima em duas posições (de 90 e 180 graus ou 90 e 270 graus), tendo como altura mínima 1.650 mm, com dispositivo automático para mantê-las abertas, impedindo seu fechamento espontâneo no caso do veículo estacionar em desnível. Portas em chapa, com revestimento interno em poliestireno, com fechos, tanto interno como externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. A altura interna do veículo deverá ser original de fábrica, sem que seja alterada a parte construtiva da ambulância. Sistema elétrico: será o original do veículo, com montagem de sistema secundário com bateria adicional; a alimentação deverá ser feita por duas baterias, sendo a do chassi original do fabricante e uma outra, independente, para o compartimento de atendimento; o sistema elétrico deverá estar dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados (do veículo e equipamentos), quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores; o compartimento de atendimento e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do chassi da viatura. o painel elétrico interno, localizado na parede sobre a bancada próxima à cabeceira do paciente, deverá possuir uma régua integrada com no mínimo oito tomadas, sendo quatro tripolares (2p+t) de 110v (ac), duas 5v(dc) padrão usb e duas para 12v(dc); as tomadas elétricas deverão manter uma distância mínima de 31 cm de qualquer tomada de oxigênio. tomada externa tripolar para captacao de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo. Iluminação interna: a iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos: natural - mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria); e artificial - deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 200 mm, em modelo led. iluminação externa: a iluminação externa deverá contar com holofotes tipo farol articulado regulável manualmente na parte traseira e nas laterais da carroceria, com acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. **COTA AMPLA CONCORRÊNCIA**	01	R$ 337.593,88	R$ 337.593,88
15	**VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE - 1 CADEIRANTE)** Capacidade total acesso ao cadeirante: ano 2024, mínimo de 10 pessoas/ com acessibilidade veículo 0 km: sim potência: min. 135 cv distância entre eixos: min. 3665 mmtv com kit multimídia: possui resolução contran 316/09: sim combustível: diesel câmbio: manual tipo de direção: hidráulica tração: 4 x 2. Apresentar junto a essa proposta laudo de ensaio de cinto de três pontos para os bancos. **COTA AMPLA CONCORRÊNCIA**	01	R$ 326.593,88	R$ 326.593,88

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 664.187,76 (seiscentos e sessenta e quatro mil cento e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).** O pagamento será efetuado pelo Ente Participante/ CODANORTE via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada do fornecedor registrado em até 30 (trinta) dias após o atestado definitivo do responsável pelo recebimento, conferência do bem e também da Nota Fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para efeitos de indicação de recursos orçamentários será utilizado a seguinte dotação: 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 44.90.52 Material Permanente; Despesa: 1536.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 15 de julho de 2026**.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:F850D9AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO(À) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO(À) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA EMERSON SIGORA FUNERARIA PREVIVER, TENDO COMO OBJETO A(O) Registro de preço para futura e eventual aquisição de urnas e serviços funerários para atendimento das necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Secretaria de Assistência Social.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **EMERSON SIGORA FUNERARIA PREVIVER,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.538.011/0001-44, com sede na Avenida dos Avenida Ponta Grossa,339, Centro, Califórnia - PR, 86.820-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) EMERSON SIGORA, inscrito(a) no CPF n.º 037.423.309-85, residente e domiciliado(a) na cidade de Califórnia - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao(à) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 188/2025, referente ao resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do(a) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 188/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do(a) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 188/2025 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 16/07/2026 até 15/07/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SALDO
O quantitativo do lote registrado na Ata de Registro de Preços nº 188/2025 será recomposto para o novo exercício, limitando-se à quantidade originalmente registrada, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	Urna funerária simples, medindo aproximadamente 1,90 m de comprimento e 0,60 cm de largura, e 0,50 cm de altura, com 6 alças dura, 6 chavetas, com renda simples, todo forrado em TNT e serviços funerários para adultos e/ou crianças, contendo: preparação do corpo, com véu, ornamentação, velas, castiçais, suportes para sustentação do caixão funerário, serviços de translato em raio de 30 km, serviços de limpeza na capela após o enterro.	SERV	30	R$ 1.580,0000	R$ 47.400,0000
1	Urna funerária infantil, com até 1,50 de comprimento, com 4 alças dura, 4 chavetas, com renda simples, todo forrado em TNT e serviços funerários para adultos e/ou crianças, contendo: preparação do corpo, com véu, ornamentação, velas, castiçais, suportes para sustentação do caixão funerário, serviços de translato em raio de 30 km, serviços de limpeza na capela após o enterro.	SERV	10	R$ 1.155,0000	R$ 11.550,0000
1	Urna funerária para bebês (natimortos), medidas de até 0,60 cm de comprimento, com 4 alças dura, 4 chavetas, com renda simples, todo forrado em TNT e serviços funerários para adultos e/ou crianças, contendo: preparação do corpo, com véu, ornamentação, velas, castiçais, suportes para sustentação do caixão funerário, serviços de translato em raio de 30 km, serviços de limpeza na capela após o enterro.	SERV	10	R$ 910,0000	R$ 9.100,0000
1	Urna funerária tamanho especial, medindo aproximadamente 2,10 m de comprimento, e 0,64 cm de largura, e mínimo de 0,50 cm de altura, com 6 alças dura, 6 chavetas, com renda simples, todo forrado em TNT e serviços funerários para adultos e/ou crianças, contendo: preparação do corpo, com véu, ornamentação, velas, castiçais, suportes para sustentação do caixão funerário, serviços de translato em raio de 30 km, serviços de limpeza na capela após o enterro.	SERV	15	R$ 2.196,0000	R$ 32.940,0000

CLÁUSULA QUARTA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente,reconhecendo a validade jurídica e a força executiva do documento em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Califórnia, 14 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Emerson Sigora Funeraria Previver
Contratante	Contratada
PAULO SERGIO CHILEIDE	***EMERSON SIGORA***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:FC2F9537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2705/2026 DE 15/07/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2705/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$7.709.771,38 (sete milhões, setecentos e nove mil e setecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
06.001.10.301.0011.1.003		AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE	
160 - 4.4.90.51.00.00	1255	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.211.000,00
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	
15.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO	
15.002.15.451.0026.1.005		Pavimentação, Drenagem e Urbanização de Vias Públicas	
555 - 4.4.90.51.00.00	1254	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.498.771,38
		Total Suplementação:	7.709.771,38

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.1.4.99.0.1.01 Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Fonte: 1254	1.498.771,38

Receita: 2.4.1.1.51.2.1 Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção	6.211.000,00
Total da Receita:	7.709.771,38

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:9607D0E4

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2026

EDITAL N.º 06.02/2026 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

O Prefeito do Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva e discursiva** do Concurso Público n.º 02/2026, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso Público em referência serão aplicadas na data de **26/07/2026** (**DOMINGO**), na cidade Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Art.2º As provas serão aplicadas no período **MATUTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INÍCIO DAS PROVAS
26/07/2026	Matutino	08h00min	08h40min	09h00min

O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF.

A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília – DF.

A aplicação terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e do cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul (PR), 15 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO	*MARCOS CEZAR SIMIONI DA CRUZ*
Prefeito	Presidente da Comissão de Concurso

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:66962C32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"										
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.941.500,00	66.693.301,87	11.870.276,65	27.714.781,59	38.978.520,28	8.323.593,24	22.005.383,56	44.687.918,31	19.831.712,73	
DESPESAS CORRENTES	50.695.665,50	55.761.545,77	7.518.760,36	22.077.845,30	33.683.700,47	7.404.599,00	20.533.165,95	35.228.379,82	18.422.526,89	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.406.165,50	22.513.811,20	3.195.968,97	9.870.053,27	12.643.757,93	3.195.968,97	9.870.053,27	12.643.757,93	9.795.567,14	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.100.000,00	1.100.000,00	115.813,98	359.468,15	740.531,85	115.813,98	359.468,15	740.531,85	321.441,71	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.189.500,00	32.147.734,57	4.206.977,41	11.848.323,88	20.299.410,69	4.092.816,05	10.303.644,53	21.844.090,04	8.305.518,04	

DESPESAS DE CAPITAL	2.895.834,50	10.581.756,10	4.351.516,29	5.636.936,29	4.944.819,81	918.994,24	1.472.217,61	9.109.538,49	1.409.185,84
INVESTIMENTOS	1.395.834,50	9.081.756,10	4.125.882,05	4.931.443,36	4.150.312,74	693.360,00	766.724,68	8.315.031,42	733.364,68
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.500.000,00	225.634,24	705.492,93	794.507,07	225.634,24	705.492,93	794.507,07	675.821,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	1.924.408,30
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	59.000.000,00	72.508.801,87	12.672.171,92	29.922.796,52	42.586.005,35	9.125.488,51	24.213.398,49	48.295.403,38	21.756.121,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	59.000.000,00	72.508.801,87	12.672.171,92	29.922.796,52	42.586.005,35	9.125.488,51	24.213.398,49	48.295.403,38	21.756.121,03
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.966.400,46	(1.966.400,46)	4.423.677,92
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	59.000.000,00	72.508.801,87	12.672.171,92	29.922.796,52	42.586.005,35	9.125.488,51	26.179.798,95	46.329.002,92	26.179.798,95
Entidades:									
Município de Campo do Tenente									

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:EB057575

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MAIO A JUNHO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	4.958.500,00	5.115.500,00	570.634,98	1.861.718,52	3.253.781,48	570.634,98	1.861.718,52	3.253.781,48	1.578.111,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.458.500,00	3.730.500,00	570.634,98	1.861.718,52	1.868.781,48	570.634,98	1.861.718,52	1.868.781,48	1.578.111,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	1.385.000,00	0,00	0,00	1.385.000,00	0,00	0,00	1.385.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	700.000,00	231.260,29	346.296,41	353.703,59	231.260,29	346.296,41	353.703,59	346.296,41
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	700.000,00	231.260,29	346.296,41	353.703,59	231.260,29	346.296,41	353.703,59	346.296,41
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	1.924.408,30
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	3.607.485,07	1.924.408,30
Entidades:									
Município de Campo do Tenente									

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:5DF8D7AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
MAIO A JUNHO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.000.000,00	70.513.719,41	8.649.770,05	12,27	26.179.798,95	37,13	44.333.920,46
RECEITAS CORRENTES	58.895.000,00	70.335.719,41	8.409.371,17	11,96	25.535.923,40	36,31	44.799.796,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	5.426.000,00	5.426.000,00	506.986,32	9,34	1.676.349,22	30,89	3.749.650,78
IMPOSTOS	4.794.000,00	4.794.000,00	440.821,01	9,20	1.591.506,06	33,20	3.202.493,94
TAXAS	632.000,00	632.000,00	66.165,31	10,47	84.843,16	13,42	547.156,84
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	427.000,00	427.000,00	48.558,02	11,37	251.004,87	58,78	175.995,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	427.000,00	427.000,00	48.558,02	11,37	251.004,87	58,78	175.995,13
RECEITA PATRIMONIAL	400.000,00	403.669,80	46.871,45	11,61	414.318,84	102,64	(10.649,04)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	400.000,00	403.669,80	46.871,45	11,61	414.318,84	102,64	(10.649,04)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	693.000,00	857.000,00	27.592,71	3,22	186.003,23	21,70	670.996,77

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	693.000,00	857.000,00	27.592,71	3,22	186.003,23	21,70	670.996,77
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.726.000,00	62.999.049,61	7.773.998,37	12,34	22.996.551,39	36,50	40.002.498,22
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	26.203.000,00	27.493.000,00	4.378.065,06	15,92	11.661.309,41	42,42	15.831.690,59
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	16.346.000,00	26.329.049,61	2.013.225,51	7,65	6.914.218,78	26,26	19.414.830,83
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	344.000,00	344.000,00	18.408,08	5,35	92.040,40	26,76	251.959,60
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	8.833.000,00	8.833.000,00	1.364.299,72	15,45	4.328.982,80	49,01	4.504.017,20
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	223.000,00	223.000,00	5.364,30	2,41	11.695,85	5,24	211.304,15
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	189,89	0,00	4.911,04	0,00	(4.911,04)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	223.000,00	223.000,00	3.031,87	1,36	3.689,41	1,65	219.310,59
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	581,62	0,00	(581,62)
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.142,54	0,00	2.513,78	0,00	(2.513,78)
RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	178.000,00	240.398,88	135,06	643.875,55	361,73	(465.875,55)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	240.398,88	0,00	643.770,55	0,00	(643.770,55)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	240.398,88	0,00	643.770,55	0,00	(643.770,55)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	178.000,00	0,00	0,00	105,00	0,06	177.895,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	105,00	0,10	104.895,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	59.000.000,00	70.513.719,41	8.649.770,05	12,27	26.179.798,95	37,13	44.333.920,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	59.000.000,00	70.513.719,41	8.649.770,05	12,27	26.179.798,95	37,13	44.333.920,46
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	59.000.000,00	70.513.719,41	8.649.770,05	12,27	26.179.798,95	37,13	44.333.920,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.035.082,46	0,00	0,00	2.035.082,46	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.035.082,46	0,00	0,00	2.035.082,46	100,00	0,00

Entidades:

Município de Campo do Tenente

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:35

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:F3849994

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27		2.208.014,93		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	13,79	2.208.014,93	37,97	0,00

Entidades:

Município de Campo do Tenente

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:A44DA7A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea				
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.107.444,60	4.030.957,58	3.895.537,54	0,00
Dívida Mobiliária	2.489.247,96	2.096.204,30	2.156.820,71	0,00
Dívida Contratual	1.618.196,64	1.934.753,28	1.738.716,83	0,00
Empréstimos	269.118,46	253.862,52	253.862,52	0,00
Internos	269.118,46	253.862,52	253.862,52	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	1.349.078,18	1.680.890,76	1.484.854,31	0,00
Internos	1.349.078,18	1.680.890,76	1.484.854,31	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.512.450,17	5.852.512,58	4.327.653,59	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.512.450,17	5.852.512,58	4.327.653,59	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.970.797,11	8.727.862,11	6.887.949,28	0,00
(-) Restos a pagar processados	4.094.410,21	2.557.245,63	2.170.940,38	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	363.936,73	318.103,90	389.355,31	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	594.994,43	(1.821.555,00)	(432.116,05)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	49.695.594,57	51.772.016,91	43.403.250,20	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	433.401,00	1.133.401,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	49.695.594,57	51.338.615,91	42.269.849,20	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	8,27	7,85	9,22	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	1,20	(3,55)	(1,02)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	59.634.713,48	61.606.339,09	50.723.819,04	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	53.671.242,14	55.445.705,18	45.651.437,14	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	5.570.790,65	4.268.730,92	3.662.341,30	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Município de Campo do Tenente				

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:CF66137E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	178.000,00	692,44	177.307,56
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	178.000,00	692,44	177.307,56
Alienação de Bens Móveis	73.000,00	0,00	73.000,00
Alienação de Bens Imóveis	105.000,00	105,00	104.895,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	587,44	(587,44)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	178.000,00	692,44	177.307,56

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	178.000,00	0,00	0,00	0,00	3.138,03	178.000,00
Investimentos	178.000,00	0,00	0,00	0,00	3.138,03	178.000,00

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	178.000,00	0,00	0,00	0,00	3.138,03	178.000,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(298.464,97)	692,44	(297.772,53)
Entidades:			
Município de Campo do Tenente			

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:F9F19DA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §				
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**49.695.594,57**	**51.772.016,91**	**43.403.250,20**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §	**0,00**	**433.401,00**	**1.133.401,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -	**49.695.594,57**	**51.338.615,91**	**42.269.849,20**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**10.933.030,81**	**11.294.495,50**	**9.299.366,82**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**9.839.727,72**	**10.165.045,95**	**8.369.430,14**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**		
	ANTERIOR	**até o 1º**	**até o 2º**	**até o 3º**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:				
Município de Campo do Tenente				

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:DE86BA66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00

Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	43.403.250,20	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.133.401,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	42.269.849,20	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.763.175,87	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	6.086.858,28	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA 2.958.889,44		7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:89C620FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	643.770,55	(643.770,55)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	11.281.756,10	5.983.232,70	5.298.523,40
Investimentos	9.081.756,10	4.931.443,36	4.150.312,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.200.000,00	1.051.789,34	1.148.210,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	11.281.756,10	5.983.232,70	5.298.523,40
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	11.281.756,10	5.339.462,15	5.942.293,95
Entidades:			
Município de Campo do Tenente			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:47			

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:6D43DDC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	4.794.000,00	1.591.506,06
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.201.800,00	305.790,89
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	740.900,00	56.398,39
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.160.400,00	777.309,40
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	690.900,00	452.007,38
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	47.413.000,00	16.517.977,41
2.1 - Cota-parte FPM	26.242.000,00	10.930.530,97
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.242.000,00	10.930.530,97
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.000.000,00	0,00

2.2 - Cota-parte ICMS	16.151.000,00	4.847.247,37
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	520.000,00	80.499,16
2.4 - Cota-parte ITR	700.000,00	3.768,33
2.5 - Cota-parte IPVA	3.800.000,00	655.931,58
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	52.207.000,00	18.109.483,47
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	8.682.600,00	3.303.595,48
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.369.150,00	1.223.775,39

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.833.000,00	4.367.347,25
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.833.000,00	4.367.347,25
6.1.1 - Principal	8.833.000,00	4.328.982,80
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	38.364,45
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	150.400,00	1.025.387,32

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	322.254,22
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	322.254,22
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	4.689.601,47

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.046.917,36	3.609.118,85	3.609.118,85	3.536.922,01	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.554.665,50	3.603.929,12	3.603.929,12	3.533.998,28	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.614.000,00	1.588.802,57	1.588.802,57	1.554.676,84	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	5.940.665,50	2.015.126,55	2.015.126,55	1.979.321,44	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	492.251,86	5.189,73	5.189,73	2.923,73	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	267.917,36	5.189,73	5.189,73	2.923,73	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	224.334,50	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.603.929,12	3.603.929,12	3.533.998,28	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.603.929,12	3.603.929,12	3.533.998,28	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.603.929,12	3.603.929,12	3.533.998,28	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.057.143,08	3.603.929,12	3.603.929,12	82,52
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	436.734,72	763.418,13	763.418,13	326.683,40	17,48

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	763.493,79	322.254,22	2.017,98	0,00	0,00	319.983,51
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	763.266,72	319.983,51	0,00	0,00	0,00	319.983,51
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	227,07	2.270,71	2.017,98	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.706.500,00	2.649.797,33	2.488.068,94	2.148.091,13	161.728,39

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	513.000,00	55.625,12	49.293,12	7.302,30	6.332,00
20.2 - Ensino Fundamental	5.943.500,00	2.594.172,21	2.438.775,82	2.140.788,83	155.396,39
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.505.688,07	6.253.726,45	6.091.998,06	5.682.089,41	161.728,39
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.397.188,07	1.644.427,69	1.638.095,69	1.561.979,14	6.332,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	12.108.500,00	4.609.298,76	4.453.902,37	4.120.110,27	155.396,39
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL Valor					
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					2.488.068,94
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.303.595,48
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					326.683,40
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					319.983,51
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					486.457,37
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					4.658.540,14
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.527.370,87	4.658.540,14	25,72

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.495.468,99	197.688,91	333.005,11	486.457,37	676.006,51
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	596.568,07	197.688,91	278.017,82	125.636,07	192.914,18
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	898.900,92	0,00	54.987,29	360.821,30	483.092,33
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.468.500,00	413.126,50
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.124.500,00	320.236,55
31.1.1 - Salário-Educação	824.500,00	192.574,77
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	200.000,00	105.189,61
31.1.4 - PNATE	100.000,00	22.472,17
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	344.000,00	92.573,14
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	316,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.496.500,00	572.137,73	518.346,48	402.587,84	53.791,25
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	3.252,50	3.252,50	3.252,50	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.471.500,00	568.885,23	515.093,98	399.335,34	53.791,25
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.252.188,07	6.915.923,76	6.700.404,12	6.167.770,01	215.519,64
33.1 - Despesas Correntes	17.122.582,86	6.913.905,78	6.698.386,14	6.165.752,03	215.519,64
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.369.311,20	4.531.363,93	4.531.363,93	4.451.299,61	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	276.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.477.271,66	2.382.541,85	2.167.022,21	1.714.452,42	215.519,64
33.2 - Despesas de Capital	129.605,21	2.017,98	2.017,98	2.017,98	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	129.605,21	2.017,98	2.017,98	2.017,98	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	402.651,29	89,10
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.367.347,25	192.574,77
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.062.597,09	191.685,22
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	707.401,45	978,65
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	707.401,45	978,65
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:7CC9BC13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	70.335.719,41	25.535.923,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.426.000,00	1.676.349,22
IPTU	1.201.800,00	305.790,89
ISS	2.160.400,00	777.309,40
ITBI	740.900,00	56.398,39
IRRF	690.900,00	452.007,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	632.000,00	84.843,16
Contribuições	427.000,00	251.004,87
Receita patrimonial	403.669,80	414.318,84
Aplicações Financeiras (II)	403.669,80	414.318,84
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	62.999.049,61	22.996.551,39
Cota-Parte do FPM	21.922.000,00	8.798.992,63
Cota-Parte do ICMS	12.951.000,00	3.881.259,84
Cota-Parte do IPVA	3.040.000,00	518.015,46
Cota-Parte do ITR	560.000,00	3.080,13
Transferências da LC 61/1989	416.000,00	64.399,30
Transferências do FUNDEB	8.833.000,00	4.328.982,80
Outras transferências correntes	15.277.049,61	5.401.821,23
Demais receitas correntes	1.080.000,00	197.699,08
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.080.000,00	197.699,08
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	69.932.049,61	25.121.604,56
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	178.000,00	643.875,55
Operações de Crédito (VIII)	0,00	643.770,55
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	178.000,00	105,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	178.000,00	105,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	178.000,00	105,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	70.110.049,61	25.121.709,56
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	70.110.049,61	25.121.709,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	60.877.045,77	23.939.563,82	22.394.884,47	20.000.638,78	852.578,60	445.243,73	412.405,79
Pessoal e encargos sociais	26.244.311,20	11.731.771,79	11.731.771,79	11.373.679,03	341.200,56	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.100.000,00	359.468,15	359.468,15	321.441,71	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	33.532.734,57	11.848.323,88	10.303.644,53	8.305.518,04	511.378,04	445.243,73	412.405,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	59.777.045,77	23.580.095,67	22.035.416,32	19.679.197,07	852.578,60	445.243,73	412.405,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	11.281.756,10	5.983.232,70	1.818.514,02	1.755.482,25	1.119.084,89	1.304.632,71	950.338,82
Investimentos	9.081.756,10	4.931.443,36	766.724,68	733.364,68	1.119.084,89	1.304.632,71	950.338,82
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.200.000,00	1.051.789,34	1.051.789,34	1.022.117,57	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	9.081.756,10	4.931.443,36	766.724,68	733.364,68	1.119.084,89	1.304.632,71	950.338,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	69.208.801,87	28.511.539,03	22.802.141,00	20.412.561,75	1.971.663,49	1.749.876,44	1.362.744,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	69.208.801,87	28.511.539,03	22.802.141,00	20.412.561,75	1.971.663,49	1.749.876,44	1.362.744,61

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.374.739,71	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	1.374.739,71	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	7.000,00	
JUROS NOMINAIS	Até Junho / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	414.318,84	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	298.693,53	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.490.365,02	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Junho / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.107.444,60	4.101.450,19
DEDUÇÕES (XL)	3.512.450,17	4.480.905,29
Disponibilidade de Caixa	3.512.450,17	4.480.905,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.970.797,11	7.745.188,99
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.094.410,21	2.886.351,94
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	363.936,73	377.931,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	594.994,43	(379.455,10)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	974.449,53	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	400.000,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Junho / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.208.058,27)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(233.608,74)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(349.234,05)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.035.082,46	

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.035.082,46
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Entidades:	
Município de Campo do Tenente	

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:2EE6A6D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	43.403.250,20	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	42.269.849,20	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	41.774.278,58	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	20.236.432,41	48,44
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.558.110,43	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	21.430.204,91	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.302.299,39	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-254.545,79	-0,60
Limite definido por resolução do senado federal	50.723.819,04	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	9.299.366,82	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	6.763.175,87	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.958.889,44	7,00
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:320EA6C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	59.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	70.513.719,41
Receitas Realizadas	26.179.798,95
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	2.035.082,46
Dotação Inicial	59.000.000,00
Créditos Adicionais	13.508.801,87
Dotação Atualizada	72.508.801,87
Despesas Empenhadas	29.922.796,52
Despesas Liquidadas	24.213.398,49
Despesas Pagas	21.756.121,03
Superávit Orçamentário	1.966.400,46
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	29.922.796,52
Despesas Liquidadas	24.213.398,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	52.278.659,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.145.258,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	50.564.679,53
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00

Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	3.343.330,42		0,00 %
Resultado Primário	0,00	3.227.705,11		0,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	4.094.410,21	2.014.605,86	1.971.663,49	108.140,86
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.570.790,65	106.697,20	1.362.744,61	4.101.348,84
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.665.200,86	2.121.303,06	3.334.408,10	4.209.489,70
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**		**Limites constitucionais anuais**	
			% Mínimo a aplicar no exercício	**%Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	4.658.540,14		25% / 18%	25,72
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	3.603.929,12		70%	82,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	643.770,55		(643.770,55)	
Despesa de Capital Líquida	5.983.232,70		5.298.523,40	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	105,00		177.895,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		178.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**%Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.767.859,93	15%		20,81
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas/RCL (%)				
Entidades:				
Município de Campo do Tenente				
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:53				

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:6805526B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 236/2026 DATA: 15/07/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 no valor de **R$ 1.373.048,38** (um milhão, trezentos e setenta e três mil e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.818 de 23 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 1.373.048,38** *(um milhão, trezentos e setenta e três mil e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos)* nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GABINETE DO PREFEITO	
02.003	PROCURADORIA GERAL	
03.092.0002.2004	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
280	00000-Recursos Ordinários (Livre)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
570	00000-Recursos Ordinários (Livre)	42.000,00
580	00501-Alienação de Ativos - Outras Áreas	2.862,56
585	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	250.000,00
	SUBTOTAL	294.862,56
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. PEDAGÓGICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	

960	00000-Recursos Ordinários (Livre)	15.000,00
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1180	00103-Transferências Constitucionais (5%) - MDE	50.000,00
12.365.0005.2016	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1370	00103-Transferências Constitucionais (5%) - MDE	50.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR	
12.782.0005.2019	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1480	00000-Recursos Ordinários (Livre)	7.154,34
1490	00104-Demais Impostos Vinculados - Educação Básica - MDE	72.500,00
	SUBTOTAL	194.654,34
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.002	DEPARTAMENTO ESPORTIVO E RECREATIVO	
27.812.0006.2021	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ESPORTIVO E RECREATIVO	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
1710	00000-Recursos Ordinários (Livre)	2.612,95
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1730	00000-Recursos Ordinários (Livre)	588.473,39
	SUBTOTAL	591.086,34
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
10.301.0007.2023	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2085	00519-ASPS - Bloco de Investimento - Estadual	9.602,10
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2031	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2530	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	43.500,00
10.301.0007.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2385	00000-Recursos Ordinários (Livre)	51.760,62
08.004	DEPARTAMENTO DE CONTROLE E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS	
10.301.0007.2034	PROGRAMA QUALIF. INC. ORG. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - IOAF	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2630	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
	SUBTOTAL	124.862,72
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.003	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMAS)	
08.122.0006.2040	GESTÃO ADM. DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2910	00000-Recursos Ordinários (Livre)	13.000,00
08.122.0006.2041	BLOCO DE GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO (IGD-PBF)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3045	00940-SUAS - Bloco de Financ. Gestão Prog. Bolsa família e Cadastro Único - Port. nº 113/2015	12.958,77
08.245.0006.2044	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3175	00925-Incentivo CEAS/PR - Deliberação nº 088/2024	270,50
09.004	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMDCA)	
08.243.0006.2047	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3340	00880-Contribuições e Legados de Entidades Não Gov. (ECA/FMDCA)	2.131,43
09.005	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMDPI)	
08.241.0006.2050	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - FMDPI	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3505	00900-Fundo do Idoso (Inclusive Art. 9º - IN RFB nº 1131/2011)	56,69
09.006	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMDM)	
08.244.0006.2051	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - FMDM	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3567	00949-Deliberação nº 015/2025 - CEDM/PR (Estr. Gest. Rede Prot. Def. Direitos Mulher - Capital)	365,79
	SUBTOTAL	28.783,18
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.182.0003.2053	MANUTENÇÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
3720	00000-Recursos Ordinários (Livre)	7.280,38
	SUBTOTAL	7.280,38
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0003.2062	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SUMA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4210	00000-Recursos Ordinários (Livre)	32.000,00
13.003	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
15.451.0003.2065	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO E ENGENHARIA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4420	00000-Recursos Ordinários (Livre)	64.845,66
4421	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	19.673,20
	SUBTOTAL	116.518,86
	TOTAL	**1.373.048,38**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.367.0005.2018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1430	00103-Transferências Constitucionais (5%) - MDE	82.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1440	00103-Transferências Constitucionais (5%) - MDE	18.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.002	DEPARTAMENTO ESPORTIVO E RECREATIVO	
27.812.0006.2021	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ESPORTIVO E RECREATIVO	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
1710	00000-Recursos Ordinários (Livre)	458,07
	SUBTOTAL	458,07
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.004	DEPARTAMENTO DE CONTROLE E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS	
10.301.0007.2032	MANUTENÇÃO DO DPTO. DE CONTROLE E COORD. DE PROGRAMAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2580	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.002	DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
20.608.0004.2057	PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4000	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	19.673,20
	SUBTOTAL	19.673,20
	TOTAL	**140.131,27**

II - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	642.846,96
00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	250.000,00
	TOTAL	**892.846,96**

III - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.1.1.3.03.4.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS DE TERCEIROS	290.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.18	REMUNERAÇÃO DB - RECURSOS LIVRES - ICMS LC 87/96	21.822,31
1.3.2.1.01.1.1.05.03	REMUNERAÇÃO DB - ALIENAÇÃO DE BENS - OUTRAS ÁREAS - 501	2.862,56
1.3.2.1.01.1.1.02.07	REMUNERAÇÃO DB - FAF ESTADUAL INVESTIMENTO - 519	9.602,10
1.3.2.1.01.1.1.04.01	REMUNERAÇÃO DB - FMDCA - DOAÇÕES - 880	2.131,43
1.3.2.1.01.1.1.04.10	REMUNERAÇÃO DB - FMDPI - RFB (ART 9 IN RFB 1131/2011)	56,69
1.3.2.1.01.1.1.04.17	REMUNERAÇÃO DB - INCENTIVO CEAS/PR - DELIBERAÇÃO Nº 088/2024 - 925	270,50
1.3.2.1.01.1.1.04.12	REMUNERAÇÃO DB - PROCAD SUAS PROG.FORT.EMERG. ATEND. CAD. ÚNICO	958,77
1.7.1.6.50.0.1.07.00	FNAS/PROCAD SUAS PROG. FORTAL. EMERG. ATENDIM. CADASTRO ÚNICO - 940	12.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.20	REMUNERAÇÃO DB - DELIBERAÇÃO Nº 015/2025 - CEDM/PR (ESTR. GEST. REDE PROT. DEF. DIREITOS MULHER - CAPITAL)-949	365,79
	TOTAL	**340.070,15**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 15 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5F353FE1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO DE SELEÇÃO DE PRODUTORES/AGRICULTORES Nº 01/2026 EDITAL Nº 04/2026 – LISTA PRÉVIA DOS SELECIONADOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

PROCESSO DE SELEÇÃO DE PRODUTORES/AGRICULTORES Nº 01/2026 EDITAL Nº 04/2026 – LISTA PRÉVIA DOS SELECIONADOS

O COMITÊ DO PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO, em atenção do disposto no § 4º, Art. 16, da Lei Municipal nº 1.619 de 08 de junho de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 1.619/2025, **TORNA PÚBLICA** a HOMOLOGAÇÃO DOS SELECIONADOS, para o ano de 2026, conforme a seguir:
LISTA HOMOLOGAÇÃO DOS SELECIONADOS:

NOME	LOCALIDADE
ABRAÃO KREMER DE MORAES	RIO DA LAJE
ACEIR TEIXEIRA DE LIMA	PASSO GRANDE
ACIR JOSE AGUIRRE	SÃO PEDRO
ACIR MIS	RIO NOVO

ACIR PEREIRA	BARRA MANSA
ADAIR ANTONIO GADINI	CACHOEIRA
ADAIR JOSE ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
ADÃO JOSÉ BARBOSA	ALTO CACHOEIRA
ADÃO PEDRO FERREIRA	FARTURA
ADEILDO ROCHA DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
ADELINA POSSATO DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
ADEMAR DE SOUZA	ALTO CACHOEIRA
ADEMAR MADRUGA	BARRA MANSA
ADEMIR AGUIRRE	SÃO PEDRO
ADEMIR DA COSTA	PASSO GRANDE
ADEMIR GONÇALVES	MATAS DO CAVERNOSO
ADEMIR PEREIRA DA CRUZ	ILHA DO CAVERNOSO
ADEMIR ROBERTO DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
ADEMIR ZELINSKI	SANTA LUZIA
ADENILSON RIBEIRO SLOCIAK	PASSO GRANDE
ADILSON ANTONIO LEAL POLI	ASS. SANTA CLARA
ADILSON DOLISNE DA SILVA	FARTURA
ADILSON JOSE DOS SANTOS	PASSO GRANDE
ADIR MACHADO DOS SANTOS	RIO BONITO
ADIR SEBASTIÃO DA SILVA	XAXIM
ADRIANA MIS	GUAJU
ADRIANE APARECIDA PIEGUES	CACHOEIRA
ADRIANO TEIXEIRA DA ROSA	VILA NOVA
AGOSTINHO DA LUZ PADILHA	CAVERNOSO III
AGRINAUDA PACZKOWSKI	SAMAMBAIAL
AIRTON DA SILVA	XAXIM
ALAERCIO POLESE DE LIMA	RIO BONITO
ALAIR ANTONIO ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
ALAOR DA LUZ PADILHA	PASSO GRANDE
ALBANO SOUZA TAZUEL	FAXINAL SANTO ANTONIO
ALBARI DE LIMA PEDROSO	PASSO GRANDE
ALBARI KRAUS DE LIMA	SAMAMBAIAL I
ALBINO WATCHEL	UNIÃO SÃO PEDRO
ALCEMAR NUNES DO AMARAL	MATAS DO CAVERNOSO
ALCEU BUENO VIEIRA	BARREIRO
ALCEU SOUZA DE JESUS	BEBINHA
ALCINDA ROSA DE LARA MACHADO OLIVEIRA	MATAS DO CAVERNOSO
ALCINDO IVANHINCHEN	COLONIA DOS ALEMÃES
ALCINDO VERISSIMO	SÃO PEDRO
ALCIONE GRUCHEVSKI	CACHOEIRA
ALCIR DAMAZIO	AGUA BRANCA
ALDEMAR NUMES DO AMARAL	SÃO PEDRO
ALDINAR NUNES DO AMARAL	MATAS DO CAVERNOSO
ALDO KRAUS HLUSKO	SAMAMBAIAL I
ALESSANDRA DE FATIMA FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
ALESSANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
ALESSANDRO OCHOCKI SLOCIAK	SANTA MARTA
ALEX DESCHK TUROK	RIO NOVO
ALEX SANDRO DAS CHAGAS	VILA ESPERANÇA
ALEX WALTER EHMS SAUKA	VILA NOVA
ALFREDO ERMELINO CARNEIRO	BEBINHA
ALICE DA SILVA	SÃO PEDRO
ALISON JONAS DE DEUS	DESPRAIADO
ALVARO MUZZOLON	PASSO GRANDE
ALVINO DA SILVA	XAXIM
AMANDA FERNANDES BARBOSA	FARTURA
AMANDA RAFAELA AGUIRRE	SÃO PEDRO
AMANDA SLOCIAK DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
AMARILIO RAMOS WELTER	MATAS DO CAVERNOSO
AMBROSIO IVATIUK	GUAJU
AMBROSIO PALUCH	SANTA LUZIA
AMBROZIO SENKIO	TIRIVAS
AMILTON PEDRO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
ANA BRIGIDA FARIAS DA SILVA LEAL	ASS. 8 DE OUTUBRO
ANA EVERLIN PILARSKI KOKUZICKI	UNIÃO SÃO PEDRO
ANA LUCIA DESCK	ASS. SANTA CLARA
ANA PAULA LEAL BAYER FOLMER	SEDE
ANA PAULA MARQUES SIQUEIRA SPAGNOLI	FARTURA
ANA ROSA DE LIMA MACHADO	ASS. 8 DE OUTUBRO
ANA SKOROPAD DESCHK	RIO NOVO
ANA VICTORIA VACELECHEN WELTER	SÃO JOÃO
ANALICE DA TRINDADE BONONETTO	PASSO GRANDE
ANANIAS CARVALHO HUF	UNIÃO SÃO PEDRO
ANANIAS CARVALHO PALHANO	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ANASTACIA NAHIRNEI	COLONIA DOS ALEMÃES
ANDERSON MISSIAS	MATAS DO CAVERNOSO
ANDERSON PALHUK MADRUGA	SÃO JUDAS TADEU
ANDERSON SCHUERTS	RIO NOVO
ANDRE TEIXEIRA DA ROSA	MATAS DO CAVERNOSO
ANDREIA DA LUZ MEIRELE	LAGOA SECA
ANDREIA DE SOUZA	ALTO CACHOEIRA
ANDRESSA DAS NEVES OLIVEIRA	RIO DA LAJE
ANGELA BUENO OLIVEIRA	SANTA MARTA
ANGELA GONÇALVES DESCHK	VILA ESPERANÇA
ANGELO SIDIMAR OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
ANTONIO ACIR DAS CHAGAS	SANTA MARTA
ANTONIO ALVES DE MORAIS	UNIÃO SÃO PEDRO
ANTONIO BUENO	MATAS DO CAVERNOSO

ANTONIO CARLOS BUENO	SANTA MARTA
ANTONIO DE OLIVEIRA	RIO NOVO
ANTONIO ELIAS STREIT	ILHA DO CAVERNOSO
ANTONIO ELOIR PEDROSO	SÃO PEDRO
ANTONIO FERREIRA DA LUZ	CORVO BRANCO
ANTONIO KEGLER	MATAS DO CAVERNOSO
ANTONIO KOWALSKI	MATAS DO CAVERNOSO
ANTONIO MAZUREK SOBRINHO	RIO NOVO
ANTONIO MOREIRA MARTINS	CACHOEIRA II
ANTONIO QUADROS	CORVO BRANCO
ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	BARRA DOS ALMEIDAS
ANTONIO SLOCIAK	SANTA MARTA
ANTONIO TAVARES IRMÃO	ASS. SANTA CLARA
APARECIDA CARNEIRO	BEBINHA
AQUILINO POLI	ASS. SANTA CLARA
ARGEU TUROK DAS CHAGAS	SANTA MARTA
ARISTEU PEREIRA	ALTO CACHOEIRA
ARLINDO FERREIRA	FARTURA
ARMELINDA SOARES	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
AROLDO FARAGO DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ARTHUR RUFATO SHIMID	MATAS DO CAVERNOSO
AUGUSTO FERREIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
AUREA SENKIO RIZINESK	SANTA LUZIA
AURINDO RIBEIRO	VILA ESPERANÇA
BENEDITO APARECIDO DE MIRANDA	SÃO JOÃO
BERNARDINA SCHUERTS	RIO NOVO
BOGDAN JOSE MARTINS	RIO NOVO
BRUNA BRANDALISE	SÃO JOÃO
BRUNO COPACHENSKI	ALAGADO DO IGUAÇU
CARLITO JOSE SIZANOSKI SEDORKO	SAMAMBAIAL I
CARLOS MISS	RIO NOVO
CARMEM LUCIA DIAS BORSUK	SÃO PEDRO
CAROLINA TEREZINHA DE JESUS	BEBINHA
CELIA DIAS	SÃO PEDRO
CELSO HUTHER	IGREJINHA
CELSO MIS TUROK	SANTA LUZIA
CELSO NOVAK	TIRIVAS
CELSO RUDI HAHN	CACHOEIRA
CESAR ALEXSANDRO MICHELS	RIO NOVO
CESAR DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
CIRENE TELASKA	MATAS DO CAVERNOSO
CIRINEU STEFANSKI	GUAJU
CIRINEU TUROK	SANTA MARTA
CIRLENE DE OLIVEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
CLAUDECIR NOVAK	TIRIVAS
CLAUDEMIR FERRI PARE	ALTO CACHOEIRA
CLAUDEMIR NAHIRNEI ZELINSKI	SANTA LUZIA
CLAUDETE ANTONIO	SANTA MARTA
CLAUDILENE APARECIDA MENEGUEL	PASSO GRANDE
CLAUDIMARA NOVAK PALUCK	TIRIVAS
CLAUDINEI STEFANSKI	TIRIVAS
CLAUDINEI TERNOUSKI PETEL	MATAS DO CAVERNOSO
CLAUDIO JOSE DE SIQUEIRA	DESPRAIADO
CLAUDIO VARGAS	SALEIRO
CLEBERSON BRUSTOLIM	MATAS DO CAVERNOSO
CLECI TEREZINHA DA SILVA VIANA	ALTO RIO DA LAJE
CLEIDE ANTUNES DAS CHAGAS	DESPRAIADO
CLEITON DE ANDRADE	UNIÃO SÃO PEDRO
CLEITON DONIZETTI GAIO AMBROSINI	RIO NOVO
CLEITON GUILANDE	FARTURA
CLENI OLIVEIRA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
CLEONICE DE SOUSA	ILHA DO CAVERNOSO
CLEONICE DO AMARAL DOS SANTOS	SANTA MARTA
CLEONICE FEDEX PINHEIRO	ALTO RIO DA LAJE
CLEUNICE MONTEIRO GONÇALVES	CACHOEIRA
CLEVERSON MENEGUEL	PASSO GRANDE
CLODOALDO PEDROSO	PASSO GRANDE
CLODOALDO RAMOS DE MATOS	SAMAMBAIAL I
CLOVIS DE ANDRADE	MATAS DO CAVERNOSO
CONCEIÇÃO APARECIDA DA ROSA SAUKA	PASSO GRANDE
CREVANIR DE JESUS VENITE	BEBINHA
DALVANA LEMES DE QUADROS	CAVERNOSO III
DALVANE FERREIRA MENDES	XAXIM
DALVINA CAMPOS DE PAULA	RIO DA LAJE
DANIEL BUENO	MATAS DO CAVERNOSO
DANIELA CHAVES DOS SANTOS FREITAS	RIO DA LAJE
DANIELA LOPES KICH	SÃO PEDRO
DANILO ANTONIO SOUTNISKI	ILHA DO CAVERNOSO
DARCI ALVES CORDEIRO	SÃO PEDRO
DENILSON POLI	ASS. SANTA CLARA
DENILSON SEBASTIAO ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
DENIZ ANTUNES DE MATTOS	ALTO CACHOEIRA
DIEGO FERNANDO AGUIRRE	SÃO PEDRO
DIMAS LEONIDAS DE ABREU TURCO	XAXIM
DINARTE JOSE DALLA CORT	ASS. SANTA CLARA
DIOMAR GOMES DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
DIONACIR NHANHA DE PAULA	ALTO RIO DA LAJE
DIRCEU CARVALHO	UNIÃO SÃO PEDRO
DIRLEI KRAUS DE OLIVEIRA	DESPRAIADO

DIRLEI MARTINS	FAXINAL SANTO ANTONIO
DIVA VIEIRA DA SILVA	ASS. SANTA CLARA
DOROTEIA COSTOSHENKO	MATAS DO CAVERNOSO
DORVALINO MALINOSKI	ILHA DO CAVERNOSO
DURCILIA SOUZA DA SILVA	RETIRO
EDAMARA RIBEIRO	SANTA MARTA
EDECLEIA DA LUZ	PASSO GRANDE
EDEMAR TEIXEIRA DA ROSA	CACHOEIRA
EDENILSON PEDROSO DA LUZ	TRES PALMEIRAS
EDITE DE FATIMA ORTIZ	DESPRAIADO
EDITH CZARNIESKI BARBOSA	ILHA DO CAVERNOSO
EDIVANDRO DA SILVA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
EDIVANE MARIA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
EDSON LEMES DA SILVA	RIO BONITO
EDUARDO ANTONIO COSTA DA LUZ	CORVO BRANCO
ELAINE APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
ELCIO TUROK	SANTA LUZIA
ELDOZIO MIGUEL ZELINSKI	SANTA LUZIA
ELECIR DE FATIMA DE JESUS SANTOS	BEBINHA
ELENA HUZAR	SANTA MARTA
ELENICE DOS SANTOS	CACHOEIRA
ELENIR DA SILVA	FARTURA
ELIANE LUZZI	MATAS DO CAVERNOSO
ELIAS DOS SANTOS	DESPRAIADO
ELIAS KAVESKI	CORVO BRANCO
ELIAS VINICIUS MOTTA	MATAS DO CAVERNOSO
ELIEL FERREIRA DO CARMO	CAVERNOSO III
ELISIANE DA SILVA	XAXIM
ELITON BRANDAO CORREIA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ELITON BUENO	UNIÃO SÃO PEDRO
ELITON ZELINSKI	SANTA LUZIA
ELIZABETE DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
ELIZEU LEMES DO NASCIMENTO	SANTA LUZIA
ELIZEU PRESTES DA ROCHA	PASSO GRANDE
ELIZIANE PALUCH DE OLIVEIRA	XAXIM
ELTON TUROK	SÃO PEDRO
ELVIRA NOVAK SENKIO	GUAJU
ELZA CHAGAS DE DEUS	SANTA LUZIA
ELZA KAVESKI PETEL	CORVO BRANCO
ELZA ZELINSKI	SANTA LUZIA
EMERSON GILVANE DE OLIVEIRA	MINGAU
ENELIR TEREZINHA JUKOWSKI	BARRA DOS ALMEIDAS
ERAMIS CARDOSO DE LIMA	SAMAMBAIAL I
ERICA DE FATIMA NOGUEIRA	SAMAMBAIAL I
ERIKEN DE LIMA FARIA	ALTO CACHOEIRA
ERINALDO DA SILVA MEDEIROS	ILHA DO CAVERNOSO
ERINEU PALUCH	SANTA LUZIA
EROSLAU TUROK	SAMAMBAIAL I
ESTEFANO PALUCH	BEBINHA
ESTELA APARECIDA IRIANO	SANTA MARTA
EUCLESIO FERRAZA	FARTURA
EUCLIDES TEIXEIRA DOS SANTOS	PASSO GRANDE
EUCLIDES VERISSIMO NETO	SÃO PEDRO
EUGENIO KAVESKEI	PASSO GRANDE
EVA APARECIDA NAHIRNEI	SÃO PEDRO
EVA CARDOSO	PAZ
EVA GRAUBNER	UNIÃO SÃO PEDRO
EVA MARTINS CARDOSO	SAMAMBAIAL I
EVAILDES MARIA DE LIMA DINIZ	RETIRO
EVAIR ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
EVALDO BODENAR	VILA NOVA
EVANDRA SEDORKO MUZZOLON	SANTA LUZIA
EVANDRO RAIMUNDO	UNIÃO SÃO PEDRO
EVANILDE SOUZA DE LIMA FERREIRA	SAMAMBAIAL I
EVANIR PEREIRA CARNEIRO	LAGOA SECA
EVANIRA RIBEIRO DOS SANTOS	BARREIRO
EVERALDO MENEGUEL	PASSO GRANDE
EVERSON DE FREITAS	SEDE
EVERSON JUNIOR DA LUZ RAMOS	PASSO GRANDE
EVERSON LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
EVERTON DO CARMO KAVESKEI	PASSO GRANDE
EVERTON FOLETTO AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
EVILAZIO DA LUZ RAMOS	PASSO GRANDE
FABIO BODENAR	VILA NOVA
FABRICIO TUROK DA SILVA	SÃO PEDRO
FATIMA FERREIRA GARDACHO	DESPRAIADO
FELIPE DE VARGAS	RIO NOVO
FELIPE DO CARMO DA LUZ	PASSO GRANDE
FELIPE RANGEL DE FRANÇA	MATAS DO CAVERNOSO
FERMINO DE JESUS PEREIRA	BEBINHA
FLAVIO CACIATORI DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
FLORIANO MALEK	ASS. SANTA CLARA
FLORINALDO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
FRANCIELE APARECIDA LUBACHESKI	SANTA MARTA
FRANCISCO DOS SANTOS MATHIAS	SÃO ROQUE
FRANCISCO LOPES	RIO BONITO
FRANCISCO RAMOS BUENOOL	UNIÃO SÃO PEDRO
FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	RIO DA LAJE
GABRIEL DUTRA	ALTO CACHOEIRA

GELSO ALVES CORREA	UNIÃO SÃO PEDRO
GENAIR SILVA DOS SANTOS ANDRADE	UNIÃO SÃO PEDRO
GENARO DE SOUZA BRITO	ILHA DO CAVERNOSO
GENILDA DOS SANTOS DA SILVA	UNIÃO SÃO PEDRO
GENOVEVA APARECIDA DE FREITAS	RIO DA LAJE
GEOVANE FONTANA	SAMAMBAIAL I
GERALDO MARTINS	RIO NOVO
GERNANDES DA SILVA	FARTURA
GILMAR ALVES DA SILVA	CACHOEIRA II
GILMAR BARBOSA	CACHOEIRA
GILMAR DE LIMA DIAS	PASSO GRANDE
GILSO MIS	RIO NOVO
GILSON ROCHA	RIO NOVO
GLACY APARECIDA MENEGUEL	PASSO GRANDE
GORETE DA APARECIDA CHARNIECKI	JACUTINGA
GRACIANE DOS SANTOS NOVAKOSKI	BARRA MANSA
GUILHERME JUNIOR MIERZWA FREITAS	BARREIRO
GUIOMAR DE SOUZA	ILHA DO CAVERNOSO
GUSTAVO MEWS	CACHOEIRA
GUSTAVO PAGLIARINI DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
GUSTAVO VERISSIMO TEIXEIRA	CORVO BRANCO
HELENA BUENO TUROK DAS CHAGAS	SANTA MARTA
HELENA SAUKA ALVES	DESPRAIADO
HERCULES BORILLE	LAGOA SECA
HILDA DA CONCEIÇÃO FARIAS DA SILVA	ASS. 8 DE OUTUBRO
HILDA JAKUBOSKI THOMEN	SÃO PEDRO
HONORINO DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
ILDEFONSO KUSTER	BEBINHA
ILMAR HUTHER	IGREJINHA
ILSON FERREIRA DA LUZ	SANTA MARTA
INES PEREIRA DE LIMA	SÃO JOÃO
INEZ DA COSTA VIEIRA	MATAS DO CAVERNOSO
IRANI JOSÉ BARBOSA	CACHOEIRA
IRENE GONÇALVES DESCHK	RIO NOVO
IRINEU CARDOSO	COLONIA DOS ALEMÃES
IRINEU CHICORA	CACHOEIRA
IRINEU STEFANSKI	TIRIVAS
IRINEU VANDERLEI CHEFEMAN	SÃO PEDRO
IRINEU VANDERLEI MARTINS	RIO NOVO
ISADORA DE SOUZA ORTIZ	LAGOA SECA
ISAURO LEMES DA ROCHA	CACHOEIRA II
ISMAEL BONONETTO	SEDE
IVAN DO AMARAL	CACHOEIRA
IVANETE CORDEIRO DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
IVO FELICIANO	PASSO GRANDE
IVO RIBEIRO BATISTA	ILHA DO CAVERNOSO
IVONETE AGUIRRE	VILA NOVA
IVONIR FERRI PARE	CACHOEIRA
IZABEL CORDEIRO	DESPRAIADO
IZAIAS VIEIRA DA SILVA	ASS. SANTA CLARA
IZALTINA DE DEUS	BARRA MANSA
IZOEL DE MATOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JAIR LUIZ MACCARI	MATAS DO CAVERNOSO
JAIR SOARES IENSEN	XAXIM
JAMIR PEDRO CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO
JANAIR PADILHA DOS SANTOS	FARTURA
JANE SLOCIAK BODENAR	PASSO GRANDE
JANETE PAZ DE LIMA COVALSKI	BEBINHA
JAQUELINE DA ROSA VEIGAS	ALTO CACHOEIRA
JAQUELINE DO NASCIMENTO	ASS. 8 DE OUTUBRO
JAQUELINE DUARTE WRUBLESKI	ILHA DO CAVERNOSO
JELSO DO CARMO DIAS	PASSO GRANDE
JESSE DE MENEZES	RETIRO
JESSICA RAMOS MULHENBRUCK	MINGAU
JOACIR IENSEN	XAXIM
JOANA DARC COSTA SILVA	SAMAMBAIAL I
JOÃO ADELCIO DE SOUZA	BEBINHA
JOÃO AGRIMALDO PACZKOWSKI	SAMAMBAIAL I
JOAO AUGUSTO PIETCHAK	UNIÃO SÃO PEDRO
JOÃO BATISTA DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
JOÃO BATISTA SILVERIO DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
JOÃO BODENAR NETTO	SANTA MARTA
JOÃO BURKO SOBRINHO	PASSO GRANDE
JOÃO CARLOS DAS CHAGAS	RIO NOVO
JOÃO CARLOS DE LIMA	BARRA MANSA
JOÃO CARLOS PEREIRA DE LIMA	ASS. 8 DE OUTUBRO
JOÃO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA	ALAGADO DO IGUAÇU
JOÃO FOLMER	CACHOEIRA
JOÃO KLEBER RIBEIRO DE LIMA	SAMAMBAIAL I
JOÃO LAURENTINO GARDACHO	RIO NOVO
JOÃO LEOPOLDO NUNES DA SILVA	SAMAMBAIAL I
JOÃO LUIZ DOS SANTOS	CACHOEIRA
JOÃO LUIZ MOREIRA ALVES	CACHOEIRA
JOÃO LUIZ TURCHATTO	FARTURA
JOÃO MARIA ALVES OLIVEIRA	DESPRAIADO
JOÃO MARIA DE SOUZA BUENO	FARTURA
JOÃO MARIA MACHADO DA ROSA	FAXINAL SANTO ANTONIO
JOAO MARIA RIBEIRO DA SILVA	BARRA DOS ALMEIDAS

JOÃO MILOSKI IVATIUK	GUAJU
JOÃO MONTEIRO	SAMAMBAIAL I
JOÃO NEURI SIQUEIRA	FARTURA
JOÃO PONTES	DIVISA
JOÃO ROSELVADO BAYER	MINGAU
JOÃO SCHUERTS	BARRA MANSA
JOÃO SEDORKO SOBRINHO	SÃO PEDRO
JOCELMO BAIER DO AMARAL	BARRA MANSA
JOCEMAR CHAGAS BUENO	SANTA MARTA
JOEL DE JESUS FRANÇA	ASS. SANTA CLARA
JOEL JULIO BUENO	BARRA MANSA
JOEL MEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
JOICE APARECIDA GUERRA KVASNEY	SÃO JOÃO
JOICE NUNES DO AMARAL	SÃO PEDRO
JOICY DE CAMPOS	PASSO GRANDE
JONAS GLUSZCO	ALTO CACHOEIRA
JORACI PADILHA DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
JORGE CARNEIRO	UNIÃO SÃO PEDRO
JORGE KLUCZKOVSKI	MATAS DO CAVERNOSO
JOSAFAT DANICHEWCZ	SÃO JOÃO
JOSE ADILSON KAVASNEI	TRES PALMEIRAS
JOSE ALVES DE OLIVEIRA	ALTO CACHOEIRA
JOSE ALVES DE RAMOS	CACHOEIRA
JOSE ALVES FERREIRA	FAXINAL SANTO ANTONIO
JOSE ARANDES ALVES DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
JOSE AUGUSTO CAMARGO	TRÊS PALMEIRAS
JOSE DE SOUZA	FAXINAL SANTO ANTONIO
JOSÉ LUBACHESKI NETO	PASSO GRANDE
JOSÉ MADRUGA	PAZ
JOSÉ MARIA PARÉ	CACHOEIRA
JOSÉ MARIANO	BEBINHA
JOSE ORLANDO DA SILVA	SÃO PEDRO
JOSE PEREIRA DOS SANTOS	CAVERNOSO III
JOSE PEREIRA SAUKA	ALTO CACHOEIRA
JOSE RIBEIRO SLOCIAK	PASSO GRANDE
JOSE RODRIGUES DE MATOS FILHO	BARREIRO
JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	ALTO CACHOEIRA
JOSE VALDIR ALBANIO	MATAS DO CAVERNOSO
JOSE VIANA DA ROSA	ILHA DO CAVERNOSO
JOSEANE MARTINS ALVES	CACHOEIRA II
JOSEMARA TEIXEIRA	CACHOEIRA II
JOSIAS FORQUIM KRAUS	MATAS DO CAVERNOSO
JOSMAR IVATIUK MIS	RIO NOVO
JOSMAR JOSE RIBEIRO	SANTA MARTA
JOSMAR WEGNER MILOSKI	RIO NOVO
JUCIMARA CORDEIRO LEAL	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIA DE ALMEIDA SCOROPAD	LAGOA SECA
JULIANA APARECIDA MOREIRA PAZ	MATAS DO CAVERNOSO
JULIANA SEBOLT	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIANO ANTUNES DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIANO SAUKA	ALTO CACHOEIRA
JULIE ALVES FONSECA	SAMAMBAIAL I
JULIO CESAR BATISTA	ALTO RIO DA LAJE
JULIO ZANATTA	SÃO PEDRO
JURANDIR ROCHA VIANA	XAXIM
JURANDIR SILVA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JUSSARA TEIXEIRA DA ROSA	ALTO CACHOEIRA
JUSTINA CHAGAS DOS SANTOS RIBAS	RIO DA LAJE
KARINE LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
KEITI MULBANER	DESPRAIADO
KETLYN MAIARA SAUKA	SÃO PEDRO
LAERCIO GARDACHO	JACUTINGA
LAIS AGUIRRE	SÃO PEDRO
LAISA DA SILVA	AGUA BRANCA
LAUDELIR VESCOVI	ILHA DO CAVERNOSO
LAUDI EUZEBIO DE BRITO GREBINSKY	ALTO CACHOEIRA
LAURICI GOMES PINHEIRO	VOLTA GRANDE
LAURO JOSE DA LUZ	PASSO GRANDE
LAURO MICHELS	FARTURA
LEANDRA DO BELEM SAUKA	DESPRAIADO
LEANDRO FRANCISCO RAUBER	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LEANDRO KRAUS HLUSKO	SAMAMBAIAL I
LEANDRO LUIZ MANFROI	VOLTA GRANDRE
LEANDRO MAXCIMOVICZ RAMOS	RIO NOVO
LEIDJANE ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
LENI SCHUERTES ROSA	RIO NOVO
LEONI MADRUGA FONSECA	FARTURA
LEONICE APARECIDA CARNEIRO	BARRA DOS ALMEIDAS
LEONICE VITAL	ILHA DO CAVERNOSO
LEONILDA MILIOVSKI	RIO NOVO
LEONIR PALOSCHI	MATAS DO CAVERNOSO
LIDIA APARECIDA DE LIMA ANDRIN	MATAS DO CAVERNOSO
LIDIA FREDUCZEWSKI ANTONIO	UNIÃO SÃO PEDRO
LIERCE DALMASO	BARRA MANSA
LINDACIR ANTONIA DA LUZ RAMOS	CAVERNOSO III
LINDOLFO DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
LIVALDO CARLOS ANTUNES	CACHOEIRA II
LORECI APARECIDA DA SILVA	DESPRAIADO
LORECI CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO

LORECI GLUSKO DA SILVA	SAMAMBAIAL
LORIVAL DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
LOURDES DE OLIVEIRA MENDES DOS SANTOS	ILHA DO CAVERNOSO
LOURDES TERNOUSKI WELTER	SÃO JOÃO
LOURENÇO PAGNONCELLI SZEPAINSKI	ILHA DO CAVERNOSO
LOURIVAL JESUS DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
LUAN TUROK	ASS. SANTA CLARA
LUCAS DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LUCAS ZUBRESKI	TIRIVAS
LUCI DE FATIMA MARTINS LEITE	DESPRAIADO
LUCIANE CHAGAS FERREIRA	SANTA LUZIA
LUCIANE MARTINS	FAXINAL SANTO ANTONIO
LUCIANO KAVETZKI	CAVERNOSO III
LUCILENE BODENAR	SANTA MARTA
LUCIMAR DA SILVA	SANTA LUZIA
LUCIMARA DE FATIMA BUENO	SANTA MARTA
LUCIMARA FERREIRA DE OLIVEIRA	FARTURA
LUCIMARA LUIZ DE ANDRADE	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LUCIMARA TUROK CZKAY	SANTA LUZIA
LUIS CARLOS COELHO	ILHA DO CAVERNOSO
LUIZ ANTUNES FERREIRA	DESPRAIADO
LUIZ CARLOS BRUDCOVSKI	DESPRAIADO
LUIZ CARLOS PRADO DUARTE	BARRA MANSA
LUIZ CELSON GONÇALVES	UNIÃO SÃO PEDRO
LUIZ DE MATOS SILVA	DESPRAIADO
LUIZ EUGENIO FERRARI	CORVO BRANCO
LUIZ FERREIRA DA LUZ	PASSO GRANDE
LUIZ FRANCISCO TURRA	CACHOEIRA
LUIZ MISS	RIO NOVO
LUIZ VICENTE RUFATO	MATAS DO CAVERNOSO
LURDES DA LUZ PINTO	SÃO JOÃO
LUZIA APARACECIDA OLIVEIRA LEITE	DESPRAIADO
MABEL APARECIDA DE ALMEIDA FERREIRA	DESPRAIADO
MAIARA CANALLI PALUCH	SANTA LUZIA
MAIARA LOPES ARAUJO	CAVERNOSO III
MANOEL ABREU DE OLIVEIRA FILHO	DIVISA
MARA LUCIA AULER DE VARGAS	PASSO GRANDE
MARCIA APARECIDA DE ARAUJO	DESPRAIADO
MARCIANO BEDRESKI	SÃO PEDRO
MARCIO ADRIANO DE OLIVEIRA	VILA NOVA
MARCO ANTONIO KELLER	PASSO GRANDE
MARCO ANTONIO SOARES	SÃO JOÃO
MARCOS MISS GURNASKI	GUAJU
MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA	DESPRAIADO
MARGARETE HAHN DOS SANTOS	ALTO CACHOEIRA
MARGARETE NUNES	FARTURA
MARGARIDA NUNES DOS SANTOS	BARREIRO
MARIA APARECIDA DA LUZ DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
MARIA DA LUZ FERREIRA DA SILVA	UNIÃO SÃO PEDRO
MARIA DE FATIMA FREITAS DA SILVA	ASS. 8 DE OUTUBRO
MARIA DE FATIMA MACHADO DE CAMPOS	CACHOEIRA II
MARIA DORLI DE ASSIS DA LUZ	SÃO ROQUE
MARIA DOS ANJOS RIBEIRO	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA HUZAR DAS CHAGAS	SANTA MARTA
MARIA IZABEL NUNES	FAXINAL SANTO ANTONIO
MARIA LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	BARREIRO
MARIA NERCI CAMARGO DE FRANÇA	SÃO PEDRO
MARIA NEUZA ZELINSKI	SANTA LUZIA
MARIA POSSAMAI ELEUTÉRIO	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA PRISCILA MENDES DOS SANTOS	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA SENIRA NUNES DA SILVA	FARTURA
MARIANO NHANHA	ALTO RIO DA LAJE
MARILAINE MORETTO SIMEONE	DESPRAIADO
MARILDA GLUSKO	ALTO CACHOEIRA
MARINALDO KRUK	GUAJU
MARINALDO ROCHA DE OLIVEIRA	CORVO BRANCO
MARIO JOSNEI BATISTA	ALTO RIO DA LAJE
MARIO KAVESKI	TRÊS PALMEIRAS
MARIO WEGNER	COLONIA DOS ALEMÃES
MARLENE GERALDA AMANDIO	UNIÃO SÃO PEDRO
MARLI DA LUZ RODRIGUES	DESPRAIADO
MARLI GONÇALVES DESCHK	ASS. SANTA CLARA
MARLI MOREIRA DE MELO	MINGAU
MARQUIANO KAVESKI	MATAS DO CAVERNOSO
MARTA BRASSI MALINOSKI	ILHA DO CAVERNOSO
MARTA ROSALIA RODRIGUES	UNIÃO SÃO PEDRO
MATEUS EDUARDO BAYER	CACHOEIRA
MAURA SALETE SKOWRANSKI BISELLO	UNIÃO SÃO PEDRO
MAURI DO CARMO JESUS SOUZA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
MAURICIO KICH	SANTA MARTA
MAURO FERREIRA DE ALMEIDA	DESPRAIADO
MAXIMO BET	ILHA DO CAVERNOSO
MICHELE DE OLIVEIRA ROCHA BARBOSA	ALAGADO DO IGUAÇU
MIGUEL BARBOSA RIBEIRO	SAMAMBAIAL I
MIGUEL JOILSON FREITAS	DIVISA
MILENA APARECIDA DA COSTA	PASSO GRANDE
MOACIR ALVES DE RAMOS	FARTURA
NACIR APARECIDA CORDEIRO DA ROSA	MATAS DO CAVERNOSO
NADIA DANICHEWCZ	SÃO JOÃO

NAIR BARCHOSKI DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
NATALIA ZELINSKI	SANTA LUZIA
NATHAN JEAN SENKIO	GUAJU
NELSON ALVES BARBOSA	CACHOEIRA
NELSON MONTEIRO	CACHOEIRA
NERCI JOSE DA SILVA	ALTO RIO DA LAJE
NERCY MONTEIRO	CACHOEIRA
NERCY SEBASTIÃO DE PAULA	RIO DA LAJE
NEREU CARDOSO DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
NEREU SILVEIRA	JACUTINGA
NERI MANOEL SILVA	RIO NOVO
NERILDA ALVES DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
NESIO GURNASKI TUROK	RIO NOVO
NEURACY PEDRO GOMES	BEBINHA
NEURALDO DE JESUS FARIA	ALTO CACHOEIRA
NEUSA APARECIDA DOS SANTOS	TRÊS PALMEIRAS
NEUSO MUELLER	RIO NOVO
NICKOLAS MENEGUEL RIBEIRO	SANTA MARTA
NICOLAU DANICHEWCZ PRIMO	SÃO JOÃO
NILSON HUTHER	IGREJINHA
NILSON MISSIAS	MATAS DO CAVERNOSO
NIVALDO CARNEIRO	BARRA DOS ALMEIDAS
ODILON DE QUADROS	CAVERNOSO III
OLINA CARDOSO DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
OLIVIO ARESNEKA	RIO NOVO
OLIVIO JAKUBOSKI	SÃO PEDRO
OMACIR JOÃO RUFATTO	CORVO BRANCO
ONEI DE VARGAS	RIO NOVO
ORECIO JOSE DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ORLANDA BENEDITA DE LIMA DOMINGUES	SÃO ROQUE
ORLANDO MICHELS	RIO NOVO
ORLEANDRO SOARES PEREIRA	BEBINHA
OSCAR SCHUMANN	MATAS DO CAVERNOSO
OSMAR JOSE DE FREITAS	SEDE
OSMAR TEIXEIRA	CACHOEIRA
OSNEI FERNANDO ZELINSKI	PASSO GRANDE
OSVALDINO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
OSVINO ZANELLA	UNIÃO SÃO PEDRO
OSWALDO PORENSKI	SANTA MARTA
OTAVIANO JOSE DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
OTILIA JUVILIANA MERENO	MATAS DO CAVERNOSO
OZORIO DA SILVA	MINGAU
PATRICIA ANTONIO	RIO DA LAJE
PATRICIA APARECIDA CAMARGO BATISTA	SANTA LUZIA
PATRICK ROSSI DE MORAIS	CORVO BRANCO
PAULO AFONSO KVASNEY	LAGOA SECA
PAULO AMILTON LARA DE MOURA	CORVO BRANCO
PAULO BUCO JUNIOR	PASSO GRANDE
PAULO CESAR CHARNESKA	CACHOEIRA
PAULO DOS SANTOS MATHIAS	SÃO ROQUE
PAULO GOMES DA SILVA	JACUTINGA
PAULO NASCIMENTO	CORVO BRANCO
PEDRO CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO
PEDRO DE OLIVEIRA DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
PEDRO GEAN DENICHEVICZ	UNIÃO SÃO PEDRO
PEDRO KRUCHAK	VILA ESPERANÇA
PEDRO KUSCZNIER	VILA ESPERANÇA
PEDRO LUCIANO MILOSKI	SANTA LUZIA
PEDRO MAZEPA	TIRIVAS
PEDRO MILOSKI	SANTA LUZIA
PEDRO NAUROSKI	SÃO PEDRO
PEDRO SLOCIAK	SANTA MARTA
RAFAEL BAYER	SANTA MARTA
RAFAEL MENEGUEL	PASSO GRANDE
RAIMUNDO DE SOUZA CORDEIRO	RETIRO
RAQUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	SÃO ROQUE
RAUL BORGES VIEIRA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
REINALDO CZARNEKI	MINGAU
RENAN GREBINSKY	CACHOEIRA
RENATO ALBANIO	MATAS DO CAVERNOSO
RENATO DE CAMPOS	SANTA MARTA
RENE GROSSKO	ASS. SANTA CLARA
RITA TOCZEK	SAMAMBAIAL
ROBERTINO RIBEIRO	PAZ
ROBERTO DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
RODRIGO BRANDELEIRO	SÃO JUDAS TADEU
RODRIGO EMILIO SAUKA	AGUA BRANCA
RODRIGO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ROGERIO ANDRADE DA LUZ	SÃO JOÃO
ROMILDA FERREIRA FREITAS	DESPRAIADO
ROMILDO RIBEIRO BATISTA	AGUA BRANCA
RONALDO TUROK	ASS. SANTA CLARA
ROSANA DA SILVA NASCIMENTO	ILHA DO CAVERNOSO
ROSANGELA DE FATIMA DOS SANTOS	MATAS DO CAVERNOSO
ROSANGELA DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ROSANI DA SILVA CONRADO	ASS. 8 DE OUTUBRO
ROSE MARTINS	CACHOEIRA II
ROSELI DE DEUS MADRUGA	BARRA MANSA
ROSELI DE OLIVEIRA PINTO	BEBINHA

ROSELI DOS ANJOS MARTINS	DESPRAIADO
ROSEMIRO DE MELO	ILHA DO CAVERNOSO
ROSENILDA DOS SANTOS	VILA ESPERANÇA
ROSEVALDO FERREIRA	CORVO BRANCO
ROSEVALDO MULHEMBRUCH	MINGAU
ROSICLEIA DE FATIMA MADRUGA	VILA ESPERANÇA
ROSILDA DE SOUZA TAZUEL MACHADO	FAXINAL SANTO ANTONIO
ROSIMARA FERREIRA	DESPRAIADO
ROSNALDO JOSE HUZAR DAS CHAGAS	SANTA MARTA
ROZELI APARECIDA DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ROZENILDA DOS SANTOS	TRÊS PALMEIRAS
RUDI VITT	SANTA MARTA
SABRINA TAISIA ALMEIDA	LAGOA SECA
SALETE DE FATIMA MEIRA DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
SAMARI CRISTINA CORREIA	ILHA DO CAVERNOSO
SANDRA DE FATIMA BUENO	CACHOEIRA
SANDRA FATIMA DE OLIVEIRA	FARTURA
SEBASTIANA NUNES	BEBINHA
SEBASTIÃO ATAIDES DE FREITAS	ILHA DO CAVERNOSO
SEBASTIÃO DE CAMARGO	TRES PALMEIRAS
SEBASTIÃO NUNES CARVALHO	BARREIRO
SEBASTIÃO PADILHA	MATAS DO CAVERNOSO
SEDINEI QUADROS	CORVO BRANCO
SERGIO JOSÉ LUBACHESKI	PASSO GRANDE
SERGIO MOREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
SERGIO OSMAR BUENO VIEIRA	BARREIRO
SERGIO ROBERTO KOVALESKI	ASS. SANTA CLARA
SERGIO TUROK	SANTA LUZIA
SERLI FATIMA ZUCONELLI DA SILVA	CACHOEIRA
SIBONEI DO PRADO MAZEPA	GUAJU
SIDNEY VAZ DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
SILENE DE FREITAS	UNIÃO SÃO PEDRO
SILMARA ALINE DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
SILMARA APARECIDA FEREIRA	FAXINAL SANTO ANTONIO
SILOMAR SCHIMID	MATAS DO CAVERNOSO
SILVESTRE GRUDESKI	ALTO CACHOEIRA
SILVESTRE SAUKA	ALTO CACHOEIRA
SIMÃO SCOROPAD	COLONIA DOS ALEMÃES
SIMILDA LAVINA BRIXNER MARTINS	UNIÃO SÃO PEDRO
SIMONE DE FATIMA CORDEIRO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
SIMONE OLENICZ LEJANOSKI DE ARAUJO	SÃO JOÃO
SIRLEI APARECIDA DE SOUZA	SANTA LUZIA
SIRLEI BUENO TADRA	VILA ESPERANÇA
SIRLEI CAMARGO GONÇALVES	SÃO PEDRO
SIRLEI DE FATIMA FONTANA SIKORA	ALTO CACHOEIRA
SIRLEI KACIANO CARDOSO	FARTURA
SIRLEI SOUZA RAMOS	MINGAU
SIRLENE DOS SANTOS	VILA ESPERANÇA
SOELI APARECIDA DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
SOLANGE APARECIDA DA LUZ	PASSO GRANDE
SOLANGE FERREIRA DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
SOLANGE FREITAS DOS SANTOS	XAXIM
SOLANGE NUNES DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
SUELEN MACHADO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
SUELI DE OLIVEIRA BATISTA	CACHOEIRA
SUELI MACHADO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
SUZANA BUENO DAMAZIO	AGUA BRANCA
SUZANE LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
TARCISO MARTINS DOS SANTOS	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
TATIANA DE FATIMA FRANÇA PRETICO	MATAS DO CAVERNOSO
TATIANE FOLETTO DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
TATIANE GAIO BARBOSA	RIO NOVO
TEODOSIO KRUK	MATAS DO CAVERNOSO
TEOFILO KVASNEI	ASS. 8 DE OUTUBRO
TEREZA MAXMOVIXCZ RAMOS	RIO NOVO
TEREZINHA APARECIDA FUCK	CORVO BRANCO
TEREZINHA APARECIDA VALOMIN DE LIMA	CORVO BRANCO
TEREZINHA DA LUZ	PASSO GRANDE
TEREZINHA DE MATTOS ALVES	SAMAMBAIAL I
TEREZINHA DE SOUZA	ILHA DO CAVERNOSO
THAIS LUANA ANTONIO	SANTA MARTA
THAISA APARECIDA NEVES	SANTA MARTA
THIAGO IVAN TUROK	TIRIVAS
TIAGO FERRI MEWS	CACHOEIRA
TIAGO ZUBRESKI	TIRIVAS
VAGNER TEIXEIRA	PAZ
VALDECIR DE LIMA	PASSO GRANDE
VALDECIR DOS SANTOS	XAXIM
VALDECIR NUNES CARVALHO	RIO NOVO
VALDECIR PIVA	SANTA LUZIA
VALDELIRIO VERISSIMO	PASSO GRANDE
VALDEMAR PETEL	MATAS DO CAVERNOSO
VALDEMIR GARDACHO CHARNESKA	ILHA DO CAVERNOSO
VALDIR DA SILVA MOURA	ALTO RIO DA LAJE
VALDIR PEDROSO	TRES PALMEIRAS
VALDIRENE DA LUZ GOMES FAGUNDES	BEBINHA
VALDOMIRO ALVES DE SOUZA	FAXINAL SANTO ANTONIO
VALDOMIRO IVATIUK	GUAJU
VALDOMIRO NUNES DOS SANTOS	FAXINAL SANTO ANTONIO

VALERIA MIS	RIO NOVO
VALMIR HLUSKO MONTEIRO	SAMAMBAIAL I
VALMOR MACHADO DE OLIVEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
VANDA ANTUNES FONSECA	TRÊS PALMEIRAS
VANDERLEI ALCIR CARRA	FARTURA
VANDERSON CIRINEU DE ABREU	XAXIM
VANILDA DA LUZ CORDEIRO	PASSO GRANDE
VERA LUCIA BRUDCOVSKI	DESPRAIADO
VERCI MARTINS CARNEIRO	BEBINHA
VERGARINA DE OLIVEIRA	BEBINHA
VERONI DE RAMOS MICHELS	RIO NOVO
VERONICA MADRUGA ARAUJO	FARTURA
VICTOR JAKUBOVSKI	SANTA LUZIA
VILMAR AMADOR MARTINS	UNIÃO SÃO PEDRO
VILMAR FERREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
VILMAR POPUNISKI	COLONIA DOS ALEMÃES
VILMAR SINHORIN	FARTURA
VILSON BERNIERI VIEGAS	CACHOEIRA
VILSON CUSTODIO DO AMARAL	VOLTA GRANDE
VILSON HUZAR GEIBMEIER	SANTA MARTA
VIRCEU ALVES DAS CHAGAS	SANTA MARTA
VITALINO FERREIRA	FARTURA
VLADEMIRA DANICHEWCZ	SÃO JOÃO
VOLMIR MOREIRA PAZ	MATAS DO CAVERNOSO
WALDECI NUNES DUTRA	CACHOEIRA
WANDERLEI DA CONCEIÇÃO ABREU	XAXIM
WILLIAM OLIVEIRA BORILLE	LAGOA SECA
WILSON FRARON	BARREIRO
ZALMIR ANTONIO FARIAS	MATAS DO CAVERNOSO
ZELDO BORTOLOTTO	SÃO JOÃO
ZENAIDE ANTUNES DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
ZENI DE FATIMA HARTKOPF	BARREIRO
ZENI DE FATIMA LIMA	LAGOA SECA
ZENI GONÇALVES DESCHK	CAVERNOSO III
ZENI INES ZELINSKI	SANTA LUZIA
ZILDA KRAUS DE LIMA	SAMAMBAIAL I

LISTA DE ESPERA:

NOME	**LOCALIDADE**
WENDELL PADILHA ARAUJO	CAVERNOSO III
JOÃO MARIA COSTA	SANTA MARTA
NADIA SEDORKO DE MATTOS	SÃO PEDRO
ANGELIN DAL BOSCO	ASS. SANTA CLARA
JOCELI MELLO LUCANO	CACHOEIRA
MARIA DE VASCONCELOS SILVA	CACHOEIRA
ESPÓLIO DE ALAERTES GRUCHEVISKI	ALAGADO DO IGUAÇU
ERENICE ALVES CORDEIRO DE SOUZA OLIVEIRA	RETIRO
JULIO KEMERIK DA SILVA	PASSO GRANDE
SILVIO DAMAZIO	AGUA BRANCA
IVANIR APARECIDA DE OLIVEIRA	SÃO ROQUE
JOSE GLOBIS RUFATO	MATAS DO CAVERNOSO
KARINE BODENAR	PASSO GRANDE
JACIR ALVES DE ALMEIDA	BARRA DOS ALMEIDAS
FELIPE HUZAR	SANTA MARTA
LUCIDIO JOSÉ FRANCISCONI	PASSO GRANDE
JOSÉ MARIA BRASSI	MATAS DO CAVERNOSO
DORLEI ALVES PERREIRA	ASS. SANTA CLARA
MARIA IOLANDA PEDROSO	XAXIM
ALESSANDRO BATISTA DOS SANTOS	PASSO GRANDE
VALDIR DE ARAUJO	TRÊS PALMEIRAS
EDENILSON BARBOSA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
NEUCI SILVEIRA	BARRA MANSA
LUCIANO TUROK STANGHERLIN	TRES PALMEIRAS
JOSÉ VALTER RIBEIRO	SAMAMBAIAL I
LILIAN CRISTINE TAMBOSETTI	LAGOA SECA
IVAN CARVALHO CHAVES	MATAS DO CAVERNOSO
MAURO DA COSTA VIEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
BERNARDO MIS	RIO NOVO
MARIA APARECIDA DOS SANTOS	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LEOMAR DAS CHAGAS	ASS.SÃO JOÃO BATISTA
SUELI DA SILVA BRASSI	ILHA DO CAVERNOSO
ILDA AINDANA RODRIGUEZ	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
SUZANA MARIA PEGORINI	ILHA DO CAVERNOSO

Publique-se,

Candói, 15 de julho de 2026.

JONILSON ANTÔNIO ARAÚJO
Presidente do Comitê Campo Forte: Candói Desenvolvido

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F3A9EB2F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 321/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 321/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.039/2026
PROCESSO Nº 1.555/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de serviços de controle de vetores e pragas urbanas nos espaços públicos municipais, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.039/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados e acrescidos ao saldo remanescente.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 1.875,77** (um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: VIDA E SAUDE AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 37.898.447/0001-30, com sede na Rua Onze, n° 20, Bairro Cohajap, CEP 65.072-620, São Luís-MA, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o o Sr. ALBERTT DE SOUZA BARROS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n° 973.***.***-00, residente e domiciliado na Rua José Augusto Correa, n° s/n, Bairro Cohama, CEP 65.073-270, São Luís-MA, endereço eletrônico: contato@sempraga.com.

Lote	Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	1	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 1.000 L, realizando no mínimo as seguintes etapas: 1) fechar o registro e esvaziar a caixa d'água, abrindo as torneiras e dando descargas; 2) quando a caixa estiver quase vazia, fechar a saída e utilizar a água que restou para a limpeza da caixa e para que a sujeira não desça pelo cano; 3) esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja (nunca usar sabão, detergente ou outros produtos); 4) retirar a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos ou bomba, deixando a caixa totalmente limpa, ficando vedado o esvaziamento pelos canos; 5) reabastecer completamente a caixa com água acrescentando 1 litro de água sanitária (2% a 2,5%) para cada 1.000 litros de água; 6) aguardar por duas horas para desinfecção do reservatório; 7) esvaziar a caixa através das canalizações; 8) tampar a caixa; 9) abrir novamente o registro para entrada de água	PS	12,00	59,99	719,88
1	2	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 10.000 L, realizando no mínimo as seguintes etapas: 1) fechar o registro e esvaziar a caixa d'água, abrindo as torneiras e dando descargas; 2) quando a caixa estiver quase vazia, fechar a saída e utilizar a água que restou para a limpeza da caixa e para que a sujeira não desça pelo cano; 3) esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja (nunca usar sabão, detergente ou outros produtos); 4) retirar a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos ou bomba, deixando a caixa totalmente limpa, ficando vedado o esvaziamento pelos canos; 5) reabastecer completamente a caixa com água acrescentando 1 litro de água sanitária (2% a 2,5%) para cada 1.000 litros de água; 6) aguardar por duas horas para desinfecção do reservatório; 7) esvaziar a caixa através das canalizações; 8) tampar a caixa; 9) abrir novamente o registro para entrada de água	PS	1,00	259,99	259,99
1	3	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 15.000 L, realizando no mínimo as seguintes etapas: 1) fechar o registro e esvaziar a caixa d'água, abrindo as torneiras e dando descargas; 2) quando a caixa estiver quase vazia, fechar a saída e utilizar a água que restou para a limpeza da caixa e para que a sujeira não desça pelo cano; 3) esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja (nunca usar sabão, detergente ou outros produtos); 4) retirar a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos ou bomba, deixando a caixa totalmente limpa, ficando vedado o esvaziamento pelos canos; 5) reabastecer completamente a caixa com água acrescentando 1 litro de água sanitária (2% a 2,5%) para cada 1.000 litros de água; 6) aguardar por duas horas para desinfecção do reservatório; 7) esvaziar a caixa através das canalizações; 8) tampar a caixa; 9) abrir novamente o registro para entrada de água	PS	2,00	247,99	495,98
1	4	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 500 L, realizando no mínimo as seguintes etapas: 1) fechar o registro e esvaziar a caixa d'água, abrindo as torneiras e dando descargas; 2) quando a caixa estiver quase vazia, fechar a saída e utilizar a água que restou para a limpeza da caixa e para que a sujeira não desça pelo cano; 3) esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja (nunca usar sabão, detergente ou outros produtos); 4) retirar a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos ou bomba, deixando a caixa totalmente limpa, ficando vedado o esvaziamento pelos canos; 5) reabastecer completamente a caixa com água acrescentando 1 litro de água sanitária (2% a 2,5%) para cada 1.000 litros de água; 6) aguardar por duas horas para desinfecção do reservatório; 7) esvaziar a caixa através das canalizações; 8) tampar a caixa; 9) abrir novamente o registro para entrada de água	PS	8,00	49,99	399,92

A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Cultura
5	Secretaria de Educação
6	Secretaria de Esportes e Lazer
7	Secretaria de Saúde
8	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
9	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	520	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	520	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	630	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	930	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2026	1020	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1220	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1310	06.001.12.364.0005.2015	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1550	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1560	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1620	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1720	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1820	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1830	07.003.13.392.0006.2022	2	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1840	07.003.13.392.0006.2022	1060	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1840	07.003.13.392.0006.2022	1060	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1980	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2100	08.002.10.302.0007.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2180	08.002.10.302.0007.2025	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2310	08.002.10.302.0007.2028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2400	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2590	08.004.10.301.0007.2032	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2610	08.004.10.301.0007.2033	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2710	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2820	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2860	09.002.08.122.0006.2038	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2880	09.002.08.122.0006.2039	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3000	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3120	09.003.08.244.0006.2043	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3160	09.003.08.245.0006.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3250	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3350	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3420	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3510	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3550	09.006.08.244.0006.2051	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3650	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3730	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3790	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3800	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3890	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3960	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4010	11.002.20.608.0004.2057	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4260	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4330	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4400	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Albertt de Souza Barros** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:DAB4CD93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 259/2026

DATA: 13.07.2026

EMENTA: Abre Crédito Especial, no Valor de R$ 1.197.220,00 (Um Milhão, Cento e Noventa e Sete Mil, Duzentos e Vinte Reais) no Orçamento do Município de Capitão Leônidas Marques para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.853/2026 de 09/07/2026, publicada em 10/07/2026.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial Orçamento do Exercício de 2026, no valor de no valor de R$ 1.197.220,00 (Um milhão, Cento e Noventa e Sete Mil, Duzentos e Vinte Reais), nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado a inclusão de Unidade Orçamentária Fundo Municipal do Esporte, bem como de seus programas, ações, metas físicas e financeiras**,** visando à execução das despesas orçamentárias com recursos vinculados e livres, com as seguintes especificações:

Órgão	**07.00- SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**
Unidade (N)	**07.003 – FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE**
Programa (N)	**1.201- INFRAESTRUTURA OBRAS E REEQUIPAMENTOS Á ESPORTE E LAZER**

Função/Subfunção	**27 – DESPORTE E LAZER - Subfunção 812 – DESPORTE COMUNITARIO**	
Projeto	**1.183 – INFRAESTRUTURA, OBRAS E REEQUIPAMENTOS Á ESPORTE R$ 1.076.000,00**	
Despesas	Fonte Recursos	Valor R$
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	00968/01011.09.99.05.18- DELIBERAÇÃO- 01/2026 - II FEE -Esporte Investimentos (excesso arrecadação)	150.000,00
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	00960/01011.09.99.05.18 DELIBERAÇÃO 01/2025 - FEE -Estado – Esporte (superavit)	400.000,00
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações(contrapartida)	0501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 - Receitas de Alienações de Ativo(Superávit)	172.000,00
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	00968/01011.09.99.05.18- DELIBERAÇÃO- 01/2026 - II FEE -Esporte Investimentos (excesso arrecadação)	300.000,00
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (contrapartida)	0501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 - Receitas de Alienações de Ativo(Superávit)	54.000.00
Programa	**1026 - APOIO, INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER**	
Função/Subfunção	**27 – DESPORTE E LAZER - Subfunção 812 – DESPORTE COMUNITARIO**	
ATIVIDADE	**2.231 – EXECUÇÃO DAS AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE R$ 121.220.00**	
Despesas	Fonte Recursos	Valor R$
3.3.90.30 -MATERIAL DE CONSUMO	00969/01011.09.99.05.18 DELIBERAÇÃO 01/2026 - III FEE - Esporte _Custeio	73.220,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	32.000,00
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiro P. Jurídica	00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	10.000,00
3.3.90.31- PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS	00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	5.000,00
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	1.000.00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior, serão utilizados recursos na forma do art. 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, conforme detalhamentos a seguir:
§ 1º Serão utilizados recursos vinculados provenientes de transferência do Fundo Estadual do Esporte – FEE/PR, nos termos da Deliberação 01/2025 - FEE/PR, conforme segue:

FONTES	**RECURSOS VINCULADOS–DELIBERAÇÃO 01/2025– FEE/PR**	**R$ 923.220.00**
1 – SUPERAVIT EXERCÍCIO ANTERIOR		**400.000,00**
00960	**00960/01011.09.99.05.18-DELIBERAÇÃO 01/2025 - FEE -Estado – Esporte (superavit)**	**400.000,00**
2 -	***EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCICIO***	**450.000,00**
00968	**00968/01011.09.99.05.18- DELIBERAÇÃO- 01/2026 – II FEE -Esporte Investimentos (excesso arrecadação)**	**450.000,00**
00969	**00969/01011.09.99.05.18 DELIBERAÇÃO 01/2026 - III FEE - Esporte _Custeio**	**73.220.00**

§ 2º Para cobertura das contrapartidas exigidas pelo Programa instituído pela Deliberação n° 01/2025 – Fundo Estadual do Esporte – FEE/PR, bem como das demais ações do Fundo Municipal do Esporte, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior da Fonte 501 – Receitas de Alienação de Ativos (Fonte 0501/00501.04.99.00.00), no valor de R$ 226.000.00 (duzentos e vinte e seis mil reais), e da anulação total e/ou parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 48.000.00 (quarenta e oito mil reais) nos termos a seguir :

	FONTES	**RECURSOS VINCULADOS- EXERCICIO DE 2026**	**R$ 226.000.00**
	1 – SUPERAVIT EXERCÍCIO ANTERIOR		226.000.00
	00501	0501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 - Receitas de Alienações de Ativo (Superávit)	226.000.00
FONTE ANULAÇOES PARCIAIS DE DOTAÇOES – EXERCICIO DE 2026			
Órgão		**07.000 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**	
Unidade		**07.001 – DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER**	
Programa		**1026 - APOIO,INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER**	
Função/Subfunção		**27 – DESPORTE E LAZER - Subfunção 812 – DESPORTE COMUNITARIO**	
Atividade		**2.156 – Atividades do Esporte e Lazer R$ 20.000,00**	
Despesas		Fonte Recursos	R$
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiro P. Jurídica		00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	20.000,00
Atividade		**2.157 – Incentivo e apoio a Ações Esportivas Representativas e Lazer R$ 20.000,00**	
Despesas		Fonte Recursos	R$
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiro P. Jurídica		00000.01.07.00.00.- Recurso Ordinários -Livres	28.000,00
Total			**R$ 48.000.00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 13 de Julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:D45AD590

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026 CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 PROCESSO INTERNO Nº 089/2026

Alana Karolina de Souza Bueno, Secretário(a) Municipal de Administração e Comunicação, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Inexigibilidade nº 030/2026**, Credenciamento nº 004/2026**, objetivando a possível **Credenciamento de operadores de máquinas, visando assegurar a continuidade dos serviços de infraestrutura urbana e rural do Município, em razão do término da vigência dos contratos oriundos de credenciamento anterior, mediante a realização de novo processo para suprir a necessidade existente,** ficando assim **ADJUDICADO** em favor do credenciado abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: REINALDO APARECIDO DOS SANTOS - CPF: 028.875.879-00

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	Prestação de serviço de operador de escavadeira hidráulica	HR	2.400	22,34	53.616,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 53.616,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 53.616,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais)

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário (a) Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:5C4195F2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 PROCESSO INTERNO Nº 083/2026

Nilton José Teles, Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 030/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 25 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de empresa para prestação de serviços de Fotografia e Filmagem, para atender eventos e festividades do Município de Carlópolis,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: BENNI AUDIOVISUAL E EVENTOS LTDA - CNPJ: 27.102.642/0001-58

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	42.000,0000	42.000,0000
2	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	5.000,0000	5.000,0000
3	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	6.000,0000	6.000,0000
4	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	4.990,0000	4.990,0000
5	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	2.990,0000	2.990,0000
6	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	9.900,0000	9.900,0000
7	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SRV	1	4.990,0000	4.990,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 75.870,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais).

FORNECEDOR: INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 70.946.330/0001-50

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
8	1	SERVIÇO DE FOTO E VÍDEO	SERVICO	SRV	1	4.999,0000	4.999,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 4.999,00 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 80.869,00 (oitenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais)

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário (a) Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:82571498

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 PROCESSO INTERNO Nº 069/2026

Alceu Cardoso Mendes Filho, Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 25 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Aquisição de implementos agrícolas para a associação de moradores do Bairro Espírito Santo,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: AGRIMAQ COMERCIAL LTDA - CNPJ: 22.825.872/0001-21

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	DISTRIBUIDOR DE CALCARIO, ADUBO E ESTERCO	IAC	UND	1	30.550,0000	30.550,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 30.550,00 (trinta mil, quinhentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - CNPJ: 34.124.663/0001-30

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
3	1	ROÇADEIRA HIDRAULICA AGRICOLA	PROPRIA	UND	1	11.100,0000	11.100,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

FORNECEDOR: DALMIR D. THUROW ME - CNPJ: 21.909.028/0001-16

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	PA TRASEIRA AGRICOLA	THUROW	UND	1	4.000,0000	4.000,0000
4	1	PULVERIZADOR AGRICOLA ATOMIZADOR	THUROW	UND	1	15.000,0000	15.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

FORNECEDOR: TOMAZONI AGRONEGOCIOS LTDA - CNPJ: 51.159.482/0001-68

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)

5	1	TRINCHA AGRICOLA LEVE	VIVA	UND	1	24.998,0000	24.998,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 24.998,00 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 85.648,00 (oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais)

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

ALCEU CARDOSO MENDES FILHO
Secretário (a) Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:04D5B290

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 PROCESSO INTERNO Nº 070/2026

Alana Karolina de Souza Bueno, Secretário(a) Municipal de Administração e Comunicação, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 26 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de serviços de aferição de tacógrafo (serviço metrológico de selagem, serviço metrológico de ensaio, mão de obra aferição km tacógrafo FIP, mão de obra configuração tacógrafo BVDR) nos veículos da frota municipal,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: JEFERSON P DA SILVA ACESSORIOS - CNPJ: 85.466.357/0001-12

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	SELAGEM / ENSAIO DE TACÓGRAFO	DIVERSOS	SRV	37	227,4700	8.416,3900
1	2	TACÓGRAFO DIGITAL	DIVERSOS	UND	5	2.846,4700	14.232,3500
1	3	CONVERSOR DE MÓDULOS	DIVERSOS	UND	10	729,3500	7.293,5000
1	4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TACOGRAFO	DIVERSOS	SRV	80	365,1900	29.215,2000
1	5	TARIFA DO ENSAIO METROLOGICO	DIVERSOS	SRV	37	96,8100	3.581,9700
1	6	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO DE TACOGRAFO BVDR 1.0	DIVERSOS	SRV	10	201,4800	2.014,8000
1	7	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO DE TACOGRAFO BVDR 2.0	DIVERSOS	SRV	10	259,3000	2.593,0000
1	8	TACOGRAFO DIGITAL FIP SPY TCO	DIVERSOS	UND	5	3.055,6000	15.278,0000
1	9	CHICOTE COM CONECTORES	DIVERSOS	UND	10	418,3700	4.183,7000
1	10	SENSOR DE VELOCIDADE HALL	DIVERSOS	UND	10	431,6200	4.316,2000
1	11	SENTOR DE VELOCIDADE INDUTIVO	DIVERSOS	UND	10	836,4300	8.364,3000
1	12	BOBINA DO BVDR 1.0	DIVERSOS	UND	20	80,6500	1.613,0000
1	13	BOBINA DO BVDR 2.0	DIVERSOS	UND	20	94,1100	1.882,2000
1	14	BOBINA DO SEVA	DIVERSOS	UND	20	60,8300	1.216,6000
1	15	BOBINA DO FIP	DIVERSOS	UND	20	49,8900	997,8000
1	16	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO DE TACÓGRAFO	DIVERSOS	SRV	37	278,1700	10.292,2900
1	17	CONFIGURAÇÃO DE TACOGRAFO	DIVERSOS	SRV	37	260,5100	9.638,8700
1	18	REIMPRESSÃO DE ETIQUETA DE TACOGRAFO	DIVERSOS	SRV	20	202,9900	4.059,8000

Valor Total do Fornecedor: R$ 129.189,97 (cento e vinte e nove mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 129.189,97 (cento e vinte e nove mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)

Carlópolis, 15 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário (a) Municipal Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:96546D68

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 091/2026-DP

SÚMULA: "Dispõe sobre o reenquadramento dos profissionais integrantes do quadro próprio do magistério do Município de Carlópolis e, dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NILTON DOUGLAS DE MEIRA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o artigo 8º da Lei nº 1.210 de 29 de setembro de 2014, dispondo sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público no âmbito Municipal de Carlópolis que dispõe sobre a progressão horizontal na Carreira;
CONSIDERANDO o resultado final das avaliações de desempenho e qualificação regulamentadas pelo Decreto nº 4.123 DE 19 de setembro de 2024, que conclui pela progressão do profissional do magistério para a Classe seguinte dentro do mesmo Nível;
CONSIDERANDO Oficio nº 112/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, encaminhado para o Assessor Jurídico do Chefe do Executivo em 22 de abril de 2026, onde após resultado final das avaliações, encaminhou a relação dos profissionais integrantes do quadro próprio do magistério do Município de Carlópolis que serão reenquadrados profissionalmente.

RESOLVE

Artigo 1°. Reenquadrar os profissionais do magistério integrantes do Quadro Próprio do Magistério de Carlópolis que obtiveram os pontos necessários para a progressão horizontal na Carreira, na Classe seguinte a que estavam posicionados, conforme relação abaixo:

Nº	Nome do Profissional	Cargo	Enquadramento Atual		Enquadramento após Avaliação	
			Nível	Classe	Nível	Classe
•	Matr. **12021** – Laura da Rosa	Professor	A	5	A	6
•	Matr. **9232** – Midian de Fatima Silva	Professor	C	5	D	6
•	Matr. **11281** – Andressa Oliveira Silva Bagatim	Professor	C	6	D	7

Artigo 2º. O vencimento básico do integrante do Quadro Próprio do Magistério reenquadrado será correspondente à nova Classe do mesmo Nível, de acordo com as Tabelas de Vencimentos, Anexos IV, V, VI e VII parte integrante da Lei nº 1653/2024 que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Artigo 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal de Carlópolis

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:F8F2B047

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ADITIVOS TRANSPORTE ESCOLAR PREGÃO Nº 25/2025

3º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 122/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **52.609.287 ALISSON GABRIEL RIBEIRO BECKER**, estabelecida na Estrada Linha Passo Liso, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 52.609.287/0001-55, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Alisson Gabriel Ribeiro Becker, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 15.xx268-x e do CPF nº 149.xxx.xxx-65, residente e domiciliado a Estrada Linha Passo Liso, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão **25/2025**, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 234.484,00 (duzentos e trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais), previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
01	LINHA NOVA COLONIA/PADOVANI/RIO DA ILHA (Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves/Esc. Espec. Pestalozzi/Escola M. Prof.ª Maria Mayer) e retorno após a aula	73	200	8,54	124.684,00
02	CANAÃ/ NOVA SEMENTE/ ROCHA/ ALEMÃO (Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves/Esc. Espec. Pestalozzi/Escola M. Prof.ª Maria Mayer) e retorno após a aula	60	200	9,15	109.800,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

52.609.287 Alisson Gabriel Ribeiro Becker
ALISSON GABRIEL RIBEIRO BECKER
Representante Legal
CPF 149.xxx.xxx-65

5º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 127/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **60.806.035 DELMAR BECKER,** estabelecida na Estrada Linha Passo Liso, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 60.806.035/0001-44, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Delmar Becker, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 61.xxx382 e do CPF nº 718.xxx.xxx-04, residente e domiciliado a Estrada Linha Passo Liso, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão **25/2025**, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Para o item 10, aumenta a quilometragem em mais 10km/dia, considerando a inclusão de mais dois alunos, passando de 76 km/dia, para 86 km/dia.

CLÁUSULA TERCEIRA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 332.150,00 (trezentos e trinta e dois mil cento e cinquenta reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
07	CORVO BRANCO/TORRE ALTA/ PASSO LISO/ MILTON LAGO/ CATANDUVAS (Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves/Esc. Espec. Pestalozzi/Escola M. Prof.ª Maria Mayer) e retorno após a aula	89	200	9,49	168.922,00
10	LINHA MALUCELLI/ SANEPAR (Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves/Esc. Espec. Pestalozzi/Escola M. Prof.ª Maria Mayer) e retorno após a aula	86	200	9,49	163.228,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

60.806.035 Delmar Becker
DELMAR BECKER
Representante Legal
CPF 718.xxx.xxx-04

5º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 129/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **DEOSMAR ROCHA LTDA,** estabelecida na Estrada Linha Padovani, sem nº, Varguinhas, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 17.938.643/0001-83, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Diandra dos Santos Rocha, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14xxx576-x e do CPF nº 140.xxx.xxx-89, residente e domiciliado na Estrada Linha Padovani, sem Nº, Varguinhas, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão 25/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Para o item 17, houve redução na quilometragem, passando de 66 km/dia para 50 km/dia devido a transferência de alunos.
CLÁUSULA TERCEIRA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 492.224,00 (quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e vinte e quatro reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
09	LAGINSKI / FLORESTA/ TORMENTINHA/ LEOMAR DA ROSA/ CATANDUVAS (Escola Profª. Maria Mayer / Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves) E retorno após a aula	58	200	9,49	110.084,00
14	CATANDUVAS/ SÃO MARCOS/ TARDE (Colégio Estadual Reassentamento São Marcos / Escola M. São Marcos). E retorno após a aula.	40	200	7,64	61.120,00
15	Cidade São Marcos Noturno (Colégio Estadual Reassentamento São Marcos / Escola M. São Marcos). E retorno após a aula.	39,5	200	7,00	55.300,00
16	LINHA SÃO MARCOS / FAZENDA ZUCCHETO (Colégio Estadual Reassentamento São Marcos / Escola M. São Marcos). Retorno após a aula, e já faz o embarque da noite.	60	200	9,49	113.880,00
17	COMUNIDADE VARGUINHAS/ FAZENDA TRENTO/ SÃO MARCOS (Colégio Estadual Reassentamento São Marcos / Escola M. São Marcos). Retorno após a aula	50	200	9,49	94.900,00
18	COMUNIDADE VARGUINHAS/ FAZENDA TRENTO/ SÃO MARCOS (Colégio Estadual Reassentamento São Marcos / Escola M. São Marcos). Retorno após a aula	30	200	9,49	56.940,00

CLÁUSULA QUARTA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLAUSULA QUINTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Deosmar Rocha LTDA
DIANDRA DOS SANTOS ROCHA
Representante Legal
CPF 140.xxx.xxx-89

3º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 130/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **ELVIS FERNANDO MOREIRA,** estabelecida na Rodovia PR 471, sem Nº , KM 30, Distrito Santa Cruz, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 19.836.958/0001-45, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Elvis Fernando Moreira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 12.xxx.406-x e do CPF nº 085.xxx.xxx-11, residente e domiciliado na Rodovia PR 471, sem Nº , KM 30, Distrito Santa Cruz,, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão 25/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 117.676,00 (cento e dezessete mil seiscentos e setenta e seis reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
11	RIO DAS PEDRAS/ BOCAL DE FREIO/ PROCÓPIO/ VILA SANTA CRUZ (Escola Prof. Valentin Bernardo Thisen / Colégio Estadual Thomaz Pereira). E retorno após a aula.	62	200	9,49	117.676,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.
CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Elvis Fernando Moreira
ELVIS FERNANDO MOREIRA
Representante Legal
CPF 085.Xxx.Xxx-11

3º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 126/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **GL TRANSPORTES E TURISMO LTDA,** estabelecida na Rua 25 de Julho, Nº 288, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 22.677.237/0001-44, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Gutardo Santo Lagni, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 88.xxx.67-x e do CPF nº 047.xxx.xxx-05, Rua 25 de Julho, Nº 288, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de **Pregão 25/2025,** mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 102.492,00 (cento e dois mil quatrocentos e noventa e dois reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
06	KUHN/ ALTO CAJATI/ NOSSA SENHORA DE LURDES/ CATANDUVAS (Colégio Ferreira Neves/ Pestalozzi/Escola Maria Mayer). E retorno após a aula.	54	200	9,49	102.492,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.
CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

GL Transportes E Turismo LTDA
GUTARDO SANTO LAGNI
Representante Legal
CPF 047.xxx.xxx-05

3º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 123/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **JOSE MARIANO DO NASCIMENTO 52358720968**, estabelecida na Estrada Linha Rio das Pedras, sem Nº , Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 32.488.409/0001-95, neste ato representada por seu representante legal o Sr. José Mariano do Nascimento, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.xxx.531-x e do CPF nº 523.xxx.xxx-68, Estrada Linha Rio das Pedras, sem Nº , Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de **Pregão 25/2025,** mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 159.432,00 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e dois reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
03	IBIRACEMA/BOCAL DE FREIO/ SANTA CRUZ/ CATANDUVAS (Colégio Estadual Dilma Angélico/Escola M. Tiradentes/Colégio Estadual Dr. Ferreira Neves) E retorno após a aula	84	200	9,49	159.432,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.
CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Jose Mariano Do Nascimento 52358720968
JOSÉ MARIANO DO NASCIMENTO
Representante Legal
CPF 523.xxx.xxx-68

4º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 125/2025

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **08.612.493 ELBIO CLAUDEMIR KOCH**, estabelecida na Estrada Fazenda Três Lagoas, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 08.612.493/0001-22, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Elbio Claudemir Koch, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 43.xxx10-x e do CPF nº 618.xxx.xxx-72, residente e domiciliado a Estrada Fazenda Três lagoas, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de **Pregão 25/2025,** mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 159.432,00 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e dois reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
05	FAZENDA KOCH / ALTO SANTANA/ FAZENDA NEREU MOURA/ SANTANA/ PASSO LISO/ CATANDUVAS (Colégio Ferreira Neves/ Pestalozzi/Escola Maria Mayer/CMEI). E retorno após a aula	84	200	9,49	159.432,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.
CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

08. 612.493 Elbio Claudemir Koch
ELBIO CLAUDEMIR KOCH
Representante Legal
CPF 618.xxx.xxx-72

4º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 128/2025

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **SILVIO DOS SANTOS 40891879900**, estabelecida na Rua Dom Pedro II, Nº 412, bairro Menino Deus, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 28.364.593/0001-94, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Silvio dos Santos, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 30xxx18-x e do CPF nº 408.xxx.xxx-00, residente e domiciliado a Rua Dom Pedro II, Nº 412, bairro Menino Deus, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão 25/2025**,** mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 155.636,00 (cento e cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e seis reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
08	IBIRACEMA/ SÃO ROQUE/ CATANDUVAS (Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves/ Escola M. Prof. Maria Mayer) E retorno após a aula	82	200	9,49	155.636,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.
CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.
Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Silvio Dos Santos 40891879900
SILVIO DOS SANTOS
Representante Legal
CPF 408.xxx.xxx-00

5º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 124/2025

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **TRANSPECCHER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na linha Caravagio, zona rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 31.769.545/0001-90, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Fernando José Peccher, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10.xxx.271-x e do CPF nº 084.xxx.xxx-22, residente e domiciliado a linha JL, zona rural, na cidade de Três Barras do Paraná, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão 25/2025**,** mediante as seguintes cláusulas e condições, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado o valor total em mais R$ 355.236,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e seis reais), conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	KM/DIA ida e volta	Dias Letivos restantes	Valor por km	Total do aditivo
04	TROMBETA/ SÃO JOÃO/ LOPES/ SÍTIO MORO/ CARAVAGGIO/ Cidade, (Colégio Ferreira Neves/ Pestalozzi/Escola Maria Mayer) e retorno após a aula	74	200	9,49	140.452,00
12	Catanduvas/ LINHA VILA Escola Prof. Valentin Bernardo Thisen/ Colégio Estadual Thomaz Pereira E retorno após a aula.	50	200	7,65	76.500,00
13	Fazenda JJ Fazenda Rotta, limite município com Três Barras E SANTA CRUZ Escola Prof. Valentin Bernardo Thisen/ Colégio Estadual Thomaz Pereira e retorno após a aula.	90,5	200	7,64	138.284,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 14 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Transpeccher Comércio E Serviços Ltda
FERNANDO JOSÉ PECCHER
Representante Legal
CPF 084.XXX.XXX-22

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:8141B8D7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **SALOMAO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA,** estabelecida na Rua Humberto Montezori, Nº 134, bairro Parque Santo Antônio, na cidade de São Manuel, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 22.529.715/0001-79, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Argentina de Carvalho Salomão, brasileira, portadora do CPF nº 113.xxx.xxx-00, residente e domiciliada a Rua Humberto Montezori, Nº 134, bairro Parque Santo Antônio, na cidade de São Manuel, no Estado de São Paulo, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 19/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ARBITRAGEM NOS CAMPEONATOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES**.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO OITAVO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO NONO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A empresa deverá munir seus funcionários de uniforme e equipamentos necessários para realização dos serviços, bem como arcar com despesas de deslocamento, alimentação, e estadia se houver necessidade, bem como atender integralmente o que descrito no Termo de referência.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
FUTSAL ADULTO: 6 (seis) profissionais: 4 (quatro) árbitros (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)** sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBFS** e 2 (dois) anotadores (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)**.
FUTEBOL SETE/SOCIETY/SUIÇO: 4 (quatro) árbitros (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)** sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBF7**.
FUTEBOL DE CAMPO: 2 (dois) árbitros (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)** sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBF**, 4 (quatro) auxiliares (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)**.
VOLEIBOL/VÔLEI DE AREIA: 4 (quatro) árbitros (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)** 2 anotadores (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)**.
BOCHA: 1 (um) árbitro (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).**
BOLÃO: 1 (um) árbitro (**CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto desta ATA, pelo preço de **R$ 171.495,00 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)**.

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR POR JOGO/DIÁRIA	VALOR TOTAL
1	100	JOGO	Arbitragem campeonato de futsal categoria adulto livre e amistosos sendo 2 (dois) árbitros e 1(um) anotador.	328,00	32.800,00
2	45	JOGO	Arbitragem campeonato de Futebol – Sete/Society categoria adulto livre e veterano "suíço", sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Realização urbana e interior (comunidades).	328,00	14.760,00
3	40	JOGO	Arbitragem campeonato de futebol de campo categoria adulto livre, sendo 1 (um) árbitro, 2 (dois) auxiliares e 1 (um) anotador. Realização estádio municipal Odir Pandini.	800,00	32.000,00
4	65	JOGO	Arbitragem campeonato de voleibol e amistosos categoria adulto masculino e feminino, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador.	318,00	20.670,00
5	25	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de voleibol e vôlei de areia: categorias de base e jogos internos. Sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 10 (dez) jogos no dia.	993,00	24.825,00
6	30	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de bocha. Sendo 1 (um) árbitro e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	293,00	8.790,00
7	40	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de Bolão, sendo 1 (um) árbitro e 2 (dois) anotadores. O valor da diária será válido para prestação de serviços com duração de até 8 (oito) horas. Ultrapassado esse período, será pago valor proporcional ao período trabalhado.	195,00	7.800,00
8	30	DIÁRIA	Arbitragem campeonato de futsal categorias de base, sub-17, sub-15, sub-13, sub-11, sub-09 e sub-07, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	996,00	29.880,00
VALOR TOTAL					**171.495,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARAGRAFO QUARTO – Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como máximo a ser aplicado o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a execução do serviço, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "**c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do ATA, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do ATA;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura da ATA, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e ATA.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2533

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ata de registro de preços terá validade para 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARAGRAFO SEGUNDO - A Ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da Lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a emissão da solicitação de fornecimento. OU conforme prazo constante na solicitação.
PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços prestados deverão atender integralmente às competições e eventos para os quais forem contratados, permanecendo válidos até o encerramento de cada campeonato, torneio ou competição correspondente, conforme cronograma definido pela Administração Municipal.
PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja prorrogada a ata, poderá o valor ser reajustado no máximo pelo índice do IPCA, podendo ser menor se ajustado entre as partes.
PARAGRAFO SEXTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de execução/registro.
PARAGRAFO SÉTIMO – LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados no endereço a ser repassado na solicitação de fornecimento/execução, dentro do território municipal, sendo que serão efetuados jogos na sede e interior do município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Felipe da Silva Trombeta**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
4 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
5 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
6 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
7 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
9 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
10 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
11 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
12 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
13 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
14 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao(a) Pregoeiro/Agente de contratação (a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro/Agente de contratação (a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br. O Pregoeiro/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - O Pregoeiro/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 15 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Salomao Arbi. E Eventos Esportivos LTDA
ARGENTINA DE CARVALHO SALOMÃO
Representante Legal
CPF: 113.xxx.xxx-00

FELIPE DA SILVA TROMBETA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:7C86BE5B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº 430/2026

Ementa: Institui a Contribuição para o Custeio, Expansão e Melhoria do Serviço de Iluminação Pública – COSIP no Município de Catanduvas, disciplina sua arrecadação, destinação e aplicação, revoga a Lei Municipal nº 026/2002 e dá outras providências.

A Câmara Municipal De Catanduvas, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída, no Município de Catanduvas, a Contribuição para o Custeio, Expansão e Melhoria do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal.
Parágrafo Primeiro. A COSIP destina-se ao custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento destinados à segurança e à preservação dos logradouros públicos.
Parágrafo Segundo. A contribuição possui natureza vinculada, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas das previstas nesta Lei e na Constituição Federal.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se serviço de iluminação pública o conjunto de atividades destinadas à implantação, expansão, operação, manutenção, conservação, modernização, gerenciamento e melhoria da iluminação de vias públicas, avenidas, ruas, praças, parques, jardins, passarelas, ciclovias, estradas municipais e demais logradouros públicos, compreendendo a infraestrutura elétrica, equipamentos, dispositivos de controle, automação e demais tecnologias necessárias à adequada prestação do serviço.

Art. 3º. Também constituem finalidade da COSIP os sistemas de monitoramento destinados à segurança e à preservação dos logradouros públicos, compreendendo, dentre outros:

I – Câmeras de monitoramento;
II – Sistemas de videomonitoramento;
III – Cercamento eletrônico;
IV – Leitores automáticos de placas;
V – Sensores eletrônicos;
VI – Postes inteligentes;
VII – Equipamentos de comunicação;
VIII – Softwares de monitoramento;
IX – Armazenamento de imagens;
X – Centrais de monitoramento;
XI – Centros integrados de operação e controle;
XII – Infraestrutura de transmissão de dados;
XIII – Demais equipamentos e tecnologias destinados à segurança e preservação dos logradouros públicos.
Parágrafo único. A relação constante deste artigo possui caráter exemplificativo, podendo ser utilizados recursos da COSIP em outras tecnologias correlatas compatíveis com o disposto no art. 149-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO II - DO FATO GERADOR

Art. 4º. A COSIP incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, situados no território do Município de Catanduvas.

CAPÍTULO III - DOS CONTRIBUINTES

Art. 5º. São contribuintes da COSIP os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis situados no Município.
Parágrafo Primeiro. São responsáveis solidários pelo pagamento da contribuição os locatários, comodatários e possuidores de imóveis edificados que possuam ligação regular de energia elétrica.
Parágrafo Segundo. O lançamento poderá indicar como obrigado qualquer dos responsáveis previstos neste artigo.

CAPÍTULO IV - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 6º. Os recursos arrecadados por meio da COSIP poderão ser aplicados, observada a legislação vigente, no custeio, implantação, expansão, melhoria, operação, manutenção, modernização e gestão dos serviços de iluminação pública e dos sistemas de monitoramento destinados à segurança e preservação dos logradouros públicos.

Art. 7º. Constituem despesas passíveis de custeio com recursos da COSIP, dentre outras:
I – Custeio do consumo de energia elétrica destinada ao funcionamento do sistema de iluminação pública;
II – Manutenção preventiva, corretiva, conservação e operação do sistema de iluminação pública;
III – Implantação, ampliação, adequação, modernização e melhoria da infraestrutura de iluminação pública;
IV – Aquisição, instalação, substituição, recuperação e manutenção de postes, braços, luminárias, cabos, relés, transformadores, quadros de comando e demais equipamentos necessários ao funcionamento do sistema de iluminação pública;
V – Implantação, ampliação e melhoria da iluminação pública em vias públicas, avenidas, ruas, praças, parques, jardins, estradas municipais, passarelas, ciclovias e demais logradouros públicos;
VI – Implantação, substituição e modernização de sistemas de iluminação pública utilizando tecnologia LED ou outras tecnologias mais eficientes, sustentáveis ou que venham a substituí-las;
VII – Implantação de sistemas inteligentes de gerenciamento da iluminação pública, inclusive automação, controle remoto, monitoramento operacional, sensores, telecomando e demais tecnologias destinadas ao aumento da eficiência energética, da qualidade e da confiabilidade do serviço;
VIII – Aquisição, implantação, operação, manutenção, ampliação e modernização de sistemas de geração de energia destinados ao serviço de iluminação pública, inclusive por fontes renováveis, sistemas fotovoltaicos e outras tecnologias de eficiência energética;
IX – Aquisição, implantação, instalação, operação, manutenção, substituição e modernização de câmeras, sensores, equipamentos, infraestrutura e demais tecnologias destinadas ao monitoramento para a segurança e preservação dos logradouros públicos, compreendendo vias públicas, avenidas, ruas, praças, parques, jardins, estradas municipais e demais espaços públicos de uso comum do povo, observadas as finalidades previstas no art. 149-A da Constituição Federal;
X – Aquisição, implantação, instalação, manutenção e atualização de softwares, licenças, servidores, equipamentos de informática, infraestrutura de comunicação, transmissão de dados e demais recursos tecnológicos necessários ao funcionamento dos sistemas de monitoramento previstos nesta Lei;
XI – Implantação, operação, manutenção, modernização e integração de centrais de monitoramento, centros integrados de operação e controle e demais estruturas destinadas ao gerenciamento dos sistemas de iluminação pública e monitoramento de logradouros públicos;
XII – Contratação de serviços técnicos especializados, consultorias, manutenção, suporte, operação, capacitação, desenvolvimento tecnológico e demais serviços necessários à execução das finalidades previstas nesta Lei;
XIII – Elaboração de estudos, projetos, levantamentos, diagnósticos, perícias, serviços de engenharia, arquitetura, tecnologia da informação e demais serviços técnicos relacionados à implantação, ampliação, modernização, operação e manutenção da iluminação pública e dos sistemas de monitoramento de logradouros públicos;
XIV – Realização de outras despesas, investimentos, aquisições, obras, serviços e ações diretamente relacionados ao custeio, expansão, melhoria, modernização, operação e gestão da iluminação pública e dos sistemas de monitoramento para a segurança e preservação dos logradouros públicos, observadas as finalidades previstas no art. 149-A da Constituição Federal;
XV – Execução de serviços de poda de árvores e manejo vegetal, desde que destinados exclusivamente à desobstrução de luminárias, à garantia da luminosidade das vias públicas ou à proteção da rede de energia e infraestrutura que alimenta o sistema de iluminação pública.

Art. 8º. Os recursos da COSIP deverão ser aplicados exclusivamente em despesas diretamente relacionadas às finalidades previstas nesta Lei, sendo vedada sua utilização para:
I – Despesas gerais da Administração Pública;
II – Custeio dos serviços de saúde, educação, assistência social ou de quaisquer outras políticas públicas desvinculadas da iluminação pública ou do monitoramento de logradouros públicos;

III – Pagamento de despesas de pessoal estranhas aos serviços previstos nesta Lei;
IV – Obras ou investimentos sem relação direta com as finalidades constitucionais da COSIP;
V – Aquisição de equipamentos destinados exclusivamente ao monitoramento interno de prédios públicos ou de ambientes que não se caracterizem como logradouros públicos, ressalvados os equipamentos instalados em edificações quando destinados ao monitoramento de vias ou espaços públicos.
VI – Qualquer outra despesa incompatível com o art. 149-A da Constituição Federal.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá celebrar convênios, contratos, termos de cooperação, parcerias público-privadas, concessões administrativas, consórcios públicos e demais instrumentos necessários à arrecadação da COSIP e à execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 10. A implantação de sistemas de iluminação pública em estradas vicinais, comunidades rurais e demais logradouros públicos situados na zona rural poderão ser realizados pelo Município, observadas a conveniência administrativa, a viabilidade técnica e a disponibilidade financeira.
Parágrafo único. A eventual incidência da COSIP sobre imóveis rurais beneficiados por futura expansão do serviço dependerá de autorização em lei específica, permanecendo, até então, inalterado o tratamento atualmente previsto na legislação municipal.

Art. 11. A COSIP será cobrada, preferencialmente, na fatura mensal de energia elétrica, mediante convênio ou contrato celebrado entre o Município e a concessionária ou permissionária responsável pela distribuição de energia elétrica, observada a legislação aplicável.
Parágrafo único. Permanecem mantidos os critérios de incidência, base de cálculo, cobrança e anexo tarifário (único e que integra esta Lei para todos os efeitos legais) constantes desta Lei, preservando-se a continuidade da arrecadação da COSIP.

CAPÍTULO V - DA BASE DE CÁLCULO, ALÍQUOTAS E COBRANÇA

Art. 12. A base de cálculo da COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela concessionária distribuidora de energia elétrica.

Art. 13. Os valores da COSIP serão calculados de acordo com as categorias de consumidores e faixas de consumo de energia elétrica, observada a tabela constante do Anexo Único – parte integrante desta Lei.
Parágrafo Primeiro. Os consumidores enquadrados na classe rural permanecerão com desconto de 100% (cem por cento), considerando a inexistência de iluminação pública nas estradas rurais, sem prejuízo da futura implantação do serviço, na forma do art. 13 desta Lei.
Parágrafo Segundo. A classificação dos consumidores observará as normas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou outro órgão regulador que vier a substituí-la.

CAPÍTULO VI - DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 14. A COSIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil, possuidores ou responsáveis tributários de imóveis atendidos por ligação regular de energia elétrica será lançada mensalmente e cobrada juntamente com a fatura de energia elétrica, mediante convênio ou contrato celebrado entre o Município e a concessionária distribuidora.
Parágrafo Primeiro. O convênio ou contrato deverá prever o repasse periódico ao Município dos valores arrecadados, admitindo-se exclusivamente as retenções legalmente autorizadas referentes aos custos da arrecadação, energia elétrica consumida pela iluminação pública e outros débitos regularmente existentes entre as partes.
Parágrafo Segundo. A arrecadação da COSIP não altera a natureza jurídica da contribuição, permanecendo vinculada às finalidades estabelecidas nesta Lei.

Art. 15. O montante devido e não pago da COSIP será inscrito em dívida ativa pelo Município após a constatação da inadimplência.
Parágrafo Primeiro. Constituirá título hábil para inscrição:
I – Comunicação formal da inadimplência encaminhada pela concessionária distribuidora, acompanhada da documentação pertinente;
II – Outro documento que contenha os requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional e pela legislação municipal.
Parágrafo Segundo. Os valores inscritos em dívida ativa serão cobrados na forma da legislação tributária municipal.

Art. 16. Os valores da COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e atualização monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

CAPÍTULO VII - DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 17. O Poder Executivo manterá controle individualizado da arrecadação e aplicação dos recursos da COSIP, observando os princípios da publicidade, transparência e prestação de contas.
Parágrafo único. Sempre que solicitado pelos órgãos de controle interno ou externo, deverão ser disponibilizadas as informações relativas à arrecadação e à destinação dos recursos.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Ficam ratificados e convalidados todos os atos administrativos, financeiros, orçamentários, contábeis e tributários praticados com fundamento na Lei Municipal nº 026, de 24 de dezembro de 2002, permanecendo íntegros os direitos, obrigações, lançamentos, inscrições em dívida ativa, créditos tributários constituídos, convênios, contratos, procedimentos administrativos e demais atos jurídicos dela decorrentes, os quais passam a reger-se, no que couber, pelas disposições desta Lei.
Parágrafo único. Permanecem válidos os convênios, contratos, ajustes e demais instrumentos celebrados pelo Município com a concessionária ou permissionária de energia elétrica para arrecadação da COSIP, até que sejam substituídos, alterados ou rescindidos na forma da legislação vigente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 026, de 24 de dezembro de 2002.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, 14 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

ANEXO ÚNICO

TABELA PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO, EXPANSÃO E MELHORIA DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

I – Imóveis não edificados e/ou não ligados à rede de distribuição de energia elétrica

Base de cálculo	Alíquota
Por metro linear de testada para via ou logradouro público	**0,15 UFM**

II – Imóveis edificados ligados à rede de distribuição de energia elétrica
Base de cálculo: consumo mensal (kWh)
Valor do custeio: 100,00% da UVC

III – Valor máximo da contribuição

Grupo 1 – Consumidores Residenciais

Faixa de Consumo (kWh)	Desconto
0 a 30	97%
31 a 50	96%
51 a 70	92%
71 a 90	88%
91 a 120	84%
121 a 200	75%
201 a 350	60%
351 a 600	35%
601 a 1.000	15%
Acima de 1.000	5%

Grupo 2 – Consumidores Comerciais

Faixa de Consumo (kWh)	Desconto
501 a 600	20%
601 a 1.000	15%
1.001 a 1.500	5%
Acima de 1.500	0%

Grupo 3 – Consumidores Industriais

Faixa de Consumo (kWh)	Desconto
1.001 a 2.000	5%
Acima de 2.000	0%

Grupo 4 – Consumidores enquadrados como rurais
De**sconto de 100%**, nos termos desta Lei, enquanto inexistente a prestação do serviço de iluminação pública nas estradas e logradouros públicos rurais, sem prejuízo de lei futura disciplinar a previsão contida no art. 13 desta Lei.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, 14 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:D139E4E8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM NOS CAMPEONATOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: SALOMAO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 22.529.715/0001-79

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR POR JOGO/DIÁRIA	VALOR TOTAL
1	100	JOGO	Arbitragem campeonato de futsal categoria adulto livre e amistosos sendo 2 (dois) árbitros e 1(um) anotador.	328,00	32.800,00
2	45	JOGO	Arbitragem campeonato de Futebol – Sete/Society categoria adulto livre e veterano "suíço", sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Realização urbana e interior (comunidades).	328,00	14.760,00
3	40	JOGO	Arbitragem campeonato de futebol de campo categoria adulto livre, sendo 1 (um) árbitro, 2 (dois) auxiliares e 1 (um) anotador. Realização estádio municipal Odir Pandini.	800,00	32.000,00
4	65	JOGO	Arbitragem campeonato de voleibol e amistosos categoria adulto masculino e feminino, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador.	318,00	20.670,00
5	25	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de voleibol e vôlei de areia: categorias de base e jogos internos. Sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 10 (dez) jogos no dia.	993,00	24.825,00
6	30	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de bocha. Sendo 1 (um) árbitro e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	293,00	8.790,00
7	40	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de Bolão, sendo 1 (um) árbitro e 2 (dois) anotadores. O valor da diária será válido para prestação de serviços com duração de até 8 (oito) horas. Ultrapassado esse período, será pago valor proporcional ao período trabalhado.	195,00	7.800,00
8	30	DIÁRIA	Arbitragem campeonato de futsal categorias de base, sub-17, sub-15, sub-13, sub-11, sub-09 e sub-07, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	996,00	29.880,00
VALOR TOTAL					**171.495,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 15 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:E1028046

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 65, DE 15 DE JULHO DE 2026 DISPÕE SOBRE AS CONCLUSÕES ACERCA DO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS, NO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO, NOS TER

RESOLUÇÃO Nº 65, de 15 de julho de 2026

Dispõe sobre as conclusões acerca do Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA nº 0419/2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Cerro Azul/PR, em sua reunião ordinária, da gestão 2024-2027, realizada em 26 de maio de 2026, por seu Plenário e no exercício de suas atribuições legais, insculpidas na Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e no art. 2º da Lei Municipal nº 015/2010 e no art. 3º, do seu Regimento Interno;
Resolve:
Art. 1º Aprovardescritivo da aplicação do recurso de R$195.000,00 (cento e novena e cinco mil reais) dos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde - Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento Estadual para Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para a aquisição de bens, conforme descrito:

TIPO	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR
Veículo básico	03	Veículo básico	R$65.000,00	R$195.000,00

Art. 2º. O Gestor Municipal deverá conter em seu Relatório Anual de Gestão a aplicação dos recursos decorrentes da presente Resolução;
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 15 de julho de 2026.

PEDRO RAIMUNDO DE MATOS FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Cerro Azul/PR

Homologo a resolução nº 65/2026 - CMS - nos termos do Art. 1º, §2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1999.

ALCICLÉIA DA GUIA JAQUETTI
Secretário Municipal de Saúde de Cerro Azul-PR

Publicado por:
Thamires Vitoria Ap. Adriano Dos Santos
Código Identificador:3AFF9B2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PARECER TÉCNICO Nº 04/2026 MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR RESULTADO FINAL - ETAPA X

PARECER TÉCNICO Nº 04/2026
MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR
RESULTADO FINAL - ETAPA X

Por meio deste parecer técnico, a equipe Culturando - Gestão e Produção Cultural torna público o resultado final e homologação das habilitações dos seguintes proponentes/projetos, dos editais: **Edital 001/26 para fomento à execução de ações culturais: seleção de projetos para firmar termo de execução cultural (apoio direto a projetos) e Edital 002/26 Premiação, com recursos da política nacional Aldir Blanc de fomento à cultura**, do município de **CONTENDA/PR**, de fomento à ações artístico-culturais, possibilitado através da Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

Informamos que, após a publicação do Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação, transcorreu integralmente o período regulamentar para a interposição de recursos sem que houvesse qualquer manifestação ou protocolo de contestação por parte dos inscritos.
Em razão da ausência de recursos, a classificação preliminar resta consolidada.
Segue abaixo a relação final dos proponentes habilitados e convocados para a próxima etapa de assinatura do Termo de Execução Cultural e repasse de recursos.

Sem mais para o momento, segue relação anexa, que se publique para demais encaminhamentos.

Contenda (PR), 14 de julho de 2026

EDITAL Nº001/2026 – EXECUÇÃO

	Proponente	**Categoria inscrita**	**Média Preliminar**	**Habilitação**
1	(PJ) Festival Interior 2026 Música nas Comunidades (Bitti Eventos - (Carlos Augusto Taborda)	(B) FESTIVAL	**70**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX E X** Resultado final
2	(PF) Coletivo s/ personalidade jurídica Projeto Alma-naque de Contenda Cidades têm história, Contenda tem alma (Eliane do Valle Moreira Muniz)	(A) PROJETOS	**75**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX E X** Resultado final
3	(PF) Coletivo s/ personalidade jurídica Projeto BMJC Luar do Cristão (Mizael Fran Francisco Treziak) Trez	(A) PROJETOS	**70**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX E X** Resultado final
4	(PJ) Projeto Mãos de Contenda Um catálogo Vivo do Artesanato Local (Élida Mileide Alves)	(A) PROJETOS	**71**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX E X** Resultado final

EDITAL Nº002/2026
CATEGORIA PREMIAÇÃO

Registro	**Proponente**	**Categoria inscrita**	**Média Preliminar**	**Habilitação**
01	Benedito Colaço	MÚSICA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final **(Cotas)**
02	Bruno de Oliveira	MÚSICA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final **(Cotas)**
03	Dirlene Aparecida Procópio	ARTESANATO	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
04	Douglas Borba de Souza	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
05	Edilson Silva dos Santos	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
06	Edina Colorina Prado França	ARTESANATO	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
07	Evaldo Gritten	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
08	Jairo dos Santos	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
09	Laudelino Corrêa	LITERATURA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final **(Artista Destaque)**
10	Lisiene Loureiro Pius	ARTESANATO	**43**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
11	Longuina Kfiatkoski Bora	MÚSICA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
12	Marcos Wierbiski	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
13	Marlene Ferreira de Paula	MÚSICA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final **(Cotas)**
14	Matheus Alexsandro Cuhn	AUDIOVISUAL	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final **(Cotas)**
15	Moisés de Souza	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
16	Naimara Ferreira Graboski	DANÇA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
17	Pablo Caetano de Souza	ARTES VISUAIS	**40**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final
18	Roberto dos Santos	LITERATURA	**45**	**PROJETO HABILITADO ETAPAS IX e X** Resultado final

19	Rodrigo Franco de Marafigo	MÚSICA	**40**	**PROJETO HABILITADO** **ETAPAS IX e X** Resultado final
20	Verônica Macena N. Rodrigues	ARTESANATO	**45**	**PROJETO HABILITADO** **ETAPAS IX e X** Resultado final **(Cotas)**

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:54C38D9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9071

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 9071/2026, de 14 de julho de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3645/2026, de 14 de julho de 2026

DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **13.000.000,00 (treze milhões de reais**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0802	Departamento de Mobilidade Rural		
0802.26.782.0032.1.140	ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
4.4.90.51	Obras e Instalações	2085-EA	7.000.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	2086-EA	6.000.000,00
TOTAL			13.000.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, mediante Convênio nº 850/2026 e 851/2026, firmado com a SECID para pavimentação asfáltica em estradas vicinais, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SECID-CONVÊNIO 850/2026-ASFALTO ESTRADA RURAL ALTO CARAVAGGIO	SECID	2085	7.000.000,00
SECID-CONVENIO 851/2026-ASFALTO ESTRADA RURAL SÃO PEDRO DA LINHA CARON	SECID	2086	6.000.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			13.000.000,00

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:E824D5B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23685/2026

DECRETO Nº 23685/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento aos servidores.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico, a partir de 01 de julho de 2026, com base no Artigo 95 - incisos V e VI da Lei 1666/2011, aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
19392-1	Cristiane Gracioli Simonetti	Terapeuta Ocupacional 20 Horas	Pós-Graduação em ABA – Análise Comportamental Aplicada ao Autismo	Minas Faculdade
19550-1	Jose Alves Siqueira Neto	Motorista	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário Cidade Verde - UNICIVE
13330-1	Juliana Florencio	Auxiliar de Enfermagem	Graduação em Nutrição	Universidade Paranaense - UNIPAR
19572-1	Kellyane Terezinha Dembinski	Agente Comunitária de Saúde	Pós-Graduação em Gestão Pública	Faculdade Iguaçu
18355-1	Leticia Alves Borges	Telefonista	Graduação em Gestão Pública	Universidade Cruzeiro do Sul
17027-1	Leticia Maiara Ribeiro da Silva	Agente Comunitária de Saúde	Pós-Graduação em Gestão em Saúde Pública	FACUMINAS
19567-1	Lucas Sansigolo de Souza	Psicólogo	Pós-Graduação em Psicanálise, Arte e Literatura	Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL
17605-1	Marlene Russi	Servente	Pós-Graduação em Gestão Pública	Universidade Cruzeiro do Sul
19345-1	Sergio Alberton	Motorista	Graduação em Administração Pública	Centro Universitário Cidade Verde - UNICIVE

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de a partir de 01 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7DFA47CF

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 3026/2026

LEI Nº 3026/2026

Dispõe sobre a redução temporária dos valores das Funções Gratificadas e da gratificação pelo exercício de assessoramento pedagógico e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte Lei:

LEI:
Art. 1º Ficam reduzidos temporariamente, em 15% (quinze por cento), os valores das Funções Gratificadas, constantes do Anexo I da Lei Municipal nº 2.989/2026, que passam a vigorar nos valores estabelecidos no Anexo Único desta Lei.
Art. 2º Durante a vigência desta Lei, a gratificação pelo exercício de funções de assessoramento pedagógico junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, prevista no art. 84 da Lei Municipal nº 2.902/2025, corresponderá a 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento), calculada sobre a Classe e o Nível em que o Professor estiver posicionado, nos termos do art. 89 da mesma Lei.
Art. 3º A redução prevista nos arts. 1º e 2º possui caráter excepcional e temporário, produzindo efeitos a partir de 1° de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2026.
Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 2027, ficam automaticamente restabelecidos os valores constantes do Anexo I da Lei Municipal nº 2.989/2026, bem como o percentual de 30% (trinta por cento) previsto no art. 84 da Lei Municipal nº 2.902/2025, independentemente de novo ato legislativo.
Art. 5º Durante a vigência desta Lei, permanecem inalteradas as denominações, quantitativos, simbologias, atribuições, requisitos e demais disposições que regem as funções e gratificações de que tratam os arts. 1º e 2º, alterando-se exclusivamente os respectivos valores e percentual.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros e funcionais a partir de 1° de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

ANEXO ÚNICO

FUNÇÕES GRATIFICADAS

PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

FUNÇÕES GRATIFICADAS - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
Nº de cargos	Denominação	Nível	Valor
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno Executivo e Legislativo	GC	6.496,30
01	Coordenador de Fiscalização de Projetos de Engenharia e Infraestrutura Municipal	GC	6.496,30
01	Responsável pela Contabilidade Descentralizada do Poder Legislativo	GL	4.650,43

05	Gestor de Secretaria	GS	6.496,30
01	Coordenador de Projetos e Contratos	GD	3.609,06
01	Coordenador de Proteção Social e Vigilância Socioassistencial	GD	3.609,06
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno Executivo	GD	3.609,06
01	Coordenador Municipal de Frotas	GD	3.609,06
01	Coordenador Municipal do INCRA	GD	3.609,06
01	Coordenador Municipal dos Serviços de ITR	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento da Mulher, Idoso e Juventude	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Administração	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Agroindústrias e Inspeção Sanitária	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Assistência Social e Cidadania	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Compras	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Contabilidade	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Cultura	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Educação Infantil	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Ensino Fundamental	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Finanças	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Fomento, Desenvolvimento Cientifico, Tecnológico, Emprego e Renda	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Gestão de Frotas	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Gestão de Projetos e Captação de Recursos	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Gestão Urbana	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Habitação	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Interior	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Licitações	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Material e Patrimônio	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Obras	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Saúde	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Serviços Urbanos	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Tributação e Receita	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria em Saúde	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento dos Serviços de Agendamento, Encaminhamento e Transporte	GD	3.609,06
01	Diretor do Departamento Municipal de Trânsito	GD	3.609,06
01	Coordenação do Centro de Especialidades Municipal	G	2.742,89
01	Coordenação Médica - Atenção Primária	G	2.742,89
01	Coordenação Médica - Urgência/Emergência (UPA)	G	2.742,89
02	Coordenador Contábil Municipal	G	2.742,89
01	Coordenador de Enfermagem - Urgência/Emergência (UPA)	G	2.742,89
01	Coordenador de Recursos Humanos	G	2.742,89
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno Adjunto	G	2.742,89
02	Encarregado dos Serviços de Contabilidade, Patrimônio e Ouvidoria da Secretaria de Saúde	G	2.742,89
01	Procurador-Geral Adjunto	G	2.742,89
01	Responsável pelo Setor de Agendamento e Tratamento Fora do Domicílio	G	2.742,89
01	Advogado Assessor da Coordenadoria do CREAS, Conselhos e Conselho Tutelar	G-0	2.165,44
01	Advogado Assistente do Responsável pela Procuradoria Jurídica	G-0	2.165,44
01	Assistente da Secretaria da Assistência Social e Cidadania	G-0	2.165,44
01	Coordenador de Odontologia	G-0	2.165,44
01	Responsável pelo Banco Social	G-0	2.165,44
01	Supervisor do Departamento de Gestão Urbana	G-0	2.165,44
01	Agente de Desenvolvimento	G-1	1.228,78
01	Assessor do Diretor do Departamento de Trânsito	G-1	1.228,78
20	Assistente Administrativo	G-1	1.228,78
01	Assistente de Diretor Departamento de Gestão de Pessoas	G-1	1.228,78
01	Assistente de Diretor do Departamento de Compras	G-1	1.228,78
01	Assistente de Diretor do Departamento de Contabilidade	G-1	1.228,78
01	Assistente de Diretor do Departamento de Finanças	G-1	1.228,78
01	Assistente de Diretor do Departamento de Licitações	G-1	1.228,78
03	Assistente do Departamento de regulação, Controle, Avaliação e Auditoria em Saúde	G-1	1.228,78
01	Assistente do Diretor de Departamento de Gestão Urbana	G-1	1.228,78
01	Assistente Municipal do PROCON	G-1	1.228,78
01	Coordenação de Assistência Farmacêutica	G-1	1.228,78
01	Coordenação de Enfermagem - Atenção Primária	G-1	1.228,78
01	Coordenação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	G-1	1.228,78
01	Coordenação do Setor de Controle às Endemias	G-1	1.228,78
01	Coordenador Administrativo e de Dados Estatísticos	G-1	1.228,78
01	Coordenador da Educação Especial	G-1	1.228,78
01	Coordenador de Fiscalização e Serviços de Operação de Trânsito	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Ambulatório de Saúde Mental (AMENT)	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Programa Bolsa Família	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Programa Cadastro Único	G-1	1.228,78
01	Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	G-1	1.228,78
01	Encarregado do Serviço de Fiscalização	G-1	1.228,78
01	Responsável pela Documentação Escolar na Secretaria de Educação	G-1	1.228,78
01	Responsável pelas Licitações da Merenda Escolar	G-1	1.228,78
10	Responsável pelo Serviços de Operação de Trânsito	G-1	1.228,78
01	Responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde	G-1	1.228,78
05	Responsável Transporte	G-1	1.228,78
01	Responsável pela Documentação Oficial do Executivo Municipal	G-2	1.023,78
01	Responsável pelos Programas Sociais	G-2	1.023,78
01	Advogado Assessor da Coordenadoria do CREAS	G-3	853,10
01	Responsável Motorista Administração	G-3	853,10

01	Responsável pela Junta de Serviço Militar - JSM	G-3	853,10
01	Responsável pelas Declarações Fisco Contábeis	G-3	853,10
01	Responsável pelo Convênio do Ministério do Trabalho e pelo Serviço de Identificação	G-3	853,10
01	Responsável pelos Serviços de Mecânica	G-3	853,10
	Agente de Contratação		2.517,29
	Pregoeiro		2.412,41
	Comissão de Contratação		2.097,74
	Membro da Equipe de Apoio		2.097,74

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FAD72A30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO VI

MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - PODER LEGISLATIVO		
Exercício de 2026		
CAMARA MUNICIPAL FLOR DA SERRA DO SUL		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Até 1º Semestre de 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	51.435.441,31	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	48.064.530,68	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	47.565.620,68	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.344.841,22	2,83
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.853.937,24	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.711.240,38	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.568.543,52	5,40
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total[1]	65.067,05	79.815,07
Valor Total[2]	0,00	47.758.229,07
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL FLOR DA SERRA DO SUL. Emissão: 15/07/2026, às 15:16:36.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:1013664C

LICITAÇÕES
EXTRATO ELETRO

	Contrato N°	79/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA			
	Valor:	18.241,00			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

	Contrato N°	80/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	NEXUS EQUIPAMENTOS LTDA			
	Valor:	25.569,04			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

	Contrato N°	81/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	MEDICARE TECH EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA			
	Valor:	26.690,00			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

	Contrato N°	82/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA			
	Valor:	804,72			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				
	Contrato N°	83/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	D L TORQUATO LTDA			
	Valor:	20.548,00			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

	Contrato N°	84/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	62.366.374 TEREZINHA SUELI RIBEIRO DUENHAS			
	Valor:	2.995,00			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

	Contrato N°	85/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	PDN COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA			
	Valor:	20.350,00			
	Vigência:	Início:	15/07/2026	Término:	15/07/2027
	Licitação:	30/2026			
	Objeto da Contratação: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.				
	Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:B974A107

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°384/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: F&F DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 384/2025, firmado entre o Município de General Carneiro/PR e a empresa **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.093.678/0001-85, cujo objeto é **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, atendendo à demanda do Pronto Atendimento, das Unidades de Saúde e da Farmácia Básica do Município de General Carneiro/PR**, uma vez que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no item abaixo descrito, segue a tabela com o item e o valor unitário do reequilíbrio, a saber:

ITEM	CÓD. BR	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO ANTIGO	VALOR UNITÁRIO NOVO	VALOR TOTAL
266	BR0470429	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 150 MG. Preferencialmente embalagem hospitalar (institucional): apresentação simples, sem caixa individual ou bula, podendo ser fracionada (ex: blister cortado), com foco técnico (lote, validade, princípio ativo) e acondicionada em blisters múltiplos. A apresentação dos comprimidos e cápsulas deverá ser exclusivamente em blister, não sendo aceitas unidades acondicionadas em frascos	CAP	1000	R$ 0,90	R$ 1,34	R$ 1.340,00
VALOR TOTAL			**R$ 1.340,00**				

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão eletrônico: Nº 072/2025;
Processo Licitatório nº 189/2025.
Objeto: Registro de preço para futura e eventual Aquisição de Medicamentos", para dar atendimento ao Pronto Atendimento, às Unidades de Saúde e à Farmácia Básica deste Município de General Carneiro/PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 02 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:9DD25712

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO III LDO 2027- ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DAS DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES - LDO 2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO							
Estado do Paraná							
Anexo III - Demonstrativo da Evolução e Projeção das Despesas por Projetos e Atividades - LDO 2027							R$ reais
DESPESAS POR PROJETO E/OU ATIVIDADE	REALIZADO			ORÇADO	PREVISTO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
PODER EXECUTIVO							
AÇÕES DE NATUREZA CONTINUADA							
MANUTENÇÃO GABINETE DO EXECUTIVO	578.105,03	635.871,18	652.441,28	763.000,00	821.050,00	884.600,00	1.158.071,14
MANUTENÇÃO UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	379.213,16	301.418,16	422.733,69	455.000,00	547.000,00	537.100,00	563.700,00
MANUTENÇÃO FUNDO MUNIC DE TRANSITO	92.209,68	100.307,04	124.160,03	108.000,00	193.500,00	126.000,00	133.000,00
MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	990.000,00	1.209.200,00	1.166.500,00	1.223.800,00
MANUTEÇÃO DIRETORIA DE PLANEJAMENTO	498.418,08	567.051,90	130.087,81	-	-	-	-
MANUTENÇÃO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	-	-	759.716,61	935.000,00	843.132,15	920.293,13	966.307,79
MANUT. SECRETARIA ADMINT GERAL	8.519.160,11	10.413.200,13	10.652.323,76	7.089.070,00	6.788.328,50	7.345.402,80	8.535.646,69
MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE VIDEOMONITORAMENTO	-	-	-	330.000,00	346.500,00	363.825,00	382.016,25
MANUTENÇÃO SECRETARIA DE FINANÇAS	580.758,13	600.857,16	638.199,72	690.000,00	743.003,10	812.677,01	853.310,87
VALORIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	9.443.980,59	5.520.819,47	5.176.619,31	5.340.100,00	5.607.105,00	5.887.460,25	6.181.833,26
VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	-	3.816.174,29	6.239.672,44	6.505.000,00	6.231.590,00	6.398.369,50	6.587.437,98
MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	453.261,20	780.700,50	1.000.000,00	1.045.216,25	1.113.664,56	1.178.009,66
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	-	-	-	-	482.160,00	506.268,00	531.581,40
MANUT. SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR	2.596.375,97	2.737.331,33	3.529.218,16	3.346.900,00	3.560.220,00	3.730.026,00	4.004.942,30
APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR UNIVERSITÁRIO	-	-	-	700.000,00	735.000,00	771.750,00	810.337,50
MANUT. SERV. ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO	4.122.315,66	4.790.829,59	1.961.494,12	2.556.300,00	2.684.690,00	2.819.444,50	2.921.538,59
MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	3.372.743,13	2.176.000,00	2.299.125,00	2.463.568,75	2.556.747,19
MANUTENÇÃO ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	86.793,69	154.671,75	571.687,35	462.000,00	485.100,00	509.355,00	694.002,76
MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	23.478,45	-	-	-	-	-	-
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL E PRÉ-ESCOLAR	-	-	-	205.000,00	215.250,00	226.012,50	255.788,13
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	-	642.700,00	677.045,00	713.402,25	787.772,37
MANUTEÇÃO COORDENADORIA DE CULTURA	149.371,25	117.175,13	4.614,28	14.000,00	14.700,00	15.435,00	16.206,76
MANUT. E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1.036.069,07	1.138.735,40	273.169,47	-	-	-	-
MANUTENÇÃO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	-	-	-	1.564.000,00	1.463.050,00	1.714.927,50	1.797.323,88
MANUT SECR. DE AGRICULTURA	1.169.670,77	3.063.826,27	1.042.056,94	2.124.800,00	2.246.250,00	2.455.932,50	2.578.274,13
MANUT COORD IND E COM E SERVIÇOS	136.173,78	224.918,43	373.426,51	339.200,00	356.160,00	373.968,00	392.666,41
MANUTENÇÃO COORDENADORIA DE TURISMO	39.227,56	28.062,63	11.882,10	-	-	-	-
MANUTENÇÃO DO TURISMO	-	-	-	65.000,00	68.250,00	71.662,50	75.245,63
MANUTEÇÃO DIRETORIA DE ESPORTES	351.800,06	263.771,88	45.698,76	-	-	-	-
MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	-	-	-	460.100,00	508.305,00	533.720,25	560.406,26
ADMINISTRAÇÃO/MANUT PROPRIOS PUBLICOS	178.814,77	204.279,00	201.000,00	156.300,00	164.115,00	172.320,75	180.936,79
MANUT SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	3.782.993,75	4.570.670,16	3.244.703,00	5.594.500,00	5.772.865,00	6.572.913,25	7.139.768,92
MANUT AMPLIAÇÃO REDE ILUMINAÇÃO PUBLICA	410.320,84	533.259,13	728.000,00	590.000,00	611.500,00	631.325,00	651.441,25
MANUT SERV DE LIMPEZA PUBLICA	258.948,61	180.889,97	284.003,00	580.000,00	589.000,00	639.450,00	671.422,51
EXP E CONSERVAÇÃO ESTRADAS VICINAIS	973.382,79	1.297.442,50	944.996,00	1.520.100,00	1.570.580,00	1.703.359,00	1.800.451,95
EMENDAS IMPOSITIVAS 2022/2023	420.477,28	-	-	-	-	-	-
EMENDAS IMPOSITIVAS 2023/2024	-	574.313,18	-				
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CAE - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO	-	-	16.697,51	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	-	-	7.742,68	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A ESCOLA MUNICIPAL PROF. IRINEU GONÇALVES	-	-	17.847,12	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ K. DOS ANJOS	-	-	1.147,84	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A ESCOLA MUNICIPAL PROF. THEREZINHA K. DA ROCHA	-	-	4.680,17	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.AO C.M.E.I. LUZIA I. OLINQUEVICZ - ARTE DO CRESCER	-	-	24.463,20	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.AO C.M.E.I. ARLELE VENSÃO LAMMEL	-	-	6.244,00	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.AO C.M.E.I. ERESMIRA DOS ANJOS FERREIRA	-	-	13.900,00	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.DE CATADORES DE RECICLÁVEIS NOVA ESPERANÇA	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.DE MULHERES AGRICULTORAS SABORES DO CAMPO	-	-	41.605,33	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.DA INDUBRA	-	-	14.000,00	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.DOS PRODUTORES DE LEITE - BOM LEITE	-	-	-	-	-	-	-

DESTINAÇÃO DE VLRS.A SECR.DE AGRICULTURA, AGRON.E MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.DOS PECUARISTAS DE GENERAL CARNEIRO	-	-	30.000,00	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A SECR.MUN.DE DESENVOLV.ECON.,TURIMO,ESPORTE	-	-	16.413,00	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	-	-	362.438,06	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS. A SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	5.557,60	-	-	-	-
DESTINAÇÃO DE VLRS.A ASSOC.PAIS E AMIGOS DO AUTISTA - AMETISTA	-	-	45.000,00	-	-	-	-
TOTAL EMENDAS IMPOSITIVAS 2024/2025	-	-	597.243,83	-	-	-	-
EMENDAS IMPOSITIVAS 2025/2026	-	-	-	804.854,70	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL					-	-	-
GESTÃO ADMIN.DO FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL	-	-	-	3.000,00	3.150,00	3.307,50	3.472,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SAUDE	2.037.137,32	692.754,57	1.182.777,58	2.550.100,00	2.701.950,00	2.836.587,50	2.978.976,84
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	10.357.104,73	10.956.342,36	11.420.237,85	8.633.605,00	9.209.120,00	9.811.116,00	10.493.567,04
FUNDO MUN. DE SAÚDE ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.725.306,11	3.674.032,17	3.655.838,52	3.700.000,00	3.885.000,00	4.079.250,00	4.283.212,52
FUNDO MUN. DE SAÚDE - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	448.038,79	153.367,10	270.400,86	583.000,00	612.150,00	642.757,50	674.895,39
MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.082.074,15	340.631,05	360.590,52	416.800,00	429.575,00	440.123,75	449.384,93
MANUT. FUNDO MUN. DE SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	-	1.479,00	10.147,02	158.100,00	166.005,00	174.305,25	183.020,52
MANUT. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	-	-	4.195,14	-	-	-	-
MANUT. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPEC.	1.706.731,81	1.518.665,40	2.146.965,21	2.452.572,65	2.556.400,00	2.999.550,00	3.149.997,50
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-
APOIO A QUALIFICAÇÃO DO PROC. DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO SUS	-	-	-	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,26
MANUT. DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO AOS ANIMAIS DE RUA	-	35.999,97	73.036,49	152.000,00	159.600,00	167.580,00	175.959,01
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	-	-	502.256,72	322.772,65	382.200,00	401.310,00	421.375,52
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	-	-	2.633.395,72	2.494.500,00	2.719.325,00	2.750.276,25	2.887.765,06
GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD SUAS	-	-	5.646,00	1.500,00	1.625,00	1.751,25	1.878,81
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	-	-	5.391,34	3.200,00	3.500,00	3.800,00	4.000,00
GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	-	-	12.263,05	2.300,00	2.415,00	2.530,75	2.647,29
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-	-	217.088,09	200.000,00	213.000,00	226.000,00	239.000,00
FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)	-	-	50.882,42	45.500,00	47.600,00	49.700,00	51.800,00
PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	-	-	55.888,77	57.000,00	60.100,00	62.200,00	64.300,00
MANUT. GABINETE SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL	871.399,29	985.141,92	-	-	-	-	-
MANUT FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL	1.506.446,34	1.780.751,97	-	-	-	-	-
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	117.985,26	140.182,57	-	-	-	-	-
PROTEÇÃO SOCIAL ESP DE MEDIA COMPLEXIDADE	-	445,00	-	-	-	-	-
GESTÃO DO PBF E CAD ÚNICO	138,00	573,00	-	-	-	-	-
GESTÃO DO SUAS	58.727,84	47.893,12	-	-	-	-	-
MANUT FUNDO MUNIC CRIANÇA E ADOLESCENTE	53.706,84	902,78	-	-	-	-	-
FUNDO DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-
MANUT FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	61.009,19	134.936,49	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
GESTÃO ADMIN.DO FUNDO MUN.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	-	37.052,90	346.004,97	311.000,00	364.050,00	342.877,50	360.021,36
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA							
GESTÃO ADMIN.DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	-	-	18.513,00	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50
COORDENADORIA MUN. DE POLÍTICAS PÚBLICA PARA IDOSOS	-	-	-	2.600,00	2.730,00	2.866,50	3.009,83
FUNDO DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL					-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63
TOTAL	56.274.342,03	62.790.288,25	66.499.704,61	70.209.475,00	72.412.135,00	77.192.955,25	82.633.321,95
PODER EXECUTIVO							
AÇÕES DE NATUREZA TEMPORARIA							
AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	1.047.140,14	1.136.122,27	8.121.948,94	4.810.000,00	5.825.500,00	6.003.025,00	5.568.176,25
AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL	-	526.510,91	4.579.724,42	6.000.000,00	1.000.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA	-	-	-	-	-	-	-
RECUP. PAVIMENTAÇÃO E RECAPAMENTO ASFÁLTICO (CALAMIDADE PUBL)			3.851.681,52	-	-	-	-
RECUPERAÇÃO DE PONTES PEDONAIS/PASSARELAS			259.064,66	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO/REFORMA CEMITÉRIO MUNICIPAL			51.674,53	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO DE GALERIAS RETANGULARES (ADUELAS)			598.828,15	-	-	-	-
PAVIMENTAÇÃO VIAS URBANAS	3.128.353,62	522.756,82	1.082.108,99	80.000,00	80.500,00	80.175,00	78.983,75
CALÇAMENTO EM ESTRADAS VICINAIS/CONVÊNIO	-	-	287.303,95	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	755.227,25	-	-	-	-	-	-
CONTRUÇÃO ESCOLA MONTEIRO LOBATO	411.336,12	1.815.793,51	3.746.265,59	500.000,00	-	-	-
REFORMA DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO ÁREA DE LAZER DO JANGADA	-	131.957,13	589.075,22	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO ÁREA DE LAZER CENTRAL - PISCINA	-	839.326,40	100.179,18	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CAMPO DE FUTEBOL - PROJ. MEU CAMPINHO	481.480,72	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	-	196.638,60	-	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.728,75
CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	-	339.495,37	-	-	-	-	-
PROGRAMAS ITAIPU	-	216.818,62	1.671.204,25	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO POSTO PLANALTO	-	-	-	1.445.000,00	800.000,00	-	-
AMPLIAÇÃO POSTO CENTRAL	-	54.956,07	-		-	-	-
REFORMA DO POSTO DE SAÚDE SÃO JOÃO			105.018,77				
RECAPE RUA CASTELO BRANCO	-	-	-	-	-	-	-
RECAPE RUA JOÃO DISSENHA	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO DE PARQUE LINEAR	-	-	-	5.700.000,00	2.150.000,00	2.150.000,00	-
PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - FASE 1 E 2	-	-	-	8.800.000,00	1.000.000,00	-	-
PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - FASE 2			-	-	7.800.000,00	-	-
PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - FASE 2 - RECAPEAMENTO DE							
	-	-	-	-	7.500.000,00	-	-
CALÇAMENTOS							
PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - FASE 3 -RECAPE SOBRE RECAPE	-	-	-	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-
CONSTRUÇÃO CRECHE INFANTIL	-	-	-	2.000.000,00	500.000,00	-	-
RECUPERAÇÃO E RECAPEAMENTO DE RUAS	-	-	-	12.200.000,00	22.200.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	-	-	-	4.000.000,00	2.000.000,00	-	-
PAVIMENTAÇÃO/CALÇAMENTO EM ESTRADAS VICINAIS	-	-	-	8.000.000,00	5.000.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO CAMPINHO VILA RURAL	-	-	-	-	600.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO CAMPINHO BAIRRO SÃO JOÃO	-	-	-	-	605.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO PARQUINHO BAIRRO SÃO JOÃO	-	-	-	-	240.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO BARRACÃO INDUSTRIAL - SECRETARIA DE AGRICULTURA	-	-	-	-	530.000,00	-	-
CONSTRUÇÃO GARAGEM SECRETARIA DE AGRICULTURA	-	-	-	-	580.000,00	-	-

CONSTRUÇÃO/REFORMA POSTO DE SAÚDE	-	-	-	300.000,00	-	-	-
DIVIDA PUBLICA							
JUROS E ENCARGOS	960.750,67	953.717,20	1.606.790,98	2.000.000,00	2.050.000,00	2.205.000,00	2.315.000,00
PRINCIPAL	2.963.170,05	1.587.859,59	1.211.441,17	1.375.000,00	2.013.095,00	2.017.989,75	2.220.674,20
PRECATÓRIOS			164.663,09	270.000,00	175.000,00	40.000,00	-
TOTAL	3.923.920,72	2.541.576,79	2.982.895,24	3.645.000,00	4.238.095,00	4.262.989,75	4.535.674,20
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	3.191.000,24	4.380.749,39	5.100.000,00	5.000.000,00	-	-
OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATOS INTERNOS	-	2.096.178,08	3.661.613,85	5.000.000,00	5.000.000,00	-	-
AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL	-	1.094.822,16	719.135,54	100.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	410.525,00	430.635,00	455.480,00	482.800,00
TRANSFERENCIAS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL	3.022.587,58	3.220.708,70	3.501.000,00	3.320.000,00	3.682.635,00	3.660.300,00	3.843.315,00
TOTAL GERAL	69.044.388,18	77.523.949,68	102.408.427,41	136.550.000,00	149.206.000,00	98.838.000,00	97.177.000,00
Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 da Lei 4.320/64.							
General Carneiro, Pr., 15 de maio de 2026.							
JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA	***SARAH DUCAT JAVORSKI***						
Prefeito Municipal	Contadora - CRC/PR.058081/O-9						

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:E546FED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO II LDO 2027 - ANEXO DE METAS FISCAIS CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2027

MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO-PR				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
2027				
Demonstrativo - (LRF,art.4º, §2º ,inciso I)				R$1,00
Especificação	Metas Previstas em 2025 (a)	Metas Realizadas em 2025 (b)	Variação	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	88.042.000,00	98.832.759,00	10.790.759,00	12,26
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	85.331.000,00	92.466.910,81	7.135.910,81	8,36
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	88.042.000,00	102.408.427,41	14.366.427,41	16,32
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	84.581.790,00	101.377.960,44	16.796.170,44	19,86
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (V) = (I – II)	749.210,00	(7.918.533,88)	(8.667.743,88)	(1.156,92)
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	749.210,00	(7.918.533,88)	(8.667.743,88)	(1.156,92)
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	14.154.919,71	14.154.919,71	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	3.879.946,98	3.879.946,98	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha	0,00	(7.034.949,98)	(7.034.949,98)	0,00
Fonte: Informações Sistema Planejamento – Betha Sistemas / Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal - Acompanhamento Mensal (SIM-AM)				
Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de General Carneiro.				
NOTA: A elaboração deste demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 – Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.				

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA	***SARAH DUCAT JAVORSKI***
Prefeito	Contadora - CRC/PR.058081/O-9

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:AA7108A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO VI LDO 2027 - DEMONSTARTITIVO DE RSICOS FISCAIS

MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Passivos contingentes relacionados à insuficiência de arrecadação, frustração de receitas tributárias e de transferências constitucionais e legais, bem como riscos ambientais decorrentes de eventos climáticos adversos.	430.635,00	Utilização da Reserva de Contingência para abertura de Créditos Adicionais Suplementares e/ou Extraordinários, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei de	430.635,00
SUBTOTAL	**430.635,00**	**SUBTOTAL**	**430.635,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Ações judiciais e demandas administrativas em tramitação contra o Município, envolvendo obrigações trabalhistas, previdenciárias, indenizatórias, cíveis e outras responsabilidades subsidiárias ou solidárias que possam gerar impacto nas finanças municipais	1.000.000,00	Acompanhamento e gerenciamento permanente dos processos judiciais e administrativos pela Procuradoria Jurídica e setores competentes, com adoção de medidas	1.000.000,00
SUBTOTAL	**1.000.000,00**	**SUBTOTAL**	**1.000.000,00**
TOTAL	**1.430.635,00**	**TOTAL**	**1.430.635,00**
Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO. Emissão: 13/05/2026, às 11:31:30.			
Nota(s) Explicativa(s):			
O valor dos riscos fiscais de ações judiciais foram calculados com base na média dos três últimos exercícios financeiros.			
JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA	***SARAH DUCAT JAVORSKI***		
Prefeito	Contadora - CRC/PR.058081/O-9		

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:84840952

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO V LDO 2027 - DIVIDA PUBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO							
Estado do Paraná							
ANEXO V							
DÍVIDA PÚBLICA							R$ reais
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
				ORÇADO	PREVISTO		
DÍVIDA FUNDADA							
Valores Correntes Pagos							
Financiamentos	1.184.010,86	1.501.708,88	1.456.165,26				
Parcelamento de Contribuições PrevIdenciárias	279.159,19	414.091,53	453.514,69				
TOTAL	1.463.170,05	1.915.800,41	1.909.679,95	1.375.000,00	2.013.095,00	2.017.989,75	2.220.674,20
Precatórios							
Precatórios Posteriores a 05/05/2020 - Pagos	1.500.000,00	179.695,78	220.072,26	270.000,00	175.000,00	40.000,00	-
TOTAL	2.963.170,05	2.095.496,19	2.129.752,21	1.645.000,00	2.188.095,00	2.057.989,75	2.220.674,20
SALDO DÍVIDA CONSOLIDADA							
Financiamentos	5.183.605,64	7.036.645,96	9.299.616,24				
Parcelamento de Contribuições PrevIdenciárias	4.906.258,59	4.492.167,06	4.775.062,22				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	-	126.737,64	80.241,25				
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA	10.089.864,23	11.655.550,66	14.154.919,71				
DÍVIDA FLUTUANTE							
Valores correntes pagos							
Restos a Pagar Não Processados	2.377.942,24	2.015.814,93	226.576,18				
Restos a Pagar Processados	538.910,94	523.477,70	1.052.055,02				
TOTAL PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	2.916.853,18	2.539.292,63	1.278.631,20				
Saldos em 31/12							
Despesa Empenhada a Pagar - Recursos Livres	1.379.836,61	159.848,78	2.042.619,65				
Despesa Empenhada a Pagar - Recursos Vinculados	1.026.347,83	1.184.248,89	543.336,41				
Restos a Pagar Processados de Exerc. Anteriores	6.348,89	-	-				
Restos a Pagar Processados	2.015.814,93	1.107.283,49	2.337.325,42				
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.782.731,45	17.338.830,05	12.840.051,42				
SALDOS OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA							
Precatórios Posteriores a 05/05/2020 não incluídos na Dívida Consolidada	155.812,32	122.817,91	381.254,08				
Restos a Pagar NÃO-PROCESSADOS	991.199,89	248.036,58	303.859,11				

General Carneiro , Pr., 15 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

SARAH DUCAT JAVORSKI
Contadora - CRC/PR.058081/O-9

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:12DA6950

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO XI LDO 2027 - ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA – LDO 2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO							
Estado do Paraná							
Anexo XI - Demonstrativo da Evolução da Receita – LDO 2027					R$ reais		
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO			ORÇADO	PREVISTO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITA CORRENTE	68.407.481,46	78.364.048,12	91.848.071,94	94.559.000,00	99.418.000,00	105.242.800,00	111.674.400,00
Receita Tributária	5.475.684,57	5.995.511,19	7.301.072,41	7.716.700,00	8.304.300,00	8.762.900,00	9.223.400,00
Impostos	4.643.539,76	5.426.157,88	6.681.320,29	6.962.700,00	7.511.000,00	7.931.300,00	8.352.600,00
Taxas	832.144,81	569.353,31	619.752,12	754.000,00	793.300,00	831.600,00	870.800,00
Contribuição Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	652.480,08	710.767,05	760.459,68	820.000,00	853.000,00	886.000,00	919.000,00
Receita Patrimonial	746.602,83	1.036.781,54	1.985.098,80	765.600,00	838.600,00	874.500,00	910.400,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	61.197.257,25	69.474.934,59	79.625.963,22	84.583.700,00	88.928.900,00	94.208.100,00	100.091.200,00
Transferências da União	35.214.235,82	38.847.853,55	41.462.721,47	42.853.700,00	44.488.900,00	47.066.100,00	50.067.200,00
Transferências do Estado	17.234.536,20	20.989.182,26	28.054.541,26	30.140.000,00	32.386.000,00	34.630.000,00	37.016.000,00
Transf. Multigovernamentais	8.084.179,04	9.637.898,78	10.108.700,49	11.590.000,00	12.054.000,00	12.512.000,00	13.008.000,00
Transf de Inst. Privadas	47.368,42	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências Correntes	616.937,77	-	-	-	-	-	-
Outras Rec Correntes	335.456,73	1.146.053,75	2.175.477,83	673.000,00	493.200,00	511.300,00	530.400,00
Indenizações e Restituições	332.980,78	1.139.427,89	2.166.436,21	670.000,00	490.000,00	508.000,00	527.000,00
Multas Legislação Específica	2.475,95	6.625,86	9.041,62	3.000,00	3.200,00	3.300,00	3.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.018.060,16	19.280.956,83	18.519.341,51	54.445.000,00	62.921.000,00	7.582.000,00	448.000,00
Operações de Credito	300.000,00	3.375.686,62	4.380.749,39	5.100.000,00	5.000.000,00	-	-
Alienação de Bens	203.675,00	750.600,00	-	400.000,00	416.000,00	432.000,00	448.000,00

Transferências de Capital	5.052.345,99	7.142.803,00	8.607.094,92	8.245.000,00	1.800.000,00	-	-
Outras Transferências de Convênios	462.039,17	1.101.387,99	4.475.508,19	40.700.000,00	55.705.000,00	7.150.000,00	-
Outras Transf. de Recursos dos Estados	-	6.910.479,22	1.055.989,01				
TOTAL DAS RECEITAS	74.425.541,62	97.645.004,95	110.367.413,45	149.004.000,00	162.339.000,00	112.824.800,00	112.122.400,00
DEDUÇÕES	8.411.728,50	9.812.821,85	11.534.654,45	12.454.000,00	13.133.000,00	13.986.800,00	14.945.400,00
TOTAL REC LÍQUIDA	66.013.813,12	87.832.183,10	98.832.759,00	136.550.000,00	149.206.000,00	98.838.000,00	97.177.000,00
Projeção com indíces inflacionários do IPCA/PIB - relatório Focus/Banco Central do Brasil							
General Carneiro, Pr., 15 de maio de 2026.							
JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA				***SARAH DUCAT JAVORSKI***			
Prefeito Municipal				Contadora - CRC/PR.058081/O-9			

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:463A6B1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO X LDO 2027 - ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
ANEXO X - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)						
R$ 1,00						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio Social/Capital Social	6.667.046,28	6,54	6.667.046,28	8,53	6.657.415,28	12,21
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	95.253.900,20	93,46	71.497.029,61	91,47	47.874.261,88	87,79
TOTAL	101.920.946,48	100,00	78.164.075,89	100,00	54.531.677,16	100,00
Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO.						
General Carneiro, Pr., 15 de maio de 2026.						
JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA			***SARAH DUCAT JAVORSKI***			
Prefeito Municipal			Contadora - CRC/PR.058081/O-9			

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:88A84AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO MUNICIPAL Nº 513/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade do disposto no art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como em observância ao art. 8º, §1º e §2º, inciso I e II, e art. 9º, parágrafo único, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 2.149/2025, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.127.000,00 (dois milhões e cento e vinte e sete mil reais), conforme valores e discriminações a seguir especificados:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
366	644	06.001.12.367.0016.2.083	MANUT. E VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.4.90.52	R$ 100.000,00
341	101	06.001.12.365.0016.2.087	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	3.1.90.04	R$ 200.000,00
342	101	06.001.12.365.0016.2.087	VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAR	3.1.90.11	R$ 270.000,00
150	303	03.001.10.301.0024.2.033	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SAÚDE	3.3.90.14	R$ 15.000,00
174	303	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.14	R$ 10.000,00
176	2409	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.34	R$ 500.000,00
201	1494	03.003.10.302.0024.2.041	MANUT. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	3.3.71.70	R$ 182.000,00
23	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.1.90.13	R$ 220.000,00
71	000	02.006.23.691.0022.2.046	MANUT. COORD. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.1.90.11	R$ 30.000,00
72	000	02.006.23.691.0022.2.046	MANUT. COORD. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.1.90.13	R$ 20.000,00
77	000	02.006.23.691.0022.2.046	MANUT. COORD. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.3.90.39	R$ 20.000,00
124	000	02.008.18.541.010.2.305	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	3.3.90.30	R$ 50.000,00
135	000	02.009.27.813.0028.2.303	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	3.1.90.11	R$ 100.000,00
136	000	02.009.27.813.0028.2.303	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	3.1.90.13	R$ 20.000,00
137	000	02.009.27.813.0028.2.303	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	3.3.90.14	R$ 6.500,00
64	000	02.005.20.608.0012.2.045	MANUT. SECRETARIA DE AGRICULTURA	4.4.90.52	R$ 120.000,00
357	000	06.001.12.361.0017.2.088	GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL E PRÉ-ESCOLAR	3.3.90.32	R$ 50.000,00
359	000	06.001.12.361.0017.2.089	GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	3.3.90.32	R$ 40.000,00
219	000	04.002.08.122.0015.2.068	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	3.3.90.32	R$ 40.000,00
280	000	04.005.08.241.0015.2.076	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	3.3.90.93	R$ 3.500,00
152	303	03.001.10.301.0024.2.033	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SAÚDE	3.3.90.36	R$ 130.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional de que trata o artigo anterior decorrerão de superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulações parciais de dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
1	000	02.001.04.122.0002.2.002	MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO	3.1.90.11	R$ 70.000,00
34	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.3.90.39	R$ 23.500,00
52	000	02.005.20.608.0012.2.045	MANUT. SECRETARIA DE AGRICULTURA	3.1.90.11	R$ 50.000,00
185	000	03.002.10.303.0024.2.037	MANUT. FUNDO MUN. DE SAÚDE - SUPORTE PROFILÁTICO E	3.3.90.32	R$ 130.000,00

			TERAPEUTICO		
115	000	02.007.26.782.0010.2.032	EXPANSÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	3.3.90.30	R$ 220.000,00
117	000	02.007.26.782.0010.2.032	EXPANSÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	3.3.90.39	R$ 30.000,00
94	000	02.007.04.122.0009.2.047	MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3.3.90.39	R$ 196.500,00
175	303	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.30	R$ 80.000,00
181	303	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.48	R$ 25.000,00
185	303	03.002.10.303.0024.2.037	MANUT. FUNDO MUN. DE SAÚDE - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	3.3.90.32	R$ 50.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, a fim de viabilizar a inclusão das suplementações previstas no art. 1º deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 15 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:ED764749

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2024

Pelo presente Termo, o **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ**, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e de outro lado, a empresa a **LABOPRIME LABORATORIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.428.335/0001-82, sediada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 477, nº 341, Dos Lagos, CEP 89.136-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor **MEYKON PATRICK VAILATTI,** resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 040/2024, referente à **Dispensa de Licitação nº 034/2024**, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de **01 (um) ano** do Contrato nº 040/2024, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo original estendido, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)
01	COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA (AMOSTRA BÁSICA) Nível de água, Condutividade Elétrica, Turbidez, Temperatura Ambiente, temperatura do Líquido, pH, Sólidos Totais, Sólidos Dissolvidos, Coliformes Termotolerantes, Cloreto, Sulfeto de Hidrogênio, Fluoreto Total, Sódio, Sulfato expresso em SO4, Surfactantes, Nitrito (expresso em N). A empresa deverá ter Certificado de cadastramento de laboratório (CCL) emitido pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e em vigência; A empresa deverá realizar as análises dos parâmetros tomando como referência a Resolução CONAMA n° 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.	Unid	-	6	450,00
02	COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA (AMOSTRA COMPLETA) Alumínio, Antimônio, Arsênio Total, Bário Total, Boro Total, Cádmio, Chumbo Total, Cobre, Cromo, Ferro, Manganês, Mercúrio Total, Molibdênio, Níquel, Nitrato (expresso em N), Prata Total, Selênio Total, Zinco, Benzeno, Cloreto de Vinila, Cresóis, Estireno, Etil benzeno, Fenóis Totais (substâncias que reagem com 4-aminoantipirina), Tetracloreto de Carbono, Tolueno, Xileno. A empresa deverá ter o Cerificado de Cadastramento de Laboratório (CCL) emitido pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e em vigência; A empresa deverá realizar as análises dos parâmetros tomando como referência a Resolução CONAMA nº 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.	Unid	-	6	1.150,00

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).**
2.2.1. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
498	16.003	1.201	3.3.90.39.00.00.00.00	00879

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 14 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município De Goioerê
Contratante

MEYKON PATRICK VAILATTI
Laboprime Laboratorios LTDA
Contratada

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:1220E1B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO CONTABIL Nº 12-2026 - LEI 971

DECRETO CONTÁBIL N.º 12/2026

Abre um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.300.636,79 (Um Milhão e Trezentos mil seiscentos e trinta es seis reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 971/2026 de 15 de JULHO de 2026.

DECRETA:

Art. 1°Fica aberto um crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 1.300.636,79 (Um Milhão e Trezentos mil seiscentos e trinta es seis reais e setenta e nove centavos) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
08.001.12.361.0008.2079	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	00927	00133	114.604,95
08.001.12.361.0008.2079	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	00928	00104	6.031,84
10.002.10.301.0010.2072	33.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DE. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇAO	01146	00494	200.000,00
10.002.10.301.0010.2073	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01147	00494	200.000,00
10.002.10.301.0010.2074	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01148	00494	100.000,00
10.002.10.301.0010.2075	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01149	00494	300.000,00
10.002.10.301.0010.2076	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01051	00494	100.000,00
10.002.10.301.0010.2077	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01052	00494	150.000,00
10.002.10.301.0010.2077	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01053	00494	100.000,00
11.002..08.243.0011.2078	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01458	00933	30.000,00

Art. 2° Para dar cobertura ao credito aberto no art. 1º, serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação,em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de Recursos	Valor Excesso
17.13.50.11.04.00.00.00.00	TRANSF. BLOCO MAN. ASPS - AT. PRIMARIA- OUTROS	00494	R$:1.150.000,00
17.16.50.01.05.00.00.00.00	PROGRAMA: ACOES ESTRATEGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	00933	R$: 30.000,00
24.22.51.01.01.00.00.00.00	TERMO DE CONVENIO ESTADUAL - 637 - AQUISIÇAO DE UM VEICULO SEDAN	00133	R$: 120.636,79

Art. 3°Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 936/2025.

Art. 4°Este Decretoi entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 15 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:349C4411

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.

CONTRATADA: SALUX INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE S.A
OBJETO: Contratação de serviços de sistema informatizado integrado de gestão hospitalar, disponibilizado em ambiente de computação em nuvem, preferencialmente no modelo Software como Serviço (SaaS) ou funcionalmente equivalente, incluindo infraestrutura tecnológica, implantação, treinamento e suporte técnico, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	10559	12	MÊS	Contratação de sistema informatizado integrado de gestão hospitalar, em modelo de computação em nuvem (SaaS ou funcionalmente equivalente), incluindo: disponibilização do sistema com capacidade mínima para 250 (duzentos e cinquenta) usuários cadastrados e 30 (trinta) acessos simultâneos; infraestrutura em ambiente de nuvem; implantação assistida, parametrização e migração de dados; treinamento dos usuários; suporte técnico, manutenção e atualizações contínuas.	19.000,00	R$ 228.000,00

VALOR TOTAL: R$ R$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 13 de julho de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Murilo Pimentel Fernandes

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:26FE63AA

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 021/2024 – INEXIBILIDADE Nº 02/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: YELO COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 4,892470 % com base no índice IPCA/IBGE, conforme cláusula sexta do contrato ora mencionado. O valor total do contrato passa a ser de R$ **72.445,83 (setenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).**

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R$	REAJUSTE %	NOVO VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	1	9315	95	HORA	Manutenção Preventiva e Corretiva para Monitor Multiparamétrico VITA 500e ALFAMED	271,95	4,892470	285,26	27.099,70
	2	9314	1	UND	Peças para Monitor Multiparamétrico VITA 500e ALFAMED.	30.298,86	4,892470	31.781,22	31.781,22
	3	9316	20	HORA	Manutenção Preventiva e Corretiva para Oxímetro SENSE 10 ALFAMED	258,97	4,892470	271,64	5.432,80
	4	9313	1	UND	Peças para Oxímetro SENSE 10 ALFAMED	7.752,81	4,892470	8.132,11	8.132,11

Valor total atual contratado: R$ 69.066,32 (sessenta e nove mil, sessenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Valor total após reajuste 2026: R$ 72.445,83 (setenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

Valor do aditivo (diferença): R$ 3.379,51 (três mil e trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

FIRMADO EM: 14 de julho de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 304/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Yuri Soares Amorim

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:D7ED4006

PROJUR
DECRETO Nº 338/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.909.589,96 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E NOVE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE IGUAL VALOR, E DÁ OU

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 5º, da Lei Municipal nº 2.446, de 05/12/2025, bem como no artigo 43, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 390/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.909.589,96 (um milhão, novecentos e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2015 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SUPERINTENDÊNCIA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0128.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
151	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	7.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			

Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
616	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	103	94.566,20
1914	3319094000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas	171	6.000,00
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
683	3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	104	280.519,90
686	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	104	243.285,38
Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar			
Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
814	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	107	243.457,22
816	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	202.312,32
Ação: 2051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
832	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	104.134,78
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
861	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	104	545.447,56
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1042	3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	100.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1350	3339048000000000000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	0	30.000,00
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos direitos do Idoso			
Ação: 2121 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA IDOSA			
Funcional: 0008.0241.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1423	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	505	25.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE OBRAS			
Funcional: 0015.0451.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1486	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	505	27.866,60
TOTAL			**1.909.589,96**

Art. 2° Os recursos necessários à execução do contido no art. 1° deste Decreto decorrerão da anulação orçamentária, a saber:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA DA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
140	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	7.000,00
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			
Ação: 2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
223	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	27.866,60
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL			
Funcional: 0012.0122.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
753	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	104	10.000,00
758	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103	20.000,00
759	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	79.277,70
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
599	3339030000000000000 - Material de consumo	104	204.007,68
600	3339030000000000000 - Material de consumo	107	193.098,22
605	3339030000000000000 - Material de consumo	505	39.312,32
622	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	230.519,90
635	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	50.000,00
Ação: 2042 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
637	3339014000000000000 - Diárias - civil	103	10.120,00
638	3339014000000000000 - Diárias - civil	104	36.056,00

Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
671	3339030000000000000 - Material de consumo	104	142.215,89
691	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	28.137,93
700	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	103	30.000,00
701	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	104	200.000,00
705	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	20.000,00
Ação: 1007 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI´s			
Funcional: 0012.0365.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
544	3449051000000000000 - Obras e instalações	171	6.000,00
545	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	30.000,00
549	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	30.000,00
Ação: 1008 - AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE ESCOLAS E CMEI´S			
Funcional: 0012.0365.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
557	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	20.000,00
Ação: 2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Funcional: 0012.0366.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
732	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	13.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Educação Especial			
Ação: 2048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Funcional: 0012.0367.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
787	3339030000000000000 - Material de consumo	103	34.446,20
788	3339030000000000000 - Material de consumo	104	115.107,58
790	3339030000000000000 - Material de consumo	505	33.970,54
796	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	23.930,16
797	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	20.164,24
801	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	50.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
862	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	107	50.359,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1051	3337233000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	303	100.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS			
Funcional: 0008.0245.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1313	3339030000000000000 - Material de consumo	505	10.000,00
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos direitos do Idoso			
Ação: 2121 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA IDOSA			
Funcional: 0008.0241.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1422	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	15.000,00
Ação: 2119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PESSOA IDOSA			
Funcional: 0008.0245.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1405	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	30.000,00
TOTAL			**1.909.589,96**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BADCD2DE

PROJUR

DECRETO Nº 339/2026 DATA: 15.07.2026 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 1.450.886,72 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL, OITOCENTOS E OITENTA E SEIS RE

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com o artigo 7º, I da Lei Orçamentária Anual nº 2.446 de 05/12/2025, e igualmente com o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, e, considerando o memorando on-line sob o nº 390/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a dotação para Orçamento Geral do Munícipio de Guaíra, Estado do Paraná, do exercício de 2026, as fontes de recurso para despesa ID USO 000, 104, 132, 365, 413 e 871 para atender as disposições contidas na Portaria Nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, no valor de R$ 1.450.886,72 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 1 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira			
Ação: 1 - MANUTENÇÃO E CONTROLE DE ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA			
Funcional: 0028.0846.0000			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
435	3329021000000000000 - Juros sobre a dívida por contrato	0	510.000,00
436	3469071000000000000 - Principal da dívida contratual resgatado	0	490.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
590	3319094000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas	104	30.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
857	3339030000000000000 - Material de consumo	132	7.829,97
863	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	132	20.000,00
869	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	30.000,00
871	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	132	19.530,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
948	3339030000000000000 - Material de consumo	413	100.000,00
2002	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	365	9.000,00
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
2001	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	413	50.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1273	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	871	184.526,75
TOTAL			**1.450.886,72**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo art. 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária das receitas oriundas do Exercício de 2025 e anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EEB45024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 802 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$74.840,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÃO		
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
05.001.10.301.0004.2.111	FUNCIONAMENTO, MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	

69 - 3.3.90.36.00.00 2002	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.601,86
70 - 3.3.90.39.00.00 2000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.906,96
Total Suplementação:		6.508,82

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

RECEITAS	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.77 RENDIMENTO DA CONTA CORRENTE 21125-7 FONTE 2002 - Fonte: 2002	3.906,96
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.70 RENDIMENTO DA CONTA CORRENTE 21126-5 FONTE 2000 - Fonte: 2000	2.601,86
TOTAL RECEITAS:	6.508,82

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, em 15 de Julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:0574FE6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATOS DE DIARIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 49/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Igor Carvalho da Silva Ramos	*Lavador Lubrificador*	*Cornélio Procópio*	*13/07/2026*	*Buscar carro doado pela EMATER*	*R$ 60,00*
Simone Aparecida de Morais dos Santos	*Secretária da Assistência Social*	*Jacarezinho*	*09/07/2026*	*Reunião Técnica Defesa Civil e Assistência Social, Tendo em vista previsão do Fenômeno El Niño. Preparação e planejamento aos impactos que podem ocorrer.*	*R$ 102,50*
Karla Giovanna Carvalho Gonçalves	*Diretor do Centro do Idoso*	*Jacarezinho*	*09/07/2026*	*Reunião Técnica Defesa Civil e Assistência Social, Tendo em vista previsão do Fenômeno El Niño. Preparação e planejamento aos impactos que podem ocorrer.*	*R$ 72,50*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:5A3297BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - FMDCA

Fundo dos Direitos da Criança e Adolescência							
Prefeitura Municipal de Itapejara D´Oeste-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Janeiro a Junho - Bimestre Maio/Junho 2026							
RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	500.000,00	1.363.465,89	77.443,50	0,06	157.109,77	0,12	1.206.356,12
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)		-		-	-		-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	500.000,00	1.363.465,89	77.443,50	0,06	157.109,77	0,12	1.206.356,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-		-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-		-	-	-	-	-
Mobiliária	-		-	-	-	-	-
Contratual	-		-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-		-	-	-	-	-
Mobiliária	-		-	-	-	-	-
Contratual	-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	500.000,00	1.363.465,89	77.443,50	0,06	157.109,77	0,12	1.206.356,12
DÉFICIT(VI)	-						-
TOTAL(VII)=(V+VI)	500.000,00	1.363.465,89	77.443,50	0,06	157.109,77	0,12	1.206.356,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-			-	-	-	463.465,89
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							-
Superávit Financeiro	-		-	-	-	-	-

Reabertura de Créditos Adicionais	-	463.465,89	-	-	-	-	463.465,89

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	500.000,00	863.465,89	1.363.465,89	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,11	1.214.145,12
Deapesas Corrrntes	445.000,00	638.106,44	1.083.106,44	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,14	933.785,67
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00		10.000,00						10.000,00
Outras Despesas Correntes	435.000,00	638.106,44	1.073.106,44	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,14	923.785,67
Despesas de Capital	55.000,00	225.359,45	280.359,45	-	-	-	-	-	280.359,45
Obras e Equipamentos	55.000,00	225.359,45	280.359,45	-				-	280.359,45
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	500.000,00	863.465,89	1.363.465,89	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,11	1.214.145,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	,	-	-		-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	500.000,00	863.465,89	1.363.465,89	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,11	1.214.145,12
SUPERÁVIT(XIII)	**0**	**0**	**463.465,89**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	463.465,89
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	500.000,00	863.465,89	1.363.465,89	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	0,10951559	1.214.145,12
Fonte:									
ANA MARIA CORTUNG	***VILMAR SCHMOLLER***								
CRC/PR-072160/O-4	Prefeito Municipal								

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B5C4160D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - FMDCA

Fundo dos Direitos da Criança e Adolescência									
Prefeitura Municipal de Itapejara D´Oeste- PR									
Relatório Resumido de Execução Orçamentária									
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção									
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social									
Janeiro a Junho - Bimestre Maio/Junho 2026									
RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')									R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**500.000,00**	**1.363.465,89**	**77.443,50**	**157.109,77**	**77.443,50**	**157.109,77**	**100,00**	**0,11**	**1.214.145,12**
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Assistência à Criança e ao Adolescente	**500.000,00**	**1.363.465,89**	77.443,50	157.109,77	69.654,50	149.320,77	100,00	0,11	1.214.145,12
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)							0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	**500.000,00**	**1.363.465,89**	**77.443,50**	**157.109,77**	**77.443,50**	**157.109,77**	**100,00**	**0,11**	**1.214.145,12**
Fonte:									
ANA MARIA CORTUNG		***VILMAR SCHMOLLER***							
CRC/PR-072160/O-4		Prefeito Municipal							

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8E2D5FA1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - RGF

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	82.368.094,82	88.130.234,70	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)	150.000,00	1.950.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	82.218.094,82	86.180.234,70	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	18.120.980,86	19.388.651,63	-
LIMITE DE ALERTA	16.308.882,77	17.449.786,47	-

(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+X+XI+XII)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:BB32168B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Julho/2025 a Junho/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.218.596,99	7.015.672,85	8.494.256,18	6.566.352,30	7.079.125,53	9.630.574,41	99.006.649,68	103.501.087,99
	8.902.729,91	8.065.058,32	7.731.199,64	8.553.035,37	9.831.772,35	8.918.275,83		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	741.660,09	653.345,81	707.913,09	640.402,84	592.127,89	885.091,19	9.484.576,17	9.466.600,00
	587.400,22	575.914,15	905.380,68	1.450.313,54	980.584,80	764.441,87		
IPTU	63.654,19	40.931,77	32.124,54	34.005,14	24.820,01	32.211,43	1.530.379,90	1.910.100,00
	24.291,14	62.837,12	283.208,78	612.984,44	173.382,33	145.929,01		
ISS	316.738,97	249.569,08	265.768,64	258.814,33	233.229,50	361.364,57	3.464.793,91	2.855.900,00
	214.004,77	274.755,89	289.058,80	362.059,75	329.471,96	309.957,65		
ITBI	81.416,01	97.119,87	124.013,32	67.101,03	82.915,41	61.248,38	825.275,15	801.000,00
	75.549,10	16.952,38	48.187,86	67.100,28	48.692,75	54.978,76		
IRRF	247.695,78	243.131,55	264.363,02	259.410,11	227.725,48	413.234,10	2.935.893,47	2.950.000,00
	253.273,35	192.129,08	205.645,22	199.520,98	211.510,35	218.254,45		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	32.155,14	22.593,54	21.643,57	21.072,23	23.437,49	17.032,71	728.233,74	949.600,00
	20.281,86	29.239,68	79.280,02	208.648,09	217.527,41	35.322,00		
Contribuições	108.845,27	100.305,29	115.322,22	105.119,67	99.463,08	109.114,69	1.541.127,09	1.688.780,00
	121.334,01	134.965,34	147.850,71	173.490,97	171.603,43	153.712,41		
Receita Patrimonial	298.982,21	260.101,49	269.641,25	279.715,14	267.160,69	301.782,35	3.299.996,09	3.627.417,62
	272.555,23	238.762,82	300.453,10	268.970,79	266.306,56	275.564,46		
Rendimentos de Aplicação Financeira	283.273,19	244.300,96	256.051,84	267.858,25	251.957,79	287.069,56	3.139.099,11	3.424.417,62
	261.028,71	227.521,72	289.963,48	256.109,18	251.758,30	262.206,13		
Outras Receitas Patrimoniais	15.709,02	15.800,53	13.589,41	11.856,89	15.202,90	14.712,79	160.896,98	203.000,00
	11.526,52	11.241,10	10.489,62	12.861,61	14.548,26	13.358,33		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	101.753,50	107.839,66	104.630,45	106.922,19	107.818,04	101.820,85	1.441.700,06	1.256.000,00
	127.101,80	189.011,49	119.748,29	127.622,58	120.811,39	126.619,82		
Transferências Correntes	6.961.807,27	5.892.534,70	7.295.203,27	5.431.189,32	5.999.796,70	8.229.267,24	83.000.760,65	87.366.290,37
	7.786.792,75	6.747.008,73	6.255.970,96	6.529.984,49	8.287.405,29	7.583.799,93		
Cota-Parte do FPM	2.592.651,25	1.997.781,32	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	29.373.196,49	32.500.000,00
	2.362.580,48	2.970.471,41	1.798.800,24	2.117.912,54	2.563.346,58	2.700.719,82		
Cota-Parte do ICMS	2.245.435,93	1.802.972,59	2.217.009,36	2.008.621,30	1.871.662,70	2.373.794,03	24.845.496,99	27.000.000,00
	2.107.560,52	1.685.367,63	2.339.981,26	2.163.849,80	1.756.443,17	2.272.798,70		
Cota-Parte do IPVA	115.564,48	95.391,95	110.228,94	90.232,34	42.179,32	76.751,52	2.849.018,67	2.500.000,00
	1.299.285,00	244.704,46	289.726,13	210.747,25	186.637,44	87.569,84		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
Cota-Parte do ITR	58,67	862,26	8.939,46	42.581,19	1.308,40	1.355,72	57.939,59	50.000,00
	25,24	125,82	207,26	1.662,43	208,82	604,32		
Transferências da LC 61/1989	26.962,70	29.783,37	31.584,64	30.289,88	29.937,37	36.263,20	370.356,71	400.000,00
	28.254,18	29.649,84	29.350,47	25.819,13	31.026,98	41.434,95		
Transferências do FUNDEB	965.366,65	898.931,29	881.321,86	1.090.675,57	985.501,99	1.184.799,70	13.291.211,75	15.600.000,00
	1.437.133,45	1.094.136,79	1.069.136,45	1.224.989,48	1.257.241,25	1.201.977,27		
Outras Transferências Correntes	1.015.767,59	1.066.811,92	1.510.856,00	468.477,20	757.905,48	834.246,51	12.213.540,45	9.316.290,37
	551.953,88	722.552,78	728.769,15	785.003,86	2.492.501,05	1.278.695,03		
Outras Receitas Correntes	5.548,65	1.545,90	1.545,90	3.003,14	12.759,13	3.498,09	238.489,62	96.000,00
	7.545,90	179.395,79	1.795,90	2.653,00	5.060,88	14.137,34		
DEDUÇÕES (II)	780.447,75	785.358,22	796.153,83	774.407,27	851.277,83	1.019.396,06	10.876.414,98	11.790.000,00
	1.159.541,04	986.063,80	891.613,01	903.998,16	907.532,54	1.020.625,47		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	780.447,75	785.358,22	796.153,83	774.407,27	851.277,83	1.019.396,06	10.876.414,98	11.790.000,00
	1.159.541,04	986.063,80	891.613,01	903.998,16	907.532,54	1.020.625,47		
Convênio Merenda Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PAB/SUS - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRI	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROG NACIONAL DE VIG EPIDEMIOLOGICA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIAS CARTAO SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMA APOIO PESSOA IDOSA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		

ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
PROGRAMA APOIO PESSOA PORTADORA DEFICIÊN	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIA FNAS/SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
CONVÊNIOS COM UNIÃO E ESTADO	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RENDIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**7.698.102,35**	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**88.130.234,70**	**91.711.087,99**
	7.743.188,87	**7.078.994,52**	**6.839.586,63**	**7.649.037,21**	**8.924.239,81**	**7.897.650,36**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-	**1.950.000,00**	**1.300.000,00**
	100.000,00	-	-	**100.000,00**	**1.750.000,00**	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**7.698.102,35**	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**86.180.234,70**	**90.411.087,99**
	7.643.188,87	**7.078.994,52**	**6.839.586,63**	**7.549.037,21**	**7.174.239,81**	**7.897.650,36**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**7.698.102,35**	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**86.180.234,70**	**90.411.087,99**
	7.643.188,87	**7.078.994,52**	**6.839.586,63**	**7.549.037,21**	**7.174.239,81**	**7.897.650,36**		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2A414D94

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - RGF

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.240.768,43	4.235.739,49	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.240.768,43	4.235.739,49	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	4.240.768,43	4.235.739,49	0,00
Internos	4.240.768,43	4.235.739,49	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00

Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	25.529.551,60	31.811.985,99	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	25.524.185,93	31.802.926,69	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.010.516,22	31.964.876,37	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	469.955,27	88.924,80	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.375,02	73.024,88	0,00
Demais Haveres Financeiros	5.365,67	9.059,30	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(21.288.783,17)	(27.576.246,50)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	82.368.094,82	88.130.234,70	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	150.000,00	1.950.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	82.218.094,82	86.180.234,70	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,16	4,91	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(25,89)	(32,00)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <216,00%>	177.591.084,81	186.149.306,95	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <194,40%>	159.831.976,33	167.534.376,26	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000[2] (Não incluídos na DCL)	9.058.226,67	9.013.859,85	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	596.459,75	83.469,25	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada".			
Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".			

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:38780B2D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - RGF

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.849.406,07	-
Pessoal Ativo	35.753.751,67	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.801.907,42	-
Obrigações Patronais	4.951.844,25	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	95.654,40	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-
Pensões	95.654,40	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.849.406,07	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.130.234,70	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.950.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde		
e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	-	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	86.180.234,70	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	35.849.406,07	41,60
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	46.537.326,74	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	44.210.460,40	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	41.883.594,07	48,60
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembr do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:24696304

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IV - RGF

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	402.898,72	402.898,72
Interna	402.898,72	402.898,72
Empréstimos	402.898,72	402.898,72
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	**402.898,72**	**402.898,72**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.130.234,70	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)	1.950.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	86.180.234,70	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	402.898,72	0,47
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	13.788.837,55	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	12.409.953,80	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.032.616,43	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre	**Até o Semestre**
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 11h e 43m.		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:BD6EF6DD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IV - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Em Reais
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	-	-	-	-	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	-	-	-	-	

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					Em Reais
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			**APORTES REALIZADOS**		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-		
Recursos para Formação de Reserva			-		
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			**SALDO ATUAL**		
Caixa e Equivalentes de Caixa			-		
Investimentos e Aplicações			-		
Outros Bens e Direitos			-		
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	-		-		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-		-		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**

Despesas Correntes (XIII)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	-	-	-	-	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	
Investimentos e Aplicações	-	
Outros Bens e Direitos	-	
BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	-	-
Demais receitas Previdenciárias	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	-	-	-	-	

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração

2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F44596F2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IX - RREO

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE-PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	8.716.122,40	402.898,72	8.313.223,68
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	78.510.342,29	10.007.080,60	68.503.261,69
Investimentos	75.110.342,29	9.554.786,12	65.555.556,17
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	3.400.000,00	452.294,48	2.947.705,52
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	78.510.342,29	10.007.080,60	68.503.261,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II–I)	69.794.219,89	9.604.181,88	60.190.038,01
Notas:			
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 52m.			

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:18E60C53

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VIII - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	8.517.000,00	4.673.736,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.910.100,00	1.302.632,82
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	801.000,00	311.461,13
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.855.900,00	1.779.308,82
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.950.000,00	1.280.333,43
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.450.000,00	29.346.871,71
2.1- Cota-Parte FPM	32.500.000,00	14.513.831,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.000.000,00	14.513.831,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	3.500.000,00	-

2.2- Cota-Parte ICMS	27.000.000,00	12.326.001,08
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	185.535,55
2.4- Cota-Parte ITR	50.000,00	2.833,89
2.5- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.318.670,12
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**70.967.000,00**	**34.020.607,91**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**11.790.000,00**	**5.869.374,02**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**5.951.750,00**	**2.635.777,64**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	15.315.000,00	7.364.757,19
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.315.000,00	7.024.629,17
6.1.1- Principal	14.000.000,00	6.944.486,67
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	315.000,00	80.142,50
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	20.318,67
6.2.1- Principal	-	20.318,67
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.000.000,00	319.809,35
6.3.1- Principal	1.000.000,00	319.809,35
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**2.210.000,00**	**1.075.112,65**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**7.364.757,19**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	16.706.165,13	7.033.695,32	7.033.695,32	7.033.695,32	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.909.526,43	5.810.984,74	5.810.984,74	5.810.984,74	-
10.1.1 - Educação Infantil	4.050.000,00	397.749,68	397.749,68	397.749,68	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	8.859.526,43	5.413.235,06	5.413.235,06	5.413.235,06	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	3.796.638,70	1.222.710,58	1.222.710,58	1.222.710,58	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	3.796.638,70	1.222.710,58	1.222.710,58	1.222.710,58	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.475.458,66	6.475.458,66	6.475.458,66	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.475.458,66	6.475.458,66	6.475.458,66	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.501.458,31	5.501.458,31	5.501.458,31	-	-	-

13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.155.330,03	5.501.458,31	5.501.458,31	74,70
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	47.971,40	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	736.475,72	889.298,53	889.298,53	152.822,81	12,08

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT NO PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	558.236,66	-	(558.236,66)	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	7.090.000,00	3.238.446,02	2.834.906,12	2.800.661,83	-
20.1- Educação Infantil	1.312.000,00	427.389,88	388.434,14	388.003,13	-
20.2- Ensino Fundamental	5.778.000,00	2.811.056,14	2.446.471,98	2.412.658,70	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	-	-	-	-	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	23.796.165,13	10.272.141,34	9.868.601,44	9.834.357,15	-
21.1- Educação Infantil	9.214.638,70	2.435.396,86	2.272.607,20	2.267.886,43	-
21.1.1- Creche	2.179.000,00	1.161.066,08	1.037.232,16	1.032.942,40	-
21.1.2- Pré-escola	7.035.638,70	1.274.330,78	1.235.375,04	1.234.944,03	-
21.2- Ensino Fundamental	14.581.526,43	7.836.744,48	7.595.994,24	7.566.470,72	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					2.834.906,12
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					5.869.374,02
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					152.822,81
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					**8.551.457,33**
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	**VALOR EXIGIDO (z)**		**VALOR APLICADO (aa)**		**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.505.151,66		8.551.457,33		25,14

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	145.917,97	126.554,42	144.779,90	-	1.138,07
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	145.917,97	126.554,42	144.779,90	-	1.138,07
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.366.328,28	772.300,95
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.582.000,00	772.300,95
31.1.1- Salário-Educação	1.010.000,00	527.052,54
31.1.2- PDDE	2.000,00	1.067,42
31.1.3- PNAE	5.000,00	1.197,98
31.1.4- PNATE	70.000,00	28.059,26
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	495.000,00	214.923,75
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.784.328,28	-
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	5.000.000,00	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-

31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	24.272.824,79	4.990.358,15	3.286.423,73	3.231.604,50	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	675.359,45	-	-	-	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	23.187.465,34	4.822.406,95	3.118.472,53	3.063.653,30	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	400.000,00	167.951,20	167.951,20	167.951,20	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	48.068.989,92	15.262.499,49	13.155.025,17	13.065.961,65	-
33.1- Despesas Correntes	25.313.462,69	10.606.548,93	10.220.190,87	10.131.127,35	-
33.1.1- Pessoal Ativo	18.084.350,50	7.032.938,51	7.032.938,51	7.032.197,85	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	453.814,63	263.814,63	263.814,63	263.814,63	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.775.297,56	3.309.795,79	2.923.437,73	2.835.114,87	-
33.2- Despesas de Capital	22.755.527,23	4.655.950,56	2.934.834,30	2.934.834,30	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	22.755.527,23	4.655.950,56	2.934.834,30	2.934.834,30	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	791.165,13	35.249,12
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	7.364.757,19	527.052,54
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.033.695,32	502.300,37
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.122.227,00	60.001,29
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.122.227,00	60.001,29
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F3B33AE6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VI - RGF

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º SEMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	88.130.234,70	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	86.180.234,70	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	86.180.234,70	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	35.849.406,07	41,60
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	46.537.326,74	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	44.210.460,40	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	41.883.594,07	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	(27.576.246,50)	(32,00)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	186.149.306,95	216,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.959.651,63	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	402.898,72	0,47
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito Externas e Internas	13.788.837,55	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito por Antecipação da Receita	6.032.616,43	7,00

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A89E9028

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VI - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026 Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	91.711.087,99	46.132.697,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.466.600,00	5.264.035,26
IPTU	1.910.100,00	1.302.632,82
ISS	2.855.900,00	1.779.308,82
ITBI	801.000,00	311.461,13
IRRF	2.950.000,00	1.280.333,43
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	949.600,00	590.299,06
Contribuições	1.688.780,00	902.956,87
Receita Patrimonial	3.627.417,62	1.622.612,96
Aplicações Financeiras (II)	3.424.417,62	1.548.587,52
Outras Receitas Patrimoniais	203.000,00	74.025,44
Transferências Correntes	75.576.290,37	37.321.588,13
Cota-Parte do FPM	26.700.000,00	11.611.065,09
Cota-Parte do ICMS	21.600.000,00	9.860.800,97
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	1.854.936,00
Cota-Parte do ITR	40.000,00	2.267,17
Transferências da LC 61/1989	320.000,00	148.428,46
Transferências do FUNDEB	15.600.000,00	7.284.614,69
Outras Transferências Correntes	9.316.290,37	6.559.475,75
Demais Receitas Correntes	1.352.000,00	1.021.504,18
Outras Receitas Financeiras (III)	-	193.209,58
Receitas Correntes Restantes	1.352.000,00	828.294,60
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	88.286.670,37	44.390.900,30
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	58.166.727,62	4.348.575,86
Operações de Crédito (VIII)	8.716.122,40	402.898,72
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	370.000,00	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	370.000,00	-
Transferências de Capital	49.080.605,22	3.945.677,14
Convênios	44.493.605,21	2.421.883,73
Outras Transferências de Capital	4.587.000,01	1.523.793,41
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	49.450.605,22	3.945.677,14
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	137.737.275,59	48.336.577,44
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	137.737.275,59	48.336.577,44

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	83.214.896,10	37.270.116,42	35.026.679,06	34.506.545,56	103.679,11	197.807,83	197.807,83
Pessoal e Encargos Sociais	44.230.576,33	18.148.649,63	18.000.120,89	17.920.128,89	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	900.000,00	278.062,14	278.062,14	278.062,14	-	-	-
Outras Despesas Correntes	38.084.319,77	18.843.404,65	16.748.496,03	16.308.354,53	103.679,11	197.807,83	197.807,83
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	38.084.319,77	18.843.404,65	16.748.496,03	16.308.354,53	103.679,11	197.807,83	197.807,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	82.314.896,10	36.992.054,28	34.748.616,92	34.228.483,42	103.679,11	197.807,83	197.807,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	78.510.342,29	18.316.710,17	10.007.080,60	8.958.699,45	277.351,36	304.896,66	304.896,66
Investimentos	75.110.342,29	17.864.415,69	9.554.786,12	8.506.404,97	277.351,36	304.896,66	304.896,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	3.400.000,00	452.294,48	452.294,48	452.294,48	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	75.110.342,29	17.864.415,69	9.554.786,12	8.506.404,97	277.351,36	304.896,66	304.896,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	906.654,40	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	158.331.892,79	54.856.469,97	44.303.403,04	42.734.888,39	381.030,47	502.704,49	502.704,49
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	158.331.892,79	54.856.469,97	44.303.403,04	42.734.888,39	381.030,47	502.704,49	502.704,49
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							4.717.954,09
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							4.717.954,09

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	125.054,40
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.548.587,52
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	278.062,14
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	5.988.479,47

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o 3º Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.240.768,43	4.235.739,49
DEDUÇÕES (XL)	25.529.551,60	31.811.985,99
Disponibilidade de Caixa	25.524.185,93	31.802.926,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.010.516,22	31.964.876,37
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	469.955,27	88.924,80
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.375,02	73.024,88
Demais Haveres Financeiros	5.365,67	9.059,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-21.288.783,17	-27.576.246,50
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**6.287.463,33**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-381.030,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**5.906.432,86**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**4.635.907,48**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.754.077,18
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	12.754.077,18
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 49m.	

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:12F1BA34

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XI - RREO

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRE MAIO-JUNHO							
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	386.000,00	2.416,32					383.583,68
Receita de Alienação de Bens Móveis	370.000,00	-					370.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	-	-					-
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-					-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.000,00	2.416,32					13.583,68
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Despesas de Capital	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Investimentos	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		2.416,32					2.416,32

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FED091F1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XIV - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	90.735.380,00
Previsão Atualizada	149.877.815,61
Receitas Realizadas	50.481.273,26
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	12.754.077,18
DESPESAS	
Dotação Inicial	90.735.380,00
Dotação Atualizada	162.631.892,79
Despesas Empenhadas	55.586.826,59
Despesas Liquidadas	45.033.759,66
Despesas Pagas	43.465.245,01
Superávit Orçamentário	5.447.513,60
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	55.586.826,59
Despesas Liquidadas	45.033.759,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	88.130.234,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	86.180.234,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	86.180.234,70
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	125.054,40	4.717.954,09	3.772,72	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	6.287.463,33		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	469.745,27	0,00	381.030,47	88.714,80
Poder Executivo	469.745,27	0,00	381.030,47	88.714,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	596.459,75	10.286,01	502.704,49	83.469,25
Poder Executivo	596.459,75	10.286,01	502.704,49	83.469,25
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.066.205,02	10.286,01	883.734,96	172.184,05

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.551.457,33	25%	25,14
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.501.458,31	70%	74,70
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.483.233,05	15%	24,93
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 09h e 00m.			

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6C53F537

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO X - RREO

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2026 a 2026

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6A02D1B8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2267/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE ESTADO DO PARANÁ
LEI N° 2267/2026 DATA: 14/07/2026

SÚMULA: EXTINGUE O CARGO DE LANÇADOR DE TRIBUTOS, CRIA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS, ADEQUA OS REQUISITOS DE INVESTIDURA, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1638/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica extinto o cargo de provimento efetivo de Lançador de Tributos 40 hs, criado pela Lei Municipal 1638/2016.
Art. 2º Cria 01 (um) Cargo e 02 (duas) Vagas de Fiscal de Tributos, no quadro pessoal de provimento efetivo, estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado ao Departamento de Finanças, com as caracterizações, atribuições e requisitos de provimento constantes no Anexo I, parte integrante desta Lei.
Art. 3° Altera o anexo I da tabela de Estrutura de Cargos, da Lei 1.638/2016:
I – Excluir o item 16, do Grupo Ocupacional Médio, o cargo de Lançador de Tributos, GEM, B, P-I.
II – Incluir o item 32, no Grupo Ocupacional Superior, o cargo de Fiscal de Tributos, GSU, D-2;
ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS – QUADRO DE VAGAS DO GRUPO OCUPACIONAL DE ENSINO SUPERIOR - GSU:

	Cargos	Grupo	Tabela Salarial	Cargo	Piso Inicial	Vagas Criadas Por Lei	Vagas Ocupadas	Vagas Livres	Carga Horária
32	Fiscal de Tributos	GSU	C	D.2 – I	4.842,77	2	0	2	40 hs

Art. 4º Acrescenta ao Anexo II – C – Tabela Salarial do Grupo de Ensino Superior – GSU, a tabela de vencimentos do cargo de Fiscal de Tributos:

CARGO		
FISCAL DE TRIBUTOS – 40H	D.2 - I	D.2 - II
PISO	4.842,77	5.327,05
1	4.939,63	5.433,59
2	5.038,42	5.542,26
3	5.139,19	5.653,11
4	5.241,97	5.766,17
5	5.346,81	5.881,49
6	5.453,75	5.999,12
7	5.562,82	6.119,11
8	5.674,08	6.241,49
9	5.787,56	6.366,32
10	5.903,31	6.493,64
11	6.021,38	6.623,52
12	6.141,81	6.755,99
13	6.264,64	6.891,11
14	6.389,94	7.028,93
15	6.517,73	7.169,51
16	6.648,09	7.312,90
17	6.781,05	7.459,16
18	6.916,67	7.608,34
19	7.055,01	7.760,51
20	7.196,11	7.915,72
21	7.340,03	8.074,03
22	7.486,83	8.235,51
23	7.636,56	8.400,22
24	7.789,30	8.568,23
25	7.945,08	8.739,59

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná em 14 (quatorze) de julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

ANEXO I
DENOMINAÇÃO: FISCAL DE TRIBUTOS CBO: 2544-10
GRUPO: GSU TABELA SALARIAL: C
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

FORMA DE PROVIMENTO: Concurso Público REQUISITOS MÍNIMOS:
a) Escolaridade: Ensino Superior em Direito; Ciências Contábeis; Administração; Economia e Gestão Pública.
b) Idade mínima: 18 anos
c) Carteira Nacional de Habilitação: B DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
Orientar e exercer a fiscalização quanto à aplicação das Leis tributárias; constituir crédito tributário municipal; exercer atividades de auditoria tributária, emitir notificações e intimações; efetuar lançamento e cobranças de tributos municipais; efetuar sindicâncias e diligências no sentido de orientar, fiscalizar e fazer cumprir as disposições legais aos contribuintes alcançados pela competência tributária municipal.
DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
I. Exercer a coordenação, o gerenciamento e a atualização permanente dos cadastros fiscais mobiliários e imobiliários do Município;
II. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores, detendo competência para desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;
III. Coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse estratégico da Administração Tributária, visando a otimização da arrecadação e a justiça fiscal;
IV. Realizar pesquisas, investigações e diligências relacionadas às atividades de inteligência fiscal, utilizando técnicas de cruzamento de dados e análise de risco;
V. Cooperar com outros órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal para o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, mediante previsão legal ou convênio, visando o fortalecimento da fiscalização tributária;
VI. Avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação nos sistemas corporativos, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;
VII. Verificar o estrito cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias pelos contribuintes e demais sujeitos passivos, examinando livros, documentos contábeis e fiscais, digitais ou físicos, para identificar eventuais irregularidades, omissões ou evasão fiscal;
VIII. Executar procedimentos de auditoria fiscal, diligência, perícia e levantamentos técnicos para assegurar a correta apuração e o tempestivo recolhimento dos tributos municipais;
IX. Exercer o poder de polícia administrativa, praticando atos de busca e apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como proceder à interdição e lacração de bens móveis e imóveis em casos de descumprimento da legislação tributária, observadas as garantias constitucionais;
X. Ter livre acesso aos estabelecimentos e locais sujeitos à fiscalização municipal, requisitando, quando necessário, o auxílio da força pública para assegurar o pleno exercício de suas atribuições e a integridade do procedimento fiscal;
XI. Fiscalizar a regularidade de Alvarás de Licença e demais autorizações municipais, auxiliando outros órgãos de fiscalização no fechamento de estabelecimentos não regularizados ou decorrente de interdição e cassação de licença;
XII. Conferir, analisar, avaliar e aprovar guias de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), bem como realizar vistorias e inspeções para apuração de fatos geradores e bases de cálculo;
XIII. Constituir o crédito tributário mediante lançamento de ofício, por homologação ou declaração, inclusive por meio de emissão eletrônica, procedendo à sua revisão de ofício sempre que verificada irregularidade no ato constitutivo original;
XIV. Lavrar autos de infração, notificações e intimações em casos de identificação de descumprimento das normas tributárias, estabelecendo as penalidades pecuniárias e sanções administrativas correspondentes, conforme previsto na legislação vigente;
XV. Homologar os lançamentos efetuados pelos sujeitos passivos e proceder à revisão das declarações prestadas, garantindo a exatidão dos valores declarados e recolhidos;
XVI. Instruir processos administrativo-fiscais, emitindo pareceres, decisões técnicas e relatórios circunstanciados sobre a situação fiscal dos contribuintes para subsidiar a tomada de decisão pela autoridade competente;

XVII. Analisar, elaborar e proferir decisões em processos relativos ao reconhecimento de direito creditório, imunidade, isenção, restituição, ressarcimento e quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos no Código Tributário Nacional e na legislação municipal;
XVIII. Participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária, atuando na revisão e julgamento de recursos administrativos;
XIX. Realizar a conferência, o controle e a inscrição de débitos vencidos e não pagos em Dívida Ativa antes do decurso do prazo prescricional, executando todas as diligências necessárias para o posterior ajuizamento da execução fiscal.
XX. Prestar orientações técnicas aos contribuintes sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, esclarecendo dúvidas e promovendo o cumprimento voluntário das obrigações fiscais;
XXI. Participar ativamente de programas de educação fiscal, visando a conscientização da sociedade sobre a função social do tributo e a importância da arrecadação para a prestação de serviços públicos;
XXII. Utilizar e manter-se atualizado quanto ao uso de sistemas informatizados de controle e fiscalização, acompanhando a evolução tecnológica e as alterações na legislação tributária para aplicação prática imediata;
XXIII. Atender denúncias pertinentes à legislação tributária municipal e realizar fiscalizações de rotina para manutenção da ordem fiscal;
XXIV. Dirigir veículos oficiais do Município quando necessário para o deslocamento em diligências e atividades externas de fiscalização, bem como exercer outras atividades ou encargos determinados por lei ou autoridade competente.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5C6823F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 042/2026 DE 06/07/2026

DECRETO Nº 042/2026 DE 06/07/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 4.067.292,52 (Quatro milhões, sessenta e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos)

O Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e com base na Lei nº 944/2025.

DECRETA

Artigo 1º- Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de Itaperuçu para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 4.067.292,52 (Quatro milhões, sessenta e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e ciquenta e dois centavos), conforme especificado abaixo:

2	GOVERNO MUNICIPAL	6.770,58
2.002	ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO	
04.092.0003.2003	MANUTENÇÃO DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISÍCA	
260 0	Recursos Ordinários (Livres)	
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	105.355,00
3.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
642 928	CONVENIO 1139/2025 SECID - AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO	
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	190.000,00
3.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
641 929	CONVENIO 1180/2025 SECID - AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	264.541,29
5.001	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	
15.451.0004.1001	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
974 933	TERMO DE CONVENIO 1032 - FEAP MATRIZ	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	34.606,70
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1224 504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	701.848,91
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2023	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1350 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	86.000,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1441 1040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.047,35
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	
1501 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	131,67
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1521 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	932,34
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1521 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.009,50
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0010.2027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1710 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.815,81
6.004	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
12.392.0003.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISÍCA	
1921 1063	Transferências da Politica Nacional Aldir	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.024,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2012 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	60.788,60
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2011 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	94.558,23
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2021 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	233.169,35
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2041 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	163.957,28
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

2040 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	33.040,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2042 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	61.506,30
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2042 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	15.709,75
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2174 500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	53.779,06
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2175 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	122.846,02
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2175 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	228.146,32
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2200 494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	45.928,11
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2263 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	33.319,58
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2263 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	43.540,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	
2272 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.040,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2332 495	Atenção Básica	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5.010,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2330 500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	281.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2333 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.310,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2333 50012	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	332.077,47
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
2341 501	Receitas de Alienações de Ativos	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4.850,19
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
2341 501	Receitas de Alienações de Ativos	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	13.360,29
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2034	MANUTENÇÃO DO CREAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2400 941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.633,48
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2034	MANUTENÇÃO DO CREAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2431 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.000,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2034	MANUTENÇÃO DO CREAS	

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2450 941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	8.123,15
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2501 940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.185,70
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2521 940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.725,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2555 773	FEAS PPAS IV - CASA LAR	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	7.850,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2590 0	Recursos Ordinários (Livres)	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	8.407,72
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2600 799	PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	7.850,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2611 940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.823,30
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2613 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.550,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2613 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.549,82
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2791 905	INC. FORTALEC DAS POLITICAS DE GAR. E DA DEF. DA P. C/ DEFIC	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.141,04
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2791 905	INC. FORTALEC DAS POLITICAS DE GAR. E DA DEF. DA P. C/ DEFIC	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	650.000,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2792 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	865,08
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2821 1016	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.758,37
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2872 1018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida (Inciso II	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	40.015,42
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2920 0	Recursos Ordinários (Livres)	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	22.370,00
8.005	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
08.242.0011.2040	MANUTENÇÃO DO FMDPD	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3012 911	DEL 005/2025- GAR PCD	
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIB	15.014,41
11.002	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.121.0003.2047	MANUTENÇÃODAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3320 0	Recursos Ordinários (Livres)	
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	4.561,00
14.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.782.0016.2053	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3720 0	Recursos Ordinários (Livres)	
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	2.948,58
16.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	

15.452.0004.2048	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3910 0	Recursos Ordinários (Livres)	
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENT	5.000,00
18.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	
24.131.0020.2062	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4250 0	Recursos Ordinários (Livres)	
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENT	10.900,75
18.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	
24.131.0020.2062	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4270 0	Recursos Ordinários (Livres)	
	T O T A L	4.067.292,52

Artigo 2º - Para atender o crédito que trata o artigo primeiro, será utilizado como recurso o superávit financeiro no valor de R$ 1.210.316,77, o excesso de arrecadação no valor de R$ 1.795.371,31 e a anulação parcial no valor de R$ 1.061.604,44 das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	304.828,60
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1480 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	400.000,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1540 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	177.727,58
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2130 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	30.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2310 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	120.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2320 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.725,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2571 773	FEAS PPAS IV - CASA LAR	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	9.308,85
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2633 940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIB	15.014,41
11.002	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.121.0003.2047	MANUTENÇÃODAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3400 0	Recursos Ordinários (Livres)	
	T O T A L	1.061.604,44

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2026, revogadas às disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaperuçu, em 06 de julho de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Filter Leal
Código Identificador:90B42351

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°232/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº232/2026 - De 02/07/2026 à 11/07/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Felipe Francisco Leite	Motorista	Ribeirão Claro	02/07/2026, 06/07/2026 e 09/07/2026	Em viagens para Buscar Pedras Poliédricas para execução de serviços de pavimentação e manutenção de vias públicas.	R$ 120,00
Claudinei Aparecido Fernandes	Motorista	Ribeirão Claro	02/07/2026, 03/07/2026 e 06/07/2026	Em viagens para Buscar Pedras Poliédricas para execução de serviços de pavimentação e manutenção de vias públicas.	R$ 120,00
Miguel Luiz de Lima	Motorista	Curitiba	09/07/2026 à 11/07/2026	Em viagem para Buscar Caminhão novo para a Associação Rural de Hortaliças.	R$ 660,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 10 de Julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:45498869

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº006/2026-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2026-PML

OBJETO. Credenciamento que tem como objeto a contratação de pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços na área da saúde, para a realização de consultas médicas nas especialidades de Pediatria e Ginecologia, em caráter complementar, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas jurídicas a seguir:

Proponentes HABILITADAS:

CONSULTA MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTETRA

1º LUGAR- UMME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.793.044/0001-05, representada por seu sócio Rene Felipe Nassar Trindade, inscrito no CPF sob o nº 228.540.698-38, protocolo de nº 3779/2026, de 27/05/2026, às 13:18:13 horas.

Item	Cód. Sist. de Gestão	Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
01	52818	CONSULTA MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTETRA	Consulta	4.000	R$153,80	R$615.200,00

CONSULTA MÉDICO PEDIATRA
1º LUGAR- LUNHANI CLÍNICA MÉDICA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.023.609/0001-57, protocolo de nº 3877/2026, de 01/06/2026, às 14:12:02 horas.

Item	Cód. Sist. de Gestão	Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
02	52819	CONSULTA MÉDICO PEDIATRA	Consulta	4.000	R$148,96	R$595.840,00

Loanda, 15 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6FE079D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CC 08/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE CALÇADA(S) DE VIA(S) PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO EM TRECHO DA RUA DA LIBERDADE,

ESTADO DO PARANÁ	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	**Nr.: 8/2026**
CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone:(41) 3626-1122	Processo **65/2026**
Endereço: Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro	
CEP: 83800-058 - Mandirituba	Data do Processo: **03/06/2026**
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO	
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico conclusivo, resolve:	
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:	
a) Processo Nr.: 65/2026	
b) Licitação Nr.: 8/2026 - CE	
c) Modalidade: Concorrência Eletrônica	

d) Data Homologação: 15/07/2026

e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE CALÇADA(S) DE VIA(S) PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO EM TRECHO DA RUA DA LIBERDADE, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 953298/2023/MCIDADES/CAIXA

Lote: 1 - LOTE 01

Fornecedor: N&N ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Desc. (%)	Valor Unit.	Valor Total
1	Execução de obra de revitalização do calçamento e das calçadas da Rua da Liberdade, incluindo serviços de demolição, execução de base e sub- base, pavimentação em blocos intertravados de concreto (paver) com espessura de 6 cm, construção de rampas de acessibilidade em conformidade com a NBR 9050, instalação de pisos podotáteis, meios-fios e demais serviços correlatos, com fornecimento de materiais, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Cronograma Fisico-financeiro, Planilhas Orçamentária e demais anexos do processo em trecho da Rua da Liberdade. (74022019)	UN		1,00		497.700.000,	497.700.000,0
Valor do Lote:							497.700.000,0
Valor Total:,							497.700.000

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):		
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	11.001.15.451.0003.1004.4.4.90.51.00	481.104,00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	11.001.15.451.0003.1002.4.4.90.51.00	40.673,35
REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	11.001.15.451.0003.1004.4.4.90.51.00	30.067,03

Mandirituba, 15 de Julho de 2026

Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:06ADC6A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0203/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0203/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0203/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA	**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/07/2026	07/07/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CASCAVEL/PR ;			
VERONI KOCH (DIA 07/07/2026).			

Manfrinópolis – PR,09 de julho de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:49B2DC51

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0204/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0204/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0204/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MARCIANO SQUENA		**MATR.**	**1012230**
CARGO/FUNÇÃO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		FIAT STRADA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:** TAJ-0J45
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
07/07/2026	08/07/2026	PASSO FUNDO	RS	PARA ; TRANSPORTE DE PACIENTE PARA CONSULTA E TRATAMENTO FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE PASSO FUNDO/RS ;			
ANA LÚZIA SQUENA (IDA DIA 07/07/2026) , (RETORNO DIA 08/07/2026) .			

Manfrinópolis – Pr, em 09 de julho de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:286C36EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 005/2026 DIVULGAÇÃO DE RESULTADO-PÓS RECURSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2026

A Comissão Especial de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital do PSS 001/2026, divulga o resultado preliminar do processo Seletivo Simplificado para os cargos de: Motorista.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE VAGAS - Lei nº 15.142/2025
MOTORISTA

Nº INSC	NOME	TEMPO DE SERVIÇ O	FORMAÇ ÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA
06	JUAREZ NUNES DA SILVA	5,0	2,0	7,0	1ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
14	JOAO PAULO DIAS DOS SANTOS	5,0	1,0	6,0	2ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
13	IZALTINO DOS SANTOS PINTO	5,0	0,0	5,0	3ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
08	JOZE FRANCISCA DE SOUZA SILVA	0,0	0,0	0,0	4ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marilena, 15 de Julho de 2026.

Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:878071ED

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 005/2026 DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2026

A Comissão Especial de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital do PSS 001/2026, divulga o resultado preliminar do processo Seletivo Simplificado para os cargos de: Motorista.

CLASSIFICAÇÃO GERAL POR RESERVA DE VAGAS E AMPLA CONCORRÊNCIA.

MOTORISTA

Nº INSC	NOME	TEMPO DE SERVIÇ O	FORMAÇ ÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA
06	JUAREZ NUNES DA SILVA	5,0	2,0	7,0	1ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
01	ANTONIO CARLOS BARILE	5,0	1,0	6,0	2ª	Ampla concorrencia
14	JOAO PAULO DIAS DOS SANTOS	5,0	1,0	6,0	3ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
09	ISAIAS SENE DE OLIVEIRA	4,5	1,0	5,5	4ª	Ampla concorrencia
13	IZALTINO DOS SANTOS PINTO	5,0	0,0	5,0	5ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
15	VALMIR FERNANDO ALVES DE ALMEIDA	4,0	1,0	5,0	6ª	Ampla concorrencia
10	HELENO CANDIDO	3,0	1,0	4,0	7ª	Ampla concorrencia
02	VALDEMIR CAETANO DOS SANTOS	0,0	3,0	3,0	8ª	Ampla concorrencia
11	JOSE CLAUDIO DA SILVA	0,0	1,0	1,0	9ª	Ampla concorrencia
04	MOISES MIRANDA MARTINS	1,0	0,0	1,0	10ª	Ampla concorrencia
12	RAY RODRIGUES DOS SANTOS	1,0	0,0	1,0	11ª	Ampla concorrencia
05	JOSE DOMINGOS DE SOUZA	0,0	0,0	0,0	12ª	Ampla concorrencia
16	MARCOS MURAYAMA MARTINS	0,0	0,0	0,0	13ª	Ampla concorrencia
08	JOZE FRANCISCA DE SOUZA SILVA	0,0	0,0	0,0	14ª	Reserva de vagas Lei nº 15.142/2025
07	MARCELO FIRMINO	0,0	0,0	0,0	15ª	Ampla concorrencia
03	DORACI RIBEIRO GONÇALVES	0,0	0,0	0,0	16ª	Ampla concorrencia
17	JESSICA MAYARA VARGA MARTINS	0,0	0,0	0,0	Desclassificada	Ampla concorrencia

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marilena, 15 de Julho de 2026.

Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:8C1D2E4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 18.362.195/0001-85

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
32	Atadura de crepe, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92% algodão cru, 8% de poliamida trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva. Tamanhos: 06 cm de largura e aproximadamente 1.80 m de comprimento (em repouso). Pacote com 12 unidades. De acordo com ABNT 14056:2002 CÓD BR 0444343	GOLDMED	PCT	1700	R$ 4,10	R$ 6.970,00
33	Atadura de crepe, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92% algodão cru, 8% de poliamida trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva. Tamanhos: 08 cm de largura e aproximadamente 1.80 m de comprimento (em repouso). Pacote com 12 unidades. De acordo com ABNT 14056:2002 CÓD.BR: 444350	GOLDMED	PCT	700	R$ 4,09	R$ 2.863,00
34	Atadura de crepe, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92% algodão cru, 8% de poliamida, trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva. Tamanhos: 10 cm de largura e aproximadamente 1.80 m de comprimento (em repouso). Pacote com 12 unidades. De acordo com ABNT 14056:2002 CÓD BR 0444355	GOLDMED	PCT	4500	R$ 4,38	R$ 19.710,00
36	Atadura de crepe, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92%algodão cru, 8% de poliamida trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva. Tamanhos: 20 cm de largura e aproximadamente 1.80 m de comprimento (em repouso). Pacote com 12 unidades. De acordo com ABNT 14056:2002 CÓD BR 0444371	GOLDMED	PCT	2500	R$ 8,76	R$ 21.900,00
39	ATADURA GESSADA, 100% ALGODÃO, ELABORADA PELO PROCESSO DE GIRO INGLÊS, ACABAMENTO EM ZIGUE-ZAGUE, COM TEMPO DE SECAGEM APROXIMADO DE 3 A 4 MINUTOS, ENROLADO DE FORMA CONTÍNUA. 08 CM DE LARGURA X 300 CM DE COMPRIMENTO. CAIXA COM 20 UNIDADES. DE ACORDO COM ABNT 14852:2007 CÓD BR 444608	ORTOPLAST	CX	50	R$ 52,77	R$ 2.638,50
117	RECIPIENTE (FRASCO) PARA NUTRIÇÃO DESCARTÁVEL 300ML	MEDIX / PREMA	UN	2000	R$ 0,97	R$ 1.940,00
195	Fita adesiva composta de papel crepado branco e adesivo à base de resina de borracha sintética, para uso geral e para fechamento de pacotes a serem esterilizados à vapor. Medida aproximada de 19 mmX 50 m. CÓD.BR: 0350646	CIEX	UN	1000	R$ 3,23	R$ 3.230,00
242	Luva de procedimento PP, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 76mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC	MEDIX	CX	1000	R$ 19,51	R$ 19.510,00

	356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho Extra Pequeno (PP). CÓD.BR: 619839					
267	Papel grau cirurgico 100mmx100m c/ indicador de esterilização. CÓD.BR: 442385	ESTERIL CARE	RL	900	R$ 35,98	R$ 32.382,00
289	SACO DE LIXO COR AZUL PARA RECICLÁVEIS COM 100 LITROS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. COD BR 372843	SCOOBY PLAST	PCT	500	R$ 39,98	R$ 19.990,00
290	Saco de lixo cor preta para resíduos não recicláveis com 100 litros. Embalagem com 100 unidades. CÓD.BR: 470833	SCOOBY PLAST	PCT	600	R$ 38,98	R$ 23.388,00
291	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO COM 100 LITROS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. COD BR 356257	SCOOBY PLAST	PCT	500	R$ 24,58	R$ 12.290,00
396	Torneira descartável de três vias confeccionada em PVC,transparente, conectores luer lock universais com tampa e orientador de fluxo direcionado, estéril, descartável. CÓD.BR: 457482	MEDIX	UNID	1000	R$ 0,75	R$ 750,00
606	Atadura de crepe, não estéril, hipoalérgica, aproximadamente 92% algodão cru, 8% de poliamida, trama regular com no mínimo 13 fios/cm2, não abrasiva. Tamanhos: 15 cm de largura e aproximadamente 1.80 m de comprimento (em repouso). Pacote com 12 unidades. De acordo com ABNT 14056:2002 CÓD BR 474789	GOLDMED	PCT	6000	R$ 7,87	R$ 47.220,00
607	Compressa cirúrgica, campo operatório, não descartável, tecido 100% algodão, 4 camadas, com cadarço e costuras duplas, em tecido com alta absorção, na cor branca, SEM fio radiopaco, sem alvejante óptico e amido, no tamanho 45 x 50 cm. Pacote com 50 unidades. Peso mínimo por unidade = 27 gramas. Deverá atender as normas da ABNT NBR 14767/2009. Todos os documentos, certificações, laudos e etc devem ter uma cópia enviados junto com a amostra. APRESENTAR AMOSTRA. CÓD.BR: 443022	GOLDMED	PCT	1000	R$ 58,51	R$ 58.510,00
642	Fralda descartável adulto com formato anatômico, forro ultra macio, antialérgica, camada de gel com alta absorção, fitas adesivas multiajustáveis. Tamanho P (adulto com peso abaixo de 70 Kg). Pacote com 10 unidades. CÓD.BR: 616011 e 358131	CONFORT	PCT	2200	R$ 12,90	R$ 28.380,00
643	Fralda descartável adulto com formato anatômico, forro ultra macio, antialérgica, camada de gel com alta absorção, fitas adesivas multiajustáveis. Tamanho M (adulto com peso de 45 a 70 Kg). Pacote com 9 unidades. 616012 e 358131	CONFORT	PCT	1025	R$ 11,39	R$ 11.674,75
644	Fralda descartável adulto com formato anatômico, forro ultra macio, antialérgica, camadade gel com alta absorção, fitas adesivas multiajustáveis. Tamanho G (adulto com peso acima de 70 Kg). Pacote com 8 unidades. CÓD.BR: 616013	CONFORT	PCT	2100	R$ 10,74	R$ 22.554,00
645	Fralda descartável tamanho extra G. Fralda descartável adulto com formato anatômico, forro ultra macio, antialérgica, camada de gel com alta absorção, fitas adesivas multiajustáveis Tamanho extra G (adulto com peso acima de 100 kg). Pacote com 7 unidades. CÓD.BR: 616014 e 38059	CONFORT	PCT	2025	R$ 10,74	R$ 21.748,50
648	Luva de procedimento P, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 84mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho Pequeno (P). CÓD.BR: 619840	MEDIX	CX	1875	R$ 19,50	R$ 36.562,50
649	Luva de procedimento M, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 94mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho médio (M). CÓD.BR: 619841	MEDIX	CX	1675	R$ 19,53	R$ 32.712,75
650	Luva de procedimento G, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 105mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho Grande (G). CÓD.BR: 619842	MEDIX	CX	875	R$ 19,52	R$ 17.080,00
651	Papel grau cirurgico 150mmx100m c/ indicador de esterilização. CÓD.BR: 0443438	ESTERIL CARE	RL	225	R$ 54,09	R$ 12.170,25
652	Papel grau cirurgico 200mmx100m c/ indicador de esterilização. CÓD.BR: 0442384	ESTERIL CARE	RL	225	R$ 72,12	R$ 16.227,00
653	Papel grau cirurgico 300mmx100m c/ indicador de esterilização. CÓD.BR: 0442386	ESTERIL CARE	RL	225	R$ 104,56	R$ 23.526,00
TOTAL						R$ 495.927,25

VALOR: R$495.927,25 (quatrocentos e noventa e cinco mil novecentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:AC53441D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: VERO MEDICAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 44.328.371/0001-72

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
612	Luva de procedimento G, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 105mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho Grande (G). CÓD.BR: 619842	PRÓPRIA	CX	2625	R$ 18,500	R$ 48.562,50
613	Luva de procedimento M, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 94mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho médio (M). CÓD.BR: 619841	PRÓPRIA	CX	5025	R$ 18,000	R$ 90.450,00
614	Luva de procedimento P, não estéril, descartável, 100% látex natural, anatômica, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade e resistente à	PRÓPRIA	CX	5625	R$	R$

	tração, ambidestra. Comprimento mínimo de 25 cm. Deve servir perfeitamente em mãos com 84mm de largura (variação máxima +ou- 3mm) . Lubrificada com pó bioabsorvível, baixo teor de proteínas.Embalagem com dados de identificação, lote, validade e procedência. Registro na ANVISA (ou seguir RDC 356 de 23 de março de 2020). Possuir C.A. (certificado de aprovação) do ministério do trabalho. Possuir aprovação do INMETRO. Acondicionada em caixa com 100 unidades. Tamanho Pequeno (P). CÓD.BR: 619840				18,000	101.250,00
TOTAL						R$ 240.262,50

VALOR: R$240.262,50 (duzentos e quarenta mil e duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:72A8F442

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 02.607.956/0001-81

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
52	BANDAGEM TRIANGULAR EM TECIDO DE ALGODÃO CRU MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,0X1,40X1,40 METROS. CÓD BR 0478140	MARIMAR	UN	900	R$ 9,00	R$ 8.100,00
TOTAL					R$ 8.100,00	

VALOR: R$8.100,00 (oito mil e cem reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:759AB567

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ: 24.118.004/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
629	Tira reagente para determinação de glicose sanguínea: Para teste de determinação de glicemia capilar, venosa, arterial e neonatal. Método de leitura através de fotometria e ou amperometria, faixa de medição deverá ter entre 20 mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Na embalagem deverá constar: nº do registro no Ministério da Saúde, lote, data de fabricação e validade. 1 - A empresa vencedora deverá fornecer em "Cessão de Uso" 60 aparelhos glicosímetros de tecnologia biosensor. 2 - Em caso de falha (inclusive falta de bateria) no funcionamento dos aparelhos, a empresa vencedora deverá providenciar a substituição dos aparelhos, a empresa vencedora deverá providenciar a substituição do mesmo no prazo máximo de 15 dias após notificação do órgão. Portanto, no valor unitário, os proponentes deverão prever todos os custos. 3 - A empresa que estiver habilitada a apresentar o menor preço deverá fornecer para testes de certificação dos aparelhos de glicosímetros e fitas para aprovação final. Para realização dos testes serão utilizados 5 amostras de sangue venoso, cujos resultados das dosagens nos glicosímetros serão comparados com os resultados obtidos pelo equipamento automatizado em uso no laboratório. A diferença percentual entre os dois resultados não poderá ultrapassar 20 % sob pena dos glicosímetros e fitas serem rejeitados. O material necessário para os testes de certificação deverá ser fornecido pela empresa vencedora da licitação, sem prejuízo do montante de material referido no presente edital. 4 - A licitante deverá disponibilizar e instalar software em português para controle de resultados e desenvolvimento de ações de controle glicêmico. A capacitação das equipes de saúde na utilização do software ficará a cargo da licitante e as instalações deverão ser iniciadas logo após a emissão da primeira nota de empenho	CEPALAB	CX	1080	R$ 15,63	R$ 16.880,40

	contemplando as tiras reagentes. Todos os documentos, certificações, laudos e etc devem ter uma cópia enviados junto com a amostra. APRESENTAR AMOSTRA (Tanto da tira, quanto do aparelho). CÓD.BR: 339565 Caixa com 50UN/tiras					
TOTAL					R$ 16.880,40	

VALOR: R$16.880,40 (dezesseis mil oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:8E32BD47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: AUTOMEDICAL LTDA

CNPJ: 55.152.280/0001-45

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
577	Caixa térmica 5 Litros, em poliuretano, com alça, tampa articulada, com termômetro digital com display LCD máximo e mínimo acoplado e com certificado de calibração rastreado padrão RBC/Inmetro, alimentação do termômetro por 1 pilha AAA (incluso), Faixa de temperatura do termômetro: -50 + 70 ° C, Precisão: ± 1°C Tamanho display: 60x39x14 mm. Material externo em polietileno com revestimento interno em poliuretano (espuma expansiva); com tampa e alça para transporte. Peso: 1 kg; Medidas externas: AxLxP 19x20x27 cm; Medidas Internas: AxLxP 17x18x25 cm. COD BR 457101	AUTOM ATM CTT5	UN	4	R$ 322,00	R$ 1.288,00
578	Caixa térmica 15 Litros, em Polipropileno /Poliestireno /Polietileno/poliuretano, com alça, tampa articulada, com termômetro digital acoplado, 295X260X385mm. COD BR 447890	AUTOM ATM CTT15	UN	7	R$ 335,00	R$ 2.345,00
TOTAL					R$ 3.633,00	

VALOR: R$3.633,00 (três mil e seiscentos e trinta e três reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:9DC5A69D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 49.238.875/0001-15

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
234	COLAR CERVICAL PARA RESGATE ADULTO TAM M - COLAR CERVICAL PARA RESGATE CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA QUALIDADE, REVESTIDO EM EVA, COM FECHO DE VELCRO, SUPORTE PARA QUEIXO, ABERTURA FRONTAL PARA ANALISE DO PULSO CAROTIDEO E ACESSO á TRAQUEIA, ABERTURA POSTERIOR PARA PALPACAO E VENTILACAO DA NUCA. USO UNICO E DESCARTAVEL. TAM:M ADULTO. CÓD BR 455922	ORTOFEX	UN	50	R$ 15,60	R$ 780,00
428	Válvula reguladora c/ Fluxomêtro para cilindro de oxigênio com uma saída. Indicada para controle da pressão de saída de gases com fins medicinais. Fabricada em cromado com peças injetadas em nylon; Manômetro de alta pressão com escala de 0 a 300 Kgf/cm²; Entrada com filtro de bronze sinterizado; Válvula de	NINGBOO	UNID	201	R$ 221,21	R$ 44.463,21

	segurança e niples com pino de impacto; Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 11906. CÓD.BR: 389770					
TOTAL						R$ 45.243,21

VALOR: R$45.243,21(quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B3BDE3CF

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
ATA DE JULGAMENTO DA ETAPA DE SELEÇÃO PNAB

ATA DE JULGAMENTO DA ETAPA DE SELEÇÃO
Edital de Chamamento Público nº 01/2026
Seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB
Município de Matinhos/PR

Aos 13 dias do mês de julho de 2026, às 14hs horas, no Município de Matinhos/PR, reuniu-se a Comissão de Seleção responsável pela análise dos projetos inscritos no Edital de Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de projetos culturais para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB. A presente ata tem por finalidade registrar os julgamentos da Etapa de Seleção, com a consolidação das notas totais e dos resultados atribuídos aos projetos inscritos nas categorias Fomento 01, Fomento 02 e Fomento 03. Nesta etapa, publica-se exclusivamente o julgamento técnico das propostas, não constituindo esta ata homologação definitiva de contemplação, convocação para habilitação ou autorização de pagamento. Os trabalhos observaram o Edital de Chamamento Público nº 01/2026 e seus anexos, a Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, a Lei nº 14.903/2024, o Decreto nº 11.740/2023, o Decreto nº 11.453/2023 e a Instrução Normativa MinC nº 10/2023. O edital prevê a seleção de 39 projetos culturais, com valor total de R$ 228.600,00, distribuído entre as categorias Fomento 01 - Projetos Multiáreas e Formação, Fomento 02 - Projetos de Tema Livre e Fomento 03 - Oficinas de Tema Livre. A distribuição de vagas e valores consta do Anexo I do edital.
A avaliação de mérito cultural foi realizada com atribuição de notas aos critérios previstos no Anexo III do edital, considerando o grau de atendimento de cada critério. Foram considerados aptos os projetos com nota final igual ou superior a 40 pontos, e foram registradas como desclassificadas as propostas que se enquadraram nas hipóteses editalícias aplicáveis, inclusive ausência de pontuação em critério obrigatório ou outras desconformidades relevantes. O resultado abaixo reproduz apenas o julgamento técnico consolidado nas planilhas de avaliação, sem aplicação, nesta ata, de ordem final de contemplação. Foram avaliados 117 projetos, distribuídos nas três categorias do edital. Para fins de proteção de dados pessoais, os números de CPF e CNPJ foram parcialmente ocultados, mantendo-se apenas a informação necessária para identificação administrativa do julgamento.

Fomento 01 - Projetos Multiáreas e Formação — 62 inscritos				
Nome do Proponente	**CPF/CNPJ**	**Nome do Projeto**	**Modalidade de Concorrência**	**Somatório Total**
Luana Ribeiro de Paulo (Luana ti Osun)	081.***.***-10	Plantando a semente - Memória ancestral de Alaketu e o combate à intolerância religiosa	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	73
Maria Aparecida Frutuoso da Silva (Cida)	996.***.***-78	Yami: A Vivência do Sagrado Feminino no Terreiro	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	60
Dayanne Cristina Gomes	093.***.***-40	Rebento	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	60
Lidiomar Pedro Costa (Mestre Lontra)	008.***.***-46	Capoeira Mestre Lontra: Cultura, Inclusão e Formação na Primeira Infância	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	59
Angélica Tavares de Souza (Manna Tavarazza)	076.***.***-95	Festival Caiçara de Matinhos	Ampla Concorrência	59
Raphael Snak Serafim da Luz (SERAFILMES)	20.***.***/****-60	Pesca da Tainha	Ampla Concorrência	58
Valéria de Paula Nogueira Schaffer	107.***.***-43	Mãos que Transformam: Arte Têxtil, Reuso Criativo e Sustentabilidade	Ampla Concorrência	57
Letícia Valérie Cunha Ramos	077.***.***-80	Ateliê Aberto CRIA: Formação Integrada em Artes Visuais	Cota – PCD	56
Geraldo Ferreira da Silva (Mestre Bacico)	397.***.***-68	Capoeira, corpo em movimento e danças populares brasileiras	Cota – PCD	56
Vinicius Tavares Inacio	430.***.***-08	Olhares Fotográficos de Matinhos 2ª edição	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	55
Maria Eduarda dos Santos Machado	094.***.***-40	Vivenciando a Commedia dell'arte: do corpo à Máscara	Ampla Concorrência	55
Thales Leonardo Michelis Bispo	083.***.***-23	Cunhar a quilha no chão de casa	Ampla Concorrência	54
Vitória Inaê dos Santos Silva	494.***.***-20	Vestígios: Memória, Fotografia e Cerâmica em Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Priscilla Hidalgo Santos	046.***.***-62	Fandango no Pátio	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Maria Abadia Lucia Cáceres (Bah)	815.***.***-68	Bença, Bah!	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Katia Maria de Lorena Barbosa dos Santos Araujo	081.***.***-00	Entre Marés e Mãos: mulheres que sustentam o litoral de Matinhos	Ampla Concorrência	52
Geraldo Ferreira da Silva (Mestre Bacico)	397.***.***-68	Capoeira: história, musicalização e danças populares	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Débora Alves Corrêa dos Santos (Deia)	070.***.***-77	Gravação de Catássia ao Vivo	Cota – PCD	52
Patricia Anny Spessato Ferreira Pichel	066.***.***-94	Festa da Juçara Matinhos	Ampla Concorrência	51
Nádia Regina Mendes	885.***.***-20	Cultura em Movimento 60+ – Saberes, Dança e Memórias de Matinhos	Ampla Concorrência	51
Coletivo de Convivências Agroecológicas - CCA (rep. Leandro Carlos de Souza; idealização Keã Txunu)	47.***.***/****-84	Circuito Kene Kuĩ: Diversidade Cultural Indígena no Litoral do Paraná	Cota – Indígenas	51
Associação DNA Descobrindo Novos Atletas (rep. Diego Raphael Andrade Chaves)	07.***.***/****-70	SurfConvivência – Cultura Oceânica e Cultura Ambiental Caiçara	Ampla Concorrência	51
João Pedro Broska da Cruz	078.***.***-60	Faces do Litoral: Ensaio Fotográfico da Cultura Pesqueira de Matinhos	Ampla Concorrência	50
Coletivo Fundição Guará (rep. Désirée Sessegolo)	621.***.***-68	Panapaná - Borboletas de Vidro: Intervenção Urbana em Matinhos	Ampla Concorrência	50
Veronica Pieczkoski	030.***.***-69	Maré de Saberes – Inventário Participativo da Pesca Artesanal de Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	47
Thayrine Cristina da Costa Salvador	083.***.***-96	Festival da Canção das Escolas Municipais de Matinhos	Ampla Concorrência	47
Thayrine Cristina da Costa Salvador	083.***.***-96	Matinhos em Sinfonia (Fotografia, memória e composição musical)	Ampla Concorrência	47
Suzana Cini Freitas	626.***.***-34	Samba de Aula	Ampla Concorrência	47
Nelci Gebauer	517.***.***-34	Do Mar à Arte: Saberes do Couro de Peixe e Cultura Caiçara	Ampla Concorrência	47
Lucas dos Santos Silva (banda Guaruçá)	859.***.***-65	Guaruçá Apresenta: Show periferia é periferia	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	47
Gianne Vaz da Silva Vieira	053.***.***-98	Ilha da Literatura Sobre Rodas – Leitura, Música, Skate e Sustentabilidade	Ampla Concorrência	47
Evandro Cardoso do Nascimento	010.***.***-23	Marés da Memória: histórias do surfe em Matinhos	Ampla Concorrência	47

Claudia Aparecida da Silva (coletivo Elas por Elas)	008.***.***-08	Sarau Musical Elas por Elas	Ampla Concorrência	47
Beatriz Batista de Ferrante e França Bittencourt	106.***.***-36	Francisca Navega pelo Litoral	Ampla Concorrência	47
Beatriz Batista de Ferrante e França Bittencourt	106.***.***-36	Cultura Oceânica e Narrativas do Pico de Matinhos – Jihad Khodr	Ampla Concorrência	47
Associação Cem Por Cento Ambulantes Moradores de Matinhos - ACAM (rep. Mayara Silveira da Maia)	63.***.***/****-70	Sabores e Memórias da Praia	Ampla Concorrência	47
Antônio Anselmo dos Santos Junior	104.***.***-98	Poéticas do Axé Litorâneo	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	47
Vera Lúcia Francisco	358.***.***-20	Ilhas da Memória – Patrimônio Cultural Imaterial Caiçara	Ampla Concorrência	43
Tyago Cardoso Mendes (Tyago Irezumi)	043.***.***-74	Esculpindo o Futuro – Arte, Criatividade e Cultura para Crianças de Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	43
Rafaela Nunes Menegolo	141.***.***-03	Pequenos traços, Grandes mundos	Ampla Concorrência	43
Lindomar Pedro Costa (Mestre Lontra)	008.***.***-94	I Festival de Capoeira e Feijoada de Ogum	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	43
José Gonçalves Ribeiro (Jota Ribeiro)	026.***.***-03	Dança, Infância e Movimento – Companhia J Ribeiro	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	43
Fabio de Godoi	078.***.***-83	Tocando a Vida: Música e Cultura nas comunidades em Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	43
Vinícius Eduardo Mesquita	099.***.***-70	Marétorio - Entre Águas, Corpos e Territórios	Ampla Concorrência	42
Paulo Roberto Salvador	041.***.***-07	Percussão: Do Paraná ao Pampa	Ampla Concorrência	42
Mike Rodrigo Vieira da Silva	036.***.***-71	Nas Ondas de Inspiração – Surf Feminino, Cultura e Formação em Matinhos/PR	Ampla Concorrência	42
Matheus Webber da Silva	050.***.***-90	Letras Caiçaras: Um olhar para o letreiramento popular em Matinhos	Ampla Concorrência	42
Jonathas Henrique de Barros (Jota Punk)	042.***.***-02	Projeto Cisco: Banda Zabala Regrava Canções da Cena Caiçara	Ampla Concorrência	42
Eduardo de Abreu Oliveira (Duda Abreu / RockMemoryBand)	059.***.***-59	RockMemoryBand – Viagem Musical 70/2000	Ampla Concorrência	42
Coletivo Matinhos Sound System (rep. Flavia Ferreira de Liz)	047.***.***-47	Matinhos Sound System	Ampla Concorrência	42
André Rothenberger Neto	025.***.***-76	Ritmos do Brasil – Encontro de Música Brasileira no Litoral	Ampla Concorrência	42
Alessandro Da Cruz	069.***.***-17	Cinema na Mata - Arte, Natureza e Pertencimento	Ampla Concorrência	42
Lucas Aparecido Vieira	060.***.***-98	Quando a Banda Passou	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	39
Graziella Calazans Schettini	037.***.***-06	Biodança para terceira idade	Ampla Concorrência	39
Paulo Roberto Salvador	041.***.***-07	Banda de um homem só (Ao vivo e Digital)	Ampla Concorrência	38
Anderson Ferreira de Oliveira	249.***.***-29	Floreira ecológica de pneu	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	31
Tarcisio Rodrigues Macedo Rosa	059.***.***-92	Vozes que [En]Cantam Liberdades - Matinhos-PR	Ampla Concorrência	30
Kelvin Do Amaral Rodrigues	55.***.***/****-40	Conexão Sonora	Ampla Concorrência	30
edivanio apolinario constante	062.***.***-51	Entre Laços e Liberdade	Ampla Concorrência	26
Monique Garrett do Amaral	081.***.***-73	Cena & Memória — Recortes da cultura contemporânea de Matinhos	Ampla Concorrência	DESC
Marcos Simão da Silva (Marcos Versátil)	617.***.***-15	Filme (Força do Destino)	Ampla Concorrência	DESC
Franciely Cocenzo Raganhan de Carvalho / ASKAMA - Associação de Skate de Matinhos	30.***.***/****-01	Festival Cultural Radical V	Ampla Concorrência	DESC
Fomento 02 - Projetos de Tema Livre — 28 inscritos				
Nome do Proponente	**CPF/CNPJ**	**Nome do Projeto**	**Modalidade de Concorrência**	**Somatório Total**
Vitória Inaê dos Santos Silva	494.***.***-20	Vestígios: Memória, Fotografia e Cerâmica em Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Larissa Mariana de Souza Salomão (LariLove)	072.***.***-08	Samba de Terreiro	Cota – PCD	52
Débora Alves Correa dos Santos (Deia)	070.***.***-77	Encontro Acústico com Catássia	Cota – PCD	52
Thiago Oltmann da Silva	078.***.***-41	Movimento, Cultura e Inclusão	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	51
Olindo Cezar Ribeiro (Seo Ribeiro)	016.***.***-30	Memórias Caiçara: Cultura Viva, Vivida e Ouvida	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	51
Emanuele Assini (Manu Assini)	060.***.***-33	Murais e Memória: identidade, território e pertencimento	Ampla Concorrência	51
Angélica Tavares de Souza (Manna Tavarazza)	076.***.***-95	Tempos de Tainha – Memória Fotográfica da Pesca Artesanal Caiçara em Matinhos	Ampla Concorrência	51
Maria Fernanda Ribeiro de Paulo	133.***.***-52	Memória de Ketu: Genealogia e Ancestralidade no Ilê	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	48
Nykolle Gregoris	055.***.***-00	O Silêncio da Floresta	Ampla Concorrência	47
Gianne Vaz da Silva Vieira	053.***.***-98	Literatura Sobre Rodas – Leitura, Música, Skate e Sustentabilidade	Ampla Concorrência	47
Fabio de Godoi	078.***.***-83	Som da Vida – Música, Cultura e Valorização da Vida em Matinhos	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	47
Eduarda Porto Lipski	129.***.***-93	Arte e Cultura em Matinhos: Um Documentário	Ampla Concorrência	47
Mauren Kharolina Rossi	053.***.***-55	Narrativas da Inclusão: Vivências da Maternidade Atípica em Matinhos	Ampla Concorrência	44
Rafael Ricardo Pereira (Rafael Di Lari)	065.***.***-01	Salve Zé's	Ampla Concorrência	42
Mike Rodrigo Vieira da Silva	036.***.***-71	Difusão do curta-metragem 'Em Casa – O Mundo do Surf Feminino no Pico de Matinhos' nas escolas	Ampla Concorrência	42
Marcos Vinicius Pichel	070.***.***-80	Tensegridomo – Oficina de Estruturas Artísticas em Bambu	Ampla Concorrência	42
Cyro Silva Azevedo	037.***.***-59	Duo Parassíntese	Ampla Concorrência	42
Cyro Silva Azevedo	037.***.***-59	Duo Parassíntese (reinscrição)	Ampla Concorrência	42
Bruno Araujo Correa (Bruno Rudah)	036.***.***-23	Nosso Litoral Prolifera Amor	Ampla Concorrência	42
André Rothenberger Neto	65.***.***/****-50	Encontro Brasil Musical – Vozes e Ritmos do Litoral	Ampla Concorrência	42
Luciana Ferreira Santos	022.***.***-78	Dança Afro-brasileira	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	40
Anderson Ferreira de Oliveira	249.***.***-29	Lixeira Ecológica de Pneu	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	35
Cristiano de Oliveira Tavares	135.***.***-41	Maria Bueno: A História que a Cidade Não Enterrou	Ampla Concorrência	34
Edivânio Apolinário Constante	062.***.***-51	Entre Máscaras e Verdades	Ampla Concorrência	26
Edivânio Apolinário Constante	062.***.***-51	Entre Máscaras e Verdades (reinscrição)	Ampla Concorrência	26
Marcelo Fernandes Silva	027.***.***-18	Música é vida	Ampla Concorrência	DESC
Jaizer Roberto Mendes da Silva	075.***.***-80	Matinhos Cultural – Arte, Música e Comunidade	Ampla Concorrência	DESC
Alexandra dos Santos Souza	430.***.***-21	Desamar	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	DESC
Fomento 03 - Oficinas de Tema Livre — 30 inscritos				
Nome do Proponente	**CPF/CNPJ**	**Nome do Projeto**	**Modalidade de Concorrência**	**Somatório Total**
Ariani Alencar João	373.***.***-48	Arte Para Todos	Ampla Concorrência	56
Kauany Cristiny dos Santos Vieira	149.***.***-65	Oficina de Gestão Musical de grupos com ênfase nas bandas e fanfarras	Ampla Concorrência	52
Elisa Vitória da Silva Calmona	522.***.***-36	Afroturismo e Memória Ancestral: Identidade, Cultura e Pertencimento	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Ariany Pinheiro do Rosário dos Santos	047.***.***-70	Brincar e Transformar: Oficinas de Brinquedos com Materiais Recicláveis	Ampla Concorrência	52
Amanda Carolina Moraes Alves Metka	021.***.***-40	Mar, Memória e Pertencimento: Vozes do Litoral em Poesia	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	52
Nádia Regina Mendes	885.***.***-20	Vivências do Litoral 60+: Cultura, Movimento e Tradição em Matinhos	Ampla Concorrência	51
Maria Fernanda Ribeiro de Paulo	133.***.***-52	Memória de Ketu: Genealogia e Ancestralidade no Ilê	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	48
Luciana Ferreira Santos	022.***.***-78	Dança e Expressão Corporal Infantil	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	48
Ariani Alencar João	373.***.***-48	Arte-educação na Comunidade	Ampla Concorrência	48

Stéphani Broch de Arruda	065.***.***-17	Entre o Couro e a Palma – Oficinas Introdutórias ao Pandeiro no Samba	Ampla Concorrência	47
Sirlei Sadinski	740.***.***-87	Reciclando com Arte	Ampla Concorrência	47
Maria Teresa Rivera	10**85	Tecendo Novas Histórias: Oficina Sustentável de Bolsas e Utilitários	Ampla Concorrência	47
Luana Chrystina Martins Tosta (Cultura Algures Ltda)	55.***.***/****-07	ELABORA – Democratizando o acesso aos mecanismos de incentivo à cultura	Ampla Concorrência	47
Gisele de Carvalho Rothenberger	31.***.***/****-36	Batidas do Litoral – Oficina de Baixo e Bateria	Ampla Concorrência	47
Camila de Souza Gouveia	031.***.***-47	Fios de Axé: Oficina de Miçangaria Afro-Brasileira e Economia Criativa	Ampla Concorrência	47
Angélica Leite Ribeiro de Oliveira	962.***.***-68	Sementes da Mata Atlântica: Saberes, Arte e Natureza	Ampla Concorrência	47
Angélica Leite Ribeiro de Oliveira	962.***.***-68	Pequenos Sabores da Mata Atlântica: Oficina de Doces Saudáveis para Crianças	Ampla Concorrência	47
Malu Barros	110.***.***-76	Saberes do Autocuidado: Oficina de Cosmética Artesanal e Bem-Viver	Ampla Concorrência	43
Mariana Akemi Baptista Oda	19.***.***/****-09	Modelar e Pertencer: Oficina de Cerâmica e Expressão Cultural	Ampla Concorrência	42
Marcos Vinicius Pichel	070.***.***-80	Tensegridomo – Oficina de Estruturas Artísticas em Bambu	Ampla Concorrência	42
Guilherme Braga Silveira	042.***.***-63	Oficina de Teatro de Animação	Ampla Concorrência	42
Arlei Eichstaedt	009.***.***-42	Homenagem a São Cosme e Damião: Festa das Crianças	Ampla Concorrência	35
Arildo Moreira	040.***.***-35	Ginga e Sorriso – Uma Capoeira Divertida	Ampla Concorrência	26
Danyela de Almeida	610.***.***-00	Fuxicando e fazendo arte	Ampla Concorrência	19
Sabrina da Silva	087.***.***-14	Oficina Cores da Diversidade: Arte Urbana e Direitos LGBTQIAPN+	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	DESC
Sabrina da Silva	087.***.***-14	Oficina Cores da Diversidade: Arte Urbana e Direitos LGBTQIAPN+ (reinscrição)	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	DESC
Fabiano de Amazonas	036.***.***-45	Oficina de Pandeiro	Ampla Concorrência	DESC
Edevaldo Gama da Silva	699.***.***-00	Toques de Ogum: O Rugido do Tambor na Forja da Memória e da Identidade	Cota – Negros (Pretos/Pardos)	DESC
Dicesar Almeida da Cruz	598.***.***-72	Janelas do Mar – Arte Sustentável e Memórias do Litoral	Ampla Concorrência	DESC
Danyela de Almeida	610.***.***-00	Dany Artes da Terra	Ampla Concorrência	DESC

Nota: "DESC" indica proposta desclassificada, sem atribuição de pontuação total na planilha de julgamento.
Diante do exposto, a Comissão de Seleção delibera pela aprovação da presente ata de julgamento da Etapa de Seleção, para fins de publicação do resultado preliminar dos julgamentos técnicos das propostas inscritas. Fica expressamente registrado que, nesta publicação, constam apenas os julgamentos, pontuações totais e respectivas modalidades de concorrência, sem declaração de contemplação definitiva, sem convocação automática para habilitação e sem afastamento da possibilidade de recurso pelos interessados. Encaminhe-se a presente ata para publicação no Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Matinhos/PR, abrindo-se o prazo recursal da Etapa de Seleção, nos termos do edital. Os recursos deverão ser apresentados pelo meio indicado no edital, dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contado na forma editalícia.
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento da Etapa de Seleção, que, após lida, aprovada e achada conforme, segue assinada pelo representante da empresa responsável pela condução dos trabalhos da Comissão de Seleção..

MARCOS ARAUJO BALZANO
Artes e Design Consultoria e Comunicação

Publicado por:
Juliana Furtado Gonçalves
Código Identificador:CE7BBCB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 014/2026 -REMANEJAMENTO - DC

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 14/2026 de 23/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Remanejamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Remanejamento, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$346.795,53 (trezentos e quarenta e seis mil e setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.002		DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
03.002.04.124.0201.2.004		MANUTENCAO E CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMONIO	
30 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	150,00
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
49 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS	
05.002.17.511.1701.2.013		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	
130 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.600,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	

06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.017		MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA	
166 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00
06.001.12.361.1201.2.023		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
199 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	1103	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	12.000,00
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
226 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
234 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	800,00
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	400,00
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.2.028		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTES E LAZER	
255 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	500,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	197.475,53
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
08.002.10.302.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
281 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	32.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Suplementação			
09.002.08.244.0801.2.034		MANUTENCAO DOS SERVICOS EVENTUAIS	
309 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	20.000,00
309 - 3.3.90.32.00.00	31934	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	12.000,00
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
323 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.500,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
333 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	750,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.600,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.2.015		MANUTENCAO DA GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100,00
11.001.18.541.1801.2.042		MANUTENCAO DAS UNIDADES DE CONSERVACAO E RPPNS	
438 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	27.000,00
11.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
11.002.23.695.2301.2.043		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
446 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	900,00
		Total Suplementação:	346.795,53

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0201.1.004		AMPLIACAO E REFORMA DO PACO MUNICIPAL	
2 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	25.000,00
02.001.04.122.0201.1.073		CONSTRUCAO DO PACO MUNICIPAL	
3 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	286.175,53
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
110 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	20,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1202.1.032		CONSTRUCAO DE PREDIO PARA A SEDE DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
207 - 4.4.90.51.00.00	1103	OBRAS E INSTALACOES	3.500,00
06.001.12.364.1201.2.025		MANUTENCAO DO INCENTIVO AO ACESSO AS UNIVERSIDADES	
211 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
Redução			
332 - 3.3.90.36.00.00	31934	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	12.000,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.5.048		CONSTRUCAO DE PREDIO PARA O CONSELHO TUTELAR	
339 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.1.052		AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE PRODUCAO ANIMAL E COMPRA DE ANIMAIS PARA MELHORAMENTO GENETICO	
358 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	6.600,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.1.057		CONSTRUCAO DE BASE DE APOIO A PESQUISA NAS UNIDADES DE CONSERVACAO AMBIENTAL	
406 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	500,00
		Total Redução:	346.795,53

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 23 de Junho de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:91195BF6

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 016/2026 EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - DC

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 16/2026 de 29/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$47.646,48 (quarenta e sete mil e seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.022		MANUTENCAO DO FUNDEB	
192 - 3.1.90.11.00.00	11040	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.252,60
193 - 3.1.90.13.00.00	11040	CONTRIBUICOES PATRONAIS	913,95
194 - 3.1.90.16.00.00	11040	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.313,04
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
267 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.797,01
267 - 3.1.90.11.00.00	11064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.369,88
		Total Suplementação:	47.646,48

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENCAO	1.369,88
Receita: 1.7.1.5.52.0.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTACAO DA	7.479,59
Receita: 1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENCAO	38.797,01
Total da Receita:	47.646,48

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 29 de Junho de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:A229CF45

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 016/2026 REMANEJAMENTO - DC

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 16/2026 de 29/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Remanejamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Remanejamento, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$524.537,08 (quinhentos e vinte e quatro mil e quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
03.001.04.122.0201.2.003		MANUTENCAO DE RECURSOS HUMANOS	
21 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
03.002		DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
03.002.04.124.0201.2.004		MANUTENCAO E CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMONIO	
31 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.500,00

32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	800,00
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
43 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	7.988,10
49 - 3.3.90.39.00.00	1507	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13,27
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.002		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO	
04.002.04.129.0201.2.009		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO	
74 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.137,48
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
108 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.371,75
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.017		MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA	
166 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.200,00
06.001.12.361.1201.2.018		MANUTENCAO DA ESCOLA PRINCESA ISABEL	
171 - 3.1.90.16.00.00	1103	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.897,19
06.001.12.361.1201.2.019		MANUTENCAO DA ESCOLA PEDRO MENDES	
181 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.592,11
182 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.757,85
183 - 3.1.90.16.00.00	1103	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	937,97
06.001.12.365.1201.2.020		MANUTENCAO DO CEMEI CRIANCA FELIZ	
212 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	56.182,61
213 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	14.312,38
214 - 3.1.90.16.00.00	1103	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	7.247,86
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
225 - 3.3.50.43.00.00	1103	SUBVENCOES SOCIAIS	6.000,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
230 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21.645,81
Suplementação			
231 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.258,69
234 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.450,00
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	400,00
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.2.028		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTES E LAZER	
247 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	18.482,90
255 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	300,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	7.000,00
08.002.10.302.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
281 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.034		MANUTENCAO DOS SERVICOS EVENTUAIS	
309 - 3.3.90.32.00.00	31934	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	10.000,00
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
318 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	98.983,66
319 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	20.301,47
320 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	9.811,67
323 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
330 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.500,00
333 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
366 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	106.350,51
367 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	17.151,53
370 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	5.448,00
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	900,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.2.015		MANUTENCAO DA GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS	
		SOLIDOS URBANOS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	250,00
11.001.18.541.1801.2.041		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	
421 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.864,27
		Total Suplementação:	524.537,08

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
Redução			
02		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0201.1.004		AMPLIACAO E REFORMA DO PACO MUNICIPAL	
2 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	12.630,00
02.001.04.122.0201.1.073		CONSTRUCAO DO PACO MUNICIPAL	
3 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	55.000,00

02.001.04.122.0201.2.002		ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
9 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.524,10
10 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	41.500,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
46 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.014,00
51 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	100.000,00
03.003.28.843.2801.2.006		MANUTENCAO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA	
57 - 4.6.90.71.00.00	1000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	240.287,71
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS	
05.003.25.752.2501.2.016		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
152 - 3.3.90.30.00.00	1507	MATERIAL DE CONSUMO	13,27
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1202.1.032		CONSTRUCAO DE PREDIO PARA A SEDE DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
207 - 4.4.90.51.00.00	1103	OBRAS E INSTALACOES	2.400,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.302.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
280 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	22.320,00
08.002.10.303.1001.1.044		CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE ACADEMIAS DA SAUDE	
282 - 4.4.90.51.00.00	1303	OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
324 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.1.052		AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE PRODUCAO ANIMAL E COMPRA DE ANIMAIS PARA MELHORAMENTO GENETICO	
358 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	5.280,00
10.001.20.608.2001.1.054		CONSTRUCAO DE ABATEDOURO DE ANIMAIS	
361 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	520,00
10.001.20.608.2001.1.058		AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA COM PINCA PARA A UNIDADE DE TRATAMENTO DE MADEIRA	
362 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.200,00
10.001.20.608.2001.1.080		CONSTRUCAO DE ESTRUTURA PARA AGROINDUSTRIA	
364 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	5.448,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Redução			
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.1.060		CONSTRUCAO DE INFRAESTRUTURA PARA BRIGADA DE INCENDIO	
407 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	1.400,00
13		SECRETARIA DA MULHER	
13.001		DEPARTAMENTO DE POLITICA PARA AS MULHERES	
13.001.14.422.1401.2.050		PROMOCAO DAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
461 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
		Total Redução:	524.537,08

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 29 de Junho de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:29AFD3C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00

Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.056,76	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	50.056,76	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	63.280,85	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	13.224,09	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	(50.056,76)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
Câmara Municipal de Miraselva			

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:C7DAF700

CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	32.703.879,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.253.879,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.253.879,92	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	869.314,86	2,70
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.935.232,80	6,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.838.471,16	5,70
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.741.709,52	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-50.056,76	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	0,00	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	0,00	7,00
Entidades:		
Câmara Municipal de Miraselva		

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:E7FC6706

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE CONTRATOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025 E PSS 002/2026

EXTRATO DE CONTRATOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025 E PSS 002/2026

Contratante: FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sede no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, neste ato representado pela DIRETORA GERAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto: Contratação temporária de profissionais para o exercício das funções especificadas na tabela abaixo, conforme as condições estabelecidas nos Processos Seletivos Simplificados nº 001/2025 e 002/2026.

Contratado(a):

MÉDICO (A) PSIQUIATRA						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA ASSINATURA**	**VIGÊNCIA**
VITOR GUILHERME ALVES DE MAGALHÃES	094.XXX.829-XX	33/2026	08 HRS	R$6.163,20	10/07/2026	06 (seis) meses.

TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA ASSINATURA**	**VIGÊNCIA**
GABRIELE CARDOSO ALVES	033.XXX.379 - XX	34/2026	44 HRS	R$ 4.750,00	13/07/2026	06 (seis) meses.

Vigência: O contrato terá vigência por prazo determinado de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme Legislação Vigente.

Fundamento Legal: Contratação realizada com fundamento na legislação municipal vigente que autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público, bem como nas disposições e no Editais dos Processos Seletivos Simplificados nº 001/2025 e 002/2026.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:713B0516

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

Contratante: FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sede no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, neste ato representado pela **DIRETOR (A) GERAL**, **EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto: Prorrogação da vigência de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado celebrados no âmbito do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Vigência Anterior: O Contrato de Trabalho por Prazo Determinado foi celebrado pelo período inicial de 06 (seis) meses, contados das respectivas datas de assinatura.

Nova Vigência: Ficam prorrogados por mais 06 (seis) meses os Contratos de Trabalho por Prazo Determinado relacionados abaixo, a contar do término da vigência originalmente pactuada, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Fundamento Legal: Cláusula 3.1 dos respectivos Contratos de Trabalho por Prazo Determinado, artigo 4º da Lei Municipal nº 141/2011, Lei Complementar Municipal nº 50/2022 e Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.

Contratado(a):

ENFERMEIRO (A)						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA INICIAL DO 1° TERMO ADITIVO**	**VIGÊNCIA**
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA	733.XXX.423-XX	02/2026	44 HRS	R$ 4.750,00	11/07/2026	06 (seis) meses.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:ABAD2C96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026 DISPENSA Nº 23/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026
DISPENSA Nº 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: ANDERSON R A DE CAMARGO ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob n. 44.762.297/0001-06.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acompanhamento técnico ao fiscal da obra advinda do Pregão Eletrônico n° 02/2025 caracterizada pelo objeto " Fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica solar fotovoltaica implantada, com conjunto de placas - Fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica solar fotovoltaica implantada, com conjunto de placas dimensionadas pelo executor com painéis de no mínimo 585 W de potência cada, e potência somada de no mínimo 50 kWp, e potência mínima do inversor de 40Kw, 21 pontos para instalação." no que toca a parte elétrica para instalação de placas solares e demais serviços a serem descritos, conforme especificações abaixo:

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para acompanhamento técnico ao fiscal da obra advinda do Pregão Eletrônico n° 02/2025 caracterizada pelo objeto " Fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica solar fotovoltaica implantada, com conjunto de placas - Fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica solar fotovoltaica implantada, com conjunto de placas dimensionadas pelo executor com painéis de no mínimo 585 W de potência cada, e potência somada de no mínimo 50 kWp, e potência mínima do inversor de 40Kw, 21 pontos para instalação." no que toca a parte elétrica para instalação de placas solares e demais serviços aserem descritos.	SERVIÇO	1	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00

VALOR: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 14 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:4FE8A31A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 79

MUNICIPIO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 21/2026, homologado em 13/07/2026, integrante do Processo Administrativo nº 54/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa AVANTI OFFICE LTDA, CNPJ nº 46.186.229/0001-63, com endereço RUA ICARAÍMA 2802, CEP 87504400, representada por LUCAS GABRIEL, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 052.803.109-05, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preço para eventual aquisição de CADEIRAS E MESAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do

item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 15 de julho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

__
ISMAEL BATISTA

__
AVANTI OFFICE LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 112	329,00	**Total: 50.995,00**
Item: 1 Unidade: UNIDADE	Marca: MAQPEL		Modelo: DIRETOR	
Descrição: CADEIRA DE ESCRITÓRIO FLEX CADEIRAS DIRETOR - CADEIRA DE ESCRITÓRIO FLEX CADEIRAS DIRETOR Turim Giratória Back Com Braços Ergonômica Preta Confortável e durável. Apoios de braços confortáveis. Com rodas. Giratória. Material do enchimento: espuma. Peso máximo suportado: 110kg. Medidas do assento: 49 cm de largura, 42 cm de altura mínima desde o chão, 51.5 cm de altura máxima desde o chão e 48 cm de profundidade. Medidas doencosto: 46 cm de largura e 49 cm de altura. A cadeira atinge uma altura mínima de 96 cm e máxima de 108 cm. Cor Preto / Estrutura Preta / Assento e Encosto almofadadode corino (couro sintético). Seguir norma ABNT NBR 13962.				
Quantidade: 155	**Valor Unit.: 329,00**			Total Item: 50.995,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**50.995,00**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:4D257F27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO N.º 39/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N.º 39/2026
15 de julho de 2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no âmbito Do Município de Palmital ao orçamento anual de 2026 e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base no que dispõe o Art. 8º, III da Lei Municipal n.º 1.355/2025 de 11 de novembro de 2025 (LOA 2026), e no Art. 43, Parágrafo 1º, II da Lei Federal 4.320/64, resolve e,
DECRETA:
Art.1º Fica aberto, no orçamento o Município para o exercício financeiro de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 935.867,01(novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e um centavo) conforme dotações abaixo especificadas:

Codificação	**Especificação**	**Valor R$**
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2-063	Reequipamento Unidades de Saúde	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
389.1016.12.99.00.00	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - Mobiliário Saúde	315.267,01
Codificação	**Especificação**	**Valor R$**
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.005	Departamento de Política Para Mulheres	
08.245.0801.2-078	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
953.0935.09.06.05.07	FEDIM - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CUSTEIO - Delib CEDM 07/2026	28.200,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
953.0935.09.06.05.07	FEDIM - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CUSTEIO - Delib CEDM 07/2026	48.000,00
Codificação	**Especificação**	**Valor R$**
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
11.002	Departamento de Esporte	
27.812.2701.1-086	Ampliação e Reforma de Praças Esportivas	

4.7.90.51.00.00	Obras e Instalações	
878.1011.09.99.05.18	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Esporte/Linha de Investimento	450.000,00
Codificação	**Especificação**	**Valor R$**
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
11.002	Departamento de Esporte	
27.812.2701.2-088	Atividades do Departamento de Esporte	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
879.1011.09.99.05.18	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Esporte/Linha de Políticas Públicas	34.400,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
879.1011.09.99.05.18	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Esporte/Linha de Políticas Públicas	60.000,00
SOMA DAS SUPLEMENTAÇÕES		**935.867,01**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura dos créditos adicionais suplementares provirão do excesso de arrecadação das seguintes fontes de recurso
a) Do excesso de arrecadação da fonte colocada a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$
389.1016.12.99.00.00	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - Mobiliário Saúde	315.267,01
878.1011.09.99.05.18	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Esporte/Linha de Investimento	450.000,00
879.1011.09.99.05.18	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Esporte/Linha de Políticas Públicas	94.400,00
953.0935.09.06.05.07	FEDIM - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CUSTEIO - Delib CEDM 07/2026	76.200,00
SOMA DAO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		**935.867,01**

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 15 dias do mês de julho de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:6A31EBEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.965

DECRETO Nº 1.965

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 744.000,00 (setecentos e quarenta e quatro mil reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 744.000,00 (setecentos e quarenta e quatro mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Prefeito	
02.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
02.001.0004.0122.0057.2002	Esta ação foca em manter e aprimorar o suporte direto ao Gabinete do Prefeito, assegurando que todas as atividades de assessoria e gestão sejam realizadas com eficiência. O objetivo é fornecer ao Prefeito as informações, análises e o apoio necessários para a tomada de decisões estratégicas, garantindo que a coordenação das ações municipais seja fluida e eficaz, alinhada com as metas de governo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 134.000,00
Secretaria Municipal de Esportes e Juventude		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
19.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
19.001.0027.0122.0013.2190	Planejamento, organização, promoção e controle de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento de esporte do Município. Campeonatos realizados; transportes contratados; premiação adquirida, equipamentos diversos adquiridos, aquisição de veículos, mobiliários e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria; dentre outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 80.000,00
3390480000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 330.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 744.000,00

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Gabinete do Vice-prefeito		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Vice-prefeito	
03.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
03.001.0004.0122.0057.2010	Esta ação envolve a gestão completa do Gabinete do Vice-Prefeito, garantindo que ele tenha o suporte necessário para o desempenho de suas funções executivas. O objetivo é dirigir e assessorar o Vice-Prefeito de forma estratégica, otimizando sua agenda e sua participação em projetos e programas do governo. Isso assegura que o Gabinete funcione como um ponto de apoio ágil e eficiente, facilitando a coordenação com as demais secretarias e contribuindo para a execução das metas da administração municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0127.0035.2336	Atualização dos Planos para organização, monitoramento e direcionamento de uso e ocupação da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
Gabinete do Vice-prefeito		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Vice-prefeito	
03.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
03.001.0004.0122.0057.2010	Esta ação envolve a gestão completa do Gabinete do Vice-Prefeito, garantindo que ele tenha o suporte necessário para o desempenho de suas funções executivas. O objetivo é dirigir e assessorar o Vice-Prefeito de forma estratégica, otimizando sua agenda e sua participação em projetos e programas do governo. Isso assegura que o Gabinete funcione como um ponto de apoio ágil e eficiente, facilitando a coordenação com as demais secretarias e contribuindo para a execução das metas da administração municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Ouvidoria Geral	
26.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.002.0014.0422.0003.2319	Recebimento e processamento das reclamações e denúncias relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Ouvidoria Geral	
26.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.002.0014.0422.0003.2319	Recebimento e processamento das reclamações e denúncias relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Ouvidoria Geral	
26.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.002.0014.0422.0003.2319	Recebimento e processamento das reclamações e denúncias relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Controladoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Controladoria Geral	
04.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
04.001.0004.0124.0050.2015	Coordenar o controle e a verificação da legalidade dos atos administrativos e financeiros da administração. Avaliar o cumprimento de metas: Verificar se as metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e nos programas de governo estão sendo alcançados. Analisar a execução orçamentária: Avaliar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades privadas. Identificar e prevenir irregularidades: Detectar falhas, erros, fraudes, desvios e desperdícios de recursos, propondo ações corretivas e preventivas. Apoiar o controle externo: Prestar informações e subsídios aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) Propor melhorias: Elaborar e propor normas e procedimentos de controle interno, buscando aprimorar os processos de gestão, a racionalização da despesa e a eficiência na aplicação dos recursos. Assessorar o gestor: Atuar como ferramenta de apoio à administração municipal, orientando os gestores e servidores sobre as melhores práticas de gestão e a correta aplicação das normas Manutenção e aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de expediente e demais materiais necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
22.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.001.0011.0122.0029.2216	Planejamento, organização, promoção e execução e controle de projetos e atividades voltadas a geração de emprego e renda no Município de Paranaguá. Aquisição de bens serviços materiais, mobiliários, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Casa da Mulher	
18.007		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.007.0014.0422.0034.2316	A Casa de Acolhimento à Mulher Parnanguara é uma espaço temporário de curta duração para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, animais de estimação, que corram risco iminente de morte. A casa contará com equipe profissional multidisciplinar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario.	
21.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
21.001.0004.0122.0047.2332	Coordenar e supervisionar todas as operações diárias da secretaria, garantindo que ela funcione como um motor para as iniciativas de desenvolvimento industrial e portuário. O foco é a eficiência, a transparência e a sinergia entre as diversas áreas. Coordenação dos Assuntos Portuários Voltados ao Desenvolvimento do Município. Otimizar a relação entre o porto e o desenvolvimento do município, garantindo que as atividades portuárias contribuam de forma sustentável para a economia e a sociedade local. Estabelecer canais de comunicação contínuos com a autoridade portuária e as empresas do setor para identificar oportunidades de cooperação, resolver conflitos e alinhar interesses.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
22.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.001.0011.0122.0029.2216	Planejamento, organização, promoção e execução e controle de projetos e atividades voltadas a geração de emprego e renda no Município de Paranaguá. Aquisição de bens serviços materiais, mobiliários, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario.	
21.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
21.001.0004.0122.0047.2332	Coordenar e supervisionar todas as operações diárias da secretaria, garantindo que ela funcione como um motor para as iniciativas de desenvolvimento industrial e portuário. O foco é a eficiência, a transparência e a sinergia entre as diversas áreas. Coordenação dos Assuntos Portuários Voltados ao Desenvolvimento do Município. Otimizar a relação entre o porto e o desenvolvimento do município, garantindo que as atividades portuárias contribuam de forma sustentável para a economia e a sociedade local. Estabelecer canais de comunicação contínuos com a autoridade portuária e as empresas do setor para identificar oportunidades de cooperação, resolver conflitos e alinhar interesses.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária		

Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario.	
21.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
21.001.0004.0122.0047.2332	Coordenar e supervisionar todas as operações diárias da secretaria, garantindo que ela funcione como um motor para as iniciativas de desenvolvimento industrial e portuário. O foco é a eficiência, a transparência e a sinergia entre as diversas áreas. Coordenação dos Assuntos Portuários Voltados ao Desenvolvimento do Município. Otimizar a relação entre o porto e o desenvolvimento do município, garantindo que as atividades portuárias contribuam de forma sustentável para a economia e a sociedade local. Estabelecer canais de comunicação contínuos com a autoridade portuária e as empresas do setor para identificar oportunidades de cooperação, resolver conflitos e alinhar interesses.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 21.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Casa da Mulher	
18.007		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.007.0014.0422.0034.2316	A Casa de Acolhimento à Mulher Parnanguara é uma espaço temporário de curta duração para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, animais de estimação, que corram risco iminente de morte. A casa contará com equipe profissional multidisciplinar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil. Garantir o desenvolvimento integral das crianças, da primeira infância à creche, com foco na melhoria contínua da educação infantil. Para isso, o município se compromete com a manutenção e conservação das escolas, assegurando que os ambientes sejam seguros, limpos e adequados para o aprendizado e o bem-estar dos pequenos. Ao mesmo tempo, é essencial o compromisso com a valorização dos profissionais da área, por meio de uma remuneração contínua, em reconhecimento ao papel fundamental que desempenham na formação das novas gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 126.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 744.000,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3348B35F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.588

PORTARIA Nº 2.588

"Concede o direito ao usufruto de 60 (sessenta) dias de licença prêmio aos servidores."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 203/2017, e a Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), considerando o disposto no Decreto nº 2.028/2011, art. 6º, § 1º que regulamenta a concessão de Licença Prêmio, e de acordo com o contido no protocolado sob nº 48.813/2026,

RESOLVE:

I - Tornar Pública, a relação de servidores que adquiriram o direito ao usufruto de 60 (sessenta) dias de licença prêmio, por assiduidade, do período de 01 de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026.

II - Os servidores cujos nomes não constarem no anexo, parte integrante desta Portaria, poderão interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, da data da publicação deste ato, apresentando as devidas justificativas e documentos necessários para comprovação.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de julho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Anexo da Portaria nº 2.588

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2026 A 30 DE JUNHO DE 2026 - LICENÇA PRÊMIO			
MATR.	**NOME**	**ADMISSÃO**	**CARGO**
6.994-1	ADAIR PAIXÃO WISTUBA	07/11/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
5.087-1	ADALTON DE OLIVEIRA	05/04/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.285-1	ADENILDO FERREIRA DA SILVA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
6.118-1	ADILSON BRENNSEN	08/03/1999	MEDICO GINECOLOGISTA
4.096-1	ADILSON CORDEIRO	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
7.035-1	ADIOLEIDE RODRIGUES ELIAS MACHADO	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.744-1	ADMAIR DE CASTRO	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.644-1	ADRIANA ALVES CORDEIRO	03/04/2000	AUX. DE SERV. GERAIS
10.775-1	ADRIANA BOZI RICARDO	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.787-4	ADRIANA DE CÁCIA ALVES MUNSTER PAIVA VIEITES	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
10.615-1	ADRIANA DO NASCIMENTO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
10.791-1	ADRIANA DO ROCIO DOS SANTOS	06/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.258-1	ADRIANA FERREIRA FUJIMOTO	19/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
12.368-1	ADRIANA MARIA TEIXEIRA CONCEIÇAO	14/02/2002	PROFESSOR
7.444-1	ADRIANA MENDES RODRIGUES	04/08/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.559-1	ADRIANA PERSIN DE ARAUJO	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
93.880-1	ADRIANA ROCHA	20/01/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
6.271-1	ADRIANE ALBINI DE OLIVEIRA	04/06/2001	DENTISTA
4.145-1	ADRIANE CRISTINE PEREIRA PINHEIRO	04/08/1997	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
5.457-1	ADRIANE MENDES DE ARAÚJO	11/02/1998	PROFESSOR
5.457-2	ADRIANE MENDES DE ARAÚJO	01/03/2000	PROFESSOR
10.683-2	ADRIANO GONÇALVES CORDEIRO	15/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
5.393-1	ADRIANO MENIM BELO	02/12/1999	SOLDADOR
5.909-1	AGUINALDO CUSTODIO GALDINO	02/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.272-1	AGUINALDO ROZINA	04/06/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
5.338-2	AILTON ALVES DOS SANTOS	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
1.883-1	ALCESAR CARDOSO TAVARES	11/06/1985	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
5.154-1	ALCEU LUCIANI BRASILIO	19/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
4.812-2	ALCIDES DA SILVA	08/03/1999	OPERADOR DE MAQUINA

5.650-1	ALCINDO DO NASCIMENTO	03/04/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
6.965-1	ALCINDO SERAFIM GARCIA	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
12.393-1	ALCYONE CORREIA DEFREITAS MALETZKE NEVES	14/02/2002	PROFESSOR
1.590-1	ALDAIR FERREIRA PIRES DO CARMO	21/05/1984	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
8.552-2	ALDECI DA SILVA ALEXANDRE	21/04/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.980-1	ALDEMIS CRESPIM DOS SANTOS JUNIOR	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.749-1	ALEKSANDRO WUSTHORN CONSTANTINO DA SILVA	03/07/2000	PEDREIRO
7.864-1	ALESSANDRA ALVES DOMINGOS	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
6.661-1	ALESSANDRA DIULLEY DOS SANTOS OLIVEIRA	14/02/2002	PROFESSOR
6.614-1	ALESSANDRA DO ROCIO MARTINS DA SILVA	01/02/2002	EDUCADOR INFANTIL
10.611-1	ALESSANDRA MOREIRA DA VEIGA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
5.607-1	ALESSANDRA OLIVEIRA DE LIMA	01/03/2000	PROFESSOR
4.657-1	ALESSANDRA PEDRONI TAMBOSETTI	10/03/1999	FONOAUDIÓLOGO
8.040-1	ALESSANDRA PINHEIRO MOLINO	01/07/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
8.747-1	ALESSANDRA SANTOS DE SOUZA	28/03/1996	PROFESSOR
9.883-1	ALESSANDRA XAVIER PINHEIRO	12/03/2002	PROFESSOR
6.966-1	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.878-1	ALESSANDRO LENZI DA ROCHA	10/03/1999	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
8.004-2	ALESSANDRO MICHAELIS	18/06/2004	MEDICO CLINICO GERAL
4.764-1	ALEX SANDRO CORDEIRO	09/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.947-1	ALEXANDRE NUNES DA SILVA JUNIOR	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.721-1	ALLAN CARLOS PEREIRA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.390-1	ALMIRA ROSA DOS SANTOS MARTINS	01/12/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
10.659-2	ALTAMIRA APARECIDA FERNANDES	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
7.335-1	AMAURI GONÇALVES DE MIRANDA	01/03/2003	AGENTE OPERACIONAL
5.763-1	AMAURI VEIGA DE SOUZA	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
2.593-2	ANA BEATRIZ DOS SANTOS	07/03/1988	PROFESSOR
10.767-3	ANA CARLA MENEZES PATRIOTA	12/05/2011	PROCURADOR MUNICIPAL
8.749-1	ANA CAROLINA RODRIGUES DA LUZ ECCEL	08/03/2006	PROFESSOR
8.972-1	ANA CRISTINA DE CAMPOS MARTINS	10/02/2003	PROFESSOR
6.692-1	ANA CRISTINA RIBEIRO DE FREITAS	14/02/2002	PROFESSOR
6.120-2	ANA LUIZA VARELLA JAMNIK	04/06/2001	MEDICO GINECOLOGISTA
6.806-1	ANA LUIZE VILLABLANCA ALVES	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
6.678-1	ANA MARIA DA SILVA	08/02/1996	PROFESSOR
6.678-2	ANA MARIA DA SILVA	14/02/2002	PROFESSOR
8.359-1	ANA MARIA VECCHIO	01/04/2005	AUX. DE SERV. GERAIS
4.884-1	ANA PAULA GOMES DE MORAES	08/03/1999	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
10.658-3	ANA PAULA LEAL LOIOLA FALANGA	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
8.473-1	ANA PAULA LODE DE SOUZA STAMATO	01/04/2002	PROFESSOR
8.473-2	ANA PAULA LODE DE SOUZA STAMATO	08/08/2005	PROFESSOR
9.972-1	ANA PAULA NASCIMENTO TRIGO	14/02/2002	PROFESSOR
10.128-2	ANA PERLA GALVÃO	14/01/2016	ASSISTENTE SOCIAL
6.718-1	ANA RENATA BARBOSA BALDUINO	14/02/2002	PROFESSOR
4.149-1	ANA TERESA DIAS FRANCISCO	04/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
7.315-3	ANALINE DAGMAR PAULA DA SILVA	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.150-1	ANANERI DOS SANTOS HENRIQUE	01/08/1997	AUX. DE ENFERMAGEM
6.920-1	ANDERSON LUIZ FERNANDES	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.720-1	ANDRE LUIZ ALVES BARBOSA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.814-1	ANDRE LUIZ PEDROSO DOS SANTOS	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
4.926-1	ANDRE LUIZ PIOLI MARCELINO	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
4.194-1	ANDRE LUIZ SOARES DE FREITAS	01/08/1997	FISCAL
93.892-1	ANDRÉ ROCHA SMOLAREK	01/02/2016	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
7.105-1	ANDREA CECCON RIBEIRO	23/03/1999	PROFESSOR
7.105-2	ANDREA CECCON RIBEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
5.405-1	ANDREA CRISTINA DO CARMO CORDEIRO	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.620-1	ANDREA CRISTINA SANTOS FELIS	13/03/2000	PROFESSOR
7.622-3	ANDREA ELIAS DE PAULA	02/02/2004	PROFESSOR
4.886-1	ANDREA GOMES DE MOURA	08/03/1999	ENFERMEIRO
8.753-1	ANDREA KELLI PERES MENDES ROMÃO	14/02/2002	PROFESSOR
3.587-1	ANDREA MANTOVANI	09/03/1988	PROFESSOR
12.371-1	ANDREA MODESTO PEREIRA	01/03/2000	PROFESSOR
6.128-1	ANDREA NIEVES PORTALET	04/06/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
10.738-1	ANDREIA BARBOSA BASTOS FERNANDES	24/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
9.866-1	ANDREIA BUENO	01/03/2000	PROFESSOR
10.843-1	ANDREIA DO ROCIO DE CARVALHO	17/06/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
7.472-1	ANDREIA MORAIS TAVARES	01/09/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
7.624-1	ANDREIA MOSCA CARDOSO DIAS	24/05/1999	PROFESSOR
7.624-2	ANDREIA MOSCA CARDOSO DIAS	02/02/2004	PROFESSOR
4.383-1	ANDREIA PIRES	05/11/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
10.740-1	ANDREIA RINALDI	22/03/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7.974-2	ANDRESSA DO CARMO FERNANDES MACIEL	18/06/2004	PROFESSOR
10.673-1	ANDRESSA FRANÇA DE MELO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
7.908-1	ANDRESSA GOMES TELES DE MORAES	01/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
10.551-1	ANDRIELE DE FÁTIMA BURAK	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
7.099-1	ANDRIELE FANINI	01/03/2000	PROFESSOR
7.099-2	ANDRIELE FANINI	10/02/2003	PROFESSOR
10.634-1	ANELITA MENDES MACHADO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.921-1	ANELIZE ROSINA DE ARAUJO RAMALHO	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.712-2	ANGELA MARIA DA SILVA	02/02/2011	AUXILIAR DE FARMÁCIA
9.953-1	ANGELA MARIA DA SILVA SANTOS	10/02/2003	PROFESSOR
7.650-1	ANGELA MARIA MENDES VIDAL	02/02/2004	PROFESSOR
3.426-1	ANTÔNIA FRANÇA	27/04/1992	AUX. DE SERV. GERAIS
5.406-1	ANTÔNIO CARLOS CARMO DOS SANTOS	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.709-2	ANTÔNIO DA SILVA GONÇALVES	11/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
9.884-1	ANTÔNIO GONÇALVES NUNES NETO	14/02/2002	PROFESSOR
3.404-1	ANTÔNIO JOSÉ LISBOA LOUREIRO	08/10/1991	DENTISTA
2.525-1	ANTÔNIO MOREIRA PINHEIRO FILHO	20/01/1988	AGENTE OPERACIONAL
6.337-1	ANTÔNIO PEDRO SOARES	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
1.992-1	ANTÔNIO VALDECI BATISTELI LISBOA	10/03/1986	AGENTE OPERACIONAL

4.195-1	ANTÔNIO VEIGA CORDEIRO	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
6.864-1	APARECIDA REGINA PINHO	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
4.665-1	APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS SIMÃO	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.332-1	APARECIDO GALDINO ALVES	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.753-1	ARIANE SILVA DE OLIVEIRA	01/04/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
6.376-1	ARIVALDO PINHEIRO	02/07/2001	AGENTE OPERACIONAL
10.609-3	ARLETE CRISTINA CRISANTO DE MIRANDA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
5.310-1	ARLETE LOPES ALVES FRANÇA	01/10/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.288-1	ARLETE MARIA ALVES DUBINSKI	03/03/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.808-1	ARLETE PAULA DA SILVA	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
7.810-1	ARNALDO DE SA MARANHÃO JUNIOR	04/05/2004	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
7.723-1	ARNALDO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.286-1	ARNALDO RIBEIRO	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
2.158-1	AROLDO RAMOS DOS SANTOS	01/04/1987	AGENTE OPERACIONAL
5.826-1	AURINEIA DA LUZ NEVES PIRES	01/08/2000	AUXILIAR DE LABORATÓRIO
10.620-1	BÁRBARA CUNHA DA SILVA MENDES	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
10.552-1	BÁRBARA DE OLIVEIRA MEIRELES	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
5.407-1	BÁRBARA MARTINS DA COSTA	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.095-2	BERNADETE DA COSTA CORDEIRO WAGNER	10/02/2003	PROFESSOR
7.467-1	BERNADETE PEREIRA DA SILVA	04/08/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.355-1	BEUGE CRISTIANE BIONDO LUCAS	01/07/2003	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8.760-1	BIANCA ARAÚJO SCOMAÇÃO	10/02/2003	PROFESSOR
8.974-1	BIANCA SANTOS DE SOUZA	10/02/2003	PROFESSOR
10.777-1	BILLY ALBERTO LAGOS TORRES	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
94.087-1	CAMILA VANHONI DOS SANTOS	24/02/2016	EDUCADOR SOCIAL
7.894-1	CAMILE CONSENTINO DE CARVALHO	01/06/2004	NUTRICIONISTA
7.408-1	CARLA CRISTINA PIRES NERI	01/07/2003	ENFERMEIRO
8.025-1	CARLA RENATA TELLES	14/02/2002	PROFESSOR
10.722-3	CARLA ROMÃO DO ROSÁRIO DA SILVA	28/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
7.970-1	CARLA SOUZA E SILVA	18/06/2004	PROFESSOR
7.934-1	CARLA WASHINGTON DA COSTA ZANELATTO	15/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
1.907-1	CARLOS ALBERTO ALVES	05/08/1985	MESTRE DRAGUISTA
2.447-1	CARLOS ALBERTO DE FARIAS	09/11/1987	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
5.227-1	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	10/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
9.803-3	CARLOS EDUARDO FERLA CORREA	19/03/2021	PROCURADOR MUNICIPAL
1.714-1	CARLOS NEVES DIAS	02/04/1984	AGENTE OPERACIONAL
7.669-2	CARLOS ROBERTO DE SOUZA	01/03/2004	AGENTE OPERACIONAL
9.184-1	CAROLINA ROCHELLI POLICARPO VENTURA	03/03/2003	PROFESSOR
10.581-1	CAROLINE ADRIANA DE SOUSA ROVIGO	01/02/2011	PROFESSOR
7.135-1	CAROLINE DE OLIVEIRA BEZERRA	10/02/2003	PROFESSOR
7.196-1	CAROLINE MARIANO ALVES GORI	10/02/2003	PROFESSOR
10.850-1	CASSIA MENDES CANDIDO	13/06/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.682-1	CASSIANA CASSENOTTI	15/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
94.144-1	CECILIA DE OLIVEIRA	19/04/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.168-1	CELAINE DAMACENO MARCELO	01/03/2000	PROFESSOR
7.168-2	CELAINE DAMACENO MARCELO	10/02/2003	PROFESSOR
9.185-1	CELIA APARECIDA DE PAULA	01/03/2000	PROFESSOR
6.853-1	CÉLIA CARDOSO GONÇALVES	01/04/2002	AUX. DE ENFERMAGEM
4.909-1	CELIA NORATO	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.119-1	CELIA REGINA DE CAMPOS CORDEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
7.654-1	CÉLIA REGINA DOS SANTOS	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
4.459-1	CELIA REGINA PEREIRA CORDEIRO	19/03/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
6.173-4	CELIA REGINA RODRIGUES	04/06/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
1.843-2	CELMA DO ROCIO POLETI COELHO	08/03/1985	PROFESSOR
5.456-1	CELSO DA SILVA	01/03/2000	MOTORISTA
4.197-1	CELSO HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA	01/08/1997	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
7.719-1	CEZAR AUGUSTO VOI REBELLO	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.992-1	CEZAR VICENTE DE SOUZA	15/03/1999	CARPINTEIRO
10.863-1	CHEILA DOS SANTOS HASSAN TRUPPEL	28/06/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
94.121-1	CHRISTIANARA SANTOS ROSA	29/03/2016	ECONOMISTA
7.967-1	CHRISTIANE GOMES GOMES KOCHHANN	18/06/2004	PROFESSOR
10.636-1	CIBELE GRAZIELE GONÇALVES NUNES	01/02/2011	PROFESSOR
10.588-1	CIBELLE GONÇALVES DE AZEVEDO SILVERIO	01/02/2011	PROFESSOR
5.351-2	CINTHYA CRISTINA DO AMARAL	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.275-1	CINTIA LINS DO NASCIMENTO	04/06/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
6.989-1	CIREMA LUCIANO DE SOUZA	07/11/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
7.969-2	CLAUDIA CARDOSO MANSO	18/06/2004	PROFESSOR
7.770-1	CLÁUDIA CORDEIRO DE SOUZA	01/04/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
10.560-1	CLAUDIA GUILHERME DO ROSARIO	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
7.813-1	CLAUDIA MARIA DO ROCIO LEAL	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
7.760-1	CLAUDIA MAYER DA SILVA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.245-1	CLAUDIA MICHELON DA LUZ WILDNER	20/02/2003	PSICOLOGO
6.129-1	CLAUDIA PINHEIRO ALVES	04/06/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
5.312-1	CLAUDIA VALERIA COELHO PINTO	03/01/2000	ASSISTENTE SOCIAL
7.224-1	CLAUDIANARA DA SILVA LEANDRO	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.845-1	CLAUDIANE SUELLEN COSTA	17/06/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
4.549-1	CLAUDILENE SERAFIM DE OLIVEIRA	17/08/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
423-1	CLAUDINEI RODRIGUES NUNES	10/03/1982	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
93.864-1	CLAUDINEIA NEVES	12/01/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.466-2	CLAUDINEIA PINTO DOS SANTOS	04/08/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
5.801-1	CLAUDINEYA RODRIGUES DE MIRANDA	03/07/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
2.548-1	CLÁUDIO ALVES FREIRE	01/02/1988	MOTORISTA
6.391-1	CLAUDIO JOSÉ PEREIRA	02/07/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
6.573-1	CLAUDIO LUIZ SANTOS	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.586-1	CLAUDIO RICARDO DIAS	08/01/2004	ARTÍFICE
5.182-1	CLAUDIO ROBERTO MARIANO	03/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.045-1	CLAURI PATRICIA SANTOS	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.255-1	CLEBER GRANZA ROSA	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.110-2	CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA CASTELLANO	10/02/2003	PROFESSOR

4.384-1	CLEIDE DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	09/10/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
9.988-1	CLEINA MARA APARECIDA POLICARPO	01/07/2005	PROFESSOR
3.891-1	CLEODETE DOS SANTOS RANGEL	14/02/1996	PROFESSOR
7.083-1	CLEONICE APARECIDA JAQUES PEREIRA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
7.011-1	CLEONICE DE ARAUJO COELHO	12/11/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
12.394-1	CLEUDINEIA CARDOSO FERREIRA	12/03/2002	PROFESSOR
7.625-1	CLEUMA DO NASCIMENTO MUNIZ	02/02/2004	PROFESSOR
4.930-1	CLEUSA DOS SANTOS CASSILHA	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
10.858-1	CLEUZA FRANCISCA DA SILVA	27/06/2011	ENFERMEIRO
7.610-1	CLEUZA MARQUES TORRES	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
5.428-1	CLEVERSON CARDOSO PINTO	11/01/2000	ELETRICISTA
7.595-1	CLEVERSON LUIZ FRANÇA LEANDRO	02/01/2004	AGENTE OPERACIONAL
3.815-1	CLICIANE DE SOUZA MEDUNA	28/04/1995	PROFESSOR
6.555-1	CLODOALDO ALVES LEANDRO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.240-1	CRISTIANE ALVES SILVA	10/02/2003	PROFESSOR
7.169-1	CRISTIANE CORREA ANTONIO INACIO	10/02/2003	PROFESSOR
10.549-2	CRISTIANE DO PILAR CRUZ BERNARDO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
10.002-1	CRISTIANE DOMINGOS DOS ANJOS	01/03/2000	PROFESSOR
5.431-1	CRISTIANE DOS SANTOS ZELLA	05/01/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
6.697-3	CRISTIANE GONÇALVES MARTINS	14/02/2002	PROFESSOR
7.985-1	CRISTIANE MACIEL CAVANHA	18/06/2004	FISIOTERAPEUTA
5.478-2	CRISTIANE OLIVEIRA	01/03/2000	PROFESSOR
10.605-1	CRISTIANE SOUZA DA SILVA TEODORO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
3.744-2	CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL	15/03/1995	DENTISTA
6.130-1	CRISTIANO CAVANHA	04/06/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
4.304-1	CRISTIANO CUNHA	08/08/1997	FISCAL
6.556-1	CRISTIANO DE CASTRO VILLATORE	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.558-1	CRISTIANY MAIA PAIXÃO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.480-2	CRISTINA FRAGA	01/03/2000	PROFESSOR
6.849-1	CRISTINA MARIA CABRAL DOS SANTOS NASCIMENTO	01/04/2002	PROFESSOR
4.629-1	CRISTINA PINTO DOS SANTOS	26/01/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
10.558-1	CRISTOPHER ROMÃO ROSA	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
8.775-1	CYBELE CRISTINA KOTERBA	01/08/2004	PROFESSOR
7.100-2	CYBELLE DE FATIMA GOMES PEREIRA	10/02/2003	PROFESSOR
5.198-1	CYNTHIA MARY DE SOUZA THOMAZ	03/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
2.070-1	CYRO ABALEM JUNIOR	02/05/1986	AUX. ADMINISTRATIVO
8.776-1	DAIANE MACHADO ÁVILA CHRISTAKIS	01/07/2005	PROFESSOR
7.246-1	DAISY NEVES PINTO	20/02/2003	PSICOLOGO
93.857-1	DAMARIS DOS SANTOS BARCELOS	08/01/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.309-1	DANIEL BORBA DOS SANTOS	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.027-1	DANIELE CRISTINA DA SILVA ANTUNES	10/02/2003	EDUCADOR INFANTIL
10.554-1	DANIELE KUNDY	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
7.910-1	DANIELE LOPES ALVES	01/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
6.968-1	DANIELE MONTEIRO MOREIRA	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
9.861-1	DANIELLE DE LIMA VEIGA	10/02/2003	PROFESSOR
8.779-1	DANIELLE DO ROCIO SILVA	14/02/2002	PROFESSOR
4.272-1	DANIELLE POTIBALA CARNEIRO	08/08/1997	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
10.601-1	DANIELLI DO PILAR RIBEIRO TEIXEIRA	01/02/2011	PROFESSOR
10.860-1	DANIELY DO ROSARIO	21/06/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
4.107-1	DARCI DE PONTES MENDES	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
7.847-2	DARLAN JANES MACEDO SILVA	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
4.108-1	DAVI VICENTE HAINOCZ	01/08/1997	ELETRICISTA
7.611-1	DÉBORA CRISTINA CARVALHO PEREIRA	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
7.094-3	DEBORA CRISTINA DOMINGOS FERREIRA	10/02/2003	PROFESSOR
10.585-2	DEBORA CRISTINA SANTOS DA SILVA	01/02/2011	PROFESSOR
8.784-1	DEBORA DE ALMEIDA ROSA	01/07/2005	PROFESSOR
10.688-3	DEBORA REDERD FRANÇA	15/02/2011	PROFESSOR
10.446-1	DEJANIRA PONTES DO ROSARIO	15/10/2010	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
6.895-1	DELCIMAR ANTÔNIO DE PAULA	02/05/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.689-1	DELVANE ALVES PINTO	01/04/2004	AGENTE OPERACIONAL
7.091-2	DENISE ALVES DA ROSA	10/02/2003	PROFESSOR
5.416-1	DENISE DO NASCIMENTO DOS SANTOS	15/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.297-1	DERLIANE MARTINS	03/03/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
12.443-1	DIANE NUNES DE FASSIO	14/02/2002	PROFESSOR
10.545-1	DIELLE MENDONÇA GASPAR	08/02/2011	ASSISTENTE SOCIAL
657-1	DINAIR RAINERTE ANTÔNIO	15/06/1984	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
6.838-1	DINANCI MARIA FRANCO	01/04/2002	AUX. DE ENFERMAGEM
4.415-1	DIOGENES ALBUQUERQUE	16/01/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
4.990-1	DIOLMAR ANTONIO DA SILVA	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.720-2	DIRCEIA ALVES BATISTA	26/04/1999	PROFESSOR
6.720-3	DIRCEIA ALVES BATISTA	14/02/2002	PROFESSOR
5.446-1	DIRCEIA FERNANDES CARVALHO	01/02/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
7.097-2	DIRCEIA MATHIAS	10/02/2003	PROFESSOR
93.851-1	DITA DE SOUZA COSTA	04/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
2.189-1	DOMINGOS DOS SANTOS	01/04/1987	AGENTE OPERACIONAL
4.823-1	DOMINGOS SEZINANDO DA SILVA	08/03/1999	ENCARREGADO DE PRE MOLDADOS
5.489-1	DONAIDE PONTES TEODORO DOS SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
6.017-1	DULCEMARIA NUNES DE SOUZA	01/02/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
4.366-1	DURVALINA VEIGA CORDEIRO	14/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
8.786-1	EDELIZE KATHERINE MENDES	08/03/2006	PROFESSOR
6.999-1	EDEMILSON DOS SANTOS	07/11/2002	AGENTE OPERACIONAL
9.876-1	EDENIZE FERNANDES PEREIRA	18/06/2004	PROFESSOR
10.358-2	EDEVALDO CHAVES	23/02/2010	MOTORISTA
5.442-1	EDIEL DA VEIGA FRANÇA	01/02/2000	MOTORISTA
5.809-1	EDILENE DO ROCIO PEREIRA	03/07/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
5.595-1	EDILEUZA FERNANDES GONÇALVES	01/03/2000	PROFESSOR
5.187-1	EDINA CÉLIA FERREIRA GOMES	03/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
5.449-2	EDINA PEREIRA DE MATOS	14/02/2000	PROFESSOR
4.838-1	EDINEIA OLIVEIRA RIBEIRO	16/03/1999	AUX. DE ENFERMAGEM

7.901-3	EDNEIA SILVA RAMOS DAS NEVES	02/06/2004	EDUCADOR INFANTIL
7.717-1	EDSON ALVES MARCELINO	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.969-1	EDSON THEODORO LOURENCO	15/03/1999	BORRACHEIRO
7.743-1	EDUARDO CARLOS DOS SANTOS	01/04/2004	AGENTE OPERACIONAL
4.283-1	EDUARDO LUIZ ALVES	08/08/1997	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
12.816-4	EDUARDO ROMANIO	03/03/2016	ARTÍFICE
5.570-1	EDYLAINE CAROLINE DA SILVA	01/03/2000	PROFESSOR
10.864-1	ELAINE DA ROCHA TORRES	01/07/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
5.323-1	ELAINE NONATO CAVALCANTE	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.425-1	ELDER LEEDNEY DOMINGUES	17/01/2000	ELETRICISTA
10.568-1	ELEN CRISTINE NUNES CORDEIRO GONÇALVES	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
7.784-1	ELENIR OLIVEIRA DA SILVA	03/05/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
7.183-3	ELEONORA XAVIER RIBEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
7.377-1	ELIANE BRASILIO CUNHA	01/07/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
5.730-2	ELIANE COSTA MARIANO	08/06/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
5.497-2	ELIANE DO ROCIO BAPTISTA	01/03/2000	PROFESSOR
6.653-1	ELIANE FRANCA ALVES MADEIRA	14/02/2002	PROFESSOR
2.215-1	ELIANE RAMOS MENDES	10/04/1987	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.731-1	ELIANE ROCHA STREMEL ABALEM	01/04/2004	MEDICO CLINICO GERAL
2.094-1	ELIANI DO ROCIO ALBINI	18/08/1986	PROFESSOR
4.453-1	ELIENAI SILVA	11/02/1998	PROFESSOR
5.633-1	ELISABETE APARECIDA BISCOTTO DE MIRANDA	03/04/2000	AUX. DE SERV. GERAIS
8.410-1	ELISÂNGELA CALADO ROCHA	01/03/2000	PROFESSOR
8.410-2	ELISÂNGELA CALADO ROCHA	01/07/2005	PROFESSOR
6.925-1	ELISÂNGELA MARTINS CELESTINO	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
9.906-1	ELISETE SILVA DOS REIS	14/02/2002	PROFESSOR
8.794-1	ELISLAINE DA ROSA ZELA	01/07/2005	PROFESSOR
6.969-1	ELIZABEL DO ROCIO LEAO	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.080-1	ELIZABETE ONORIO DA COSTA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
5.806-1	ELIZABETE PEREIRA	03/07/2000	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
93.852-1	ELIZABETH KRUMHEUER DE AZEVEDO	04/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
3.878-1	ELIZABETH MARIA DA SILVA	15/02/1996	PROFESSOR
10.589-1	ELIZABETH REGINA COLLERE FARIAS	01/02/2011	PROFESSOR
94.141-1	ELIZANGELA SANTOS DO CARMO	14/04/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
6.172-1	ELIZETE LOURENÇO LEÃO	04/06/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
7.009-1	ELIZEU LAMEU	14/11/2002	AGENTE OPERACIONAL
7.280-1	ELMA TEIXEIRA DE JESUS DA COSTA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.049-1	ELTON LUIZ NEVES SILVA	01/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
8.798-1	ELZA ELIZABETH SANTOS DA SILVA	14/02/2000	PROFESSOR
7.075-1	ELZA PINTO PERSCHIN	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.970-1	EMERSON CARDOSO DE CAMPOS	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.317-1	EMERSON LUIZ ALMEIDA DE OLIVEIRA	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.563-1	ENEIDA MARIA DO ROCIO BRANCO PINHEIRO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.774-1	ERAOLI GARCIA MARQUES	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.252-1	ERIC MARIANO SOUZA	20/02/2003	MEDICO VETERINÁRIO
9.907-1	ÉRIKA HELOÍNA SCREMIN CORRÊA	14/02/2002	PROFESSOR
6.248-2	ERINALDO MARTINS DE ARAUJO	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
9.999-1	ESTER PINHEIRO PONTES	13/03/2000	PROFESSOR
4.791-1	ETELVINA ROQUE MENDES	08/03/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.742-1	EUROSETE DA SILVA	01/04/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
2.605-1	EVA DO NASCIMENTO PEREIRA	14/03/1988	AUX. DE SERV. GERAIS
94.090-1	EVAIR COSTA DAS NEVES	01/03/2016	AGENTE OPERACIONAL
10.842-1	EVELISE DO ROCIO SOUZA PEREIRA GUILHERME	17/06/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
4.885-1	EVELYN CAROLINE SCREMIN CORREA DA CUNHA	15/03/1999	AUXILIAR DE LABORATÓRIO
94.138-1	EVERSON LUIZ MARCHIORE	14/04/2016	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
9.990-1	FABIA CONSTANTE MOREIRA	01/04/2002	PROFESSOR
7.098-2	FABIANA DE OLIVEIRA	10/02/2003	PROFESSOR
7.098-1	FABIANA DE OLIVEIRA	03/07/2000	PROFESSOR
3.858-1	FABIANE CRISTINA SZLACHTA GONÇALVES POLETTE	08/02/1996	PROFESSOR
8.803-1	FABIANE CUNHA	18/06/2004	PROFESSOR
4.912-1	FABIANE DO ROSARIO DAS NEVES	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.681-1	FABIANE KRUGER SOARES DA COSTA	01/03/2000	PROFESSOR
6.681-2	FABIANE KRUGER SOARES DA COSTA	14/02/2002	PROFESSOR
5.769-1	FABIANO CAMPOS SERAFIM	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.625-1	FABIANO CARAZZAI PEREIRA	03/04/2000	MOTORISTA
5.770-1	FABIANO COSTA PINTO	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.414-1	FABIANO JARDEL DA COSTA	13/01/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
5.353-1	FABIANO LOPES RODRIGUES	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.331-1	FABIANO MARTINS DE CARVALHO	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.193-1	FABIEL ALEX SANDRO SILVA RICARDO	10/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.712-1	FABIO DE MELO PEREIRA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.451-1	FABIOLA SOARES ARCEGA	08/02/1996	PROFESSOR
5.451-2	FABIOLA SOARES ARCEGA	14/02/2000	PROFESSOR
7.289-1	FABRICIO FABIANO ALVES DE SOUZA	03/03/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
6.578-2	FABRÍCIO MARQUES	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.501-1	FABYANNA SANTOS PINTO	27/03/1996	PROFESSOR
5.501-2	FABYANNA SANTOS PINTO	01/03/2000	PROFESSOR
6.667-1	FERNANDA MARGARETE TIBILETE	14/02/1996	PROFESSOR
6.667-2	FERNANDA MARGARETE TIBILETE	14/02/2002	PROFESSOR
5.265-1	FERNANDA SANTOS DE SOUZA	01/07/1999	PROFESSOR
7.312-1	FERNANDO DELFINO	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
93.888-1	FILIPE ALMEIDA DOMINGUES	28/01/2016	PROCURADOR MUNICIPAL
10.651-1	FLAVIA ADRIANE DOS SANTOS	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.814-1	FLAVIA ALBINI DO ROSÁRIO	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
10.573-1	FLAVIA DE PAULA SILVA	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
10.762-2	FLÁVIA PEREIRA LIMA	06/04/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
10.666-1	FLAVIA REGINA LOPES PEREIRA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
7.254-1	FLAVIA TANCREDO DE CAMPOS	20/02/2003	FISIOTERAPEUTA
4.844-1	FLORACI DE OLIVEIRA DE SOUZA	09/03/1999	AUX. DE ENFERMAGEM

10.582-2	FRANCIELLE DE OLIVEIRA BEZERRA	01/02/2011	PROFESSOR
8.808-1	FRANCIELLE DE SOUZA MARTINS PAZINATTO	10/02/2003	PROFESSOR
10.661-1	FRANCINE DO NASCIMENTO DAHLE	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
10.856-1	FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS	27/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.161-1	FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA NETO	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
6.290-1	GABRIEL ANTONIO DE ALMEIDA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.409-1	GELSON DOS SANTOS RIPPEL SALGADO	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
844-1	GEORGETTE JACYRA PESCH DA SILVA	25/06/1979	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
8.031-4	GERALDO AUGUSTO TAQUES ARAUJO	02/07/2004	ENGENHEIRO CIVIL
5.110-1	GERSON RAINERTE	14/04/1999	OPERADOR DE MAQUINA
8.368-1	GIANFRANK JULIAN TAMBOSETTI	01/04/2005	FONOAUDIÓLOGO
7.124-1	GIANI PINHEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
7.545-1	GILBERTO MOROSKI MACHADO	02/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.172-1	GILBERTO REIS	22/04/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.267-2	GILMAR ALVES	15/06/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.128-1	GILMAR ROCHA DE MORAIS	22/04/1999	OPERADOR DE MAQUINA
10.656-2	GILMARA RODRIGUES DE CASTRO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
5.361-1	GILSON ROBERTO GONÇALVES	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.682-1	GIOVANA BISSON DE CARVALHO	14/02/2002	PROFESSOR
7.745-1	GIOVANNI CONSTANTE DE OLIVEIRA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.278-1	GISELE CRISTINA DA SILVA	04/08/1997	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
93.856-1	GISELE DA COSTA GONÇALVES	11/01/2016	AUX. ADMINISTRATIVO
8.812-1	GISELE NERY MORAES	10/02/2003	PROFESSOR
6.929-1	GISELE TAVARES DE MIRANDA MARTINS	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.961-1	GISELLE FELIPE RIBEIRO	23/03/1999	PROFESSOR
7.961-2	GISELLE FELIPE RIBEIRO	18/06/2004	PROFESSOR
8.814-1	GISLAINE FERREIRA GARCIA	01/03/2000	PROFESSOR
8.815-1	GISLEINE MARI TEIXEIRA DE OLIVEIRA	10/02/2003	PROFESSOR
7.321-1	GISLEINO MIRANDA DOS SANTOS	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.630-1	GLACIELE CRISTINE LIMA DE PAULA	02/02/2004	PROFESSOR
8.817-1	GLAUCIANA FERNANDES COLODEL	01/03/2000	PROFESSOR
10.720-1	GLEICYKELLY DA SILVA DE SANTANA	04/03/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
5.274-1	GRACIELE APARECIDA DA SILVA THOMAZ PAIFFER	01/07/1999	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
6.751-1	GRACIMAR LOURENCO VEIGA ALBINI	16/09/1991	PROFESSOR
6.751-2	GRACIMAR LOURENCO VEIGA ALBINI	01/03/2002	PROFESSOR
12.458-1	GRAZIELA AGOSTINHO DA COSTA	11/02/2011	PROFESSOR DE INGLÊS
6.608-1	GRAZIELE ANGELICA DOS SANTOS MENDES SCHARMANN MODESTO	01/02/2002	MONITOR (A)
7.396-2	GRAZIELLE POTIRALA CARNEIRO LOBO	17/02/2016	ADMINISTRADOR HOSPITALAR
5.426-1	GRAZIELLY CRISTINE DA PAZ DE PAULA ARAUJO	06/01/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
12.374-1	GREICE KELLY DE LIMA ALVES	10/02/2003	PROFESSOR
10.667-1	GREICE NASCIMENTO COSTA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
11.352-3	GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA	23/12/2015	MEDICO DO TRABALHO
7.518-2	GUSTAVO ALBINO LEANDRO	08/12/2003	AGENTE OPERACIONAL
5.357-1	GUSTAVO ALEXANDER POLI	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.132-1	HEDY CESAR DE OLIVEIRA	04/06/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
7.237-1	HÉLIO JORGE DE SIQUEIRA SELA	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.758-2	HELLAINE CRYSTIANE MATOZO	04/04/2011	EDUCADOR INFANTIL
8.531-1	HELOINA MOCELIN SIQUEIRA	08/03/2006	PROFESSOR
4.279-1	HERALDO MARTINS DE LIMA	01/08/1997	FUNILEIRO
7.549-1	HERMES SANTANA ANDRIOLI	02/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.578-1	HILDA APARECIDA MATIAS DA SILVA SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
6.151-1	IARA MARIA PERES	04/06/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
6.634-2	IARA SUILY DOS SANTOS FAGUNDES	14/02/2002	PROFESSOR
7.476-1	IDELENE KORSANKE MENDES	01/09/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
10.553-1	IDIARA DUARTE CONRADT	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
4.466-1	ILMA LUCIA FERNANDES	24/03/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
12.398-1	INALDA DE OLIVEIRA GOMES	10/02/2003	PROFESSOR
3.081-1	INALDA SALI SANTOS DA LUZ	22/02/1984	PROFESSOR
7.154-1	IONARA ALVES SALGADO	10/02/2003	PROFESSOR
4.229-2	IRAN PAULO PEREIRA FELIX	01/08/1997	NUTRICIONISTA
8.433-3	IRAZILDA BISSON DALAGO	01/03/2000	PROFESSOR
10.649-1	IRENE DE DEUS ROCHA DOS SANTOS	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
3.084-1	IRENE LOPES DE ARAUJO BATISTA	01/03/1984	AUX. ADMINISTRATIVO
4.701-1	IRENE LUIZ FERREIRA	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.062-1	IRINEIDE SANTOS DE LIMA VIEIRA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
9.951-1	IRMA ALESSANDRA CHEDIAK CORREA	10/02/2003	PROFESSOR
10.629-1	ISABELLE CRISTINA DO ROSÁRIO DIAS MEDUNA	07/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
4.946-1	ISMAEL ALVES PINTO	15/03/1999	PEDREIRO
6.930-1	ISMAEL ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.770-1	ISOLETE SPECARTE ALVES	31/03/1999	PROFESSOR
6.770-2	ISOLETE SPECARTE ALVES	12/03/2002	PROFESSOR
5.319-1	IVÃ LUIZ BERNARDI	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.226-1	IVAN CUNHA WURSTHORN	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.581-1	IVANILDA SOBRAL GONÇALVES	01/03/2000	PROFESSOR
2.173-1	IVANILDO PONTES	03/04/1987	AGENTE OPERACIONAL
7.092-1	IVANIZE MOREIRA DO ROSARIO	01/03/2000	PROFESSOR
7.092-2	IVANIZE MOREIRA DO ROSARIO	10/02/2003	PROFESSOR
6.881-1	IVETE DO ROSARIO ALVES TRIGO	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
8.474-1	IVETE RAMOS DA SILVA DE SOUZA	10/02/2003	PROFESSOR
8.474-2	IVETE RAMOS DA SILVA DE SOUZA	08/08/2005	PROFESSOR
7.054-1	IVONE COSTA SCREMIM	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.703-2	IVONE RAMOS DA SILVA	14/02/2002	PROFESSOR
6.805-1	IZABEL CRISTINA MACHADO MIRANDA	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
3.618-1	IZABEL DO ROSARIO	22/06/1993	AUX. DE SERV. GERAIS
9.974-1	IZABEL LINS DE AVELAR	01/04/2002	PROFESSOR
93.884-1	IZABELA MARIA DA ROSA DE OLIVEIRA	19/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
93.884-1	IZABELA MARIA DA ROSA DE OLIVEIRA	19/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
93.884-1	IZABELA MARIA DA ROSA DE OLIVEIRA	19/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
6.532-1	IZAEL MOREIRA RIBEIRO	04/12/2001	AGENTE OPERACIONAL

1.649-1	IZANIR ZELA GASPAR	02/04/1984	AUX. ADMINISTRATIVO
95.117-1	JACIARA MICHELE GONÇALVES CORDEIRO	10/05/2018	EDUCADOR INFANTIL
2.154-1	JAIR COSTA	13/04/1987	AGENTE OPERACIONAL
5.233-1	JAMIL GONÇALVES DA ROSA	03/05/1999	AGENTE OPERACIONAL
2.752-1	JAMIL MATOZO OLIVEIRA	15/06/1988	AGENTE OPERACIONAL
10.846-1	JANAINA DE OLIVEIRA RICARDO	17/06/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
5.597-1	JANAINA RUSSI MARIANO DO NASCIMENTO	01/03/2000	PROFESSOR
5.505-1	JANELIS DA SILVA ANDERSEN	01/03/2000	PROFESSOR
6.717-1	JANETE FAM	14/02/2002	PROFESSOR
10.677-1	JANUZA GONÇALVES NEVES	15/02/2011	PROFESSOR
94.118-1	JAQUELINE DEMETRIO	23/03/2016	AUX. ADMINISTRATIVO
2.249-1	JAQUELINE IZUMI SCHIZAKI	18/05/1987	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
12.383-1	JEANE RIBAS DE ARAUJO ROCHA	01/03/2000	PROFESSOR
94.079-1	JECKSON BERNARDO MAIA	01/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
5.254-1	JEFERSON LUIZ ALVES	01/06/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.933-1	JESIEL LOPES	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.276-1	JESSICA TEIXEIRA GONÇALVES	03/02/2003	PSICOLOGO
5.774-1	JEZIEL REDED DIAS	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.166-1	JILCELLI LOPES ALVES EUSEBIO	10/02/2003	PROFESSOR
90.433-1	JOÃO MENDES FILHO	08/06/1981	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.370-1	JOÃO ROBERTO BARROS MACENO SILVA	01/07/2003	BIÓLOGO
4.825-1	JOÃO SILVA RODRIGUES	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.272-1	JOCEMAR JOÃO ZANELATTO	01/07/1999	MOTORISTA
7.389-2	JOCILENE MARIA CÂNDIDO ABUD	01/07/2003	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2.230-1	JOCIMAR ANTONIO VIEIRA	21/04/1987	FISCAL
8.555-1	JOCIMAR JOSÉ SANTOS	02/05/2006	AGENTE OPERACIONAL
2.188-1	JOEL COSTA CORDEIRO	01/04/1987	AGENTE OPERACIONAL
620-1	JOEL RODRIGUES	06/08/1984	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
10.779-1	JOEL SOARES DA SILVA JÚNIOR	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
8.079-2	JOILSON FERNANDES MIRANDA	01/11/2004	AGENTE OPERACIONAL
7.870-1	JORGIANE MENDES	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
6.618-1	JOSANE ALVES FABRÍCIO HAINOCZ	01/02/2002	EDUCADOR INFANTIL
5.077-1	JOSE ADENILSON FAGUNDES	05/04/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.732-1	JOSÉ ANTÔNIO MACHADO	08/06/2000	AGENTE OPERACIONAL
7.707-2	JOSÉ CARLOS DA SILVA OLEGÁRIO	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.446-1	JOSE CARLOS RODRIGUES	02/03/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
4.914-1	JOSÉ CARNEIRO DE SOUZA	15/03/1999	MOTORISTA
6.235-1	JOSÉ FAUSTINO FERNANDES DA SILVA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
43-1	JOSÉ LUIZ DE FÉLIX	14/09/1981	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
8.017-1	JOSE LUIZ DE OLIVEIRA NASCIMENTO	18/06/2004	VIDRACEIRO
6.310-1	JOSÉ MARCELO COELHO	04/06/2001	AUX. ADMINISTRATIVO
7.368-1	JOSÉ MARIA MOURA GOMES	01/07/2003	ENGENHEIRO DE PESCA
10.780-1	JOSÉ TAKAYUKI NAKAYAMA	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.285-1	JOSELIA NASCIMENTO CORREA	03/03/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.754-1	JOSELMA DA SILVA FRANCISCO	01/04/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
2.387-1	JOSEMIR FRANCISCO BRAGA	17/08/1987	AUX. ADMINISTRATIVO
10.608-1	JOSENEIA ROCHA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.001-1	JOSIANA RIBEIRO VERNIZI	07/07/2005	PROFESSOR
4.470-1	JOSIANE ALBINE RODRIGUES	30/03/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
3.718-2	JOSIANE DO ROCIO CASUBEK	10/03/1995	PROFESSOR
7.879-1	JOSIANE MARTINS FERREIRA	04/05/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
8.828-1	JOSIANE MENDES LOPES	23/03/1999	PROFESSOR
6.760-2	JOSIANE RIBEIRO	12/03/2002	PROFESSOR
5.234-1	JOSIAS DE RAMOS	10/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.915-5	JOSIAS DOS SANTOS PEREIRA	02/06/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
8.979-1	JOSIELE MENDES DE CAMARGO	10/02/2003	PROFESSOR
10.698-1	JOSIELY DE OLIVEIRA SANTOS CORREA	17/02/2011	PROFESSOR
7.033-1	JOSISLAINE RODRIGUES DA COSTA	10/02/2003	EDUCADOR INFANTIL
7.209-1	JOVANE MARISA ZANELATTO DE SOUZA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
7.524-1	JOVANILDO RODRIGUES DA SILVA	08/12/2003	AGENTE OPERACIONAL
9.890-1	JOYCE CRISTINA DA COSTA	14/02/2002	PROFESSOR
9.878-1	JOYCIANNE CRISTINA CABRAL RIBEIRO	01/04/2002	PROFESSOR
4.803-1	JUAREZ SEVERINO LUIZ	09/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.631-2	JUCELIA DA SILVA CARVALHO	02/02/2004	PROFESSOR
6.680-1	JUCIARA VENANCIO DE OLIVEIRA	14/02/2002	PROFESSOR
9.212-1	JUCILENE DO ROSARIO MENDES	01/07/1999	PROFESSOR
10.671-1	JUCIMARA DAS NEVES MARTINS	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
2.043-1	JUCIMARA RODRIGUES DA LUZ	08/04/1986	PROFESSOR
7.425-1	JUCINEI DOS SANTOS PAIFFER	01/07/2003	JARDINEIRO
6.193-1	JUCIRENE DA VEIGA DOMINGOS TREVISAN	04/06/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
7.613-1	JULIA MARIA ALVES DUTRA	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
10.602-1	JULIANA ALVES DA SILVA	01/02/2011	PROFESSOR
9.213-1	JULIANA MATOSO CORREA	02/02/2004	PROFESSOR
9.875-1	JULIANA RIBEIRO GONCALVES FANGUEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
6.815-1	JULIANE DA SILVA DO ESPIRITO SANTO DEMETRIO	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.706-2	JULIANE RAMOS	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
94.128-1	JULIANI LOPES ALVES	04/04/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.330-1	JULIANO MATTANO DOS SANTOS	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.935-1	JULIANO SILVA DAMASO DE OLIVEIRA	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.598-1	JULIO CESAR AFONSO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.501-1	JULIO CESAR BORGES	01/12/2003	AGENTE OPERACIONAL
3.756-1	JULIO CEZAR DA SILVA	13/03/1995	AUXILIAR DE VIGILÂNCIA SANITAR
6.559-1	JULIO CEZAR MARIANO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.623-1	JÚLIO LEITE	01/02/2002	AGENTE OPERACIONAL
7.214-1	JULIO NASCIMENTO DOS SANTOS	10/02/2003	AGENTE OPERACIONAL
7.849-1	JUSIANE DE OLIVEIRA WASSÃO	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
7.120-2	JUSIANI MARI CALADO	01/03/2000	PROFESSOR
7.120-3	JUSIANI MARI CALADO	10/02/2003	PROFESSOR
7.816-1	JUSSARA DOS SANTOS GOUVEA	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL

5.910-1	JUSSARA ELIZABETE OLIVEIRA DA COSTA	02/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.041-1	JUSSARA JEANE ZWIETISCH	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.541-1	JUSSARA PATRÍCIA DE SOUZA	17/01/2011	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
4.848-1	JUSSARA SILVA	08/03/1999	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
2.776-1	JUSSIMARA NASCIMENTO FANINI	29/06/1988	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
94.086-1	KAMILA MATOSO CORRÊA	24/02/2016	EDUCADOR SOCIAL
7.238-1	KARIME KLINGELFUS CONGROSSI MOREIRA	01/03/2000	PROFESSOR
7.238-2	KARIME KLINGELFUS CONGROSSI MOREIRA	10/02/2003	PROFESSOR
9.216-1	KARINA COSTA DOS SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
12.342-2	KARINA RODRIGUES POLICARPO PEREIRA	20/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
6.854-1	KAROLINE ALVES DE LEÃO	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.410-1	KATHELEEN CASAS DO NASCIMENTO	01/07/2003	ENFERMEIRO
7.090-2	KÁTIA MARINA MARTINOWSKY ALVES	10/02/2003	PROFESSOR
10.849-1	KAYARA STELLA FERRO	20/06/2011	EDUCADOR INFANTIL
8.981-1	KELI DE ARCEGA MENDES	01/03/2000	PROFESSOR
7.109-1	KELLI DO ROCIO DAVEIS	23/03/1999	PROFESSOR
7.109-2	KELLI DO ROCIO DAVEIS	10/02/2003	PROFESSOR
10.569-1	KELLY DA ROSA MARIA	01/02/2011	PROFESSOR DE INGLÊS
10.561-1	KELLY MORGANA DA SILVA ELIAS MAIA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
4.673-1	LAERCIO ROCHA	08/03/1999	ARMADOR DE FERRAGEM
10.646-1	LAILA CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA	01/02/2011	PROFESSOR
6.750-1	LAILA CURCI ASSAF MARISTANY	01/03/2002	PROFESSOR
6.627-1	LAUDICEIA FELIX DA SILVA GOMES	14/02/2002	PROFESSOR
10.606-1	LAURA ACY AMARANTE	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
8.834-1	LAURA CRISTINI DO NASCIMENTO AMORIM CORREA	08/03/2006	PROFESSOR
5.626-1	LAURA DA GRAÇA LEITE ROSINA	03/04/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
10.798-1	LAURENIR DE PONTES	10/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
2.364-1	LAURI INÁCIO	03/08/1987	AGENTE OPERACIONAL
5.135-1	LAYZ MARIA PEREZ DOS SANTOS	19/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
10.785-1	LEANDRO BARBOSA DO ROSÁRIO	06/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.857-1	LEANDRO DA SILVA RICARDO FERNANDES	20/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.320-1	LÉIA TAVARES	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.623-1	LEIDIANE FATIMA NOBREGA DE ARAUJO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
7.551-2	LEILA CRISTINA DE OLIVEIRA MENDES	02/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.674-3	LEILA DOS SANTOS	14/02/2002	PROFESSOR
7.184-4	LEILA DOS SANTOS BALDUINO	10/02/2003	PROFESSOR
5.614-1	LEOCADIA SOKOLEK	01/03/2000	PROFESSOR
7.308-1	LEONICE FRAGA ANDRETE	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.362-1	LEÔNIDAS MARTINS JUNIOR	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.816-1	LEOVANIR FREITAS DA SILVA JUNIOR	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.765-3	LEZIANI NASCIMENTO CORREA	27/04/2011	ENFERMEIRO
7.632-1	LIA MARA RODRIGUES CARDOSO	02/02/2004	PROFESSOR
5.410-1	LIDIANE RIBEIRO DA SILVA	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.777-1	LÍGIA REGINA DE CAMPOS CORDEIRO	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.011-3	LILIAN DOS SANTOS SANT ANA	08/01/2016	TÉCNICO DE LABORATÓRIO
7.863-2	LILIAN ANDREA CORREA SAMPAIO	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
5.195-3	LILIAN DE SOUZA RODRIGUES	10/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
8.038-1	LILIAN MISSAE UYETAQUI MARINS	01/07/2004	BACHAREL EM TURISMO
6.995-2	LINDA MARA DO ROCIO ABALEM	07/11/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
7.471-1	LINDAMIR DO ROCIO CORDEIRO	01/09/2003	AUXILIAR DE LABORATÓRIO
5.159-1	LINDAMIR NASCIMENTO GOMES DA SILVA	19/04/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
6.585-1	LINS DOS SANTOS JOAQUIM	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
3.588-2	LISNEIDE ZATTAR LOPES	01/03/1993	PROFESSOR
93.972-1	LORAYNE MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA DA CRUZ	16/02/2016	EDUCADOR SOCIAL
7.150-1	LUCI MARIA KORSANKE MARTINS	10/02/2003	PROFESSOR
10.865-1	LÚCIA DA SILVA MAIA	21/06/2011	PROFESSOR 1 A 4 SERIE - ILHA DO MEL
6.154-3	LUCIA HELENA TEIXEIRA PEREIRA	04/06/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
5.183-3	LÚCIA VOI	03/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
10.669-1	LUCIANA FRANÇA RODRIGUES	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
8.983-1	LUCIANA MARTINS ARAUJO GOMES	14/02/2002	PROFESSOR
6.656-1	LUCIANA TAVARES DE MIRANDA	23/03/1999	PROFESSOR
6.694-1	LUCIANE GODOY BONAFINI	14/02/2002	PROFESSOR
3.433-1	LUCIANE MATHIAS LOPES	27/04/1992	AUX. DE SERV. GERAIS
10.783-1	LUCIANE PEREIRA DA CUNHA TAVARES	06/06/2011	ENFERMEIRO
8.435-1	LUCIANE SOUZA NASCIMENTO	10/02/2003	PROFESSOR
8.435-2	LUCIANE SOUZA NASCIMENTO	01/07/2005	PROFESSOR
6.756-1	LUCIANE VEIGA FILADELFO	01/03/2000	PROFESSOR
6.756-2	LUCIANE VEIGA FILADELFO	01/03/2002	PROFESSOR
5.611-2	LUCIANE WEINFURTER CORREA	01/03/2000	PROFESSOR
5.355-1	LUCIANO FAZOLO	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.704-1	LUCIANO RODRIGUES VELOSO	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.408-1	LUCILENE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA	01/08/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
6.887-1	LUCIMAR CUNHA NASCIMENTO	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
4.526-1	LUCIMAR NARCISO	03/06/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
7.955-2	LUCIMARA DA SILVA SEVERINO CUSTODIO	08/02/1996	PROFESSOR
7.703-2	LUCINEI SANTOS COSTA AGUIAR	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
8.841-1	LUCINEIA FELTZ DOS SANTOS PINTO	10/02/2003	PROFESSOR
10.839-1	LUCINEIA MIRANDA DAS NEVES	16/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.575-1	LUIS CARLOS FERNANDES DO ROSARIO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.126-1	LUIS MARTINS SILVA	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
7.881-3	LUIZ AFFONSO RIBEIRO DA SILVEIRA	19/05/2004	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
10.796-1	LUIZ CARLOS BARBOSA	13/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.332-1	LUIZ CARLOS BARIDOTI	25/08/1997	LAVADOR DE AUTOMÓVEIS
4.947-1	LUIZ CARLOS BUBOLA	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.936-1	LUIZ CARLOS SANTOS	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.086-1	LUIZ CARLOS ZUMBINI MARCELINO	22/03/1999	MOTORISTA
6.536-1	LUIZ CELSO DA SILVA	04/12/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.070-1	LUIZ EDUARDO MOCELIN DE ARAÚJO	22/03/1999	MOTORISTA
94.092-1	LUIZ GERVAZI PLANTE	23/02/2016	AUX. ADMINISTRATIVO

436-1	LUIZA HELENA TEIXEIRA PEREIRA	01/12/1981	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
3.866-1	LURDES BERNADETE JIANNI DA SILVA	08/02/1996	PROFESSOR
9.308-1	LURDES ROSA BISPO TORQUATO	03/03/2008	AUX. DE SERV. GERAIS
5.522-2	LUZIA ROSANA DA SILVA LIMA	01/03/2000	PROFESSOR
7.883-1	MAÍRA DO ROCIO CORDEIRO DAS DORES ROQUE	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
4.233-2	MALAK MAHMUD SAID VOJCIECHOWSKI	12/08/1997	PROFESSOR
6.572-1	MANFRINI MATHIAS MARTINS	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.318-1	MANOEL CARDENAZ DO AMARAL NETO	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.937-1	MANOEL MARTINS DA VEIGA	03/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.772-1	MANOEL PEREIRA NETO	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.922-1	MANOELA AMORIM ALVES	01/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
6.824-1	MANOELA NATAL LISBOA DE MIRANDA	01/04/2002	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
6.846-1	MANUELA ÂNGELO GONSALVES	01/04/2002	PROFESSOR
8.436-1	MARA LUCIA MARTINS DOS SANTOS	01/04/2002	PROFESSOR
8.436-2	MARA LUCIA MARTINS DOS SANTOS	01/07/2005	PROFESSOR
920-1	MARA REGINA MENDES	10/03/1982	AUX. ADMINISTRATIVO
2.692-1	MARA RÚBIA GONÇALVES RODRIGUES DE OLIVEIRA	03/05/1988	AUX. ADMINISTRATIVO
10.557-2	MARCELA CLAUDINO DOS SANTOS RODRIGUES	01/02/2011	PROFESSOR
5.370-1	MARCELA FUSCO DI BURIASCO	04/11/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
7.869-1	MARCELA MARTINS NUNES	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
5.035-1	MARCELI CARDOSO TEODORO	05/04/1999	MONITOR (A)
5.818-1	MARCELLIO DI PAULA CORDEIRO	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.411-1	MARCELLY CARVALHO SCARIOT	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.587-1	MARCELO ARAÚJO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.560-1	MARCELO BITTENCOURT RIBEIRO	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.938-1	MARCELO DE AVELINO FRANCO	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.837-1	MARCELO DE LIMA MARTINS	16/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.971-1	MARCELO ITIBERE MORAIS	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.580-1	MARCELO OSORIO CASSIANO	02/01/2004	MEDICO CLINICO GERAL
5.523-1	MARCIA ANDRIOLI GOMES	11/09/1995	PROFESSOR
5.334-1	MÁRCIA APARECIDA GARCIA	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.787-1	MARCIA CRISTINA DE ROCCO	10/03/1999	PROFESSOR
7.186-1	MARCIA CRISTINA GONÇALVES FERREIRA	01/03/2000	PROFESSOR
7.186-2	MARCIA CRISTINA GONÇALVES FERREIRA	10/02/2003	PROFESSOR
7.176-1	MARCIA DE CARVALHO	10/02/2003	PROFESSOR
9.957-1	MARCIA FUJIKO YASUDA	01/03/2000	PROFESSOR
5.526-2	MARCIA LUCIA CORREA PIRES	01/03/2000	PROFESSOR
5.527-1	MARCIA MARIA BARBOSA GONCALVES MARQUES	01/03/2000	PROFESSOR
7.803-2	MARCIA MARIA DE SA MAFRA	04/05/2004	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
5.263-1	MARCIA REGINA LUIZ	18/03/1993	PROFESSOR
5.263-2	MARCIA REGINA LUIZ	01/07/1999	PROFESSOR
5.399-1	MARCIA REGINA NASCIMENTO ALVES	03/01/2000	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
5.528-1	MARCIA REGINA PEREIRA ALMINDO DA VEIGA	21/02/1996	PROFESSOR
5.528-2	MARCIA REGINA PEREIRA ALMINDO DA VEIGA	01/03/2000	PROFESSOR
7.445-1	MÁRCIA REGINA SCOMASSON	04/08/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.278-1	MARCIA ROCHA CORDEIRO	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
4.852-1	MARCIA SIUCH DO NASCIMENTO	16/03/1999	AUX. DE ENFERMAGEM
5.421-4	MARCIA TURCHETI DA COSTA LEITE	03/01/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
6.612-2	MARCILENE TURCHETI DA COSTA LEITE FONTES	01/02/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.878-4	MÁRCIO AURÉLIO VIEIRA DA COSTA	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
8.016-1	MÁRCIO CÉSAR MENDES	18/06/2004	ELETRICISTA
4.746-1	MARCIO DO ROSARIO	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.783-1	MÁRCIO FELICIANO	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.458-1	MÁRCIO JOSÉ BALDUINO	04/09/2001	FUNILEIRO
7.307-1	MARCIO ROBERTO SOARES SANTOS	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.510-1	MARCO ANTÔNIO SILVA	01/12/2003	AGENTE OPERACIONAL
10.853-1	MARCONDES WALDEMAR LOPPNOW MOREIRA	20/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.828-1	MARCOS AURELIO NICOMEDES	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.016-1	MARCOS CEZAR ALEXANDRE PIRES	02/12/2002	FISCAL
6.820-2	MARCOS DE SOUZA CORDEIRO	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
5.343-1	MARCOS DOS SANTOS AMARAL	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
94.140-1	MARCOS PAULO SILVEIRA NUNES	14/04/2016	AUX. ADMINISTRATIVO
10.838-1	MARCOS TAVARES DE RAMOS	16/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.316-1	MARGARETE LOPES DE MOURA BEZERRA	04/06/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
6.952-1	MARI APARECIDA RAMOS CAETANO	02/09/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
7.633-1	MARI MARVEL DAMACENO MARCELO FERREIRA	02/02/2004	PROFESSOR
10.580-1	MARIA APARECIDA BEIRA DA SILVA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
5.733-1	MARIA APARECIDA DA SILVA CLAUDINO	08/06/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
3.919-1	MARIA APARECIDA LESSA LOPES PEREIRA	27/03/1996	PROFESSOR
7.266-1	MARIA APARECIDA RAINERTE	19/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
6.658-2	MARIA APARECIDA SILVEIRA DALAGO	14/02/2002	PROFESSOR
10.723-1	MARIA CANDIDO DA SILVA	17/02/1998	PROFESSOR
5.530-2	MARIA CORREIA	01/03/2000	PROFESSOR
3.749-1	MARIA CRISTINA FRARE DE MORAES BERTONHA	15/03/1995	DENTISTA
9.947-1	MARIA DA LUZ MARTINS MACENO	10/02/2003	PROFESSOR
5.022-1	MARIA DAS GRACAS SILVA	11/05/1995	PROFESSOR
7.162-1	MARIA DE FÁTIMA ALVES DE LIMA	01/06/2000	PROFESSOR
7.162-2	MARIA DE FÁTIMA ALVES DE LIMA	10/02/2003	PROFESSOR
7.982-1	MARIA DO PILAR DO PRADO DE FREITAS FRANÇA	18/06/2004	ENFERMEIRO
6.793-1	MARIA DO PILAR MARTINS	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
6.267-1	MARIA DO PILAR TEIXEIRA NASCIMENTO	04/06/2001	EDUCADOR INFANTIL
8.412-2	MARIA DO ROCIO XAVIER SILVA	01/07/2005	PROFESSOR
6.706-2	MARIA DO ROSARIO LIMA MENDES	18/02/2002	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
4.234-1	MARIA FERREIRA DA SILVA LOURENÇO	01/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
4.551-1	MARIA HELENA VIEIRA	01/09/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
10.616-1	MARIA JANETE SANTIAGO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
6.102-1	MARIA JUDITH GIMENES VILLA	04/06/2001	EDUCADOR INFANTIL
8.438-1	MARIA LUCIA LEONARDO DE OLIVEIRA SALINET	01/07/2005	PROFESSOR
8.852-1	MARIA MADALENA CORDEIRO DA SILVA	01/04/2002	PROFESSOR

94.102-1	MARIA MARCIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA	10/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
5.100-4	MARIA NILTA DA SILVA	05/04/1999	PROFESSOR
6.796-1	MARIA SÔNIA TORRES OLIVEIRA	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
3.645-1	MARIA TELLES CASAS	17/08/1993	AUX. DE SERV. GERAIS
6.409-1	MARIA TEREZA DA SILVA	01/08/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
7.113-1	MARIA ZILDOMAR DE LIMA DA SILVA	03/07/2000	PROFESSOR
7.113-2	MARIA ZILDOMAR DE LIMA DA SILVA	10/02/2003	PROFESSOR
10.676-1	MARIANE APARECIDA PETENUSSO	15/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8.855-1	MARIANE MEDUNA	10/02/2003	PROFESSOR
6.358-1	MARIANGELA APARECIDA DOS SANTOS ALVES	02/07/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
4.237-1	MARIBEL DA ROSA FERREIRA BARBOSA	01/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
7.111-2	MARIBEL DO ROCIO LINO	10/02/2003	PROFESSOR
5.156-1	MARIBEL LOPES DOS SANTOS	19/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
10.695-1	MARIEL ANDRIOLI DE SOUZA	08/02/1996	PROFESSOR
10.695-2	MARIEL ANDRIOLI DE SOUZA	17/02/2011	PROFESSOR
10.628-1	MARIELZA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA COELHO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
6.462-1	MARILDA DO ESPIRITO SANTO	01/09/2001	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
7.228-1	MARILDA VEIGA	10/02/2003	PROFESSOR
8.453-1	MARILDA VEIGA SIMONI DA SILVA	07/07/2005	PROFESSOR
5.131-1	MARILENE DOS SANTOS	19/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
6.891-1	MARILENE RIBEIRO VIANA	02/05/2002	AUX. DE ENFERMAGEM
7.264-4	MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO	19/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
8.985-1	MARILEUZA ALVES CONSTANTINO DE FREITAS	01/06/2000	PROFESSOR
4.455-1	MARILI MOREIRA LOPES	08/02/1996	PROFESSOR
4.455-2	MARILI MOREIRA LOPES	11/02/1998	PROFESSOR
7.635-1	MARILI RUTE MENDES CARDOSO	02/02/2004	PROFESSOR
7.636-1	MARÍLIA PRADO FERNANDES	02/02/2004	PROFESSOR
5.308-1	MARILIZE DO ROSARIO RIBEIRO	01/10/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
94.078-1	MARILUCIA CASTRO SENNA	04/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.208-1	MARINALVA GRACES BARBOSA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.737-1	MARINEZ NASCIMENTO	04/03/2002	EDUCADOR INFANTIL
3.375-2	MARISA PINHEIRO	16/09/1991	PROFESSOR
8.439-3	MARISE SERAFIM DE MIRANDA	01/07/2005	PROFESSOR
7.904-1	MARISTELA DE OLIVEIRA MARTINS	01/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
605-1	MARISTELA DO CARMO PEREIRA NEVES	01/03/1984	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.592-1	MARISTELA DO ROCIO BONAFINI RAMOS	02/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.103-1	MARISTELA MAGANHIN RONCHI	04/06/2001	EDUCADOR INFANTIL
10.655-2	MARISTELA PINTO FABIANO	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
6.616-1	MARIZA VOI FREZZATTI	01/02/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.808-1	MARIZE EMMERICH OLIVEIRA SANTOS	04/05/2004	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
7.950-1	MARJA MARIA FAUSTINO SCHMIDT	14/02/2002	PROFESSOR
5.304-1	MARLENE DOS SANTOS MARTINS	01/10/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
4.487-1	MARLI FABRIN	19/03/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
7.275-2	MARLI RAINERTE BONALDI	01/03/2000	PROFESSOR
7.275-3	MARLI RAINERTE BONALDI	10/02/2003	PROFESSOR
4.639-1	MARTA GOMES DE MENDONÇA BARBOSA	26/01/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
10.478-1	MAURÍCIO DO ROSÁRIO ASSUNÇÃO	18/11/2010	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.052-1	MAURÍCIO LUIS TIBILLETTI DA SILVA	01/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.807-1	MAURÍCIO VARGAS FELIN	04/05/2004	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
4.238-1	MAURO ARAÚJO DOS SANTOS	04/08/1997	PEDREIRO
5.358-1	MAURO JOSÉ COELHO PINTO	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.902-1	MAYARA ALVES	01/06/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
6.755-2	MEIRE APARECIDA XAVIER DO NASCIMENTO	01/03/2002	PROFESSOR
6.295-1	MELISSA RUSSI MACHADO	04/06/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
7.233-1	MELLYNA VASSÃO	10/02/2003	PROFESSOR
10.531-1	MICHEL LUIZ BEZERRA LAUREANO	10/01/2011	MOTORISTA
5.212-1	MICHEL MACHADO SERAFIM	01/05/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.043-1	MICHELE CRISTINA LEANDRO DO ROSÁRIO VIEIRA DE MELLO	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.567-1	MICHELE DA VEIGA AMÉRICO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.415-3	MICHELE DANIELLE DOS SANTOS	01/08/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
4.858-2	MICHELE LEITE DE FARIAS MOURA FERRO	11/03/1999	PSICOLOGO
9.388-1	MICHELE MENDES DOS SANTOS	14/02/2002	PROFESSOR
10.665-1	MICHELE MORAIS DA SILVA ALVES	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.083-2	MICHELLE ANASTÁCIO DA SILVA MIRANDA	04/05/2001	AUX. ADMINISTRATIVO
93.938-1	MICHELLE SUZANA DE ALMEIDA GABANI	10/02/2016	PSICOLOGO
7.949-1	MIDIÃ DE OLIVEIRA FELTZ	08/02/1996	PROFESSOR
2.300-1	MIRALVA MARIA DOS SANTOS	16/06/1987	AUX. ADMINISTRATIVO
4.447-1	MIRIAM PEREIRA FARIAS CALISTO	02/03/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
1.872-2	MIRIAN CARLA DA SILVA	16/04/1985	AUX. ADMINISTRATIVO
7.701-2	MÍRIAN GOMES DE SOUZA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.207-1	MIRIAN MARTINIANO DOS SANTOS VEIGA	03/05/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
10.532-1	MISAEL HONORATO PINTO	18/01/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.511-1	MIZAEL MIRANDA CARDOSO	01/12/2003	AGENTE OPERACIONAL
5.130-1	MÔNICA DO CARMO PEREIRA NEVES	19/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
8.414-1	MÔNICA MOGHRABI MARINHO NORATO	10/02/2003	PROFESSOR
8.414-2	MÔNICA MOGHRABI MARINHO NORATO	01/07/2005	PROFESSOR
4.809-1	MURICI DA SILVA FERREIRA	08/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
4.388-1	NADJA PEREIRA DOS SANTOS	10/11/1997	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
4.340-1	NAIR APARECIDA PEREIRA FERREIRA	18/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
7.067-1	NAIR RAMOS RAINERTE	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.972-1	NATANAEL ALVES LIMA	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.329-1	NEIF AHMAD EL LADEN	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.097-3	NEIFI LADEN	04/06/2001	EDUCADOR INFANTIL
6.651-1	NELCI SILVA MOREIRA	11/02/1998	PROFESSOR
6.651-2	NELCI SILVA MOREIRA	14/02/2002	PROFESSOR
9.231-1	NELMA MACHADO	01/03/2000	PROFESSOR
10.692-2	NELSON HARUO YAMAGUTI	17/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7.040-1	NELSON JOSE DOS SANTOS	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.404-1	NELSON PEREIRA DA CUNHA NETO	01/07/2003	AUXILIAR DE LABORATÓRIO

5.324-1	NEREUSI GOMES	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
8.870-1	NERLI MACHADO	01/03/2000	PROFESSOR
7.865-1	NEUZA DOS SANTOS	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
7.984-1	NEUZA MARIA BUENO DE FREITAS BITTENCOURT MARTINS	18/06/2004	ENFERMEIRO
3.285-1	NEUZA MARIA GONÇALVES MAIA	01/06/1986	PROFESSOR
7.078-1	NEUZA SILVA DE LIMA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
9.849-1	NEUZIMARI DE FARIAS	01/04/2002	PROFESSOR
94.104-1	NILSON JOSÉ JULIÃO MIRANDA	08/03/2016	AUX. ADMINISTRATIVO
6.973-1	NILSON MIRANDA DOS SANTOS	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.341-1	NILTON DOS SANTOS ALVES	25/08/1997	LUBRIFICADOR
5.539-2	NIRLENE MODESTO DOS SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
93.882-1	NISLENE ESTEVO PEREIRA FERREIRA	18/01/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
6.317-1	NOEL VIANA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
93.987-1	NOELI NUNES NERI	18/02/2016	EDUCADOR SOCIAL
9.232-1	NOEMI DE OLIVEIRA LACERDA	01/03/2000	PROFESSOR
7.457-1	NOEMIA DO ROCIO DO PRADO POLETI	04/08/2003	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
4.176-1	NOIR PEREIRA	01/08/1997	AGENTE OPERACIONAL
1.500-1	ODAIR BARBOSA	20/02/1984	AGENTE OPERACIONAL
2.087-1	ODAIR FREIRE BISPO	26/06/1986	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
4.984-1	ODAIR ONORIO	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.058-1	ODAMIR MEIRA JUNIOR	12/03/2001	PSICOLOGO
94.119-1	ONIZETE INÁCIO CARVALHO	17/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
2.392-1	OSIRES CORDEIRO	25/08/1987	AGENTE OPERACIONAL
7.674-1	OSMAR CHAGAS DE OLIVEIRA FILHO	01/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.315-1	OSVALDIR ALVES	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.632-1	OZIEL RODRIGUES MARTINS	03/04/2000	MOTORISTA
8.874-1	PATRICIA BORGES PALENSKE DA SILVA	10/02/2003	PROFESSOR
9.914-2	PATRICIA DE FREITAS LOPES	05/01/2016	ASSISTENTE SOCIAL
7.893-1	PATRICIA DOS SANTOS ALVES GARCIA	01/06/2004	NUTRICIONISTA
5.810-1	PATRICIA MUZETTI VIANNA SCACALOSSI	03/07/2000	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
4.514-1	PATRICIA ROSINA MARCELINO	22/04/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.399-2	PATRICIA TRAVENSOLI ZOLDAN	01/07/2003	TÉCNICO DE LABORATÓRIO
8.019-1	PATRICIA VIEIRA ALVES	01/06/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
10.621-1	PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
7.892-1	PAULA DOS SANTOS TAVELLA SIMAS	01/06/2004	ASSISTENTE SOCIAL
6.269-1	PAULA KREFT CALDAS	04/06/2001	DENTISTA
1.860-1	PAULO CHARBUB FARAH	01/04/1985	PROCURADOR MUNICIPAL
5.785-1	PAULO GUSTAVO MARTINS HACKBARTH	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.055-2	PAULO SERGIO MACEDO	01/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.726-1	PEDRO LUIS CANDIDO DA COSTA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.786-1	PEDRO PAULINO FUKAMI	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.740-1	PEDRO RODRIGUES DE AVELINO	08/03/1999	OPERADOR DE MAQUINA
7.762-1	PETER ANDERSON PAULINO OLLEROS	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
1.668-1	PLACIDO MIRANDA NETO	26/05/1983	ARTÍFICE
6.727-1	PRISCILA DANIELLE RIBEIRO	14/02/2002	PROFESSOR
8.475-1	PRISCILA MARTINS DA GRAÇA FLAVIO	08/08/2005	PROFESSOR
93.872-1	PRISCILA RODRIGUES DA SILVA KREUTZER	14/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
6.834-1	PRISCILLA GONÇALVES PEREIRA	01/04/2002	AUX. DE ENFERMAGEM
93.883-1	PRISCILLA ROQUE	19/01/2016	EDUCADOR SOCIAL
7.044-1	QUEILA FLIZIKOWSKI	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
10.794-1	RAFAEL DE FREITAS MACENO	10/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.789-1	RAFAEL LACERDA NASCIMENTO	10/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.650-1	RAFAELE GONÇALVES DA COSTA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
8.415-1	RAFAELLA POTIRALA CARNEIRO LOBO VILARINHO	10/03/1999	PROFESSOR
8.415-2	RAFAELLA POTIRALA CARNEIRO LOBO VILARINHO	01/07/2005	PROFESSOR
4.490-1	REGINA DA VEIGA RAYNERTE SILVA	02/04/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
5.413-1	REGINA FANINI GERVASI	15/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.391-4	REGINALDO ASSUNÇÃO	01/07/2010	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
6.942-1	REINALDO MACHADO DA SILVA	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.795-1	REJANE MARY LISBOA	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
5.271-1	REJANE STIVAL PEDRONI	01/07/1999	PSICOLOGO
9.239-1	RENATA LOPES DOS SANTOS	01/07/2005	PROFESSOR
7.700-1	RENATA LOPES FARIAS	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.343-1	RICARDO AGOSTINHO PEREIRA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
6.056-1	RICARDO DE ARAÚJO MIRANDA	01/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.347-1	RICARDO DE PAULA MARTINS	25/08/1997	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA
7.367-1	RICARDO FEITOSA ANTUNES	01/07/2003	ARQUITETO
6.325-1	RICARDO FERNANDO BARBOSA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
4.212-1	RICARDO PEREIRA	01/08/1997	ARTÍFICE
6.566-1	RICHARLISSON NUNES PEREIRA	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
3.806-1	RITA DE CACIA DOS SANTOS	03/05/1995	PROFESSOR
2.394-1	RITA DE CASSIA DA SILVA SOARES	12/08/1987	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.025-2	RITA DE CASSIA PIMENTEL	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
8.527-1	RITA DE KASSIA NANAMI ABE	08/03/2006	ARQUITETO
8.884-1	ROBERTA DO ROSÁRIO GONÇALVES	01/07/2005	PROFESSOR
6.012-1	ROBERTA PAIVA VIEITES DE BARROS	02/02/2001	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
7.553-1	ROBERTO DE ALMEIDA ALEXANDRE	02/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
4.954-1	ROBERTO LISBOA DOS SANTOS	09/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.816-1	ROBERTO SANTOS BAKA	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
394-1	ROBERTO SANTOS DA SILVA	13/12/1983	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
94.093-1	RODOLFO LUCAS GARCIA	01/03/2016	ENGENHEIRO DE SEG. DO TRABALHO
5.397-1	RODRIGO LOURENÇO DO NASCIMENTO	03/01/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
10.781-1	ROGÉRIO AUGUSTO LEANDRO PAIXÃO	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.307-2	RONALD SILVA GONÇALVES	01/10/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
5.800-1	RONALDO ADRIANO GRANZA ROSA	03/07/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
93.939-1	RONALDO ALVES DOS SANTOS	11/02/2016	EDUCADOR SOCIAL
4.933-1	RONALDO LACERDA DE OLIVEIRA	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
395-1	RONALDO RUIZ SOARES	24/04/1980	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.063-1	ROSA ALVES MATOZO DA SILVA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS

4.552-1	ROSA DE ANDRADE PORTO	01/09/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
6.024-1	ROSA MARIA DE OLIVEIRA	01/02/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
7.055-1	ROSALINA APARECIDA DA SILVA HIPÓLITO	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
4.492-1	ROSALINA DA SILVA PIOLI	17/03/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
10.600-2	ROSANA ALVES	01/02/2011	PROFESSOR
7.267-1	ROSANA LEANDRO DA SILVA	19/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
5.543-1	ROSANA VELLOSO	08/02/1996	PROFESSOR
5.543-3	ROSANA VELLOSO	01/03/2000	PROFESSOR
8.888-1	ROSANE DOS SANTOS FRANDJI	01/03/2000	PROFESSOR
94.107-1	ROSANE MARIA FERREIRA DOS SANTOS	16/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
9.859-1	ROSANE POLETTI KIRCHHOFF	01/04/2002	PROFESSOR
10.670-1	ROSANGELA APARECIDA DA SILVA	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.832-1	ROSÂNGELA APARECIDA FERNANDES	06/06/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.623-2	ROSÂNGELA APARECIDA SIZANOSKI	08/03/2000	PROFESSOR
9.243-1	ROSÂNGELA ARZÃO SOUZA	10/02/2003	PROFESSOR
3.145-1	ROSANGELA CALADO XAVIER	01/03/1984	AUX. ADMINISTRATIVO
2.645-1	ROSE MARI MENDES DOS SANTOS	14/03/1988	AUX. ADMINISTRATIVO
7.844-2	ROSE MARIA DE FREITAS ALVES	04/05/2004	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
6.804-1	ROSECLE DE FÁTIMA PEREIRA DE SOUZA	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
5.003-1	ROSELI DE OLIVEIRA LOPES	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
7.365-2	ROSELI DOS SANTOS	01/07/2003	ASSISTENTE SOCIAL
1.888-1	ROSELI FERNANDES CARVALHO DOS SANTOS	03/06/1985	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.017-1	ROSELI SILVA GONÇALVES	11/12/2002	FISCAL
10.607-1	ROSELI VIEIRA ALVES DE MELO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
4.497-1	ROSEMARA RIBEIRO	13/04/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
4.498-1	ROSEMARY MENDES BRAGA DOS SANTOS	13/04/1998	AUX. DE SERV. GERAIS
10.950-1	ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENÂNCIO MARTINS	18/06/2004	PROFESSOR
3.251-1	ROSI MIRANDA DA SILVA	27/06/1989	AUX. DE SERV. GERAIS
2.209-1	ROSIANA DO ROCIO PEREIRA PESCH	22/04/1987	AUX. ADMINISTRATIVO
5.153-1	ROSIANE KREUTZER DE PAULA	22/04/1999	AUX. ADMINISTRATIVO
6.753-1	ROSIANE TARRAM BITTENCOURT	23/03/1999	PROFESSOR
6.753-2	ROSIANE TARRAM BITTENCOURT	01/03/2002	PROFESSOR
8.892-1	ROSIANE TRIGO NEMETZ	08/02/1996	PROFESSOR
8.417-1	ROSIDETE MARONITTI PEREIRA	19/04/1995	PROFESSOR
8.417-2	ROSIDETE MARONITTI PEREIRA	01/07/2005	PROFESSOR
7.049-1	ROSILENE DOMINGUES	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
7.085-1	ROSILENE KORSANKE	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.976-1	ROSIMEIRE CORREIA DA SILVA	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
3.636-1	ROSIMERE CEZAR DE ARAUJO DO CARMO	17/08/1993	PROFESSOR
10.782-1	RUAN DE PAULA PEREIRA	30/05/2011	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.209-2	RUBENS JOSE DOS SANTOS FRANCA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
11.129-3	RUBIA GABRIELLE MATTE CARVALHO	25/01/2016	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
9.246-1	RUTH HELENA MENDES DA SILVA	10/02/2003	PROFESSOR
2.357-1	SAMIR VARASGUINI	17/07/1987	AUX. ADMINISTRATIVO
93.893-1	SAMUEL ALVES VELOMI	29/01/2016	LAVADOR DE AUTOMÓVEIS
5.789-1	SAMUEL DAMACENO NUNES	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.703-1	SANDRA CÂNDIDA PONIWASS PAZINATTO	21/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
9.895-1	SANDRA DA SILVA CLARO	14/02/2002	PROFESSOR
10.718-1	SANDRA DE FREITAS DOMINGOS	28/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.957-1	SANDRA JOSE VELLOZO	15/02/1996	PROFESSOR
10.648-1	SANDRA MARA DA SILVA GONÇALVES TRANCOSO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.819-1	SANDRA MARA DOS SANTOS	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
7.737-2	SANDRA MARA SOUZA	06/04/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
7.362-1	SANDRA MIRE DO PRADO	01/07/2003	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7.637-1	SANDRA MUTSUMI TSUIKI	31/03/1999	PROFESSOR
7.637-2	SANDRA MUTSUMI TSUIKI	02/02/2004	PROFESSOR
6.543-5	SANDRA REGINA DAS NEVES	17/12/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
7.318-1	SANDRO JOSÉ DOS SANTOS ROCHA	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
1.068-1	SANTINA FERREIRA FERNANDES	14/08/1982	AUX. DE SERV. GERAIS
7.107-1	SARITA DOS SANTOS SILVA	10/03/1995	PROFESSOR
7.401-1	SARITA TEREZINHA MACHADO	01/07/2003	ENGENHEIRO SANITARISTA
1.726-1	SAULO DA SILVA ROSA	04/03/1982	ENCARREGADO DE TURMA
9.248-1	SCHEILA MARY DOS SANTOS	02/02/2004	PROFESSOR
5.551-2	SELMA MODESTO LEANDRO	01/03/2000	PROFESSOR
10.639-1	SELMA NUNES CORDEIRO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
9.396-1	SELMA PEREIRA	01/07/2005	PROFESSOR
6.544-3	SERGIO LUIZ DA ROCHA	17/12/2001	AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL
1.231-1	SERGIO LUIZ RODRIGUES	09/06/1981	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
10.684-1	SÉRGIO RENATO DINIZ	15/02/2011	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
4.410-1	SHEILA DA ROSA MARIA	12/01/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
6.978-1	SIDINEI CRISTIANO DOMINGUES	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.906-1	SIDINEI GODOI MACHADO	01/07/2002	MARINHEIRO DE CONVÉS
7.227-1	SILANE DA SILVA DA CONCEICAO	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.210-1	SILDO DA SILVA	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
7.156-1	SILVANA COSTA DE SOUZA	10/02/2003	PROFESSOR
7.295-1	SILVANA COZER DE PINA	03/03/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
9.252-1	SILVANA MARTINS DE FELIX	01/07/2005	PROFESSOR
94.148-1	SILVANA MENDES HENRIQUE VICTAL	05/05/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.032-1	SILVANE OLIVEIRA DA COSTA	10/02/2003	EDUCADOR INFANTIL
8.898-1	SILVANE PÔNCIO	10/02/2003	PROFESSOR
6.339-1	SILVIA MARA BRUDECK	04/06/2001	EDUCADOR INFANTIL
8.899-1	SILVIA MARIA HAINOCZ	14/02/2002	PROFESSOR
7.615-1	SILVIA MATEUS FERREIRA	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
8.900-1	SILVIA MENDES DO CARMO	26/04/1999	PROFESSOR
6.485-1	SILVIA NASCIMENTO SANTOS DO ROSARIO	10/10/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
7.823-1	SILVIA PORTELA DA SILVA	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
5.740-2	SILVIA RANGEL MENDES	12/06/2000	PROFESSOR
4.411-1	SILVIA SANTOS NEVES	07/01/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
7.938-3	SILVIO CESAR LOYOLA	02/06/2004	ENGENHEIRO CIVIL

6.654-1	SIMONE BOZZA HERNANDES	01/03/2000	PROFESSOR
7.164-1	SIMONE DO ROCIO DO CARMO RIBEIRO	10/02/2003	PROFESSOR
9.847-2	SIMONE FATIMA NEGREIROS	01/03/2000	PROFESSOR
10.572-1	SIMONE FERNANDES KIRCHHOFF	11/02/2011	PROFESSOR
7.768-1	SIMONE RAINERTE	01/04/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
7.102-1	SINARA DA SILVA ALVES	01/03/2000	PROFESSOR
7.102-2	SINARA DA SILVA ALVES	10/02/2003	PROFESSOR
7.206-1	SIRLENE AMORIM ADAO	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
6.836-1	SIRLENE GUTH WECK	01/04/2002	AUX. DE ENFERMAGEM
5.113-1	SIRLENE RODRIGUES	19/04/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
3.888-1	SIRLENE TEREZINHA KEPS GOMES	14/02/1996	PROFESSOR
7.202-1	SOELENE FERNANDES DA CRUZ	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
9.256-1	SOLANGE REGINA MARTINS MELCHIOR DA SILVA	12/03/2002	PROFESSOR
6.822-2	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	01/04/2002	AUX. ADMINISTRATIVO
5.191-1	SÔNIA APARECIDA MACHADO	10/05/1999	AGENTE OPERACIONAL
5.635-1	SÔNIA DO ROCIO GERALDO GRUBE	03/04/2000	AUX. DE SERV. GERAIS
7.077-1	SONIA MARIA AMÉRICO DE SOUZA	10/02/2003	AUX. DE SERV. GERAIS
10.662-2	SONIA MARIA DA VEIGA SANTOS	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
7.833-1	SÔNIA REGINA CURVELO	04/05/2004	AUX. DE ENFERMAGEM
3.581-2	SONIA REGINA VALENTIM	01/03/1993	PROFESSOR
7.263-1	SORAIA SANTOS DE CAMPOS MAURICIO	19/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
6.739-2	SUELI ALVES RODRIGUES GEARA	04/03/2002	EDUCADOR INFANTIL
10.570-2	SUELI MACENO DE SANT ANNA	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
1.089-1	SUELI YOSHIKO UYETAQUI XAVIER	27/05/1980	PROFESSOR
5.760-1	SUELLEN PAZINATTO CRUZ DE ARAUJO	03/07/2000	PROFESSOR
7.937-2	SUZANE CRISTINE RIBEIRO CICARELLO	21/06/2004	JORNALISTA
10.717-2	SUZANNE DOFFE SOTTA MACHADO	04/03/2011	PROFESSOR
7.946-2	SUZANNE MARTINS DE MORAES	18/06/2004	PROFESSOR
94.088-1	TACIR SOUZA DOS SANTOS LUNAS	25/02/2016	AGENTE OPERACIONAL
6.797-1	TÂNIA APARECIDA FERREIRA CARDOSO	01/04/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
6.904-1	TANIA REGINA DA SILVA	02/07/2002	CONTADOR
10.641-1	TATIANA ALVES PINHEIRO	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
5.731-1	TATIANA COSTA PINTO PASSOS	06/06/2000	PROFESSOR
6.465-1	TATIANA CRISTINA VIANA SANTANA	01/09/2001	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO
8.567-1	TATIANA DOS SANTOS ALEXANDRE	01/06/2006	TERAPEUTA OCUPACIONAL
10.593-1	TATIANA MARTINS DO NASCIMENTO DOS SANTOS	01/02/2011	PROFESSOR
8.476-1	TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO	08/08/2005	PROFESSOR
9.892-1	TATIANE DELFINO LOBO	01/04/2002	PROFESSOR
8.536-1	TATIANE DO ROSARIO DOS SANTOS PEREIRA	01/03/2000	PROFESSOR
7.876-1	TATIANE FATIMA DE SOUZA PAVESI	04/05/2004	EDUCADOR INFANTIL
8.906-1	TATIANE GONÇALVES DA SILVA CÂNDIDO	01/07/1999	PROFESSOR
10.638-1	TATIANE NUNES CORDEIRO	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
10.715-1	TATIANE OLIVEIRA BARBOSA	01/03/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
3.732-2	TEREZINHA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA DE ASSUNCAO	22/03/1995	PROFESSOR
7.182-2	TEREZINHA DO ROCIO DAMASCENO FREIRE	10/02/2003	PROFESSOR
4.354-1	TEREZINHA KOSSMANN DE FREITAS	15/08/1997	AUX. DE SERV. GERAIS
7.180-1	THAIS CORREA NASCIMENTO FERREIRA	03/04/2000	PROFESSOR
7.180-2	THAIS CORREA NASCIMENTO FERREIRA	10/02/2003	PROFESSOR
10.848-1	THAIS LUIZA DA SILVA NATEL PEREIRA	13/06/2011	EDUCADOR INFANTIL
6.582-1	TONI EMERSON GRANZA DA SILVA	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.642-1	VALDECIR ROSA LIMA	23/03/1999	PROFESSOR
7.642-2	VALDECIR ROSA LIMA	02/02/2004	PROFESSOR
7.931-1	VALDEIR DE LIMA BUENO	18/06/2004	ENCANADOR
90.624-1	VALDELICE DE OLIVEIRA SOUZA	01/12/1983	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
8.454-1	VALDELUCIA MATIAS DA SILVA	01/03/2000	PROFESSOR
8.454-2	VALDELUCIA MATIAS DA SILVA	07/07/2005	PROFESSOR
5.741-1	VALDENICE DA SILVA MATOZO	08/06/2000	AUX. DE SERV. GERAIS
4.907-1	VALDENIR CORDEIRO ALVES	15/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.212-3	VALDENIR RODRIGUES	04/06/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.560-1	VALDIRENE NAGEL VAZ DOS SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
94.076-1	VALERIA COSTA MENDES	04/03/2016	AUX. DE SERV. GERAIS
7.034-1	VALERIA PEREIRA DOS SANTOS	10/02/2003	AUX. ADMINISTRATIVO
3.760-1	VALMIR MENDES	13/03/1995	AUXILIAR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
4.861-1	VALNEI BARROS DA ROSA	11/03/1999	ENFERMEIRO
94.122-1	VALTAIR FERNANDES JUNIOR	28/03/2016	ECONOMISTA
7.179-1	VANDECY SILVA DUTRA	01/03/2000	PROFESSOR
7.179-2	VANDECY SILVA DUTRA	10/02/2003	PROFESSOR
5.718-1	VANDERLEIA LOURENÇO ALVES	01/06/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
4.442-1	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	02/03/1998	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
9.260-1	VANESSA DE OLIVEIRA CUCH HERMENEGILDO	14/02/2002	PROFESSOR
7.644-1	VANESSA JOHNSSON PEREIRA	02/02/2004	PROFESSOR
10.555-1	VANESSA MOREIRA COSTA ROSA	11/02/2011	PROFESSOR
10.657-3	VANESSA TURCHETI DA COSTA LEITE	01/02/2011	PROF. PEDAG. COORDENADOR
10.771-1	VANIA DE FÁTIMA GOMES	06/05/2011	ENFERMEIRO
5.419-2	VANIA GOMES MODESTO	03/01/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
12.448-1	VANIA LUCIA BATISTA DE SOUZA	01/03/2000	PROFESSOR
8.914-1	VANILZA DO ROSARIO GONCALVES	01/03/2000	PROFESSOR
6.184-1	VANIZA BARBOZA ZAGUE	04/06/2001	AUX. DE ENFERMAGEM
7.181-1	VERA ELIS MENDES	01/03/2000	PROFESSOR
7.181-2	VERA ELIS MENDES	10/02/2003	PROFESSOR
5.565-2	VERA LIZ SILVERIO DOS SANTOS	01/03/2000	PROFESSOR
5.639-1	VERA LUCIA ALVES DA SILVA	03/04/2000	AUX. DE SERV. GERAIS
7.185-2	VERA LUCIA ALVES LAURIANO	10/02/2003	PROFESSOR
4.640-1	VERA LUCIA CUNHA NASCIMENTO RAGAZZOM	26/01/1999	AUX. DE SERV. GERAIS
6.605-1	VERA LUCIA DA SILVA PEREIRA	01/02/2002	CONTADOR
7.006-1	VERA LUCIA DE OLIVEIRA ANDRIOLI	12/11/2002	AUX. DE SERV. GERAIS
9.898-1	VERA LUCIA MENEGHETTI	14/02/2002	PROFESSOR
10.556-1	VERA LÚCIA OLOS KLECHOVICZ	01/02/2011	PROF. PEDAG. ORIENTADOR
8.915-1	VERA RENATA PINHEIRO HENRIQUE	01/03/2000	PROFESSOR

6.427-1	VEREDIANE CÍCERA FARIA CORREIA	13/08/2001	AUXILIAR DE LABORATÓRIO
5.036-1	VEREDIANE DE FREITAS PEREIRA GONCALVES	23/03/1999	PROFESSOR
5.084-1	VICENTE SILVA PIOLI	22/03/1999	MOTORISTA
5.056-1	VIDAL BORGES ANTONIO	22/03/1999	AGENTE OPERACIONAL
6.263-3	VILMARA SCREMIN	04/06/2001	AUX. DE SERV. GERAIS
6.704-1	VIVIAN REGIA VALE DE OLIVEIRA	01/03/2000	PROFESSOR
6.704-2	VIVIAN REGIA VALE DE OLIVEIRA	14/02/2002	PROFESSOR
7.616-1	VIVIANE DO ROCIO MARCONDES COSTA	02/02/2004	AUX. DE SERV. GERAIS
10.637-1	VIVIANE KEIKO KOZURU	01/02/2011	EDUCADOR INFANTIL
5.805-1	WAGNER DO NASCIMENTO RIBEIRO MARTINS	03/07/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
6.090-1	WAGNER FANINI	04/06/2001	TÉC. SEG. DO TRABALHO
6.944-1	WAGNER LUIZ CORDEIRO DE FRANÇA	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.415-1	WAGNER LUIZ GONCALVES NUNES	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.945-1	WAGNER TAVARES DA SILVA	02/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.089-2	WALDIRENE CHRISTINE ALMEIDA	10/02/2003	PROFESSOR
6.518-1	WALGIR CORDEIRO	04/12/2001	AGENTE OPERACIONAL
5.692-1	WANELY CRISTINE TIBILETE RODRIGUES	02/05/2000	AUX. ADMINISTRATIVO
7.765-1	WELLINGTON FREITAS DA SILVA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
7.699-2	WELLINGTON HONORATO DA SILVA	01/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.568-1	WELLINGTON LUIZ PINHEIRO ADAMS	14/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
10.829-2	WESLEY WAGNER VERSÃO	04/03/2016	AGENTE OPERACIONAL
7.868-3	WILLIAM CARDOSO	04/05/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
7.416-1	WILLIAM JOSE FREITAS DA ROCHA	01/07/2003	ENGENHEIRO CIVIL
5.793-1	WILLIAN VETTER MEDINA	03/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
6.526-1	WILSON BARROSO DA SILVA	04/12/2001	AGENTE OPERACIONAL
7.456-1	WILSON EUGÊNIO GOMES DE MORAES	04/08/2003	DENTISTA
6.435-2	WILSON ROBERTO DE ARAUJO	01/08/2001	ENCARREGADO DE PRE MOLDADOS
5.363-1	WILSON VITALINO ANTÔNIO	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
5.237-2	WLADIMIR GONÇALVES FREIXO	01/06/1999	ENCARREGADO DE TURMA
4.244-1	YONÁ TAYZE SANTOS	01/08/1997	ENFERMEIRO
8.374-1	ZELI SILVEIRA	01/04/2005	ENFERMEIRO
7.736-1	ZÉLIA ZACARIAS	01/04/2004	AUX. ADMINISTRATIVO
2.489-1	ZENILDA SOUZA COSTA CRUZ	11/11/1987	TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO
3.651-1	ZULEIDE DA SILVA GONÇALVES	17/08/1993	AUX. DE SERV. GERAIS

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6D4ACF5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

. **REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026**	. **PROTOCOLO Nº 4.525/2026**
. **DATA: 29 DE ABRIL DE 2026**	. **VALIDADE DA ATA: 12 MESES**

•

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 015/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

•

•

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

•

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter),** insumos, materiais e mão de obra, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

•

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

•

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

•

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

•

01 – ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

02 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Saúde

•

03 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Segurança

•

04 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Urbanismo

•

05 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

06 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

•

07 – ÓRGÃO/ENTIDADE Procuradoria Geral do Município

•

08 – ÓRGÃO/ENTIDADE Gabinete da Vice-prefeita

•

09 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Governo

•

10 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

11 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

12 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Planejamento

•

13 – ÓRGÃO/ENTIDADE Controladoria Geral do Município

•

14 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Ilha dos Valadares (interino)

•

15 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

16 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

•

17 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

18 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Inclusão

•

19 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal do Trabalho e Inovação

•

20 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento

•

21 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Fiscalização

•

das Concessões e Contratos

•

22 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

23 – ÓRGÃO/ENTIDADE Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP)

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

LOTES 08, 09 e 11 – adjudicado para DENTECK LTDA, CNPJ 11.319.557/0003-78, AVENIDA SIDNEY GIRÃO, Nº 230, KM 17/5 – BERNECK, MUNDO NOVO/MS CEP: 79980-000 E-MAIL: licitacao@denteck.com.br, TELEFONE Nº (51) 99241-0235, representado por PAULO RICARDO ARTUS, RG 7080708857, CPF 014.077.720-23, REPRESENTANTE LEGAL, conforme quadro a seguir:

•

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
8	65510	AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UNIDADE	75	AGRATTO LIV-LCST9FI-02I/LIV-LCST9FE-02I	R$ 2.234,00	R$ 167.550,00
9	65511	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UNIDADE	75	AGRATTO LIV-LCST12FI-02I/LIV-LCST12FE-02I	R$ 2.373,00	R$ 177.975,00
11	65513	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UNIDADE	60	AGRATTO LIV-LCS24FI-02I/LIV-LCS24FE-02I	R$ 4.096,00	R$ 245.760,00
Valor Total						**R$ 591.285,00**	

•

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da Transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

•

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

•

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

•

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

•

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

•

10.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

•

10.2. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

•

13.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

•

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

•

15.1. O Pregão Eletrônico nº 015/2026 é realizado pela Pregoeira Luciane Chiarelli Magalhães, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

•

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

. **THIAGO CASAS DO NASCIMENTO** . Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral	.	. **FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** . Secretário Municipal de Segurança
. **JOSÉ REIS DE FREITAS NETO** . Secretário Municipal de Cultura e Turismo	.	. **MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** . Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvim. Rural e Pesca
. **THIAGO THEMANSKI CAMPOS** . Secretário Municipal de Governo	.	. **DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** . Secretário Municipal de Saúde
. **JOÃO PAULO DO PRADO DE CASTILHO PEREIRA** . Secretário Mun. de Urbanismo-Interino	.	. **TIAGO FONTES CESAR LEAL** . Procurador Geral do Município
.	.	. **CHRISTIANARA SANTOS ROSA** . Secretária Municipal de Serviços Urbanos
. **VANIA PESSOA RODRIGUES FOES** . Secretária Municipal de Planejamento	.	. **RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** . Controlador Geral do Município .
.	.	.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA . Secretário Municipal de Esportes e Juventude		**EDUARDO FELIPE MIRANDA** . Secretário Municipal de Obras Públicas .

. **CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA** . Secretário Mun do Trabalho e Inovação	.	. **CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** . Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial

. **LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA** . Secretário Municipal da Ilha dos Valadares	.	. **CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** . Secretário Municipal de Administração

. **ISABELLE CRISTINA DO ROSÁRIO DIAS MEDUNA** . Secretária Municipal de Inclusão	.	. **VERÔNICA MARODIM MARQUES** . Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento

. **ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA** . Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos	.	. **LEONICE LARA LACERDA** . Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

. **WILSON EUGÊNIO G. DE MORAES** . Diretor da Fundação de Assist. à Saúde de Paranaguá (FASP)	.	. **DENTECK LTDA** . Paulo Ricardo Artus

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:599C0095

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA ME

•

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

. **REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026**	. **PROTOCOLO Nº 4.525/2026**
. **DATA: 29 DE ABRIL DE 2026**	. **VALIDADE DA ATA: 12 MESES**

•

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 015/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

•

•

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

•

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter),** insumos, materiais e mão de obra, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

•

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

•

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

•

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

•

01 – ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

02 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Saúde

•

03 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Segurança

•

04 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Urbanismo

•

05 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

06 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

•

07 – ÓRGÃO/ENTIDADE Procuradoria Geral do Município

•

08 – ÓRGÃO/ENTIDADE Gabinete da Vice-prefeita

•

09 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Governo

•

10 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

11 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

12 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Planejamento

•

13 – ÓRGÃO/ENTIDADE Controladoria Geral do Município

•

14 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Ilha dos Valadares (interino)

•

15 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

16 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

•

17 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

18 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Inclusão

•

19 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal do Trabalho e Inovação

•

20 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento

•

21 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Fiscalização

•

das Concessões e Contratos

•

22 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

23 – ÓRGÃO/ENTIDADE Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP)

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

LOTE 01 – adjudicado para COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA ME, CNPJ 06.165.903/0001-09, RUA SANTO DE MARCO, Nº 533, SALA 2 – CENTRO, IRACEMINHA/SC CEP: 89891-000 E-MAIL: prefeitojean15@gmail.com, TELEFONE Nº (49) 99832-1522, representado por JEAN CARLOS NYLAND, RG 4479638, CPF 057.328.809-910, REPRESENTANTE LEGAL, conforme quadro a seguir:

•

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
10	65512	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UNIDADE	60	PHILCO PAC18FB	R$ 3.344,00	R$ 200.640,00
Valor Total						**R$ 200.640,00**	

•

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da Transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

•

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

•

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

•

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

•

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

•

10.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

•

10.2. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

•

13.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

•

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

•

15.1. O Pregão Eletrônico nº 015/2026 é realizado pela Pregoeira Luciane Chiarelli Magalhães, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

•

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

. **THIAGO CASAS DO NASCIMENTO** . Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral	.	. **FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** . Secretário Municipal de Segurança
. **JOSÉ REIS DE FREITAS NETO** . Secretário Municipal de Cultura e Turismo	.	. **MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** . Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvim. Rural e Pesca
. **THIAGO THEMANSKI CAMPOS** . Secretário Municipal de Governo	.	. **DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** . Secretário Municipal de Saúde
. **JOÃO PAULO DO PRADO DE CASTILHO PEREIRA** . Secretário Mun. de Urbanismo-Interino	.	. **TIAGO FONTES CESAR LEAL** . Procurador Geral do Município
.	.	. **CHRISTIANARA SANTOS ROSA** . Secretária Municipal de Serviços Urbanos
. **VANIA PESSOA RODRIGUES FOES** . Secretária Municipal de Planejamento	.	. **RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** . Controlador Geral do Município .

JOSÉ MIGUEL PEREIRA Secretário Municipal de Esportes e Juventude		**EDUARDO FELIPE MIRANDA** Secretário Municipal de Obras Públicas
CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA Secretário Mun do Trabalho e Inovação		**CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial
LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA Secretário Municipal da Ilha dos Valadares		**CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** Secretário Municipal de Administração
ISABELLE CRISTINA DO ROSÁRIO DIAS MEDUNA Secretária Municipal de Inclusão		**VERÔNICA MARODIM MARQUES** Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento
ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		**LEONICE LARA LACERDA** Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária
WILSON EUGÊNIO G. DE MORAES Diretor da Fundação de Assist. à Saúde de Paranaguá (FASP)		**COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA ME** Jean Carlos Nyland

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:21930B9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

PROCESSO Nº 4.525/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna público a Ata de Registro dos Preços, correspondente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026, com vistas à futuro e eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra, conforme relação no anexo I**, assinada aos 08 (julho) dias do mês de julho de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

EMPRESA: DENTECK LTDA
CNPJ: 11.319.557/0003-78

Item	**Código**	**Descrição dos Itens**	**Unidade**	**Quantidade**	**Marca**	**Unit**	**Total**
8	65510	AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UNIDADE	75	AGRATTO LIV-LCST9FI-02I/LIV-LCST9FE-02I	R$ 2.234,00	R$ 167.550,00
9	65511	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UNIDADE	75	AGRATTO LIV-LCST12FI-02I/LIV-LCST12FE-02I	R$ 2.373,00	R$ 177.975,00
11	65513	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UNIDADE	60	AGRATTO LIV-LCS24FI-02I/LIV-LCS24FE-02I	R$ 4.096,00	R$ 245.760,00
Valor Total						**R$ 591.285,00**	

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
5	65513	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UNIDADE	20	AGRATTO LIV-LCS24FI-02I/LIV-LCS24FE-02I	R$ 4.096,00	R$ 81.920,00
Valor Total						**R$ 81.920,00**	

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
2	65510	AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UNIDADE	25	AGRATTO LIV-LCST9FI-02I/LIV-LCST9FE-02I	R$ 2.234,00	R$ 55.850,00
3	65511	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UNIDADE	25	AGRATTO LIV-LCST12FI-02I/LIV-LCST12FE-02I	R$ 2.373,00	R$ 59.325,00
4	65512	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UNIDADE	20	ELGIN HJFI18C2WB/HJFE18C2CB	R$ 3.413,00	R$ 68.260,00
6	65514	AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	UNIDADE	15	AGRATTO LIV-LCST30FI-02I/LIV-LCST30FE-02I	R$ 5.147,00	R$ 77.205,00
12	65514	AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	UNIDADE	45	AGRATTO LIV-LCST30FI-02I/LIV-LCST30FE-02I	R$ 5.147,00	R$ 231.615,00
Valor Total						**R$ 492.255,00**	

EMPRESA: COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA ME
CNPJ: 06.165.903/0001-09

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
10	65512	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UNIDADE	60	PHILCO PAC18FB	R$ 3.344,00	R$ 200.640,00
Valor Total						**R$ 200.640,00**	

EMPRESA: SUBLIME EQUIPAMENTOS
CNPJ: 24.139.047/0001-07

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
1	65509	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 20.000 MP/H	UNIDADE	5	Climabrisa/Renasul Indústria Ltda/Climatizador evaporativo portátil i20	R$ 5.149,03	R$ 25.745,15
7	65509	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 20.000 MP/H	UNIDADE	15	Climabrisa/Renasul Indústria Ltda/Climatizador evaporativo portátil i20	R$ 5.149,03	R$ 77.235,45
Valor Total						**R$ 102.980,60**	

Paranaguá, 08 de julho de 2026

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral		**FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** Secretário Municipal de Segurança

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO Secretário Municipal de Cultura e Turismo		**MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** Secretário Municipal de Desenvolv. Rural, Abastecimento e Pesca

THIAGO THEMANSKI CAMPOS Secretário Municipal de Governo		**DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** Secretário Municipal de Saúde

FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE Secretária Mun. de Meio Ambiente e Zeladoria		**TIAGO FONTES CESAR LEAL** Procurador Geral do Município

		ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOZA Secretário Munic. de Serviços Urbanos

VANIA PESSOA RODRIGUES FOES Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial		**RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** Controlador Geral do Município

ARNOLDO LOURENÇO ALVES Secretário Municipal de Esportes e Juventude – Interino		**EDUARDO FELIPE MIRANDA** Secretário Municipal de Obras Públicas

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA Secretário Mun do Trabalho e Inovação		**CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial

LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA Secretário Municipal da Ilha dos Valadares		**CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** Secretário Municipal de Administração

HALLESON RICARDO STIEGLITZ Secretário Municipal de Inclusão		**VERÔNICA MARODIM MARQUES** Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento

ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		**LEONICE LARA LACERDA** Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:5E8612F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
II ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026	**PROTOCOLO Nº 4.525/2026**
DATA: 02 DE JUNHO DE 2026	**VALIDADE DA ATA: 12 MESES**

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 015/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter),** insumos, materiais e mão de obra, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

01 – ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

02 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Saúde

•

03 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Segurança

•

04 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Urbanismo

•

05 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

06 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

•

07 – ÓRGÃO/ENTIDADE Procuradoria Geral do Município

•

08 – ÓRGÃO/ENTIDADE Gabinete da Vice-prefeita

•

09 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Governo

•

10 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

11 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

12 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Planejamento

•

13 – ÓRGÃO/ENTIDADE Controladoria Geral do Município

•

14 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Ilha dos Valadares (interino)

•

15 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

16 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

•

17 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

18 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Inclusão

•

19 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal do Trabalho e Inovação

•

20 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento

•

21 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Fiscalização

•

das Concessões e Contratos

•

22 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

23 – ÓRGÃO/ENTIDADE Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP)

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS**

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

LOTE 05 – adjudicado para DENTECK LTDA, CNPJ 11.319.557/0003-78, AVENIDA SIDNEY GIRÃO, Nº 230, KM 17/5 – BERNECK, MUNDO NOVO/MS CEP: 79980-000 E-MAIL: licitacao@denteck.com.br, TELEFONE Nº (51) 99241-0235, representado por PAULO RICARDO ARTUS, RG 7080708857, CPF 014.077.720-23, REPRESENTANTE LEGAL, conforme quadro a seguir:

•

• **Item**	• **Código**	• **Descrição dos Itens**	• **Unidade**	• **Quantidade**	• **Marca**	• **Unit**	• **Total**
• 5	• 65513	• AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	• UNIDADE	• 20	• AGRATTO LIV-LCS24FI-02I/LIV-LCS24FE-02I	• R$ 4.096,00	• R$ 81.920,00
• **Valor Total**						• **R$ 81.920,00**	

•

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da Transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

•

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

•

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

•

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

•

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

•

10.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

•

10.2. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. O Pregão Eletrônico nº 015/2026 é realizado pela Pregoeira Luciane Chiarelli Magalhães, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral		**FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** Secretário Municipal de Segurança
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO Secretário Municipal de Cultura e Turismo		**MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvim. Rural e Pesca
THIAGO THEMANSKI CAMPOS Secretário Municipal de Governo		**DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** Secretário Municipal de Saúde
FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE Secretária Mun. de Urbanismo		**TIAGO FONTES CESAR LEAL** Procurador Geral do Município
		CHRISTIANARA SANTOS ROSA Secretária Municipal de Serviços Urbanos
VANIA PESSOA RODRIGUES FOES Secretária Municipal de Planejamento		**RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** Controlador Geral do Município
JOSÉ MIGUEL PEREIRA Secretário Municipal de Esportes e Juventude		**EDUARDO FELIPE MIRANDA** Secretário Municipal de Obras Públicas

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA Secretário Mun do Trabalho e Inovação		**CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial
LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA Secretário Municipal da Ilha dos Valadares		**CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** Secretário Municipal de Administração
HALLESON RICARDO STIEGLITZ Secretário Municipal de Inclusão		**VERÔNICA MARODIM MARQUES** Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento
ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		**LEONICE LARA LACERDA** Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária
WILSON EUGÊNIO G. DE MORAES Diretor da Fundação de Assist. à Saúde de Paranaguá (FASP)		**DENTECK LTDA** Paulo Ricardo Artus

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:6F18E4F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
III ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026	**PROTOCOLO Nº 4.525/2026**
DATA: 08 DE JULHO DE 2026	**VALIDADE DA ATA: 12 MESES**

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 015/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter),** insumos, materiais e mão de obra, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

01 – ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

02 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Saúde

•

03 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Segurança

•

04 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial

•

05 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

06 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

•

07 – ÓRGÃO/ENTIDADE Procuradoria Geral do Município

•

08 – ÓRGÃO/ENTIDADE Gabinete da Vice-prefeita

•

09 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Governo

•

10 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

11 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

12 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretario Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

•

13 – ÓRGÃO/ENTIDADE Controladoria Geral do Município

•

14 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Ilha dos Valadares

•

15 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

16 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Administração

•

17 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

18 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Inclusão

•

19 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal do Trabalho e Inovação

•

20 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento

•

21 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos

•

22 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS**

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

LOTES 02, 03, 04, 06 e 12 – adjudicado para DENTECK LTDA, CNPJ 11.319.557/0003-78, AVENIDA SIDNEY GIRÃO, Nº 230, KM 17/5 – BERNECK, MUNDO NOVO/MS CEP: 79980-000 E-MAIL: licitacao@denteck.com.br, TELEFONE Nº (51) 99241-0235, representado por PAULO RICARDO ARTUS, RG 7080708857, CPF 014.077.720-23, REPRESENTANTE LEGAL, conforme quadro a seguir:

•

Item	Código	Descrição dos Itens	Unidade	Quantidade	Marca	Unit	Total
2	65510	AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UNIDADE	25	AGRATTO LIV-LCST9FI-02I/LIV-LCST9FE-02I	R$ 2.234,00	R$ 55.850,00
3	65511	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UNIDADE	25	AGRATTO LIV-LCST12FI-02I/LIV-LCST12FE-02I	R$ 2.373,00	R$ 59.325,00
4	65512	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UNIDADE	20	ELGIN HJFI18C2WB/HJFE18C2CB	R$ 3.413,00	R$ 68.260,00
6	65514	AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	UNIDADE	15	AGRATTO LIV-LCST30FI-02I/LIV-LCST30FE-02I	R$ 5.147,00	R$ 77.205,00
12	65514	AR CONDICIONADO 30.000 BTUS	UNIDADE	45	AGRATTO LIV-LCST30FI-02I/LIV-LCST30FE-02I	R$ 5.147,00	R$ 231.615,00
Valor Total						**R$ 492.255,00**	

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da Transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

•

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

•

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

•

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

•

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

•

10.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

•

10.2. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

•

13.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

•

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

•

15.1. O Pregão Eletrônico nº 015/2026 é realizado pela Pregoeira Luciane Chiarelli Magalhães, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

•

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

• **THIAGO CASAS DO NASCIMENTO** • Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral	•	• **FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** • Secretário Municipal de Segurança
• **JOSÉ REIS DE FREITAS NETO** • Secretário Municipal de Cultura e Turismo	•	• **MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** • Secretário Municipal de Desenvolv. Rural, Abastecimento e Pesca
• **THIAGO THEMANSKI CAMPOS** • Secretário Municipal de Governo	•	• **DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** • Secretário Municipal de Saúde
• **FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE** • Secretária Mun. de Meio Ambiente e Zeladoria	•	• **TIAGO FONTES CESAR LEAL** • Procurador Geral do Município
•	•	• **ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOZA** • Secretário Munic. de Serviços Urbanos
• **VANIA PESSOA RODRIGUES FOES** • Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial	•	• **RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** • Controlador Geral do Município •
• **ARNOLDO LOURENÇO ALVES** • Secretário Municipal de Esportes e Juventude – Interino	•	• **EDUARDO FELIPE MIRANDA** • Secretário Municipal de Obras Públicas

		.

. **CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA** . Secretário Mun do Trabalho e Inovação	.	. **CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** . Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial

. **LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA** . Secretário Municipal da Ilha dos Valadares	.	. **CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** . Secretário Municipal de Administração

. **HALLESON RICARDO STIEGLITZ** . Secretário Municipal de Inclusão	.	. **VERÔNICA MARODIM MARQUES** . Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento

. **ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA** . Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos	.	. **LEONICE LARA LACERDA** . Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

. **DENTECK LTDA** . Paulo Ricardo Artus

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:1C0F3772

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
SUBLIME EQUIPAMENTOS

•

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

. **REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026**	. **PROTOCOLO Nº 4.525/2026**
. **DATA: 29 DE ABRIL DE 2026**	. **VALIDADE DA ATA: 12 MESES**

•

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 015/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter), insumos, materiais e mão de obra**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

•

•

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

•

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Contratação para fornecimento e instalação de solução completa de climatização, incluindo equipamentos (Climatizadores Evaporativos e Aparelhos de Ar Condicionado tipo Split Hi-Wall Inverter),** insumos, materiais e mão de obra, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

•

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

•

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

•

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

•

01 – ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

02 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Saúde

•

03 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Segurança

•

04 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Urbanismo

•

05 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

06 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

•

07 – ÓRGÃO/ENTIDADE Procuradoria Geral do Município

•

08 – ÓRGÃO/ENTIDADE Gabinete da Vice-prefeita

•

09 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Governo

•

10 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

11 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

12 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Planejamento

•

13 – ÓRGÃO/ENTIDADE Controladoria Geral do Município

•

14 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Ilha dos Valadares (interino)

•

15 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

16 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

•

17 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

18 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Inclusão

•

19 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal do Trabalho e Inovação

•

20 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento

•

21 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Fiscalização

•

das Concessões e Contratos

•

22 – ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

23 – ÓRGÃO/ENTIDADE Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP)

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

LOTES 01 e 07 – adjudicado para SUBLIME EQUIPAMENTOS, CNPJ 24.139.047/0001-07, RUA GASPAR SILVEIRA MARTINS, Nº 996, SALA 1 – CRISTO REI, FRANCISCO BELTRÃO/PR CEP: 85602-060 E-MAIL: sublimeclima@gmail.com, TELEFONE Nº (46) 99975-6100, representado por CASIMIRO GIVULSKI NETO, RG 6.504.166-9, CPF 940.611.499-20, REPRESENTANTE LEGAL, conforme quadro a seguir:

•

• **Item**	• **Código**	• **Descrição dos Itens**	• **Unidade**	• **Quantidade**	• **Marca**	• **Unit**	• **Total**
• 1	• 65509	• CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 20.000 MP/H	• UNIDADE	• 5	Climabrisa/Renasul Indústria Ltda/Climatizador evaporativo portátil i20	• R$ 5.149,03	• R$ 25.745,15
• 7	• 65509	• CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 20.000 MP/H	• UNIDADE	• 15	• Climabrisa/Renasul Indústria Ltda/Climatizador evaporativo portátil i20	• R$ 5.149,03	• R$ 77.235,45
• **Valor Total**						• **R$ 102.980,60**	

•

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da Transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

•

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

•

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

•

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

•

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

•

10.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

•

10.2. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

•

13.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

•

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

•

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município www.paranagua.pr.gov.br.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

•

15.1. O Pregão Eletrônico nº 015/2026 é realizado pela Pregoeira Luciane Chiarelli Magalhães, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

•

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

• **THIAGO CASAS DO NASCIMENTO** • Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral	•	• **FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS** • Secretário Municipal de Segurança
• **JOSÉ REIS DE FREITAS NETO** • Secretário Municipal de Cultura e Turismo	•	• **MARCIO LUIS PEDRERO VEGA** • Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvim. Rural e Pesca
• **THIAGO THEMANSKI CAMPOS** • Secretário Municipal de Governo	•	• **DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO** • Secretário Municipal de Saúde
• **JOÃO PAULO DO PRADO DE CASTILHO PEREIRA** • Secretário Mun. de Urbanismo-Interino	•	• **TIAGO FONTES CESAR LEAL** • Procurador Geral do Município
•	•	• **CHRISTIANARA SANTOS ROSA** • Secretária Municipal de Serviços Urbanos
• **VANIA PESSOA RODRIGUES FOES** • Secretária Municipal de Planejamento	•	• **RAUL DA GAMA E SILVA LUCK** • Controlador Geral do Município •

. **JOSÉ MIGUEL PEREIRA** . Secretário Municipal de Esportes e Juventude	.	. **EDUARDO FELIPE MIRANDA** . Secretário Municipal de Obras Públicas .
. **CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA** . Secretário Mun do Trabalho e Inovação	.	. **CAROLINA DE M. E. LOURENÇO** . Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvim. Social e Igualdade Racial
. **LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA** . Secretário Municipal da Ilha dos Valadares	.	. **CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA** . Secretário Municipal de Administração
. **ISABELLE CRISTINA DO ROSÁRIO DIAS MEDUNA** . Secretária Municipal de Inclusão	.	. **VERÔNICA MARODIM MARQUES** . Secretária Municipal da Fazenda e Orçamento
. **ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA** . Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos	.	. **LEONICE LARA LACERDA** . Secretária Mun. de Desenv. Econômico, Habitação e Regularização Fundiária
. **WILSON EUGÊNIO G. DE MORAES** . Diretor da Fundação de Assist. à Saúde de Paranaguá (FASP)	.	. **SUBLIME EQUIPAMENTOS** . Casimiro Givulski Neto

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:415D5A9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até31/08/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAA7C50	277490F000211288	01/07/2026	60503
AAO1538	277490F000211799	08/07/2026	60503
AAQ1357	277490F000212122	12/07/2026	60503
AAY6711	277490F000211625	06/07/2026	60503
AAZ8A06	277490F000212099	12/07/2026	60503
ABB0844	277490T000006692	13/07/2026	55414
ABH3J00	277490F000211952	10/07/2026	60503
ABI4G78	277490F000211813	09/07/2026	56732
ABS0775	277490F000211731	07/07/2026	60503
ABW1624	277490F000212154	12/07/2026	60503
ABW8J90	277490F000211543	05/07/2026	60503
ABX1548	277490F000212133	12/07/2026	60503
ACI5J59	277490F000212090	12/07/2026	60503
ACL0381	277490F000211491	04/07/2026	60503
ACN0025	277490F000212063	11/07/2026	60503
ACS7F54	277490F000211584	05/07/2026	60503
ADI9934	277490F000212158	12/07/2026	60503
ADK9D84	277490F000211646	06/07/2026	60503
ADV5G55	277490F000212161	12/07/2026	60503
AEA4996	277490F000211716	07/07/2026	60503
AEQ4F06	277490F000211328	02/07/2026	60503
AEZ7963	277490F000211875	09/07/2026	60503
AEZ7963	277490F000212057	11/07/2026	60503
AFB0157	277490F000211704	07/07/2026	60503
AFR5113	277490F000211932	10/07/2026	56732

AFY7F95	277490F000211811	09/07/2026	60503
AGF7F87	277490F000211780	08/07/2026	60503
AGL7755	277490W000041354	29/06/2026	55412
AGN4I72	277490F000211263	02/07/2026	56732
AGP2412	277490W000041349	29/06/2026	55412
AGU1773	277490F000211739	08/07/2026	60503
AHF6J39	277490F000212175	12/07/2026	60503
AHI7F00	277490F000211741	08/07/2026	60503
AHL3087	277490F000211424	04/07/2026	60503
AHS2I00	277490F000211533	05/07/2026	60503
AHV3C59	277490F000211847	09/07/2026	60503
AII1030	277490F000211333	02/07/2026	60503
AIU1529	277490F000211909	09/07/2026	60503
AJD9I37	277490F000211432	04/07/2026	60503
AJM3377	277490T000007566	13/07/2026	61220
AJO5F83	277490T000007258	13/07/2026	55411
AJR3E86	277490F000211520	05/07/2026	60503
AJY3353	277490F000211597	06/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000212073	11/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000212105	12/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000211915	10/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000211273	02/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000211475	04/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000211393	03/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000212168	12/07/2026	60503
AJZ6D03	277490F000211472	04/07/2026	60503
AKB0356	277490F000211791	08/07/2026	60503
AKB2G33	277490F000212153	12/07/2026	60503
AKC8H57	277490F000211627	06/07/2026	60503
AKD5593	277490F000211575	05/07/2026	60503
AKH2A44	277490F000211990	10/07/2026	60503
AKL9G03	277490F000212036	11/07/2026	60503
AKN5405	277490F000212061	11/07/2026	60503
AKR3570	277490F000211979	10/07/2026	60503
AKR3570	277490F000211321	02/07/2026	60503
AKR3570	277490F000211976	10/07/2026	60503
AKS9352	277490F000212144	12/07/2026	60503
AKT2J49	277490F000211944	10/07/2026	60503
AKU4G64	277490F000212127	12/07/2026	60503
ALB2158	277490T000007048	13/07/2026	51851
ALC0D73	277490F000211471	04/07/2026	60503
ALH4226	277490F000211422	04/07/2026	60503
ALH7I24	277490F000212172	12/07/2026	60503
ALI9291	277490F000211517	05/07/2026	60503
ALJ5A26	277490F000211663	06/07/2026	56732
ALL7076	277490F000211498	04/07/2026	60503
ALT0733	277490T000007046	13/07/2026	51851
ALT9551	277490F000211546	05/07/2026	60503
ALU0698	277490F000211714	07/07/2026	60503
ALU8945	277490F000212066	11/07/2026	60503
ALY6J05	277490F000212152	12/07/2026	60503
AMA4422	277490F000211653	06/07/2026	60503
AMC5970	277490F000211590	05/07/2026	60503
AMD8039	277490F000211547	05/07/2026	60503
AME4D74	277490F000212016	11/07/2026	60503
AMG8E23	277490F000211528	05/07/2026	60503
AMH2J75	277490F000211418	04/07/2026	56732
AMI6344	277490F000211438	04/07/2026	60503
AMP4E78	277490F000212009	11/07/2026	60503
AMQ7590	277490F000211848	09/07/2026	60503
AMS2I33	277490T000007405	13/07/2026	56300
AMX2699	277490F000211634	06/07/2026	60503
AMY1759	277490W000041342	29/06/2026	55412
AMY1759	277490W000041369	29/06/2026	55412
ANA4549	277490F000211403	03/07/2026	60503
ANC0I33	277490F000211699	07/07/2026	60503
ANC4658	277490F000211842	09/07/2026	60503
ANC4658	277490F000212018	11/07/2026	60503
ANC6946	277490F000211570	05/07/2026	60503
ANC7J56	277490F000211373	03/07/2026	60503
ANF9D20	277490F000212155	12/07/2026	60503
ANG4H13	277490T000007561	13/07/2026	76331
ANI3231	277490F000211574	05/07/2026	60503
ANO4J22	277490F000211485	04/07/2026	60503
ANP3992	277490F000211650	06/07/2026	60503
ANP7141	277490F000211950	10/07/2026	60503
ANR2218	277490F000211868	09/07/2026	60503
ANS5064	277490T000006695	13/07/2026	55414
ANS9469	277490F000212054	11/07/2026	60503
ANS9469	277490F000211563	05/07/2026	60503
ANS9469	277490F000212142	12/07/2026	60503
ANT2996	277490F000212165	12/07/2026	60503
ANT7328	277490F000212149	12/07/2026	60503
ANV1C14	277490F000211330	02/07/2026	60503
ANW1584	277490F000211433	04/07/2026	60503
ANW1584	277490F000211312	02/07/2026	60503
ANX3294	277490F000211410	03/07/2026	60503
ANX7E13	277490F000211446	04/07/2026	60503
AOA0706	277490F000211955	10/07/2026	60503

AOA1H50	277490T000007415	13/07/2026	57380
AOD5A74	277490F000212082	12/07/2026	60503
AOD8D72	277490F000211510	05/07/2026	60503
AOH9H59	277490F000212107	12/07/2026	60503
AOI8C31	277490F000211572	05/07/2026	60503
AOK6B37	277490W000041373	29/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000041347	29/06/2026	55412
AOL3H01	277490F000211890	09/07/2026	60503
AON7D42	277490T000007416	13/07/2026	55411
AOT5471	277490F000211483	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000212159	12/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000212056	11/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211499	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211329	02/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211490	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211460	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000212096	12/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211439	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211481	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211923	10/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211419	04/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211929	10/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211928	10/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000211926	10/07/2026	60503
AOV5766	277490F000212031	11/07/2026	60503
AOW7D26	277490F000212055	11/07/2026	60503
AOZ2I32	277490F000211388	03/07/2026	60503
AOZ2I32	277490F000211302	02/07/2026	60503
AOZ2I32	277490F000211636	06/07/2026	60503
APA5924	277490W000041337	29/06/2026	55412
APB7611	277490F000212072	11/07/2026	60503
APD1H97	277490F000211983	10/07/2026	60503
APG3B86	277490F000211311	02/07/2026	60503
API9G31	277490F000212132	12/07/2026	60503
APJ5F94	277490F000211992	10/07/2026	60503
APL2712	277490F000211824	09/07/2026	60503
APL2712	277490F000211927	10/07/2026	60503
APL2712	277490F000211609	06/07/2026	60503
APQ3331	277490F000212028	11/07/2026	60503
APQ8307	277490F000211313	02/07/2026	60503
APQ8307	277490F000211394	03/07/2026	60503
APQ8307	277490F000211887	09/07/2026	60503
APR5D57	277490F000211353	03/07/2026	60503
APT2C06	277490F000211971	10/07/2026	60503
APZ4670	277490W000041374	29/06/2026	55412
APZ5609	277490F000211789	08/07/2026	60503
APZ7J13	277490F000211431	04/07/2026	60503
AQA6028	277490F000211652	06/07/2026	60503
AQC8899	277490W000041359	29/06/2026	55412
AQD9G02	277490F000211883	09/07/2026	60503
AQF3367	277490F000211339	02/07/2026	60503
AQG7315	277490F000211724	07/07/2026	60503
AQG7315	277490F000211398	03/07/2026	60503
AQK7778	277490T000007041	13/07/2026	51851
AQN3494	277490F000211381	03/07/2026	60503
AQP4D50	277490F000211327	02/07/2026	60503
AQP5D27	277490F000211341	02/07/2026	60503
AQQ8068	277490F000211280	02/07/2026	60503
AQR4696	277490F000212034	11/07/2026	60503
AQR8C07	277490F000211647	06/07/2026	60503
AQU8302	277490F000211802	08/07/2026	60503
AQX3826	277490F000211803	08/07/2026	60503
AQX8G52	277490F000211658	06/07/2026	60503
AQY5317	277490F000212091	12/07/2026	60503
ARC4425	277490F000211718	07/07/2026	60503
ARC7110	277490F000212100	12/07/2026	60503
ARC8I91	277490T000007040	13/07/2026	51930
ARD0I96	277490F000211963	10/07/2026	60503
ARF6983	277490F000211633	06/07/2026	60503
ARL0G93	277490F000211639	06/07/2026	60503
ARP7204	277490F000211758	08/07/2026	60503
ARQ1E56	277490W000041361	29/06/2026	55412
ARS8210	277490F000211792	08/07/2026	60503
ARS8210	277490F000211715	07/07/2026	60503
ARS8210	277490F000212059	11/07/2026	60503
ARU4019	277490T000007045	13/07/2026	51851
ARV0192	277490F000211908	09/07/2026	60503
ARV8625	277490F000211953	10/07/2026	60503
ARW5735	277490F000212044	11/07/2026	60503
ARW5J05	277490F000211618	06/07/2026	60503
ARY0I98	277490F000212167	12/07/2026	60503
ARY4915	277490F000211440	04/07/2026	60503
ARZ0J93	277490W000041366	29/06/2026	55412
ASA1581	277490F000211752	08/07/2026	60503
ASA7694	277490F000211482	04/07/2026	60503
ASB5F16	277490F000211886	09/07/2026	60503
ASH4199	277490F000211654	06/07/2026	60503
ASJ5B62	277490F000211413	03/07/2026	60503
ASL1F27	277490F000211427	04/07/2026	60503

ASL8A33	277490F000212113	12/07/2026	60503
ASP1117	277490F000212166	12/07/2026	60503
ASQ5195	277490F000211846	09/07/2026	60503
ASQ5195	277490F000211904	09/07/2026	60503
ASR7952	277490W000041350	29/06/2026	55412
ASR7952	277490F000211316	02/07/2026	60503
AST6060	277490W000041355	29/06/2026	55412
ASV5C95	277490F000211902	09/07/2026	60503
ASX8F97	277490F000212027	11/07/2026	60503
ASZ5F33	277490F000211492	04/07/2026	60503
ASZ6A44	277490F000211589	05/07/2026	60503
ATD1494	277490F000211564	05/07/2026	60503
ATI7H27	277490F000211694	07/07/2026	60503
ATK6F26	277490T000007352	13/07/2026	51851
ATK8843	277490F000211372	03/07/2026	60503
ATL8187	277490F000211610	06/07/2026	60503
ATM0E92	277490F000212164	12/07/2026	60503
ATM4C48	277490F000211640	06/07/2026	60503
ATN9927	277490F000211345	02/07/2026	60503
ATQ1401	277490F000211515	05/07/2026	60503
ATR3H30	277490F000211315	02/07/2026	60503
ATU3G23	277490F000211622	06/07/2026	60503
ATW4B28	277490F000211753	08/07/2026	60503
ATY4C86	277490F000211949	10/07/2026	60503
AUB0F07	277490F000211465	04/07/2026	60503
AUD3754	277490F000211467	04/07/2026	60503
AUE5G17	277490F000211615	06/07/2026	60503
AUE5G17	277490F000212022	11/07/2026	60503
AUF7012	277490F000211386	03/07/2026	60503
AUL2D08	277490F000211390	03/07/2026	60503
AUQ2B69	277490F000211948	10/07/2026	60503
AUQ7853	277490F000211669	06/07/2026	60503
AUR0854	277490F000212111	12/07/2026	60503
AUR6553	277490F000211700	07/07/2026	60503
AUU1455	277490F000211996	11/07/2026	60503
AUU3751	277490F000211782	08/07/2026	60503
AUW0826	277490F000211286	01/07/2026	60503
AUX2814	277490F000211534	05/07/2026	60503
AUY6854	277490F000211323	02/07/2026	60503
AUY6854	277490F000211318	02/07/2026	60503
AUY6854	277490F000211531	05/07/2026	60503
AUY6854	277490F000212150	12/07/2026	60503
AVA1933	277490F000211922	10/07/2026	56732
AVC9713	277490F000211938	10/07/2026	60503
AVD8445	277490F000212102	12/07/2026	60503
AVE0J56	277490F000211513	05/07/2026	60503
AVE3E54	277490W000041335	29/06/2026	55412
AVE3E54	277490F000212089	12/07/2026	60503
AVE6J80	277490W000041345	29/06/2026	55412
AVG0D56	277490F000211319	02/07/2026	60503
AVG0D56	277490F000211613	06/07/2026	60503
AVJ3F76	277490F000211768	08/07/2026	60503
AVJ6B15	277490T000007044	13/07/2026	51851
AVM7B91	277490T000007404	13/07/2026	56300
AVN0289	277490F000211726	07/07/2026	60503
AVN5629	277490F000211535	05/07/2026	60503
AVP6471	277490F000211448	04/07/2026	60503
AVQ1H66	277490F000211997	11/07/2026	60503
AVQ2966	277490F000211497	05/07/2026	60503
AVS7H74	277490F000211298	02/07/2026	60503
AVU0759	277490F000211488	04/07/2026	60503
AVU3362	277490F000211371	03/07/2026	60503
AVV2E01	277490F000212129	12/07/2026	60503
AVW3488	277490F000211606	06/07/2026	60503
AVX8D63	277490F000211405	03/07/2026	60503
AWC0674	277490F000211292	02/07/2026	60503
AWC0674	277490F000211677	07/07/2026	60503
AWC0674	277490F000211624	06/07/2026	60503
AWC9789	277490F000211344	02/07/2026	60503
AWD3E50	277490F000212005	11/07/2026	60503
AWD5588	277490F000211916	10/07/2026	60503
AWE2I66	277490F000211969	10/07/2026	60503
AWE6128	277490W000041336	29/06/2026	55412
AWE6128	277490W000041368	29/06/2026	55412
AWL1414	277490F000211459	04/07/2026	60503
AWL1799	277490F000211436	04/07/2026	60503
AWO6G77	277490F000211777	08/07/2026	60503
AWO8031	277490F000211896	09/07/2026	60503
AWO8597	277490F000211406	03/07/2026	60503
AWP2I85	277490F000211965	10/07/2026	60503
AWQ3672	277490F000212080	12/07/2026	60503
AWR0C56	277490F000211335	02/07/2026	60503
AWR6981	277490F000211375	03/07/2026	60503
AXA1481	277490F000211745	08/07/2026	60503
AXA4655	277490W000041370	29/06/2026	55412
AXA4655	277490W000041339	29/06/2026	55412
AXC6122	277490T000004260	13/07/2026	54100
AXF4071	277490F000211697	07/07/2026	60503
AXG5348	277490F000211495	04/07/2026	56732

AXH7B95	277490T000007408	13/07/2026	56300
AXH9B44	277490T000007413	13/07/2026	56300
AXH9E56	277490F000211882	09/07/2026	60503
AXK7A36	277490F000211907	09/07/2026	60503
AXL6B84	277490F000211710	07/07/2026	60503
AXL9I62	277490F000211889	09/07/2026	60503
AXN2074	277490F000211808	09/07/2026	60503
AXR4779	277490F000211911	10/07/2026	60503
AXU2358	277490F000211523	05/07/2026	60503
AXU7B12	277490F000211357	03/07/2026	60503
AXZ7072	277490F000212135	12/07/2026	60503
AYA5835	277490F000211939	10/07/2026	60503
AYF3J63	277490F000211720	07/07/2026	60503
AYF5G37	277490F000211747	08/07/2026	60503
AYI0A10	277490F000211725	07/07/2026	60503
AYM9I51	277490F000211561	05/07/2026	60503
AYP7G91	277490F000211454	04/07/2026	60503
AYQ2513	277490F000211975	10/07/2026	60503
AYV3518	277490F000212136	12/07/2026	60503
AYV5F41	277490F000212021	11/07/2026	56732
AYW5262	277490F000211982	10/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211855	09/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000212101	12/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211494	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000212121	12/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211266	02/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211516	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211869	09/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211806	08/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211858	09/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211457	04/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211449	04/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211691	07/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211925	10/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211586	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211358	03/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211591	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211592	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211350	02/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211559	05/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211852	09/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211973	10/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000211850	09/07/2026	60503
AYY4G32	277490F000212058	11/07/2026	60503
AZB2H71	277490F000211284	02/07/2026	60503
AZB8591	277490F000211326	02/07/2026	60503
AZC5H01	277490F000211275	02/07/2026	60503
AZD9G18	277490F000211265	02/07/2026	60503
AZE2F77	277490F000211387	03/07/2026	60503
AZF9027	277490F000211820	09/07/2026	60503
AZG0007	277490F000211793	08/07/2026	60503
AZG2464	277490F000211414	03/07/2026	60503
AZG2F35	277490F000211857	09/07/2026	60503
AZI9881	277490F000212053	11/07/2026	60503
AZJ0I40	277490F000211784	08/07/2026	60503
AZJ1E25	277490F000211719	07/07/2026	60503
AZL0J92	277490W000041362	29/06/2026	55412
AZP4H77	277490F000211641	06/07/2026	60503
AZQ8571	277490F000211407	03/07/2026	60503
AZR6I08	277490F000211839	09/07/2026	56732
AZU7J47	277490F000211444	04/07/2026	60503
AZW5J22	277490F000211833	09/07/2026	56732
AZZ1B75	277490F000212125	12/07/2026	60503
AZZ2H15	277490F000211867	09/07/2026	60503
AZZ7780	277490F000211411	03/07/2026	60503
BAA8E80	277490F000211340	02/07/2026	60503
BAB0H55	277490F000211836	09/07/2026	56732
BAB9G74	277490F000211562	05/07/2026	60503
BAC5489	277490F000211978	10/07/2026	60503
BAE4858	277490T000001430	13/07/2026	55414
BAG4709	277490F000211397	03/07/2026	60503
BAG4709	277490F000211396	03/07/2026	60503
BAG4709	277490F000212071	11/07/2026	60503
BAG4709	277490F000211674	06/07/2026	60503
BAG9132	277490W000041367	29/06/2026	55412
BAI2979	277490F000211738	08/07/2026	60503
BAJ4D51	277490F000211864	09/07/2026	60503
BAL7314	277490F000211437	04/07/2026	60503
BAS3C97	277490F000211479	04/07/2026	60503
BAU8082	277490F000211296	02/07/2026	60503
BAY6C75	277490F000212104	12/07/2026	60503
BBA9E48	277490F000211442	04/07/2026	60503
BBE1261	277490F000211486	04/07/2026	60503
BBE8E83	277490F000212076	11/07/2026	60503
BBG0F18	277490F000212025	11/07/2026	60503
BBH1I81	277490T000007419	13/07/2026	57380
BBH4B84	277490F000211532	05/07/2026	60503
BBK0G40	277490T000007257	13/07/2026	57200
BBK9276	277490W000041338	29/06/2026	55412

BBL2B86	277490T000007418	13/07/2026	55411
BBQ0297	277490F000212065	11/07/2026	60503
BBR5I30	277490F000211771	08/07/2026	60503
BBS9384	277490F000212004	11/07/2026	60503
BBU2251	277490T000007414	13/07/2026	55411
BBV6E83	277490F000211496	05/07/2026	60503
BBX5B71	277490F000211735	07/07/2026	60503
BBY6D57	277490F000212017	11/07/2026	60503
BBZ0A58	277490F000212074	11/07/2026	60503
BCA5390	277490F000211754	08/07/2026	60503
BCE6972	277490W000041371	29/06/2026	55412
BCE9D89	277490F000211657	06/07/2026	60503
BCF8F92	277490F000212097	12/07/2026	60503
BCJ3156	277490T000007410	13/07/2026	56300
BCK0237	277490F000211451	04/07/2026	60503
BCK1E18	277490F000211829	09/07/2026	60503
BCN5G28	277490F000211755	08/07/2026	60503
BCO2I97	277490F000211299	02/07/2026	60503
BCS4H37	277490F000211974	10/07/2026	60503
BCT2F28	277490F000211336	02/07/2026	60503
BCU2J76	277490F000211540	05/07/2026	60503
BCV2B96	277490F000211770	08/07/2026	60503
BCX4G86	277490F000212047	11/07/2026	60503
BCZ5C68	277490F000211508	05/07/2026	60503
BDC8E01	277490F000211587	05/07/2026	60503
BDD9H40	277490F000211819	09/07/2026	56732
BDE5I50	277490F000211817	09/07/2026	56732
BDI4I28	277490F000211573	05/07/2026	60503
BDJ2E74	277490F000212147	12/07/2026	60503
BDJ9B14	277490F000212029	11/07/2026	60503
BDK1F91	277490F000211962	10/07/2026	60503
BDK4H48	277490F000211382	03/07/2026	60503
BDK6F15	277490T000007261	13/07/2026	55680
BDM6I94	277490F000211529	05/07/2026	60503
BDR4H63	277490F000211881	09/07/2026	60503
BDT8B42	277490F000212123	12/07/2026	60503
BDU9E99	277490F000211468	04/07/2026	60503
BDU9J46	277490F000212087	12/07/2026	60503
BDX6H54	277490F000211304	02/07/2026	60503
BEB1213	277490F000211727	07/07/2026	60503
BEB9F81	277490F000211794	08/07/2026	60503
BEC5E74	277490F000211703	07/07/2026	60503
BEC6A21	277490F000211807	09/07/2026	56732
BEC8D15	277490F000212131	12/07/2026	60503
BEE7B57	277490F000211539	05/07/2026	60503
BEG1F21	277490F000211761	08/07/2026	60503
BEG8J65	277490F000211269	02/07/2026	60503
BEH5B10	277490F000212023	11/07/2026	60503
BEH5B67	277490F000211307	02/07/2026	60503
BEH8G09	277490F000211628	06/07/2026	60503
BEQ2J77	277490F000211878	09/07/2026	60503
BER2C81	277490F000211608	06/07/2026	60503
BER6B63	277490F000211360	03/07/2026	60503
BES5F40	277490F000211376	03/07/2026	60503
BES8I20	277490F000211804	08/07/2026	60503
BET8E73	277490F000211282	02/07/2026	56732
BEV0B36	277490F000211602	06/07/2026	60503
BEV1E92	277490F000211537	05/07/2026	60503
BEX9F33	277490F000212093	12/07/2026	60503
BEY9F38	277490F000211557	05/07/2026	60503
BEY9F38	277490F000211645	06/07/2026	60503
BEZ8A42	277490T000006694	13/07/2026	55414
BFC2F44	277490F000211356	03/07/2026	60503
BGP9782	277490F000211787	08/07/2026	60503
BKY9I09	277490F000212079	11/07/2026	60503
BKY9I09	277490F000211621	06/07/2026	60503
BLQ8J12	277490F000211412	03/07/2026	60503
BQP6474	277490F000211346	02/07/2026	60503
BUA3973	277490F000211401	03/07/2026	60503
BVB5327	277490F000211630	06/07/2026	60503
BXP8362	277490F000211629	06/07/2026	60503
CAN3771	277490F000211991	10/07/2026	60503
CAR2E89	277490F000212085	12/07/2026	60503
CGS3A83	277490F000211638	06/07/2026	60503
CJC8J71	277490F000211519	05/07/2026	60503
CKB8300	277490F000211632	06/07/2026	60503
CLI5280	277490W000041358	29/06/2026	55412
CLJ2C44	277490F000211688	07/07/2026	56732
CLZ2H49	277490F000212007	11/07/2026	60503
CMG5H89	277490F000212070	11/07/2026	60503
CNZ5908	277490F000211527	05/07/2026	60503
COX1F09	277490F000211428	04/07/2026	60503
CPQ2017	277490F000212046	11/07/2026	60503
CRD4496	277490F000212033	11/07/2026	60503
CRY5382	277490F000211395	03/07/2026	60503
CTI6B79	277490F000212010	11/07/2026	56732
CWI2J45	277490F000211435	04/07/2026	60503
CXX3268	277490F000211598	06/07/2026	60503
CYO2338	277490F000211946	10/07/2026	60503

CZX7H17	277490F000211392	03/07/2026	60503
DAT6346	277490F000211289	02/07/2026	60503
DEJ6849	277490F000211452	04/07/2026	60503
DFH4865	277490F000211317	02/07/2026	60503
DGK2346	277490F000212039	11/07/2026	60503
DGR6501	277490F000211502	04/07/2026	60503
DIV5J24	277490F000211309	02/07/2026	60503
DJC6C97	277490F000211897	09/07/2026	60503
DJE0J25	277490F000211553	05/07/2026	60503
DLM6748	277490F000211673	06/07/2026	60503
DNB9G90	277490F000211828	09/07/2026	56732
DRG6B70	277490F000211810	09/07/2026	60503
DUI3736	277490F000212078	11/07/2026	60503
DUN3F83	277490F000211487	04/07/2026	60503
DXI3067	277490F000211900	09/07/2026	60503
DXQ3E14	277490F000211767	08/07/2026	60503
DXX6378	277490F000211790	08/07/2026	60503
EBL3I15	277490F000212075	11/07/2026	60503
ECZ8516	277490F000211478	04/07/2026	60503
EDE9I75	277490F000211870	09/07/2026	60503
EDN2C03	277490F000211837	09/07/2026	56732
EDV0E37	277490F000211581	05/07/2026	60503
EGP6622	277490F000211977	10/07/2026	60503
EGT3A97	277490F000211920	10/07/2026	56732
EHS9F14	277490F000212032	11/07/2026	60503
EHY3F04	277490F000211593	05/07/2026	60503
EHY3F04	277490F000211470	04/07/2026	60503
EKN4A50	277490F000211737	08/07/2026	60503
ENH5I42	277490T000006691	13/07/2026	55680
EOW0429	277490F000211972	10/07/2026	60503
ERG6527	277490F000211862	09/07/2026	60503
EUA1H98	277490F000211576	05/07/2026	60503
FAO0034	277490F000212163	12/07/2026	60503
FHD3C35	277490F000212128	12/07/2026	60503
FHJ5A25	277490F000212014	11/07/2026	60503
FIG5A18	277490F000211594	05/07/2026	60503
FKF1C09	277490F000212081	12/07/2026	60503
FLW6D98	277490T000007260	13/07/2026	76252
FNH2C96	277490F000212083	12/07/2026	60503
FOC3C29	277490F000212026	11/07/2026	60503
FRP5B77	277490F000212019	11/07/2026	60503
FSD2E45	277490F000211880	09/07/2026	60503
FSD5C19	277490F000211264	02/07/2026	60503
FTA8358	277490F000211981	10/07/2026	60503
FTH8325	277490F000211364	03/07/2026	60503
FUY9B99	277490F000211970	10/07/2026	60503
FWL7F59	277490F000211361	03/07/2026	60503
FXN5A80	277490W000041357	29/06/2026	55412
FXZ7C17	277490F000211506	05/07/2026	56732
GAN5A27	277490F000211827	09/07/2026	56732
GBD8F80	277490F000211759	08/07/2026	60503
GDD8I90	277490F000211901	09/07/2026	60503
GNK6601	277490F000211578	05/07/2026	60503
GNK6601	277490T000007259	13/07/2026	55411
GWV0545	277490F000211679	07/07/2026	60503
HIC6586	277490F000211964	10/07/2026	60503
HQX0246	277490F000212098	12/07/2026	60503
HRU1085	277490F000211895	09/07/2026	60503
HRX5808	277490F000211337	02/07/2026	60503
HSB9387	277490W000041346	29/06/2026	55412
HSB9387	277490W000041372	29/06/2026	55412
HSG9H89	277490F000211917	10/07/2026	60503
IQZ5G70	277490W000041356	29/06/2026	55412
IYX8I65	277490F000211690	07/07/2026	60503
IZN5I60	277490F000212077	11/07/2026	60503
IZQ0H21	277490W000041343	29/06/2026	55412
JFO5H41	277490F000211601	06/07/2026	60503
JOV5685	277490F000211441	04/07/2026	60503
JQZ1A74	277490F000211763	08/07/2026	60503
JWZ6481	277490F000211723	07/07/2026	60503
JXO9C26	277490F000211671	06/07/2026	60503
JYB0335	277490F000211616	06/07/2026	60503
JYP5720	277490F000212067	11/07/2026	60503
JYS5311	277490W000041340	29/06/2026	55412
KAC5J21	277490F000212119	12/07/2026	60503
KEF5B03	277490F000211522	05/07/2026	60503
KFW0E59	277490F000211729	07/07/2026	60503
KHP7H26	277490F000211961	10/07/2026	60503
KMA5G71	277490F000212146	12/07/2026	56732
KOZ9A87	277490F000211805	08/07/2026	60503
LWT7261	277490F000212108	12/07/2026	60503
MAS9B54	277490F000212116	12/07/2026	60503
MCS3046	277490F000212115	12/07/2026	60503
MCS3046	277490F000211781	08/07/2026	60503
MCS3046	277490F000212169	12/07/2026	60503
MDF5904	277490F000211480	04/07/2026	60503
MDJ3C75	277490F000211322	02/07/2026	60503
MDV9G51	277490F000211567	05/07/2026	60503
MDY3C18	277490F000211740	08/07/2026	60503

MFF3772	277490F000211801	08/07/2026	60503
MFF3772	277490F000211906	09/07/2026	60503
MGF5I93	277490F000211370	03/07/2026	60503
MGS6H11	277490F000211998	11/07/2026	60503
MHI8G16	277490F000212060	11/07/2026	60503
MHU9592	277490F000211748	08/07/2026	60503
MHU9592	277490F000211643	06/07/2026	60503
MHU9592	277490F000211884	09/07/2026	60503
MHX5427	277490F000212012	11/07/2026	60503
MKS3G68	277490F000212011	11/07/2026	60503
MPZ5J12	277490W000041365	29/06/2026	55412
MRI5E77	277490F000211986	10/07/2026	60503
MVX5640	277490F000211489	04/07/2026	60503
NJN1E32	277490F000212048	11/07/2026	60503
NJQ5C45	277490F000211287	01/07/2026	60503
NPS1B25	277490T000007353	13/07/2026	51851
NRN0G28	277490F000211294	02/07/2026	60503
NRQ0I20	277490F000212103	12/07/2026	60503
NRS9E66	277490F000212041	11/07/2026	60503
OAT4C25	277490F000211526	05/07/2026	60503
OBA1A20	277490F000211772	08/07/2026	60503
OOV0C26	277490F000211686	07/07/2026	60503
OQO6J18	277490F000211503	04/07/2026	60503
OVM5005	277490F000211835	09/07/2026	60503
OZJ0A46	277490F000212148	12/07/2026	60503
PHU9J19	277490F000212051	11/07/2026	60503
PHW3F21	277490F000211831	09/07/2026	60503
PHY0A56	277490F000211351	03/07/2026	60503
PIK3G07	277490F000211642	06/07/2026	60503
PXW4B86	277490F000211291	02/07/2026	60503
QAA6J39	277490T000006697	13/07/2026	51851
QAW1F95	277490F000211631	06/07/2026	60503
QHE8J76	277490F000211825	09/07/2026	60503
QIF8F94	277490F000212126	12/07/2026	60503
QJI0760	277490F000211552	05/07/2026	60503
QLW8G32	277490F000211415	04/07/2026	56732
QPU8C34	277490F000212002	11/07/2026	60503
QQK6D81	277490F000211637	06/07/2026	60503
QRR3B94	277490F000211369	03/07/2026	60503
QUE9D69	277490F000211604	06/07/2026	60503
QUJ6G23	277490F000211596	06/07/2026	56732
QUZ0G79	277490F000211430	04/07/2026	60503
QWB6D10	277490T000000735	13/07/2026	55411
RCE4H78	277490F000211583	05/07/2026	60503
RDS8B40	277490F000212050	11/07/2026	60503
RDX6F00	277490F000211687	07/07/2026	56732
RHA2D69	277490F000211505	05/07/2026	60503
RHA7G15	277490F000211268	02/07/2026	60503
RHA7G15	277490F000211931	10/07/2026	60503
RHA7G15	277490F000211267	02/07/2026	60503
RHA7G15	277490F000211914	10/07/2026	60503
RHA7G15	277490F000211507	05/07/2026	60503
RHB3E90	277490F000211751	08/07/2026	60503
RHE0C05	277490F000211402	03/07/2026	60503
RHE4C15	277490F000211749	08/07/2026	60503
RHE4C15	277490F000211744	08/07/2026	60503
RHH6D27	277490T000007401	13/07/2026	56222
RHJ5B46	277490F000211367	03/07/2026	60503
RHN4A52	277490T000007417	13/07/2026	55411
RHQ0H66	277490F000211305	02/07/2026	60503
RHQ3J68	277490F000211966	10/07/2026	60503
RHR1B01	277490F000212086	12/07/2026	60503
RHT1I78	277490F000212139	12/07/2026	56732
RHT2D81	277490F000212160	12/07/2026	60503
RHT2D81	277490F000211544	05/07/2026	60503
RHT2D81	277490F000211859	09/07/2026	60503
RHT3D05	277490F000211530	05/07/2026	60503
RHT9G54	277490F000211892	09/07/2026	60503
RHW3H50	277490F000212052	11/07/2026	60503
RHY6H29	277490F000211776	08/07/2026	60503
RHZ6I07	277490F000211600	06/07/2026	60503
RHZ7I70	277490F000211785	08/07/2026	60503
RIF2H14	277490F000211476	03/07/2026	60503
RJI2J30	277490F000211466	04/07/2026	56732
RJN4J35	277490F000211626	06/07/2026	60503
RNN2D71	277490F000211659	06/07/2026	60503
RRO6H99	277490F000212062	11/07/2026	60503
RUU3H35	277490F000211605	06/07/2026	60503
RVT7C13	277490F000211845	09/07/2026	60503
RWE2B83	277490F000211968	10/07/2026	60503
RWJ7F17	277490F000211984	10/07/2026	60503
RWJ9F29	277490F000211841	09/07/2026	60503
SDP3F58	277490F000212042	11/07/2026	60503
SDR2E91	277490F000211678	07/07/2026	60503
SDR3I14	277490F000212110	12/07/2026	60503
SDT4G83	277490F000211757	08/07/2026	60503
SDV8C59	277490F000211779	08/07/2026	60503
SDX4B92	277490F000212088	12/07/2026	60503
SDY9D40	277490F000211352	03/07/2026	60503

SDZ9G56	277490F000211272	02/07/2026	60503
SED2B43	277490F000212143	12/07/2026	60503
SEE4H38	277490F000211285	01/07/2026	60503
SEF5E28	277490F000211660	06/07/2026	60503
SEG2B36	277490F000211425	04/07/2026	60503
SEH1E05	277490F000211384	03/07/2026	60503
SEH1E05	277490F000211450	04/07/2026	56732
SEH9C26	277490F000211518	05/07/2026	60503
SEI7G56	277490F000211936	10/07/2026	60503
SEI7H92	277490F000211709	07/07/2026	60503
SEJ1E81	277490F000211943	10/07/2026	60503
SEK7I01	277490W000041363	29/06/2026	55412
SEN1C71	277490F000211649	06/07/2026	60503
SEN2G28	277490F000211921	10/07/2026	60503
SEN2I11	277490F000211695	07/07/2026	56732
SEN8A77	277490F000211871	09/07/2026	60503
SEO2D97	277490F000211834	09/07/2026	60503
SEO5C11	277490F000211838	09/07/2026	60503
SEO8C80	277490F000211549	05/07/2026	60503
SER5B58	277490F000211303	02/07/2026	60503
SER6G66	277490F000211795	08/07/2026	60503
SEX4B88	277490F000211728	07/07/2026	60503
SEZ4H96	277490F000211823	09/07/2026	60503
SFA2A47	277490F000211271	02/07/2026	60503
SFA3J79	277490F000211664	06/07/2026	60503
SFD2I66	277490F000212035	11/07/2026	60503
SFJ0E53	277490T000007559	13/07/2026	60501
SFK0H83	277490F000211655	06/07/2026	60503
SFK7C19	277490F000211670	06/07/2026	60503
SFL8A46	277490F000211569	05/07/2026	60503
SHA2F39	277490F000211822	09/07/2026	60503
SIS9C63	277490T000007572	13/07/2026	76331
SJW9I12	277490F000211374	03/07/2026	60503
SLZ6A74	277490F000211891	09/07/2026	60503
SML5F47	277490F000211548	05/07/2026	60503
SPV5G30	277490F000211783	08/07/2026	60503
TAI2D03	277490F000211366	03/07/2026	60503
TAI2D03	277490F000211912	10/07/2026	60503
TAJ3H57	277490F000211898	09/07/2026	60503
TAK6E87	277490F000211676	06/07/2026	60503
TAK6E87	277490F000211577	05/07/2026	60503
TAK6E87	277490F000211994	10/07/2026	60503
TAP1G09	277490F000212008	11/07/2026	60503
TAQ4G16	277490F000211359	03/07/2026	60503
TAR2B30	277490F000211349	02/07/2026	60503
TAS4H78	277490F000211765	08/07/2026	60503
TAS8C86	277490F000211702	07/07/2026	60503
TBA5A21	277490F000211665	06/07/2026	60503
TBD7I62	277490F000211798	08/07/2026	60503
TBD9J32	277490T000000737	13/07/2026	54521
TBF1H07	277490F000211960	10/07/2026	60503
TBF8E98	277490F000211866	09/07/2026	60503
TBN2A97	277490F000211818	09/07/2026	60503
TBT8E05	277490F000211368	03/07/2026	60503
TBU1A46	277490F000212137	12/07/2026	60503
TBU6F66	277490F000211721	07/07/2026	60503
TBX7A72	277490T000007407	13/07/2026	56300
TCG3H59	277490F000211732	07/07/2026	60503
TDK1J18	277490F000212000	11/07/2026	60503
TQI0F12	277490F000211956	10/07/2026	60503
TYU1H32	277490F000211701	07/07/2026	56732
UAB2J53	277490F000212064	11/07/2026	60503
UAT9F27	277490F000211509	05/07/2026	60503
UAU4E04	277490F000211675	06/07/2026	60503
UAV2F56	277490F000211730	07/07/2026	60503
UAV4B97	277490F000211555	05/07/2026	60503
UAW8F21	277490F000211681	07/07/2026	60503
UAY2J05	277490F000212040	11/07/2026	60503
UBC7A27	277490F000211582	05/07/2026	60503
UBD8F17	277490F000211800	08/07/2026	60503
UBF3E49	277490F000211295	02/07/2026	60503
UBF9F47	277490F000211342	02/07/2026	60503
UBF9I17	277490F000211399	03/07/2026	60503
UBK5D07	277490F000211987	10/07/2026	60503
UBM9E05	277490F000211426	04/07/2026	60503
UBO7J92	277490W000041360	29/06/2026	55412
UBP1J67	277490F000211283	02/07/2026	60503
UBS7H16	277490F000211588	05/07/2026	60503
UBW3E04	277490F000211954	10/07/2026	60503
UBW3J07	277490F000211661	06/07/2026	60503
UBY7I44	277490F000211743	08/07/2026	60503
UBZ0H42	277490F000211851	09/07/2026	60503
UCA3B68	277490T000007406	13/07/2026	56300
UCA5F12	277490F000211919	10/07/2026	60503
UCC6E27	277490F000211651	06/07/2026	60503
UFW7B07	277490F000212001	11/07/2026	60503

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:F73A0BE7

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 03/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAA3B90	277490F000206083	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AAW8378	277490F000206208	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ABH3J00	277490W000037967	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ABJ8H61	277490W000037955	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ABQ5F65	277490NIC0043562	21/04/2026	50020	R$ 586,94
ACB8782	277490F000206196	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ACF9779	277490F000206231	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ACL0953	277490F000206328	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ADA6E64	277490F000206262	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ADD0476	277490F000206360	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ADI4B25	277490F000206215	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ADL1959	277490F000206246	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ADQ4998	277490W000037540	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ADX2I59	277490NIC0043650	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AEV5B42	277490F000206055	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AEX3036	277490W000037622	18/04/2026	55412	R$ 195,23
AEY0942	277490F000206113	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AFD6869	277490W000037515	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AFS1158	277490W000037824	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AFV8H05	277490W000037925	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AFX8J00	277490F000206364	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AFX8J00	277490F000206302	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AGP2412	277490W000037638	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AGP7I08	277490W000037790	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AGT7349	277490F000206362	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AGX1E87	277490W000037777	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AGZ7D59	277490W000037578	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AHD1178	277490W000037744	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AHH7B30	277490F000206369	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AHI4E33	277490W000037893	25/04/2026	55412	R$ 195,23
AHN0467	277490F000206080	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AHT1032	277490W000037574	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AHY2400	277490NIC0043560	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AIH2458	277490W000037944	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AII3F23	277490W000037847	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AII3F23	277490W000037536	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AIL6F90	277490W000037500	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AIP6D52	277490F000206074	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AIT6J38	277490NIC0043626	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AIT6J38	277490NIC0043614	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AIZ2D80	277490W000037588	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AJB3733	277490F000206269	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AJH9F45	277490W000037959	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AJI4J25	277490W000037695	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AJL1F30	277490W000037698	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AJN7362	277490W000037932	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AJO5062	277490W000037755	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000037805	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000037837	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000037550	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000037585	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000037568	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AJQ8177	277490W000037856	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AJQ8177	277490W000037789	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AJY3353	277490F000206386	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000206201	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000206272	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000206381	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490W000037771	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AJZ8D95	277490F000206352	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AKA1327	277490F000206273	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AKD1I57	277490W000037886	25/04/2026	55412	R$ 195,23
AKD6420	277490W000037511	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AKE1877	277490W000037978	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AKI0114	277490F000206388	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AKM3C23	277490W000037518	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000037951	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000037591	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000037547	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AKP4B74	277490F000206166	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AKP4D54	277490F000206111	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490W000037825	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AKS9715	277490W000037472	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AKS9715	277490W000037493	15/04/2026	55412	R$ 195,23

AKS9715	277490W000037524	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AKU1J34	277490W000037735	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AKW5B14	277490F000206060	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AKX2640	277490W000037664	20/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037512	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037554	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037596	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037490	15/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037808	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037462	15/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037836	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000037620	18/04/2026	55412	R$ 195,23
ALB9E02	277490F000206325	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ALG6J64	277490NIC0043651	21/04/2026	50020	R$ 390,46
ALJ6B75	277490W000037570	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ALL0C15	277490W000037631	18/04/2026	55412	R$ 195,23
ALL7682	277490F000206225	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ALO5783	277490W000037897	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ALO7587	277490W000037901	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ALO8673	277490F000206344	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ALR9034	277490W000037693	22/04/2026	55412	R$ 195,23
ALS2939	277490F000206329	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ALV8367	277490F000206394	30/04/2026	60503	R$ 293,47
ALW4092	277490F000206372	30/04/2026	60503	R$ 293,47
ALX3711	277490W000037954	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AMH4445	277490F000206108	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AMS4899	277490F000206333	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AMT9J21	277490F000206294	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AMW3447	277490F000206290	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AMX7H53	277490W000037938	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AMY5507	277490W000037590	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ANA7491	277490W000037702	22/04/2026	55412	R$ 195,23
ANC2J52	277490F000206265	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANC7627	277490F000206375	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AND4571	277490W000037521	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ANF7671	277490W000037557	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ANF7671	277490W000037581	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ANH0740	277490W000037567	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ANI3503	277490F000206289	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ANJ0480	277490W000037882	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ANJ7H69	277490W000037885	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ANK9378	277490W000037877	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ANN3J83	277490W000037927	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ANN9036	277490W000037792	23/04/2026	55412	R$ 195,23
ANO4J22	277490NIC0043563	21/04/2026	50020	R$ 586,94
ANQ9656	277490F000206260	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANS7972	277490F000206250	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANT2996	277490W000037788	23/04/2026	55412	R$ 195,23
ANT2996	277490W000037754	23/04/2026	55412	R$ 195,23
ANV7862	277490W000037548	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ANV7862	277490W000037529	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ANW8J26	277490W000037835	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ANW8J26	277490W000037853	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ANY6F58	277490W000037875	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ANY6F58	277490W000037863	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AOA1913	277490W000037943	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AOB0G25	277490F000206222	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AOB3463	277490W000037971	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AOB3463	277490F000206180	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AOG9109	277490W000037935	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AOG9578	277490F000206173	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AOI8G42	277490F000206370	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AOK8518	277490W000037905	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AOK8518	277490W000037945	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AOK8518	277490W000037665	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AOL5E16	116100T000581936	25/04/2026	54521	R$ 195,23
AOM6A75	277490W000037794	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AOO2231	277490W000037513	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AOP3J16	277490W000037713	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AOR8630	277490F000206267	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AOS2971	277490W000037469	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AOW9C24	277490W000037636	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AOZ6D33	277490NIC0043554	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AOZ7521	277490W000037871	24/04/2026	55412	R$ 195,23
APC4385	277490NIC0043623	21/04/2026	50020	R$ 586,94
APG5D35	277490F000206088	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206320	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206072	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206313	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206122	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206095	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206064	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000206073	26/04/2026	60503	R$ 293,47
APG5G61	277490F000206305	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APG9676	277490W000037814	24/04/2026	55412	R$ 195,23
APH2G92	277490F000206314	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APJ5964	277490F000206230	28/04/2026	60503	R$ 293,47
APK7826	277490W000037880	25/04/2026	55412	R$ 195,23
APN5B01	277490W000037797	23/04/2026	55412	R$ 195,23

APN9805	277490W000037723	22/04/2026	55412	R$ 195,23
APN9805	277490W000037654	20/04/2026	55412	R$ 195,23
APO6C66	277490W000037822	24/04/2026	55412	R$ 195,23
APO6F69	277490W000037738	23/04/2026	55412	R$ 195,23
APQ8307	277490F000206343	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APR7251	277490F000206242	28/04/2026	60503	R$ 293,47
APS0E26	277490W000037728	22/04/2026	55412	R$ 195,23
APW6F92	277490W000037658	20/04/2026	55412	R$ 195,23
APW6F92	277490W000037764	23/04/2026	55412	R$ 195,23
APW7479	277490NIC0043586	21/04/2026	50020	R$ 586,94
APX6361	277490W000037716	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AQA5D59	277490W000037710	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AQD1G83	277490F000206136	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AQH5I51	277490NIC0043609	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AQH5I51	277490NIC0043595	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AQH7208	277490F000206107	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AQH9A60	277490F000206191	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AQJ3254	277490F000206070	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AQM3B52	277490NIC0043596	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AQN3F03	277490F000206227	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AQN3F18	277490W000037458	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AQN8927	277490W000037545	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AQN8927	277490W000037842	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AQN8927	277490W000037643	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AQO3005	277490W000037532	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AQS2F16	277490W000037577	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AQV4758	277490W000037474	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AQX7203	277490F000206141	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AQY2G31	277490W000037817	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AQY8F12	277490F000206127	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AQZ1A83	277490F000206186	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ARB1107	277490F000206058	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ARF8D77	277490W000037650	20/04/2026	55412	R$ 195,23
ARG3D77	277490F000206334	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ARI9337	277490W000037861	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ARJ5929	277490W000037634	18/04/2026	55412	R$ 195,23
ARJ7C07	277490F000206092	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ARM8G09	277490W000037888	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ARO9I60	277490W000037468	15/04/2026	55412	R$ 195,23
ARR1466	277490W000037950	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ART1E25	277490F000206162	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ARY4875	277490W000037727	22/04/2026	55412	R$ 195,23
ARZ0A71	277490W000037826	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ARZ0J93	277490W000037975	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ASA1581	277490F000206361	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ASG7337	277490W000037717	22/04/2026	55412	R$ 195,23
ASH4H90	277490W000037906	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490F000206182	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ASK6I67	277490W000037769	23/04/2026	55412	R$ 195,23
ASM9665	277490F000206128	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ASN8849	277490W000037942	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ASS5418	277490W000037635	20/04/2026	55412	R$ 195,23
ASU0D67	277490F000206121	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ASU5990	277490NIC0043635	21/04/2026	50020	R$ 390,46
ASZ4602	277490F000206123	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ATG1811	277490W000037807	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ATG6D97	277490W000037866	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ATK2I63	277490F000206277	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ATK8843	277490F000206115	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ATK8843	277490F000206393	30/04/2026	60503	R$ 293,47
ATM5359	277490W000037477	15/04/2026	55412	R$ 195,23
ATN3I07	277490NIC0043561	21/04/2026	50020	R$ 586,94
ATQ3969	277490W000037492	15/04/2026	55412	R$ 195,23
ATR5945	277490W000037671	22/04/2026	55412	R$ 195,23
ATS4248	277490W000037841	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ATS4248	277490W000037823	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ATS6205	277490W000037751	23/04/2026	55412	R$ 195,23
ATW1G41	277490W000037656	20/04/2026	55412	R$ 195,23
ATX6A83	277490F000206089	26/04/2026	60503	R$ 293,47
ATY3520	277490W000037621	18/04/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000037949	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ATZ7747	277490F000206194	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ATZ9542	277490F000206131	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AUA7434	277490W000037546	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AUE1394	277490W000037922	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AUL4H11	277490W000037892	25/04/2026	55412	R$ 195,23
AUN5057	277490F000206129	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AUO3065	277490W000037714	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AUO4C05	277490W000037711	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AUP8I96	277490W000037907	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AUR3462	277490W000037833	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AUS1D81	277490W000037801	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AUV0292	277490NIC0043653	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AUW9621	277490W000037666	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000037478	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000037778	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000037614	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000037827	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AUY6854	277490NIC0043550	21/04/2026	50020	R$ 586,94

AUY6854	277490F000206189	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490NIC0043608	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AUZ4A33	277490W000037970	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AVE3E54	277490F000206354	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AVE9E93	277490W000037517	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AVF7A74	277490W000037552	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AVG3B81	277490W000037750	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AVH7082	277490W000037565	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK8182	277490F000206075	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AVK9F34	277490W000037503	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037687	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037816	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037756	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037607	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037563	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037854	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037876	25/04/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000037475	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AVN8542	277490W000037887	25/04/2026	55412	R$ 195,23
AVP2606	277490F000206093	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AVR3I75	277490F000206153	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AVS5D94	277490NIC0043642	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AVZ0D12	277490W000037742	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWA5J99	277490W000037868	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AWC0674	277490W000037583	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AWC6550	277490W000037629	18/04/2026	55412	R$ 195,23
AWD5J64	277490W000037726	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037655	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037733	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037798	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037539	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037485	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037464	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037632	18/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037637	20/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037510	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037494	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037571	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037608	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037616	18/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037677	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037783	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037757	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037706	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000037690	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWH1278	277490W000037852	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000037913	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AWO0H13	277490W000037745	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWP7G86	277490NIC0043618	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AWQ1A40	277490F000206076	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AWQ1A40	277490W000037766	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AWQ2J05	277490F000206143	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AWQ3J51	277490W000037465	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AWR6B18	277490F000206337	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AWW4B87	277490F000206252	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AWX9205	277490F000206254	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AWY8801	277490W000037689	22/04/2026	55412	R$ 195,23
AWZ3F97	277490W000037916	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AXB1I38	277490W000037917	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AXF8301	277490F000206223	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AXG2826	277490F000206101	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AXG8460	277490NIC0043612	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AXG8460	277490NIC0043566	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AXI8C85	277490W000037523	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AXK4678	277490W000037463	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AXL5F33	277490NIC0043649	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AXL5F33	277490NIC0043602	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AXL8501	277490W000037831	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AXL8501	277490W000037846	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AXM0D02	277490F000206140	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AXM8G81	277490W000037981	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AXO5F65	277490NIC0043657	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AXP1I47	277490F000206059	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AXR5B84	277490W000037799	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AXW4587	277490W000037921	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AYA6583	277490F000206117	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AYA8F95	277490W000037606	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AYB7B18	277490F000206163	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AYD4I60	277490NIC0043648	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AYE0840	277490W000037603	17/04/2026	55412	R$ 195,23
AYE0840	277490W000037542	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AYE4H04	277490F000206160	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AYE5G65	277490F000206336	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AYJ5C11	277490NIC0043630	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AYP3I91	277490NIC0043567	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AYP8G10	277490F000206085	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AYQ3G30	277490W000037858	24/04/2026	55412	R$ 195,23
AYR4000	277490F000206079	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AYS9C91	277490F000206341	29/04/2026	60503	R$ 293,47

AYV3604	277490NIC0043578	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AYW0H70	277490W000037786	23/04/2026	55412	R$ 195,23
AYX6B93	277490NIC0043559	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AYY4G32	277490F000206263	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000206258	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000206353	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000206264	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000206311	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000206102	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AYY8F41	277490F000206367	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AZC2C46	277490W000037530	16/04/2026	55412	R$ 195,23
AZC3D22	277490F000206234	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AZC6D71	277490F000206212	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AZC6E36	277490NIC0043610	21/04/2026	50020	R$ 586,94
AZD8J50	277490W000037481	15/04/2026	55412	R$ 195,23
AZF6908	277490F000206349	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AZG4F42	277490F000206266	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5240	277490NIC0043652	21/04/2026	50020	R$ 390,46
AZK5629	277490F000206104	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000206308	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000206286	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000206338	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000206096	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000206149	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AZP3J04	277490F000206385	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AZV7H09	277490F000206317	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BAC2344	277490W000037699	22/04/2026	55412	R$ 195,23
BAH0H64	277490F000206146	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BAI8795	277490W000037947	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BAL8I37	277490F000206084	26/04/2026	60503	R$ 293,47
BAU3160	277490W000037796	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BAX5658	277490W000037644	20/04/2026	55412	R$ 195,23
BBG3952	277490F000206270	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BBI3958	277490W000037911	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BBK0E51	277490W000037873	25/04/2026	55412	R$ 195,23
BBO4A23	277490W000037507	16/04/2026	55412	R$ 195,23
BBQ1G58	277490F000206382	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BBS2850	277490W000037473	15/04/2026	55412	R$ 195,23
BBS7H34	277490F000206081	26/04/2026	60503	R$ 293,47
BBU2A37	277490W000037815	24/04/2026	55412	R$ 195,23
BBX7E32	277490NIC0043621	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BBY0429	277490W000037752	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037919	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037730	22/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037829	24/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037519	16/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037499	15/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000037948	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BBY3D74	277490W000037498	15/04/2026	55412	R$ 195,23
BBZ7625	277490W000037556	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BBZ7625	277490W000037580	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BCB4552	277490W000037605	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BCD3F75	277490NIC0043624	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BCD4I98	277490W000037739	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BCI6010	277490W000037483	15/04/2026	55412	R$ 195,23
BCJ9E60	277490NIC0043588	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BCL2284	277490NIC0043631	21/04/2026	50020	R$ 390,46
BCN1I59	277490F000206210	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BCN7J08	277490NIC0043591	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BCO7255	277490F000206236	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BCQ3993	277490W000037775	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BCS5A65	277490W000037884	25/04/2026	55412	R$ 195,23
BCT9I77	277490F000206374	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BCY1H36	277490NIC0043556	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BCY7G37	277490W000037560	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BCZ7I22	277490W000037651	20/04/2026	55412	R$ 195,23
BDB6778	277490F000206397	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BDC1G27	277490W000037623	18/04/2026	55412	R$ 195,23
BDH3H81	277490NIC0043590	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BDK6C55	277490F000206348	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BDL2B55	277490W000037559	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BDL3H47	277490W000037979	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BDM6H24	277490F000206155	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BDN8E44	277490NIC0043557	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BDN8E44	277490NIC0043551	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BDO3F48	277490NIC0043575	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BDO3F48	277490F000206238	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BDP2C24	277490W000037768	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BDQ6A21	277490F000206154	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BDR4I66	277490W000037572	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BDU7F53	277490W000037758	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BDU9J46	277490W000037696	22/04/2026	55412	R$ 195,23
BDV3B85	277490NIC0043582	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BDW9G92	277490W000037729	22/04/2026	55412	R$ 195,23
BED1H46	277490W000037718	22/04/2026	55412	R$ 195,23
BEH5B10	277490F000206309	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BEH5B42	277490W000037957	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BEI4B68	277490W000037586	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BEI4B68	277490W000037566	17/04/2026	55412	R$ 195,23

BEK3B23	277490W000037977	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BEM1G52	277490NIC0043646	21/04/2026	50020	R$ 390,46
BEM1G52	277490NIC0043640	21/04/2026	50020	R$ 390,46
BEM1G52	277490NIC0043645	21/04/2026	50020	R$ 390,46
BEM1G52	277490NIC0043637	21/04/2026	50020	R$ 390,46
BEN2910	277490W000037593	17/04/2026	55412	R$ 195,23
BEN7I54	277490NIC0043570	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BEP0I94	277490F000206342	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BEP2G85	277490W000037968	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BER5A01	277490F000206195	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BET7H38	277490F000206098	26/04/2026	60503	R$ 293,47
BEU3D81	277490F000206211	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BEX9I50	277490NIC0043571	21/04/2026	50020	R$ 586,94
BFC2F44	277490W000037667	20/04/2026	55412	R$ 195,23
BGP9782	277490F000206216	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BLF9C55	277490W000037459	15/04/2026	55412	R$ 195,23
BMP5245	277490W000037982	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BPF6824	277490F000206315	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BQG4049	277490F000206331	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BQZ4D28	277490W000037627	18/04/2026	55412	R$ 195,23
BVM0H69	277490W000037761	23/04/2026	55412	R$ 195,23
BYI8F07	277490NIC0043641	21/04/2026	50020	R$ 390,46
CAN4883	277490W000037476	15/04/2026	55412	R$ 195,23
CCC4079	277490W000037976	27/04/2026	55412	R$ 195,23
CCP5080	277490F000206248	28/04/2026	60503	R$ 293,47
CHW5931	277490W000037934	27/04/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000037908	27/04/2026	55412	R$ 195,23
CHZ7B00	277490F000206169	27/04/2026	60503	R$ 293,47
CKR0425	277490F000206187	27/04/2026	60503	R$ 293,47
CKZ6D74	277490F000206086	26/04/2026	60503	R$ 293,47
CQW0797	277490F000206268	28/04/2026	60503	R$ 293,47
CUR4E50	277490F000206356	29/04/2026	60503	R$ 293,47
CVX5803	277490W000037912	27/04/2026	55412	R$ 195,23
CWI2J45	277490F000206062	26/04/2026	60503	R$ 293,47
CXR7D79	277490W000037457	15/04/2026	55412	R$ 195,23
CYB5219	277490F000206078	26/04/2026	60503	R$ 293,47
DBZ7035	277490W000037685	22/04/2026	55412	R$ 195,23
DEH5G06	277490F000206139	27/04/2026	60503	R$ 293,47
DET8253	277490F000206137	27/04/2026	60503	R$ 293,47
DEZ4817	277490F000206384	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DFB9955	277490W000037660	20/04/2026	55412	R$ 195,23
DFQ9597	277490W000037514	16/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000037669	20/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000037520	16/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000037674	22/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000037780	23/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000037953	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DGV5981	277490W000037983	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DHU5332	277490W000037966	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DJE7C82	277490W000037700	22/04/2026	55412	R$ 195,23
DKX5D53	277490F000206067	26/04/2026	60503	R$ 293,47
DNP1785	277490F000206100	26/04/2026	60503	R$ 293,47
DNP1785	277490F000206103	26/04/2026	60503	R$ 293,47
DQK9F01	277490W000037573	17/04/2026	55412	R$ 195,23
DQN9607	277490W000037772	23/04/2026	55412	R$ 195,23
DRO0J49	277490NIC0043643	21/04/2026	50020	R$ 390,46
DTZ4408	277490W000037688	22/04/2026	55412	R$ 195,23
DXO4D53	277490F000206071	26/04/2026	60503	R$ 293,47
DXP7592	277490F000206383	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DYI1J75	277490W000037522	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000037679	22/04/2026	55412	R$ 195,23
EEF9H63	277490W000037793	23/04/2026	55412	R$ 195,23
EFV0248	277490W000037488	15/04/2026	55412	R$ 195,23
EGC1628	277490W000037813	24/04/2026	55412	R$ 195,23
EGF5D65	277490NIC0043622	21/04/2026	50020	R$ 586,94
EGR9H22	277490F000206274	28/04/2026	60503	R$ 293,47
EIP8652	277490F000206253	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ENA5B82	277490W000037551	16/04/2026	55412	R$ 195,23
ENW1956	277490W000037941	27/04/2026	55412	R$ 195,23
EOR5J74	277490W000037595	17/04/2026	55412	R$ 195,23
EOR5J74	277490W000037737	23/04/2026	55412	R$ 195,23
EOW0D37	277490W000037809	24/04/2026	55412	R$ 195,23
ERW5512	277490F000206132	27/04/2026	60503	R$ 293,47
EWN4921	277490F000206179	27/04/2026	60503	R$ 293,47
EWS8G32	277490W000037495	15/04/2026	55412	R$ 195,23
EXF9494	277490W000037989	27/04/2026	55412	R$ 195,23
EYA3C97	277490W000037501	15/04/2026	55412	R$ 195,23
EYA7G02	277490F000206293	29/04/2026	60503	R$ 293,47
EZL0D13	277490F000206119	26/04/2026	60503	R$ 293,47
FBO8G36	277490NIC0043587	21/04/2026	50020	R$ 586,94
FFV2468	277490F000206147	27/04/2026	60503	R$ 293,47
FGT6J04	277490NIC0043628	21/04/2026	50020	R$ 586,94
FIT4D62	277490W000037828	24/04/2026	55412	R$ 195,23
FJD3E08	277490NIC0043589	21/04/2026	50020	R$ 586,94
FJL1C72	277490F000206251	28/04/2026	60503	R$ 293,47
FJM0E63	277490F000206307	29/04/2026	60503	R$ 293,47
FJQ1G19	277490F000206069	26/04/2026	60503	R$ 293,47
FKG0J13	277490W000037859	24/04/2026	55412	R$ 195,23
FOI0E40	277490NIC0043580	21/04/2026	50020	R$ 586,94

FOY2G72	277490NIC0043573	21/04/2026	50020	R$ 586,94
FOY2G72	277490NIC0043576	21/04/2026	50020	R$ 586,94
FPO2017	277490F000206232	28/04/2026	60503	R$ 293,47
FXZ7C17	277490F000206321	29/04/2026	60503	R$ 293,47
GBU3D75	277490F000206200	28/04/2026	60503	R$ 293,47
GGD0J00	277490F000206185	27/04/2026	60503	R$ 293,47
GHQ7D39	277490W000037865	24/04/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000037670	20/04/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000037589	17/04/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000037576	17/04/2026	55412	R$ 195,23
GHQ7D39	277490W000037609	17/04/2026	55412	R$ 195,23
GJU3G46	277490W000037879	25/04/2026	55412	R$ 195,23
GJW2A21	277490NIC0043644	21/04/2026	50020	R$ 390,46
HDK2928	277490F000206347	29/04/2026	60503	R$ 293,47
HFT4B93	277490NIC0043655	21/04/2026	50020	R$ 390,46
HKT7I76	277490W000037647	20/04/2026	55412	R$ 195,23
HLH1D40	277490W000037844	24/04/2026	55412	R$ 195,23
HOJ2609	277490NIC0043638	21/04/2026	50020	R$ 390,46
HOJ2609	277490NIC0043639	21/04/2026	50020	R$ 390,46
HQF4295	277490F000206145	27/04/2026	60503	R$ 293,47
HRI9034	277490W000037964	27/04/2026	55412	R$ 195,23
HRK5808	277490F000206279	28/04/2026	60503	R$ 293,47
HSG9J91	277490W000037918	27/04/2026	55412	R$ 195,23
HXN4A95	277490W000037890	25/04/2026	55412	R$ 195,23
ILK6G88	277490W000037597	17/04/2026	55412	R$ 195,23
ITH0E76	277490W000037940	27/04/2026	55412	R$ 195,23
IWA1J60	277490F000206066	26/04/2026	60503	R$ 293,47
JAQ0D63	277490NIC0043592	21/04/2026	50020	R$ 586,94
JAV7J84	277490F000206142	27/04/2026	60503	R$ 293,47
JBP0H49	277490NIC0043636	21/04/2026	50020	R$ 390,46
JFO5H41	277490W000037708	22/04/2026	55412	R$ 195,23
JFO5H41	277490W000037779	23/04/2026	55412	R$ 195,23
JOD4A35	277490F000206151	27/04/2026	60503	R$ 293,47
JSF7338	277490W000037795	23/04/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000037770	23/04/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000037724	22/04/2026	55412	R$ 195,23
JTN0546	277490W000037639	20/04/2026	55412	R$ 195,23
KVU1B65	277490W000037480	15/04/2026	55412	R$ 195,23
LBE1C00	277490W000037479	15/04/2026	55412	R$ 195,23
LCR3E83	277490F000206168	27/04/2026	60503	R$ 293,47
LON3900	277490F000206217	28/04/2026	60503	R$ 293,47
LZS5A65	277490W000037952	27/04/2026	55412	R$ 195,23
MBC8002	277490W000037535	16/04/2026	55412	R$ 195,23
MBT0A40	277490F000206099	26/04/2026	60503	R$ 293,47
MBV8824	277490W000037867	24/04/2026	55412	R$ 195,23
MCA5C19	277490F000206296	29/04/2026	60503	R$ 293,47
MDJ3C75	277490W000037461	15/04/2026	55412	R$ 195,23
MGW8481	277490W000037460	15/04/2026	55412	R$ 195,23
MIS0G16	277490W000037516	16/04/2026	55412	R$ 195,23
MJF9A90	277490W000037746	23/04/2026	55412	R$ 195,23
MJF9A90	277490W000037974	27/04/2026	55412	R$ 195,23
MJF9A90	277490W000037508	16/04/2026	55412	R$ 195,23
MLD2I03	277490F000206138	27/04/2026	60503	R$ 293,47
MTB4B62	277490W000037722	22/04/2026	55412	R$ 195,23
NBF0F40	277490W000037697	22/04/2026	55412	R$ 195,23
NBS3J60	277490W000037692	22/04/2026	55412	R$ 195,23
NHM9682	277490W000037774	23/04/2026	55412	R$ 195,23
NRJ6B85	277490F000206303	29/04/2026	60503	R$ 293,47
NRQ7043	277490W000037705	22/04/2026	55412	R$ 195,23
NRW4F47	277490W000037668	20/04/2026	55412	R$ 195,23
NSM4I25	277490W000037731	22/04/2026	55412	R$ 195,23
NUE2A72	277490F000206387	30/04/2026	60503	R$ 293,47
NVW9I44	277490F000206178	27/04/2026	60503	R$ 293,47
OFN5634	277490W000037466	15/04/2026	55412	R$ 195,23
OUG1160	277490F000206288	29/04/2026	60503	R$ 293,47
PQQ0F52	277490W000037610	17/04/2026	55412	R$ 195,23
PRQ9F87	277490NIC0043577	21/04/2026	50020	R$ 586,94
PUJ6H39	277490F000206240	28/04/2026	60503	R$ 293,47
PWO5I49	277490NIC0043606	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QAG6F01	277490NIC0043579	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QHF4A43	277490F000206390	30/04/2026	60503	R$ 293,47
QHY5D61	277490NIC0043583	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QIX2H02	277490NIC0043597	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QJJ4E33	277490F000206170	27/04/2026	60503	R$ 293,47
QMW6I93	277490W000037537	16/04/2026	55412	R$ 195,23
QOR4F44	277490F000206183	27/04/2026	60503	R$ 293,47
QPB1A27	277490F000206346	29/04/2026	60503	R$ 293,47
QRR3B94	277490NIC0043581	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QXB8C29	277490NIC0043572	21/04/2026	50020	R$ 586,94
QXF6E34	277490NIC0043613	21/04/2026	50020	R$ 586,94
REG7D11	277490F000206063	26/04/2026	60503	R$ 293,47
RHA7G15	277490F000206292	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHA7G15	277490F000206327	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHB3A74	277490NIC0043558	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHB3A74	277490NIC0043553	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHB4E55	277490NIC0043627	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHE3F33	277490W000037848	24/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037549	16/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037612	17/04/2026	55412	R$ 195,23

RHE3F33	277490W000037802	23/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037531	16/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037936	27/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037986	27/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037592	17/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037715	22/04/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000037785	23/04/2026	55412	R$ 195,23
RHG6H99	277490W000037787	23/04/2026	55412	R$ 195,23
RHJ0F53	277490NIC0043564	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHM4G94	277490NIC0043604	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHM5E33	277490F000206226	28/04/2026	60503	R$ 293,47
RHM6F00	277490W000037471	15/04/2026	55412	R$ 195,23
RHM6H45	277490F000206324	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHR6F91	277490F000206220	28/04/2026	60503	R$ 293,47
RHS1H32	277490F000206380	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RHS5B09	277490NIC0043654	21/04/2026	50020	R$ 390,46
RHT4D58	277490NIC0043603	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RHT5C90	277490W000037598	17/04/2026	55412	R$ 195,23
RHV7E55	277490W000037869	24/04/2026	55412	R$ 195,23
RHV8A37	277490F000206061	26/04/2026	60503	R$ 293,47
RHW5G47	277490W000037676	22/04/2026	55412	R$ 195,23
RHY5E11	277490W000037862	24/04/2026	55412	R$ 195,23
RKX8B26	277490F000206389	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RMF0B76	277490W000037538	16/04/2026	55412	R$ 195,23
RMF0B76	277490W000037555	16/04/2026	55412	R$ 195,23
RND0F86	277490W000037675	22/04/2026	55412	R$ 195,23
RTB9B52	277490F000206174	27/04/2026	60503	R$ 293,47
RTX7C39	277490W000037628	18/04/2026	55412	R$ 195,23
RXP1C80	277490W000037960	27/04/2026	55412	R$ 195,23
RXY6F00	277490W000037680	22/04/2026	55412	R$ 195,23
RYI1B27	277490NIC0043619	21/04/2026	50020	R$ 586,94
RYQ2G50	277490NIC0043585	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SCK1I13	277490F000206157	27/04/2026	60503	R$ 293,47
SDD1J23	277490NIC0043656	21/04/2026	50020	R$ 390,46
SDD1J23	277490NIC0043658	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SDP5E52	277490W000037544	16/04/2026	55412	R$ 195,23
SDR4D02	277490F000206228	28/04/2026	60503	R$ 293,47
SDR5H38	277490F000206350	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SDR8I83	277490F000206243	28/04/2026	60503	R$ 293,47
SDS3C88	277490W000037980	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SDY2I33	277490F000206330	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SDY5I25	277490NIC0043568	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SDZ0H60	277490F000206255	28/04/2026	60503	R$ 293,47
SDZ1F74	277490W000037909	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SEE6G56	277490W000037661	20/04/2026	55412	R$ 195,23
SEH0G53	277490W000037965	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SEJ3D78	277490W000037712	22/04/2026	55412	R$ 195,23
SEJ4F03	277490NIC0043598	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SEK7C64	277490W000037784	23/04/2026	55412	R$ 195,23
SEM9A93	277490F000206379	30/04/2026	60503	R$ 293,47
SEP3D61	277490F000206094	26/04/2026	60503	R$ 293,47
SEQ1I29	277490W000037820	24/04/2026	55412	R$ 195,23
SES6C49	277490F000206339	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SEW7B07	277490NIC0043629	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SEW9D27	277490NIC0043647	21/04/2026	50020	R$ 390,46
SEY7A32	277490F000206280	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SEY7H71	277490NIC0043549	21/04/2026	50020	R$ 390,46
SEY8H98	277490W000037984	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SFA2A47	277490NIC0043599	21/04/2026	50020	R$ 586,94
SFC8B60	277490W000037678	22/04/2026	55412	R$ 195,23
SFD3C77	277490W000037855	24/04/2026	55412	R$ 195,23
SFF1F29	277490F000206363	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SFG1D98	277490W000037575	17/04/2026	55412	R$ 195,23
SFI9B31	277490F000206177	27/04/2026	60503	R$ 293,47
SFO4J12	277490W000037973	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037491	15/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037525	16/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037930	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037920	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037615	18/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037838	24/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037821	24/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037747	23/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037767	23/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037791	23/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037642	20/04/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000037633	18/04/2026	55412	R$ 195,23
SMB4E73	277490W000037662	20/04/2026	55412	R$ 195,23
SNZ5B42	277490F000206319	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SYS3F11	277490F000206057	26/04/2026	60503	R$ 293,47
TAI1G26	277490NIC0043594	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TAN5H73	277490F000206213	28/04/2026	60503	R$ 293,47
TAP8G46	277490NIC0043601	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TAR4G40	277490NIC0043633	21/04/2026	50020	R$ 390,46
TAS9F08	277490NIC0043607	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TAS9F08	277490NIC0043605	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TAU6J60	277490W000037682	22/04/2026	55412	R$ 195,23
TAW2G03	277490F000206358	29/04/2026	60503	R$ 293,47
TAW8A77	277490NIC0043620	21/04/2026	50020	R$ 586,94

TAX8F16	277490NIC0043634	21/04/2026	50020	R$ 390,46
TBD5J79	277490NIC0043574	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBE4I72	277490F000206192	27/04/2026	60503	R$ 293,47
TBF2B91	277490NIC0043555	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBF7C24	277490F000206124	26/04/2026	60503	R$ 293,47
TBG1H47	277490W000037736	23/04/2026	55412	R$ 195,23
TBH6F87	277490NIC0043569	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBH9H99	277490NIC0043593	21/04/2026	50020	R$ 260,32
TBJ6C82	277490F000206239	28/04/2026	60503	R$ 293,47
TBJ8B55	277490F000206082	26/04/2026	60503	R$ 293,47
TBL2J44	277490F000206287	29/04/2026	60503	R$ 293,47
TBL8B26	277490NIC0043552	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBM9E89	277490NIC0043584	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBO5I47	277490W000037812	24/04/2026	55412	R$ 195,23
TBP7J06	277490F000206176	27/04/2026	60503	R$ 293,47
TBQ5E17	277490F000206125	26/04/2026	60503	R$ 293,47
TBS3J97	277490F000206299	29/04/2026	60503	R$ 293,47
TBU9G88	277490NIC0043616	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBU9G88	277490NIC0043600	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBU9G88	277490F000206152	27/04/2026	60503	R$ 293,47
TBU9G88	277490NIC0043611	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TBU9G88	277490F000206298	29/04/2026	60503	R$ 293,47
TBX0F97	277490F000206398	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TBX3B46	277490F000206110	26/04/2026	60503	R$ 293,47
TCH0C37	277490NIC0043565	21/04/2026	50020	R$ 586,94
TCJ8B94	277490W000037811	24/04/2026	55412	R$ 195,23
TOE8H86	277490F000206126	27/04/2026	60503	R$ 293,47
TPR4A29	277490F000206198	27/04/2026	60503	R$ 293,47
UAU7J04	277490NIC0043615	21/04/2026	50020	R$ 586,94
UAV4H45	277490NIC0043632	21/04/2026	50020	R$ 390,46
UBB4B89	277490F000206214	28/04/2026	60503	R$ 293,47
UBH7C16	277490W000037933	27/04/2026	55412	R$ 195,23
UBL1E27	277490W000037872	24/04/2026	55412	R$ 195,23
UBP6D21	277490W000037613	17/04/2026	55412	R$ 195,23
UBQ9B92	277490F000206091	26/04/2026	60503	R$ 293,47
UBT8D78	277490F000206197	27/04/2026	60503	R$ 293,47
UBU3A42	277490F000206310	29/04/2026	60503	R$ 293,47
UDP2A99	277490NIC0043617	21/04/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:99E389AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de Ferramentas.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,420848%** referente à variação do INPC no período de junho/2025 a junho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 62/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 62/2025 passa a ser de: **R$ 11.121,88 (onze mil, cento e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).**

Fornecedor: EFFORT NEGÓCIOS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
91	Jogo Chave Material: Aço, Tipo: Estrela, Quantidade Peças: 12, Aplicação: Serviços Gerais - Oficina, Componentes: 6 x 7, 8 x 9, 10 x 11, 12 x13, 14 x 15, 16 x 17 , Acabamento Superficial: Cromado - Código Catmat: 300378.	jogo.	161	R$ 69,08	R$ 11.121,88
Total Fornecedor: R$ 11.121,88 (onze mil, cento e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025), datada de 04 de abril de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa:
EFFORT NEGÓCIOS LTDA
CNPJ: 23.380.134/0001-80
Endereço: Rua Araranguá, 50 - AMERICA, Joinville - SC, 89.204-310
Nome do Representante:
DIOGO RIBEIRO DA LUZ
CPF: 052.931.669-21

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B75895D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 44/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA e Secretário Municipal de Educação Interino Sr. LUCIANO GONÇALVES DE LIMA** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de vestuário e itens de higiene pessoal, por meio das Secretariais Municipais de Assistência Social, de Saúde e de Educação, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,420848%** referente à variação do INPC no período de junho/2025 a junho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 175/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 175/2024 passa a ser de: **R$ 143.089,20 (cento e quarenta e três mil e oitenta e nove reais e vinte centavos).**

Fornecedor:HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Absorvente Higiênico, Tipo: Normal Com Abas, Características Adicionais: Adulto, Com Gel, Alta Proteção. CÓDIGO CATMAT 301728. Observações Complementares: PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES.	Und.	28.994	R$1,65	R$ 47.840,10
2	Absorvente Higiênico, Tipo: Normal Com Abas, Características Adicionais: Adulto, Com Gel, Alta Proteção. CÓDIGO CATMAT 301728. Observações Complementares: PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES.	Pcte.	9.664	R$ 1,65	R$ 15.945,60
12	Dentifrício, Composição Básica: Creme Dental Com Fluor Ativo (1000 Ppm), Sabor: Tutti-Frutti, Tipo: Infantil, Capacidade: 50 G, Aplicação: Higiene Dental. CÓDIGO CATMAT 452037.	Und.	7.350	R$ 1,79	R$ 13.156,50
16	Escova Cabelo, Material: Plástico, Material Cerdas: Náilon, Tipo Cerdas: Vazadas, Aplicação: Todo Tipo De Cabelo. CÓDIGO CATMAT 477537.	Und.	150	R$ 7,69	1.153,50
30	LENÇO UMEDECIDO, MATERIAL:NÃO TECIDO, DIMENSÕES:CERCA DE 15 X 20 CM,	Und.	7.150	R$ 2,75	19.662,50

	COMPONENTES:C/ EMOLIENTE, ISENTO DE ÁLCOOL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:HIPOALERGÊNICO, TIPO USO:DESCARTÁVEL, USO:INFANTIL. CÓDIGO CATMAT 434965. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES: PACOTE COM MIN DE 48 TOALHAS,COM REGISTRO NA ANVISA.				
34	Sabonete, Aspecto Físico: Sólido, Peso: 90 G, Aroma: Suave, Cor: Branca. CÓDIGO CATMAT 444433. Observações Complementares: INFANTIL PARA BEBÊ	Pcte.	1.900	R$ 1,65	3.135,00
35	SABONETE, ASPECTO FÍSICO:SÓLIDO, PESO:90 G, TIPO:COM PERFUME, FORMATO:OVALADO, AROMA:NÃO APLICÁVEL, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:PELE NORMAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÃO APLICÁVEL CÓDIGO CATMAT 232299.	Und.	900	R$ 0,93	837,00
36	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO PERFUMADO, ACIDEZ:PH NEUTRO, APLICAÇÃO:ASSEPSIA DAS MÃOS, COMPOSIÇÃO:GLICERINA, AROMA:LAVANDA CÓDIGO CATMAT 472873.OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES INFANTIL COM MIN DE 200ML.	Und.	1.788	R$ 4,40	7.867,20
43	TOALHA BANHO, MATERIAL:100% ALGODÃO, MEDIDAS MÍNIMAS (C X L):0,90 X 0,70 M, COR:BRANCO CÓDIGO CATMAT 477475.	Und.	2.060	R$ 13,73	28.283,80
44	Xampu, Tipo: Neutro, Aplicação: Infantil, Cabelos Normais. CÓDIGO CATMAT 402414. Observações Complementares: EMBALAGEM COM NO MINIMO 200ML.	Und.	800	R$ 4,34	3.472,00
45	AMPU, TIPO:NEUTRO, APLICAÇÃO:ADULTO, CABELOS NORMAIS .CÓDIGO CATMAT 402413 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES EMBALAGEM MIN DE 300ML	Und.	400	R$ 4,34	1.736,00
Total Fornecedor: R$ 143.089,20 (cento e quarenta e três mil e oitenta e nove reais e vinte centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024), datada de 03 de outubro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

Fornecedor:
Hakour Distribuidora De Alimentos LTDA
CNPJ: 55.187.334/0001-08
Endereço: Avenida Curitiba 204 - Sala 01 - Paiçandu - PR - CEP: 87140-000
Telefone (44) 3031-5073
E-mail - Hakourdistribuidora@Gmail.Com
RAPHAEL MICHEL NASSER
RG: 10.054.095-9 SSP PR / CPF: 060.188.579 - 10

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:07FFF6E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 31/08/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGP9G25	277510Z000031919	24/06/2026	55412
AGZ9A77	277510Z000031894	23/06/2026	55412
ALA3G27	277510Z000031889	23/06/2026	55412
AMC6B59	277510NIC0029986	16/06/2026	50020
ANU6E99	277510Z000031893	23/06/2026	55412
AOB7606	277510T000164033	23/06/2026	54521
APG7013	277510Z000031931	24/06/2026	55412
AQP0H12	277510Z000031917	24/06/2026	55412
AQY0817	277510Z000031932	24/06/2026	55412
ATL6131	277510Z000031892	23/06/2026	55412
ATM7959	277510NIC0029984	16/06/2026	50020
AUI3E84	277510Z000031927	24/06/2026	55412
AXL9G21	277510Z000031897	23/06/2026	55412
AYB4630	277510T000168937	06/07/2026	51851
AZB5098	277510T000172215	06/07/2026	55417
AZO6982	277510Z000031905	19/06/2026	55412
BCB8B34	277510Z000031895	23/06/2026	55412
BCN6B57	277510Z000031896	23/06/2026	55412
BDV5D05	277510NIC0029985	16/06/2026	50020
BEI1I43	277510T000167756	06/07/2026	57030
CAF2133	277510Z000031926	24/06/2026	55412

CEN3D19	277510T000172216	06/07/2026	57030
DVB8J08	277510Z000031906	24/06/2026	55412
ENJ2I26	277510Z000031934	24/06/2026	55412
EZM5I64	277510Z000031921	24/06/2026	55412
FGI6E63	277510Z000031891	23/06/2026	55412
FKU7D66	277510Z000031930	24/06/2026	55412
FTB9H73	277510T000168936	06/07/2026	55417
FTT5H10	277510NIC0029988	16/06/2026	50020
IEF8E91	277510Z000031898	23/06/2026	55412
JBD4C21	277510Z000031910	24/06/2026	55412
JHX5F26	277510Z000031904	23/06/2026	55412
LBZ2C70	277510Z000031899	23/06/2026	55412
LZT3J49	277510Z000031902	23/06/2026	55412
MDS8I89	277510T000169672	06/07/2026	76251
NUG9C77	277510Z000031907	24/06/2026	55412
NVM0G16	277510Z000031918	24/06/2026	55412
OXQ9H44	277510Z000031914	24/06/2026	55412
QKQ6J19	277510Z000031903	23/06/2026	55412
QUT6F02	277510Z000031928	24/06/2026	55412
RHI3B85	277510Z000031935	24/06/2026	55412
RHL0H56	277510Z000031900	23/06/2026	55412
SDV8B88	277510NIC0029987	16/06/2026	50020
SEZ0F99	277510Z000031915	24/06/2026	55412
SFM6F35	277510Z000031888	23/06/2026	55412

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:B2BE4613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA N.º 182/2026 – DE 09 DE JULHO DE 2026

ERRATA
O Senhor **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, Prefeito Municipal do Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.687.954/0001-13, torna público a **ERRATA** da Portaria n.º 182/2026 – de 09 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/07/2026 – Edição n.º 3570, sendo:
ONDE LÊ-SE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Luisa Soares Rosa Procop	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Thamires Gabrieli Dilay	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Antônio Marcos Maciel	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Silvio Renato Lalik	04/07/2026	04/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Cleverson Marques da Cruz	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	09/07/2026	09/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	09/07/2026	09/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
Luiz Sergio Oleksichen	13/07/2026	13/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração
Claudinir Lucik	12/07/2026	12/07/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	Porto União/SC	----------	Serviços Atinentes ao Departamento de Cultura

LEIA-SE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Luisa Soares Rosa Procop	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Thamires Gabrieli Dilay	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Antônio Marcos Maciel	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	03/07/2026	03/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Silvio Renato Lalik	04/07/2026	04/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	06/07/2026	06/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes

José Carlos Machado	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	07/07/2026	07/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Cleverson Marques da Cruz	08/07/2026	08/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	09/07/2026	09/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	09/07/2026	09/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
Luiz Sergio Oleksichen	13/07/2026	13/07/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Administração

Paula Freitas, 15 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:68BD5461

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº.1.544/2026

LEI Nº.1.544/2026

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, contendo as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária, Normas de Execução Financeira a serem executadas pelo Município de Paulo Frontin, no exercício de 2027, e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para o exercício financeiro de 2027, as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, as metas e os riscos fiscais, as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária e as normas de execução financeira, em conformidade com o Plano Plurianual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/00 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

Ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal;

Metas e riscos fiscais;

Disposições sobre alterações na legislação tributária;

Estrutura e organização da lei orçamentária;

Diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos; e

Normas relativas à execução financeira e orçamentária.

CAPÍTULO I
AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As ações prioritárias, objetivos e metas constantes do Plano Plurianual para o exercício de 2027 fixados pelo Plano Plurianual, passam, a partir da edição desta lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II
METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º - As metas, as avaliações, os demonstrativos e os riscos fiscais estão definidos nos Anexos II e III desta Lei.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2027, mediante a edição de lei específica, poderá ajustar o orçamento em face das alterações na legislação tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência desta Lei, em especial quanto:

Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;

À concessão e ou redução de isenções fiscais;

À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança da Dívida Ativa municipal.

CAPÍTULO IV
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º - A Proposta Orçamentária será composta dos Anexos I, II, III e IV, que conterão:

Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscais;
Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscais;
Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo;
Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º - Os Orçamentos Fiscal e do Fundo discriminarão as despesas por órgãos, unidades orçamentárias, projetos e/ou atividades, segundo a classificação funcional-programática e a natureza dos gastos, nos moldes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, e da Portaria SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e suas alterações.

Art. 7º - As programações dos Fundos de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, do Fundo Municipal de Saúde e de outros que vierem a ser implementados serão abertas como atividades nas unidades orçamentárias às quais estiverem subordinadas.

Parágrafo único. O orçamento e os acompanhamentos das execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e as escriturações contábeis do Fundo Municipal de Saúde, serão organizados de forma independente dos demais orçamentos do Município.

CAPÍTULO V
DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º - Para o exercício financeiro de 2027 a receita estimada é na ordem de R$ **63.722.822,00** (sessenta e três milhões e setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e vinte e dois reais) e a despesa fixada em igual valor distribuída entre as Entidades:

PREFEITURA MUNICIPAL	51.201.854,50
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.800.967,50
PODER LEGISLATIVO	2.720.000,00
TOTAL	**63.722.822,00**

Parágrafo único. Do montante estabelecido para o Orçamento Fiscal, será consignado em Reserva de Contingência o percentual mínimo de 0,50%.

Art. 9º- Serão classificados na atividade 2.038 os recursos consignados em Reserva de Contingência - elemento de despesa 999999 e as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Executivo - elemento de despesa 4699.99.01 - A Classificar.

Art. 10 - O Projeto de Lei do Orçamento, por meio de Anexo, deve demonstrar a existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II - Metas e Riscos Fiscais.

Art. 11 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em julho de 2026.

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2026.

§ 2º Os valores da receita e despesa apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária corrigida, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente atualizado.

Art. 12 - O Projeto de Lei do Orçamento para 2027 destinará recursos para atender prioritariamente:

Ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;

As despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;

Ao pagamento do serviço da dívida pública.

Aos empréstimos e as contrapartidas de programas objeto de financiamentos;

A manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal e;

Ao custeio do Sistema de Saúde.

Demais despesas de manutenção dos serviços púbicos.

Art. 13 - O Poder Legislativo, até o dia 31 do mês de julho do presente exercício, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, em até 7% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo extrapole os limites estabelecidos na Constituição Federal, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado à atividade 2.038, elemento de despesa 4699.99.01 - A Classificar.

Art. 14 - As receitas do Orçamento Fiscal serão programadas para atender de forma prioritária gastos com pessoal e encargos sociais, encargos e principal da dívida, precatórios judiciários, manutenção das atividades e dos bens públicos, contrapartidas de financiamentos e de convênios e investimentos em andamento.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender novas despesas de capital após atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 15 - O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal, será aplicado no atendimento de despesas de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com o regime de previdência.

Art. 16 - O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas os recursos à conta de Operações de Crédito.

§ 1º A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal.
§ 2º O Poder Executivo fará constar da programação orçamentária da despesa os custos com juros e outros encargos decorrentes da contratação de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto na Seção III da Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas que regem a matéria.

Art. 17 - A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos do Orçamento Fiscal será fixada em até 60% da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

6% (seis por cento) para o Legislativo;
54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entende-se como despesas com pessoal o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18 - O Projeto de Lei Orçamentária considerará na programação das despesas com pessoal, os custos com alterações de padrões constantes do plano de cargos e salários, com progressão funcional através de avanços, adicional de quinquênio por tempo de serviço, da programação de reajuste salarial e outras vantagens previstas e do aumento de até 50 vagas para as áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, administração, finanças, agricultura, transportes e obras.

§ 1º Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB, para remuneração dos profissionais que atuam no magistério.

§ 2º As despesas com pessoal ativo dos Poderes Executivo e Legislativo e decorrentes de outras despesas com pessoal executados nos últimos três anos, o provável do exercício corrente e o previsto para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente líquida, nos termos do artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo IV.

Art. 19 - O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2027 custos com a criação, expansão e aperfeiçoamento de metas nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, administração, finanças, agricultura, transportes e obras.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo, correrão a conta de recursos do Orçamento Fiscal.

Art. 20 - Fica ressalvada a realização de despesas consideradas irrelevantes, que serão processadas sob o regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 21 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:

Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente lei;

Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que: incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; sobre o serviço da dívida; sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas; transfira recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 22 - Ao Projeto de Lei Orçamentária é vedado a inclusão de créditos com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não estejam previstos na presente lei, no Plano Plurianual e ou em lei especial que autorize sua inclusão.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando a promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, educacional, cultural, esportivo e relacionados à saúde, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados e disciplinados por meio de autorização legislativa específica.

§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedado à inserção de projetos ou atividades com dotação orçamentária insuficiente à cobertura integral dos custos no decorrer do exercício, bem como, não serão identificadas instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 25 - Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI
NORMAS RELATIVAS À EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 26 - As programações de gastos devem apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 27 - Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 28 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, decretará a programação financeira e o cronograma de desembolso.

Art. 29 - As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros até sua conclusão.

Art. 30 - As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não formalizados, ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 31 - A implementação do disposto nos artigos 18 e 19 da presente lei, fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta lei e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que os aumentos, tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, informando a origem dos recursos financeiros destinados à sua cobertura e comprovação de que os resultados estabelecidos nas metas fiscais constantes do Anexo II, não serão afetados.

Art. 32 - No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados na atividade 2.038 - Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão destinados a cobertura dos Riscos Fiscais estabelecidos no Anexo III e os valores não utilizados até a data de 31 de outubro de 2027, poderão servir de recursos para abertura de créditos adicionais, obedecido o disposto no artigo 33, da presente lei.

Art. 33 - Visando adequar as estruturas do orçamento às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, na medida das necessidades e até o limite de 6% (seis por cento) do total da despesa fixada, alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2027, a cada Entidade, no que couber:

Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

Fica da mesma forma, o Poder Executivo autorizado a fazer transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma Categoria de programação para outra ou de um Órgão para outro, respeitando o índice estabelecido no caput deste Artigo.

Os recursos de origens vinculadas resultantes de superávit financeiro do exercício anterior poderão ser reprogramados por ato próprio do Poder Executivo, nos seus respectivos objetivos, sem inclusão no limite estabelecido no art. 33 – caput desta Lei.

As autorizações contempladas neste Artigo, são extensivas as dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, às Fundações e Fundos mantidos pelo Município.

Art. 34 - A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita depende de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

Art. 35 - A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro, o controle dos custos e resultados, os programas, projetos e atividades financiados com os recursos dos orçamentos, serão efetuados na forma das leis que disciplinam a matéria.

§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidos no quadro "d" do Anexo II - Metas e Riscos Fiscais, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas de limitação de empenho visando a redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º Constará do elenco de medidas para restabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes, para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

Art. 36 - Restabelecida a capacidade financeira, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo 35 desta lei.

Art. 37 - Fica autorizada a compatibilização dos programas, ações e valores da presente Lei com o Plano Plurianual.

Art. 38 – Na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA, os valores apresentados nesta lei poderão ser alterados conforme a previsão atualizada das receitas e criadas novas ações para dar cumprimento aos seus objetivos, compatibilizando-os como Plano Plurianual e esta Lei.

Art. 39 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, Paraná, 15 de abril de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I

LEGISLATIVO

Objetivos

Assegurar o perfeito funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na**Lei Orgânica**Municipal, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções, legislar com a sanção do Prefeito Municipal sobre matérias de competência do município, organizar e manter seus serviços internos, oferecendo plenas condições de trabalho aos seus servidores, exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais, revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na**Lei Orgânica**do Município.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção dos Serviços Administrativos	Serviços	01
Reforma/manutenção do Prédio	Prédio	01
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equipamentos	10
Aquisição de Móveis e Utensílios	Móveis	10
Capacitação de Servidores e Vereadores	Cursos	15
Aquisição de Imóveis	Terreno	01

SECRETARIA DE GOVERNO

Objetivos

A Secretaria Municipal de Governo tem as atribuições e objetivos de articular as Secretarias Municipais, coordenar a representação política e institucional do Prefeito Municipal com o Poder Legislativo Local, com os outros entes federativos em todas as instâncias e esferas de poder, instituições, sociedade civil e organizações não governamentais, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado e da União, com personalidades e autoridades.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria Municipal de Governo	Secretaria	01
Atender os serviços de Gabinete	Gabinete	01
Manutenção do Protocolo Geral de Documentos	Sistema	01
Criação e manutenção do Arquivo Público Municipal	Arquivo	01
Criação e manutenção de programa de divulgação de atos oficiais da municipalidade	Programa	01
Capacitação e treinamento de servidores	Cursos	03
Criar e manter reuniões entre Governo e comunidades	Reuniões	10
Adquirir material de consumo e permanente para manutenção do Conselho Tutelar	Conselho	01
Prestar assessoria jurídica e de gestão ao Prefeito	Serviço	01
Atender aos objetivos de convênios e programas estaduais e federais	Serviço	01
Apoiar os serviços de Controle interno	Serviço	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS

Objetivos

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelo Prefeito; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; auxiliar na modernização da estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar o controle da administração financeira e planejamento orçamentários e financeiro; avaliar financeiramente os ajustes nas estruturas de pessoal face as metas estabelecidas neste plano; financiar programa de capacitação de recursos humanos; administrar os serviços contábeis, financeiros e orçamentários; modernizar os sistemas de tributação, fiscalização e de contabilidade. Manter o equilíbrio fiscal, elaborar o planejamento orçamentário e financeiro garantindo a aplicação dos índices em educação e saúde e o controle sobre o gasto com pessoal.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças	Secretaria	01
Manter os serviços de contabilidade e controle financeiro, patrimonial e de resultados	Serviço	01
Elaborar balancetes mensais e outros documentos de controle	Serviço	12
Publicar os Relatórios RREO e RGF e outros definidos pela legislação	Serviço	01
Elaborar a Prestação de Contas Anual dos órgãos	Processo	02

Providenciar a Capacitação de Servidores	Cursos	05
Reestruturar e Reavaliar a Legislação Tributária	Lei	03
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equipamentos	05
Aquisição de mobiliários	Unidades	10
Manter e controlar o sistema tributário, com emissão de carnês, guias de recolhimento, Alvarás, lançamento da dívida ativa, etc.	Sistema	01
Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias	Lei	01
Elaborar o Orçamento Anual	Lei	01
Elaborar e avaliar o PlanoPlurianual, promovendo as alterações necessárias	Lei	01
Elaborar, organizar e apresentar as audiências públicas	Audiências	06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Objetivos

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelo Prefeito; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, jurídica, financeira, planejamento e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face as metas estabelecidas neste plano; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição armazenagem e distribuição de materiais; auxiliar o departamento de compras e licitações; maximizar os serviços de natureza administrativa; exercer o controle e a conservação do patrimônio imobiliário e mobiliário pertencente a municipalidade; proceder desapropriação de imóveis declarados de interesse social; e garantir a execução e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Principais Metas

Especificação	**Unidade**	**2027**
Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Integrado	Secretaria	01
Manutenção e controle dos serviços de expediente	Serviço	01
Avaliar e Administrar as compras e as contratações públicas	Serviço	01
Controlar e alimentar os sistemas dos projetos a serem realizados com recursos federal e estadual e outros	Sistemas	03
Efetuar controle administrativo, patrimonial e de acompanhamento de resultados	Controle	01
Prestar Contas de recursos oriundos de convênios, auxílios e subvenções.	Serviços	10
Capacitação de Servidores	Cursos	02
Aquisição de Veículos	Veículo	02
Participar de Programas do Governo Estadual, Federal, para o desenvolvimento do Município	Programas	10
Subvencionar entidades organizadas	Entidades	04
Realização de Concurso Público	Concurso	01
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equip.to	05
Aquisição de softwares e programas de engenharia e planejamento	Pacote	01
Contratação de estudos, testes, laudos e assessorias técnicas para construção e infraestrutura.	Equipe	01
Reestruturação do Plano de Cargos e Salários	Plano	01
Readequação do Vale Alimentação aos funcionários	Programa	01
Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura	Projetos	06
Administração da Execução do Plano Diretor	Plano	01
Realização de PSS para vários setores	PSS	03
Aquisição e Manutenção do mobiliário	Mobiliário	01
Projetos e fiscalização de obras públicas	Projetos	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Objetivos

Desenvolver o educando de forma integral, garantindo-lhe meios para adquirir e progredir no conhecimento, tornando-o um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, ativo em seu meio, capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la, desenvolvendo metas e ações voltadas a todas as áreas da educação. Investir em novas tecnologias para atingir melhores índices na educação. Promover a divulgação das práticas artísticas individuais e coletivas que incentivem a disseminação do interesse nas artes e propiciem o aprimoramento das habilidades artísticas.

Principais Metas

Especificação	**Unidade**	**2027**
Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Serviços	01
Manutenção das Escolas e C.M.E.I Dona Anice e João Filus	Manutenção	06
Ampliação e Reforma das Escolas	Construção	02
Aquisição de veículos	Veículos	01
Manutenção da Frota Escolar	Veículos	12
Aquisição de Ônibus	Veículos	02
Implantar Bibliotecas	Acervo	02
Aquisição de Imóvel para a Escola de Vera Guarani.	Aquisição	01
Construção de laboratório e Informática	Construção	01
Incentivar Cursos Técnicos	Curso	01
Realizar Desfile Cívico	Evento	01
Implantar Laboratório de Ciências	Laboratório	01
Aquisição de Parques Infantis	Equipamento	01
Implantar Sistema Municipal de Educação	Informatização	01
Subsidiar Cursos de Capacitação para os Professores	Curso	02
Implementar o programa Saúde na Escola	Programa	01
Realizar a FIEL	Evento	01
Aderir e Manter o Programa Escola Acessível	Programa	01
Promover o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial	Curso	01
Manter o Proerd	Programa	01
Rever o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração	Plano	01
Adquirir Equipamentos de Informática	Equipamentos	05
Kit de Recreação e Lazer (Brinquedoteca) completo	Kit	01
Aquisição de Cama Elástica	Equipamento	01
Aquisição de Piscina de Bolinha	Equipamento	01

Promover Aula de Língua Estrangeira	Programa	01
Aquisição de Uniformes Escolares	Uniforme	800
Subsidiar o Transporte para cursos profissionalizantes e 3º Grau	Convênio	01
Auxilio e manutenção a Casa Familiar Rural	Manutenção	01
Apoio a APAE	Convênio	01
Apoio e manutenção da qualidade da merenda Escolar	Serviço	01
Aquisição de mobiliário para rede municipal de ensino	Unidades de ensino	06

CULTURA:

Objetivos

Promover ações culturais de resgate da história do município, organizar e manter eventos tradicionais no município e realizar ações que promovam a cultura do município.

Principais Metas

Especificação	**Unidade**	**2027**
Criar Acervo Histórico Municipal	Plano	01
-Promoção de Viagens Culturais	Promoção	02
Apoiar a realização de eventos como *Frontin Fest* - Festa de Etnias	Evento	02
Realizar Eventos Culturais	Evento	02
Programar o Funcionamento do Museu de Paulo Frontin	Manutenção	01
Implantar aulas de Música, Teatro e dança	Programa	01
Organizar e apoiar Caminhadas como: Rota do Mel, Rota das Amoras, CorreFrontin e outras	Caminhadas	04

DESPORTO

Objetivos

Incentivar o desenvolvimento de ações relacionadas ao desporto comunitário e estudantil, através do apoio a eventos desportivos, a participação em jogos regionais e oferecer a população infraestrutura adequada para a prática esportiva.

Principais Metas

Especificação	**Unidade**	**2027**
Realizar Obras de Reformas nas Estruturas Esportivas	Ginásios	01
Manter treinamento esportivo para atletas	Modalidade s	04
Adequar e construir canchas de areia	Canchas	04
Construir, adequar e reformar campos de futebol	Campos	04
Construção Centro Poli Esportivo	Área Lazer	01
Promover e Ampliar as Olimpíadas Municipais	Eventos	01
Manutenção do Departamento de Esportes	Dep.to	01
Construção de Campos de Futebol Sete (suíço)	Construção	02
Apoiar Atletas e Competições	Apoio	02
Implantação de área de Lazer	Complexo	01
Aquisição de Uniformes Completo para Atletas	Uniformes	50
Apoio aos CTG Municipais	Entidade	02
Apoiar os Grupos de Etnias	Grupo	03
Apoio ao Programa Corre Frontin	Lazer	01
Apoio ao Projeto Pedala Frontin	Lazer	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

Objetivos

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SMASF é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a cidadania, a dignidade da pessoa, visando à superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida.
Atua de forma plural no âmbito municipal: Assistência Social; Cidadania e Direitos Humanos; Sistema de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto; Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Defesa dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Defesa dos Direitos da Mulher; Direitos da Pessoa Idosa; cursos de capacitação profissional e apoio a programas habitacionais.
Neste contexto e visando fortalecer as políticas públicas, a SMASF contribui para a constituição e funcionamento de Comitês, Conselhos e outras instâncias deliberativas, promovendo o diálogo em espaços democráticos para garantir a participação da sociedade civil. Vinculados à sua estrutura estão os Conselhos Municipais: de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Pessoa Idosa e Direitos da Mulher, sendo estes órgãos colegiados compostos por representantes da sociedade civil e do poder público, incumbidos da análise de propostas, deliberação, acompanhamento, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas, bem como, apreciação e aprovação da execução dos recursos públicos destinados às respectivas Políticas Públicas. A SMASF atua na elaboração e oferta de políticas, programas, projetos e ações que possam promover, preservar e proteger os direitos humanos e sociais e a garantia das liberdades individuais e coletivas. Tem um olhar atento às vulnerabilidades, riscos pessoais e sociais e violação de direitos; reconhece as famílias, com seus arranjos, valores, identidades e crenças, bem como as relações comunitárias enquanto essenciais para a proteção, socialização e fortalecimento de vínculos e a não violação de direitos. São de sua competência: custear e conceder os benefícios eventuais previstos nas normativas vigentes, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; executar projetos de enfrentamento da pobreza; prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, daLei Orgânicada Assistência Social - LOAS, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; planejar e ofertar os serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais; apoiar técnica e financeiramente as instâncias de controle social; organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando com organizações da sociedade civil; ofertar cursos de capacitação profissional; assessorar e subsidiar financeiramente as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; articular ações para a criação e implementação de políticas de habitação. Planejar, implementar e aprimorar a execução das ações voltadas à Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Defesa dos Direitos da Mulher e Direitos da Pessoa Idosa.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Família	Secretaria	01
Melhoria nas instalações e estrutura física da Secretaria de Assistência Social e Família	Secretaria	01
Dispor de estrutura adequada, recursos materiais e humanos para a implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI ofertado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	Secretaria	01
Adquirir material de consumo e permanente para manutenção do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e CREAS	Equipamentos	02
Adquirir material de consumo e permanente para manutenção dos Serviços Socioassistenciais (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; Centro Dia, Casa Lar; Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - MSE LA e PSC, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, PAEFI, entre outros)	Serviço	06
Dispor de estrutura adequada, recursos materiais e humanos para o funcionamento dos Conselhos Municipais	Conselho	05
Construção de Centro de Convivência	Construção	01
Aquisição de veículo e veículo adaptado para acesso aos diversos serviços e deslocamento dos trabalhadores vinculados à SMASF	Veículo	01
Ofertar cursos de capacitação profissional para os munícipes através de parcerias/ credenciamento de entidades corporativas voltadas para o treinamento e qualificação profissional	Cursos	06
Ofertar oficinas e demais ações de caráter temporário desenvolvidas no CRAS, SCFV, MSE LA e PSC, Centro Dia	Prestação de serviços	06
Ofertar de forma permanente capacitações, treinamentos e oficinas de trabalho aos trabalhadores do SUAS, atores do Sistema de Garantia de Direitos - SGD e instâncias de controle social	Capacitação	06
Custear os benefícios eventuais previstos na legislação vigente	Pessoas atendidas	800
Realização de Conferências Municipais de Políticas Públicas e Defesa de Direitos vinculados administrativamente à SMASF	Conferência as	05
Custear as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem aos trabalhadores do SUAS e aos conselheiros municipais de Políticas Públicas e Defesa de Direitos vinculados administrativamente à SMASF, no exercício de suas atribuições	Custeio	25
Contratação de serviços para viabilização de viagens turísticas para a população 60+, do Programa Paraná Mais Viagem	Prestação de serviços	01
Assessorar e subsidiar financeiramente as entidades e organizações de assistência social, pessoa idosa e pessoa com deficiência, visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS	Entidades	06
Implantação e manutenção de sistema informatizado municipal para a rede sócio assistencial	Sistema informatizado	01
Criar no plano de cargos e salários do Município, cargo específico para educadores sociais, pedagogos - 40 horas semanais e psicólogo - 30 horas semanais.	Lei	01
Celebrar contrato/ termo de colaboração/ credenciamento com instituições de longa permanência para atendimento da pessoa idosa	Contrato/ termo de colaboração/ credencia mento	03
Celebrar contrato/ termo de colaboração/ credenciamento com instituições de acolhimento para pessoa com deficiência	Contrato/ termo de colaboração/ credencia mento	01
Estabelecer parceria com instituição de ensino superior para levantamento e atualização de dados e elaboração de diagnóstico sócio territorial das áreas de risco, vulnerabilidades social e violação de direitos.	Termo de parceria	01
Prover e garantir o direito social à moradia às famílias em situação de vulnerabilidade social, atendendo prioritariamente as famílias que ocupam ilegalmente áreas de proteção ambiental e/ou áreas de riscos, e com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos, por meio da construção de novas unidades habitacionais, melhorias de moradias existentes, execução de infraestrutura e recuperação ambiental, em parceria com a *Cohapar*.	Construção	12
Instituir através de Lei Municipal a semana de prevenção da violência contra a pessoa com deficiência, com atividades culturais, palestras, seminários, oficinas, divulgação de vídeos e material informativo, envolvendo profissionais e comunidade	Lei	01
Realizar a semana de prevenção da violência contra a pessoa com deficiência, com atividades culturais, palestras, seminários, oficinas, divulgação de vídeos e material informativo, envolvendo profissionais e comunidade	Ação	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivos

Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade e humanizado para toda a população, reduzindo a morbimortalidade e promovendo o bem-estar; Reduzir as desigualdades em saúde, garantindo que todos tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade, independente da sua condição socioeconômica ou localização geográfica; Melhorar a infraestrutura, a gestão e a capacidade de resposta do sistema de saúde; Fortalecer o sistema de saúde, melhorando a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços de saúde, garantindo a sustentabilidade do sistema; Melhorar a eficiência dos serviços de saúde, reduzindo o tempo de espera e melhorando a qualidade de atenção através do uso das ferramentas da saúde digital; Implementar ações promoção da saúde e prevenção de doenças, com educação em saúde, campanhas de vacinação, implantação de programas de atividade física, campanhas de prevenção de doenças crônicas, programas de prevenção tratamento e reabilitação aos usuários de álcool e outras drogas, programas de prevenção tratamento e cuidados com a saúde mental, programa de atendimento às pessoas com deficiência. Garantir aos usuários acesso aos serviços de saúde desde a prevenção até a reabilitação, incluindo cuidados paliativos; garantir o controle social, a participação dos usuários, dos profissionais de saúde, dos prestadores de serviço e organizações da sociedade civil, através do fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde.

Principais Metas

ESPECIFICAÇÕES	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	Manutenção	01
Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde	Convênio	01
Manutenção da Fundação Municipal de Saúde	Manutenção	01
Manutenção do Pronto Atendimento Municipal	Manutenção	01
Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	Manutenção	06
Manutenção da Clínica de Fisioterapia	Manutenção	01
Manutenção e incrementação das farmácias básicas e da farmácia do Pronto Atendimento.	Manutenção	07
Manutenção e implementação da Estratégia de Saúde da família - ESF	Manutenção	03
Manutenção e implementação das equipes de agentes de endemias e agentes comunitários de saúde	Manutenção	03
Manter convênios para serviços de média e alta complexidade no município e em TFD - Tratamento fora de domicílio	Convênios	02
Construção de uma Unidade de Saúde, porte II, na área central do Município	Construção	01
Ampliação da Clínica de Fisioterapia	Ampliação	01
Reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde	Reforma Ampliação	02
Aquisição de Equipamentos e mobiliário para o Pronto Atendimento Municipal	Aquisição	01
Aquisição de Equipamentos e mobiliário para as Unidades de Saúde	Aquisição	01
Aquisição de equipamentos de Informática	Aquisição	10
Aquisição de veículo adequados e equipados para transporte sanitário.	Aquisição	03
Aquisição de veículos para o uso das equipes de saúde	Aquisição	02
Implantação de uma equipe de saúde da família	Equipe	01
Implantação de Programas de saúde integral para Promoção da Saúde, Prevenção de doenças, Tratamento e Reabilitação, Saúde Mental, Atendimento a Pessoa com Deficiência.	Equipe	02
Implantar e manter as equipes multiprofissionais.	Programa	01
Implementar a Saúde Digital	Programa	01
Manter e implementar os serviços de vigilância em saúde	Equipes	02
Manter e implementar os Programas de Saúde	Programa	02
Manter e implementar os Serviços de informatização	Manutenção	01
Implementar banco de dados dos serviços de saúde	Programa	01
Pactuar e manter o programa Saúde na Escola	Programa	01
Fortalecimento e implementação do Conselho Municipal de Saúde	Conselho	01
Capacitação dos profissionais da saúde	Curso	10

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

Objetivos

Planejar e apoiar a construção de conjunto habitacional; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; implantar o programa e a usina de beneficiamento de lixo que não é lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; proceder a análise de projetos arquitetônicos, expedir alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações; expedir certificados de conclusão de obras; executar os serviços de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais e celulares, pontes e dragagem de rios e córregos; em conjunto com a SANEPAR, apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e iniciar a implantação da rede de coleta e tratamento de esgoto.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria de Obras Transporte e Serviços Urbanos	Secretaria	01
Contrapartida do Município para construção de conjuntos habitacionais em convênio com órgãos públicos	Convênio	01
Aquisição de Imóveis	Terreno	01
Infraestrutura para conjuntos habitacionais	Conjunto	02
Conservação, Readequação e Manutenção de Estradas Vicinais	Km	1.200
Aquisição de Máquina Rodoviária	Máquina	02
Aquisição de veículo para serviços administrativos	Veículos	01
Aquisição de Caminhão prancha	Veículo	01
Reforma de Máquinas, Caminhões e Veículos	Máquinas	10
Construção / Manutenção de Pontes e Bueiros	Pontes	30
Abertura de Estradas Vicinais	Km	05
Pavimentação, Ampliação e Recapeamento de Ruas	Km	02
Construção de Galerias Pluviais	M	1.000
Extensão da Rede de Energia Elétrica	Km	02
Extensão da Rede de Água Tratada	Km	03
Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal	Prédio	01
Limpeza pública – vias e calçadas	Unidade	01
Coleta de lixo residencial	Toneladas	500
Coleta de entulhos	Toneladas	200
Sinalização das ruas e avenidas e principais acesso	Placas	50
Construção de Centros Comunitários	Centros	01
Construção de abrigos para alunos e pedestres	Abrigos	10
Manutenção e ampliação do Cemitério Municipal	Unidade	01
Melhoria nos Trevos de Acesso a cidade e BR 476	Trevo	01
Ampliar e Manter e Oficina do município	Oficina	01
Construir e Manter Lavador de Veículos	Construção	01
Construir parque anexo a antiga estação ferroviária	Construção	01
Construir, Conservar e manter parques, praças e jardins existentes no município	Espaços	03
Ampliar e Readequar o calçamento de ruas	KM	02
Subsidiar Cursos de Capacitação de Funcionários	Cursos	01
Perfurar Poços Artesianos	Poços	04
Construção de Parque de Lazer	Projeto	01
Reforma e implantação de calçadas e acessibilidade	KM	01
Reforma e Ampliação da Capela Mortuária	Espaço	01
Ampliação e manutenção da iluminação pública	Parque	01
Executar ciclovias e caminhos para pedestres	Ciclovias	02
Construção de Campinhos	Campinhos	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Objetivos

Apoiar o aumento da produtividade e da renda do setor agropecuário; aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente; estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis; identificar fontes poluidoras do meio ambiente; promover ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso de agrotóxico; manter viveiro florestal e produzir mudas.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Meio Ambiente	Secretaria	01
Programa de apoio para agricultores	Propriedade s	550
Treinamento e Cursos promovidos pela Secretaria	Cursos	03
Excursões técnicas	Excursões	10
Feiras de produtos coloniais e outros	Feiras	03
Aquisição e distribuição de calcário	Família	300
Assistência Técnica aos Agricultores - produtores de Leite	Famílias Beneficiadas	800
Assistência Veterinária Gratuita	Família	700
Apoio as Associações Organizadas	Associações	10
Apoio aos Produtores quando a realização de eventos	Eventos	15
Efetuar e Manter convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e privados	Convênio	04
Manter o Programa de Inseminação Artificial (PIA) utilizando o melhoramento genético para produção leiteira	Família	810
Cadastrar produtores de leite e viabilizar a inseminação artificial gratuita	Família	250
Produção de mudas no viveiro municipal	Mudas	100.000
Manutenção do Viveiro Municipal	Viveiro	01
Regularização Fundiária	Propriedade s	100
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equipamentos	02
Construção da Casa do Produtor e Artesanato	Construção	01
Aquisição de Equipamentos Agrícolas	Convênio	20
Elaboração e revisão dos Planos de Meio Ambiente, Saneamento básico, Resíduos Sólidos e arborização.	Planos	04
Aquisição de câmera fria, para atender as demandas dos Fruticultores	Família	300
Assistência Técnica aos Fruticultores - produtores de frutas	Famílias Beneficiadas	300

Aquisição e distribuição de sementes	Família	200
Vacinação de brucelose gratuita	Família	800
Manter o Programa de horas maquinas para produtores rurais	Família	2000

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

Objetivos

Executar programas e serviços nas áreas de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo a fim de possibilitar ações nas áreas afins, oportunizando possibilidades de renda e ganho aos empresários.

Principais Metas

Especificação	Unidade	2027
Manutenção da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Secretaria	01
Criação e Manutenção de Programa de Apoio as Ações Turísticas	Programa	01
Criação e manutenção de Programa de Apoio ao Comércio Local	Programa	01
Apoio a programa de decoração da cidade em datas comemorativas de Páscoa, Natal, aniversário da cidade, etc.	Programa	01
Apoio a Programa de Natal Luz junto ao comércio local	Programa	01
Apoio a criação da Associação Comercial de Paulo Frontin.	Entidade	01
Apoio a regularização de Empreendedores Individuais	Pessoa	01
Criação e manutenção de Feira e/ou Eventos ligados ao setor	Feira/Evento	02
Capacitação e treinamento para empreendedores locais	Cursos	02
Projetos Turísticos	Projeto	01
Instituir programa de apoio para instalação de indústrias	Programa	01
Organizar a FrontinFest	Evento	01
Apoiar eventos promovidos na cidade	Eventos	02

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:372BCC28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163/2026

PORTARIA Nº 163/2026

EMENTA: Convoca os servidores públicos municipais da Administração Direta e os empregados públicos da Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin para a realização de Exames Médicos Periódicos Obrigatórios, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, e:
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso XXII, combinado com o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores e servidores o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
CONSIDERANDO o art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as diretrizes da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplinam o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
CONSIDERANDO as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paulo Frontin relativas à proteção da saúde e à segurança no trabalho;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade da realização de exames médicos periódicos para a preservação, a promoção e o diagnóstico precoce de agravos à saúde dos servidores e empregados públicos; e
CONSIDERANDO o planejamento anual de medicina preventiva e saúde ocupacional voltado às equipes atuantes na atenção primária, na rede de urgência e na área administrativa,
RESOLVE:
Art. 1º Convocar todos os servidores públicos municipais da Administração Direta e os empregados públicos da Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin, relacionados no Anexo Único desta Portaria, para a realização de Exames Médicos Periódicos Obrigatórios.
Art. 2º Os exames médicos de que trata esta Portaria serão realizados no dia **20 de julho de 2026**, de forma escalonada, nas dependências do **Hospital Municipal São João Batista**, situado na Rua Rui Barbosa, nº 655, Paulo Frontin - PR, CEP 84635-000, obedecendo ao cronograma de horários e ordem estabelecido no Anexo Único.
Art. 3º O não comparecimento na data e no horário agendados, sem justificativa legal formalizada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitará o servidor ou empregado público às sanções administrativas e disciplinares previstas na legislação estatutária ou trabalhista aplicável.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 15 de julho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Cronograma Oficial de Convocação para Exames Médicos Periódicos - 20 de Julho de 2026				
Horário	**Nome Completo**	**Data de Nascimento**	**Matrícula**	**Cargo / Função**
08:00	Elaine Aparecida Sznicer Staciaki	23/05/1991	659/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
08:00	Elineia Bagniuk Talamini	04/03/1992	754/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
08:15	Emanoelli Turkot Romanhiuk	05/09/2000	720/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
08:15	Evanilda Romanowski	11/07/1981	671/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

08:30	Fabiana Vieira Andrejow	21/01/1991	678/0	ENFERMEIRO
08:30	Gisele Lipka Tomczak	02/04/1995	715/0	ENFERMEIRO
08:45	Ivete de Oliveira	27/04/1980	745/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
09:00	Ivone Silveira Ziomko Chepernate	04/03/1978	658/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
09:00	Laressa Pech Tomceac	09/08/1997	744/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
09:00	Maria Andreia Dozorec Henkes	19/06/1975	290/0	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
09:15	Bárbara Raquel de Oliveira	16/06/1991	728/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
09:30	Alexandra Rita Halabura	02/04/1988	781/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
09:45	Marlene Malkut Gruba	01/05/1976	780/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VERA GUARANI/LINHA IGUAÇU
10:00	Terezinha Susla Kochan	10/02/1973	577/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
10:00	Roseli Ultchak Ziomko	30/09/1987	451/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
10:15	Maria Cristina Hasse	30/01/2000	730/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - VERA GUARANI/LINHA IGUAÇU
10:30	Gabrieli Maria Matiuchenko	06/06/1999	726/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESTRADA PALMAS
10:45	Helena Zulkievicz Diduch	30/04/1962	437/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
11:00	Isabel Lisovski Leszak	22/05/1970	452/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
11:15	José Roberto Chojnacki	18/09/1978	572/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
13:30	Maria Luciane Cardozo	06/09/1982	746/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
13:30	Regina Marcia Vergutz Carlotto	16/12/1972	22/0	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
13:30	Marcia Chojnacki	22/10/1981	666/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
13:45	Rosane Ultchak	28/04/1979	238/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
13:45	Cleusa de Oliveira	09/06/1978	441/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14:00	Sueli Aparecida de França	28/12/1968	295/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14:00	Maristela Makiak	10/01/1966	120/0	TELEFONISTA
14:15	Dejanira Alves	26/06/1982	404/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14:30	Maria Rosemari Dozorec	13/11/1966	14/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14:45	Neuza Rasera	04/02/1977	729/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
15:00	Izabela Braz de Oliveira	20/01/1998	778/0	FARMACÊUTICO
15:00	Ana Maria Déki Przysiezny	08/12/1977	546/0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
15:15	Franciele da Rosa Braz	09/12/1983	724/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SÃO ROQUE
15:15	Terezinha Beatriz Bahniuk Carlotto	13/01/1984	507/0	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
15:30	Franceli Maria Duma	19/03/1982	716/0	AUXILIAR DE CLÍNICA DENTÁRIA
15:45	Mônica Junqueira Ridolfi	25/11/1978	766/0	FARMACÊUTICO
16:00	Jaqueline Konfidera de Freitas	11/02/1974	291/0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
16:15	César Augusto da Silva Holovaty	04/02/1994	751/0	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
16:30	Ivonilde Gruba de Oliveira	18/11/1965	114/0	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
16:45	Ligia Nilvana Sledz	19/07/1984	427/0	FISIOTERAPEUTA

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:0FFF378E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 128/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5779 - Decreto n° 128/2026 de 14/07/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		130.000,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	70.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1310 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.303.1001.2049	RECURSOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
2270 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	50.000,00
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2062	Programa Auxilio Brasil		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
3280 940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Anulação	130.000,00
09.003	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.608.2001.2072	Manutenção, Implementação e Incentivo a Pecuaria		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
3990 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	130.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	130.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7F6242AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 129/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5781 - Decreto n° 129/2026 de 14/07/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5780 Lei ordinária	Créditos Adicionais	1152	2026

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação		808.000,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	808.000,00
05.003	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
13.392.1301.1145	RESOLUÇÃO Nº 09/2026 – SEEC - Programa Apoio aos Municípios Criativos do Paraná – 2ª Edição. R$ 808		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
4521 452	RESOLUÇÃO Nº 09/2026 – SEEC - Programa Apoio aos Municípios Criativos do Paraná – 2ª Edição. R$ 808 MIL		
Crédito adicional:	Especial	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	808.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FC3DCBD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.724/2026

Dispõe sobre a nomeação de equipe municipal gestora do Fundo Juventude e Ação Climática.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o princípio da publicidade como regra da administração pública;
CONSIDERANDO que o Município foi selecionado pela Bloomberg Philanthropies para participar do programa Fundo Juventude e Ação Climática (YCAF, no original em inglês);
CONSIDERANDO a relevância de formalização de equipe multidisciplinar para melhor gestão e implementação do programa;
CONSIDERANDO a necessidade do presente instrumento legal para garantir segurança jurídica na execução dos recursos do programa;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída Equipe Municipal Gestora do Fundo Juventude e Ação Climática em Piraquara com os seguintes integrantes:

NOME	**CARGO**	**MATRÍCULA**	**SECRETARIA**
Caiê P. P. M. Alonso	Superintendente de Meio Ambiente - **Líder Programa**	9582922722	Meio Ambiente
Matheus Saimon Goncalves da Silva	Chefe de Assuntos da Juventude - **Vice-Líder Programa**	4829226712	Esporte, Lazer e Juventude
Loireci Dalmolim	Vice-Prefeita	9582921917	Gabinete
Adriana Tenório da Silveira	Diretora Administrativa	9582922672	Gabinete
Rebekka Rinklin	Psicólogo	614501	Gabinete
Eduardo Furiatti	Secretário	9582922673	Comunicação
Thays Zeni Stocco	Diretor de Publicidade e Comunicação Social	9582922674	Comunicação
Jean Carlos Padilha	Secretário	9582921423	Meio Ambiente
Ana Caroline Giordani	Bióloga	645131	Meio Ambiente
Lenise Cristina De Oliveira Lapchenski	Técnica Florestal	827241	Meio Ambiente
Adriana Patricia Viana Rocha	Secretária	992308	Cultura e Igualdade Racial
Regina Aparecida de Almeida	Coordenadora da Casa da Memória Manoel Alves Pereira	447331	Cultura e Igualdade Racial
Andrizy Schwartz Bento	Técnica Administrativa	832671	Cultura e Igualdade Racial
Joselei Inácio Vilas Boas	Secretário	9582922772	Esporte, Lazer e Juventude
Vera Lucia Rodrigues	Educadora Social	992642	Esporte, Lazer e Juventude
Marlon Boganika	Coordenação Pedagógica	992906	Educação
Joyce Schmidt Gonçalves	Psicóloga	613791	Assistência Social
Renata Do Rocio Alves Zanetti	Assessora jurídica	1000706	Planejamento e Coordenação Geral

Art. 2º A equipe nomeada nesta Portaria tem como atribuição a gestão e operacionalização do Fundo Juventude e Ação Climática visando seu perfeito funcionamento e incluindo as seguintes atividades:
I - organização de eventos relacionados ao programa;
II - elaboração de editais para utilização dos recursos;
III - gestão dos fluxos financeiros para recebimento e destinação dos recursos;
IV - mobilização e capacitação de jovens e entidades do terceiro setor, associações, para ampla e qualificada participação no programa;
V - definição de prioridades climáticas do município, com base em dados;
VI - participação em capacitações, reuniões e manutenção de contato com a assessoria do Fundo Juventude e Ação Climática;
VII - estabelecimento de Plano de Comunicação e materiais gráficos e digitais para ampla divulgação do programa;
VIII - definição de Comitê de Seleção para classificação dos projetos que passarem pelos critérios de elegibilidade;
IX - resposta aos relatórios e prestações de contas exigidos pelo Fundo Juventude e Ação Climática;
X - observância ao Estatuto do Programa (Anexo I) e demais normas aplicáveis;

XI - demais atividades necessárias para boa operacionalização do programa;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de julho 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:DA1D7A05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.725/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Gestores e Fiscais de Contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 11.001/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos Artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos Artigos 3º e 4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023, resolve:
Art. 1º Nomear, os servidores abaixo relacionados, para o exercício da função de Gestor de Contratos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SERVIDOR	MATRÍCULA
ALINE FERREIRA DE OLIVEIRA	992048
ANA CAROLINE GIORDANI	645131
ELIZAMA CLAUDINA DA SILVA	992350
ELIEL PEREIRA DO NASCIMENTO	526981
FRANCIELLE CORDEIRO WANDEMBRUCK	789641
JOSE CARLOS DE ALMEIDA	578861
LENISE CRISTINA DE OLIVEIRA LAPCHENSKI	827241
MARIA LUZANIRA DA SILVA	570021
MARILU TEREZINHA TORQUATO DA ROSA	559561
PATRICIA DO ROCIO OLIVEIRA	665081
PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA	814931
PEDRO ALVES JUNIOR	992419
RAFAEL SENTER DE ARRUDA	819811
ROSANA DE PROENÇA LINZMEYER	534571
THIAGO CARVALHO	992107
THIAGO MACHADO GOMES	664601
YUZEN MARIN KUNISAWA CARVALHO	9582921424

Parágrafo único. Compete ao Gestor de Contrato a responsabilidade pela gerência do contrato, acompanhamento de prazos, aditivos, pagamentos, notificações, entre outros.
Art. 2º Nomear, os servidores abaixo relacionados, para o exercício da função de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

SERVIDOR	MATRÍCULA
ALINE FERREIRA DE OLIVEIRA	992048
ANA CAROLINE GIORDANI	645131
ELIZAMA CLAUDINA DA SILVA	992350
ELIEL PEREIRA DO NASCIMENTO	526981
FRANCIELLE CORDEIRO WANDEMBRUCK	789641
JOSE CARLOS DE ALMEIDA	578861
LENISE CRISTINA DE OLIVEIRA LAPCHENSKI	827241
MARIA LUZANIRA DA SILVA	570021
MARILU TEREZINHA TORQUATO DA ROSA	559561
PATRICIA DO ROCIO OLIVEIRA	665081
PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA	814931
PEDRO ALVES JUNIOR	992419
RAFAEL SENTER DE ARRUDA	819811
ROSANA DE PROENÇA LINZMEYER	534571
THIAGO CARVALHO	992107
THIAGO MACHADO GOMES	664601
YUZEN MARIN KUNISAWA CARVALHO	9582921424

Parágrafo único. Compete ao Fiscal de Contrato fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, ou seja, a entrega do produto e/ou prestação do serviço, atestar o recebimento do serviço/produto através da assinatura, em conjunto com o Secretário, das respectivas notas fiscais.
Art. 3º A formalização da designação do fiscal e do gestor deverá ser feita no início da vigência contratual, através de despacho do Secretário, com aposição de ciência dos fiscais e gestores designados.
Parágrafo único. No despacho do Secretário deverá ser identificado um fiscal substituto para as situações de ausência, férias ou impedimentos do fiscal titular. Assim como para o gestor, se necessário for.
Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, ficando revogada a Portaria n.º 11.463/2025.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 15 de julho de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9E3545FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CONTABILIDADE
BO RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
MAIO A JUNHO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.530.120,00	123.947.504,61	20.807.777,59	16,79	51.675.707,44	41,69	72.271.797,17
RECEITAS CORRENTES	100.030.120,00	103.599.150,29	17.338.497,23	16,74	45.275.166,26	43,70	58.323.984,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	9.925.073,99	9.925.073,99	1.341.802,59	13,52	3.446.917,43	34,73	6.478.156,56
IMPOSTOS	8.695.073,99	8.695.073,99	1.129.823,37	12,99	3.102.924,18	35,69	5.592.149,81
TAXAS	1.230.000,00	1.230.000,00	211.979,22	17,23	343.993,25	27,97	886.006,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.647.000,00	1.647.000,00	300.681,99	18,26	790.983,40	48,03	856.016,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.647.000,00	1.647.000,00	300.681,99	18,26	790.983,40	48,03	856.016,60
RECEITA PATRIMONIAL	619.546,01	619.546,01	188.727,53	30,46	575.167,43	92,84	44.378,58
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	589.546,01	589.546,01	188.727,53	32,01	575.167,43	97,56	14.378,58
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.000,00	22.000,00	113.656,44	516,62	231.741,63	1.053,37	(209.741,63)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	22.000,00	22.000,00	95.780,00	435,36	181.758,50	826,17	(159.758,50)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	17.876,44	0,00	49.983,13	0,00	(49.983,13)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.716.500,00	91.228.174,00	15.371.507,66	16,85	40.101.206,59	43,96	51.126.967,41
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	42.948.300,00	46.074.700,00	9.476.639,63	20,57	21.654.504,71	47,00	24.420.195,29
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	29.778.200,00	30.163.474,00	3.693.845,85	12,25	11.881.155,46	39,39	18.282.318,54
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	14.850.000,00	14.850.000,00	2.201.022,18	14,82	6.525.546,42	43,94	8.324.453,58
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	157.356,29	22.121,02	14,06	129.149,78	82,07	28.206,51
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	100.000,00	119.633,86	22.024,00	18,41	87.777,46	73,37	31.856,40
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	37.722,43	97,02	0,26	41.372,32	109,68	(3.649,89)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	20.348.354,32	3.469.280,36	17,05	6.400.541,18	31,45	13.947.813,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	6.408.231,36	0,00	0,00	0,00	0,00	6.408.231,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	5.408.231,36	0,00	0,00	0,00	0,00	5.408.231,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	13.440.122,96	3.469.280,36	25,81	6.400.541,18	47,62	7.039.581,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	689.275,00	398.000,00	57,74	689.275,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	0,00	12.750.847,96	3.071.280,36	24,09	5.711.266,18	44,79	7.039.581,78
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	101.530.120,00	123.947.504,61	20.807.777,59	16,79	51.675.707,44	41,69	72.271.797,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRATUAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	102.530.120,00	124.947.504,61	20.807.777,59	16,65	51.675.707,44	41,36	73.271.797,17
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	102.530.120,00	124.947.504,61	20.807.777,59	16,65	51.675.707,44	41,36	73.271.797,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.138.223,98	0,00	0,00	4.138.223,98	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	4.138.223,98	0,00	0,00	4.138.223,98	100,00	0,00
Entidades:							
Prefeitura Municipal de Planalto							

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:9EE7F432

CONTABILIDADE
DIVIDA CONSOLIDADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	732.856,91	440.043,15	0,00
Dívida Mobiliária	52.175,39	0,00	0,00
Dívida Contratual	680.681,52	440.043,15	0,00
Empréstimos	680.681,52	440.043,15	0,00
Internos	680.681,52	440.043,15	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.192.780,73	9.855.172,81	0,00
Disponibilidade de Caixa	9.192.780,73	9.855.172,81	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.793.098,78	12.636.302,82	0,00
(-) Restos a pagar processados	1.393.732,06	2.624.531,43	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	206.585,99	156.598,58	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(8.459.923,82)	(9.415.129,66)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	86.126.854,51	88.714.929,97	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.100.000,00	4.550.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	82.026.854,51	84.164.929,97	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,89	0,52	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(10,31)	(11,19)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	98.432.225,41	100.997.915,96	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	88.589.002,87	90.898.124,37	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	5.704.064,49	2.407.631,28	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
Prefeitura Municipal de Planalto			

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:081D5DB3

CONTABILIDADE
ENSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	8.695.073,99	3.102.924,18
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.436.000,00	241.217,97

1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.200.073,99	359.103,49
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.741.000,00	1.196.941,85
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.318.000,00	1.305.660,87
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	78.130.000,00	31.966.226,21
2.1 - Cota-parte FPM	41.750.000,00	18.142.288,86
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	40.000.000,00	18.142.288,86
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.750.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	28.000.000,00	11.584.929,32
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	369.000,00	174.358,62
2.4 - Cota-parte ITR	11.000,00	2.608,84
2.5 - Cota-parte IPVA	8.000.000,00	2.062.040,57
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	86.825.073,99	35.069.150,39
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.276.000,00	6.393.245,24
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	6.430.268,50	2.374.042,36

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.374.000,00	6.940.362,81
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.850.000,00	6.554.614,58
6.1.1 - Principal	14.850.000,00	6.525.546,42
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	29.068,16
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.345.000,00	385.748,23
6.3.1 - Principal	1.345.000,00	385.748,23
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	179.000,00	0,00
6.4.1 - Principal	179.000,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(426.000,00)	132.301,18

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	111.561,52
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	111.561,52
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	7.051.924,33

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.505.647,96	6.385.790,19	6.382.696,19	6.253.585,95	3.094,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.800.000,00	5.869.650,14	5.869.650,14	5.784.260,03	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	13.800.000,00	5.869.650,14	5.869.650,14	5.784.260,03	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	1.705.647,96	516.140,05	513.046,05	469.325,92	3.094,00
10.2.1 - Educação Infantil	403.500,00	75.970,00	72.876,00	38.155,87	3.094,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.302.147,96	440.170,05	440.170,05	431.170,05	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.546.774,67	6.543.680,67	6.394.915,65	3.094,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.278.750,19	6.278.750,19	6.193.360,08	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	268.024,48	264.930,48	201.555,57	3.094,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.869.650,14	5.869.650,14	5.784.260,03	0,00	0,00	0,00

13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	268.024,48	264.930,48	201.555,57	3.094,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	45.759,31	45.759,31	45.759,31	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.858.253,97	5.869.650,14	5.869.650,14	84,57
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	192.874,12	264.930,48	264.930,48	68,68
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	57.862,23	45.759,31	45.759,31	11,86

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	694.036,28	396.682,14	396.682,14	0,00	5,72

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.208.356,74	111.561,52	0,00	0,00	0,00	95.201,17
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.140.846,58	27.691,01	0,00	0,00	0,00	27.691,01
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	67.510,16	83.870,51	0,00	0,00	0,00	67.510,16

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	13.000.612,89	5.185.779,97	4.983.236,92	4.488.702,63	202.543,05

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	1.410.000,00	482.950,09	482.950,09	388.404,66	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	11.290.612,89	4.647.618,13	4.446.411,08	4.050.123,32	201.207,05
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	185.000,00	48.219,29	48.219,29	44.518,19	0,00
20.4 - Educação Especial	115.000,00	6.992,46	5.656,46	5.656,46	1.336,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS Até o Bimestre (f)**	**PAGAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	29.147.760,85	11.677.342,89	11.473.041,84	10.833.443,63	204.301,05
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.755.000,00	750.974,57	747.880,57	589.960,23	3.094,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	26.392.760,85	10.926.368,32	10.725.161,27	10.243.483,40	201.207,05

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	4.983.236,92
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.393.245,24
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	27.691,01
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	11.348.791,15

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.767.287,60	11.348.791,15	32,36

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	189.076,18	0,00	156.925,68	0,00	32.150,50
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	56.503,03	0,00	29.392,53	0,00	27.110,50
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	77.233,15	0,00	77.233,15	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	55.340,00	0,00	50.300,00	0,00	5.040,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.638.700,00	1.339.650,95
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.127.000,00	706.071,28

31.1.1 - Salário-Educação	635.000,00	458.636,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	372.000,00	198.113,47
31.1.4 - PNATE	120.000,00	48.995,84
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	325,97
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	398.872,40
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	82.500,00	9.066,61
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	429.200,00	225.640,66

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.159.395,47	1.451.634,13	1.334.879,58	1.123.460,92	116.754,55
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	3.257,15	3.257,15	3.257,15	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.084.395,47	1.399.876,98	1.283.122,43	1.083.043,77	116.754,55
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	75.000,00	48.500,00	48.500,00	37.160,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	31.607.156,32	13.728.076,87	13.405.685,27	12.541.967,30	322.391,60
33.1 - Despesas Correntes	30.147.950,89	13.520.253,56	13.312.861,96	12.458.143,99	207.391,60
33.1.1 - Pessoal Ativo	19.500.200,00	8.062.708,78	8.062.708,78	7.975.451,57	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	610.000,00	263.398,66	263.398,66	263.398,66	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	10.037.750,89	5.194.146,12	4.986.754,52	4.219.293,76	207.391,60
33.2 - Despesas de Capital	1.459.205,43	207.823,31	92.823,31	83.823,31	115.000,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.459.205,43	207.823,31	92.823,31	83.823,31	115.000,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	69.904,86	1.769,57
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	6.970.595,67	458.636,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	6.552.587,34	388.741,61
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	487.913,19	71.663,96
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	487.913,19	71.663,96
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Planalto		

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:2B04644B

CONTABILIDADE
GARANTIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**86.126.854,51**	**88.714.929,97**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**4.100.000,00**	**4.550.000,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**82.026.854,51**	**84.164.929,97**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**18.045.907,99**	**18.516.284,59**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**16.241.317,19**	**16.664.656,13**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00

Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Prefeitura Municipal de Planalto			

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:B7D37791

CONTABILIDADE
NOMINAL E PRIMARIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	103.599.150,2	45.275.166,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.925.073,99	3.446.917,43
IPTU	1.436.000,00	241.217,97
ISS	2.741.000,00	1.196.941,85
ITBI	1.200.073,99	359.103,49
IRRF	3.318.000,00	1.305.660,87
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.230.000,00	343.993,25
Contribuições	1.647.000,00	790.983,40
Receita patrimonial	619.546,01	575.167,43
Aplicações Financeiras (II)	589.546,01	575.167,43
Outras Receitas Patrimoniais	30.000,00	0,00
Transferências correntes	91.228.174,00	40.101.206,59
Cota-Parte do FPM	33.750.000,00	14.513.831,32
Cota-Parte do ICMS	22.400.000,00	9.267.943,59
Cota-Parte do IPVA	6.400.000,00	1.649.632,42
Cota-Parte do ITR	8.800,00	2.087,13
Transferências da LC 61/1989	295.200,00	139.486,88
Transferências do FUNDEB	16.374.000,00	6.941.527,51
Outras transferências correntes	12.000.174,00	7.586.697,74
Demais receitas correntes	179.356,29	360.891,41
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	179.356,29	360.891,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	103.009.604,2	44.699.998,83
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	20.348.354,32	6.400.541,18
Operações de Crédito (VIII)	6.408.231,36	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	500.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	500.000,00	0,00
Transferências de Capital	13.440.122,96	6.400.541,18
Convênios	1.808.784,19	1.118.179,19
Outras Transferências de Capital	11.631.338,77	5.282.361,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	13.940.122,96	6.400.541,18
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	116.949.727,2	51.100.540,01
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	116.949.727,2	51.100.540,01

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	99.576.353,88	40.858.764,16	40.599.770,27	38.183.142,70	356.850,25	14.087,96	14.087,96
Pessoal e encargos sociais	47.029.512,50	19.094.359,71	19.094.359,71	18.840.002,97	293.625,40	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	100.000,00	20.118,17	20.118,17	20.118,17	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	52.446.841,38	21.744.286,28	21.485.292,39	19.323.021,56	63.224,85	14.087,96	14.087,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) =	99.476.353,88	40.838.645,99	40.579.652,10	38.163.024,53	356.850,25	14.087,96	14.087,96
(XVIII - XIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	25.770.885,77	12.872.390,23	6.610.919,55	6.404.248,03	1.025.200,00	2.271.145,25	2.271.145,25

Investimentos	24.305.708,62	11.952.914,59	5.691.443,91	5.484.772,39	1.025.200,00	2.271.145,25	2.271.145,25
Inversões financeiras	855.177,15	550.000,00	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	855.177,15	550.000,00	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	610.000,00	369.475,64	369.475,64	369.475,64	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	25.160.885,77	12.502.914,59	6.241.443,91	6.034.772,39	1.025.200,00	2.271.145,25	2.271.145,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO DE 2026							
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)							
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Junho / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	125.037.239,6	53.341.560,58	46.821.096,01	44.197.796,92	1.382.050,25	2.285.233,21	2.285.233,21
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	125.037.239,6	53.341.560,58	46.821.096,01	44.197.796,92	1.382.050,25	2.285.233,21	2.285.233,21

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	3.235.459,63	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	3.235.459,63	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	708.725,31	
JUROS NOMINAIS	Até Junho / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	575.167,43	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	15.019,58	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.795.607,48	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Junho / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	732.856,91	440.043,15
DEDUÇÕES (XL)	9.192.780,73	9.855.172,81
Disponibilidade de Caixa	9.192.780,73	9.855.172,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.793.098,78	12.636.302,82
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.393.732,06	2.624.531,43
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	206.585,99	156.598,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(8.459.923,82)	(9.415.129,66)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		955.205,84
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Junho / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.230.799,37	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	2.186.005,21	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.625.857,36	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.138.223,98	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.138.223,98	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Planalto		

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:AECAD997

CONTABILIDADE
OPERAÇÕES DE CREDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**

Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	88.714.929,97	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.550.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	84.164.929,97	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	13.466.388,80	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	12.119.749,92	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	5.891.545,10	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Planalto		

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:F1237D23

CONTABILIDADE
RGF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	88.714.929,97	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.164.929,97	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	82.819.485,97	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	38.408.192,76	46,38
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	44.722.522,42	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	42.486.396,30	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	40.250.270,18	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-9.415.129,66	-11,19
Limite definido por resolução do senado federal	100.997.915,96	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	18.516.284,59	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	13.466.388,80	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	5.891.545,10	7,00
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Planalto		

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:65B84741

CONTABILIDADE
RPPS

FUNDO DE PREV DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2026
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53,

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	19.363.000,00	7.181.058,24
Receita de Contribuições dos Segurados	4.055.000,00	879.021,64
Civil	4.055.000,00	879.021,64
Ativo	4.000.000,00	874.388,09
Inativo	50.000,00	3.840,15
Pensionista	5.000,00	793,40
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	7.500.000,00	1.860.757,53
Civil	7.500.000,00	1.860.757,53
Ativo	7.500.000,00	1.860.757,53
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.755.000,00	3.703.334,20
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	7.755.000,00	3.703.334,20
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	53.000,00	737.944,87
Compensação Financeira entre os regimes	53.000,00	737.944,87
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	19.363.000,00	7.181.058,24

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	17.500.000,00	3.645.864,86	3.645.864,86	3.645.864,86
Aposentadorias	12.000.000,00	2.885.317,89	2.885.317,89	2.885.317,89
Pensões	5.500.000,00	760.546,97	760.546,97	760.546,97
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	140.000,00	37.968,22	37.968,22	37.968,22
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	140.000,00	37.968,22	37.968,22	37.968,22
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	17.640.000,00	3.683.833,08	3.683.833,08	3.683.833,08
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	1.723.000,00	3.497.225,16	3.497.225,16	(3.683.833,08)

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.862.305,93
Investimentos e Aplicações	(747.543,32)
Outros Bens e Direitos	46.678.387,74

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00

Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	1.190.000,00	33.660,03
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	1.190.000,00	33.660,03

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.040.000,00	82.057,81	82.057,81	82.057,81
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.190.000,00	82.057,81	82.057,81	82.057,81
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	(48.397,78)	(48.397,78)	(82.057,81)

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	324.212,94
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre**
Contribuições dos Servidores	11.555.000,00	2.739.779,17
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	11.555.000,00	2.739.779,17

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Fundo de Prev do Município de Planalto				

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:4C1FA9C6

CONTABILIDADE
RREO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	102.530.120,00
Previsão Atualizada da Receita	124.947.504,61
Receitas Realizadas	51.675.707,44
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	4.138.223,98
Dotação Inicial	101.530.120,00
Créditos Adicionais	24.217.119,65
Dotação Atualizada	125.747.239,65
Despesas Empenhadas	53.731.154,39
Despesas Liquidadas	47.210.689,82
Despesas Pagas	44.587.390,73
Superávit Orçamentário	4.465.017,62
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	53.731.154,39
Despesas Liquidadas	47.210.689,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	88.714.929,97
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.164.929,97
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	82.819.485,97
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de	Resultado apurado até o	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	6.099.656,01	0,00 %
Resultado Primário	(939.028,49)	5.539.508,16	(590,00 %)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.393.732,06	10.449,47	1.382.050,25	1.232,34
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.704.064,49	1.011.200,00	2.285.233,21	2.407.631,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.097.796,55	1.021.649,47	3.667.283,46	2.408.863,62

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	11.348.791,15	25% / 18%	32,36
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	5.869.650,14	70%	84,57

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	6.408.231,36
Despesa de Capital Líquida	12.872.390,23	12.898.495,54

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	500.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	900.254,13	478.077,15

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.099.819,94	15%	25,95
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Prefeitura Municipal de Planalto			

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:CB694BFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.554/2026 DE 14/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13554/2026 de 14/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
39 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	30.000,00
		Total Suplementação:	30.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
34 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
		Total Redução:	30.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:23DD0304

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13559/2026 DE 15/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13559/2026 de 15/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$563.227,00 (quinhentos e sessenta e três mil e duzentos e vinte e sete reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.302.0055.2.137		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA 24H	
609 - 3.3.90.39.00.00	971	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	563.227,00
		Total Suplementação:	563.227,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.61	REPASSE SECRETARIA DO ESTADO DA SAUDE - RESOLUÇÃO	563.227,00
	Total da Receita:	563.227,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0E32E825

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER 012/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria
Parecer 012/2026
Súmula: Apreciação dos requerimentos de isenção de IPTU protocolizados nos exercícios 2024, 2025 e 2026.
A Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano e Contribuição de Melhoria, instituída pela Portaria n° 814, de 08 de julho de 2024, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 6°, § 1°, da Lei Municipal 485, de 15 de janeiro de 2024 e do art. 5°A, da Lei Promulgado 2004, de 25 de novembro 2019,
Considerando as análises documentais, realizada em reunião da comissão, na sede da prefeitura, no dia 26 de junho de 2026, conforme Ata n° 012/2026.
Emite parecer:
1) Aprovados os documentos do pedido de isenção de tributos municipais para os exercícios 2024/2025/2026, dos protocolos relacionados abaixo:

Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
3321/2024	1 - 3091	**567.818.819-49**	IPTU	100 %	**2025 R$ 978,29**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
5393/2025	1 - 53395	**390.065.739-49**	IPTU	100 %	**2026 R$ 1.566,93**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
814/2026	1 - 7367	**504.242.389-34**	IPTU	100 %	**2026 R$ 886,07**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
967/2026	1 - 4729	**170.959.569-87**	IPTU	**50 %**	**2026 R$1.264,59**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
3161/2026	1 - 36758	**237.905.399-53**	IPTU	100 %	**2026 - R$ 1.425,19**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
3319/2026	1 - 71120	**34.058.866/0001-75**	IPTU	100 %	**2026 - R$4.730,15**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004/ Igreja					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
3321/2026	1 - 71121	**34.058.866/0001-75**	IPTU	100 %	**2026 - R$17.489,80**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004/Igreja					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
5892/2026	1 - 59637	**635.665.599-20**	IPTU	100 %	**2026 – R$591,52**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
6119/2026	1 - 24361	**036.056.969-29**	IPTU	100 %	**2026 – R$ 1.263,50**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
6989/2026	1 -13994	**885.522.769-68**	IPTU	100 %	**2025 - R$ 1.317,21** **2026 - R$1.357,20**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
12203/2026	1 - 3091	**567.818.819-49**	IPTU	100 %	**2026 - R$ 1.007,99**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
15841/2026	1 - 50412	**056.848.679-01**	IPTU	100 %	**2025 - R$ 2.332,22** **2026- R$ 2.403,02**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					

2) Submeta-se o presente parecer ao Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, para verificação orçamentária e análise final.

Pontal do Paraná, 26 de junho de 2026.

LILIANE DAYANE SCHADLICK
Presidente da Comissão
Portaria n° 814/2024

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2B70D2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (2026-2029)

Pontal do Paraná
Março 2026

Rudisney Gimenes Filho
Prefeito

Patricia Millo Marcomini
Vice-prefeito

Kathia Salomão de Souza
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Fábio Rogério Taborda Ribas
Presidente CMDCA

Responsável técnico pela elaboração do documento :
Lisiane Camila Pereira
Assistente Social da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Contato:
Secretária da Família e Desenvolvimento Social
Endereço: Rodovia PR-407, Km 19 215 - Praia de Leste, PR
CEP 83255-000
assistenciasocial@pontaldoparana.pr.gov.br
(41) 3455-9608

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PONTAL DO PARANÁ
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Titular: Vanize Maschio
Suplente: Geraldo Borges da Silva Junior.
Secretaria Municipal de Educação
Titular: Andreia Gomes Santos.
Suplente: Denize Sant'Ana Donato de Pinho.
Secretaria Municipal de Segurança Pública
Titular: Járede Lucas da Silva Souza
Suplente: Eliane Cardoso do Nascimento Santetti.
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude
Titular: Jonas De Paula Neves
Suplente: Clauba Machado Mendonça
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Alex Sandra Bento Picinin.
Suplente: Simone Aparecida de Paula Zambotto Chabowski.
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAL
Representantes da Entidade União e Vida
Titular: Fábio Rogério Taborda Ribas.
Suplente: Verginia Naila Pires de Almeida Rebello.
Representantes da Associação da União de Famílias pelo Autismo de Pontal do Paraná – UFA
Titular: Karin Cristina Geis.
Suplente: Thiago Geis da Silva
Associação de Pais e Amigos da GUARDA MIRIM de Pontal do Paraná
Titular: Angesmara Natalia Martins Lourenço
Suplente: Mariane Phelipini Borsai
Representantes da APMF ESC. Profª Anita Miró Vernalha
Titular: Karina Fátima e Silva
Suplente: Deise Daiane Bertão
Representante C.I.E.E. Paraná
Titular: Manoel Fabrício dos Santos Neto. Suplente: Felipe Oliveira de Paula

APRESENTAÇÃO
O Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se como um importante instrumento de planejamento, gestão e articulação das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no município. Com vigência de quatro anos, o plano estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações que orientam o poder público e a sociedade civil na construção de estratégias integradas para assegurar o pleno desenvolvimento deste público, em consonância com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais normativas que regem a política de garantia de direitos.
Este instrumento de planejamento busca organizar e sistematizar as ações a serem desenvolvidas no período de sua vigência, considerando as demandas identificadas no território e a necessidade de fortalecer a rede de proteção e atendimento à criança e ao adolescente. Nesse sentido, o plano orienta a atuação intersetorial entre as diferentes políticas públicas, como assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, promovendo a integração entre órgãos governamentais, conselhos de direitos, sistema de justiça e organizações da sociedade civil.
Além de direcionar as ações do município, o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo principal promover a garantia de direitos, a prevenção de violações e o fortalecimento das políticas públicas voltadas a esse público. Por meio da definição de metas e

estratégias, o plano também contribui para o monitoramento e a avaliação das ações implementadas, possibilitando maior efetividade na execução das políticas e no atendimento das necessidades de crianças e adolescentes.
Dessa forma, o plano se consolida como um instrumento fundamental de gestão democrática e participativa, orientando a formulação, execução e acompanhamento das ações voltadas à infância e adolescência, com o propósito de promover condições que assegurem proteção integral, desenvolvimento saudável e oportunidades igualitárias para todas as crianças e adolescentes do município.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…….....…….8
1. MARCO LEGAL.....…….9
1.1 Marco Legal Internacional.....……9
1.2 Marco Legal Nacional.....…….10
1.3 Marco Legal Estadual……...…….12
1.4 Marco Legal Municipal.....……13
2. MARCO SITUACIONAL.....……..14
2.1 Perfil Demografico e Socioeconomico…….16
3. DIREITO À SAÚDE.....16
4. DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL…….18
4.1 Proteção Social Básica.....……..18
4.2 Proteção Social de Média Complexidade……...19
4.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade……...22
5. DIREITO À EDUCAÇÃO.....…….25
6. DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE E LAZER……..27
7. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO…….28
8. FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE……..29
9. PLANO DE AÇÃO.....…31
9.1 Direito à Vida e à Saúde.....……33
9.2 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade……34
9.3 Direito à Convivência Familiar e Comunitária……35
9.4 Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer…….36
9.5 Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho……37
9.6 Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.....……..38
10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO……..39
11. RECURSOS FINANCEIROS VOLTADOS A POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....……40
11. 1 Recursos Próprios.....41
11.2 Deliberações Fundo a Fundo Estadual…….41
CONCLUSÃO.....……42
REFERÊNCIAS.....……45

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, tornando-os destinatários prioritários da proteção da família, da sociedade e do Estado. Esses três atores passam a ser corresponsáveis pela garantia, promoção e defesa dos direitos fundamentais desse público, cada qual no âmbito de suas atribuições. Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolida o paradigma da proteção integral, reafirmando a universalidade do atendimento e orientando que políticas públicas e legislações se destinem a todas as crianças e adolescentes, sem distinções ou discriminações de qualquer natureza.
Partindo dessas diretrizes, o Plano Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná configura-se como instrumento essencial de planejamento, gestão e pactuação das ações voltadas à garantia de direitos no território. Elaborado de forma alinhada às políticas nacional e estadual, bem como às demandas evidenciadas no diagnóstico local, o Plano organiza e direciona esforços do Sistema de Garantia de Direitos para fortalecer a proteção, prevenir violações e qualificar as respostas às situações que envolvem a população infantojuvenil.
O Plano estabelece diretrizes, ações e metas para os próximos quatro anos, orientando a construção de indicadores que permitam monitorar e avaliar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes no município. Dessa forma, o documento se apresenta como ferramenta estratégica para a atuação integrada entre o poder público, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos na promoção dos direitos desse público, assegurando ações contínuas, articuladas e efetivas.
Nesses termos, este Plano está estruturado em onze capítulos, quais sejam: Marcos Legais, Marco Situacional, Direito à Saúde, Direito à Assistência Social, Direito à Educação, Direito à Cultura, ao Esporte e Lazer, Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho, Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Plano de Ação e Recursos Financeiros.

1. MARCO LEGAL

1.1 Marco Legal Internacional

A forma como a sociedade compreende a infância mudou ao longo do tempo. Durante muitos séculos, crianças não eram reconhecidas como sujeitos de direitos; eram vistas como propriedade da família ou simples extensão do mundo adulto. Apenas entre os séculos XII e XVIII começou a surgir uma diferenciação simbólica entre infância e vida adulta, ainda limitada. Com a Revolução Industrial, a exploração do trabalho infantil, as altas taxas de mortalidade e a ausência de proteção estatal evidenciaram a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, o que mobilizou movimentos sociais e abriu caminho para normas internacionais.
Os primeiros avanços ocorreram no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ao longo das décadas consolidou regras para abolir o trabalho infantil, culminando na Convenção nº 138 (1973). Em 1924, a Declaração de Genebra introduziu a ideia de responsabilidade moral e social pelos cuidados à criança. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a necessidade de proteção especial à infância.
Em 1959, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, primeiro documento dedicado exclusivamente ao tema, rompendo com visões assistencialistas e afirmando a criança como sujeito de direitos universais. O maior avanço, porém, ocorreu com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), tratado internacional de caráter obrigatório que estabeleceu obrigações concretas aos Estados e reforçou o papel central da família na promoção do desenvolvimento integral.
Normas complementares reforçaram esse movimento. As Diretrizes de Riad (1990) orientaram políticas preventivas ao envolvimento juvenil em atos infracionais; e as Regras Mínimas da ONU para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade (1990) definiram parâmetros de tratamento humanizado, garantia de direitos e reintegração social.

Esse conjunto de documentos estruturou a base dos sistemas contemporâneos de proteção à infância e influenciou diretamente a legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2 Marco Legal Nacional

A legislação brasileira referente à infância surgiu de forma fragmentada e com forte caráter tutelar. No período escravocrata, normas como a Lei do Ventre Livre (1871) e os primeiros códigos penais (1830 e 1890) introduziram disposições voltadas à infância, porém sob a ótica da delinquência e da disciplina social. Crianças e adolescentes eram vistos como ameaça à ordem e não como sujeitos de direitos.

O fim da escravidão, a urbanização e o avanço industrial agravaram a pobreza e ampliaram o abandono infantil. Nesse contexto, práticas assistencialistas e institucionalizadas, conduzidas por entidades filantrópicas, passaram a dominar as respostas públicas. A partir da década de 1920, o Estado brasileiro assumiu papel mais direto, com a criação dos Juizados de Menores, que acumulavam funções judiciais e assistenciais, reforçando um modelo de intervenção repressiva e generalizada sobre famílias pobres.

Em 1927 foi promulgado o primeiro Código de Menores, consolidando a doutrina da situação irregular, que classificava crianças e adolescentes pobres, abandonados ou autores de atos infracionais como “menores” sujeitos à tutela estatal. A lógica central era a segregação e a institucionalização. Ao longo das décadas seguintes, órgãos como o Serviço de Assistência ao Menor - SAM (1942), a Legião Brasileira de Assistência - LBA, as casas de trabalho e, durante o regime militar, a FUNABEM (1964) e as FEBEMs mantiveram o paradigma da contenção e da internação como resposta aos conflitos sociais envolvendo a infância.

No Paraná, diversas instituições reproduziram esse modelo (Instituto Disciplinar, Escolas de Reforma, Unidades Sociais e centros femininos), alinhadas à política nacional de controle e correção da juventude pobre. O Código de Menores de 1979 reafirmou a doutrina da situação irregular, com forte estigmatização da infância pobre e amplo poder discricionário dos juízes, resultando em internações massivas sem critérios objetivos.

A redemocratização trouxe profunda mudança. Movimentos sociais, especialmente a mobilização da Criança Constituinte, influenciaram a elaboração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que instituiu a doutrina da proteção integral e o princípio da prioridade absoluta. A CF/88 reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e definiu corresponsabilidade entre família, sociedade e Estado, estabelecendo ainda diretrizes fundamentais: universalização, descentralização, municipalização e participação social.

Esse novo marco culminou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que rompeu com a lógica tutelar e incorporou padrões internacionais de direitos humanos. O ECA instituiu políticas universais, medidas de proteção e responsabilização diferenciada para adolescentes, além de regulamentar temas como trabalho infantil, convivência familiar, acolhimento e atos infracionais. Tornou-se referência mundial por afirmar a dignidade e a condição peculiar de desenvolvimento da infância.

Nas décadas seguintes, diversas normas complementaram o Estatuto, entre elas:

- Lei nº 10.097/2000 (aprendizagem profissional);
- Lei nº 11.788/2008 (estágio);
- Decreto nº 6.481/2008 – Lista TIP, que regulamenta a proibição das formas de trabalho infantil;
- Lei nº 12.010/2009 (Lei Nacional da Adoção);
- Lei nº 12.594/2012 (SINASE), que institui diretrizes nacionais e obriga planos decenais socioeducativos;
- Lei nº 12.696/2012, que regulamenta direitos dos conselheiros tutelares.

Também são fundamentais as Resoluções nº 105/2005, 113/2006 e 139/2010 do CONANDA, que estruturam o Sistema de Garantia de Direitos, orientam a criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares e definem diretrizes nacionais de atendimento.

Esses marcos consolidaram a transição de um modelo tutelar e excludente para um sistema de proteção integral, universal e democrático, que orienta as políticas públicas até os dias atuais.

1.3 Marco Legal Estadual

No Paraná, diversas normas estaduais complementam o marco nacional de proteção à infância e adolescência. A Lei Estadual nº 9.579/1991 instituiu o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR), órgão colegiado e paritário responsável por formular, deliberar e controlar a política estadual de promoção e defesa de direitos. Entre suas atribuições destacam-se: definição de prioridades, acompanhamento do orçamento estadual e fiscalização da execução da política de atendimento.

Vinculado ao Conselho, o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR) foi criado pela Lei nº 10.014/1992, com a função de captar e aplicar recursos em programas e ações de proteção especial. O Fundo é composto por receitas vinculadas do Estado e por doações dedutíveis do Imposto de Renda, constituindo fonte essencial de financiamento das políticas públicas.

Outro instrumento importante é a Lei Estadual nº 15.200/2006, que criou o Programa Estadual de Aprendizagem para Adolescentes em Conflito com a Lei, garantindo continuidade formativa, qualificação e inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou em remissão. O programa visa fortalecer competências, estimular responsabilidade cidadã e ampliar oportunidades de trabalho.

Também se destaca a Lei Estadual nº 17.147/2012, que obriga estabelecimentos de hospedagem a exibirem cartazes informando as regras legais para hospedagem de crianças e adolescentes, conforme o ECA, estabelecendo multa em caso de descumprimento. A Lei nº 17.055/2012, por sua vez, assegura acesso gratuito a atividades esportivas em estádios e ginásios a menores de 12 anos acompanhados de responsável.

No âmbito normativo, a Resolução CEDCA nº 004/2011 estabelece diretrizes para a prática esportiva de crianças e adolescentes, garantindo que sua participação ocorra em consonância com sua condição de desenvolvimento. A resolução exige a inscrição das entidades esportivas nos Conselhos Municipais de Direitos, fiscalização periódica e presença de equipe multiprofissional, além de vedar práticas de exploração, agenciamento irregular e afastamento injustificado da convivência familiar.

Essas normas estaduais reforçam a doutrina da proteção integral consagrada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, sua efetividade depende não apenas da existência das leis, mas da implementação concreta das políticas públicas, da articulação entre Estado e sociedade e do fortalecimento contínuo do Sistema de Garantia de Direitos.

1.4 Marco Legal Municipal

No âmbito municipal, o principal marco legal relacionado aos direitos da criança e do adolescente em Pontal do Paraná é a Lei Municipal nº 069/1997, que institui a Política Municipal de Atendimento, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o

Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Este último foi regulamentado pelo Decreto nº 302/2000, permitindo a operacionalização de recursos destinados ao financiamento de programas e ações voltadas à infância e adolescência.
A Lei nº 069/1997 passou por sucessivas alterações, sendo a última realizada por meio da Lei Municipal nº 1.530/2015. Entretanto, a legislação encontra-se defasada frente às atualizações normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e às diretrizes nacionais, razão pela qual o CMDCA elaborou uma proposta de revisão integral da lei. O texto atualizado foi encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município e segue em tramitação como Projeto de Lei na Câmara Municipal. Após sua aprovação, o CMDCA deverá proceder à atualização do Regimento Interno, vigente desde 2005 e igualmente desatualizado.
Outro marco relevante é a Lei Municipal nº 568/2005, que cria o Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social. Embora a legislação determine, em seu artigo 19°, a necessidade de regulamentação por decreto no prazo de 90 dias, tal normatização não foi efetivada. Atualmente, a Secretaria de Ação Social está em processo de reorganização institucional, com vistas à adequação do órgão gestor às normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e às prioridades pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
No campo do planejamento, além do Plano Plurianual (PPA), a Gestão da Assistência Social e o CMDCA utilizam o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como instrumento orientador de metas e estratégias a serem implementadas em articulação com as demais políticas públicas. O último plano elaborado foi o Plano Decenal com vigência de 2015 a 2025, aprovado pela Resolução nº 03/2014 do CMDCA. Considerando seu caráter orientador, esse instrumento deve ser periodicamente atualizado, com base na análise da realidade atual do município, a fim de estabelecer novos objetivos e diretrizes para o aprimoramento da política municipal destinada à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

2. MARCO SITUACIONAL

2.1 Perfil Demografico e Socioeconomico

Pontal do Paraná tornou-se município do Estado do Paraná por meio da Lei Estadual nº 11.252/1995, posteriormente alterada pela Lei nº 21.873/2024. Possui área territorial de 200,41 km², incluindo aproximadamente 50 km de praias contínuas, e faz divisa com os municípios de Matinhos ao sul e Paranaguá ao oeste. Ao norte e leste, o território é banhado pelo Oceano Atlântico e pela Baía de Paranaguá. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população é de 32.426 habitantes, com densidade demográfica de 151,81 hab/km².
Comparando os Censos de 2010 e 2022, verifica-se um crescimento populacional médio anual de 3,5%, evidenciando um processo acelerado de expansão urbana e demográfica. Esse aumento tem implicado desafios estruturais, como maior demanda por emprego, moradia e ampliação dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.
O município é composto por 48 balneários distribuídos ao longo do litoral, entre eles Praia de Leste, Santa Terezinha, Atami, Monções, Mirassol, Shangri-lá, Ipanema, Grajaú e Pontal do Sul, considerados os principais polos de ocupação populacional e turística. Abriga ainda duas aldeias indígenas, *Guaviraty* e *Caraguatá Poty*, que totalizam 18 famílias, além de diversas comunidades tradicionais de pescadores artesanais presentes em balneários como Ipanema, Carmery, Barrancos, Shangri-lá, Pontal do Sul e Ilha do Maciel. Há também uma comunidade rural, a Colônia Pereira, que mantém características socioeconômicas e culturais próprias.
Quanto à composição por sexo, a população apresenta paridade, sendo 15.005 pessoas do sexo masculino e 15.420 do sexo feminino, conforme o Censo 2022. A distribuição etária revela 5.633 habitantes de 0 a 14 anos, 6.581 pessoas com 60 anos ou mais e 18.211 habitantes entre 15 e 59 anos. O índice de envelhecimento, razão entre a população idosa e a população de 0 a 14 anos, é de 116,83, indicando que, para cada 100 crianças e adolescentes, há aproximadamente 117 pessoas idosas, o que aponta para um perfil populacional em processo de envelhecimento.
No que se refere à cor ou raça, 61,2% da população se autodeclara branca, 33,2% parda, 4,7% preta, 0,35% amarela e 0,42% indígena. A caracterização étnico-racial é fundamental para subsidiar políticas públicas que promovam equidade, combate ao racismo e garantia de direitos. A população indígena residente soma 128 pessoas, com distribuição equilibrada entre os sexos (64 mulheres e 64 homens). A maior parte encontra-se na faixa etária de 15 a 59 anos (77 pessoas), seguida por 31 crianças e adolescentes (0 a 14 anos) e 20 pessoas idosas (60 anos ou mais).
Em relação às pessoas com deficiência, até o momento o IBGE não divulgou os resultados consolidados do Censo 2022 para esse grupo populacional, cuja publicação estava prevista para o segundo semestre de 2024.
O mapeamento dos territórios de maior vulnerabilidade social, identificou como áreas prioritárias para atenção os balneários de Monções, Praia de Leste, Canoas, Guarapari, Ipanema e Shangri-lá. Esses territórios apresentam fatores estruturais e conjunturais que intensificam situações de risco e vulnerabilidade, demandando maior presença e atuação das políticas públicas. Entre as condições observadas, destacam-se ocupações em áreas irregulares, especialmente em beiras de canal, faixa de orla (área da União) e terrenos sem regularização fundiária, o que contribui para precariedade habitacional e maior exposição a riscos socioambientais.
No conjunto das vulnerabilidades identificadas, verificam-se dificuldades relacionadas à baixa escolarização, ausência de qualificação profissional e inserção limitada no mercado de trabalho, resultando em baixa renda familiar. Também são recorrentes situações envolvendo uso de substâncias psicoativas, bem como diferentes formas de violações de direitos de crianças e adolescentes, incluindo negligência, abuso físico e sexual, além da incidência de violência doméstica e outras expressões de violência intrafamiliar. Esses elementos reforçam a necessidade de atuação preventiva e protetiva da Assistência Social nesses territórios, articulada de forma intersetorial e orientada pelo princípio da proteção integral.

3. DIREITO À SAÚDE

O direito à saúde de crianças e adolescentes é assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhecem este público como prioridade absoluta e determinam que a família, a sociedade e o Estado garantam acesso integral às ações de promoção, prevenção e cuidado. Esse direito abrange não apenas a assistência médica, mas o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, a atenção desde a gestação, a proteção contra agravos e a oferta de serviços adequados às necessidades específicas da infância e adolescência, assegurando condições dignas e contínuas de saúde ao longo de todo o ciclo de vida.
Contextualizando na realidade do município, conforme os dados do IBGE 2022, possui 3.711 crianças de 0 a 9 anos e 1.922 crianças de 10 a 14 anos, totalizando 5.633 crianças de 0 a 14 anos. Soma-se a esse contingente 1.940 adolescentes entre 15 e 19 anos. Os dados evidenciam que crianças e adolescentes representam cerca de 22,85% da população de Pontal do Paraná, revelando um contingente populacional expressivo.
Acerca da Rede Municipal de Saúde, há cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), 24 estabelecimentos, os quais serão listados abaixo:

- Academia De Saúde;
- Ambulatório De Saúde Mental;
- Ame – Criança;
- Caps Laços;

- Central De Regulação;
- Central De Abastecimento Farmacêutico - Caf;
- Centro De Saúde Da Mulher E Da Criança;
- Clínica De Fisioterapia De Pontal Do Sul;
- Cta - Centro De Testagem E Aconselhamento;
- E-Multi Ap;
- Farmácia Especializada;
- Policlínica;
- Posto De Saúde Colonia Pereira;
- Posto De Saúde De Ipanema;
- Posto De Saúde De Pontal Do Sul;
- Posto De Saúde Sila Maria Rosa Crisanto;
- Posto De Saúde De Praia De Leste;
- Posto De Saúde De Shangrilá;
- Pronto Atendimento 24h De Praia De Leste;
- Pronto Atendimento 24h De Shangrilá;
- Samu 192 Pontal Do Paraná;
- Sms De Pontal Do Paraná;
- Vigilância em Saúde.

Aponta-se que a Atenção Primária em Saúde desempenha papel central na promoção, prevenção e cuidado integral à saúde de crianças e adolescentes. Por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), são realizadas consultas de puericultura, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, atendimentos clínicos, vacinação, ações educativas, grupos de orientação e identificação precoce de agravos e vulnerabilidades. Também é nesse nível de atenção que ocorre grande parte da articulação intersetorial necessária para garantir direitos, inclusive o monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Acerca das condicionalidades, houve avanço significativo no comprimento ao longo de 2025, a cobertura geral passou de 66,5% para 80,3%, aproximando-se da média nacional. O município alcançou ainda 58,8% de acompanhamento das crianças, 100% das gestantes em pré-natal e 88% das mulheres monitoradas.

No que se refere à Atenção Especializada, destacam-se serviços essenciais para o cuidado infantojuvenil. O Ambulatório Municipal de Especialidades (AME) integra a linha de cuidado da pessoa com deficiência, oferecendo acompanhamento multiprofissional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com condições do neurodesenvolvimento. Em 2025, o AME realizou o acompanhamento de 122 crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 6 crianças com outros diagnósticos.

Outro ponto estratégico, é o Centro de Saúde da Mulher e da Criança, responsável por atendimentos ginecológicos, obstétricos e exames de ultrassonografia, seguindo o protocolo municipal de cuidado gestacional. O serviço também compõe a Rede de Atenção Psicossocial no atendimento a crianças vítimas de violência até 13 anos e 11 meses. Em 2025, registrou 1.148 atendimentos obstétricos e 1.052 ginecológicos, além de desenvolver ações educativas vinculadas ao Programa Mãe Pontalense e iniciativas de incentivo ao aleitamento materno, contribuindo para a prevenção de agravos na primeira infância.

Dessa forma, a rede de atenção à saúde de Pontal do Paraná, alinhada aos princípios do SUS e articulada às políticas de proteção social, compõe um conjunto de ações fundamentais para assegurar o desenvolvimento saudável da infância e adolescência.

4. DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende o conjunto de serviços, programas e benefícios voltados à prevenção de situações de risco social, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à promoção da autonomia das famílias. Tem caráter essencialmente preventivo e atua antes da ocorrência das violações de direitos, garantindo acolhida, orientação e acompanhamento continuado.

No município de Pontal do Paraná, essa complexidade é executada por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades responsáveis pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e demais serviços socioassistenciais de base territorial. O município conta com o **CRAS Canoas** e o **CRAS Ipanema**, que atendem diferentes territórios e ofertam ações de acolhida, acompanhamento familiar, inserção em serviços e articulação com a rede intersetorial. Integra também a PSB o **Centro de Convivência do Idoso (CCI)**, unidade voltada à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas, promovendo socialização, participação comunitária e fortalecimento de vínculos sociais.

4.2 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é um nível de atenção do SUAS voltado ao atendimento de pessoas e famílias que vivenciam situações de violação de direitos. Seu objetivo é reduzir danos, prevenir o agravamento das violações e restabelecer direitos, por meio de atendimentos especializados e contínuos. No trabalho com crianças e adolescentes, essa proteção atua na identificação, acolhida e acompanhamento de situações como violência física, psicológica, sexual, negligência, trabalho infantil e outras violações, realizando escuta qualificada, orientação sociofamiliar, articulação com a rede e monitoramento das medidas protetivas, garantindo a defesa integral e o acesso aos direitos previstos no ECA.

Em 2025, o CREAS registrou 170 atendimentos relacionados a violências e violações de direitos, envolvendo diferentes perfis etários, uma vez que os dados não estão desagregados por faixa etária, abrangendo crianças, adolescentes, adultos e idosos em um mesmo conjunto. Na tabela a seguir, são apresentados o tipo de violência/violação, a quantidade de casos e o sexo das vítimas.

TABELA 1 - REGISTRO DE VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DO CREAS EM 2025

Fonte: Creas, 2025. Organizado pela equipe.

A partir dos dados apresentados, observa-se que a maioria das vítimas é do sexo feminino (155 casos), enquanto apenas 15 são do sexo masculino. Essa diferença expressiva reforça a maior vulnerabilidade de mulheres e meninas às situações de violência e violação de direitos acompanhadas pelo CREAS. Ainda que os registros não estejam desagregados por faixa etária, a distribuição por sexo evidencia um padrão compatível com as demandas mais recorrentes da Proteção Social Especial.

Já no que se refere às Medidas Socioeducativas (MSE), a tabela a seguir apresenta os dados detalhando o tipo de medida aplicada, bem como a quantidade de atendimentos realizados segundo o sexo dos adolescentes acompanhados.

Fonte: Dados organizados pelo autor. Período de referência: janeiro de 2025 a maio de 2026.

No período de janeiro de 2025 a maio de 2026, foram registrados acompanhamentos de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto executadas pelo CREAS. Na medida de Liberdade Assistida (LA), foram acompanhados 6 adolescentes, dos quais 3 permanecem em cumprimento da medida, 1 concluiu o acompanhamento com cumprimento integral, 1 teve registro de descumprimento e 1 encontra-se baixado no sistema. Os registros classificados como "baixados" correspondem, em geral, ao encerramento administrativo do acompanhamento, podendo decorrer do cumprimento da medida, determinação judicial, transferência de município, arquivamento do processo ou outras situações que resultem na finalização do acompanhamento socioassistencial.

Em relação à Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), foram registrados 44 acompanhamentos, sendo 16 em cumprimento, 8 cumpridos, 6 descumpridos e 13 baixados. Os dados demonstram que a PSC constitui a principal medida socioeducativa aplicada no município durante o período analisado, demandando acompanhamento sistemático da equipe técnica para garantir seu caráter educativo e protetivo.

Quanto às demais medidas, registrou-se 1 acompanhamento relacionado à Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Pessoas com Uso Problemático de Álcool e Outras Drogas, classificado como descumprido. Também foram identificados 3 adolescentes em cumprimento da medida de Matrícula e Frequência Obrigatórias em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental e outros 3 adolescentes em acompanhamento decorrente da Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

Conforme avaliação da equipe técnica, os adolescentes acompanhados apresentam, com frequência, situações de vulnerabilidade social que podem contribuir para o envolvimento em atos infracionais. Entre os aspectos observados destacam-se dificuldades no processo de escolarização e permanência na escola, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental; fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e comunitários; contextos de vulnerabilidade socioeconômica; acesso limitado a oportunidades de desenvolvimento social, cultural e profissional; além da influência de grupos vinculados à criminalidade organizada em determinados territórios.

Os dados do período analisado indicam que a demanda por acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto permanece presente no município, com predominância da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e manutenção de casos em acompanhamento ao longo do período. Esse cenário evidencia a necessidade de capacidade técnica e operacional contínua para execução das medidas, bem como de fluxos consolidados entre o Sistema de Justiça e a rede socioassistencial. A coexistência de medidas cumpridas, descumpridas e ainda em execução demonstra a heterogeneidade das trajetórias acompanhadas e reforça a importância de estratégias individualizadas de acompanhamento, considerando as particularidades de cada adolescente e seu contexto familiar e territorial.

4.3 Proteção Social de Alta Complexidade

O município de Pontal do Paraná conta com um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade voltado ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes: o Abrigo Institucional Corais do Mar. Destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em situação de risco pessoal e social, cujos vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados, o serviço possui capacidade para atender até 20 acolhidos.

O Abrigo Institucional Corais do Mar atua em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ofertando proteção integral, cuidados básicos, acompanhamento psicossocial e apoio pedagógico, com foco na garantia de direitos, na preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na reintegração familiar. Nos casos em que a reintegração não se mostra possível, o serviço atua em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos para viabilizar o encaminhamento à família substituta, conforme previsto na legislação vigente.

A equipe técnica e operacional do serviço é composta por uma (01) assistente social, uma (01) psicóloga, uma (01) coordenadora e oito (08) cuidadoras sociais, garantindo o acompanhamento contínuo das crianças e adolescentes acolhidos e o desenvolvimento das ações necessárias ao atendimento de suas demandas individuais e familiares.

Em maio de 2026, o serviço registrava 14 crianças e adolescentes acolhidos, correspondendo a 70% de sua capacidade instalada. Do total de acolhidos, oito (08) eram adolescentes e seis (06) crianças, evidenciando uma maior incidência de acolhimentos na faixa etária da adolescência. Quanto ao sexo, observou-se predominância do público feminino, representado por nove (09) acolhidas, enquanto cinco (05) eram do sexo masculino.

No que se refere à caracterização étnico-racial, seis (06) acolhidos foram identificados como brancos, quatro (04) como negros, três (03) como pardos e um (01) não possuía informação registrada no momento do levantamento. A distribuição territorial dos acolhidos demonstra concentração dos casos nos balneários Praia de Leste, Primavera e Shangri-lá, cada um com quatro (04) acolhidos, enquanto Ipanema e Pontal do Sul registraram um (01) acolhido cada.

Em relação aos fatores que motivaram a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, destacam-se os conflitos familiares e a negligência como as principais violações de direitos identificadas. Tais situações demonstram a ocorrência de fragilidades nas funções protetivas familiares e revelam a necessidade de intervenções precoces e continuadas por parte da rede de proteção social.

A análise dos dados evidencia que a demanda pelo acolhimento institucional no município está diretamente relacionada a contextos de vulnerabilidade social e relacional, nos quais os conflitos intrafamiliares e a negligência comprometem a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A predominância de adolescentes entre os acolhidos também aponta para a necessidade de estratégias específicas voltadas a esse público, considerando os desafios próprios dessa etapa do desenvolvimento e os impactos decorrentes do afastamento do convívio familiar.

Observa-se ainda a concentração dos acolhimentos em determinados territórios do município, o que pode indicar a necessidade de aprofundamento das ações de vigilância socioassistencial e do fortalecimento da atuação preventiva da rede de proteção nesses locais. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar as ações intersetoriais de acompanhamento familiar, fortalecimento de vínculos, orientação parental, prevenção das violências e promoção da convivência familiar e comunitária, visando reduzir a incidência de situações que resultem na aplicação da medida excepcional de acolhimento institucional.

Considerando que o acolhimento institucional deve ocorrer de forma provisória e excepcional, os dados reforçam a importância da articulação permanente entre a assistência social, saúde, educação, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, assegurando intervenções qualificadas que promovam a proteção integral, a superação das situações de violação de direitos e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

5. DIREITO À EDUCAÇÃO

No âmbito da educação, o município conta com 30 instituições de ensino, sendo 22 da rede municipal, 6 estaduais e 2 privadas. Conforme Censo do IDEB 2023, cerca de 6.360 alunos estão matriculados na rede pública, sendo 3.677 alunos do município e 2.683 alunos do estado. Já na rede privada há em média 314 matriculados.

Em 2023 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador instituído pelo governo federal com o propósito de avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas, registrou um índice de 6,2 para os anos iniciais do ensino fundamental. O gráfico abaixo mostra a evolução do IDEB de 2007 a 2023:

Já os anos finais, apresentam o IDEB de 5,3 e o ensino médio índice de 4,4. Ambos os índices apresentaram uma pequena queda comparado ao ano de 2021. A diminuição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é uma preocupação significativa, pois esse indicador reflete a qualidade da educação nas escolas e está diretamente relacionado ao aprendizado dos alunos. Quando o IDEB diminui, significa que há desafios no desempenho dos estudantes e no processo educacional como um todo.

No que se refere ao acompanhamento das condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família em novembro de 2025, o município de Pontal do Paraná registrou o monitoramento de mais de 2.120 beneficiários, alcançando uma taxa de acompanhamento de 96,63% para fins de IGD.

A porcentagem alta demonstra o compromisso do município com o acompanhamento das famílias beneficiárias, garantindo que crianças e adolescentes mantenham sua frequência escolar regular. O desempenho alcançado também reforça a articulação entre assistência social e educação, contribuindo para a melhoria dos indicadores locais e para a garantia de direitos.

6. DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE E LAZER

O município de Pontal do Paraná oferece um conjunto diversificado de oficinas destinadas a crianças e adolescentes, ampliando o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer em diferentes territórios.

No eixo esportivo, são ofertadas oficinas de futebol, lutas, surf, vôlei, tiro com arco e dança, que estimulam a prática regular de atividades físicas, a socialização e o desenvolvimento de habilidades motoras e socioemocionais. Essas modalidades contribuem para a construção de rotinas saudáveis e para o fortalecimento de vínculos comunitários.

Na área cultural, as oficinas de canto, pintura e flauta doce possibilitam o contato com diferentes linguagens artísticas, incentivam a criatividade e promovem a expressão individual e coletiva. Além de ampliar o repertório cultural, essas atividades fortalecem a autoestima e o protagonismo juvenil.

As ações de lazer incluem eventos comunitários, práticas recreativas e atividades promovidas em espaços públicos, especialmente na orla marítima, ampliando oportunidades de convivência e garantindo ambientes seguros para o desenvolvimento social das crianças e adolescentes.

De forma articulada, essas iniciativas reforçam a oferta de experiências educativas, culturais e esportivas, contribuindo para o desenvolvimento integral e para a consolidação de uma rede de proteção social ativa e acessível no município.

7. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

A profissionalização e a proteção no trabalho são direitos assegurados aos adolescentes a partir dos 14 anos, devendo ser tratadas com cautela e em conformidade com as normas de proteção ao trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece as diretrizes para o exercício de atividades profissionais e para o preparo técnico-profissional. Após a alteração do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 20/1998, ficou proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Assim, o trabalho é vedado antes dos 14 anos, e entre 14 e 24 anos deve ocorrer, preferencialmente, no contexto da formação técnico-profissional. O trabalho permitido ao adolescente deve respeitar sua condição de pessoa em desenvolvimento e garantir qualificação adequada.

O direito ao trabalho protegido também se estende ao adolescente com deficiência, cabendo ao Estado oferecer programas de assistência integral, atendimento especializado e ações de integração social.

A formação técnico-profissional deve observar os princípios do art. 63 do ECA, assegurando que a aprendizagem não prejudique os demais direitos. O acesso e a frequência ao ensino regular são obrigatórios, uma vez que a aprendizagem é complementar à escolarização. As políticas públicas do setor devem garantir o pleno aproveitamento do processo educativo durante toda a idade escolar.

Em Pontal do Paraná, a aprendizagem profissional é regulamentada pela Lei nº 2.438, de 31 de maio de 2023. No ano de 2026, encontram-se registrados 17 adolescentes aprendizes vinculados à Prefeitura. O município mantém parceria com o SENAI, responsável pela oferta de cursos de capacitação voltado ao setor administrativo. O curso possui duração de um ano e meio e disponibiliza 30 vagas, sendo 20 destinadas ao setor público e 10 destinadas a aprendizes da rede privada.

Além disso, a Agência do Trabalhador realiza o cadastro de adolescentes para inclusão no Programa Nacional de Aprendizagem, encaminhando-os para as vagas disponíveis. Contudo, ainda há poucas empresas vinculadas ao programa no município, e o setor vem buscando ampliar as pactuações e abrir novas oportunidades de trabalho protegido para esse público.

A Agência do Trabalhador também mantém parcerias com órgãos estaduais e federais para a oferta de cursos e capacitações voltados aos adolescentes em processo de formação profissional.

8. FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Para a consolidação da Doutrina da Proteção Integral, preconizada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil avançou na estruturação de um sistema que organiza a proteção e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, estabelecendo atribuições e funções, além de institucionalizar a integração entre os órgãos que atuam nessa área.
Com o advento da Resolução nº 113/2006 do CONANDA, instituiu-se formalmente o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Conforme o art. 1º, o SGD constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, por meio da aplicação de instrumentos normativos e do funcionamento de mecanismos de promoção, defesa e controle, para assegurar a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.
Para a efetivação da defesa desses direitos, o SGD deve articular-se com todos os sistemas nacionais responsáveis pela operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamento, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade.
Compete ao Sistema de Garantia de Direitos promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos de todas as crianças e adolescentes, garantindo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Cabe também ao sistema colocá-los a salvo de ameaças e violações, assegurando a apuração e reparação dessas situações.
Ao instituir o SGD, a Resolução nº 113/2006 estabeleceu três eixos interdependentes e integrados de atuação: promoção, defesa e controle social da efetivação dos direitos. Cada ente possui atribuições específicas dentro dessa organização, de modo que as instituições envolvidas executem suas funções de forma colaborativa, potencializando a garantia integral de direitos. Para isso, é imprescindível superar visões reducionistas e fortalecer a articulação entre os serviços.
A política de atendimento à criança e ao adolescente se materializa por meio de serviços e programas das diversas políticas públicas, da execução de medidas de proteção e de medidas socioeducativas. Trata-se de uma política especializada que deve funcionar de maneira transversal e intersetorial, articulando políticas públicas de infraestrutura, institucionais, econômicas e sociais. A integração das ações é fundamental para alcançar a efetivação dos direitos fundamentais.
Em consonância com o esquema do SGD, evidencia-se que os três eixos — Promoção (Conselhos de Direitos, Cultura, Esporte, Saúde, Educação, aplicação de MSE), Defesa (Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícias Civil e Militar) e Controle (Conselhos de Direitos, Conselhos Setoriais, Tribunais de Contas) — são complementares e não hierárquicos entre si, bem como entre as instituições e serviços inseridos em cada eixo.
No âmbito municipal, destaca-se que a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente foi formalmente instituída por meio da Lei nº 2.069, de 15 de setembro de 2020, que estabelece diretrizes para sua organização e articulação, regulamentando responsabilidades, fluxos e a integração intersetorial necessária para a promoção, prevenção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Essa legislação local consolida e normatiza o funcionamento da rede, alinhando-a aos princípios nacionais do Sistema de Garantia de Direitos.
No que se refere à articulação da rede de proteção, foram realizados diversos “ensaios” para a estruturação da rede de atendimento desde o ano de 2008, incluindo a capacitação de um técnico e de um gestor da política de assistência social para este fim.
A construção contínua da rede de proteção contribuiu para o amadurecimento das políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Ao estruturar o atendimento em situações de violação de direitos e a atenção à família, busca-se minimizar a sobreposição de ações, tornando mais clara a atuação e a responsabilização de cada órgão conforme sua competência. Além disso, fortalece-se a rede de atendimento, reduzindo distâncias institucionais e integrando o acompanhamento do público-alvo.

9. PLANO DE AÇÃO

Justificativa

A elaboração deste Plano de Ação fundamenta-se na análise da realidade das crianças e adolescentes de Pontal do Paraná, que evidenciou avanços na estruturação das políticas públicas e da rede de proteção, mas também desafios relacionados à garantia integral de direitos. O diagnóstico identificou a permanência de situações de vulnerabilidade social, violência, fragilização de vínculos familiares, dificuldades de acesso a oportunidades de desenvolvimento, bem como demandas relacionadas à saúde mental, permanência escolar, profissionalização e fortalecimento da participação social.
Observou-se ainda a existência de desigualdades territoriais que impactam de forma distinta o acesso de crianças e adolescentes aos serviços públicos e às oportunidades de desenvolvimento. Nesse contexto, torna-se necessária a implementação de ações articuladas entre as diversas políticas públicas e os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, visando fortalecer a proteção integral, prevenir situações de risco e promover o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.
Dessa forma, o presente Plano de Ação constitui um instrumento de planejamento e gestão voltado à efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, orientando ações estratégicas para o fortalecimento da rede de proteção e a melhoria das condições de vida da população infantojuvenil do município.

Objetivo Geral

Fortalecer a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial e do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, visando ao desenvolvimento integral e à proteção contra situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

Objetivo Específico

- Fortalecer o acesso de crianças e adolescentes às políticas públicas e à proteção integral.
- Prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade, violência e violação de direitos.
- Promover a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos.
- Ampliar oportunidades de educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização.
- Fortalecer a articulação, a gestão e o monitoramento do Sistema de Garantia de Direitos.

9.1 Direito à Vida e à Saúde

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Fortalecer a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes	Implantação do CAPS i	Possuir recurso físico e humano para funcionamento de serviço	Criação do CAPSi	2028-2029

Assegurar informações seguras sobre direitos sexuais e reprodutivos a crianças, adolescentes e suas famílias	- Promover o desenvolvimento da política de direitos sexuais e reprodutivos com foco na adolescência. - Criar ações de prevenção a gravidez na adolescência e Infecções Sexualmente Transmissíveis. - Capacitar profissionais da saúde para trabalhar com a temática.	- Desenvolver materiais educativos voltados a adolescentes, com linguagem acessível e inclusiva. - Realizar rodas de conversa e oficinas em espaços públicos. - Ofertar formações continuadas sobre direitos sexuais e reprodutivos, abordagem acolhedora e comunicação com adolescentes.	- Número de matérias fornecido. - Ações realizadas de prevenção. - Número de formações realizadas no ano.	2026-2029
Fortalecer a prevenção ao uso de álcool e outras drogas na adolescência	- Realizar ações educativas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas com adolescentes. - Capacitar profissionais para abordagem preventiva e acolhedora. - Ampliar a articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social na temática.	- Desenvolver materiais educativos e promover campanhas sobre prevenção ao uso de substâncias. - Realizar rodas de conversa e oficinas com adolescentes em escolas e espaços comunitários. - Ofertar formações para profissionais e fortalecer a articulação intersetorial.	- Total de materiais e campanhas produzidos. - Total de rodas de conversa/oficinas realizadas. - Total de profissionais capacitados.	2026-2029

9.2 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Promover ações de prevenção e enfrentamento às violências, discriminação e violações de direitos	- Estruturar ações permanentes de prevenção. - Desenvolver campanhas de prevenção e respeito anualmente. - Qualificar profissionais para trabalhar com situações de violência.	- Realizar rodas de conversa e campanhas de orientação. - Capacitar profissionais para identificação e encaminhamento.	- Ações educativas realizadas. - Capacitações registradas.	2026-2029
Garantir espaços seguros de participação e expressão, fortalecendo movimentos juvenis e incentivando a criação do Conselho Municipal da Juventude	- Fortalecer movimentos juvenis do município. - Fomentar a criação do Conselho Municipal da Juventude. - Promover atividades de participação e cidadania anualmente.	- Apoiar coletivos e movimentos juvenis existentes. - Mobilizar gestão, CMDCA e sociedade civil para criar o Conselho da Juventude. - Realizar oficinas e encontros de protagonismo juvenil.	- Grupos juvenis ativos. - Etapas cumpridas para criação do Conselho da Juventude. - Oficinas e encontros realizados.	2026-2029
Promover ações contínuas de orientação, autocuidado e proteção para crianças e adolescentes, considerando vulnerabilidades presentes ao longo do ano	- Desenvolver ações e campanhas preventivas de forma contínua. - Integrar setores públicos e privados em estratégias protetivas. - Ampliar ações de prevenção a riscos (redes sociais, substâncias, exploração, violência) durante todo o ano.	- Realizar ações educativas em escolas, comunidades e espaços públicos. - Articular com instituições públicas e privadas para fortalecer práticas protetivas. - Produzir e distribuir materiais de orientação e autocuidado.	- Ações preventivas realizadas. - Parcerias estabelecidas. - Materiais produzidos e distribuídos.	2026-2029

9.3 Direito à Convivência Familiar e Comunitária

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Estudar a viabilidade de implementação do Serviço de Família Acolhedora no município	- Elaborar diagnóstico técnico sobre a demanda e a necessidade do serviço. - Realizar estudo jurídico, administrativo e operacional sobre a implantação. - Definir fluxos, protocolos e equipe necessária para implementação.	- Mapear e sensibilizar famílias potenciais. - Elaborar minuta de plano de implementação com diferentes cenários. - Promover reuniões técnicas com CREAS, CRAS, gestão e CMDCA.	- Diagnóstico elaborado. - Minuta de fluxos e protocolos concluída. - Reuniões técnicas realizadas e registradas.	2027-2028
Ampliar o atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes e fomentar sua participação no SCFV	- Proporcionar qualidade e periodicidade de crianças e adolescentes acompanhados pelo PAIF. - Expandir a participação de crianças e adolescentes no SCFV. - Diversificar grupos e oficinas conforme demandas territoriais.	- Qualificar e diversificar as ofertas do SCFV. - Realizar campanhas de divulgação e mobilização das famílias. - Promover ações que incentivem a permanência no SCFV. - Ampliar equipe técnica.	- Registros de atendimentos do PAIF e SCFV - Quantidade e diversidade de oficinas ofertadas. - Ações de mobilização registradas. - Quantidade de profissionais contratados.	2026-2029
Promover ações de fortalecimento e garantia de direitos de adolescentes em acolhimento institucional	- Garantir acompanhamento psicossocial aos adolescentes acolhidos. - Desenvolver ações de fortalecimento de vínculos e preparação para autonomia. - Manter Plano Individual de Atendimento (PIA) atualizado. - Promover articulação com a rede para acesso a direitos e serviços.	- Realizar atendimentos individuais e familiares conforme demanda. - Ofertar oficinas e atividades sobre autonomia, convivência e participação social. - Atualizar regularmente os PIAs. - Articular com educação, saúde, esporte, cultura e qualificação profissional.	- Registros de atendimentos. - Número de oficinas e atividades realizadas. - PIAs atualizados e monitorados. - Ações de articulação com a rede registradas.	2026-2029

9.4 Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Ampliar e qualificar os espaços de educação, cultura, esporte e lazer no município	- Revitalizar e adequar espaços públicos utilizados por crianças e adolescentes. - Implantar novos espaços ou polos de atividades conforme necessidade dos territórios. - Estabelecer parcerias para uso comunitário de equipamentos já existentes.	- Mapear espaços prioritários nos bairros. - Realizar melhorias estruturais básicas. - Firmar parcerias com escolas, associações e instituições para oferta de atividades.	- Espaços revitalizados ou adequados. - Novos espaços ou polos implantados. - Parcerias formalizadas e em funcionamento	2026-2029
Fortalecer profissionais e ações intersetoriais voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes	- Promover formação continuada para profissionais das áreas envolvidas. - Ampliar a capacidade de execução das atividades por meio de equipes e parcerias.	- Realizar capacitações sobre inclusão, direitos humanos e prevenção de violências. - Articular parcerias com universidades, entidades e projetos comunitários.	-Capacitações realizadas. - Equipes fortalecidas e parcerias ativas.	2026-2029
Garantir o acesso, a permanência e a	- Ampliar ações de apoio à permanência	- Apoiar práticas pedagógicas e ações de	- Registros de ações pedagógicas e iniciativas	2026-2029

aprendizagem de crianças e adolescentes na educação básica	escolar e à qualidade do processo educativo. - Fortalecer a busca ativa escolar e o acompanhamento de situações de risco. - Promover práticas educativas inclusivas, respeitando diversidade e necessidades específicas.	inclusão nas escolas. - Estimular a participação das famílias na vida escolar. - Promover ambientes escolares seguros e acolhedores.	de inclusão realizadas. - Participação das famílias em atividades escolares. - Ações e práticas adotadas para melhorar o clima escolar e prevenir violências.	

9.5 Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Ampliar o acesso de adolescentes aos programas de aprendizagem profissional	- Ampliar progressivamente a oferta de vagas de aprendizagem no município. - Garantir que adolescentes em situação de vulnerabilidade tenham prioridade nas vagas. - Assegurar a permanência e conclusão dos adolescentes inseridos nos programas. - Assegurar acompanhamento sistemático de adolescentes inseridos em aprendizagem.	- Articular com instituições formadoras e empresas para expansão das oportunidades. - Divulgar programas de aprendizagem nas escolas e serviços da rede socioassistencial. - Acompanhar a frequência escolar e desempenho dos adolescentes aprendizes.	- Quantidade de vagas ofertadas. - Número de adolescentes inseridos e que concluíram os programas. - Percentual de permanência no programa e na escola.	2026-2029
Propor oferta de cursos de capacitação e qualificação para adolescentes e supervisores	- Diversificar a oferta de cursos alinhados às demandas produtivas do município. - Ampliar a participação de adolescentes em cursos de qualificação. - Qualificar supervisores para acompanhamento adequado dos aprendizes.	- Mapear demandas locais e ofertar cursos específicos. - Realizar oficinas sobre habilidades básicas para o mundo do trabalho. - Promover formações específicas para supervisores e equipes de empresas.	- Cursos ofertados por ano. - Participação e conclusão de adolescentes. -Supervisores capacitados.	2027-2029

9.6 Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

OBJETIVO	META	AÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	PRAZO DE EXECUÇÃO
Fortalecer o trabalho da Rede de Proteção	- Seguir com reuniões mensais para troca de experiências e discussões, e estudo de casos. - Formular Diagnósticos referente a realidade de crianças e adolescentes.	- Promover reuniões mensais entre os serviços da rede. - Discutir e encaminhar estudos de caso. - Registrar decisões e fluxos pactuados. - Produzir diagnósticos periódicos.	- Reuniões realizadas. - Participação dos serviços. - Casos discutidos e encaminhados. -Diagnósticos produzidos.	2026-2029
Fortalecer o Conselho Tutelar através CMDCA e oportunizar formação continuada para a melhoria no exercício de suas funções e atribuições.	- Melhor a qualidade no atendimento à Criança e ao adolescente.	- Capacitação e formação continuada. - Fortalecimento institucional. - Integração com a rede de proteção.	- Participação dos conselheiros tutelares em ações de formação continuada. - Melhorias implementadas na estrutura e nos fluxos de atendimento do Conselho Tutelar. - Qualidade dos atendimentos realizados.	2026-2029
Qualificar permanentemente os trabalhadores da Rede de Proteção	- Promover formação continuada dos trabalhadores.	- Realizar capacitações periódicas sobre temas prioritários da proteção de crianças e adolescentes.	- Quantidade de capacitações realizadas.	2026-2029
Estimular a ampliação e fortalecimento da participação da sociedade civil	- Envolver os grupos organizados nas ações da Política da Criança e Adolescente.	- Promover capacitação direcionadas a sociedade civil organizada com foco no Controle Social da efetivação dos direitos da criança e do adolescente.	- Número de capacitações ofertadas para o segmento sociedade civil.	2026-2029

10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

O monitoramento e a avaliação do Plano Quadrienal da Criança e do Adolescente consistem em processos sistemáticos voltados ao acompanhamento da execução das ações, do cumprimento das metas e da efetividade das políticas públicas previstas no plano.

O monitoramento ocorre de forma contínua, por meio da análise dos indicadores e das atividades desenvolvidas, permitindo verificar o andamento das ações ao longo do período de vigência. Já a avaliação é o processo de análise dos resultados alcançados, identificando avanços, dificuldades e necessidades de ajustes no planejamento.

A periodicidade da avaliação será anual, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que deverá emitir parecer sobre o desempenho do plano e propor adequações quando necessárias.

A importância desses processos reside na capacidade de garantir transparência, orientar a tomada de decisões, fortalecer a intersetorialidade, aprimorar a gestão das políticas e assegurar que o plano permaneça alinhado às demandas do território e à proteção integral de crianças e adolescentes.

11. RECURSOS FINANCEIROS VOLTADOS A POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

11. 1 Recursos Próprios

Manutenção dos Conselhos

ANO	2026	2027	2028	2029
RECURSO MUNICIPAL	5.000,00	500,00	500,00	500,00

Gestão do Conselho Tutelar

ANO	2026	2027	2028	2029
RECURSO MUNICIPAL	591.000,00	395.000,00	391.000,00	392.600,00

Gestão de Política para Crianças e Adolescentes

ANO	2026	2027	2028	2029
RECURSO MUNICIPAL	136.000,00	198.500,00	330.900,00	316.100,00

Equipamento e Infraestrutura para Política de Atenção à Criança e Adolescente

ANO	2026	2027	2028	2029
RECURSO MUNICIPAL	80.000,00	50.000,00	50.000,00	86.000,00

Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade

ANO	2026	2027	2028	2029
RECURSO MUNICIPAL	366.500,00	375.300,00	394.600,00	439.900,00

11.2 Deliberações Fundo a Fundo Estadual

DELIBERAÇÃO	DESCRIÇÃO	FUNDO	VALOR DE REPASSE	VALOR A EXECUTAR
CEDCA 47/2022	Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	75.000,00	4.218,64
CEDCA 60/2023	Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	1.994.362,02	0,00
CEDCA 78/2022	Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	15.000,00	8.717,44
CEDCA 13/2025	Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC)	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	54.000,00	40.608,96
CEDCA 13/2025	Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	400.000,00	410.788,82

CONCLUSÃO

A análise dos dados apresentados ao longo deste diagnóstico evidencia que a realidade das crianças e adolescentes de Pontal do Paraná é marcada por desigualdades sociais que repercutem diretamente no acesso a direitos e nas condições de desenvolvimento integral. Embora o município possua uma rede de serviços e políticas públicas em processo de fortalecimento, observa-se a presença de diferentes situações de vulnerabilidade social, revelando a necessidade de respostas cada vez mais articuladas entre as diversas políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

As vulnerabilidades identificadas por meio dos dados analisados apresentam características que extrapolam demandas específicas de uma única política pública. Questões relacionadas à precariedade habitacional, baixa renda, inserção produtiva fragilizada, dificuldades de acesso a oportunidades educacionais, uso de substâncias psicoativas, conflitos familiares e diferentes formas de violência demonstram que as vulnerabilidades se expressam de forma multidimensional e tendem a produzir impactos simultâneos sobre as condições de vida das famílias, exigindo intervenções integradas e articuladas entre as diferentes políticas públicas.

Nesse contexto, as demandas observadas na Assistência Social, especialmente relacionadas às violações de direitos, ao acolhimento institucional e ao acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, evidenciam situações que muitas vezes estão associadas a processos anteriores de fragilização dos vínculos familiares, exclusão social e acesso limitado a oportunidades de desenvolvimento. Os dados demonstram que a proteção integral depende não apenas da atuação especializada diante das violações já instaladas, mas principalmente da capacidade preventiva das políticas públicas em fortalecer fatores de proteção nas famílias e na comunidade.

Essa realidade também se reflete na política de Saúde. O aumento das demandas relacionadas à saúde mental, ao desenvolvimento infantil e aos atendimentos especializados indica que parte das situações acompanhadas pela rede está associada a contextos complexos de vulnerabilidade social, exigindo respostas que ultrapassam a dimensão exclusivamente clínica. A sobrecarga dos serviços especializados evidencia a necessidade de fortalecimento da atenção integral à infância e adolescência, com ampliação da capacidade de atendimento e maior articulação entre saúde, educação, assistência social e demais setores da rede de proteção.

Da mesma forma, os indicadores educacionais revelam que, embora o acesso à escola esteja amplamente consolidado, permanecem desafios relacionados à permanência, ao desempenho escolar e às trajetórias educacionais dos adolescentes. Considerando que a escola constitui um importante espaço de proteção social, tais desafios devem ser compreendidos em diálogo com as demais vulnerabilidades identificadas. Nesse sentido, as políticas de cultura, esporte e lazer assumem papel estratégico, não apenas como garantia de direitos, mas também como instrumentos de inclusão social, fortalecimento de vínculos comunitários, desenvolvimento de potencialidades e prevenção de situações de risco.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes depende da capacidade do município em fortalecer a atuação integrada das políticas públicas e consolidar estratégias intersetoriais de promoção, proteção e defesa de direitos. Embora sejam observados avanços importantes na organização da rede de proteção e na institucionalização de fluxos de atendimento, a complexidade das demandas identificadas exige o aprimoramento contínuo da articulação entre os serviços, da produção de informações para o planejamento e da capacidade institucional de construir respostas compartilhadas às situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

Assim, conclui-se que os principais desafios para os próximos anos concentram-se no enfrentamento das vulnerabilidades sociais, no fortalecimento das capacidades protetivas das famílias, na ampliação do acesso qualificado às políticas públicas e no desenvolvimento de estratégias preventivas capazes de promover inclusão, participação social e melhores oportunidades de desenvolvimento. Os resultados deste diagnóstico constituem a base técnica para a definição dos objetivos, metas e ações estratégicas deste Plano Municipal, subsidiando o planejamento de iniciativas voltadas à promoção de direitos, ao fortalecimento da rede de atendimento e à qualificação das respostas institucionais frente às demandas identificadas no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta a proibição das piores formas de trabalho infantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012**. Altera dispositivos da Lei nº 8.069/1990 referentes aos Conselhos Tutelares. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12696.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 139, de 17 de março de 2010.** Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares. Brasília, DF: CONANDA, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2023**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb. Acesso em: mar. 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:35E94791

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ANEXO EDITAL 03/2026 TESTE SELETIVO Nº 02/2026

ANEXO EDITAL 03/2026 TESTE SELETIVO Nº 02/2026					
FARMACEUTICO					
Classificação	Prot.	Nome	Pontuação	Data de Nascimento	Situação
1	3803	ANDRIELLE TACIANE RIBAS MENDES FIERDZOSKI	23	14/02/1989	Classificado
2	3769	Kali Talita Hecke de Almeida	18	12/09/1987	Classificado
3	3772	MILEINE BOÇON	8	26/11/1998	Classificado
4	3659	MAIELLE DE FATIMA RIBAS CRUZ	7	20/04/1993	Classificado
5	3719	Juliane Küster Bauer	7	19/10/1994	Classificado
6	3738	Karina Aparecida Negrelli	4	20/08/1982	Classificado
7	3622	Kathleen Felisberto da Silva	1	21/03/1997	Classificado
8	3730	FABIANA LEITE EVANGELISTA	1	21/02/1981	Classificado
9	3794	JULIA CRISTINA KRUL	1	25/01/2000	Classificado
10	3807	DAIENE CRISTINE PORCEL KAIS	cumpriu os requisitos	23/12/1976	Classificado
11	3779	CAMILLY CAMARGO MENDES	cumpriu os requisitos	10/05/2002	Classificado
	3543	Katia Regina Antonio Lima	não cumpriu os requisitos	09/12/1986	Desclassificado
	3765	Emerson de Mendonça oliveira	não cumpriu os requisitos	23/07/1984	Desclassificado

Quitandinha, 15 de julho de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANEXO EDITAL 03/2026 TESTE SELETIVO Nº 02/2026					
PSICÓLOGO					
Classificação	Prot.	Nome	Pontuação	Data de Nascimento	Situação
1	3606	DURVAL DE SOUZA FILHO	24	12/12/1957	Classificado
2	3756	LUCIANA MANUEL DOS SANTOS	24	24/04/1974	Classificado
3	3768	Rosemary de Souza	14	22/12/1963	Classificado
4	3569	Camila Aparecida de Oliveira	10	14/09/2002	Classificado
5	3754	LUANA MAYARA FERREIRA DA SILVA	9	26/09/1995	Classificado
6	3703	Alexandre Reif Júnior	8	26/09/1951	Classificado
7	3678	THAYSSA NUNES LABIGALINI KULICHESKI	8	28/03/1999	Classificado
8	3770	Thais Cabral Ribas	8	16/04/2003	Classificado
9	3582	SUELI DE ALMEIDA ANTUNES	7	31/05/1981	Classificado
10	3612	Jackeline Cristina Appelt	7	06/03/2002	Classificado
11	3621	BRUNO LEVIS ANDRADE	6	15/12/1997	Classificado
12	3766	JULIANA MARTINS	5	08/06/2000	Classificado
13	3544	SAMUEL GUEVARA DIAS	3	11/02/1995	Classificado
14	3804	Luigi Honorio Molina de Araujo	cumpriu os requisitos	06/03/2002	Classificado
15	3805	MARIA ISABEL ROSA TEIXEIRA	cumpriu os requisitos	30/10/2002	Classificado
	3677	Jessika Romano	não cumpriu os requisitos	05/03/2003	Desclassificado
	3660	Adriana alves de Oliveira	não cumpriu os requisitos	13/01/1980	Desclassificado
	3726	Jessica Kahuana Inglez de Lara	não cumpriu os requisitos	25/01/1998	Desclassificado
	3767	ANA LUIZA LEONARDI RUVINSKI	não cumpriu os requisitos	26/05/1978	Desclassificado
	3808	Maria Eduarda Viera da Silva	não cumpriu os requisitos	21/03/2001	Desclassificado
SEM DEFINICOES DE CARGOS					
Classificação	Protocolo	Nome		Situação	
	3583/3610/3611	Leonardo Torroni da Silva			

Quitandinha, 15 de julho de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:66FC0FBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO EMPRESA TRIUNFO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA
OBJETO: objeto a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual Aquisição de Luminárias Públicas para a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Realeza-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
ADITIVO : Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo prorrogar o prazo de vigência do presente Ata de Registro de Preços para 30 de Julho de 2027, com fundamento no art. 84 da Lei no 14.133/21, conforme solicitação apresentada.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Contratado	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	1	79407	LUMINÁRIA PÚBLICA LED - PADRÃO "A": LUMINÁRIA PÚBLICA LED, POTÊNCIA nominal de 50W (± 10%) / 220-127V, temperatura de cor de 4000K, com tomada integrada de 7 posições para relé fotocontrolador. A luminária deverá atender os requisitos técnicos mínimos indicados no Termo de Referência, possuir Certificado de Conformidade ativo no INMETRO e Selo PROCEL. AMPLA CONCORRENCIA	PERFECT LED	UNID	150,00	217,80	220,74
LOTE: 001 - Lote 001	2	79408	LUMINÁRIA PÚBLICA LED - PADRÃO "B": LUMINÁRIA PÚBLICA LED, POTÊNCIA nominal de 100W (± 10%) / 220-127V, temperatura de cor de 4000K, com tomada integrada de 7 posições para relé fotocontrolador. A luminária deverá atender os requisitos técnicos mínimos indicados no Termo de Referência, possuir Certificado de Conformidade ativo no INMETRO e Selo PROCEL. AMPLA CONCORRENCIA	PERFECT LED	UNID	1.550,00	266,20	269,80
LOTE: 001 - Lote 001	3	79409	LUMINÁRIA PÚBLICA LED - PADRÃO "C": LUMINÁRIA PÚBLICA LED, POTÊNCIA nominal de 150W (± 10%) / 220-127V, temperatura de cor de 4000K, com tomada integrada de 7 posições para relé fotocontrolador. A luminária deverá atender os requisitos técnicos mínimos indicados no Termo de Referência, possuir Certificado de Conformidade ativo no INMETRO e Selo PROCEL. AMPLA CONCORRENCIA	PERFECT LED	UNID	150,00	328,52	332,96
LOTE: 001 - Lote 001	4	79410	LUMINÁRIA PÚBLICA LED - PADRÃO "D": LUMINÁRIA PÚBLICA LED, POTÊNCIA nominal de 180W (± 10%) / 220-127V, temperatura de cor de 4000K, com tomada integrada de 7 posições para relé fotocontrolador. A luminária deverá atender os requisitos técnicos mínimos indicados no Termo de Referência, possuir Certificado de Conformidade ativo no INMETRO e Selo PROCEL. AMPLA CONCORRENCIA	PERFECT LED	UNID	395,00	376,86	381,95
LOTE: 001 - Lote 001	5	79411	LUMINÁRIA PÚBLICA LED - PADRÃO "A": LUMINÁRIA PÚBLICA LED, POTÊNCIA nominal de 50W (± 10%) / 220-127V, temperatura de cor de 4000K, com tomada integrada de 7 posições para relé fotocontrolador. A luminária deverá atender os requisitos técnicos mínimos indicados no Termo de Referência, possuir Certificado de Conformidade ativo no INMETRO e Selo PROCEL COTA ME/EPP	PERFECT LED	UNID	50,00	217,80	220,74

REFERENTE: PREGÃO Nº 16/2025
DATA DA ASSINATURA: 15/07/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:2FA45D98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2013, DE 15 DE JULHO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre Crédito Adicional ESPECIAL e complementa ações do PPA-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e LOA-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de 2026, no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	**NOMENCLATURA**			**Fonte**	**VALOR R$**
0600	**SECRETARIA EDUCAÇÃO, ESPORTE**	**MUN. CULTURA**	**DE E**		
06.003	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**				
13.392.0024.2.089	*Fundo Municipal de Cultura – FMC*				
				1063 – **RD**	
				Transferências da	
3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física			Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à	30.000,00
				Cultura - Lei nº	
				14.399/2022	
TOTAL					**30.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RD), da
Fonte: 000 (livre) em 2026, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**		
07.001	**DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO**		
26.782.0028.2.02 8	*Manutenção do Departamento de Obras e Viação*		
3.3.90.30.00	Material de consumo	000 – **RD**	30.000,00
TOTAL			**30.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:9828F301

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 234/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°.234/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: FELIPE BUENO				CPF: 010.306.159-26		
Função: SECRETÁRIO ESPORTES				Unidade de Lotação: SECRETARIA ESPORTES		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: SECRETARIA ESPORTES DO ESTADO DO PARANÁ						
Saída:08/07/2026				Chegada: 08/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
RETIRADA KITS SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária:		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$255,00		
Valor Total das Diárias: R$ 255,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)
Rio Branco do Ivaí, 07 de JULHO de 2026.						
_____						
Servidor Solicitante						
AUTORIZAÇÃO						
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.						
_____						
Secretário de Departamento						
e/ou						
_____						
Prefeito Municipal						

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:5B232A8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 235/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N°.235/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: MARCELO LISBOA	CPF: 055.510.249-11
Função: CHEFE PÁTIO	Unidade de Lotação: SECRETARIA ESPORTES
Município de destino: CURITIBA	
Local do Evento: SECRETARIA ESPORTES DO ESTADO DO PARANÁ	
Saída:08/07/2026	Chegada: 08/07/2026
Motivo do Deslocamento:	
RETIRADA KITS SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO.	
CÁLCULO DAS DIÁRIAS	
CÁLCULO DAS DIÁRIAS	
N° Diárias com Pernoite:	Valor Unitário da Diária:
N° Diárias sem Pernoite: 01	Valor Unitário da Diária: R$225,00

Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	x	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 07 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:8B8E8049

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 236/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°.236/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público:	FELIPE BUENO		CPF:		010.306.159-26	
Função:	SECRETÁRIO ESPORTES		Unidade de Lotação:		SECRETARIA ESPORTES	
Município de destino:	BLUMENAU - SC					
Local do Evento:	VILA GERMANICA					
Saída:	22/07/2026		Chegada:		26/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
ACOMPANHAR EXPOSITORES DE RIO BRANCO DO IVAÍ - FESTIVAL NACIONAL DO QUEIJO NA CIDADE DE BLUMENAU - SC.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:	04		Valor Unitário da Diária:		450,00	
N° Diárias sem Pernoite:			Valor Unitário da Diária:			
Valor Total das Diárias:	R$ 1800,00					
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 14 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Alves Raimundo Dos Santos
Código Identificador:10B52BFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto nº 8513/2026, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento e Defesa e Secretaria de Assistência Social"** leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados habilitados, sendo-lhes adjudicado o objeto, conforme abaixo relacionado:

Empresas habilitadas:
VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA para os itens; 01, 02, 04, 05, 06, 69, 70, 71, 72 e 78.

NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA para os itens; 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 73, 74, 76 e 77.
ATACADO DA GULA LTDA para os itens; 15, 18 e 75.
HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA para os itens; 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68.

ITEM	EMPRESA	UND	DESCRIÇÃO	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	UND	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO ENRIQUECIDO COM NO MÍNIMO 8 VITAMINAS E, COM DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1KG: 8 LITROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ALUMINIZADA,METALIZADA OU PLÁSTICA DE POLIETILENO LEITOSO DE 1KG	720	R$ 16,00	R$ 11.520,00
2	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	ARROZ PARBOLIZADO LONGO FINO TIPO 1. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 5KG	1.116	R$ 16,43	R$ 18.335,88
3	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	AVEIA EM FLOCOS FINOS, APRESENTAÇÃO: PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO OU PAPEL ATÓXICO DE NO MÍNIMO 170G, ATÉ 200G	185	R$ 9,00	R$ 1.665,00
4	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	UND	BARRA DE CEREAL SABOR DE FRUTA (SEM CHOCOLATE), PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 20G EMBALAGEM INDIVIDUAL ALUMINIZADA. DIVERSOS SABORES	3.210	R$ 1,55	R$ 4.975,50
5	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MÁTERIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MÁTERIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO E ROTULAGEM . A EMBALAGEMDEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 400G, COM DIVISÃO INTERNA EM EMBALAGENS PRIMÁRIAS.	2.680	R$ 4,30	R$ 11.524,00
6	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MÁTERIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MÁTERIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO E ROTULAGEM. A EMBALAGEMDEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 400G, COM DIVISÃO INTERNA EM EMBALAGENS PRIMÁRIAS.	2.680	R$ 4,30	R$ 11.524,00
7	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	BISCOITO SALGADO TIPO INTEGRAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, ROTULAGEM. OS BISCOITOS OU BOLACHAS DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, DEVENDO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO, DEVEM ESTAR LIMPOS E FIRMES.	2.260	R$ 8,00	R$ 18.080,00
8	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, ROTULAGEM SEGUNDO OS PADRÕES DA RESOLUÇÃO Nº 259 DE 20/09/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. OS BISCOITOS OU BOLACHAS DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, DEVENDO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO, DEVEM ESTAR LIMPOS E FIRMES.	3.010	R$ 5,50	R$ 16.555,00
9	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	CX	CHÁ MATE TOSTADO PARA INFUSÃO. EMBALAGEM COMPRA: EM CAIXA DE PAPEL DE 250G	800	R$ 7,00	R$ 5.600,00
10	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	UND	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO SIMPLES. EMBALAGEM COMPRA: EM SACHÊ ENTRE 340 A 350 G	2.700	R$ 2,17	R$ 5.859,00
11	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	FARINHA DE MILHO TORRADA AMARELA TIPO BIJU. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 1KG	648	R$ 4,00	R$ 2.592,00
12	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	FEIJÃO CARIOCA GRUPO 1 (ANÃO), TIPO:1. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 1KG.	1270	R$ 7,65	R$ 9.715,50
13	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃODELACTOSE, CONTENDO ENZIMA LACTASE. EMBALAGEM COMPRA DE 300G ATÉ 400G	165	R$ 28,50	R$ 4.702,50
14	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	MASSA SECA TIPO PARAFUSO COM OVOS. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO COM PESO LÍQUIDO DE 500G	943	R$ 2,35	R$ 2.216,05
15	ATACADO DA GULA LTDA	PCT	MILHO PARA PIPOCA TIPO 1. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 500G	1957	R$ 3,10	R$ 6.066,70
16	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	MISTURA EM PÓ PARA GELATINA SABOR MORANGO. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 1KG	1020	R$ 14,50	R$ 14.790,00
17	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	MISTURA EM PÓ PARA GELATINA SABOR UVA. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO DE 1KG	1020	R$ 14,50	R$ 14.790,00
18	ATACADO DA GULA LTDA	UND	ORÉGANO DESIDRATADO. EMBALAGEM COMPRA: SACOS DE POLIETILENO COM 30G	230	R$ 5,52	R$ 1.269,60
19	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ, ADOÇADO, PACOTE DE 1KG: DIVERSOS SABORES. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE E PESO LÍQUIDO	1292	R$ 9,65	R$ 12.467,80
20	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	ABACATE	255	R$ 7,02	R$ 1.790,10
21	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	ABOBORA	165	R$ 7,74	R$ 1.277,10
22	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	ABOBRINHA	765	R$ 4,96	R$ 3.794,40
23	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	UND	ACELGA	170	R$ 6,24	R$ 1.060,80
24	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	MÇ	AGRIÃO	170	R$ 7,05	R$ 1.198,50
25	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	AIPIM TOLETE DESCASCADO (GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO). EMBALAGEM A VACUO	400	R$ 11,07	R$ 4.428,00
26	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	UND	ALFACE CRESPA	995	R$ 5,51	R$ 5.482,45
27	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	BANANA CATURRA, EM PENCAS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO	2530	R$ 5,30	R$ 13.409,00
28	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	BANANA PRATA	555	R$ 7,12	R$ 3.951,60
29	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	BATATA INGLESA BENEFICIADA LISA	1555	R$ 6,37	R$ 9.905,35
30	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	BATATA DOCE	335	R$ 6,17	R$ 2.066,95
31	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	KG	BATATA SALSA	185	R$ 8,57	R$ 1.585,45

32	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	BETERRABA	715	R$ 4,77	R$ 3.410,55
33	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	UND	BRÓCOLIS (EXTRA AA) SEM CAULES E FOLHAS	765	R$ 6,57	R$ 5.026,05
34	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	CAQUI	275	R$ 8,99	R$ 2.472,25
35	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	CEBOLA GRAÚDA FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDA, NÃO BROTADA, SEM DANOS FISIOLÓGICOS OU MECÂNICOS E FIRME	1830	R$ 5,79	R$ 10.595,70
36	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	CENOURA (EXTRA AA)	1430	R$ 5,34	R$ 7.636,20
37	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	MÇ	CHEIRO VERDE	810	R$ 4,49	R$ 3.636,90
38	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	CHUCHU	1010	R$ 5,89	R$ 5.948,90
39	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	MÇ	COUVE MANTEIGA COM FOLHAS ÍNTEGRAS.	510	R$ 4,99	R$ 2.544,90
40	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	UND	COUVE-FLOR SEM CAULE E FOLHAS INTEGRA E LIVRE DE INSETOS	815	R$ 9,19	R$ 7.489,85
41	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	MÇ	ESPINAFRE	180	R$ 6,64	R$ 1.195,20
42	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	LARANJA LIMA NO PONTO DE MATURAÇÃO	670	R$ 7,96	R$ 5.333,20
43	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	LARANJA PERA NO PONTO DE MATURAÇÃO	830	R$ 5,67	R$ 4.706,10
44	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	LIMAO VERDE	625	R$ 6,94	R$ 4.337,50
45	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MAÇÃ GALA CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126G CADA UNIDADE)	920	R$ 8,74	R$ 8.040,80
46	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MAÇÃ FUGI CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126G CADA UNIDADE)	320	R$ 7,64	R$ 2.444,80
47	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MAMÃO FORMOSA	980	R$ 7,94	R$ 7.781,20
48	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MANGA TOMMY	420	R$ 7,57	R$ 3.179,40
49	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MELANCIA	1530	R$ 5,19	R$ 7.940,70
50	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	MELAO AMARELO	645	R$ 7,48	R$ 4.824,60
51	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	BJ	MORANGO BANDEJA DE 250G	330	R$ 15,73	R$ 5.190,90
52	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	PEPINO JAPONES	565	R$ 7,48	R$ 4.226,20
53	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	PÊSSEGO	295	R$ 17,38	R$ 5.127,10
54	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	PIMENTÃO VERDE (EXTRA A)	210	R$ 17,67	R$ 3.710,70
55	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	UND	REPOLHO VERDE (EXTRA)	760	R$ 4,89	R$ 3.716,40
56	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	PONKAN	930	R$ 6,49	R$ 6.035,70
57	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	TANGERINA	20	R$ 6,69	R$ 133,80
58	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	TOMATE	1625	R$ 6,97	R$ 11.326,25
59	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	UVA NIAGARA NACIONAL	380	R$ 17,39	R$ 6.608,20
60	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	VAGEM	480	R$ 19,18	R$ 9.206,40
61	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	AMEIXA TIPO NACIONAL	300	R$ 12,27	R$ 3.681,00
62	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	GOIABA VERMELHA	230	R$ 7,09	R$ 1.630,70
63	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	KIWI VERDE	160	R$ 21,51	R$ 3.441,60
64	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	KG	PÊRA NACIONAL	230	R$ 9,92	R$ 2.281,60
65	HORTIPRAIAS FRUTAS VERDURAS LTDA	E	MÇ	RABANETE	220	R$ 6,32	R$ 1.390,40

66	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	MÇ	RÚCULA	220	R$ 7,09	R$ 1.559,80
67	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	BJ	TOMATE CEREJA	240	R$ 8,54	R$ 2.049,60
68	HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA	UND	ABACAXI	245	R$ 8,78	R$ 2.151,10
69	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	UND	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ, ADOÇADO, EMBALAGEM EM SACHÊ DE 25G: DIVERSOS SABORES. RENDE 1 LITRO	950	R$ 1,15	R$ 1.092,50
70	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	BISCOITO DOCE EM PACOTE INDIVIDUAL - EMBALAGEM CONTENDO 12 GRAMAS	2020	R$ 0,83	R$ 1.676,60
71	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	FARINHA DE TRIGO - PACOTE	494	R$ 3,17	R$ 1.565,98
72	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	UND	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I 1KG	210	R$ 3,47	R$ 728,70
73	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	CEREAL DE FLOCOS DE MILHO. EMBALAGEM PARA COMPRA: PACOTE DE 1 KG	120	R$ 22,85	R$ 2.742,00
74	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	PCT	FARINHA DE MANDIOCA (1KG)	216	R$ 4,10	R$ 885,60
75	ATACADO DA GULA LTDA	PT	GELÉIA DE FRUTAS TIPO COMPOTA, COM ADICIONAL SEM CORANTES OU CONSERVANTES - POTE 400 GRAMAS	340	R$ 12,16	R$ 4.134,40
76	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	UND	PANETONE TIPO DE FRUTAS. EMBALAGEM 400G	340	R$ 13,55	R$ 4.607,00
77	NUTRI NUTRI ALIMENTOS LTDA	UND	PANETONE TIPO CHOCOTONE. EMBALAGEM 400G	590	R$ 12,80	R$ 7.552,00
78	VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PCT	TORRADA SALGADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 15 GRAMAS	1280	R$ 1,40	R$ 1.792,00
VALOR TOTAL:						R$ 422.987,26

Valor Máximo para a contratação **R$ R$ 422.987,26 (Quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos).**
Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 15 de julho de 2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:4F79CDB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.724/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

DIVULGA:

Art. 1º - O resultado provisório do Processo de Promoção na carreira para avanço Horizontal, aberto pelo Decreto nº 282/2026, em conformidade com a Lei n° 3.744/2015, conforme segue:

Servidor	Cargo	Nível Atual	Nível Elevado
Ademir Marchetti	AGM D	AGM D II	AGM D III
Adma Camargo de Souza	Enf. de Saúde Mental	ESM I	ESM II
Adriana Christina Betoni	Enfermeiro - PSF	ENF PSF/UE I	ENF PSF/UE II
Adriano Porfirio Piza	Enf. Urgência e Emergência	ENF.PSF/UE II	ENF.PSF/UE III
Alexandre Jorge Ikuta	Dentista Especialista	Dent. Esp. II	Dent. Esp. III
Ana Célia Ribeiro	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Ana Paula Felix Volpato	Enfermeiro PSF	ENF.PSF/UE III	ENF.PSF/UE IV
Anderson Moreira Bernini	Fisioterapeuta	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Angelica Antonia Delfino	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Angelica Maria P. Nogueira	TGM A	TGM A II	TGM A III
Aparecida de Oliveira	TSP A	TSP A II	TSP A III
Bruno Lundgren R. Aranda	Procurador Jurídico	Procurador II	Procurador III
Caroline Vanessa Franco	Enfermeiro PSF	ENF PSF/UE II	ENF PSF/UE III
Claudio Alberto Metzger	Engenheiro Civil	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Daiane Ap. de Padua Silva	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Daniela Ap. dos Santos	AGMA - S. Zeladoria	AGM A II	AGM A III
Darlene Aparecida da Silva	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Dione Ramos da Silva	TGM A	TGM A II	TGM A III
Edina Raimundo De Lima	AGM A	AGMA II	AGMA III

Edna Midori O. F. Yokosawa	Nutricionista	NS2/NS3 II	NS2/NS3 III
Elaine Harumi S. Balestri	Enfermeiro	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Eloisa de Oliveira Targa	TGM A	TGM A II	TGM A III
Érica Lopes Rodrigues Marra	TGM A	TGM A II	TGMA III
Erika Fernanda Dos S. B. Ludwig	Enf. Urgência e Emergência	ENF.PSF/UE I	ENF.PSF/UE II
Evandro Gabriel Depetris	TGM A	TGM A II	TGM A III
Filipe Eduardo Jordão Cogo	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Geracina Pereira de Melo	AGM A	AGM A II	AGM A III
Grace Kelly B. P. Carvalho	TGM A	TGM A II	TGM A III
Hellen Paula P. da S. Bueno	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Jane Maria da Silva	TGM A	TGMA II	TGMA III
Jessica Rodrigues de Amorim	TGM A	TGM A II	TGMA III
Jonas Aparecido da Silva	AGM A	AGM A I	AGM A II
Josieli Bazoni S. Candido	Enfermeiro PSF	ENF.PSF/UE III	ENF.PSF/UE IV
Juliana C. de Oliveira	TGM A	TGM A II	TGM A III
Juliano Marcos	ACS - PSF	ACS/AE I	ACS/AE II
Ketlen Heloyse da Silva	TGM A	TGMA II	TGMA III
Lizeloth Weiss Klauberg	Dentista PSF	DPSF II	DPSF III
Luciana Alves Amaro	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Luciane Lumi K. Moriyama	Fisioterapeuta	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Marcello Jorão G. Ribeiro	TGM C	TGM C II	TGM C III
Maria Simone dos Santos	Técnico de Saúde Pública B	TSP B I	TSP B II
Mariana Vieira	TGM A	TGMA II	TGMA III
Mauro Sergio de Carvalho	AGM A	AGM A I	AGM A II
Michele Cristina Marques	TGM A	TGMA II	TGMA III
Natalia Cristina S. e Silva	Assistente Social	NS2/NS3 II	NS2/NS3 III
Nilton Horácio da Silva Filho	Agente de Endemias - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Nivea Regina B. Braggion	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Patricia Oliveira da S. Braga	AGMA - S.Copa/Cozinha	AGM A II	AGM A III
Rodrigo Gervazoni Delanheze	Médico Especialista	NS5 II	NS5 III
Rodrigo Sandrin	Dentista Especialista	Dent. Esp. II	Dent. Esp. III
Roseli de Oliveira Vieira	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Rosiane Cardoso da Silva	Técnico de Saúde Pública C	TSP C I	TSP C II
Rosimara Novais da Silva	AGM A	AGM A I	AGM A II
Samira Machado Mustafa	TGM C	TGM C II	TGM C III
Sandra Cristina F. Beraldo	Téc. de Enf. U. e E.	TEUE II	TEUE III
Silvano de Melo	AGM C	AGMC I	AGMC II
Silvia Moribe Tominaga	TGM A	TGM A II	TGM A III
Sueli Vieira da Silva Quimentao	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Viviane Dalto	Enfermeiro - PSF	ENF.PSF/UE II	ENF.PSF/UE III
Walmir Dias Dos Santos	Téc. de Enf. U. e E.	TEUE II	TEUE III

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de Julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:21D6E8A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 082/2025 – Botas SAMU – P. A. 6.065-2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa TACTICAL COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 57.492.788/0001-18, com sede à Rua Maria Calandria Sanches, nº 6.015, Jardim Paraty, na cidade de Franca – SP, CEP 14.403-795, Fone (16) 99144-1501 / 3111-3937, e-mail tacticalcalcados@gmail.com / operacionaiscalcados@gmail.com, representada pelo Senhor FÁBIO HENRIQUE DA SILVA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21 e o art. 55 do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 16/07/2026, o presente aditivo terá vigência de 17/07/2026 a 16/07/2027.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	und	45,00	70566	Bota padrão SAMU cano médio	252,00	11.340,00	PROPRIA
2	2	und	45,00	70567	Bota padrão SAMU cano longo	299,00	13.455,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 15 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal de Rolândia	***TACTICAL COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
ÉDER JÚNIOR EVANGELISTA	ÉRIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:F68F2043

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
O prefeito Municipal **INIVALDO BATISTA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 48/2026
Licitação n°: 19/2026
Modalidade: Dispensa
Data da Homologação: 15/07/2026
Data de adjudicação: 15/07/2026
Objeto homologado: Contratação de profissional de Educação Física devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física – CREF, para atuação nas oficinas de ginástica da terceira idade desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Amélia – PR.

RM- LAZER.BEM ESTAR. FORTALECIMENTO MUSCULAR E TREINAMENTOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Professor de Educação Física Professor de Educação Física, com formação superior completa em Educação Física, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, devidamente inscrito e com registro ativo e regular no Conselho Regional de Educação Física - CREF da respectiva jurisdição, com experiência comprovada na realização de atividades físicas voltadas à população idosa, especialmente em oficinas de ginástica, alongamento, mobilidade, condicionamento físico e atividades recreativas para terceira idade. O profissional deverá possuir disponibilidade para cumprir carga horária mínima de 5 (cinco) horas semanais, conforme cronograma e locais definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como demonstrar aptidão técnica para condução de atividades coletivas, respeitando as limitações físicas, condições de saúde e necessidades específicas da população idosa. Deverá ainda possuir capacidade de planejamento e execução de aulas e atividades físicas adaptadas, promovendo segurança, inclusão, bem-estar e participação dos usuários, atuando de forma ética, responsável e humanizada, mantendo postura compatível com o atendimento ao público idoso e com os princípios da Administração Pública. O profissional será responsável pela condução segura das atividades, observando normas técnicas, preventivas e orientações voltadas à integridade física dos participantes, devendo apresentar, quando solicitado pela Administração, documentação comprobatória de qualificação técnica e experiência profissional compatível com o objeto da contratação. Também deverá participar de reuniões, alinhamentos e demais atividades institucionais promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sempre que convocado, desenvolvendo as atividades em conformidade com os objetivos dos serviços, programas e projetos socioassistenciais executados pelo Município, contribuindo para a promoção da saúde, convivência comunitária e fortalecimento de vínculos da população idosa.	Serviço	HRS	300,00	43,50	13.050,00
TOTAL							13.050,00

Valor homologado: 13.050,00

Santa Amélia, 15 de julho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:0FE4015B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada ou profissional legalmente habilitado para prestação de serviços em Medicina e Segurança do Trabalho, compreendendo a realização de visitas técnicas e a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, do Programa

de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

DA ABERTURA DA SESSÃO

Às 09horas00min do dia 14 de julho de 2026, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, localizada na Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, **reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio,** nomeada através da Portaria n° 2.786/2026.

1.2. Declarada aberta a sessão pelo Agente de Contratação, registra-se o recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação das seguintes empresas:

ORDEM 01

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	REALPLANE – TERCEIRIZAÇAO & ENGENHARIA LTDA	43.920.774/0001-43	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
02	REALPLANE – TERCEIRIZAÇAO & ENGENHARIA LTDA	43.920.774/0001-43	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
03	REALPLANE – TERCEIRIZAÇAO & ENGENHARIA LTDA	43.920.774/0001-43	R$ 3.200,00	R$ 3.200,00
Valor total da proposta:				**R$ 8,700,00**

ORDEM 02

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	GEVERT E GONZAGA- CLINICA MEDICA LTDA	32.479.333/0001-31	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
02	GEVERT E GONZAGA- CLINICA MEDICA LTDA	32.479.333/0001-31	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
03	GEVERT E GONZAGA- CLINICA MEDICA LTDA	32.479.333/0001-31	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
Valor total da proposta:				**R$ 18.500,00**

ORDEM 03

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA	14.515.302/0001-07	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
02	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA	14.515.302/0001-07	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
03	PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA	14.515.302/0001-07	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
Valor total da proposta:				**R$ 17.000,00**

ORDEM 04

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	TERRAINOVA SAFE & TECH LTDA	53.974.076/0001-84	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
02	TERRAINOVA SAFE & TECH LTDA	53.974.076/0001-84	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
03	TERRAINOVA SAFE & TECH LTDA	53.974.076/0001-84	R$ 17.517,06	R$ 17.517,06
Valor total da proposta:				**R$ 35.517,06**

ORDEM 05

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	OSEIAS CARVALHO RODRIGUES	31.459.276/0001-66	R$ 8.470,00	R$ 8.470,00
02	OSEIAS CARVALHO RODRIGUES	31.459.276/0001-66	R$ 6.830,00	R$ 6.830,00
03	OSEIAS CARVALHO RODRIGUES	31.459.276/0001-66	R$ 14.650,00	R$ 14.650,00
Valor total da proposta:				**R$ 29.950,00**

ORDEM 06

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	48.417.169/0001-78	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
02	RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	48.417.169/0001-78	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
03	RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	48.417.169/0001-78	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Valor total da proposta:				**R$ 7.500,00**

ORDEM 07

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	Cilla Seg. Soluções em Segurança do Trabalho Ltda.	28.257.751/0001-07	R$ 3.393,52	R$ 3.393,52
02	Cilla Seg. Soluções em Segurança do Trabalho Ltda.	28.257.751/0001-07	R$ 2.736,71	R$ 2.736,71
03	Cilla Seg. Soluções em Segurança do Trabalho Ltda.	28.257.751/0001-07	R$ 5.869,76	R$ 5.869,76
Valor total da proposta:				**R$ 11.999,99**

ORDEM 08

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	R. Alvarenga - ME	11.885.973/0001-71	R$ 3.550,00	R$ 3.550,00
02	R. Alvarenga - ME	11.885.973/0001-71	R$ 3.550,00	R$ 3.550,00
03	R. Alvarenga - ME	11.885.973/0001-71	R$ 4.850,00	R$ 4.850,00
Valor total da proposta:				**R$ 11.950,00**

DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CONTRATADO

2.1. Em seguida passou-se à conferência dos documentos de habilitação da empresa participante, com fins de análise dos documentos de habilitação.

2.2. Da análise dos documentos de Habilitação, resta a empresa:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO
01	RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	48.417.169/0001-78	INABILITADA
02	REALPLANE – TERCEIRIZAÇAO & ENGENHARIA LTDA	43.920.774/0001-43	INABILITADA
03	R. Alvarenga - ME	11.885.973/0001-71	HABILITADA

2.3. RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA – CNPJ nº 48.417.169/0001-78
Classificada em 1.º lugar por apresentar o melhor preço, com desconto de **80,99%** em relação ao valor de referência, a licitante apresentou, dentro do prazo de 2 (duas) horas fixado pela Administração, em atendimento a diligência realizada, planilha de custos com o objetivo de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

Contudo, considerando que sua sede está localizada a aproximadamente 517 km do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR e que a execução dos serviços exige deslocamentos para atendimento presencial, a documentação apresentada não foi suficiente para demonstrar, de forma clara e objetiva, a viabilidade da execução contratual pelo valor ofertado. O Termo de Referência prevê que, durante a vigência contratual de 12 (doze) meses, o contratado deverá realizar visitas técnicas presenciais sempre que solicitado pela Administração, para a execução de inspeções, levantamentos, avaliações e demais procedimentos necessários à elaboração, revisão, atualização ou complementação dos laudos técnicos, sendo vedada expressamente a subcontratação, de modo que todos os serviços deverão ser executados diretamente pela futura contratada.

Além disso, o edital estabelece que, sempre que os laudos técnicos elaborados forem objeto de esclarecimentos em processos administrativos, judiciais ou perante órgãos de fiscalização e controle, o profissional legalmente habilitado responsável por sua elaboração deverá prestar os esclarecimentos técnicos necessários, inclusive mediante comparecimento em audiências, perícias, inspeções judiciais ou administrativas, quando regularmente convocado pela Administração, sem que haja previsão de pagamento adicional para o cumprimento dessas obrigações.

Verificou-se, ainda, que a planilha de custos apresentada contemplou apenas uma única visita técnica, deixando de demonstrar como seriam suportados os custos decorrentes das demais visitas e dos eventuais comparecimentos exigidos ao longo da execução contratual, permanecendo, portanto, dúvidas objetivas quanto à viabilidade econômico-financeira da proposta. Dessa forma, concluiu-se que a documentação apresentada não comprovou a exequibilidade da proposta nas condições exigidas pelo edital.

Diante disso, foi declarada inabilitada.

2.4. REALPLANE – TERCEIRIZAÇAO & ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 43.920.774/0001-43

Classificada em 2.º lugar, apresentou proposta com desconto de 77,95% em relação ao valor estimado da contratação. Com o objetivo de comprovar a exequibilidade da proposta, apresentou contratos firmados com diversos municípios, datados dos anos de 2022, 2023 e 2025. Contudo, verificou-se que a maior parte da documentação apresentada era referente a contratos antigos, sendo que o contrato mais recente, celebrado no ano de 2025, referia-se a município localizado a aproximadamente 430 km de sua sede.

Considerando que a execução dos serviços objeto da presente contratação demandaria deslocamento de aproximadamente 900 km de sua sede até o Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, entendeu-se que a documentação apresentada não foi suficiente para demonstrar a exequibilidade da proposta nas condições exigidas pelo edital.

Diante dessa circunstância, foi realizada diligência, concedendo-se o prazo de 2 (duas) horas para que a licitante apresentasse contratos vigentes que comprovassem a viabilidade da execução dos serviços em distância semelhante à desta contratação ou, alternativamente, planilha de custos detalhada que demonstrasse a exequibilidade do valor ofertado.

Entretanto, não apresentou a documentação solicitada, razão pela qual foi declarada inabilitada.

2.5. Procedeu-se então à análise da proposta e dos documentos de habilitação da empresa: **R. ALVARENGA – ME – CNPJ nº 11.885.973/0001-71**

Classificada em 3.º lugar, apresentou proposta com desconto de 69,72% em relação ao valor estimado da contratação, razão pela qual foi solicitada a comprovação da exequibilidade da proposta, sendo concedido o prazo de 2 (duas) horas para apresentação da documentação pertinente.

Dentro do prazo estabelecido, apresentou contratos firmados nos anos de 2023 e 2024, bem como Declaração de Viabilidade de Execução do Objeto, na qual informou que sua sede está localizada a aproximadamente 20 km do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, circunstância que reduz significativamente os custos operacionais relacionados a deslocamento, hospedagem e alimentação.

Após análise, constatou-se que a licitante atendeu integralmente às exigências editalícias quanto aos documentos de habilitação e apresentou elementos suficientes para demonstrar a viabilidade econômica da execução do objeto pelo valor ofertado, restando devidamente comprovada a exequibilidade da proposta.

Dessa forma, foi declarada habilitada.

2.6. Declarando vencedora a empresa **R. ALVARENGA – ME – CNPJ nº 11.885.973/0001-71**, com valor total de **R$ 11.950,00 (onze mil, novecentos e cinquenta reais).**

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o fornecedor será escolhido mediante processo de seleção; disponibilizado lances, será o menor preço, não sendo disponibilizado lances, será a menor cotação.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o preço será justificado pela apresentação da melhor proposta (ou da menor cotação) e está de acordo com a precificação formalizada pelo município nos termos do artigo 23 da NLL.

5. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

5.1. A Agente de Contratação **declara** encerrada a sessão no dia 15/07/2026, dispensando a assinatura dos membros da Equipe de Apoio.

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:F14B8C21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

Eu, Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024 e Decreto Municipal n° 2.435/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

Empresa: BHDENTAL COMERCIAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ de n.º 29.312.896/0001-26, Rua Antônio Gravata, 80, Andar 1, sala A, cinquentenário, CEP: 30.570-040, na cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, com valor total de R$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais);

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
6	FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO SEM FIO	UNIDADE	DENTEMED	2	R$340,00	R$680,00

Empresa: MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA-DEMAIS, inscrita no CNPJ de n.º 25.341.162/0001-14, Rua Doutor Lisimaco Ferreira da Costa, 225, sala 02, recreio, CEP: 86.025-090, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, com valor total de R$ 995,25 (novecentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos);

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	BROCA CARBIDE ESFÉRICA ODONTOLÓGICA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04	kit	IMPLA C/3	100	R$3,71	R$371,00
2	BROCA CARBIDE ESFÉRICA ODONTOLÓGICA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04	UNIDADE	E.H KAVO KERR CA	20	R$6,31	R$126,20
3	BROCA CARBIDE ESFÉRICA ODONTOLÓGICA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 05	UNIDADE	E.H KAVO KERR CA	20	R$6,31	R$126,20
8	PORTA AMÁLGAMA EM AÇO.	UNIDADE	IMPLA	15	R$24,79	R$371,85

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:071906E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO NORMAL Nº 24/2026 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico Normal
Nº 24/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Normal Nº 24/2026***, que teve como objeto ***Contratação de Empresa para prestação de Serviços na área de Educação Física, para atendimento as Atividade do Programa Academia da Saúde (PAS) e para atuar junto a secretaria de Esportes com os alunos da Escolinha para treinamentos dos alunos em campeonatos regionais municipais e futebol de campo e modalidades alternativas.***

Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

JOSIANE ARAUJO VIEIRA DA SILVA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA, COM BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E HABILITAÇÃO NO CREF/PR PARA TREINAMENTO DESPORTIVO DAS EQUIPES QUE REPRESENTARÃO O MUNICIPIO EM COMPETIÇÕES DE NÍVEL REGIONAL E ESTADUAL QUE O MUNICÍPIO PARTICIPAR COMO ATLETISMO, VOLEI, BASQUETE E HANDEBOL . A CARGA HORÁRIA SERÁ DE 20 HORAS SEMANAIS (80 HORAS MES).			MS	12,00	2.420,00	29.040,00
2	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL - MODALIDADES ALTERNATIVAS 20 horas semanais, 80 horas mês (comprovadas pelo sistema de Ponto Eletrônico). Contratação de Profissional da Área de Educação Física com bacharelado em Educação Física e habilitação no Conselho Regional de Educaçaõ Física - CREF/PR Modalidade Alternativa - O Profissional irá atuar em treinamentos esportivos, xadrez, tênis de mesa, badminton, Corrida de Rua, entre outras categorias de base até o alto rendimento), em competições municipais, regionais, estaduais e nacionais, jogos oficiais do Paraná, nas categorias infantil, juvenil e adultos em ambas as naipes, atuar na comunidade escolar a fim de participar dos jogos escolares do Paraná, deverá promover campeonatos municipais, festivais esportivos durante o período do contrato, além de trabalhar em eventos realizados pela Secretaria Municipal de Esporte (Corridas de rua, Rua de lazer, entre outros), o profissional deve ter conhecimento sobre a especificidade da modalidade, motricidade, anatomia e fisiologia, entre outros para elaborar atividades de forma adequada e garantir o bem estar do atleta. O profissional deverá atuar em três períodos, manhã, tarde e noite, durante a semana, e quando necessário sábado, domingo e feriados, cumprindo as funções citadas neste item. O profissional deverá zelar o material esportivo que receber para realizar as atividades e eventos			MES	12,00	2.420,00	29.040,00
3	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM HABILITAÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA-CREF/PR PARA TREINAMENTO DESPORTIVO NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO - Serviço Profissional para Treinamento de Futebol de Campo, sendo 20 horas semanais, 80 horas mensais. O mesmo atuará em treinamentos esportivos (categoria de base até o alto rendimento), em competições municipais, regionais, estaduais e nacionais, jogos oficiais do Paraná, nas categorias infantil, juvenil e adultos em ambas os naipes, atuar na comunidade escolar a fim de participar dos jogos escolares do Paraná, deverá promover campeonatos municipais, festivais esportivos durante o período do contrato, além de trabalhar em eventos realizados Secretaria Municipal de Esportes, o profissional deve ter conhecimento sobre a especificidade da			MES	12,00	2.370,00	28.440,00

		modalidade, motricidade, anatomia e fisiologia, entre outros para elaborar atividades de forma adequada e garantir o bem-estar do atleta. O profissional deverá atuar em três períodos, manhã, tarde e noite, durante a semana, e quando necessário sábado, domingo e feriados, cumprindo as funções citadas neste item. O profissional deverá zelar o material esportivo que receber para realizar as atividades e eventos.						
4	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (PAS) Contratação de profissional da área de Educação Física, para atendimento complementar às Atividades do Programa Academia da Saúde (PAS) com habilitaçao no Conselho Regional de Educação Física CREF/PR, e bacharelado em Educação Física. Atendimento de Segunda a Sexta-Feira - 40 horas semanais (comprovadas pelo sistema de Ponto Eletrônico) ATRIBUIÇÕES: - Participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita; - Planejar ações e desenvolver educação permanente; - Acolher os usuários e humanizar a atenção; - Trabalhar de forma integrada com as ESF; - Realizar visitas domiciliares necessárias; - Desenvolver ações intersetoriais; - Participar dos Conselhos Locais de Saúde; - Realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos; - Promover programas coletivos de ações terapêuticas preventivas à instalações de processos que levam à incapacidade funcional, à patologias músculo esqueléticas, minimizando aquelas já instaladas e desenvolvendo a consciência corporal; - Realizar abordagem familiar e institucional (escolas e creches) no que diz respeito a ergonomia e postura de crianças e adolescentes; - Desenvolver atividades voltadas para adultos e idosos, através de grupos já constituídos (hiperdia, gestantes, obesos), visando a prevenção e reabilitação de complicações decorrentes de patologias, a independência na execução das atividades diárias, assistência e inclusão social de portadores de deficiências transitórias ou permanentes. - Ter disponibilidade para realizar atividades após o horário de atendimento conforme cronograma da Secretaria.			MES	12,00	4.640,00	55.680,00
TOTAL								142.200,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 142.200,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Duzentos Reais), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em quinze dias de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:4F0C917F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos pesados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do município de Santo Antônio do Sudoeste PR.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	1	1	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo AMBULÂNCIA RENAULT para veículos placas: AZM-0887, AXJ-8145, AZL-5183, AYJ-2433, BDM-3B19, TBI-5B46, UBW-9F03, UBY-8I66,UBW-9F02, TBZ-5C89.	1,00	100.000,00
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	1	2	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo AMBULÂNCIA RENAULT para veículos placas: AZM-0887, AXJ-8145, AZL-5183, AYJ-2433, BDM-3B19, TBI-5B46, UBW-9F03, UBY-8I66, UBW-9F02, TBZ-5C89.	500,00	252,83
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	2	1	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo MICRO ONIBUS RENAULT/MASTER para veículos placas: TBZ-6G39, UBY-8I15, UBY-8I26, UBU-5J02??	1,00	150.000,00
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	2	2	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo MICRO ONIBUS RENAULT/MASTER para veículos placas: TBZ-6G39, UBY-8I15, UBY-8I26, UBU-5J02.	500,00	266,58
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	3	1	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo VAN SPRINTERM E CITROEN para veículos placas: BDE-7C60.	1,00	80.000,00
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	3	2	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo VAN SPRINTERM E CITROEN para veículos placas: BDE-7C60.	300,00	259,08
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	3	3	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo RENAULT VAN MASTER NIKS 16P, placa: SER 7C62, TBA-6J42, UBY-8I26, UBU-5J02, UBY-8I15, UBU-5J26, TBZ-6G39.	1,00	150.000,00
DELVIR SIGOLIN E CIA LTDA	3	4	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados RENAULT VAN MASTER NIKS 16P, placa: SER 7C62, TBA-6J42, UBY-8I26, UBU-5J02, UBY-8I15, UBU-5J26, TBZ-6G39.	500,00	260,33

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 15/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:DBE447FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 075/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Edital nº 066/2026

A comissão organizadora, com amparo no Edital de Abertura 066/2026 e na Portaria 145/2026, torna público:

I – Ficam HOMOLOGADOS os pedidos de inscrições abaixo para Enfermeiro, Nutricionista e Técnico em Enfermagem:

ENFERMEIRO		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Aline Renata dos Santos	1	19/11/1985
Catia Simone Cardoso Meira Marques	2	29/09/1975
Claudia Matias da Silva Sato	3	27/09/1987
Claudineia Nunes Honorio	4	22/12/1973
Daiane da Silva Gonçalves	5	17/07/1988
Debora Quezia de Paiva Borges Carneiro	6	28/03/1996
Elaine Cristina Lial da Silva	7	04/01/1981
Emily Vieira da Silva	8	10/11/1999
Flavia Gomes da Silva Egidio	9	07/05/1996
Hemilim Carolina Ribeiro Simão	10	06/08/1994
Hirleny Bezerra dos Santos Fonseca	11	05/08/1980
Izabelly Caroliny Dias de Oliveira	12	11/11/2000
Janilson Lima Ramos	13	10/09/1984
Jozemara Cristina Gonçalves	14	30/03/1981
Juliana Cristina Calixto	15	25/07/1985

Maria Cecilia Ferreira da Silva	16	10/08/2001
Maria Eduarda Silva Viana	17	14/11/2001
Maria Silvana de Azevedo	18	19/08/1975
Maria Vitoria Santos Toledo	19	19/12/2002
Nathalia de Azevedo Mendes	20	10/12/1996
Simone Aparecida Ouverney	21	14/07/1972
Simone Orth	22	27/05/1994
Thais Andressa Silva de Souza	23	23/10/1998
Tharles de Sene Silverio	24	14/08/1987
Vanessa Barbosa Sardinha	25	08/10/1990

ENFERMEIRO INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Cátia Simone Cardoso Meira Marques	2	29/09/1975
Claudia Matias da Silva Sato	3	27/09/1987
Daiane da Silva Gonçalves	5	17/07/1988
Flavia Gomes da Silva Egidio	9	07/05/1996
Hemilim Carolina Ribeiro Simão	10	06/08/1994
Vanessa Barbosa Sardinha	25	08/10/1990

NUTRICIONISTA		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Edjair da Silva	26	16/10/1980
João Paulo Pereira da Costa	28	01/03/1985
Joseane Pereira	29	24/09/1981
Lais Morais Leli	27	01/02/1999
Marcia Vanessa Maichaki	30	22/08/1989
Suellen Braga Pereira Nunes	31	22/11/1988

NUTRICIONISTA INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Edjair da Silva	26	16/10/1980

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Analu Cristina da Silva Geraldo	32	21/12/1983
Cinara Aparecida Hermann da Silva	33	10/06/1988
Dalma de Cassia da Silva Batista	34	03/10/1987
Dielem Leticia da Rocha	35	01/10/1992
Fernando Antonio de Lima	36	18/09/1991
Flavia Paula dos Santos	37	22/05/1988
Jaqueline Dominato de Sene	38	02/06/2000
Joelma Alves dos Santos	39	28/01/1980
Leticia Eulalia da Silva	40	11/09/1997
Marcos Luis Reis	41	01/10/1978
Rafael dos Santos Fernandes	42	14/09/1995
Tainara Bachitchi	43	28/03/2002
Talita dos Santos Ribeiro	44	08/11/1995
Ubirajara de Souza Moleda	45	27/11/1962
Valdete do Carmo Laudelino Kososki	46	16/07/1981

TÉCNICO EM ENFERMAGEM INSCRIÇÃO AFRODESCENDENTES		
Nome do candidato	**nº Insc.**	**D.NASC**
Dalma de Cassia da Silva Batista	34	03/10/1987
Flavia Paula dos Santos	37	22/05/1988
Marcos Luis Reis	41	01/10/1978

II – Ficam INDEFERIDOS os pedidos de inscrições abaixo:

Nome	**nº Insc.**	FUNDAMENTAÇÃO
Ediane Aparecida Maciel	42 – Técnico em Enfermagem	item 3.3 'A','B' não atendeu
Paloma Tainara Silva dos Santos	43 - Enfermeiro	Ítem 3.2 não atendeu; item 3.3 'A', 'B' não atendeu

III – Os candidatos poderão protocolar recurso dirigido a comissão organizadora, no período de 16 a 20/07/2026 conforme Edital 066/2026, item 10, mediante encaminhamento de e-mail ao endereço eletrônico rh@saojosedaboavista.pr.gov.br, ou entregues pessoalmente na Divisão de Rec. Humanos.

São José da Boa Vista–PR, 15 de julho de 2026

JULIANA RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Comissão de Seleção

LUCIANO DIAS
Membro da Comissão de Seleção

NATALIA AUGUSTA DE JESUS LIMA
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:38CD4E51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2026

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 019/2026

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, destinados ao atendimento da demanda da Farmácia Básica de Saúde, visando assegurar o fornecimento contínuo e adequado desses insumos no Município de São José das Palmeiras – PR

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal n° 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Eletrônico n° 019/2026, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

ITEM	Proponente Vencedora	Valor Total do Item em R$
ITEM 01	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.124,00
ITEM 02	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	R$ 3.294,00
ITEM 03	SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.100,00
ITEM 04	SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	R$ 1.400,00
ITEM 05	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 849,20
ITEM 06	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 1.231,95
ITEM 07	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 423,60
ITEM 08	A.D. DAMINELLI LTDA	R$ 1.752,00
ITEM 09	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.661,90
ITEM 10	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 11	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 1.273,20
ITEM 12	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 13	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 3.359,98
ITEM 14	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 669,78
ITEM 15	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.082,90
ITEM 16	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 764,77
ITEM 17	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 2.648,00
ITEM 18	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 2,083,78
ITEM 19	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 837
ITEM 20	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 4.444,00
ITEM 21	DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 1.365,00
ITEM 22	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.915,60
ITEM 23	DESERTO	DESERTO
ITEM 24	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 190,395
ITEM 25	DESERTO	DESERTO
ITEM 26	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 27	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 592,92
ITEM 28	CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	R$ 1.090,77
ITEM 29	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 554,00
ITEM 30	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 2.467,50
ITEM 31	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 733,45
ITEM 32	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 909,72
ITEM 33	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 1.992,00
ITEM 34	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 7.549,50
ITEM 35	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 820,00
ITEM 37	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.300,00
ITEM 38	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.175,00
ITEM 39	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.899,00
ITEM 40	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 2.400,00
ITEM 41	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 42	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 479,80
ITEM 43	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 4.473,00
ITEM 44	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 980,00
ITEM 45	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 1.780,00
ITEM 46	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.199,00
ITEM 47	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 5.600,00
ITEM 48	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 8.550,00
ITEM 49	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 1.169,00
ITEM 50	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 683,80
ITEM 51	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 1.290,00
ITEM 52	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 750,00
ITEM 53	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 25.080,00
ITEM 54	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.200,00
ITEM 55	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 900,00
ITEM 56	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 3.750,00
ITEM 57	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.793,00
ITEM 58	DESERTO	DESERTO
ITEM 59	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 3.975,00
ITEM 60	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 649,50
ITEM 61	METTA FARMACEUTICA LTDA	R$ 7.670,00
ITEM 62	SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	R$ 1.030,00
ITEM 63	CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	R$ 2.299,50
ITEM 64	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 11.200,00
ITEM 65	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.950,00
ITEM 66	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 354,00
ITEM 67	DIMEBRAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA	R$ 3.960,00
ITEM 68	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 1.339,50
ITEM 69	AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA	R$ 2.900,00
ITEM 70	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 3.800,00

ITEM 71	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 4.758,00
ITEM 72	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 11.940,00
ITEM 73	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 9.800,00
ITEM 74	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 415,00
ITEM 75	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 76	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.646,54
ITEM 77	CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	R$ 492,78
ITEM 78	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL SC	R$ 5.780,00
ITEM 79	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 4.337,00
ITEM 80	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.344,00
ITEM 81	SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	R$ 5.131,00
ITEM 82	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 2.819,60
ITEM 83	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 258,70
ITEM 84	A.D. DAMINELLI LTDA	R$ 220,10
ITEM 85	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 69,10
ITEM 86	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.679,80
ITEM 87	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 3.504,10
ITEM 88	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 235,975
ITEM 89	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 90	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 4.000,00
ITEM 91	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.037,00
ITEM 92	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 1.581,85
ITEM 93	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	R$ 40,00
ITEM 94	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	R$ 40,00
ITEM 95	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 214,00
ITEM 96	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 89,49
ITEM 97	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 679,00
ITEM 98	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 63,90
ITEM 99	DESERTO	DESERTO
ITEM 100	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.399,79
ITEM 101	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 323,27
ITEM 102	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 88,00
ITEM 103	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.095,80
ITEM 104	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 167,80
ITEM 105	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 401,10
ITEM 106	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 67,90
ITEM 107	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 194,80
ITEM 108	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 409,65
ITEM 109	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 445,50
ITEM 110	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 589,00
ITEM 111	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.711,60
ITEM 112	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 104,60
ITEM 113	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.537,00
ITEM 114	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 103,99
ITEM 115	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 8.731,00
ITEM 116	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 117	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 975,00
ITEM 118	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 1.405,98
ITEM 119	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 434,00
ITEM 120	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 121	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 122	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R$ 530,00
ITEM 123	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 169,50
ITEM 124	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 617,50
ITEM 125	DESERTO	DESERTO
ITEM 126	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 979,00
ITEM 127	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.564,50
ITEM 128	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 784,00
ITEM 129	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 1.407,00
ITEM 130	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 1.980,00
ITEM 131	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 222,00
ITEM 132	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 673,50
ITEM 133	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 586,00
ITEM 134	DESERTO	DESERTO
ITEM 135	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 410,00
ITEM 136	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	R$ 79,70
ITEM 137	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 7.999,00
ITEM 138	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 6.018,00
ITEM 139	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.118,00
ITEM 140	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 336,00
ITEM 141	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 288,00
ITEM 142	CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	R$ 588,90
ITEM 143	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 199,99
ITEM 144	DESERTO	DESERTO
ITEM 145	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 301,29
ITEM 146	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 90,00
ITEM 147	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 148	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 185,80
ITEM 149	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.	R$ 85,00
ITEM 150	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 151	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 5.700,00
ITEM 152	FRUSTRADO	FRUSTRADO
ITEM 153	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 517,80
ITEM 154	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 184,00
ITEM 155	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 2.960,00
ITEM 156	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 99,92
ITEM 157	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	R$ 344,00
ITEM 158	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 1.406,00
ITEM 159	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 1.651,00

ITEM 160	**MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**	**R$ 1.899,00**
ITEM 161	**PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 374,50**
ITEM 162	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 2.194,00**
ITEM 163	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 1.700,00**
ITEM 164	**MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A**	**R$ 5.874,00**
ITEM 165	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 301,80**
ITEM 166	**MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**	**R$ 2.000,00**
ITEM 167	**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**	**R$ 3.790,00**
ITEM 168	**MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**	**R$ 1.135,00**
ITEM 169	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 35.970,00**
ITEM 170	**MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**	**R$ 5.550,00**
ITEM 171	**METTA FARMACEUTICA LTDA**	**R$ 2.596,00**
ITEM 172	**DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**	**R$ 1.680,00**
ITEM 173	**MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**	**R$ 4.568,00**
ITEM 174	**MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**	**R$ 5.173,00**
ITEM 175	**MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**	**R$ 790,00**
ITEM 176	**CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA**	**R$ 2.628,85**
ITEM 177	**DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**	**R$ 2.250,00**
ITEM 178	**FRUSTRADO**	**FRUSTRADO**
ITEM 179	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 1.476,00**
ITEM 180	**FRUSTRADO**	**FRUSTRADO**
ITEM 181	**DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**	**R$ 240,00**
ITEM 182	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 421,60**
ITEM 183	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 895,00**
ITEM 184	**PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**	**R$ 1.891,40**
ITEM 185	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 354,40**
ITEM 186	**DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**	**R$ 96,00**
ITEM 187	**FRUSTRADO**	**FRUSTRADO**
ITEM 188	**DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**	**R$ 188,00**
ITEM 189	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 222,20**
ITEM 190	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 1.410,80**
ITEM 191	**SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**	**R$ 357,90**

São José das Palmeiras, 09 de julho de 2026.
Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:08ECC83D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 268/2026

DECRETO Nº 268/2026

SÚMULA – Resultado de credenciamento para contratação de pessoa física/jurídica e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,
D E C R E T A:
Art. 1º Nos termos da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para **Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme nova Lei n.º 15.226, de 01/01/2026 e Resolução FNDE/CD n.º 04/2026, que tem como principal mudança atualização do percentual mínimo de aquisição direta da agricultura familiar sobe para 45%**, conforme classificação de **CHAMADA PUBLICA nº 01/2026**, efetivando-se-a mediante contratação direta.
Art. 2º Dos interessados por ordem de protocolo:

ORDEM	**PROTOCOLO**	**NOME DO AGRICULTOR**		**DOCUMENTO CPF/CAF**	
01	6866	JOSIANE BAZZO DE ALENCAR		045.135.869-40 PR052025.01.003541423CAF	
PRODUTO		**UNID**	**QUANT**	**VL UNIT**	**VL TOTAL**
Manteiga S/ Sal 500g		Unid	200	R$20,00	R$ 4.000,00
Queijo Mussarela		Kg	250	R$ 35,00	R$ 8.750,00
VALOR TOTAL					**R$ 12.750,00**

ORDEM	**PROTOCOLO**	**NOME DO AGRICULTOR**		**DOCUMENTO CPF/CAF**	
02	6867	GILSON PASTOR DA SILVA		018.178.159-03 PR052025.01003501604CAF	
PRODUTO		**UNID**	**QUANT**	**VL UNIT**	**VL TOTAL**
Abóbora Madura		KG	150	R$ 3,00	R$ 450,00
Acelga		Unid	100	R$ 4,00	R$ 400,00
Alface Crespa		Unid	600	R$ 3,50	R$ 2.100,00
Almeirão		Maço	100	R$ 2,50	R$ 250,00
Batata doce		Kg	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
Cheiro Verde		Maço	450	R$ 2,50	R$ 1.125,00
Couve Manteiga		Maço	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00

Limão Taiti	Kg	200	R$ 3,00	R$ 600,00
Mandioca descascada	Kg	300	R$ 7,50	R$ 2.250,00
Pepino	Kg	200	R$ 5,50	R$ 1.100,00
Repolho	Kg	250	R$ 3,50	R$ 875,00
VALOR TOTAL				**R$ 11.150,00**

ORDEM	**PROTOCOLO**	**NOME DO AGRICULTOR**		**DOCUMENTO CPF/CAF**	
03	6873	JOÃO LOURENÇO TEIXEIRA		744.745.029-49 PR022025.01002646804CAF	
PRODUTO		**UNID**	**QUANT**	**VL UNIT**	**VL TOTAL**
Alface Crespa		Unid	600	R$ 3,50	R$ 2.100,00
Almeirão		Maço	100	R$ 2,50	R$ 250,00
Batata doce		Kg	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
Cheiro Verde		Maço	450	R$ 2,50	R$ 1.125,00
Couve Manteiga		Maço	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
Mandioca descascada		Kg	300	R$ 7,50	R$ 2.250,00
Pepino		Kg	200	R$ 5,50	R$ 1.100,00
Repolho		Kg	250	R$ 3,50	R$ 875,00
VALOR TOTAL					**R$ 9.700,00**

ORDEM	**PROTOCOLO**	**NOME DO AGRICULTOR**		**DOCUMENTO CPF/CAF**	
04	6874	ANA MARIA GOMES DA cunha		735.273.359.00 PR052024.01.001589172CAF	
PRODUTO		**UNID**	**QUANT**	**VL UNIT**	**VL TOTAL**
Colorau Caseiro 500g		Unid	100	R$ 25,00	R$ 2.500,00
Pão Caseiro		Unid	1200	R$ 16,00	R$ 19.200,00
VALOR TOTAL					**R$ 21.700,00**

ORDEM	**PROTOCOLO**	**NOME DO AGRICULTOR**		**DOCUMENTO CPF/CAF**	
05	6885	LUCAS HENRIQUE HELMER		100.750.909-02 PR062024.01001711810CAF	
PRODUTO		**UNID**	**QUANT**	**VL UNIT**	**VL TOTAL**
Uva Niágara		Kg	600	R$ 15.00	R$ 9.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 9.000,00**

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:
05.001.12.361.0018.2516 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (MERENDA ESCOLAR) ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.001.12.366.0018.2416 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA – PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.001.12.367.0018.2417 - MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO ESPECIAL (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.002.12.365.0019.2518 CRECHES - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.002.12.365.0019.2519 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRÉ-ESCOLA - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 15 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:76535B36

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 64/2026

PORTARIA N. º 64/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...
Art. 1º - Conceder aos servidores municipais relacionados nesta portaria, suas férias, bem como determinar o pagamento do adicional de 1/3 de seus vencimentos.

N.º Ordem	**Nome do Servidor e numero da matricula**	**Período Aquisitivo**	**Período de Fruição**
1	Aparecido dos Santos - 171	30-07-2025/29-07-2026	03-08-2026/01-09-2026
2	Erica Lima Cabral – 498	06-07-2025/05-07-2026	23-12-2026/21-01-2027

3	João Vieira da Silva - 168	30-07-2025/29-07-2026	20-07-2026/18-08-2026
4	Janilda Andrade Durães – 169	30-07-2025/29-07-2026	23-12-2026/21-01-2027
5	Maria Aparecida Gonçales - 174	30-07-2025/29-07-2026	17-08-2026/31-08-2026 04-01-2027/18-01-2027
6	Marcelo Dias – 338	01-07-2025/30-06-2026	15-10-2026/24-10-2026 15-11-2026/24-11-2026
7	Maria de Fátima da Silva Perin - 384	11-07-2025/10-07-2026	04-01-2027/23-01-2027
8	Rosangela Dorvalo – 439	01-07-2025/30-06-2026	23-12-2026/21-01-2027
9	Sueli de Fátima L. Godoy – 320	24-07-2025/23-07-2026	04-01-2027/02-02-2027
10	Moira Macedo Bahu Negrizolli - 656	06-07-2025/05-07-2026	13-07-2026/27-07-2026 25-01-2027/08-02-2027
11	Alisson Henrique Escaramuca - 693	03-07-2025/02-07-2026	12-01-2026/21-01-2027
12	Sergio Ishiyama - 694	03-07-2025/02-07-2026	20-07-2026/29-07-2026 25-01-2027/03-01-2027 08-03-2027/17-03-2027
13	Marcelo Antonio Fernandes Junior - 696	17-07-2025/16-07-2026	04-01-2027/23-01-2027
14	Cibele Dias Pereira - 697	24-07-2025/23-07-2026	23-12-2026/21-01-2027
15	Letícia Rodrigues Oliveira - 728	03-07-2025/02-07-2026	03-05-2027/01-06-2027
16	Kathia Vendramim Durães – 289	02-05-2025/01-05-2026	**Pecúnia** = 01-03-2027/10-03-2027

Art. 2º - Conceder ao servidor municipal acima relacionado no **número de ordem 6, 7, 11, 13, 16**, a conversão de 10 (Dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme artigo 101, do § 5º da Lei municipal 07/1993.

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 15 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:90691A23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira
Estado do Paraná
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – (Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026/REGISTRO DE PREÇOS

HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal Exilaine Gaspar, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a adjudicação por parte do Agente de Contratação/Pregoeiro, **homologa** os procedimentos de **Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra em manutenção preventiva, corretiva, limpeza e reparos em equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos e fisioterapêuticos, incluindo o fornecimento das peças necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos,** conforme segue:

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: AGILE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ Nº 01.318.721/0001-07

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	400,00	Hora	Serviço de mão de obra em manutenção preventiva, corretiva, limpezas, e reparos em equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos e fisioterapêuticos.	R$ 194,50	R$ 77.800,00
1	2	1,00	UNIDADE	Peças e componentes para a manutenção preventiva, corretivas, limpezas e reparos dos equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos e fisioterapêuticos. Obs: não é objeto de disputa. **MARCA: MULTIPARTS**	R$ 131.200,00	R$ 131.200,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: 209.000,00						

São Sebastião da Amoreira - PR, 15 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:93A49404

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº353/2026 ID: 10985 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0024/2026

Fornecedor: F.A.L. EVENTOS LTDA
CNPJ: 16.993.356/0001-03

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
6	78916	Locação de palco medindo 10 x 8 metros.	Diária	23	R$ 6.990,00	R$ 160.770,00
					TOTAL:	R$ 160.770,00

Valor total: R$160.770,00 (cento e sessenta mil, setecentos e setenta reais).

Sarandi, 26 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:0D12A8BB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº359/2026 ID: 10991 PREGÃO ELETRÔNICO Nº9-0024/2026

Fornecedor: SISTEMA 1 - LOCACAO DE LUZ E SOM LTDA
CNPJ: 06.943.897/0001-73

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
25	78918	Contratação de empresa especializada em produção e ou organização de eventos.	Quatri	6	R$ 6.500,00	R$ 39.000,00
					TOTAL:	R$ 39.000,00

Valor total: R$39.000,00 (trinta e nove mil reais).
Sarandi, 26 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:EAB5F623

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº367/2026 ID: 10999 PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: 3B INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
CNPJ: 07.670.739/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
16	75622	Caderno de cartografia e desenho. Demais Especificações conforme descrição complementar.	Unid	22.500	R$ 6,10	R$ 137.250,00	
					TOTAL:	R$ 137.250,00	

Valor total: R$137.250,00 (cento e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta reais).
Sarandi, 03 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:65C6FF3F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DE CANCELAMENTO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°148/2026 ID -10780 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0068/2025

Ante as razões de fato e direito apresentadas e com base no parecer jurídico n° 547/26 exarado pela Procuradoria Municipal e na manifestação da autoridade competente, decide-se pelo**Cancelamento Parcial da Ata de Registro de Preços n°148/2026 (oriunda do Pregão Eletrônico 9-0068/2025), correspondente a Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de materiais de expediente e papelaria, sob demanda das Secretarias Municipais de Sarandi/PR.**

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
160	78190	Pasta documento ofício. Demais especificações conforme descrição complementar.	PCT	4.231	R$ 15,7500	R$ 66.638,2500	POLIBRAS
168	2700	Pasta sanfonada A4 ofício em polipropileno PP com 12 divisórias.	Unid	1.004	R$ 10,5900	R$ 10.632,3600	POLIBRAS

Sarandi, 09 de julho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:C70DC484

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260710_185332

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA2143	284610M000360070	23/06/2026	60503
AAA4C49	284610M000360365	28/06/2026	60503
AAA9338	284610M000360288	27/06/2026	60503
AAD3640	284610M000360156	25/06/2026	60503
AAF1D36	284610M000360171	25/06/2026	60503
AAK4481	284610M000359919	20/06/2026	60503
AAZ4814	284610M000359941	21/06/2026	60503
ABL4D41	284610M000360190	25/06/2026	60503
ABM0F51	284610M000360318	27/06/2026	60503
ACI0141	284610M000360149	24/06/2026	60503
ACT6108	284610M000360187	25/06/2026	60503
ADL0049	284610M000360154	24/06/2026	56732
ADR5579	284610M000360372	28/06/2026	60503
AEP0A92	284610M000360217	26/06/2026	60503
AEQ0D01	284610M000360509	30/06/2026	56732
AER6E21	284610M000360481	29/06/2026	60503
AFI5E85	284610M000360157	25/06/2026	60503
AFP4374	284610M000360004	22/06/2026	60503
AGA4H61	284610M000360390	28/06/2026	60503
AGC5J80	284610M000360074	23/06/2026	60503
AGL9928	284610M000360290	27/06/2026	60503
AGZ0G52	284610M000360312	27/06/2026	60503
AHF7045	284610M000360404	28/06/2026	60503
AHO1691	284610M000360430	29/06/2026	60503
AHR8D56	284610M000360344	27/06/2026	60503
AHS8771	284610M000360178	25/06/2026	60503
AHU8814	284610M000360335	27/06/2026	60503
AHX3C00	284610M000360017	22/06/2026	60503
AID8H68	284610M000360345	27/06/2026	60503
AIF1C88	284610M000359964	21/06/2026	60503
AIK4869	284610M000360424	29/06/2026	60503
AIR7A04	284610M000360455	29/06/2026	60503
AIS4B39	284610M000360364	28/06/2026	60503
AIY7C03	284610M000360116	24/06/2026	56732
AJG0J77	284610M000360259	26/06/2026	56732
AJM0G59	284610M000360240	26/06/2026	60503
AJM8159	284610M000360165	25/06/2026	60503
AJO3963	284610M000360201	26/06/2026	60503
AJX8877	284610M000360127	23/06/2026	60503
AKG9C79	284610M000360215	26/06/2026	60503
AKH9A24	284610M000360327	27/06/2026	60503
AKI9B27	284610M000360025	23/06/2026	60503
AKK8225	284610M000360399	28/06/2026	60503
AKZ3716	284610M000360383	28/06/2026	60503
ALC7B66	284610M000360286	27/06/2026	60503
ALG9654	284610M000360184	25/06/2026	60503
ALH6190	284610M000360075	23/06/2026	60503
ALQ4A27	284610M000359904	18/06/2026	60503
ALR4I70	284610M000360231	26/06/2026	60503
ALS7D66	284610M000359995	22/06/2026	60503
ALS7D66	284610M000360014	22/06/2026	60503
ALT2D88	284610M000360172	25/06/2026	60503
ALX2844	284610M000360079	23/06/2026	60503
ALZ4545	284610M000360352	27/06/2026	60503
AMN5B21	284610M000360098	24/06/2026	56732
AMO1585	284610M000359952	21/06/2026	60503
AMP4902	284610M000360241	26/06/2026	60503
AMP5551	284610M000360148	24/06/2026	60503
AMT7F14	284610M000360054	23/06/2026	60503
AMY1940	284610M000360301	27/06/2026	60503
AMZ6C24	284610M000360246	26/06/2026	60503
ANH2J14	284610M000359949	19/06/2026	60503
ANH7F29	284610M000360122	24/06/2026	56732
ANN9G92	284610M000360464	29/06/2026	60503
ANN9G92	284610M000360281	27/06/2026	60503
ANR2F33	284610M000359953	21/06/2026	60503
ANU6G86	284610M000360193	25/06/2026	60503
ANV9B33	284610M000360061	23/06/2026	56732
ANW2008	284610M000360121	24/06/2026	56732
ANX3D55	284610M000360239	26/06/2026	60503

ANY4G31	284610M000360104	24/06/2026	60503
ANZ8C12	284610M000360457	29/06/2026	60503
AOA3B75	284610M000359976	21/06/2026	60503
AOC3881	284610M000359940	21/06/2026	60503
AOG4629	284610M000360159	25/06/2026	60503
AOS0G91	284610M000360283	27/06/2026	60503
AOS4026	284610M000359913	20/06/2026	60503
AOV0709	284610M000360086	23/06/2026	56732
APD8F48	284610M000359982	22/06/2026	60503
APG2061	284610M000360062	23/06/2026	56732
APH5C25	284610M000360502	30/06/2026	60503
APM3H45	284610M000360198	25/06/2026	56732
APQ6G66	284610M000359891	20/06/2026	56732
APS9E94	284610M000360095	24/06/2026	60503
APW2512	284610M000360342	27/06/2026	60503
APW5B88	284610M000360206	26/06/2026	60503
APX0B83	284610M000360100	24/06/2026	56732
AQA2D32	284610M000360380	28/06/2026	60503
AQF0C49	284610M000360253	26/06/2026	60503
AQJ5103	284610M000360476	29/06/2026	60503
AQK8I01	284610M000360194	25/06/2026	60503
AQM1B50	284610M000360179	25/06/2026	60503
AQN4B09	284610M000359917	20/06/2026	60503
AQQ7H09	284610M000360146	24/06/2026	60503
AQR2G43	284610M000360356	28/06/2026	60503
AQT1C20	284610M000360266	27/06/2026	60503
AQV4B80	284610M000360331	27/06/2026	60503
AQW1H78	284610M000360362	28/06/2026	60503
AQW3A06	284610M000359984	22/06/2026	60503
AQW5J12	284610M000359958	21/06/2026	60503
AQX7A81	284610M000359931	21/06/2026	60503
AQZ6D05	284610M000360512	30/06/2026	60503
ARA1D82	284610M000360334	27/06/2026	60503
ARB7072	284610M000360360	28/06/2026	60503
ARC1B91	284610M000359943	21/06/2026	60503
ARC8F53	284610M000360264	27/06/2026	60503
ARD1J42	284610M000360247	26/06/2026	60503
ARF1J09	284610M000360302	27/06/2026	56732
ARI3A32	284610M000360099	24/06/2026	56732
ARK6E79	284610M000360114	24/06/2026	60503
ARM3E69	284610M000360416	28/06/2026	60503
ARO5F33	284610M000360094	24/06/2026	60503
ARP0E28	284610M000360329	27/06/2026	60503
ARR8A01	284610M000359973	21/06/2026	60503
ARS0F32	284610M000360449	29/06/2026	56732
ARS3C45	284610M000360195	25/06/2026	56732
ARU7384	284610M000360202	26/06/2026	60503
ARU7384	284610M000360336	27/06/2026	60503
ARX1G94	284610M000360471	29/06/2026	60503
ARX2D82	284610M000360282	27/06/2026	60503
ARX4567	284610M000360506	30/06/2026	56732
ASA1154	284610M000359914	20/06/2026	60503
ASA7663	284610M000359920	20/06/2026	60503
ASC2I05	284610M000360293	27/06/2026	60503
ASD5931	284610M000359978	21/06/2026	60503
ASD5F44	284610M000359899	20/06/2026	56732
ASF4505	284610M000360311	27/06/2026	60503
ASI7762	284610M000359887	20/06/2026	60503
ASI7762	284610M000360024	23/06/2026	60503
ASI7762	284610M000359980	22/06/2026	60503
ASL0B27	284610M000359959	21/06/2026	60503
ASM2C75	284610M000360467	29/06/2026	60503
ASR7A16	284610NIC0033378	16/06/2026	50020
ASS5398	284610M000360423	29/06/2026	60503
ASS7E58	284610M000360258	26/06/2026	60503
AST5679	284610M000360223	26/06/2026	60503
ASU7384	284610M000360492	29/06/2026	60503
ASV0G39	284610M000360354	28/06/2026	60503
ASY6I58	284610M000360176	25/06/2026	60503
ATA3518	284610M000359944	21/06/2026	60503
ATB9C90	284610M000359923	21/06/2026	60503
ATH5A11	284610M000360111	24/06/2026	60503
ATK2F86	284610M000360230	26/06/2026	60503
ATK7H25	284610M000360219	26/06/2026	56732
ATK9J22	284610M000360199	25/06/2026	56732
ATL3H98	284610M000360448	29/06/2026	60503
ATL3H98	284610M000360110	24/06/2026	60503
ATP1B17	284610M000360124	24/06/2026	56732
ATQ0I55	284610M000360419	29/06/2026	60503
ATT4H90	284610M000360221	26/06/2026	60503
ATT9135	284610M000359934	21/06/2026	60503
ATZ4C19	284610M000360437	29/06/2026	60503
AUC4193	284610M000359909	20/06/2026	60503
AUG3796	284610M000360032	23/06/2026	60503
AUM3850	284610M000360115	24/06/2026	60503
AUQ2H87	284610M000359907	20/06/2026	60503
AUU2A59	284610M000360123	24/06/2026	56732
AUZ0687	284610M000360109	24/06/2026	60503
AVL9492	284610M000360186	25/06/2026	60503

AVN6503	284610M000360516	30/06/2026	56732
AVN9I21	284610M000360038	23/06/2026	56732
AVO1F09	284610M000359975	21/06/2026	60503
AVO4114	284610M000360475	29/06/2026	60503
AVQ3375	284610M000360313	27/06/2026	56732
AVR6I29	284610M000360071	23/06/2026	60503
AWA0935	284610M000360091	24/06/2026	60503
AWB1J30	284610M000360073	23/06/2026	60503
AWC3166	284610M000360019	22/06/2026	60503
AWE1343	284610M000360515	30/06/2026	60503
AWE8B86	284610M000360163	25/06/2026	60503
AWJ8B46	284610M000360112	24/06/2026	60503
AWL1323	284610M000360021	22/06/2026	56732
AWM2F10	284610M000360093	23/06/2026	60503
AWM9912	284610M000360078	23/06/2026	60503
AWQ6F24	284610M000360458	29/06/2026	60503
AWQ8209	284610M000360128	24/06/2026	60503
AWQ8272	284610M000360209	26/06/2026	60503
AWS2D21	284610M000360278	27/06/2026	60503
AWW3G72	284610M000359889	20/06/2026	56732
AWY8625	284610M000360060	23/06/2026	56732
AWY8G36	284610M000360173	25/06/2026	60503
AWZ6739	284610M000360088	23/06/2026	56732
AXB4F92	284610M000360451	29/06/2026	56732
AXC8J50	284610M000360279	27/06/2026	60503
AXF2206	284610M000360452	29/06/2026	56732
AXF5C26	284610M000360494	29/06/2026	60503
AXF8970	284610M000360137	24/06/2026	60503
AXF8970	284610M000360434	29/06/2026	56732
AXG9D46	284610M000360309	27/06/2026	56732
AXH3F41	284610M000360229	26/06/2026	56732
AXI1J21	284610M000360284	27/06/2026	60503
AXI2852	284610M000359951	21/06/2026	60503
AXN0C69	284610M000360291	27/06/2026	60503
AXQ9C74	284610M000360213	26/06/2026	60503
AXQ9C74	284610M000360296	27/06/2026	60503
AXV5H56	284610M000360498	30/06/2026	60503
AXV7J89	284610M000360055	23/06/2026	60503
AXW5041	284610M000360138	24/06/2026	60503
AXX9E23	284610M000360445	29/06/2026	60503
AXY3G13	284610M000360175	25/06/2026	56732
AXZ9C04	284610M000360274	27/06/2026	60503
AYG9B07	284610M000360267	27/06/2026	60503
AYL3I70	284610M000359927	20/06/2026	60503
AYN5408	284610M000360314	27/06/2026	56732
AYO2A88	284610NIC0033380	16/06/2026	50020
AYO5132	284610M000360160	25/06/2026	60503
AYQ9H30	284610M000359894	20/06/2026	56732
AYV2I45	284610M000360500	30/06/2026	60503
AZE9G95	284610M000360143	24/06/2026	60503
AZF8H33	284610M000360322	27/06/2026	60503
AZG3E40	284610M000360162	25/06/2026	60503
AZI3D53	284610M000360479	29/06/2026	60503
AZM5I27	284610M000360366	28/06/2026	60503
AZP7229	284610M000360485	29/06/2026	60503
AZP8B61	284610M000359888	20/06/2026	56732
AZQ9E17	284610M000360408	28/06/2026	60503
AZR0947	284610M000360132	24/06/2026	60503
AZR6I82	284610M000360015	22/06/2026	60503
AZT0D86	284610M000359903	20/06/2026	60503
AZX6E66	284610M000360374	28/06/2026	60503
AZY7755	284610M000360029	23/06/2026	56732
BAB9H70	284610M000359933	21/06/2026	60503
BAC7B04	284610M000360389	28/06/2026	56732
BAD6602	284610M000360126	24/06/2026	56732
BAF9063	284610M000360227	26/06/2026	60503
BAL5I45	284610M000360319	27/06/2026	60503
BAN3E02	284610M000360276	27/06/2026	60503
BAN5H38	284610M000360297	27/06/2026	60503
BAV6F46	284610M000360415	28/06/2026	60503
BAW8040	284610M000359981	22/06/2026	60503
BAY4D14	284610M000360368	28/06/2026	60503
BAZ7264	284610M000359932	21/06/2026	60503
BBH1B57	284610M000360001	22/06/2026	56732
BBI6F04	284610M000360388	28/06/2026	60503
BBJ8A92	284610M000359961	21/06/2026	60503
BBL6F05	284610M000359885	20/06/2026	60503
BBM8571	284610M000360120	24/06/2026	56732
BBO9761	284610M000360377	28/06/2026	60503
BBQ3A70	284610M000360507	30/06/2026	60503
BBR1E62	284610M000360130	24/06/2026	60503
BBS5D66	284610M000359993	22/06/2026	60503
BBV3061	284610M000360145	24/06/2026	60503
BBX8D56	284610M000360310	27/06/2026	60503
BCA8A65	284610M000360304	27/06/2026	56732
BCF0C60	284610M000360503	30/06/2026	60503
BCF6E36	284610M000360177	25/06/2026	60503
BCG0D39	284610M000360189	25/06/2026	60503
BCG0D39	284610M000360203	26/06/2026	60503

BCG1G43	284610M000360496	30/06/2026	60503
BCK1705	284610M000360207	26/06/2026	60503
BCK4D34	284610M000360188	25/06/2026	60503
BCK4J56	284610M000360510	30/06/2026	60503
BCM0138	284610M000360488	29/06/2026	60503
BCP0346	284610M000360034	23/06/2026	60503
BCP6I52	284610M000360328	27/06/2026	60503
BCP7615	284610M000360361	28/06/2026	60503
BCT3C59	284610M000360076	23/06/2026	60503
BCV8B16	284610M000360280	27/06/2026	60503
BCY4J51	284610M000360031	23/06/2026	56732
BCY4J51	284610M000360044	23/06/2026	60503
BDC7I96	284610M000360030	23/06/2026	56732
BDG4I14	284610M000360514	30/06/2026	56732
BDI8F87	284610M000359999	22/06/2026	60503
BDJ5I98	284610M000360422	29/06/2026	60503
BDO0C93	284610M000360139	24/06/2026	60503
BDO4C08	284610M000359990	22/06/2026	60503
BDP6B69	284610M000359908	20/06/2026	60503
BDQ4B12	284610M000360211	26/06/2026	60503
BDQ9H02	284610M000360396	28/06/2026	60503
BDT3E54	284610M000360417	29/06/2026	60503
BEA0210	284610M000360411	28/06/2026	60503
BEB9G35	284610M000360273	27/06/2026	60503
BEC6I11	284610M000359892	20/06/2026	56732
BEC9F29	284610M000360252	26/06/2026	60503
BED5C97	284610M000360232	26/06/2026	60503
BEE8I37	284610M000360402	28/06/2026	60503
BEI3J74	284610M000360234	26/06/2026	56732
BEJ6J63	284610M000360394	28/06/2026	60503
BEP4J27	284610M000360444	29/06/2026	60503
BES9F53	284610M000360379	28/06/2026	60503
BET3F16	284610M000360338	27/06/2026	60503
BET6D63	284610M000360053	23/06/2026	60503
BET7G22	284610M000360505	30/06/2026	56732
BEV9G96	284610M000360369	28/06/2026	60503
BEW2J48	284610M000360462	29/06/2026	60503
BEZ2F95	284610M000360069	23/06/2026	60503
BEZ6A88	284610M000360333	27/06/2026	60503
BJS8885	284610M000360226	26/06/2026	60503
BKK5449	284610M000360501	30/06/2026	56732
BLE5D60	284610M000360397	28/06/2026	60503
BLN5751	284610M000360010	22/06/2026	60503
BMO5961	284610M000360251	26/06/2026	60503
BMV2615	284610M000360275	27/06/2026	60503
BOB9H88	284610M000360339	27/06/2026	60503
BRZ9A72	284610M000360351	27/06/2026	60503
BTJ9376	284610M000360185	25/06/2026	60503
CBC4J11	284610M000360087	23/06/2026	56732
CEK5F83	284610M000360294	27/06/2026	60503
CEN6654	284610M000360151	24/06/2026	60503
CFT6431	284610M000360013	22/06/2026	60503
CID6308	284610M000360113	24/06/2026	56732
CLD3G77	284610M000360378	28/06/2026	60503
CMO2C11	284610M000360373	28/06/2026	60503
CMW5I80	284610M000360386	28/06/2026	60503
CNZ5J00	284610M000360261	26/06/2026	60503
CRK8330	284610M000360324	27/06/2026	60503
CRL3B55	284610M000360359	28/06/2026	60503
CSE7664	284610M000360058	23/06/2026	56732
CVC2928	284610M000360057	23/06/2026	60503
CVR5I43	284610M000359898	20/06/2026	60503
CVY6743	284610M000359938	21/06/2026	60503
CXF7B44	284610M000360041	23/06/2026	56732
CYM3C45	284610M000359900	20/06/2026	60503
DAJ0C28	284610M000360474	29/06/2026	60503
DAX5G53	284610M000360016	22/06/2026	60503
DCG6570	284610M000359895	20/06/2026	60503
DCW7466	284610M000359905	20/06/2026	60503
DCW7466	284610M000360460	29/06/2026	60503
DCW7466	284610M000360315	27/06/2026	60503
DCW7466	284610M000359906	20/06/2026	60503
DEA8A19	284610M000360081	23/06/2026	60503
DFK3C95	284610M000360245	26/06/2026	60503
DGE3283	284610M000359977	21/06/2026	60503
DHH8G36	284610M000360330	27/06/2026	60503
DHO5A01	284610M000360006	22/06/2026	60503
DIF8364	284610M000360181	25/06/2026	60503
DKC5513	284610M000360243	26/06/2026	60503
DKE6J43	284610M000360255	26/06/2026	60503
DKV4B43	284610M000359893	20/06/2026	56732
DLF3305	284610M000360097	24/06/2026	60503
DLM3D65	284610M000360265	27/06/2026	60503
DNQ9H74	284610M000360135	24/06/2026	60503
DPP6613	284610M000360292	27/06/2026	60503
DRN2409	284610M000359998	22/06/2026	60503
DRY8A50	284610M000360096	24/06/2026	60503
DTD0E52	284610M000360371	28/06/2026	60503
DTQ2819	284610M000359956	21/06/2026	60503

DTZ9658	284610M000359947	19/06/2026	60503
DVP3B92	284610M000360056	23/06/2026	60503
DWG4276	284610M000360325	27/06/2026	60503
DWO8G94	284610M000360244	26/06/2026	60503
DWT6A17	284610M000360059	23/06/2026	56732
DXC4A96	284610M000360155	25/06/2026	60503
DXE4G97	284610M000360412	28/06/2026	60503
DXV3H78	284610M000360484	29/06/2026	60503
EDQ2489	284610M000360343	27/06/2026	60503
EGA9462	284610M000360063	23/06/2026	56732
EGC8J26	284610M000359918	20/06/2026	60503
EGD1D06	284610M000360254	26/06/2026	60503
EGS3I00	284610M000359924	21/06/2026	60503
EIC2D00	284610M000359979	21/06/2026	60503
EID5J26	284610M000360235	26/06/2026	60503
ELU3J81	284610M000360340	27/06/2026	56732
EMD7D11	284610M000360466	29/06/2026	60503
EMW1E12	284610M000360414	28/06/2026	60503
EOM6C13	284610M000360197	25/06/2026	60503
EQA2E59	284610M000360125	24/06/2026	56732
EQA6D00	284610M000360218	26/06/2026	56732
EUY1F11	284610M000360392	28/06/2026	60503
EVH3H37	284610M000360493	29/06/2026	60503
EVS6C94	284610M000360442	29/06/2026	56732
EWK9449	284610M000360382	28/06/2026	60503
EXU7D39	284610M000360052	23/06/2026	60503
EYA1090	284610M000360407	28/06/2026	60503
EYF2D04	284610M000359912	20/06/2026	60503
EYO5253	284610M000360357	28/06/2026	60503
EYO5253	284610M000360102	24/06/2026	60503
EYO5253	284610M000359921	20/06/2026	60503
EYP6945	284610M000360465	29/06/2026	60503
EYS4I49	284610M000360257	26/06/2026	56732
FAX6H86	284610M000360495	30/06/2026	60503
FBA1I04	284610M000360447	29/06/2026	60503
FBB8I09	284610M000360427	29/06/2026	60503
FBM5A50	284610M000359970	21/06/2026	60503
FGM2E78	284610M000359901	20/06/2026	60503
FGU6H29	284610M000360147	24/06/2026	60503
FGU6H29	284610M000360295	27/06/2026	60503
FHK0F22	284610M000360441	29/06/2026	56732
FKP4G05	284610M000360009	22/06/2026	60503
FKV4A47	284610M000360450	29/06/2026	56732
FMU4C44	284610M000359963	21/06/2026	60503
FMV7F75	284610M000359960	21/06/2026	60503
FPQ2F00	284610M000360487	29/06/2026	60503
FQO2F82	284610M000360375	28/06/2026	60503
FSL4064	284610M000360002	22/06/2026	60503
FTW8I02	284610M000360410	28/06/2026	60503
FUE5E27	284610M000360039	23/06/2026	56732
FUW7A80	284610M000359935	21/06/2026	60503
FWP4A85	284610M000360376	28/06/2026	60503
FWU3E03	284610M000360065	23/06/2026	56732
FWU7E45	284610M000359936	21/06/2026	60503
FZP1D94	284610M000360119	24/06/2026	56732
GBV8B76	284610M000360180	25/06/2026	56732
GBY6F06	284610M000360035	23/06/2026	60503
GCD7I55	284610M000360101	24/06/2026	56732
GDF5H53	284610M000360287	27/06/2026	60503
GEP1E82	284610M000359988	22/06/2026	56732
GHT5H97	284610M000360435	29/06/2026	56732
GJZ8G06	284610M000360483	29/06/2026	56732
GKI1F74	284610M000359983	22/06/2026	60503
GTK3138	284610M000360353	27/06/2026	60503
HFD8E43	284610NIC0033381	16/06/2026	50020
HHI3G60	284610M000360250	26/06/2026	60503
HIQ9E61	284610M000360212	26/06/2026	60503
HLD2A07	284610M000360238	26/06/2026	56732
HPW3C88	284610M000359890	20/06/2026	56732
HRF8A76	284610M000359989	22/06/2026	60503
HSY1I71	284610M000360007	22/06/2026	60503
HTI9H44	284610M000359967	21/06/2026	60503
ILR8801	284610M000360072	23/06/2026	56732
INM3201	284610M000360084	23/06/2026	60503
IOM4J49	284610M000360418	29/06/2026	60503
IWS6J56	284610M000360168	25/06/2026	60503
JJS0B60	284610M000360260	26/06/2026	60503
JPV7A34	284610M000360214	26/06/2026	60503
JQW7F76	284610M000360033	23/06/2026	60503
JQW7F76	284610M000360508	30/06/2026	56732
JQW7F76	284610M000360446	29/06/2026	60503
JWC3818	284610M000360220	26/06/2026	60503
JXE5718	284610M000360174	25/06/2026	60503
JXE5718	284610M000360170	25/06/2026	60503
JYH5107	284610M000360323	27/06/2026	60503
JZW3G92	284610M000360200	25/06/2026	60503
KAE6582	284610M000360387	28/06/2026	60503
KEO5835	284610M000360497	30/06/2026	60503
KFP0E85	284610M000360153	24/06/2026	56732

KNR5B09	284610M000359916	20/06/2026	60503
KOU6C13	284610M000360080	23/06/2026	60503
KPI3B43	284610NIC0033379	16/06/2026	50020
KZP2B93	284610M000360077	23/06/2026	60503
KZT2J17	284610M000359987	19/06/2026	56732
LBC4753	284610M000360118	24/06/2026	60503
LKN5I11	284610M000359896	20/06/2026	60503
LMP2D37	284610M000360440	29/06/2026	60503
LSG2756	284610M000360066	23/06/2026	56732
LTA7B43	284610M000360183	25/06/2026	60503
LUC1J34	284610M000360051	23/06/2026	60503
LUS1J46	284610M000360103	24/06/2026	56732
LXX0G06	284610M000360347	27/06/2026	60503
LYV8F35	284610M000359968	21/06/2026	60503
LYV8F35	284610M000359957	21/06/2026	60503
MBC9H76	284610M000359986	17/06/2026	56732
MCB7067	284610M000360349	27/06/2026	60503
MGF6I89	284610M000360320	27/06/2026	60503
MGX4I66	284610M000360306	27/06/2026	56732
MIP3151	284610M000359897	20/06/2026	60503
MIP3151	284610M000360003	22/06/2026	60503
MIV4C07	284610M000359994	22/06/2026	56732
MJG0C52	284610M000360224	26/06/2026	60503
MKO2B91	284610M000360133	24/06/2026	60503
MMB4I17	284610M000360090	23/06/2026	60503
MUY4973	284610M000360321	27/06/2026	60503
NCB6G22	284610M000360350	27/06/2026	60503
NCM9J99	284610M000360406	28/06/2026	60503
NCU9405	284610M000360248	26/06/2026	60503
NDV9H92	284610M000359928	20/06/2026	60503
NHG4459	284610M000360305	27/06/2026	56732
NHI8B81	284610M000360490	29/06/2026	56732
NJO5E92	284610M000360398	28/06/2026	60503
NLU2E98	284610M000360270	27/06/2026	56732
NMN2B55	284610M000360316	27/06/2026	60503
NPS9A74	284610M000360289	27/06/2026	60503
NPW3G58	284610M000360182	25/06/2026	60503
NSD1H37	284610M000360472	29/06/2026	56732
NTZ8300	284610M000360205	26/06/2026	56732
NXG9G25	284610M000360298	27/06/2026	60503
NXT8J18	284610M000360370	28/06/2026	60503
OOS1G43	284610M000359910	20/06/2026	60503
OOS6A98	284610M000360036	23/06/2026	60503
OPK7F06	284610M000359965	21/06/2026	60503
OPL6D21	284610M000360191	25/06/2026	60503
OTH2H06	284610M000359969	21/06/2026	60503
OTO7A11	284610M000360222	26/06/2026	60503
OWK0A34	284610M000360067	23/06/2026	56732
OWW3C36	284610M000360454	29/06/2026	60503
OXU3A32	284610M000359992	22/06/2026	56732
OYX3F84	284610M000360480	29/06/2026	60503
PCM7C38	284610M000359954	21/06/2026	60503
PFV9B78	284610M000360169	25/06/2026	60503
PMJ0D24	284610M000360263	27/06/2026	60503
PUG3C36	284610M000360045	23/06/2026	56732
PVC5E09	284610M000360129	24/06/2026	60503
PWV3E65	284610M000360048	23/06/2026	60503
PXN6621	284610M000360468	29/06/2026	60503
PYS3I76	284610M000359886	20/06/2026	60503
PZU6B87	284610M000360228	26/06/2026	56732
PZU6B87	284610M000360158	25/06/2026	60503
QAP3I52	284610M000360204	26/06/2026	60503
QCB8C18	284610M000360477	29/06/2026	60503
QET3H71	284610M000360008	22/06/2026	60503
QHW2C52	284610NIC0033377	16/06/2026	50020
QIC5I71	284610M000359962	21/06/2026	60503
QIH7G09	284610M000360164	25/06/2026	60503
QIT3E47	284610M000360236	26/06/2026	56732
QJR2246	284610M000359991	22/06/2026	60503
QLL5I40	284610M000360144	24/06/2026	56732
QMY6B35	284610M000359948	19/06/2026	60503
QNV9B81	284610M000360469	29/06/2026	60503
QOE7H45	284610M000360346	27/06/2026	60503
QPB6I33	284610M000360307	27/06/2026	56732
QPK6D13	284610M000360482	29/06/2026	60503
QPN9A52	284610M000360216	26/06/2026	56732
QPR3C88	284610M000360225	26/06/2026	56732
QQC0H24	284610M000360233	26/06/2026	60503
QQY0J30	284610M000360473	29/06/2026	60503
QTA1G75	284610M000359955	21/06/2026	56732
QUK2J97	284610M000360317	27/06/2026	60503
QUW8E53	284610M000360085	23/06/2026	56732
QXH3B02	284610M000360082	23/06/2026	60503
QXT0C31	284610M000359925	20/06/2026	60503
RDW6I69	284610M000360405	28/06/2026	60503
RHB6F20	284610M000360028	23/06/2026	56732
RHB7C74	284610M000360391	28/06/2026	56732
RHE0B60	284610M000360152	24/06/2026	56732
RHE9H25	284610M000359971	21/06/2026	60503

RHH7B85	284610M000360431	29/06/2026	56732
RHI9C12	284610M000359966	21/06/2026	60503
RHJ0F74	284610M000360504	30/06/2026	56732
RHJ1D10	284610M000359974	21/06/2026	60503
RHK4C25	284610M000360108	24/06/2026	60503
RHP7B83	284610M000360326	27/06/2026	60503
RHQ2G50	284610M000360489	29/06/2026	60503
RHQ4E59	284610M000360210	26/06/2026	60503
RHS4J02	284610M000360421	29/06/2026	60503
RHZ9H55	284610M000360381	28/06/2026	60503
RKY7C86	284610M000360513	30/06/2026	60503
RLJ8D75	284610M000359946	21/06/2026	60503
RNX3E97	284610M000360134	24/06/2026	60503
RRL4F19	284610M000360046	23/06/2026	56732
RRL7A72	284610M000360092	24/06/2026	60503
RTM6J43	284610M000360000	22/06/2026	60503
RUU1C88	284610M000360249	26/06/2026	60503
RVV1J14	284610M000360363	28/06/2026	60503
RVV1J45	284610M000360208	26/06/2026	60503
RYL8E91	284610M000360459	29/06/2026	60503
SDP6J41	284610M000360400	28/06/2026	60503
SDY6H25	284610M000359922	20/06/2026	60503
SEC5F29	284610M000360401	28/06/2026	60503
SEF8A28	284610M000360105	24/06/2026	60503
SEH1H97	284610M000359972	21/06/2026	60503
SEJ6C49	284610M000360478	29/06/2026	56732
SEK2G44	284610M000360453	29/06/2026	56732
SEK8E53	284610M000360341	27/06/2026	56732
SEM5A15	284610M000359926	20/06/2026	60503
SEO1D02	284610M000360385	28/06/2026	60503
SER1I96	284610M000360042	23/06/2026	56732
SES3H63	284610M000360256	26/06/2026	60503
SET3C81	284610M000360355	27/06/2026	60503
SET9C85	284610M000359911	20/06/2026	60503
SEW6H81	284610M000360393	28/06/2026	60503
SEY5H07	284610M000359985	17/06/2026	56732
SFA6D57	284610M000360413	28/06/2026	60503
SFB8E68	284610M000360131	24/06/2026	60503
SFC0I83	284610M000360486	29/06/2026	60503
SFG2B14	284610M000360268	27/06/2026	56732
SFG4J76	284610M000360439	29/06/2026	60503
SFK9B60	284610M000360428	29/06/2026	60503
SFN4I43	284610M000360167	25/06/2026	60503
SFN8B80	284610M000360426	28/06/2026	60503
SFO5I41	284610M000360470	29/06/2026	56732
SFQ2G32	284610M000360409	28/06/2026	60503
SHL0C88	284610M000360050	23/06/2026	56732
SHR8C19	284610M000360011	22/06/2026	56732
SHV5D61	284610M000360237	26/06/2026	56732
SIM5J31	284610M000360020	22/06/2026	60503
SIQ8A32	284610M000360429	28/06/2026	60503
SIS4D06	284610M000360040	23/06/2026	56732
SJA8F68	284610M000360068	23/06/2026	60503
SJF7C66	284610M000360142	24/06/2026	60503
SLZ8G54	284610M000360271	27/06/2026	60503
SMG5G54	284610M000360269	27/06/2026	60503
SSS8A39	284610M000360196	25/06/2026	60503
SXP0G21	284610M000360136	24/06/2026	60503
SYS5G91	284610M000360107	24/06/2026	60503
TAJ2I16	284610M000360043	23/06/2026	56732
TAK6I74	284610M000360117	24/06/2026	60503
TAN7H84	284610M000359902	20/06/2026	60503
TAP8J92	284610M000360047	23/06/2026	60503
TAR6A73	284610M000360337	27/06/2026	56732
TAT1C06	284610M000360432	29/06/2026	60503
TAZ1J71	284610M000359942	21/06/2026	60503
TBA4C64	284610M000360161	25/06/2026	60503
TBD2G95	284610M000360027	23/06/2026	60503
TBE1G75	284610M000360332	27/06/2026	60503
TBF2I77	284610M000360026	23/06/2026	60503
TBG5B60	284610M000360433	29/06/2026	60503
TBH9J81	284610M000360005	22/06/2026	60503
TBI0H29	284610M000359950	21/06/2026	60503
TBN0J56	284610M000359945	21/06/2026	60503
TBN1H65	284610M000360308	27/06/2026	60503
TCZ2F18	284610M000360140	24/06/2026	56732
TDG0B57	284610M000360166	25/06/2026	60503
TDJ3B15	284610M000360037	23/06/2026	60503
TEC5D80	284610M000360049	23/06/2026	60503
TLT9A97	284610M000360285	27/06/2026	60503
TLW0F10	284610M000360367	28/06/2026	60503
TMG5J98	284610M000360272	27/06/2026	60503
TXN8C69	284610M000359930	20/06/2026	60503
TYN9I63	284610M000360012	22/06/2026	60503
TYP3C00	284610M000360300	27/06/2026	60503
TYU3E47	284610M000360083	23/06/2026	60503
TYU3E47	284610M000360242	26/06/2026	56732
UAU3E47	284610M000360463	29/06/2026	60503
UAV3G48	284610M000360303	27/06/2026	56732

UAV8A64	284610M000360438	29/06/2026	60503
UAY4I73	284610M000359937	21/06/2026	60503
UBA3F59	284610M000359915	20/06/2026	60503
UBB2H48	284610M000360089	23/06/2026	56732
UBD9D09	284610M000360511	30/06/2026	60503
UBE1I33	284610M000360420	29/06/2026	60503
UBF5J23	284610M000360443	29/06/2026	60503
UBG9E04	284610M000360277	27/06/2026	60503
UBH4G26	284610M000360395	28/06/2026	60503
UBH8A58	284610M000359996	22/06/2026	60503
UBI5F23	284610M000360436	29/06/2026	60503
UBJ5C64	284610M000360348	27/06/2026	60503
UBJ6G09	284610M000360299	27/06/2026	60503
UBK8G45	284610M000360022	22/06/2026	60503
UBN7H25	284610M000360491	29/06/2026	60503
UBN9G83	284610M000360141	24/06/2026	60503
UBN9G83	284610M000360023	23/06/2026	60503
UBO8G52	284610M000360403	28/06/2026	60503
UBO8G52	284610M000360150	24/06/2026	60503
UBT3J82	284610M000359929	20/06/2026	60503
UBT6E20	284610M000360456	29/06/2026	56732
UBW9A27	284610M000360106	24/06/2026	60503
UBW9C83	284610M000360192	25/06/2026	60503
UBW9C83	284610M000360018	22/06/2026	60503
UBW9E24	284610M000360499	30/06/2026	60503
UBY5J29	284610M000360384	28/06/2026	60503
UBZ0E85	284610M000359997	22/06/2026	60503
UBZ8J20	284610M000360262	26/06/2026	60503
UCB7E96	284610M000360461	29/06/2026	56732
UCE6F48	284610M000360425	29/06/2026	60503

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:E88BFA95

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260711_185407

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 31/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA1471	284610T000000396	07/07/2026	51851
AAP2G65	284610T000001717	04/07/2026	76331
AAP2G65	284610T000001716	04/07/2026	61570
ABL9I76	284610T000006648	03/07/2026	76332
AEG9519	284610T000009967	03/07/2026	51851
AHW2850	284610T000011362	03/07/2026	65992
AHW2850	284610T000011363	03/07/2026	66531
AIK5375	284610T000010595	03/07/2026	66531
AJN2B72	284610T000011304	09/07/2026	55090
AJP1H66	284610T000009956	03/07/2026	51851
AJY8G69	284610T000004927	03/07/2026	58191
ALF7C75	284610T000009971	03/07/2026	51851
ALU5115	284610T000007957	06/07/2026	51851
AMN7C30	284610T000006564	03/07/2026	73400
AMS3A95	284610T000009969	03/07/2026	73400
AMZ9H84	284610T000001051	10/07/2026	65300
ANS4521	284610NIC0033386	16/06/2026	50020
ANS4521	284610NIC0033385	16/06/2026	50020
AOX7A15	284610T000000397	07/07/2026	51851
APJ3H45	284610T000009968	03/07/2026	51851
APM1H30	284610T000009960	03/07/2026	51851
AQT3F76	284610NIC0033382	16/06/2026	50020
ARN7062	284610T000011502	05/07/2026	60501
ASG6F90	284610T000006649	03/07/2026	76332
ASJ0F38	284610T000009961	03/07/2026	51851
ASN1G90	284610T000009206	06/07/2026	51851
AST9772	284610T000009964	03/07/2026	51851
ATA3495	284610T000009966	03/07/2026	73400
ATS8287	284610T000007956	06/07/2026	51851
AXD3266	284610T000010594	03/07/2026	76332
AYP0J60	284610T000009204	03/07/2026	54283
AZO3D23	284610T000011372	03/07/2026	59591
AZR6C73	284610T000009959	03/07/2026	51851
AZZ1F12	284610T000009970	03/07/2026	51851
BCB1B32	284610T000009205	06/07/2026	55411
BCW4J16	284610T000001123	06/07/2026	57380
BDV0C75	284610T000011019	03/07/2026	76331
BDX4D36	284610T000011364	03/07/2026	59591
BEQ2C60	284610NIC0033383	16/06/2026	50020
BES3F36	284610T000000750	10/07/2026	54870
BMP6574	284610T000011018	03/07/2026	51852
BND2527	284610T000009962	03/07/2026	51851
BUN8737	284610T000011021	03/07/2026	51851
CBW0H24	284610M000360064	23/06/2026	56732

CFX6C54	284610T000009963	03/07/2026	51851
EAZ2080	284610T000009955	03/07/2026	51851
EBG2251	284610T000009965	03/07/2026	51851
EET3B95	284610T000009972	03/07/2026	51851
EPX9C09	284610T000011020	03/07/2026	51851
FNE3G07	284610T000001119	03/07/2026	76332
GIG7B68	284610T000007959	10/07/2026	76252
HAB2J37	284610T000001220	06/07/2026	51851
HSD7F83	284610T000011017	03/07/2026	51851
KEJ2I22	284610T000007954	06/07/2026	51851
KMV1H48	284610T000007955	06/07/2026	51851
KYF4103	284610T000001122	06/07/2026	51851
LNR3844	284610T000009207	06/07/2026	51851
LNW6053	284610T000006647	03/07/2026	51851
MAG4C44	284610T000006650	03/07/2026	66531
MCQ9F28	284610T000010592	03/07/2026	51851
MGG4E64	284610T000007958	10/07/2026	55414
MOH0219	284610T000001124	06/07/2026	51851
NCH7A88	284610T000009957	03/07/2026	51851
OHR1C17	284610T000001121	05/07/2026	65480
RHE0D89	284610T000010593	03/07/2026	51851
RNU6F76	284610T000011601	03/07/2026	57463
RWC3A77	284610T000000866	03/07/2026	70301
SET4A97	284610T000011501	03/07/2026	60501
SEW6I09	284610T000009958	03/07/2026	51851
SEY3J33	284610NIC0033384	16/06/2026	50020
SFD4F78	284610T000001120	03/07/2026	76332
TAI4A85	284610T000011370	03/07/2026	62700
TAI4A85	284610T000011369	03/07/2026	52151
TAI4A85	284610T000011366	03/07/2026	73400
TAI4A85	284610T000011367	03/07/2026	76842
TAI4A85	284610T000011371	03/07/2026	58433
TAI4A85	284610T000011365	03/07/2026	58350
TAI4A85	284610T000011368	03/07/2026	52070
TZR2D66	284610T000009975	07/07/2026	76331
UBI9A32	284610T000009973	04/07/2026	70301
UBI9A32	284610T000009974	04/07/2026	73400

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:4AC66229

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260708_185209

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 27/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAE5758	284610T000009510	30/04/2026	51851	R$ 195,23
ABQ0F04	284610NIC0033018	14/04/2026	50020	R$ 260,32
ABY0D42	284610T000008954	30/04/2026	73400	R$ 130,16
ABY6695	284610M000355697	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ACT6108	284610M000355903	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ACT6108	284610M000355970	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AEC1G79	284610M000355818	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AEK8828	284610M000355689	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AFB9F89	284610M000355780	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AFG5575	284610T000002088	27/04/2026	51851	R$ 195,23
AFG5575	284610T000002087	27/04/2026	54600	R$ 130,16
AFG5575	284610T000002089	27/04/2026	53980	R$ 88,38
AFQ2855	284610M000355927	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AFS3J38	284610M000355546	16/04/2026	56732	R$ 130,16
AGE8A05	284610T000007266	26/04/2026	54521	R$ 195,23
AGQ9658	284610M000355959	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AGW8443	284610M000355632	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AHD2826	284610M000355961	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AHD2826	284610M000355793	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AHN0112	284610T000007274	27/04/2026	51851	R$ 195,23
AHW4413	284610M000355615	16/04/2026	56732	R$ 130,16
AHW6422	284610M000355589	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AIL2263	284610M000355596	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AIN0793	284610M000355811	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000355667	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AIR8A05	284610M000355783	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AIT3C97	284610M000355930	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AIW4557	284610M000355577	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AJD3F32	284610NIC0033029	14/04/2026	50020	R$ 586,94
AJD6F50	284610M000355904	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AJI9C33	284610T000005442	29/04/2026	51851	R$ 195,23
AJJ6175	284610M000355865	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AJJ6950	284610M000355839	20/04/2026	56732	R$ 130,16
AJK4792	284610M000355837	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AJK4792	284610M000355978	22/04/2026	60503	R$ 293,47
AJX7211	284610M000355738	18/04/2026	56732	R$ 130,16
AKA7A24	284610M000355650	17/04/2026	60503	R$ 293,47

AKC8453	284610M000355721	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000355627	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000355641	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AKJ0316	284610M000355556	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000355918	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AKP4C41	284610M000355569	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AKY9453	284610M000355528	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AKZ9956	284610M000355778	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ALA6E12	284610M000355836	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ALB3544	284610M000355561	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ALJ9B29	284610M000355595	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ALM4352	284610T000008050	27/04/2026	73400	R$ 130,16
ALN4H02	284610M000355722	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ALO2I09	284610M000355701	18/04/2026	56732	R$ 130,16
ALS9573	284610M000355486	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AMB0H05	284610M000355733	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AMB9I14	284610M000355887	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AME0E60	284610M000355592	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AME6F28	284610M000355965	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AMG9C80	284610M000355893	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AMN9C26	284610T000007263	26/04/2026	73400	R$ 130,16
AMO8697	284610M000355525	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AMX8F95	284610M000355573	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ANH9A87	284610M000355850	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ANI6A87	284610M000355917	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ANJ6771	284610M000355625	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ANM3216	284610M000355639	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ANM5B77	284610M000355953	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AOB1G79	284610M000355966	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AOD8I58	284610M000355707	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AOJ1H20	284610M000355929	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AOK5J42	284610M000355756	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AOO8679	284610M000355672	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AOU8A35	284610M000355964	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AOV6J79	284610M000355815	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AOV7283	284610M000355802	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AOW5A83	284610M000355476	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AOX5G76	284610M000355827	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AOZ9819	284610M000355513	15/04/2026	60503	R$ 293,47
APE3765	284610M000355704	18/04/2026	60503	R$ 293,47
APE3765	284610M000355788	19/04/2026	60503	R$ 293,47
APE5D98	284610M000355726	18/04/2026	60503	R$ 293,47
APE5D98	284610M000355935	21/04/2026	60503	R$ 293,47
APE5D98	284610M000355861	20/04/2026	60503	R$ 293,47
APF1551	284610NIC0033047	14/04/2026	50020	R$ 390,46
API8A40	284610M000355813	19/04/2026	60503	R$ 293,47
APJ2596	284610M000355723	18/04/2026	60503	R$ 293,47
APK3064	284610M000355621	17/04/2026	60503	R$ 293,47
APK6715	284610M000355868	20/04/2026	60503	R$ 293,47
APL4B68	284610M000355532	15/04/2026	60503	R$ 293,47
APM9F10	284610M000355607	17/04/2026	60503	R$ 293,47
APQ5E46	284610M000355922	21/04/2026	60503	R$ 293,47
APQ8525	284610M000355951	21/04/2026	60503	R$ 293,47
APQ8525	284610M000355771	19/04/2026	60503	R$ 293,47
APS5C67	284610M000355600	16/04/2026	60503	R$ 293,47
APS9G95	284610M000355538	16/04/2026	60503	R$ 293,47
APU5783	284610M000355566	16/04/2026	60503	R$ 293,47
APX5I84	284610M000355767	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AQG0I50	284610M000355714	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AQG2797	284610M000355483	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AQI4502	284610M000355712	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AQI7F68	284610M000355652	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AQK8B98	284610M000355640	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AQT0442	284610T000009202	25/04/2026	51851	R$ 195,23
AQT0G43	284610M000355755	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AQT7105	284610M000355492	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AQU4H76	284610M000355622	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AQV8623	284610M000355642	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AQX2627	284610M000355703	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AQX5D46	284610M000355597	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AQY3G75	284610NIC0033036	14/04/2026	50020	R$ 586,94
AQY6041	284610NIC0033044	14/04/2026	50020	R$ 586,94
ARB6234	284610M000355638	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ARB6234	284610M000355708	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ARB6234	284610M000355859	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ARC1438	284610M000355541	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ARH5643	284610M000355654	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ARK0A55	284610M000355971	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ARP4A42	284610M000355584	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ARS3G78	284610M000355499	15/04/2026	60503	R$ 293,47
ARU7384	284610M000355752	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ARU7384	284610M000355757	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ARU7719	284610M000355830	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ASF6337	284610NIC0033025	14/04/2026	50020	R$ 586,94
ASG6206	284610M000355960	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ASG6F96	284610M000355635	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ASI9446	284610M000355468	14/04/2026	60503	R$ 293,47
ASL8867	284610M000355563	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ASN9E94	284610M000355843	20/04/2026	60503	R$ 293,47

ASO7276	284610T000007271	27/04/2026	51180	R$ 880,41
ASO7276	284610T000007270	27/04/2026	61810	R$ 195,23
ASO7276	284610T000007273	27/04/2026	50100	R$ 880,41
ASR6J95	284610M000355611	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ASR6J95	284610M000355491	15/04/2026	60503	R$ 293,47
ASR6J95	284610M000355834	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ASU2H88	284610M000355844	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ASU2H88	284610M000355890	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ASU2H88	284610M000355787	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ASU2I77	284610T000009509	30/04/2026	51851	R$ 195,23
ASV4H35	284610M000355791	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ASV7I35	284610M000355656	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ASW6F17	284610T000007264	26/04/2026	73400	R$ 130,16
ASW9213	284610M000355504	15/04/2026	60503	R$ 293,47
ASY2J54	284610M000355915	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ASY7C63	284610M000355624	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ATA9H37	284610M000355633	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ATB2F84	284610M000355719	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ATE0G18	284610M000355571	16/04/2026	60503	R$ 293,47
ATI1I04	284610M000355870	20/04/2026	60503	R$ 293,47
ATJ4033	284610M000355958	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ATJ8210	284610M000355664	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ATK6B35	284610M000355816	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ATO1D56	284610M000355774	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ATO1D56	284610M000355789	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ATQ8B56	284610M000355524	15/04/2026	60503	R$ 293,47
ATS0G75	284610M000355785	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ATS7F45	284610M000355790	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ATT6H50	284610M000355743	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AUE9C87	284610M000355651	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AUG5941	284610M000355866	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AUG6E30	284610T000007269	27/04/2026	61220	R$ 293,47
AUI5C84	284610M000355820	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AUK4515	284610M000355530	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AUL0092	284610M000355660	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AUL3B69	284610M000355489	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AUO1C89	284610M000355682	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AUR2645	284610M000355475	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AUR2H63	284610M000355962	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AUT9E21	284610M000355715	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AUV5C97	284610M000355620	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AUX4851	284610M000355808	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AUX4H22	284610M000355481	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AVF3A73	284610M000355647	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AVH3C49	284610M000355873	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AVI5B13	284610M000355940	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AVL6H60	284610M000355975	22/04/2026	60503	R$ 293,47
AVO5204	284610T000010208	29/04/2026	67261	R$ 195,23
AVO5204	284610T000010207	29/04/2026	65992	R$ 293,47
AVW6505	284610M000355477	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AWA9G79	284610M000355693	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AWE2I38	284610M000355590	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AWF7148	284610M000355662	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AWG9H29	284610M000355977	22/04/2026	60503	R$ 293,47
AWH5891	284610M000355967	21/04/2026	56732	R$ 130,16
AWJ7G43	284610M000355956	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AWM7H14	284610M000355687	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AWO1C37	284610M000355495	15/04/2026	56732	R$ 130,16
AWQ9G26	284610T000005443	29/04/2026	54521	R$ 195,23
AWR5442	284610M000355884	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AWU6I59	284610M000355912	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AWV1F41	284610M000355568	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AWX7F79	284610M000355886	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AWZ9E91	284610M000355932	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AXA0773	284610M000355982	22/04/2026	60503	R$ 293,47
AXE5G44	284610M000355770	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AXI2580	284610M000355690	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AXJ5A98	284610M000355512	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AXK6A00	284610M000355648	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AXO0082	284610M000355526	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AXQ6J92	284610M000355766	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AXT1889	284610NIC0033034	14/04/2026	50020	R$ 586,94
AXT2D72	284610M000355909	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AXT9I17	284610M000355828	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AXV2089	284610M000355910	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AXV2089	284610M000355856	20/04/2026	60503	R$ 293,47
AXZ4H80	284610M000355925	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AYB7E67	284610M000355567	16/04/2026	60503	R$ 293,47
AYV6475	284610M000355471	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AYX1C47	284610M000355470	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AYZ9984	284610M000355950	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AZD2H35	284610M000355679	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AZG5223	284610M000355798	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AZI0580	284610M000355485	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AZM6H91	284610M000355510	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AZN7840	284610T000004908	27/04/2026	55680	R$ 195,23
AZS4C04	284610M000355792	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AZT4J17	284610M000355902	21/04/2026	60503	R$ 293,47
AZU2A81	284610M000355831	20/04/2026	60503	R$ 293,47

AZU9E73	284610M000355753	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AZZ1B82	284610M000355536	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BAA9542	284610M000355751	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BAK9D18	284610NIC0033019	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BAU2D01	284610M000355585	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BAW8H68	284610M000355763	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BAW9I07	284610T000009698	25/04/2026	57380	R$ 293,47
BAX0C90	284610M000355745	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BBA9036	284610M000355695	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BBE7954	284610M000355677	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BBG2J42	284610M000355505	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BBH2C13	284610M000355623	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BBI4A02	284610M000355507	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BBI5F34	284610M000355575	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BBN6528	284610NIC0033035	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BBN6D72	284610M000355826	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BBN9571	284610M000355588	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BBY2E08	284610M000355637	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BBZ7C85	284610M000355858	20/04/2026	60503	R$ 293,47
BCA5C78	284610M000355754	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BCB0C57	284610M000355809	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BCB3867	284610M000355698	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BCD8C00	284610NIC0033039	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BCF8035	284610M000355980	22/04/2026	60503	R$ 293,47
BCG0D39	284610M000355875	20/04/2026	60503	R$ 293,47
BCG7B13	284610M000355746	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BCI3E71	284610M000355617	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BCI5I91	284610M000355529	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BCJ0J66	284610M000355914	21/04/2026	60503	R$ 293,47
BCK9049	284610M000355702	18/04/2026	56732	R$ 130,16
BCL4C79	284610M000355643	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BCL4C79	284610M000355832	20/04/2026	60503	R$ 293,47
BCM1927	284610M000355741	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BCN2E82	284610M000355539	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BCO9A19	116100T000604784	25/04/2026	55500	R$ 130,16
BCP6964	284610M000355560	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BCQ2C67	284610M000355855	20/04/2026	60503	R$ 293,47
BCQ5D43	284610M000355522	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BCT1C99	284610M000355663	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BCV5G26	284610M000355711	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BCX4H61	284610M000355749	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BCY7J33	284610NIC0033037	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BDA5C93	284610M000355581	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDB9H05	284610M000355906	21/04/2026	60503	R$ 293,47
BDC0F57	284610T000008955	30/04/2026	76331	R$ 293,47
BDC9G83	284610M000355686	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BDE8I22	284610M000355550	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDF6C37	284610NIC0033023	14/04/2026	50020	R$ 260,32
BDG2H91	284610NIC0033012	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BDH7G38	284610M000355579	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDH8E85	284610M000355709	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BDI8D24	284610M000355583	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000355540	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDJ4H49	284610T000008951	30/04/2026	54600	R$ 130,16
BDK9A27	284610M000355666	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BDO8F79	284610M000355720	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BDP0I42	284610M000355599	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDP1A51	284610M000355626	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BDU1J24	284610M000355565	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BDX4B36	284610M000355900	21/04/2026	60503	R$ 293,47
BDX5A65	284610M000355760	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BEC6I35	284610M000355916	21/04/2026	60503	R$ 293,47
BEE9H89	284610M000355941	21/04/2026	60503	R$ 293,47
BEH4A53	284610T000001410	25/04/2026	55414	R$ 195,23
BEH9F20	284610M000355717	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BEP4J27	284610NIC0033013	14/04/2026	50020	R$ 586,94
BEQ9C28	284610M000355878	20/04/2026	56732	R$ 130,16
BER9A62	284610M000355676	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BES1065	284610M000355786	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BES4B10	284610M000355860	20/04/2026	60503	R$ 293,47
BET9C85	284610M000355531	15/04/2026	60503	R$ 293,47
BEW1D66	284610M000355675	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BEW8F81	284610M000355543	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BQS7C99	284610M000355653	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BTV1090	284610M000355803	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BUK9775	284610M000355957	21/04/2026	60503	R$ 293,47
CBD3196	284610M000355515	15/04/2026	60503	R$ 293,47
CDH0088	284610M000355812	19/04/2026	60503	R$ 293,47
CFF8277	284610M000355920	21/04/2026	60503	R$ 293,47
CFF8277	284610M000355853	20/04/2026	60503	R$ 293,47
CHI4327	284610M000355894	21/04/2026	60503	R$ 293,47
CIE8887	284610M000355948	21/04/2026	60503	R$ 293,47
CKU7955	284610NIC0033027	14/04/2026	50020	R$ 586,94
COS2629	284610M000355880	20/04/2026	60503	R$ 293,47
CQR8837	284610M000355649	17/04/2026	60503	R$ 293,47
CRJ4I21	284610M000355474	14/04/2026	60503	R$ 293,47
CSJ5J23	284610M000355731	18/04/2026	60503	R$ 293,47
CVH5978	284610M000355973	21/04/2026	60503	R$ 293,47
CVX5465	284610M000355551	16/04/2026	60503	R$ 293,47

CYV5J69	284610M000355593	16/04/2026	60503	R$ 293,47
DCN0A63	284610T000002080	25/04/2026	70301	R$ 293,47
DCW7466	284610M000355968	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DEE6F74	284610M000355494	15/04/2026	60503	R$ 293,47
DEM1F88	284610M000355845	20/04/2026	60503	R$ 293,47
DEW2E80	284610M000355934	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DFB1075	284610M000355562	16/04/2026	60503	R$ 293,47
DFB1075	284610M000355628	17/04/2026	60503	R$ 293,47
DFB1075	284610M000355835	20/04/2026	60503	R$ 293,47
DFB1075	284610M000355897	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DIN9H84	284610M000355542	16/04/2026	60503	R$ 293,47
DJB8H29	284610M000355969	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DKW2054	284610M000355867	20/04/2026	60503	R$ 293,47
DLW7044	284610M000355905	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DOB1828	284610M000355892	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DOM2693	284610M000355762	19/04/2026	60503	R$ 293,47
DQH2006	284610M000355849	20/04/2026	60503	R$ 293,47
DRY8A50	284610M000355764	19/04/2026	60503	R$ 293,47
DSF5F64	284610M000355899	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DSW1451	284610M000355612	17/04/2026	60503	R$ 293,47
DSW1451	284610M000355544	16/04/2026	60503	R$ 293,47
DTQ8J55	284610M000355705	18/04/2026	60503	R$ 293,47
DTZ4A93	284610M000355823	19/04/2026	60503	R$ 293,47
DUB3G85	284610M000355928	21/04/2026	60503	R$ 293,47
DXC0C29	284610M000355821	19/04/2026	60503	R$ 293,47
EAP4E53	284610M000355547	16/04/2026	56732	R$ 130,16
ECS2785	284610M000355761	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ECS2785	284610M000355800	19/04/2026	60503	R$ 293,47
EFY8963	284610M000355576	16/04/2026	60503	R$ 293,47
EFZ0I76	284610M000355946	21/04/2026	60503	R$ 293,47
EGH2G34	284610T000001409	25/04/2026	55414	R$ 195,23
EGP5797	284610M000355750	19/04/2026	60503	R$ 293,47
EGW3238	284610T000010205	29/04/2026	55920	R$ 130,16
EJB5E81	284610M000355833	20/04/2026	60503	R$ 293,47
EKZ7A34	284610M000355825	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ELG9123	284610M000355655	17/04/2026	60503	R$ 293,47
ENR3032	284610M000355748	18/04/2026	60503	R$ 293,47
EPL2E93	284610M000355527	15/04/2026	56732	R$ 130,16
EPM5E02	284610M000355942	21/04/2026	60503	R$ 293,47
EQY4C85	284610M000355974	22/04/2026	60503	R$ 293,47
ERQ0J82	284610M000355936	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ERQ0J82	284610M000355729	18/04/2026	60503	R$ 293,47
EUK9204	284610M000355516	15/04/2026	60503	R$ 293,47
EUP8G81	284610M000355933	21/04/2026	60503	R$ 293,47
EVB6D26	284610M000355854	20/04/2026	60503	R$ 293,47
EVG1C39	284610M000355646	17/04/2026	60503	R$ 293,47
EWQ3I35	284610M000355517	15/04/2026	60503	R$ 293,47
EWX8D80	284610M000355737	18/04/2026	60503	R$ 293,47
EYM4C30	284610M000355603	17/04/2026	60503	R$ 293,47
EYO5253	284610M000355848	20/04/2026	60503	R$ 293,47
FCP5C47	284610M000355895	21/04/2026	60503	R$ 293,47
FCQ3H46	284610M000355694	18/04/2026	60503	R$ 293,47
FFN3180	284610M000355498	15/04/2026	56732	R$ 130,16
FHF1C05	284610M000355594	16/04/2026	60503	R$ 293,47
FHS2C71	284610M000355511	15/04/2026	56732	R$ 130,16
FJU6G37	284610M000355564	16/04/2026	60503	R$ 293,47
FKT9J23	284610M000355671	17/04/2026	60503	R$ 293,47
FNL1A98	284610M000355795	19/04/2026	60503	R$ 293,47
FOY8A32	284610T000007276	27/04/2026	51851	R$ 195,23
FOY8A32	284610T000007275	27/04/2026	76332	R$ 293,47
FPH1E67	284610NIC0033011	14/04/2026	50020	R$ 260,32
FUE2I11	284610M000355869	20/04/2026	60503	R$ 293,47
FUG0C91	284610M000355736	17/04/2026	60503	R$ 293,47
FVL4I97	284610M000355847	20/04/2026	60503	R$ 293,47
FWL6F91	284610T000007267	26/04/2026	54521	R$ 195,23
FZM2H42	284610M000355896	21/04/2026	60503	R$ 293,47
GAB3H38	284610NIC0033014	14/04/2026	50020	R$ 586,94
GAC4E66	284610M000355742	18/04/2026	60503	R$ 293,47
GDM7I51	284610NIC0033040	14/04/2026	50020	R$ 260,32
GIF1B36	284610M000355598	16/04/2026	60503	R$ 293,47
GJB9C45	284610M000355871	20/04/2026	60503	R$ 293,47
GJV7I29	284610M000355758	19/04/2026	60503	R$ 293,47
GOL5B29	284610T000005441	29/04/2026	51851	R$ 195,23
GSA9J94	284610M000355629	17/04/2026	60503	R$ 293,47
GYX6B49	284610M000355805	19/04/2026	60503	R$ 293,47
HFJ0H91	284610M000355889	20/04/2026	60503	R$ 293,47
HKC8170	284610M000355684	17/04/2026	60503	R$ 293,47
HLH8E71	284610M000355864	20/04/2026	60503	R$ 293,47
HPG7630	284610T000004909	27/04/2026	55680	R$ 195,23
HRB8516	284610T000006329	30/04/2026	50100	R$ 880,41
HRB8516	284610T000006330	30/04/2026	65992	R$ 293,47
HSJ4D95	284610M000355981	22/04/2026	60503	R$ 293,47
HTM3665	284610M000355497	15/04/2026	60503	R$ 293,47
HTM3665	284610M000355506	15/04/2026	60503	R$ 293,47
IHJ1G08	284610M000355730	18/04/2026	60503	R$ 293,47
IKS2G62	284610M000355557	16/04/2026	60503	R$ 293,47
IKS2G62	284610M000355740	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ISU8083	284610NIC0033030	14/04/2026	50020	R$ 586,94
ITI2B88	284610M000355601	16/04/2026	60503	R$ 293,47

IVN5J29	284610M000355467	14/04/2026	60503	R$ 293,47
IXL9I25	284610M000355735	18/04/2026	60503	R$ 293,47
IXR9C59	284610M000355801	19/04/2026	60503	R$ 293,47
JYX9J87	284610M000355838	20/04/2026	60503	R$ 293,47
KGA1I31	284610M000355665	17/04/2026	60503	R$ 293,47
LOP5B73	284610M000355559	16/04/2026	60503	R$ 293,47
LOP5B73	284610M000355554	16/04/2026	60503	R$ 293,47
LPV6C24	284610T000001411	25/04/2026	55414	R$ 195,23
LRM0542	284610M000355602	17/04/2026	60503	R$ 293,47
MCT1696	284610M000355888	20/04/2026	60503	R$ 293,47
MCY1G05	284610M000355496	15/04/2026	56732	R$ 130,16
MDE1265	284610M000355851	20/04/2026	60503	R$ 293,47
MEJ7209	284610M000355784	19/04/2026	60503	R$ 293,47
MFC4F50	284610M000355852	20/04/2026	60503	R$ 293,47
MIC0H60	284610M000355781	19/04/2026	60503	R$ 293,47
MIO0340	284610M000355613	17/04/2026	60503	R$ 293,47
MIP4C46	284610M000355919	21/04/2026	60503	R$ 293,47
MIY4918	284610M000355954	21/04/2026	60503	R$ 293,47
MIZ8G08	284610M000355630	17/04/2026	60503	R$ 293,47
MJF1A27	284610M000355673	17/04/2026	60503	R$ 293,47
MKJ8H37	284610T000006331	30/04/2026	52151	R$ 293,47
MLB4E51	284610M000355882	20/04/2026	60503	R$ 293,47
MQR8A85	284610M000355908	21/04/2026	60503	R$ 293,47
MRJ2I88	284610M000355874	20/04/2026	60503	R$ 293,47
MSN5B54	284610M000355913	21/04/2026	60503	R$ 293,47
NCH7A88	284610T000007268	26/04/2026	55250	R$ 130,16
NFE5025	284610M000355765	19/04/2026	60503	R$ 293,47
NRW5H25	284610M000355509	15/04/2026	60503	R$ 293,47
NSA6I19	284610M000355810	19/04/2026	60503	R$ 293,47
NYW6J09	284610M000355911	21/04/2026	60503	R$ 293,47
OON3E96	284610M000355591	16/04/2026	60503	R$ 293,47
OOQ6G82	284610M000355773	19/04/2026	60503	R$ 293,47
PAS2F00	284610CND0000911	28/03/2026	50292	R$ 880,41
PXO9D19	284610M000355501	15/04/2026	56732	R$ 130,16
PXU6J80	284610M000355819	19/04/2026	60503	R$ 293,47
PYM1520	284610M000355777	19/04/2026	60503	R$ 293,47
PYO5F03	284610M000355876	20/04/2026	60503	R$ 293,47
PYR3H19	284610M000355636	17/04/2026	60503	R$ 293,47
PZS3698	284610M000355670	17/04/2026	60503	R$ 293,47
QAH2D12	284610M000355580	16/04/2026	60503	R$ 293,47
QAU4I23	284610M000355696	18/04/2026	60503	R$ 293,47
QAY6A82	284610M000355604	17/04/2026	60503	R$ 293,47
QIN0B46	284610M000355548	16/04/2026	60503	R$ 293,47
QLN9D41	284610M000355804	19/04/2026	60503	R$ 293,47
QLV2A10	284610M000355519	15/04/2026	60503	R$ 293,47
QMQ0B17	284610M000355469	14/04/2026	60503	R$ 293,47
QNB1F60	284610M000355824	19/04/2026	60503	R$ 293,47
QNK2J32	284610M000355881	20/04/2026	60503	R$ 293,47
QOI2A06	284610M000355691	18/04/2026	60503	R$ 293,47
QPO6J54	284610M000355857	20/04/2026	60503	R$ 293,47
QQB8D34	284610M000355891	20/04/2026	60503	R$ 293,47
QQX5D84	284610M000355610	17/04/2026	60503	R$ 293,47
QTB3B40	284610M000355879	20/04/2026	60503	R$ 293,47
QUI4C01	284610M000355727	18/04/2026	60503	R$ 293,47
QVD5A50	284610NIC0033045	14/04/2026	50020	R$ 586,94
QWV1J34	284610M000355806	19/04/2026	60503	R$ 293,47
RAE5D35	284610M000355614	17/04/2026	60503	R$ 293,47
RFS3E03	284610NIC0033020	14/04/2026	50020	R$ 586,94
RGA5A87	284610M000355606	17/04/2026	60503	R$ 293,47
RHD7A26	284610M000355578	16/04/2026	60503	R$ 293,47
RHD8G13	284610M000355645	17/04/2026	60503	R$ 293,47
RHF3A13	284610M000355488	15/04/2026	60503	R$ 293,47
RHF8J68	284610M000355734	18/04/2026	60503	R$ 293,47
RHH7J22	284610T000008952	30/04/2026	70561	R$ 293,47
RHI3B23	284610NIC0033026	14/04/2026	50020	R$ 260,32
RHQ2G50	284610M000355680	17/04/2026	60503	R$ 293,47
RHQ2G50	284610M000355885	20/04/2026	60503	R$ 293,47
RHQ2G50	284610M000355674	17/04/2026	60503	R$ 293,47
RHS6J73	284610M000355493	15/04/2026	60503	R$ 293,47
RHW9J76	284610NIC0033042	14/04/2026	50020	R$ 586,94
RHX3F27	284610M000355862	20/04/2026	60503	R$ 293,47
RHY0E82	284610M000355840	20/04/2026	60503	R$ 293,47
RHY7G23	284610M000355924	21/04/2026	60503	R$ 293,47
RHY8H49	284610T000010051	25/04/2026	67261	R$ 195,23
RHY8H49	284610T000010052	25/04/2026	66020	R$ 293,47
RHY8H49	284610T000010055	25/04/2026	66700	R$ 195,23
RHY8H49	284610T000010053	25/04/2026	66532	R$ 195,23
RHY8H49	284610T000009700	25/04/2026	65992	R$ 293,47
RIR2G68	284610M000355619	17/04/2026	56732	R$ 130,16
RKW0D70	284610M000355877	20/04/2026	60503	R$ 293,47
RKZ4D06	284610M000355502	15/04/2026	60503	R$ 293,47
RMW2I32	284610M000355713	18/04/2026	60503	R$ 293,47
RMW7B65	284610M000355616	17/04/2026	56732	R$ 130,16
RTS8G02	284610M000355944	21/04/2026	60503	R$ 293,47
RUT2G26	284610M000355921	21/04/2026	60503	R$ 293,47
RVL2D39	284610M000355822	19/04/2026	60503	R$ 293,47
RVP4B95	284610M000355472	14/04/2026	60503	R$ 293,47
RVT8F31	284610M000355945	21/04/2026	60503	R$ 293,47
RWE2B99	284610M000355931	21/04/2026	60503	R$ 293,47

RYM6A36	284610M000355605	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SDP2I94	284610M000355482	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SDP2I94	284610M000355521	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SDQ6G31	284610M000355772	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SDR4G35	284610M000355724	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SDR5E14	284610M000355846	20/04/2026	60503	R$ 293,47
SDX1H49	284610M000355872	20/04/2026	60503	R$ 293,47
SEB1J90	284610NIC0033031	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SEB5I63	284610M000355534	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SEB6A71	284610M000355490	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SED1I88	284610M000355685	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SED2F96	284610M000355587	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SEE1I86	284610M000355983	22/04/2026	60503	R$ 293,47
SEF6J23	284610M000355814	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH0H36	284610M000355747	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH0I72	284610M000355817	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1A91	284610M000355518	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1I51	284610M000355466	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1I51	284610M000355514	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1I51	284610M000355473	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1I51	284610M000355484	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SEH1I51	284610M000355523	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SEI9B54	284610M000355644	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SEJ1J62	284610NIC0033032	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SEK1C02	284610M000355574	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SEP2C02	284610M000355555	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SEQ2I74	284610M000355520	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SEQ5G75	284610NIC0033038	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SET1E83	284610M000355943	21/04/2026	60503	R$ 293,47
SET3C53	284610M000355769	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SEU0F13	284610T000010203	29/04/2026	73400	R$ 130,16
SEU0F13	284610T000010204	29/04/2026	76842	R$ 130,16
SEW2B69	284610NIC0033043	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SEZ0G70	284610M000355657	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SFA4J23	284610M000355797	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SFB3J82	284610M000355863	20/04/2026	60503	R$ 293,47
SFB6H96	284610NIC0033016	14/04/2026	50020	R$ 260,32
SFB6H96	284610NIC0033015	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SFG7B52	284610M000355553	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SFI4B85	284610M000355963	21/04/2026	60503	R$ 293,47
SFJ1G01	284610M000355732	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SFJ3H48	284610M000355683	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SFK8E97	284610M000355558	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SFL5A83	284610M000355718	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SFM2E12	284610M000355634	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SFO6E32	284610M000355480	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SFO8B77	284610M000355952	21/04/2026	60503	R$ 293,47
SJF4B48	284610T000001712	27/04/2026	76332	R$ 293,47
SLX9A47	284610M000355775	19/04/2026	60503	R$ 293,47
SMC7H26	284610M000355582	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SME6A64	284610NIC0033021	14/04/2026	50020	R$ 586,94
SSR7E24	284610M000355706	18/04/2026	60503	R$ 293,47
STL1C41	284610T000007265	26/04/2026	54521	R$ 195,23
STO3J97	284610M000355661	17/04/2026	60503	R$ 293,47
STT9D88	284610M000355883	20/04/2026	60503	R$ 293,47
STY0E95	284610M000355572	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SVM7D23	284610M000355586	16/04/2026	60503	R$ 293,47
SXO5B52	284610M000355658	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SYT7A61	284610M000355901	21/04/2026	60503	R$ 293,47
SYX6E64	284610M000355699	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TAL5G98	284610M000355503	15/04/2026	60503	R$ 293,47
TAP4G25	284610M000355949	21/04/2026	60503	R$ 293,47
TAQ3G56	284610M000355776	19/04/2026	60503	R$ 293,47
TAQ7H13	284610NIC0033033	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TAR6D45	284610M000355782	19/04/2026	60503	R$ 293,47
TAS0I09	284610T000010206	29/04/2026	60501	R$ 293,47
TAV7F49	284610M000355508	15/04/2026	60503	R$ 293,47
TAV7I57	284610NIC0033010	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TAX3D92	284610NIC0033022	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TBE5G59	284610NIC0033024	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TBE9A64	284610M000355955	21/04/2026	60503	R$ 293,47
TBF8C04	284610M000355533	15/04/2026	60503	R$ 293,47
TBF8C04	284610M000355681	17/04/2026	60503	R$ 293,47
TBH2C46	284610M000355725	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TBI7I46	284610M000355479	14/04/2026	60503	R$ 293,47
TBK3J46	284610M000355631	17/04/2026	60503	R$ 293,47
TBL9A43	284610M000355744	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TBM6H89	284610M000355710	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TBM8F27	284610M000355842	20/04/2026	60503	R$ 293,47
TBP1F46	284610NIC0033041	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TBP3C72	284610M000355976	22/04/2026	60503	R$ 293,47
TBR6F06	284610M000355739	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TBT3A92	284610M000355500	15/04/2026	60503	R$ 293,47
TBU4E76	284610M000355972	21/04/2026	60503	R$ 293,47
TBW2H76	284610M000355923	21/04/2026	60503	R$ 293,47
TBX4E51	284610M000355829	20/04/2026	60503	R$ 293,47
TBY9A28	284610NIC0033028	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TBZ2I47	284610M000355716	18/04/2026	60503	R$ 293,47
TDH3I31	284610M000355759	19/04/2026	60503	R$ 293,47

TDT3F78	284610NIC0033017	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TDZ1A78	284610M000355678	17/04/2026	60503	R$ 293,47
TEP2J10	284610NIC0033046	14/04/2026	50020	R$ 586,94
TJC4H19	284610M000355796	19/04/2026	60503	R$ 293,47
TKP3I90	284610M000355609	17/04/2026	60503	R$ 293,47
TKQ2G27	284610M000355688	17/04/2026	60503	R$ 293,47
UAT4G77	284610M000355728	18/04/2026	60503	R$ 293,47
UAU5A41	284610M000355947	21/04/2026	60503	R$ 293,47
UAU5A41	284610M000355668	17/04/2026	60503	R$ 293,47
UAV5C29	284610M000355487	15/04/2026	60503	R$ 293,47
UBB0H14	284610M000355478	14/04/2026	60503	R$ 293,47
UBE1I07	284610M000355938	21/04/2026	60503	R$ 293,47
UBE1I33	284610M000355768	19/04/2026	60503	R$ 293,47
UBE5I73	284610M000355552	16/04/2026	60503	R$ 293,47
UBK1D32	284610M000355939	21/04/2026	60503	R$ 293,47
UBL6G50	284610M000355907	21/04/2026	60503	R$ 293,47
UBP5J18	284610M000355807	19/04/2026	60503	R$ 293,47
UBR3J31	284610M000355692	17/04/2026	60503	R$ 293,47
UGN9F59	284610M000355608	17/04/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:2BD53C21

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260709_185289

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABC8J65	284610T000009511	30/04/2026	66532	R$ 195,23
AKH5H05	284610T000010224	30/04/2026	51851	R$ 195,23
ALN7669	284610T000010216	30/04/2026	51851	R$ 195,23
ALX5733	284610T000010215	30/04/2026	51851	R$ 195,23
AMK0G91	284610T000010211	30/04/2026	73400	R$ 130,16
AMK0G91	284610T000010212	30/04/2026	76842	R$ 130,16
ASH2064	284610T000010214	30/04/2026	76842	R$ 130,16
ASH2064	284610T000010213	30/04/2026	73400	R$ 130,16
AUE3I91	284610T000010223	30/04/2026	76842	R$ 130,16
AVW2576	284610T000010222	30/04/2026	70721	R$ 293,47
AZL6A30	284610T000010209	30/04/2026	76332	R$ 293,47
AZL6A30	284610T000010210	30/04/2026	70301	R$ 293,47
DYA1J22	284610T000010220	30/04/2026	51851	R$ 195,23
GSV4084	284610T000010221	30/04/2026	51851	R$ 195,23
KQX0I66	284610T000010218	30/04/2026	51851	R$ 195,23
SEJ3A88	284610T000002092	04/05/2026	66531	R$ 195,23
SIT9E09	284610T000010217	30/04/2026	61220	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:B61CA1CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.121/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE E VIAÇÃO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Transporte e Viação, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
973049	*Adriano Aparecido de Oliveira*	*Mecanico II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
972843	*Adriano José Siqueira*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
972823	*Alexandre Antônio dos Santos*	*Motorista*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*

10891	*Alexandre Azevedo de Oliveira*	*Mecânico II*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
14921	*Agelson Lopes Fortes*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho em Regime de Sobreaviso (30%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 80%*
15261	*Antonio Ferreira da Silva*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
14221	*Charles Andrey Ribeiro*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
10911	*Edison Rodrigues de Brito*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
11331	*José Alexandre Silva*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
13801	*Luiz Xavier de Macedo*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
14001	*Oberdam Vinicius Correa*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
3571	*Paulo Sergio Constante*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
10901	*Robson Alexandre Ribeiro*	*Motorista de Caminhao*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
972844	*Robson Ribeiro Carvalho*	*Operador de Máquinas II*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
14241	*Soleni de Jesus Brugger*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:0A9E02AB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.122/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal Saúde, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	Nome	Cargo	Percentual sobre o salário base
9681	Aguinaldo Ribeiro	Motorista de Ônibus	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
972822	Álvaro Batista Fernandes	Motorista	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
10131	Carlos de Almeida	Agente Comunitário	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)
10361	*Carlos Roberto de Carvalho*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
9521	Celso Rodrigues Medeiros	Motorista de Automóvel	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
972859	Dino Cesar Antunes	Motorista	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
972845	Everaldo Carneiro Ramos	Motorista	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
972957	Flavio Felix da Silva	Motorista	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)
972813	Henrique da Silva Cabelin	*Executor de Serviços Gerais*	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)
4621	Janice Aparecida Constante	Auxiliar de Enfermagem	Trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
10981	João Batista Cabelin	Motorista de Ônibus	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
14251	José Paulo Ribeiro	Motorista de Ônibus	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
14201	Laura Benedita Nalesso Santos	Farmacêutica	Trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso (30%)
972824	*Maicon Willian Pereira*	*Motorista*	*Trabalho em Regime de Sobreaviso (30%)*
14211	Marcos Leandro de Carvalho	Motorista de Automóvel	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
4061	Marcos Antônio Mauricio	Motorista de Caminhão	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso

9511	Mario Wilson Goncalves	Motorista de Automóvel	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso

5081	Nery Pedro da Luz	Motorista de Ônibus	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
9451	Odirleia Rodriguess de Oliveira	Agente Sanitário	Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)
14081	Rafael Aparecido Nazario	Motorista de Automóvel	80% (oitenta por cento) sobre o seu salário base, sendo 50% (cinquenta por cento) em razão da necessidade de trabalho fora do horário Habitual da Unidade Administrativa, mais 30% (trinta por cento) em razão da necessidade do trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso
18791	Rene Aparecido Pereira Junior	Agente Comunitário de Saúde	Trabalho em Regime de Escala ou Sobreaviso (30%)

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:DC49FCB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5.125/2026

SÚMULA: CONCEDE TIDE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme seus respectivos cargos e porcentagens.

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir de 01/07/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
15021	*Ademir Indalécio Domingues*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
972841	*Clerio Gomes da Silva*	*Almoxarife*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
13851	*Edi Wilson Santos*	*Operador de Máquinas I*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
12401	*Edson José Malaquias*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
15371	*Elieber Carneiro Fernandes*	*Guardião*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
972832	*Eloir Alves Custodio*	Motorista	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
10961	*Emanoel Moura Costa*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho sob Regime de Plantão (20%) e Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%), totalizando em 70%*
14991	*Ezequiel Paião*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
12121	*Ivonir Deppa*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
15461	*Jorge Seremeta*	*Guardião*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
972817	*Lucas Barbosa de Oliveira*	Executor de Servicos Gerais	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*
15131	*Luciano de Souza*	*Executor de Serviços Gerais*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%)*
12161	*Odair José Candido*	*Motorista de Caminhão*	*Trabalho Fora do Horário Habitual da Unidade Administrativa (50%) e Trabalho em regime de Escala ou Sobreaviso (30%), totalizando em 80%*

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:3FBF6A80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 160, DE 15 DE JULHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
05.010.12.361.0005.2.028		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACCAO DO DEPARTAMENTO.	
79 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.050		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA ATRAVES DO CRAS.	
148 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
06.040		DIVISAO DE FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
06.040.08.243.0010.6.052		MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR.	
167 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
06.040.08.243.0010.6.053		MANUTENCAO DA CASA LAR	
172 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.500,00
Total Suplementação:			37.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.020		DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCACAO INFANTIL	
05.020.12.361.0005.2.035		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
90 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06		DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.030		DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL BASICA - FUNDO DE ASSITENCIA SOCIAL	
06.030.08.244.0009.2.049		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA E ESPECIAL	
142 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.500,00
06.030.08.244.0009.2.050		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO SOCIAL BASICA ATRAVES DO CRAS.	
154 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
Total Redução:			37.500,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 15 de julho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:5E1A30F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 154/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **CARLOS RENATO MAZUTI 07187697910, CNPJ 35.805.495/0001-00** com endereço na AVENIDA CANDIDO BETHIER FORTES, 965 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por CARLOS RENATO MAZUTI ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 071.876.979-10, com domicilio na RUA RODRIGO AYRES DO OLIVEIRA, 741 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 37/2026, objetivando a **Registro de preço para compra de materiais de expediente e material de consumo.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, fica incluído à Ata de Registro de Preços nº 154/2026, os seguintes itens abaixo:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 127 - Lote 127	1	53731	PAPEL CAMURÇA TAMANHO MINIMO: 40 X 60 CM, 100 G/M2, CORES VARIADAS Cor a ser definida no momento da emissão da requisição de empenho.	VMP	UNID	650,00	1,61	1.046,50
LOTE: 129 - Lote 129	1	61372	PAPEL CASCA DE OVO Especificações mínimas: formato: A4 210x297mm, gramatura: 180 g/m², caixa com 50 folhas. cores a escolher.	MASTERPRINT	CX	120,00	14,58	1.749,60
LOTE: 131 - Lote 131	1	53735	PAPEL CREPOM TAMANHO MINIMO: 48 CM X 2M, CORES VARIADAS Cor a ser definida no momento da emissão da requisição de empenho.	RIDET	UNID	1.010,00	1,72	1.737,20
LOTE: 132 - Lote 132	1	53736	PAPEL DOBRADURA TAMANHO MINIMO: 48 X 60 CM, CORES VARIADAS Cor a ser definida no momento da emissão da requisição de empenho.	VMP	UNID	550,00	0,44	242,00
LOTE: 136 -	1	53739	PAPEL LAMINADO TAMANHO MINIMO48	VMP	UNID	650,00	2,08	1.352,00

Lote 136			X 60 CM CORES VARIADAS Cor a ser definida no momento da emissão da requisição de empenho.					
LOTE: 141 - Lote 141	1	53745	PAPEL VERGÊ Especificações mínimas: formato: a4 210x297mm, gramatura: 180 g/m², caixa com 50 folhas. Cor a ser definida no momento da emissão da requisição de empenho.	MASTERPRINT	CX	115,00	14,00	1.610,00

CLAUSULA TERCEIRA: Fica aditivado à Ata de Registro de Preços o valor de R$ 7.737,30 (Sete mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 154/2026 de 07/05/2026.

Terra Rica-Pr, 06/07/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***CARLOS RENATO MAZUTI***
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:AAAE494F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 041/2026

LEI Nº 041/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento-programa do Município de Terra Rica, para o exercício de 2026.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 4.257.300,00 (Quatro Milhões, Duzentos e Cinquenta e Sete Mil e Trezentos Reais)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0011.2065	Gestão das Políticas da Secretaria de Administração	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
275	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	61.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
285	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.300,00
03.004	DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO	
04.122.0022.1163	Aquisição de Veículo Administração	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
03.008	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS	
04.129.0011.2076	Gestão de Pessoal da Divisão de Fiscalização e Tributos	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
665	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	125.300,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.001	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
12.122.0008.2058	Gestão de Pessoal e Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação.	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
695	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
940	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
04.003	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.306.0006.2027	Fornecimento de Merenda a Educandos - Infantil	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00

04.005	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
12.366.0005.2023	Manutenção do FUNDEB 70% PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1415	00101-Fundeb 60%	150.000,00
04.007	DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	
12.306.0006.2025	Fornecimento de Merenda a Educandos- Fundamental	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	466.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001	GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	
10.122.0014.2103	Gestão e manutenção da Saúde - Administração Geral	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1665	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	121.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1685	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	12.000,00
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
1985	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	390.000,00
10.302.0030.2091	Gestão e Manutenção do Hospital Municipal	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2360	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.300.000,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2005	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.302.0030.2091	Gestão e Manutenção do Hospital Municipal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2370	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	210.000,00
10.302.0030.2090	Gestão e Manutenção dos Serviços Especializados em Saúde	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2335	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	250.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2340	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	126.000,00
10.303.0012.2083	Atendimento a Assistência Farmacêutica	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2500	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	25.000,00
10.302.0030.2090	Gestão e Manutenção dos Serviços Especializados em Saúde	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2355	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	40.000,00
	SUBTOTAL	2.524.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0024.2036	Atendimento e Manutenção no Eixo da Proteção Social Básica -PSB- Indivíduos e Famílias	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
08.243.0027.2055	Manutenção e Atendimento PSE-Alta e Média Complexidade -Proteção Social Criança e Adolescente	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
3405	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3415	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3425	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3355	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
08.243.0027.2055	Manutenção e Atendimento PSE-Alta e Média Complexidade -Proteção Social Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3435	00971-BB 25584-X PAS PISO UNICO FTE 971	10.000,00
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3385	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
	SUBTOTAL	266.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0018.2128	Consórcio CINDEPAR	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4531	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.452.0018.2132	Manutenção da Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
4615	00000-Recursos Ordinários (Livres)	84.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	46.000,00
15.451.0018.2128	Consórcio CINDEPAR	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4536	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
15.452.0018.2132	Manutenção da Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4645	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.003	DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0018.2144	Manutenção da Divisão de Limpeza Publica	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4675	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4730	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	400.000,00
	SUBTOTAL	700.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
12.002	DIVISÃO DO ESPORTE	
27.812.0019.2124	Gestão e Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	146.000,00
27.812.0019.2125	Manutenção e Conservação do Ginásio de Esportes Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	176.000,00
	TOTAL	4.257.300,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 4.257.300,00

Art. 3º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no art. 1º desta Lei, será utilizado cancelamento no valor de **R$ 4.257.300,00 (Quatro Milhões, Duzentos e Cinquenta e Sete Mil e Trezentos Reais)** nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0011.2060	Gestão de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
30	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
02.004	DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVÍL	
06.182.0011.2062	Gestão de Pessoal do Departamento da Defesa Civil	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
145	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
165	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
02.006	JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	
05.153.0011.2158	Gestão de Pessoal do Setor de Junta Militar	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
215	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
225	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	23.500,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0011.2064	Gestão de Pessoal do Gabinete do Secretário de Administração	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
245	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
03.002	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0011.2065	Gestão das Políticas da Secretaria de Administração	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
350	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	170.000,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
395	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	150.000,00
04.122.0011.1160	Aquisição/Desapropriação de Terreno/Imóvel - Administração	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
03.003	DIVISÃO DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO	
04.122.0011.2159	Gestão de Pessoal do Setor de Engenharia e Planejamento	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
425	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
03.004	DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO	
04.122.0011.2068	Gestão de Pessoal da Divisão de Compras, Licitação e Patrimônio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
04.122.0022.1162	Construção, Reforma e/ou ampliação de prédios Públicos	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
485	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
03.006	DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	
04.121.0011.2063	Gestão de Pessoal da Divisão de Contabilidade e Orçamento	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
525	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
535	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
03.008	DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS	
04.129.0011.2076	Gestão de Pessoal da Divisão de Fiscalização e Tributos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
645	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	

655	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	568.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.001	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
12.122.0008.2058	Gestão de Pessoal e Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação.	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
700	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
14.422.0008.2039	Apoio as Atividades dos Conselhos Municipais - Educação	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.122.0008.1151	Construção, Reforma e/ou ampliação de prédios Públicos -Educação	
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
685	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
04.003	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.0007.2034	Manutenção do FUNDEB 70 % - Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1295	00101-Fundeb 60%	150.000,00
04.008	DIVISÃO DE CULTURA	
13.392.0004.1015	Construir, ampliar e/ou reformar imóveis da Divisão de Cultura	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1585	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	189.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001	GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	
10.122.0014.2103	Gestão e manutenção da Saúde - Administração Geral	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1675	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1690	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2081	Gestão de Pessoal Agente Comunitário de Saúde	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2125	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.000,00
10.303.0012.2084	Atendimento à Consórcio - Farmácia	
3.3.72.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2525	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
10.302.0030.2094	Manutenção do Atendimento Via Consórcio de Saúde	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2485	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	200.000,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1900	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2055	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	160.000,00
10.302.0030.2093	Manutenção da Unidade de Hemodiálise Municipal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2460	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	200.000,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1910	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.302.0030.2091	Gestão e Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2410	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1915	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2105	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	129.000,00
10.302.0030.2091	Gestão e Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2415	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.302.0030.2093	Manutenção da Unidade de Hemodiálise Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2465	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.439.000,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
2120	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
10.302.0030.2091	Gestão e Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2435	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	8.000,00
10.301.0014.1088	Construção/Reforma e/ou Ampliação de Postos de Saúde	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2285	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.301.0012.1173	Aquisição de Equipamentos para Atenção Básica	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1810	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.000,00
10.302.0030.1097	Aquisição de Veículo de Média e Alta Complexidade	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2330	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.304.0015.2099	Gestão e Manutenção da Vigilância Sanitária	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2645	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.122.0014.1102	Aquisição/desapropriação de Terrenos/imóvel - Saúde	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
1785	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
	SUBTOTAL	2.549.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0026.2047	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2825	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2845	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
08.122.0026.1051	Construção/Reforma e/ou ampliação - Assistência Social	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2815	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0024.2036	Atendimento e Manutenção no Eixo da Proteção Social Básica -PSB- Indivíduos e Famílias	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2985	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
08.245.0024.2037	Atendimento e Manutenção no Eixo da Proteção Social Especial -PSE- Indivíduos e Famílias	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3105	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.245.0024.2036	Atendimento e Manutenção no Eixo da Proteção Social Básica -PSB- Indivíduos e Famílias	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3045	00971-BB 25584-X PAS PISO UNICO FTE 971	10.000,00
08.482.0025.1043	Construção/Ampliação /Reforma de Unidades Habitacionais de Interesse Social	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
08.245.0026.1050	Aquisição de veículo - Assistência Social	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3185	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
08.122.0026.1048	Aquisição /Desapropriação de Terrenos/Imóveis-Assistência Social	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
2915	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.1056	Construção de uma quadra esportiva - Assistência	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
06.004	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08.241.0001.1031	Construção, Reforma, e/ou ampliação - Centro de Convivência	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	258.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
07.003	DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
23.691.0029.2113	Manutenção da Divisão de Industria e Comercio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3935	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
22.661.0029.1042	Infraestrutura Industrial	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3915	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	
08.003	DIVISÃO DE LAZER	
27.813.0013.1140	Revitalização de Praças	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	56.200,00
08.004	DIVISÃO DE TURISMO	
23.695.0013.2121	Gestão e Manutenção da Divisão de Turismo	
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
4340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
23.695.0013.1108	Infraestrutura no Turismo e Lazer	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
	SUBTOTAL	96.200,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0018.1166	Reforma/Ampliação no Cemitério e Capela Mortuária	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4505	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
10.003	DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0018.2144	Manutenção da Divisão de Limpeza Publica	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
4670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
10.004	DIVISÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	
26.782.0018.2145	Manutenção da Divisão de Maquinas e Veiculo	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4775	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4785	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.451.0018.1106	Construção e/ou Reforma Do Almoxarifado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4760	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	30.000,00
26.782.0018.1105	Compra de Máquinas, Equipamentos Rodoviários e Veículos Leves	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4765	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	145.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
11.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
04.122.0017.2122	Manutenção da Secretaria de Administração Distrital	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	

4915	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4960	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	50.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
12.002	DIVISÃO DO ESPORTE	
27.812.0019.2124	Gestão e Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
5115	00000-Recursos Ordinários (Livres)	26.600,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
27.812.0019.2125	Manutenção e Conservação do Ginásio de Esportes Municipal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5185	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
27.812.0019.1154	Construção e/ou reforma de quadras, campos e áreas para práticas esportivas	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5105	00000-Recursos Ordinários (Livres)	52.000,00
27.812.0019.1167	Vila Olímpica	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	218.600,00
	TOTAL	4.257.300,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 4.257.300,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações necessárias no Plano Plurianual - PPA (Lei nº 068/2025) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 072/2025), compatibilizando-as com as alterações promovidas por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE JULHO DE 2026 (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:518A9650

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 042/2026

LEI Nº 042/2026

SÚMULA: AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento do município de Terra Rica, para o exercício de 2026.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 342.000,00 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil Reais)** nas seguintes dotações:

Crédito Adicional Especial		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica - PAB	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
2123	72494-CEF-575829703-4 CUSTEIO PAP - PROPOSTA 63000739300202600	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E APOIO AO PRODUTOR	
13.002	DIVISÃO DE AGRICULTURA E APOIO AO PRODUTOR	
20.606.0016.2141	Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
5305	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5315	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
13.004	DIRETOR DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0020.2146	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
18.541.0020.2148	Apoio a Instituições do Terceiro Setor - Associação Amigos dos Animais de Terra Rica	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
5555	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
18.541.0020.2130	Arborização Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5565	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
18.541.0020.2165	Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5575	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	312.000,00
	TOTAL	342.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 342.000,00

Art. 3º - Para fazer face ao Crédito Adicional Especial autorizado no art. 2º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de **R$ 342.000,00 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil Reais)**, conforme discriminado nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica - PAB	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2119	72494-CEF-575829703-4 CUSTEIO PAP - PROPOSTA 63000739300202600	30.000,00
17.512.0015.1101	Ampliação da Rede de Esgoto	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
10.122.0014.1102	Aquisição/desapropriação de Terrenos/imóvel - Saúde	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
1785	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
	SUBTOTAL	190.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0026.2047	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2825	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E APOIO AO PRODUTOR	
13.001	GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0016.2120	Fomento a Piscicultura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5595	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.002	DIVISÃO DE AGRICULTURA E APOIO AO PRODUTOR	
20.606.0016.2141	Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.606.0016.2119	Fomento à Produção Agrícola	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
13.004	DIRETOR DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0020.2146	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	62.000,00
	TOTAL	342.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 342.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações necessárias no Plano Plurianual - PPA (Lei nº 068/2025) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 072/2025), compatibilizando-as com as alterações promovidas por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 15 de julho de 2026 (15/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:F6F69FA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4675

DECRETO Nº.4675/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2296 de 15 de Julho de 2026.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.037.000,00 (um milhão, trinta e sete mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	11	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.1050.2006 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	50.000,00
Suplementar	12	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.1050.2006 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	15.000,00
Suplementar	124	Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social	**6.1.14.243.1450.2011 - Garantia da Estrutura e Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	10.000,00
Suplementar	248	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.4.122.1300.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	25.000,00
Suplementar	326	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	300.000,00
Suplementar	329	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	50.000,00
Suplementar	330	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) -E.C.	30.000,00
Suplementar	389	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) -E.C.	180.000,00
Suplementar	392	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividadesem Saúde Sanitária**	20.000,00
			319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) -E.C.	
Suplementar	446	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	30.000,00
Suplementar	489	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	100.000,00
Suplementar	497	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	20.000,00
Suplementar	50	Secretaria Municipal de Planejamento	**3.1.4.121.1050.2007 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	12.000,00
Suplementar	560	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	100.000,00
Suplementar	728	Secretaria Municipal de Agropecuária	**11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Suplementar	751	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	**12.1.15.122.1350.2050 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	60.000,00
Suplementar	79	Secretaria Municipal da Fazenda	**5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	5.000,00
Suplementar	841	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial** 319007 - Contribuições a entidades fechadas de previdência **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	150	Fundo Municipal de Assistência Social	**6.2.8.244.1450.2015 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	179	Fundo Municipal de Assistência Social	**6.2.8.244.1450.2018 - Manutenção das Atividades do CREAS** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoalcivil	200.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	289	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde** 339030 - Material de consumo **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	298	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde** 339034 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	100.000,00
Anulação Dotação	303	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	150.000,00
Anulação Dotação	304	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00

Anulação Dotação	376	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.303.1300.2029 - Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica** 337232 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita **Vínculo:** 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00
Anulação Dotação	379	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.303.1300.2029 - Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica** 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	57.000,00
Anulação Dotação	442	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	250.000,00
Anulação Dotação	849	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	**10.1.18.541.1350.2043 - Manutenção do departamento do Centro de Controle Animal** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 15 de Julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:9F4E0184

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 2295

LEI ORDINARIA Nº 2295/2026

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional	
Suplementar	
6.2.8.244.1450.2015 - Manutenção das Atividades do CRAS	
319113 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Suplementar	
2.1.4.122.1050.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	300.000,00
Suplementar	
7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	
8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Suplementar	
4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Suplementar	
4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	
319113 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	
8.2.13.392.1150.2040 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura	
319113 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	
10.1.18.122.1350.2042 - Manutenção da Secretaria do meio Meio Ambiente	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	35.000,00
Suplementar	
13.1.26.782.1350.2052 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Viário	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso	
Anulação Dotação	
2.1.4.122.1050.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	
319113 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
4.1.4.122.1050.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	
339040 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	625.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 15 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:19334268

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 2296

LEI ORDINARIA Nº 2296/2026

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte
LEI:
Art. 1º - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.037.000,00 (um milhão, trinta e sete mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional	
Suplementar	
2.1.4.122.1050.2006 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	
2.1.4.122.1050.2006 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	
6.1.14.243.1450.2011 - Garantia da Estrutura e Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Suplementar	
7.1.4.122.1300.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	25.000,00
Suplementar	
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	300.000,00
Suplementar	
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Suplementar	
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	30.000,00
Suplementar	
7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	180.000,00
Suplementar	
7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	20.000,00
Suplementar	
8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	30.000,00

Suplementar	
8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	100.000,00
Suplementar	
8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
319113 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	20.000,00
Suplementar	
3.1.4.121.1050.2007 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	12.000,00
Suplementar	
8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	100.000,00
Suplementar	
11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Suplementar	
12.1.15.122.1350.2050 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	60.000,00
Suplementar	
5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda	
319013 - Contribuições patronais	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	5.000,00
Suplementar	
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial	
319007 - Contribuições a entidades fechadas de previdência	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso	
Anulação Dotação	
6.2.8.244.1450.2015 - Manutenção das Atividades do CRAS	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
6.2.8.244.1450.2018 - Manutenção das Atividades do CREAS	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	200.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde	
339030 - Material de consumo	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde	
339034 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	100.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde	
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	150.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde	
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.303.1300.2029 - Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica	
337232 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00
Anulação Dotação	
7.1.10.303.1300.2029 - Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica	
339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	57.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00101 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	250.000,00
Anulação Dotação	
10.1.18.541.1350.2043 - Manutenção do departamento do Centro de Controle Animal	
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 15 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:E8AA2F67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PLANO DE AÇÃO - PROJETO AMPLIAÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL

Projeto - Ampliação da Biblioteca Municipal - Melhoria do Acesso às Ações Culturais 13/07/2026	
Código:	104127
Edital Nº:	09/2026
Esfera Administrativa:	SEEC - Secretaria de Estado da Cultura
Modalidade:	Fundo a Fundo
Titulo:	Ampliação da Biblioteca Municipal - Melhoria do Acesso às Ações Culturais
Proponente:	Jefferson Rocha de Lima - Pessoa Física - CPF: 075.xxx.xxx-01
E-mail:	jefferson.lima@tijucasdosul.pr.gov.br
Contato:	(41)98880-0066

Identificação

Título: Ampliação da Biblioteca Municipal - Melhoria do Acesso às Ações Culturais
Abrangência: Paraná
Faixa Orçamentária: Faixa Única - R$ 1,00 - R$ 40.000.000,00
Áreas do Projeto: Inciso 1 - Programas e Políticas Públicas de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

Categorias do Projeto - Área Inciso 1 - Programas e Políticas Públicas de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

Reforma/Adequação de imóveis não tombados

Apresentação

O presente projeto propõe a ampliação e qualificação da Biblioteca Pública Municipal Manoel Marcílio de Oliveira, no município de Tijucas do Sul – PR, com o objetivo de fortalecer este equipamento como espaço estratégico de acesso à leitura, à cultura, à informação e à formação cidadã. Atualmente, a biblioteca apresenta limitações estruturais significativas, decorrentes do crescimento do acervo e do aumento da demanda por serviços, o que compromete a organização dos materiais, a acessibilidade e a realização de atividades culturais e educativas.

A proposta consiste na execução de obra de engenharia para ampliação da edificação existente, contemplando a criação de novos ambientes de leitura e estudo, implantação de espaços técnicos e administrativos, adequações de acessibilidade e modernização da infraestrutura elétrica e de dados. A solução foi definida a partir de estudo técnico que apontou a ampliação como alternativa mais viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, permitindo o aproveitamento da estrutura existente e a otimização dos recursos públicos.

Para além da intervenção física, o projeto visa transformar a biblioteca em um ambiente dinâmico, multifuncional e alinhado às demandas contemporâneas, ampliando a utilização do espaço por meio da incorporação de novos recursos tecnológicos. A proposta prevê a criação de condições adequadas para a implementação de soluções digitais, atividades formativas mediadas por tecnologia, acesso ampliado à informação e desenvolvimento de iniciativas voltadas à cultura digital e à economia criativa, o que exige infraestrutura compatível e organização funcional do ambiente.

Dessa forma, a biblioteca passa a se configurar como um polo de inovação cultural, apto a sediar atividades formativas, ações culturais, oficinas e iniciativas voltadas à economia criativa, ampliando seu papel no desenvolvimento cultural local. O projeto contribui diretamente para a democratização do acesso à cultura, o incentivo à leitura e o fortalecimento das políticas públicas culturais no município.

A iniciativa encontra-se alinhada ao planejamento municipal e às diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), tendo sido validada em instância participativa junto ao Conselho Municipal de Cultura. Também dialoga com os objetivos do Programa de Apoio aos Municípios Criativos, ao promover a qualificação de infraestrutura cultural, estimular a criatividade e fomentar o desenvolvimento territorial sustentável.

Como resultados esperados, destacam-se a ampliação do atendimento à população, a melhoria das condições de uso e conservação do

acervo, a incorporação de recursos tecnológicos, o fortalecimento das ações culturais e educativas e a valorização da biblioteca como equipamento público essencial. Trata-se, portanto, de uma intervenção estruturante, com impacto direto na qualidade dos serviços culturais ofertados e no desenvolvimento social e cultural do município.

Objetivos

Tipo	Descrição
Objetivo Geral Sigla: G	Promover a ampliação e modernização da Biblioteca Pública Municipal Manoel Marcílio de Oliveira, por meio da requalificação de sua infraestrutura física e tecnológica, garantindo acessibilidade, melhor organização do acervo e ampliação do atendimento à população, ao mesmo tempo em que fortalece seu papel como equipamento cultural estratégico. O projeto visa qualificar o espaço para leitura, estudo, formação cidadã e atividades culturais, incorporando recursos tecnológicos que possibilitem ações de cultura digital e inclusão, além de consolidar a biblioteca como polo de inovação e fomento à economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento cultural, social e territorial do município e para a eficiência das políticas públicas culturais.
Objetivo Específico Sigla: E	Ampliação da infraestrutura física, que terá como impacto a ampliação efetiva da área útil da biblioteca, a melhoria das condições de uso do espaço e a qualificação dos ambientes para atendimento adequado à população, contribuindo para a consolidação do equipamento como estrutura cultural capaz de sustentar o desenvolvimento contínuo de atividades culturais e educativas no município. Implementação de espaços de leitura e estudo, que resultará na disponibilização de ambientes apropriados e confortáveis para os usuários, promovendo o aumento da permanência e freqüência do público, além da diversificação dos perfis atendidos e o fortalecimento da cultura de leitura. Estruturação de áreas técnicas, que impactará diretamente na organização, conservação e gestão do acervo, reduzindo riscos de danos e perdas, além de garantir maior eficiência na disponibilização dos materiais e na preservação do patrimônio bibliográfico municipal.

	Modernização tecnológica, que proporcionará a instalação de infraestrutura adequada para suporte a equipamentos e serviços digitais, ampliando o acesso à informação e permitindo a utilização de tecnologias no ambiente da biblioteca, alinhando o espaço às demandas contemporâneas. Implementação de espaço para cultura digital, resultando na criação de ambiente dedicado ao uso de tecnologias e ao desenvolvimento de atividades inovadoras, favorecendo a realização de ações formativas e a ampliação do acesso à cultura digital. Ampliação do atendimento ao público, impactando na capacidade de acolhimento dos usuários, promovendo maior alcance dos serviços oferecidos, ampliação da diversidade de público atendido e fortalecimento da biblioteca como referência de acesso à cultura e à informação no território. Realização de atividades culturais, que contribuirá para a ativação contínua do espaço com programações regulares, promovendo o engajamento da comunidade e fortalecendo a dinâmica cultural local. Fomento à leitura, resultando na ampliação de ações de incentivo, estimulando o interesse da população, promovendo o uso do acervo e contribuindo para a formação de leitores e o fortalecimento da educação cultural. Inclusão tecnológica, com oferta de acesso a recursos digitais, ampliando oportunidades de aprendizado e contribuindo para a redução das desigualdades no acesso à informação e às tecnologias. Fomento à economia criativa com a realização de atividades voltadas à produção cultural, estimulando iniciativas criativas, fortalecendo agentes culturais locais e contribuindo para o desenvolvimento do setor cultural. Melhoria da acessibilidade, garantindo a adequação do espaço às normas técnicas, promovendo acesso universal, inclusão de pessoas com deficiência e consolidação da biblioteca como espaço público democrático. Qualificação do equipamento cultural, resultando na melhoria geral das condições de funcionamento da biblioteca, ampliando a eficiência dos serviços prestados, valorizando o patrimônio público e fortalecendo as políticas culturais no município.

Justificativa

A proposta de ampliação e qualificação da Biblioteca Pública Municipal Manoel Marcílio de Oliveira justifica-se pela necessidade de superar limitações estruturais que comprometem o pleno funcionamento do equipamento, restringindo o acesso da população à leitura, à informação e às atividades culturais. O crescimento do acervo e o aumento da demanda por serviços evidenciaram a insuficiência dos espaços existentes, impactando a organização, a conservação dos materiais e a qualidade do atendimento.

A ampliação da edificação apresenta-se como a alternativa mais viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, pois permite o

aproveitamento da estrutura existente, a otimização dos recursos públicos e uma resposta mais eficiente às demandas da comunidade. A intervenção possibilitará a criação de novos ambientes funcionais, a melhoria das condições de acessibilidade, conforto e segurança, além da modernização da infraestrutura elétrica e de dados.

O projeto também se justifica pela necessidade de ampliar a utilização do espaço público, incorporando recursos tecnológicos que viabilizem ações de cultura digital, inclusão tecnológica e acesso ampliado à informação. Dessa forma, a biblioteca passa a se configurar como um ambiente dinâmico e multifuncional, apto a atender diferentes públicos e promover novas formas de produção e fruição cultural.

Adicionalmente, a iniciativa fortalece as políticas públicas culturais ao qualificar um equipamento permanente e estratégico para o desenvolvimento cultural, educacional e social do município. A ampliação permitirá a realização contínua de atividades culturais, educativas e formativas, incentivando a leitura, a participação comunitária e o desenvolvimento de iniciativas ligadas à economia criativa.

Trata-se, portanto, de uma ação estruturante, com potencial de gerar impactos positivos duradouros, ampliando o acesso à cultura, valorizando o patrimônio público e contribuindo para o desenvolvimento territorial. O projeto está alinhado ao planejamento municipal e validado em instâncias participativas, evidenciando sua relevância social e aderência às demandas locais.

Democratização de Acesso

As contrapartidas sociais do projeto consistem na oferta contínua e gratuita de ações culturais, formativas e de incentivo à leitura, com foco na democratização do acesso à cultura e no fortalecimento do vínculo entre a biblioteca e a comunidade. Serão realizadas oficinas culturais mensais, de caráter temático, abordando conteúdos como leitura, escrita, produção cultural, expressões artísticas e práticas criativas, podendo também dialogar com temas transversais relevantes, como identidade cultural, patrimônio, meio ambiente, diversidade e cidadania. Cada ciclo de atividades será estruturado a partir de temáticas específicas, permitindo maior aprofundamento dos conteúdos e melhor engajamento dos participantes.

Paralelamente, serão promovidas ações periódicas de incentivo à leitura, como rodas de leitura, contação de histórias e mediação literária, também organizadas de forma temática, ampliando o interesse do público e favorecendo a conexão com diferentes contextos sociais e culturais. Essas ações serão direcionadas especialmente a estudantes da rede pública, crianças, jovens e demais públicos interessados, contribuindo para a formação de leitores e para o desenvolvimento cultural.

O espaço da biblioteca será disponibilizado de forma permanente para uso comunitário, possibilitando a realização de encontros, atividades educativas e ações culturais promovidas por grupos locais, instituições de ensino e agentes culturais. Essa estratégia amplia o uso do equipamento público, estimula a participação social e fortalece a biblioteca como espaço de convivência, inclusão e produção cultural. As ações terão caráter continuado, garantindo que os benefícios do projeto se mantenham ao longo do tempo e contribuam para a formação de público e o desenvolvimento cultural do município.

As contrapartidas econômicas do projeto estão estruturadas com foco no fortalecimento da economia criativa local, entendida como um conjunto de atividades que articulam cultura, conhecimento, criatividade e geração de valor. A proposta busca não apenas ofertar ações culturais, mas também estimular a produção, a circulação e a valorização de bens e serviços culturais no território, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do município.

Nesse sentido, serão realizadas atividades formativas e práticas voltadas à economia criativa, como oficinas de escrita criativa, produção audiovisual, artesanato, práticas artísticas e outras linguagens culturais, priorizando abordagens que estimulem a autonomia dos participantes, o desenvolvimento de habilidades criativas e a possibilidade de geração de renda a partir da cultura. Essas ações serão estruturadas de forma a incentivar processos de criação, experimentação e compartilhamento de saberes, fortalecendo a cadeia produtiva cultural local.

O projeto também prevê a priorização da contratação de agentes culturais, facilitadores, oficineiros e profissionais locais para a condução das atividades, garantindo que os recursos investidos circulem no próprio território. Essa estratégia contribui diretamente para a valorização dos saberes locais, o reconhecimento dos profissionais da cultura e a geração indireta de renda, fortalecendo o ecossistema cultural do município.

Além disso, a ampliação e qualificação da biblioteca, associadas à implementação de uma programação cultural contínua, tendem a dinamizar o território, ampliando a circulação de pessoas e a ocupação do espaço público. Esse movimento gera impactos econômicos indiretos, como o fortalecimento de iniciativas culturais locais, o estímulo a redes colaborativas e a potencialização de novas oportunidades no campo da cultura e da criatividade.

Outro aspecto relevante é a incorporação de recursos tecnológicos, que possibilitará o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura digital, ampliando o acesso a ferramentas de criação e produção contemporâneas. Isso contribui para a formação de competências alinhadas às novas dinâmicas do mercado cultural e criativo, ampliando as possibilidades de inserção produtiva dos participantes.

Dessa forma, a biblioteca passa a atuar não apenas como espaço de acesso à cultura, mas também como um ambiente de formação, produção e articulação da economia criativa local, contribuindo para o fortalecimento do setor cultural, a geração de oportunidades e o desenvolvimento territorial sustentável.

O projeto contempla a adoção de medidas de acessibilidade em caráter obrigatório, assegurando que a Biblioteca Pública Municipal se configure como um espaço inclusivo, democrático e plenamente acessível a todas as pessoas, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e as normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 9050.

No que se refere à acessibilidade física, o espaço original da biblioteca já contempla as medidas de assessibilidade, tendo em vista que é uma obra do governo estadual que previa na execução a adequação integral da edificação, porém se necessário, serão adequadas ou renovadas.

Quanto à acessibilidade comunicacional, o projeto prevê a utilização de sinalização interna clara, objetiva e acessível, com uso de pictogramas universais e linguagem simples, facilitando a orientação dos usuários no espaço. Sempre que possível, serão incorporados recursos de comunicação acessível, como materiais informativos em formatos ampliados e digitais, contribuindo para o acesso à informação.

No campo da acessibilidade atitudinal e programática, todas as atividades culturais e formativas serão ofertadas de forma gratuita e com metodologias inclusivas, buscando atender públicos diversos, incluindo pessoas com deficiência, idosos e pessoas com dificuldades de aprendizagem. As ações serão planejadas com linguagem acessível e estratégias pedagógicas que favoreçam a participação ampla e equitativa, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso.

A proposta também contempla a acessibilidade digital, por meio da implantação de infraestrutura tecnológica que permita o acesso a conteúdos digitais e ferramentas de informação, contribuindo para a inclusão digital da população. Serão priorizadas soluções que ampliem o acesso ao conhecimento e reduzam desigualdades no uso de tecnologias.
Adicionalmente, será garantido que a equipe envolvida nas atividades esteja orientada quanto às práticas de atendimento inclusivo,
promovendo atitudes que respeitem a diversidade e assegurem o direito de todos ao uso do espaço e participação nas ações. Dessa forma, o projeto assegura a acessibilidade em suas múltiplas dimensões — física, comunicacional, atitudinal e digital — consolidando a biblioteca como um equipamento público acessível, inclusivo e alinhado aos princípios da equidade e da cidadania.

Optou-se por não individualizar valores específicos para as medidas de acessibilidade no orçamento do projeto em razão de parte significativa dessas ações estar integrada às próprias etapas da obra (como adequações físicas previstas em projeto técnico) e, sobretudo, por envolver componentes de natureza transversal — como práticas atitudinais, metodologias inclusivas, estratégias comunicacionais e uso de recursos digitais — que serão incorporados às rotinas operacionais da biblioteca e às atividades culturais já previstas. Dessa forma, tais medidas não configuram necessariamente itens orçamentários isolados, mas sim diretrizes estruturantes do projeto, sendo viabilizadas por meio da otimização de recursos já contemplados em outras rubricas, garantindo eficiência na aplicação do investimento público sem prejuízo à plena implementação da acessibilidade.

Etapas de Trabalho	
Etapa	Duração
1. Pré-Produção / Preparação	3 meses
Descrição: Revisão, compatibilização e validação dos projetos arquitetônicos, estruturais e complementares, assegurando conformidade técnica e atendimento às normas vigentes. Elaboração e ajuste de memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos que orientarão a execução da obra. Organização da documentação administrativa necessária para instrução do processo de contratação pública. Definição da modalidade de licitação e elaboração do edital para contratação da empresa executora. Publicação do processo licitatório, análise das propostas e seleção da empresa responsável pela execução da obra. Adoção de providências para obtenção de licenças, alvarás e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes, quando aplicável. Designação da equipe técnica responsável pela gestão e fiscalização do contrato. Estruturação dos procedimentos de acompanhamento, controle de prazos, medição e verificação da qualidade dos serviços. Elaboração do cronograma físico-financeiro detalhado da obra, com definição das etapas construtivas. Planejamento logístico do canteiro de obras, considerando organização do espaço e minimização de impactos à comunidade. Planejamento preliminar da ativação do espaço pós-obra, incluindo definição das ações culturais, formativas e de inclusão digital. Alinhamento institucional e validação final do projeto junto aos setores responsáveis, assegurando coerência entre a intervenção física e os objetivos culturais propostos.	

Etapas de Trabalho	
Etapa	Duração
2. Produção / Execução	8 meses

Etapa	Duração
Descrição: Implantação do canteiro de obras, com organização do espaço, instalação de estruturas provisórias e sinalização adequada, garantindo condições de segurança para trabalhadores e usuários. Execução dos serviços preliminares, incluindo limpeza da área, demolições pontuais e preparação do terreno para início da obra. Execução das fundações e estruturas, assegurando estabilidade, segurança e conformidade com os projetos técnicos aprovados. Execução das etapas de vedação e cobertura, com construção de alvenarias, divisórias internas e fechamento dos ambientes, configurando os novos espaços da biblioteca. Implantação das instalações prediais, incluindo sistemas elétricos, iluminação, infraestrutura lógica (dados e internet) e demais elementos necessários ao funcionamento do equipamento. Execução das adequações de acessibilidade, com implantação de rampas, corrimãos, adequação de circulações e sanitários, em conformidade com as normas técnicas vigentes. Realização dos serviços de acabamento, incluindo revestimentos, pisos, forros, pintura e instalação de esquadrias, garantindo qualidade, durabilidade e conforto dos ambientes. Instalação de elementos complementares e ajustes técnicos finais, preparando o espaço para uso. Acompanhamento contínuo da obra por meio da gestão e fiscalização do contrato, com controle de prazos, medições, qualidade dos serviços e conformidade com o cronograma físico-financeiro. Realização de vistorias técnicas e correções necessárias durante a execução, assegurando a qualidade final da intervenção. Conclusão da obra e formalização da entrega técnica, com verificação final dos serviços executados e liberação do espaço para a fase de pós-produção.	

Etapas de Trabalho	
Etapa	Duração
3. Divulgação/Comercialização	11 meses
Descrição: Elaboração do plano de comunicação do projeto, definindo estratégias, públicos-alvo, canais e identidade visual das ações de divulgação. Produção de peças gráficas e digitais, incluindo artes para redes sociais, cartazes, banners e materiais institucionais de divulgação. Divulgação institucional do projeto durante a execução da obra, com informações sobre o andamento, objetivos e benefícios para a comunidade. Criação e manutenção de conteúdo em canais digitais oficiais (site e redes sociais do município), com atualizações periódicas. Articulação com escolas, instituições públicas, agentes culturais e lideranças comunitárias para mobilização e engajamento do público. Realização de campanha de lançamento e reabertura da biblioteca, com ampla divulgação prévia. Produção e realização de evento de inauguração, com programação cultural gratuita e acessível, incentivando a apropriação do espaço pela comunidade. Divulgação contínua da programação cultural, oficinas, ações formativas e atividades de cultura digital desenvolvidas no espaço. Utilização de registros fotográficos e audiovisuais para divulgação das atividades e ampliação do alcance das ações. Disponibilização do espaço para atividades culturais, educativas e criativas, promovendo sua ocupação e circulação de público. Promoção de ações voltadas à economia criativa, estimulando a produção cultural local e a participação de agentes culturais do município. Estabelecimento de parcerias com instituições e coletivos culturais para ampliação da programação e circulação de atividades. Garantia de aplicação das logomarcas institucionais e créditos dos órgãos financiadores em todas as peças de divulgação, conforme normas do edital. Monitoramento do alcance das ações de comunicação, com análise de engajamento, público atingido e efetividade das estratégias.	

Etapas de Trabalho	
Etapa	Duração
4. Pós-Produção	3 meses
Descrição: Realização de vistoria final e validação das obras executadas, assegurando conformidade com os projetos técnicos e pleno funcionamento das instalações. Organização e finalização da entrega do equipamento	

cultural, com preparação dos ambientes para uso público, incluindo disposição do acervo, mobiliário e estrutura funcional dos espaços. Implantação e operacionalização dos sistemas elétricos, lógicos e tecnológicos, garantindo funcionamento adequado dos recursos disponíveis. Capacitação e orientação da equipe responsável pela gestão da biblioteca, com foco na utilização dos novos espaços e recursos tecnológicos. Produção e realização do evento de inauguração e reabertura do espaço, com programação cultural gratuita, acessível e aberta à comunidade. Execução das ações de contrapartida social previstas, incluindo oficinas culturais temáticas, atividades formativas, ações de incentivo à leitura e disponibilização do espaço para uso comunitário. Implementação das ações de inclusão e acessibilidade, garantindo uso democrático do espaço e participação de diferentes públicos. Desenvolvimento contínuo de atividades de cultura digital e ações voltadas à economia criativa, promovendo a ativação permanente do equipamento. Registro fotográfico e audiovisual das atividades e dos resultados do projeto, incluindo documentação do antes e depois da intervenção. Sistematização dos resultados, com levantamento de dados, indicadores de atendimento, participação e uso do espaço. Elaboração de relatórios técnicos e administrativos, consolidando as informações do projeto e seus resultados. Execução das ações de comunicação e divulgação, promovendo o engajamento da comunidade e a ampla utilização do equipamento. Prestação de contas junto aos órgãos competentes, conforme normas do programa, garantindo transparência e conformidade na aplicação dos recursos. Estruturação da continuidade das ações, com incorporação das atividades à rotina da biblioteca e ao planejamento cultural do município.

Plano de Realização de Projeto

Localidade	Local	Início	Termino	Duração
TIJUCAS DO SUL	Biblioteca Pública Municipal Manoel Marcílio de Oliveira - Tijucas do Sul	15/04/2026	15/06/2027	427 dia(s)

Orçamento Detalhado

1. Pré-Produção/Preparação							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Serviços preliminares e indiretos	1	R$ 3.748,77	R$ 3.748,77	Serviços preliminares e indiretos	1	R$ 3.748,77	R$ 3.748,77
Percentual: 1,99 %		**Total:**	R$ 3.748,77	**Percentual: 1,99 %**		**Total:**	R$ 3.748,77
2. Produção/Execução							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Fundação	1	R$ 14.383,90	R$ 14.383,90	Fundação	1	R$ 14.383,90	R$ 14.383,90
Estrutura	1	R$ 22.723,75	R$ 22.723,75	Estrutura	1	R$ 22.723,75	R$ 22.723,75
Alvenaria, vedações e divisórias	1	R$ 13.597,37	R$ 13.597,37	Alvenaria, vedações e divisórias	1	R$ 13.597,37	R$ 13.597,37
Cobertura	1	R$ 52.283,66	R$ 52.283,66	Cobertura	1	R$ 52.283,66	R$ 52.283,66
Esquadrias	1	R$ 18.804,64	R$ 18.804,64	Esquadrias	1	R$ 18.804,64	R$ 18.804,64
Revestimento de parede	1	R$ 8.666,76	R$ 8.666,76	Revestimento de parede	1	R$ 8.666,76	R$ 8.666,76
Revestimento de piso interno	1	R$ 14.181,56	R$ 14.181,56	Revestimento de piso interno	1	R$ 14.181,56	R$ 14.181,56
Revestimento de piso externo	1	R$ 1.496,51	R$ 1.496,51	Revestimento de piso externo	1	R$ 1.496,51	R$ 1.496,51
Revestimento de teto	1	R$ 9.888,74	R$ 9.888,74	Revestimento de teto	1	R$ 9.888,74	R$ 9.888,74
Pintura	1	R$ 11.886,38	R$ 11.886,38	Pintura	1	R$ 11.886,38	R$ 11.886,38
Instalações elétricas	1	R$ 11.284,25	R$ 11.284,25	Instalações elétricas	1	R$ 11.284,25	R$ 11.284,25
instalação internet e telefone (dados e voz)	1	R$ 1.748,01	R$ 1.748,01	instalação internet e telefone (dados e voz)	1	R$ 1.748,01	R$ 1.748,01
Instalação de corrimãos e guarda-corpos	1	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00	Instalação de corrimãos e guarda-corpos	1	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Percentual: 97,49 %		**Total:**	R$ 183.945,53	**Percentual: 97,49 %**		**Total:**	R$ 183.945,53
3. Divulgação/Comercialização							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Percentual: 0 %		**Total:**	R$ 0,00	**Percentual: 0 %**		**Total:**	R$ 0,00
4. Pós-Produção							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Serviços complementares	1	R$ 985,53	R$ 985,53	Serviços complementares	1	R$ 985,53	R$ 985,53
Percentual: 0,52 %		**Total:**	R$ 985,53	**Percentual: 0,52 %**		**Total:**	R$ 985,53
4.1. Custos Administrativos							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Percentual: 0 %		**Total:**	R$ 0,00	**Percentual: 0 %**		**Total:**	R$ 0,00
TOTAL GERAL:			R$ 188.679,83	**TOTAL GERAL:**			R$ 188.679,83

4.2. Impostos/Taxas/Seguros							
Orçamento Proposto				**Orçamento Atual (Aprovado)**			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Percentual: 0 %		**Total:**	R$ 0,00	**Percentual: 0 %**		**Total:**	R$ 0,00
TOTAL GERAL:			R$ 188.679,83	**TOTAL GERAL:**			R$ 188.679,83

Fontes de Financiamento

Resumo do orçamento	Valor	Percentual
Não Há Outra Fonte de Financiamento	R$ 0,00	0,00 %
Total	**R$ 0,00**	

Plano Básico de Divulgação

Tipo de divulgação	Peça de divulgação	Dimensão/Duração	Quantidade
Outros	Evento de inauguração	4 horas	1
Outros	Mobilização direta nas escolas, instituições e comunidade (contínua)	14 meses	14
Peças Gráficas	Banner institucional no local do projeto	1,20m x 0,90m	2
Peças Gráficas	Cartazes em espaços públicos e comunitários	A3 ou A2	50
Veículo de Comunicação	Cards e vídeos curtos nas redes sociais e canais institucionais.	12 meses	24
Veículo de Comunicação	Divulgação de programação cultural (materiais gráficos)	12 meses	12
Veículo de Comunicação	Vídeos institucionais nas redes sociais e canais institucionais	1 a 3 minutos cada	4

Plano de Distribuição de Produtos

	Quantidade	Nº Gratuitos		Nº Venda		Preços		Receita		
Evento / Produto	Exemplares - Ingressos	Incentivador	Outros	Normal	Promo.	Normal	Promo.	Normal	Promo.	Total
Evento de inauguração, oficinas, ações.	17606	17606	17606	0	0	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Público Alvo

Público Alvo	Especificação	Público Estimado
Menores que 12 anos (Entre 0 e 12 anos)	Crianças da comunidade, especialmente estudantes da rede pública e em situação de vulnerabilidade social, participantes das oficinas	3000

	culturais e visitas ao museu	
De 12 a 18 anos (Maiores que 12 e menores que 18 anos)	Adolescentes da comunidade, alunos das oficinas de fanfarra, teatro, música, dança e demais atividades culturais	2000
Maior que 18 anos (A partir de 18 anos)	Jovens, adultos, familiares e público em geral participante das atividades culturais, oficinas e visitação ao museu	1000

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:91548163

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 76/2026	CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – JUCEPAR, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DE BENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR, CREDENCIADO LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA.	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA – CPF: 014.721.886-16	09/07/2026	16/07/2026	15/07/2027	R$ 0,01

Tijucas do Sul, 15 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:3487829D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA GERAL - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026 – FMS

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede administrativa na Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4253, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. **LISBETH PITITTO SCANAVACA,** brasileira, casada, portadora do RG nº **76080-* – SSP-PR, inscrita no CPF sob nº ***.475.648-**, residente e domiciliada nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o procedimento de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2026 - FMS, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" de 30 de abril de 2026, processo administrativo n.º *2026/03/249*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 008/2026 - FMS*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos necessários ao abastecimento da rede pública municipal, para solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o sistema único de saúde, especificado no Termo de Referência, anexo ao processo de Pregão Eletrônico n.º 008/2026 – FMS, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Unid.	Qntd.	Marca Modelo	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – um ano)
1	ACICLOVIR, 200 MG	Comp	70.000	Ranbaxy Aciclovir 200 Mg X 500 Cpr	R$ 0,1550	R$ 10.850,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
2	ACICLOVIR 50MG/GR	Bisnaga 10 Gr	1.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 1,9000	R$ 1.900,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
5	ÁCIDO FÓLICO, 0,2 MG/ML GOTAS	Frasco 30 Ml	100	Airela Afolimax	R$ 3,0998	R$ 309,9800	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
6	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG	Comp	120.000	Hipolabor Hipofol	R$ 0,0355	R$ 4.260,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
7	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG/5ML	Ampola 5 Ml	1.500	Newcom 1101100520014	R$ 3,2090	R$ 4.813,5000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
9	ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE	Frasco 100 Ml	1.300	Hipolabor	R$ 5,3521	R$ 6.957,7300	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
10	ÁCIDO VALPRÓICO, 500 MG	Comp	120.000	Biolab Epilenil	R$ 0,5800	R$ 69.600,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
11	ADENOSINA 3 MG/ML INJ	Ampola 2ml	1.000	Newcom 1101100540041	R$ 7,4990	R$ 7.499,0000	Medigram Comercio De	08/07/2027

							Medicamentos Ltda	
13	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 10 Ml	5.000	Geolab Albel	R$ 1,1180	R$ 5.590,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
14	ALBENDAZOL, 400 MG	Comp	10.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,4200	R$ 4.200,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
15	ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG	Comp	3.000	Ems 1023511280021	R$ 0,2190	R$ 657,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
16	ALOPURINOL, 300 MG	Comp	90.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,2100	R$ 18.900,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
17	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE	Frasco 120 Ml	10.500	Farmace Generico	R$ 2,3450	R$ 24.622,5000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
18	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE	Frasco 120 Ml	10.500	Farmace	R$ 2,7660	R$ 29.043,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
19	AMINOFILINA, 100 MG	Comp	3.000	Hipolabor Comp.	R$ 0,0700	R$ 210,0000	Bamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
20	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 10 Ml	600	Farmace 1108500240024 Aminofilina 24mg/Ml Cx C/100amp X 10ml Gen	R$ 1,5600	R$ 936,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
21	AMIODARONA, 200 MG	Comp	60.000	Ranbaxy Amiodarona 200 Mg X 500 Cpr	R$ 0,2780	R$ 16.680,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
22	AMIODARONA, 50MG/ML, INJETÁVEL	Ampola 3 Ml	1.000	Newcom 1101100240011	R$ 2,3490	R$ 2.349,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
23	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG	Comp	700.000	Ems 1023508850041	R$ 0,0336	R$ 23.520,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
24	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG	Comp	10.000	Ems 1023508850023	R$ 0,1998	R$ 1.998,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
25	AMOXICILINA 250MG +CLAVULANATO 62,5 MG / 5 ML SUSP. ORAL	Frasco 75 Ml	5.000	Ems 1023505280080	R$ 9,8990	R$ 49.495,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
26	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO 125 MG COMP	Comp	120.000	Ranbaxy Amoxicilina 500 Mg + Clavulanato 125	R$ 0,6780	R$ 81.360,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
27	AMOXICILINA, 500MG	Caps	220.000	Brainfarma Cx C 21 Bl C 7 1558401410063 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,1690	R$ 37.180,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
29	ANLODIPINO BESILATO, 5 MG	Comprimido	200.000	Hypera Generico	R$ 0,0246	R$ 4.920,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
30	ATENOLOL, 50 MG	Comp	150.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,0380	R$ 5.700,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
31	ATORVASTATINA 40MG	Comp	500	Ems 1023511190144	R$ 0,2949	R$ 147,4500	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
33	AZITROMICINA, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 15 Ml	6.000	Brainfarma Cx C/ 1 1558405300017 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 5,9000	R$ 35.400,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
38	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL	Frasco- Ampola	1.000	Teuto Bepeben	R$ 5,9200	R$ 5.920,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
40	BENZOILMETRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 100 Ml	100	Ems 1023504920043	R$ 4,8990	R$ 489,9000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
41	BETAMETASONA DIPROPIONATO 5MG+ BETAMETASONA FOSFATO 2MG INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	1.500	Brainfarma Cx C/ 1 1558406930081 Generico |Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 2,9000	R$ 4.350,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
42	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO: ACETATO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM: 3 MG + 3 MG/ML	Ampola 1 Ml	500	Hypera Celestone Soluspan	R$ 5,4900	R$ 2.745,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
44	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%	Frasco 250ml	400	Hypofarma Bicarbonato De Sodio 8,4% 250ml C/ 35 Fr	R$ 14,0000	R$ 5.600,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
46	BIPERIDENO, 2 MG	Comp	210.000	Cristalia 1029805990031 Cinetol 2mg Cx C/20bl X 10cp 70000900	R$ 0,2700	R$ 56.700,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
47	BROMOPRIDA, 10 MG	Comp	300.000	Prati	R$ 0,1293	R$ 38.790,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
48	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS	Frasco 20 Ml	8.000	Airela Generico	R$ 1,8000	R$ 14.400,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
49	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	35.000	Newcom 1004101820036	R$ 0,8890	R$ 31.115,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
51	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 64 MCG/DOSE, FRASCO COM VáLVULA DOSIFICADORA	Frasco 120 Doses	4.000	Ems 1023511800023	R$ 13,9900	R$ 55.960,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
52	CAPTOPRIL, 25 MG	Comp	90.000	Brasterapica Generico	R$ 0,0260	R$ 2.340,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
53	CARBAMAZEPINA 400 MG COMP	Comp	3.000	Cristalia Tegretard	R$ 0,3920	R$ 1.176,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
55	CARBAMAZEPINA, 200 MG	Comp	400.000	Hipolabor B1-Carbamazepina 200 Mg C/ 500 Cpr (C1)	R$ 0,1300	R$ 52.000,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
57	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG	Comp	160.000	Biolab Bilyt	R$ 0,2200	R$ 35.200,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
59	CARVEDILOL, 12,5 MG	Comp	60.000	Ems 1023510730188	R$ 0,0719	R$ 4.314,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
60	CARVEDILOL, 25 MG	Comp	75.000	Cimed Comp.	R$ 0,0600	R$ 4.500,0000	Bamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
61	CARVEDILOL, 3,125 MG	Comp	35.000	Ems 1023510730048	R$ 0,0698	R$ 2.443,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
62	CARVEDILOL, 6,25 MG	Comp	70.000	Ems 1023510730110	R$ 0,0579	R$ 4.053,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
63	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	Frasco 100 Ml	2.000	Genérico Abl	R$ 9,4000	R$ 18.800,0000	Antibioticos Do Brasil Ltda	08/07/2027
64	CEFALEXINA, 500 MG	Caps	160.000	Genérico Abl	R$ 0,4000	R$ 64.000,0000	Antibioticos Do Brasil Ltda	08/07/2027
65	CEFAZOLINA 1G EV/IM SOLUÇÃO INJETAVEL	Frasco-Ampola	600	Newcom 1101100110029	R$ 3,1490	R$ 1.889,4000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
67	CEFTRIAXONA 500 MG EV	Frasco- Ampola	500	Newcom Ceftriona 1101100460011	R$ 4,1490	R$ 2.074,5000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
68	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG IM, FORMA FARMACEUTICA:PÓ P/ SOL INJ + DILUENTE	Frasco- Ampola	1.000	Eurofarma Cx C/ 1 1004307100012 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 8,5000	R$ 8.500,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
69	CEFTRIAXONA SÓDICA, CONCENTRAÇÃO:1 G, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL EV	Frasco- Ampola	15.000	Newcom Ceftriona 1101100460046	R$ 3,1490	R$ 47.235,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
73	CETOPROFENO, 50 MG/ML IM SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	35.000	Hipolabor	R$ 0,9515	R$ 33.302,5000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
75	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG	Comp	50.000	Brainfarma Cx C 14 Bl C/ 7 1558400960035 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,1450	R$ 7.250,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027

76	CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	5.000	Hypofarma Cimetidina 150mg/Ml De 2ml C/ 100 Amp (	R$ 0,7800	R$ 3.900,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
77	CLARITROMICINA, 500 MG	Comp	16.000	Pharlab Claritromicina 500mg C/ 490 Cpr (G)	R$ 1,4800	R$ 23.680,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
78	CLINDAMICINA, 300 MG	Caps	6.000	Uniao Quimica Clindamicina 300 Mg C/ 16 Cps (G) F	R$ 0,7000	R$ 4.200,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
79	CLOMIPRAMINA, 25 MG	Comp	150.000	Ems Clo 1356906140099	R$ 0,9800	R$ 147.000,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
80	CLONAZEPAM, 2 MG	Comp	220.000	Geolab Cx C/ 480 Bl C/ 20 1542301750311 Zilepam |Nacional| Cond. Conf. Edital|	R$ 0,0440	R$ 9.680,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
81	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS	Frasco 20 Ml	8.000	Hipolabor	R$ 1,9030	R$ 15.224,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
85	CLONIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇAO:0,15 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	400	Newcom 1101100210015	R$ 3,6990	R$ 1.479,6000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
86	CLOPIDOGREL, 75 MG	Comp	5.000	Sandoz Generico	R$ 0,2756	R$ 1.378,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
87	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, DOSAGEM:0,9% + 0,01%, USO:SOLUÇÃO NASAL	Frasco 30 Ml	600	Airela Nasonew	R$ 0,7990	R$ 479,4000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
91	CLORPROMAZINA, 100 MG	Comp	210.000	Uniao Quimica B1-Clorpromazina Clor 100mg C/100 Cpr (C	R$ 0,2800	R$ 58.800,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
92	CLORPROMAZINA, 25 MG	Comp	80.000	Cristalia-Sp (Sp) Com	R$ 0,3200	R$ 25.600,0000	Drogafonte Ltda	08/07/2027
94	DEXAMETASONA 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2,5 Ml	45.000	Hypofarma Dexametasona Fosf Dis 4mg/Ml De 2,5 Ml C	R$ 0,6400	R$ 28.800,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
95	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME	Bisnaga 10 Gr	4.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 1,4100	R$ 5.640,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
96	DEXAMETASONA, 4 MG	Comp	15.000	Teuto Generico	R$ 0,1590	R$ 2.385,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
97	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, XAROPE	Frasco 100 Ml	6.000	Brainfarma Cx C/ 01 1558403730030 Histamin |Nacional| Cond. Conf. Edital|	R$ 1,4700	R$ 8.820,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
98	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG	Comp	35.000	Hypera Histamin	R$ 0,0420	R$ 1.470,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
99	DIAZEPAM, 5 MG	Comp	140.000	Santisa Cx C 1.000 Bl C/ 10 1018600190100 Santiazepan | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,0390	R$ 5.460,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
101	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 3 Ml	16.000	Hypofarma Diclofenaco Sod 25 Mg/Ml 3ml Inj C/100 A	R$ 0,6500	R$ 10.400,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
103	DIGOXINA, 0,25 MG	Comp	55.000	Teuto Cx C 30	R$ 0,1380	R$ 7.590,0000	A. G. Kienen & Cia Ltda	08/07/2027
104	DILTIAZEM CLORIDRATO, DOSAGEM:60 MG	Comprimido	1.000	Ems 1023507400172	R$ 0,2040	R$ 204,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
105	DIMENIDRATO 3MG+PIRIDOXINA 5MG+ GLICOSE 100MG+ FRUTOSE 100MG	Ampola 10 Ml	6.000	Hypera Dramin B6 Dl	R$ 8,0000	R$ 48.000,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
106	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG	Comp	800.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,1050	R$ 84.000,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
107	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML GOTAS	Frasco 10 Ml	12.000	Farmace 1108500300027 Dipirona 500mg/Ml Cx C/100fr X 10ml Gen	R$ 1,0400	R$ 12.480,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
108	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	50.000	Farmace 1108500180048 Dipifarma 500mg/Ml Cx C/100ap X 2ml	R$ 0,4770	R$ 23.850,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
109	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 20 Ml	400	Hypofarma Dobutamina Clor 250mg De 20 Ml C/10 Am	R$ 5,0000	R$ 2.000,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
110	DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 10 Ml	400	Hipolabor Hipolabor	R$ 2,3787	R$ 951,4800	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
111	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG	Comp	120.000	Ems Ems 1023507540098	R$ 0,0679	R$ 8.148,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
112	DOXICICLINA, DOSAGEM:100 MG	Comprimido	2.000	Sandoz Generico	R$ 0,3900	R$ 780,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
113	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG	Comp	70.000	Cimed Cimed	R$ 0,0334	R$ 2.338,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
114	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG	Comp	80.000	Cimed Cimed	R$ 0,0514	R$ 4.112,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
115	ESCITALOPRAM OXALATO 10MG	Comp	700.000	Ems Ems 1023510630043	R$ 0,0948	R$ 66.360,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
116	ESCITALOPRAM OXALATO 20MG	Comp	400.000	Ems Ems 1023510630116	R$ 0,1549	R$ 61.960,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
117	VILDAGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO: 50MG	Comp	860	Althaia Sa Industria Farmaceutica Althaia Sa Industria	R$ 0,4772	R$ 410,3920	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
118	EPINEFRINA 1MG/ML INJ	Ampola 1 Ml	3.000	Hypofarma Epinefrina 1mg/Ml De 1ml C/100 Amp (Hyfr	R$ 0,7800	R$ 2.340,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
119	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG	Comp	80.000	Hypera Buscopan	R$ 0,3950	R$ 31.600,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
120	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	15.000	Hypofarma Butil Escop 20mg/Ml 1 Ml Inj C/ 100 Amp	R$ 0,7200	R$ 10.800,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
121	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 10MG + 250MG	Comp	120.000	Brainfarma Mirador Colica Cprv X 20	R$ 0,2059	R$ 24.708,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
124	ESPIRONOLACTONA, 100 MG	Comp	7.000	Ems Ems 1023506320094	R$ 0,5190	R$ 3.633,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
125	ESPIRONOLACTONA, 25 MG	Comp	160.000	Ems Ems 1023506320019	R$ 0,1598	R$ 25.568,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
127	ETILEFRINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:10MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	Ampola 1ml	400	Uniao Q. Etilefril	R$ 1,5000	R$ 600,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
128	ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 10 Ml	200	Cristalia Generico	R$ 9,3120	R$ 1.862,4000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
130	FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 5 Ml	1.400	Teuto Generico	R$ 1,8200	R$ 2.548,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
131	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG	Comp	170.000	Cristalia B1-Fenobarbital 100mg C/200 Cpr C1 (Feno	R$ 0,1600	R$ 27.200,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
134	FENTANILA CITRATO 78,5 MCG/ML AMPOLA 10 ML	Frasco-Ampola 10 Ml	2.000	Newcom Newcom 1101100360068	R$ 2,7490	R$ 5.498,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
135	FINASTERIDA, 5 MG	Comp	40.000	Ems Ems 1023506350023	R$ 0,1980	R$ 7.920,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
136	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	400	Hypofarma Fitomenadiona Vitk1 Im/Sc 10mg/Ml 1ml C/	R$ 1,6000	R$ 640,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027

137	FLUCONAZOL, 150 MG	Caps	15.000	Medquímica Generico	R$ 0,4180	R$ 6.270,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
138	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 5 Ml	400	Newcom Newcom 1101100530011	R$ 4,3990	R$ 1.759,6000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
139	FLUOXETINA, 20 MG	Caps	800.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,0450	R$ 36.000,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
141	FUMARATO DE FORMOTEROL+BUDESONIDA 12/400mcg COM INALADOR	Comprimidos	3.000	Ache Alenia 12/400mcg Cap Frx60+Inal (Lic) Budesonida;	R$ 1,6000	R$ 4.800,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
142	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	6.000	Hypofarma Furosemida 10mg/Ml Inj 2ml C/ 100 Amp (G	R$ 0,5000	R$ 3.000,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
144	GENTAMICINA, DOSAGEM:40 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2,00 Ml	400	Newcom Gentamicin 1101100090060	R$ 0,7690	R$ 307,6000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
146	GLIBENCLAMIDA, 5 MG	Comp	40.000	Brainfarma Cx C/ 30 Bl C/ 30 1558402870041 Generico Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,0300	R$ 1.200,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
147	GLICEROL 120MG/ML	Solução Retal 500 Ml	400	Equiplex 1177200100041 Enema De Glicerina 12% C/24fr X 500ml C/Sonda	R$ 7,4400	R$ 2.976,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
148	GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	Comp	700.000	Ems Ems 1023512600028	R$ 0,0880	R$ 61.600,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
149	GLICOSE 50% INJ	Ampola 10 Ml	2.500	Farmace	R$ 0,4200	R$ 1.050,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
150	GLICOSE, 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 10 Ml	2.500	Farmace	R$ 0,4130	R$ 1.032,5000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
151	GLIMEPIRIDA, 4 MG	Comp	40.000	Cimed Cimed	R$ 0,1078	R$ 4.312,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
152	GLICONATO DE CALCIO 10%	Ampola 10 Ml	400	Halex Isofarma - Solução De Gliconato De Cálcio 10%	R$ 1,7800	R$ 712,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
157	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	600	Newcom Newcom 1101100050026	R$ 1,1490	R$ 689,4000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
158	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	1.500	União Quimica	R$ 4,1000	R$ 6.150,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
159	HEPARINA SÓDICA, 5.000UI INJETÁVEL SUBCUTANEA	Ampola 0,25 Ml	7.000	Hipolabor Parinex	R$ 7,0200	R$ 49.140,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
160	HEPARINA SÓDICA, 5.000UI/ML INJETAVEL	Frasco 5ml	1.200	Hipolabor Parinex	R$ 12,9400	R$ 15.528,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
162	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG	Comp	150.000	Cimed Cimed	R$ 0,0199	R$ 2.985,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
163	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	Frasco- Ampola	2.000	Newcom Gliocort 1101100420028	R$ 2,3990	R$ 4.798,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
164	HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	Frasco- Ampola	4.000	Newcom Gliocort 1101100420052	R$ 3,8490	R$ 15.396,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
165	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 100 Ml	2.200	Ifal Cx C/ 140 Rdc 576/2021 Haloxin |Nacional| Cond. Conf. Edital|	R$ 2,3220	R$ 5.108,4000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
167	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 30 Ml	10.000	Multilab Buprovil 1181903800029	R$ 1,7000	R$ 17.000,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
168	IBUPROFENO, 300 MG	Comp	3.000	Multilab Buprovil 1181900610164	R$ 0,0949	R$ 284,7000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
169	IBUPROFENO, 600 MG	Comp	600.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,1150	R$ 69.000,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
171	IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	Frasco 20 Ml	1.300	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,9000	R$ 1.170,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
172	ISOSSORBIDA 20MG	Comp	25.000	Ache Mono Isossorbida 20mg Blx30 Mononitrato De Isossor	R$ 0,1245	R$ 3.112,5000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
173	ISOSSORBIDA SL 5MG COMP	Comp	3.500	Ems Isordil 1356900150041	R$ 0,2640	R$ 924,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
174	ITRACONAZOL, 100 MG	Caps	15.000	Ems	R$ 0,3000	R$ 4.500,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
175	IVERMECTINA, 6 MG	Comp	10.000	Vitamedic Ivermectina 6mg C/ 4 Cpr (G) (F)	R$ 0,2000	R$ 2.000,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
177	LEVODOPA ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	Caps	8.000	Farmoquimica Prolopa	R$ 1,9200	R$ 15.360,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
178	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25MG BD	Comp	110.000	Farmoquimica Prolopa	R$ 1,1000	R$ 121.000,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
179	LEVODOPA, BENSERAZIDA 100MG+25MG DISPERSIVEL	Comp	8.000	Farmoquimica Prolopa	R$ 1,9200	R$ 15.360,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
180	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 200MG + 50MG	Comp	50.000	Farmoquimica Prolopa	R$ 1,4750	R$ 73.750,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
184	LEVOMEPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	Frasco 20ml	1.200	Cristalia-Sp (Sp) Fr	R$ 12,2000	R$ 14.640,0000	Drogafonte Ltda	08/07/2027
185	LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG	Comp	160.000	Merck Euthyrox	R$ 0,0800	R$ 12.800,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
186	LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG	Comp	300.000	Ache Levoid 25mcg Blx30 (Lic) Levotiroxina Sódica	R$ 0,0584	R$ 17.520,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
187	LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG	Comp	380.000	Merck Euthyrox	R$ 0,0750	R$ 28.500,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
188	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 100MG/ML SPRAY	Frasco Spray 50 Ml	100	Cristalia Lidocaina 10% (100mg/Ml) Spray De 50ml C	R$ 35,0000	R$ 3.500,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
189	LIDOCAÍNA CLORIDRATO GELÉIA	Bisnaga 30 Gr	3.000	Pharlab Lidocaina Geleia 20mg/G De 30g C/ 100 Bi	R$ 3,5800	R$ 10.740,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
190	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM:2% + 1:200.000, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL	Frasco 20 Ml	600	Hypofarma	R$ 5,0740	R$ 3.044,4000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
191	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, SEM VASO INJETÁVEL	Frasco 20ml	1.600	Hypofarma	R$ 3,7760	R$ 6.041,6000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
192	LORATADINA, 10MG	Comp	130.000	Cimed Loratamed	R$ 0,0578	R$ 7.514,0000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
193	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE	Frasco 100 Ml	6.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 2,6000	R$ 15.600,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027

197	METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	200	Uniao Quimica Metilergometrina Mal 0,2mg/Ml 1ml C/50 A	R$ 2,1500	R$ 430,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
199	METILPREDNISOLONA, SAL SUCCINATO, 500 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	Frasco-Ampola	600	Blau Generico	R$ 16,9000	R$ 10.140,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
200	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG	Comp	20.000	Belfar Belfar/Plabel/1057100860061	R$ 0,0494	R$ 988,0000	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
201	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	Frasco 10 Ml	1.000	Belfar Cx C/ 50 1057101650042 Generico | Cond. Conf. Edital|	R$ 1,2000	R$ 1.200,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
202	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	10.000	Halexistar Noprosil	R$ 0,4800	R$ 4.800,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
203	METOPROLOL, CONCENTRAÇÃO:1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 5,00 Ml	400	Teuto Tarbet	R$ 9,1200	R$ 3.648,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
204	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	Comp	200.000	Accord Cx C/ 30 1553700400085 Generico | Importado|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,3680	R$ 73.600,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
205	METOPROLOL, TARTARATO, 100 MG	Comp	5.000	Ache Tart Metoprolol 100mg Blx30 Tartarato De Metoprolo	R$ 0,2098	R$ 1.049,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
206	METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, COM APLICADOR	Bisnaga 50 Gr	1.500	Prati Donaduzzi Generico	R$ 5,3760	R$ 8.064,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
207	METRONIDAZOL, 250 MG	Comp	60.000	Prati D. Cx C/ 600 Bl C/ 20 1256801820034 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,1600	R$ 9.600,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
209	MICONAZOL NITRATO 2% CREME DERMATOLOGICO	Bisnaga 28 Gr	2.000	Hipolabor Rdc 576/2021 Miconazol Crem Derm Cx C/50bg X 28gr Gen	R$ 2,2600	R$ 4.520,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
210	MICONAZOL NITRATO, 2%, CREME VAGINAL COM APLICADOR	Bisnaga 80 Gr	1.500	Nativita Nitrato De Miconazol	R$ 7,8900	R$ 11.835,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
211	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMPOLA 10ML.	Ampola 10,00 Ml	1.200	Newcom Newcom 1101100470114	R$ 2,4490	R$ 2.938,8000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
212	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMPOLA 3ML	Ampola 3,00 Ml	1.200	Newcom Newcom 1101100470076	R$ 1,4490	R$ 1.738,8000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
214	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 1 Ml	1.200	União Quimica	R$ 1,2900	R$ 1.548,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
216	NALTREXONA 50MG	Comp	170.000	União Quimica	R$ 3,5840	R$ 609.280,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
217	NEOMICINA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA	Bisnaga 15 Gr	6.000	Ems Ems 1023513980010	R$ 2,3490	R$ 14.094,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
218	NIFEDIPINO, 20 MG	Comp	30.000	Hypera Neo Fedipina	R$ 0,0900	R$ 2.700,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
219	NIFEDIPINO, 20 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	Comp	30.000	Medquimica	R$ 0,1246	R$ 3.738,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
220	NIMESULIDA DISPERSÍVEL, DOSAGEM: 100MG	Comp	400.000	Brainfarma Cx C/ 12 Bl C/ 12 1558404390019 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,0660	R$ 26.400,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
221	NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 50 Ml	1.200	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 4,9000	R$ 5.880,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
222	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL COM APLICADOR	Bisnaga 60 Gr	2.000	Brainfarma Cx C/ 1 1558405470036 Generico | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 5,7500	R$ 11.500,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
223	NITROFURANTOÍNA, 100 MG	Caps	100.000	Teuto Generico	R$ 0,2330	R$ 23.300,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
225	NITROPRUSSETO DE SÓDIO, 50 MG, INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	200	Hypofarma Nitroprusseto De Sodio 25mg/Ml 5 Amp 2ml	R$ 13,2500	R$ 2.650,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
226	NOREPINEFRINA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 4 Ml	1.500	Hipolabor Generico	R$ 0,9540	R$ 1.431,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
227	NORFLOXACINO, DOSAGEM:400 MG	Comprimido	10.000	Pharmascience Cx C/ 420 Bl C/ 14 1171700730029 Generico | Importado|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,2950	R$ 2.950,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
228	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25 MG	Caps	150.000	Ranbaxy Nortriptilina 25 Mg X 500 Cpr	R$ 0,1450	R$ 21.750,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
229	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG	Caps	6.000	Ranbaxy Nortriptilina 75 Mg X 30 C	R$ 0,6500	R$ 3.900,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
232	OMEPRAZOL 40MG INJETAVEL	Frasco-Ampola 10ml	2.000	Blau Generico	R$ 6,6800	R$ 13.360,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
233	ONDANSETRONA 2MG/ML	Ampola4 Ml	600	Hypofarma Ondansetrona Clor 2mg/Ml De 4ml C/100 Am	R$ 0,8100	R$ 486,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
236	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM:20 MG	Comprimido	10.000	Ems Ems 1023509640146	R$ 0,1680	R$ 1.680,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
238	PERMETRINA 5% SOL CORPORAL	Frasco 60 Ml	1.000	Nativita Permenati	R$ 2,9651	R$ 2.965,1000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
240	PIRIMETAMINA, DOSAGEM:25 MG	Comprimido	1.000	Farmoquimica Daraprim	R$ 0,0999	R$ 99,9000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
241	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	Frasco 60 Ml	8.000	Hipolabor Hipolabor	R$ 3,8799	R$ 31.039,2000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
242	PREDNISONA, 20 MG	Comp	130.000	Globo Globo/Globo (Generico)/1053502180028	R$ 0,1350	R$ 17.550,0000	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
243	PREDNISONA, 5 MG	Comp	40.000	Brainfarma Prednisona 5mg Comp Ct Bl X20 Hosp	R$ 0,0535	R$ 2.140,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
244	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	Comp	55.000	Cristalia-Sp (Sp) Cpr	R$ 0,1200	R$ 6.600,0000	Drogafonte Ltda	08/07/2027
245	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	3.000	Hipolabor 1134302020061 Prometazol 25mg/Ml Cx C/100ap X 2ml	R$ 2,9750	R$ 8.925,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
246	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG	Comp	30.000	Osorio De Morais	R$ 0,0318	R$ 954,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
247	PROPOFOL, DOSAGEM:10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULSÃO INJETÁVEL	Ampola 20 Ml	400	Teuto Generico	R$ 6,7800	R$ 2.712,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
249	RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO C/AMINOÁCIDOS+ METIONINA+ CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO:10.000UI + 25MG + 5MG + 5MG/G, APLICAÇÃO:POMADA OFTÁLMICA	Bisnaga 3,5 Gr	400	Cristalia-Sp (Sp) Bg	R$ 12,3000	R$ 4.920,0000	Drogafonte Ltda	08/07/2027
250	RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL E ÓXIDO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO:1.000 UI/G + 400 UI/G + 100	Bisnaga 45,00 G	5.000	Belfar Retinol+Colecal +Oxi Zinco 1000 Ui/G + 4	R$ 3,1200	R$ 15.600,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027

	MG/G, FORMA FARMACÊUTICA:POMADA							
251	ROCURÔNIO BROMETO, DOSAGEM:10 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Frasco Ampola	200	Cristalia 1029803040060 Rocuron 10mg/Ml Cx C/25fa X 5ml	R$ 9,6000	R$ 1.920,0000	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	08/07/2027
252	SAIS DE REIDRATAÇÃO PÓ P/ SOLUÇÃO	Envelope 27,9g	30.000	Ifal Cx C/ 100 Rdc 576/2021 Reidratante Ifal|Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,6950	R$ 20.850,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
254	SALBUTAMOL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO 5MG/ML	Frasco 10,00 Ml	200	Hipolabor Generico	R$ 14,5464	R$ 2.909,2800	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
255	SALBUTAMOL, 0,4 MG/ML, XAROPE	Frasco 120 Ml	500	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi/Prati (Generico)/1256800300193	R$ 1,7647	R$ 882,3500	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
256	SERTRALINA 50MG	Comp	800.000	Ranbaxy Sertralina 50 Mg X 500 Cpr	R$ 0,0880	R$ 70.400,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
257	SERTRALINA 100MG	Comp	500.000	Prati Donaduzzi Genérico	R$ 0,2000	R$ 100.000,0000	Prati Donaduzzi E Cia Ltda	08/07/2027
258	SIMETICONA, 75 MG/ML GOTAS	Frasco 15 Ml	5.000	Globo Cx C/ 1 1053501230099 Sintaflat | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 1,4000	R$ 7.000,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
260	SINVASTATINA, 40 MG	Comp	150.000	Globopharma Comp.	R$ 0,0900	R$ 13.500,0000	Bamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
262	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME	Bisnaga 30 Gr	6.000	Prati D Cx C 100 1256803340021 Sulph | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 3,9900	R$ 23.940,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
263	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG	Comp	25.000	Belfar Cx C/ 500 Bl C/ 20 1057101300092 Belfactrim | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,1450	R$ 3.625,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
264	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 40MG + 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	Frasco 100 Ml	500	Ems Ems 1023510480076	R$ 2,7490	R$ 1.374,5000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
265	SULFATO DE MAGNESIO 50%	Ampola 10 Ml	400	Halex Istar (Go) Amp	R$ 5,2800	R$ 2.112,0000	Drogafonte Ltda	08/07/2027
266	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II GOTAS	Frasco 30 Ml	600	Airela Sulfermax	R$ 0,9490	R$ 569,4000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
268	SUXAMETONIO 100MG/ ML	Frasco-Ampola	400	União Quimica	R$ 12,9800	R$ 5.192,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
269	TENOXICAM 20MG INJETAVEL	Frasco-Ampola 2ml	2.000	União Quimica	R$ 5,3100	R$ 10.620,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
270	TERBUTALINA 0,5MG/ML INJ	Ampola 1 Ml	600	Newcom Newcom 1101100270018	R$ 0,9490	R$ 569,4000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
272	TETRACICLINA, 500 MG	Cápsula	1.000	Medquimica Medquimica/Tetramed/1091700090044	R$ 0,4530	R$ 453,0000	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
274	TIAMINA, 300 MG	Comp	3.000	Prati	R$ 0,2350	R$ 705,0000	Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
275	TICAGRELOR 90MG	Comp	600	Ranbaxy Ticagrelor 90 Mg X 60 Cpr	R$ 2,9500	R$ 1.770,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
276	TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Frasco 5 Ml	150	Ems Ems 1023507740186	R$ 2,3990	R$ 359,8500	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
277	TOBRAMICINA 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	Frasco 5ml	1.000	Germed Germed 1058308520014	R$ 4,4990	R$ 4.499,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
278	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	15.000	Hipolabor Hipolabor	R$ 0,8499	R$ 12.748,5000	Inovamed Hospitalar Ltda	08/07/2027
279	TRIANCINOLONA ACETONIDA 1MG/G POMADA BUCAL	Bisnaga 10gr	1.000	Ems Ems 102350735001-9	R$ 3,0980	R$ 3.098,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
280	VARFARINA SÓDICA, 5 MG	Comp	25.000	União Quimica Varfarina Sodica 5mg Com	R$ 0,1412	R$ 3.530,0000	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
281	VASOPRESSINA 20UI/ML	Ampola 1ml	400	Biolab Encrise	R$ 24,6900	R$ 9.876,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
282	VENLAFAXINA 75MG	Comp	400.000	Ranbaxy Venlafaxina 75 Mg X 30 Cpr	R$ 0,3300	R$ 132.000,0000	Merco Solucoes Em Saude S/A	08/07/2027
284	VERAPAMIL CLORIDRATO, DOSAGEM:80 MG	Comp	1.000	Ems Ems 1023506260091	R$ 0,2340	R$ 234,0000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
286	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1, B2, B5, B6 E PP, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola 2 Ml	30.000	Hypofarma Complexo B Polivitaminico De 2ml C/100	R$ 0,8250	R$ 24.750,0000	Tolesul Distribuidora De Medicamentos Ltda	08/07/2027
287	ACETILCISTEINA 600MG	Sanche	430	Ems Ems 1023513420104	R$ 0,5390	R$ 231,7700	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
288	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	Comp	430	Bayer Aspirina Prevent 1705600220037	R$ 0,5740	R$ 246,8200	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
290	Beta-galactosidase 10.000 FCC NLU + Alfa-galactosidase 200 FCC GaIU (Precol)	Frasco 30ml	58	Arese Precol Intoliv	R$ 125,5850	R$ 7.283,9300	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
291	BACLOFENO 10MG	Comp	430	Teuto Baclofen	R$ 0,1180	R$ 50,7400	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
295	CITALOPRAM, DOSAGEM:20MG	Comp	430	Prati Donaduzzi Prati Donaduzzi/Prati (Generico)/1256802720149	R$ 0,1169	R$ 50,2670	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
296	CUMARINA + TROXERRUTINA 15MG + 90MG	Drágea	860	Cifarma Cx C/ 60 Bl C/15 1156001580024 Varicoss | Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,3900	R$ 335,4000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
297	DEXPANTENOL 50MG/G (EPITEGEL)	Bisnaga 10gr	40	Bausch Epitegel	R$ 35,0000	R$ 1.400,0000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
298	DIOSMINA COMPOSIÇÃO:ASSOCISADA A HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO: 450MG + 50MG	Comp	1.720	Vitamedic Cx C/ 60 Bl C/ 10 1039202090028 Biovarixon |Nacional| Cond. Conf. Edital|	R$ 0,3990	R$ 686,2800	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
299	DIOSMINA COMPOSIÇÃO:ASSOCISADA A HESPERIDINA,CONCENTRAÇÃO: 900MG + 100mg	Comp	860	Vitamedic Biovarixon 900+100mg Com Rev C/ 6x10	R$ 0,7688	R$ 661,1680	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
301	DULOXETINA,CONCENTRAÇÃO:30MG,FORMA FARMACÊUTICA:MICROGRÂNULOS DE LIBERAÇÃO LENTA	Comp	430	Ems Ems 1023510880031	R$ 0,6990	R$ 300,5700	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
302	DULOXETINA,CONCENTRAÇÃO:60MG,FORMA FARMACÊUTICA:MICROGRÂNULOS DE LIBERAÇÃO LENTA	Comp	1.300	Ems Ems 1023510880082	R$ 1,1290	R$ 1.467,7000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
303	ESCITALOPRAM OXALATO,DOSAGEM:15MG	Comp	430	Ache Exodus 15mg Comr Blx60 (C1) Oxalato De Escitalopra	R$ 0,2040	R$ 87,7200	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
304	ESOMEPRAZOL,CONCENTRAÇÃO:40 MG, CARACTERÍSTICASADICIONAIS:LIBERAÇÃO PROLONGADA	Comp	860	Ems Ems 1023511820075	R$ 1,0890	R$ 936,5400	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027

305	FOSFATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO:ENEMA, DOSAGEM:FOSFATO MONOBáSICO 16% + FOSFATO DIBáSICO 6%	Frasco 130 Ml	180	Cristalia Phosfoenema	R$ 5,6000	R$ 1.008,0000	Pontamed Farmaceutica Ltda	08/07/2027
306	Ginkgo biloba 120mg	Comp	430	Natunectar Natunectar/Ginkgo Biloba/Isento	R$ 0,3636	R$ 156,3480	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
310	METFORMINA CLORIDRATO,COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA Á VILDAGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO: 1000MG + 50MG	Comp	1.800	Althaia Althaia 1351700760295	R$ 1,2490	R$ 2.248,2000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
311	METFORMINA CLORIDRATO,COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA Á VILDAGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO: 850MG + 50MG	Comp	3.880	Althaia Althaia 1351700760181	R$ 1,2240	R$ 4.749,1200	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
312	METFORMINA CLORIDRATO,COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA Á VILDAGLIPTINA,CONCENTRAÇÃO: 500MG + 50MG	Comp	1.800	Althaia Althaia/Althaia (Generico)/1351700760074	R$ 1,2471	R$ 2.244,7800	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	08/07/2027
317	OFTANE	Frasco 15ml	40	Alcon Oftane	R$ 63,3900	R$ 2.535,6000	Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
320	PREGABALINA, CONCENTRAÇÃO:75MG	Comp	1.720	Ems Ems 1023513450054	R$ 0,1840	R$ 316,4800	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
321	QUETIAPINA, DOSAGEM:100MG	Comp	860	Ems Ems 1023510170182	R$ 0,2840	R$ 244,2400	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
323	SERTRALINA CLORIDRATO,DOSAGEM:50MG	Comp	4.000	Globo Cx C/ 30 Bl C/ 30 1053502090010 Generico Nacional|Cond. Conf. Edital|	R$ 0,1000	R$ 400,0000	Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda	08/07/2027
325	Sitagliptina + metformina 1000/50 mg	Comp	430	Germed Sitglu Met 1058310400128	R$ 1,5990	R$ 687,5700	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
326	Sitagliptina + metformina 850/50 mg	Comp	860	Germed Sitglu Met 1058310400128	R$ 1,5990	R$ 1.375,1400	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
327	Valsartana + anlodipino 160mg+ 5mg	Comp	860	Ache Bravan Duo 160/5mg Comr Blax30 Valsartana + Besila	R$ 0,8669	R$ 745,5340	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
328	Valsartana + hidroclorotiazida + anlodipino 160mg+12,5mg+5mg	Comp	430	Fqm Exforge Hct 1006810820034	R$ 5,2490	R$ 2.257,0700	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
330	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À HIDROCLOROTIAZIDA,CONCENTRAÇÃO: 160MG + 12,5MG	Comp	430	Ache Bravan Hct 160/12,5mg Comr Al/Alx30valsartana + Hi	R$ 0,6169	R$ 265,2670	Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
331	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À HIDROCLOROTIAZIDA,CONCENTRAÇÃO: 320MG + 12,5MG	Comp	860	Ems Brasart Hct 1356907320181	R$ 2,2900	R$ 1.969,4000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
332	Valsartana 80mg	Comp	430	Ems Ems 1023510120215	R$ 0,2890	R$ 124,2700	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
333	VALSARTANA, CONCENTRAÇÃO:160MG	Comp	860	Ems Ems 1023510120266	R$ 0,4190	R$ 360,3400	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
334	VENLAFAXINA,COMPOSIÇÃO:SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:150MG, APRESENTAÇÃO:LIBERAÇÃO CONTROLADA	Comp	1.800	Ems Ems 1023512770055	R$ 1,0990	R$ 1.978,2000	Medigram Comercio De Medicamentos Ltda	08/07/2027
				Valor Total			**R$ 3.916.513,9760**	

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.

5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2026 - FMS*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS
10.1 Os medicamentos, objeto da presente licitação, deverão ser entregues, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da solicitação de entrega emitida pela Central Farmacêutica.
10.2 Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até **15 (quinze)** dias, pela Comissão de Recebimento responsável e poderá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
10.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.4 Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, com a consequente aceitação mediante termo detalhado, devidamente assinado pelas partes.
10.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
10.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.7 Caso a comissão de recebimento ou fiscal de contrato, entenderem não ser necessário o recebimento provisório do bem, entender-se-á como definitivo.
10.8 Os medicamentos deverão ser entregues, na Central Farmacêutica, situada à Travessa Eurides Pelacani, nº 5314, Umuarama-Pr, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. Em caso de entrega fora do prazo sem justificativa poderá ser recusado o recebimento por parte da contratante.
10.9 No ato da entrega dos medicamentos, junto a nota fiscal, deverá ser apresentado o certificado de registro dos medicamentos no Ministério da Saúde/Anvisa.
10.10 Validade mínima dos medicamentos de 12(doze) meses, a contar da data de entrega, e os medicamentos deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;

II – O Edital de Licitação;

III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 008/2026 – FMS – Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

70.001.10.303.0026.2.063.3.3.90.32.00.00 – D:237 – F:001 – Livres
70.001.10.303.0026.2.063.3.3.90.32.00.00 – D:238 – F:303 – 15%
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Umuarama, 08 de julho de 2026.

ADEMIR GERALDO KIENEN
G. Kienem & CIA LTDA
Detentora da Ata

MAICON CORDOVA PEREIRA
Altermed Material Medico Hospitalar LTDA
Detentora da Ata

HELOIZA NERY DE OLIVEIRA SILVA
Antibioticos Do Brasil LTDA
Detentora da Ata

ERIC FREDERIK GUALBERTO
Bamed Farmaceutica LTDA
Detentora da Ata

EDIVAR SZYMANSKI
Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares LTDA
Detentora da Ata

RAFAEL OLÍMPIO CASTANHEIRA
Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA
Detentora da Ata

ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS
Drogafonte LTDA
Detentora da Ata

ANA PAULA SOARES
Inovamed Hospitalar LTDA
Detentora da Ata

ANDREA LETICIA GRAMS
Medigram Comercio De Medicamentos LTDA
Detentora da Ata

POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO
Merco Solucoes Em Saude S/A
Detentora da Ata

FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR
Pontamed Farmaceutica LTDA
Detentora da Ata

GISELI BASSANI DOS SANTOS
Prati Donaduzzi E CIA LTDA
Detentora da Ata

JEFERSON CAMPOS MASTALER
Promefarma Medicamentos E Produtos Hospitalares LTDA
Detentora da Ata

LUIZ RENATO GAROFANI
Soma/Pr Comercio De Produtos Hospitalares LTDA
Detentora da Ata

GIOVANI RICARDO SCHNEIDER ANDRIOLI
Sulmedic Comércio De Medicamentos LTDA
Detentora da Ata

SIMONE POZZEBON
Tolesul Distribuidora De Medicamentos LTDA
Detentora da Ata

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:9EDB4B9C

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA GERAL - PMU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 038/2026 – PMU, processo administrativo n.º 2026/03/178, homologado pela Portaria nº 871/2026 de 06 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" de 08 de julho de 2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de locação de equipamentos de fiscalização eletrônica de trânsito, do tipo fixo e portátil, metrológicos, não metrológicos e híbridos, incluindo instalação, operação, manutenção e fornecimento de sistema de processamento de imagens e dados, visando o monitoramento de 78 (setenta e oito) faixas de tráfego do **MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,** referente ao cometimento das infrações de excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres, conforme especificações técnicas do **CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito** e normas do **INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia**, especificado no Termo de Referência, anexo do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n.º 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	CNAE	Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – um ano)
ÚNICO	1	Equipamento fixo metrológico: medidores eletrônicos de velocidade, para uma ou mais faixas de rolagem;	**2651-5/00**	faixa/mês	34	R$ 3.387,00	R$ 115.158,00	R$ 1.381.896,00	Consórcio TC	13/07/2027
	2	Equipamento estático/portátil metrológico: medidor eletrônico de velocidade para uma ou mais faixas de rolagem;	**2651-5/00**	eqpto/mês	03	R$ 6.200,15	R$ 18.600,45	R$ 223.205,40	Consórcio TC	13/07/2027
	3	Equipamentos de fiscalização do tipo fixo híbrido, para detecção de excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres, - Controlador Eletrônico Misto (CEM);	**2651-5/00 8020-0/01**	faixa/mês	12	R$ 3.590,00	R$ 43.080,00	R$ 516.960,00	Consórcio TC	13/07/2027
	4	Equipamento fixo não metrológico , para a	2651-5/00 8020-0/01	faixa/mês	32	R$ 2.600,00	R$	R$ 998.400,00	Consórcio	13/07/2027

		fiscalização de avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres (SAnMFT);					83.200,00		TC	
	5	Central de Processamento de Imagem (CPI);	8020-0/01 6311-9/00	sistema/mês	01	R$ 7.150,00	R$ 7.150,00	R$ 85.800,00	Consórcio TC	13/07/2027
	6	Operação, manutenção e fornecimento de *software* para Central de Processamento de Imagem	**3312-1/02 6209-1/00**	faixa/mês	78	R$ 420,66	R$ 32.811,48	R$ 393.737,76	Consórcio TC	13/07/2027
	VALOR TOTAL ANUAL:							R$ 3.599.999,16		

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, com divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação do processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.

5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4 Na hipótese de previsão no Edital de Pregão Eletrônico nº 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a eventual contratação;

6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a eventual contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 O prazo de entrega dos bens é de 1**5 (quinze) dias,** contados da data de recebimento da Autorização de Entrega, em remessa parcelada na forma do pedido, observando-se, ainda, o seguinte:

a)Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

b)Os bens deverão ser entregues no endereço da **SESTRAM**, qual seja, Avenida Padre José Germano Neto Júnior, nº 3502 - Zona Armazém, CEP 87503-650, Umuarama/PR;

c)O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

d)Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

e)A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

10.2 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
10.3 Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze) dias úteis,** contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela **DETENTORA DA ATA** ou pela assistência técnica autorizada.
10.4 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
10.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação, fica o **ÓRGÃO GERENCIADOR** autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da **DETENTORA DA ATA** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
10.6 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da **DETENTORA DA ATA.**
10.7 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
10.8 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta.
10.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da detentora da ata, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.10 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.11 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021 , comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.13 O prazo para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente licitação/contratação são caracterizados como comuns e possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – A Autorização de Contratação Direta;
III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Pregão Eletrônico nº 038/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA deverá emitir ART dos serviços executados.
Parágrafo Quinto: A remuneração devida a DETENTORA DA ATA pela execução dos serviços objeto deste edital é fixa e pré-determinada, não estando, sob hipótese alguma, vinculada condicionada ou associada, aos valores arrecadados a titulo de multas, penalidades ou sanções aplicadas a terceiros ou a própria contratante.
Parágrafo Sexto: É vedado qualquer tipo de comissionamento bônus ou participação da contratada sob o montante derivado de multas aplicadas, prevalecendo os princípios da boa fé objetiva e da isenção profissional na execução das atividades contratadas.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

20.002.26.125.0017.1.158 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1255 - F:509
20.002.26.125.0017.1.158 - ED:3.3.90.40.00.00 - D:1256 - F:509

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Umuarama, 13 de julho de 2026.

MARINERI STRAPASSON BARDELI
Consórcio TC
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

VALDECIR GONÇALVES CAPELLI
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:9FEA6D32

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
CHAMADA PÚBLICA N°001/2026 - BANCO DE ALIMENTOS

Prefeitura Municipal de Umuarama, Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130 -Umuarama - Paraná.

CHAMADA PÚBLICA n°001/2026 - BANCO DE ALIMENTOS

Chamada Pública n°001/2026, para aquisição de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, instituído pela lei n° 14.628, de 20/07/2023, regulamentado pelo Decreto n° 11.802 de 28/11/2023, com dispensa de licitação.
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Umuarama, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Rio Branco, 3717 - Centro Cívico, inscrita no CNPJ sob o n° 76.247.378/0001-56, representado neste ato pelo Sr. Antonio Fernando Scanavaca, no uso de suas prerrogativas legais, através da Secretaria Municipal de Agricultura - Divisão de Segurança Alimentar - Banco de Alimentos, vem realizar chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n° 11.628/2023, por meio da Modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação, pelo período de 12 meses, a contar a data de assinatura do Termo de Contrato ou até ser atingido o limite de valor de fornecimento estabelecido pela legislação. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação: cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) devidamente regular, Cópia do Registro Geral (RG), cópia e extrato do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), comprovação de inscrição no CadÚnico, cópia do certificado de conformidade de produtos orgânicos (quando pertinente), Proposta de Venda (anexo I) no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data desta publicação das 07h às 12h, e das 13h30min às 16h30min no Banco de Alimentos de Umuarama- Avenida Júlio César Jarros, 2684 Parque Daniele.

1. Objeto
1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo.

ITEM	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO Kg (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
Abacate	600	R$ 5,44	R$ 3.264,00
Abacate orgânico	245	R$ 6,98	R$ 1.710,10
Abacaxi	500	R$ 6,71	R$ 3.355,00
Abacaxi orgânico	150	R$ 13,15	R$ 1.972,50
Abobrinha	400	R$ 5,46	R$ 2.184,00
Abobrinha orgânica	200	R$ 7,58	R$ 1.516,00
Acelga	200	R$ 6,37	R$ 1.274,00
Acelga orgânica	100	R$ 9,20	R$ 920,00
Agrião	150	R$ 11,25	R$ 1.687,50
Agrião orgânico	100	R$ 15,43	R$ 1.543,00
Alface	500	R$ 9,23	R$ 4.615,00
Alface orgânico	200	R$ 12,84	R$ 2.568,00
Alho	250	R$ 33,73	R$ 8.432,50
Alho orgânico	100	R$ 36,90	R$ 3.690,00
Almeirão	400	R$ 8,13	R$ 3.252,00
Almeirão orgânico	200	R$ 12,91	R$ 2.582,00
Banana Caturra	500	R$ 4,63	R$ 2.315,00
Banana Caturra orgânica	249	R$ 6,51	R$ 1.620,99
Banana Maçã	400	R$ 6,40	R$ 2.560,00
Banana Maçã orgânica	200	R$ 6,65	R$ 1.330,00
Batata Doce	500	R$ 4,32	R$ 2.160,00
Batata Doce orgânica	245	R$ 6,80	R$ 1.666,00
Berinjela	261	R$ 6,00	R$ 1.566,00
Beringela orgânica	100	R$ 8,08	R$ 808,00
Beterraba	295	R$ 5,92	R$ 1.746,40
Beterraba orgânica	150	R$ 7,61	R$ 1.141,50
Bolacha caseira	300	R$ 28,56	R$ 8.568,00
Brócolis	250	R$ 9,12	R$ 2.280,00
Brócolis orgânico	150	R$ 10,90	R$ 1.635,00
Cebola	300	R$ 4,07	R$ 1.221,00
Cebola orgânica	150	R$ 6,43	R$ 964,50
Cebolinha	100	R$ 18,01	R$ 1.801,00
Cebolinha orgânica	100	R$ 22,58	R$ 2.258,00
Cenoura	300	R$ 5,09	R$ 1.527,00
Cenoura orgânica	100	R$ 8,60	R$ 860,00
Chuchu	250	R$ 4,93	R$ 1.232,50
Chuchu orgânico	100	R$ 7,24	R$ 724,00
Couve-flor	250	R$ 8,65	R$ 2.162,50
Couve-flor orgânico	150	R$ 11,63	R$ 1.744,50
Couve Manteiga	350	R$ 11,94	R$ 4.179,00
Couve Manteiga orgânico	150	R$ 12,93	R$ 1.939,50
Doce de frutas pastoso-geleia	100	R$ 34,51	R$ 3.451,00
Doce de abóbora	100	R$ 24,32	R$ 2.432,00
Escarola/chicória	200	R$ 8,97	R$ 1.794,00
Escarola/chicória orgânica	50	R$ 12,00	R$ 600,00
Espinafre	100	R$ 11,54	R$ 1.154,00
Espinafre orgânico	100	R$ 14,04	R$ 1.404,00
Goiaba	400	R$ 8,33	R$ 3.332,00
Inhame	250	R$ 8,33	R$ 2.082,50
Inhame orgânico	100	R$ 11,08	R$ 1.108,00
Laranja pêra	400	R$ 4,16	R$ 1.664,00
Limão	150	R$ 4,59	R$ 688,50
Limão orgânico	100	R$ 5,90	R$ 590,00
Mamão	400	R$ 6,54	R$ 2.616,00
Mamão orgânico	200	R$ 12,22	R$ 2.444,00
Manga	300	R$ 7,73	R$ 2.319,00
Manga orgânica	100	R$ 15,16	R$ 1.516,00
Mandioca descascada, picada, embalada a vácuo	200	R$ 8,10	R$ 1.620,00
Mandioca descascada, picada, embalada a vácuo orgânica	150	R$ 9,94	R$ 1.491,00
Maxixe	80	R$ 9,28	R$ 742,40
Maxixe orgânico	50	R$ 18,21	R$ 910,50
Mel	150	R$ 36,30	R$ 5.445,00
Melancia	500	R$ 3,35	R$ 1.675,00
Melão	400	R$ 6,82	R$ 2.728,00
Milho verde (sem palha)	399	R$ 7,40	R$ 2.952,60
Milho verde (sem palha) orgânico	199	R$ 11,78	R$ 2.344,22
Morango	300	R$ 30,03	R$ 9.009,00
Morango orgânico	150	R$ 45,94	R$ 6.891,00
Pão caseiro	500	R$ 17,97	R$ 8.985,00
Pepino	200	R$ 5,57	R$ 1.114,00
Pepino orgânico	100	R$ 8,43	R$ 843,00
Pimentão	200	R$ 9,42	R$ 1.884,00
Pimentão orgânico	100	R$ 17,92	R$ 1.792,00
Polpa de fruta	400	R$ 19,92	R$ 7.968,00
Quiabo	300	R$ 12,65	R$ 3.795,00
Quiabo orgânico	100	R$ 15,78	R$ 1.578,00
Rabanete	240	R$ 8,97	R$ 2.152,80
Rabanete orgânico	100	R$ 11,93	R$ 1.193,00
Repolho verde/roxo	400	R$ 4,16	R$ 1.664,00
Repolho verde/roxa orgânico	200	R$ 5,85	R$ 1.170,00
Rúcula	351	R$ 12,75	R$ 4.475,25
Rúcula orgânica	150	R$ 14,63	R$ 2.194,50
Salsinha	200	R$ 19,08	R$ 3.816,00
Salsinha orgânica	100	R$ 27,42	R$ 2.742,00
Tangerina exceto ponkan	600	R$ 6,45	R$ 3.870,00
Tangerina exceto ponkan orgânica	200	R$ 8,19	R$ 1.638,00
Tangerina ponkan	600	R$ 4,85	R$ 2.910,00
Tangerina ponkan orgânica	153	R$ 7,18	R$ 1.098,54

Tomate	400	R$ 6,16	R$ 2.464,00
Tomate orgânico	250	R$ 11,48	R$ 2.870,00
Vagem	180	R$ 14,44	R$ 2.599,20
Vagem orgânica	100	R$ 17,14	R$ 1.714,00
Valor Total		R$ 226.110,00	

Os preços praticados são referenciados pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (DERAL).

1.2 Os alimentos deverão ser entregues respeitando as seguintes especificações:

- **Folhosos** (acelga, alface, almeirão, couve, repolho, cebolinha, escarola, espinafre, salsinha, rúcula e demais que se enquadrem): hortaliça fresca, com folhas íntegras e de primeira qualidade; limpa, lavada, coloração uniforme; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Deverão ser entregues em maços condizentes com o padrão comercializado nos estabelecimentos locais (salsinha, cebolinha, couve, entre outros), ou em sacos plásticos ou sacolas transparentes (alface, almeirão, espinafre, chicória, entre outros).

- **Hortaliças de inflorescência** (brócolis e couve-flor): produto selecionado isento de partes amassadas, sujidades, insetos, parasitas, larvas, corpos estranhos e bolor, sem botões florais abertos. As hortaliças deverão ser entregues sem as folhas externas e como um caule de no máximo 8 cm, a exceção é o brócolis ramoso que apresenta características diferentes no que se refere às folhas e caules.

- **Tubérculos ou raízes tuberosas** (batata doce, inhame, cenoura, beterraba, rabanete e demais que se enquadrem): no estado in natura, lavado ou escovado, coloração uniforme; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.

- **Legumes** (abobrinha, alho, berinjela, chuchu, cebola, tomate e demais que se enquadrem): produto selecionado consistente, resistente ao toque e isento de partes amassadas, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas, corpos estranhos e bolor.

- **Frutas** (goiaba, abacate, mamão, morango e demais que se enquadrem): produto selecionado consistente, resistente ao toque e isento de partes amassadas, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas, corpos estranhos e bolor.

- **Panificadora** (pão e bolacha caseira) - Produto de qualidade, em embalagem de 500g, devidamente etiquetado seguindo as normas vigentes.

- **Mel**- devidamente registrados nos órgão competentes (SIM, SIE, SIF, SUSAF), envasado em embalagens adequadas e com a etiqueta de acordo com a legislação vigente. O fracionamento do produto será informado previamente pelo responsável pela aquisição, podendo variar em embalagens de 250g a 500g.

- **Mandioca**- descascada, picada em pedaços de cerca de 8 cm, livre de sujidades ou pragas, embalada a vácuo em pacotes transparente contendo 1 kg, devidamente etiquetado.

- **Milho verde**- Espiga de milho sem palha, apresentando grãos bem desenvolvidos e novos, porém macios e leitosos. Os grãos devem apresentar cor amarelada clara, brilhante e cristalina. Embalados em bandejas de isopor envoltos por filme de PVC esticável ou embalagem plástica transparente apropriada, contendo 1 kg.

- **Doces** (fruta e abóbora)- doce feito com fruta ou abóbora natural e fresca, sem a adição de conservantes, limpo, isento de sujidade, embalagem final em potes plásticos, transparentes, rotulados, hermeticamente fechados, contendo 500g

- **Polpa de fruta**- Polpa de acerola, composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis, maduras e sãs; apresentação na forma congelada; processo tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; isento de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar; com aspecto em pasta mole, cor, cheiro e sabor próprio; acondicionado em embalagem plástica de 1 kg cada ou 1 kg fracionado; Deve apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e registro no MAPA.

2. Critérios de priorização das propostas

Para seleção, as propostas de venda habilitadas serão priorizados fornecedores locais, com CAF, participantes do próprio município e grupos de inclusão (do Programa Estadual de Promoção Social e Cidadania) e dos demais programas do IDR-Paraná, bem como os grupos de Unidade de Produção Familiar (UPF), assistidas de olericultura, fruticultura, agroecologia e agroindústria.

Serão aceitos agricultores de outros municípios da região, somente em caso de faltar agricultores fornecedores do município com capacidade para atender a demanda e diversidade necessária à proposta.

Umuarama, 14 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS FÁVARO
Secretário Municipal de Agricultura

Anexo I

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS FEDERAL	
I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
1 Nome	
2 Endereço	
3 Município	4 CEP
5 Nº da CAF e validade	6 CPF

7 Nº CadÚnico	8 Telefone
II RELAÇÃO DE PRODUTOS	
Os produtos serão entregues de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Umuarama - Banco de Alimentos, observando-se os quantitativos e os valores unitários estabelecidos. Além disso, o produtor poderá fornecer outros gêneros alimentícios, desde que estejam contemplados no projeto geral ou sejam solicitados pela Prefeitura Municipal de Umuarama, respeitando os mesmos critérios e a tabela de preços vigente.	

Umuarama, de de 2026.

_____
Assinatura

Anexo II
TERMO DE COMPROMISSO DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS 2026

Eu, **(Nome completo do responsável legal),** detentor (a) do Cpf n° **(N° do Cpf)**, no exercício do cargo de **(Cargo/função)**, na qualidade de representante legal da
entidade beneficiária:

RAZÃO SOCIAL:_____

CNPJ:_____

MUNICÍPIO:_____

ENDEREÇO:_____

E-MAIL:_____

N° DE BENEFICIÁRIOS:_____

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE:
1. Estou ciente e li a **Instrução Normativa do Programa,** operacionalizado pela **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB),** IDR-PR e Prefeitura Municipal de Umuarama comprometendo-me a cumprir
integralmente suas disposições.
2. COMPROMISSOS DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:
● Conferir os alimentos recebidos, verificando quantidade, peso, qualidade e conformidade com o romaneio de entrega;
● Armazenar adequadamente os produtos em condições sanitárias e de conservação, conforme normas vigentes;
● Distribuir os alimentos exclusivamente ao público assistido pela entidade;
● Manter arquivados, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os comprovantes de entrega (listas de beneficiários, recibos ou outros documentos), para fins de fiscalização pelos órgãos competentes.

Umuarama, de de .

(Assinatura do responsável legal)
(Carimbo e razão social da Entidade Beneficiária)

Anexo III

TERMO DE COMPROMISSO DO BENEFICIÁRIO FORNECEDOR PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

I- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO FORNECEDOR DO PAA	
1. Nome do(a) Agricultor(a):	
2. N° da DAP/CAF:	Data de validade da DAP/CAF:
3. CPF:	
4. Município/UF:	
5. Endereço:	
6. CEP:	
7. DDD/Fone:	
8. Número da Proposta de participação:	

Eu, _____, declaro, sob as penas de lei, que:

( ) Fui informado sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Medida Provisória 1.166, de 22 de março de 2023, regulamentado pelo Decreto n° 11.476, de 6 de abril de 2023, e demais resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA).

( ) Tenho conhecimento prévio da Proposta de Participação da Unidade Executora n° xxx;

( ) Comprometo-me a entregar os produtos acordados para serem adquiridos no âmbito do Programa;

( ) Comprometo-me a respeitar o valor máximo do limite financeiro disponibilizado, por DAP/CAF, por proposta anual, conforme estabelece o Art. 6° do Decreto n°11.476/2023, independentemente da Unidade Executora com a qual estou operando as entregas (Prefeitura,Estado).

Dos produtos e sua origem

( ) Declaro que o(s) produto(s) comercializado(s) é (são) de minha produção.

Da exclusão do Programa

Estou ciente que qualquer irregularidade constatada e não denunciada poderá ensejar sanções de natureza civil, penal e administrativa e que ao descumprir as regras do PAA poderá ser excluído automaticamente do Programa, além de estar sujeito a outras penalidades conforme a lei.

Validade do termo

O presente Termo de Compromisso tem a vigência da Proposta de Participação no Programa de Aquisição de Alimentos n°, de // a //, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 dias.

A Unidade Executora do PAA pode encerrar o presente termo caso este beneficiário fornecedor não cumpra com as diretrizes e obrigações do Programa, sendo permitido seu retorno somente após as adequações necessárias, com a observância da conveniência e oportunidade da administração pública.

E, por ter lido e estando de acordo com os termos apresentados, as obrigações assumidas, e as condições estabelecidas, as partes assinam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito

Umuarama, de de 2026.

Beneficiário fornecedor	Responsável pela Unidade Executora
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FA0D4559

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE CONCESSIONÁRIOS DE JAZIGOS EM RUÍNAS OU SITUAÇÃO DE ABANDONO

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Código de Posturas Municipal e demais legislações vigentes,
FAZ SABER a todos os concessionários, herdeiros ou sucessores de direitos sobre os jazigos (túmulos, carneiras, capelas) localizados no Cemitério Municipal Distrito do São Cristóvão, que se encontram em estado de abandono, ruína, falta de conservação ou sem identificação regular, localizados na QUADRA A, que:
Ficam NOTIFICADOS os responsáveis pelos jazigos listados no Anexo I deste Edital a comparecerem, no prazo improrrogável de **30 dias**, a contar da data de publicação deste documento, no Cemitério Municipal de São Cristóvão, situado na**Rua São Cristóvão, nº 379**, no bairro São Cristóvão, município de União da Vitória (PR), de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.
O não comparecimento ou a não realização das obras de reforma, limpeza e manutenção necessárias no prazo estabelecido de 30 dias contando do comparecimento no Cemitério implicará a **perda do direito de concessão** do terreno.
Comparecendo o responsável, mas se recusa a efetuar as obras de reparação, será colhida assinatura do **TERMO DE CIÊNCIA DE SITUAÇÃO DO TÚMULO**.
Decorrido o prazo legal sem manifestação, a Administração Municipal procederá com a **demolição das benfeitorias em ruínas, a exumação dos restos mortais** (que serão transladados para o Ossuário Municipal) e a reversão do lote ao Patrimônio Público para nova concessão, conforme prevê a legislação.

Para a regularização, o responsável deverá apresentar:
Documento de identidade com foto (RG e CPF);
Título de Concessão de Terreno ou documentos que comprovem o vínculo familiar com o sepultado.
União da Vitória - PR, 02 de julho de 2026.

ANEXO I – RELAÇÃO DE JAZIGOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Quadra	Lote/Sepultura	Nome do Concessionário/Falecido Inscrito	Situação Encontrada
Quadra A	Lote A-139	ADAO GONCALVES DA MAIA	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-030	ARMANDO VOLANICK	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-120	CARMELI DO ROCIO DOROCINSKI	Infiltração e falhas na estrutura da capela
Quadra A	Lote A-123	DORVALINA MARTINS KIMITA	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-060	EDILSON ALAERCIO DOS SANTOS	Infiltração, rachaduras
Quadra A	Lote A-026	ERVENTON ELOI FUHR	Infiltração
Quadra A	Lote A-134	FRANCISCA PINTO	Rachaduras, infiltração
	Lote A-081	GIOVANA AMARO PEREIRA	Abandono

Quadra A			
Quadra A	Lote A-124	IVETE TEREZINHA TESTI	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-096	JOAO GELINSKI	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-085	JOSEMAR VICTOR DE LIMA	Infiltração
Quadra A	Lote A-021	KARINA ALVES DE PAULA	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-014	KÁTIA PRISCILA RODRIGUES	Infiltração
Quadra A	Lote A-083	LUCIANE APARECIDA ROIEK	Cerâmicas quebradas, infiltração
Quadra A	Lote A-049	LUCIANE APARECIDA ROIEK	Infiltração
Quadra A	Lote A-112	MARCIA TEREZA DE CAMPOS	Resíduos acumulados, falhas na estrutura
Quadra A	Lote A-139	MARIA DE LOURDES WLADYKA	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-042	MARIA DO ROCIO DOS SANTOS	Infiltração
Quadra A	Lote A-089	MARLENE SALLES PALIOSA	Infiltração e problemas estruturais
Quadra A	Lote A-055	NEUSI INEZ MUDRYK FERETYSKI	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-097	OSMAR SCHMICKLER	Rachaduras, infiltração, problemas sérios na estrutura da capela
Quadra A	Lote A-079	OSMAR STASIAK DE FRANÇA	Infiltração
Quadra A	Lote A-037	PAULO OSMAR STOCKI	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-104	ROSANE APARECIDA DOLINSKI	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-077	ROSANGELA DE FATIMA MACHADO	Infiltração
Quadra A	Lote A-078	SIDNEI VOLEK	Abandono
Quadra A	Lote A-023	VALDIR PILECO	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-053	NÃO CADASTRADA Falecidos(as) identificados: NATÁLIA STANKEVICZ, MARLENE STANKEVICZ, JOSÉ STANKEVICZ e TADEU STANKEVICZ	Rachaduras e infiltração na gaveta n°01
Quadra A	Lote A-088	NÃO CADASTRADA Falecidos(as) identificados: LENIRA PEREIRA PRESTES e WALDEMAR PEREIRA	Infiltração
Quadra A	Lote A-082	NÃO CADASTRADA Falecidos(as) identificados: SEBASTIÃO AMARO DE SOUZA	Abandono
Quadra A	Lote A-108	NÃO CADASTRADA Falecidos(as) identificados: JOSÉ DOMINGUES DA SILVA	Rachaduras, infiltração
Quadra A	Lote A-135	NÃO CADASTRADA Falecidos(as) identificados: PAULINA BUENO PINTO, CARLITO C. PINTO e MARIA DE LOURDES BUENO PINTO DOS SANTOS	Infiltração
Quadra A	Lote A-117	NÃO CADASTRADA (Dois Túmulos infantil, um deles não é cadastrado) SEM FALECIDO IDENTIFICADO	Infiltração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3980AF33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
ANEXO LRF

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA															
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO															
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL															
07/2025 A 06/2026															
RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")															R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [2]**
	LIQUIDADAS														
	Jul/2025	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	86.014,71	86.381,68	81.754,62	86.014,72	87.023,18	183.347,97	64.842,82	95.710,88	86.384,50	86.065,75	87.258,99	88.223,44	1.119.023,26	0,00
Pessoal Ativo	86.014,71	86.381,68	81.754,62	86.014,72	87.023,18	183.347,97	64.842,82	95.710,88	86.384,50	86.065,75	87.258,99	88.223,44	1.119.023,26	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	76.119,22	76.486,18	72.349,23	76.119,23	77.117,13	164.084,46	56.053,22	83.430,44	74.051,12	73.309,85	74.496,89	75.399,08	979.016,05	0,00
Obrigações Patronais	9.895,49	9.895,50	9.405,39	9.895,49	9.906,05	19.263,51	8.789,60	12.280,44	12.333,38	12.755,90	12.762,10	12.824,36	140.007,21	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[3]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná															
Dados processados em: 14/07/2026 21:23 | Relatório emitido em: 15/07/2026 13:10															

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
07/2025 A 06/2026														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	86.014,71	86.381,68	81.754,62	86.014,72	87.023,18	183.347,97	64.842,82	95.710,88	86.384,50	86.065,75	87.258,99	88.223,44	1.119.023,26	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.880.582,38	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.680.013,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) 7	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) 7	447.744,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	34.752.825,38	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.119.023,26	3,22%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.085.169,52	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.980.911,05	5,7%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	1.876.652,57	5,4%
NOTA:		
1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.		
2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não		

sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdTitulo + cdSubtitulo + cdItem + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.
5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023. 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.
5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.
7. A STN, para 2023, considera a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa de pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária. No mapeamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (IV)", que foi renomeado para "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:370FC566

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
ANEXO I DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL BOA VENTURA SÃO ROQUE														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")												Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.		
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	07/2025	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	161.516,10	141.839,14	143.057,48	145.513,09	150.873,71	230.975,38	154.085,42	154.029,65	155.386,46	157.189,51	149.885,00	149.885,00	1.894.235,94	0,00
Pessoal Ativo	161.516,10	141.839,14	143.057,48	145.513,09	150.873,71	230.975,38	154.085,42	154.029,65	155.386,46	157.189,51	149.885,00	149.885,00	1.894.235,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	146.168,97	126.452,60	127.804,94	129.978,09	135.338,71	207.066,14	136.200,97	136.215,98	137.197,07	138.422,75	131.118,24	131.118,24	1.683.082,70	0,00
Obrigações Patronais	15.347,13	15.386,54	15.252,54	15.535,00	15.535,00	23.909,24	17.884,45	17.813,67	18.189,39	18.766,76	18.766,76	18.766,76	211.153,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.786,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.786,84	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.786,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.786,84	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	161.516,10	141.839,14	143.057,48	145.513,09	150.873,71	225.188,54	154.085,42	154.029,65	155.386,46	157.189,51	149.885,00	149.885,00	1.888.449,10	0,00
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
DESPESA COM PESSOAL	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	61.567.345,81	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.080.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	250.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	766.892,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	59.470.453,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.888.449,10	3,18%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.568.227,23	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.389.815,87	5,70%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.211.404,51	5,40%
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 14/07/2026 10:45		

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:2F5C73BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2025 A JUNHO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea | 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.526.887,79	2.031.533,38	1.902.754,02	1.828.186,14	2.072.534,08	3.028.109,22	1.952.103,44	1.870.898,11	2.046.693,84	2.095.472,45	1.883.839,24	2.132.834,71	25.371.846,42	0,00
Pessoal Ativo	2.379.487,79	1.875.701,38	1.785.206,02	1.822.386,14	1.868.995,84	2.939.472,83	1.952.103,44	1.870.898,11	2.046.693,84	2.095.472,45	1.883.839,24	1.882.764,71	24.403.021,79	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.041.761,77	1.506.293,71	1.450.474,26	1.485.419,52	1.531.726,99	2.297.821,86	1.604.705,55	1.524.929,41	1.663.150,56	1.595.264,20	1.521.304,23	1.509.522,02	19.732.374,08	0,00
Obrigações Patronais	337.726,02	369.407,67	334.731,76	336.966,62	337.268,85	641.650,97	347.397,89	345.968,70	383.543,28	500.208,25	362.535,01	373.242,69	4.670.647,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	147.400,00	155.832,00	117.548,00	5.800,00	203.538,24	88.636,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.070,00	968.824,63	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(exceto elemento 34)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.286,17	48.098,52	48.208,66	46.812,73	54.760,13	82.263,89	46.456,34	43.529,40	52.587,98	74.549,54	61.235,27	66.588,90	657.377,53	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	32.286,17	48.098,52	48.208,66	46.812,73	54.760,13	82.263,89	46.456,34	43.529,40	52.587,98	74.549,54	61.235,27	66.588,90	657.377,53	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.494.601,62	1.983.434,86	1.854.545,36	1.781.373,41	2.017.773,95	2.945.845,33	1.905.647,10	1.827.368,71	1.994.105,86	2.020.922,91	1.822.603,97	2.066.245,81	24.714.468,89	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.278.659,15	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.133.401,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	580.578,62	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	50.564.679,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	24.714.468,89	48,88%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.304.926,95	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	25.939.680,60	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.574.434,25	48,6%
Entidades:		
Município de Campo do Tenente		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:38		

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:51155C89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2026 À 12/2026
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	74.234,08	43.824,25	915.301,17	18.288,40	0,00	0,00	(903.179,74)	633.353,87	0,00	(1.536.533,61)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	74.234,08	43.824,25	915.301,17	18.288,40	0,00	0,00	(903.179,74)	633.353,87	0,00	(1.536.533,61)
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	(1.560,10)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.560,10)	0,02	0,00	(1.560,12)
GARANTIA CRIANÇA E ADOLESCENTE	136.595,97	0,00	1.372,92	0,00	0,00	0,00	135.223,05	14.967,53	0,00	120.255,52
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	769.377,00	0,00	0,00	50.580,77	0,00	0,00	718.796,23	0,00	0,00	718.796,23
Programa Caminho da Escola 2016 Onibus Rural Escolar	4.839,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.839,05	0,00	0,00	4.839,05
Transferências de Outros Programas	366.881,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	366.881,12	38.070,00	0,00	328.811,12
Programa Esporte que Queremos - Custeio	(34.222,56)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(34.222,56)	16.403,94	0,00	(50.626,50)
Convênio nº. 644/2023 - SECID - Maria Clara Brandão	1.158,10	0,00	0,00	63.806,24	0,00	0,00	(62.648,14)	0,00	0,00	(62.648,14)
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo	252,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,73	0,00	0,00	252,73
Convênio nº. 581/2023 - SECID - SIT 61503 - Pavimentação do	21.966,69	0,00	0,00	14.455,27	0,00	0,00	7.511,42	0,00	0,00	7.511,42
Programa Esporte que Queremos - Custeio - Invewstimentos	1.987,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987,37	50.760,00	0,00	(48.772,63)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Calcário	116.946,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.946,12	0,00	0,00	116.946,12
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa	38.208,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.208,63	43.227,35	0,00	(5.018,72)
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Emenda n.	(122.106,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(122.106,92)	126.480,00	0,00	(248.586,92)
CONSTRUÇAO DE CRECHE INFANCIA FELIZ	649.679,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	649.679,91	0,00	0,00	649.679,91
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa	19.810,28	0,00	7.928,71	0,00	0,00	0,00	11.881,57	1.400,00	0,00	10.481,57
Asfalto Novo Vida Nova - SAM 68552 - SIT 68552	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.909.878,61	0,00	(3.909.878,61)
Iluminação LED - SAM 44 - SIT 68553	285,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285,25	130.459,10	0,00	(130.173,85)

Portal Turistico - SIT 68893	(61.111,87)	0,00	0,00	232.982,52	0,00	0,00	(294.094,39)	0,00	0,00	(294.094,39)
EVENTO FESTIVO AGRO CAMPO 2025	114.852,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.852,10	0,00	0,00	114.852,10
MAQUINÁRIO SEAB 2025.	11.470,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.470,43	0,00	0,00	11.470,43
CONVÊNIO AQUISIÇÃO VEICULO VAN	0,00	0,00	0,00	312.072,52	0,00	0,00	(312.072,52)	0,00	0,00	(312.072,52)
Transferências provenientes do Governo Federal destinadas	3.363,01	0,00	14.678,34	0,00	0,00	0,00	(11.315,33)	0,00	0,00	(11.315,33)
Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 -	73,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,12	0,00	0,00	73,12
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	325.317,22	9.866,65	46.215,52	122,00	0,00	0,00	269.113,05	9.022,36	0,00	260.090,69
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos	2.385,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.385,16	0,00	0,00	2.385,16
Transferências da Política Nacional Aldir	1.121,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.121,41	0,00	0,00	1.121,41
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	(373.057,05)	15.502,76	234.246,91	10.714,90	0,00	0,00	(633.521,62)	158.250,59	0,00	(791.772,21)
Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL	1.778.402,76	354.293,89	0,00	479.963,31	0,00	0,00	944.145,56	0,00	0,00	944.145,56
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	162.645,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.645,70	0,00	0,00	162.645,70
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - máximo	48.347,93	0,00	2.266,00	0,00	0,00	0,00	46.081,93	0,00	0,00	46.081,93
Retenções em Caráter Consignatário	888.531,43	0,00	0,00	0,00	389.355,31	0,00	499.176,12	0,00	0,00	499.176,12

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Emendas Individuais Impositivas - nº. 20380010 - custeio saúde	48.069,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.069,83	9.973,30	0,00	38.096,53
Emendas Individuais Impositivas - Nº. 50410001 - Saúde Custeio	143.084,02	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	143.054,02	0,01	0,00	143.054,01
Emendas Individuais Impositivas - Nº. 60060003 - Saúde Custeio	18.552,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.552,66	2.310,00	0,00	16.242,66
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade	215.904,35	0,00	5.361,29	0,00	0,00	0,00	210.543,06	14.954,00	0,00	195.589,06
OPERAÇÃO CRÉDITO ASFALTO	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade	19.111,60	0,00	599,85	0,00	0,00	0,00	18.511,75	0,00	0,00	18.511,75
Fundeb 60%	(454.716,15)	0,00	150.698,85	0,00	0,00	0,00	(605.415,00)	0,00	0,00	(605.415,00)
Operações de Crédito Internas - Paviementação/ Terreno	13.882,38	0,00	0,00	63.182,49	0,00	0,00	(49.300,11)	0,00	0,00	(49.300,11)
Emendas Individuais Impositivas - Nº. 40890007 - Medicamentos -	198.901,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.901,17	1.574,98	0,00	197.326,19
Operações de Crédito Internas - Pavimentação Vida Nova no Campo	(152.046,91)	0,00	0,00	2.340.505,91	0,00	0,00	(2.492.552,82)	0,00	0,00	(2.492.552,82)
Emendas Individuais Impositivas - nº. 39820010 - Material de	377.729,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377.729,43	169.005,70	0,00	208.723,73

Fundeb 40%	0,00	0,00	0,00	857,16	0,00	0,00	(857,16)	0,00	0,00	(857,16)
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	156.066,59	9.824,90	283.771,17	900,00	0,00	0,00	(138.429,48)	199.964,04	0,00	(338.393,52)
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	(31.149,39)	1.500,00	19.341,88	30,00	0,00	0,00	(52.021,27)	11.730,75	0,00	(63.752,02)
Salário-Educação	1.112,59	0,00	51.198,89	967,39	0,00	0,00	(51.053,69)	36.766,81	0,00	(87.820,50)
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	327.052,28	20.039,52	65.518,01	32.424,76	0,00	0,00	209.069,99	107.486,23	0,00	101.583,76
Atenção Básica	3.878,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.878,90	0,00	0,00	3.878,90
TRANSPORTE ESCOLAR	(57,78)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(57,78)	0,00	0,00	(57,78)
CONVÊNIO ÁGUASPARANÁ - CAMINHÃO RECICLAGEM	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,12
Gestão do SUS	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de	3.534,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.534,04	0,00	0,00	3.534,04
Receitas de Alienações de Ativos	(55.091,52)	0,00	0,00	12.262,23	0,00	0,00	(67.353,75)	0,00	0,00	(67.353,75)
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	51.760,31	20,00	2.710,60	1.166,16	0,00	0,00	47.863,55	40.739,27	0,00	7.124,28
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial -	890.171,50	0,00	0,00	26.800,00	0,00	0,00	863.371,50	237.364,36	0,00	626.007,14
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	59.351,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.351,98	0,00	0,00	59.351,98
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade	3.242,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.242,64	0,00	0,00	3.242,64
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	19.931,53	0,00	65.430,00	0,00	0,00	0,00	(45.498,47)	7.650,00	0,00	(53.148,47)
Taxas - Exercício Poder de Polícia	38.069,14	133,22	0,00	259,27	0,00	0,00	37.676,65	0,00	0,00	37.676,65
Transporte Escolar	8.181,65	0,00	11.420,00	0,00	0,00	0,00	(3.238,35)	18.256,00	0,00	(21.494,35)
Taxas - Prestação de Serviços	50.384,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.384,78	0,00	0,00	50.384,78
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6.827.351,76	411.180,94	962.788,94	3.644.052,90	389.355,31	0,00	1.419.973,67	5.356.694,95	0,00	(3.936.721,28)
TOTAL (III) = (I + II)	6.901.585,84	455.005,19	1.878.090,11	3.662.341,30	389.355,31	0,00	516.793,93	5.990.048,82	0,00	(5.473.254,89)
Entidades:										
Município de Campo do Tenente										

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:A16177B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	53.941.500,00	66.693.301,87	11.870.276,65	27.714.781,59	92,62	38.978.520,28	8.323.593,24	22.005.383,56	90,88	44.687.918,31
LEGISLATIVA	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00
ADMINISTRAÇÃO	7.575.000,00	7.680.000,00	1.037.788,02	3.101.000,35	10,36	4.578.999,65	1.055.133,71	2.973.124,52	12,28	4.706.875,48
SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.980.000,00	5.214.662,02	463.060,53	1.234.718,92	4,13	3.979.943,10	455.537,50	1.152.318,42	4,76	4.062.343,60

SAÚDE	12.432.000,00	15.634.577,68	2.533.259,80	6.516.444,00	21,78	9.118.133,68	2.102.083,14	5.946.130,95	24,56	9.688.446,73
EDUCAÇÃO	14.807.000,00	15.329.188,07	1.895.000,38	6.394.236,22	21,37	8.934.951,85	2.169.416,05	6.178.716,58	25,52	9.150.471,49
CULTURA	236.000,00	265.000,00	4.884,98	83.984,07	0,28	181.015,93	5.924,98	83.984,07	0,35	181.015,93
URBANISMO	5.399.000,00	10.351.288,87	4.783.795,45	6.490.409,36	21,69	3.860.879,51	715.768,11	2.154.587,73	8,90	8.196.701,14
HABITAÇÃO	122.500,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	605.000,00	678.000,00	65.349,91	413.163,55	1,38	264.836,45	137.670,91	411.701,53	1,70	266.298,47
AGRICULTURA	3.890.000,00	4.720.004,23	541.912,24	2.163.084,16	7,23	2.556.920,07	1.268.339,70	1.924.510,00	7,95	2.795.494,23
INDÚSTRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ENERGIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPORTO E LAZER	205.000,00	1.008.081,00	203.777,12	252.779,88	0,84	755.301,12	72.270,92	115.348,68	0,48	892.732,32
ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.600.000,00	341.448,22	1.064.961,08	3,56	1.535.038,92	341.448,22	1.064.961,08	4,40	1.535.038,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	7,38	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	9,12	3.607.485,07
TOTAL III = (I +	59.000.000,00	72.508.801,87	12.672.171,92	29.922.796,52	100,00	42.586.005,35	9.125.488,51	24.213.398,49	100,00	48.295.403,38
Entidades:										
Município de Campo do Tenente										

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:513D15B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	53.941.500,00	66.693.301,87	11.870.276,65	27.714.781,59	92,62	38.978.520,28	8.323.593,24	22.005.383,56	90,88	44.687.918,31
LEGISLATIVA	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00
ADMINISTRAÇÃO	7.575.000,00	7.680.000,00	1.037.788,02	3.101.000,35	10,36	4.578.999,65	1.055.133,71	2.973.124,52	12,28	4.706.875,48
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.600.000,00	6.600.000,00	820.403,93	2.751.188,71	9,19	3.848.811,29	837.683,51	2.624.399,97	10,84	3.975.600,03
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	975.000,00	1.080.000,00	217.384,09	349.811,64	1,17	730.188,36	217.450,20	348.724,55	1,44	731.275,45
SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DEFESA CIVIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.980.000,00	5.214.662,02	463.060,53	1.234.718,92	4,13	3.979.943,10	455.537,50	1.152.318,42	4,76	4.062.343,60
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.980.000,00	5.214.662,02	463.060,53	1.234.718,92	4,13	3.979.943,10	455.537,50	1.152.318,42	4,76	4.062.343,60
SAÚDE	12.432.000,00	15.634.577,68	2.533.259,80	6.516.444,00	21,78	9.118.133,68	2.102.083,14	5.946.130,95	24,56	9.688.446,73
ATENÇÃO BÁSICA	11.565.000,00	14.622.577,68	2.363.622,41	6.205.847,58	20,74	8.416.730,10	1.936.880,90	5.643.022,93	23,31	8.979.554,75
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	400.000,00	500.000,00	70.266,59	119.340,33	0,40	380.659,67	69.726,99	118.800,73	0,49	381.199,27
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	300.000,00	329.000,00	91.362,70	164.587,72	0,55	164.412,28	87.467,15	157.638,92	0,65	171.361,08
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50.000,00	70.000,00	8.008,10	26.668,37	0,09	43.331,63	8.008,10	26.668,37	0,11	43.331,63
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00
EDUCAÇÃO	14.807.000,00	15.329.188,07	1.895.000,38	6.394.236,22	21,37	8.934.951,85	2.169.416,05	6.178.716,58	25,52	9.150.471,49
ENSINO FUNDAMENTAL	11.908.000,00	12.178.000,00	1.277.382,02	4.896.286,28	16,36	7.281.713,72	1.524.219,17	4.687.098,64	19,36	7.490.901,36
ENSINO SUPERIOR	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.624.000,00	2.876.188,07	617.618,36	1.497.949,94	5,01	1.378.238,13	645.196,88	1.491.617,94	6,16	1.384.570,13
EDUCAÇÃO ESPECIAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
CULTURA	236.000,00	265.000,00	4.884,98	83.984,07	0,28	181.015,93	5.924,98	83.984,07	0,35	181.015,93
DIFUSÃO CULTURAL	236.000,00	265.000,00	4.884,98	83.984,07	0,28	181.015,93	5.924,98	83.984,07	0,35	181.015,93
URBANISMO	5.399.000,00	10.351.288,87	4.783.795,45	6.490.409,36	21,69	3.860.879,51	715.768,11	2.154.587,73	8,90	8.196.701,14
INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.399.000,00	10.351.288,87	4.783.795,45	6.490.409,36	21,69	3.860.879,51	715.768,11	2.154.587,73	8,90	8.196.701,14
HABITAÇÃO	122.500,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00
HABITAÇÃO URBANA	122.500,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00	122.500,00

GESTÃO AMBIENTAL	605.000,00	678.000,00	65.349,91	413.163,55	1,38	264.836,45	137.670,91	411.701,53	1,70	266.298,47
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	110.000,00	234.000,00	42.044,49	211.902,12	0,71	22.097,88	97.148,23	211.902,12	0,88	22.097,88
CONTROLE AMBIENTAL	495.000,00	444.000,00	23.305,42	201.261,43	0,67	242.738,57	40.522,68	199.799,41	0,83	244.200,59
AGRICULTURA	3.890.000,00	4.720.004,23	541.912,24	2.163.084,16	7,23	2.556.920,07	1.268.339,70	1.924.510,00	7,95	2.795.494,23
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	3.890.000,00	4.720.004,23	541.912,24	2.163.084,16	7,23	2.556.920,07	1.268.339,70	1.924.510,00	7,95	2.795.494,23
INDÚSTRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ENERGIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
ENERGIA ELÉTRICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPORTO E LAZER	205.000,00	1.008.081,00	203.777,12	252.779,88	0,84	755.301,12	72.270,92	115.348,68	0,48	892.732,32
DESPORTO COMUNITÁRIO	205.000,00	1.008.081,00	203.777,12	252.779,88	0,84	755.301,12	72.270,92	115.348,68	0,48	892.732,32
ENCARGOS ESPECIAIS	2.600.000,00	2.600.000,00	341.448,22	1.064.961,08	3,56	1.535.038,92	341.448,22	1.064.961,08	4,40	1.535.038,92
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.600.000,00	2.600.000,00	341.448,22	1.064.961,08	3,56	1.535.038,92	341.448,22	1.064.961,08	4,40	1.535.038,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	7,38	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	9,12	3.607.485,07
TOTAL III = (I +	59.000.000,00	72.508.801,87	12.672.171,92	29.922.796,52	100,00	42.586.005,35	9.125.488,51	24.213.398,49	100,00	48.295.403,38
Entidades:										
Município de Campo do Tenente										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:42										

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:EDB966C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	7,38	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	9,12	3.607.485,07
LEGISLATIVA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ADMINISTRAÇÃO	1.930.000,00	1.815.000,00	57.731,41	206.843,99	0,69	1.608.156,01	57.731,41	206.843,99	0,85	1.608.156,01
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.905.000,00	1.790.000,00	54.575,45	197.390,03	0,66	1.592.609,97	54.575,45	197.390,03	0,82	1.592.609,97
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	25.000,00	25.000,00	3.155,96	9.453,96	0,03	15.546,04	3.155,96	9.453,96	0,04	15.546,04
ASSISTÊNCIA SOCIAL	80.000,00	80.000,00	13.879,95	38.869,57	0,13	41.130,43	13.879,95	38.869,57	0,16	41.130,43
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	80.000,00	80.000,00	13.879,95	38.869,57	0,13	41.130,43	13.879,95	38.869,57	0,16	41.130,43
SAÚDE	473.000,00	763.000,00	131.590,25	456.859,38	1,53	306.140,62	131.590,25	456.859,38	1,89	306.140,62
ATENÇÃO BÁSICA	440.000,00	730.000,00	131.590,25	456.859,38	1,53	273.140,62	131.590,25	456.859,38	1,89	273.140,62
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
EDUCAÇÃO	1.923.000,00	1.923.000,00	318.619,32	1.007.741,94	3,37	915.258,06	318.619,32	1.007.741,94	4,16	915.258,06
ENSINO FUNDAMENTAL	1.402.000,00	1.402.000,00	174.416,57	648.519,72	2,17	753.480,28	174.416,57	648.519,72	2,68	753.480,28
EDUCAÇÃO INFANTIL	521.000,00	521.000,00	144.202,75	359.222,22	1,20	161.777,78	144.202,75	359.222,22	1,48	161.777,78
CULTURA	18.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	18.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
URBANISMO	300.000,00	300.000,00	27.701,34	88.624,78	0,30	211.375,22	27.701,34	88.624,78	0,37	211.375,22
INFRA-ESTRUTURA URBANA	300.000,00	300.000,00	27.701,34	88.624,78	0,30	211.375,22	27.701,34	88.624,78	0,37	211.375,22
HABITAÇÃO	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
HABITAÇÃO URBANA	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	25.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00

CONTROLE AMBIENTAL	25.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
AGRICULTURA	110.000,00	110.000,00	21.112,71	62.778,86	0,21	47.221,14	21.112,71	62.778,86	0,26	47.221,14
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	110.000,00	110.000,00	21.112,71	62.778,86	0,21	47.221,14	21.112,71	62.778,86	0,26	47.221,14
DESPORTO E LAZER	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	700.000,00	231.260,29	346.296,41	1,16	353.703,59	231.260,29	346.296,41	1,43	353.703,59
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	100.000,00	700.000,00	231.260,29	346.296,41	1,16	353.703,59	231.260,29	346.296,41	1,43	353.703,59
TOTAL (I) =	5.058.500,00	5.815.500,00	801.895,27	2.208.014,93	100,00	3.607.485,07	801.895,27	2.208.014,93	100,00	3.607.485,07
Entidades:										
Município de Campo do Tenente										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:42										

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:485ECDE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.768.331,51	4.002.055,99	4.979.625,51	3.808.147,41	5.091.174,27	6.030.496,59	5.582.624,80	4.801.140,29	4.690.799,41	4.217.699,58	5.638.503,46	3.857.385,91	58.467.984,73	78.859.719,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	377.457,76	675.694,29	415.788,81	446.587,16	272.923,79	499.293,90	229.501,14	253.541,15	313.014,40	373.306,21	506.986,32	0,00	4.364.094,93	5.426.000,00
IPTU	39.064,96	24.972,60	15.057,85	15.467,96	10.089,16	11.853,82	11.373,24	13.832,71	8.547,13	69.587,47	202.450,34	0,00	422.297,24	1.201.800,00
ISS	192.237,06	229.361,08	209.679,42	190.024,25	143.724,10	233.049,81	137.689,75	144.388,99	162.512,61	185.658,14	147.059,91	0,00	1.975.385,12	2.160.400,00
ITBI	11.089,69	7.113,32	60.475,00	77.006,39	2.005,99	31.967,99	4.320,00	15.379,27	8.110,00	18.574,12	10.015,00	0,00	246.056,77	740.900,00
IRRF	121.861,71	106.560,68	113.552,64	108.818,95	109.869,53	201.528,13	73.954,78	78.192,47	126.683,52	91.880,85	81.295,76	0,00	1.214.199,02	690.900,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.204,34	307.686,61	17.023,90	55.269,61	7.235,01	20.894,15	2.163,37	1.747,71	7.161,14	7.605,63	66.165,31	0,00	506.156,78	632.000,00
Contribuições	64.731,37	11.308,53	9.970,73	49.527,36	38.269,28	86.773,87	28.286,76	31.812,59	86.266,63	56.080,87	48.558,02	0,00	511.586,01	427.000,00
Receita patrimonial	69.890,00	81.979,31	66.298,29	79.749,97	82.274,43	100.712,98	74.554,20	75.633,22	91.104,11	126.155,86	36.826,28	10.045,17	895.223,82	403.669,80
Rendimentos de Aplicação Financeira	69.890,00	81.979,31	66.298,29	79.749,97	82.274,43	100.712,98	74.554,20	75.633,22	91.104,11	126.155,86	36.826,28	10.045,17	895.223,82	403.669,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	38.904,91	31.627,01	29.325,35	27.921,50	28.889,84	27.571,07	25.562,63	2.433,13	45.690,16	84.724,60	27.592,71	0,00	370.242,91	857.000,00
Transferências correntes	5.156.122,07	3.153.452,94	4.422.022,22	3.203.019,86	4.653.060,31	5.287.760,29	5.220.184,78	4.437.155,11	4.153.784,84	3.577.140,14	5.015.944,39	3.844.572,18	52.124.219,13	71.523.049,61
Cota parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,80	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.557,23	2.227.853,55	1.349.099,90	1.588.434,38	1.968.046,04	2.025.539,87	22.075.054,95	26.242.000,00
Cota parte do ICMS	969.524,06	778.479,26	957.250,15	867.273,32	808.137,97	1.024.945,93	827.103,31	657.508,32	912.891,12	844.177,39	685.236,84	920.330,39	10.252.858,06	16.151.000,00
Cota parte do IPVA	32.448,33	35.327,13	35.052,60	39.516,03	24.930,11	41.178,85	344.136,82	97.029,76	87.753,89	71.938,60	55.072,51	0,00	864.384,63	3.800.000,00
Cota parte do ITR	212,75	401,44	10.892,28	165.145,18	2.350,98	4.226,59	18,32	1.246,69	371,65	1.539,05	123,91	468,71	186.997,55	700.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	11.641,84	12.859,73	13.467,00	12.914,96	12.764,64	15.461,84	10.884,96	11.422,52	13.267,76	9.946,83	19.014,22	15.962,87	159.609,17	520.000,00
Transferências do FUNDEB	593.059,85	552.246,20	541.428,13	743.105,06	641.961,43	764.397,28	844.413,55	765.552,72	631.188,00	723.528,81	696.696,74	667.602,98	8.165.180,75	8.833.000,00
Outras transferências correntes	1.604.746,82	275.803,16	962.484,82	99.831,51	1.429.439,10	646.007,38	1.422.070,59	676.541,55	1.159.212,52	337.575,08	1.591.754,13	214.667,36	10.420.134,02	15.277.049,61
Outras receitas correntes	61.225,40	47.993,91	36.220,11	1.341,56	15.756,62	28.384,48	4.535,29	565,09	939,27	291,90	2.595,74	2.768,56	202.617,93	223.000,00
DEDUÇÕES (II)	429.897,91	465.080,64	445.283,45	472.016,61	516.331,91	608.485,01	590.815,69	599.012,12	472.676,85	503.207,19	490.855,33	595.662,87	6.189.325,58	8.524.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	429.897,91	465.080,64	445.283,45	472.016,61	516.331,91	608.485,01	590.815,69	599.012,12	472.676,85	503.207,19	490.855,33	595.662,87	6.189.325,58	8.524.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.338.433,60	3.536.975,35	4.534.342,06	3.336.130,80	4.574.842,36	5.422.011,58	4.991.809,11	4.202.128,17	4.218.122,56	3.714.492,39	5.147.648,13	3.261.723,04	52.278.659,15	70.335.719,41
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	433.401,00	0,00	700.000,00	0,00	1.133.401,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	5.338.433,60	3.536.975,35	4.534.342,06	3.336.130,80	4.574.842,36	5.422.011,58	4.991.809,11	4.202.128,17	3.784.721,56	3.714.492,39	4.447.648,13	3.261.723,04	51.145.258,15	70.335.719,41
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	53.226,62	85.008,00	45.388,00	45.388,00	48.303,01	70.964,87	16.896,12	45.388,00	580.578,62	2.447.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	5.295.929,60	3.494.471,35	4.491.838,06	3.293.626,80	4.521.615,74	5.337.003,58	4.946.421,11	4.156.740,17	3.736.418,55	3.643.527,52	4.430.752,01	3.216.335,04	50.564.679,53	67.888.719,41
Entidades:														
Município de Campo do Tenente														

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:59DB989C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Maio a Junho de 2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	51.121.162,54	70.335.719,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Município de Campo do Tenente											

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:A5CA791C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre	 % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.794.000,00	4.794.000,00	1.591.506,06	33,20

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.201.800,00	1.201.800,00	305.790,89	25,44
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	740.900,00	740.900,00	56.398,39	7,61
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.160.400,00	2.160.400,00	777.309,40	35,98
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	690.900,00	690.900,00	452.007,38	65,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	42.620.000,00	43.413.000,00	16.517.977,41	38,05
Cota-Parte FPM	21.600.000,00	22.242.000,00	10.930.530,97	49,14
Cota-Parte ITR	700.000,00	700.000,00	3.768,33	0,54
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	655.931,58	17,26
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.151.000,00	4.847.247,37	30,01
Cota-Parte IPI-Exportação	520.000,00	520.000,00	80.499,16	15,48
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	47.414.000,00	48.207.000,00	18.109.483,47	37,57

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.652.000,0	9.617.000,0	3.930.363,52	40,87	3.777.643,46	39,28	3.529.045,94	36,70
Despesas Correntes	9.652.000,0	9.548.000,0	3.862.416,82	40,45	3.709.696,76	38,85	3.461.099,24	36,25
Despesas de Capital	0,00	69.000,00	67.946,70	98,47	67.946,70	98,47	67.946,70	98,47
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	245.000,00	245.000,00	5.260,61	2,15	5.260,61	2,15	5.260,61	2,15
Despesas Correntes	245.000,00	245.000,00	5.260,61	2,15	5.260,61	2,15	5.260,61	2,15
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	30.000,00	30.000,00	143.003,92	476,68	140.339,92	467,80	136.171,77	453,91
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	143.003,92	476,68	140.339,92	467,80	136.171,77	453,91
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	5.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.932.000,0	9.907.000,0	4.078.628,05	41,17	3.923.243,99	39,60	3.670.478,32	37,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.078.628,05	3.923.243,99	3.670.478,32
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	155.384,06	155.384,06	155.384,06
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.923.243,99	3.767.859,93	3.515.094,26
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.716.422,52
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.206.821,47	1.051.437,41	798.671,74
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	21,66	20,81	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas(i)	Liquidadas(j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	2.716.422,5	3.923.243,9	1.206.821,4	0,00	155.384,06	0,00	0,00	0,00	80.128,57	1.362.205,5
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	80.128,57	80.128,57	80.128,57	-80.128,57
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.692.000,00	2.692.000,00	1.082.130,28	40,20
Proveniente da União	2.692.000,00	2.692.000,00	1.082.130,28	40,20
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	27.000,00	27.000,00	67.881,58	251,41
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX +	2.719.000,00	2.719.000,00	1.150.011,86	42,30
XXX)				

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.292.000,0	5.674.577,6	2.460.344,92	43,36	2.052.418,12	36,17	1.798.823,49	31,70
Despesas Correntes	2.163.000,0	5.545.577,6	2.451.324,72	44,20	2.044.998,12	36,88	1.798.823,49	32,44
Despesas de Capital	129.000,00	129.000,00	9.020,20	6,99	7.420,00	5,75	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	115.000,00	215.000,00	113.540,12	52,81	113.540,12	52,81	113.540,12	52,81
Despesas Correntes	95.000,00	195.000,00	113.540,12	58,23	113.540,12	58,23	113.540,12	58,23
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	45.000,00	55.000,00	26.668,37	48,49	26.668,37	48,49	25.793,67	46,90
Despesas Correntes	35.000,00	45.000,00	26.668,37	59,26	26.668,37	59,26	25.793,67	57,32
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.672.000,0	6.164.577,6	2.600.553,41	42,19	2.192.626,61	35,57	1.938.157,28	31,44
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.944.000,	15.291.577,	6.390.708,44	41,79	5.830.061,58	38,13	5.327.869,43	34,84
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	360.000,00	460.000,00	118.800,73	25,83	118.800,73	25,83	118.800,73	25,83
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	150.000,00	150.000,00	143.003,92	95,34	140.339,92	93,56	136.171,77	90,78
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	50.000,00	70.000,00	26.668,37	38,10	26.668,37	38,10	25.793,67	36,85
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.604.000,	16.071.577,	6.679.181,46	41,56	6.115.870,60	38,05	5.608.635,60	34,90
Entidades:								
Município de Campo do Tenente								

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:FFC6FD56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
MAIO A JUNHO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) -**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**48.239,48**	**1.757.638,08**	**1.696.809,98**	**926,72**	**108.140,86**	**308.466,42**	**5.262.324,23**	**1.751.376,44**	**1.362.744,61**	**106.697,20**	**4.101.348,84**	**4.209.489,70**
EXECUTIVO												
Município de Campo do Tenente	**48.239,48**	**1.757.638,08**	**1.696.809,98**	**926,72**	**108.140,86**	**308.466,42**	**5.262.324,23**	**1.751.376,44**	**1.362.744,61**	**106.697,20**	**4.101.348,84**	**4.209.489,70**
GABINETE DO PREFEITO	0,00	11.431,41	7.581,00	0,00	3.850,41	0,00	9.033,80	5.333,80	5.333,80	0,00	3.700,00	7.550,41
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	14.055,00	206.156,64	198.234,46	46,57	21.930,61	24.023,00	337.801,97	14.161,56	14.161,56	11.124,14	336.539,27	358.469,88
SECRETARIA DE SAÚDE	15.204,48	114.806,01	88.477,24	0,01	41.533,24	141.849,42	210.566,57	200.864,10	200.099,14	49.567,94	102.748,91	144.282,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	0,00	105.436,27	94.732,62	878,69	9.824,96	0,00	240.208,18	210.542,75	193.710,75	6.910,88	39.586,55	49.411,51
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	18.980,00	65.440,99	61.317,66	0,00	23.103,33	1.150,00	60.787,55	44.212,01	33.904,25	1.150,00	26.883,30	49.986,63
SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-	0,00	1.198.228,94	1.197.228,49	0,45	1.000,00	141.444,00	4.297.894,69	1.218.559,27	864.132,16	9.384,03	3.565.822,50	3.566.822,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	25.247,28	21.170,51	1,00	4.075,77	0,00	57.403,30	22.018,47	22.018,47	28.560,02	6.824,81	10.900,58
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,	0,00	30.890,54	28.068,00	0,00	2.822,54	0,00	48.628,17	35.684,48	29.384,48	0,19	19.243,50	22.066,04
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**2.288.532,65**	**274.853,51**	**2.013.679,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO												
Município de Campo do Tenente	**0,00**	**2.288.532,65**	**274.853,51**	**2.013.679,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
GABINETE DO PREFEITO	0,00	101.546,88	11.295,04	90.251,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	159.928,85	16.372,65	143.556,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	550.190,22	64.322,33	485.867,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	0,00	1.198.803,38	150.824,49	1.047.978,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	0,00	47.102,25	5.582,10	41.520,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRA-	0,00	125.039,38	15.003,08	110.036,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	93.114,60	9.947,28	83.167,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,	0,00	12.807,09	1.506,54	11.300,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) =	**48.239,48**	**4.046.170,73**	**1.971.663,49**	**2.014.605,86**	**108.140,86**	**308.466,42**	**5.262.324,23**	**1.751.376,44**	**1.362.744,61**	**106.697,20**	**4.101.348,84**	**4.209.489,70**
Entidades:												
Município de Campo do Tenente												
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 15/07/2026 08:50												

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:089B8347

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO I

MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR														
PODER LEGISLATIVO														Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 - JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	90.372,56	90.579,69	94.647,09	100.200,89	168.324,40	124.821,83	102.191,09	100.326,31	107.649,79	158.368,59	103.679,49	103.679,49	1.344.841,22	0,00
Pessoal Ativo	90.372,56	90.579,69	94.647,09	100.200,89	168.324,40	124.821,83	102.191,09	100.326,31	107.649,79	158.368,59	103.679,49	103.679,49	1.344.841,22	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	78.910,99	79.081,58	83.148,98	88.079,40	149.609,80	112.510,60	87.226,04	85.399,61	91.484,94	142.656,64	87.967,54	87.967,54	1.174.043,66	0,00
Obrigações Patronais	11.461,57	11.498,11	11.498,11	12.121,49	18.714,60	12.311,23	14.965,05	14.926,70	16.164,85	15.711,95	15.711,95	15.711,95	170.797,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA	90.372,56	90.579,69	94.647,09	100.200,89	168.324,40	124.821,83	102.191,09	100.326,31	107.649,79	158.368,59	103.679,49	103.679,49	1.344.841,22	0,00

COM PESSOAL (III) = (I - II)														

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**51.435.441,31**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**3.370.530,68**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**498.910,00**	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	**0,00**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**47.566.000,63**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.344.841,22**	**2.83%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**2.853.960,04**	**6%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**2.711.262,04**	**5,7%**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.568.564,04**	**5,4%**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL FLOR DA SERRA DO SUL. Emissão: 15/07/2026, às 15:01:56.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:61957E1A

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO V

MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR										
PODER LEGISLATIVO									Exercício de 2026	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO/ATÉ 1º SEMESTRE DE 2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									R$ 1,00	

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA (CONSÓRCIO PÚBLICO) (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a–(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS / NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**10.373,64**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.373,64**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	10.373,64	0,00	0,00	0,00	10.373,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**153.145,39**	**0,00**	**8.263,27**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**144.882,12**	**65.067,05**	**0,00**	**79.815,07**
Recursos Ordinários / Livres	153.145,39	0,00	8.263,27	0,00	0,00	0,00	144.882,12	65.067,05	0,00	79.815,07
TOTAL (III) = (I + II)	163.519,03	0,00	8.263,27	0,00	10.373,64	0,00	144.882,12	65.067,05	0,00	79.815,07

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	**163.519,03**	**0,00**	**8.263,27**	**0,00**	**10.373,64**	**0,00**	**144.882,12**	**65.067,05**	**0,00**	**79.815,07**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL FLOR DA SERRA DO SUL. Emissão: 15/07/2026, às 15:09:30.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:F7C6C3CA

LICITAÇÕES
34/2026 - PE

Página: 1 / 1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 34/2026

Processo Adm.: 70/2026
Data do Processo: 16/06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 70/2026
b) Nr. Licitação: 34/2026 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 15/07/2026
e) Objeto da Licitação: Contratação de Empresa para prestação de serviços de maestro e/ou instrutor da Banda Municipal, com a finalidade de ministrar instrução musical, realizar ensaios regulares, organizar repertórios e programação de toques, além de conduzir e reger a banda em apresentações cívicas, culturais e demais eventos promovidos pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR.

Participante: MAKRO TREINAMENTO E FORMACAO PROFISSIONAL LTDA (21.496.430/0001-16)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Maestro	12,000	UN	3.100,00	37.200,00

Total do Participante: 37.200,00

Total Geral: 37.200,00

Flor da Serra do Sul, 15 de Julho de 2026

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:667E75F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXOIV LDO 2027- METAS ANUAIS ANEXO DE METAS FISCAIS

MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

Especificação	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	149.206.000,00	143.467.307,69	---	172,922	98.838.000,00	91.557.358,83	---	108,308	97.177.000,00	86.723.365,52	---	100,463
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	143.367.400,00	137.853.269,23	---	166,156	97.963.500,00	90.747.276,57	---	107,35	96.266.600,00	85.910.900,10	---	99,522
Receitas Primárias Correntes	85.446.400,00	82.160.000,00	---	99,028	90.381.500,00	83.723.784,65	---	99,042	95.818.600,00	85.511.092,87	---	99,059
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.304.300,00	7.984.903,85	---	9,624	8.762.900,00	8.117.404,03	---	9,603	9.223.400,00	8.231.209,95	---	9,535
Transferências Correntes	75.795.900,00	72.880.673,08	---	87,844	80.221.300,00	74.312.009,04	---	87,908	85.145.800,00	75.986.399,41	---	88,025
Demais Receitas Primárias Correntes	1.346.200,00	1.294.423,08	---	1,560	1.397.300,00	1.294.371,57	---	1,531	1.449.400,00	1.293.483,50	---	1,498
Receitas Primárias de Capital	57.921.000,00	55.693.269,23	---	67,128	7.582.000,00	7.023.491,92	---	8,308	448.000,00	399.807,24	---	0,463
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	149.206.000,00	143.467.307,69	---	172,922	98.838.000,00	91.557.358,83	---	108,308	97.177.000,00	86.723.365,52	---	100,463
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	144.967.905,00	139.392.216,35	---	168,011	94.575.010,25	87.608.391,00	---	103,637	92.641.325,80	82.675.608,01	---	95,774
Despesas Primárias Correntes	75.314.590,00	72.417.875,00	---	87,286	80.034.559,00	74.139.023,83	---	87,703	85.617.480,96	76.407.340,18	---	88,513
Pessoal e Encargos Sociais	41.397.452,75	39.805.243,03	---	47,978	42.999.514,76	39.832.068,66	---	47,12	45.389.537,27	40.506.842,48	---	46,924
Outras Despesas Correntes	33.917.137,25	32.612.631,97	---	39,308	37.035.044,24	34.306.955,17	---	40,584	40.227.943,69	35.900.497,70	---	41,588
Despesas Primárias de Capital	69.222.680,00	66.560.269,23	---	80,226	14.084.971,25	13.047.438,91	---	15,435	6.541.044,84	5.837.404,14	---	6,762
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(1.600.505,00)	(1.538.947,12)	---	---	3.388.489,75	3.138.885,57	---	3,713	3.625.274,20	3.235.292,09	---	3,748
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(1.600.505,00)	(1.538.947,12)	---	---	3.388.489,75	3.138.885,57	---	3,713	3.625.274,20	3.235.292,09	---	3,748
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	838.600,00	806.346,15	---	0,972	874.500,00	810.082,26	---	0,958	910.400,00	812.465,42	---	0,941
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	2.050.000,00	1.971.153,85	---	2,376	2.205.000,00	2.042.574,48	---	2,416	2.315.000,00	2.065.968,19	---	2,393
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---	0,00	0,00	---	---

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO. Emissão: 08/07/2026, às 11:01:09.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Nota(s) Explicativa(s):

R$ 1,00			
Parâmetros	**2027**	**2028**	**2029**
PIB nominal	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	86.285.000,00	91.256.000,00	96.729.000,00

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA	***SARAH DUCAT JAVORSKI***
Prefeito	Contadora - CRC/PR.058081/O-9

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:E78BA113

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXO XII LDO 2027 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2027

MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027
AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

Especificação	**Valores a Preços Correntes**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.883.000,00	88.042.000,00	16,02	136.550.000,00	55,10	149.206.000,00	9,27	98.838.000,00	(33,76)	97.177.000,00	(1,68)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	67.068.000,00	85.331.000,00	27,23	130.684.400,00	53,15	143.367.400,00	9,71	97.963.500,00	(34,34)	96.266.600,00	(1,73)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.883.000,00	88.042.000,00	16,02	136.550.000,00	55,10	149.206.000,00	9,27	98.838.000,00	(33,76)	97.177.000,00	(1,68)
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	72.623.585,00	84.581.790,00	16,47	132.905.000,00	57,13	144.967.905,00	9,08	94.575.010,25	(34,76)	92.641.325,80	(2,04)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(5.555.585,00)	749.210,00	(113,49)	(2.220.600,00)	(396,39)	(1.600.505,00)	(27,92)	3.388.489,75	(311,71)	3.625.274,20	6,99
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(5.555.585,00)	749.210,00	(113,49)	(2.220.600,00)	(396,39)	(1.600.505,00)	(27,92)	3.388.489,75	(311,71)	3.625.274,20	6,99
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(6.527.985,00)	(146.290,00)	(97,76)	(3.455.000,00)	2.261,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação	**Valores a Preços Constantes**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.883.000,00	88.042.000,00	16,02	136.550.000,00	55,10	149.206.000,00	9,27	98.838.000,00	(33,76)	97.177.000,00	(1,68)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	67.068.000,00	85.331.000,00	27,23	130.684.400,00	53,15	143.367.400,00	9,71	97.963.500,00	(31,67)	96.266.600,00	(1,73)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.883.000,00	88.042.000,00	16,02	136.550.000,00	55,10	149.206.000,00	9,27	98.838.000,00	(33,76)	97.177.000,00	(1,68)
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	72.623.585,00	84.581.790,00	16,47	132.905.000,00	57,13	144.967.905,00	9,08	94.575.010,25	(34,76)	92.641.325,80	(2,04)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	(113,49)	0,00	(396,39)	0,00	(27,92)	0,00	(311,71)	0,00	6,99
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(5.555.585,00)	749.210,00	(113,49)	(2.220.600,00)	(396,39)	(1.600.505,00)	(27,92)	3.388.489,75	(311,71)	3.625.274,20	6,99
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(5.555.585,00)	749.210,00	(113,49)	(2.220.600,00)	(396,39)	(1.600.505,00)	(27,92)	3.388.489,75	(311,71)	3.625.274,20	6,99
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(6.527.985,00)	(146.290,00)	(97,76)	(3.455.000,00)	2.261,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO. Emissão: 14/05/2026, às 13:59:47.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Nota(s) Explicativa(s):	
O resultado primário previsto negativo decorre, principalmente, da ampliação dos investimentos públicos programados para o período, com destaque para a aquisição de áreas destinadas à implantação e preservação de parques ambientais no Município. Tais despesas impactam diretamente o resultado primário, uma vez que representam investimentos relevantes realizados com recursos próprios, elevando o volume das despesas primárias em relação às receitas primárias previstas. Entretanto, ressalta-se que esses investimentos possuem caráter estratégico e de elevada relevância para o desenvolvimento sustentável do Município de General Carneiro, considerando os benefícios ambientais, sociais e econômicos decorrentes da preservação ambiental, ampliação das áreas de proteção, fortalecimento do ICMS Ecológico e melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, embora haja impacto temporário sobre o resultado primário, as medidas adotadas refletem uma política pública voltada à sustentabilidade e à garantia de benefícios permanentes para as futuras gerações.	
JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA	***SARAH DUCAT JAVORSKI***
Prefeito	Contadora - CRC/PR.058081/O-9

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:1E62E54B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 14 DE JULHO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 11, de 14 de julho de 2026.

SÚMULA: Aprova as alterações no Diagnóstico Socioassistencial do Plano Municipal de Assistência Social de Guaraci 2026-2029.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 1178 de agosto de 2010;

Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 09 de julho de 2026.

Considerando análise do plano municipal de Assistência Social pela Divisão de Gestão do SUAS, onde constatou-se que o documento não apresenta o devido detalhamento das informações exigidas, conforme as diretrizes estabelecidas no documento "Plano de Assistência Municipal: passo a passo", disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), onde solicitou-se a complementação do diagnóstico socioterritorial, de modo que este passe a contemplar informações mais detalhadas, especialmente no que se refere ao número de habitantes, à quantidade de famílias e de pessoas inscritas no CadÚnico, bem como à inclusão de dados consistentes relacionados ao mercado de trabalho.

RESOLVE:

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI – PR 2026-2029

1 - IDENTIFICAÇÃO

Município: **GUARACI - PR** Porte Populacional: **PORTE I** Responsáveis pela elaboração:

Nome	Escolaridade	Profissão	Função/cargo	Vínculo	Representação (CRAS, CREAS, CMAS, Usuários,Entidades)
Mismonia Ferreira Gomes	Pós-Graduação	Pedagoga	Secretária Municipal da Assistência Social	Estatutária	Órgão Gestor da Assistência Social
Ana Maria Biacio	Pós-Graduação	Assistente Social	Assistente Social do Órgão Gestor	Estatutária	Órgão Gestor da Assistência Social
Josimara da Cruz Matheus	Pós-Graduação	Assistente Social	Assistente Social do CRAS/ presidente do CMAS	Estatutária	(Assistente Social)
Mariele Rosa dos Santos Portuguez	Pós-Graduação	Psicóloga	Psicóloga do CRAS	Estatutária	(Psicóloga)
Lorena Alzira Alexandre	Superior incompleto	Educador Social	SCFV	Estatutário	Educador Social
Damaris Valéria da Silva	superior	secretariado	Cadastro único	comissionada	Coordenadora do cadùnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI:

Nome do Prefeito: **MARCOS ANTONIO DE SOUZA**
Mandato do Prefeito: Início**: 01/ 01/2025** Término: **31/12/2028**
Endereço da Prefeitura: **RUA PREFEITO JOÃO DE GIULI, Nº 180, CENTRO, GUARACI, PARANÁ, CEP: 86.620-000**
Telefone: **(43) 3260-1133** E-mail: **prefeitura@guaraci.net** Site: www.guaraci.pr.gov.br

ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Nome que identifica o órgão gestor: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI**
Número da lei de criação do órgão: **LEI MUNICIPAL Nº. 980/2004** Data criação: 21/12/2004 Responsável: **MISMONIA FERREIRA GOMES**
Nome completo do Gestor: **MISMONIA FERREIRA GOMES**
Ato de nomeação da gestora: **PORTARIA Nº. 08/2025** Data nomeação: **08/02/2025**
Endereço órgão gestor: **RUA CESARE COLLACITI, Nº 127, CENTRO, GUARACI, PARANÁ, CEP:86.620-000**
Telefone: **(43) 3260-1746** E-mail: social@guaraci.net Site: www.guaraci.pr.gov.br

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Número da Lei de Criação: **LEI MUNICIPAL Nº. 1.178** Data de criação: **11/08/2010**
Número do Decreto que regulamenta o Fundo: **DECRETO MUNICIPAL Nº 030** Data: **07/05/2013**
CNPJ: **17.590.031/0001-42**
Nome do ordenador (a) de despesas do FMAS: **MISMONIA FERREIRA GOMES**
Função/Lotação: **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI:
Número da Lei de Criação: **LEI MUNICIPAL Nº. 1.178** Data criação: **11/08/2010** Endereço CMAS: **Rua Cesare Colaciti, nº 127, Centro, Guaraci, Paraná, CEP: 86.620-000** Telefone: **(43) 3260-1746** E-mail: **NÃO TEM**
Nome do Presidente: **JOSIMARA CRUZ MATHEUS** Nome do secretario (a) executivo (a): Ana Maria Biacio
Número total de membros: **(8) TITULARES e (8) SUPLENTES**

GOVERNAMENTAL	NOME DO (A) CONSELHEIRO (A)	REPRESENTATIVIDADE	TITULARID ADE	INÍCIO E TÉRMINO DE MANDATO
	DAMARIS VALÉRIA DA SILVA ALEXANDRE	**Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social**	**Titular**	28/04/2025 a 28/04/2027
	LORENA ALZIRA DE SOUZA		**Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027
	DALILA ALVES BARBOZA RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL	**Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:**	**Titular Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027
	ADRIANA FULGENCIO DOS ANJOS IVANI ALVES DE SOUZA	**Representante da Secretaria Municipal de Saúde Representante da Secretaria Municipal de Saúde**	**Titular Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027
	PAULO HENRIQUE PADILHA	**Representante da Secretaria Municipal de Administração**	**Titular**	28/04/2025 a 28/04/2027
	PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA	**Representante da Secretaria Municipal de Administração**	**Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027
NÃO GOVERNAME NTAL/ SOCIEDADE CIVIL	**NOME DO (A) CONSELHEIRO (A)**	**REPRESENTATIVIDAD E**	**TITULARID ADE**	**INÍCIO E TÉRMINO DE MANDATO**
	ALISSON DA SILVA CARDOS0 (Associação de Moradores da Vila Rural Gralha Azul de Guaraci) **CLEUSON RAMOS DA SILVA** (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraci) **REGINA RIBEIRO VETORE** (Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver melhor de Guaraci)	**Representante dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social**	**Titular Suplente Titular**	28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027
	CECILIA DA SIVA DE MOURA (Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver melhor de Guaraci)		**Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027
	MARLETE CAVALCANTE DA COSTA (APAE de Guaraci) **GABRIELLY KAROLINE GOMES KECK** (Representante do Lar da Divina Providência de Guaraci- Asilo)	**Representante das entidades e organizações de assistência social**	**Titular Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027
	JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS (Assistente Social) **MARIELE ROSA DOS SANTOS PORTUGUÊS** (Psicóloga)	**Representante dos Trabalhadores na Área da Assistência Social**	**Titular Suplente**	28/04/2025 a 28/04/2027 28/04/2025 a 28/04/2027

2 - INTRODUÇÃO

Frente à necessidade de consolidar no Município de Guaraci, os avanços legais na área social e considerando também que cada município possui realidade socioeconômica, política, e cultura específica, observou-se ser de fundamental relevância promover levantamentos, análises e um conhecimento aprofundado das necessidades e demandas existentes em nosso município, a fim de direcionar as ações na área da Política de Assistência Social.

O diagnóstico participativo objetiva a desencadear um processo reflexivo e continuo sobre a nossa realidade local, envolvendo a participação da sociedade como um todo no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da política destinada a atender essas populações em situação de risco e vulnerabilidade social.
Sua finalidade é pensar uma política de atendimento as famílias, às crianças, aos adolescentes, aos deficientes físicos, aos idosos, mulheres e todos mais que dela necessitar, de maneira que as ações dessa política possam ser verdadeiramente eficazes, equalitária e também possa ser articuladas entre os diferentes setores governamentais e não governamental, e que a sociedade tenha um espaço e momento de poder exercer a

democracia, como cidadãos cientes de sua participação, como deliberadores de suas vontades comuns atendendo ao coletivo, consolidando assim, uma nova maneira de fazer política, em prol da busca constante de melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos de Guaraci.
A proteção social básica atua na prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições – e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse nível de proteção é destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos − relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
Já a proteção social especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.

3- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL:

O município de Guaraci tem sua atividade praticamente quase toda voltada para Agropecuária e a avicultura, que gera os recursos; atualmente temos 04 Empresas de Facções de Costura Industrial instalada há algum tempo no município, onde fazem o trabalho de finalização do produto confeccionado; 01 fabrica de confecção de lingerie; também existe uma disseminação de granjas para criações de frangos para abate frigorífico em médias de 10% das propriedades rurais, mas estando centralizadas estas criações em Núcleos construídos em propriedades dos próprio frigorífico da BTZ (Jaguafrangos). As maiores demandas de empregos ofertados para o nosso município provem de dois frigoríficos localizados no município de Jaguapitã que são: BTZ e SEARA ALIMENTOS. Também por falta de perspectivas, alguns pequenos produtores rurais terminam arrendando suas propriedades para plantio de cana pelas usinas ou para plantio de soja e milho por terceiros.
Quanto à questão de mercado de empregos, os trabalhadores do município tem tido a oportunidade de empregos nessas empresas de confecções da cidade, mas a predominância de absorção de mão de obra está na oferta de trabalho formal pela Usina de cana de açúcar da região, como principal está a Junqueira (Alto Alegre-Pr), que tem fornecido serviços permanentes como operários industriais das usinas, e atualmente também os abatedouros/ frigoríferos industrial de frangos do município de Jaguapitã, como a BTZ e SEARA ALIMENTOS nos mais variados setores de trabalho, sendo que os salários são razoáveis, dentro dos padrões da região. Localmente contamos com a fábrica de sorvetes Gelone que tem grande aceitação na região e absorve razoável número de mão-de-obra direta ou indireta. E também a Prefeitura Municipal de Guaraci que conta com razoável número de funcionários concursados, comissionados e PSS pelo setor público.
O município de Guaraci tem uma extensão territorial de 211,680 km² e uma população estimada em 2025 de 4.748 habitantes, sendo que na área urbana estão 77,09% habitantes e na área rural 22,91% habitantes, com tímidas tendências de aumentos no percentual urbano devido ao pouco trabalho ainda existente na área rural, pois predomina atividades rurais de explorações que exigem pouca mão de obra, sendo que a população que permanece no campo é composta por pessoas mais velhas, acostumadas à prática da agricultura familiar e seus jovens ainda veem pouco incentivo para retorno para o setor rural. Seus jovens estão já na cidade, ou já se deslocaram para os grandes centros ou ainda outros estados em busca de outras oportunidades urbanas.
Outra questão é quanto a estratificação dos produtores, onde suas atividades agropecuárias utilizam pouca ou quase nenhuma mão de obra, e que grande parte destes proprietários não residem no município, não tendo assim, nenhum compromisso social com o município, ou vínculo que possa auxiliar no desenvolvimento municipal.
No Setor formal de emprego – perfil aproximado (2025-2026):
* Agricultura/pecuária: ~ 35% dos postos
* Indústria/confeccionista: ~ 22%
* Comércio/serviços: ~ 20%
* Administração pública: ~ 23%
- Salários: compatíveis com média regional, próximo ao salário-mínimo vigente (R$ 1.621,00/2026).
- Iniciativas de qualificação:
* Cursos profissionalizantes e oficinas de inserção produtiva no CRAS/PAIF
* Parcerias com SEDET/SESC/SENAI para formação voltada ao mercado regional

As Organizações existentes no Município de Guaraci são: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Associação dos Produtores Rurais de Guaraci, a Associação dos Moradores da Vila Rural Gralha Azul de Guaraci, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantis, a Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver Melhor de Guaraci, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Saúde, do Trabalho, da Merenda, o Comitê do Plano Diretor Municipal, do Idoso e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural(COMDER), que em conjunto com a Prefeitura Municipal, elaboram e constroem de forma participativa as ações de norteiam o Desenvolvimento do Município, visando integrar e articular a sociedade ao processo.
Estima-se que cerca de 247 famílias se encontrem em situação de alta vulnerabilidade, sendo atendidas e algumas acompanhadas pelo CRAS e pela equipe técnica da Assistência Social com algumas delas acompanhada com ações sistemáticas, planejadas, continuadas, com objetivos e Plano de Acompanhamento Familiar.
Quanto ao Cadastro Único e Programas Sociais,
Até janeiro de 2026, o município conta com 412 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, representando cerca de 8,7% da população total. Desse universo:
- 338 famílias estão ativas no Programa Bolsa Família, totalizando 884 pessoas beneficiadas, com investimento mensal de R$ 236.112,00 e valor médio de benefício de R$ 698,56.
- Detalhamento dos benefícios concedidos:
* 884 Benefícios de Renda de Cidadania (R$ 142,00 por integrante);
* 312 Benefícios Complementares;
* 173 Benefícios Primeira Infância (para crianças de 0 a 7 anos incompletos);

* Ausência de Benefícios Variáveis Familiares e Extraordinários de Transição
Além disso, o município atende 122 famílias por meio do programa estadual Cartão Comida Boa, destinado a famílias com renda per capita de até R$ 200,00, e algumas as famílias do Bolsa Família também recebem o Gás do povo, conforme critérios federais.

Indicadores complementares de população e família — 2025-2026 Indicador Valor / Informação Média de pessoas por família no CadÚnico 2,68 pessoas/família Famílias chefiadas por mulheres 54,2 % do total cadastrado População de 0-17 anos 21,3 % da população total
População de 60 anos ou mais 16,7 % da população total
Pessoas com deficiência registradas 198 pessoas (4,17 % da população) Taxa de analfabetismo ≥ 15 anos 7,8 % (acima da média estadual de 5,2 %) Média de pessoas por família no CadÚnico 2,68 % pessoas/família

Habitação e Saneamento — Guaraci-PR
Domicílios totais estimados 1.682 domicílios
Domicílios com abastecimento de água 98,4 % (rede geral)
Domicílios sem esgoto tratado 100 % — uso exclusivo de fossas sépticas

Coleta regular de resíduos sólidos 100 % da zona urbana e distrito Bentópolis Déficit habitacional estimado 200 unidades (conforme diagnóstico original) Conjuntos habitacionais existentes 6 na sede/distrito + 1 Vila Rural Gralha Azul Projetos habitacionais em andamento 18 unidades — parceria Município/Estado
A faixa etária que mais sofreu perdas em nosso município entre as décadas de 80, 90 e 2000, foi em relação entre 14 a 59 anos onde na sua maioria foram embora com suas famílias para outros municípios ou estado em busca de oportunidade de emprego, pois o município encontrava-se estagnado frente ao seu crescimento econômico. Hoje observamos estar acontecendo o contrário, o município está em fase de desenvolvimento, com novas oportunidades de empregos, novos investimentos na área agrícola, industrial e comercial.
O município de Guaraci tem ainda uma maior concentração da população na zona urbana, devido à falta de trabalho no campo ou ainda falta de uma política que efetivamente consiga segurar o trabalhador rural nas propriedades rurais, como acontecia no passado com as grandes colônias rurais e propriedades grandes, médias ou pequenas.
Guaraci, como a maioria dos municípios pequenos, não possui áreas de favela em comunidade urbanas e que estejam concentradas em uma única região da periferia urbana local. O que temos sim são famílias de extrema alta vulnerabilidade e muitas vezes em situação de miséria, que foram e são atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e principalmente pela comunidade local sensibilizada pela situação caótica dessas famílias. Estas famílias não estão localizadas em um único espaço como dissemos, mas sim espalhadas por toda a área de zona urbana. Constatamos que existe sim, conjuntos habitacionais onde se concentram famílias de melhor ou menor condições financeiras, ocorrendo tal seleção naturalmente na ocasião de instalação das unidades habitacionais. Já no cento da cidade não existe tal discrepância, a condição financeira da população é bem diversificada, sem prejuízo de bem imóveis ou posição social que venha ocupar.

As crianças e adolescentes com deficiência de nossa cidade são atendidas pela escola especial Rafael de Oliveira mantida pela APAE, e as crianças e adolescentes com grau de comprometimento menor que está incluído no ensino regular, recebem atendimento especial com sala multifuncional e professor também capacitado, onde buscam desenvolver as habilidades possíveis como na APAE.
Felizmente o Município de Guaraci não possui demanda de pessoas em situação de rua, nem nas áreas de criança, adolescente, famílias, adultos ou pessoa em situação de rua, ou pessoa em trânsito. O que temos e ainda é uma demanda pequena, são de crianças e adolescentes que pais que necessitam se ausentarem para trabalhar e seus filhos acabam passando horas nas ruas, onde muitas vezes ficam expostos em situação de risco, as crianças e adolescentes precisam ser protegidos, resguardado seus direitos. É necessário haver alternativas que garantam que estejam cuidadas e protegidas enquanto seus pais necessitam trabalhar, seja através de cuidados de outros familiares, rede de apoio e principalmente serviços públicos como o SCFV, educação, cultura, esporte, lazer. O ECA reconhece crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, cuja capacidade de tomada de decisão ainda está em formação. Por essa razão, situações de permanência prolongada nas ruas ou de exposição a riscos devem ser compreendidas prioritariamente como expressão de vulnerabilidades e que requerem proteção por ser Guaraci, uma cidade cortada por uma rodovia estadual, onde o movimento automotivo é pesado e perigoso.
O quadro de trabalho infantil no município apesar de parecer pequeno, ainda é preocupante, uma realidade muito difícil mudar devido a concepção da população em geral e muito mais das famílias dessas crianças e adolescentes, que na maioria por necessidades financeiras acabam delegando a elas tais responsabilidades e achando normal.
Os casos de crianças e adolescentes que exerce o trabalho infantil em na sua maioria não abandonaram a escola, e exercendo as funções em horário contrário do período escolar, justamente para conciliar as atividades e ganharem seu próprio dinheiro.
As crianças menores de 12 anos trabalham como entregadores de leite, entregadores de compra, já os maiores trabalham como babá, servente de pedreiro, sorveteiro e os acima de 16 anos já enfrentam trabalhos mais pesados como diarista de serviços gerais e outros.

Ainda são poucas, mais há novas oportunidades que estão surgindo quanto as vagas estágios remunerados adolescente aprendiz que vem amenizando a realidade descrita no parágrafo anterior.
Uma situação que ainda requer atenção do poder público e sociedade é quanto ao trabalho infantil É uma questão que necessita ser trabalhada com a comunidade e principalmente com as crianças e adolescentes que frequentemente permanecem nessa condição em razão de vulnerabilidades socioeconômicas, exploração econômica e insuficiência das políticas de proteção, exigindo atuação articulada da rede de garantia de direitos para assegurar seu desenvolvimento, educação e proteção integral, em vez de atribuir-lhes resistência ou responsabilidade pela continuidade da situação, em troca de arcar com recursos financeiros que atendam suas próprias necessidades básicas, além das que suas famílias podem suprir.

Guaraci é um município onde a prática de exploração sexual ainda é combatida pela moral e bom costume da comunidade, pois quando há denúncias dos casos, os órgãos competentes são acionados como: polícia militar, delegacia, com o preenchimento da ficha SISAN pelo profissional que recebeu a queixa, em seguida o caso é encaminhado para o Conselho Tutelar que passa a fazer o acompanhamento, acionando a família ou representante legal para as tomadas das devidas providências legais. O autor do ato sexual é chamado às consequências legais se necessário até a detenção policial e responderá pelo crime. Paralelo a isso a criança

e/ou adolescente é encaminhada para os devidos serviços e procedimentos que necessitar quanto sua saúde com o caminhamento aos exames no Hospital de referência do município, como no caso de Guaraci é o HU de Londrina para a profilaxia e exames, acompanhamento e tratamento psicológico para auxiliar na redução de traumas e damos aos infantes. O caso da exploração sexual de crianças e adolescentes é combatida para além de razões morais porque constitui: grave violação de direitos humanos; forma de violência sexual; crime previsto na legislação brasileira; violação do direito ao desenvolvimento saudável. Quando há suspeita ou confirmação de exploração sexual, não somente a família deve ser acionada, mas os diversos órgãos da rede de proteção como: Conselho Tutelar; Ministério Público; Polícia Civil; serviços de assistência social; serviços de saúde e Poder Judiciário. Crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual são vítimas de grave violação de direitos, demandando proteção integral, atendimento especializado e atuação articulada da rede de proteção.
Os casos cujas crianças e adolescentes são vítimas de violência familiar passou a serem denunciados ao Conselho Tutelar local que faz uma primeira orientação aos pais ou responsável legal e caso haja reincidência o caso passa a ser notificado sipia e sinan, e quando necessário encaminhado ao Ministério Público e posteriormente a Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS e Secretaria de Saúde, quando são mais graves.

Hoje ´já contamos com Lei Especifica que cria Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, inclusive com seu conselho já composto e em pleno funcionamento, e os casos de violência contra idosos são todos encaminhados a Assistência Social local, que fazem as devidas intervenções e quando necessário recorrem ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida, integridade e dignidade do idoso vitimado, ou pelo disque 100.
Já em relação à Pessoa com Deficiência contamos com Lei Especifica que cria Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e em fase de composição e efetivação do Conselho e Plano Municipal. Quando pessoas portadoras de deficiência que se encontra em situação de risco pessoal e social os casos são tratados pela Assistência Social local, que fazem as devidas intervenções e quando necessário recorrem ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida, integridade e dignidade pessoa com deficiência vitimada. Mas é bom enfatizar que isso só é possível devido o bom relacionamento entre a comunidade de Guaraci, Secretaria de assistência Social junto ao Poder Judiciário e Ministério Público que sempre se coloca à disposição dos casos que requerem orientação e intervenção dos mesmos.
A maioria das infrações praticada atos cometidos por crianças- abaixo de 12 anos- não são considerados atos infracionais. E esses casos devem ser aplicadas medidas protetivas previstas no ECA. Já os adolescentes, que praticam atos infracionais, na sua maioria recebem intervenção e orientação sobre seus atos juntamente com suas famílias e são facilmente resolvidas. Caso haja reincidência o caso é encaminhado para a Delegacia local, lavrado à ocorrência e encaminhada ao Conselho Tutelar; Ministério Público e demais políticas que necessitar.
Dos dados apontados o que mais nos preocupa e chama atenção é o crescente número de crianças e principalmente, adolescentes fazendo o uso de substância tóxica. Isso há algum tempo vem chamando a atenção do poder Público e sociedade civil local, preocupados com a segurança e vida de nossos jovens.
Sabemos ser uma situação delicada, mas necessária de intervenções imediatas e eficazes.
Quanto à situação habitacional, o município de Guaraci conta com 06 conjuntos habitacionais financiados pela COHAPAR, sendo que 03 estão situados no distrito de Bentópolis e 03 na Sede do município. Contamos também com 01 vila rural localizada na Gleba 02, Colônia São Sebastião, onde foram contempladas e instaladas 50 famílias, desde 1997e fica distante da sede entorno de 03 km. Três outros conjuntos de loteamento particular ainda em formação.
Houve um crescimento considerável em relação a conjuntos e residências particulares, onde casas foram construídas e reformadas, aumentando a oferta de casa de aluguel à população, mas ainda observamos ser insuficiente para atender toda a demanda que se faz expressiva.
Há hoje a necessidade eminente referente à demanda apresentada em torno de 200 casas, sendo que parte delas deverá ser ofertada à população do distrito de Bentópolis. Existe um Programa em parceria entre município e estado a possibilidade de 18 unidades habitacionais no distrito.
O município de Guaraci e seu Distrito de Bentópolis infelizmente não dispõem de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Todos os resíduos são depositados em fossas sépticas construídas dentro dos quintais de todas as propriedades e/ou calçadas.
Soubemos pela Secretaria Municipal de Obras e Viação que está sendo providenciado um levantamento e estudo direcionado à instalação de rede de esgoto, pois pelo que se observa ser uma ação necessária e urgente quando se pensa na qualidade de vida da população em geral, pois os resíduos terão o destino certo.
A coleta de lixo no município, distrito e vila rural são ainda realizadas diariamente por funcionários da prefeitura com o um caminhão basculante e prensador de lixo, e sua destinação são feitas em dias distintos para lixo residual aonde existe um consórcio de aterro sanitário para o tratamento e destinação final desse lixo, e outros dias para lixo reciclável, que também recebem tratamento devido pelos recicladores locais da associação.
O diagnóstico socioterritorial de Guaraci revela um município de pequeno porte, com economia baseada na agropecuária e avicultura, dependente de oportunidades de emprego geradas em regiões vizinhas. A população é majoritariamente urbana, com envelhecimento da zona rural e movimento migratório histórico de pessoas em idade ativa. Apesar da boa cobertura de água e coleta de resíduos, persistem a ausência de tratamento de esgoto e expressivo déficit habitacional. Os indicadores sociais mostram parcela significativa de famílias em vulnerabilidade, muitas atendidas por programas federais e estaduais. Destacam-se como desafios a elevação da escolaridade, a ampliação das alternativas de geração de renda, o enfrentamento ao uso de drogas e a proteção integral de crianças e adolescentes. A estrutura socioassistencial, centrada no CRAS, atua de forma articulada com a rede, mas ainda carece de ampliação de equipe e serviços de média complexidade para responder com plenitude às demandas apresentadas.
Quanto a estrutura da rede socioassistencial é própria, e conta com Gestão própria e Instâncias de Controle Social:
- Órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaraci/PR. instâncias obrigatórias e em funcionamento:
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – instância deliberativa, com composição paritária governo/sociedade civil;
- Conselho Tutelar – responsável por zelar pelos direitos de crianças e adolescentes;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Conselho Municipal do Idoso.
- Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiencia,
- Instrumentos de gestão:
Plano Municipal de Assistência Social, Plano de Ação Anual,
Relatório de Gestão

Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) regularmente movimentado Fiscalizado pelo CMAS.
A Vigilância Socioassistencial encontra-se em processo de estruturação, conforme exigência da NOB/SUAS .
Quanto a Proteção Social Básica contamos com uma Unidade de referência única no município: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que atende a sede do município, o distrito de Bentópolis e Zona Rural. Não temos CREAS.
- Serviços, programas E benefícios ofertados:
1. PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família: Acolhimento, acompanhamento familiar, visitas domiciliares e encaminhamentos a serviços da rede;
2. SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Grupos organizados por faixa etária – crianças/adolescentes de 6 a 17 anos, pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade;
3. Gestão do Cadastro Único: Inscrição, atualização e revisão cadastral, além do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais transferências de renda federais e estaduais;
4. Benefícios Eventuais: Regulamentados por lei municipal – cestas básicas, auxílio-aluguel, auxílio-funeral e passagens intermunicipais/interestaduais para atendimento de saúde ou situação de risco;
5. Ações de busca ativa: Identificação de famílias não cadastradas ou com direitos violados, em parceria com outras políticas públicas.

- Recursos humanos: Equipe do CRAS é composta por 1 coordenador não exclusivo que acumula a função de assistente social também, 1psicólogo com carga horária reduzida e insuficiente, 1 educador social, dois motoristas, e 1 agente administrativo, não estando em conformidade com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).
- Infraestrutura: Sede própria no centro urbano; 3 veículos sendo um utilitário adquirido recentemente, utilizado para atendimento itinerante na zona rural, transporte de usuários e distribuição de materiais/doações.

Proteção Social Especial

- Média Complexidade: Não há unidade de CREAS própria no município. O atendimento especializado é todo referenciado no CRAS no casos de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos para casos de violência doméstica, abandono, exploração sexual, trabalho infantil e outras violações de direitos.
- Alta Complexidade: Existe um asilo para idosos privado, onde sua manutenção é praticamente dos benefícios dos próprios usuários. Não existe unidades de acolhimento institucional próprias (Casa Lar, Abrigo Institucional, Residência Inclusiva). As vagas são contratadas em entidades de municípios vizinhos para crianças/adolescentes, e pessoas com deficiência.
- População em situação de rua são atendidas e acompanhadas pontualmente pelo CRAS, com encaminhamento para serviços de acolhimento em outros municípios, dada a ausência de estrutura local.
REDE INTERSETORIAL EXISTENTE
Saúde
- Equipamentos: 1 Unidades Básicas de Saúde (UBS) na zona urbana na sede e 1 no distrito; o atendimento de média complexidade do município e referenciada em Rolândia, e os casos de alta complexidade em centros regionais maiores como Londrina.
- Articulação: Acompanhamento conjunto das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família; ações integradas de saúde mental, enfrentamento ao uso de substâncias, violência interpessoal e pré-natal; fluxo formalizado de encaminhamentos entre CRAS e unidades de saúde.
Educação

- Equipamentos: 4 escolas municipais (creches/educação infantil e ensino fundamental), 2 escola estadual (ensino fundamental e médio)
- Articulação: Busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola; acompanhamento de infrequência e evasão escolar; identificação de casos de trabalho infantil e encaminhamento ao Conselho Tutelar; atividades complementares em parceria com o SCFV até que o aluno chegue ao 5º ano do ensino fundamental, depois ele segue para a escola estadual por tempo integral.

Trabalho e Renda

- Equipamentos: Atendimento regionalizado do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT); ações de qualificação profissional em parceria com Senac, Senai, e Governo Estadual. Existe projto para adolescentes aprendiz.
- Articulação: Encaminhamento de usuários do Cadastro Único para vagas de emprego e cursos; orientação sobre acesso a microcrédito produtivo e fomento a atividades de economia solidária.

Demais Políticas

- Habitação: Ações de regularização fundiária e melhoria habitacional em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Governo do Estado;
- Segurança Pública: Atuação conjunta com Polícia Militar e Polícia Civil com sede em Jaguapitã, com fluxos de encaminhamento imediato ao Conselho Tutelar e serviços de proteção;
- Cultura, Esporte e Lazer: Disponibilização de espaços públicos e parceria para desenvolvimento de atividades do SCFV e ações de inclusão social. AVALIAÇÃO DA COBERTURA, LACUNAS E INTEGRAÇÃO
Pontos Fortes e Cobertura Existente

- Cobertura consolidada da Proteção Social Básica em todo o território urbano; a aquisição de veículo ampliou significativamente o acesso da zona rural aos serviços;
- Fluxos de articulação com saúde e educação formalizados e com funcionamento regular;

- Gestão eficiente do Cadastro Único e benefícios socioassistenciais, com Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) em patamar satisfatório;
- Funcionamento regular do CMAS e demais conselhos, garantindo o controle social da política. Lacunas de Cobertura e Acesso
Proteção Social Especial: Ausência de CREAS próprio e unidades de acolhimento no município, gerando demora no atendimento especializado, custos de deslocamento e descontinuidade no acompanhamento de casos;
Públicos específicos: Oferta incipiente de serviços especializados para pessoas com deficiência, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua;
Horário de atendimento: Funcionamento restrito ao período comercial, dificultando o acesso de trabalhadores informais e familiares que não podem se ausentar do serviço;
Quadro profissional: número muito reduzido de técnicos para atender ao volume de demandas, visitas domiciliares e ações de busca ativa. Integração entre Serviços
Avanços: Reuniões mensais de articulação de rede; fluxos de encaminhamento definidos com saúde, educação e Conselho Tutelar; participação regular das equipes do CRAS nas ações intersetoriais.

Desafios:

- Ausência de sistema informatizado compartilhado entre os órgãos, dificultando o acompanhamento conjunto de casos;
- Articulação ainda incipiente com as políticas de trabalho e renda e habitação;
- Falta de protocolo Intersetorial formalizado para atendimento a situações complexas de violência e violação de direitos. RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECIMENTO DA REDE
1. Pleitear junto ao Governo do Estado a instalação de unidade descentralizada do CREAS já temos o prédio construído com recursos parlamentar, mas necessitamos de recursos financeiros para equipá-lo e recursos financeiros para a contratação da equipe mínima segundo a NOB/SUAS.
2. Elaborar e aprovar protocolo intersetorial único de atendimento a violações de direitos, adotando ferramenta digital para registro e monitoramento de encaminhamentos;
3. Ampliar parcerias para oferta de cursos de qualificação profissional e fomento a atividades geradoras de renda voltadas prioritariamente a famílias do Cadastro Único;
4. Estruturar a Vigilância Socioassistencial com mapeamento georreferenciado de vulnerabilidades, demandas e vazios de atendimento, conforme determina a NOB/SUAS.

PROVISÕES DO SUAS: OFERTA, DEMANDA E CAPACIDADE
Município de Guaraci/PR – Ano Base 2026, com dados consolidados conforme relatórios de gestão municipal, Censo SUAS e Portal da Transparência; números estimados complementados com parâmetros de municípios de pequeno porte do Paraná apresenta os seguintes dados.
- Números de famílias acompanhadas sistematicamente: 46
- +- 196 Famílias atendidas ao mês com acolhimento e orientação pontual
- SCFV são 87 crianças e adolescentes,
- SCFV são 89 idosos em média
- No SCFV Pessoas com deficiência e famílias em vulnerabilidade: 15 vagas

- adolescente em medidas socioeducativas: 00
-BENEFÍCIOS EVENTUAIS: Cobertura: Atendimento a todas as solicitações enquadradas na lei municipal, com limite orçamentário, - Periodicidade: Análise e concessão de benefícios eventuais em até 3 dias úteis para emergências; até 5 dias para demandas de casos comuns:
Auxílio Natalidade: 6 a 8 Kits
Auxilio Funeral: 4 a 7 Furnas e Terrenos/ Anual
Auxilio de vulnerabilidade Temporária (90 Cesta Básica/mês e 260 Cobertores no Inverno) Auxílio Calamidade 00
Auxilio Transporte: +- 450 Famílias E Indivíduos/ Ano
BPC: estimativa atualizada 2026: 35 a 42 pessoas beneficiadas (sendo +- 22 idosos, 100% dos casos deferidos pelo INSS e +-18 pessoas com deficiência), Cobertura: acompanhamento social realizado para verificação de manutenção do benefício, Periodicidade: Pagamento mensal; reavaliação cadastral bienal ou conforme demanda; - Capacidade instalada: Não há limite de vagas – benefício garantido por lei a todos que cumprem os requisitos
- Público: Famílias inscritas no Cadastro Único 1.152, e destas com renda per capita de até ½ salário mínimo, em situação de vulnerabilidade social ou risco de rompimento de vínculos são 368 beneficiários do Programa Bolsa Família.
- Cobertura: Abrange 100% da zona urbana e comunidades rurais acessíveis.
- Periodicidade: Acolhimento diário; acompanhamento familiar quinzenal/mensal; visitas domiciliares conforme necessidade.
- Capacidade instalada: Definida por dotação orçamentária anual; sem limite de vagas, mas com restrição de valor por benefício.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Serviços de Acolhimento para criança adolescente: Sem unidades próprias, 3 vagas contratadas em entidades de município de Apucarana mais próximos ou da mesma comarca.
- Números: 1 adolescente em Apucarana ocupada
- Público: Crianças/adolescentes vítimas de violência/abandono.

-Serviços de Acolhimento para pessoas idosas, com unidade no município do setor privado, capacidade de atendimento 20 idosos abandonados pelos familiares;
- Não há Serviço de Acolhimento para pessoas com deficiência sem suporte familiar.

- Medidas Socioeducativas para Adolescentes
- Números: 0 (zero) adolescente acompanhado por ano; sem equipe exclusiva
- Público: Adolescentes de 12 a 18 anos em cumprimento de medida de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade
- Cobertura: Atendimento realizado de forma emergencial complementar pelo CRAS; sem oferta local de serviços específicos de e CREAS.
- Periodicidade: Acompanhamento quinzenal; relatórios mensais ao Poder Judiciário
- Capacidade instalada: acaba sendo demanda livre e casos simultâneos, restrito à carga horária da equipe multidisciplinar compartilhada RELAÇÃO ENTRE OFERTA E DEMANDA MAPEADA
Critérios de priorização adotados
1. Situação de risco iminente (violência, abandono, desabrigo);
2. Presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou com deficiência na família;
3. Inscrição e atualização no Cadastro Único;
4. Famílias sem acesso a renda formal ou rede de apoio familiar.

GARGALOS ESTRUTURAIS IDENTIFICADOS

Tipo de gargalo Detalhamento
Escassez de vagas com fila de espera no SCFV para usuários para zona urbana; com oferta de serviço especializado para pessoas com deficiência Equipe insuficiente com quadro de 1 assistente social e 1 psicólogo para toda a proteção básica e especial referenciada; educadores sociais em número muito abaixo do recomendado.
Limitações orçamentárias valor dos benefícios eventuais abaixo da necessidade média; impossibilidade de contratar equipe exclusiva para medidas socioeducativas, para CRAS e CREAS.

BOAS PRÁTICAS A SEREM AMPLIADAS

- Atendimento itinerante rural: Ação iniciada com o novo veículo, que reduziu em 30% a demanda reprimida de atualização cadastral; pode ser ampliada para atividades do SCFV descentralizado;
- Fluxo conjunto com saúde/educação: Identificação prévia de famílias vulneráveis por agentes comunitários, reduzindo tempo de busca ativa;
- Gestão participativa: Envolvimento de usuários na definição de horários e atividades do CRAS, com alta taxa de adesão
RECOMENDAÇÕES DE AJUSTE
1. Pleitear ampliação de equipe por meio de convênios com o Estado e alocação de recursos do FMAS e concurso públicos para suprir a falta dos profissionais necessários;
2. Estabelecer parceria com a Secretaria de Educação para uso de transporte escolar em dias de atendimento itinerante;
3. Priorizar a ampliação de vagas do SCFV para grupos rurais e de pessoas com deficiência no planejamento anual;
4. Formalizar parceria com municípios vizinhos para redução de custos e garantia de atendimento mais próximo aos usuários de medidas socioeducativas. Os números estimados devem ser substituídos pelos dados finais do Relatório de Gestão 2025 e do Censo SUAS mais recente, disponíveis no sistema MDS e no Portal da Transparência municipal.
Temos por potencialidades do território o fortalecimento das famílias e indivíduos através de capacitação e qualificação, para que com isso elas possamos reduzir as desproteções e ampliar a coberturas das famílias para o trabalho e adesão dos mesmos a empregos registrados.
3- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Desde 2010 o município de Guaraci conseguiu habilitar-se junto a CIT e MDS com a implantação e funcionamento do CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social conforme NOB/RH e legislação vigente, o que tem ajudado a visualizar, quantificar, qualificar e planejar melhor os serviços e atendimento ofertados pela política municipal de Assistência Social no Município.
O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.
No mês de janeiro de 2026, o município de GUARACI/PR teve 338 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 884 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R$ 236.112,00 e um benefício médio de R$ 698,56.
Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em janeiro de 2026 no município de GUARACI/PR:
· **884 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC):** no valor de R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
· **312 Benefícios Complementares (BC):** destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma.
· **173 Benefícios Primeira Infância (BPI):** no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos.
· **0 Benefícios Variáveis Familiares (BVF):** no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição:

a) gestantes;
b) nutrizes;
c) crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou
d) adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos;
· **0 Benefícios Extraordinários de Transição (BET):** aplicado em circunstâncias específicas até maio de 2025, com o propósito de assegurar que nenhum beneficiário receba quantia inferior à concedida no programa anterior (Auxílio Brasil).

Programa Auxílio Gás do povo

É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021. A partir de 2025, as famílias beneficiárias do Programa Auxilio Gás seguem recebendo cota de acordo com o número de pessoas cadastradas no
Programa Bolsa Família, inclusive pessoas inscritas sozinhas no cadúnico não receberá o benefício.
O cartão Comida Boa foi estabelecido em no final de dezembro 2021 de para o Município de Guaraci pelo Governo Estadual devido a pandemia COVID-19, (Lei nº 20.747), é destinado a famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita mensal de até R$200, atualmente é considerado um programa permanente e de caráter continuado e que beneficiará em a princípio 88 famílias do município, sendo que a cada 90 dias será reaplicado os critérios de permanência no programa, bem como se não estiver mais nos critérios o benefício será encerrado pelo Governo Estadual. Se por 90 dias não tiver movimentação no cartão, o Estado solicitará a devolução do mesmo.
Os problemas que envolvem pessoas em situação de vulnerabilidade e risco na fase adulta são quando se encontram em situação de desemprego por falta de qualificação, sem como sair da situação de impotência e sem qualquer perspectiva de mudança de sua realidade imediata, o que acaba gerando situações baixa auto- estima culminando nos inúmeros casos de desestruturação familiar, atingindo e colocando em risco não só crianças e adolescentes mais também pessoas de alguma forma fragilizada, pessoas portadoras de deficiência e idosas que compõem essas famílias.
No município tem havido oferta de número expressivo de trabalho, mas a população não tem se interessado em supri-las e preferem manter os benefícios assistenciais, alegando que os salários ofertados pelas empresas não compensam o esforço de sair de casa, que ganham mais ficando parados.

Na área do idoso contamos com o trabalho privado ofertado pelo asilo Lar da Divina Providência com capacidade de atendimento de 20 idosos, não governamental que atende demanda do município e região, cujos idosos são abandonados por familiares ou quando a família de origem não tem condições de dispensar os devidos cuidados a essa pessoa.
Faltam mais atividades sociais voltada ao idoso em nosso município e isso já está vendo com a implantação de mais esportes adaptados, atividades de interesse deles realmente.
Guaraci por ser um município de pequeno porte, tem apontado pouca ou quase nenhuma demanda relacionada a casos de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais que exija intervenção do poder judiciário e de medida sócio – educativa determinados pelo mesmo. Quando tais intervenções são indicadas pelo judiciário, para atender essa demanda contamos com o acompanhamento direto do Conselho Tutelar, CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social que acabam tendo que assistir e resolver tais situações através de parcerias com algumas entidades locais, consórcios com entidades institucionais, pois ainda não contamos com um programa específico, com equipe técnica ideal que atenda integralmente essa demanda como pede o Estatuto e como sabemos ser necessário. O que temos são projetos locais, atividades esportivas, culturais, atividades psicossociais e sócios-educativas que os absorvem e tentam auxiliá-los em sua necessidade como as atividades do SCFV e Escolinhas de futebol.
Um dos problemas mais evidente e preocupante levantado nesse diagnóstico está diretamente relacionado ao contato e uso de drogas pelos nossos jovens e muitas vezes por adultos, que observa ser uma situação crescente no município. Isso pede uma abertura de discussão das autoridades e comunidade com urgência, pois o combate a essa doença(vícios) exige esforços coletivos, que envolva a sociedade como um todo, poder público através de suas políticas sociais, polícia militar e federal e poder judiciário.
A prioridade aqui observada é de se definir estratégias de redução e combate ao uso de substância tóxica pela população. Nestas estratégias, envolver atividades realmente atraentes aos jovens, que lhes estimulem a prática de uma vida saudável, revigorante e repleta de oportunidades realizáveis e promissoras. Envolver as famílias desses jovens nessas atividades, para que possam ser o esteio de seus filhos, pois um estará fortalecido no outro.
Para isso, sugere as seguintes ações que poderá a ajudar no alcance dos objetivos propostos aos problemas levantados:
1. Oferta de programas e projetos de geração de renda e emprego como vem sendo buscado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com demais políticas e sociedade civil organizada, onde envolve as famílias e os jovens na condição de aprendiz no município;
2. Oferta de cursos profissionalizantes aos adolescentes e jovens;

3. Ampliar a equipe de trabalho, com a contratação de profissionais afins, para desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes, mas sempre envolvendo e acompanhando suas famílias, propiciando um atendimento integral a esses usuários com o fortalecimento da equipe técnica do CRAS e implantação do CREAS;
4. O CRAS em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho, estimular e ofertar cursos/ oficinas aos jovens e suas famílias de acordo com os interesses;
5. Criar uma equipe inter-setorial entre as políticas, onde possam estar discutindo alternativas de abordagens dos jovens usuários de drogas e também desenvolver junto à comunidade um trabalho de prevenção contra o uso de drogas e prostituição infanto – juvenil.
O município tem também já em funcionamento o projeto denominado SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo), que além de atender essa demanda acima citada, ofertará ações que atende crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, com atividades culturais, esportivas, sócio-educativas, cidadania, com equipe adequada para acompanhá-los e orientá-los devidamente dentro da necessidade de cada um, enquanto seus pais se ausentem para trabalhar.
No CRAS também vem sendo desenvolvidas atividades juntas às famílias em situação de vulnerabilidade no sentido de buscar a superação de suas necessidades e alcançar autonomia e resgate de direitos sociais e humanos, no sentido de fortalecimento da auto- estima e cidadania através do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família).

5 . CONSELHO TUTELAR

Os Conselhos Tutelares, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n°. 8.069/1990), são criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida. Estes órgãos devem ser procurados pela população em caso de suspeita ou denuncia de violação dos direitos da criança e adolescentes, a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência família e comunitária.
Quando comprovada a denúncia, cabe ao conselheiro tutelar acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as delegacias de proteção à criança e ao adolescente e os centros de defesa da criança e do adolescente, e as instancias do Poder Judiciário, como Ministério Público e os Juizados as Infância e Juventude. Além de atender a denúncias, o conselho tutelar também deve estar atento a realidade de sua comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos e meninos e meninas.
Os conselheiros tutelares são escolhidos pela própria comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA). Para concorrer ao cargo, é necessário que o cidadão atenda três requisitos estabelecidos pelo Estatuto: ter reconhecida a idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município.
Em Guaraci o Conselho Tutelar funciona em sede própria todo equipado com informática e teve sua atual eleição para conselheiros realizada em 2022, com mandato até 2026. A manutenção das atividades é custeada pela Secretaria de Administração da Prefeitura de Guaraci. Em 2025 realizou um total de 511 atendimentos durante o ano, sendo estes encaminhamentos, orientações, plantão e sobreaviso. Hoje o Conselho Tutelar de Guaraci conta cm 03 veículos automotivos para atender melhor sua demanda.

6 REDE PRIVADA DE ASSISTENCIA

A Rede Privada de Assistência Social é composta por uma entidade não governamental estabelecida no município, devidamente inscrita no Concelho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução a Política de Assistência Social. Lupionópolis tem hoje 01 (uma) instituição nesta condição, sendo que não recebe ajuda do governo municipal.
ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

N	ENTIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	PÚBLICO ALVO	NIVEL DE PROTEÇÃO
01	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Amor e Vida	26/06/1982	Crianças e Adolescentes com Deficiência	Especial e média complexidade
02	Lar da Divina Providência de Guaraci- Asilo	02/06/1989	Idoso institucionalizado	Média/Alta complexidade

7 - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS:

7.1- OBJETIVO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Garantir de forma integrada às políticas sociais e setoriais, a minimização e superação as desigualdades socioterritoriais, buscando e definindo ações e alternativas de superação e enfrentamento as vulnerabilidades sociais diversas, de forma a garantir os mínimos sociais, e de forma planejada alocar os provimentos de condições para atender contingências sociais existentes em nosso município de maneira eficaz e organizada almejando a universalização e equidade dos direitos sociais, de forma a consolidar o Sistema Único de Assistência Social no município, de viabilizando a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei n° 12.594/2012), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n° 8.742/93).

7.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Definir programas, serviços, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitarem;

- Buscar ações e alternativas concretas que estimule e garanta a inclusão e a equidade das demandas, ofertando e ampliando o acesso aos bens de serviços socioassistenciais básicos e especiais quando necessário nas áreas de vulnerabilidades sociais;

- Garantir que as ações da política da assistência social tenham suas diretrizes voltadas as centralidades na família como um todo, fortalecendo e estimulando a convivência familiar e comunitária, tornando o usuário protagonista de sua história e cidadão de direitos.
- Aprimorar as ações de serviços relativos a Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidades no município, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.
- Implantar novas ações e serviços de acordo com a tipificação e demandas do município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n° 8.742/93).
- Apoiar os conselhos enquanto instancias deliberativas, de caráter permanente e composição entre governo e sociedade civil conforme legislação nacional, estadual e municipal, como forma de democratizar a gestão.
- Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Politica Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.

8 PRIORIEDADES E METAS DELIBERADAS*:

Tabela de prioridades e metas deliberadas para o quadriênio 2026-2029

Nº	as Prioridade e Metas para a gestão municipal, no âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS, previsto na NOB SUAS/2012,	Ano da Deliberação:		Deliberação:	Observações:
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS/ SCFV/PAS E PAIF					
a) Acompanhame nto familiar pelo PAIF	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico de 15 % para municípios de Peq. I				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
b) Acompanhame nto pelo PAIF das famílias com Membros beneficiários do BPC	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC: 25 % para municípios de Peq. Porte I.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
c) Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico.	Atingir os seguintes percentuais de Cadastramento no CadÚnico das famílias com presença de beneficiários do BPC: Munic. Peq I - 70%;				Essa demanda de beneficiário do BPC já está quase toda no CadÚnico.
d) Acompanhame nto pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidade s sociais, para além da insuficiência de renda.	Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 15% para os municípios de Peq. Porte I e 10% 2013.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
e) Acompanhame nto pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumpriment o de condicionalida des, cujos motivos sejam da assistência social.	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social com respectivo sistema de informação.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
f) Reordenament o dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.				Estamos em processo de realização do reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL- CREAS/ PAEIF					
g) implantação e cobertura da cobertura do PAEFI nos municípios com mais de 20 mil habitantes					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TER CREAS
h) Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil.					NAÕ TEMOS PETI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TERMOS DEMANDA
i) Cadastramento e atendimento da População em Situação de Rua					NAÕ TEMOS ESSA DEMANDA NO MUNICIPIO
d) Acompanhame nto pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELA COMARCA/JODER JUDICIÁRIO.
e) Reordenament o dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente					NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELA COMARCA/JODER JUDICIÁRIO/ APUCARANA.
f) Acompanhame nto pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E A DEMANDA ACABA SENDO ATENDIDA PELA ESTRUTURA EXISTENTE-CRAS E ÓRGÃO GESTOR. NÃO TEMOS CREAS
g) Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares					NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELAO JODER JUDICIÁRIO E SEDEF
GESTÃO					
a) Desprecarizaçã o dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenci ais e na gestão do SUAS.	Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.				Já temos 100% dos trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor comissionado
b) Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial.				Estamos em processo de realização da Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais e necessárias
c) Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS	100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.				Estamos em processo de realização da atualização e adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS,
CONTROLE SOCIAL					
a) Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta de representantes de usuários, entidades e dos trabalhadores do SUAS.				Já temos isso garantido na Lei Municipal n**º. 1.178** de **11/08/2010** - de Criação e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social e seu Fundo

b) Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.				Estamos em processo de instituir o CMAS como instância de Controle Social do Programa Bolsa Família e extinguir o Comitê.

9 AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO:

9.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atendimento sociofamiliar, Concessão dos Benefícios Eventuais, Enfrentamento à Pobreza, Capacitação Socioprofissional, Inserção No Programa Leite das Crianças, Inclusão Produtiva Para Beneficiários do PBF E BPC, Atendimento Circunstancial Emergencial (Plantão Social), Concessão de Outros Benefícios Socioassistenciais.

Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços, programas e benefícios.

Assegurar a garantias de direitos socioassistenciais com a especificação da promoção da cidadania através da organização de usuários.

9.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA S	METAS FISICAS	RESPONSÁVE L PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTO/ ANOS
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	-Atendimento crianças e Adolescentes e suas famílias, idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social,	- Fazer com que o usuário reconheça realmente seu problema e consiga se enxergar como protagonista de sua própria história como cidadão de direitos, -Potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos;	-Realizar atendimento social, entrevista familiar, visitas domiciliares, palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos, realizar o acompanhament o sócio- assistencial dessas famílias;	Pretende-se atender grupo de 20 famílias, mensalmente.	CRAS	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	Grupo: oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para crianças e Adolescentes e suas famílias, com atividades artesanais, culturais e temáticas pertinentes que permita o trabalho de estreitamento e fortalecimento do vinculo familiar	-Incentivar o processo de autonomia e emancipação social crianças e adolescentes e suas famílias; -Desenvolver ações de apoio crianças e Adolescentes e suas famílias, em conjunto com outros serviços existentes na rede municipal de Guaraci. -Orientar crianças e Adolescentes e suas famílias,quant o aos seus direitos e deveres em sociedade. -Atuar de forma preventiva, evitando que as famílias tenham seus direitos violados, (re) caindo em situações de risco e vulnerabilidad e social.	-Palestras e oficinas artesanais e culturais e temáticas voltadas crianças e Adolescentes e suas famílias, realizar o acompanhament o sócio- assistencial dessas crianças e Adolescentes, idosos e suas famílias,;	Pretende-se atender 7 grupos de 30 pessoas semanalmente.	SCFV	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	Manutenção do PAIF	- Adquirir equipamento de informática para auxiliar a melhor prestação e agilização dos serviços prestados pelo CRAS	- Alocar recursos para a aquisição dos equipamentos com recursos disponíveis,	-Aquisição de 03 computadores para o CRAS	CRAS	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	-Grupo de Convivência da Terceira Idade do CRAS	-Incentivar o processo de autonomia e emancipação social dos idosos beneficiários do Programa Federal Bolsa Família e BPC; -Desenvolver ações de apoio aos idosos e suas famílias em conjunto com outros serviços existentes na rede municipal de Guaraci. -Orienta-los quanto aos seus direitos e deveres em sociedade. -Atuar de forma preventiva, evitando que os idosos tenham seus direitos violados, (re) caindo em situações de risco e vulnerabilidad e social. -Fortalecimento do vínculo desses idosos com suas respectivas famílias e sociedade em geral.	-Palestras, eventos e oficinas artesanais e culturais e temáticas voltadas aos idosos e quando necessário as suas famílias, e realizar o acompanhament o socioassistencial desses idosos;	pretende-se atender 01 grupos de 100 idosos semanalmente.	CRAS	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Atendimento socioeducativo a crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos.	- Fortalecimento do vínculo familiar e cidadania, prevenindo situações de risco e vulnerabilidad e.	- Reuniões com a equipe técnica do CRAS trabalhando aspectos como vinculo familiar, cidadania, temáticas de interesse a faixa etária e etc.	- Atender 02 a 03 grupos com 20 participantes com atividades voltadas aos interesses e necessidades dos usuários.	CRAS	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	-Grupo de Gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família	- Trabalhar fortalecimento de vinculo familiar, autoestima, direitos, favorecer a relação mãe e filho, apoiando-as em conjunto com outros serviços existentes na rede municipal de políticas.	- Serão realizados encontros semanais, para receberem orientações com diversos profissionais como os do CRAS e da rede de políticas setoriais com temas relevantes e de interesse das gestantes e também terão a oportunidade de confeccionar os enxovais de seus respectivos bebês.	- 01 grupo e terá duração constante e atenderá a demanda existente. A capacidade será de até 15 participantes ou mais caso haja demanda.	CRAS	2026 2027 2028 2029
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Programa Leite das Crianças;	- Reduzir o índice de desnutrição infantil em nosso município a uma zero.	- Atender 100% das Crianças de 6 meses a 3 anos de idade, dentro dos critérios do Programa.	- atendemos 58 crianças atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	CRAS	2026 2027 2028 2029
CAMPANHAS SOCIOEDUCATIVAS	- Atividade junto à comunidade em geral.	- Buscar desenvolver junto a comunidade, ações educativas,	- Através de Campanha conseguir a sensibilização, esclarecimentos,	- Realizar 03 Campanhas com temas pertinentes e apropriados que desperte a	CRAS e Órgão gestor	2026 2027

		informativas, preventivas.	mobilização, participação da comunidade em geral, no sentido de colocá-la ciente dos direitos e deveres.	participação e mobilização de se prevenir situação de risco a membros da sociedade em geral.		2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	Cursos de Qualificação profissional de preparo para o mercado de trabalho para os usuários da Assistência Social.	- Capacitar os usuários de política de assistência social para o mercado de trabalho;	- Realização de 05 cursos profissionalizant es de acordo com a necessidade de mão de obra do mercado de trabalho local	- Atender 05 grupos de 20 pessoas	CRAS	2026 2027 2028 2029

10 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Atendimento especializado às vítimas de violência e abuso sexual, execução de medida socioeducativa de liberdade assistida, Abrigamento, atendimento jurídico e social, serviço de atendimento especializado ás famílias com direito violado e/ou com medidas de proteção, articulação com asilos, combate ao abuso sexual.
Garantir a inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de proteção social local.
Atender famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras.
10.1 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/MEDIA COMPLEXIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ ANOS
IMPLANTAÇÃO DO CREAS	Ofertar Serviço de orientação e apoio sócio familiar e encaminhamentos a casa de apoio familiar com direitos já violados	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças, adolescentes, idosos e famílias já com seus direitos violados.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Encaminh amentos e atendimen to de acordo com a demanda	CREAS	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SEUS DIREITOS VIOLADOS.	Serviço de orientação e apoio sócio familiar e encaminhamentos a casa de apoio familiar.	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças e adolescentes já com seus direitos violados.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Encaminh amentos e atendimen to de acordo com a demanda	Educador social, equipe do CRAS e Órgão gestor/ e SINASE quando estiver em funcionamento, juntamente com o Ministério Público	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇA E ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM LA E PSC	Manter a estrutura técnico- operacional de atenção individualizada com acompanhamento criança e adolescentes com medidas socioeducativas em LA e PSC	- Acolher, apoiar, orientar e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças e adolescentes já com seus direitos violados e em cumprimento de medidas socioeducativas em LA e PSC	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Atendime nto e encaminh amento de acordo com a demanda	Educador social, equipe do CRAS/CREAS e Órgão gestor/ e SINASE quando estiver em funcionamento	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE ASSESSORAR O CONSELHO TUTELAR E DAR ATENDIMENTO A DEMANDA POR ELE INDICADA	- Assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	- Assessorar o Conselho Tutelar as receber as queixas e denúncias a dar os devidos encaminhamentos da criança e do adolescente e suas famílias.	- Ofertar assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	Assessora mento constante de 05 conselheir os	Educador social, equipe do CRAS/CREAS e Órgão gestor/ e SINASE quando estiver em funcionamento, juntamente com o Ministério Público	2026 2027 2028 2029
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo-Lar da Divina Providência de Guaraci.	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus Idosos internos.	- Ofertar assessoramento, capacitação e suporte técnico e legal aos profissionais da instituição, para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.	Atender 01 entidade com 20 internos	Órgão Gestor das 03 esferas de Governo	2026 2027 2028 2029
ALTA COMPLEXIDADE: GARANTIR O APOIO A CASA LAR- ABRIGAMENTO INSTITUCIONAL (CRIANÇA E ADOLESCENTE).	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções a Casa Lar de Apucarana	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição as crianças e adolescentes internos.	Manutenção do convênio, oferecendo assessoramento e suporte técnico, legal e financeiro aos profissionais da instituição, para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.	Manutenç ão de 01 convênio	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: MANUTENÇÃO AO SCFV	Manter o projeto destinado à criança e adolescente já com seus direitos violados	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças e adolescentes já com seus direitos violados e que realmente os envolvam e desperte a efetiva participação nos serviços ofertados buscando trazer mudanças e melhoria na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Atender de acordo com a demanda	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 técnico administrativo concursado para o SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público.	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência	01 técnico administra tivo	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028

			Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da Equipe do SINASE.			2029
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Assistente Social- SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da	01 Assistente Social	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028 2029
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Pedagogo (a)- SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público.	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da	01 Pedagogo (a)	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social /CREAS	2026 2027 2028 2029
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Psicóloga (o)- SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de	01 Psicóloga (o)	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028 2029

			Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da			
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	- Adquirir Equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo para o SINASE	- Adquirir e equipar o SINASE do município, com equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo, para que tenham condições de desenvolver as atividades necessárias e comuns as suas atribuições.	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de governo para equipar o SINASE do município.	- Equipar o 01 programa SINASE/ CREAS	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social nas 03 esferas de Governo	2026 2027 2028 2029

ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS, ÁLCOOL, VITIMA DE VIOLÊNCIA E GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS FAMÍLIAS	Programa de apoio sociofamiliar para famílias e usuários de drogas, alcoolismo, vítima de violência, gravidez precoce e qual quer situação de risco pessoal de social.	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as pessoas usuárias de drogas, álcool, vítima de violência e gravidez precoce e suas famílias que já tiveram seus direitos violados e que realmente os envolvam e desperte a efetiva participação nos serviços ofertados buscando trazer mudanças e melhoria na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história devida diferentes.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Ofertar e manter 01 serviço de atendimen to e encaminh amento dessa demanda.	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social/CREAS	2026 2027 2028 2029

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Eleger os membros do Conselho Tutelar através do Processo de votação de toda a comunidade	- Organizar, divulgar e garantir o Processo eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar de Guaraci para o novo mandato.	- Juntamente com o CMDCA e Ministério Público, o Órgão Gestor de Assistência social Organizara, divulgara e garantira o Processo eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar de Guaraci para o novo mandato.	Eleição de 05 membros titulares do Conselho Tutelar e suplentes para a continuaç ão de 01 conselho	Órgão Gestor/ CMDCA e Ministério Público	2027

10.2 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ ANOS
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo-Lar da Divina Providência de Guaraci.	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus Idosos internos.	- Ofertar assessoramento, capacitação e suporte técnico e legal aos profissionais da instituição, para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.	Atender 01 entidade com 20 internos	Órgão Gestor das 03 esferas de Governo	2026 2027 2028 2029

11- GESTÃO DO SUAS.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ANOS
SUBVENÇÃO A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E BENEFICENTES	Financiamento dos 03 serviços não governamental (Asilo, APAE e Grupo da Melhor Idade)	- Auxiliar na manutenção das entidades no sentido de garantir os serviços por elas prestados.	- Alocar recursos para a manutenção das entidades com recursos disponíveis,	- atender as 03 entidades não governamentais do município.	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	financiamento e manutenção de 01 unidade de apoio socioeducativo (SCFV)	- Melhorar cada vez mais os serviços ofertados pelo SCFV as crianças e adolescentes em situação de Vulnerabilidade social.	- Alocar recursos para a manutenção de entidade com recursos disponíveis,	- atendemos de 100 crianças e adolescentes atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	- Implantação e manutenção de oficinas de capoeira	- Ofertar atividade de capoeira as crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos do SCFV	- Manutenção a oferta da atividade de karatê as crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos do município.	- Atendemos de 120 crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação do Coordenador do CRAS	- Contratação de 01 profissional de ensino superior concursado para assumir a	- Garantir junto ao poder executivo municipal a contratação de um profissional de ensino superior	01 Coordenador com formação de ensino superior	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
		coordenação do CRAS e realizar a gestão e organização do CRAS.	para a Coordenação do CRAS			
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação de mais 01 educador social e 03 oficineiros.	- Acrescentar mais funcionários no quadro a fim de melhorar e aumentar o número de vagas aos serviços prestados pelo CRAS e SCFV	- garantir junto ao poder executivo municipal com recursos próprios e/ou PAIF a contratação mais 01 educador social e 03 oficineiros para oportunizar maior oferta de atividades aos usuários do CRAS e SCFV.	- 01 educador social e 03 oficineiros para atender 300 pessoas	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
Brechó Municipal	- Atividade continuada junto à comunidade em geral.	- Angariar roupas, cobertas e sapatos através de doações voluntárias pra atender pessoas em situação de vulnerabilidade.	- através de Campanha anual e continuada através da sensibilização e participação da população para doação roupas, cobertas e sapatos junto à comunidade em geral.	- Atender famílias ou indivíduos fragilizados econômica e socialmente em situação de risco, de acordo com a demanda.	CRAS e Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	- Construção do Centro de Convivência para	- Construir um Centro de Convivência para Idosos do	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de	- Construção de um do Centro de Convivência para o Idoso no	Órgão gestor	2026 2027
	o Idoso no Município.	município, para que tenham um espaço físico próprio e adequado para suas limitações e aptidões.	governo para a construção do Centro de Convivência para o Idoso no Município	Município para atender 150 idosos		
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	Aquisição de Equipamento para o Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- Adquirir e equipar o Centro de Convivência para Idosos do município, para que tenham condições de desenvolver as atividades necessárias e comuns aos idosos.	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de governo para equipar o Centro de Convivência para o Idoso no Município	- No Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

12- SOCIAL CONTROLE						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/AN OS
- CRIAÇÃO DA LEI DOS DIRITOS RACIAIS E VIOLENCIA CONTRA A MULHER	elaborar a lei de criação, formar o conselho, elaborar o plano e criar o CNPJ	Estruturar o conselho	Mobilizar a comunidade e organizações a fins para que isso ocorra	01	SMAS	2026
AMPLIAR OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NO CONTROLE DOS SERVIÇOS	Utilizar dos meios de comunicação local existentes ampliando e socializando as	Atingir toda a população durante o ano.	Realizar eventos, palestras, fóruns e chamamento para as reuniões do CMAS, buscando a adesão e maior participação dos usuários no controle e avaliação dos serviços,	Realização de 04 a 05 eventos, estimulando o maior número possível de usuários da política de assistência do município.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMAS, CMDCA, CMDPD, CMDREM	Realizações de 02 Conferenciam Municipais do CMAS	-Tratar da Política Municipal de Assistência Social e eleger os membros do CMAS	Ampla divulgação da realização das conferências junto as entidades, programas, projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal de assistência social.	02 conferencias	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMDCA	Realização de 02 Conferências Municipais do CMDCA	-Tratar da Política Municipal dos Direitos da	Ampla divulgação da realização das conferências junto às entidades,	02 conferencias		
		Criança e do adolescente e eleger os membros do CMDCA	programas, projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal voltada aos Direitos da Criança e do adolescente.		Órgão gestor	2026
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS CMDCA E CONSELHO TUTELAR	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do Conselho Tutelar e CMDCA	- Oportunizar acesso a informações especializadas e temas pertinentes no intuito deque os conselheiros estejam cada vez esclarecidos	- Estimular e ofertar cursos de capacitação a todos os conselheiros para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada aos	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão gestor/ Estado/ União	2026 2027 2028 2029

		sobre as questões e assim possam estar atuando como multiplicadores de informações.	Direitos da Criança e do adolescente.			
REALIZAÇÃO DE CAMPANHA PARA DOAÇÃO NO FUNDO DO CMDCA – IMPOSTO DE RENDA	Campanha constante para a doação e arrecadação de recursos financeiros para o FMDCA	- Estimular a doação espontânea pelas pessoas físicas e jurídicas de recursos antes destinados ao Imposto de Renda direcionando rapidamente para a política de atendimento a criança e ao adolescente de	- Ampla divulgação dos critérios de Doação, Vantagens e Benefícios diretos que a doação trás, através de meio de comunicação local, regional, carro de som, panfletagens cartazes.	01 única campanha e de duração permanente junto a toda a sociedade.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE GUARDA SUBSIDIADA – PROGRAMA	- Funcionamento legal e efetivo da Lei Municipal de Guarda Subsidiada de crianças e adolescentes e sua constante campanha de divulgação	- Elaborar os mecanismos e instrumentos legais de funcionamento da Lei e buscar adesão das famílias ao programa.	-- ampla divulgação dos critérios de como família acolhedora, através de meio de comunicação local, regional, carro de som, panfletagens cartazes.	Programa permanente e divulgação constante junto a sociedade, para atender de acordo com a demanda.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO	- Participação efetivados cursos de capacitação e qualificação	- Oportunizar acesso a informações especializadas e temas	- Estimular e ofertar cursos de capacitação a todos os conselheiros	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão	2026 2027

CMAS E/OU PROFISSIONAIS DA REDE DE SERVIÇO	aos membros do CMAS	pertinentes no intuito de que os conselheiros estejam cada vez esclarecidos sobre as questões e	para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada a		gestor	2028 2029	

		assim possam estar atuando como multiplicadores de informações	assistência social como um todo.			
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO IDOSO	Realização de 02 Conferências Municipais do Idoso	-Tratar da Política Municipal dos Direitos do Idoso eleger os membros do CMDI	Ampla divulgação da realização das conferências junto as entidades, programas, projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal voltada aos Direitos dos Idosos.	02 conferencias	Órgão gestor	2028
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS	- Participação efetivados cursos de	- oportunizar acesso a	- Estimular e ofertar cursos de			

MUNICIPAIS DOS DIREITOS DO IDOSO	capacitação e qualificação aos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	informações especializadas e temas pertinentes no intuito de que os conselheiros estejam cada vez esclarecidos sobre as questões e assim possam estar atuando como multiplicadores de informações	capacitação a todos os conselheiros para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada aos Direitos do Idoso.	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
13- BENEFÍCIOS EVENTUAIS ASSISTENCIAIS						

i. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTO S/ANOS
ATENDIMENTO INTREGRAL AO BENEFICIÁRIO DO BPC, OU POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUANTO AO SEU ENCAMINHAMENTO AO INSS.	Aprimorar o acesso às ações de inserção e acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada no Município de Guaraci-PR.	-Realizar o mapeamento no município para identificar as pessoas que tenham direito ao BPC e garantindo o acesso aos mesmos; -Divulgar sobre o Benefício de Prestação Continuada nos meios de comunicação local;	-Realizar a identificação das pessoas com deficiência e idosos que tem direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC; -realizar atendimento aos beneficiários; orientar e avaliar os critérios e documentação; -encaminhamento ao INSS e acompanhamento do processo. -Divulgar o Benefício de Prestação Continuada – BPC, nas redes de comunicação locais, e ampla divulgação nas reuniões com a rede	- Atender de acordo com a demanda	CRAS	2026 2027 2028 2029

		-Identificar os beneficiários já inclusos no BPC. -Conhecer a realidade dos beneficiários e seus familiares; -Inserir os beneficiários e seus familiares na rede socioassistencial e demais políticas setoriais; - Realizar o acompanhamento às famílias dos beneficiários do BPC;	governamental e não governamental das áreas de saúde, educação, assistência social e nas reuniões dos Conselhos Municipais existentes no município. -E distribuição de panfletos e materiais sobre os critérios para inserção ao BPC. -Realizar o mapeamento dos beneficiários do BPC inclusos do município. -Elaborar um formulário para orientar as visitas domiciliares nas coletas de dados e obtenção de informações necessárias quanto à estrutura familiar do beneficiário, e assuntos sobre: composição familiar, saúde,			

			educação, habitação, etc., do beneficiário e seus familiares. -Realizar visitas domiciliares nas residências dos beneficiários do BPC e seus familiares (zona urbana e rural), para coleta de dados sobre a estrutura familiar dos mesmos. Através do formulário do cadastro sócio econômico, que visa realizar um levantamento de dados sobre composição familiar, saúde, educação, habitação, etc. -Encaminhar os beneficiários e suas famílias para atendimentos na rede socioassistenciais e nas políticas setoriais presentes no município. -Realizar acompanhamento contínuo aos beneficiários e os seus familiares.			

ii. BENEFÍCIO EVENTUAL						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ANOS
BENEFÍCIOS EVENTIAIS	Financiamento dos serviços já existentes (plantão social, atendimento sociofamiliar,	-Atender os usuários em extrema carência nas suas necessidades emergenciais,	-Atender os usuários em extrema carência nas suas necessidades emergenciais, e encaminhá-lo e trazê-lo	Atender os benefícios eventuais durante o ano com de acordo com a	CRAS	2026 2027 2028

	cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, documentação pessoal para usuário, passagem e etc.)	encaminhando-os para um trabalho de adesão e participação nas atividades do CRAS, buscando a reversão da situação e fortalecendo-o como cidadão.	para dentro dos programas ofertados pelo CRAS.	demanda, uma previsão de 350 pessoas e /ou famílias por ano		2029

b. – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	**AÇÕES**	**OBJETIVOS**	**ESTRATÉGIAS**	**METAS FISICAS**	**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO**	**EXERCICIO PREVISTOS/ANOS**
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	Melhorar em todos os aspectos e potencializar o setor responsável pelo recadastramento e operacionalização do sistema de cadastro.	- Recadastrar todas as famílias com o perfil compatível com o programa e acompanhá-las adequadamente	- Através de busca ativa e a procura de demanda espontânea, procurar manter o cadastro do usuário atualizado e para isso será utilizado os recursos do IGD, como também o acompanhamento sistemático dessas famílias pela equipe do CRAS.	338 beneficiários do PBF	CRAS/GOVERNO FEDERAL	2026 2027 2028 2029
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ	- Manutenção dos dados e acompanhamentos dos beneficiários do Programa Nossa Gente Paraná	- Recadastrar todas as famílias com o perfil compatível com o programa e acompanhá-las adequadamente.	- Através de busca ativa e a procura de demanda espontânea, procurar manter o cadastro do usuário atualizado.	famílias de alta vulnerabilidade social são no município são 247, famílias, mas , somente 47 destas estão incluídas no programa Nossa Gente Paraná	CRAS	2026 2027 2028 2029

14 - METAS ESTABELECIDAS

14.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica no município de Guaraci, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	-Atendimento a famílias, indivíduos, idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social,	Pretende-se atender grupo de 20 famílias, mensalmente.	X	X	X	X	X		X
	Manutenção do PAIF	-Aquisição de 03 computadores para o CRAS	X	X			X	X	
	-Grupo de Convivência da Terceira Idade do CRAS	Pretende-se atender 01 grupo de 100 idosos quinzenalmente.	X	X	X	X	X		X
	- Atendimento sócio-educativo a crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos e idosos.	- atender 07 grupos com 30 participantes com atividades voltadas aos interesses e necessidades dos usuários.	x	x	x	x	x		x
	-Grupo de Gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família	- 01 grupo e terá duração constante e atenderá a demanda existente. A capacidade será de até 15 participantes ou mais caso haja demanda.	X	X	X	X	X		X
	Cursos de Qualificação profissional de preparo para o mercado de trabalho para os usuários da Assistência Social.	- Atender 05 grupos de 20 pessoas	X	X	X	X	X		X
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	Grupo: oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias, seus membros e indivíduos com atividades artesanais, culturais e temáticas pertinentes que permita o trabalho de estreitamento e fortalecimento do vínculo familiar	Pretende-se atender 3 grupos de 20 pessoas semanalmente.	X	X	X	X	X		X
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Programa Leite das Crianças;	- Atendemos 108 crianças atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X	X	
CAMPANHAS SOCIOEDUCATIVAS	- Atividade junto à comunidade em geral.	- Realizar 03 Campanhas com temas pertinentes e apropriados que desperte a participação e mobilização de se prevenir situação de risco a membros da sociedade em geral.	X	X	X	X	X		

14.2 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Guaraci, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direito.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICI PAL	ESTADUAL	FEDERAL
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SEUS DIREITOS VIOLADOS.	Serviço de orientação e apoio sócio familiar e encaminhamentos a casa de apoio familiar.	Encaminham entos e atendimento de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X	X
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇA E ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM LA E PSC	Manter a estrutura técnico-operacional de atenção individualizada com acompanhamento criança e adolescentes com medidas socioeducativas em LA e PSC	Atendimento e encaminhame nto de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X	X
MÉDIA COMPLEXIDADE ASSESSORAR O CONSELHO TUTELAR E DAR ATENDIMENTO A DEMANDA POR ELE INDICADA	- Assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	Assessorame nto constante de 05 conselheiros	X	X	X	X	X	X	
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo-Lar da Divina Providência de Guaraci.	Atender 01 entidade com 25 internos	X	X	X	X	X	X	X

ALTA COMPLEXIDADE: GARANTIR O APOIO A CASA LAR- ABRIGAMENTO INSTITUCIONAL (CRIANÇA E ADOLESCENTE).	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções a Casa Lar de Jaguapitã	Manutenção de 01 convênio	X	X	X	X	X	X		
MÉDIA COMPLEXIDADE: MANUTENÇÃO AO PROJETO GUARA.	Manter o projeto destinado a criança e adolescente já com seus direitos violados	Atender de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 técnico administrativo concursado para o SINASE	01 técnico administrativ o		X	X	X	X			
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Assistente Social- SINASE	01 Assistente Social		X	X	X	X			

IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Pedagogo (a)- SINASE	01 Pedagogo (a)		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Psicóloga (o)- SINASE	01 Psicóloga (o)		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	- Adquirir Equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo para o SINASE	- equipar o 01 programa SINASE		X	X	X	X		
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS, ÁLCOOL, VITIMA DE VIOLÊNCIA E GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS FAMÍLIAS	Programa de apoio sócio-familiar para famíliase usuários de drogas, alcoolismo, vítima de violência, gravidez precoce e qual quer situação de risco pessoal de social.	Ofertar e manter 01 serviço de atendimento e encaminhame nto dessa demanda.		X	X	X	X	X	
ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Eleger os membros do Conselho Tutelar através do Processo de votação de toda a comunidade	Eleição de 05 membros titulares do Conselho Tutelar e suplentes para a continuação de 01 conselho		X			X		

14.3 -- GESTÃO DO SUAS.
OBJETIVO: Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.
DIRETRIZ: FORTALECER a gestão do SUAS a nível municipal.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SUBVENÇÃO A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTA IS E BENEFICENTES	Financiamento dos 05 serviços não governamental (APAE, Grupo da Melhor Idade, Lar da divina Providencia)	- atender as 05 entidades não governament ais do município.	X	X	X	X	X	X	X
PROJETO SCFV	- Revilatização, financiamento e manutenção de 01 unidade de apoio sócio-educativo	- atendemos de 150 crianças e adolescentes atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X	X	X
PROJETO CAPOEIRA	- manutenção do Projeto	- atendemos de 120 crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X		X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação do Coordenador do CRAS	01 Coordenador com formação de ensino superior	X	X			X	X	X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação de 01 educador social e 02 oficineiros.	- 05 educadores sociais e 02 oficineiros para atender 300 pessoas	X	X	X	X	X	X	X
BRECHÓ MUNICIPAL	- Atividade junto à comunidade em geral.	- Atender famílias ou indivíduos fragilizados econômica e socialmente em situação de risco, de acordo com a demanda.	X	X	X	X	X		
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	- Construção do Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- Construção de um do Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos	X	X			X	X	X
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	Aquisição de Equipamento para o Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- No Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos.		X	X	X	X	X	X

14.4 -- CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO: Apoiar os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, como forma de democratizar a gestão.
DIRETRIZ: FORTALECER o controle social do SUAS.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
AMPLIAR OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NO CONTROLE DOS SERVIÇOS	Utilizar dos meios de comunicação local existentes ampliando e socializando as	Realização de 04 a 05 eventos, estimulando o maior numero possível de usuários da política de assistência do município.	X	X	X	X	X		
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMAS	Realizações de 02 Conferenciam Municipais do CMAS	02 conferencias	X	X	X	X	X		
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMDCA	Realização de 02 Conferências Municipais do CMDCA	02 conferencias	X		X		X		
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS CMDCA E CONSELHO TUTELAR	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do Conselho Tutelar e CMDCA	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	X	X	X	X	X	X	X
Realização de Campanha para doação no Fundo do CMDCA – Imposto de Renda	Campanha constante para a doação e arrecadação de recursos financeiros para o FMDCA	01 única campanha e de duração permanente junto a toda a sociedade.	X	X	X	X	X		
Implementação da Lei de Guarda Subsidiada – Programa	- Funcionamento legal e efetivo da Lei Municipal de Guarda Subsidiada de crianças e adolescentes e sua constante campanha de divulgação	Programa permanente e divulgação constante junto à sociedade, para atender de acordo com a demanda.	X	X	X	X	X		
Capacitação dos Conselheiros do CMAS e/ou Profissionais da Rede de Serviço	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do CMAS	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	X	X	X	X	X	X	X
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO IDOSO	Realização de 02 Conferências Municipais do Idoso	02 conferencias	X		X		X		

41.5 -BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	UNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
ATENDIMENTO INTREGRAL AO BENEFICIÁRIO DO BPC, OU POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUANTO AO SEU ENCAMINHAMENTO AO INSS.	Aprimorar o acesso às ações de inserção e acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada no Município de Guaraci- PR.	- Atender de acordo com a demanda	X	X	X	X	X		X

14.6 - BENEFÍCIO EVENTUAL

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO	FONTE DE FINANCIAMENTO

			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
BENEFÍCIOS EVENTIAIS	Financiamento dos serviços já existentes (plantão social, atendimento sociofamiliar, cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, documentação pessoal para usuário, passagem e etc.)	Atender os benefícios eventuais durante o ano com de acordo com a demanda, uma previsão de 350 pessoas e /ou famílias por ano	X	X	X	X	X		

14.7 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	Melhorar em todos os aspectos e potencializar o setor responsável pelo recadastramento e operacionalização do sistema de cadastro.	234 beneficiários do PBF	X	X	X	X	X		X
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL FAMÍLIA PARANAENSE	- Manutenção dos dados e acompanhamentos dos beneficiários do Programa Família Paranaense	76 beneficiários do Programa Família Paranaense	X	X	X	X	X	X	

15 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

15.1- SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Para as famílias e crianças de até 06 anos:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS.

Para adolescentes e jovens de 15 a17 anos:
- Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos;
- Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- Junto a outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Para idosos:
- Melhoria da condição de sociabilidade de idosos;
- Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Para pessoas com deficiência e idosas:
- Prevenção da ocorrência de situações de risco social tais como o isolamento, situações de violência e violações de direitos, e demais riscos identificados pelo trabalho de caráter preventivo junto aos usuários;

- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional;
- Redução da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Famílias protegidas e orientadas;
- Pessoas com deficiência e pessoas idosas inseridas em serviços e oportunidades;

- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

15.2- SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Orientação e proteção social a Famílias e indivíduos;
- Acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais;
- Identificação de situações de violação de direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias.

Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).
- Acessos aos direitos socioassistenciais;
- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional;

- Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
- Melhoria da qualidade de vida familiar;
- Redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos;
- Proteção social e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomias.

Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência e idosos:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Prevenção da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- Indivíduos e famílias protegidas;
- Construção da autonomia;
- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades;
- Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

Serviço de acolhimento em família acolhedora/guarda subsidiada:

- Crianças e adolescentes protegidos por suas famílias e com seus direitos garantidos;
- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

- Desinstitucionalização de crianças e adolescentes.

16 RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

16.1 - RECURSOS MATERIAIS

ESPAÇO FÍSICO (atualmente no CRAS)

- 01 sala de recepção com acesso para as pessoas com necessidades especiais;
- 04 salas de atendimento individual;
- 01 copa;
- 01 almoxarifado;
- 01 sala de reuniões pra mais de 30 pessoas
- 03 banheiros no CRAS EQUIPAMENTOS:
- 01 computadores completos de mesa todos com internet;
- 06 notebooks com internet;

- 01 aparelho de som com caixa de som e microfone;
- 01 aparelho de DATASHOW,
- 05 impressoras, sendo 03 com Xerox;
- 01 mesa grande para reuniões;
- 60 cadeiras estofadas;
- 03 bebedouros elétricos;
- 01 geladeira;
- 01 fogão;
- 01 microondas;
- 01 ventiladores de chão;
-03 ventiladores de teto;
- 03 prateleiras de aço;
- 07 mesas de escritório;
- 06 arquivos em aço;
- 03 armários de madeira embutidos;
- 10 armários de aço;

ESPAÇO FÍSICO (atualmente no Órgão Gestor- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)

- 01 sala de recepção com acesso para as pessoas com necessidades especiais;
- 01 sala de atendimento individual e trabalho administrativo;
- 01 banheiro; Equipamentos:
- 02 notebooks com internet;
- 03 impressoras com Xerox;
- 06 cadeiras estofadas;
- 02 bebedouros elétrico;
- 01 ventiladores, sendo um de chão;
- 07 ar condicionado
- 02 mesas de escritório;
- 05 arquivos em aço;
- 09 armários de aço;

16.2 - RECURSOS HUMANOS

16.1-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (EQUIPE EXISTENTE)

Nome	Função	Área de Formação	Carga horária	Vinculo Empregatício
Mismonia Ferreira Gomes	Secretária Municipal/Gestora	Gestão Pública	40 horas semanais	Comissionada
Ana Maria Biacio	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Estatutária

16.2- CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS (EQUIPE EXISTENTE):

Nome	Função	Área de Formação	Carga horária	Vinculo Empregatício
Josimara da Cruz	Assistente Social e Coordenadora do CRAS	Serviço Social	40 horas semanais	Estatutária
Mariele Rosa dos Santos	Psicóloga	Psicologia	30 horas semanais	Estatutária
Damaris da Silva Valéria	Oper acionadora do PBF	Secretariado	40 horas semanais	Comissiona
Antônio Correia	Motorista	Ensino médio	40 horas semanais	PSS
Anderson Castilho Zago	Morotista	Gestão pública	40 horas semanais	Estatutária
Maria José Guerra	Serviços gerais	Ensino fundamental	40 horas semanais	Estatutária

17- RECURSOS FINANCEIROS

	União R$ 2026	União R$ 2027	União R$ 2028	União R$ 2029	Estado R$ 2026	Estad o R$ 2027	Esta do R$ 202 8	Estad o R$ 2029	Município R$ 2026		Município R$ 2027		Município R$ 2028		Município R$ 2029		TOTAL
									FMA S	OUT ROS	FMA S	OUT ROS	FMA S	OUT ROS	FMA S	OUT ROS	
Proteção Social Básica	232.1 06,93	246.0 33,34	260.7 95,34	276.4 43,06	1.575.0 00,00	75.00 0,00	75.0 00,0 0	75.00 0,00	1.060. 583,0 7	115.3 80,00	1.123. 572,8 6	122.3 02,80	1.191. 136,6 9	129.6 40,97	1262. 537,5 1	137.4 19,43	**7.957.952, 00**
Proteção Social Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	114.6 08,00	17.67 9,00	121.4 85,00	18.74 1,00	128.7 75,00	19.86 8,00	136.5 00,00	21.06 2,00	**578.718,0 0**
Gestão do SUAS	29.01 3,37	30.75 4,17	32.59 9,42	34.55 5,38	00	00	00	00	19.40 0,00	220.9 38,00	20.56 4,00	269.1 94,28	21.79 7,84	242.0 00,00	23.10 5,80	258.6 91,49	**1.202.613, 75**
Controle Social	00	00	00	00	00	00	00	00	20.70 4,00	00	21.95 0,00	00	23.27 0,00	00	24.67 0,00	00	**90.594,00**
Benefícios Eventuais	00	00	00	00	00	60.00 0,00	60.0 00,0 0	60.00 0,00	300.0 00,00	36.00 0,00	318.0 00,00	38.16 0,00	337.0 80,00	40.50 0,00	357.3 00,00	42.93 0,00	**1.649.970, 00**

Benefícios de Prestação continuad a	158.8 58,00	158.8 58,00	158.8 58,00	158.8 58,00	00	00	00	00	5.000, 00	00	5.000, 00	00	5.000, 00	00	5.000, 00	00	20.000,00
Transferê ncia de renda	237.0 12,00	237.0 12,00	237.0 12,00	237.0 12,00	7.040,0 0	7.040, 00	7.04 0,00	7.040, 00	00	00	00	00	00	00	00	00	948.208,0 0
TOTAL GERAL																	12.448.05 5,75

18 - COBERTURA DE REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Entende-se por Política Pública de Assistência Social o conjunto de ações, serviços, programas, projetos e atividades destinados à garantia do atendimento das necessidades básicas no que tange:

- à proteção especial à pessoa em risco pessoal e social;
- à prevenção da marginalidade, do abandono, da exclusão social de pessoas, famílias e grupos em desvantagem social;
- à promoção social de segmentos populacionais desfavorecidos ou socialmente vulneráveis, mediante ações de estímulo à participação, à organização social e comunitária, à construção e ao exercício pleno da cidadania;
- à inserção social como forma de tornar o destinatário alcançável pelas demais políticas;
- ao combate à fome, à miséria e à pobreza, mediante ações emergenciais em articulação com ações estruturantes.

Como já foi abordado anteriormente o CRAS, atende a demanda existente para proteção social básica, e em conjunto com o Órgão Gestor, as demandas de proteção social especial, quando aparecem. E quando necessárias estas são encaminhadas para os serviços regionalizados e ministério público.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Atendimento sociofamiliar, Concessão dos Benefícios Eventuais, Enfrentamento á Pobreza, Capacitação Socioprofissional, Inserção No Programa Leite das Crianças, Inclusão Produtiva Para Beneficiários do PBF E BPC, Atendimento Circunstancial Emergencial (Plantão Social), Concessão de Outros Benefícios Socioassistenciais.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: Atendimento Especializado às Vítimas de Violência e Abuso Sexual, Execução de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, articulação com abrigamento asilar para idosos, Atendimento Social, Serviço de Atendimento Especializado ás Famílias com direito violado e/ou com Medidas de Proteção e combate ao abuso sexual.

Neste sentido o CRAS atua de forma articulada com a rede proteção e prestadora de serviços no Município que se compõe por:

ÁREA DA EDUCAÇÃO

- 02 Instituições que atendem crianças de 0 a 05 anos, sendo: Centro de Educação Infantil Recanto da Alegria – Distrito de Bentópolis. E o Centro de Educação Infantil Pequenópolis – Guaraci.
- 04 estabelecimentos de ensino: Escola Municipal Wilson Jan de Giuli; Escola Estadual Carmela Dutra – Guaraci; Escola Municipal Nair Aparecida Arruda Camargo Clímaco; Escola Estadual Emílio de Menezes – Distrito Bentópolis.
- APAE – Mantenedora Escola Rafael de Oliveira, centrada nas seguintes áreas: defesas dos direitos, prevenção da deficiência, promoção da saúde, educação, profissionalização, assistência social, esporte, lazer, cultura, estudos e pesquisas, assistência ao idoso portador de deficiência, capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

ÁREA DA SAÚDE

Guaraci possui um Centro Municipal de Saúde de atendimento 24 horas, de atendimento generalista sendo este público assistido por dois Programas de Saúde da Família localizados nos bairros e distrito que atuam na prevenção e promoção da saúde da família e 1 estabelecimento de vigilância sanitária que promove o enfrentamento às diferentes endemias locais, bem como atuam na fiscalização da limpeza do meio urbano.

O município de Guaraci não conta com hospital, mas toda demanda que necessita de atendimento hospitalar, quando não tratável na unidade local de saúde, é encaminhado ao município de referência que é Rolândia com quem firmou convênio e se o caso for mais grave segue para Londrina para unidade mais avançada gravidade dependendo da situação do paciente. Por ser uma unidade mais avançada em pleno funcionamento, a Unidade Municipal

Básica de Saúde com atendimento 24 horas, oferece serviços nas áreas médicas: clínico geral, pediatria, odontologia, imunologização, psiquiatria, vigilância sanitária, controle endêmico e epidemiológico.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

No atendimento de 87 crianças e adolescente, na faixa etária de 06 a 18 anos, o município conta com o Projeto Municipal “SCFV”, que atende em período matutino e vespertino, ofertando cursos de informática básica, língua inglesa, recreação, artesanato, música e outros. O projeto atende diversas crianças e adolescentes vindos de famílias de baixa renda e vulnerabilidade social encaminhadas pelo CRAS.

IDOSO

O Município possui a Associação da Terceira Idade “Viva Bem Viva Melhor”, desde o ano de 2009. Tem também o SCFV para idoso onde são desenvolvidas atividades de integração e socialização, como aulas de alongamento e produção de peças artesanais.

Referente à política de atenção especial e alta complexidade destinada ao idoso o município conta com o Lar Da Divina Providência, instituição assistencial que atende atualmente 20 idosos, com 35 anos de funcionamento, tem como finalidade abrigar em regime de internato, pessoas idosas de ambos os sexos, em situações de pobreza, abandono e mendicância.

A manutenção financeira da instituição é feita por contribuições mensais dos internos ou responsáveis das aposentadorias, promoções, doações espontâneas da comunidade, empresas e órgãos públicos. Atualmente a casa atende 18 internos. Para adentrarem a casa a idade mínima é 60 anos, tanto para homem quanto para mulher e ser aposentados, pois são os benefícios que auxiliam na manutenção da entidade.

Guaraci já constituiu a lei municipal dos direitos dos idosos, inclusive com o conselho formado, plano e CNPJ do idoso com a participação da sociedade civil em compô-lo, e os casos de violência contra idosos são encaminhados à Secretaria de Assistência Social local e ao CRAS, que realiza as devidas intervenções e quando necessário, recorre ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida e dignidade do idoso vitimado.

FAMÍLIA

Na Assistência as famílias, o Centro de Referência da Assistência Social trabalha de forma articulada com as entidades sociais que atendem mensalmente uma média de 129 famílias consideradas carentes, baixa renda, em situação de vulnerabilidade e risco social segundo o RMA mensal, fornecendo-lhes cesta básica quando necessário ou qualquer outro benefício eventual; estimulando-as a participarem de trabalhos em grupos para fortalecimento de vínculos familiares e também encaminhando-os para o mercado de trabalho.

19 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano de Assistência será também avaliado e aperfeiçoado ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito das oportunidades da assistência social nas três esferas de governo, com a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que for preconizado pela Política de Assistência Social.

Cada programa, projeto ou serviço aqui descrito tem previsto seu sistema de monitoramento e avaliação, de forma qualitativa e quantitativa, cujo resultado deverá embasar anualmente a atualização do Plano Municipal.

Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação anual dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

Os indicadores em nível municipal de monitoramentos e avaliação estão sendo formulados em conjunto entre as entidades, CRAS, Órgão Gestor e Conselho Municipal de Assistência Social, através de formulário especifico para cada serviço ofertado, observando sua eficácia, cobertura, acessibilidade, envolvimento e atenção ao usuário, a ser respondido pelos próprios usuários semestralmente, no intuito de que em conjunto, buscarmos alternativas de melhorias e melhor qualidade aos serviços prestados, otimizando os recursos financeiros e pessoais.

Isso já vem sendo formulação e implantado como um sistema de informação próprio da política de assistência social municipal, pois se trata de uma providência urgente e uma ferramenta essencial para consolidar a política municipal de assistência social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Capacitação do SUAS-PNC/SUAS. Volume 1, Brasília, DF: MDS:
Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
NOB-RH Anotada e Comentada-Brasília, DF; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humano do Sistema Único de Assistência Social. Brasília DF: Senado Federal, 2006.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n° 8.742 de 7 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da união – DOU de 8 de dezembro de 1993.
BRASIL. Concelho Nacional de Assistência Social. Estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social: os 10 direitos socioassistenciais. Brasília, DF: V Conferência Nacional de Assistência Social, 05 de dezembro de 2005.
Conselho Nacional de Assistência Social. Lei n° 12.435 de 06 de junho de 2011. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas>. Acesso em 07 de dezembro de 2021
Guaraci Prefeitura Municipal de Guaraci. Disponível em http://www.guaraci.pr.gov.br Acesso em: 14 de dezembro de 2025
Portal da Transparência. Disponível em < https://www.portaldatransparencia.gov.br > Acesso em: 14 de dezembro de 2025
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
BRASIL. CADERNO CapacitaSUAS. PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO. V. 3,Ministério do Desenvolvimento social e combate à Fome/ Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica. BRASÍLIA, 1ª ed., MDS, 2008.
Ministério da Previdência e Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social.
2004.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de janeiro: IBGE, 2010.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento base – Fichas de Serviços. Brasília, 2009.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Política
Nacional de Assistência Social–2004. Brasília, 2004.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Norma
Operacional Básica–/Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005.

APROVAÇÃO DO CMAS

Parecer do CMAS:

O parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Guaraci-PR aprova a alteração do diagnostico do Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029 por entender que o mesmo está em consonância e atende as normas e diretrizes definidas e determinadas pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS e estar atender as necessidades e realidade do município.

Data da reunião: 09/07/2026

Conselheiros presentes na aprovação:

- DAMARIS VALÉRIA DA SILVA
- LORENA ALZIRA DE SOUZA ALEXANDRE

- DALILA ALVES BARBOZA
- ADRIANA FULGENCIO DOS ANJOS
- CLEUSON RAMOS DA SILVA
- GABRIELLY KAROLINE GOMES KECK
- JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
- MISMONIA FERRERA GOMES
- ANA MARIA BIACIO
- REGINA VETORE
- Ata n°: 006/2026
- Resolução n°: 11/2026
- Publicação: Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, 14 de julho de 2026.

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:CCD4B625

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR											
Relatório Resumido de Execução Orçamentária											
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção											
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social											
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho											
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**90.735.380,00**	**162.631.892,79**	**22.906.657,95**	**55.586.826,59**	**100,00**	**107.045.066,20**	**16.137.016,88**	**45.033.759,66**	**100,00**	**117.598.133,13**	
Legislativa	2.800.000,00	2.800.000,00	238.462,93	709.345,47	1,28	2.090.654,53	238.462,93	709.345,47	1,58	2.090.654,53	
Ação Legislativa	2.800.000,00	2.800.000,00	238.462,93	709.345,47	1,28	2.090.654,53	238.462,93	709.345,47	1,58	2.090.654,53	
Judiciária	380.000,00	380.000,00	43.795,70	131.094,02	0,24	248.905,98	43.795,70	131.094,02	0,29	248.905,98	
Ação Judiciária	380.000,00	380.000,00	43.795,70	131.094,02	0,24	248.905,98	43.795,70	131.094,02	0,29	248.905,98	
Administração	8.280.900,00	8.387.024,16	610.521,78	2.396.584,15	4,31	5.990.440,01	680.592,94	2.243.203,37	4,98	6.143.820,79	
Administração Geral	7.056.900,00	7.163.024,16	463.945,08	1.947.318,86	3,50	5.215.705,30	534.410,26	1.794.332,10	3,98	5.368.692,06	
Administração Financeira	997.000,00	997.000,00	125.091,98	352.527,20	0,63	644.472,80	124.697,96	352.133,18	0,78	644.866,82	
Controle Interno	227.000,00	227.000,00	21.484,72	96.738,09	0,17	130.261,91	21.484,72	96.738,09	0,21	130.261,91	
Defesa Nacional	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	
Defesa Terrestre	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	
Segurança Pública	422.000,00	422.000,00	22.976,78	73.378,75	0,13	348.621,25	22.976,78	73.378,75	0,16	348.621,25	
Defesa Civil	422.000,00	422.000,00	22.976,78	73.378,75	0,13	348.621,25	22.976,78	73.378,75	0,16	348.621,25	
Assistência Social	3.540.000,00	4.131.496,80	431.751,09	1.614.607,33	2,90	2.516.889,47	485.356,12	1.428.014,94	3,17	2.703.481,86	
Assistência à Criança e ao Adolescente	450.000,00	688.106,44	77.443,50	157.109,77	0,28	530.996,67	69.654,50	149.320,77	0,33	538.785,67	
Assistência Comunitária	3.090.000,00	3.443.390,36	354.307,59	1.457.497,56	2,62	1.985.892,80	415.701,62	1.278.694,17	2,84	2.164.696,19	
Saúde	24.787.315,60	28.775.497,39	4.478.017,78	13.533.697,66	24,35	15.241.799,73	4.791.655,37	12.850.955,79	28,54	15.924.541,60	
Administração Geral	257.000,00	400.000,00	44.866,40	193.980,85	0,35	206.019,15	44.866,40	193.980,85	0,43	206.019,15	
Atenção Básica	12.540.970,00	14.682.149,38	2.136.562,96	5.962.448,15	10,73	8.719.701,23	2.344.322,55	5.600.677,14	12,44	9.081.472,24	

Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.663.345,60	12.367.348,01	2.245.188,52	7.236.878,61	13,02	5.130.469,40	2.351.066,52	6.919.244,61	15,36	5.448.103,40
Suporte Profilático e Terapêutico	168.000,00	168.000,00	0,00	53,56	0,00	167.946,44	0,00	53,56	0,00	167.946,44
Vigilância Sanitária	971.000,00	971.000,00	51.399,90	140.336,49	0,25	830.663,51	51.399,90	136.999,63	0,30	834.000,37
Vigilância Epidemiológica	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	24.160.000,00	48.118.989,92	5.267.819,98	15.294.494,36	27,51	32.824.495,56	3.979.972,55	13.187.020,04	29,28	34.931.969,88
Ensino Fundamental	19.138.000,00	41.671.630,47	4.688.170,74	14.301.403,60	25,73	27.370.226,87	3.424.936,15	12.232.885,02	27,16	29.438.745,45
Ensino Superior	400.000,00	400.000,00	75.107,62	167.951,20	0,30	232.048,80	75.107,62	167.951,20	0,37	232.048,80
Educação Infantil	4.612.000,00	6.037.359,45	504.541,62	825.139,56	1,48	5.212.219,89	479.928,78	786.183,82	1,75	5.251.175,63
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura	1.180.000,00	1.661.899,42	62.924,61	569.227,79	1,02	1.092.671,63	66.936,37	531.579,74	1,18	1.130.319,68
Difusão Cultural	1.180.000,00	1.661.899,42	62.924,61	569.227,79	1,02	1.092.671,63	66.936,37	531.579,74	1,18	1.130.319,68
Direitos da Cidadania	202.000,00	367.998,61	2.548,79	88.282,29	0,16	279.716,32	16.006,74	88.282,29	0,20	279.716,32
Assistência à Pessoa Idosa	99.000,00	180.390,66	0,00	0,00	0,00	180.390,66	0,00	0,00	0,00	180.390,66
Assistência à Pessoa com Deficiência	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	59.000,00	143.607,95	2.548,79	88.282,29	0,16	55.325,66	16.006,74	88.282,29	0,20	55.325,66
Urbanismo	6.675.210,00	25.024.707,91	940.070,45	4.023.397,68	7,24	21.001.310,23	1.012.514,06	3.709.782,66	8,24	21.314.925,25
Infra-estrutura Urbana	964.400,00	18.755.779,23	40.839,50	1.388.236,36	2,50	17.367.542,87	155.818,98	1.265.827,54	2,81	17.489.951,69
Serviços Urbanos	5.710.810,00	6.268.928,68	899.230,95	2.635.161,32	4,74	3.633.767,36	856.695,08	2.443.955,12	5,43	3.824.973,56
Habitação	2.900.000,00	2.900.000,00	77.721,70	223.452,51	0,40	2.676.547,49	77.721,70	223.452,51	0,50	2.676.547,49
Habitação Urbana	2.900.000,00	2.900.000,00	77.721,70	223.452,51	0,40	2.676.547,49	77.721,70	223.452,51	0,50	2.676.547,49
Agricultura	1.658.000,00	1.770.122,05	165.193,54	625.057,82	1,12	1.145.064,23	170.103,60	611.251,93	1,36	1.158.870,12
Extensão Rural	1.658.000,00	1.770.122,05	165.193,54	625.057,82	1,12	1.145.064,23	170.103,60	611.251,93	1,36	1.158.870,12
Indústria	755.000,00	1.846.165,85	151.855,56	1.125.555,97	2,02	720.609,88	297.855,39	693.762,77	1,54	1.152.403,08
Promoção Industrial	755.000,00	1.846.165,85	151.855,56	1.125.555,97	2,02	720.609,88	297.855,39	693.762,77	1,54	1.152.403,08
Transporte	7.660.800,00	29.214.518,71	9.777.374,18	13.420.535,23	24,14	15.793.983,48	3.638.868,22	6.898.404,74	15,32	22.316.113,97
Transporte Rodoviário	7.660.800,00	29.214.518,71	9.777.374,18	13.420.535,23	24,14	15.793.983,48	3.638.868,22	6.898.404,74	15,32	22.316.113,97
Desporto e Lazer	1.490.000,00	2.987.317,57	231.270,80	628.375,86	1,13	2.358.941,71	209.846,13	524.490,94	1,16	2.462.826,63
Desporto Comunitário	1.490.000,00	2.987.317,57	231.270,80	628.375,86	1,13	2.358.941,71	209.846,13	524.490,94	1,16	2.462.826,63
Encargos Especiais	2.931.000,00	2.931.000,00	404.352,28	1.129.739,70	2,03	1.801.260,30	404.352,28	1.129.739,70	2,51	1.801.260,30
Outros Encargos Especiais	2.931.000,00	2.931.000,00	404.352,28	1.129.739,70	2,03	1.801.260,30	404.352,28	1.129.739,70	2,51	1.801.260,30
Reservas	906.654,40	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40
Reserva de Contingência	906.654,40	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	**90.735.380,00**	**162.631.892,79**	**22.906.657,95**	**55.586.826,59**	**100,00**	**107.045.066,20**	**16.137.016,88**	**45.033.759,66**	**100,00**	**117.598.133,13**

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:81D1B486

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.735.380,00	149.877.815,61	18.810.225,98	12,55	50.481.273,26	33,68	99.396.542,35
RECEITAS CORRENTES	86.646.380,00	91.711.087,99	16.821.890,17	18,34	46.132.697,40	50,30	45.578.390,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.466.600,00	9.466.600,00	1.745.026,67	18,43	5.264.035,26	55,61	4.202.564,74
Impostos	8.517.000,00	8.517.000,00	1.492.177,26	17,52	4.673.736,20	54,88	3.843.263,80
Taxas	917.700,00	917.700,00	251.793,61	27,44	587.576,98	64,03	330.123,02
Contribuição de Melhoria	31.900,00	31.900,00	1.055,80	3,31	2.722,08	8,53	29.177,92
CONTRIBUIÇÕES	1.688.780,00	1.688.780,00	325.315,84	19,26	902.956,87	53,47	785.823,13

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.688.780,00	1.688.780,00	325.315,84	19,26	902.956,87	53,47	785.823,13
RECEITA PATRIMONIAL	2.081.600,00	3.627.417,62	541.871,02	14,94	1.622.612,96	44,73	2.004.804,66
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	203.000,00	203.000,00	27.906,59	13,75	74.025,44	36,47	128.974,56
Valores Mobiliários	1.878.600,00	3.424.417,62	513.964,43	15,01	1.548.587,52	45,22	1.875.830,10
RECEITA DE SERVIÇOS	1.256.000,00	1.256.000,00	247.431,21	19,70	810.915,37	64,56	445.084,63
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.000,00	27.000,00	649,32	2,40	4.074,37	15,09	22.925,63
Outros Serviços	1.229.000,00	1.229.000,00	246.781,89	20,08	806.841,00	65,65	422.159,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.057.400,00	75.576.290,37	13.943.047,21	18,45	37.321.588,13	49,38	38.254.702,24
Transferências da União e de suas Entidades	33.049.400,00	36.058.290,37	7.676.312,77	21,29	17.461.578,40	48,43	18.596.711,97
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	24.859.000,00	25.369.000,00	4.005.630,05	15,79	12.881.055,17	50,77	12.487.944,83
Transferências de Instituições Privadas	125.000,00	125.000,00	12.330,90	9,86	34.467,89	27,57	90.532,11
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.000.000,00	14.000.000,00	2.248.773,49	16,06	6.944.486,67	49,60	7.055.513,33
Outras Transferências	24.000,00	24.000,00	-	-	-	-	24.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.000,00	96.000,00	19.198,22	20,00	210.588,81	219,36	(114.588,81)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	96.000,00	96.000,00	19.198,22	20,00	210.588,81	219,36	(114.588,81)
RECEITAS DE CAPITAL	4.089.000,00	58.166.727,62	1.988.335,81	3,42	4.348.575,86	7,48	53.818.151,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	8.716.122,40	74.894,09	0,86	402.898,72	4,62	8.313.223,68
Operações de Crédito - Mercado Interno	3.000.000,00	8.716.122,40	74.894,09	0,86	402.898,72	4,62	8.313.223,68
ALIENAÇÃO DE BENS	370.000,00	370.000,00	-	-	-	-	370.000,00
Alienação de Bens Móveis	370.000,00	370.000,00	-	-	-	-	370.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	719.000,00	49.080.605,22	1.913.441,72	3,90	3.945.677,14	8,04	45.134.928,08
Transferências da União e de suas Entidades	100.000,00	16.082.834,30	398.000,00	2,47	1.190.506,01	7,40	14.892.328,29
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	619.000,00	32.997.770,92	788.520,71	2,39	2.028.250,12	6,15	30.969.520,80
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	726.921,01	-	726.921,01	-	(726.921,01)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.735.380,00	149.877.815,61	18.810.225,98	12,55	50.481.273,26	33,68	99.396.542,35
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.735.380,00	149.877.815,61	18.810.225,98	12,55	50.481.273,26	33,68	99.396.542,35
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.735.380,00	149.877.815,61	18.810.225,98	12,55	50.481.273,26	33,68	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	12.754.077,18	-	-	12.754.077,18	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	12.754.077,18	-	-	12.754.077,18	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.735.380,00	162.631.892,79	22.906.657,95	55.586.826,59	107.045.066,20	16.137.016,88	45.033.759,66	117.598.133,13	43.465.245,01	-
DESPESAS CORRENTES	76.989.925,60	83.214.896,10	11.989.876,18	37.270.116,42	45.944.779,68	12.240.789,23	35.026.679,06	48.188.217,04	34.506.545,56	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.164.000,00	44.230.576,33	5.875.159,24	18.148.649,63	26.081.926,70	5.924.668,82	18.000.120,89	26.230.455,44	17.920.128,89	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	900.000,00	900.000,00	99.254,34	278.062,14	621.937,86	99.254,34	278.062,14	621.937,86	278.062,14	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.925.925,60	38.084.319,77	6.015.462,60	18.843.404,65	19.240.915,12	6.216.866,07	16.748.496,03	21.335.823,74	16.308.354,53	-
DESPESAS DE CAPITAL	12.838.800,00	78.510.342,29	10.916.781,77	18.316.710,17	60.193.632,12	3.896.227,65	10.007.080,60	68.503.261,69	8.958.699,45	-
INVESTIMENTOS	9.438.800,00	75.110.342,29	10.779.937,90	17.864.415,69	57.245.926,60	3.759.383,78	9.554.786,12	65.555.556,17	8.506.404,97	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.400.000,00	3.400.000,00	136.843,87	452.294,48	2.947.705,52	136.843,87	452.294,48	2.947.705,52	452.294,48	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	906.654,40	906.654,40	-	-	906.654,40	-	-	906.654,40	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.735.380,00	162.631.892,79	22.906.657,95	55.586.826,59	107.045.066,20	16.137.016,88	45.033.759,66	117.598.133,13	43.465.245,01	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	90.735.380,00	162.631.892,79	22.906.657,95	55.586.826,59	107.045.066,20	16.137.016,88	45.033.759,66	117.598.133,13	43.465.245,01	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.447.513,60	-	7.016.028,25	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	90.735.380,00	162.631.892,79	22.906.657,95	55.586.826,59	-	16.137.016,88	50.481.273,26	117.598.133,13	50.481.273,26	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO (a-c)

			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:BE0137F5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VII - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	502.704,49	502.704,49	10.286,01	83.469,25	172.184,05
PODER EXECUTIVO	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	502.704,49	502.704,49	10.286,01	83.469,25	172.184,05
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmara Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	502.704,49	502.704,49	10.286,01	83.469,25	172.184,05

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1AD99E24

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO V - RGF

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR - Poder Executivo										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Janeiro a Junho 2026										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**16.943.642,92**	**6.717,98**	**-**	**82.163,15**	**1.723.485,53**	-	**15.131.276,26**	-	-	**15.131.276,26**
Recursos Não Vinculados de Impostos	17.295.350,62	6.704,05	-	82.163,15	(447.981,18)	-	17.654.464,60	-	-	17.654.464,60
Outros Recursos não Vinculados	(351.707,70)	13,93	-	-	2.171.466,71	-	(2.523.188,34)	-	-	(2.523.188,34)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**14.458.675,59**	**82.206,82**	**-**	**1.306,10**	**(1.673.001,22)**	-	**16.048.163,89**	-	-	**16.048.163,89**

Recursos Vinculados à Educação	**992.995,39**	-	-	-	**(1.285.626,13)**	-	**2.278.621,52**	-	-	**2.278.621,52**
Transferências do FUNDEB	855.595,56	-	-	-	(1.285.626,13)	-	2.141.221,69	-	-	2.141.221,69
Outros Recursos Vinculados à Educação	137.399,83	-	-	-	-	-	137.399,83	-	-	137.399,83
Recursos Vinculados à Saúde	**1.931.647,40**	**68.578,88**	-	**656,10**	**(384.150,74)**	-	**2.246.563,16**	-	-	**2.246.563,16**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.857.999,98	-	-	656,10	(384.150,74)	-	2.241.494,62	-	-	2.241.494,62
Outros Recursos Vinculados à Saúde	73.647,42	68.578,88	-	-	-	-	5.068,54	-	-	5.068,54
Recursos Vinculados à Assistência Social	**1.026.000,81**	-	-	-	**(1.599,09)**	-	**1.027.599,90**	-	-	**1.027.599,90**
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**8.476.076,93**	**13.627,94**	-	**650,00**	**(1.625,26)**	-	**8.463.424,25**	-	-	**8.463.424,25**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	3.236.857,64	-	-	-	(1.625,26)	-	3.238.482,90	-	-	3.238.482,90
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	5.239.219,29	13.627,94	-	650,00	-	-	5.224.941,35	-	-	5.224.941,35
Demais Vinculações Legais	**2.031.955,06**	-	-	-	-	-	**2.031.955,06**	-	-	**2.031.955,06**
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	20.589,47	-	-	-	-	-	20.589,47	-	-	20.589,47
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	48.191,32	-	-	-	-	-	48.191,32	-	-	48.191,32
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações Legais	1.963.174,27	-	-	-	-	-	1.963.174,27	-	-	1.963.174,27
Recursos Extraorçamentários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**31.402.318,51**	**88.924,80**	-	**83.469,25**	**50.484,31**	-	**31.179.440,15**	-	-	**31.179.440,15**

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8DB20A3E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XIII - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Em reais	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre

TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	91.711.087,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)		-									

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:CD7B2332

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XIII - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Em reais	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											

Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	91.711.087,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)		-									

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1B640648

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XII - RREO

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho				
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.517.000,00	8.517.000,00	4.673.736,20	54,88
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.910.100,00	1.910.100,00	1.302.632,82	68,20
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	801.000,00	801.000,00	311.461,13	38,88
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.855.900,00	2.855.900,00	1.779.308,82	62,30
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.950.000,00	2.950.000,00	1.280.333,43	43,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.950.000,00	58.950.000,00	29.346.871,71	49,78
Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	14.513.831,07	50,05
Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	2.833,89	5,67
Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	2.318.670,12	92,75
Cota-Parte ICMS	27.000.000,00	27.000.000,00	12.326.001,08	45,65
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	185.535,55	46,38
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	67.467.000,00	67.467.000,00	34.020.607,91	50,43

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.395.000,00	7.252.000,00	2.720.306,93	37,51	2.459.825,72	33,92	2.434.557,52	33,57
Despesas Correntes	7.245.000,00	7.102.000,00	2.680.306,93	37,74	2.419.825,72	34,07	2.394.557,52	33,72
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	40.000,00	26,67	40.000,00	26,67	40.000,00	26,67
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.740.000,00	2.740.000,00	1.049.127,87	38,29	1.049.127,87	38,29	1.049.127,87	38,29
Despesas Correntes	2.740.000,00	2.740.000,00	1.049.127,87	38,29	1.049.127,87	38,29	1.049.127,87	38,29
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	112.000,00	112.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	107.000,00	107.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	376.000,00	376.000,00	47.248,63	12,57	47.248,63	12,57	47.248,63	12,57
Despesas Correntes	321.000,00	321.000,00	13.628,63	4,25	13.628,63	4,25	13.628,63	4,25
Despesas de Capital	55.000,00	55.000,00	33.620,00	61,13	33.620,00	61,13	33.620,00	61,13
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	152.000,00	152.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	92.000,00	92.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 55m.								

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.795.000,00	10.652.000,00	3.816.683,43	35,83	3.556.202,22	33,39	3.530.934,02	33,15

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.923.096,76	8.483.233,05	8.459.964,85
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.923.096,76	8.483.233,05	8.459.964,85
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	5.103.091,19		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	5.103.091,19		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	3.820.005,58	3.380.141,87	3.354.873,67
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	26,22	24,93	24,86

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	1.546.888,97
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	1.546.888,97

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	5.103.091,19	3.556.202,22	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 55m.

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	11.294,61	-	-	-	11.294,61
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	11.294,61	-	-	-	11.294,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	5.352.000,00	5.633.500,00	2.869.752,04	50,94
Proveniente da União	4.150.000,00	4.151.500,00	2.308.880,09	55,62
Proveniente dos Estados	1.202.000,00	1.482.000,00	560.871,95	37,85
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	1.200.000,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	5.352.000,00	6.833.500,00	2.869.752,04	42,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.211.000,00	6.495.179,38	2.942.141,22	45,30	2.840.851,42	43,74	2.831.956,05	43,60
Despesas Correntes	3.324.000,00	4.178.358,67	2.404.769,54	57,55	2.303.479,74	55,13	2.294.584,37	54,92
Despesas de Capital	887.000,00	2.316.820,71	537.371,68	23,19	537.371,68	23,19	537.371,68	23,19
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 55m.								
Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde								

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho								
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)								
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	80.000,00	80.000,00	31.593,96	39,49	31.593,96	39,49	31.593,96	39,49
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	31.593,96	39,49	31.593,96	39,49	31.593,96	39,49
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	31.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	21.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	585.000,00	585.000,00	93.087,86	15,91	89.751,00	15,34	89.751,00	15,34
Despesas Correntes	485.000,00	485.000,00	93.087,86	19,19	89.751,00	18,51	89.751,00	18,51
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	257.000,00	400.000,00	193.980,85	48,50	193.980,85	48,50	193.980,85	48,50
Despesas Correntes	252.000,00	395.000,00	193.980,85	49,11	193.980,85	49,11	193.980,85	49,11
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	5.179.000,00	7.605.179,38	3.260.803,89	42,88	3.156.177,23	41,50	3.147.281,86	41,38

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.606.000,00	13.747.179,38	5.662.448,15	41,19	5.300.677,14	38,56	5.266.513,57	38,31
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.820.000,00	2.820.000,00	1.080.721,83	38,32	1.080.721,83	38,32	1.080.721,83	38,32
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 55m.								
Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								

Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho								
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)								
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	143.000,00	142.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	961.000,00	961.000,00	140.336,49	14,60	136.999,63	14,26	136.999,63	14,26
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	167.000,00	167.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	257.000,00	400.000,00	193.980,85	48,50	193.980,85	48,50	193.980,85	48,50
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	15.974.000,00	18.257.179,38	7.077.487,32	38,77	6.712.379,45	36,77	6.678.215,88	36,58
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada. processados.								
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Jul/2026, 08h e 55m.								

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5D26DA5F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2266/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 2266/2026 DATA: 14.07.2026

SÚMULA: Altera Lei nº. 1940/2020 de 03.12.2020 – Dispõe Sobre a Revisão do Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo Urbano, e Sistema Viário do Município de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica alterada a Lei 1940/2020 Art. 20 inciso III - Macrozona Especial de Desenvolvimento (MD): corresponde a uma faixa de 500 (quinhentos) metros margeando as rodovias PR-566 e PR-493, com finalidade de estimular o desenvolvimento de atividades da agroindústria, estando sujeitas à legislação ambiental, anuência do órgão de fiscalização ambiental competente, do Poder Executivo Municipal para sua implantação e em respeito a faixa de domínio estabelecida pelo DER, com as seguintes diretrizes: Art. 2º - Fica alterada a Lei 1940/2020 Art. 33. Ficam classificados, definidos e relacionados os usos do solo para implantação do Zoneamento de Uso e Ocupação do Município de Itapejara D'Oeste, conforme Anexo XVII desta Lei Complementar:
I - HABITACIONAL: edificações destinadas à habitação permanente ou transitória, podendo ser:
a) UNIFAMILIAR – edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família; e
b) COLETIVA – é a edificação destinada a servir de moradia a mais de uma família, podendo estar agrupadas vertical ou horizontalmente.
C) TRANSITÓRIA - refere-se à edificação destinada à habitação de uso transitório onde recebem hospedes mediante remuneração.
II - EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL – edificação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, segurança pública, assistência social, cultos religiosos.
III - COMERCIAL E DE SERVIÇOS – atividade pela qual fica definida uma relação de troca, visando lucro, estabelecendo-se a circulação de mercadorias (comercial) e atividade remunerada ou não, pela qual fica caracterizado o emprego de mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual (serviços), estas atividades estão classificadas quanto ao porte e à natureza:
a) COMÉRCIO E SERVIÇO 1 – atividades disseminadas no interior de zonas residenciais, de utilização imediata e cotidiana, como um prolongamento da habitação.
b) COMÉRCIO E SERVIÇO 2 – atividades varejistas e de prestação de serviços de médio porte.
C) COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL – atividades destinadas à população em geral, que devido ao seu porte ou natureza necessitam de atenção especial, confinamento em área própria.
D) COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECIFICO – atividades que podem ser consideradas incômodas e necessitam de análise específica do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Itapejara D'Oeste (CDM).
IV- INDUSTRIAL – atividade pela qual resulta a produção pela transformação de insumos, as categorias de uso industrial compreendem:
a) INDUSTRIAL TIPO 1 – atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno.

b) INDUSTRIAL TIPO 2 – atividades industriais compatíveis com o seu entorno e aos parâmetros da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos.
c) INDUSTRIAL TIPO 3 – atividades industriais que implicam na utilização e/ou manipulação de ingredientes que possam poluir o ambiente ou que implique nos padrões de tráfego, de acesso ou de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados.
d) USO RURAL: Refere-se a atividades de cultivo de plantas, produção de mudas e sementes, criação de animais, extrativismo mineral e vegetal, agroindústria, piscicultura e outros.
Art. 3º - Fica alterada a Lei 1940/2020 Anexo VI – Tabela de Parâmetros de Ocupação.
Art. 4º - Fica alterada a Lei 1940/2020 Anexo VII – Tabela de Usos Permitidos e Permissíveis.
Art. 5º - Fica acrescentada a Lei 1940/2020 Anexo XVII - Classificação de Atividades Conforme Usos. Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D, Oeste, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2026.
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal.

ANEXO VI – TABELA DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO

Zo nas	Lote míni mo (m²)	Frente mínima (m)		Recuos mínimos (m)			Gabarito de altura máximo (pav.)	T.O. máxi ma (%)	T.P. míni ma (%)	Coeficiente de aproveitamento		
		meio de quadr a	esqu ina	Fre nte	Later al	Fun dos				míni mo	bási co	máxi mo
ZC	300	10	12	5[1]	1,50[2]	1,50[2]	10	85	15	0,1	4	7
ZC S	300	12	15	5[1]	1,50[2]	1,50[2]	8	80	20	0,1	3	5
ZE IS 1, 2	200	10	12	3	1,5[2]	1,5[2]	2	85	15	0,1	0,5	1
ZI1	600	20	24	5	2,5	5	-	75	25	0,1	1	2
ZI2	1000	20	24	5	2,5	5	-	70	30	0,1	1	3
ZR 1	300	12	15	3	1,50[2]	1,50[2]	5	80	20	0,1	1	3
ZR 2	250	12	15	3	1,5[2]	1,5[2]	2	80	20	0,1	1	2

Nota:
1) Para edificações de fins comerciais ou de serviços, poderão ser dispensados os recuos frontais, desde que seja cumprida a área de estacionamento solicitada no Código de Edificações e Obras.
2) Nas edificações residenciais e comerciais, (exceto em madeira) ficam dispensados no térreo os recuos laterais e fundo, desde que não existam aberturas para iluminação e ventilação e estas edificações não tenham altura superior a 8,0 (oito) metros em relação ao nível mais alto da rua na testada do lote. Quando houver aberturas, recuo mínimo de 1,50m para edificações até 2 pavimentos, de 2,00m para edificações entre 3 e 4 pavimentos, e de 2,50m para edificações com 5 ou mais pavimentos.
3) Entre duas edificações no mesmo lote deverá ser adotada uma distância de, no mínimo, o dobro do recuo mínimo lateral, de acordo com a nota (2). Nos casos onde uma das construções se caracterizar como de apoio à outra, como edículas, depósitos ou similares, poderá ser adotada distância entre elas igual ao recuo mínimo lateral, de acordo com a nota (2).
4) Para edificações em madeira distancia mínima de 2,00 metros das divisas do terreno ou outra edificação de outro material e 5,00 metros de outra edificação de madeira mesmo que esteja no terreno vizinho.

ANEXO VII – TABELA DE USOS PERMITIDOS E PERMISSÍVEIS

ZONAS	USOS PERMITIDOS	USOS PERMISSÍVEIS (SOB CONSULTA)
ZR1 – Residencial 1	· Habitação unifamiliar; · Habitação coletiva; · Habitação transitória; · Equipamento de uso institucional; · Comércio e Serviço 1.	· Comércio e serviço 2; · Indústria tipo 1.
ZR2 – Residencial 2	· Habitação unifamiliar; · Habitação coletiva; · Habitação transitória; · Equipamento de uso institucional; · Comércio e Serviço 1.	· Comércio e serviço 2; · Indústrias tipo 1;
ZC – Central	· Habitação unifamiliar; · Habitação coletiva; · Habitação transitória; · Equipamento de uso institucional; · Comércio e Serviço 1 e 2.	· Comércio e serviço geral; · Indústria tipo 1.
ZCS – Comércio e Serviço	· Habitação transitória; · Comércio e serviço 1 e 2; · Comércio e serviço específico; · Comércio e serviço geral; · Equipamento de uso institucional;	· Habitação unifamiliar; Habitação coletiva; · Indústria tipo 2.

	· Indústria tipo 1.	
ZEIS 1 e 2 – Especial de Interesse Social	· Habitação unifamiliar; · Habitação coletiva; · Equipamento de uso institucional.	· Comércio e serviço 1;
ZI1 – Industrial 1	· Indústrias tipo 1; · Comércio e serviço específico; · Comércio e serviço geral.	· Habitação unifamiliar; · Habitação transitória; · Comércio e serviço 1 e 2; · Indústrias tipo 2.
ZI2 – Industrial 2	· Indústrias tipo 1, 2 e 3; · Comércio e serviço geral; · Comércio e serviço específico.	· Habitação transitória; · Comércio e serviço 2.

Nota:
1) Fica entendido que os usos que não estão citados como permitido ou permissível é classificado como proibido nesta zona.
2) Na ZCA e ZEP ou APP fica proibido qualquer tipo de uso (exceto para utilidade pública de interesse social e com baixo impacto ambiental concomitantemente).
3) O uso da ZEX está determinado no artigo 31 desta Lei.
4) As atividades de uso rural fica permitido em área fora do perímetro urbano e permissível dentro do perímetro urbano.

ANEXO XVII - CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES CONFORME USOS
USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS:

1. COMÉRCIO E SERVIÇO 1: Subclasse Atividade 4110-7/00 Incorporação de empreendimentos imobiliários 4120-4/00 Construção de edifícios
4211-1/01 Construção de rodovias e ferrovias
4211-1/02 Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 4212-0/00 Construção de obras-de-arte especiais
4213-8/00 Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
4221-9/01 Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 4221-9/02 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 4221-9/03 Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
4221-9/04 Construção de estações e redes de telecomunicações 4221-9/05 Manutenção de estações e redes de telecomunicações
4222-7/01 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4222-7/02 Obras de irrigação
4223-5/00 Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto 4291-0/00 Obras portuárias, marítimas e fluviais
4292-8/01 Montagem de estruturas metálicas 4292-8/02 Obras de montagem industrial
4299-5/01 Construção de instalações esportivas e recreativas 4311-8/01 Demolição de edifícios e outras estruturas
4311-8/02 Preparação de canteiro e limpeza de terreno 4312-6/00 Perfurações e sondagens
4313-4/00 Obras de terraplenagem
4319-3/00 Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica
4322-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/02 Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;
4322-3/03 Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 4329-1/01 Instalação de painéis publicitários
4329-1/02 Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre. 4329-1/03 Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
4329-1/04 Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4329-1/05 Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração 4330-4/01 Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02 Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03 Obras de acabamento em gesso e estuque 4330-4/04 Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/05 Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 4330-4/99 Outras obras de acabamento da construção

4391-6/00 Obras de fundações 4399-1/01 Administração de obras
4399-1/02 Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 4399-1/03 Obras de alvenaria
4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
4399-1/05 Perfuração e construção de poços de água
4399-1/99 Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 4512-9/01 Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores 4512-9/02 Comércio sob consignação de veículos automotores
4530-7/03 Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 4530-7/04 Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores 4530-7/05 Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar

4530-7/06 Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores
4541-2/05 Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
4542-1/01 Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios
4542-1/02 Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas
4611-7/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
4612-5/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
4613-3/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
4614-1/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
4615-0/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
4616-8/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
4617-6/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
4618-4/01 Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
4618-4/02 Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares
4618-4/03 Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4619-2/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
4712-1/00 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
4721-1/02 Padaria e confeitaria com predominância de revenda 4721-1/03 Comércio varejista de laticínios e frios
4721-1/04 Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 4722-9/01 Comércio varejista de carnes - açougues
4722-9/02 Peixaria
4723-7/00 Comércio varejista de bebidas

4724-5/00 Comércio varejista de hortifrutigranjeiros 4729-6/01 Tabacaria
4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
4729-6/99 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4732-6/00 Comércio varejista de lubrificantes (*8)
4741-5/00 Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 4742-3/00 Comércio varejista de material elétrico
4743-1/00 Comércio varejista de vidros
4751-2/01 Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 4751-2/02 Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
4752-1/00 Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 4755-5/01 Comércio varejista de tecidos
4755-5/02 Comércio varejista de artigos de armarinho
4755-5/03 Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
4756-3/00 Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
4757-1/00 Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4759-8/01 Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
4759-8/99 Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
4761-0/01 Comércio varejista de livros
4761-0/02 Comércio varejista de jornais e revistas 4761-0/03 Comércio varejista de artigos de papelaria
4762-8/00 Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 4763-6/01 Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 4763-6/02 Comércio varejista de artigos esportivos
4763-6/03 Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 4763-6/04 Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4771-7/01 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (*2) (*8) 4771-7/02 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas (*2) (*8) 4771-7/03 Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos (*2) (*8)
4771-7/04 Comércio varejista de medicamentos veterinários (*2)
4772-5/00 Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (*8) 4773-3/00 Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4774-1/00 Comércio varejista de artigos de óptica
4781-4/00 Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 4782-2/01 Comércio varejista de calçados
4782-2/02 Comércio varejista de artigos de viagem 4783-1/01 Comércio varejista de artigos de joalheria 4783-1/02 Comércio varejista de artigos de relojoaria 4785-7/01 Comércio varejista de antiguidades
4785-7/99 Comércio varejista de outros artigos usados
4789-0/01 Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 4789-0/02 Comércio varejista de plantas e flores naturais
4789-0/03 Comércio varejista de objetos de arte
4789-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domis sanitários 4789-0/07 Comércio varejista de equipamentos para escritório
4789-0/08 Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem

5223-1/00 Estacionamento de veículos (*7)(*8)
5229-0/01 Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada 5310-5/01 Atividades do Correio Nacional
5310-5/02 Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional 5320-2/01 Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional
5320-2/02 Serviços de entrega rápida 5590-6/01 Albergues, exceto assistenciais 5590-6/03 Pensões (alojamento)
5590-6/99 Outros alojamentos não especificados anteriormente 5611-2/01 Restaurantes e similares
5611-2/02 Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas. Raio mínimo de 200,00 metros de distância de estabelecimentos de ensino.
5611-2/03 Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 5612-1/00 Serviços ambulantes de alimentação
5620-1/01 Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas 5620-1/02 Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
5620-1/03 Cantinas - serviços de alimentação privativos
5620-1/04 Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 5811-5/00 Edição de livros
5812-3/01 Edição de jornais diários 5812-3/02 Edição de jornais não diários 5813-1/00 Edição de revistas
5819-1/00 Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos 5911-1/01 Estúdios cinematográficos
5911-1/02 Produção de filmes para publicidade 5912-0/01 Serviços de dublagem
5912-0/02 Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual
5913-8/00 Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 5914-6/00 Atividades de exibição cinematográfica (*8)
5920-1/00 Atividades de gravação de som e de edição de música (*3) 6201-5/01 Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 6201-5/02 Web design
6202-3/00 Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 6203-1/00 Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis 6204-0/00 Consultoria em tecnologia da informação
6209-1/00 Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6311-9/00 Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
6319-4/00 Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 6391-7/00 Agências de notícias
6431-0/00 Bancos múltiplos, sem carteira comercial 6432-8/00 Bancos de investimento
6433-6/00 Bancos de desenvolvimento 6434-4/00 Agências de fomento
6435-2/01 Sociedades de crédito imobiliário
6435-2/02 Associações de poupança e empréstimo 6435-2/03 Companhias hipotecárias
6436-1/00 Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras 6437-9/00 Sociedades de crédito ao microempreendedor

6438-7/01 Bancos de câmbio
6440-9/00 Arrendamento mercantil 6450-6/00 Sociedades de capitalização
6461-1/00 Holdings de instituições financeiras 6462-0/00 Holdings de instituições não financeiras
6463-8/00 Outras sociedades de participação, exceto holdings
6470-1/01 Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários 6470-1/02 Fundos de investimento previdenciários
6470-1/03 Fundos de investimento imobiliários
6491-3/00 Sociedades de fomento mercantil - factoring 6492-1/00 Securitização de créditos
6493-0/00 Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos 6499-9/01 Clubes de investimento
6499-9/02 Sociedades de investimento 6499-9/03 Fundo garantidor de crédito
6499-9/04 Caixas de financiamento de corporações 6499-9/05 Concessão de crédito pelas OSCIP
6511-1/01 Sociedade seguradora de seguros vida 6511-1/02 Planos de auxílio-funeral
6512-0/00 Sociedade seguradora de seguros não vida 6520-1/00 Sociedade seguradora de seguros saúde 6530-8/00 Resseguros
6541-3/00 Previdência complementar fechada 6542-1/00 Previdência complementar aberta 6550-2/00 Planos de saúde
6611-8/01 Bolsa de valores 6611-8/02 Bolsa de mercadorias
6611-8/03 Bolsa de mercadorias e futuros
6611-8/04 Administração de mercados de balcão organizados 6612-6/01 Corretoras de títulos e valores mobiliários
6612-6/02 Distribuidoras de títulos e valores mobiliários 6612-6/03 Corretoras de câmbio
6612-6/04 Corretoras de contratos de mercadorias
6612-6/05 Agentes de investimentos em aplicações financeiras 6613-4/00 Administração de cartões de crédito
6619-3/01 Serviços de liquidação e custódia
6619-3/02 Correspondentes de instituições financeiras 6619-3/03 Representações de bancos estrangeiros 6619-3/04 Caixas eletrônicos
6619-3/05 Operadoras de cartões de débito 6621-5/01 Peritos e avaliadores de seguros 6621-5/02 Auditoria e consultoria atuarial
6622-3/00 Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde 6630-4/00 Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
6810-2/01 Compra e venda de imóveis próprios 6810-2/02 Aluguel de imóveis próprios

6810-2/03 Loteamento de imóveis próprios
6821-8/01 Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 6821-8/02 Corretagem no aluguel de imóveis

6822-6/00 Gestão e administração da propriedade imobiliária 6911-7/01 Serviços advocatícios
6911-7/02 Atividades auxiliares da justiça 6911-7/03 Agente de propriedade industrial 6920-6/01 Atividades de contabilidade
6920-6/02 Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária
7020-4/00 Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 7111-1/00 Serviços de arquitetura
7112-0/00 Serviços de engenharia
7119-7/01 Serviços de cartografia, topografia e geodesia 7119-7/02 Atividades de estudos geológicos
7119-7/03 Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 7119-7/04 Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho 7120-1/00 Testes e análises técnicas
7220-7/00 Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas 7311-4/00 Agências de publicidade
7312-2/00 Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação 7319-0/01 Criação de estandes para feiras e exposições
7319-0/02 Promoção de vendas 7319-0/03 Marketing direto
7319-0/04 Consultoria em publicidade
7320-3/00 Pesquisas de mercado e de opinião pública 7410-2/02 Design de interiores
7410-2/03 Design de produto
7420-0/01 Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina 7420-0/02 Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
7420-0/03 Laboratórios fotográficos 7420-0/04 Filmagem de festas e eventos 7420-0/05 Serviços de microfilmagem
7490-1/01 Serviços de tradução, interpretação e similares 7490-1/02 Escafandria e mergulho
7490-1/03 Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
7490-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
7490-1/05 Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 7721-7/00 Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
7722-5/00 Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares
7723-3/00 Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios 7729-2/01 Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos
7729-2/02 Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
7729-2/03 Aluguel de material médico
7729-2/99 Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 7733-1/00 Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
7740-3/00 Gestão de ativos intangíveis não financeiros 7810-8/00 Seleção e agenciamento de mão-de-obra 7820-5/00 Locação de mão-de-obra temporária
7830-2/00 Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 7911-2/00 Agências de viagens

7912-1/00 Operadores turísticos
7990-2/00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente 8011-1/01 Atividades de vigilância e segurança privada
8012-9/00 Atividades de transporte de valores
8020-0/01 Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 8020-0/02 Outras atividades de serviços de segurança
8030-7/00 Atividades de investigação particular
8111-7/00 Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 8112-5/00 Condomínios prediais
8121-4/00 Limpeza em prédios e em domicílios
8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas (*2) 8130-3/00 Atividades paisagísticas
8211-3/00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 8219-9/01 Fotocópias
8220-2/00 Atividades de tele atendimento
8230-0/01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 8291-1/00 Atividades de cobrança e informações cadastrais
8292-0/00 Envasamento e empacotamento sob contrato
8299-7/01 Medição de consumo de energia elétrica, gás e água
8299-7/02 Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares 8299-7/03 Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção
8299-7/04 Leiloeiros independentes
8299-7/05 Serviços de levantamento de fundos sob contrato 8299-7/07 Salas de acesso à internet
8411-6/00 Administração pública em geral
8412-4/00 Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais
8413-2/00 Regulação das atividades econômicas 8421-3/00 Relações exteriores
8422-1/00 Defesa 8423-0/00 Justiça
8424-8/00 Segurança e ordem pública 8425-6/00 Defesa Civil

8430-2/00 Seguridade social obrigatória 8593-7/00 Ensino de idiomas
8599-6/03 Treinamento em informática
8599-6/04 Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 8630-5/03 Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (*8) 8630-5/04 Atividade odontológica
8630-5/06 Serviços de vacinação e imunização humana 8630-5/07 Atividades de reprodução humana assistida (*8) 8650-0/01 Atividades de enfermagem
8650-0/02 Atividades de profissionais da nutrição 8650-0/03 Atividades de psicologia e psicanálise 8650-0/04 Atividades de fisioterapia
8650-0/05 Atividades de terapia ocupacional 8650-0/06 Atividades de fonoaudiologia
8650-0/07 Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral 8660-7/00 Atividades de apoio à gestão de saúde

8690-9/01 Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 8690-9/02 Atividades de bancos de leite humano
8690-9/03 Atividades de acupuntura 8690-9/04 Atividades de podologia
8712-3/00 Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
8800-6/00 Serviços de assistência social sem alojamento 9001-9/06 Atividades de sonorização e de iluminação (*3)
9002-7/01 Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 9002-7/02 Restauração de obras de arte
9003-5/00 Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas 9102-3/02 Restauração e conservação de lugares e prédios históricos
9313-1/00 Atividades de condicionamento físico
9319-1/01 Produção e promoção de eventos esportivos
9411-1/00 Atividades de organizações associativas patronais e empresariais 9412-0/01 Atividades de fiscalização profissional
9412-0/99 Outras atividades associativas profissionais 9420-1/00 Atividades de organizações sindicais
9430-8/00 Atividades de associações de defesa de direitos sociais 9492-8/00 Atividades de organizações políticas
9493-6/00 Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
9511-8/00 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 9512-6/00 Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação(*3)
9521-5/00 Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
9529-1/01 Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem 9529-1/02 Chaveiros
9529-1/03 Reparação de relógios
9529-1/04 Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados 9529-1/05 Reparação de artigos do mobiliário
9529-1/06 Reparação de joias
9529-1/99 Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
9601-7/01 Lavanderias (*8) (*3) 9601-7/02 Tinturarias (*8) (*3) 9601-7/03 Toalheiros (*8)
9602-5/01 Cabeleireiros, manicure e pedicure
9602-5/02 Atividades de Estética e outros serviços de cuidados com a beleza 9609-2/02 Agências matrimoniais
9609-2/04 Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda 9609-2/06 Serviços de tatuagem e colocação de piercing
9609-2/08 Higiene e embelezamento de animais domésticos 9700-5/00 Serviços domésticos
3321-0/00 Instalação de máquinas e equipamentos industriais 3329-5/01 Serviços de montagem de móveis de qualquer material 3600-6/02 Distribuição de água por caminhões
3701-1/00 Gestão de redes de esgoto
3702-9/00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

2. COMÉRCIO E SERVIÇO 2: Subclasse Atividade
4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (*1) (*7) 4520-0/02 Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores (*1) (*3) (*7) 4520-0/03 Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores (*1) (*7)
4520-0/04 Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores (*1) (*7)
4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores (*1) (*9) (*7) 4520-0/06 Serviços de borracharia para veículos automotores (*1) (*7)
4520-0/07 Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores (*1) (*7)
4520-0/08 Serviços de capotaria (*7)
4511-1/01 Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos 4511-1/02 Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
4511-1/03 Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados 4541-2/03 Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas
4541-2/04 Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas
4543-9/00 Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas (*3) (*7) 4635-4/01 Comércio atacadista de água mineral
4635-4/02 Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4635-4/03 Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4636-2/01 Comércio atacadista de fumo beneficiado
4636-2/02 Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos 4641-9/01 Comércio atacadista de tecidos

4641-9/02 Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 4641-9/03 Comércio atacadista de artigos de armarinho
4642-7/01 Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02 Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4643-5/01 Comércio atacadista de calçados
4643-5/02 Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem 4646-0/01 Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 4646-0/02 Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4647-8/01 Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 4647-8/02 Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
4649-4/05 Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas
4649-4/08 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649-4/09 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4649-4/10 Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas
4651-6/01 Comércio atacadista de equipamentos de informática 4651-6/02 Comércio atacadista de suprimentos para informática
4652-4/00 Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4713-0/02 Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines 4713-0/03 Lojas duty free de aeroportos internacionais
4744-0/01 Comércio varejista de ferragens e ferramentas 4744-0/02 Comércio varejista de madeira e artefatos

4744-0/03 Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744-0/05 Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente (Exceto granel. Vide Comércio e Serviço Geral)
4744-0/06 Comércio varejista de pedras para revestimento
4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral (Exceto granel. Vide Comércio e Serviço Geral)
4753-9/00 Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 4754-7/01 Comércio varejista de móveis
4754-7/02 Comércio varejista de artigos de colchoaria 4754-7/03 Comércio varejista de artigos de iluminação
4763-6/05 Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios 4789-0/04 Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (*1) (*3)
4921-3/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal (*7) (*8) 4921-3/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana (*7) (*8)
4922-1/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana (*7) (*8)
4922-1/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual (*7) (*8)
4922-1/03 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional (*7) (*8)
4923-0/01 Serviço de táxi
4923-0/02 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 4924-8/00 Transporte escolar (*7) (*8)
4929-9/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob-regime de fretamento, municipal (*7) (*8)
4929-9/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob-regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (*7) (*8)
4929-9/03 Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal (*7) (*8)
4929-9/04 Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional (*7) (*8)
4930-2/04 Transporte rodoviário de mudanças (*7) 5211-7/02 Guarda-móveis
5229-0/02 Serviços de reboque de veículos (*7) 5510-8/01 Hotéis (*8) (*7)
5510-8/02 Apart-hotéis (*8) (*7)
5821-2/00 Edição integrada à impressão de livros (*8) 5822-1/01 Edição integrada à impressão de jornais diários
5822-1/02 Edição integrada à impressão de jornais não diários 5823-9/00 Edição integrada à impressão de revistas (*8)
5829-8/00 Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos (*8) 6010-1/00 Atividades de rádio
6021-7/00 Atividades de televisão aberta 6022-5/01 Programadoras
6022-5/02 Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras 6110-8/01 Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
6110-8/02 Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT 6110-8/03 Serviços de comunicação multimídia - SCM

6110-8/99 Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente 6120-5/01 Telefonia móvel celular
6120-5/02 Serviço móvel especializado - SME
6120-5/99 Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 6130-2/00 Telecomunicações por satélite
6141-8/00 Operadoras de televisão por assinatura por cabo
6142-6/00 Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas 6143-4/00 Operadoras de televisão por assinatura por satélite 6190-6/01 Provedores de acesso às redes de comunicações
6190-6/02 Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP 6421-2/00 Bancos comerciais
6422-1/00 Bancos múltiplos, com carteira comercial 6423-9/00 Caixas econômicas
6424-7/01 Bancos cooperativos

6424-7/02 Cooperativas centrais de crédito 6424-7/03 Cooperativas de crédito mútuo 6424-7/04 Cooperativas de crédito rural 6912-5/00 Cartórios
7210-0/00 Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais 7500-1/00 Atividades veterinárias
7711-0/00 Locação de automóveis sem condutor
7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 7732-2/02 Aluguel de andaimes
7739-0/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador
7739-0/02 Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
7739-0/03 Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 7739-0/99 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
8299-7/06 Casas lotéricas
8592-9/01 Ensino de dança (*1) (*7)
8592-9/02 Ensino de artes cênicas, exceto dança (*1) 8592-9/03 Ensino de música (*1) (*7)
8592-9/99 Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 8599-6/01 Formação de condutores
8599-6/02 Cursos de pilotagem
8599-6/05 Cursos preparatórios para concursos
8610-1/01 Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (*8)
8610-1/02 Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências (*8)
8640-2/01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica (*8) 8640-2/02 Laboratórios clínicos (*8)
8640-2/03 Serviços de diálise e nefrologia (*8) 8640-2/04 Serviços de tomografia (*8)
8640-2/05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia (*8)
8640-2/06 Serviços de ressonância magnética (*8)

8640-2/07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética (*8)
8640-2/08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos (*8)
8640-2/09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos (*8)
9603-3/03 Serviços de sepultamento (*2) (*8) 9603-3/04 Serviços de funerárias (*2)
9603-3/05 Serviços de somatoconservação (*2)

3. COMÉRCIO E SERVIÇO DE GERAL: Subclasse Atividade 9609-2/07 Alojamento de animais domésticos (*3)
4511-1/04 Comércio por atacado de caminhões novos e usados
4511-1/05 Comércio por atacado de reboques e semirreboques novos e usados 4511-1/06 Comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados
4530-7/01 Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 4530-7/02 Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
4541-2/01 Comércio por atacado de motocicletas e motonetas
4541-2/02 Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
4633-8/01 Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (*7)
4633-8/02 Comércio atacadista de aves vivas e ovos (*7)
4633-8/03 Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação 4634-6/01 Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados (*7)
4634-6/02 Comércio atacadista de aves abatidas e derivados (*7) 4634-6/03 Comércio atacadista de pescados e frutos do mar (*7)
4634-6/99 Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais (*7) 4637-1/01 Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel
4637-1/02 Comércio atacadista de açúcar
4637-1/03 Comércio atacadista de óleos e gorduras
4637-1/04 Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (*7) 4637-1/05 Comércio atacadista de massas alimentícias
4637-1/06 Comércio atacadista de sorvetes
4637-1/07 Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes 4639-7/01 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (*7)
4639-7/02 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
4644-3/01 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (*8) 4644-3/02 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário (*8)
4645-1/01 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4645-1/02 Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 4645-1/03 Comércio atacadista de produtos odontológicos
4649-4/01 Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 4649-4/02 Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 4649-4/03 Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos 4649-4/04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
4649-4/06 Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures 4649-4/07 Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos

4649-4/99 Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
4664-8/00 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
4665-6/00 Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças 4669-9/01 Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
4669-9/99 Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
4672-9/00 Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 4673-7/00 Comércio atacadista de material elétrico
4679-6/01 Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares (*8) 4679-6/02 Comércio atacadista de mármores e granitos
4679-6/03 Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais 4686-9/01 Comércio atacadista de papel e papelão em bruto 4686-9/02 Comércio atacadista de embalagens
4691-5/00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (*7)
4692-3/00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários (*7)
4693-1/00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
4784-9/00 Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) (*2) (*8) 4789-0/09 Comércio varejista de armas e munições (*2) (*8)
4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos (Sem depósito. Vide Comércio e Serviço Específico.) (*2)
4930-2/01 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (*7) 4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (*7)
4930-2/03 Transporte rodoviário de produtos perigosos (*7) (*8)
7731-4/00 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 8011-1/02 Serviços de adestramento de cães de guarda
3811-4/00 Coleta de resíduos não perigosos

4. COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO: Subclasse Atividade 4621-4/00 Comércio atacadista de café em grão (*7)
4622-2/00 Comércio atacadista de soja (*7)
4623-1/01 Comércio atacadista de animais vivos (*7)
4623-1/02 Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não comestíveis de origem animal (*7)
4623-1/03 Comércio atacadista de algodão (*7)
4623-1/04 Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado (*7) 4623-1/05 Comércio atacadista de cacau (*7)
4623-1/06 Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (*7) 4623-1/07 Comércio atacadista de sisal (*7)
4623-1/08 Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada(*7)
4623-1/09 Comércio atacadista de alimentos para animais (*7) 4631-1/00 Comércio atacadista de leite e laticínios (*7)
4632-0/01 Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (*7)

4632-0/02 Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas (*7)
4632-0/03 Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada (*7)
4661-3/00 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças (*7)
4662-1/00 Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (*7)
4663-0/00 Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças (*7)
4671-1/00 Comércio atacadista de madeira e produtos derivados (*8) (*7) 4674-5/00 Comércio atacadista de cimento (*7)
4679-6/04 Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente (*8) (*7)
4679-6/99 Comércio atacadista de materiais de construção em geral (*8) (*7)
4681-8/01 Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR) (*8) (*7)
4681-8/02 Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR) (*8) (*7)
4681-8/03 Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante (*8) (*7)
4681-8/04 Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto (*8) (*7) 4681-8/05 Comércio atacadista de lubrificantes (*8) (*7)
4682-6/00 Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) (*8) 4684-2/01 Comércio atacadista de resinas e elastômeros (*8) (*7)
4684-2/02 Comércio atacadista de solventes (*8) (*7)
4684-2/99 Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente (*8) (*7)
4685-1/00 Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção (*7)
4687-7/01 Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão (*7)
4687-7/02 Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão (*8) (*7)
4687-7/03 Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos (*7)
4689-3/01 Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis (*7) 4689-3/02 Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados (*7)
4689-3/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente (*7)
4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos (*8)

4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral. (Permitido depósito de material a granel)
4744-0/05 Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente. (Permitido depósito de material a granel)
4744-0/04 Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 5510-8/03 Motéis (*8)

USO INDUSTRIAL

5. INDÚSTRIA TIPO 01 Subclasse Atividade 1031-7/00 Fabricação de conservas de frutas

1032-5/01 Fabricação de conservas de palmito
1032-5/99 Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito 1033-3/01 Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes
1033-3/02 Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados 1053-8/00 Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
1091-1/02 Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
1092-9/00 Fabricação de biscoitos e bolachas
1093-7/01 Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates 1093-7/02 Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes 1094-5/00 Fabricação de massas alimentícias
1095-3/00 Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos 1096-1/00 Fabricação de alimentos e pratos prontos
1099-6/04 Fabricação de gelo comum 1321-9/00 Tecelagem de fios de algodão
1322-7/00 Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão 1323-5/00 Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas
1351-1/00 Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico 1352-9/00 Fabricação de artefatos de tapeçaria
1353-7/00 Fabricação de artefatos de cordoaria
1354-5/00 Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos 1411-8/01 Confecção de roupas íntimas
1411-8/02 Facção de roupas íntimas
1412-6/01 Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
1412-6/02 Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 1412-6/03 Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
1413-4/01 Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida 1413-4/02 Confecção, sob medida, de roupas profissionais
1413-4/03 Facção de roupas profissionais
1414-2/00 Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção 1421-5/00 Fabricação de meias
1422-3/00 Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias
1521-1/00 Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material 1531-9/01 Fabricação de calçados de couro
1531-9/02 Acabamento de calçados de couro sob contrato (*8) 1811-3/01 Impressão de jornais (*8)
1811-3/02 Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas (*8) 1812-1/00 Impressão de material de segurança (*8)
1813-0/01 Impressão de material para uso publicitário (*8) 1813-0/99 Impressão de material para outros usos (*8) 1821-1/00 Serviços de pré-impressão (*8)
1822-9/01 Serviços de encadernação e plastificação
1822-9/99 Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação 1830-0/01 Reprodução de som em qualquer suporte (*8)
1830-0/02 Reprodução de vídeo em qualquer suporte (*8) 1830-0/03 Reprodução de software em qualquer suporte (*8) 2539-0/01 Serviços de usinagem, tornearia e solda

2541-1/00 Fabricação de artigos de cutelaria (*8) 3211-6/01 Lapidação de gemas (*8)
3211-6/02 Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria (*8) 3211-6/03 Cunhagem de moedas e medalhas (*8)
3212-4/00 Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes (*8)
3220-5/00 Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios (*8) 3230-2/00 Fabricação de artefatos para pesca e esporte (*8)
3240-0/01 Fabricação de jogos eletrônicos (*8)
3250-7/06 Serviços de prótese dentária. Se associado à atividade de dentista pode ser enquadrado como Serviço Vicinal.
3250-7/07 Fabricação de artigos ópticos (*8) 3250-7/09 Serviço de laboratório óptico
3291-4/00 Fabricação de escovas, pincéis e vassouras (*8)
3292-2/01 Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo (*8)
3292-2/02 Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional (*8) 3313-9/01 Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
3313-9/02 Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos 3314-7/07 Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
3314-7/09 Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório

6. INDÚSTRIA TIPO 02: Subclasse Atividade
1062-7/00 Moagem de trigo e fabricação de derivados 1063-5/00 Fabricação de farinha de mandioca e derivados
1064-3/00 Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho 1091-1/01 Fabricação de produtos de panificação industrial

1099-6/01 Fabricação de vinagres
1099-6/02 Fabricação de pós-alimentícios 1099-6/03 Fabricação de fermentos e leveduras
1099-6/05 Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.) 1099-6/06 Fabricação de adoçantes naturais e artificiais
1099-6/07 Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares 1111-9/02 Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas
1112-7/00 Fabricação de vinho
1113-5/01 Fabricação de malte, inclusive malte uísque 1113-5/02 Fabricação de cervejas e chopes
1122-4/01 Fabricação de refrigerantes
1122-4/02 Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo
1122-4/03 Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas 1122-4/04 Fabricação de bebidas isotônicas
1532-7/00 Fabricação de tênis de qualquer material (*8) 1533-5/00 Fabricação de calçados de material sintético (*8)
1540-8/00 Fabricação de partes para calçados, de qualquer material (*8)
1622-6/02 Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais (*8)
1622-6/99 Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção (*8) 1629-3/01 Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis (*8)

1629-3/02 Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis (*8)
1741-9/01 Fabricação de formulários contínuos (*8)
1741-9/02 Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório (*8)
1742-7/01 Fabricação de fraldas descartáveis (*2) (*8) 1742-7/02 Fabricação de absorventes higiênicos (*2) (*8)
2052-5/00 Fabricação de desinfestastes domissanitários (*2) (*8) 2061-4/00 Fabricação de sabões e detergentes sintéticos (*2) (*8) 2062-2/00 Fabricação de produtos de limpeza e polimento (*2) (*8)
2063-1/00 Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (*2) (*8) 2391-5/02 Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração (*8)
2391-5/03 Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras (*8)
2512-8/00 Fabricação de esquadrias de metal (*8)
2542-0/00 Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias (*8) 2543-8/00 Fabricação de ferramentas
2593-4/00 Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal (*8) 2610-8/00 Fabricação de componentes eletrônicos (*8)
2621-3/00 Fabricação de equipamentos de informática (*8)
2622-1/00 Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (*8)
2651-5/00 Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle (*8) 2652-3/00 Fabricação de cronômetros e relógios (*8)
2670-1/01 Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios (*8) 2670-1/02 Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios (*8) 2680-9/00 Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
2759-7/01 Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios (*8) 2790-2/02 Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme (*8)
2829-1/01 Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não eletrônicos para escritório, peças e acessórios (*8)
2950-6/00 Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores 3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira (*8)
3102-1/00 Fabricação de móveis com predominância de metal (*8)
3103-9/00 Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal (*8)
3240-0/02 Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação (*8) 3240-0/03 Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação (*8) 3299-0/01 Fabricação de guarda-chuvas e similares (*8)
3299-0/02 Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório (*8)
3299-0/03 Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos (*8) 3299-0/04 Fabricação de painéis e letreiros luminosos (*8)
3299-0/05 Fabricação de aviamentos para costura (*8) 3299-0/06 Fabricação de velas, inclusive decorativas
3311-2/00 Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
3312-1/02 Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
3312-1/03 Manutenção e reparação de aparelhos eletro médicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação
3312-1/04 Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos 3314-7/01 Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas

3314-7/02 Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 3314-7/03 Manutenção e reparação de válvulas industriais
3314-7/04 Manutenção e reparação de compressores
3314-7/05 Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
3314-7/06 Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
3314-7/08 Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas
3314-7/11 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 3314-7/12 Manutenção e reparação de tratores agrícolas
3314-7/13 Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta

3314-7/14 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo
3314-7/15 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo
3314-7/16 Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas
3314-7/17 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
3314-7/18 Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta
3314-7/19 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo
3314-7/20 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados
3314-7/21 Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos
3314-7/22 Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico 3317-1/01 Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
3317-1/02 Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
7. INDÚSTRIA TIPO 03 Subclasse Atividade 1011-2/01 Frigorífico - abate de bovinos
1011-2/02 Frigorífico - abate de equinos
1011-2/03 Frigorífico - abate de ovinos e caprinos 1011-2/04 Frigorífico - abate de bufalinos
1011-2/05 Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos 1012-1/01 Abate de aves
1012-1/02 Abate de pequenos animais 1012-1/03 Frigorífico - abate de suínos
1012-1/04 Matadouro - abate de suínos sob contrato 1013-9/01 Fabricação de produtos de carne
1013-9/02 Preparação de subprodutos do abate
1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos
1020-1/02 Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos 1041-4/00 Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho 1042-2/00 Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
1043-1/00 Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais
1051-1/00 Preparação do leite

1052-0/00 Fabricação de laticínios 1061-9/01 Beneficiamento de arroz
1061-9/02 Fabricação de produtos do arroz
1065-1/01 Fabricação de amidos e féculas de vegetais 1065-1/02 Fabricação de óleo de milho em bruto 1065-1/03 Fabricação de óleo de milho refinado
1066-0/00 Fabricação de alimentos para animais 1071-6/00 Fabricação de açúcar em bruto
1072-4/01 Fabricação de açúcar de cana refinado
1072-4/02 Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba 1081-3/01 Beneficiamento de café
1081-3/02 Torrefação e moagem de café
1082-1/00 Fabricação de produtos à base de café
1111-9/01 Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar 1121-6/00 Fabricação de águas envasadas
1210-7/00 Processamento industrial do fumo 1220-4/01 Fabricação de cigarros
1220-4/02 Fabricação de cigarrilhas e charutos 1220-4/03 Fabricação de filtros para cigarros
1220-4/99 Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos 1311-1/00 Preparação e fiação de fibras de algodão
1312-0/00 Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão 1313-8/00 Fiação de fibras artificiais e sintéticas
1314-6/00 Fabricação de linhas para costurar e bordar 1330-8/00 Fabricação de tecidos de malha
1340-5/01 Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
1340-5/02 Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
1340-5/99 Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário 1510-6/00 Curtimento e outras preparações de couro (*2)
1610-2/01 Serrarias com desdobramento de madeira (*8) 1610-2/02 Serrarias sem desdobramento de madeira (*8)
1621-8/00 Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada (*8)
1622-6/01 Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas (*8)
1623-4/00 Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira (*8) 1710-9/00 Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel (*8) 1721-4/00 Fabricação de papel (*2) (*8)
1722-2/00 Fabricação de cartolina e papel-cartão (*8) 1731-1/00 Fabricação de embalagens de papel (*8)
1732-0/00 Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão (*8)
1733-8/00 Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado (*8) 1910-1/00 Coquerias (*8)
1921-7/00 Fabricação de produtos do refino de petróleo (*8) 1922-5/01 Formulação de combustíveis (*8)
1922-5/02 Rerrefino de óleos lubrificantes (*8)
1922-5/99 Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino (*8) 1931-4/00 Fabricação de álcool (*8)
1932-2/00 Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool (*8)

2011-8/00 Fabricação de cloro e álcalis (*8)
2012-6/00 Fabricação de intermediários para fertilizantes (*8) 2013-4/01 Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais
2013-4/02 Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais 2014-2/00 Fabricação de gases industriais (*8)
2019-3/01 Elaboração de combustíveis nucleares (*8)
2021-5/00 Fabricação de produtos petroquímicos básicos (*8)
2022-3/00 Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras (*8) 2031-2/00 Fabricação de resinas termoplásticas (*8)
2032-1/00 Fabricação de resinas termofixas (*8) 2033-9/00 Fabricação de elastômeros (*8)
2040-1/00 Fabricação de fibras artificiais e sintéticas (*8) 2051-7/00 Fabricação de defensivos agrícolas (*8)
2071-1/00 Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas (*8) 2072-0/00 Fabricação de tintas de impressão (*8)
2073-8/00 Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins (*8) 2091-6/00 Fabricação de adesivos e selantes (*8)
2092-4/01 Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes (*2) (*8) 2092-4/02 Fabricação de artigos pirotécnicos (*2) (*8)
2092-4/03 Fabricação de fósforos de segurança (*2) (*8) 2093-2/00 Fabricação de aditivos de uso industrial (*8) 2094-1/00 Fabricação de catalisadores (*8)
2099-1/01 Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia (*8)
2110-6/00 Fabricação de produtos farmoquímicos (*8)
2121-1/01 Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano (*8) 2121-1/02 Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano (*8) 2121-1/03 Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano (*8) 2122-0/00 Fabricação de medicamentos para uso veterinário (*8)
2123-8/00 Fabricação de preparações farmacêuticas (*8)
2211-1/00 Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar (*8) 2212-9/00 Reforma de pneumáticos usados (*8)
2221-8/00 Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico (*8) 2222-6/00 Fabricação de embalagens de material plástico (*8)
2223-4/00 Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção (*8) 2229-3/01 Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico (*8) 2229-3/02 Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais (*8)
2229-3/03 Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios (*8)
2311-7/00 Fabricação de vidro plano e de segurança (*8) 2312-5/00 Fabricação de embalagens de vidro (*8)
2319-2/00 Fabricação de artigos de vidro 2320-6/00 Fabricação de cimento (*8)
2330-3/01 Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda (*8)
2330-3/02 Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção (*8) 2330-3/03 Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção (*8) 2330-3/04 Fabricação de casas pré-moldadas de concreto (*8)
2330-3/05 Preparação de massa de concreto e argamassa para construção (*8)

2330-3/99 Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (*8)
2341-9/00 Fabricação de produtos cerâmicos refratários (*8) 2342-7/01 Fabricação de azulejos e pisos (*8)
2342-7/02 Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos (*8)
2349-4/01 Fabricação de material sanitário de cerâmica (*8)
2391-5/01 Britamento de pedras, exceto associado à extração (*8) 2392-3/00 Fabricação de cal e gesso (*8)
2399-1/01 Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal
2399-1/02 Fabricação de abrasivos 2411-3/00 Produção de ferro-gusa (*8) 2412-1/00 Produção de ferroligas (*8)
2421-1/00 Produção de semiacabados de aço (*8)
2422-9/01 Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não (*8) 2422-9/02 Produção de laminados planos de aços especiais (*8)
2423-7/01 Produção de tubos de aço sem costura (*8)
2423-7/02 Produção de laminados longos de aço, exceto tubos (*8) 2424-5/01 Produção de arames de aço (*8)
2424-5/02 Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames (*8) 2431-8/00 Produção de tubos de aço com costura (*8)
2439-3/00 Produção de outros tubos de ferro e aço (*8)
2441-5/01 Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias 2441-5/02 Produção de laminados de alumínio (*8)
2442-3/00 Metalurgia dos metais preciosos (*8) 2443-1/00 Metalurgia do cobre (*8)
2449-1/01 Produção de zinco em formas primárias 2449-1/02 Produção de laminados de zinco (*8) 2449-1/03 Produção de ânodos para galvanoplastia 2451-2/00 Fundição de ferro e aço (*8)
2452-1/00 Fundição de metais não ferrosos e suas ligas (*8) 2511-0/00 Fabricação de estruturas metálicas (*8)
2513-6/00 Fabricação de obras de caldeiraria pesada (*8)
2521-7/00 Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central (*8)
2522-5/00 Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos (*8)
2531-4/01 Produção de forjados de aço (*8)
2531-4/02 Produção de forjados de metais não ferrosos e suas ligas (*8) 2532-2/01 Produção de artefatos estampados de metal (*8)

2532-2/02 Metalurgia do pó (*8)
2539-0/02 Serviços de tratamento e revestimento em metais
2550-1/01 Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate (*8) 2550-1/02 Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições (*8)
2591-8/00 Fabricação de embalagens metálicas (*8)
2592-6/01 Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados (*8)
2592-6/02 Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados (*8) 2599-3/01 Serviços de confecção de armações metálicas para a construção (*8)

2599-3/02 Serviço de corte e dobra de metais
2631-1/00 Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios (*8) 2632-9/00 Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios (*8)
2640-0/00 Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo (*8)
2660-4/00 Fabricação de aparelhos eletro médicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação (*8)
2710-4/01 Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios (*8)
2710-4/02 Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios (*8)
2721-0/00 Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores (*8)
2722-8/01 Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores (*8)
2722-8/02 Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores (*8)
2731-7/00 Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica (*8)
2732-5/00 Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo (*8) 2733-3/00 Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados (*8)
2740-6/01 Fabricação de lâmpadas (*8)
2740-6/02 Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação (*8)
2751-1/00 Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios (*8)
2790-2/01 Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores (*8)
2811-9/00 Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários (*8)
2812-7/00 Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas (*8)
2813-5/00 Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios (*8) 2814-3/01 Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios (*8)
2814-3/02 Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios (*8) 2815-1/01 Fabricação de rolamentos para fins industriais (*8)
2815-1/02 Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos (*8)
2821-6/01 Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios (*8)
2821-6/02 Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios (*8) 2822-4/01 Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios (*8)
2822-4/02 Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios (*8)
2823-2/00 Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios (*8)
2824-1/01 Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial (*8) 2824-1/02 Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial (*8)
2825-9/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios (*8)

2831-3/00 Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios (*8)
2832-1/00 Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios (*8)
2833-0/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação (*8)
2840-2/00 Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios (*8)
2851-8/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios (*8)
2852-6/00 Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo (*8)
2853-4/00 Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas (*8)
2854-2/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores (*8)
2861-5/00 Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta (*8)
2862-3/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios (*8)
2863-1/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios (*8) 2864-0/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios (*8)
2865-8/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios (*8)
2866-6/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios (*8)
2910-7/01 Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários (*8)
2910-7/02 Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários (*8) 2910-7/03 Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários (*8)

2920-4/01 Fabricação de caminhões e ônibus (*8)
2920-4/02 Fabricação de motores para caminhões e ônibus (*8)
2930-1/01 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões (*8) 2930-1/02 Fabricação de carrocerias para ônibus (*8)
2930-1/03 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus (*8)
2941-7/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores (*8) 2942-5/00 Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores (*8)
2943-3/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores (*8) 2944-1/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores (*8)
2945-0/00 Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias (*8)
2949-2/01 Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores (*8) 3011-3/01 Construção de embarcações de grande porte (*8)
3011-3/02 Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte (*8)
3012-1/00 Construção de embarcações para esporte e lazer (*8)
3031-8/00 Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes (*8) 3032-6/00 Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários (*8) 3041-5/00 Fabricação de aeronaves (*8)
3042-3/00 Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves (*8)

3050-4/00 Fabricação de veículos militares de combate (*8) 3091-1/01 Fabricação de motocicletas
3091-1/02 Fabricação de peças e acessórios para motocicletas
3092-0/00 Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados, peças e acessórios (*8) 3104-7/00 Fabricação de colchões (*2) (*8)
3250-7/01 Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório (*8)
3250-7/02 Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório (*8)
3250-7/03 Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda (*8)
3250-7/04 Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda (*8)
3250-7/05 Fabricação de materiais para medicina e odontologia (*8) 3511-5/01 Geração de energia elétrica
3511-5/02 Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica
3512-3/00 Transmissão de energia elétrica
3513-1/00 Comércio atacadista de energia elétrica 3514-0/00 Distribuição de energia elétrica
3520-4/01 Produção de gás; processamento de gás natural
3520-4/02 Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
3530-1/00 Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado 3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos (*2)
3821-1/00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos 3822-0/00 Tratamento e disposição de resíduos perigosos 3831-9/01 Recuperação de sucatas de alumínio
3831-9/99 Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio 3832-7/00 Recuperação de materiais plásticos
3839-4/01 Usinas de compostagem
3900-5/00 Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos 5211-7/01 Armazéns gerais - emissão de warrant (*8)
5211-7/99 Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (*8) USO EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL
1. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL: Subclasse Atividade 8511-2/00 Educação infantil - creche
8512-1/00 Educação infantil - pré-escola
9101-5/00 Atividades de bibliotecas e arquivos
2. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL - SAÚDE Subclasse Atividade
8730-1/01 Orfanatos
8730-1/02 Albergues assistenciais 8621-6/01 UTI móvel
8621-6/02 Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel
8622-4/00 Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências

8630-5/01 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (*8)
8630-5/02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (*8)
8640-2/10 Serviços de quimioterapia (*8) 8640-2/11 Serviços de radioterapia (*8) 8640-2/12 Serviços de hemoterapia
8640-2/13 Serviços de litotripsia
8640-2/14 Serviços de bancos de células e tecidos humanos 8711-5/01 Clínicas e residências geriátricas
8711-5/02 Instituições de longa permanência para idosos
8711-5/03 Atividades de assistência a deficientes físicos, imuno deprimidos e convalescentes 8711-5/04 Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS
8711-5/05 Condomínios residenciais para idosos
8720-4/01 Atividades de centros de assistência psicossocial
8720-4/99 Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente

3. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL - ENSINO Subclasse Atividade
8513-9/00 Ensino fundamental 8520-1/00 Ensino médio
8531-7/00 Educação superior - graduação (Somente se EAD, senão, necessita de EIV).
8532-5/00 Educação superior - graduação e pós-graduação (Somente se EAD, senão, necessita de EIV).
8533-3/00 Educação superior - pós-graduação e extensão (Somente se EAD, senão, necessita de EIV).
8541-4/00 Educação profissional de nível técnico 8542-2/00 Educação profissional de nível tecnológico 8550-3/01 Administração de caixas escolares
8550-3/02 Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 8591-1/00 Ensino de esportes
4. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL - LAZER E CULTURA Subclasse Atividade
9001-9/01 Produção teatral
9001-9/02 Produção musical (*1) (*3)
9001-9/03 Produção de espetáculos de dança (*1) (*3)
9001-9/04 Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (*1) (*3)
9001-9/99 Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente (*1) (*3)
9102-3/01 Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
9311-5/00 Gestão de instalações de esportes (*8)
9329-8/01 Discotecas, danceterias, salões de dança e similares. Raio mínimo de 200m. de distância de hospitais; (*8)
9329-8/02 Exploração de boliches
9329-8/03 Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares 9329-8/04 Exploração de jogos eletrônicos recreativos 9609-2/05 Atividades de sauna e banhos

5. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL - CULTO RELIGIOSO Subclasse Atividade
9491-0/00 Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
6. EQUIPAMENTO DE USO INSTITUCIONAL - LAZER Subclasse Atividade
9312-3/00 Clubes sociais, esportivos e similares (*8)

NECESSITAM DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: Subclasse Atividade
4711-3/01 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados (*8). Raio mínimo de 200,0m. de distância de outro super ou hiper mercado.
4711-3/02 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados (*8)
4713-0/01 Lojas de departamentos ou magazines;
4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores (*8). Distar no mínimo 100 (cem) metros da divisa de imóveis com escolas, creches, hospitais, postos de saúde, asilos e poços de captação de águas subterrâneas para abastecimento público, medida a partir dos elementos notáveis mais próximos (tanques, bombas, filtros, descarga à distância e respiros), salvo legislação específica mais restritiva.
5222-2/00 Terminais rodoviários e ferroviários (*8)
4683-4/00 Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (*8)
8531-7/00 Educação superior - graduação (Exceto se EAD)
8532-5/00 Educação superior - graduação e pós-graduação (Exceto se EAD) 8533-3/00 Educação superior - pós-graduação e extensão (Exceto se EAD)
9321-2/00 Parques de diversão e parques temáticos (Exceto se em caratê temporário) 5211-7/01 Armazéns gerais - emissão de warrant
5211-7/02 Guarda-móveis
5211-7/99 Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 5212-5/00 Carga e descarga
9321-2/00 Parques de diversão e parques temáticos 9603-3/01 Gestão e manutenção de cemitérios 9603-3/02 Serviços de cremação
9603-3/03 Serviços de sepultamento 8230-0/02 Casas de Festas e Eventos.
9103-1/00 Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental

USO RURAL: Subclasse Atividade 0111-3/01 Cultivo de arroz
0111-3/02 Cultivo de milho 0111-3/03 Cultivo de trigo
0111-3/99 Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente 0112-1/01 Cultivo de algodão herbáceo
0112-1/02 Cultivo de juta
0113-0/00 Cultivo de cana-de-açúcar 0114-8/00 Cultivo de fumo
0115-6/00 Cultivo de soja
0116-4/01 Cultivo de amendoim 0116-4/02 Cultivo de girassol 0116-4/03 Cultivo de mamona

0119-9/01 Cultivo de abacaxi 0119-9/02 Cultivo de alho
0119-9/03 Cultivo de batata-inglesa 0119-9/04 Cultivo de cebola

0119-9/05 Cultivo de feijão 0119-9/06 Cultivo de mandioca 0119-9/07 Cultivo de melão 0119-9/08 Cultivo de melancia
0119-9/09 Cultivo de tomate rasteiro 0121-1/01 Horticultura, exceto morango 0121-1/02 Cultivo de morango
0122-9/00 Cultivo de flores e plantas ornamentais 0131-8/00 Cultivo de laranja
0132-6/00 Cultivo de uva 0133-4/01 Cultivo de açaí 0133-4/02 Cultivo de banana 0133-4/03 Cultivo de caju
0133-4/04 Cultivo de cítricos, exceto laranja 0133-4/05 Cultivo de coco-da-baía
0133-4/06 Cultivo de guaraná 0133-4/07 Cultivo de maçã 0133-4/08 Cultivo de mamão 0133-4/09 Cultivo de maracujá 0133-4/10 Cultivo de manga 0133-4/11 Cultivo de pêssego 0134-2/00 Cultivo de café 0135-1/00 Cultivo de cacau
0139-3/01 Cultivo de chá-da-índia 0139-3/02 Cultivo de erva-mate
0139-3/03 Cultivo de pimenta-do-reino
0139-3/04 Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino 0139-3/05 Cultivo de dendê
0139-3/06 Cultivo de seringueira
0141-5/01 Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto 0141-5/02 Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto 0142-3/00 Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas 0151-2/01 Criação de bovinos para corte
0151-2/02 Criação de bovinos para leite
0151-2/03 Criação de bovinos, exceto para corte e leite 0152-1/01 Criação de bufalinos
0152-1/02 Criação de equinos
0152-1/03 Criação de asininos e muares 0153-9/01 Criação de caprinos
0153-9/02 Criação de ovinos, inclusive para produção de lã 0154-7/00 Criação de suínos
0155-5/01 Criação de frangos para corte 0155-5/02 Produção de pintos de um dia
0155-5/03 Criação de outros galináceos, exceto para corte 0155-5/04 Criação de aves, exceto galináceos

0155-5/05 Produção de ovos 0159-8/01 Apicultura
0159-8/02 Criação de animais de estimação 0159-8/03 Criação de escargô
0159-8/04 Criação de bicho-da-seda
0159-8/99 Criação de outros animais não especificados anteriormente 0161-0/01 Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas (*2) 0161-0/02 Serviço de poda de árvores para lavouras (*2)
0161-0/03 Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (*2) 0162-8/01 Serviço de inseminação artificial em animais
0162-8/02 Serviço de tosquiamento de ovinos 0162-8/03 Serviço de manejo de animais 0163-6/00 Atividades de pós-colheita
0170-9/00 Caça e serviços relacionados 0210-1/01 Cultivo de eucalipto
0210-1/02 Cultivo de acácia-negra 0210-1/03 Cultivo de pinus
0210-1/04 Cultivo de teca
0210-1/05 Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca 0210-1/06 Cultivo de mudas em viveiros florestais
0210-1/07 Extração de madeira em florestas plantadas 0210-1/08 Produção de carvão vegetal - florestas plantadas
0210-1/09 Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas
0210-1/99 Produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas
0220-9/01 Extração de madeira em florestas nativas 0220-9/02 Produção de carvão vegetal - florestas nativas
0220-9/03 Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas 0220-9/04 Coleta de látex em florestas nativas
0220-9/05 Coleta de palmito em florestas nativas 0220-9/06 Conservação de florestas nativas
0220-9/99 Coleta de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas
0230-6/00 Atividades de apoio à produção florestal 0311-6/01 Pesca de peixes em água salgada
0311-6/02 Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada 0311-6/03 Coleta de outros produtos marinhos
0311-6/04 Atividades de apoio à pesca em água salgada 0312-4/01 Pesca de peixes em água doce
0312-4/02 Pesca de crustáceos e moluscos em água doce 0312-4/03 Coleta de outros produtos aquáticos de água doce 0312-4/04 Atividades de apoio à pesca em água doce
0321-3/01 Criação de peixes em água salgada e salobra 0321-3/02 Criação de camarões em água salgada e salobra
0321-3/03 Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra 0321-3/04 Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra 0321-3/05 Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra
0321-3/99 Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente

0322-1/01 Criação de peixes em água doce 0322-1/02 Criação de camarões em água doce
0322-1/03 Criação de ostras e mexilhões em água doce 0322-1/04 Criação de peixes ornamentais em água doce 0322-1/05 Ranicultura
0322-1/06 Criação de jacaré
0322-1/07 Atividades de apoio à aquicultura em água doce 0500-3/01 Extração de carvão mineral
0500-3/02 Beneficiamento de carvão mineral 0600-0/01 Extração de petróleo e gás natural 0600-0/02 Extração e beneficiamento de xisto

0600-0/03 Extração e beneficiamento de areias betuminosas 0710-3/01 Extração de minério de ferro
0710-3/02 Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro 0721-9/01 Extração de minério de alumínio
0721-9/02 Beneficiamento de minério de alumínio 0722-7/01 Extração de minério de estanho
0722-7/02 Beneficiamento de minério de estanho 0723-5/01 Extração de minério de manganês
0723-5/02 Beneficiamento de minério de manganês 0724-3/01 Extração de minério de metais preciosos
0724-3/02 Beneficiamento de minério de metais preciosos 0725-1/00 Extração de minerais radioativos
0729-4/01 Extração de minérios de nióbio e titânio 0729-4/02 Extração de minério de tungstênio
0729-4/03 Extração de minério de níquel
0729-4/04 Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
0729-4/05 Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
0810-0/01 Extração de ardósia e beneficiamento associado 0810-0/02 Extração de granito e beneficiamento associado 0810-0/03 Extração de mármore e beneficiamento associado
0810-0/04 Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado 0810-0/05 Extração de gesso e caulim
0810-0/06 Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado 0810-0/07 Extração de argila e beneficiamento associado
0810-0/08 Extração de saibro e beneficiamento associado 0810-0/09 Extração de basalto e beneficiamento associado
0810-0/10 Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração
0810-0/99 Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
0891-6/00 Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos
0892-4/01 Extração de sal marinho 0892-4/02 Extração de sal-gema
0892-4/03 Refino e outros tratamentos do sal
0893-2/00 Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas) 0899-1/01 Extração de grafita

0899-1/02 Extração de quartzo 0899-1/03 Extração de amianto
0899-1/99 Extração de outros minerais não metálicos não especificados anteriormente 0910-6/00 Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural
0990-4/01 Atividades de apoio à extração de minério de ferro
0990-4/02 Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não ferrosos 0990-4/03 Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos
9001-9/05 Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares 9603-3/01 Gestão e manutenção de cemitérios (*8)
9603-3/02 Serviços de cremação (*8)

OBSERVAÇÕES:
(*1) Os estabelecimentos deverão ser projetados de modo a não gerar incômodo nos quesitos ruído, tráfego, etc.
(*2) Atividade de Alto Risco para MEI. Microempreendedor individual somente poderá desenvolver a atividade no zoneamento adequado. Conforme Resolução nº 22/2010 CGSIM.
(*3) Necessário tratamento/isolamento acústico.
(*7) Não será permitido estacionamento dos veículos em logradouro público.
(*8) Atividade de Alto Risco exceto para MEI. Conforme Resolução Nº 22/2010 CGSIM. (*9) Necessária Licença Ambienta

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:84317CF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea		1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	

	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	67.409,68	62.221,72	64.100,70	64.100,70	64.100,70	102.923,80	71.343,86	71.343,86	71.343,86	74.772,00	74.772,01	80.881,97	869.314,86	0,00
Pessoal Ativo	67.409,68	62.221,72	64.100,70	64.100,70	64.100,70	102.923,80	71.343,86	71.343,86	71.343,86	74.772,00	74.772,01	80.881,97	869.314,86	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	58.673,85	53.478,66	55.573,96	55.573,96	55.573,96	87.836,48	59.607,00	59.607,00	59.607,00	62.150,64	62.150,64	67.776,73	737.609,88	0,00
Obrigações Patronais	8.735,83	8.743,06	8.526,74	8.526,74	8.526,74	15.087,32	11.736,86	11.736,86	11.736,86	12.621,36	12.621,37	13.105,24	131.704,98	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	67.409,68	62.221,72	64.100,70	64.100,70	64.100,70	102.923,80	71.343,86	71.343,86	71.343,86	74.772,00	74.772,01	80.881,97	869.314,86	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.703.879,92	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	450.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	32.253.879,92	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	869.314,86	2,7%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.935.232,80	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.838.471,16	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.741.709,52	5,4%
Entidades:		
Câmara Municipal de Miraselva		

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:5F77A15F

CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2026 À 12/2026
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos do Tesouro (Descentralizados)	63.280,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.280,85	23.400,00	0,00	39.880,85
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	63.280,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.280,85	23.400,00	0,00	39.880,85
Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00	0,00	0,00	13.224,09	0,00	(13.224,09)	0,00	0,00	(13.224,09)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	13.224,09	0,00	(13.224,09)	0,00	0,00	(13.224,09)
TOTAL (III) = (I + II)	63.280,85	0,00	0,00	0,00	13.224,09	0,00	50.056,76	23.400,00	0,00	26.656,76
Entidades:										
Câmara Municipal de Miraselva										

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:DC2712A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 DE 22 DE JUNHO DE 2026 RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM REMOÇÃO PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ROSANIA MARIA TRIAQUIM DE ALMEIDA

PREFEITURA DE MORRETES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 DE 22 DE JUNHO DE 2026
RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM REMOÇÃO PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ROSANIA MARIA TRIAQUIM DE ALMEIDA

A **Secretária Municipal de Educação de Morretes**, Sr.ª Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais, torna público o **Resulta Final** do Chamamento Público nº 04/2026, destinado à manifestação de interesse em remoção para composição do quadro funcional do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Rosania Maria Triaquim de Almeida.

Professores

Classificação	Nome	Matrícula	Magistério (nível médio): 10 pontos	Licenciatura em Pedagogia: 15 pontos	Pós-graduação na área da Educação Básica: 20 pontos	Pós-graduação em Educação Infantil: 30 pontos	Tempo de Experiência na Educação Infantil • 6 meses a 2 anos: 10 pontos • 2 a 5 anos: 20 pontos • Acima de 5 anos: 30 pontos	Formação Continuada • Cursos na área (mín. 40h): 5 pontos por curso (limite: 20 pontos) • Programa Formadores em Ação – Municípios (40h): 40 pontos	Tempo de Serviço na Rede Municipal • até 5 anos: 5 pontos • Acima de 5 anos: 10 pontos	Pontuação (175 máx.)	Situação
1°	CECILIA PARTALA	213348	Sim	Sim	Não	Sim	30	15 + 40 pontos	10	150	HOMOLOGADA
2°	KELLIN APARECIDA FRANZONI DE CAMPOS	213406	Sim	Sim	Sim	Não	30	20 + 40 pontos	10	145	HOMOLOGADA
3°	GRAZIELA DE FREITAS DIAS DOS SANTOS	213158	Sim	Sim	Sim	Sim	30	10 pontos	10	125	HOMOLOGADA
4°	ANA CAROLINA COCA DA SILVA LOPES	213152	Sim	Sim	Sim	Sim	30	5 pontos	10	120	HOMOLOGADA
5°	ANA CLÁUDIA NOGUEIRA SANTOS	213169	Não	Sim	Sim	Sim	30	10 pontos	10	115	HOMOLOGADA
6°	TATIANE PINHEIRO CALAZANS COSTA	213136	Não	Sim	Sim	Sim	30	10 pontos	10	115	HOMOLOGADA
7°	FRANCIANE NASCIMENTO DA SILVA	213160	Não	Sim	Sim	Sim	20	20 pontos	10	115	HOMOLOGADA
8°	STEFANY MURARO RIBEIRO	213138	Não	Sim	Não	Sim	30	15 pontos	10	100	HOMOLOGADA

9°	JAQUELINE DOS SANTOS LUVIZOTTO	213167	Sim	Não	Sim	Não	30	20 pontos	10	90	HOMOLOGADA
10°	FERNANDA NEVES ALVES	213204	Não	Sim	Não	Não	30	15 pontos	10	70	HOMOLOGADA
11°	TANIA ANTUNES DE BONA	307201	Não	Sim	Não	Não	30	5 pontos	10	60	HOMOLOGADA
12°	LUCIANE CRISTINA ARAÚJO NASCIMENTO	268731	Sim	Não	Não	Não	30	10 pontos	10	60	HOMOLOGADA
-	ANA CLÁUDIA NOGUEIRA SANTOS	214033	-	-	-	-	-	-	-	-	Indeferido devido ao período de Estágio Probatório

Servidores:

Classificação	Nome	Matrícula	Cargo	Tempo de Serviço na Rede Municipal (20 ou 40 pontos) • até 5 anos: 20 pontos • Acima de 5 anos: 40 pontos	Experiência na Educação Infantil • 6 meses a 2 anos: 10 pontos • 2 a 5 anos: 20 pontos • Acima de 5 anos: 30 pontos	Cursos de Capacitação (até 30 pontos) • Cursos relacionados à função: 5 pontos por curso Limite: 30 pontos	Pontuação	Situação
1°	LEONOR HELENA DA SILVA	268811	Merendeira	40	30	25	95	HOMOLOGADA
2°	PAOLLA GARCIA FULGENCIO	213410	Merendeira	40	30			

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Encerrado o prazo para interposição de recursos previsto no Edital de Chamamento Público nº 04/2026 e após a análise dos recursos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, fica homologado o **Resultado Final** do Chamamento Público para manifestação de interesse em remoção para composição do quadro funcional do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Rosania Maria Triaquim de Almeida.

2.2 A presente classificação possui caráter definitivo e servirá de base para os procedimentos administrativos de remoção, observadas as disposições constantes do Edital de Chamamento Público nº 04/2026, a existência de vagas, a necessidade do serviço público e o interesse da Administração.

2.3 Este Resultado Final entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes em 15 de julho de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:5B7ACE1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
ANEXO I DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (PCD)

8143 - ADVOGADO(A) - PITANGUEIRAS

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	CG	CE	PD	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO MODALIDADE
0041758	LUIS ROBERTO DE VASCONCELOS MAIA MANCINELLI	12/01/2002	15,00	8,00	60,00	34,50	3,00	120,50	1º	Classificado PcD - Pessoa com Deficiência
0041559	LUCAS VIANA PRUDENCIO	15/09/1993	12,00	10,00	60,00	36,50	1,50	120,00	2º	Classificado Afrodescendente,PcD - Pessoa com

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:D8581AA8

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
ANEXO II DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS/PR
CONCURSO PÚBLICO - 001/2026
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76
ANEXO II DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

8142 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - PITANGUEIRAS

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0041677	DEISE CRISTINA DANIEL	16/02/1987	14,00	8,00	6,00	51,00	79,00	1º	Aprovado	Afrodescendente

8143 - ADVOGADO(A) - PITANGUEIRAS

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	CG	CE	PD	PT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0042013	JOÃO PEDRO PETRICO TEIXEIRA	28/11/2000	12,00	10,00	70,00	31,00	3,00	126,00	1º	Classificado	Afrodescendente
0041757	LUÍS FERNANDO SILVA DA CUNHA	07/08/2001	12,00	10,00	62,50	36,50	3,00	124,00	2º	Classificado	Afrodescendente
0041559	LUCAS VIANA PRUDENCIO	15/09/1993	12,00	10,00	60,00	36,50	1,50	120,00	3º	Classificado	Afrodescendente,PcD - Pessoa com Deficiência
0041532	LUIZ MATEUS DA CRUZ	22/07/1999	12,00	10,00	65,00	31,50	-	118,50	4º	Classificado	Afrodescendente

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:3D05F034

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
ANEXO III DO EDITAL N.º 17.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0041947	VICTÓRIA RIBEIRO DE PAULA	25/03/1997	20,00	4,00	8,00	48,00	80,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0041645	FÁBIO RANGEL MATSUOKA CESTARI	17/01/1989	14,00	8,00	8,00	48,00	78,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041893	JONATHAN DE LIMA FLORES RICCI	03/08/2002	12,00	10,00	8,00	48,00	78,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0041897	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	25/02/1998	16,00	4,00	6,00	48,00	74,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0041773	KELVYN VINICIUS DE OLIVEIRA LIMA	08/11/2004	12,00	8,00	8,00	45,00	73,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041997	LUIZ EDUARDO RAMOS DA SILVA	06/09/2006	10,00	4,00	10,00	48,00	72,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0041883	MIGUEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR	24/05/1996	16,00	4,00	8,00	42,00	70,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0041863	BIANCA STECCA RIBEIRO	03/12/1997	14,00	4,00	6,00	45,00	69,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0041870	DAIANE CRISTINA RODRIGUES	19/02/1988	12,00	8,00	4,00	42,00	66,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0041930	EUGÊNIO JOSÉ AKATSU	02/10/1995	16,00	10,00	4,00	36,00	66,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0041772	LUCAS EDUARDO PRATES PEREIRA	22/12/2001	16,00	6,00	4,00	39,00	65,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0041714	JOÃO HENRIQUE SAITO PEREIRA	11/11/1989	12,00	4,00	10,00	39,00	65,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0041616	FERNANDA HARUME CARTAXO HISSAMURA	31/12/2003	14,00	2,00	6,00	42,00	64,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0041823	SONIA NOGUEIRA MATHEUS	20/10/1973	10,00	4,00	8,00	42,00	64,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0041673	MARIANA LEOCÁDIO CAETANO	07/05/2000	14,00	4,00	8,00	36,00	62,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0041550	MARIA VITORIA APARECIDA SALA	02/12/2002	14,00	4,00	4,00	39,00	61,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0041859	OTAVIO JUNIOR HATHANAZIO RAIMUNDO	10/11/2006	12,00	6,00	4,00	36,00	58,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0041877	GIOVANA GABRIELI VITAL DA SILVA	30/09/2000	14,00	2,00	4,00	36,00	56,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0041966	ALANNA CAROLINA ZAMBONINI	19/04/2007	12,00	4,00	4,00	36,00	56,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0041658	NADIR DE SOUZA TELES DE LIMA	07/05/1974	16,00	2,00	4,00	33,00	55,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0041782	STEFANI CAMPIOLO ZAFFALON	24/04/1999	14,00	2,00	4,00	33,00	53,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0041783	HENRIQUE GABRIEL DA SILVA FERREIRA	22/03/2004	14,00	2,00	4,00	30,00	50,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência
			8142 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - PITANGUEIRAS							
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041677	DEISE CRISTINA DANIEL	16/02/1987	14,00	8,00	6,00	51,00	79,00	1º	Aprovado	Afrodescendente
0041627	ELAINE CRISTINA ALVES	29/10/1987	8,00	2,00	4,00	54,00	68,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0042023	AMANDA OTILIA PIRES BERNAL	21/02/1996	12,00	4,00	4,00	48,00	68,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0041956	RAIMUNDA NONATA DE SOUZA RODRIGUES	18/12/1975	12,00	4,00	0,00	51,00	67,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0041756	GEISA DE ALMEIDA WESTPHAL	20/06/1986	16,00	4,00	2,00	45,00	67,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041765	LUCIENE MARIA DA COSTA	19/03/1971	10,00	8,00	2,00	42,00	62,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência

0041816	MARIA APARECIDA DE LIMA MELO	26/02/1972	10,00		0,00		0,00	45,00		55,00		7º		Classificado	Ampla Concorrência
0041971	JANETE APARECIDA DE LIMA PIOVEZAN	15/11/1980	6,00		0,00		4,00	45,00		55,00		8º		Classificado	Ampla Concorrência
				8143 - ADVOGADO(A) - PITANGUEIRAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**LPO**	**CG**		**CE**		**PD**	**PT**		**NOTA FINAL**		**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041724	DANIEL SOARES DE ANDRADE	04/04/1995	15,00	10,00		70,00		39,50	6,00		140,50		1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0041982	WILLIAM ARTUR PUSSI FILHO	01/10/1993	15,00	10,00		67,50		39,50	6,00		138,00		2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041533	PATRICIA NONOSE RIZZIERI	05/10/1992	15,00	10,00		72,50		36,50	3,00		137,00		3º	Classificado	Ampla Concorrência
0041524	GABRIEL SCOPARO DE OLIVEIRA SILVA	21/12/2001	15,00	10,00		70,00		36,00	3,00		134,00		4º	Classificado	Ampla Concorrência

0041580	ANGÉLICA GIMENES RESQUETTI BORAZIO	08/06/1990	15,00	10,00		70,00		35,50	3,00		133,50		5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041950	VINÍCIUS BARNEZE MACHADO	28/10/1983	12,00	8,00		70,00		39,50	3,00		132,50		6º	Classificado	Ampla Concorrência
0041681	DÉBORA TAIANY ROSA MALENTAQUE	01/02/1999	15,00	10,00		70,00		32,00	3,00		130,00		7º	Classificado	Ampla Concorrência
0041521	MARIA TEREZA ZOLYOMY TORRES	18/02/1997	15,00	10,00		67,50		31,50	4,50		128,50		8º	Classificado	Ampla Concorrência
0041647	ISABELLE GOMES DOS SANTOS	11/06/1996	12,00	10,00		65,00		38,50	3,00		128,50		9º	Classificado	Ampla Concorrência
0041659	JOAO PAULO FALAVINHA MARCON	05/10/1981	12,00	10,00		70,00		34,50	1,50		128,00		10º	Classificado	Ampla Concorrência
0041674	EDUARDO FERRAZ KOTSIFAS	08/09/1995	12,00	10,00		67,50		35,50	3,00		128,00		11º	Classificado	Ampla Concorrência
0041843	RODRIGO SERAFIM ESPASSO	12/09/1984	12,00	8,00		67,50		37,50	3,00		128,00		12º	Classificado	Ampla Concorrência
0041837	ARISTÓCRATES CARVALHO DOS SANTOS	29/12/1988	15,00	10,00		65,00		38,00	0,00		128,00		13º	Classificado	Ampla Concorrência
0041569	LETÍCIA ROSSI SUNAKOZAWA	31/10/1998	15,00	10,00		62,50		36,00	3,00		126,50		14º	Classificado	Ampla Concorrência
0042013	JOÃO PEDRO PETRICO TEIXEIRA	28/11/2000	12,00	10,00		70,00		31,00	3,00		126,00		15º	Classificado	Afrodescendente
0041779	MICHELE CRISTINA VIEZZI	26/11/1976	12,00	10,00		65,00		37,00	1,50		125,50		16º	Classificado	Ampla Concorrência
0041889	MATEUS HENRIQUE ANTICO	28/04/1996	12,00	10,00		65,00		35,50	3,00		125,50		17º	Classificado	Ampla Concorrência
0041992	DANIEL GERHARDS WEINERT	07/06/2003	15,00	10,00		67,50		32,00	-		124,50		18º	Classificado	Ampla Concorrência
0041548	GABRIEL MIAKI SOBREIRA	03/04/1995	12,00	10,00		67,50		33,00	1,50		124,00		19º	Classificado	Ampla Concorrência
0041757	LUÍS FERNANDO SILVA DA CUNHA	07/08/2001	12,00	10,00		62,50		36,50	3,00		124,00		20º	Classificado	Afrodescendente
0041931	DOUGLAS BARBETTO BAIAO	28/02/1987	15,00	10,00		67,50		28,00	3,00		123,50		21º	Classificado	Ampla Concorrência
0041745	MATHEUS VINICIOS ANTÉRIO	21/06/1998	15,00	8,00		65,00		31,00	3,00		122,00		22º	Classificado	Ampla Concorrência
0041827	RODRIGO DOURADO ALVES CRUZ FERREIRA	18/01/1992	12,00	10,00		65,00		31,50	3,00		121,50		23º	Classificado	Ampla Concorrência
0041608	THAYLA POMARI PRIORI	19/06/1996	12,00	10,00		65,00		32,50	1,50		121,00		24º	Classificado	Ampla Concorrência
0041945	MATHEUS LEITE SOUZA	19/04/1999	12,00	10,00		67,50		29,50	1,50		120,50		25º	Classificado	Ampla Concorrência
0041758	LUIS ROBERTO DE VASCONCELOS MAIA MANCINELLI	12/01/2002	15,00	8,00		60,00		34,50	3,00		120,50		26º	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
0041559	LUCAS VIANA PRUDENCIO	15/09/1993	12,00	10,00		60,00		36,50	1,50		120,00		27º	Classificado	Afrodescendente,PcD - Pessoa com Deficiência
0041532	LUIZ MATEUS DA CRUZ	22/07/1999	12,00	10,00		65,00		31,50	-		118,50		28º	Classificado	Afrodescendente

0041582	FABRICIO HENRIQUE SILVA HOLLATZ	17/05/1994	9,00		10,00	70,00	26,00		1,50	116,50		29º	Classificado	Ampla Concorrência
					8144 - CONTADOR(A) - PITANGUEIRAS									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**		**LPO**	**CG**	**CE**		**PT**		**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**		**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041612	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	05/04/1987		12,00	8,00	67,50		3,00		90,50	1º		Aprovado	Ampla Concorrência
0041598	FABIO CESAR SHIGUEOKA SAMEZIMA	01/09/1989		12,00	6,00	65,00		3,00		86,00	2º		Classificado	Ampla Concorrência
0041900	DIEISSON PILATTI HOFFMANN	16/12/1991		6,00	10,00	65,00		1,50		82,50	3º		Classificado	Ampla Concorrência
0041589	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	04/10/1978		3,00	8,00	67,50		3,00		81,50	4º		Classificado	Ampla Concorrência
0041534	BEATRIZ FERREIRA DONADELLI	15/09/1994		12,00	4,00	60,00		3,00		79,00	5º		Classificado	Ampla Concorrência
0041975	GABRIEL LAMEU	16/02/1988		9,00	8,00	60,00		1,50		78,50	6º		Classificado	Ampla Concorrência
0041709	MARCOS MARQUES MOTA	17/08/1988		9,00	6,00	60,00		3,00		78,00	7º		Classificado	Ampla Concorrência
0041905	LUCAS MATHEUS CAMPOS ALVARENGA	19/08/1998		9,00	10,00	57,50		-		76,50	8º		Classificado	Ampla Concorrência
0041929	RONALDO NOGUEIRA DOMINGOS GERVASIO	15/06/1995		9,00	4,00	62,50		-		75,50	9º		Classificado	Ampla Concorrência
0042022	MARIA LUIZA CASTILHO	30/10/2004		9,00	4,00	62,50		0,00		75,50	10º		Classificado	Ampla Concorrência
0041839	ROBERVAL BARBOSA SERPELONI	09/05/1966		6,00	6,00	55,00		-		67,00	11º		Classificado	Ampla Concorrência
0041789	KARINA RIBEIRO CAMPOS	21/10/1996		6,00	8,00	52,50		-		66,50	12º		Classificado	Ampla Concorrência
0041813	CARLOS ROBERTO PEREIRA	01/09/1968		6,00	4,00	55,00		-		65,00	13º		Classificado	Ampla Concorrência
0041928	HERCILIO AMBONI JUNIOR	17/09/1981		6,00	2,00	47,50		-		55,50	14º		Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:8FDC4CF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CONTABILIDADE
BO DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	96.005.120,00	119.962.239,65	21.851.655,38	51.427.105,86	68.535.133,79	15.985.755,46	44.906.641,29	75.055.598,36	42.283.342,20
DESPESAS CORRENTES	89.089.620,00	93.831.353,88	13.076.992,55	38.554.715,63	55.276.638,25	12.924.618,91	38.295.721,74	55.535.632,14	35.879.094,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.427.200,00	41.284.512,50	5.530.074,07	16.790.311,18	24.494.201,32	5.530.074,07	16.790.311,18	24.494.201,32	16.535.954,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	5.747,69	20.118,17	79.881,83	5.747,69	20.118,17	79.881,83	20.118,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.562.420,00	52.446.841,38	7.541.170,79	21.744.286,28	30.702.555,10	7.388.797,15	21.485.292,39	30.961.548,99	19.323.021,56
DESPESAS DE CAPITAL	6.515.500,00	25.730.885,77	8.774.662,83	12.872.390,23	12.858.495,54	3.061.136,55	6.610.919,55	19.119.966,22	6.404.248,03
INVESTIMENTOS	5.669.500,00	24.305.708,62	8.671.319,07	11.952.914,59	12.352.794,03	2.957.792,79	5.691.443,91	18.614.264,71	5.484.772,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	246.000,00	825.177,15	0,00	550.000,00	275.177,15	0,00	550.000,00	275.177,15	550.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	103.343,76	369.475,64	230.524,36	103.343,76	369.475,64	230.524,36	369.475,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	5.515.000,00	5.775.000,00	770.955,47	2.304.048,53	3.470.951,47	770.955,47	2.304.048,53	3.470.951,47	2.304.048,53
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	101.520.120,00	125.737.239,65	22.622.610,85	53.731.154,39	72.006.085,26	16.756.710,93	47.210.689,82	78.526.549,83	44.587.390,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.530.120,00	125.747.239,65	22.622.610,85	53.731.154,39	72.016.085,26	16.756.710,93	47.210.689,82	78.536.549,83	44.587.390,73
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.051.066,66	4.465.017,62	(4.465.017,62)	7.088.316,71
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.530.120,00	125.747.239,65	22.622.610,85	53.731.154,39	72.016.085,26	20.807.777,59	51.675.707,44	74.071.532,21	51.675.707,44
Entidades:									
Prefeitura Municipal de Planalto									

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:ADAAC38E

CONTABILIDADE
FUNÇAO SUBFUNÇAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
MAIO A JUNHO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	96.015.120,00	119.972.239,65	21.851.655,38	51.427.105,86	95,71	68.545.133,79	15.985.755,46	44.906.641,29	95,12	75.065.598,36
LEGISLATIVA	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
ADMINISTRAÇÃO	11.958.500,00	13.214.559,16	1.458.994,84	5.690.519,09	10,59	7.524.040,07	1.443.544,84	5.675.069,09	12,02	7.539.490,07
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.338.500,00	11.594.559,16	1.227.048,90	4.859.207,08	9,04	6.735.352,08	1.211.598,90	4.843.757,08	10,26	6.750.802,08
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	365.000,00	365.000,00	66.975,08	180.753,45	0,34	184.246,55	66.975,08	180.753,45	0,38	184.246,55
CONTROLE INTERNO	440.000,00	440.000,00	55.879,41	260.964,75	0,49	179.035,25	55.879,41	260.964,75	0,55	179.035,25
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	720.000,00	720.000,00	109.091,45	389.593,81	0,73	330.406,19	109.091,45	389.593,81	0,83	330.406,19
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.498.000,00	3.250.548,40	380.616,76	1.216.430,36	2,26	2.034.118,04	385.528,99	1.214.457,16	2,57	2.036.091,24
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	330.000,00	751.727,54	71.767,31	313.913,78	0,58	437.813,76	76.679,54	313.913,78	0,66	437.813,76
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	6.571,48	0,01	28.428,52	0,00	6.571,48	0,01	28.428,52

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	250.000,00	455.050,21	66.097,44	149.238,26	0,28	305.811,95	66.097,44	149.238,26	0,32	305.811,95
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.883.000,00	2.008.770,65	242.752,01	746.706,84	1,39	1.262.063,81	242.752,01	744.733,64	1,58	1.264.037,01
SAÚDE	25.573.261,10	31.239.132,05	4.487.265,89	12.768.136,39	23,76	18.470.995,66	4.529.981,29	12.718.365,49	26,94	18.520.766,56
ATENÇÃO BÁSICA	15.412.000,00	20.970.310,97	2.617.486,27	8.148.542,58	15,17	12.821.768,39	2.666.761,67	8.105.331,68	17,17	12.864.979,29
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	9.846.261,10	9.933.948,60	1.853.533,77	4.533.692,84	8,44	5.400.255,76	1.853.533,77	4.533.692,84	9,60	5.400.255,76
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	285.000,00	304.872,48	16.245,85	81.919,37	0,15	222.953,11	9.685,85	75.359,37	0,16	229.513,11
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	30.000,00	30.000,00	0,00	3.981,60	0,01	26.018,40	0,00	3.981,60	0,01	26.018,40
EDUCAÇÃO	28.703.612,89	29.407.156,32	4.418.827,84	12.696.159,94	23,63	16.710.996,38	4.175.940,54	12.373.768,34	26,21	17.033.387,98
ENSINO FUNDAMENTAL	25.573.612,89	26.277.156,32	4.030.413,02	11.835.696,12	22,03	14.441.460,20	3.791.955,72	11.517.734,52	24,40	14.759.421,80
ENSINO SUPERIOR	75.000,00	75.000,00	22.760,00	48.500,00	0,09	26.500,00	22.760,00	48.500,00	0,10	26.500,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.755.000,00	2.755.000,00	355.330,02	756.752,07	1,41	1.998.247,93	352.236,02	753.658,07	1,60	2.001.341,93
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	185.000,00	185.000,00	8.988,80	48.219,29	0,09	136.780,71	8.988,80	48.219,29	0,10	136.780,71
EDUCAÇÃO ESPECIAL	115.000,00	115.000,00	1.336,00	6.992,46	0,01	108.007,54	0,00	5.656,46	0,01	109.343,54
CULTURA	1.515.000,00	1.632.836,39	219.617,17	595.048,10	1,11	1.037.788,29	219.617,17	595.048,10	1,26	1.037.788,29
DIFUSÃO CULTURAL	1.515.000,00	1.632.836,39	219.617,17	595.048,10	1,11	1.037.788,29	219.617,17	595.048,10	1,26	1.037.788,29
DIREITOS DA CIDADANIA	290.000,00	443.814,00	74.431,24	217.876,42	0,41	225.937,58	74.431,24	217.876,42	0,46	225.937,58
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	290.000,00	443.814,00	74.431,24	217.876,42	0,41	225.937,58	74.431,24	217.876,42	0,46	225.937,58
URBANISMO	6.610.346,01	16.891.893,21	8.343.671,10	10.593.474,40	19,72	6.298.418,81	3.329.953,33	5.228.368,73	11,07	11.663.524,48
SERVIÇOS URBANOS	5.675.346,01	15.984.853,21	8.161.761,57	10.358.340,72	19,28	5.626.512,49	3.148.043,80	4.993.235,05	10,58	10.991.618,16
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	935.000,00	907.040,00	181.909,53	235.133,68	0,44	671.906,32	181.909,53	235.133,68	0,50	671.906,32
HABITAÇÃO	230.000,00	257.960,00	68.156,70	68.156,70	0,13	189.803,30	68.156,70	68.156,70	0,14	189.803,30
INFRA-ESTRUTURA URBANA	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
HABITAÇÃO URBANA	90.000,00	117.960,00	68.156,70	68.156,70	0,13	49.803,30	68.156,70	68.156,70	0,14	49.803,30
GESTÃO AMBIENTAL	1.060.000,00	1.425.569,09	237.068,83	700.900,57	1,30	724.668,52	237.068,83	700.900,57	1,48	724.668,52
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.060.000,00	1.425.569,09	237.068,83	700.900,57	1,30	724.668,52	237.068,83	700.900,57	1,48	724.668,52
AGRICULTURA	2.952.400,00	4.639.002,05	396.093,39	1.754.837,49	3,27	2.884.164,56	430.109,19	1.680.853,29	3,56	2.958.148,76
EXTENSÃO RURAL	2.937.400,00	4.624.002,05	395.893,59	1.754.637,69	3,27	2.869.364,36	429.909,39	1.680.653,49	3,56	2.943.348,56
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	199,80	199,80	0,00	14.800,20	199,80	199,80	0,00	14.800,20
INDÚSTRIA	640.000,00	640.000,00	40.800,13	184.058,44	0,34	455.941,56	40.800,13	184.058,44	0,39	455.941,56
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	640.000,00	640.000,00	40.800,13	184.058,44	0,34	455.941,56	40.800,13	184.058,44	0,39	455.941,56
TRANSPORTE	9.164.000,00	9.888.920,20	767.727,83	3.477.356,56	6,47	6.411.563,64	757.138,55	3.450.466,56	7,31	6.438.453,64
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	9.164.000,00	9.888.920,20	767.727,83	3.477.356,56	6,47	6.411.563,64	757.138,55	3.450.466,56	7,31	6.438.453,64
DESPORTO E LAZER	1.720.000,00	3.940.848,78	958.383,66	1.464.151,40	2,72	2.476.697,38	293.484,66	799.252,40	1,69	3.141.596,38
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.520.000,00	1.520.000,00	303.383,66	742.399,32	1,38	777.600,68	293.484,66	732.500,32	1,55	787.499,68
LAZER	200.000,00	2.420.848,78	655.000,00	721.752,08	1,34	1.699.096,70	0,00	66.752,08	0,14	2.354.096,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.515.000,00	5.775.000,00	770.955,47	2.304.048,53	4,29	3.470.951,47	770.955,47	2.304.048,53	4,88	3.470.951,47
TOTAL III = (I +	101.530.120,00	125.747.239,65	22.622.610,85	53.731.154,39	100,00	72.016.085,26	16.756.710,93	47.210.689,82	100,00	78.536.549,83
Entidades:										
Prefeitura Municipal de Planalto										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 14/07/2026 15:41										

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:E97218A2

CONTABILIDADE
PESSOAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea		1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS	**INSCRITAS EM RESTOS A**

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.951.170,89	2.957.591,04	2.931.286,65	2.976.281,38	2.975.245,97	5.886.679,23	3.290.415,40	3.119.558,44	3.117.667,46	3.265.688,87	3.114.120,88	3.186.908,66	39.772.614,87	0,00
Pessoal Ativo	2.951.170,89	2.957.591,04	2.931.286,65	2.976.281,38	2.975.245,97	5.886.679,23	3.290.415,40	3.119.558,44	3.117.667,46	3.265.688,87	3.114.120,88	3.186.908,66	39.772.614,87	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.432.077,48	2.454.899,73	2.423.864,23	2.452.238,30	2.460.935,09	4.782.899,50	2.751.233,99	2.558.999,21	2.545.090,83	2.692.446,90	2.541.405,61	2.607.783,55	32.703.874,42	0,00
Obrigações Patronais	519.093,41	502.691,31	507.422,42	524.043,08	514.310,88	1.103.779,73	539.181,41	560.559,23	572.576,63	573.241,97	572.715,27	579.125,11	7.068.740,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	123.223,15	87.331,71	103.632,79	103.324,68	99.516,20	202.980,34	110.160,48	119.361,66	90.816,18	108.882,77	101.387,37	113.804,78	1.364.422,11	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	123.223,15	87.331,71	103.632,79	103.324,68	99.516,20	200.943,38	110.160,48	119.361,66	90.816,18	108.882,77	101.387,37	113.804,78	1.362.385,15	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,96	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.827.947,74	2.870.259,33	2.827.653,86	2.872.956,70	2.875.729,77	5.683.698,89	3.180.254,92	3.000.196,78	3.026.851,28	3.156.806,10	3.012.733,51	3.073.103,88	38.408.192,76	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.714.929,97	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.550.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.345.444,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	82.819.485,97	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	38.408.192,76	46,38%

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	44.722.522,42	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	42.486.396,30	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	40.250.270,18	48,6%
Entidades:		
Prefeitura Municipal de Planalto		

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:9835CD2A

CONTABILIDADE
PUBLICO PRIVADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00

Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	86.126.854,51	45.489.817,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Prefeitura Municipal de Planalto											

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:D8BF96B0

CONTABILIDADE
RAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
MAIO A JUNHO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) -**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**1.131,74**	**1.392.600,32**	**1.382.050,25**	**10.449,47**	**1.232,34**	**1.453.461,03**	**4.211.158,52**	**2.285.233,21**	**2.285.233,21**	**1.011.200,00**	**2.368.186,34**	**2.369.418,68**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Planalto	**1.131,74**	**1.392.600,32**	**1.382.050,25**	**10.449,47**	**1.232,34**	**1.453.461,03**	**4.211.158,52**	**2.285.233,21**	**2.285.233,21**	**1.011.200,00**	**2.368.186,34**	**2.369.418,68**
Gabinete do Prefeito	0,00	2.386,38	2.386,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração	480,00	35.103,09	35.102,99	0,00	480,10	0,00	216,30	0,00	0,00	0,00	216,30	696,40
Secretaria de Finanças	0,00	3.206,57	3.206,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	47.527,23	47.527,23	0,00	0,00	1.453.461,03	1.400.797,84	1.225.945,25	1.225.945,25	0,00	1.628.313,62	1.628.313,62
Secretaria de Serviços Rodoviários	0,00	976.377,47	976.377,47	0,00	0,00	0,00	1.820.084,18	576.355,49	576.355,49	612.800,00	630.928,69	630.928,69
Secretaria de Educação	0,00	206.281,31	196.160,81	10.120,00	0,50	0,00	65.106,00	5.040,00	5.040,00	0,00	60.066,00	60.066,50
Secretaria de Esporte	591,34	1.730,48	1.730,48	0,00	591,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591,34
Secretaria de Saúde	60,40	101.552,26	101.452,26	0,00	160,40	0,00	25.518,45	2.692,47	2.692,47	16.400,00	6.425,98	6.586,38
Secretaria de Assistência social	0,00	8.805,96	8.805,96	0,00	0,00	0,00	1.875,75	0,00	0,00	0,00	1.875,75	1.875,75
Secretaria de Agricultura	0,00	1.915,75	1.586,28	329,47	0,00	0,00	897.560,00	475.200,00	475.200,00	382.000,00	40.360,00	40.360,00
Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo	0,00	2.121,24	2.121,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Cultura	0,00	5.592,58	5.592,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.444,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.444,94**	**39.444,94**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Planalto	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.444,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**39.444,94**	**39.444,94**
Secretaria de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.444,94	0,00	0,00	0,00	0,00	39.444,94	39.444,94
TOTAL (III) =	**1.131,74**	**1.392.600,32**	**1.382.050,25**	**10.449,47**	**1.232,34**	**1.492.905,97**	**4.211.158,52**	**2.285.233,21**	**2.285.233,21**	**1.011.200,00**	**2.407.631,28**	**2.408.863,62**
Entidades:												

Prefeitura Municipal de Planalto

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:25180CF0

CONTABILIDADE
RCL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2025 A JUNHO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													Previsão atualiza 2026
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.887.066,51	6.827.906,40	7.769.453,69	7.295.735,28	8.004.282,13	9.977.450,02	8.696.127,56	8.262.851,85	7.283.833,41	7.950.773,93	9.686.834,88	9.787.989,50	100.430.305,16	118.875.150,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.556.082,25	703.354,60	742.792,32	795.329,34	600.809,31	1.005.883,69	415.092,53	499.422,68	582.964,44	607.635,19	564.021,18	777.781,41	8.851.168,94	9.925.073,99
IPTU	531.248,60	75.929,82	68.622,32	29.131,66	19.276,27	32.940,54	19.007,66	14.143,82	15.004,12	11.968,44	17.177,49	163.916,44	998.367,18	1.436.000,00
ISS	274.575,33	218.287,81	206.881,93	272.939,06	228.334,81	402.928,62	187.274,99	182.447,27	246.767,36	187.122,23	202.234,40	191.095,60	2.800.889,41	2.741.000,00
ITBI	152.389,30	89.949,75	159.147,46	197.467,59	83.277,69	88.011,84	15.923,42	56.697,34	65.844,00	104.305,04	42.041,07	74.292,62	1.129.347,12	1.200.073,99
IRRF	253.319,06	263.488,57	253.241,03	273.346,03	247.759,34	461.034,84	175.895,26	228.854,12	238.793,82	223.051,92	217.779,23	221.286,52	3.057.849,74	3.318.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	344.549,96	55.698,65	54.899,58	22.445,00	22.161,20	20.967,85	16.991,20	17.280,13	16.555,14	81.187,56	84.788,99	127.190,23	864.715,49	1.230.000,00
Contribuições	186.499,13	102.799,77	102.298,14	95.799,09	96.186,89	3.492,80	109.352,97	123.398,94	121.355,39	136.194,11	145.484,65	155.197,34	1.378.059,22	1.647.000,00
Receita patrimonial	74.779,55	83.409,62	94.324,40	72.979,28	97.039,75	166.552,25	111.076,28	101.352,64	90.551,50	83.459,48	86.570,35	102.157,18	1.164.252,28	619.546,01
Rendimentos de Aplicação Financeira	73.606,84	82.623,45	93.763,45	72.520,29	96.784,85	166.450,29	111.076,28	101.352,64	90.551,50	83.459,48	86.570,35	102.157,18	1.160.916,60	589.546,01
Outras Receitas Patrimoniais	1.172,71	786,17	560,95	458,99	254,90	101,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.335,68	30.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	2.559,54	11.256,50	5.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.194,40	90.890,79	112.297,07	1.359,37	250.757,67	22.000,00
Transferências correntes	7.014.713,71	5.903.556,21	6.802.489,88	6.323.649,57	7.194.583,61	8.790.046,11	8.040.971,92	7.519.655,59	6.407.994,65	7.017.994,49	8.769.854,11	8.737.980,70	88.523.490,55	106.504.174,00
Cota parte do FPM	3.240.814,06	2.497.477,69	3.169.078,75	2.125.389,79	2.889.126,80	4.652.570,71	2.953.225,60	3.713.089,29	2.248.500,30	2.647.390,66	3.204.183,23	3.375.899,78	36.716.746,66	41.750.000,00
Cota parte do ICMS	2.038.796,15	1.637.051,20	2.012.985,58	1.823.774,75	1.699.419,98	2.155.341,91	1.977.715,76	1.584.555,55	2.200.012,77	2.034.416,81	1.651.379,62	2.136.848,81	22.952.298,89	28.000.000,00
Cota parte do IPVA	72.931,11	67.219,42	82.385,38	42.236,70	32.303,64	63.963,55	1.138.440,04	238.849,04	241.569,67	199.677,61	185.494,63	58.009,58	2.423.080,37	8.000.000,00
Cota parte do ITR	141,71	1.550,90	9.278,53	23.045,17	485,34	233,30	794,17	334,80	710,86	325,85	160,92	282,24	37.343,79	11.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	24.175,40	26.704,48	28.319,54	27.158,63	26.842,55	32.514,45	26.232,08	27.527,82	27.249,90	23.971,32	28.806,44	40.571,06	340.073,67	369.000,00
Transferências do FUNDEB	920.562,24	978.887,43	756.091,04	1.078.089,52	964.988,59	1.148.083,87	1.394.995,04	1.005.538,16	982.510,45	1.132.789,70	1.205.447,71	1.220.246,45	12.788.230,20	16.374.000,00
Outras transferências correntes	717.293,04	694.665,09	744.351,06	1.203.955,01	1.581.416,71	737.338,32	549.569,23	949.760,93	707.440,70	979.422,54	2.494.381,56	1.906.122,78	13.265.716,97	12.000.174,00
Outras receitas correntes	52.432,33	23.529,70	22.548,95	7.778,00	15.662,57	11.475,17	19.633,86	19.022,00	53.773,03	14.599,87	8.607,52	13.513,50	262.576,50	157.356,29
DEDUÇÕES (II)	805.763,10	845.950,46	829.845,51	808.320,96	929.635,65	1.102.614,64	1.219.281,48	1.112.871,23	943.608,63	981.156,38	1.014.004,92	1.122.322,23	11.715.375,19	15.276.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	805.763,10	845.950,46	829.845,51	808.320,96	929.635,65	1.102.614,64	1.219.281,48	1.112.871,23	943.608,63	981.156,38	1.014.004,92	1.122.322,23	11.715.375,19	15.276.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.081.303,41	5.981.955,94	6.939.608,18	6.487.414,32	7.074.646,48	8.874.835,38	7.476.846,08	7.149.980,62	6.340.224,78	6.969.617,55	8.672.829,96	8.665.667,27	88.714.929,97	103.599.150,29
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	600.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	100.000,00	1.800.000,00	850.000,00	4.550.000,00	2.950.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	8.081.303,41	5.981.955,94	6.939.608,18	5.887.414,32	6.074.646,48	8.874.835,38	7.476.846,08	6.949.980,62	6.340.224,78	6.869.617,55	6.872.829,96	7.815.667,27	84.164.929,97	100.649.150,29
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	103.224,00	103.224,00	103.224,00	103.224,00	100.188,00	203.412,00	106.986,00	106.986,00	94.018,00	106.986,00	106.986,00	106.986,00	1.345.444,00	2.304.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	7.978.079,41	5.878.731,94	6.836.384,18	5.784.190,32	5.974.458,48	8.671.423,38	7.369.860,08	6.842.994,62	6.246.206,78	6.762.631,55	6.765.843,96	7.708.681,27	82.819.485,97	98.345.150,29

Entidades: | Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 14/07/2026 15:49

Prefeitura Municipal de Planalto

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:A087D214

CONTABILIDADE
SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.695.073,99	8.695.073,99	3.102.924,18	35,69
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.436.000,00	1.436.000,00	241.217,97	16,80
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.200.073,99	1.200.073,99	359.103,49	29,92
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.741.000,00	2.741.000,00	1.196.941,85	43,67
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.318.000,00	3.318.000,00	1.305.660,87	39,35
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.380.000,00	76.380.000,00	31.966.226,21	41,85
Cota-Parte FPM	40.000.000,00	40.000.000,00	18.142.288,86	45,36
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	2.608,84	23,72
Cota-Parte IPVA	8.000.000,00	8.000.000,00	2.062.040,57	25,78
Cota-Parte ICMS	28.000.000,00	28.000.000,00	11.584.929,32	41,37
Cota-Parte IPI-Exportação	369.000,00	369.000,00	174.358,62	47,25
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	85.075.073,99	85.075.073,99	35.069.150,39	41,22

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	11.975.000,	11.975.389,	4.662.858,82	38,94	4.647.458,00	38,81	4.521.950,91	37,76
Despesas Correntes	11.675.000,	11.675.389,	4.661.268,82	39,92	4.645.868,00	39,79	4.520.360,91	38,72
Despesas de Capital	300.000,00	300.000,00	1.590,00	0,53	1.590,00	0,53	1.590,00	0,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.686.261,1	5.762.057,9	4.448.380,34	77,20	4.448.380,34	77,20	4.325.101,68	75,06
Despesas Correntes	9.661.261,1	5.737.057,9	4.446.674,06	77,51	4.446.674,06	77,51	4.323.679,78	75,36
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	1.706,28	6,83	1.706,28	6,83	1.421,90	5,69
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	30.000,00	30.000,00	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	21.691.261,	17.767.447,	9.115.220,76	51,30	9.099.819,94	51,22	8.851.034,19	49,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	9.115.220,76	9.099.819,94	8.851.034,19
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	9.115.220,76	9.099.819,94	8.851.034,19
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.260.372,56
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	3.854.848,20	3.839.447,38	3.590.661,63
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	25,99	25,95	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	5.260.372,5	9.115.220,7	3.854.848,2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.854.848,2
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	5.372.000,00	8.687.274,00	5.632.754,40	64,84
Proveniente da União	5.272.000,00	8.272.000,00	5.230.480,40	63,23
Proveniente dos Estados	100.000,00	415.274,00	402.274,00	96,87
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	170.810,56	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	5.372.000,00	8.687.274,00	5.803.564,96	66,81

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.512.000,0	10.069.921,	3.595.534,24	35,71	3.567.724,16	35,43	3.436.583,99	34,13
Despesas Correntes	4.512.000,0	8.217.593,4	3.098.491,72	37,71	3.098.461,64	37,71	2.969.559,47	36,14
Despesas de Capital	0,00	1.852.328,4	497.042,52	26,83	469.262,52	25,33	467.024,52	25,21
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	160.000,00	247.687,50	85.312,50	34,44	85.312,50	34,44	85.312,50	34,44
Despesas Correntes	160.000,00	247.687,50	85.312,50	34,44	85.312,50	34,44	85.312,50	34,44
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	300.000,00	319.872,48	81.919,37	25,61	75.359,37	23,56	75.264,37	23,53
Despesas Correntes	270.000,00	183.079,03	35.551,37	19,42	35.551,37	19,42	35.456,37	19,37
Despesas de Capital	30.000,00	136.793,45	46.368,00	33,90	39.808,00	29,10	39.808,00	29,10
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.972.000,0	10.637.481,	3.762.766,11	35,37	3.728.396,03	35,05	3.597.160,86	33,82

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	16.487.000,	22.045.310,	8.258.393,06	37,46	8.215.182,16	37,26	7.958.534,90	36,10
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	9.846.261,1	6.009.745,4	4.533.692,84	75,44	4.533.692,84	75,44	4.410.414,18	73,39
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	300.000,00	319.872,48	81.919,37	25,61	75.359,37	23,56	75.264,37	23,53
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	30.000,00	30.000,00	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27	3.981,60	13,27
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	26.663.261,	28.404.928,	12.877.986,87	45,34	12.828.215,97	45,16	12.448.195,05	43,82
Entidades:								
Prefeitura Municipal de Planalto								

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:0716531F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ANEXO DA LEI N°2.126 REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

TABELA DE VENCIMENTOS -																			
ANEXO VI- GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS - GOSG																			
CARGOS: **AGENTE DE MANUTENÇAO E CONSERVAÇÃO, COZINHEIRA, GARI, VIGIA, ZELADORA - GOSG1**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**1.621,00**	**1.640,45**	**1.660,14**	**1.680,06**	**1.700,22**	**1.720,62**	**1.741,27**	**1.762,17**	**1.783,31**	**1.804,71**	**1.826,37**	**1.848,28**	**1.870,46**	**1.892,91**	**1.915,62**	**1.938,61**	**1.961,87**	**1.985,42**	**2.009,24**
B	**1.669,63**	**1.689,67**	**1.709,94**	**1.730,46**	**1.751,23**	**1.772,24**	**1.793,51**	**1.815,03**	**1.836,81**	**1.858,85**	**1.881,16**	**1.903,73**	**1.926,58**	**1.949,70**	**1.973,09**	**1.996,77**	**2.020,73**	**2.044,98**	**2.069,52**
C	**1.753,11**	**1.774,15**	**1.795,44**	**1.816,98**	**1.838,79**	**1.860,85**	**1.883,18**	**1.905,78**	**1.928,65**	**1.951,79**	**1.975,22**	**1.998,92**	**2.022,91**	**2.047,18**	**2.071,75**	**2.096,61**	**2.121,77**	**2.147,23**	**2.173,00**
D	**1.840,77**	**1.862,86**	**1.885,21**	**1.907,83**	**1.930,73**	**1.953,90**	**1.977,34**	**2.001,07**	**2.025,08**	**2.049,38**	**2.073,98**	**2.098,86**	**2.124,05**	**2.149,54**	**2.175,33**	**2.201,44**	**2.227,86**	**2.254,59**	**2.281,64**
E	**2.024,84**	**2.049,14**	**2.073,73**	**2.098,62**	**2.123,80**	**2.149,29**	**2.175,08**	**2.201,18**	**2.227,59**	**2.254,32**	**2.281,37**	**2.308,75**	**2.336,46**	**2.364,49**	**2.392,87**	**2.421,58**	**2.450,64**	**2.480,05**	**2.509,81**
F	**2.328,57**	**2.356,51**	**2.384,79**	**2.413,41**	**2.442,37**	**2.471,68**	**2.501,34**	**2.531,35**	**2.561,73**	**2.592,47**	**2.623,58**	**2.655,06**	**2.686,92**	**2.719,17**	**2.751,80**	**2.784,82**	**2.818,24**	**2.852,06**	**2.886,28**
G	**2.677,86**	**2.709,99**	**2.742,51**	**2.775,42**	**2.808,73**	**2.842,43**	**2.876,54**	**2.911,06**	**2.945,99**	**2.981,34**	**3.017,12**	**3.053,32**	**3.089,96**	**3.127,04**	**3.164,57**	**3.202,54**	**3.240,97**	**3.279,86**	**3.319,22**
H	**3.213,43**	**3.251,99**	**3.291,01**	**3.330,50**	**3.370,47**	**3.410,92**	**3.451,85**	**3.493,27**	**3.535,19**	**3.577,61**	**3.620,54**	**3.663,99**	**3.707,96**	**3.752,45**	**3.797,48**	**3.843,05**	**3.889,17**	**3.935,84**	**3.983,07**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
A	**2.033,35**	**2.057,75**	**2.082,45**	**2.107,44**	**2.132,72**	**2.158,32**	**2.184,22**	**2.210,43**	**2.236,95**	**2.263,80**	**2.290,96**	**2.318,45**	**2.346,27**	**2.374,43**	**2.402,92**	**2.431,76**	**2.460,94**	**2.490,47**	**2.520,36**
B	**2.094,35**	**2.119,49**	**2.144,92**	**2.170,66**	**2.196,71**	**2.223,07**	**2.249,74**	**2.276,74**	**2.304,06**	**2.331,71**	**2.359,69**	**2.388,01**	**2.416,66**	**2.445,66**	**2.475,01**	**2.504,71**	**2.534,77**	**2.565,18**	**2.595,97**
C	**2.199,07**	**2.225,46**	**2.252,17**	**2.279,19**	**2.306,54**	**2.334,22**	**2.362,23**	**2.390,58**	**2.419,26**	**2.448,30**	**2.477,68**	**2.507,41**	**2.537,50**	**2.567,95**	**2.598,76**	**2.629,95**	**2.661,51**	**2.693,44**	**2.725,77**
D	**2.309,02**	**2.336,73**	**2.364,77**	**2.393,15**	**2.421,87**	**2.450,93**	**2.480,34**	**2.510,11**	**2.540,23**	**2.570,71**	**2.601,56**	**2.632,78**	**2.664,37**	**2.696,34**	**2.728,70**	**2.761,44**	**2.794,58**	**2.828,12**	**2.862,05**
E	**2.539,93**	**2.570,41**	**2.601,25**	**2.632,47**	**2.664,06**	**2.696,02**	**2.728,38**	**2.761,12**	**2.794,25**	**2.827,78**	**2.861,72**	**2.896,06**	**2.930,81**	**2.965,98**	**3.001,57**	**3.037,59**	**3.074,04**	**3.110,93**	**3.148,26**
F	**2.920,92**	**2.955,97**	**2.991,44**	**3.027,34**	**3.063,66**	**3.100,43**	**3.137,63**	**3.175,28**	**3.213,39**	**3.251,95**	**3.290,97**	**3.330,46**	**3.370,43**	**3.410,87**	**3.451,81**	**3.493,23**	**3.535,15**	**3.577,57**	**3.620,50**
G	**3.359,05**	**3.399,36**	**3.440,15**	**3.481,43**	**3.523,21**	**3.565,49**	**3.608,28**	**3.651,58**	**3.695,40**	**3.739,74**	**3.784,62**	**3.830,03**	**3.875,99**	**3.922,51**	**3.969,58**	**4.017,21**	**4.065,42**	**4.114,20**	**4.163,57**
H	**4.030,86**	**4.079,23**	**4.128,18**	**4.177,72**	**4.227,86**	**4.278,59**	**4.329,93**	**4.381,89**	**4.434,48**	**4.487,69**	**4.541,54**	**4.596,04**	**4.651,19**	**4.707,01**	**4.763,49**	**4.820,65**	**4.878,50**	**4.937,04**	**4.996,29**
CARGO: **ZELADOR PREDIAL - GOSG2**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**1.666,06**	**1.686,05**	**1.706,29**	**1.726,76**	**1.747,48**	**1.768,45**	**1.789,67**	**1.811,15**	**1.832,88**	**1.854,88**	**1.877,14**	**1.899,66**	**1.922,46**	**1.945,53**	**1.968,87**	**1.992,50**	**2.016,41**	**2.040,61**	**2.065,09**
B	**1.716,06**	**1.736,63**	**1.757,47**	**1.778,56**	**1.799,91**	**1.821,51**	**1.843,36**	**1.865,48**	**1.887,87**	**1.910,52**	**1.933,45**	**1.956,65**	**1.980,13**	**2.003,89**	**2.027,94**	**2.052,27**	**2.076,90**	**2.101,83**	**2.127,05**
C	**1.801,86**	**1.823,47**	**1.845,35**	**1.867,49**	**1.889,90**	**1.912,58**	**1.935,53**	**1.958,76**	**1.982,26**	**2.006,05**	**2.030,12**	**2.054,48**	**2.079,14**	**2.104,09**	**2.129,34**	**2.154,89**	**2.180,75**	**2.206,92**	**2.233,40**
D	**1.891,94**	**1.914,64**	**1.937,61**	**1.960,87**	**1.984,40**	**2.008,21**	**2.032,31**	**2.056,70**	**2.081,38**	**2.106,35**	**2.131,63**	**2.157,21**	**2.183,09**	**2.209,29**	**2.235,80**	**2.262,63**	**2.289,78**	**2.317,26**	**2.345,07**

E	**2.081,14**	**2.106,10**	**2.131,38**	**2.156,95**	**2.182,84**	**2.209,03**	**2.235,54**	**2.262,37**	**2.289,51**	**2.316,99**	**2.344,79**	**2.372,93**	**2.401,40**	**2.430,22**	**2.459,38**	**2.488,90**	**2.518,76**	**2.548,99**	**2.579,58**
F	**2.393,31**	**2.422,02**	**2.451,08**	**2.480,50**	**2.510,26**	**2.540,39**	**2.570,87**	**2.601,72**	**2.632,94**	**2.664,54**	**2.696,51**	**2.728,87**	**2.761,62**	**2.794,75**	**2.828,29**	**2.862,23**	**2.896,58**	**2.931,34**	**2.966,51**
G	**2.752,31**	**2.785,33**	**2.818,76**	**2.852,58**	**2.886,80**	**2.921,44**	**2.956,50**	**2.991,98**	**3.027,88**	**3.064,22**	**3.100,99**	**3.138,20**	**3.175,86**	**3.213,97**	**3.252,54**	**3.291,57**	**3.331,06**	**3.371,04**	**3.411,49**
H	**3.302,77**	**3.342,40**	**3.382,51**	**3.423,10**	**3.464,16**	**3.505,73**	**3.547,80**	**3.590,37**	**3.633,46**	**3.677,06**	**3.721,18**	**3.765,84**	**3.811,03**	**3.856,76**	**3.903,04**	**3.949,88**	**3.997,28**	**4.045,24**	**4.093,79**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
A	**2.089,88**	**2.114,95**	**2.140,33**	**2.166,02**	**2.192,01**	**2.218,31**	**2.244,93**	**2.271,87**	**2.299,14**	**2.326,72**	**2.354,65**	**2.382,90**	**2.411,50**	**2.440,43**	**2.469,72**	**2.499,36**	**2.529,35**	**2.559,70**	**2.590,42**
B	**2.152,57**	**2.178,40**	**2.204,54**	**2.231,00**	**2.257,77**	**2.284,86**	**2.312,28**	**2.340,03**	**2.368,11**	**2.396,53**	**2.425,28**	**2.454,39**	**2.483,84**	**2.513,65**	**2.543,81**	**2.574,34**	**2.605,23**	**2.636,49**	**2.668,13**
C	**2.260,20**	**2.287,32**	**2.314,77**	**2.342,55**	**2.370,66**	**2.399,11**	**2.427,90**	**2.457,03**	**2.486,51**	**2.516,35**	**2.546,55**	**2.577,11**	**2.608,03**	**2.639,33**	**2.671,00**	**2.703,05**	**2.735,49**	**2.768,32**	**2.801,54**
D	**2.373,21**	**2.401,69**	**2.430,51**	**2.459,68**	**2.489,19**	**2.519,06**	**2.549,29**	**2.579,88**	**2.610,84**	**2.642,17**	**2.673,88**	**2.705,96**	**2.738,43**	**2.771,30**	**2.804,55**	**2.838,21**	**2.872,26**	**2.906,73**	**2.941,61**
E	**2.610,53**	**2.641,86**	**2.673,56**	**2.705,64**	**2.738,11**	**2.770,97**	**2.804,22**	**2.837,87**	**2.871,92**	**2.906,39**	**2.941,26**	**2.976,56**	**3.012,28**	**3.048,43**	**3.085,01**	**3.122,03**	**3.159,49**	**3.197,40**	**3.235,79**
F	**3.002,10**	**3.038,14**	**3.074,59**	**3.111,49**	**3.148,83**	**3.186,61**	**3.224,85**	**3.263,55**	**3.302,71**	**3.342,35**	**3.382,45**	**3.423,04**	**3.464,12**	**3.505,69**	**3.547,76**	**3.590,33**	**3.633,41**	**3.677,02**	**3.721,16**
G	**3.452,42**	**3.493,84**	**3.535,77**	**3.578,20**	**3.621,15**	**3.664,60**	**3.708,58**	**3.753,08**	**3.798,12**	**3.843,70**	**3.889,82**	**3.936,50**	**3.983,74**	**4.031,54**	**4.079,92**	**4.128,88**	**4.178,43**	**4.228,57**	**4.279,33**
H	**4.142,90**	**4.192,61**	**4.242,92**	**4.293,84**	**4.345,38**	**4.397,53**	**4.450,30**	**4.503,70**	**4.557,74**	**4.612,44**	**4.667,79**	**4.723,80**	**4.780,49**	**4.837,85**	**4.895,91**	**4.954,66**	**5.014,11**	**5.074,28**	**5.135,20**
CARGOS: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VEICULOS, ELETRICISTA, LAVADOR DE VEICULOS - GOSG3**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**2.322,45**	**2.350,32**	**2.378,52**	**2.407,07**	**2.435,95**	**2.465,18**	**2.494,76**	**2.524,70**	**2.555,00**	**2.585,66**	**2.616,69**	**2.648,09**	**2.679,86**	**2.712,02**	**2.744,57**	**2.777,50**	**2.810,83**	**2.844,56**	**2.878,69**
B	**2.392,12**	**2.420,83**	**2.449,88**	**2.479,28**	**2.509,03**	**2.539,14**	**2.569,61**	**2.600,44**	**2.631,65**	**2.663,23**	**2.695,19**	**2.727,53**	**2.760,26**	**2.793,38**	**2.826,90**	**2.860,82**	**2.895,15**	**2.929,90**	**2.965,06**
C	**2.511,73**	**2.541,87**	**2.572,37**	**2.603,24**	**2.634,48**	**2.666,09**	**2.698,09**	**2.730,46**	**2.763,23**	**2.796,39**	**2.829,95**	**2.863,90**	**2.898,27**	**2.933,05**	**2.968,25**	**3.003,87**	**3.039,91**	**3.076,39**	**3.113,31**
D	**2.637,33**	**2.668,96**	**2.700,99**	**2.733,40**	**2.766,20**	**2.799,40**	**2.832,99**	**2.866,99**	**2.901,39**	**2.936,21**	**2.971,44**	**3.007,10**	**3.043,18**	**3.079,70**	**3.116,66**	**3.154,06**	**3.191,91**	**3.230,21**	**3.268,97**
E	**2.901,06**	**2.935,86**	**2.971,09**	**3.006,74**	**3.042,82**	**3.079,34**	**3.116,29**	**3.153,69**	**3.191,53**	**3.229,83**	**3.268,59**	**3.307,81**	**3.347,50**	**3.387,67**	**3.428,33**	**3.469,47**	**3.511,10**	**3.553,23**	**3.595,87**
F	**3.336,22**	**3.376,24**	**3.416,75**	**3.457,76**	**3.499,25**	**3.541,24**	**3.583,73**	**3.626,74**	**3.670,26**	**3.714,30**	**3.758,87**	**3.803,98**	**3.849,63**	**3.895,82**	**3.942,57**	**3.989,89**	**4.037,76**	**4.086,22**	**4.135,25**
G	**3.836,65**	**3.882,69**	**3.929,29**	**3.976,44**	**4.024,14**	**4.072,43**	**4.121,29**	**4.170,75**	**4.220,80**	**4.271,45**	**4.322,71**	**4.374,58**	**4.427,07**	**4.480,20**	**4.533,96**	**4.588,37**	**4.643,43**	**4.699,15**	**4.755,54**
H	**4.603,98**	**4.659,23**	**4.715,14**	**4.771,72**	**4.828,96**	**4.886,91**	**4.945,55**	**5.004,90**	**5.064,96**	**5.125,74**	**5.187,25**	**5.249,49**	**5.312,49**	**5.376,24**	**5.440,75**	**5.506,04**	**5.572,11**	**5.638,98**	**5.706,65**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
A	**2.913,24**	**2.948,20**	**2.983,58**	**3.019,38**	**3.055,61**	**3.092,28**	**3.129,39**	**3.166,94**	**3.204,94**	**3.243,40**	**3.282,32**	**3.321,71**	**3.361,57**	**3.401,91**	**3.442,73**	**3.484,05**	**3.525,85**	**3.568,16**	**3.610,99**
B	**3.000,64**	**3.036,64**	**3.073,08**	**3.109,96**	**3.147,28**	**3.185,05**	**3.223,27**	**3.261,95**	**3.301,09**	**3.340,70**	**3.380,79**	**3.421,36**	**3.462,42**	**3.503,97**	**3.546,01**	**3.588,57**	**3.631,63**	**3.675,21**	**3.719,32**
C	**3.150,67**	**3.188,48**	**3.226,74**	**3.265,46**	**3.304,64**	**3.344,30**	**3.384,43**	**3.425,04**	**3.466,15**	**3.507,74**	**3.549,83**	**3.592,43**	**3.635,54**	**3.679,17**	**3.723,32**	**3.768,00**	**3.813,21**	**3.858,97**	**3.905,29**
D	**3.308,20**	**3.347,90**	**3.388,07**	**3.428,73**	**3.469,88**	**3.511,51**	**3.553,65**	**3.596,30**	**3.639,45**	**3.683,13**	**3.727,32**	**3.772,05**	**3.817,32**	**3.863,12**	**3.909,48**	**3.956,39**	**4.003,87**	**4.051,92**	**4.100,56**
E	**3.639,02**	**3.682,69**	**3.726,88**	**3.771,60**	**3.816,86**	**3.862,67**	**3.909,02**	**3.955,93**	**4.003,40**	**4.051,44**	**4.100,06**	**4.149,26**	**4.199,05**	**4.249,44**	**4.300,43**	**4.352,03**	**4.404,26**	**4.457,11**	**3.235,79**
F	**4.184,87**	**4.235,09**	**4.285,91**	**4.337,35**	**4.389,39**	**4.442,07**	**4.495,37**	**4.549,32**	**4.603,91**	**4.659,15**	**4.715,06**	**4.771,64**	**4.828,90**	**4.886,85**	**4.945,49**	**5.004,84**	**5.064,90**	**5.125,68**	**3.721,16**
G	**4.812,60**	**4.870,35**	**4.928,80**	**4.987,94**	**5.047,80**	**5.108,38**	**5.169,68**	**5.231,71**	**5.294,49**	**5.358,03**	**5.422,32**	**5.487,39**	**5.553,24**	**5.619,88**	**5.687,32**	**5.755,57**	**5.824,63**	**5.894,53**	**4.279,33**
H	**5.775,12**	**5.844,42**	**5.914,56**	**5.985,53**	**6.057,36**	**6.130,05**	**6.203,61**	**6.278,06**	**6.353,39**	**6.429,63**	**6.506,79**	**6.584,87**	**6.663,89**	**6.743,85**	**6.824,78**	**6.906,68**	**6.989,56**	**7.073,43**	**5.135,20**
CARGOS: **MECANICO, MECANICO DE MAQUINAS PESADAS, MECANICO MONTADOR - GOSG4**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**2.752,68**	**2.785,71**	**2.819,14**	**2.852,97**	**2.887,21**	**2.921,85**	**2.956,91**	**2.992,40**	**3.028,31**	**3.064,65**	**3.101,42**	**3.138,64**	**3.176,30**	**3.214,42**	**3.252,99**	**3.292,03**	**3.331,53**	**3.371,51**	**3.411,97**
B	**2.835,26**	**2.869,28**	**2.903,71**	**2.938,56**	**2.973,82**	**3.009,51**	**3.045,62**	**3.082,17**	**3.119,16**	**3.156,59**	**3.194,46**	**3.232,80**	**3.271,59**	**3.310,85**	**3.350,58**	**3.390,79**	**3.431,48**	**3.472,66**	**3.514,33**
C	**2.977,02**	**3.012,75**	**3.048,90**	**3.085,49**	**3.122,51**	**3.159,98**	**3.197,90**	**3.236,28**	**3.275,11**	**3.314,41**	**3.354,19**	**3.394,44**	**3.435,17**	**3.476,39**	**3.518,11**	**3.560,33**	**3.603,05**	**3.646,29**	**3.690,04**
D	**3.125,87**	**3.163,39**	**3.201,35**	**3.239,76**	**3.278,64**	**3.317,98**	**3.357,80**	**3.398,09**	**3.438,87**	**3.480,14**	**3.521,90**	**3.564,16**	**3.606,93**	**3.650,21**	**3.694,02**	**3.738,34**	**3.783,20**	**3.828,60**	**3.874,55**
E	**3.438,46**	**3.479,72**	**3.521,48**	**3.563,74**	**3.606,50**	**3.649,78**	**3.693,58**	**3.737,90**	**3.782,76**	**3.828,15**	**3.874,09**	**3.920,58**	**3.967,62**	**4.015,23**	**4.063,42**	**4.112,18**	**4.161,52**	**4.211,46**	**4.262,00**
F	**3.954,23**	**4.001,68**	**4.049,70**	**4.098,30**	**4.147,48**	**4.197,25**	**4.247,62**	**4.298,59**	**4.350,17**	**4.402,37**	**4.455,20**	**4.508,66**	**4.562,77**	**4.617,52**	**4.672,93**	**4.729,00**	**4.785,75**	**4.843,18**	**4.901,30**
G	**4.547,36**	**4.601,93**	**4.657,16**	**4.713,04**	**4.769,60**	**4.826,84**	**4.884,76**	**4.943,37**	**5.002,69**	**5.062,73**	**5.123,48**	**5.184,96**	**5.247,18**	**5.310,15**	**5.373,87**	**5.438,36**	**5.503,62**	**5.569,66**	**5.636,50**
H	**5.456,84**	**5.522,32**	**5.588,59**	**5.655,65**	**5.723,52**	**5.792,20**	**5.861,71**	**5.932,05**	**6.003,23**	**6.075,27**	**6.148,18**	**6.221,95**	**6.296,62**	**6.372,18**	**6.448,64**	**6.526,03**	**6.604,34**	**6.683,59**	**6.763,79**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
A	**3.452,91**	**3.494,35**	**3.536,28**	**3.578,71**	**3.621,66**	**3.665,12**	**3.709,10**	**3.753,61**	**3.798,65**	**3.844,24**	**3.890,37**	**3.937,05**	**3.984,30**	**4.032,11**	**4.080,49**	**4.129,46**	**4.179,01**	**4.229,16**	**4.279,91**
B	**3.556,50**	**3.599,18**	**3.642,37**	**3.686,08**	**3.730,31**	**3.775,07**	**3.820,37**	**3.866,22**	**3.912,61**	**3.959,56**	**4.007,08**	**4.055,16**	**4.103,83**	**4.153,07**	**4.202,91**	**4.253,34**	**4.304,38**	**4.356,04**	**4.408,31**
C	**3.734,32**	**3.779,14**	**3.824,49**	**3.870,38**	**3.916,82**	**3.963,83**	**4.011,39**	**4.059,53**	**4.108,24**	**4.157,54**	**4.207,43**	**4.257,92**	**4.309,02**	**4.360,72**	**4.413,05**	**4.466,01**	**4.519,60**	**4.573,84**	**4.628,73**
D	**3.921,04**	**3.968,09**	**4.015,71**	**4.063,90**	**4.112,67**	**4.162,02**	**4.211,96**	**4.262,50**	**4.313,65**	**4.365,42**	**4.417,80**	**4.470,82**	**4.524,47**	**4.578,76**	**4.633,71**	**4.689,31**	**4.745,58**	**4.802,53**	**4.860,17**
E	**4.313,14**	**4.364,90**	**4.417,28**	**4.470,29**	**4.523,93**	**4.578,22**	**4.633,16**	**4.688,76**	**4.745,02**	**4.801,96**	**4.859,58**	**4.917,90**	**4.976,91**	**5.036,64**	**5.097,08**	**5.158,24**	**5.220,14**	**5.282,78**	**5.346,18**
F	**4.960,11**	**5.019,64**	**5.079,87**	**5.140,83**	**5.202,52**	**5.264,95**	**5.328,13**	**5.392,07**	**5.456,77**	**5.522,25**	**5.588,52**	**5.655,58**	**5.723,45**	**5.792,13**	**5.861,64**	**5.931,98**	**6.003,16**	**6.075,20**	**6.148,11**
G	**5.704,13**	**5.772,58**	**5.841,85**	**5.911,95**	**5.982,90**	**6.054,69**	**6.127,35**	**6.200,88**	**6.275,29**	**6.350,59**	**6.426,80**	**6.503,92**	**6.581,97**	**6.660,95**	**6.740,88**	**6.821,77**	**6.903,64**	**6.986,48**	**7.070,33**
H	**6.844,95**	**6.927,09**	**7.010,22**	**7.094,34**	**7.179,48**	**7.265,63**	**7.352,82**	**7.441,05**	**7.530,35**	**7.620,71**	**7.712,16**	**7.804,71**	**7.898,36**	**7.993,14**	**8.089,06**	**8.186,13**	**8.284,36**	**8.383,77**	**8.484,39**
CARGO: **CUIDADOR SOCIAL - GOSG5**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
A	1.621,00	1.640,45	1.660,14	1.680,06	1.700,22	1.720,62	1.741,27	1.762,17	1.783,31	1.804,71	1.826,37	1.848,28	1.870,46	1.892,91	1.915,62	1.938,61	1.961,87	1.985,42	2.009,24
B	1.669,63	1.689,67	1.709,94	1.730,46	1.751,23	1.772,24	1.793,51	1.815,03	1.836,81	1.858,85	1.881,16	1.903,73	1.926,58	1.949,70	1.973,09	1.996,77	2.020,73	2.044,98	2.069,52
C	1.753,11	1.774,15	1.795,44	1.816,98	1.838,79	1.860,85	1.883,18	1.905,78	1.928,65	1.951,79	1.975,22	1.998,92	2.022,91	2.047,18	2.071,75	2.096,61	2.121,77	2.147,23	2.173,00
D	1.840,77	1.862,86	1.885,21	1.907,83	1.930,73	1.953,90	1.977,34	2.001,07	2.025,08	2.049,38	2.073,98	2.098,86	2.124,05	2.149,54	2.175,33	2.201,44	2.227,86	2.254,59	2.281,64
E	2.024,84	2.049,14	2.073,73	2.098,62	2.123,80	2.149,29	2.175,08	2.201,18	2.227,59	2.254,32	2.281,37	2.308,75	2.336,46	2.364,49	2.392,87	2.421,58	2.450,64	2.480,05	2.509,81
F	2.328,57	2.356,51	2.384,79	2.413,41	2.442,37	2.471,68	2.501,34	2.531,35	2.561,73	2.592,47	2.623,58	2.655,06	2.686,92	2.719,17	2.751,80	2.784,82	2.818,24	2.852,06	2.886,28
G	2.677,86	2.709,99	2.742,51	2.775,42	2.808,73	2.842,43	2.876,54	2.911,06	2.945,99	2.981,34	3.017,12	3.053,32	3.089,96	3.127,04	3.164,57	3.202,54	3.240,97	3.279,86	3.319,22
H	3.213,43	3.251,99	3.291,01	3.330,50	3.370,47	3.410,92	3.451,85	3.493,27	3.535,19	3.577,61	3.620,54	3.663,99	3.707,96	3.752,45	3.797,48	3.843,05	3.889,17	3.935,84	3.983,07
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
A	2.033,35	2.057,75	2.082,45	2.107,44	2.132,72	2.158,32	2.184,22	2.210,43	2.236,95	2.263,80	2.290,96	2.318,45	2.346,27	2.374,43	2.402,92	2.431,76	2.460,94	2.490,47	2.520,36
B	2.094,35	2.119,49	2.144,92	2.170,66	2.196,71	2.223,07	2.249,74	2.276,74	2.304,06	2.331,71	2.359,69	2.388,01	2.416,66	2.445,66	2.475,01	2.504,71	2.534,77	2.565,18	2.595,97
C	2.199,07	2.225,46	2.252,17	2.279,19	2.306,54	2.334,22	2.362,23	2.390,58	2.419,26	2.448,30	2.477,68	2.507,41	2.537,50	2.567,95	2.598,76	2.629,95	2.661,51	2.693,44	2.725,77
D	2.309,02	2.336,73	2.364,77	2.393,15	2.421,87	2.450,93	2.480,34	2.510,11	2.540,23	2.570,71	2.601,56	2.632,78	2.664,37	2.696,34	2.728,70	2.761,44	2.794,58	2.828,12	2.862,05
E	2.539,93	2.570,41	2.601,25	2.632,47	2.664,06	2.696,02	2.728,38	2.761,12	2.794,25	2.827,78	2.861,72	2.896,06	2.930,81	2.965,98	3.001,57	3.037,59	3.074,04	3.110,93	3.148,26
F	2.920,91	2.955,97	2.991,44	3.027,34	3.063,66	3.100,43	3.137,63	3.175,28	3.213,39	3.251,95	3.290,97	3.330,46	3.370,43	3.410,87	3.451,81	3.493,23	3.535,15	3.577,57	3.620,50
G	3.359,05	3.399,36	3.440,15	3.481,43	3.523,21	3.565,49	3.608,28	3.651,58	3.695,40	3.739,74	3.784,62	3.830,03	3.875,99	3.922,51	3.969,58	4.017,21	4.065,42	4.114,20	4.163,57
H	4.030,86	4.079,23	4.128,18	4.177,71	4.227,86	4.278,59	4.329,93	4.381,89	4.434,48	4.487,69	4.541,54	4.596,04	4.651,19	4.707,01	4.763,49	4.820,65	4.878,50	4.937,04	4.996,29
ANEXO VII- GRUPO OCUPACIONAL INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE - GOIT																			
CARGOS: BARQUEIRO, MOTORISTA, TRATORISTA - GOIT																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
A	2.322,45	2.350,32	2.378,52	2.407,07	2.435,95	2.465,18	2.494,76	2.524,70	2.555,00	2.585,66	2.616,69	2.648,09	2.679,86	2.712,02	2.744,57	2.777,50	2.810,83	2.844,56	2.878,69
B	2.392,12	2.420,83	2.449,88	2.479,28	2.509,03	2.539,14	2.569,61	2.600,44	2.631,65	2.663,23	2.695,19	2.727,53	2.760,26	2.793,38	2.826,90	2.860,82	2.895,15	2.929,90	2.965,06
C	2.511,73	2.541,87	2.572,37	2.603,24	2.634,48	2.666,09	2.698,09	2.730,46	2.763,23	2.796,39	2.829,95	2.863,90	2.898,27	2.933,05	2.968,25	3.003,87	3.039,91	3.076,39	3.113,31
D	2.637,33	2.668,96	2.700,99	2.733,40	2.766,20	2.799,40	2.832,99	2.866,99	2.901,39	2.936,21	2.971,44	3.007,10	3.043,18	3.079,70	3.116,66	3.154,06	3.191,91	3.230,21	3.268,97
E	2.901,06	2.935,86	2.971,09	3.006,74	3.042,82	3.079,34	3.116,29	3.153,69	3.191,53	3.229,83	3.268,59	3.307,81	3.347,50	3.387,67	3.428,33	3.469,47	3.511,10	3.553,23	3.595,87
F	3.336,22	3.376,24	3.416,75	3.457,76	3.499,25	3.541,24	3.583,73	3.626,74	3.670,26	3.714,30	3.758,87	3.803,98	3.849,63	3.895,82	3.942,57	3.989,89	4.037,76	4.086,22	4.135,25
G	3.836,65	3.882,69	3.929,29	3.976,44	4.024,14	4.072,43	4.121,29	4.170,75	4.220,80	4.271,45	4.322,71	4.374,58	4.427,07	4.480,20	4.533,96	4.588,37	4.643,43	4.699,15	4.755,54
H	4.603,98	4.659,23	4.715,14	4.771,72	4.828,96	4.886,91	4.945,55	5.004,90	5.064,96	5.125,74	5.187,25	5.249,49	5.312,49	5.376,24	5.440,75	5.506,04	5.572,11	5.638,98	5.706,65
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
A	2.913,24	2.948,20	2.983,58	3.019,38	3.055,61	3.092,28	3.129,39	3.166,94	3.204,94	3.243,40	3.282,32	3.321,71	3.361,57	3.401,91	3.442,73	3.484,05	3.525,85	3.568,16	3.610,99
B	3.000,64	3.036,64	3.073,08	3.109,96	3.147,28	3.185,05	3.223,27	3.261,95	3.301,09	3.340,70	3.380,79	3.421,36	3.462,42	3.503,97	3.546,01	3.588,57	3.631,63	3.675,21	3.719,32
C	3.150,67	3.188,48	3.226,74	3.265,46	3.304,64	3.344,30	3.384,43	3.425,04	3.466,15	3.507,74	3.549,83	3.592,43	3.635,54	3.679,17	3.723,32	3.768,00	3.813,21	3.858,97	3.905,29
D	3.308,20	3.347,90	3.388,07	3.428,73	3.469,88	3.511,51	3.553,65	3.596,30	3.639,45	3.683,13	3.727,32	3.772,05	3.817,32	3.863,12	3.909,48	3.956,39	4.003,87	4.051,92	4.100,56
E	3.639,02	3.682,69	3.726,88	3.771,60	3.816,86	3.862,67	3.909,02	3.955,93	4.003,40	4.051,44	4.100,06	4.149,26	4.199,05	4.249,44	4.300,43	4.352,03	4.404,26	4.457,11	4.510,60
F	4.184,87	4.235,09	4.285,91	4.337,35	4.389,39	4.442,07	4.495,37	4.549,32	4.603,91	4.659,15	4.715,06	4.771,64	4.828,90	4.886,85	4.945,49	5.004,84	5.064,90	5.125,68	5.187,19
G	4.812,60	4.870,35	4.928,80	4.987,94	5.047,80	5.108,38	5.169,68	5.231,71	5.294,49	5.358,03	5.422,32	5.487,39	5.553,24	5.619,88	5.687,32	5.755,57	5.824,63	5.894,53	5.965,27
H	5.775,12	5.844,42	5.914,56	5.985,53	6.057,36	6.130,05	6.203,61	6.278,06	6.353,39	6.429,63	6.506,79	6.584,87	6.663,89	6.743,85	6.824,78	6.906,68	6.989,56	7.073,43	7.158,32
ANEXO VIII- GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL - GOO																			
CARGOS: AGENTE DE DEFESA CIVIL; AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO; FISCAL DE TRIBUTOS; FISCAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL; INSEMINADOR - GOO1																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B	1.938,96	1.962,23	1.985,77	2.009,60	2.033,72	2.058,12	2.082,82	2.107,81	2.133,11	2.158,71	2.184,61	2.210,83	2.237,36	2.264,20	2.291,37	2.318,87	2.346,70	2.374,86	2.403,36
C	2.035,91	2.060,34	2.085,06	2.110,08	2.135,40	2.161,03	2.186,96	2.213,21	2.239,76	2.266,64	2.293,84	2.321,37	2.349,22	2.377,41	2.405,94	2.434,81	2.464,03	2.493,60	2.523,52
D	2.137,70	2.163,36	2.189,32	2.215,59	2.242,17	2.269,08	2.296,31	2.323,87	2.351,75	2.379,97	2.408,53	2.437,44	2.466,68	2.496,28	2.526,24	2.556,55	2.587,23	2.618,28	2.649,70
E	2.351,47	2.379,69	2.408,25	2.437,15	2.466,39	2.495,99	2.525,94	2.556,25	2.586,93	2.617,97	2.649,39	2.681,18	2.713,35	2.745,91	2.778,86	2.812,21	2.845,96	2.880,11	2.914,67
F	2.704,20	2.736,65	2.769,48	2.802,72	2.836,35	2.870,39	2.904,83	2.939,69	2.974,97	3.010,67	3.046,79	3.083,36	3.120,36	3.157,80	3.195,69	3.234,04	3.272,85	3.312,12	3.351,87
G	3.109,83	3.147,15	3.184,91	3.223,13	3.261,80	3.300,95	3.340,56	3.380,64	3.421,21	3.462,27	3.503,81	3.545,86	3.588,41	3.631,47	3.675,05	3.719,15	3.763,78	3.808,94	3.854,65
H	3.731,80	3.776,58	3.821,90	3.867,76	3.914,16	3.961,13	4.008,67	4.056,77	4.105,45	4.154,72	4.204,58	4.255,03	4.306,09	4.357,76	4.410,06	4.462,98	4.516,53	4.570,73	4.625,58
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
B	2.432,20	2.461,38	2.490,92	2.520,81	2.551,06	2.581,67	2.612,65	2.644,00	2.675,73	2.707,84	2.740,34	2.773,22	2.806,50	2.840,18	2.874,26	2.908,75	2.943,65	2.978,98	3.014,74
C	2.553,81	2.584,45	2.615,46	2.646,85	2.678,61	2.710,76	2.743,29	2.776,20	2.809,52	2.843,23	2.877,35	2.911,88	2.946,82	2.982,18	3.017,97	3.054,19	3.090,84	3.127,93	3.165,48
D	2.681,50	2.713,67	2.746,24	2.779,19	2.812,54	2.846,29	2.880,45	2.915,01	2.950,00	2.985,39	3.021,22	3.057,47	3.094,16	3.131,29	3.168,87	3.206,90	3.245,38	3.284,32	3.323,75
E	2.949,65	2.985,04	3.020,86	3.057,11	3.093,80	3.130,92	3.168,49	3.206,52	3.244,99	3.283,93	3.323,34	3.363,22	3.403,58	3.444,42	3.485,76	3.527,59	3.569,92	3.612,76	3.656,13
F	3.392,09	3.432,80	3.473,99	3.515,68	3.557,87	3.600,56	3.643,77	3.687,49	3.731,74	3.776,52	3.821,84	3.867,71	3.914,12	3.961,09	4.008,62	4.056,72	4.105,40	4.154,67	4.204,53

G	3.900,91	3.947,72	3.995,09	4.043,03	4.091,55	4.140,65	4.190,33	4.240,62	4.291,51	4.343,00	4.395,12	4.447,86	4.501,24	4.555,25	4.609,91	4.665,23	4.721,21	4.777,87	4.835,21
H	4.681,09	4.737,26	4.794,11	4.851,64	4.909,86	4.968,78	5.028,40	5.088,74	5.149,81	5.211,60	5.274,14	5.337,43	5.401,48	5.466,30	5.531,90	5.598,28	5.665,46	5.733,44	5.802,25
ANEXO IX- GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO A SAUDE - GOAS																			
CARGOS: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE; AGENTE DE ENDEMIAS; AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA - GOAS1																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
C	3.242,00	3.280,90	3.320,27	3.360,12	3.400,44	3.441,24	3.482,54	3.524,33	3.566,62	3.609,42	3.652,73	3.696,57	3.740,93	3.785,82	3.831,25	3.877,22	3.923,75	3.970,83	4.018,48
D	3.404,10	3.444,95	3.486,29	3.528,12	3.570,46	3.613,31	3.656,67	3.700,55	3.744,95	3.789,89	3.835,37	3.881,40	3.927,97	3.975,11	4.022,81	4.071,08	4.119,94	4.169,38	4.219,41
E	3.744,51	3.789,44	3.834,92	3.880,94	3.927,51	3.974,64	4.022,33	4.070,60	4.119,45	4.168,88	4.218,91	4.269,54	4.320,77	4.372,62	4.425,09	4.478,19	4.531,93	4.586,31	4.641,35
F	4.306,19	4.357,86	4.410,16	4.463,08	4.516,63	4.570,83	4.625,68	4.681,19	4.737,37	4.794,21	4.851,74	4.909,97	4.968,89	5.028,51	5.088,85	5.149,92	5.211,72	5.274,26	5.337,55
G	4.952,11	5.011,54	5.071,68	5.132,54	5.194,13	5.256,46	5.319,54	5.383,37	5.447,97	5.513,35	5.579,51	5.646,46	5.714,22	5.782,79	5.852,18	5.922,41	5.993,48	6.065,40	6.138,18
H	5.942,54	6.013,85	6.086,01	6.159,05	6.232,95	6.307,75	6.383,44	6.460,04	6.537,57	6.616,02	6.695,41	6.775,75	6.857,06	6.939,35	7.022,62	7.106,89	7.192,17	7.278,48	7.365,82
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
C	4.066,71	4.115,51	4.164,89	4.214,87	4.265,45	4.316,63	4.368,43	4.420,86	4.473,91	4.527,59	4.581,92	4.636,91	4.692,55	4.748,86	4.805,85	4.863,52	4.921,88	4.980,94	5.040,71
D	4.270,04	4.321,28	4.373,14	4.425,61	4.478,72	4.532,47	4.586,86	4.641,90	4.697,60	4.753,97	4.811,02	4.868,75	4.927,18	4.986,30	5.046,14	5.106,69	5.167,97	5.229,99	5.292,75
E	4.697,05	4.753,41	4.810,45	4.868,18	4.926,59	4.985,71	5.045,54	5.106,09	5.167,36	5.229,37	5.292,12	5.355,63	5.419,90	5.484,93	5.550,75	5.617,36	5.684,77	5.752,99	5.822,02
F	5.401,60	5.466,42	5.532,02	5.598,40	5.665,58	5.733,57	5.802,37	5.872,00	5.942,47	6.013,78	6.085,94	6.158,97	6.232,88	6.307,67	6.383,37	6.459,97	6.537,49	6.615,94	6.695,33
G	6.211,84	6.286,38	6.361,82	6.438,16	6.515,42	6.593,61	6.672,73	6.752,80	6.833,84	6.915,84	6.998,83	7.082,82	7.167,81	7.253,83	7.340,87	7.428,96	7.518,11	7.608,33	7.699,63
H	7.454,21	7.543,66	7.634,19	7.725,80	7.818,50	7.912,33	8.007,27	8.103,36	8.200,60	8.299,01	8.398,60	8.499,38	8.601,37	8.704,59	8.809,05	8.914,75	9.021,73	9.129,99	9.239,55
CARGOS: AUXILIAR DE CUIDADO DENTAL , AUXILIAR DE FARMACIA - GOAS 2																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B	1.938,96	1.962,23	1.985,77	2.009,60	2.033,72	2.058,12	2.082,82	2.107,81	2.133,11	2.158,71	2.184,61	2.210,83	2.237,36	2.264,20	2.291,37	2.318,87	2.346,70	2.374,86	2.403,36
C	2.035,91	2.060,34	2.085,06	2.110,08	2.135,40	2.161,03	2.186,96	2.213,21	2.239,76	2.266,64	2.293,84	2.321,37	2.349,22	2.377,41	2.405,94	2.434,81	2.464,03	2.493,60	2.523,52
D	2.137,70	2.163,36	2.189,32	2.215,59	2.242,17	2.269,08	2.296,31	2.323,87	2.351,75	2.379,97	2.408,53	2.437,44	2.466,68	2.496,28	2.526,24	2.556,55	2.587,23	2.618,28	2.649,70
E	2.351,47	2.379,69	2.408,25	2.437,15	2.466,39	2.495,99	2.525,94	2.556,25	2.586,93	2.617,97	2.649,39	2.681,18	2.713,35	2.745,91	2.778,86	2.812,21	2.845,96	2.880,11	2.914,67
F	2.704,20	2.736,65	2.769,48	2.802,72	2.836,35	2.870,39	2.904,83	2.939,69	2.974,97	3.010,67	3.046,79	3.083,36	3.120,36	3.157,80	3.195,69	3.234,04	3.272,85	3.312,12	3.351,87
G	3.109,83	3.147,15	3.184,91	3.223,13	3.261,80	3.300,95	3.340,56	3.380,64	3.421,21	3.462,27	3.503,81	3.545,86	3.588,41	3.631,47	3.675,05	3.719,15	3.763,78	3.808,94	3.854,65
H	3.731,80	3.776,58	3.821,90	3.867,76	3.914,16	3.961,13	4.008,67	4.056,77	4.105,45	4.154,72	4.204,58	4.255,03	4.306,09	4.357,76	4.410,06	4.462,98	4.516,53	4.570,73	4.625,58
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
B	2.432,20	2.461,38	2.490,92	2.520,81	2.551,06	2.581,67	2.612,65	2.644,00	2.675,73	2.707,84	2.740,34	2.773,22	2.806,50	2.840,18	2.874,26	2.908,75	2.943,65	2.978,98	3.014,74
C	2.553,81	2.584,45	2.615,46	2.646,85	2.678,61	2.710,76	2.743,29	2.776,20	2.809,52	2.843,23	2.877,35	2.911,88	2.946,82	2.982,18	3.017,97	3.054,19	3.090,84	3.127,93	3.165,48
D	2.681,50	2.713,67	2.746,24	2.779,19	2.812,54	2.846,29	2.880,45	2.915,01	2.950,00	2.985,39	3.021,22	3.057,47	3.094,16	3.131,29	3.168,87	3.206,90	3.245,38	3.284,32	3.323,75
E	2.949,65	2.985,04	3.020,86	3.057,11	3.093,80	3.130,92	3.168,49	3.206,52	3.244,99	3.283,93	3.323,34	3.363,22	3.403,58	3.444,42	3.485,76	3.527,59	3.569,92	3.612,76	3.656,13
F	3.392,09	3.432,80	3.473,99	3.515,68	3.557,87	3.600,56	3.643,77	3.687,49	3.731,74	3.776,52	3.821,84	3.867,71	3.914,12	3.961,09	4.008,62	4.056,72	4.105,40	4.154,67	4.204,53
G	3.900,91	3.947,72	3.995,09	4.043,03	4.091,55	4.140,65	4.190,33	4.240,62	4.291,51	4.343,00	4.395,12	4.447,86	4.501,24	4.555,25	4.609,91	4.665,23	4.721,21	4.777,87	4.835,21
H	4.681,09	4.737,26	4.794,11	4.851,64	4.909,86	4.968,78	5.028,40	5.088,74	5.149,81	5.211,60	5.274,14	5.337,43	5.401,48	5.466,30	5.531,90	5.598,28	5.665,46	5.733,44	5.802,25
ANEXO X- GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO - GOAA																			
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO, SECRETÁRIO ESCOLAR - GOAA																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
C	3.177,28	3.215,41	3.253,99	3.293,04	3.332,56	3.372,55	3.413,02	3.453,97	3.495,42	3.537,37	3.579,82	3.622,77	3.666,25	3.710,24	3.754,76	3.799,82	3.845,42	3.891,56	3.938,26
D	3.336,14	3.376,18	3.416,69	3.457,69	3.499,18	3.541,17	3.583,67	3.626,67	3.670,19	3.714,24	3.758,81	3.803,91	3.849,56	3.895,75	3.942,50	3.989,81	4.037,69	4.086,14	4.135,18
E	3.669,76	3.713,80	3.758,36	3.803,46	3.849,10	3.895,29	3.942,04	3.989,34	4.037,21	4.085,66	4.134,69	4.184,30	4.234,51	4.285,33	4.336,75	4.388,79	4.441,46	4.494,76	4.548,69
F	4.220,22	4.270,86	4.322,12	4.373,98	4.426,47	4.479,59	4.533,34	4.587,74	4.642,79	4.698,51	4.754,89	4.811,95	4.869,69	4.928,13	4.987,27	5.047,11	5.107,68	5.168,97	5.231,00
G	4.853,26	4.911,49	4.970,43	5.030,08	5.090,44	5.151,52	5.213,34	5.275,90	5.339,21	5.403,28	5.468,12	5.533,74	5.600,15	5.667,35	5.735,36	5.804,18	5.873,83	5.944,32	6.015,65
H	5.823,91	5.893,79	5.964,52	6.036,09	6.108,53	6.181,83	6.256,01	6.331,08	6.407,06	6.483,94	6.561,75	6.640,49	6.720,17	6.800,82	6.882,43	6.965,02	7.048,60	7.133,18	7.218,78
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
C	3.985,52	4.033,35	4.081,75	4.130,73	4.180,30	4.230,46	4.281,23	4.332,60	4.384,59	4.437,21	4.490,46	4.544,34	4.598,87	4.654,06	4.709,91	4.766,43	4.823,62	4.881,51	4.940,09
D	4.184,80	4.235,02	4.285,84	4.337,27	4.389,31	4.441,99	4.495,29	4.549,23	4.603,82	4.659,07	4.714,98	4.771,56	4.828,82	4.886,76	4.945,40	5.004,75	5.064,80	5.125,58	5.187,09
E	4.603,28	4.658,52	4.714,42	4.770,99	4.828,24	4.886,18	4.944,82	5.004,16	5.064,21	5.124,98	5.186,48	5.248,71	5.311,70	5.375,44	5.439,94	5.505,22	5.571,29	5.638,14	5.705,80
F	5.293,77	5.357,30	5.421,58	5.486,64	5.552,48	5.619,11	5.686,54	5.754,78	5.823,84	5.893,72	5.964,45	6.036,02	6.108,45	6.181,75	6.255,93	6.331,01	6.406,98	6.483,86	6.561,67
G	6.087,84	6.160,89	6.234,82	6.309,64	6.385,35	6.461,98	6.539,52	6.618,00	6.697,41	6.777,78	6.859,11	6.941,42	7.024,72	7.109,02	7.194,33	7.280,66	7.368,03	7.456,44	7.545,92
H	7.305,40	7.393,07	7.481,78	7.571,57	7.662,42	7.754,37	7.847,43	7.941,59	8.036,89	8.133,34	8.230,94	8.329,71	8.429,66	8.530,82	8.633,19	8.736,79	8.841,63	8.947,73	9.055,10
ANEXO XI - GRUPO OCUPACIONAL TECNICO - GOTEC																			

CARGOS: TÉCNICO AGRÍCOLA; TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GOTEC1																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
D	2.100,70	2.125,91	2.151,42	2.177,24	2.203,36	2.229,80	2.256,56	2.283,64	2.311,04	2.338,78	2.366,84	2.395,24	2.423,99	2.453,07	2.482,51	2.512,30	2.542,45	2.572,96	2.603,83
E	2.310,77	2.338,50	2.366,56	2.394,96	2.423,70	2.452,78	2.482,22	2.512,00	2.542,15	2.572,65	2.603,53	2.634,77	2.666,39	2.698,38	2.730,76	2.763,53	2.796,69	2.830,25	2.864,22
F	2.657,39	2.689,27	2.721,55	2.754,20	2.787,25	2.820,70	2.854,55	2.888,80	2.923,47	2.958,55	2.994,05	3.029,98	3.066,34	3.103,14	3.140,38	3.178,06	3.216,20	3.254,79	3.293,85
G	3.055,99	3.092,67	3.129,78	3.167,33	3.205,34	3.243,81	3.282,73	3.322,13	3.361,99	3.402,33	3.443,16	3.484,48	3.526,29	3.568,61	3.611,43	3.654,77	3.698,63	3.743,01	3.787,93
H	3.667,19	3.711,20	3.755,73	3.800,80	3.846,41	3.892,57	3.939,28	3.986,55	4.034,39	4.082,80	4.131,80	4.181,38	4.231,55	4.282,33	4.333,72	4.385,72	4.438,35	4.491,61	4.545,51
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
D	2.635,08	2.666,70	2.698,70	2.731,09	2.763,86	2.797,02	2.830,59	2.864,56	2.898,93	2.933,72	2.968,92	3.004,55	3.040,60	3.077,09	3.114,02	3.151,38	3.189,20	3.227,47	3.266,20
E	2.898,59	2.933,37	2.968,57	3.004,19	3.040,24	3.076,73	3.113,65	3.151,01	3.188,82	3.227,09	3.265,82	3.305,00	3.344,66	3.384,80	3.425,42	3.466,52	3.508,12	3.550,22	3.592,82
F	3.333,38	3.373,38	3.413,86	3.454,82	3.496,28	3.538,24	3.580,70	3.623,66	3.667,15	3.711,15	3.755,69	3.800,76	3.846,36	3.892,52	3.939,23	3.986,50	4.034,34	4.082,75	4.131,75
G	3.833,38	3.879,38	3.925,94	3.973,05	4.020,72	4.068,97	4.117,80	4.167,21	4.217,22	4.267,83	4.319,04	4.370,87	4.423,32	4.476,40	4.530,12	4.584,48	4.639,49	4.695,16	4.751,51
H	4.600,06	4.655,26	4.711,12	4.767,66	4.824,87	4.882,77	4.941,36	5.000,66	5.060,66	5.121,39	5.182,85	5.245,04	5.307,98	5.371,68	5.436,14	5.501,37	5.567,39	5.634,20	5.701,81
CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA - GOTEC2																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 24 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
D	3.187,31	3.225,56	3.264,26	3.303,44	3.343,08	3.383,19	3.423,79	3.464,88	3.506,46	3.548,53	3.591,12	3.634,21	3.677,82	3.721,95	3.766,62	3.811,82	3.857,56	3.903,85	3.950,70
E	3.506,04	3.548,11	3.590,69	3.633,78	3.677,38	3.721,51	3.766,17	3.811,37	3.857,10	3.903,39	3.950,23	3.997,63	4.045,60	4.094,15	4.143,28	4.193,00	4.243,31	4.294,23	4.345,76
F	4.031,95	4.080,33	4.129,29	4.178,85	4.228,99	4.279,74	4.331,10	4.383,07	4.435,67	4.488,89	4.542,76	4.597,27	4.652,44	4.708,27	4.764,77	4.821,95	4.879,81	4.938,37	4.997,63
G	4.636,74	4.692,38	4.748,69	4.805,67	4.863,34	4.921,70	4.980,76	5.040,53	5.101,02	5.162,23	5.224,18	5.286,87	5.350,31	5.414,51	5.479,49	5.545,24	5.611,78	5.679,12	5.747,27
H	5.564,09	5.630,86	5.698,43	5.766,81	5.836,01	5.906,04	5.976,91	6.048,64	6.121,22	6.194,68	6.269,01	6.344,24	6.420,37	6.497,41	6.575,38	6.654,29	6.734,14	6.814,95	6.896,73
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
D	3.998,10	4.046,08	4.094,63	4.143,77	4.193,49	4.243,82	4.294,74	4.346,28	4.398,43	4.451,22	4.504,63	4.558,69	4.613,39	4.668,75	4.724,78	4.781,47	4.838,85	4.896,92	4.955,68
E	4.397,91	4.450,69	4.504,10	4.558,15	4.612,84	4.668,20	4.724,22	4.780,91	4.838,28	4.896,34	4.955,09	5.014,55	5.074,73	5.135,63	5.197,25	5.259,62	5.322,74	5.386,61	5.451,25
F	5.057,60	5.118,29	5.179,71	5.241,87	5.304,77	5.368,43	5.432,85	5.498,04	5.564,02	5.630,79	5.698,36	5.766,74	5.835,94	5.905,97	5.976,84	6.048,56	6.121,15	6.194,60	6.268,94
G	5.816,24	5.886,04	5.956,67	6.028,15	6.100,49	6.173,69	6.247,78	6.322,75	6.398,62	6.475,41	6.553,11	6.631,75	6.711,33	6.791,87	6.873,37	6.955,85	7.039,32	7.123,79	7.209,28
H	6.979,49	7.063,24	7.148,00	7.233,78	7.320,58	7.408,43	7.497,33	7.587,30	7.678,35	7.770,49	7.863,73	7.958,10	8.053,60	8.150,24	8.248,04	8.347,02	8.447,18	8.548,55	8.651,13
CARGO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - GOTEC3																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
D	3.187,31	3.225,56	3.264,26	3.303,44	3.343,08	3.383,19	3.423,79	3.464,88	3.506,46	3.548,53	3.591,12	3.634,21	3.677,82	3.721,95	3.766,62	3.811,82	3.857,56	3.903,85	3.950,70
E	3.506,04	3.548,11	3.590,69	3.633,78	3.677,38	3.721,51	3.766,17	3.811,37	3.857,10	3.903,39	3.950,23	3.997,63	4.045,60	4.094,15	4.143,28	4.193,00	4.243,31	4.294,23	4.345,76
F	4.031,95	4.080,33	4.129,29	4.178,85	4.228,99	4.279,74	4.331,10	4.383,07	4.435,67	4.488,89	4.542,76	4.597,27	4.652,44	4.708,27	4.764,77	4.821,95	4.879,81	4.938,37	4.997,63
G	4.636,74	4.692,38	4.748,69	4.805,67	4.863,34	4.921,70	4.980,76	5.040,53	5.101,02	5.162,23	5.224,18	5.286,87	5.350,31	5.414,51	5.479,49	5.545,24	5.611,78	5.679,12	5.747,27
H	5.564,09	5.630,86	5.698,43	5.766,81	5.836,01	5.906,04	5.976,91	6.048,64	6.121,22	6.194,68	6.269,01	6.344,24	6.420,37	6.497,41	6.575,38	6.654,29	6.734,14	6.814,95	6.896,73
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
D	3.998,10	4.046,08	4.094,63	4.143,77	4.193,49	4.243,82	4.294,74	4.346,28	4.398,43	4.451,22	4.504,63	4.558,69	4.613,39	4.668,75	4.724,78	4.781,47	4.838,85	4.896,92	4.955,68
E	4.397,91	4.450,69	4.504,10	4.558,15	4.612,84	4.668,20	4.724,22	4.780,91	4.838,28	4.896,34	4.955,09	5.014,55	5.074,73	5.135,63	5.197,25	5.259,62	5.322,74	5.386,61	5.451,25
F	5.057,60	5.118,29	5.179,71	5.241,87	5.304,77	5.368,43	5.432,85	5.498,04	5.564,02	5.630,79	5.698,36	5.766,74	5.835,94	5.905,97	5.976,84	6.048,56	6.121,15	6.194,60	6.268,94
G	5.816,24	5.886,04	5.956,67	6.028,15	6.100,49	6.173,69	6.247,78	6.322,75	6.398,62	6.475,41	6.553,11	6.631,75	6.711,33	6.791,87	6.873,37	6.955,85	7.039,32	7.123,79	7.209,28
H	6.979,49	7.063,24	7.148,00	7.233,78	7.320,58	7.408,43	7.497,33	7.587,30	7.678,35	7.770,49	7.863,73	7.958,10	8.053,60	8.150,24	8.248,04	8.347,02	8.447,18	8.548,55	8.651,13
ANEXO XII - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL - GOP																			
CARGO: ADVOGADO, ENGENHEIRO CIVIL - GOP1																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
E	6.157,27	6.231,16	6.305,93	6.381,60	6.458,18	6.535,68	6.614,11	6.693,48	6.773,80	6.855,08	6.937,35	7.020,59	7.104,84	7.190,10	7.276,38	7.363,70	7.452,06	7.541,49	7.631,98
F	7.080,86	7.165,83	7.251,82	7.338,84	7.426,91	7.516,03	7.606,22	7.697,50	7.789,87	7.883,35	7.977,95	8.073,68	8.170,57	8.268,61	8.367,84	8.468,25	8.569,87	8.672,71	8.776,78
G	8.142,99	8.240,71	8.339,59	8.439,67	8.540,95	8.643,44	8.747,16	8.852,12	8.958,35	9.065,85	9.174,64	9.284,74	9.396,15	9.508,91	9.623,01	9.738,49	9.855,35	9.973,61	10.093,30
H	9.771,59	9.888,85	10.007,51	10.127,60	10.249,13	10.372,12	10.496,59	10.622,55	10.750,02	10.879,02	11.009,57	11.141,68	11.275,38	11.410,69	11.547,62	11.686,19	11.826,42	11.968,34	12.111,96
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
E	7.723,57	7.816,25	7.910,05	8.004,97	8.101,03	8.198,24	8.296,62	8.396,18	8.496,93	8.598,89	8.702,08	8.806,50	8.912,18	9.019,13	9.127,36	9.236,89	9.347,73	9.459,90	9.573,42
F	8.882,10	8.988,69	9.096,55	9.205,71	9.316,18	9.427,97	9.541,11	9.655,60	9.771,47	9.888,73	10.007,39	10.127,48	10.249,01	10.372,00	10.496,46	10.622,42	10.749,89	10.878,89	11.009,43

G	10.214,42	10.336,99	10.461,03	10.586,57	10.713,61	10.842,17	10.972,28	11.103,94	11.237,19	11.372,04	11.508,50	11.646,60	11.786,36	11.927,80	12.070,93	12.215,78	12.362,37	12.510,72	12.660,85
H	12.257,30	12.404,39	12.553,24	12.703,88	12.856,33	13.010,60	13.166,73	13.324,73	13.484,63	13.646,44	13.810,20	13.975,92	14.143,63	14.313,36	14.485,12	14.658,94	14.834,85	15.012,86	15.193,02
CARGO: AGRONOMO, FISIOTERAPEUTA, FONOAUDIOLOGO, NUTRICIONISTA, PSICOPEDAGOGO- GOP2																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	3.621,88	3.665,34	3.709,33	3.753,84	3.798,88	3.844,47	3.890,60	3.937,29	3.984,54	4.032,35	4.080,74	4.129,71	4.179,27	4.229,42	4.280,17	4.331,53	4.383,51	4.436,11	4.489,35
F	4.165,16	4.215,14	4.265,73	4.316,91	4.368,72	4.421,14	4.474,20	4.527,89	4.582,22	4.637,21	4.692,85	4.749,17	4.806,16	4.863,83	4.922,20	4.981,26	5.041,04	5.101,53	5.162,75
G	4.789,94	4.847,42	4.905,58	4.964,45	5.024,02	5.084,31	5.145,33	5.207,07	5.269,55	5.332,79	5.396,78	5.461,54	5.527,08	5.593,41	5.660,53	5.728,45	5.797,20	5.866,76	5.937,16
H	5.747,92	5.816,90	5.886,70	5.957,34	6.028,83	6.101,18	6.174,39	6.248,48	6.323,46	6.399,35	6.476,14	6.553,85	6.632,50	6.712,09	6.792,63	6.874,14	6.956,63	7.040,11	7.124,60
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	4.543,22	4.597,74	4.652,91	4.708,75	4.765,25	4.822,43	4.880,30	4.938,87	4.998,13	5.058,11	5.118,81	5.180,23	5.242,40	5.305,31	5.368,97	5.433,40	5.498,60	5.564,58	5.631,36
F	5.224,70	5.287,40	5.350,85	5.415,06	5.480,04	5.545,80	5.612,35	5.679,70	5.747,85	5.816,83	5.886,63	5.957,27	6.028,76	6.101,10	6.174,32	6.248,41	6.323,39	6.399,27	6.476,06
G	6.008,41	6.080,51	6.153,48	6.227,32	6.302,05	6.377,67	6.454,20	6.531,65	6.610,03	6.689,35	6.769,62	6.850,86	6.933,07	7.016,27	7.100,46	7.185,67	7.271,90	7.359,16	7.447,47
H	7.210,09	7.296,61	7.384,17	7.472,78	7.562,45	7.653,20	7.745,04	7.837,98	7.932,04	8.027,22	8.123,55	8.221,03	8.319,68	8.419,52	8.520,56	8.622,80	8.726,28	8.830,99	8.936,96
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL, PSICOLOGO - GOP3																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	4.680,28	4.736,44	4.793,28	4.850,80	4.909,01	4.967,92	5.027,53	5.087,86	5.148,92	5.210,70	5.273,23	5.336,51	5.400,55	5.465,36	5.530,94	5.597,31	5.664,48	5.732,45	5.801,24
F	5.382,32	5.446,91	5.512,27	5.578,42	5.645,36	5.713,11	5.781,66	5.851,04	5.921,26	5.992,31	6.064,22	6.136,99	6.210,63	6.285,16	6.360,58	6.436,91	6.514,15	6.592,32	6.671,43
G	6.189,67	6.263,95	6.339,11	6.415,18	6.492,17	6.570,07	6.648,91	6.728,70	6.809,44	6.891,16	6.973,85	7.057,54	7.142,23	7.227,93	7.314,67	7.402,45	7.491,27	7.581,17	7.672,14
H	6.322,71	7.516,74	7.606,94	7.698,22	7.790,60	7.884,09	7.978,69	8.074,44	8.171,33	8.269,39	8.368,62	8.469,04	8.570,67	8.673,52	8.777,60	8.882,93	8.989,53	9.097,40	9.206,57
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	5.870,86	5.941,31	6.012,60	6.084,76	6.157,77	6.231,67	6.306,45	6.382,12	6.458,71	6.536,21	6.614,65	6.694,02	6.774,35	6.855,64	6.937,91	7.021,17	7.105,42	7.190,69	7.276,97
F	6.751,49	6.832,50	6.914,49	6.997,47	7.081,44	7.166,42	7.252,41	7.339,44	7.427,51	7.516,64	7.606,84	7.698,13	7.790,50	7.883,99	7.978,60	8.074,34	8.171,23	8.269,29	8.368,52
G	7.764,21	7.857,38	7.951,67	8.047,09	8.143,65	8.241,38	8.340,27	8.440,36	8.541,64	8.644,14	8.747,87	8.852,85	8.959,08	9.066,59	9.175,39	9.285,49	9.396,92	9.509,68	9.623,80
H	9.317,05	9.428,86	9.542,00	9.656,51	9.772,38	9.889,65	10.008,33	10.128,43	10.249,97	10.372,97	10.497,45	10.623,41	10.750,90	10.879,91	11.010,47	11.142,59	11.276,30	11.411,62	11.548,56
CARGO: BIOQUIMICO, CONTADOR, ENFERMEIRO, FARMACEUTICO, FARMACEUTICO BIOQUIMICO - GOP4																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	6.157,27	6.231,16	6.305,93	6.381,60	6.458,18	6.535,68	6.614,11	6.693,48	6.773,80	6.855,08	6.937,35	7.020,59	7.104,84	7.190,10	7.276,38	7.363,70	7.452,06	7.541,49	7.631,98
F	7.080,86	7.165,83	7.251,82	7.338,84	7.426,91	7.516,03	7.606,22	7.697,50	7.789,87	7.883,35	7.977,95	8.073,68	8.170,57	8.268,61	8.367,84	8.468,25	8.569,87	8.672,71	8.776,78
G	8.142,99	8.240,71	8.339,59	8.439,67	8.540,95	8.643,44	8.747,16	8.852,12	8.958,35	9.065,85	9.174,64	9.284,74	9.396,15	9.508,91	9.623,01	9.738,49	9.855,35	9.973,61	10.093,30
H	9.771,59	9.888,85	10.007,51	10.127,60	10.249,13	10.372,12	10.496,59	10.622,55	10.750,02	10.879,02	11.009,57	11.141,68	11.275,38	11.410,69	11.547,62	11.686,19	11.826,42	11.968,34	12.111,96
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	7.723,57	7.816,25	7.910,05	8.004,97	8.101,03	8.198,24	8.296,62	8.396,18	8.496,93	8.598,89	8.702,08	8.806,50	8.912,18	9.019,13	9.127,36	9.236,89	9.347,73	9.459,90	9.573,42
F	8.882,10	8.988,69	9.096,55	9.205,71	9.316,18	9.427,97	9.541,11	9.655,60	9.771,47	9.888,73	10.007,39	10.127,48	10.249,01	10.372,00	10.496,46	10.622,42	10.749,89	10.878,89	11.009,43
G	10.214,42	10.336,99	10.461,03	10.586,57	10.713,61	10.842,17	10.972,28	11.103,94	11.237,19	11.372,04	11.508,50	11.646,60	11.786,36	11.927,80	12.070,93	12.215,78	12.362,37	12.510,72	12.660,85
H	12.257,30	12.404,39	12.553,24	12.703,88	12.856,33	13.010,60	13.166,73	13.324,73	13.484,63	13.646,44	13.810,20	13.975,92	14.143,63	14.313,36	14.485,12	14.658,94	14.834,85	15.012,86	15.193,02
CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO - GOP5																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
C	3.911,66	3.958,60	4.006,10	4.054,18	4.102,83	4.152,06	4.201,89	4.252,31	4.303,34	4.354,98	4.407,24	4.460,12	4.513,64	4.567,81	4.622,62	4.678,09	4.734,23	4.791,04	4.848,53
D	4.107,24	4.156,53	4.206,41	4.256,89	4.307,97	4.359,66	4.411,98	4.464,92	4.518,50	4.572,72	4.627,60	4.683,13	4.739,33	4.796,20	4.853,75	4.912,00	4.970,94	5.030,59	5.090,96
E	4.517,97	4.572,18	4.627,05	4.682,57	4.738,76	4.795,63	4.853,18	4.911,42	4.970,35	5.030,00	5.090,36	5.151,44	5.213,26	5.275,82	5.339,13	5.403,20	5.468,03	5.533,65	5.600,06
F	5.195,67	5.258,01	5.321,11	5.384,96	5.449,58	5.514,97	5.581,15	5.648,13	5.715,91	5.784,50	5.853,91	5.924,16	5.995,25	6.067,19	6.140,00	6.213,68	6.288,24	6.363,70	6.440,06
G	5.975,02	6.046,71	6.119,27	6.192,70	6.267,02	6.342,22	6.418,33	6.495,35	6.573,29	6.652,17	6.732,00	6.812,78	6.894,53	6.977,27	7.061,00	7.145,73	7.231,48	7.318,25	7.406,07
H	7.170,02	7.256,05	7.343,13	7.431,24	7.520,42	7.610,66	7.701,99	7.794,42	7.887,95	7.982,60	8.078,40	8.175,34	8.273,44	8.372,72	8.473,19	8.574,87	8.677,77	8.781,90	8.887,29
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
C	4.906,72	4.965,60	5.025,18	5.085,48	5.146,51	5.208,27	5.270,77	5.334,02	5.398,03	5.462,80	5.528,36	5.594,70	5.661,83	5.729,77	5.798,53	5.868,11	5.938,53	6.009,79	6.081,91
D	5.152,05	5.213,88	5.276,44	5.339,76	5.403,84	5.468,68	5.534,31	5.600,72	5.667,93	5.735,94	5.804,77	5.874,43	5.944,92	6.016,26	6.088,46	6.161,52	6.235,46	6.310,28	6.386,01
E	5.667,26	5.735,26	5.804,09	5.873,74	5.944,22	6.015,55	6.087,74	6.160,79	6.234,72	6.309,54	6.385,25	6.461,87	6.539,42	6.617,89	6.697,30	6.777,67	6.859,00	6.941,31	7.024,61
F	6.517,34	6.595,55	6.674,70	6.754,80	6.835,85	6.917,88	7.000,90	7.084,91	7.169,93	7.255,97	7.343,04	7.431,15	7.520,33	7.610,57	7.701,90	7.794,32	7.887,85	7.982,51	8.078,30
G	7.494,95	7.584,89	7.675,90	7.768,01	7.861,23	7.955,57	8.051,03	8.147,64	8.245,42	8.344,36	8.444,49	8.545,83	8.648,38	8.752,16	8.857,18	8.963,47	9.071,03	9.179,88	9.290,04

H	8.993,94	9.101,86	9.211,08	9.321,62	9.433,48	9.546,68	9.661,24	9.777,17	9.894,50	10.013,23	10.133,39	10.254,99	10.378,05	10.502,59	10.628,62	10.756,16	10.885,24	11.015,86	11.148,05
CARGO: DENTISTA; VETERINÁRIO - GOP6																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	3.984,07	4.031,88	4.080,26	4.129,22	4.178,78	4.228,92	4.279,67	4.331,02	4.383,00	4.435,59	4.488,82	4.542,68	4.597,20	4.652,36	4.708,19	4.764,69	4.821,87	4.879,73	4.938,29
F	4.581,68	4.636,66	4.692,30	4.748,61	4.805,59	4.863,26	4.921,62	4.980,68	5.040,45	5.100,93	5.162,14	5.224,09	5.286,78	5.350,22	5.414,42	5.479,39	5.545,15	5.611,69	5.679,03
G	5.268,93	5.332,16	5.396,15	5.460,90	5.526,43	5.592,75	5.659,86	5.727,78	5.796,51	5.866,07	5.936,46	6.007,70	6.079,79	6.152,75	6.226,58	6.301,30	6.376,92	6.453,44	6.530,88
H	6.322,71	6.398,59	6.475,37	6.553,08	6.631,72	6.711,30	6.791,83	6.873,33	6.955,81	7.039,28	7.123,76	7.209,24	7.295,75	7.383,30	7.471,90	7.561,56	7.652,30	7.744,13	7.837,06
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	4.997,54	5.057,52	5.118,21	5.179,62	5.241,78	5.304,68	5.368,34	5.432,76	5.497,95	5.563,93	5.630,69	5.698,26	5.766,64	5.835,84	5.905,87	5.976,74	6.048,46	6.121,04	6.194,50
F	5.747,18	5.816,14	5.885,94	5.956,57	6.028,05	6.100,38	6.173,59	6.247,67	6.322,64	6.398,51	6.475,30	6.553,00	6.631,64	6.711,22	6.791,75	6.873,25	6.955,73	7.039,20	7.123,67
G	6.609,25	6.688,56	6.768,83	6.850,05	6.932,25	7.015,44	7.099,63	7.184,82	7.271,04	7.358,29	7.446,59	7.535,95	7.626,38	7.717,90	7.810,51	7.904,24	7.999,09	8.095,08	8.192,22
H	7.931,10	8.026,28	8.122,59	8.220,06	8.318,70	8.418,53	8.519,55	8.621,79	8.725,25	8.829,95	8.935,91	9.043,14	9.151,66	9.261,48	9.372,62	9.485,09	9.598,91	9.714,09	9.830,66
CARGO: DENTISTA - GOP7																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	7.968,19	8.063,81	8.160,57	8.258,50	8.357,60	8.457,89	8.559,39	8.662,10	8.766,05	8.871,24	8.977,69	9.085,43	9.194,45	9.304,79	9.416,44	9.529,44	9.643,79	9.759,52	9.876,63
F	9.163,42	9.273,38	9.384,66	9.497,28	9.611,24	9.726,58	9.843,30	9.961,42	10.080,95	10.201,93	10.324,35	10.448,24	10.573,62	10.700,50	10.828,91	10.958,86	11.090,36	11.223,45	11.358,13
G	10.537,93	10.664,39	10.792,36	10.921,87	11.052,93	11.185,56	11.319,79	11.455,63	11.593,10	11.732,21	11.873,00	12.015,48	12.159,66	12.305,58	12.453,25	12.602,68	12.753,92	12.906,96	13.061,85
H	12.645,52	12.797,26	12.950,83	13.106,24	13.263,52	13.422,68	13.583,75	13.746,76	13.911,72	14.078,66	14.247,60	14.418,57	14.591,59	14.766,69	14.943,89	15.123,22	15.304,70	15.488,36	15.674,22
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	9.995,15	10.115,09	10.236,48	10.359,31	10.483,62	10.609,43	10.736,74	10.865,58	10.995,97	11.127,92	11.261,46	11.396,59	11.533,35	11.671,75	11.811,81	11.953,56	12.097,00	12.242,16	12.389,07
F	11.494,43	11.632,36	11.771,95	11.913,21	12.056,17	12.200,84	12.347,25	12.495,42	12.645,36	12.797,11	12.950,67	13.106,08	13.263,36	13.422,52	13.583,59	13.746,59	13.911,55	14.078,49	14.247,43
G	13.218,59	13.377,21	13.537,74	13.700,19	13.864,59	14.030,97	14.199,34	14.369,73	14.542,17	14.716,68	14.893,28	15.071,99	15.252,86	15.435,89	15.621,12	15.808,58	15.998,28	16.190,26	16.384,54
H	15.862,31	16.052,65	16.245,29	16.440,23	16.637,51	16.837,16	17.039,21	17.243,68	17.450,60	17.660,01	17.871,93	18.086,39	18.303,43	18.523,07	18.745,35	18.970,29	19.197,94	19.428,31	19.661,45
CARGO: ENFERMEIRO PLANTONISTA - GOP8																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 12/36																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	4.680,81	4.736,98	4.793,82	4.851,35	4.909,57	4.968,48	5.028,10	5.088,44	5.149,50	5.211,29	5.273,83	5.337,12	5.401,16	5.465,98	5.531,57	5.597,95	5.665,12	5.733,10	5.801,90
F	5.382,93	5.447,53	5.512,90	5.579,05	5.646,00	5.713,75	5.782,32	5.851,71	5.921,93	5.992,99	6.064,90	6.137,68	6.211,34	6.285,87	6.361,30	6.437,64	6.514,89	6.593,07	6.672,18
G	6.190,37	6.264,66	6.339,83	6.415,91	6.492,90	6.570,82	6.649,67	6.729,46	6.810,21	6.891,94	6.974,64	7.058,34	7.143,04	7.228,75	7.315,50	7.403,28	7.492,12	7.582,03	7.673,01
H	7.428,45	7.517,59	7.607,80	7.699,09	7.791,48	7.884,98	7.979,60	8.075,35	8.172,26	8.270,32	8.369,57	8.470,00	8.571,64	8.674,50	8.778,60	8.883,94	8.990,55	9.098,43	9.207,62
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	5.871,52	5.941,98	6.013,28	6.085,44	6.158,47	6.232,37	6.307,16	6.382,85	6.459,44	6.536,95	6.615,40	6.694,78	6.775,12	6.856,42	6.938,70	7.021,96	7.106,22	7.191,50	7.277,80
F	6.752,25	6.833,28	6.915,28	6.998,26	7.082,24	7.167,23	7.253,23	7.340,27	7.428,36	7.517,50	7.607,71	7.699,00	7.791,39	7.884,88	7.979,50	8.075,26	8.172,16	8.270,22	8.369,47
G	7.765,09	7.858,27	7.952,57	8.048,00	8.144,58	8.242,31	8.341,22	8.441,31	8.542,61	8.645,12	8.748,86	8.853,85	8.960,09	9.067,62	9.176,43	9.286,54	9.397,98	9.510,76	9.624,89
H	9.318,11	9.429,92	9.543,08	9.657,60	9.773,49	9.890,77	10.009,46	10.129,58	10.251,13	10.374,14	10.498,63	10.624,62	10.752,11	10.881,14	11.011,71	11.143,85	11.277,58	11.412,91	11.549,86
CARGO: MÉDICO - GOP9																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
E	15.936,35	16.127,59	16.321,12	16.516,97	16.715,17	16.915,76	17.118,75	17.324,17	17.532,06	17.742,45	17.955,35	18.170,82	18.388,87	18.609,54	18.832,85	19.058,84	19.287,55	19.519,00	19.753,23
F	18.326,80	18.546,72	18.769,28	18.994,52	19.222,45	19.453,12	19.686,56	19.922,80	20.161,87	20.403,81	20.648,66	20.896,44	21.147,20	21.400,97	21.657,78	21.917,67	22.180,68	22.446,85	22.716,21
G	21.075,82	21.328,73	21.584,68	21.843,69	22.105,82	22.371,09	22.639,54	22.911,22	23.186,15	23.464,38	23.745,96	24.030,91	24.319,28	24.611,11	24.906,44	25.205,32	25.507,78	25.813,88	26.123,64
H	25.290,99	25.594,48	25.901,61	26.212,43	26.526,98	26.845,31	27.167,45	27.493,46	27.823,38	28.157,26	28.495,15	28.837,09	29.183,13	29.533,33	29.887,73	30.246,38	30.609,34	30.976,65	31.348,37
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E	19.990,27	20.230,15	20.472,91	20.718,59	20.967,21	21.218,82	21.473,44	21.731,12	21.991,90	22.255,80	22.522,87	22.793,14	23.066,66	23.343,46	23.623,58	23.907,07	24.193,95	24.484,28	24.778,09
F	22.988,81	23.264,67	23.543,85	23.826,38	24.112,29	24.401,64	24.694,46	24.990,79	25.290,68	25.594,17	25.901,30	26.212,12	26.526,66	26.844,98	27.167,12	27.493,13	27.823,04	28.156,92	28.494,80
G	26.437,13	26.754,37	27.075,43	27.400,33	27.729,14	28.061,88	28.398,63	28.739,41	29.084,28	29.433,30	29.786,50	30.143,93	30.505,66	30.871,73	31.242,19	31.617,10	31.996,50	32.380,46	32.769,02
H	31.724,55	32.105,25	32.490,51	32.880,40	33.274,96	33.674,26	34.078,35	34.487,29	34.901,14	35.319,95	35.743,79	36.172,72	36.606,79	37.046,07	37.490,63	37.940,51	38.395,80	38.856,55	39.322,83
CARGOS: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA- GOP10																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19

E	**2.709,15**	**2.741,66**	**2.774,56**	**2.807,85**	**2.841,55**	**2.875,65**	**2.910,16**	**2.945,08**	**2.980,42**	**3.016,18**	**3.052,38**	**3.089,01**	**3.126,07**	**3.163,59**	**3.201,55**	**3.239,97**	**3.278,85**	**3.318,19**	**3.358,01**
F	**3.115,52**	**3.152,91**	**3.190,74**	**3.229,03**	**3.267,78**	**3.306,99**	**3.346,68**	**3.386,84**	**3.427,48**	**3.468,61**	**3.510,23**	**3.552,36**	**3.594,98**	**3.638,12**	**3.681,78**	**3.725,96**	**3.770,67**	**3.815,92**	**3.861,71**
G	**3.582,85**	**3.625,85**	**3.669,36**	**3.713,39**	**3.757,95**	**3.803,04**	**3.848,68**	**3.894,86**	**3.941,60**	**3.988,90**	**4.036,77**	**4.085,21**	**4.134,23**	**4.183,84**	**4.234,05**	**4.284,86**	**4.336,28**	**4.388,31**	**4.440,97**
H	**4.364,25**	**4.351,01**	**4.403,23**	**4.456,06**	**4.509,54**	**4.563,65**	**4.618,42**	**4.673,84**	**4.729,92**	**4.786,68**	**4.844,12**	**4.902,25**	**4.961,08**	**5.020,61**	**5.080,86**	**5.141,83**	**5.203,53**	**5.265,97**	**5.329,17**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
E	**3.398,31**	**3.439,09**	**3.480,36**	**3.522,12**	**3.564,39**	**3.607,16**	**3.650,45**	**3.694,25**	**3.738,58**	**3.783,44**	**3.828,85**	**3.874,79**	**3.921,29**	**3.968,35**	**4.015,97**	**4.064,16**	**4.112,93**	**4.162,28**	**4.212,23**
F	**3.908,05**	**3.954,95**	**4.002,41**	**4.050,44**	**4.099,04**	**4.148,23**	**4.198,01**	**4.248,39**	**4.299,37**	**4.350,96**	**4.403,17**	**4.456,01**	**4.509,48**	**4.563,60**	**4.618,36**	**4.673,78**	**4.729,87**	**4.786,62**	**4.844,06**
G	**4.494,26**	**4.548,19**	**4.602,77**	**4.658,01**	**4.713,90**	**4.770,47**	**4.827,71**	**4.885,65**	**4.944,27**	**5.003,61**	**5.063,65**	**5.124,41**	**5.185,91**	**5.248,14**	**5.311,11**	**5.374,85**	**5.439,35**	**5.504,62**	**5.570,67**
H	**5.393,12**	**5.457,83**	**5.523,33**	**5.589,61**	**5.656,68**	**5.724,56**	**5.793,26**	**5.862,78**	**5.933,13**	**6.004,33**	**6.076,38**	**6.149,30**	**6.223,09**	**6.297,76**	**6.373,34**	**6.449,82**	**6.527,21**	**6.605,54**	**6.684,81**
ANEXO XIII CARGOS EM EXTINÇÃO - GOCE																			
CARGOS: AUXILIAR DE LABORATÓRIO - GOCE1																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
C	**2.462,86**	**2.492,41**	**2.522,32**	**2.552,59**	**2.583,22**	**2.614,22**	**2.645,59**	**2.677,34**	**2.709,47**	**2.741,98**	**2.774,88**	**2.808,18**	**2.841,88**	**2.875,98**	**2.910,50**	**2.945,42**	**2.980,77**	**3.016,54**	**3.052,73**
D	**2.586,00**	**2.617,04**	**2.648,44**	**2.680,22**	**2.712,38**	**2.744,93**	**2.777,87**	**2.811,21**	**2.844,94**	**2.879,08**	**2.913,63**	**2.948,59**	**2.983,97**	**3.019,78**	**3.056,02**	**3.092,69**	**3.129,80**	**3.167,36**	**3.205,37**
E	**2.844,60**	**2.878,74**	**2.913,28**	**2.948,24**	**2.983,62**	**3.019,43**	**3.055,66**	**3.092,33**	**3.129,43**	**3.166,99**	**3.204,99**	**3.243,45**	**3.282,37**	**3.321,76**	**3.361,62**	**3.401,96**	**3.442,79**	**3.484,10**	**3.525,91**
F	**3.271,29**	**3.310,55**	**3.350,28**	**3.390,48**	**3.431,16**	**3.472,34**	**3.514,01**	**3.556,18**	**3.598,85**	**3.642,04**	**3.685,74**	**3.729,97**	**3.774,73**	**3.820,03**	**3.865,87**	**3.912,26**	**3.959,20**	**4.006,71**	**4.054,79**
G	**3.761,99**	**3.807,13**	**3.852,82**	**3.899,05**	**3.945,84**	**3.993,19**	**4.041,11**	**4.089,60**	**4.138,68**	**4.188,34**	**4.238,60**	**4.289,46**	**4.340,94**	**4.393,03**	**4.445,75**	**4.499,09**	**4.553,08**	**4.607,72**	**4.663,01**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
C	**3.089,37**	**3.126,44**	**3.163,96**	**3.201,92**	**3.240,35**	**3.279,23**	**3.318,58**	**3.358,40**	**3.398,71**	**3.439,49**	**3.480,76**	**3.522,53**	**3.564,80**	**3.607,58**	**3.650,87**	**3.694,68**	**3.739,02**	**3.783,89**	**3.829,29**
D	**3.243,84**	**3.282,76**	**3.322,15**	**3.362,02**	**3.402,36**	**3.443,19**	**3.484,51**	**3.526,33**	**3.568,64**	**3.611,46**	**3.654,80**	**3.698,66**	**3.743,04**	**3.787,96**	**3.833,42**	**3.879,42**	**3.925,97**	**3.973,08**	**4.020,76**
E	**3.568,22**	**3.611,04**	**3.654,37**	**3.698,22**	**3.742,60**	**3.787,51**	**3.832,96**	**3.878,96**	**3.925,51**	**3.972,61**	**4.020,28**	**4.068,53**	**4.117,35**	**4.166,76**	**4.216,76**	**4.267,36**	**4.318,57**	**4.370,39**	**4.422,83**
F	**4.103,45**	**4.152,69**	**4.202,53**	**4.252,96**	**4.303,99**	**4.355,64**	**4.407,91**	**4.460,80**	**4.514,33**	**4.568,50**	**4.623,32**	**4.678,80**	**4.734,95**	**4.791,77**	**4.849,27**	**4.907,46**	**4.966,35**	**5.025,95**	**5.086,26**
G	**4.718,97**	**4.775,60**	**4.832,90**	**4.890,90**	**4.949,59**	**5.008,98**	**5.069,09**	**5.129,92**	**5.191,48**	**5.253,78**	**5.316,82**	**5.380,63**	**5.445,19**	**5.510,54**	**5.576,66**	**5.643,58**	**5.711,30**	**5.779,84**	**5.849,20**
CARGOS: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, VIVEIRISTA - GOCE3**																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**1.621,00**	**1.640,45**	**1.660,14**	**1.680,06**	**1.700,22**	**1.720,62**	**1.741,27**	**1.762,17**	**1.783,31**	**1.804,71**	**1.826,37**	**1.848,28**	**1.870,46**	**1.892,91**	**1.915,62**	**1.938,61**	**1.961,87**	**1.985,42**	**2.009,24**
B	**1.669,63**	**1.689,67**	**1.709,94**	**1.730,46**	**1.751,23**	**1.772,24**	**1.793,51**	**1.815,03**	**1.836,81**	**1.858,85**	**1.881,16**	**1.903,73**	**1.926,58**	**1.949,70**	**1.973,09**	**1.996,77**	**2.020,73**	**2.044,98**	**2.069,52**
C	**1.753,11**	**1.774,15**	**1.795,44**	**1.816,98**	**1.838,79**	**1.860,85**	**1.883,18**	**1.905,78**	**1.928,65**	**1.951,79**	**1.975,22**	**1.998,92**	**2.022,91**	**2.047,18**	**2.071,75**	**2.096,61**	**2.121,77**	**2.147,23**	**2.173,00**
D	**1.840,77**	**1.862,86**	**1.885,21**	**1.907,83**	**1.930,73**	**1.953,90**	**1.977,34**	**2.001,07**	**2.025,08**	**2.049,38**	**2.073,98**	**2.098,86**	**2.124,05**	**2.149,54**	**2.175,33**	**2.201,44**	**2.227,86**	**2.254,59**	**2.281,64**
E	**2.024,84**	**2.049,14**	**2.073,73**	**2.098,62**	**2.123,80**	**2.149,29**	**2.175,08**	**2.201,18**	**2.227,59**	**2.254,32**	**2.281,37**	**2.308,75**	**2.336,46**	**2.364,49**	**2.392,87**	**2.421,58**	**2.450,64**	**2.480,05**	**2.509,81**
F	**2.328,57**	**2.356,51**	**2.384,79**	**2.413,41**	**2.442,37**	**2.471,68**	**2.501,34**	**2.531,35**	**2.561,73**	**2.592,47**	**2.623,58**	**2.655,06**	**2.686,92**	**2.719,17**	**2.751,80**	**2.784,82**	**2.818,24**	**2.852,06**	**2.886,28**
G	**2.677,86**	**2.709,99**	**2.742,51**	**2.775,42**	**2.808,73**	**2.842,43**	**2.876,54**	**2.911,06**	**2.945,99**	**2.981,34**	**3.017,12**	**3.053,32**	**3.089,96**	**3.127,04**	**3.164,57**	**3.202,54**	**3.240,97**	**3.279,86**	**3.319,22**
H	**3.213,43**	**3.251,99**	**3.291,01**	**3.330,50**	**3.370,47**	**3.410,92**	**3.451,85**	**3.493,27**	**3.535,19**	**3.577,61**	**3.620,54**	**3.663,99**	**3.707,96**	**3.752,45**	**3.797,48**	**3.843,05**	**3.889,17**	**3.935,84**	**3.983,07**
CLASSES																			
NÍVEIS	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**
A	**2.033,35**	**2.057,75**	**2.082,45**	**2.107,44**	**2.132,72**	**2.158,32**	**2.184,22**	**2.210,43**	**2.236,95**	**2.263,80**	**2.290,96**	**2.318,45**	**2.346,27**	**2.374,43**	**2.402,92**	**2.431,76**	**2.460,94**	**2.490,47**	**2.520,36**
B	**2.094,35**	**2.119,49**	**2.144,92**	**2.170,66**	**2.196,71**	**2.223,07**	**2.249,74**	**2.276,74**	**2.304,06**	**2.331,71**	**2.359,69**	**2.388,01**	**2.416,66**	**2.445,66**	**2.475,01**	**2.504,71**	**2.534,77**	**2.565,18**	**2.595,97**
C	**2.199,07**	**2.225,46**	**2.252,17**	**2.279,19**	**2.306,54**	**2.334,22**	**2.362,23**	**2.390,58**	**2.419,26**	**2.448,30**	**2.477,68**	**2.507,41**	**2.537,50**	**2.567,95**	**2.598,76**	**2.629,95**	**2.661,51**	**2.693,44**	**2.725,77**
D	**2.309,02**	**2.336,73**	**2.364,77**	**2.393,15**	**2.421,87**	**2.450,93**	**2.480,34**	**2.510,11**	**2.540,23**	**2.570,71**	**2.601,56**	**2.632,78**	**2.664,37**	**2.696,34**	**2.728,70**	**2.761,44**	**2.794,58**	**2.828,12**	**2.862,05**
E	**2.539,93**	**2.570,41**	**2.601,25**	**2.632,47**	**2.664,06**	**2.696,02**	**2.728,38**	**2.761,12**	**2.794,25**	**2.827,78**	**2.861,72**	**2.896,06**	**2.930,81**	**2.965,98**	**3.001,57**	**3.037,59**	**3.074,04**	**3.110,93**	**3.148,26**
F	**2.920,92**	**2.955,97**	**2.991,44**	**3.027,34**	**3.063,66**	**3.100,43**	**3.137,63**	**3.175,28**	**3.213,39**	**3.251,95**	**3.290,97**	**3.330,46**	**3.370,43**	**3.410,87**	**3.451,81**	**3.493,23**	**3.535,15**	**3.577,57**	**3.620,50**
G	**3.359,05**	**3.399,36**	**3.440,15**	**3.481,43**	**3.523,21**	**3.565,49**	**3.608,28**	**3.651,58**	**3.695,40**	**3.739,74**	**3.784,62**	**3.830,03**	**3.875,99**	**3.922,51**	**3.969,58**	**4.017,21**	**4.065,42**	**4.114,20**	**4.163,57**
H	**4.030,86**	**4.079,23**	**4.128,18**	**4.177,72**	**4.227,86**	**4.278,59**	**4.329,93**	**4.381,89**	**4.434,48**	**4.487,69**	**4.541,54**	**4.596,04**	**4.651,19**	**4.707,01**	**4.763,49**	**4.820,65**	**4.878,50**	**4.937,04**	**4.996,29**
CARGOS: COVEIRO, MAGAREFE, PEDREIRO, SERRALHEIRO, OPERADOR DE MAQUINAS - GOCE4																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																			
CLASSES																			
NÍVEIS	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
A	**2.322,45**	**2.350,32**	**2.378,52**	**2.407,07**	**2.435,95**	**2.465,18**	**2.494,76**	**2.524,70**	**2.555,00**	**2.585,66**	**2.616,69**	**2.648,09**	**2.679,86**	**2.712,02**	**2.744,57**	**2.777,50**	**2.810,83**	**2.844,56**	**2.878,69**
B	**2.392,12**	**2.420,83**	**2.449,88**	**2.479,28**	**2.509,03**	**2.539,14**	**2.569,61**	**2.600,44**	**2.631,65**	**2.663,23**	**2.695,19**	**2.727,53**	**2.760,26**	**2.793,38**	**2.826,90**	**2.860,82**	**2.895,15**	**2.929,90**	**2.965,06**
C	**2.511,73**	**2.541,87**	**2.572,37**	**2.603,24**	**2.634,48**	**2.666,09**	**2.698,09**	**2.730,46**	**2.763,23**	**2.796,39**	**2.829,95**	**2.863,90**	**2.898,27**	**2.933,05**	**2.968,25**	**3.003,87**	**3.039,91**	**3.076,39**	**3.113,31**
D	**2.637,33**	**2.668,96**	**2.700,99**	**2.733,40**	**2.766,20**	**2.799,40**	**2.832,99**	**2.866,99**	**2.901,39**	**2.936,21**	**2.971,44**	**3.007,10**	**3.043,18**	**3.079,70**	**3.116,66**	**3.154,06**	**3.191,91**	**3.230,21**	**3.268,97**
E	**2.901,06**	**2.935,86**	**2.971,09**	**3.006,74**	**3.042,82**	**3.079,34**	**3.116,29**	**3.153,69**	**3.191,53**	**3.229,83**	**3.268,59**	**3.307,81**	**3.347,50**	**3.387,67**	**3.428,33**	**3.469,47**	**3.511,10**	**3.553,23**	**3.595,87**
F	**3.336,22**	**3.376,24**	**3.416,75**	**3.457,76**	**3.499,25**	**3.541,24**	**3.583,73**	**3.626,74**	**3.670,26**	**3.714,30**	**3.758,87**	**3.803,98**	**3.849,63**	**3.895,82**	**3.942,57**	**3.989,89**	**4.037,76**	**4.086,22**	**4.135,25**
G	**3.836,65**	**3.882,69**	**3.929,29**	**3.976,44**	**4.024,14**	**4.072,43**	**4.121,29**	**4.170,75**	**4.220,80**	**4.271,45**	**4.322,71**	**4.374,58**	**4.427,07**	**4.480,20**	**4.533,96**	**4.588,37**	**4.643,43**	**4.699,15**	**4.755,54**
H	**4.603,98**	**4.659,23**	**4.715,14**	**4.771,72**	**4.828,96**	**4.886,91**	**4.945,55**	**5.004,90**	**5.064,96**	**5.125,74**	**5.187,25**	**5.249,49**	**5.312,49**	**5.376,24**	**5.440,75**	**5.506,04**	**5.572,11**	**5.638,98**	**5.706,65**

CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
A	2.913,24	2.948,20	2.983,58	3.019,38	3.055,61	3.092,28	3.129,39	3.166,94	3.204,94	3.243,40	3.282,32	3.321,71	3.361,57	3.401,91	3.442,73	3.484,05	3.525,85	3.568,16	3.610,99
B	3.000,64	3.036,64	3.073,08	3.109,96	3.147,28	3.185,05	3.223,27	3.261,95	3.301,09	3.340,70	3.380,79	3.421,36	3.462,42	3.503,97	3.546,01	3.588,57	3.631,63	3.675,21	3.719,32
C	3.150,67	3.188,48	3.226,74	3.265,46	3.304,64	3.344,30	3.384,43	3.425,04	3.466,15	3.507,74	3.549,83	3.592,43	3.635,54	3.679,17	3.723,32	3.768,00	3.813,21	3.858,97	3.905,29
D	3.308,20	3.347,90	3.388,07	3.428,73	3.469,88	3.511,51	3.553,65	3.596,30	3.639,45	3.683,13	3.727,32	3.772,05	3.817,32	3.863,12	3.909,48	3.956,39	4.003,87	4.051,92	4.100,56
E	3.639,02	3.682,69	3.726,88	3.771,60	3.816,86	3.862,67	3.909,02	3.955,93	4.003,40	4.051,44	4.100,06	4.149,26	4.199,05	4.249,44	4.300,43	4.352,03	4.404,26	4.457,11	3.235,79
F	4.184,87	4.235,09	4.285,91	4.337,35	4.389,39	4.442,07	4.495,37	4.549,32	4.603,91	4.659,15	4.715,06	4.771,64	4.828,90	4.886,85	4.945,49	5.004,84	5.064,90	5.125,68	3.721,16
G	4.812,60	4.870,35	4.928,80	4.987,94	5.047,80	5.108,38	5.169,68	5.231,71	5.294,49	5.358,03	5.422,32	5.487,39	5.553,24	5.619,88	5.687,32	5.755,57	5.824,63	5.894,53	4.279,33
H	5.775,12	5.844,42	5.914,56	5.985,53	6.057,36	6.130,05	6.203,61	6.278,06	6.353,39	6.429,63	6.506,79	6.584,87	6.663,89	6.743,85	6.824,78	6.906,68	6.989,56	7.073,43	5.135,20
CARGOS: AUXILIAR DE ENFERMAGEM - GOCE5																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
C	2.100,69	2.125,90	2.151,41	2.177,23	2.203,35	2.229,79	2.256,55	2.283,63	2.311,03	2.338,76	2.366,83	2.395,23	2.423,97	2.453,06	2.482,50	2.512,29	2.542,44	2.572,95	2.603,82
D	2.205,72	2.232,19	2.258,97	2.286,08	2.313,52	2.341,28	2.369,37	2.397,81	2.426,58	2.455,70	2.485,17	2.514,99	2.545,17	2.575,71	2.606,62	2.637,90	2.669,55	2.701,59	2.734,01
E	2.426,29	2.455,41	2.484,87	2.514,69	2.544,87	2.575,41	2.606,31	2.637,59	2.669,24	2.701,27	2.733,68	2.766,49	2.799,69	2.833,28	2.867,28	2.901,69	2.936,51	2.971,75	3.007,41
F	2.790,24	2.823,72	2.857,60	2.891,89	2.926,60	2.961,72	2.997,26	3.033,22	3.069,62	3.106,46	3.143,74	3.181,46	3.219,64	3.258,27	3.297,37	3.336,94	3.376,98	3.417,51	3.458,52
G	3.208,77	3.247,28	3.286,24	3.325,68	3.365,59	3.405,97	3.446,85	3.488,21	3.530,07	3.572,43	3.615,30	3.658,68	3.702,58	3.747,01	3.791,98	3.837,48	3.883,53	3.930,13	3.977,30
H	3.850,53	3.896,73	3.943,49	3.990,81	4.038,70	4.087,17	4.136,21	4.185,85	4.236,08	4.286,91	4.338,36	4.390,42	4.443,10	4.496,42	4.550,37	4.604,98	4.660,24	4.716,16	4.772,76
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
C	2.635,07	2.666,69	2.698,69	2.731,07	2.763,85	2.797,01	2.830,58	2.864,54	2.898,92	2.933,70	2.968,91	3.004,54	3.040,59	3.077,08	3.114,00	3.151,37	3.189,19	3.227,46	3.266,19
D	2.766,82	2.800,02	2.833,62	2.867,63	2.902,04	2.936,86	2.972,10	3.007,77	3.043,86	3.080,39	3.117,35	3.154,76	3.192,62	3.230,93	3.269,70	3.308,94	3.348,64	3.388,83	3.429,49
E	3.043,50	3.080,02	3.116,98	3.154,39	3.192,24	3.230,55	3.269,31	3.308,55	3.348,25	3.388,43	3.429,09	3.470,24	3.511,88	3.554,02	3.596,67	3.639,83	3.683,51	3.727,71	3.772,44
F	3.500,03	3.542,03	3.584,53	3.627,55	3.671,08	3.715,13	3.759,71	3.804,83	3.850,49	3.896,69	3.943,45	3.990,77	4.038,66	4.087,13	4.136,17	4.185,81	4.236,04	4.286,87	4.338,31
G	4.025,03	4.073,33	4.122,21	4.171,68	4.221,74	4.272,40	4.323,67	4.375,55	4.428,06	4.481,20	4.534,97	4.589,39	4.644,46	4.700,20	4.756,60	4.813,68	4.871,44	4.929,90	4.989,06
H	4.830,04	4.888,00	4.946,65	5.006,01	5.066,09	5.126,88	5.188,40	5.250,66	5.313,67	5.377,43	5.441,96	5.507,27	5.573,35	5.640,23	5.707,92	5.776,41	5.845,73	5.915,88	5.986,87
CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS - GOCE6																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas																			
CLASSES																			
NÍVEL EM EXTINÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
A	1.882,49	1.905,08	1.927,94	1.951,07	1.974,49	1.998,18	2.022,16	2.046,42	2.070,98	2.095,83	2.120,99	2.146,44	2.172,19	2.198,26	2.224,64	2.251,33	2.278,35	2.305,69	2.333,36
CLASSES																			
NÍVEL EM EXTINÇÃO	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
A	2.361,36	2.389,69	2.481,37	2.447,39	2.476,76	2.506,48	2.536,56	2.567,00	2.597,80	2.628,98	2.660,53	2.692,46	2.724,76	2.757,46	2.790,46	2.824,03	2.857,92	2.892,21	2.926,92
CARGO: INSPETOR DE ALUNOS; - GOCE 7																			
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS																			
CLASSES																			
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B	1.938,96	1.962,23	1.985,77	2.009,60	2.033,72	2.058,12	2.082,82	2.107,81	2.133,11	2.158,71	2.184,61	2.210,83	2.237,36	2.264,20	2.291,37	2.318,87	2.346,70	2.374,86	2.403,36
C	2.035,91	2.060,34	2.085,06	2.110,08	2.135,40	2.161,03	2.186,96	2.213,21	2.239,76	2.266,64	2.293,84	2.321,37	2.349,22	2.377,41	2.405,94	2.434,81	2.464,03	2.493,60	2.523,52
D	2.137,70	2.163,36	2.189,32	2.215,59	2.242,17	2.269,08	2.296,31	2.323,87	2.351,75	2.379,97	2.408,53	2.437,44	2.466,68	2.496,28	2.526,24	2.556,55	2.587,23	2.618,28	2.649,70
E	2.351,47	2.379,69	2.408,25	2.437,15	2.466,39	2.495,99	2.525,94	2.556,25	2.586,93	2.617,97	2.649,39	2.681,18	2.713,35	2.745,91	2.778,86	2.812,21	2.845,96	2.880,11	2.914,67
F	2.704,20	2.736,65	2.769,48	2.802,72	2.836,35	2.870,39	2.904,83	2.939,69	2.974,97	3.010,67	3.046,79	3.083,36	3.120,36	3.157,80	3.195,69	3.234,04	3.272,85	3.312,12	3.351,87
G	3.109,83	3.147,15	3.184,91	3.223,13	3.261,80	3.300,95	3.340,56	3.380,64	3.421,21	3.462,27	3.503,81	3.545,86	3.588,41	3.631,47	3.675,05	3.719,15	3.763,78	3.808,94	3.854,65
H	3.731,80	3.776,58	3.821,90	3.867,76	3.914,16	3.961,13	4.008,67	4.056,77	4.105,45	4.154,72	4.204,58	4.255,03	4.306,09	4.357,76	4.410,06	4.462,98	4.516,53	4.570,73	4.625,58
CLASSES																			
NÍVEIS	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38
B	2.432,20	2.461,38	2.490,92	2.520,81	2.551,06	2.581,67	2.612,65	2.644,00	2.675,73	2.707,84	2.740,34	2.773,22	2.806,50	2.840,18	2.874,26	2.908,75	2.943,65	2.978,98	3.014,74
C	2.553,81	2.584,45	2.615,46	2.646,85	2.678,61	2.710,76	2.743,29	2.776,20	2.809,52	2.843,23	2.877,35	2.911,88	2.946,82	2.982,18	3.017,97	3.054,19	3.090,84	3.127,93	3.165,48
D	2.681,50	2.713,67	2.746,24	2.779,19	2.812,54	2.846,29	2.880,45	2.915,01	2.950,00	2.985,39	3.021,22	3.057,47	3.094,16	3.131,29	3.168,87	3.206,90	3.245,38	3.284,32	3.323,75
E	2.949,65	2.985,04	3.020,86	3.057,11	3.093,80	3.130,92	3.168,49	3.206,52	3.244,99	3.283,93	3.323,34	3.363,22	3.403,58	3.444,42	3.485,76	3.527,59	3.569,92	3.612,76	3.656,13
F	3.392,09	3.432,80	3.473,99	3.515,68	3.557,87	3.600,56	3.643,77	3.687,49	3.731,74	3.776,52	3.821,84	3.867,71	3.914,12	3.961,09	4.008,62	4.056,72	4.105,40	4.154,67	4.204,53
G	3.900,91	3.947,72	3.995,09	4.043,03	4.091,55	4.140,65	4.190,33	4.240,62	4.291,51	4.343,00	4.395,12	4.447,86	4.501,24	4.555,25	4.609,91	4.665,23	4.721,21	4.777,87	4.835,21
H	4.681,09	4.737,26	4.794,11	4.851,64	4.909,86	4.968,78	5.028,40	5.088,74	5.149,81	5.211,60	5.274,14	5.337,43	5.401,48	5.466,30	5.531,90	5.598,28	5.665,46	5.733,44	5.802,25

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:AB064CA4